Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – UNESP

ROSANE GAZOLLA ALVES FEITOSA

AS CONFERÊNCIAS DO CASSINO EM PERIÓDICOS: coletânea

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista – UNESP - Faculdade de Ciências e Letras, campus Assis, como parte das exigências para obtenção de título de Livre-Docente em "Realismo-Naturalismo Português".

Assis

2020

A meu marido,

Luiz Cesar

Agradecimentos

À FAPESP, pela outorga do “Auxílio à Pesquisa-Regular”, processo nº 13/19328-6 (vigência de 01/12/2013 a 30/11/2015), com o projeto “As Conferências do Cassino (Lisboa, 1871) nas fontes primárias e os textos fundadores do Realismo-Naturalismo português: coletânea”;

À Juliana L. Moraes Sanches, minha ex-aluna de Graduação e de Mestrado, pela participação ativa em todas as questões que envolveram o uso da informática, pela organização final dos documentos, pelo comprometimento e pela responsabilidade;

À Odila Dalbem, pela eficiência na organização dos documentos do memorial;

Ao meu marido, que sempre me incentivou e soube compreender minha maneira de pesquisar e de trabalhar;

Aos meus colegas de área de Literatura Portuguesa, Sandra A. Ferreira e Márcio R. Pereira, pela colaboração nos acordos de períodos de afastamento e de licenças-prêmio;

À Roseli Santilli, secretária do meu Departamento de Ensino (ex Literatura, atual Departamento de Estudos Linguísticos, Literários e da Educação), pela ajuda em situações várias;

À Juliana C. Bonilha, minha ex-aluna de graduação, mestrado e doutorado pela retaguarda em Portugal;

Aos funcionários e à diretoria da Biblioteca da FCLAssis, pelo bom trato e competência no atendimento;

A todos, que direta e indiretamente colaboraram para que este trabalho chegasse ao seu final.

Sumário

1.	**Explicações Necessárias**	11
2.	**Sobre as Conferências**	15
2.1	Contexto Histórico	15
2.2	Geração de 70, Questão Coimbrã, Cenáculo, Conferências do Cassino .	24
2.3	Acerca dos participantes das Conferências (dados biobibliográficos)	25
2.4	Acerca dos periódicos (que publicaram sobre as conferências).....	60
3.	**Conferências do Cassino nos periódicos diversos: imagens dos jornais e respectivas matérias digitadas-maio-junho/1871.**	70
3.1	Nota prévia	70
3. 2	"Tabela Inicial" (Títulos de jornais -a partir do livro de António Salgado Júnior) e "Tabela Final" (matérias encontrados após a pesquisa realizada nos jornais abaixo).....	72
3.2.1	**"Anúncios" das conferências.....**	77
3.2.1.1	*Revolução de Setembro* – 02 maio.....	78
3.2.1.2	*Revolução de Setembro* – 05 maio.....	81
3.2.1.3	*Diário de Notícias* – 06 julho	84
3.2.2	**Programa das Conferências - 16 maio .....**	87
3.2.2.1	*Revolução de Setembro* – 18 maio.....	88
3.2.3	**Primeira Conferência - 22 maio - Antero de Quental- "O espírito das Conferências" .....**	92
3.2.3.1	*Revolução de Setembro* – 24 maio.....	93
3.2.3.2	*O Diário Popular* – 22 maio.....	97
3.2.3.3	*Jornal do Comércio* - 24 maio.....	100
3.2.4	**Segunda Conferência- 27 maio - Antero de Quental - "Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos".....**	103
2.4.1	Texto Original da Segunda Conferência	104
3.2.4.2	*Revolução de Setembro* – 26 maio.....	130
3.2.4.3	*Revolução de Setembro* – 30 maio.....	133

3.2.4.4 *Revolução de Setembro* – 27 junho 136
3.2.4.5 *Diário de Notícias* – 31 maio 139
3.2.4.6 *Jornal da Noite* - 29 e 30 maio 143
3.2.4.7 *Jornal da Noite* 2 e 3 junho 147
3.2.4.8 *O Diário Popular* – 28 maio 152
3.2.4.9 *A Nação* – 01 junho 155
3.2.4.10 *A Nação* – 08 junho 156
3.2.4.11 *A Nação* – 27 junho 157
3.2.4.12 *A Nação* – 29 junho 161
3.2.4.13 *A Nação* – 02 julho 168
3.2.4.14 *Bem Público* – 10 junho 175
3.2.4.15 *Bem Público* - 17 junho 184
3.2.4.16 *Jornal do Comércio* – 26 maio 193

3.2.5 Terceira Conferência - 05 junho- Augusto Soromenho - "A Literatura Portuguesa" 195
3.2.5.1 Revolução de Setembro – 23/maio/1871 196
3.2.5.2 Revolução de Setembro – 01/junho/1871 198
3.2.5.3 Revolução de Setembro – 10/junho/1871 201
3.2.5.4 Revolução de Setembro – 13/junho/1871 204
3.2.5.5 Diário de Notícias – 07/junho/1871 207
3.2.5.6 Jornal da Noite 6 e 7/junho/1871 212
3.2.5.7 Jornal da Noite 7 e 8/junho/1871 216
3.2.5.8 Jornal da Noite 8 e 9/junho/1871 219
3.2.5.9 A Revolução de Setembro 6/junho/1871 222
3.2.5.10 A Revolução de Setembro 15/junho/1871 224
3.2.5.11 Jornal do Comércio 8/junho/1871 227

3.2.6 Quarta Conferência - 12 junho - Eça de Queirós- 229
3.2.6.1 Revolução de Setembro – 08/junho/1871 230
3.2.6.2 Revolução de Setembro – 13/junho/1871 233
3.2.6.3 Revolução de Setembro – 16/junho/1871 238
3.2.6.4 Revolução de Setembro – 24/junho/1871 242
3.2.6.5 Diário de Notícias – 15/junho/1871 248
3.2.6.6 Diário de Notícias – 19/junho/1871 253
3.2.6.7 Jornal da Noite 14 e 15 de junho de 1871 258

3.2.6.8 O Diário Popular – 15/junho/1871 262
3.2.6.9 O Partido Constituinte 15/junho/1871 266
3.2.6.10 A Revolução de Setembro 20/junho/1871 271

3.2.7 Quinta Conferência- 19 junho- Francisco Adolfo Coelho - "O Ensino" 272
3.2.7.1 Texto da Quinta Conferência 273
3.2.7.2 A Revolução de Setembro – 21/junho/1871 300
3.2.7.3 Jornal da Noite 21 e 22/junho/1871 304
3.2.7.4 O Diário Popular 1/julho/1871 306

3.2.8 Acerca da Sexta Conferência -26 junho – "A divindade de Jesus" - Salomão Sáragga - não realizada 308
3.2.8.1 O Diário Popular 27/junho/1871 309

3.2.9 *A Berlinda,* de Rafael Bordalo Pinheiro (as Conferências em quadrinhos) 313

4 Acerca da Proibição das Conferências – Protestos- junho 1871 326

4.1 Cronologia 327
4.2 O parecer de Martens Ferrão (texto-base para a portaria que proibiu as conferências) e a Portaria do Marques de Ávila e Bolama 328
4.3 *A Revolução de Setembro* - 28 junho 334
4.4 *O Diário Popular* - 27 junho 338
4.5 *Diário de N*otícias - 27 junho 340
4.6 *Jornal da Noite* - 28 e 29 junho 342
4.7 *A Nação* - 04 julho 345
4.8 *Jornal do Comércio* - 28 junho 347
4.9 *O Diário Popular* - 7 junho 348
4.10 *O Diário Popular* - 8 julho 351
4.11 *O Diário Popular* - 13 julho 355
4.12 *Jornal da Noite* - 29 e 30 junho 358
4.13 Jornal da Noite - 30 e 1 junho/julho 361
4.14 *O Partido Constituinte* - 28 junho 363
4.15 *O Partido Con*stituinte - 29 junho 364

4.16 *Diário de Notícias* – 06 junho -1921 365

5 “Novas Conferências do Casino”- ..tempos atuais..... 373

6 Referências 375

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Cabeçalhos dos jornais pesquisados	60
Figura 2	Antonio Rodrigues Sampaio	63
Figura 3	Polícia	64
Figura 4	Caixa “Ora Toma”	64
Figura 5	Maria da Paciência ou A Alcoviteira	64
Figura 6	Zé Povinho	64
Figura 7	Estátua de “Eduardo Coelho e o ardina”	66
Figura 8	Revolução de Setembro – 02/Maio/1871 – p. 1	78
Figura 9	Revolução de Setembro – 02/Maio/1871 – p. 2	79
Figura 10	Revolução de Setembro – 05/Maio/1871 – p. 1	81
Figura 11	Revolução de Setembro – 05/Maio/1871 – p. 2	82
Figura 12	Diário de Notícias – 06/julho/1871 – p.1	84
Figura 13	Diário de Notícias – 06/julho/1871 – p. 2.	85
Figura 14	Revolução de Setembro – 18/Maio/1871 – p. 1	88
Figura 15	Revolução de Setembro – 18/Maio/1871 – p. 2	89
Figura 16	Revolução de Setembro – 24/maio/1871 – p.1	93
Figura 17	Revolução de Setembro – 24/maio/1871 – p.2	94
Figura 18	O Diário Popular - 22/maio/1871 – p.1	97
Figura 19	O Diário Popular – 22/maio /1871 – p.2	98
Figura 20	Jornal do Comércio 24/maio/1871 – p. 1	100
Figura 21	Jornal do Comércio 24/maio/1871 – p. 2	101
Figura 22	Revolução de Setembro – 26/maio/1871 – p.1	130
Figura 23	Revolução de Setembro – 26/maio/1871 – p.2	131
Figura 24	Revolução de Setembro – 30/maio/1871 – p.1	133
Figura 25	Revolução de Setembro – 30/maio/1871 – p.2	134
Figura 26	Revolução de Setembro – 27/junho/1871 – p.1	136
Figura 27	Revolução de Setembro – 27/junho/1871 – p. 2	137
Figura 28	Diário de Notícias – 31/maio/1871 – p.1	139
Figura 29	Diário de Notícias – 31/maio/1871 – p.2	140
Figura 30	Jornal da Noite 29 e 30/maio de 1871 – p.1	143
Figura 31	Jornal da Noite 29 e 30/maio de 1871 – p.2	144

Figura 32 Jornal da Noite 2 e 3 de junho de 1871 – p.1 147
Figura 33 Jornal da Noite 2 e 3 de junho de 1871 – p. 2 148
Figura 34 Jornal da Noite 2 e 3 de junho de 1871 – p. 3 149
Figura 35 O Diário Popular – 28/maio/1871 – p.1..... 152
Figura 36 O Diário Popular – 28/maio/1871 – p.2..... 153
Figura 37 A Nação – 01/junho/1871 – p.1 155
Figura 38 A Nação – 08/junho/1871 – p.1 156
Figura 39 A Nação – 27/junho/1871 – p.1 157
Figura 40 A Nação – 29/junho/1871 – p.1 161
Figura 41 A Nação – 29/junho/1871 – p.2 162
Figura 42 A Nação – 02/julho/1871 – p. 1..... 168
Figura 43 A Nação 02/julho/1871 – p. 2..... 169
Figura 44 Bem Público 10/junho/1871 – p.1 175
Figura 45 Bem Público 10/junho/1871 – p.2 176
Figura 46 Bem Público 10/junho/1871 – p.3 177
Figura 47 Bem Público 10/junho/1871 – p.4 178
Figura 48 Bem Público 17/junho/1871 – p.1 184
Figura 49 Bem Público 17/junho/1871 – p.2 185
Figura 50 Bem Público 17/junho/1871 – p.3 186
Figura 51 Bem Público 17/junho/1871 – p.4 187
Figura 52 Bem Público 17/junho/1871 – p.5 188
Figura 53 Jornal do Comércio 26/maio/1871 - p.1..... 193
Figura 54 Revolução de Setembro – 23/maio/1871 – p.1 196
Figura 55 Revolução de Setembro – 23/maio/1871 – p. 2..... 197
Figura 56 Revolução de Setembro – 01/junho/1871 – p.1..... 198
Figura 57 Revolução de Setembro – 01/junho/1871 – p.2..... 199
Figura 58 Revolução de Setembro – 10/junho/1871 – p. 1..... 201
Figura 59 Revolução de Setembro – 10/junho/1871 – p. 2..... 202
Figura 60 Revolução de Setembro – 13/junho/1871 – p. 1 204
Figura 61 Revolução de Setembro – 13/junho/1871 – p. 2..... 205
Figura 62 Diário de Notícias – 07/junho/1871 – p.1 207
Figura 63 Jornal da Noite 6 e 7/junho/1871 – p.1 212
Figura 64 Jornal da Noite 6 e 7/junho/1871 – p.2 213

Figura 65 Jornal da Noite 7 e 8/junho/1871 – p.1 216
Figura 66 Jornal da Noite 7 e 8/junho/1871 – p.2 217
Figura 67 Jornal da Noite 8 e 9/junho/1871 – p.1 219
Figura 68 Jornal da Noite 8 e 9/junho/1871 – p.2 220
Figura 69 A Revolução de Setembro 6/junho/1871 – p.1 222
Figura 70 A Revolução de Setembro 6/junho/1871 – p. 2 223
Figura 71 A Revolução de Setembro 15/junho/1871 – p.1 224
Figura 72 A Revolução de Setembro 15/junho/1871 – p.2 225
Figura 73 Jornal do Comércio 8/junho/1871 – p.1 227
Figura 74 Revolução de Setembro – 08/junho/1871 – p. 1 230
Figura 75 Revolução de Setembro – 08/junho/1871 – p. 2 231
Figura 76 Revolução de Setembro – 13/junho/1871 – p.1 233
Figura 77 Revolução de Setembro – 16/junho/1871 – p.1 238
Figura 78 Revolução de Setembro – 24/junho/1871 – p.1 242
Figura 79 Revolução de Setembro – 24/junho/1871 – p. 2 243
Figura 80 Diário de Notícias – 15/junho/1871 – p. 1 248
Figura 81 Diário de Notícias – 15/junho/1871 – p. 2 249
Figura 82 Diário de Notícias – 19/junho/1871 – p.1 253
Figura 83 Jornal da Noite 14 e 15 de junho de 1871 – p.1 258
Figura 84 Jornal da Noite 14 e 15 de junho de 1871 – p. 2 259
Figura 85 O Diário Popular – 15/junho/1871 – p.1 262
Figura 86 O Diário Popular – 15/junho/1871 – p. 2 263
Figura 87 O Partido Constituinte 15/junho/1871 - p.1 266
Figura 88 O Partido Constituinte 15/junho/1871 - p.2 267
Figura 89 O Partido Constituinte 15/junho/1871 - p. 3 268
Figura 90 A Revolução de Setembro 20/junho/1871 - p. 1 271
Figura 91 A Revolução de Setembro – 21/junho/1871 – p.1 300
Figura 92 A Revolução de Setembro – 21/junho/1871 – p. 2 301
Figura 93 A Revolução de Setembro – 21/junho/1871 – p. 3 302
Figura 94 Jornal da Noite 21 e 22/junho/1871 – p. 1 304
Figura 95 Jornal da Noite 21 e 22/junho/1871 – p. 2 305
Figura 96 O Diário Popular 1/julho/1871 – p. 1 306
Figura 97 O Diário Popular 1/julho/1871 – p. 2 307

Figura 98	O Diário Popular 27/junho/1871 – p. 1	309
Figura 99	O Diário Popular 27/junho/1871 – p. 2	310
Figura 100	Rafael Bordalo Pinheiro	313
Figura 101	A Berlinda – Bordalo Pinheiro	315
Figura 102	A Berlinda – Bordalo Pinheiro	315
Figura 103	Amordaçou	327
Figura 104	A Revolução de Setembro – 28/junho/1871 – p.1	334
Figura 105	A Revolução de Setembro – 28/junho/1871 – p. 2	335
Figura 106	O Diário Popular – 27/junho/1871 – p.1	338
Figura 107	Diário de Notícias – 27/junho/1871 - p.1	340
Figura 108	Jornal da Noite 28 e 29/junho/1871 – p.1	342
Figura 109	A Nação 04/julho/1871 – p.1	345
Figura 110	A Nação 04/julho/1871 – p.2	346
Figura 111	Jornal do Comércio 28/junho/1871 – p.1	347
Figura 112	O Diário Popular 7/junho/1871 – p.1	348
Figura 113	O Diário Popular 7/junho/1871 – p. 2	349
Figura 114	O Diário Popular 13/julho/1871 – p. 1	351
Figura 115	O Diário Popular 13/julho/1871 – p. 2	352
Figura 116	**O Diário Popular 13/julho/1871 – p. 1**	355
Figura 117	**O Diário Popular 13/julho/1871 – p. 2**	356
Figura 118	Jornal da Noite 29 e 30/junho/1871 – p. 1	358
Figura 119	Jornal da Noite 29 e 30/junho/1871 1871 – p. 2	359
Figura 120	Jornal da Noite 30 e 1/junho/julho/1871 – p. 1	361
Figura 121	Jornal da Noite 30 e 1/junho/julho/1871 – p. 2	362
Figura 122	O Partido Constituinte 28/junho/1871 – p.1	363
Figura 123	O Partido Constituinte 29/junho/1871 – p. 1	364
Figura 124	Diário de Notícias 06/junho/1921 – p.1	365
Figura 125	Diário de Notícias 06/junho/1921 – p. 2	366

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Cronologia 1865	16
Tabela 2	Cronologia 1866	17
Tabela 3	Cronologia 1867	18
Tabela 4	Cronologia 1868	20
Tabela 5	Cronologia 1869	21
Tabela 6	Cronologia 1870	22
Tabela 7	Cronologia 1871	23
Tabela 8	Participantes que assinaram o “Programa das Conferências” (publicado em *Revolução de Setembro* - 18/05/1871)	27
Tabela 9	Textos Iniciais (a partir do livro *História das Conferências do Casino*, de António Salgado Junior)	72
Tabela 10	Textos Finais (encontrados após a pesquisa)	74

1. Explicações Necessárias

Para os estudos do Realismo-Naturalismo português, as Conferências do Cassino Lisbonense constituem-se como parte de um projeto de intervenção cultural, política, social, que a chamada Geração de 70 (Antero de Quental, Eça de Queirós, Jaime Batalha Reis, Oliveira Martins, Rafael Bordalo Pinheiro, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão e outros) pretendia realizar na sociedade portuguesa do último quartel do século XIX.

Este estudo é resultante do recebimento do "Auxílio à Pesquisa- Regular", Processo nº 13/19328-6 (vigência de 01/12/2013 a 30/11/2015), com o projeto "As Conferências do Cassino (Lisboa, 1871) nas fontes primárias e os textos fundadores do Realismo-Naturalismo português: coletânea". Conforme projeto, compramos microfilmes da Biblioteca Nacional de Portugal dos jornais de Janeiro a Julho de 1871, [títulos descritos abaixo], que se encontram digitalizados, previamente indicados no projeto, títulos estes retirados do livro *Histórias das Conferências do Casino (1871),* de António Salgado Júnior, 1930.

Nosso objetivo presente é reconstituir as Conferências do Cassino Lisbonense realizadas em Lisboa em maio e junho/1871. Isto será feito por meio do resgate de suas fontes primárias, nosso *corpus*, que são as matérias publicadas nos jornais: 1-*Revolução de Setembro, 2-Diário de Notícias, 3-Jornal da Noite,4- Diário Popular, 5-Jornal do Comércio; 6-O Partido Constituinte;7-O Bem Público; 8-A Nação.* A partir dessas reportagens escritas no calor da hora em que ocorreram, _ maio e junho de 1871 _ os pesquisadores poderão ler os originais e avaliar o que foi veiculado naquele momento histórico e tirar suas **próprias conclusões** a respeito de um tema importante para a História da Literatura Portuguesa, do Realismo-Naturalismo Português, da Geração de 70.

Destas conferências, existem (estado da arte) apenas alguns poucos livros inteiramente sobre o tema, todos publicados em Lisboa. Não comentaremos sobre artigos e teses, apesar de serem poucos e serem baseados nas obras que se seguem: a) *História das Conferências do Casino (1871),* de António Salgado Júnior[1], publicado em 1930. Foi sua tese

[1] **António de Freitas Faria Salgado Júnior** (16-01-1904-31-01-1989) - licenciado pela Faculdade de Letras do Porto em 1919 em Filologia Românica. Doutorou-se com a tese sobre as Conferências do Casino, trabalho que foi publicado em 1930.Sua entrada para o ensino superior não foi possível por uma série de fatores. Nos anos 1930, continuou a trabalhar no ensino liceal, em pesquisas sobre história literária e nas funções de professor de Metodologia responsável pela formação de Professores de Português e Francês. Aposentou-se aos 68 anos, em 1972 em meio a sua biblioteca de dez mil volumes. Palavras-chave que o caracterizam: autodidatismo e trabalho isolado. Publicou em 1930 *A História das Conferências do Casino*; em 1940, o estudo sobre *A Menina e Moça e o Romance sentimental do Renascimento*; *Verdadeiro Método de estudar, de Luís António Verney,* 5 volumes, reedição da obra que tinha tido apenas duas edições, em 1746 e 1747. (Cf. *Colóquio Letras*, n. 125, p.95.)

de doutorado pela Faculdade de Letras do Porto. É o único trabalho mais consistente e imprescindível a respeito, em que o autor faz um estudo de reconstituição das conferências direto das fontes primárias. Não houve reedição. Hoje, trata-se de uma obra rara e de consulta imprescindível em estudos sobre este tema e sobre o Realismo-Naturalismo português. *b) As conferências do Casino no Parlamento,* de José-Augusto França (Lisboa, Livros Horizonte, 1973) em que o autor comenta sobre a repercussão das conferências na assembleia de Lisboa e no Governo; c) *As conferências do Casino e o socialismo em Portugal,* de João Medina (Lisboa, Dom Quixote, 1984) transcreve textos e elabora várias notas de rodapé a respeito de situações relacionadas às Conferências tanto pelo lado político quanto cultural; d) *As conferências do Casino*, de Carlos Reis, (Lisboa, Alfa, 1990), com introdução e textos das cinco conferências realizadas; algumas apresentadas a partir do texto original, outras sob o resumo de Salgado Júnior; e) *Eça de Queiroz-literatura e arte:* uma antologia, com apresentação, organização geral e comentários de Beatriz Berrini (Lisboa, Relógio D'Água, 2000); Transcreve trechos de alguns jornais sobre a quarta conferência feita por Eça de Queirós e faz um breve comentário a respeito. Podemos ainda acrescentar uma publicação satírica a respeito das Conferências que nos ajuda a compreender esse momento histórico _ *A Berlinda*-R*eproduções d'um álbum humorístico ao correr do lápis* _ *As Conferências Democráticas* _ 7ª página_ por Rafael Bordalo Pinheiro, em 05 julho de 1871.

Este estudo, apesar de estar indicado na capa _ tese_ não se estrutura como tal. Como explicita o edital para inscrição neste concurso para livre-docência, deve ser apresentado "uma tese original e inédita" ou "texto que sistematize criticamente a obra do candidato". Consideramos que nossa pesquisa, a maior parte dela, seja inédita, na medida em que não foi ainda apresentada publicamente; original, pois dá à luz textos que são assunto da história do Realismo-Naturalismo português, mas que nunca foram lidos, nem vistos pois são matérias de jornais de 1871. Só temos notícia destes por meio dos resumos de Salgado Júnior. Portanto, não tendo outro nome a indicar, ousamos classificá-lo como tese, pela justificativa acima.

Estes textos ou matérias podem ser considerados doutrinários desse momento cultural de Portugal _ Realismo-Naturalismo _ na conceituação do Prof. Carlos Reis (1999, p.489-90), pois contemplam:

> [...] testemunhos de escritores que, quase sempre imersos no fluxo da produção literária a que se referem, procuram estabelecer e propor orientações para essa produção literária e mesmo, nalguns casos, para a do futuro.; **[...] revestem-se de um pendor programático, no sentido de que, freqüentemente, sugerem, de forma expressa ou velada, uma acção a cumprir, não raro por um grupo ou por uma geração** [...].; **apresentam [...] registro ensaístico ou similar [...];** [...]não se propõem a enunciar o discurso da teoria [...] e [...] apresentam uma certa experiência literária e cultural mais ou menos sedimentada, provinda da actividade criativa propriamente dita. (grifos nossos)

Podem fazer parte dos textos programáticos, fundadores do Realismo-Naturalismo português, na medida em que, a partir de nossa pesquisa, pode ser aberto um conhecimento interdisciplinar e podem ser buscados outros textos que contribuirão para fazer a teoria e história do Realismo-Naturalismo português.

Este estudo está vinculado à Linha de Pesquisa do Programa de Pós-graduação em Letras da FCL-UNESP/Assis _ *Fontes Primárias e História Literária*, que propõe: "incremento e revisão da crítica e da história literária, bem como o estudo da produção, recepção e circulação de obras, à luz da localização, organização, análise crítica e disponibilização de fontes primárias, tais como acervos pessoais de escritores, correspondências, manuscritos, primeiras edições, periódicos e documentos de vária natureza" (http://www.assis.unesp.br/#!/pos-graduacao/cursos/letras/linhas-de-pesquisa). Também vincula-se ao Grupo de Trabalho da ANPOLL- GT- *História da Literatura* (fundado em Porto Alegre/1992, coordenação: Helena Bonito Couto Pereira (Mackenzie); vice: João Claudio Arendt (UFMS) _ "O tema é a História da Literatura, desde o seu aparecimento, no século XVIII, definindo sua natureza, examinando suas relações com as áreas afins e com a sociedade de onde emergiu, e verificando sua trajetória em literaturas de diferentes comunidades. Além disso, a história da literatura pode ser relacionada com a teoria e a crítica literárias. De outro lado, o ensino e a divulgação da literatura brasileira fazem-se através de formulações e classificações originárias da história da literatura" _ http://anpoll.org.br/gt/historia-da-literatura/.

O conteúdo deste estudo apresenta-se com os seguintes itens como está explicitado no sumário: **Parte 2**- uma introdução à Geração de 70, Questão Coimbrã, Cenáculo, Conferências; acerca dos participantes das conferências (dados biobibliográficos); acerca dos jornais que publicaram sobre as conferências. Na **parte 3,** parte inédita e original, temos as matérias encontradas nos jornais referidos acima com as reproduções das matérias _ destacadas (como borda vermelha) e digitadas. Inserimos também a reprodução de *A Berlinda*, de Rafael Bordalo Pinheiro, muito explicativa do contexto sócio-político do momento. Na **parte 4**, destacamos a repercussão de matérias referentes à proibição das conferências, dia 26 junho, com base no parecer do Procurador Geral, Martens Ferrão.

A maneira ideal de ler nosso estudo deveria ser feita de modo digital e impressa, pois desta maneira, o leitor pode aumentar a imagem do jornal e ler direto na fonte primária. A sensação que o suporte/jornal/veículo produz é uma viagem no tempo; contribui para a ambientação e pode aumentar a compreensão dos fatores contextuais.

> As fontes primárias constituem, em princípio, matéria da história, que constrói uma narrativa a partir dos documentos que certificam o passado. [...] Podem corresponder ao que restou do processo de criação, mas sinalizam sua existência ou percurso; [...] Indicam, por outro ângulo, os contextos de criação, produção material e leitura, ausentes no objeto-obra, mas determinantes de seu estatuto. (ZILBERMAN et al, 2004, p.15)

Logo no início da **parte 3**, inserimos uma "**Nota Prévia**" em que são destacados elementos explicativos para a leitura e compreensão das matérias/textos das conferências.

Na **parte 5,** achamos que seria interessante verificar como a história se repete, ao voltarmos os olhos para o programa das "Novas Conferências do Casino". Com a presentificação desse projeto cultural em várias cidades portuguesas, podemos avaliar melhor, pelo menos em parte, o que foram as Conferências "originais" em 1871, como e por que foram planejadas, qual a situação político-cultural que se apresentava, a recepção que tiveram.

E verificar que quase um século e meio depois elas ainda estão "vivas" e podem, por meio do seu "Programa", que continua muito atual, inspirar pessoas a produzir uma transformação no país, pelo menos no nível das ideias.

2 Sobre as Conferências

Há na História, momentos pontilhados de agitação maior, que podem mesmo ser chamados de revolucionários, pois significam uma virada de certos posicionamentos que norteiam a vida de alguns países.

Em Portugal, o intercâmbio cultural da elite de mentalidade liberal ou liberalizante portuguesa entrou em contato com culturas mais avançadas sócio-culturalmente que a da corte de Queluz, sede da realeza lusitana e "[...] pagasse o tributo de vendido ao estrangeiro parecendo ser este o imposto per capita dos grandes intelectuais portugueses." (DIAS, 1977, p.29) e influenciasse a formação de novas gerações que perceberiam, além-Pirineus, o intenso movimento de ideias originárias da profunda revisão de valores e da criação de novas ciências que, em breve, transformariam o viver do homem português.

O século XIX se apresenta como síntese de uma profunda fermentação dos séculos anteriores. Por outro lado, aí estão contidos os elementos contraditórios que, por sua vez, projetarão, até nossos dias, o redimensionamento dos problemas encontrados.

2.1 Contexto histórico

Elaboramos um panorama histórico-social de 1865 a 1871 para concretizar o que se passava no mundo ocidental para que, de certo modo, se justificasse o aparecimento dessa geração com sede de ideias que iriam desestruturar ou acompanhar, pelo menos no nível das ideias o que se passava no mundo ocidental.

Tabela 1 – Cronologia 1865

Literatura Portuguesa	História de Portugal	Cultura Universal
- Antero de Quental publicação de Odes Modernas (em Coimbra) - Inicio da Questão Coimbrã. - Pinheiro Chagas: Poema da Mocidade. - Teófilo Braga: Contos Fantásticos. - Folheto: A dignidade das Letras e as Literaturas Oficiais. - Antero de Quental: Defesa da carta Encíclica de Sua Santidade, Pio IX contra a chamada Opinião Liberal folheto originado pela Reação, em Portugal, ao Syllabus, documento do Papa Pio IX condenando os "erros" modernos. Antero de Quental publica sua carta Bom Senso e Bom Gosto. **Literatura Universal** - Hippolite Taine: Filosofia da Arte. - Edmonde de Goncourt e Jules Goncourt (irmãos): Germaine Lacerteux. - Barnum: Humbugs of the word (charlatão americano, especulador audaz empresário excêntrico). - Claude Bernad: Introdução ao Estudo de Medicina Experimental. - Pierre J. Proudhon: Teoria da Propriedade. - Julio Verne: Da Terra à Lua. - Lewis Carroll: Alice no País das Maravilhas. - Leon Tolstoi: Guerra e Paz (início) (1865-69).	- Inauguração do Palácio de Cristal no Porto - Exposição Internacional do Porto(Indústria) - Fundação do Banco Ultramarino. - Fundação da Companhia União Fabril. - Vieira de Castro, eleito deputado por Fafe. **História Universal** - Rendição em Appomattox pelo gen. Lee (9 de abril). - Assassinato de A. Lincoln, presidente dos EUA, 14 de abril. - EUA: abolição da escravatura. - Leopoldo II, rei dos Belgas. - Itália: aliança com Prússia. - Fim da Guerra da Secessão, ou Guerra Civil Americana. - União Latina (monetária). - International Telegraph Union. - Brasil: Tríplice Aliança para a Guerra do Paraguai. - França: reconhecimento legal do valor do cheque. - Invasão do México por Napoleão III. Este usou, pela primeira vez a expressão "América Latina".	- Nascimento de: - Kipling (+1936), romancista inglês nascido na Índia. - Jorge V da Inglaterra (+ 1936). - Ludenford (+1937) gen. Alemão. - Olavo Bilac (1918) escritor brasileiro. - Publicação do Murray's Guide – pioneiro guia de turismo. - Claude Manet – "Olimpia". - Trens: carro – dormitório Pulman. **Cultura Portuguesa** Morte de: - P. A. Lopes de Mendonça (n. 1825), um dos primeiros socialistas portugueses, ligado ao Jornal Eco dos Operários: 1º folhetinista de seu tempo. Nascimento de: - J. A. Alves Roçadas (+1926), oficial do Estado maior depois, general; Expedição contra cuamatas. - Fonseca Cardoso (1912), antropólogo. - João de Azevedo Coutinho (+1914), vice-almirante e Ministro da Marinha – relevantes serviços na África. **Invenções Descobertas** - Leis da hereditariedade de Mendel. - Refrigeração de alimentos (Lowe e Linde). - Fórmula estrutural do Benzeno. - Aço Martin. - R. W. Bunsen – (químico alemão) Bico de Bunsen (calorímetro). - Cirurgia antisséptica.

Tabela 2 – Cronologia 1866

Literatura Portuguesa	História de Portugal	Cultura Universal
- Bulhão Pato: Paquita (reedição). - Julio de Niz: As Pupilas do Senhor Reitor (em folhetim). - Camilo Castelo Branco: A Queda de um Anjo. - Martins Dantas: Dicionário Portátil da Língua Portuguesa. - Amorim Viana: Defesa da Fé ou Análise dos Recionalismos. - Gomes de Amorim: Efêmeros. - Luz Soriano: inicio de publicação de: História da Guerra Civil e do Estabelecimento Parlamentar em Portugal. - Vieira de Brito: Discursos Parlamentares. - Júlio Diniz: As Pupilas do Senhor Reitor (em folhetins no Jornal do Porto em volume no ano seguinte). - Ramalho Ortigão e Antero de Quental, duelo no Porto. - Antero parte, em Março, para S. Miguel de Seide; em maio, em Lisboa, é tipógrafo na Imprensa Nacional. Segue para Paris como tipógrafo. Mostra as Odes Modernas a Michelet. - Mariano de Carvalho funda o Diário Popular. - 23 de março: Primeira publicação de Eça – crônica "Notas Marginais" na Gazeta de Portugal. - 22 de julho: forma-se em Direito. - Outubro a Dezembro: novas publicações na Gazeta de Portugal. Receberam o Título de Prosas Barbaras, quando publicadas em livro. -Novembro: Conhece Jaime Batalha Reis. - Dezembro: Parte para Évora onde vai dirigir um jornal – O Distrito de Évora. **Literatura Universal** - França: Parnasse Contemporain. - Dostoievskj: Crimes e Castigos. - Taine: Viagem a Itália. - L. Veuillot: Os Cheiros de Paris. - Alphonse dal Daudet: Cartas do Meu Moinho (em fohetim). - Claude Bernard: a Introdução ao Estudo da Medicina Experimental. - Veriane: Poemas Saturnianos. - Haeckel: Morfologia Geral. - E. Zola – Meshaines (estudo teórico).	- Crise Cíclica. **História Universal** - Ultimato Americano exigindo que as tropas de Napoleão II se retirem do México. - Conflito espano-chileno. - 1866-73: expedição de Livingstone. - Fome no decão (Índia). - Bismarck invade o holstein. - Congresso dos Estados Unidos concede a igualdade civil aos negros. - Derrota italiana em Custoza. - Guerra austro-prussiana em Sadowa. - Sadowa – unidade da Alemanha. - Convenções militares entre a Prússia e os alemães do Sul. - Paz de Praga e de Virna. - Conferência monetária internacional. - Primeiro Cabo transatlântico é posto em serviço. - Guerra da Prússia e Itália x Áustria. - Em Sava os prussianos derrotam austríacos. - Russos em Tachkent. - Terrorismo e fome na Rússia.	- Nascimento de: - Kandinskj - Sun-Yet-San - H. G. Wells (+1916), romancista inglês Morte de: - Gavarni (S. G. Chevalier) (n. 1804) caricaturista francês - Salão de Pintura em Paris: quadros dos futuros impressionistas expostos. - Emile Zola faz críticas positivas a estes pintores. - Offenbach: "A Vida Parisiense" (Opereta). - F. Smetana: "A Noiva Vendida" (Opera) (Compositor e pianista tcheco). - Japão: queda do xogunato. **Cultura Portuguesa** Nascimento de: - Gonçalo Sampaio (+ 1937), professor universitário, botânico musicólogo português. - Antônio José de Almeida (+1929), 6º presidente da República. Morte de: - D. Miguel (n. 1802) Rei de Portugal. - Primeira tecelagem mecânica de algodão no arquipélago. **Invenções Descobertas** - Alfred Nobel: dinamite. (Mistura de nitroglicerina + "Kieselguhr") (matéria inerte). - Produção industrial de nitroglicerina nos EUA. - O "Ville-Paris", propelido a hélice, atravessa o Atlântico em nove dias.

Tabela 3 – Cronologia 1867

Literatura Portuguesa	História de Portugal	Cultura Universal
- Júlio Dinis: As Pupilas do Senhor Reitor, (em volume). - Guilherme de Azevedo: Aparições. - João de Lemos: Impressões e Recordações. - Maria Amália Vaz de Carvalho: Uma Primavera de Mulher. - Herculano retira-se para Vale de Lobos, perto de Santarém. - Oliveira Martins: Febo Muniz. - Antero de Quental: regressa de Paris. Chega a Lisboa. Vai para Açores. - Ramalho Ortigão: A Literatura de Hoje (folheto). **Literatura Universal** Emille Zolá: Therèse Raquin. - Karl Marx: O Capital (1º volume). - Octave Feuillet: Monsieur de Camors. - Mussorgskj: Uma Noite no Monte Calvo. - Ibsen: Peer Gynt (peça teatral). - Menzel: O Domingo nas Tulheries.	- Inaugura-se a estátua de Camões, do escultor Vitor Bastos (1860-67). - Cisão no Partido Histórico. Forma-se o grupo dos "Reformistas" em torno de Sá da Bandeira. Esta facção abrange os elementos mais radicais dos históricos, ala esquerda herdeira do Setembrismo. - Abolida a pena de morte, para os crimes civis, as penas de trabalhos púbicos e de prisão perpétua. - aprovado o 1º Código Civil Português do Visconde de Seabra, juiz da Relação do Porto. Vigorou 100 anos de 1867 a 1967. - Código Administrativo - Decreto Regulamentar do imposto de consumo. - Porto – Revolução da "Janeirinha" contra os impostos. - Representação portuguesa na Exposição Internacional de Paris. - Cria-se o Banco Agrícola e Industrial Visiense. **História Universal** - Napoleão III tira suas tropas do México. Benito Juarez toma o país e fuzila o imperador Maximiliano em Querétaro, México. - Votação da Constituição da Confederação da Alemanha do Norte. - Reforma eleitoral inglesa. - Rússia vende Alasca aos Estados Unidos. - Estados Unidos: início do extermínio dos índios. - Início da epidemia de Lowe na India e Espanha (1867-69). - Viagem de D. Lagrée e F Garnier à China Meridional. - Intervenção britânica na Abissínia. - Disraeli: "2ª Revolution Act". - Exposicao Internacional de Paris – participação de 50 mil firmas. - No período de 1854-67 as leis contra a usura caíram por terra na Inglaterra, Holanda, Bélgica e norte da Alemanha. - Direito de greve e de coligação na Bélgica.	- Offenbach: À Grã Duquesa de Gerolstein (opereta). - J.Strauss: Danúbio Azul (valsa). Nascimento de: - Pirandello (+1936), romancista e dramaturgo italiano. - Blasco Ibãnez (+1938) - Pilsudske, marechal e político da Polônia. - Rubem Dario - Galsworthy (+1933) romancista e dramaturgo inglês. Morte de: - Faraday (1791), físico Inglês. - Ingres (n. 1780), pintor francês). - Wagner: Os mestres Cantores de Lunuremberg. (Ópera). **Cultura Portuguesa** Nascimento de: - Raul Brandão (+1930), literatura. - Antônio Nobre (+1903), literatura. - Joaquim Mendes dos Remédios (+1932), historiografia da literatura. - Camilo Pessanha (+1926), literatura. - David de Melo Lopes (+1942), historiografia **Invenções Descobertas** - Dínamo (Siemens). - Motor a gás (Otto e Langen). - Invenção do freio Westinghouse. - Cimento armado (Monier). - fototépia (Albert). - Hulha Branca (Bergês). - Fornalha Siemens. - Martins: expandiu enormemente a produtividade. - Bicicleta (Michaud) - Pasteur estuda a fermentação do vinho. - 10 de setembro – Alfred Nobbel patenteou a dinamite.

	História Universal	**Invenções Descobertas**
	- México: Benito Juarez após a reeleição, transforma-se em ditador (até 1872). - Abertura do Brenner: um dos desfiladeiros dos Alpes centrais – liga o Tirol do Norte ao do Sul. - Compromisso austro-húngaro.	- Produção industrial de dinamite em S. Francisco (CA) nos EUA.

Tabela 4 – Cronologia 1868

Literatura Portuguesa	História de Portugal	Cultura Universal
- Julio Dinis: Uma Família Inglesa (em volume) – A Morgadinha dos Canaviais (em folhetim). - Tomás Ribeiro: A Delfina do Mal. - Antero de Quental: Portugal Perante a Revolução de Espanha. Considerações sobre o Futuro da Democracia Portuguesa do Ponto de Vista da democracia Ibérica, (panfleto). - Porto: inicio de publicação do jornal O Primeiro de Janeiro. - Publica-se A Folha de Coimbra, dirigido por João Penha (1868-73), (Jornal Literário). - Alvaro do Carvalhal: Contos (Coimbra). **Literatura Universal** - Rochefort funda "A Lanterna". - Adaudet: Le Petit Chose. - Dostoievisk: Boris Godunov. - Literatura Universal A palavra – Naturalismo – aparece no prefácio da 2. ed. de Thérèse Raquin de Emile Zola.	- 2 Janeiro: queda do ministério Aguiar Fontes. Volta ao governo o futuro Duque de Ávila (consequência da "Janeirinha"). - Funda-se, em Lisboa, a atual Companhia das Aguas. - Santarém é elevada a cidade. - Janeirinha (revolta popular portuense). - Tumultos em Lisboa. **História Universal** - Espanha: revolução, pelo general Prim, destitui a rainha Isabel II. - Governo Ditatorial provisório de Prim e Serrano. Conflito com o Chile. - Fome na India. - Inicio da dinastia Meije no Japão. - Cuba: Revolta. - Arábia: surto de cólera. - Fundação dos Pais Brancos por Lavigerie. - 1º Congresso das Trade Union britânicas. Ministério de Gladstone. - Congresso da paz e da liberdade. - Viagem de Richthofen pela China. - Grant – presidente dos EUA.	Nascimento de: - Górkj (+1936): romancista russo. - Maurras (+1952): escritor e político francês. - Edmond Rostand (+ 1918): poeta e dramaturgo francês. - Nicolau I (+1917): Czar da Rússia. Morte de: - Rossini (n.1792): compositor italiano. **Cultura Portuguesa** _____ **Invenções Descobertas** - Jassen e Lockyer descobre o gás hélio. - Stearns inventa o duplex para telegrafia elétrica.

Tabela 5 – Cronologia 1869

Literatura Portuguesa	História de Portugal	Cultura Universal
- Guilherme Braga: Heras e Violetas. - Teófilo Braga: História da Poesia Moderna em Portugal. - Antero publica, no jornal Primeiro de Janeiro, sob o título Poemas do Macadam, um folhetim em que apresenta algumas poesias sob o nome de Carlos Fradique Mendes. São datadas de Paris 1867. **Literatura Universal** - Flaubert: A educação Sentimental. - Karl Von Hartmann: A Filosofia do Inconsciente. - Bordine: O Príncipe Igor. - Conde Lautreamont (Isidor Ducasse): Chants de Maldoror. - Tolstoi: Guerra e Paz (publicação). - Cesar Franck: As Beatitudes.	- É oferecida a D. Fernando II, a coroa da Espanha, que foi recusada. - É decretada a extinção definitiva da escravatura nos domínios portugueses. **História Universal** - Companhia de trem Union Pacific atravessa as Montanhas Rochosas. - Fundação do Partido Social Democrático da Alemanha. - Estrada de ferro transamericana completada. - Schiemann, banqueiro alemão, apaixonado pela arqueólogia da Grécia Antiga, descobre vestígios de Tróia em Hissarlik. - Fundação da Nobre Ordem dos Cavalheiros do Trabalho nos EUA. - Convocação do Concílio Vaticano I. - Sínodo liberal judeu em Leipizg. - 17 de novembro: abertura do canal de Suez. - Irlanda: Separação do Estado e da Igreja.	Nascimento de: - Gandhi (+1948): pacifista e filosofo hindu). - A. Gide (+1951). - Vitor Manuel III (+1947): rei da Itália (1900-46). - Valle Inclán (+1935): escritor espanhol. - Edgar Prestage (+1951): escritor inglês. - Philéas Lesbegue. Morte de: - Lamartine (n.1790): poeta francês. - Berlioz (n. 1803): compositor e crítico musical francês. - Coubert expõe em Berlim. **Cultura Portuguesa** Nascimento de: - Eugênio de Castro (+1944): literatura. - Gago Coutinho: astronomia/náutica. Morte de: - Silva Oleirense (n. 1797): pintor. - Arnaldo Gama (+1828). - Carmona, Antonio O. de F. (+1951). - Francisco Lacerda (+1934): músico. - Júlio Brandão (+1947): literatura. **Invenções Descobertas** - Tabela Periódica dos elementos (Mendeliev). - Invenção do celuloide (irmãos Hyatt). - Berges aproveita a primeira queda d'agua nos Alpes. - Gramme inventa o dínamo para corrente contínua. - Maxwell expõe a teoria eletromagnética da luz

Tabela 6 – Cronologia 1870

Literatura Portuguesa	História de Portugal	Cultura Universal
- Bordalo pinheiro começa a publicar: O Calcanhar de Aquiles. -Eça publica, no Diário de Notícias, uma série de folhetins sob o título de "Porto Said a Suez". - Primeiro folhetim: O Mistério da Estrada de Sintra, publicado no Diário de Notícias. - Eça colabora, no efêmero jornal A República, junto com Antero de Quental, Batalha Reis, Antonio Enes e Oliveira Martins. - Gonçalves Crespo: Miniaturas. - Ramalho Ortigão: Histórias Cor de Rosa. Teófilo Braga: começa a publicação de: A História da Literatura Portuguesa. - Julio Dinis: Serões da Província. - Santos Nazaré: Eva. **Literatura Universal** - Dostoiewski: Os Possessos. - Julio Verne: Vinte Mil Léguas Submarinas. - Disraeli: Lotaro. - H. Taine: Acerca da Inteligência. - Francesco de Sanotis: História da Literatura Italiana. - Newman: A Grammar Of Assent. - Th. Ribot: Psicologia Inglesa Contemporânea. - Fantin Latour: O Atelier de Manet em Batgnolles. -	- "Saldanhada": golpe de estado. - Tentativa de reintrodução de ordens religiosas. - D. Antonio da Costa cria o Ministério da Instrução que se extingui meses depois. - Cabo submarino de Portugal à Inglaterra. - Covilhã elevada a cidade. **História Universal** - Guerra Franco-Prussiana, derrota dos franceses. - Concílio Vaticano I proclama o dogma da Infalibilidade do Papa. - Unificação da Itália: patriotas italianos assaltam a cidade do Vaticano e declaram-na capital da Itália Unificada. Três províncias continuam arredadas da pátria unificada: Trieste, Trentino e Lotria. Roma – capital da Itália. - Napoleão III rende-se em Sedan: é feito prisioneiro. Forma-se em Paris um governo de defesa nacional. Nascimento da 3ª República na França. - Paris cercado pelas tropas invasoras. Gambetta chega a Tours.	Morte de: - Jules de Goncourt (n. 1830): escritor francês. - Duque de Broglie (n. 1785). - Leoncio Vitor de Piemonte Itália – ministro de Luis Felipe. - General Lee (n. 1807), general americano dos exércitos do sul na Guerra da Secessão. - Prosper Merimée (n. 1803): escritor francês. - Lautrêamont (n. 1846): escritor francês. - Alexandre Dumas (n.1803): escritor francês. - Charles Dickens (n. 1812): escritor inglês. Nascimento de: - Lenine (Vlademir Aulinov) (+1924). **Cultura Portuguesa** Morte de: - A. O. Silva Gaio (n. 1830) - escritor português. **Invenções Descobertas** - Teoria dos conjuntos (J. Cantor – russo). - Torno automático. - Forno elétrico (Siemens).

Tabela 7 – Cronologia 1871

Literatura Portuguesa	História de Portugal	Cultura Universal
- Antero de Quental publica: Causas da Decadência dos Povos Peninsulares; O que é a Internacional. (Opúsculo). - Maio: posto à venda o primeiro número de As Farpas, publicação de Eça de Queiroz e Ramalho Ortigão. - Guilherme de Azevedo: Radiações da Noite. - Júlio Dinis: Os Fidalgos da Casa Mourisca. (2.v). - As Farpas: Folhetos mensais de Eça e Ramalho. Conferências do Cassino, no Cassino Lisbonense, Largo da Abegoaria. - 22 de maio: 1ª Conferência Antero de Quental "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares". - 06 de junho: Augusto Soromenho – "A Literatura Portuguesa". - 12 de junho: Eça de Queiroz: "A Literatura Nova ou O realismo como Nova Expressão de Arte". - 19 de junho: Adolfo Coelho: - "O Ensino". - 26 de junho: As Conferências do Cassino são proibidas por portaria do Ministro do Reino, Ávila e Bolama. - 27 de junho: protesto incerto nos jornais de Lisboa contra o encerramento das Conferência, assinado, por Eça, Antero, Sáragga, Adolfo Coelho, Batalha Reis, mais 49 assinaturas. - Cenáculo muda-se para a rua dos Prazeres, casa de Antero de Quental, depois de ter estado algum tempo na casa da rua da Cruz de Pau, no alto de Santa Catarina. **Literatura Universal** - Émile Zola: A Fortuna dos Rougon, primeiro volume de um vasto romance cíclico, que forma os Rougon – Marquart, História de uma família durante o segundo Império. (Último tomo – 1893). - E. Suess (geólogo austríaco): Face da Terra (inicio de publicação). - E. Renan: A Reforma Intelectual e Moral.	- Presença em Portugal, de Internacionalistas espanhóis. (Mora, Morago, Lorenzo). - Criação, em Lisboa de um núcleo da Internacional e da Aliança de Democracia Socialista. - Fundação da Empresa Insulana de Navegação. - Realização das Conferências Democráticas, no Cassino Lisbonense, no Largo da Abegoaria (hoje Largo Rafael Bordalo Pinheiro, no Chiado). - Inaugura-se a estátua de Pedro IV no Rossio (construída em 1870). **História Universal** - Eleições para Assembleia Francesa. - Governo de Thiers. - Insurreição da Comuna em Paris (março a maio) – tropas versalhesas são repelidas por Paris, quando tentam retirar os canhões de Montmartre. Início da insurreição da comuna – governo revolucionário que vai durar 73 dias (18 de março à 28 de maio). - Stanley encontra o dr. Livingstone em UJIJI, na margem do Lago Tanganica na África. - Unificação da Alemanha por Bismarck. - Guerra franco-prussiana. - 18 de Janeiro em Versalhes: Proclamação de Guilherme I, Imperador (Kaiser) da Alemanha	

2. 2 Geração de 70, Questão Coimbrã, Cenáculo, Conferências do Cassino

No artigo que escreveu para o Antero de Quental In Memoriam (1993) Jaime Batalha Reis, faz referência em várias partes do seu texto ao Cenáculo e aos seus frequentadores. O Cenáculo era a casa de Jaime Batalha Reis. Inicialmente era na Travessa do Guarda-mor; Antero de Quental, começou a morar junto com Batalha Reis e ambos foram para a rua São Pedro de Alcântara, em seguida para a rua Cruz de Pau e rua dos Prazeres até 1872. "Foi nessa casa que se planearam as Conferências democráticas do Casino." (ANTHERO, 1993, p.464).

> E como, o Antero e eu, nos tivéssemos habituado a estar juntos dia e noite, [...] fomos viver ambos para S. Pedro de Alcântara, em frente da Alameda, [...]. (p.445-6).
> "Foi à casa de S. Pedro de Alcântara que o Guerra Junqueiro veio ler o primeiro manuscrito da *Morte de D. João.* Foi aqui que começámos a tratar o Oliveira Martins, e era aqui que mais tarde, já reconciliado com o Antero de Quental com quem no Porto se batera em duelo, aparecia, às vezes, o Ramalho Ortigão.
> O Augusto Fuschini, o José Tedeschi, o Philemon da Silva Avelino, o Alberto Telles, o Antonio Machado e o Augusto Machado, _ [...] vinham também, além dos já mencionados, mas mais acidentalmente. (p. 449)
> Mais tarde chamou-se a isto um *Cenáculo.* Várias pessoas brilhantes, e do mundo acharam útil colocar-nos em atitudes consagradas e interessantes e atribuir-nos *posés chics*, caluniando-nos com a imitação da Bohemia literária francesa de 1830. Posso porém asseverar que o Antero de Quental, e o grupo muito limitado dos seus amigos, ignoraram sempre, absolutamente, que fossem *um Cenáculo*, ou qualquer outra coisa com pretensões a *Escola*, a *Centro*, a *Núcleo* pitoresco de Filosofia e Arte. (p. 449)

"O Cenáculo era uma pequena reunião de rapazes em sessão permanente em casa de Antero. Uns passavam lá o dia. Outros iam lá ficar de noite. Todos ali tinham os melhores dos seus livros, as suas notas, as suas provisões de princípios e de tabaco. (ORTIGÃO,1874, p.4). "Em Coimbra chamavam Cenáculo à casa de Antero. O Cenáculo era considerado como uma espécie de *Sabbat* [...]. "Os teóricos do Cenáculo, jacobinos idealistas, foram por isso mesmo fracos homens de ação. (MEDINA, 1984, p.53).

Além dos citados acima, frequentavam a casa de Batalha Reis e de Antero: Eça de Queirós, Guilherme de Azevedo, Guerra Junqueiro, Lobo de Moura, Manuel de Arriaga, Germano Meireles, Teófilo Braga, Anselmo de Andrade, Francisco Machado de Faria e Maia, Santos Valente, João de Deus, Adolfo Coelho, João Machado de Faria e Maia, José Fontana,

Esse grupo de jovens de vinte e dois a trinta e poucos anos, mais conhecido como a "Geração de 70" ou "setentistas", não forma um bloco ideológico, estética ou mesmo etariamente coeso. Tomando-se o termo "geração" num sentido restrito, podemos entendê-la, concordando com João Medina (1980), como um momento na história da cultura de um

povo, em que a criação de obras artísticas relaciona-se diretamente com certas idéias filosóficas, políticas e literárias predominantes em um determinado grupo etário.

Essa Geração de 70 tem entre seus componentes mais célebres, em relação ao pensamento, a figura proeminente de Antero de Quental; face à sociedade portuguesa, Eça de Queirós; e face à historiografia, Oliveira Martins _ os condutores desta revolução cultural. Juntam-se outros nomes não menos decisivos: Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Manuel de Arriaga, Rafael Bordalo Pinheiro, Guerra Junqueiro, Jaime Batalha Reis, Guilherme de Azevedo, Augusto Fuschini, Germano Meireles.

O crítico literário português, Alberto Ferreira (cf.1980, p.128) salienta que a noção de uma transformação operada em 1871 é tão insistente que o espírito público se habituou a considerar o nascimento do Portugal moderno ou da modernidade da cultura atual portuguesa o dia em que uns jovens revolucionários de Coimbra realizaram as Conferências do Cassino. Em 1871, no reinado constitucionalista de D. Luis I, espírito culto e liberal, um grupo de jovens intelectuais insatisfeitos e europeístas vibrou o primeiro golpe num certo Portugal ao organizar as Conferências do Cassino. Abriram, desse modo, inconsciente ou impensadamente, uma crise de identidade nacional que, apesar das diversas e subseqüentes tentativas regeneracionistas, foi a nota dominante de um século de vida portuguesa, cujo ponto culminante foi em 25 abril de 1975, fim do período do Estado Novo/ditadura salazarista.

A geração de 70 representa uma geral e extensa insurreição contra os valores, a mundivisão e a prática real, política, econômica e social da Regeneração; traz a modernidade pela ironia e pela sátira, pelo idealismo utópico e pela reflexão metafísica; explicita seu desprezo por um Portugal provinciano e pelas suas leituras vindas da França: "Pelos caminhos-de-ferro, que tinham aberto a Península, rompiam cada dia, descendo da França e da Alemanha (através da França), torrentes de coisas novas [...]. Nesse novo mundo que o Norte nos arremessava aos pacotes [...]." (QUEIROZ, 1879, p.1542, v.2)

2. 3 Acerca dos participantes das Conferências (dados biobibliográficos)

Neste item temos por objetivo apresentar o conjunto dos que assinaram o "Programa das Conferências", publicado no jornal *Revolução de Setembro* em 18 de maio (ver mais detalhes no item 3.1). Apresentaremos a idade, formação educacional e alguns outros detalhes da biografia de cada um, para verificar se formariam um grupo levando em conta os critérios mostrados por João Medina, (ver *Eça de Queiroz e a geração de 70*.). Com essa opção metodológica, pode ser explicitado a irrupção histórico-cultural dessas personalidades e outras mais, que seriam agrupadas com o nome de "Geração de 70".

Utilizamos alguns sites e obras para coleta de informações biobibliográficas e imagens. Os mais utilizados foram: Instituto Camões (instituto-camoes.pt) em que os verbetes dos autores são assinados pelos pesquisadores de cada um deles; Wikipedia (pt.wikipedia.org); Diário Universal (diário-universal.com); Infopedia (www.infopedia.pt); Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas-DGLAB (livro.dglab.gov.pt); Citi (www.citi.pt). E algumas obras, especialmente, João Medina. *As conferências do casino e o socialismo*,1984.

Tabela 8 - Participantes que assinaram o "Programa das Conferências" (publicado em *Revolução de Setembro* - 18/05/1871)

Participante	Nascimento-local/ morte-local	Idade em maio/jun.1871	Faculdade-Curso superior
Antero de Quental	18-04-1842-Ponta Delgada (ilha de S. Miguel/Açores) 11-09-1891-Ponta Delgada (ilha de S. Miguel/Açores)	29 anos	Faculdade de Coimbra-Direito
Eça de Queirós	25/11/1845 – Póvoa de Varzim 16/08/1900- Paris	26 anos	Faculdade de Coimbra-Direito
Francisco Adolfo Coelho	15-01-1847-Coimbra 09-02-1919-Carcavelos	24 anos	Faculdade de Coimbra-Matemática-2 anos
Augusto (Pereira do Vabo e Anhaya Gallego) Soromenho	20-02-1833 Apresentação/Aveiro 09-01-1878-Lisboa	38 anos	
Guilherme (Avelino Chaves) de Azevedo	30-11-1839- Santarém 06-04-1882-Paris	33 anos	
Jaime Batalha Reis	24-12-1847-Turcifal/Torres Vedras	24 anos	Instituto Geral de Agricultura-Agronomia/Sivicultura
Joaquim Pedro Oliveira Martins	30-04-1845-Lisboa 24-08-1894-Lisboa	26 anos	Não terminou o liceu (ensino médio)
Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue	08-07-1840-Matriz/Horta (ilha do Faial/Açores) 05-03-1917-Lisboa	31 anos	Faculdade de Coimbra-Direito
Salomão Bensabat Sáragga	19-09-1842-Lisboa 04-02-1900-Lisboa	29 anos	
Joaquim Teófilo Fernandes Braga	24-02-1843-Ponta Delgada/Ilha de São Miguel (Açores) 28-01-1924-Lisboa	28 anos	Faculdade de Coimbra-Direito
Augusto Fuschini	1843 - Lisboa 08/03/1911 - Lisboa	22 anos	Faculdade de Coimbra Matemática; Engenharia Civil e Engenharia de Minas
Germano Vieira de Meireles	22-02-1842 - Penafiel 03-12-1877- Porto	29 anos	Faculdade de Coimbra Direito

Antero de Quental - (Ponta Delgada, 18/04/1842 - 11/09/1891). O nome de Antero de Quental tornou-se no símbolo de uma geração (a Geração de 70 ou a Geração de Antero) e é referência obrigatória na poesia, no ensaio filosófico e literário, no jornalismo, mas também nas lutas pela liberdade de pensamento e pela justiça social, onde se afirmou como ideólogo destacado. Oriundo de uma das mais antigas famílias de colonizadores micaelenses (originários da Ilha de São Miguel/ Açores), alinhada nos setores liberais da sociedade, Antero continuou essa tradição, a exemplo do avô, André da Ponte de Quental, signatário da Constituição de 1822, e do pai, Fernando de Quental, um dos "7 500 bravos do Mindelo". Desembarcado em Lisboa aos 10 anos de idade, para estudar no colégio de António Feliciano de Castilho, veio a ingressar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1859, tornando-se rapidamente no líder dos estudantes e seu porta-voz, sendo o autor de vários manifestos contra o conservadorismo intelectual e sócio-político do tempo. Para esse prestígio contribuíam os poemas e artigos de crítica literária e política que ia escrevendo para os jornais e revistas coimbrãs: "A influência da Mulher na civilização", "A ilustração e o operário", "A indiferença em política", "O sentimento da imortalidade". *Os Sonetos de Antero*, o seu primeiro livro de poesia, data de 1860, e em 1865 publica *Odes Modernas*, obra por si caracterizada como "a voz da Revolução", resultante da aliança entre o naturalismo hegeliano e o humanismo radical francês de Michelet, Renan e Proudhon. É decisiva a importância das *Odes Modernas* no panorama literário português, pois a sua edição marca, entre nós, o advento da poesia moderna e está na origem da nossa maior polémica literária de sempre (durou cerca de 6 meses, com mais de 40 opúsculos) a “Questão Coimbra” ou do “Bom Senso e Bom Gosto”, o título da violenta carta-panfleto de resposta à crítica provocatória feita à Escola de Coimbra por A.F. Castilho, que personificava o tradicionalismo retrógrado e ultrarromântico. Manuel Bandeira, o grande poeta brasileiro, escreverá em 1942: "Costuma apontar-se o Eça como o modernizador da prosa portuguesa. Basta, porém, a carta "Bom Senso e Bom Gosto" para provar que se houve reforma da prosa portuguesa, ela já estava evidente no famoso escrito de Antero". Após a licenciatura, e atraído pelos ideais socialistas de Proudhon, sobretudo, pensa alistar-se nos exércitos de Garibaldi, mas acaba por aprender a arte de tipógrafo, na Imprensa Nacional, deslocando-se depois a Paris, em 1867, para aí exercer o oficio e familiarizar-se com os problemas do proletariado que, no nosso país, longe da industrialização, ainda eram desconhecidos. Durante essa estada, traumatizante e de curta duração, chegou a frequentar aulas no Collège de France. De regresso a Lisboa é convidado pelo partido de Pi y Margall, após o triunfo da revolução republicana em Espanha, para

colaborar num jornal democrático e iberista. Escreve então “Portugal perante a Revolução de Espanha”, onde critica duramente a centralização política, defendendo que só através de uma federação republicana democrática se poderia encontrar solução para os males da Península. Em 1868 viaja para a América do Norte (E.U.A. e Canadá) e, no regresso, fica a residir com Batalha Reis num andar da Travessa do Guarda-Mór (atual Rua do Diário de Notícias), o "Cenáculo", como era conhecido entre os amigos: Oliveira Martins, Eça de Queirós, Manuel de Arriaga, José Fontana, Ramalho Ortigão, entre outros. Inicia então (1870) uma intensa atividade política e social. Colabora na fundação de associações operárias e na introdução, em Portugal, de uma secção da Associação Internacional dos Trabalhadores; publica folhetos de propaganda. Nas palavras de Eduardo Lourenço: "Ninguém entre nós pôs mais paixão no propósito de decifrar e ao mesmo tempo emendar o destino português do que Antero”. O jornalismo também o atraía, tendo sido um dos diretores do República - Jornal da Democracia Portuguesa. Em 1872 publicou anonimamente o folheto “O que é a Internacional”, destinado a angariar fundos para a criação de um novo jornal, *O Pensamento Social*, que dirige de parceria com Oliveira Martins. Todavia, o período mais estimulante da sua vida pública foi o que culminou com a organização, junto com Batalha Reis, das Conferências do Casino, que se inauguraram em 22-V-1871, no Casino Lisbonense. A sua finalidade era a reflexão sobre as condições políticas, religiosas e económicas da sociedade portuguesa no contexto europeu, porque "não podia viver e desenvolver-se um povo isolado das grandes preocupações intelectuais do seu tempo", lia-se no programa, redigido por Antero. A mais célebre das conferências é a sua: “Causas da decadência dos povos peninsulares”, que foi imediatamente impressa e se tornou no seu mais conhecido texto em prosa. Para ele, a decadência das nações peninsulares, tão prósperas nos séculos XV e XVI, era devida a três causas de diversa natureza: moral, política e económica. A primeira tinha a ver com a transformação pós-Concílio de Trento do Cristianismo, "que é sobretudo um sentimento", no Catolicismo, "que é principalmente uma instituição". Um vive da fé, o outro do dogmatismo e da disciplina cega, que levou à Inquisição. A segunda, atribuiu-a ao Absolutismo, tão nefasto para a vida política e social como o Catolicismo para a Igreja. A terceira causa (sem discutir o caráter heroico das Descobertas) tinha a ver com as conquistas longínquas que levaram à decadência económica da Metrópole, com largas camadas da população a abandonar os campos com o olho nas riquezas da Índia: "Somos uma raça decaída por termos rejeitado o espírito moderno; regenerar-nos-emos abraçando francamente este espírito. O seu nome é Revolução [...] Se o Cristianismo foi a revolução do mundo antigo, a Revolução não é mais do que o Cristianismo do mundo moderno". Nunca em Portugal se fora tão longe na denúncia das consequências do poder temporal da Igreja, e por isso as conferências acabaram por ser proibidas através de portaria real. Da agitação que se seguiu a este atentado às liberdades,

consagradas mas não respeitadas, resultou o queda do governo que as suprimira. Mas nunca a ação política impediu Antero de continuar a vida literária. Em 1872 editam-se *Primaveras Românticas - Versos dos 20 anos e Considerações sobre a Filosofia da História Literária Portuguesa*. Dois anos depois manifesta-se a primeira crise de uma doença nunca completamente diagnosticada, que o vai impedir de se consagrar continuadamente a qualquer atividade. Ainda assim, fundou em 1875, com Batalha Reis, a *Revista Ocidental*, que visava a aproximação dos povos peninsulares. Durou apenas seis meses, pois a ideia que presidiu à sua concepção surgiu adiantada no tempo, embora os laços entre intelectuais das duas nações se tivessem então estreitado de modo muito significativo. Como a medicina nacional (Sousa Martins, Curry Cabral) não conseguisse atinar com o seu mal, decide ir a Paris consultar o célebre médico Charcot, que lhe receita uma cura num estabelecimento termal dos arredores de Paris, em 1878 e 1879. De volta a Lisboa, e sentindo algumas melhoras, retoma a atividade política e aceita candidatar-se como deputado pelo Partido Socialista nas eleições gerais de 1879 e 1880, embora não alimentando esperanças de vir a ser eleito. No ano seguinte, após ter adotado as filhas do seu grande amigo de Coimbra, Germano Meireles, falecido em 1878 (Albertina, de 3 anos, e Beatriz, de 1 ano e meio), decide fixar residência em Vila do Conde, onde irá permanecer 10 anos, os mais calmos e literariamente mais produtivos da sua vida. É lá que escreve os últimos sonetos, reflexo do espiritualismo que lhe permitirá ultrapassar a crise pessimista: "Voz interior", "Solemnia Verba", "Na Mão de Deus", entre outros, do último ciclo dos Sonetos *Completos*, editados em 1886 e que Unamuno considerou "um dos mais altos expoentes da poesia universal, que viverão enquanto viva for a memória das gentes". Para António Sérgio, os Sonetos constituem “o mais alto, luminoso cume a que subiu a poesia no nosso país”, enquanto José Régio considerará os *Sonetos* “não só um livro único entre nós, como um dos mais belos que possa escrever um poeta por igual rodeado de lucidez crítica e uma imaginação metafísica”. Antero classificou-os como “a verdadeira poesia do futuro, fora das tendências da literatura sua contemporânea”. A nova orientação de pensamento demonstrada nos últimos poemas e em *A Filosofia da Natureza, dos Naturalistas* (1886) surge exposta de modo inequívoco no ensaio filosófico *Tendências Gerais da Filosofia na Segunda Metade do Século XIX*, escrito a pedido do amigo Eça de Queirós, então diretor da *Revista de Portugal* e aí publicado nos primeiros meses de 1890. Neste estudo, o mais importante que legou à cultura portuguesa, o seu pensamento evoluiu no sentido de um novo espiritualismo, contra o positivismo e os materialismos da época. Na opinião de Jaime Cortesão, trata-se de “páginas das mais belas que jamais se escreveram em língua portuguesa” e que Joaquim de Carvalho definiu como “uma obra onde a beleza moral ofusca a própria beleza literária”. É também em 1890 que se situa a sua última intervenção política, após o Ultimatum Inglês, quando o país se levantou contra a humilhação

da Grã-Bretanha. Nesse contexto nasceu no Porto um projeto nacionalista - A Liga Patriótica do Norte - cujos promotores foram a Vila do Conde convidá-lo para Presidente. O movimento em breve se extinguiu, devido a rivalidades partidárias, e com ele a última ilusão de Antero. Surge então o projeto de se fixar definitivamente em Ponta Delgada, juntamente com as filhas adotivas, tendo embarcado em 05-06-1891. As primeiras cartas aos amigos são otimistas, mas em breve o seu estado de saúde se agrava. No dia 11 de Setembro, à hora do crepúsculo, após ter comprado um revólver, arma que usou pela primeira vez, Antero suicida-se, no Largo de São Francisco, junto ao Convento da Esperança. Havia escrito na carta autobiográfica enviada a Wilhelm Storck, o tradutor alemão dos *Sonetos*, em Maio de 1887: “Morrerei, depois de uma vida moralmente tão agitada e dolorosa, na placidez de pensamentos tão irmãos das mais íntimas aspirações da alma humana e, como diziam os antigos, na paz do Senhor - Assim o espero”. (Ana Maria Almeida Martins).

Eça de Queiroz - Por Carlos Reis - (Póvoa de Varzim, 1845-Paris, 1900). Eça de Queirós desenvolveu a sua vida literária entre 1866 e 1900. Nesse lapso temporal, Eça marcou a cena literária portuguesa com uma produção literária de alta qualidade, alguma dela deixada inédita à data da sua morte. Formado na Coimbra romântica e boêmia dos anos 60, o jovem Eça acolhe Antero de Quental como líder de uma geração de intelectuais abertos ao influxo de correntes estéticas e ideológicas que se projetam na vida literária desses anos e das décadas seguintes: socialismo, realismo, naturalismo, etc. (cf. "Um Génio que era um Santo", in *Notas Contemporâneas*). Logo depois, em Lisboa e em Évora, Eça de Queirós conhece a experiência do jornalismo (em *O Distrito de Évora*, na *Gazeta de Portugal*, onde colabora com folhetins postumamente editados em livro, em 1903, com o título *Prosas Bárbaras*). A invenção (com Antero e Batalha Reis) da figura de Carlos Fradique Mendes, bem como a composição de *O Mistério da Estrada de Sintra* (publicado em cartas, em 1870, no *Diário de Notícias*, de parceria com Ramalho Ortigão) prolongam ainda o tom e a temática romântica que caracterizam este Eça em tempo de aprendizagem literária. As Conferências do Casino (em maio/jun.1871 e de novo sob o impulso motivador de Antero) representam, na vida literária de Eça de Queirós e da sua geração, um momento decisivo e de abertura a novos rumos estéticos e ideológicos: relaciona-se essa abertura com a análise e com a crítica da vida pública que *As Farpas* (1871-72, de novo com Ramalho) haviam iniciado, sob o signo do realismo e já mesmo do naturalismo emergentes em Portugal. O facto de ter saído do país, em 1872, quando parte para o seu primeiro posto consular, em Havana,

não impede o romancista de fazer da crítica à vida pública do seu país um dos grandes vetores da sua obra. A verdade, porém, é que Eça se vê confrontado com a distância a que se encontra o espaço português que deveria observar e di-lo numa carta a Ramalho Ortigão, a 8 de abril de 1878: "Convenci-me de que um artista não pode trabalhar longe do meio em que está a sua matéria artística". As *Cenas Portuguesas* (ou Cenas da Vida Portuguesa) em que Eça então trabalhava acabariam por abortar, enquanto projeto de ampla crônica de costumes, envolvendo um conjunto harmonioso de narrativas. Apesar disso, o escritor consagra o fundamental da sua atividade literária, entre meados dos anos 70 e meados dos anos 80, à escrita, publicação e revisão de romances de índole realista e naturalista: *O Crime do Padre Amaro* (com três versões, muito distintas entre si, em 1875, 1876 e 1880), *O Primo Basílio* (1878) e, de certa forma ainda, *A Relíquia* (1887) e *Os Maias* (1888), este último um romance em que ecleticamente se fundem temas e valores de feição diversa. Depois disso, Eça privilegia áreas temáticas e opções narrativas nalguns casos claramente afastadas das exigências do realismo e do naturalismo: *O Mandarim* (1880) fora um primeiro passo nesse sentido, tal como o serão depois, em registros peculiares; *A Correspondência de Fradique Mendes* (1900); *A Ilustre Casa de Ramires (*1900) e *A Cidade e as Serras* (1901), romance que, tal como os dois títulos anteriores, deve considerar-se semi-póstumo (uma parte da obra revista pelo autor em vida). Por publicar ficam tentativas em estado diverso de elaboração: *A Capital; O Conde Abranhos; Alves & Cª.; A Tragédia da Rua das Flores*, este último um projeto claramente abandonado pelo escritor.

No seu conjunto, a obra queirosiana exibe formas e temas muito distintos, pode dizer-se até que em constante (ainda que lenta) mutação. Essa mutação traduz não apenas um sentido agudo de insatisfação estética (patente também no fato de o escritor ter submetido muitos dos seus textos a profundos trabalhos de reescrita), mas também uma grande capacidade para intuir e até antecipar o sentido da evolução literária que no seu tempo Eça testemunhou e viveu. Enquanto intérprete do realismo e do naturalismo, Eça tratou de cultivar um tipo de romance consideravelmente minudente, no que toca aos espaços representados e às personagens caracterizadas; entre estas, avultam os tipos sociais, emblematicamente remetendo para aspectos fundamentais da vida pública portuguesa, na segunda metade do século XIX. À medida que as referências realistas e naturalistas se vão diluindo, é a representação da vida psicológica das suas personagens que começa a estar em causa: a articulação de pontos de vista individuais, bem como o tratamento do tempo narrativo constituem domínios de investimento técnico que o romancista trabalhou com invulgar perícia; por outro lado, as histórias relatadas diversificam-se e dão lugar a diferentes estratégias narrativas: narradores de feição testemunhal (*O Mandarim, A Relíquia, A Cidade e as Serras*) alternam, então, com formas de representação próximas do relato biográfico e do testemunho

epistolográfico (*A Correspondência de Fradique Mendes*). As transformações assinaladas são indissociáveis de balizas ideológicas e periodológicas que, sem excessiva rigidez mas com inegável significado epocal, devem ser mencionadas. Deste modo, enquanto aceita os princípios do realismo e do naturalismo, Eça procura fundar a representação narrativa na observação dos cenários que privilegia; as personagens que os povoam (Luísa, Amaro, Amélia) surgem como figuras afetadas por fatores educativos e hereditários que os romances tratam de pôr em evidência, de forma normalmente muito crítica. Já, contudo, a terceira versão de *O Crime do Padre Amaro* abre caminho a indagações de natureza histórica e a incursões pelo simbólico. Em harmonia com estas tendências, *Os Maias* revelam um aprofundamento notório dessas indagações: não é possível entender o trajeto pessoal das personagens mais relevantes sem aludirmos ao devir de uma família que, ao longo do século XIX, testemunha, em várias gerações, os acontecimentos históricos, políticos e culturais que decisivamente marcam a vida pública portuguesa. Para além disso, o protagonista do romance vive o destino trágico que, pela via do incesto, conduz a família à extinção. O que permite remeter esse destino, de novo pelo eixo das ponderações simbólico-históricas, para o plano das vivências coletivas; essas vivências envolvem a geração de Eça e, mais alargadamente, o Portugal decadente do fim do séc. XIX, que é aquele que Carlos da Maia observa em Lisboa, quando por algum tempo regressa, em 1887. Por fim, este Eça é o mesmo que recupera a figura de Carlos Fradique Mendes, fazendo dele não apenas uma manifestação de dandismo, mas também a voz autónoma que valoriza o genuíno e os costumes pitorescamente portugueses, ao mesmo tempo que refuta (a exemplo do que se lerá em *A Cidade e as Serras*) os excessos da civilização moderna e finissecular. O romance *A Ilustre Casa de Ramires* vem a ser, por um lado, a cedência de Eça àquilo a que chamara "o latente e culpado apetite pelo romance histórico" e, por outro lado, uma nova oportunidade para pensar ficcionalmente a História de Portugal, em tempo de profunda crise institucional, com alcance nacional (Ultimato inglês, 31 de janeiro, iminência de bancarrota, etc.) Ao mesmo tempo, Gonçalo, protagonista de *A Ilustre Casa de Ramires,* faz-se novelista de circunstância e, desse modo, projeta no romance traumas e fantasmas que eram os do próprio Eça (o receio do plágio, as dificuldades da escrita, a sedução pela Idade Média, etc.). Refira-se ainda que a produção literária de Eça de Queirós não se limitou ao romance, mas estendeu-se também ao conto: em certos contos queirosianos (por exemplo em "Civilização"), estão embrionariamente inscritos temas e ações desenvolvidas em romances. Para além disso, Eça colaborou em diversas publicações periódicas ou de circunstância (jornais, revistas, almanaques). Em algumas daquelas chegou a manter uma regular atividade de cronista, na qual se surpreende o observador privilegiado e atento à vida política internacional, à evolução dos costumes, à atividade cultural, etc. Foi também por acreditar na capacidade de intervenção destes seus escritos que Eça projetou,

fundou e dirigiu a *Revista de Portugal* (1889-1892). Apesar da vida efêmera que teve, a *Revista de Portugal* conseguiu afirmar-se como uma das mais cultas e elegantes publicações da sua época, buscando superar, com a ajuda de vozes prestigiadas (além de Eça, Oliveira Martins, Antero de Quental, Alberto Sampaio, Moniz Barreto, Teófilo Braga, Luís de Magalhães, Rodrigues de Freitas, etc.), o clima de vencidismo a que o escritor também chegou a aderir.

Oliveira Martins – (Lisboa, 1845 - Lisboa, 1894) - Historiador, teórico do socialismo, economista e prosador admirável, Oliveira Martins teve uma juventude difícil. Nascido de uma família burguesa de fracos recursos, ficou órfão de pai aos 12 anos. O pai era funcionário público e pequeno proprietário, e a mãe; embora oriunda de gente abastada, recebera apenas uma pequena herança, pois vigorava então a lei do morgadio. Aos 15 anos, Oliveira Martins teve de interromper os seus estudos no Liceu Central de Lisboa e na Academia de Belas-Artes, para acorrer ao sustento da mãe e de cinco irmãos menores, empregando-se numa casa comercial de 1860 a 1870, ano em que esta fechou. Consegue, porém, obter o lugar de administrador na empresa portuguesa "Companhia de Minas Fundição de Chumbo Santa Eufêmia", na povoação de Santa Eufémia", em Córdova, região de Andaluzia, sul da Espanha, já casado, de 1870-1874. Embora ocupado durante o dia com os seus deveres profissionais, Oliveira Martins dedicava desde muito cedo os serões ao estudo, lendo autores nacionais e estrangeiros. Colabora na imprensa da época, onde defende os ideais da justiça social, representados na doutrinação republicana e socialista. Nesse mesmo ano de 1870, entra para o grupo do Cenáculo, onde convive com Antero de Quental. Convencido ainda do socialismo de tendência proudhoniana, publica a *Teoria do Socialismo* (1872) e *O Socialismo em Portugal* (1873), que mereceram por parte de Antero os maiores louvores. A sua situação econômica não é ainda desafogada e, quando se lhe oferece a oportunidade de trabalhar na companhia construtora do caminho-de-ferro do Porto à Póvoa do Varzim, Oliveira Martins abandona a Espanha e fixa-se no Porto. Em Maio de 1874 já está a serviço da companhia, onde tomará depois conta da sua direção técnica. Inicia-se, então, um período liberto de quaisquer preocupações materiais. Instalado na bonita casa de Águas Férreas, entrega-se com afinco ao trabalho intelectual. Publica o opúsculo *A Reorganização do Banco de Portugal* (1877) e uma *Memória sobre a Circulação Fiduciária* (1877), premiada num concurso da Academia das Ciências de Lisboa. Pouco tempo depois, é nomeado sócio correspondente

desta instituição. Após tentativas malogradas para a sua eleição como deputado pelo Partido Socialista e incompatibilizado, tal como Antero, com os republicanos, O. M. desiste da intervenção política e concebe um plano de trabalho grandioso, destinado a educar o cidadão português. Lança, assim, a «Biblioteca das Ciências Sociais», inaugurada com a *História da Civilização Ibérica* (1879) e terminada com a *História da República Romana* (1885), que ficou incompleta. Mas, nos seis anos que vão do primeiro ao último volume, o escritor produz, a um ritmo impressionante, a *História de Portugal* (1879), *O Brasil e as Colónias Portuguesas* (1880), *Elementos de Antropologia* (1880), *Portugal Contemporâneo* (1881), *As Raças Humanas e a Civilização Primitiva* (1881), *Sistema dos Mitos Religiosos* (1882), *Quadro das Instituições Primitivas* (1883), *O Regime das Riquezas* (1883) e as *Tábuas de Cronologia e de Geografia Histórica* (1884). Tal é a sua capacidade criadora que dentro de dois anos consegue publicar quatro volumes. Já antes de iniciar a «Biblioteca» dera prova dessa produtividade, pois em 1878, além da *Memória sobre a Circulação Fiduciária*, publicara *O Helenismo e a Civilização Cristã* e ainda as *Eleições*. Uma obra de tal magnitude, produzida em tão curto espaço de tempo, não pode deixar de conter imprecisões e erros de fato. Mas a qualidade mestra destes escritos é o poder de síntese e de integração teórica de uma vasta bibliografia dentro de um sistema de pensamento coerente e lúcido. A sua obra suscita admiração e algumas invejas, que se colam a essas falhas de informação para a diminuir no seu conjunto. Em 1885, tenta novamente a política, ingressando no Partido Progressista, ao qual fora levado pela estima e admiração que nutria pelo seu chefe, Anselmo José Braamcamp. O. Martins entende que é esta a única via que se lhe oferece para intervir decisivamente na vida nacional. A morte de Braamcamp nesse mesmo ano deixa-o profundamente abalado, mas continua a militar no partido. Em 1886 é deputado pelo círculo de Viana do Castelo e em 1887 é eleito pelo Porto. O seu *Projeto de Lei sobre o Fomento Rural*, apresentado, então à Câmara, cai completamente no esquecimento. Vivendo em Lisboa, passa a dirigir *O Repórter*, desde Maio de 1888, onde procura criar na opinião pública uma corrente favorável a um projeto de reforma, destinado a tirar o País do seu endémico atraso económico. Em 1889, é nomeado administrador da Companhia de Tabacos Régia, com uma remuneração condigna. Mas o emprego não dura muito tempo. Em 1891 a Companhia é desnacionalizada pelo Governo e entregue ao banqueiro Burnay. Nesse mesmo ano, O. Martins publicara *Os Filhos de D. João I* e *Camões - Os Lusíadas e a Renascença em Portugal*, além de *Portugal em África*. A saúde ressentia-se, porém, do esforço imenso que despendera na sua obra e na vida prática. À doença, que o consumia e se supõe ser a tuberculose, juntava-se agora, mais uma vez, preocupações de natureza económica. É por essa altura, em 17 de Janeiro de 1892, que o chefe do partido o chama para amparar a pasta da Fazenda. Ora, o País encontrava-se à beira da bancarrota. E as medidas adoptadas por

O. Martins são consideradas demasiado drásticas e impopulares. Elas feriam ainda prerrogativas das facções políticas. Vítima de uma intriga, o escritor pede a demissão e, em 27 de Maio, sai de um governo que durara apenas quatro meses. Após breve visita a Inglaterra, donde trouxe a *Inglaterra de Hoje* (1892), é eleito deputado pelo Porto, nesse mesmo ano. A 6 e 7 de Fevereiro de 1893 pronuncia na Câmara dos Deputados um discurso em que rebate as injustiças de que havia sido alvo na sua gerência do Ministério da Fazenda, onde conseguira criar receitas e fazer economias. Um novo projeto literário animava então Oliveira Martins: a *História do Tempo de Avis*. Iniciada com *Os Filhos de D. João I* (1891), o escritor receava não ter forças suficientes para a levar a cabo. Em 1893 publica *A Vida de Nun'Álvares*. Este friso de biografias procurava revelar, através do estudo das grandes personalidades, a ação política da dinastia de Avis. Todavia, em 1894, o escritor sente-se cada vez pior. Havia começado a redigir *O Príncipe Perfeito*. E, no intuito de se documentar, faz ainda uma viagem à Espanha. De regresso, a sua situação agrava-se. Profundamente debilitado, ditava a sua mulher as páginas da que seria a sua última obra e que ficaria incompleta, tendo sido publicada dois anos depois de morrer. A obra de Oliveira Martins, na sua diversidade e rica complexidade, está ainda por estudar. Inicialmente influenciado pelo socialismo proudhoniano, o seu pensamento evoluiu no sentido do socialismo de cátedra, que acreditava numa reforma social imposta de cima, graças à autoridade de um chefe ou césar prestigiado. A sua ignorância da cena política alemã e do que aí se passara nas relações havidas entre os socialistas de cátedra e o Kaiser alimentava as suas ilusões. Convencido das doutrinas evolucionistas do tempo, da teoria de Taine, O. Martins traçou os grandes quadros da história, dando particular atenção ao enquadramento geográfico e aos fatores étnicos na formação dos povos. Concebendo a sociedade como um organismo, na esteira de Herbert Spencer, e a história como um drama, ele captou com grande lucidez os móbiles da ação política e os fatores econômicos e sociológicos que a condicionam. O que, para a época, era grande novidade. A crematística, que antecipa a estatística, a economia e a nomologia, que corresponde à sociologia, são ciências que ele utiliza sabiamente, ao explorar brilhantes hipóteses de trabalho. Mas a sua imaginação criadora supria os hiatos da documentação e apresentava, quer através dos seus admiráveis retratos, quer através de quadros de multidões ou de grupos, uma visão muito persuasiva do fenómeno histórico, em que a arte, não raro, se substitui à ciência. Algumas das suas intuições são muito penetrantes e reveladoras do caráter português. O seu evolucionismo histórico não se libertou, porém, da ideia de «força», ou impulsão de raiz metafísica, herdada dos teóricos germânicos, nem do falso conceito de raça, que teve uma influência nefasta no seu pensamento sociológico e político. In Dicionário Cronológico de Autores Portugueses, Vol. II, Lisboa, 1990

Germano Vieira de Meireles

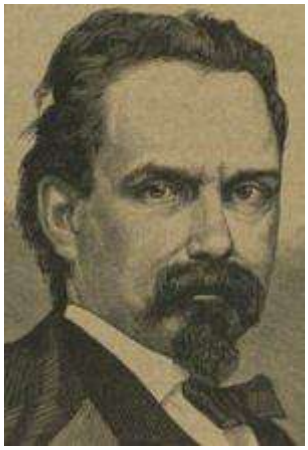
Germano Vieira de Meireles - (Penafiel-1842- Porto-1877), advogado, jornalista crítico literário. Filho de um famoso professor e médico coimbrão. Foi um dos grandes vultos da Escola Coimbrã e da Geração de 70 e amigo pessoal de Antero de Quental. Este lhe dedicou a primeira edição das *Odes Modernas* em 1865, foi seu grande confidente e adotou as duas filhas de Germano, quando este morreu de aneurisma aos 35 anos e a mãe (Teresa de Jesus Costa) em 1885. Afirmava-se monárquico, anti-iberista e antifederealista. Disse Teófilo que Germano era um tipo raquítico, aleijado sarcasta, maligno (em *Raios de Extinta luz*). Em 1864, fundou em Penafiel um semanário de qualidade notável, *O Século XXI*, o primeiro jornal que se publicou na cidade e que reuniu colaborações de grandes intelectuais da época, tais como: Antero de Quental, João de Deus, Alberto Teles. Era um jornal maçônico. Redigido por Germano e por António Joaquim de Araújo. Colaborou em periódicos: *O Primeiro de Janeiro, O Instituto, O Fósforo, A Gazeta Democrática, O Progresso Comercial* (fundado por Germano). No testamento de Antero de Quental, este deixou para as filhas do amigo parte de sua herança.

Guilherme Avelino Chaves de Azevedo (Santarém,1840-Paris, 1882) - um dos poetas, cronistas da imprensa e satiristas portugueses mais brilhantes e inovadores da Geração de 70. Foi um dos representantes da poesia revolucionária introduzida no país por Antero de Quental (*Odes Moderna*s, 1865), tendo recebido influências ainda dos franceses Vitor Hugo e Charles Baudelaire. Desde a infância foi fisicamente frágil, como resultado de uma queda que o deixou coxo e lhe provocou uma lesão de que viria a morrer prematuramente aos quarenta e dois anos de idade. Viveu, por essa razão, obcecado por esconder os seus males físicos. Em 1871, fundou em Santarém o periódico *O Alfageme*, primeiro momento da sua carreira jornalística e onde defendeu, com escândalo no país à época, as ideias revolucionárias da Comuna de Paris. Instalou-se em Lisboa, onde abraçou definitivamente o jornalismo, profissão na qual atingiu posição relevante. Trabalhou nos periódicos *Diário da Manhã*, *O Pimpão* e na *Lanterna Mágica (*1875). Colaborou no *Primeiro de Janeiro* com um folhetim semanal, bem como no jornal *O Panorama* (1837-1868) e nas revistas *A Mulher* (1879), *República das Letras* (1875), *Ribaltas e Gambiarras* (1881) e *Jornal de Domingo* (1881-1883), e ainda na imprensa brasileira no *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro-1878-1881). Como poeta, foi um autor representativo, abordando temas modernos numa

escrita de índole épico-social. Publicou os primeiros versos no *Almanaque de Lembranças (*1864), sob o pseudónimo de G. Chaves, vindo a colaborar posteriormente em vários periódicos, como o *Comércio de Lisboa*, *Revolução de Setembro e Gazeta do Dia,* onde, em parceria com Guerra Junqueiro, manteve as crónicas humorísticas da rubrica “Ziguezagues”. Fundou *O António Maria* em 1879 com Rafael Bordalo Pinheiro, e, ainda ao lado deste, dirigiu e colaborou no *Álbum das Glória*s. (Assinando como “João Rialto”). No mesmo ano, novamente com Guerra Junqueiro, redigiu a sátira teatral *Viagem à roda da Parvónia,* que seria proibida, mas que Ramalho Ortigão considerou uma "*fiel pintura dos costumes constitucionais*" do país à época. Em 1880, em consequência da fama conquistada como cronista mundano e político, o periódico carioca *Gazeta de Notícia*s nomeou-o seu correspondente em Paris, função que desempenhou nos dois últimos anos da sua vida. As suas poesias, reunidas nas três coletâneas *Aparições* (1867), *Radiações da Noite* (1871) e *Alma Nova* (1874), encarnam o novo realismo satírico de inspiração baudelairiana no país. Com o pseudónimo "João Rialto" deixou vários escritos com elevado humorismo. Em 1949, a Câmara Municipal de Lisboa homenageou o poeta, dando o seu nome a uma rua junto à Avenida da Igreja, em Alvalade.

Francisco Adolfo Coelho (Coimbra,1847-Carcavelos/Cascais 1919). Teve uma infância difícil. Fez o ensino médio em Coimbra. Entrou com 15 anos na Universidade de Coimbra no curso de Matemática em que ficou apenas dois anos, abandonando os estudos. Foi autodidata. Aprendeu alemão sozinho, estudando autores alemães. Sua conferência (4ª) nas Conferências Cassino _ A Questão do Ensino _ foi publicada em livro em 1910 pelo próprio autor. Sua palestra foi a que causou maior irritação nos meios governamentais e institucionais. Era irmão de Eduardo Coelho, fundador e diretor, até sua morte, do jornal lisboeta*, Diário de Notícias* (dez./1864), o que proporcionou uma descrição perfeita do conteúdo de sua palestra nas Conferências do Cassino. Iniciou seu trabalho concentrando seu trabalho no estudo da literatura e tradições populares. Na área da literatura popular, Adolfo Coelho organizou a primeira recolha sistemática de contos populares portugueses (*Os Contos Populares Portugueses*, 1879) assim como as primeiras recolhas de literatura e tradições infantis (*Jogos e Rimas Infantis*, 1883). Defensor da escola Froebel, criador dos Kindergarten. Na área das tradições populares, além de inúmeros outros estudos avulsos, Coelho foi o autor dos *Materiais para o Estudo das Festas, Crenças e Costumes Populares Portugueses* (1880) - publicados na *Revista de Etnologia e Glotologia* por ele

fundada e dirigida - e que constituem uma das mais importantes recolhas de tradições populares da antropologia portuguesa oitocentista. Lecionou na Escola Superior Normal de Lisboa; foi diretor da Escola Rodrigues Sampaio, criada por sua iniciativa. Organizou um importante Museu Pedagógico na Velha Escola do Magistério Primário de Lisboa. Ingressou no meio universitário em 1878 no Curso Superior de Letras. Ministrou aulas de Filologia Romana Comparada e Filologia Portuguesa. Foi uma das figuras decisivas na criação e desenvolvimento inicial das ciências da etnografia e antropologia em Portugal. Autor das obras: *Alexandre Herculano e o Ensino Público*, 1910; a conferência "O ensino" foi publicada em folheto com o título "A questão do ensino" (Coube a F.Adolfo Coelho, imbuído de germanismo e hegeliano confesso, chamar a atenção para a importância de David Friedrich Strauss (1808-1874) com a obra *Vida de Jesus Criticamente examinada* (1835). Em sua conferência, Adolfo Coelho ataca a união da Igreja e do Estado colocada na Carta constitucional. Esta união impedia a liberdade de questionamento e criação de espírito científico que encara racionalmente todas as conquistas do saber e suas verdades. Contesta o catolicismo como religião do Estado imposta a todos os portugueses); *Os Ciganos em Portugal,* 1892; *Noções Elementares de Língua Portuguesa*, 1880; *Le Cours Superière de Lettres,* 1900; Cultura e Analfabetismo, 1916. Colaborou nos periódicos: *Renascença* (1878-1879?), *El Pantheon* (1880-1881), *Froebel* (1882-1884), *Blanco y Negro (*1896-1898) e *Serões* (1901-1911); *Revista de Etnologia e Glotologia,* um periódico que ele próprio fundou e dirigiu e constitui uma das coleções mais importantes de tradições populares compiladas por antropólogos portugueses do século XIX. Suas obras: *A Questão do Ensino*, Porto, 1872; *A Reforma do Curso Superior de Letras*, 1880; *O trabalho manual da escola Primária*, Lisboa, 1882; *Secção de ciências étnicas. Esboço de um Programa para o estudo antropológico, patológico e democrático do povo português,* Lisboa, 1890; *Os Elementos tradicionais da educação*, Porto, 1883; *Para a história da instrução popular*, 1895; *O ensino histórico, filológico e filosófico em Portugal até 1858*, Coimbra, 1900; *O Curso Superior de Letras e os Cursos de Habilitação para o Magistério Secundário*, Lisboa,1908; *Alexandre Herculano e o Ensino Público*, Lisboa, 1910; *Cultura e Analfabetismo*, 1916.



Augusto Soromenho/Seromenho - (Freguesia de Apresentação, Aveiro/1834 - Lisboa 1878). A família morou em Aveiro e acabou por se fixar no Porto. Ainda muito novo se empregou como *escrevente* das alfândegas. À noite, lia livros que obtinha por empréstimo, revelando-se um autodidata, pois aprendera latim e obtivera profundos conhecimentos de literatura. Nas horas vagas e nos feriados, visitava a Biblioteca de São Lázaro, cujos empregados se admiravam por consultar os clássicos e as obras escritas em línguas mortas. Na Biblioteca de São Lázaro travou conhecimento em 1851 com José Ferreira da Silva, redator do jornal diário *Portugal* (Porto), um periódico conservador, que o contratou como revisor. Pouco depois, passou a colaborar no jornal, mostrando-se nos seus escritos; defensor dos princípios conservadores. Passou a colaborar em diversos periódicos católicos: *A Cruz* e *O Cristianismo;* dirigiu o periódico *Biblioteca Católica do Século XIX.* Passou a frequentar os meios intelectuais portuenses, estabelecendo relações com algumas das figuras importantes da intelectualidade da época. Por esta altura passou a assinar artigos com o nome de *Augusto Pereira de Vabo y Añaya Gallego Soromenho* e outros com *de Castro e Pedegache.* Tinha gênio difícil e pouca sociabilidade. Em 1855, com 22 anos de idade, publicou no Porto o volume *Diwan (Divã)*(poesia)*, hoje* obra rara. Também por volta de 1855 obteve um modesto emprego na Biblioteca do Porto, onde se dedicou ao estudo da história de Portugal e de arqueologia. Em inícios de 1858, conheceu Alexandre Herculano, que ficou impressionado com o seus conhecimentos dos clássicos e da língua portuguesa. Desse encontro resultou um convite de Herculano para se transferir para Lisboa e passar a colaborar nos seus trabalhos de história de Portugal. Aceitou e a partir de meados de 1858 passou a trabalhar na biblioteca da Academia Real das Ciências de Lisboa, tendo nestas funções sucedido a Alexandre Herculano na coordenação da obra *Portugaliæ Monumenta Historica*. Apesar disso, e seguindo o seu padrão de relacionamento difícil, acabou por cortar relações com o seu antigo protetor Alexandre Herculano, que em retaliação lhe cortou o acesso ao acervo da Torre do Tombo. Em fins de 1859, era delegado da Academia Real das Ciências de Lisboa, em Madrid. Ali frequentou o curso de árabe. Regressou depois a Lisboa, onde leccionou árabe durante alguns anos no Liceu Nacional de Lisboa. Em 1867, substituiu António Pedro Lopes de Mendonça na sua cátedra de Literatura portuguesa no Curso Superior de Letras onde, em 1872, passou a reger a cadeira de História. Foi um dos conferencistas do Cassino, 06/06/1871, terceira conferência _ "A Literatura Portuguesa Contemporânea". Augusto Soromenho faleceu em 9 de Janeiro de 1878, vítima de tuberculose pulmonar. Foi casado com uma portuense, Maria da Glória, e deste união nasceu um único filho, falecido em Lisboa a 9 de Maio de 1899, também chamado

Augusto Soromenho, que publicou diversos trabalhos, entre os quais um *Dicionário Corográfico Postal*.

Augusto Maria Fuschini- (Lisboa,1843- Lisboa,1911). Engenheiro civil, chefe de serviços da companhia de Caminhos de Ferro Portugueses, vogal do Conselho dos Monumentos Nacionais, ministro de estado honorário e conselheiro de estado efetivo, vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Participou das Conferências do Cassino em 1871. Militou no Partido Regenerador, foi deputado a partir de 1879-1904. Professava ideias socialistas, defendendo a causa do operariado com grande simpatia e fazendo propaganda para a criação de cooperativas. Foi ministro da Fazenda em 1893, no governo de Ernesto Rudolfo Hintze Ribeiro e, em 1899, eleito deputado pelo círculo de Santiago do Cacém, localidade a que muito ficou ligado. Descendia de uma família italiana estabelecida em Portugal, por parte de um pintor, Archangelo Fuschini, que trabalhara no Palácio da Ajuda. Matriculou-se no curso de Matemática da Faculdade de Ciências e no curso de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, tendo sido um dos estudantes mais laureados do seu tempo. Formou-se seguidamente em engenharia civil e em engenharia de minas, concluindo o curso com distinção. Terminado o curso iniciou uma carreira na área da engenharia, à qual aliou um grande interesse pelos monumentos, pela arquitetura e pela história da arte. Presidiu diversas comissões de melhoramentos públicos. No fim da vida interessou-se por questões arqueológicas e artísticas, particularmente pelo restauro da Sé de Lisboa. Concorreu a uma cadeira na Escola de Belas-Artes de Lisboa. Apesar das fortes dissidências políticas em que se envolveu, adversário de João Franco, 'manteve o seu assento parlamentar, tomando parte nas discussões mais relevantes, especialmente as que versaram questões económicas e financeiras, matérias que estudou com profundidade e sobre as quais escreveu múltiplos artigos e discursos. Para além de múltiplos artigos dispersos na imprensa, com destaque para as revistas *Jornal do domingo* (1881-1888) e *Ilustração portuguesa.* Escreveu um livro de memórias *Liquidações Políticas; Vermelhos e Azuis* (Lisboa, 1899); *Ensaios de História de Arte/A arquitetura religiosa na Idade Média* (Lisboa, 1904); Folheto de 13 páginas sobre Socialismo editado pela Tipografia Imprensa Literária, em Coimbra

Salomão Bensabat Sáragga (Lisboa,1942- Lisboa,1900). Judeu, descendente de família sefardita. Filho de Francisco Aarão Sáragga (1796-1872), um rico comerciante judeu nascido em Argel (Argélia) e um dos principais membros da comunidade judaica de Lisboa no século XIX, e de Reyna Bensabat. Seu pai terá sido o primeiro Sáragga a vir para Portugal após o término da Guerra Civil Portuguesa e a implantação do liberalismo, por volta de 1835, a convite do governo português como representante da família, então residente em Argel, para o fornecimento em grandes quantidades de gado bovino importado da Argélia. Foi casado com uma marroquina, Symmi Philipps (1842-1926), natural de Mogador (antes Essaouira/Marrocos). Viveu 14 anos seguidos em Paris onde ensinou português; travou relações com Ernst Renan; fundou e dirigiu a revista portuguesa "*Dois Mundos* :ilustração para Portugal e Brasil" (ago.1877—nº1 a abril 1881- n. 36), impressa na Tipografia Ch.Unsinger, na Rua do Bac, n. 83 Paris. O primeiro número tem Jules Michelet na capa. A partir de 1879, foi impressa na Imprensa Nacional em Lisboa. Nela colaboraram: Antero, desde o primeiro número; Oliveira Martins, Batalha Reis, Santos Valente, Lobo de Moura, Diogo de Macedo, Catulle Mendès, Daudet, Julio Cesar Machado, Paul Féval, Ramalho Ortigão, Teixeira Bastos, Guiomar Torresão, Bento Moreno, Zola, Bulhão Pato, Alexandre Dumas, Joaquim Araújo, João Maria Tedeschi, Merimée, Benancanfor, Maxime du Camp. Voltado ao culto das Letras gastou nelas sua fortuna. Voltou de Paris sem sua primitiva fortuna, mas adorando sempre Ernst Renan. Também foi diretor-proprietário da obra *A Europa Pitoresca*. Traduziu *Astronomia Popular*, de Camille Flammarion; *O melro branco,* de J. Barrili; Cesar *Cascabel*, de Julio Verne. D. Pedro II, imperador do Brasil, fez questão de encontrar-se com Sárraga, para treinar o idioma hebraico, em sua ida a Portugal em 1871, episódio narrado por Eça de Queirós em *As Farpas*. Sua morte em 19-03-1900, de tuberculose, foi assinalada por: João da Câmara (*O Ocidente* 30-03-1900 - "Crónica Ocidental")

> Sua Majestade Imperial passa, com justiça, por um dos homens mais sóbrios do seu vasto império. Sopa, carne cozida, legumes, água e um palito, [...]. Há, porém, um só petisco, acerca do qual sua Majestade revela uma gula excepcional. [...] Sua Majestade é um guloso de hebraico. [...]. Foi assim em Lisboa, no Lazareto. Sua Majestade, já ao descer as escadas do paquete, vinha resmungando: 'salta o meu hebraicozinho!'. E daí a minutos expedia gritos famintos. [...]
>
> Partiram então exploradores em todas as direções _ e por fim voltaram trazendo, estonteado e surpreendido, o Sr. Salomão Sáragga, que lê e fala o hebraico.
> Sua Majestade esperava ansiosamente, debruçado na janela. Não houve cumprimentos, nem se pôs a toalha. Serviram-lhe o Sr. Sáragga, assim mesmo _ cru! Sua Majestade deixou-lhes uns restos! (QUEIRÓS, *As Farpas*, fev.1872, p.831-2.)

"É o maior dos males, que nos afligem em Portugal, a tísica. [...] Doutro homem de letras, que foi muito conhecido em Lisboa por todos os noctívagos e cuja conversação era das mais atraentes, acaba também de falecer. [...]. Já há alguns anos que Salomão Sáragga se retirara para Cascais procurando na atmosfera da beira-mar algum alívio a antigos e rebeldes padecimentos. [...] foi um profundo conhecedor das literaturas orientais e isso lhe valeu a amizade de Renan, com quem muito conviveu durante sua longa estada em Paris. Mas todas as literaturas o interessavam e era doido por música. Discutia assuntos de arte, cheio de calor, falando muito alto, com a voz cheia de RR hebraicos, atirando constantemente para trás a longa cabeleira negra. Pouco deixou escrito: alguns artigos apenas." n. 765, p. 66). *Diário de Notícias* (20-03-1900, assinala a morte na primeira página. Na página três vem um anúncio de sua sobrinha, Carlota Bensabat Sáragga Leal e de seu marido, Alfredo Leal, participando a amigos, parentes e à colônia hebraica que seu tio falecera às 9h e fora enterrado no mesmo dia às 10h no cemitério israelita de Lisboa.); *O Dia* (dia 20/03/1900) dedica um extenso artigo ao falecido).

Jaime Batalha Reis- (Lisboa, 1847-Quinta da Viscondessa, freguesia Turcifal, concelho de Torres Vedras 1935. Agrônomo, sivicultor, diplomata, publicista e político. Família burguesa, pai liberal, proprietário em Turcifal. Em 1866, na redação do jornal *Gazeta de Portugal*, conheceu Eça de Queirós e foram amigos a vida inteira. Essa amizade ampliou seu círculo de amizade. Em 1868, conheceu Antero de Quental com quem travou amizade, tornaram-se inseparáveis e, mais adiante, trouxe-o para morar em sua casa, na Travessa do Guarda-Mor, no Bairro Alto, depois na rua São Pedro de Alcântara e finalmente, em 1871, em um bairro muito sossegado, na rua dos Prazeres. Nesta casa foram gestadas as Conferências do Cassino e Batalha Reis escreveu o "Programa das Conferências". Sua casa, nos vários endereços, foi o ponto de encontro _ conhecida como o famoso Cenáculo _ de um jovem grupo boêmio e intelectual _ a Geração de 70. Foi em 1869 que Eça, Antero e Batalha Reis inventaram, num delírio criativo, "o poeta satânico" Carlos Fradique Mendes; e das poesias publicadas uma, "Velhinha", era da autoria de Jaime Batalha Reis. Casou-se com o amor de sua vida, Celeste Cinati, filha de um famoso cenógrafo. Ingressou no meio universitário pela mão de Teófilo. Participou da Geração de 70, com o projeto das conferências _ sua conferência "O Socialismo" foi proibida pelo Marquês de Ávila e Bolama. Foi nomeado, em 1872, professor do Instituto de Agronomia, na cadeira de Economia Política, em substituição ao Prof. João de Andrade Corvo (a esse tempo, ministro de Portugal em Madrid). Diz Batalha Reis que logo em umas de suas primeiras aulas, pode fazer a mesma conferência

que Ávila e Bolama proibira. O ano de 1874 e parte de 1875 vai ser preenchido pela elaboração de um projeto também muito caro a Antero de Quental e Oliveira Martins: a publicação de uma revista que reunisse a colaboração de intelectuais portugueses e espanhóis. Depois de muitos contratempos, que Batalha Reis ultrapassou com a habitual tenacidade, o 1º número da *Revista Ocidental* saiu em fevereiro 1875, e foi nas suas colunas que Eça de Queirós publicou a 1ª versão de "O Crime do Padre Amaro". Mas em 1882, quando já era professor catedrático de Microscopia e Nosologia Vegetal no Instituto Geral de Agricultura, viu-se finalmente provido na carreira consular, recebendo a nomeação para 1º cônsul em Newcastle, onde estivera Eça de Queirós que, entretanto, passara para a cidade de Bristol. Jaime Batalha Reis, abandonando o percurso docente e a agronomia, partiu em agosto do ano seguinte, com a família, para o novo posto, mantendo-se na carreira diplomática perto de trinta anos, até se aposentar em 1921, depois de uma cirurgia aos dois olhos com as duas filhas solteiras. É autor de várias obras: *A agricultura no Distrito de Viseu* (Lisboa , 1871); *enquete Internacionale sur la Main-d'Oeuvre agricole dans les Colonies et les Pays tropicaux* (Paris, 1914); *Estudos Geográficos e Históricos* (Lisboa, 1941); *On the definition of Geography as a Science* (Londres, 1985); *A fisiologia em geral e em especial a das Plantas superiores como introdução ao estudo da Nosologia vegetal* (Lisboa , 1882); *Os Portugueses na região do Niassa* (Lisboa, 1889); prefácio às *Prosa Barbaras*, de Eça de Queirós; Relatório sobre a evacuação dos diplomatas ocidentais em fevereiro de 1918 a partir da Estação da Finlândia. Assistiu ao começo da eclosão da revolução russa e à tomada do poder pelos bolcheviques, primeira revolução socialista vitoriosa, na antiga São Petersburgo, depois Petrogado e ainda Leningrado. Em 1935, aos 88 anos, morreu de trombose, na sua propriedade onde vivia, Quinta da Viscondessa, na freguesia de Turcifal, concelho de Torres Vedras. Seria a filha Beatriz quem, após a sua morte, em 1935, organizou pacientemente o Espólio, oferecendo-o depois à Biblioteca Nacional de Portugal.

Joaquim Teófilo Fernandes Braga (Ponta Delgada,1843—Lisboa,1924), que assinava **Teófilo Braga**, foi um poeta, sociólogo, político, chefe do Governo Provisório da República e posteriormente, presidente interino da mesma República ,filósofo e ensaísta literário português. Os pais estavam ligados a famílias da aristocracia. O pai fazia parte da expedição miguelista enviada para os Açores no início da Portuguesa. Em 1861, partiu para Coimbra, cidade em cujo Liceu concluiu o ensino secundário Enquanto estudante em Coimbra, face a uma ajuda paterna

insuficiente, trabalhou como tradutor e recorreu a explicações e à publicação de artigos e poemas para financiar os seus estudos. Fortemente influenciado pelas teses sociológicas e políticas do positivismo, cedo aderiu aos ideais republicanos. Estreia na literatura em 1859 com *Folhas Verdes*. Bacharel, Licenciado e Doutor em Direito pela Universidade de Coimbra, fixa-se em Lisboa em 1872, onde lecciona literatura no Curso Superior de Letras (atual Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa). Da sua carreira literária contam-se obras de história literária, etnografia (com especial destaque para as suas recolhas de contos e canções tradicionais), poesia, ficção e filosofia, tendo sido ele o introdutor do Positivismo em Portugal. Depois de ter presidido o Governo Provisório da República Portuguesa, a sua carreira política terminou após exercer o cargo de Presidente da República, em substituição a Manuel de Arriaga, entre 29 de Maio e 5 de Outubro de 1915.

Manuel José de Arriaga Brum da Silveira e Peyrelongue (Horta, ilha do Faial/Açores, 1840—Lisboa,1917) , 1º presidente da República eleito em 24-08-1911 , sucedendo na chefia do Estado ao Governo Provisório presidido por Teófilo Braga. Formado em Direito em Coimbra, foi advogado, professor, escritor e político. Está ligado desde o começo à Conferências do casino. Grande orador e membro destacado da geração doutrinária do republicanismo português, foi dirigente e um dos principais ideólogos do Partido Republicano Português. Exerceu aquelas funções até 29 de maio de 1915, data em que foi obrigado a demitir-se, sendo substituído no cargo pelo mesmo Teófilo Braga, que como substituto completou o tempo restante do mandato. Deixou uma obra dividida entre os discursos políticos, os textos forenses e a poesia. Esta adesão ao ideário republicano, então considerado subversivo, levou a que o pai, monárquico conservador com laivos miguelistas, cortasse relações com o filho, proibindo-lhe o regresso a casa. Nessas circunstâncias foi obrigado a trabalhar para sustentar os seus estudos, e os do irmão, igualmente proscrito pelo pai por adesão a ideologias subversivas. Leccionava inglês como professor particular, aproveitando os bons conhecimentos daquela língua que adquirira na Horta com a preceptora americana contratada pela sua família. O seu irmão escrevia em diversos jornais de Coimbra e de Lisboa, vindo a revelar-se um polígrafo de mérito.

Guerra Junqueiro- (Freixo-de-Espada-à-Cinta, 1850 - Lisboa, 1923). É um dos vultos mais proeminentes do século XIX português. Literariamente, o seu valor como poeta começou a ser contestado na década de 20, através da crítica psicossocial à sua obra, iniciada por António Sérgio e seguida de outras reflexões (J. Régio, Casais Monteiro, V. Nemésio, etc.), que lhe reconhecem notável virtuosismo retórico de expressão – hábil, talentosa, eloquente –, mas que, na apreciação à natureza estética do talento do poeta, lhe apontam falta de rigor, de coerência e de profundidade, incongruente ordenação do espírito e substância intelectual inapta a suplantar o mero circunstancialismo de verdades epocais. A ideia republicana, por um lado, seu ideário político, ideológico e cultural, e a ideologia poética de raiz romântica, por outro lado, o seu metafisismo e a sua religiosidade de base, tê-lo-iam acantonado fatalmente ao século XIX sem que a sua poesia lograsse perdurar além dele como obra de verdadeiro génio. Os que, pelo contrário, lhe sublinham a originalidade do pensamento e o valor da sua exuberância oratória, ou os que o celebram como o maior poeta vivo da então jovem República, esses, Oliveira Martins ou Pessoa, e mais recentemente José Marinho e outros, são capazes de entrever no universo junqueiriano fulgurantes antecipações sibilinamente lançadas aos caminhos da futura trajetória do lirismo nacional. A ideia de uma *Pátria* enlouquecida, a quem a razão abandonou, a ideia de um Deus *homem* e a de um Cristo *português*, a visão *bucólica* do real, síntese de uma interpretação geral do universo com implicações que se estendem não só ao campo da literatura mas igualmente ao da «filosofia portuguesa» e ao da política, tiveram continuidade e são capazes, ainda hoje, de seduzir a quem compreenda ser uma estruturação metafórica o meio mais eficaz de a arte mimética *fazer ver* certas verdades invisíveis, ou *fazer valer* crenças pontuais inabaláveis. Por isso, não é de estranhar que o ritmo mecânico da versificação, os automatismos e os processos de cavilhamento (repetição de palavras e de ideias), a inflação de comparações binárias ou a estrutura dos poemas fundada em paralelismos sejam processos igualmente adequados a mimar o tipo de semantismo praticado, mais comunicativo que lúdico, e, ao mesmo tempo, que esses sejam os meios certos ao alcance de uma linguagem cujo único propósito é o de ser puro *instrumento* de ideias, temas, mensagens ou «narrativas» preexistentes e «oraculares». A obra de Junqueiro é vasta e recobre um período bastante longo (data de 1866 a publicação do seu primeiro livro de versos, *Mysticæ Nuptiæ*, e de 1904 é uma das suas últimas e mais celebradas composições líricas, a *Oração à Luz*). Pode tentar-se a ordenação das publicações mais importantes de acordo com as tónicas dominantes da sua copiosa verve: à inspiração arrebatadamente panfletária, satírica e iconoclasta corresponderiam obras de intuito social, onde se pretende, por intermédio da crítica à

sociedade e de acordo com as diretivas culturais da época, dar carácter científico à poesia: «A poesia é a verdade transformada em sentimento» (*A Morte de D. João*, prefácio); o tom íntimo, confidencial, religioso e metafísico guarda-o o poeta para o período em que se torna receptivo às inovações formais e à sensibilidade sugestiva dos simbolistas. No primeiro caso estão *A Morte de D. João* (1874) e *A Velhice do Padre Eterno* (1885), que constituem as duas principais peças de uma trilogia subordinada ao tema da vitória da Justiça na Terra. A terceira peça, constituída pelo poema incompleto *Prometeu Libertado*, alegoria filosófica postumamente editada em 1926, contém a apologia fumal dessa vitória na fusão dos dois grandes símbolos: Cristo (a Fé) e Prometeu (a Razão). Em *Finis Patriæ* (1890) e *Pátria* (1896) retoma-se o tom arrebatado da sátira, a vocação panfletária e de novo a alegoria como processo estilístico de fácil impacte. Estão no segundo caso obras como *Os Simples* (1892), coletânea de inegável valor e interesse documentais, por tratar-se de uma publicação que ocorre após prolongado silêncio [apenas pontualmente interrompido por alguns trechos compilados nas *Poesias Dispersas* (1920)] e que pretende corresponder, segundo o testamento do próprio poeta em «Nota» ao livro, a um período de profunda reflexão e «renascimento psicológico»: «De uma visão mais íntima e profunda do universo germinaram em mim novas emoções, e portanto uma nova arte.» Apresentando-se como uma «auto-biografia psicológica«, a obra é constituída por quadros campestres e bucólicos, bem localizados geograficamente («a Moleirinha é minhota. *O Préstito Fúnebre* minhoto é. Mas, coisa curiosa, o segundo canto – *In Pulvis* – é já todo transmontano»), donde se erguem, como figuras-símbolos extraídas de um contexto referencial todo ele agrário e português, o Pastor, a Moleirinha, o Cavador, os Mendigos, os Bois, o Castanheiro, etc. Não podem estas figuras nem esses quadros ser recebidos como «inteiramente reais, da realidade estrita, efémera e tangível», porque, jogando com a sua verdade histórica, o poeta criou-as e completou – «com a [sua] alma, o [seu] próprio ideal». Neste acabamento de alma e de ideal traça Junqueiro o seu testemunho psicológico autobiográfico – «quis mentalmente viver a vida singela e primitiva de boas e santas criaturas, que atravessam um mundo de misérias e de injustiças [...] sem um olhar de maldição para a natureza, sem uma palavra de queixume para o destino» –, muito semelhante ao de toda uma geração igualmente empenhada em fazer dos «proletários dos campos» o objeto da sua eleição. Assim, a verdade de *Os Simples* pode ser lida como a verdade do poeta, porque essa verdade é a de uma experiência comum, partilhável, a da ruralidade nos mais de oitocentos. Em *Os Simples* tematiza-se uma das coordenadas mais importantes do «caso mental» português, uma das mais importantes e problemáticas a dar entrada no século XX em Portugal. Além desta obra, podem incluir-se no segundo grupo trechos líricos compilados nas *Poesias Dispersas* e, sobretudo, as duas *Orações*, a *Oração ao Pão* (1902) e a *Oração à Luz* (1904), que dir-se-ia completarem,

numa reconstrução espiritualista mais alargadamente metafísica, o quadro místico-ruralista de *Os Simples*. A par de uma carreira nas letras, Junqueiro, formado em Direito (1868-1873), notabilizou-se igualmente na política como deputado pelo Partido Progressista e na atividade diplomática como ministro de Portugal na Suíça, entre 1911 e 1914. Os seus discursos políticos e as suas reflexões doutrinárias estão reunidos nos volumes *Horas de Combate* (1924) e *Prosas Dispersas* (1921) e no prefácio a *Os Pobres* de Raul Brandão. A importância destes escritos completa-se à luz do seu pensamento poético, como se confirma com a posterior influência direta que exerceram no movimento literário de cunho republicano Renascença Portuguesa. Mas, quer no plano cívico, quer no plano literário, a figura de Guerra Junqueiro é um lugar de constante peregrinagem espiritual, e uma referência cultural obrigatória para as gerações seguintes do meio século: ele foi o herói da I República, que termina em 1926 com a ditadura militar; o combate obstinado da Igreja como instituição, cuja influência recrudesce nos finais dos anos 20 e, *last, but not least*, uma das últimas vozes românticas, em cujo âmago se forjam muitas das imagens impressivas que afloram ciclicamente na literatura de tradição nacional. In Dicionário Cronológico de Autores Portugueses, Vol. II, Lisboa, 1990

José Fontana - (Cabbio, Ticino/Suiça -1840- Lisboa, 1876). Nascido na Suíça a 28 de Outubro de 1840, Giuseppe Silo Domenico Fontana nascido e criado em Valle di Muggio, Cabbio um vale perdido do Cantão de Ticino, no sul do território suíço, na atual fronteira com a Itália. Estabeleceu-se em Lisboa com 14 anos de idade, ingressando de imediato na vida operária como relojoeiro e adotando o seu nome pelo qual ficaria conhecido: José Fontana. Sendo operário, foi um dos defensores das classes trabalhadoras, tornando-se propagandista e dedicando-se à propagação dos ideais do Socialismo e do Associativismo. Destacou-se na luta pela melhoria das condições de vida e trabalho do operariado, promovendo o associativismo e o cooperativismo. Influenciado pelas ideias de Bakunine, em 1872, redigiu os estatutos da Associação Fraternidade Operária, organismo que impulsionou o movimento operário português, seção portuguesa da AIT-Associação Internacional dos Trabalhadores, organizada em Londres em 1864. Mais tarde, daria origem ao Partido Socialista Português, do qual é considerado um dos fundadores e do qual foi Primeiro Secretário. Grande amigo de Antero de Quental, colaborou na redação dos estatutos do Centro Promotor dos Melhoramentos das Classes Laboriosas. Ainda com este esteve ligado à fundação da Cooperativa do Povo

Portuense, atualmente, Cooperativa de Solidariedade Social do Povo Portuense - onde atualmente se conserva uma fotografia sua, ao lado de Antero de Quental. Escreveu em vários jornais operários, colaborou assiduamente nos periódicos "Pensamento Social", de 1872 a 1873, e "O Protesto", de 1875 a 1876, e dirigiu cartas a Karl Marx e a Friedrich Engels. Foi subscritor (na realidade o terceiro subscritor, logo por debaixo de Marx e de Engels), do *Manifesto do Partido Comunista*. Quem o conheceu descreveu-o como "[...]*bom, sensível, de uma inteligência brilhante, com um poder de comunicação e de persuasão invulgares, notável como orador, sagaz como analista das situações, dotado de uma intuição fora do comum".* Organizou as Conferências do Cassino. Escreveu J. Batalha Reis *no In Memoriam*: "Aos domingos, de manhã, e n'outros dias, tarde, depois de cerrada a Livraria Bertrand, vinha ver-nos o José Fontana: Sempre vestido de preto, muito alto, muito magro, muito pálido, o cabelo longo e corredio, um pequeno bigode alourado, todas as feições como que aguçadas, o olhar e o sorrido tristes, apertava-nos as mãos silenciosamente e sentava-se a um canto, se havia mais alguém presente, sem quase tomar parte na conversação." Atormentado pela tuberculose, suicidou-se a 2 de setembro de 1876. Com apenas 35 anos de idade, era sócio-gerente da Livraria Bertrand, onde tinha começado a sua vida profissional como empregado em meados da década de 1860. O seu funeral teve a participação de uma enorme multidão. Entre 1977 e junho de 2008, o Partido Socialista teve uma instituição denominada Fundação José Fontana[6] com a finalidade promover o desenvolvimento do associativismo e do sindicalismo e em particular à formação de quadros sindicais. A Fundação José Fontana foi o embrião da UGT, que teria o seu primeiro congresso na cidade do Porto, em janeiro de 1979. A extinção das fundações Antero de Quental e José Fontana, em junho de 2008, deu lugar à criação da Fundação Res Publica. Tendo como tema a vida de Fontana (romance histórico) foi publicada em 2011 a obra *La prossima settimana, forse* do escritor suíço Alberto Nessi (traduzido por Simonetta Neto*,"Na próxima semana, talvez",* Bertrand editora).

João de Deus - (São Bartolomeu de Messines, 1830 - Lisboa, 1896) –Filho de um pequeno comerciante algarvio, foi para Coimbra em 1849 matricular-se em Direito, tendo levado dez anos a concluir a sua formatura, pelo que teve ocasião de fazer amizade com Antero de Quental, que, em 1860, já nele saudava «o poeta mais original do seu tempo». Boémio, generoso, irónico, irreverente, improvisando poemas que acompanhava à guitarra, a sua personalidade fascinou sucessivas gerações de estudantes. Colaborou numa série de

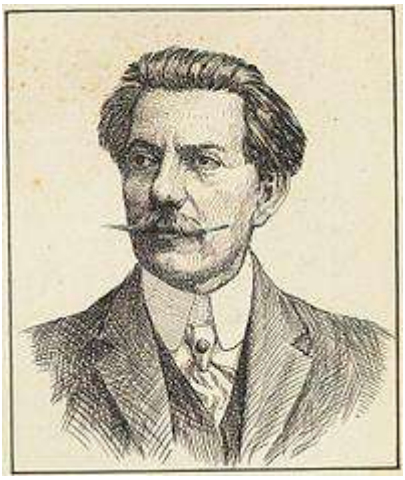
jornais (*Estreia Literária*, *Ateneu*, *Prelúdios Literários*, *Académico*, *Fósforo*, etc.), e, em 1869, um grupo de amigos conseguiu elegê-lo deputado por Silves, tendo-se mudado de vez para Lisboa. Mas a política pouco o interessava e esses primeiros anos em Lisboa foram difíceis, tendo tido de recorrer a vários expedientes para sobreviver. Datam dessa época as suas traduções de comédias de Méry compondo também, por encomenda, poemas para festas de caridade. Embora pertencendo à 2ª. geração romântica de um João de Lemos e de um Soares de Passos, João de Deus é um poeta isolado e dissidente dos ideais estéticos de *O Novo Trovador*. Num artigo que publicou em *O Bejense*, em 1863 (escrito contra certas afirmações de Castilho que introduziam o *D. Jaime* de Tomás Ribeiro), fazia a primeira condenação pública da escola ultra-romântica, defendendo um lirismo «purificado», ligado à tradição dos cancioneiros galego-portugueses, às cantigas populares do romanceiro e a certos aspectos do Camões lírico. Escrevendo «com uma mão no coração», não se encontra na sua poesia nada de tétrico ou de lamuriento. Servindo-se de um vocabulário restrito, em que aparecem repetidamente palavras como lua, ave, nuvem, perfume, lágrima, exprime os sentimentos de um modo espontâneo e direto, quase infantil, numa linguagem muito próxima da oralidade. É um poeta do amor-adoração e a sua poesia não é mais do que a sublimação dos impulsos eróticos. Não canta cada mulher que cruza a sua vida mas a Mulher, numa ascese que, superando a materialidade, aspira a «tudo o que é belo e estável», sem nunca se desprender completamente do seu apoio concreto e sensual. Formalmente recupera o soneto desprezado pelos românticos e cultiva quase todas as formas poéticas, desde a ode à elegia, dando uma nova vida às formas tradicionais de redondilha maior ou menor, no que, de certo modo, preparou o advento da poesia moderna. A sua bondade inata fá-lo sensível aos problemas da educação e, na esteira de Castilho, publicou, em 1876, a sua famosa *Cartilha Maternal*, método racional e sensível de ensinar a ler, que foi para muitas gerações o método oficial de leitura nas escolas. Homenageado pela nação inteira em 1895, os seus funerais, em 1896, tiveram a dimensão de acontecimentos nacional. In Dicionário Cronológico de Autores Portugueses, Vol. II, Lisboa, 1990.

Anselmo José Franco de Assis de Andrade (Lisboa,1842/1844-Lisboa,1928). Escreveu textos que contribuíram para a formação da mentalidade da juventude coimbrã, os dissidentes de Coimbra. Formou-se em Direito em Coimbra Economista de vulto, grande proprietário agrícola, investigador, escritor e político, Anselmo de Andrade foi diretor dos jornais *Correio da Noite* e *O Dia* e diretor do Instituto de Agronomia e de Veterinária. Foi preceptor de D. Manuel II; ministro do rei português D.Carlos; ministro das Finanças em 1900, no ministério de Hintze Ribeiro; também no último governo da monarquia em 1910 até à proclamação da República. Companheiro de Eça de Queirós e Antero de Quental em Coimbra, conviveu de perto com a geração de 70, tendo, no entanto, orientado a sua atividade literária para a economia e as finanças. Em 1875, mudou-se para Beja, onde abriu um escritório de advocacia e administrou as vastas propriedades herdadas dos seus tios. Exerceu o cargo de presidente da Câmara Municipal de Beja. Seguindo paralelamente uma carreira de escritor e investigador, elaborou extensa obra dedicada à paleontologia e publicou *Populações Lacustres* (1882). Ainda em Beja, publicou *Viagens na Espanha*, obra em que recolhe as impressões de viagens no país vizinho. Em 1885, já em Lisboa, filiou-se no Partido Progressista e assumiu, a direção do órgão oficial do partido, o *Correio da Noite*, anteriormente dirigido por Emídio Navarro. Também colaborou em diversas publicações periódicas como as revistas *Atlântida* (1915-1920) e *Brasil-Portugal* (1899-1914). Dois anos depois, em 1887, foi eleito deputado às Cortes, sendo, daí em diante, reeleito para várias legislaturas até 1905. Em 1893, foi co-fundador da Companhia da Ilha do Príncipe. Em 1898, publicou um trabalho de conteúdo financeiro e económico, *A Terra – Economia Nacional e Comparada*, sendo-lhe reconhecido grande prestígio científico. Este reconhecimento foi concretizado pelo convite que lhe foi feito por Hintze Ribeiro, para integrar o seu governo como ministro dos Negócios da fazenda entre 25 de Junho e 30 de Novembro de 1900. A curta duração deste cargo deveu-se ao facto de lhe ter sido negada a aprovação da criação de um banco emissor do Estado, tendo por essa razão sido apodado de "socialista de Estado". Depois do Regicídio, foi convidado para preceptor do rei D. Manuel II. Em 26 de Junho de 1910, foi chamado ao Governo, no ministério de António Teixeira de Sousa, para de novo se encarregar dos Negócios da Fazenda, sendo o último titular dessa pasta na Monarquia Constitucional. Implantada a República, abandonou a política, mas ainda foi vice-presidente da Cruzada Nun'Álvares. O seu trabalho na área econômico-financeira, irá ter, nos anos seguintes, grande influência no meio académico, nomeadamente em António de Oliveira Salazar, com quem se relacionou e por quem tinha elevado apreço.

José Falcão (Pereira/Miranda do Corvo/Coimbra,1841-Coimbra,1893. Matriculou-se em 1858 nas faculdades de Matemática e Filosofia, doutorando-se em Matemática a 31 de Julho de 1865. Em 8 de Setembro de 1870 foi nomeado lente substituto de Matemática e ajudante do Observatório Astronómico de Coimbra, tendo apresentado a concurso o seu trabalho chamado *Comparação do methodo teleologico de Wronski com os methodos de Daniel Bernouilli e Euler, para a resolução numérica das equações*. Em 7 de Maio de 1874 foi promovido a lente catedrático e a 13 de Março de 1888 ascende a primeiro astrónomo e é nomeado diretor interino do Observatório em 28 de Julho de 1890. Foi regente das cadeiras de Mecânica Celeste e Astronomia. Dotado de um espírito liberal, foi grande defensor das ideias republicanas, colaborando assiduamente nos jornais republicanos do país, especialmente sobre assuntos de ensino. No entanto, segundo o seu colega Teixeira de Queirós, terá defendido: "O partido republicano luta pelo país e não pela República. Se a Monarquia nos pode salvar, que nos salve." Sem nome de autor, publicou a *Cartilha do Povo*, que foi um dos escritos mais notáveis da propaganda republicana. Quando da malograda revolta de 31 de Janeiro, coube-lhe assumir a autoridade em Coimbra, onde uma parte importante da academia e de elementos populares estava preparada para agir. Após o seu fracasso, José Falcão foi encarregado de reorganizar o partido republicano no Porto, para o que escreveu artigos políticos na *Voz Pública* e reuniu ali uma assembleia de que saiu o *Manifesto*, que ele próprio redigira. Proposto deputado em 23 de Outubro de 1892, não tardou que a morte viesse cortar a sua carreira profissional e política. O dia 1 de Junho, dia de nascimento de José Falcão, foi também a data escolhida para a comemoração do feriado municipal de Miranda do Corvo. A praça envolvente ao edifício dos paços do concelho de Miranda do Corvo recebeu o seu nome.

João Eduardo Lôbo de Moura- (Lisboa, 1840- Ponta Delgada, Açores,1903). Filho do diplomata e político João António Lobo de Moura, 1.º visconde de Moura e de Ana Isabel Pusich, irmã de Antónia Pusich.foi um intelectual português, formado em Direito pela Universidade de Coimbra. Foi membro do Cenáculo e manteve uma importante ação no contexto da *Geração de 70* e dos movimentos culturais dos últimos anos do século XIX em Portugal.

António Lopes dos Santos Valente (Sertã,1839 - Lisboa, 1896), poeta, humanista, filólogo e crítico literário português. Foi o principal autor do *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, iniciado por Caldas Aulete, e que foi um dos mais importantes dicionários de português do seu tempo (publicado em 1881 e posteriormente diversas vezes re-editado). Estudou Direito na Universidade de Coimbra de 1858 a 1863. Aí conheceu e se tornou amigo de Eça de Queirós e de Antero de Quental.[5]; e também Salomão Sáragga, Lobo de Moura, Manuel de Arriaga e Mariano Machado de Faria e Maia. Participou do Cenáculo. Depois de terminar os estudos, em 1863, foi nomeado administrador do concelho de Vila de Rei, um cargo que *exerceu com singular retidão e cordura*. Volvidos alguns anos, partiu para Lisboa, onde se candidatou a um lugar de amanuense na secretaria da Justiça. "Era muito estimado e respeitado; porém, por índole reservada, misantropia e modéstia excessiva [...], vivia afastado da sociedade e numa espécie de solidão de eremita [...]. Quem o visse na rua descobria-lhe no rosto vestígios de tristeza e de insónias [...]. Só pensava no estudo e nos livros [...]." (Cf. Inocêncio, t. XX, p. 375.) Por lá ficou até ao final da vida. Em Coimbra seria mesmo conhecido por «Cícero», em homenagem a uma sua dissertação que se dizia «escrita em latim de Cícero». O volume Carmina atesta o seu conhecimento do latim, e Flores da Grécia – tradução em verso, de colaboração com Tomás Ribeiro e A. X. Rodrigues Cordeiro, de uma antologia grega – um igual domínio da língua grega, de que, aliás, foi professor. Publicou com os pseudónimos Fausto de Monteval, Fausto de Sandoval, Oinat Ploes Sodnats Taelvn e Sténio. Com o seu nome publicou *Primícias* (poesia, Coimbra, 1861); *Carmina* (poesia); *Orthographia Portuguesa* (com Francisco de Almeida, Lisboa 1886). D. João da Câmara, dramaturgo, cronista, que foi seu amigo pessoal, traçou, em poucas linhas, o seu perfil: "Vivendo alheado do mundo, alheado vivia em seu trabalho e, se à terra descia, era apenas para fazer o bem que podia, santo como João de Deus, de quem foi um dos maiores amigos. Pequenino, parecia querer esconder-se, e com efeito, na sua modéstia rara ocultava uma erudição vastíssima, tesoiro inesgotável cujas portas francamente abria-o todos. Santos Valente desconhecia o egoísmo, o grande vício dos tempos em que vamos, e atravessou a vida, humilde, pobrezinho, generoso na sua pobreza, alegre na sua humildade."



Mariano Augusto Machado Faria e Maia (Ponta Delgada, 1843 - Lisboa, 1917) foi um engenheiro civil e político açoriano. Deputado eleito pelo círculo de Ponta Delgada, foi um dos autores da proposta de lei reguladora da autonomia administrativa das ilhas adjacentes. Filho do morgado José Inácio Machado de Faria e Maia (1793-1881), um dos mais ricos proprietários da ilha de São Miguel, e de Maria do Carmo de Mendonça Valadares de Matos e Góis de Albergaria Caupers, filha de Pedro José Caupers, o último donatário das Flores e do Corvo. Era sobrinho do eclesiástico e deputado Bernardo do Canto Machado de Faria e Maia (1797-1841) e irmão do também deputado Francisco Machado de Faria e Maia, 1.º visconde de Faria e Maia (1815-1890) e membro da influente família Faria e Maia, da qual diversos membros foram políticos de relevo ao longo da última metade do século XIX. Concluiu os seus estudos secundários em Ponta Delgada, onde foi colega de Antero de Quental, iniciando uma amizade que se manteria por toda a vida. Concluídos os estudos em Ponta Delgada, partiu para Coimbra onde em 1864 se formou bacharel em Matemática pela respectiva Universidade. Concluídos os estudos, optou por seguir a carreira de engenheiro civil. Enquanto estudante em Coimbra pertenceu à Sociedade do Raio (1861-1862) e ao grupo do *Cenáculo*, mantendo depois contato permanente com Antero de Quental através de correspondência e participou, após a morte do poeta, na elaboração do *In Memoriam de Antero de Quental* com um artigo intitulado "Recordações Queridas". Terminado o curso regressou a Ponta Delgada, empregando-se como professor provisório no Liceu de Ponta Delgada e como engenheiro nas obras do Porto Artificial de Ponta Delgada. Viria a concentrar a maior parte da sua carreira naquela construção, de que chegou a ser, durante muitos anos, diretor de obra. Seguindo a tradição familiar, envolveu-se na política ativa, fazendo-se membro do Partido Progressista, então liderado na ilha de São Miguel por José Maria Raposo do Amaral Júnior. Nas eleições gerais de 23 de Outubro de 1892 foi eleito deputado às Cortes pelo círculo eleitoral de Ponta Delgada, prestando juramento a 16 de Janeiro de 1893. Naquela curta legislatura, foi um deputado muito ativo, particularmente nos debates em torno da questão da indústria do álcool e do respectivo regime fiscal. Foi um dos deputados envolvidos na concretização do projeto do cabo telegráfico submarino para os Açores, inaugurado em 1893. Membro ativo do primeiro movimento autonómico, com Dinis Moreira da Mota e Francisco de Almeida e Brito apresentou um projeto de lei sobre a autonomia dos Açores que deu origem ao Decreto de 2 de Março de 1895, que correspondeu ao primeiro modelo moderno da autonomia açoriana. A 18 de Janeiro de 1897, foi nomeado engenheiro-diretor do Serviço de Obras

Públicas a cargo da Junta Geral do Distrito Autónomo de Ponta Delgada. Transferiu-se depois para os quadros do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria e desempenhou as funções de diretor das Obras Públicas na ilha da Madeira. Exerceu também as funções de Inspetor Geral das Obras Públicas e Minas em Lisboa. Aquando da sua morte fazia parte do Conselho Superior das Obras Públicas. Foi sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa tendo, com outros sócios micaelenses, realizado em 1901 uma homenagem à memória de Ernesto do Canto, que falecera no ano anterior. Em 1995 foi republicada a coletânea de intervenções feitas no parlamento a propósito da apresentação do projeto de lei sobre a autonomia administrativa dos Açores, intitulada *Breves Considerações feitas na Câmara dos Senhores Deputados*.

Francisco Machado de Faria e Maia - (Ponta Delgada,1815- Ponta Delgada, 1890), 1º Visconde de Faria e Maia, foi um rico proprietário rural e um importante político açoriano com um relevante papel nos acontecimentos que precederam o movimento autonomista que em 1895 levou à autonomia administrativa dos Açores. Filho do Morgado José Inácio Machado de Faria e Maia (1793-1881), um dos mais ricos proprietários da ilha de São Miguel, e de Maria do Carmo de Mendonça Valadares de Matos e Góis de Albergaria Caupers, filha de Pedro José Caupers, o último donatário das Flores e do Corvo. Era sobrinho do eclesiástico e deputado Bernardo do Canto Machado de Faria e Maia (1797-1841) e irmão do também deputado Mariano Augusto Machado de Faria e Maia (1843-1917). Muito jovem foi enviado para Lisboa, onde estudou no Colégio dos Nobres. Ao casar a 21 de Dezembro de 1837 com uma sua tia paterna, Teresa Clara de Jesus Cardoso Machado de Faria e Maia, filha da morgada Helena Vitória Máxima da Câmara e Noronha Machado Faria e Maia e do seu segundo marido, o desembargador Vicente José Ferreira Cardoso da Costa, reuniu aos já avultados bens paternos os de outro ramo igualmente abastado da família, o que o tornou num dos mais ricos proprietários da ilha de São Miguel e por consequência dos Açores. Construiu um palacete na Arquinha, então arredores de Ponta Delgada, onde se instalou. Foi feito Moço Fidalgo da Casa Real com exercício no Paço, Comendador da Real Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa a 16 de Janeiro de 1865, e já no fim da sua vida foi agraciado pelo rei D. Carlos I de Portugal com o título de 1.° Visconde de Faria e Maia, por Carta de 27 de Fevereiro de 1890, registada postumamente por Decreto de 16 de Abril de 1891. Usava por Armas um escudo esquartelado, o 1.° de Faria, o 2.° Machado, o 3.° Cabral e o 4.° de Melo, tendo por diferença uma brica de prata carregada com um trifólio de verde, com timbre de de Faria e coroa de Visconde. Entre os seus numerosos filhos contam-se os deputados Augusto Caupers Machado de Faria e Maia (1831-1903) e Francisco Caupers Machado de Faria e Maia (1841-1923), ambos influentes políticos das

últimas décadas do século XIX. No título foi sucedido por Vicente Machado de Faria e Maia, 2.º Visconde de Faria e Maia.

José Duarte Ramalho Ortigão (Porto, 1836- Lisboa, 1915). Matriculou-se com a idade de catorze anos no curso de Direito da Universidade de Coimbra, começando a leccionar francês no colégio dirigido por seu pai, o Colégio da Lapa, pouco tempo depois e no qual lhe sucedeu em 1860. Dedicou-se ao jornalismo, na função de crítico literário, e à produção de folhetins no *Jornal do Porto*. Interveio na célebre Questão Coimbrã (1865), defendendo Castilho, por meio do folhetim "Literatura de Hoje" batendo-se em duelo com Antero em razão disso. Em 1868 veio para Lisboa como oficial da secretaria da Academia de Ciências, estabelecendo uma ligação com Eça de Queirós e com o grupo das Conferências do Casino. Em 1870 começa a publicação, no "Diário de Notícias", em folhetins, do *Mistério da Estrada de Sintra*, em parceria com Eça. Este convívio com Eça deve ter conduzido à sua adesão ao realismo. Desde 1871 começa a publicar, também com Eça, *As Farpas*, definidas como panfletos de oposição social e política pelo riso que são publicadas mensalmente. A partir do final de 1872 a autoria desta publicação passa a ser somente de Ramalho, já que Eça vai para Havana, a fim de ocupar o cargo consular para que foi nomeado. Ramalho edita, mais tarde (de 1887 a 1891), *As Farpas*, por temas. Nestes escritos de sua autoria salienta-se o pendor didático da sua sátira política e social dentro do critério positivista mas sem renunciar aos valores patrióticos, a que acedeu, deixando o seu inconformismo revolucionário, e que o tornou figura de destaque na geração nacionalista que conduziu ao Integralismo Lusitano. A partida de Eça levou-o a ser mais influenciado por Téofilo Braga, com quem organizou o centenário de Camões e a quem se deve, em grande parte, o esplendor do cortejo cívico. Para além da crítica humorada, que leva a cabo em *As Farpas*, é de salientar a autoria de livros de viagens como, por exemplo, *A Holanda* (1885) e *John Bull* (1887) em que capta uma grande variedade de cores, feitios e movimentos do mundo dos sentidos em feiras e arraias e também em locais pitorescos e que fazem dele um "escritor plástico". Importante referir ainda o notável e intuitivo dom de crítica de arte, o primeiro que aparece em Portugal, e que é patente em muitas páginas dos seus livros, como na sua obra *O Culto da Arte em Portugal*, de 1896. Unia-o a Eça uma grande amizade, que remontava aos tempos de escola de Eça no Porto, onde frequentou o colégio dirigido por Joaquim da Costa Ramalho Ortigão, pai de Ramalho. No entanto, isto não significa que Ramalho tenha concordado plenamente com o realismo queirosiano, o que é visível em

alguma da correspondência que trocaram. Para Eça Ramalho era como que um confessor a quem contava os seus projetos, os problemas da sua arte e as suas constantes dificuldades monetárias. Esta amizade que os une mantém-se mesmo após a saída de Eça do país, o que se pode confirmar pelo número de cartas que Eça dirigiu a seu amigo Ramalho, só suplantado pelo número de cartas que enviou a sua mulher, D. Emília de Castro Pamplona (Resende).

Augusto Machado (Lisboa,1845- Lisboa,1924) Os seus estudos musicais iniciais decorreram em Lisboa com Joaquim Casimiro, Emílio Daddi e João Guilherme Daddi. Seguiu mais tarde para uma primeira temporada em Paris em que estudou com Lavignac e Dannhauser mais tarde. Na segunda passagem pela capital francesa Augusto Machado conheceu Camille Saint-Saëns e Jules Massenet, que influenciaram o seu trabalho, designadamente na ópera *Lauriane* que estreou em 1883 no *Grand Théâtre de Marseille* registando-se ainda apresentações em Lisboa, no Teatro de São Carlos e no Teatro Lírico do Rio de Janeiro. Augusto Machado pertenceu ao círculo de Batalha Reis e Eça de Queiroz, acreditando-se que tenha servido de modelo a uma personagem no livro *Os Maias*, a do músico Vitorino Cruges. Foi Diretor do Teatro Nacional de São Carlos, e desenvolveu intensa atividade ligada ao ensino, como professor de canto na Escola de Música do Conservatório Nacional. Parte do espólio musical de Augusto Machado foi oferecido, em Julho de 2009, à Biblioteca Nacional de Portuga onde pode ser consultado.

Carlos Félix de Lima Mayer (Lisboa, 1846 - Lisboa, Santos-o-Velho, 1910).Médico, empresário e intelectual que pertenceu ao grupo dos Vencidos da Vida. Frequentou a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, depois a Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, acabando o seu curso de Medicina na Bélgica e em França. Trocou depois a clínica pela gestão de empresas financeiras em Moçambique, Angola, Açores e Algarve. Suicidou-se em 1910.

José Tedeschi (Lisboa, 1814 - Lisboa, 1904) foi farmacêutico, professor de Farmácia e político, fundador do Partido Socialista Português. José Tedeschi foi filho de Vicente Tedeschi, natural de Nápoles. Começou a trabalhar aos 14 anos de idade como *praticante de botica* nas farmácias de José Vicente Leitão e de Lourenço José Peres. Em Setembro de 1837 inscreveu-se na então recém criada Escola de Farmácia[1] anexa à Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, tendo concluído o curso a 22 de Junho de 1839. Em 1840 foi provido, sem vencimento, no lugar de farmacêutico da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, cargo que fora considerado incompatível com o de administrador da botica do Hospital de São José, que até ali assegurara o ensino de Farmácia. Quando em 1844 foi criada a cadeira de Farmácia na Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, José Tedeschi foi escolhido para seu primeiro professor. Por decreto de 4 de Janeiro de 1845 foi nomeado professor de Farmácia e director do Dispensário Farmacêutico, cargos que ocupou até ser jubilado a 20 de Outubro de 1869. Foi também Farmacêutico da Casa Real. Exerceu importante actividade política, tendo militado na esquerda monárquica e depois na esquerda republicana, sendo um dos fundadores do Partido Socialista Português. Foi vereador da Câmara Municipal de Lisboa. Esteve envolvido em diversas agremiações profissionais e cívicas, tendo sido membro da direcção da Sociedade do Jardim Zoológico de Lisboa, presidente da Sociedade Farmacêutica Lusitana, cargo em que fundou em 1847 o "Jornal de Farmácia e Ciências Acessórias de Lisboa". Foi também membro da comissão que em 1876 redigiu a *Farmacopeia Portuguesa*. Colaborou na *Revista Universal Lisbonese* (1841-1859).

Frederico Filémon da Silva Avelino Em 1863, Antero de Quental (então ainda estudante em Coimbra) foi viver para um casa na Rua da Trindade, onde moravam também os irmãos Alberto e José Sampaio, Eduardo de Andrade, Frederico Filemon da Silva Avelino, que morreu juiz de Direito, julgo que em Ponte de Lima.

Alberto Teles (Angra do Heroísmo, 1840-Lisboa, 1924). Poeta açoriano, oriundo de uma família aristocrática e letrada, fez estudos secundários em Angra do Heroísmo e superiores (de Direito) em Coimbra, diplomando-se em 1863 e entrando depois para o funcionalismo público, que exerceu no Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça até 1920. Também se dedicou ao ensino da língua inglesa em colégios privados. Pertenceu à roda literária de Antero de Quental, tanto na época de Coimbra como, depois, em Lisboa. Com ele planejou, em 1860, um florilégio da *Lírica Açoriana,* que seria o primeiro no género, caso não tivesse fracassado) e fundou, no mesmo ano (e ainda com João de Deus, Alberto Sampaio, Cunha

Seixas, etc.), a folha «científica e literária» *O Académico*, de que se publicaram apenas três números. Ao lado de Antero de Quental e de outros companheiros açorianos do tempo de Coimbra (Teófilo Braga, Manuel de Arriaga). Cultivou a poesia desde muito novo (um primeiro livro, incipiente, aos 17 anos), de que se destacam as *Rimas* (um opúsculo apenas), de um romantismo discreto, mitigado por uma forma vigiada, já a apontar o parnasianismo. Tem, além disso, obra em prosa dispersa (nas revistas *O Ocidente*, *Ilustração Portuguesa*, etc., a maior parte sobre matéria da história insulana) e alguma em livro. Publicou também várias traduções do inglês, particularmente de Byron, cuja passagem por Portugal historiou com copiosa informação. Traduziu em prosa a *Peregrinação do Childe Harold* de Byron e, para distribuição gratuita nas escolas, diversas obras destinadas à educação da juventude. In: Dicionário Cronológico de Autores Portugueses,1990. v.2.

2.4 Acerca dos periódicos que publicaram sobre as conferências

Fig. 1 – Cabeçalhos dos jornais pesquisados

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

No meio da década de 1830-40, evidencia-se em Portugal um novo gosto literário _ o Romantismo_ e um período que pode ser denominado de Primeiro Romantismo (1834-1851), uma relação dinâmica entre literatura e sociedade em renovação. E a oratória e o jornalismo seriam outras formas de expressão para o arrebatamento da palavra falada e da palavra escrita. “Na oratória e no jornalismo [...] os homens representativos seriam José Estevão e Rodrigues Sampaio.” (SARAIVA e LOPES, 1996, p.666). O jornalismo viveu nessa época um fase brilhante e “homens como Rodrigues Sampaio, redator de A Revolução de Setembro e de O Espectro (1846) viveram profissionalmente como jornalistas de opinião e encontraram larga receptividade no público geral”. (SARAIVA e LOPES, 1996, p.666)

Com a Regeneração (1851), começa um período de grande facilidade para a imprensa por causa da legislação portuguesa, que revogou a “Lei da Rolhas”. (Ver A Berlinda, de Rafel Bordalo Pinheiro, quadro 29). Esta lei constituiu-se em uma série de medidas repressivas das forças conservadoras que se instalaram no Poder desde 1842 (Cabralismo/Costa Cabral) a 1851. “Foi essa a grande época de florescimento do jornalismo, que se estende até ao começo do reinado de D. Carlos (1890)” (TENGARRINHA, p.184), que reiniciou a série de providências repressivas contra a imprensa periódica. Por terem sobrevivido por mais de 30 anos, alguns jornais “provaram que de algum modo se haviam identificado com a vida de seu tempo e nela exercido considerável influência”, diz Tengarrrinha (p.185) comentando sobre um balanço do periodismo do século XIX feito pelo bibliógrafo, escritor e jornalista português, P. W. de Brito Aranha (1833-1914). São lembrados alguns dos jornais de Lisboa: Revolução de Setembro (1840-1901), Jornal do Comércio (1853-1989), Diário de Notícias (1864-1984), A Nação; e da cidade do Porto, O Comércio do Porto (1854-2003), O Primeiro de Janeiro (1868). Tomamos como apoio José Manuel Tengarrinha, História da Imprensa Periódica Portuguesa (1965), reeditado em 1989, pois é considerada “a grande obra de referência de todos os que se propõem estudar o jornalismo português durante a Monarquia.” (SOUSA, p.27), isto é, Monarquia Constitucional (1820-1910)

Neste item, conheceremos melhor os jornais que veicularam reportagens sobre as conferências do Cassino e o papel destes jornais na sociedade de Lisboa. Mais detalhadamente sobre A Revolução de Setembro e Diário de Notícias. Dos demais jornais obtivemos escassas informações nas pesquisas realizadas.

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO (1840-1902)

Considerado o jornal de maior projeção na primeira metade do século XIX e um dos mais importantes da história da imprensa portuguesa, é um exemplo de sucesso que se traduziu também nos 61 anos de edição regular, de 22 jun. 1840 até 23 março 1902. Não deixa de constituir um caso único na imprensa periódica portuguesa, pois a vida dos jornais era, de maneira geral, pouco duradoura. Fundado por José Estevão, Manuel José Mendes Leite e Joaquim da Fonseca Silva Castro, nele trabalharia um dos mais notáveis jornalistas, Antonio Rodrigues Sampaio, "o Sampaio da Revolução".

No início, com cerca de 50 assinantes, começa, com os artigos de Antonio Rodrigues Sampaio, mas, sobretudo, com os seus editoriais, a ter uma projeção até aí desconhecida. Um mês depois chega aos 1.000 assinantes, o que para a época era muito significativo. E também, rapidamente, se transforma no jornal mais importante e influente do Liberalismo. (Ver TENGARRINHA,1989, p.153)

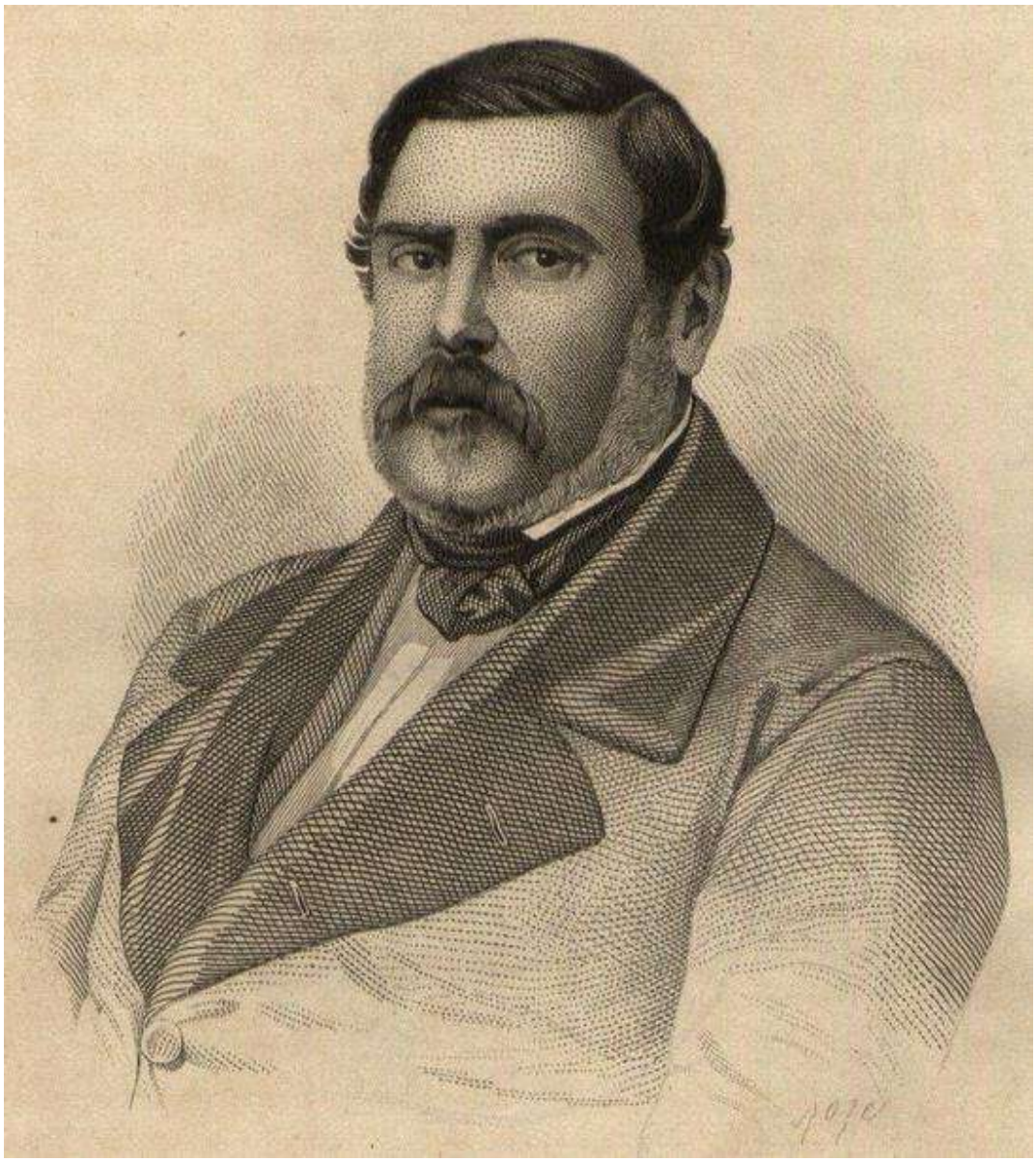
Com a radicalização da vida política portuguesa, a partir de 1846/47, o jornal também se radicaliza, linha que manterá até a Regeneração, em 1851. O tema principal nas páginas d'A Revolução de Setembro é a luta contra a ditadura administrativa e parlamentar de Costa Cabral, provocando com os seus editoriais verdadeiras alavancas da opinião pública. A partir de 1851, A Revolução de Setembro entra em outra fase, indissociável da pacificação política que o país, então, conhece. No Partido Regenerador, "domestica-se sob a regeneração", A Revolução de Setembro segue uma linha mais moderada.

Antonio Rodrigues Sampaio, o grande jornalista, de atitude polemista, dedica-se a "pensar Portugal". Não o Portugal das permanentes lutas políticas, da intriga, das brigas domésticas, mas o Portugal que se pretende desenvolver e modernizar espelhando-se em uma Europa em franco progresso econômico e material. R. Sampaio encarna o "[...] próprio ideal romântico da imprensa" (TENGARRINHA, 1989, p.153). É neste contexto que aparecem, n'A Revolução de Setembro, vários artigos, ou melhor, editoriais, muitas vezes a ocupar integralmente a primeira página do jornal, que refletem o pensamento político reformador, com grande eco na opinião pública portuguesa. Foi deputado, par do Reino, ministro e presidente do Conselho (chefe de governo). Rodrigues Sampaio foi um dos maiores vultos do liberalismo português de oitocentos. Personalidade controversa, polêmica, mesmo revolucionária, mas sempre coerente e fiel aos seus princípios e desígnios. Foi um agitador de renome nacional, o que lhe valeria o apelido de "O Sampaio da Revolução", já que se notabilizou como redator principal do periódico. Era um jornalista de causas, não de notícias, como aliás era o jornalismo do século XIX. Apesar da violência verbal e da forma assertiva que sempre utilizou nos seus ataques políticos, nunca promoveu o ataque às pessoas. Foi esta postura de grande escrúpulo, associado a uma incansável defesa dos valores pelos quais

lutava, que lhe cabe lugar de destaque e importância no jornalismo político português. Era membro importante da Maçonaria.

Nesse jornal trabalhava o irmão de Eça de Queirós, Alberto de Queirós. Aí foram publicadas os primeiros versos de Carlos Fradique Mendes “Serenata de Satã ás Estrelas” (personagem coletiva criada por Eça de Queirós, Antero de Quental e Jaime Batalha Reis) em agosto/1869, frequentadores do Cenáculo e membros da Geração de 70.

Fig. 2 - Antonio Rodrigues Sampaio



Fonte: https://pt.wikipedia.org/

Fig. 3 - Polícia

Fonte: Museu Rafael Bordalo Pinheiro

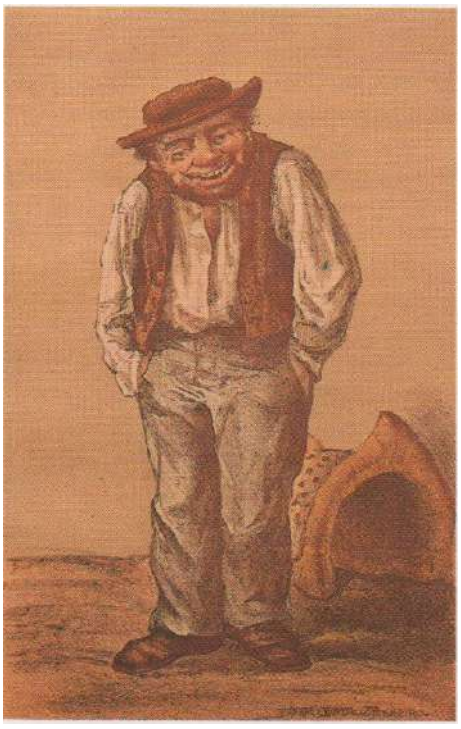
Fig. 4 - Caixa "Ora Toma"

Fonte: Museu Rafael Bordalo Pinheiro

Fig. 5 - Maria da Paciência ou A Alcoviteira

Fonte: Museu Rafael Bordalo Pinheiro

Fig. 6 - Zé Povinho



Fonte: Museu Rafael Bordalo Pinheiro

DIÁRIO DE NOTÍCIAS: um jornal para todos

No terceiro quartel de oitocentos, fazer jornalismo confundia-se com o fazer política ou com o fazer literatura. Os “jornalistas” eram, sobretudo, “escritores de jornal” e políticos que faziam da colaboração com periódicos uma ocupação amadora e não uma profissão. O Diário de Notícias veio mudar esse estado de coisas.

Publicou dois números-programa nos dia 29 e 30 de dezembro de 1864, contando daí sua fundação e seu nº1, dia 1 de Janeiro de 1865. Em seu nº 1/programa-29 desdiz:

“A publicação que hoje empreendemos, convencidos da sua necessidade e utilidade, visa o único fim: _ interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas e compreensível a todas as inteligências”.

O jornal diário francês, Le Petit Journal (1863-1944), republicano e conservador, um dos quatro principais jornais diários franceses, que, junto com o jornal noticioso conservador, La Correspondencia de España (1859-1925), vespertino de Madrid, publicado por Manuel María de Santa Ana, serviriam de modelo ao diário português Diário de Notícias.

O lançamento do Diário de Notícias pelo jornalista, escritor e empresário Eduardo Coelho (1835-1889) e pelo seu sócio Tomás Quintino Antunes (1820-1898), depois Visconde e Conde de S. Marçal (1889), empresário e proprietário da Tipografia Universal, implantou um modelo industrial, popular e independente de jornalismo. Eduardo Coelho, diretor do DN até o falecimento (1889), introduziu dois novos gêneros jornalísticos _ o editorial e a grande reportagem.

No século XIX, a maior parte da imprensa estava quase toda ligada a partidos políticos e o *Diário de Notícias* fez a tentativa inovadora de manter o jornal politicamente neutro.)

> Pela primeira vez, as receitas iam buscar-se não às assinaturas (que também se aceitavam, evidentemente) mas aos anúncios e, principalmente, às vendas nas ruas. Para isso, criou-se uma nova profissão: a dos ardinas, homens (provavelmente bastante mais velhos do que os jovens que a iconografia recorda) que faziam, a pé, a distribuição dos jornais pelos bairros e que se mantiveram na paisagem urbana até bem entrada a segunda metade do século XX. Para levar o jornal a lugares mais afastados do que as facilmente calcorreáveis ruas do centro, utilizavam-se carroças que deixavam os jornais em lugares onde pudessem ser vendidos, como quiosques ou leitarias.(O *Diário de Notícias* faz hoje 150 anos. http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=991:noticia-o-diario-de-noticias-faz-hoje-150-anos-29-dezembro-2014&catid=164:2014&Itemid=1012).

Fig. 07 - Estátua de "Eduardo Coelho e o ardina"[2]

Fonte: Câmara Municipal de Lisboa - http://revelarlx.cm-lisboa.pt/

Alguns empresários portugueses se aperceberam do lucrativo negócio que constituía a imprensa popular noticiosa, politicamente independente, de baixo preço e difusão massiva já existente noutros países. Reaparecer em Portugal jornais populares noticiosos, direcionados para toda a sociedade, com meios técnicos e financeiros que propiciavam grandes tiragens em relação ao país da época, baixo preço por exemplar, cujos custos eram cobertos pela publicidade, com linguagem clara e acessível, que geralmente não polemizavam, que não seguiam qualquer linha política, antes procuravam, principalmente, relatar fatos importantes ou simplesmente interessantes, com a verdade e a objetividade possíveis.

Com esses jornais, de que o *Diário de Notícias* é o primeiro expoente, inaugurou-se, em Portugal, a fase do jornalismo industrial _ a imprensa é vista como um negócio, como uma *indústria* semelhante às demais, que dará a matriz para os tempos vindouros. Graças ao baixo

[2] Estátua de "Eduardo Coelho e o ardina" no Jardim e Miradouro de São Pedro de Alcântara, perto do Bairro Alto (Lisboa). Inaugurada em 1904, autoria de António Augusto da Costa Mota (tio) e pedestal do arquiteto Álvaro Machado. O monumento foi custeado por subscrição pública promovida pelo Diário de Notícias, jornal fundado em 1864 por Eduardo Coelho. Para além do busto do homenageado, tem uma estátua representando a figura popular do ardina, garoto que vendia jornais. O busto e a estátua são de bronze, e o restante monumento em pedra.

preço a que era vendido, 10 reis, enquanto os outros jornais eram vendidos a 40 reis, deu origem a uma explosão do número de ardinas, “moços dos jornais” que andavam pelas ruas propagandeando as notícias e vendendo periódicos, escapando a uma vida de mendicidade e de extrema pobreza. Ao fim de seis meses de publicação já tinha cerca de cem vendedores (Cf. SOUSA, http://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/)

Face a esse cenário, as elites clamaram, então, contra a “decadência do jornalismo” que o DN protagonizaria, ao prestar atenção ao crime, à trivialidades sociais e a outros assuntos do quotidiano das pessoas e ao encarar a notícia como mercadoria e o jornalismo como negócio, afastando-se do temário da alta política e da alta finança, mais próprio dos jornais doutrinários consumidos pelas elites.

No DN, pontificavam as notícias, de todo o Portugal e do estrangeiro. O seu noticiário, muitas vezes criticado pelas elites por dar atenção ao crime e a trivialidades, ocupava a maior parte da mancha gráfica, enquanto os periódicos doutrinários o reduziam a duas ou três colunas.

O modelo jornalístico do *Diário de Notícias*, financiado pelo crescente afluxo de publicidade, que, ademais, dava bom retorno aos investidores, foi imitado e o seu sucesso contribuiu para o desaparecimento de muitos pequenos jornais doutrinários, que lhes viram fugir assinantes, compradores e anúncios publicitários. O DN transformou assim, a imprensa portuguesa, tendo sido o grande responsável pela reconversão modernizadora do jornalismo em Portugal, que, com ele, para o bem e para o mal, entrou na sua fase industrial e profissionalizada.

O DN conquistava, efetivamente, todos os públicos, incluindo as mulheres e os jovens, ao contrário do que sucedia com a imprensa doutrinária, que quase somente suscitava o interesse da elite masculina politizada e da alta finança.

A NAÇÃO - jornal legitimista, miguelista, órgão católico, ultramontano. Sua redação era na rua do Bem-Formoso, 153. Fundado em 1852, estendeu-se até 1915 com diversas mudanças. Dirigido por D.Jorge Eugénio de Locio e Seiblitz (Portimão-23-02-1819 _ Lisboa 05-01-1883). Descendente de uma família sueca, estabelecida em Portugal, homem culto, dominando várias línguas, oficial de exército que acompanhou D.Miguel até o fim, isto é, até a Convenção de Évora-Monte (1834). Defendia a causa do Príncipe D. Miguel, deposto e exilado na Austria, figura que o jornal evoca com carinho a todo momento. Colaboradores do jornal: visconde de Juromenha, marquês de Lavradio. As posições conservadoras do jornal foram muito contestadas pelos jornais e escritores liberais, clero. Tendo sido com este periódico que Alexandre Herculano sustentou uma violenta polêmica a propósito da desmistificação da

Batalha de Ourique (1850, escrevendo sobre o assunto o opúsculo *Eu e o Clero*. A redação deste jornal muda-se para o palácio dos srs. Duques de Palmela, no Calhariz.

BEM PÚBLICO: jornal católico, científico e literário -Lisboa- Imprensa União-Typographica- nº 1- 20 jun/1857- 23 jun./1877. Redator- José de Menezes da Silveira e Castro, Marquez de Vallada (1826-1895)

JORNAL DO COMÉRCIO- folha regeneradora, Lisboa,1853-1989- proprietário e redator- Antonio Enes, assinava rubrica de crítica literária

DIÁRIO POPULAR- fundado por Mariano Carvalho (1836-1905) publicista, folha progressista, Lisboa, 1866- nº1-13-jul. 1866 até 13 jun.1896;

A GAZETA DO POVO- redator - António Enes (António José de Orta Enes- (Lisboa-1848-Sintra, 1901) no qual publicou polêmicas acirradas com *As Farpas (Eça de Queirós e Ramanho Ortigão)* no início de sua carreira jornalística, por volta de 1870/71. Formado no Curso Superior de Letras, foi um deputado, jornalista, escritor e administrador colonial português, que se destacou em Moçambique onde exerceu as funções de Comissário Régio durante a rebelião tsonga na região sul daquele território. Crítico, dramaturgo, deputado, conselheiro de Estado, embaixador de Portugal no Brasil, mi nistro da Marinha e do Ultramar, comissário régio em Moçambique e ministro dos Negócios Estrangeiros, tendo nesta qualidade negociado com a Inglaterra após o Ultimato inglês de 1 890, mas destacou-se como um dos teorizadores do Realismo-Naturalismo.Autor de *A Guerra ea Democracia*, *Considerações sobre a Situação Política da Europa* (1870) e *A Guerra de África em 1895* (1898),

O ALFAGEME: folha política, literária e noticiosa. Santarém- 15 jul. a 24 dez.1871. Bi-semanário. Fundado e dirigido por Guilherme de Azevedo. Sobre as conferências publicou: programa (nº 2, 18-jun.); sobre a palestra de Adolfo Coelho (nº 3, 22 jun.); sobre a proibição das conferências (nº5, 20 jun.); nº9,16 jul.; nº10, 20 jul.). **Guilherme** Avelino Chaves **de Azevedo** (1839-1882) nasceu em Santarém e faleceu em Paris. Estudou Humanidades no liceu de Santarém. Fixa-se em Lisboa, onde se juntou à Geração de 70, participando nas Conferências do Casino. Colaborou na *Lanterna Mágica* e no *Álbum das Glórias*, este último ilustrado com caricaturas de Rafael Bordalo Pinheiro. Foi correspondente jornalístico do *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, parte em 1880 para Paris, onde viria a falecer. As influências poéticas vão de Lamartine a Victor Hugo, mostrando a sua poesia algumas

semelhanças com a de Cesário Verde. Obras: *Aparições* (poesia, 1867); *Radiações da Noite* (poesia, 1871); *A Alma Nova* (poesia, 1874). Em colaboração com Guerra Junqueiro, escreveu *Viagem à Roda da Parvônia* (teatro, 1879).

JORNAL DA NOITE- (2 Jan. 1871) a (31 Mar. 1892) Lisboa, Typ. Portuguesa, 1871-1892.

O PARTIDO CONSTITUINTE- foi publicado de 01 abril (nº1) a 29 junho/1872 (nº343). Segundo João Medina (1989, p.343) era um jornal diário, marginal, de 04 páginas, a 10 reis o exemplar, com sede e administração na Rua do Arco, 19. Foi a criação de uma das figuras basilares do regime monárquico constitucional, José Dias Ferreira. (1837-1907): licenciado em Direito em Coimbra (1859), enveredou pela carreira universitária, praticou a advocacia e inclinou-se para a política.

3 Conferências do Cassino nos periódicos diversos: imagens dos jornais e respectivas matérias digitadas

3.1 Nota prévia

Nesta Nota Prévia, elencaremos alguns procedimentos utilizados no tratamento com os jornais. Utilizaremos o formato de itens:

- Trataremos por matéria o texto/reportagem sobre as Conferências. Às vezes, também usaremos a palavra “texto”, para nos referir à matéria do jornal.
- Nos textos digitados, a ortografia foi atualizada conforme Acordo Ortográfico de 1990.
- Em palavras e trechos de leitura impossível, por dano na fonte impressa, foram usados colchetes.
- A matéria encontrada sobre as Conferências foi destacada por uma borda vermelha.
- A imagem do jornal foi reproduzida até a página em que aparece a matéria da conferência. Se aparece na página três, reproduzimos a pag. 1, 2 e 3.
- As imagens dos jornais foram agrupadas por assunto, isto é, ordem das conferências, separadas por uma folha escrita com os títulos: “anúncios”; primeira conferência; segunda conferência; terceira conferência; quarta conferência; quinta conferência.
- Alguns textos/matérias, principalmente da segunda conferência, não foram digitados, apenas reproduzidos, pois não tem relação direta com esta conferência, mas esta foi usada para discutir questões acerca de seu orador, Antero de Quental.
- A pesquisa inicial foi feita inicialmente a) a partir dos jornais indicados por António Salgado Junior, no livro *História das Conferências do Casino; b)* depois passamos a procurar 5 dias antes e 5 dias depois das referidas datas; c) feito isso olhamos todas as datas novamente; d) em seguida, pesquisamos sobre as conferências em artigos diversos e encontramos novas datas.
- Esses textos acima estão em tabelas sob o título de “Textos Iniciais” (a partir do livro de António Salgado Júnior); “Textos Encontrados” (matérias encontradas após a pesquisa)
- Alguns textos foram difíceis de serem encontrados, pois não possuem título ou qualquer identificação. O assunto muda na mesma coluna sem nenhuma separação.

- Alguns textos possuem leitura difícil pelo estado precário de alguns jornais _ as matrizes estavam ilegíveis em alguns trechos.
- Muitas matérias não possuem assinatura.
- A segunda conferência de Antero é a que mais possui matérias publicadas, seguida da quarta conferência de Eça.
- “Anúncios”: Foram consideradas “anúncios” pequenos textos que faziam a chamada/divulgação/propaganda das conferências.
- A segunda conferência, de Antero de Quental, “Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos Últimos Três Séculos” existe o texto original e foi publicada em 1871, Porto, Tipografia Comercial. Este texto está disponível integralmente em vários sites na internet. No entanto, achamos que seria importante tê-lo presencialmente, mediante o número grande de matérias a respeito do assunto e do orador.
- Também a de Francisco Adolfo Coelho, tem o texto original publicado em opúsculo no Porto, em 1872, “A Questão do Ensino” e depois em sua obra *Alexandre Herculano e o Ensino Público*, Lisboa, 1910. Disponível em: http://purl.pt/24587/3/#/1 . Acesso em: 02 mar. 2020. Biblioteca Nacional de Portugal

3.2 Textos iniciais (a partir do livro de António Salgado Júnior) e textos encontrados (após a pesquisa realizada) – tabelas

Tabela 9 - Textos Iniciais (a partir da História das Conferências do Cassino de Antônio Salgado Junior)

Jornal	**Mês**	**Dia**	**Página**	**Assinado por**	**Assunto/título matéria comentada**
Revolução de Setembro	Maio	05			Anúncio das conferências
	Maio	13	4	Alberto de Queirós	Anúncio da 4ª conferência: "A conferência do Sr. Eça de Queiroz" – assinado por Alberto de Queirós
	Maio	15			
	Maio	16			Programa das conferências- assinado por 12 nomes
		18			Programa das conferências- assinado por 12 nomes
	Maio	20			
	Maio	22			
	Maio	24			Conferência de 22 maio Primeiro anúncio sobre as conferências, particularmente sobre a 2ª, de Antero (dia 27 maio, sábado)
		24		Luciano Cordeiro	"Uma preleção literária" – assinado por Luciano Cordeiro
	Junho	23			Antero e Jaime Batalha Reis comentam que não convidaram Luciano Cordeiro para tomar parte nas conferências
	Maio	26			Luciano Cordeiro
	Maio	24			Conferência - Antero
Revolução de Setembro	Maio	30			
Diário de Notícias	Junho	15			3ª conferência
	Junho	6			Cinquentenário das Conferências Texto de J. Batalha Reis
	Maio	31			2ª conferência-
Jornal do Comércio	Maio	8			
	Maio	25			Conferência

	Maio	22			Artigo de Antero- "Resposta aos jornais católicos"
Jornal da Noite	Maio	30			2ª conferência – (28 de maio)
Jornal da Noite	Junho	1 -2			Cartas de Antero ("Cartas" nº 11)
Jornal da Noite	Junho	3			
Jornal da Noite	Junho	13	12		Anúncio da 4ª conferência- artigo pago
Jornal da Noite	Junho	8	9		
Jornal da Noite		23			
Diário Popular	Junho	15	10		
	Junho	27			Protesto assinado por 5 conferencistas
	Maio	22			Anúncio – 1ª conferência
	Maio	28			2ª conferência
Gazeta do Povo	Junho	14 e 15	p. 10 e 11		
A Nação		06			
A Nação		08			
A Nação	Maio	17			
A Nação (jornal conservador e católico)	Maio	24			2ª conferência – comentário crítico
A Nação	Junho	27			
A Nação	Junho	29			
A Nação	Julho	02			
Bem Público		10			
Bem Público		17			

Jornal	Número do Jornal	Mês	Dia	Pág.	Assunto
Revolução de Setembro	8665	Maio	02	2	Anúncio das conferências
	8668	Maio	05	p.2	Anúncio das conferências
	8679	Maio	18	p.2	Programa das conferências- assinado por 12 pessoas
	8682	Maio	23	p.1 e 2	Carta para Augusto Soromenho Assinado por: Augusto Filipe Simões
	8683	Maio	24	p.2	Maio – 1ª Conferência. Primeiro anúncio sobre a 2ª conferência, de Antero (dia 27 maio, sábado)
	8685	Maio	26	p.2	Anúncio da mudança Data da 2ª conferência
	8688	Maio	30	p.2	2ªConferência - 27 maio
	8690	Junho	01	p.2	Anúncio da 3ª Conferência
	8694	Junho	06	p.1 e 2	Sobre 3ª Conferência
	8696	Junho	08	P.2	Anúncio da 4ª Conferências
	8697	Junho	10	p.2	Anúncio sobre 6ª Conferência (que não ocorreu)
	8699	Junho	13	p.2	Sobre a 3ª Conferência
	8700	Junho	15	p.1	Sobre a 4ª conferência – assinatura Alberto de Queiroz
	8701	Junho	16	p.1	Sobre a 4ª Conferência – assinatura Luciano Cordeiro
	8703	Junho	20	p.1	
	8704	Junho	21	P.3	Sobre a 5ª Conferência Anúncio sobre 6ª Conferência (que não ocorreu)
	8707	Junho	24	p. 2 e 3	Sobre a 4ª Conferência - assinatura Luciano Cordeiro
	8708	Junho	27	p. 2	2ªConferência
	8709	Junho	28	p. 2	Encerramento das conferencia

Jornal	Número do Jornal	Mês	Dia	Pág.	Assunto
Diário de Notícias	1942	Maio	31	p. 2	Sobre a 2ª conferência-
	1949	Junho	07	p.1	3ª conferência
	1955	Junho	15	p. 2	4ª conferência
	1958	Junho	19	p. 1	Folhetim do Diário de Notícias – Assinatura Pinheiro Chagas
	1965	Junho	27	p.1	Sobre o encerramento das conferências
	1973	Julho	6	p. 2	Sobre as conferências – assinatura 20
Jornal da Noite	126	Maio	29-30	p. 2	2ª conferência
	130	Junho	2-3	p.3	Cartas de Antero –sobre a Conferência -
	133	Junho	6-7	p.2	3ª Conferência
	134	Junho	7-8	p.2	3ª Conferência
	135	Junho	8-9	p.2	3ª Conferência
	140	Junho	14 15	p.2	4º Conferência
	146	Junho	21 e 22	p.2	5ª Conferência
	152	Junho	28 e 29	p.1	Sobre o encerramento das conferências
Diário Popular	1651	Maio	22	p.2	1ª conferência
	1657	Maio	28	p.2	2ª conferência 3ª conferência que ainda acontecerá
	1667	Junho	07	p. 2	Sobre as proibições das conferências
	1673	Junho	15	p.1 e 2	4ª conferência
	1683	Junho	27	p.1	Protesto contra o fim das conferências
	1686	Julho	01	p.2	5ª Conferência
	1693	Julho	08	p.2	3ª conferência
	1698	Julho	12	p.2	Sobre o fim das conferências
A Nação	6997	Junho	01	p. 1	2ª Conferência
	7003	Junho	08	p. 1	2ª Conferência
	7015	Junho	27	p. 1	Resposta para Antero de Quental e Jornal do Comércio
	7017	Junho	29	p.1 e 2	Sobre a 2ª conferência Ao Jornal do Comercio e ao Sr A. de Quental –
	7019	Julho	02		Sobre a 2ª conferência Ao Jornal do Comercio e ao Sr A. de Quental –
	7020	Julho	04	p.1 e 2	2ª Conferência
	7032	Julho	18	p.1	2ª Conferência
Bem Público	48		10	p. 379-381	Os Eccos da Communa l

Jornal	Número do Jornal	Mês	Dia	Pág.	Assunto
Bem Público	49		17	p.387 - 389	Os Eccos da Communa II
Jornal do Comércio	5273	Maio	24	p.2	2ª Conferência
	5275	Maio	26	p.1	2ª Conferência
	5286	Junho	08	p.1	3ª Conferência
	5299	Junho	28	p. 1	Sobre o encerramento das Conferências
O Partido Constituinte	60	Junho	15	p.3	Sobre a 4ª conferência
	69	Junho	28	p.1	Sobre o encerramento
	70	Junho	29	p.1	Sobre o encerramento

Tabela 10 - Textos encontrados após a pesquisa

3.2.1 “Anúncios” das conferências

3.2.1.1- Revolução de Setembro – 02/Maio/1871

Fig. 8 - Revolução de Setembro – 02/Maio/1871 – p. 1

A REVOLUÇAO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$000 réis—Semestre, 3$000 réis—Trimestre, 1$600 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$000 réis—Semestre, 3$750—Trimestre, 1$975 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da administração, junto ao Correio Geral. Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Augusto Maria Pereira, rua Augusta, 50-52. Assignaturas são pagas adiantadas—Publicações de interesse particular são pagas. Folha avulsa, 40 réis. A redacção não responde pela doutrina e opiniões dos artigos assignados ou que levarem signal de que não são della—Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos.

Para as provincias
Anno, 7$500 réis—Semestre, 3$750 réis—Trimestre, 1$975
Para o Brazil
Anno, 12$000 réis—Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:665 | TERÇA-FEIRA, 2 DE MAIO DE 1871 | XXXII ANNO

EXPEDIENTE

A administração da «Revolução» roga aos srs. assignantes das provincias o favor de lhe enviarem a importancia das suas assignaturas em debito. Nem este pagamento o jornal não póde satisfazer ás suas despesas que são impreteriveis e diarias; e á remessa sob a fé do assignante deve corresponder o pagamento pontual.

INTERIOR

LISBOA, 1 DE MAIO

Tartufo louvava a castidade, e ardia em chammas de luxuria; fallava do amor divino com extremos de devoção, e procurava seduzir a mulher do seu bemfeitor. Se vivesse hoje aquelle varão insigne clamaria contra o imposto de consumo, em nome das classes pobres, e adoptaria o real d'agua para consolação e regalo das mesmas classes; diria que bastava despender menos para extinguir o *deficit*, e augmentaria todos os impostos; bradaria indignado e severo contra as despesas luxuosas, e pagaria de juros mais *quatro mil contos*.

Dever não é luxo; é signal de pobreza: tem rasão os tartufos; nisto ao menos, são coherentes. Mas se os accusam de terem augmentado consideravelmente a despesa publica, não se defendem, escapam-se, não argumentam, atropalham. Edificam altissimos castellos de algarismos para demonstrar que em 1867 se gastou mais do que em 1865! Provam a excellencia da sua doutrina, a innocencia do seu procedimento, a efficacia da sua parcimonia dizendo que imitaram, e excederam o exemplo daquelles a quem condemnam como esbanjadores! E' um rasgo de franqueza inexcedivel; era até um heroismo, se não fosse um despauterio.

Estae descansados; não iremos procurar a nascente dessa cataduपa de algarismos com que pretendeis aturdir-nos: aceitamol-os todos como exactos, prescindimos da analyse para que não chameis injurias ás provas que vos condemnam, tendes ás vezes desses descuidos. Damos as vossas contas como exactas... se é que não tomaes tambem isso por injuria. Mas ainda na hypothese de que os que vós chamaes perdularios gastaram mais dois mil contos com os diversos serviços publicos, ha, ainda assim, uma differença enorme: se aquellas despesas são boas não as deveis condemnar, se são más podeis supprimil-as; e acaso tentareis tambem supprimir os quatro mil contos com que augmentastes os juros da divida consolidada? *Quatro mil contos* cada anno, e que se não podem diminuir como a despeza das estradas, e ainda outras que a vossa modestia occulta.

Continuae a prégar economias largas e despezas estreitas, córtes profundos e parcimonias altas, mas antes de enriquecerdes nossa patriotica gritaria talvez fosse bom demonstrar-nos que a despeza do estado é hoje menor do que no tempo a que chamaes de dissipação e luxo. Provae que se não gastam hoje mais dois mil contos do que então se gastava. E' isto o que se vos pede. Não temos grande empenho em saber se Adão e Eva foram mais poupados depois que saíram do paraiso, ou se Abel era mais corrupto do que Caim. Offerecei essas lucubrações á academia: o publico é menos ambicioso de sciencia, contenta-se com saber se devem chamar-se esbanjadores e desperdiçados aos que gastam menos, e economicos e bons administradores aos que se arruinam com dividas, aos que tiram á despeza do almoço e do jantar para augmentar os lucros do agiota, e fazem fato novo para o depositar na casa de penhores.

Botae a livraria abaixo e explicae-nos isso.

Puni por fim aquelle esbanjamento de vos ficarem receitas por cobrar, de achardes á vossa disposição alguns centenares de mil libras, e exaltae ainda o heroismo com que no dia immediato ao em que deixastes o poder fostes perguntar com que meios contavam os vossos successores para o pagamento das vossas dividas!

Gloriae-vos da comparação. Os perdularios deixaram-vos recursos; vós deixastes os cofres varridos e as obrigações por satisfazer!

O HOSPITAL DA MARINHA — SUA NECESSIDADE E IMPORTANCIA — A MARINHA PORTUGUEZA E AS NOSSAS COLONIAS.

I

Deve fechar-se o hospital da marinha?

Não.

Fechar o hospital da marinha é desorganisar completamente o serviço de saude; é prejudicar a instrucção dos facultativos, e conseguintemente o tratamento dos doentes a bordo; é tornar impossivel exercitar os enfermeiros na sua profissão, os quaes são destacados deste hospital, por escala, para os differentes navios; é trazer graves prejuizos para a fazenda publica pela extincção das repartições competentes, que fornecem as boticas para bordo e para as provincias ultramarinas, recebem as que os navios da armada entregam quando regressam ao Tejo e examinam a legalidade das despesas dessas boticas; é finalmente trazer a confusão em vez da ordem, da economia e da prosperidade.

As rasões em que se baseia o projecto para se fechar este optimo estabelecimento naval são apontadas pelo *Diario de Noticias* e pelo *Diario Popular*.

O importante folheto d'onde tiro os elementos para tratar de uma questão tão grave, traz na sua primeira pagina o seguinte extracto do *Diario de Noticias* do dia 18 d'abril:

«Parece que uma das cousas que surprehenderam no exame do orçamento do ministerio da marinha a respectiva commissão foi, segundo ouvimos, ter o hospital da marinha *10 facultativos para uma media de 24 enfermos*.»

A media não é de *24 enfermos*, mas de 80! Nunca estiveram encarregados do serviço clinico do hospital da marinha *10 facultativos!*

Esta questão, diz muito bem o auctor do folheto a que me refiro, é digna de estudo; e instam por elle não só a necessidade de se fazer o maior numero de economias, como a de não desorganisar os serviços, destruindo o que a experiencia tem mostrado ser conveniente e indispensavel.

Não se falla em *desorganisar serviços* para se armar ao effeito do momento. Trata-se de apresentar a verdade em presença de dados irrecusaveis.

Que a media diaria do numero dos doentes tratados no hospital da marinha não é 24, mas 80, vê-se com toda a clareza e exactidão no seguinte quadro. Comprehende um quinquenio com os vencimentos annuaes dos doentes e a sua media diaria.

1866.........	37:544.........	102,88
1867.........	31:256.........	85,57
1868.........	27:427.........	74,64
1869.........	25:636.........	70,23
1870.........	24:495.........	67,10
Somma...	146:158	400,42

A media diaria foi evidentemente de 80,08 n'este quinquenio. As medias diarias de cada anno variaram entre 60 a 100; é impossivel acharse alguma que se aproxime sequer do dobro da que se dá no *Diario de Noticias*. Os dados que serviram de base para se calcular media—24—não são verdadeiros. Não se póde esperar que as medias diarias de cada anno venham a diminuir, como pondera o habil facultativo, que desenvolveu a questão do hospital da marinha de raiz e a preceito em o folheto que tenho presente.

Parece que se trata sómente de prejudicar o serviço de saude naval e não de realisar economias salutares e fecundas. Pretende-se fechar o hospital da marinha, e diz-se para isso que tem *poucos doentes* e *muitos facultativos!* E isto não é verdade.

Reforme-se, mas não se aniquile; trabalhe-se com afinco para se realisarem economias, mas sem se trazer a confusão. Trabalhemos para alcançar a prosperidade da patria e não para levar o desgosto, o desalento e a desconfiança ao meio d'aquelles que se arriscam nos climas inhospitos d'alem mar.

Da nossa marinha proveiu a nossa maior gloria; assombrámos por meio d'ella todo o universo: das nossas vastissimas colonias veio-nos no passado ouro, marfim, riquezas sem conta e verdadeira consideração. Fomos a primeira das nações do mundo. No seculo presente das nossas colonias póde vir á mãe-patria [illegible] de contos de réis. Se não se recebem, [illegible] dizer que se não podem receber. Conheço algumas colonias que podem triplicar os seus rendimentos actuaes sem augmento de despeza. Somos a segunda nação colonisadora do mundo; possuimos riquezas sem conta que não aproveitamos, e *para aproveitar dois contos de réis* deve desorganisar-se um serviço importantissimo?!...

Não póde ser.

Ferir a marinha é dar o primeiro golpe na vida das nossas colonias, a quem ella serve de sentinella vigilante; fechar o seu hospital por causa

FOLHETIM

CARTAS DE MAFRA

DE

Luciano Cordeiro

(A JULIO CESAR MACHADO)

Amigo

A minha ultima ida a Lisboa deu-me uma curiosa desillusão.

Senti saudades disto, por lá; saudades destas solidões, desta monotonia, desta paz-d'alma da natureza—deixe dizer assim—, destes horisontes francos, destes desenfadados ares, destes campos, destas aguas, desta *vida*...

Creio que desfrechei em mais d'um amigo toda a carta *ad villicum* do velho Horacio:

....
Rure ego viventum... beatum.

Pódes tranquillisar-te porém. Não vou desfrechar-te agora um bucolico idyllio;—se eu os podesse fazer á Jeremias Gotthelf!...—nem desnovellar argumentos attinentes á facil demonstração da superioridade dos frescores do pinhal e das palestras labregas sobre as ardencias paludosas da politica cidadã.

Eu viera para Mafra n'uma quadra de chuvas, de nevoeiros, de ventanias; de humidades impertinentes, de sombrios céos, de horisontes pesadamente opacos e feios. A natureza ostentava uma nudez engelhada e cynica; tinha esgrouvinhamentos de doudice, assobiava umas notas sinistras, tinha raivas medonhas e enthusiasmos assassinos. Debatia-se, estremecia, roncava, esphacelava e esphacelava-se.

Quando me vi no sopé desta pedreira artificial, enorme, negra, hypocrita, amontoada em honra ao Divino pelo regio caçador de... Odivellas, pelo muito alto e muito poderoso discipulo de cantochão de fr. Jorge Venesiano, senti o coração confranger-se-me.

Relanceando a vista para além pareceram-me as casas da villa uma ranchada de figurinhas anãs que viessem a cambalear em dança ebria até ao vasto largo e estacassem alli apavoradas, com os olhos esbugalhados para o colosso da basilica.

Tudo aquillo era pequeno e contradictorio, absurdo até.

Havia em tudo um ridiculo pungente, uma cousa qualquer que atravessava a alma como uma gargalhada secca, fria, aguda, má.

Quando depois percorri os longos corredores em que divagavam as creanças envoltas n'uma luz mortiça e n'uns ares humidos e frios ainda mais me entristeceu tudo.

Como descrever o que senti então?

Era enfadonho e difficil.

Mas foram passando os dias procellosos: um dia rasgava-se alli ou além a abobada côr de chumbo do ceo e apparecia um listão azul,—de azul e de luz que mais vale do que ouro sobre azul,—da luz da primavera e d'aquelle azul profundo, diaphano, continuo que deve ser o desespero dos pintores. Outro dia, era ao cahir da tarde que uma labareda de sol no occaso cobrejava pelas regiões nublosas e batia na chapada d'alguma montanha visinha.

Eu saía poucas vezes. N'um dia em que o mau tempo apresentára hesitações de luz e de sombras,—de risos e de mysantropias,—que como que se me reflectiam n'alma; e quando já as collinas por ahi além começavam a adornar-se d'um verde juvenil e forte, saíra a passear e demorou-se-me a vista no longiquo horisonte. Iam-se adelgaçando e dissipando lentamente,—com uma lentidão magestosa e timida a um tempo,—as nuvens acastelladas e enovelladas além.

Foi então que senti um assomo de intima, de brusca alegria. Era para vêr aquillo!

Imagina, meu amigo, que no desfazer-se do ultimo veo nubloso me appareceu para além um listão azul, immenso, profundo, illimitado, espelhoso, esbatido suavemente ao largo até se confundir com a luz difusa d'um dia em termo. Era o mar!

Que alegria e que saudade ao mesmo tempo! Eu fallo do mar como d'uma pessoa de familia.

Pequenino era eu e conhecia-o já.

Embalou-me em creança, attrahiu-me, impelliu-me, era eu já homem.

Pareceu-me que vinha agora trazer á minha solidão as lagrimas de saudade de minha mãe, as bençãos do meu veneravel pae, os adeuses de meus irmãos, dispersos por essas terras distantes.

Pareceu-me isto.

Ha quem isto comprehenda? Póde exprimir-se bem?

Comprehendes de certo tu, que tens uma alma d'artista, comprehendem as boas almas que teem tido saudades, que teem sentido tristezas,—destas tristezas de quem vive só.

«Triste e só» era o monge.

«Só», é «triste». Se é!...

Vim dalli com uma satisfação tamanha, tão pura, tão boa cá dentro, deixe-me dizer assim, que não dei pelo tristor destas paredes enegrecidas, destes corredores immensos.

O mar!

Sabes com quem se me parece o mar? E' com a «sciencia.» A mesma profundeza, a mesma amplidão, a mesma pujança; as mesmas tempestades tremendas, as mesmas serenidades magestosas.

São duas grandes cousas: o mar e a sciencia!

O insondavel e o inexgotavel, a riqueza immensa e o immenso mysterio: o todo franqueado a todos e todos livres no todo!

Satisfaz isto.

Podem esmigalhar-nos, os gigantes. Mas em fim lucta-se e é uma lucta grande, nobre e gloriosa.

Agora com as viboras que mordem, que rojam, que se escondem, que fogem, com as viboras que a cada passo pisamos e que a cada passo nos silvam do pó, oh meu amigo, com essas é que a lucta é triste e solitaria de glorias e de enthusiasmos!

Mas para onde me ía fugindo a penna. Tem disto o cavaco epistolar.

Senti saudades de Mafra, em Lisboa, é certo.

Nesses encanamentos de enxurradas e de sedas, e de esplendores, nessas ruas apertadas em que aos olhos parece que as telhas limosas recortam com brutal insolencia umas nesgas do ceu, nessa athmosphera de pó e de cousas velhas e pequenas em que redemoinham tantos manequins movidos por uns cordeis sujos que se chamam politica, agiotagem, exploração amorosa, etc. etc., senti-me saudoso destes panoramas que a Ceres creadora, a eterna Demeter vae trajando agora de tantas e tantas côres formosissimas, destes horisontes em que mergulha a vista sem topar com um maroto lantejoulado, com um litterateiro hypocrita de trabuco; destas solidões emfim; dos meus livros principalmente com quem eu posso conversar larga e socegadamente.

No meio porém de tudo isto, acontece naturalmente sentir a gente desejos de *cavaquear* com os bons amigos ausentes; erguem-se muitas vezes os olhos do livro, acende-se um cigarro,—tu fumas charuto mas o charuto não é bom para isto, hei de provar-te,—acende-se um cigarro, como ía dizendo, e emquanto os olhos ficam em contemplação idiota do desanovelar do fumo, foge-nos o pensamento para junto de quem estimamos como que para transmittir e receber o que se pensou e sentiu. O cavaco epistolar é a traducção destes impulsos, destes factos intimos.

Escreve-se... nem a gente sabe porque, como se bem me lembro acontecia a Gilbert.

.... *«Parce qu'il faut ecrire»*....

E assim se explica esta carta e assim se justificam muitas cartas.

Não te assustes; destribuirei equitativamente a *massada*,—passe mais esta,—por muitos bons amigos como tu. Tu e elles decerto que me perdoam.

Quiz desafiar-te o apetite de vires a Mafra, de vires agora ver, não digo só a pedreira de João V, que tem alguma cousa de admirar comtudo, e que como o «homem das botas» todo o fiel portuguez deve desejar ver ao menos uma vez na vida,—mas emfim os campos, os vales, o céu, o *maio*, entendes?

Despega-te dahi, homem!

... *et, rebus omissis*
Atria servantem postico falle clientem

Salvo se o cliente fôr... o editor. Isto tinha por força que acabar com Horacio.

Tens aqui estofo para muitos *«Quadros do Campo»*, crê.

Agora me chega cá o ruido dos applausos á grande Emilia e ao grande «Gladiador». Já que não pude ver aquella fallarei deste. Descança porém.

A outra porta irá dar á epistola; á do nosso bom e honrado amigo Sampaio.

Mafra, 29 d'abril de 1871.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

Fig. 9 - Revolução de Setembro – 02/Maio/1871 – p. 2

Paris e que tem por titulo: «Barricadas na Praça do Hotel de Ville»; «Aspecto que offerece actualmente a Praça Vendôme»; «Os vermelhos são derrotados nas planicies de Nanterre pelo fogo do Monte Valeriano»; «Saida dos vermelhos pela porta Maillot para combate de Neuilly».

Além d'estas, apresenta o mesmo jornal duas gravuras representando vistas de Gibraltar, e uma outra de Barcellona; diversos typos de construcções ruraes em Inglaterra e uma folha de caricaturas.

Figura tambem no presente numero o retrato do sr. D. Aniceto Mascaró Cos, Doutor em medicina e cirurgia pela universidade de Barcellona, que tanto tem chamado ultimamente em Lisboa as attenções geraes. N'uma rapida biographia que acompanha o retrato se narra a vida publica d'este especialista, que conta apenas 29 annos e é filho de um dos mais habeis cirurgiões da Catalunha. Os admiradores do sr. Mascaró devem lêr o numero XII da *Ilustracion Hespañola*.

Movimento da barra.—No dia 30 de abril entraram no porto de Lisboa 7 embarcações e sairam 6; e hoje, 1.º de maio, entraram 8, e sairam 7.

Reabertura.—Reabriu hoje o antigo e muito acreditado armazem de fazendas do sr. Alfredo Cabral, estabelecido n'uma das lojas do predio n.os 91 a 95 da calçada do Combro, esquina da travessa da Era. Como é sabido foi este predio destruido pelas chammas ha já alguns mezes, e deste facto tristissimo resultou a renovação do estabelecimento do sr. Cabral com o que muito a ganhar tem o publico que o frequentar, por isso que junto ao grande e variado sortimento de fazendas que agora expõz á venda encontrará o comprador preços relativamente baixos á qualidade superior dos objectos em exposição.

De justiça é que digamos que á renovação do antigo e bem conceituado estabelecimento do sr. Alfredo Cabral presidiu gosto aprimorado, o que lhe valerá os gabos de quantos avaliar sabem o que mais bem vae para o melhor realce de estabelecimentos de tal ordem. O balcão está bem trabalhado e offerece novidade. Extremamente nos agradou, e tambem a engenhosa disposição dos artefactos á venda. Oxalá dinheiro não falte a quem para elles olhar e comprar queira.

Indeferimento.—Fallámos ha dias de um requerimento feito por o sr. Antonio Augusto d'Azevedo Pinto, aspirante do corpo de officiaes de fazenda da armada, e pelo mesmo cavalheiro dirigido a sua magestade. Ouvimos hoje que tal requerimento obtivera informação e despacho contrarios aos desejos do supplicante, e que o indeferimento fôra fundamentado pelo disposto em determinado artigo da lei respectiva, o que pouco ou nada importa trazer agora para aqui. Mais ouvimos que o requerente vae dirigir o seu appello ás camaras, o que nos parece desnecessario, por isso que certeza temos de que se o nobre ministro indeferiu a pretenção porque a lei a proceder contrario se oppõe, outra resolução não deve esperar o interessado do tão integerrimo caracter. Se ha justiça na allegação do requerente como nos dizem haver, de crêr é o nobre ministro opportunamente apresente em côrtes uma proposta, que, depois de convertida em lei do estado remova as difficuldades que agora obstaram ao bom despacho do requerimento em questão. Exigir quanto é rasoavel e justo é louvavel. Pretender, porém, a immediata obtenção de cousas para a resolução das quaes preciso é aguardar a melhor e mais favoravel opportunidade, erro gravissimo se commette e porventura imperdoavel aos olhos de quem só justiça deseja fazer.

Tourada real.—Assim se póde chamar á corrida que hontem se realisou na praça do Campo de Sant'Anna. A enchente foi das tae de obrigar o espectador a não mais levantar-se do logar que a principio escolhêra. Foi mesmo de a gente não poder arredar pé sob pena de o vêr com a mais descarada cemcerimonia achatado por outro, que lhe ficasse visinho, o que infelizmente nos aconteceu, e agora relatamos como para castigo da nossa involuntaria leviandade. Adiante. A praça estava repleta de amadores da tauromachia; o trabalho dos artistas admiravel; os touros de uma ferocidade terrivel!

Como dissemos e prophetisámos em a nossa anterior noticia as honras da tarde couberam ao intrepido espada *el Chicorro*. Glorificado deve tambem ser o Calabaça que fez uma sorte de cadeira admiravel. Mais feliz nesta parte, e só nesta parte foi Calabaça que *el Chicorro*, que a fez com toda a donairosidade propria de um andaluz, mas com menos fortuna, pois levou do touro pesada pancada no ventre. Mourisca esteve felicissimo com todos os bois que lhe aceitaram sorte, e nas cortezias houve-se por tal arte, que as palmas e bravos retumbavam no espaço por largo tempo. De tudo foi merecedor o galhardo cavalleiro. Os homens de forcado portaram-se com valentia e alguns houve que fizeram excellentes pegas. Tudo, tudo, emfim, correu á vontade do publico, que saiu manifestando quanto lhe fôra agradavel a corrida.

Rendimento da alfandega.—O rendimento desta casa fiscal foi:
Em 1 de maio .... 34:904$447

Commemoração funebre.—Do *Primeiro de Janeiro* transcrevemos o seguinte:

«Posto que José Vieira de Castro, ha pouco fallecido no concelho de Fafe, passasse vida modesta e desambiciosa no retiro da sua aldeia natal, a patria deve-lhe um quinhão da gloria com que, nas pelejas travadas por amor da liberdade, se honraram tanto quanto se sacrificaram os Vieiras de Castro da casa do Ermo.

Eram tres os valentes soldados, que sahiram na vanguarda dos mais destemidos a colherem os louros civicos onde o perigo era maior.

Todos tres são mortos.

Antonio Manuel Lopes Vieira de Castro, o secretario de estado, que adorou a liberdade até ao extremo de arriscar a vida na defesa da sua soberania nos dias funestos de 1837, morreu no vigor da edade sobredourando as honras que lhe nobilitaram o curto dia das suas fadigas com as saudades dos seus camaradas de sacrificios grandes e pequenissimos lucros.

Mas era aquelle um tempo em que o mais opulento legado dos ministros mortos era a sobrevivencia da fama honrada. O ministro Vieira de Castro acabou pobre, quando á volta delle se abasteciam os estadistas enthesourando patrioticamente as joias exploradas nas ruinas das instituições. A liberdade porém devia de exultar quando a virtude se inclinava reverente diante das pobres sepulturas de cidadãos como Vieira de Castro e Mousinho da Silveira.

O segundo dos tres lidadores infatigaveis muito ha já que tambem, a meio decurso da vida, cerrou os olhos, onde se espelhavam as imagens lacrimosas de quatro filhos, um dos quaes era José Cardoso Vieira de Castro, o homem que parecia destinado a continuar a gloriosa tarefa de seus maiores, recebendo da Providencia dotes de espirito mui relevantes, alma para as mais affoitas investidas contra os atravessadores do adiantamento social, e em fim um assombroso condão de orador que não invejou nenhuma das reputações estabelecidas. Luis Lopes Vieira de Castro, juiz da relação do Porto, era, pois, o pae desse talentoso moço que ha pouco sahiu com a honra immaculada de um tremendo naufragio, embora lá lhe sossobrassem patria, esperanças, o posto elevado que assumira nos negocios publicos, e mais que tudo, o coração onde todos os sentimentos eram de tão alto quilate que não cabia entre elles o condescender com a deshonra.

Vivia, ha poucos dias, José Vieira de Castro, o ultimo dos tres irmãos. Este assistiu ainda á catrophe do filho do seu irmão querido, e, morrendo, resalvou-se da angustia de o ver sair para o desterro. Bem-vinda lhe foi a morte, não acompanhada de mais essa agonia sobre tantas.

Conheci este respeitavel ancião na casa do Ermo, em companhia de seu sobrinho, quando este meu dilectissimo amigo, ha doze annos, me hospedou na sua alma e no aconchego da sua doce companhia. Reviçavam-n'o as reminiscencias da sua mocidade quando m'as referia sem vaidade, mas com o justo desvanecimento de ter cooperado para o bem commum. Os seus derradeiros amores á liberdade havia-os manifestado capitaneando os populares que, em 1846, se deixaram embair de illusões sobre o remediar está doença de consumpção de que nos sentimos morrer todos. José Vieira de Castro, em 1860, estava desenganado; todavia, como elle houvesse embalado a idéa nova no seu berço, o morrer para ella não lhe custaria mais que o sobreviver-lhe.

N'estes ultimos annos a velhice foi-lhe amargurada por doenças dolorosas com o acrescimo de tristezas que enlutaram toda a sua familia. A morte emfim encostou-o ao seu seio e levou-o onde o descanço eterno é já argumento para que aceitemos como benigna e como obra da mão de Deus, a paragem onde não ha o estremecer das angustias. Se, todavia, para além tumulo ha bens remuneradores dos males que nos aqui devastam corpo e alma, Deus terá dado áquelle nobre espirito os resplendores da luz eterna.

27 de abril de 1871.—*C. Castello Branco.*»

Doença.—Está gravemente doente o sr. barão de Villa Cova.

—Está tambem doente o sr. Coelho d'Almeida, nosso encarregado de negocios em Berlim. Desejamos o prompto restabelecimento de s. ex.as

Mudança.—A estação telegraphica que estava estabelecida na Bemposta vae ser mudada para a rua de S. Lazaro.

Festejos.—No Porto já se trata de organisar os festejos que hão de haver naquella cidade quando SS. MM. os imperadores do Brazil alli forem.

Roubo.—Diz um jornal de Coimbra que se descobriu um grande roubo no hospital da universidade.

Conferencias.—As conferencias que nós dissemos que se iam emprehender serão feitas pelos srs. Batalha Reis, Anthero do Quental e outros mancebos dos mais talentosos do reino.

Historico.—Um pregador dizia um dia do pulpito abaixo:

«Admirae, meus queridos irmãos, a força de Samsão, que com uma queixada de burro passou mil philisteus ao fio da espada.»

Anecdota.—Um alfaiate reclamava d'um janota o preço d'um fato que lhe fizera.

—Não o vesti senão duas vezes.

—Pois bem, já que não quer, ou não póde pagar, entregue-m'o pelo menos, disse o alfaiate já em cólera.

—E' impossivel.

—Porque?

—Ouça-me, respondeu o janota. A primeira vez levei-o a um baile e voltei com elle para casa; na segunda levei-o para o *prego* e lá ficou.

Objectos perdidos.—Diz a parte policial que no quartel da 6.ª companhia, em Alcantara, existe para ser entregue a quem demonstrar pertencer-lhe um casaco de mulher, uma saia de chita, um chaile, quatro camisas de mulher, duas fronhas grandes, duas ditas pequenas, duas toalhas e treze lenços brancos que foram achados na rampa das Necessidades á 1½ da tarde.

Fallecimentos.—Na provincia de Moçambique, em Quillimane, falleceu o alferes do batalhão de caçadores da Zambezia, Francisco da Costa Mimoso Alpoim. Era um moço de 21 annos, pertencente a uma familia nobre, e estimado por todos que o conheciam.

A *Revista Militar* tambem dá noticia da morte do alferes de caçadores da Zambezia, Antonio Maria Julio de Carvalho.

Caldos peitoraes.—Recommendamos ás pessoas debeis ou convalescentes os caldos peitoraes ferruginosos do sr. Franco. O seu preço é diminuto—200 réis cada pacote. Acha-se á venda em todas as pharmacias.

MORTALIDADE

CEMITERIO OCCIDENTAL

Em 27 de abril.—Maria, 14 mezes.—Maria Dias Monteiro, 75 annos, casada.

Na valla, 2; cova, 2.—Total, 4.

Em 28 de abril.—Antonio Joaquim Pires, 1 mez.—Maria José, 50 annos, casada.—Oliva Rosa da Conceição, 6 annos.

Na valla, 3; cova, 2.—Total, 5.

CEMITERIO ORIENTAL

Em 27 de abril.—Antonio Joaquim da Costa Braga, 62 annos, viuvo.

Na valla, 6; cova, 1.—Total, 7.

Em 28 de abril.—Maria Ignacia da Conceição do Porto, 80 annos, viuva.—Carolina Theodora da Conceição, 25 mezes.—Antonio Sabino Duarte, 43 annos, casado.—Julia Maria da Conceição, 24 annos, solteira.

Na valla, 5; cova, 3; jazigo, 1.—Total, 9.

ESPECTACULOS

THEATRO DE D. MARIA II.

Terça-feira, 2 de maio.—(Beneficio).—Os Estroinas.

THEATRO DO GYMNASIO DRAMATICO

Terça-feira, 2.—A filha do mar.

PILULAS E UNGUENTO DE HOLLOWAY

PILULAS DE HOLLOWAY

1 Estas pilulas são universalmente consideradas como o remedio mais efficaz que se conhece em todo o mundo. Todas as enfermidades provêem de uma determinada origem, a saber: impureza do sangue, o qual é o manancial da vida. A dita impureza é promptamente neutralisada com o uso das pilulas de Holloway, que, limpando o estomago e os intestinos, produzem, por meio de suas propriedades balsamicas, purificação completa do sangue, dando tom e energia aos nervos e musculos, e fortificando toda a organisação.

As pilulas Holloway sobresaem entre todas as medicinas pela sua efficacia para regularisar a digestão. Exercendo uma acção em extremo salutifera no figado e rins, ellas ordenam as secreções, fortificam o systema nervoso, e dão vigor ao corpo humano em geral. Ainda as pessoas menos robustas podem valer-se, sem receio, das virtudes fortificantes destas pilulas, comtanto que, ao empregal-as, se atenham cuidadosamente ás instrucções contidas nos opusculos impressos que acompanham cada caixa do medicamento.

UNGUENTO DE HOLLOWAY

A sciencia da medicina, até hoje, não produziu ainda remedio algum que possa comparar-se com o maravilhoso unguento Holloway, o qual possue propriedades assimilhativas tão extraordinarias, que, desde o momento em que entra no sangue, fórma parte delle; circulando com o fluido vital expulsa toda a particula morbosa, refrigera e limpa todas as partes externas e sara as chagas e ulceras de todo o genero. Este famoso unguento é um curativo infallivel para as scrophulas, os cancros, os tumores, os males das pernas, a regidez das articulações, o rheumatismo, a gota, a nevralgia, o tic-doloroso e a paralisia.

Cada caixa de pilulas e pote de unguento vão acompanhados de amplas instrucções em hespanhol, relativas ao modo de usar os medicamentos.

Os remedios vendem-se em caixas e potes nos principaes boticarios de todo o mundo, e pelo proprietario, em o seu estabelecimento central 244, Strand, Londres.

MARINHA GRANDE

NACIONAL FABRICA DE VIDROS

2 A empresa desta fabrica, desejando attender á commodidade de grande parte de seus freguezes, abriu na praça de D. Pedro, 22 e 23, (vulgo Rocio) um bem sortido armazem central, onde, por preço fixo e commodo, o publico achará um variado sortimento de objectos de vidro e cristal, liso, lapidado, fosco e gravado; continuando egualmente com o seu unico e antigo armazem de deposito geral na rua de S. Paulo, 70 e 72, nesta cidade, onde os srs. compradores por atacado acharão bom fornecimento, por preços commodos, tanto em vidro e cristal, como em vidraça de côr inalteravel.

A mesma empresa tem a honra de prevenir o publico que continúa com os seus depositos:
No Porto, rua de Sá da Bandeira, 26 e 28.
Em Evora, na praça da mesma cidade.
Na ilha da Madeira, os srs. Camacho & Irmão.

NADA MAIS DE TINTURAS PROGRESSIVAS

MISTURA ORIZALINA VEGETAL

(UM SÓ FRASCO) DO DR. JAMES SMITHSON (UM SÓ FRASCO)

Torna instantaneamente á côr natural os cabellos e a barba

3 Não é necessario lavar nem antes nem depois. A applicação é das mais simples, o resultado é immediato; não suja a pelle e nunca póde prejudicar a saude. Para convencer os incredulos o sr. Augusto Pinto, cabelleireiro na rua nova do Carmo, opéra sobre as pessoas que desejarem ensaiar este maravilhoso producto. A caixa, com escova e pente, 1$400 réis; caixa só com o frascos 1$000 réis; banho vegetal, 500 réis.

Deposito geral para a venda em grosso, L. Legrand, fornecedor de S. M. o imperador, 207, rua de Saint Honoré, 207, em Paris. Em Lisboa, o sr. Barreto, rua do Loreto, 28–30.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

Conferências. – As Conferências que nós dissemos que se iam empreender serão feitas pelo Srs Batalha Reis, Antero de Quental e outros mancebos dos mais talentosos do reino.

3.2.1.2 Revolução de Setembro – 05/Maio/1871

Fig. 10 - Revolução de Setembro – 05/Maio/1871 – p. 1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$000 réis—Semestre, 3$000 réis—Trimestre, 1$600 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$440 réis—Semestre, 3$750—Trimestre, 1$975 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da redacção, junto ao Correio Geral. Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Augusto Maria Ferreira, rua Augusta, 50-52. Assignaturas são pagas adiantadas. Publicações de interesse particular são pagas. Folha avulso, 40 réis—Annuncios, 20 réis por linha. A redacção não responde pela doutrina e opiniões dos artigos assignados ou que levarem signal de que não são della—Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos.

Para as provincias
Anno, 7$200 réis—Semestre, 3$750 réis—Trimestre, 1$975
Para o Brazil
Anno, 12$000 réis—Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:668 | SEXTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 1871 | XXXII ANNO

EXPEDIENTE

A administração da «Revolução» roga aos srs. assignantes das provincias o favor de lhe enviarem a importancia das suas assignaturas em debito. Sem este pagamento o jornal não póde satisfazer ás suas despezas que são impreteriveis e diarias; e á remessa sob a fé do assignante deve corresponder o pagamento pontual.

INTERIOR

LISBOA, 4 DE MAIO

O trapalhão reformista não nos diz o motivo por que deixando a regeneração os fundos publicos a 42, a gerencia economica do sr. bispo de Vizeu os reduzira a 33, nem nos declara a rasão por que tendo s. ex.ª feito tantas economias elevára os encargos publicos uns poucos de mil contos.

Para realçar a belleza deste quadro ainda é necessario notar que a regeneração deixou por cobrar muitas receitas, que o nobre prelado recebeu, e que os reformistas deixaram os cofres vasios, e legaram aos seus successores a obrigação de pagar centenares de mil libras nos primeiros dias da sua gerencia. Cobrar mais, pagar menos, e augmentar a divida são os milagres de que se gloria o partido clerical.

Basta-nos isto para defeza—aceitar a accusação, e tirar della as naturaes consequencias. E' matar o bofarinheiro que súa oito dias para demonstrar uma proposição, e que súa outros oito para demonstrar a falsidade do que sustentára; castigo merecido para a presumpção sem merecimento e para a falta de caracter.

Não desdenhamos porém o exame. Diz a allegação:

«O ministerio do reino tinha gastado em «1864-1865, anterior á gerencia regeneradora, «1.508:886$519 réis. O mesmo ministerio em «1867-1868 dispendeu 1.779:498$929 réis.
«Augmento—270:612$410 réis.»

E' claro que houve um grande desperdicio. Aceitamos a conta sem fazer reparos bem cabidos, mas que não são necessarios para a nossa questão.

Desta apreciação deve inferir-se que subindo ao poder o partido reformista tudo entrou na ordem. Reformado duas vezes o ministerio do reino pelo sr. bispo de Vizeu a despeza deve ter diminuido sensivelmente com a queda da regeneração.

Vejamos.

Uma proposta do gabinete do sr. bispo de Vizeu datada de 4 de janeiro ultimo diz assim:

«A despeza ordinaria do estado é auctorisada para o exercicio de 1871-1872:
«Ao ministerio dos negocios do reino .... 1.819:507$543»

Os reformistas só pedem mais 40 contos por espirito de economia.

Basta apresentar este resultado para enxotar o bando de estorninhos que assalta o orçamento.

Vendo assim o fructo salutar das reformas perguntamos o que dispendeu no ministerio do reino o sr. bispo de Vizeu em 1868-1869.

A conta do thesouro diz........ 1.708:015$389

Fazendo conta ás deducções nos ordenados o famoso reformista fez o milagre de pagar mais que os outros e de ficar a dever mais do que elles.

Mas o publico tem obrigação de saber a rasão do augmento da despeza.

Era a despeza com os governos civis (*numeros redondos*)	105	contos
Elevou-se a	112	»
Mais	7	»
Para despezas das visitas dos governadores civis aos districtos	5	contos
Arranjos nas secretarias dos governos civis	2	»
	7	

Instrucção publica:

A lei de 1864-1865 auctorisava	641	contos
Elevou-se a	737	»
Mais	96	»

Crime atroz. O cantor das cavalgaduras deve condemnar o que se dispende com o derramamento da instrucção.

O sr. bispo de Vizeu pede 791 contos. Não condemnamos o desperdicio, admiramos a ignorancia do censor.

Subsidios a municipalidades.

A lei de 1864 concedia	167	contos
Elevou-se a	210	»
Mais	43	»

Outro escandalo.

O sr. bispo de Vizeu para remediar este mal propoz	232	contos

Gloria aos esbanjadores!

Beneficencia publica.

Era em 1865 de	138	contos
Elevou-se em 1867 a	159	»
Mais	21	»
O sr. bispo de Vizeu para pôr um prego na roda dos desperdicios propoz	164	contos

Fica deste modo confundida a regeneração. Depois de ter augmentado a instrucção publica, depois de ter elevado algumas verbas, teve a desgraça de ver resignada que o sr. bispo de Vizeu augmentára 80 contos de desperdicios aos que fizeram os seus antecessores em vez de levar o machado das reformas até á raiz da arvore da corrupção.

Achando-se pois provado que no anno dos desperdicios o ministerio do reino gastou 1:779 contos não ha cousa mais justa do que admirar a economia do sr. bispo de Vizeu que pede para o mesmo serviço 1.819 contos.

Deve ser este um triste desengano para quem compulsa sem consciencia as contas do thesouro; mas esse desengano ainda será maior quando chegarmos á analyse de outros pontos não menos importantes.

POLITICA EXTERNA

As noticias que temos de Paris é que a situação se conserva no mesmo estado em que estava, e que tanto as tropas do governo de Versailles como as dos federados pouco ou nada adiantam.

O ataque decisivo sobre Paris, que tão apregoado foi, não se falla mais n'elle, ainda que as precauções militares tomadas pela communa façam presentir que ella teme vêl-o effectuar d'um dia para o outro.

No entanto as tropas da communa estão na defensiva em todos os pontos que occupam, quem toma agora a offensiva são as de Versailles. Assim de reduto em reduto querem aproximar-se o mais possivel de Paris, mas para isso precisam de tomar o forte de Issy, que apesar de muito damnificado continúa a resistir vigorosissimamente e as tropas que o occupam não querem ouvir fallar de capitulação.

E' este um dos muitos embaraços que as tropas de Versailles encontram á realisação do seu intento de marchar sobre Paris, mas mesmo que consigam chegar até lá hão de ter muito que fazer antes de entrar na cidade.

A estação do caminho de ferro de Clamart foi tomada pelas tropas de Versailles á ponta de bayoneta. As tropas, diz o telegrapho, estavam furiosas e não davam quartel, a carnificina dos insurgentes foi terrivel e morreram 300 homens. O que é verdade é que as tropas de Versailles, sobre tudo as que são commandadas pelo general Vinoy, antigo senador do imperio, mostram uma furia que não tinham quando era necessario combater os prussianos. O general Vinoy tem-se coberto de gloria n'esta campanha civil, as suas victorias devem ser gravadas em lettras d'ouro nas columnas das praças publicas, e a historia deve registral-as. Ainda que o general Vinoy fosse um homem obscuro o fusilamento do general Duval e a tomada da estação do caminho de ferro de Clamart, são feitos d'armas dignos de Alexandre, de Annibal, de Turene, de Napoleão.

Os jornaes de Paris publicaram o texto da intimação ao commandante do forte de Issy para que se rendesse e a resposta de Rossel, declarando que fuzilaria o parlamentario se lhe tornassem a enviar uma outra intimação tão insolente como a primeira.

O forte de Issy ainda resiste mas está completamente cercado pelas tropas de Versailles. Veremos que tempo ainda resiste. Não nos admira que resista ainda por algum tempo, por muito tempo mesmo, porque um dos caracteres das tropas da communa, é uma tenacidade, e as que são feis são inabalaveis, e não são capazes de abandonar o seu posto.

O general allemão Thanu, no dizer do *Vingador*, enviou um despacho á communa, ao qual respondeu Grousset. Porém o telegrapho não diz uma palavra sobre esse despacho, e sobre que elle era.

Os despachos officiaes da communa não dão noticia das derrotas recentes, da occupação de Moulineaux, de Chateau Issy e da estação de Clamart. Occulta as derrotas para que não se afrouxe o espirito publico em Paris, para que não se comecem a espalhar boatos perigosos, que façam nascer a anciedade e o receio que nesta situação são muito para temer.

Os correspondentes de Versailles chamam a attenção sobre um facto que se acaba de dar entre o governo de Versailles e o sr. de Bismark, que abrirá os olhos a todos os francezes e os illucidará sobre as intenções do chanceller do imperio allemão.

Eis o caso:

O ministro da fazenda tinha convencionado com o general Fabrice em demorar para 20 de

FOLHETIM

A MULHER ABANDONADA

POR

H. DE BALZAC

(TRADUCÇÃO)

(Continuado do n.º 8:667)

Gastão achava-se nesse momento mais longe daquella mulher extraordinaria do que no momento em que lhe tinha fallado. Attribuindo o encanto desta hora deliciosa á *coqueterie* de uma dona de casa desejosa de mostrar o seu espirito, cumprimentou friamente a viscondessa e saiu desesperado. Em quanto ía no caminho o barão procurava surprehender o verdadeiro caracter desta mulher, flexivel e dura, como uma mola d'aço; mas elle tinha-a visto tomar tantos aspectos, que lhe foi impossivel chegar a uma conclusão qualquer. Mais ainda as intonações da sua voz ainda lhe reteniam nos ouvidos, e a recordação dava tanto encanto aos movimentos, aos olhares, que elle apaixonou-se mais com este exame. Para elle a belleza da viscondessa ainda brilhava nas trevas; as impressões que elle tinha experimentado, despertavam attrahidas umas pelas outras, para o seduzirem de novo, revelando-lhe graças femininas, e de espirito nas quaes não tinha attentado á primeira vista. Cahiu n'uma destas meditações vagabundas nas quaes os pensamentos mais lucidos se combatem, quebram uns de encontro aos outros, e mergulham a alma n'um curto accesso de loucura. E' preciso ser novo para revelar e comprehender os segredos desta especie de dithyrambos em que o coração assaltado pelas idéas mais justas e mais desordenadas, cede á ultima que o impressiona, a um pensamento de esperança ou de desespero, ao grado de um poder desconhecido.

Na edade de vinte e tres annos o homem é quasi sempre dominado por um sentimento de modestia: as hesitações, a temidez de uma rapariga agitam-n'o; tem medo de exprimir mal o seu amor: não vê senão difficuldades, e assusta-se com ellas; tem medo de não agradar; seria atrevido se não amasse tanto; mas sente o valor da felicidade, mais teme que a sua amante lh'a possa dar facilmente; além disso talvez se entrega demasiadamente ao seu prazer, e receia de não o fazer experimentar; quando por desgraça o seu idolo é respeitavel, adora-o em segredo e de longe, se não é adivinhado, o seu amor extingue-se. Muitas vezes esta paixão impaciente, morta no seu coração juvenil, fica lá brilhante de illusões. Que homem não tem muitas destas recordações virgens, que mais tarde se despertam sempre mais graciosas, e trazem a imagem de uma felicidade perfeito? recordações similhantes ás creanças mortas na flor da idade, e das quaes os paes não conheceram senão os sorrisos.

O sr. de Neuil veiu pois de Courcelles com um sentimento cheio de revelações extremas. A sr.ª de Beauseant tinha-se tornado para elle a condição da sua existencia: antes queria morrer que viver sem ella. Ainda bastante novo para sentir estas crueis fascinações que a mulher perfeita exerce sobre as almas juvenis e apaixonadas passou d'uma destas noites tempestuosas nas quaes os rapazes vão da felicidade ao suicidio, e do suicidio á felicidade, devoram uma existencia feliz, e adormecem afinal. Noites fataes em que a maior desgraça é acordar philosopho. Apaixonado muito deveras para poder dormir, o sr. de Neuil levantou-se e escreveu muitas cartas das quaes nenhuma o deixou satisfeito, e que elle queimou.

No dia seguinte foi dar o seu passeio a Courcelles, mas ao pé da noite, porque tinha medo de ser visto pela viscondessa. O sentimento ao qual elle obedecia então pertencia a uma natureza de alma tão mysteriosa, que é necessario ser ainda rapaz, ou achar-se n'uma situação similhante para comprehender as suas felicidades silenciosas, e as extravagancias; cousas que faziam encolher os hombros ás creaturas bastante felizes para ver sempre o positivo da vida. Depois de hesitações crucis Gastão escreveu á sr.ª de Beauseant a carta seguinte que póde passar por um modelo da phraseologia particular aos namorados, e comparar-se aos desenhos feitos em segredo pelas creanças, para o dia dos annos de seus paes, presentes detestaveis para toda a gente excepto para as pessoas que os recebem:

«Minha senhora.—Exerce um imperio tão «grande no meu coração, na minha alma, e na «minha pessoa, que hoje o meu destino depende «inteiramente de si. Não queime a minha carta. «Leve a sua benevolencia até ao ponto de a lêr. «Talvez me perdoe esta primeira phrase, vendo «que não é uma declaração vulgar, mas a expressão d'um facto natural. Talvez a commova a «modestia das minhas supplicas, a resignação que «me inspira o sentimento da minha inferioridade, «a influencia da sua resolução sobre a minha vida. Na minha edade não sei senão amar, ignoro «inteiramente o que póde agradar a uma mulher, «o que a póde seduzir; mas sinto no coração por «essa mulher adorações embriagadoras. Attrae-me «para si irresistivelmente o prazer immenso que «me faz experimentar, e penso em si com todo o «egoismo que nos leva para onde está para nós o «calor vital. Não me considero digno do seu amor. «Não me parece impossivel, a mim, novo, ignorante, timido, de lhe dar a milesima parte da «felicidade, que eu sentiria, ouvindo-a, vendo-a. «E' para mim a unica mulher que ha no mundo. «Não concebendo a vida, sem que a minha seja «ligada á sua, tomei a resolução de deixar a França e de ir jogar a minha existencia, até que a «perca em alguma empresa impossivel, nas Indias, «na Africa, não sei aonde. Não é preciso que eu «combata um amor sem limites, com alguma cousa de infinito? Mas se me quer dar a esperança, não ser seu, mas de obter a sua amisade, ficarei. Permitta-me de passar junto de si, raras «vezes, mesmo se o exigir, algumas horas similhantes áquellas que eu roubei. Esta fragil felicidade, «da qual o prazer immenso póde ser-me tirada á «menor palavra ardente, bastará para me fazer «supportar os ardores do meu sangue. Presumi «demasiadamente da sua generosidade, pedindo-«lhe que consinta n'umas relações, mas quaes só «em aproveito? Fará vêr bem claramente a esse «mundo a que sacrifica tanto, que eu não lhe sou «nada. E' tão espirituosa, e tão altiva! Que tem «a temer? Agora eu quereria poder abrir-lhe o «meu coração, a fim de a fazer persuadir que o «meu humilde pedido, não occulta nenhum pensamento reservado. Não lhe teria dito que o meu «amor não tinha limites pedindo-lhe que me concedesse a sua amisade, se eu tivesse a esperança «de lhe fazer partilhar o sentimento enterrado na «minha alma. Não, eu serei junto de si o que quizer que eu seja, com tanto que eu lá esteja. Se «recusa, e póde-o fazer, não me queixarei, partirei. Se mais tarde uma outra qualquer mulher se «introduzir na minha vida, é porque teve rasão: «mas se eu morro fiel ao meu amor, talvez sinta «algum pesar! A esperança de lhe causar este pesar suavisará as minhas angustias, e será toda a «vingança do meu coração desconhecido.»

E' preciso não ter ignorado nenhuma das excellentes desgraças da mocidade para comprehender o supplicio que torturou Gastão de Neuil depois de saber o seu primeiro *ultimatum* entre as mãos da viscondessa. Via a viscondessa, fria, rindo, e gracejando do amor, como todos aquelles que já não acreditam n'elle. Queria tornar a haver a sua carta, achava-a absurda, vinham-lhe ao espirito mil e uma idéas infinitamente melhores, ou que teriam sido mais tocantes que as suas phrases frias, as suas malditas phrases alambicadas, sophisticas, pretenciosas, mas felizmente muito mal pontuadas, e muito mal escriptas.

(*Continúa.*)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 11 - Revolução de Setembro – 05/Maio/1871 – p. 2

2

maio os vencimentos de março e abril para os pagamentos do exercito de occupação, porem a 20 de abril o sr. de Bismark avisou o ministro da fazenda de que não reconhecia o convenio feito com o general allemão, e que se dentro de 48 horas não se cumprissem os compromissos, tudo estava transtornado.

O ministro não desceu a fazer questão com o chanceller, cuja avidez é conhecida a muito tempo, e pagou a somma completa não se dispensando de contar o facto na tribuna da assembléa nacional.

Sr. redactor.—Tendo-se espalhado vagamente que o periodico *As Farpas* é uma publicação republicana, julgamos dever declarar o seguinte: *As Farpas* tem por unico partido politico o bom senso. Armadas á ligeira, só teem uma tactica: a dos demolidores por utilidade do juizo humano. Se se entende pela expressão Republica a justiça e o bom senso, *As Farpas* são republicanas. Se riam sebastianistas se o sebastianismo fosse o bom senso e a justiça. Só quando, porém, se diz que *As Farpas* são republicanas se entende que são o echo d'algum desses corrilhos subterraneos, sem sciencia e sem consciencia, formados de egoismos despeitados, então o jornal que vamos ter a honra de redigir repelle energicamente a qualificação de republicano, por honestidade e por pudor.

Temos a honra de ser, etc.—Lisboa, 4 de maio.—*Ramalho Ortigão.*—*Eça de Queiroz.*

CHRONICA

Conferencias.—Vão se abrir brevemente, como annunciámos, conferencias no Casino Lisbonense. Essas conferencias, consta-nos, que se manterão sempre a uma verdadeira altura philosophica, que não permittirá o revelarem-se paixões desordenadas, ambições mesquinhas. As conferencias terão um caracter doutrinal, e terão por fim sobretudo o espalhar certas idéas, ventilar certas questões nas quaes ha muito que se não pensava, nem se pensaria talvez nunca em Portugal. Formular essas idéas, explical-as, mostrar como ellas estão de acordo com todos os progressos da sciencia moderna, e da critica, como correspondem realmente a uma necessidade palpitante dos espiritos, e das consciencias, tal é o seu fim.

O que se póde affirmar já e do que dão garantia os nomes que figuram entre os prelectores é que não serão ellas écos de vaidades, e egoismos irritados, de doutrinas dissolventes, e expostas debaixo de uma forma vulgar, banal, e sem elevação. Isso é que se póde affirmar, repetimos, e accrescentamos que póde haver espiritos que não aceitem aquellas opiniões, mas o que não haverá decerto é nenhum que se enoje.

Rendimento da alfandega.—O rendimento desta casa fiscal foi:

Até 3 de maio .... 99:360$738
Em 4 .... 8:801$603
108:173$341

O Condemnado.—Como é sabido o *Condemnado*, que ainda não ha muito attrahiu extraordinaria concorrencia ao theatro de D. Maria, foi ultimamente representado no theatro academico. O *Conimbricense* fallando do drama e do desempenho que teve teceu merecidos elogios ao auctor e actores. O mesmo jornal dá-nos a seguinte agradavel nova:

«Trata-se de levar á scena no mesmo theatro a formosa comedia do sr. Teixeira de Vasconcellos—*O Dente da Baroneza*, que é sem duvida uma perola da nossa litteratura.»

E é, accrescentamos nós e muito gostosamente, por opportunidade tão de geito se nos offerecer.

Suicidio.—No 1.º andar do predio n.º 84 da rua da Cruz dos Poyaes, appareceu hontem de manhã asfixiado pelo oxido de carbonio o sr. Gil, carpinteiro, muito conhecido e estimado no sitio. Exercêra o infeliz suicida em 1857 o cargo de regedor da freguezia das Mercês.

Tentativa de envenenamento.—O *Jorgense* de 1 de abril, jornal da Villa das Velas, ilha de S. Jorge, dá a seguinte noticia:

«De um dos nossos assignantes da Calheta recebemos a seguinte noticia:

Em o dia 21 do corrente procedeu-se n'esta villa a corpo de delicto por tentativa de envenenamento. Parece que dêra causa a este attentado uma explosão de ciumes entre duas rivaes de baixa extracção, cujos dotes physicos correm parelha com os das famosas beldades do congo.

Deu-se o caso, dias antes do corpo de delicto, na fonte da Fajã-grande, aonde as duas rivaes iam buscar agua. Uma d'ellas, tendo enchido o seu pote, depol-o sobre uma pedra em quanto foi fallar com outras pessoas que alli se achavam. No entretanto a sua antagonista que segundo se crê, lhe espreitava os movimentos, aproximou-se do pote lançando-lhe dentro o que quer que foi.

A dona do pote que ao pegar-lhe para retirar-se, vira misturado na agua uns pós brancos, occorreu-lhe logo á idéia de que fôra isto uma desfeita da sua rival, não suspeitando que fosse veneno; suspeita que tambem não occorreu ás mais pessoas presentes, as quaes lhe aconselharam vazasse a agua, o que ella fez tornando a encher o pote.

Na volta para sua casa encontrou alguem a quem narrou o acontecido, e por conselho d'essa pessoa voltou ao logar onde o pôde fóra despejado para recolher, como effectivamente recolheu, alguns restos dos referidos pós, que ainda alli appareciam, nos quaes foi praticado, depois o exame.

Esperamos, que a acção da justiça não poupará diligencias para averiguar se realmente houve intenção de praticar um attentado, que produziria funestas consequencias, não só para a rival preferida, mas para toda a familia, e mais alguem, que casualmente bebessem da agua envenenada.

E assim podia n'um instante ser aniquilada uma familia inteira por um Tropmann feminino!

E' dar para baixo em [illegible] praga com os correctivos indicados no codigo penal.

Calheta, 27 de março de 1871.

Viatico aos entrevados.—Da parochial egreja de Santa Catharina, sáe no proximo domingo o sagrado viatico aos entrevados. Diz-se que será acompanhado de uma guarda de honra da municipal com a respectiva musica.

Causas e effeitos.—Das causas que originaram o fogo expedido ha dias de uma metralhadora politico-litteraria (*Jornal do Commercio* de sabbado ultimo) contra um determinado filho lá dessas nossas longiquas possessões indianas, actualmente em exercicio n'uma das parochias de Lisboa, resultaram *effeitos* terribilissimos, pois nos dizem que o *metralhado* vae já e a pé nú em devota peregrinação até Roma com o piedoso e louvavel fim de implorar de sua santidade o papa Pio IX, que eterna excommunhão seja lançada sobre o auctor ou auctores que inventaram e construiram a infernal machina, cujos projectis,—accrescenta o nosso informador—dirigidos por mão de mestre, para todo o sempre o desconceituaram perante a parte sã da sociedade, o que o mesmo é dizer que vida larga póde ainda gosar entre a outra parte que só da podridão se alimenta.

Não sabemos o que ha de verdade em tudo isto, todavia inclinados estamos a crêr no que ouvimos, e neste caso por certo devemos ter que do susto não morrem os que da *metralhadora-typographica* tão bom uso fizeram, quando noticia *official* receberem da *promettida excommunhão*.

Memorandum.—Com este titulo acabamos de receber um folheto em o qual a corporação da armada lucidamente expõe as causas que a determinaram a representar contra os projectos, que por fim só tem o completo anniquilamento da escóla pratica de artilheria, observatorio, commando geral da armada, hospital de marinha, etc., sem vantagens, reconhecidamente uteis, para o thesouro do estado.

Caprichos do matrimonio.—A *India Portugueza*, de Orlim, de 1.º d'abril, diz que depois de 15 annos de casado com duas mulheres com quem vive até esta data, o sr. Narana Betcar, acaba de ter uma menina da primeira mulher. O seu nascimento foi muito festejado.

Julgamentos.—Segundo o *Jornal da Noite* foram julgados hoje no segundo districto criminal em audiencia de policias correccionaes:

José Marques, por haver ferido a Anna Joaquina, peixeira, condemnado em 15 dias de prisão.

Paulo Cordeiro, Antonio Dias Marques e Luiz Henrique, pelo crime de furto, condemnado a 15 dias de prisão.

Leocadia Maria, por desobediencia aos agentes da auctoridade, absolvida por falta de provas.

João Carlos de Mattos, condemnado em 8 dias de prisão.

Domingos José Joaquim de Castro, por contravenção e mendigar pelas ruas, condemnado em 20 dias de prisão.

Francisco da Cunha, pelo crime de ferimentos na pessoa de Francisco Antonio, condemnado em 4 dias de prisão.

Antonio Ferreira, o *Barbaças*, pela tentativa de furto de um relogio no valor de 4$500 réis, pertencente a José Pereira dos Santos.

José Antonio Amaro, por mendigar, absolvido em consequencia do exame declarar que não podia trabalhar pela sua doença.

Bento da Silva, pelo crime de furto, condemnado em 20 dias de prisão.

Domingos da Silva, por mendigar, condemnado em 3 dias de prisão.

Francisco Rodrigues, por desobediencia, condemnado em 4 dias de prisão.

Assassinato.—Da *Aurora do Cavado* de 2, jornal de Barcellos, transcrevemos a seguinte noticia:

«Corre que, no dia 30 do passado, fôra na freguezia de S. Pedro de Rates, assassinado com um tiro, em sua propria casa, um homem da freguezia, cujo nome nos não souberam dizer, por Manuel Antonio da Costa, de alcunha o *Nabiço*. O motivo do assassinato foi o pedir o morto a este um dinheiro que elle lhe devia!..»

Doença.—Está doente em Vianna do Castello o sr. conde de Almeida.

Audiencia.—Foi recebido hoje em audiencia o sr. conde Armand, para apresentar as novas credenciaes como ministro de França n'esta côrte.

Traducção.—O nosso amigo e grande poeta João de Deus vae publicar uma traducção da *Vida da Virgem*, obra escripta pelo arcebispo de Paris, agora prisioneiro da communa.

Junta do credito publico.—O pagamento dos juros da divida fundada interna do primeiro semestre do corrente anno tem logar no dia abaixo mencionado para os numeros da tabella que em seguida publicamos:

Dia 10 de maio

2	1:448	3:037	4:124	5:546	7:175	8:806
38	1:449	3:052	4:182	5:672	7:179	8:970
48	1:565	3:059	4:189	5:687	7:212	9:102
55	1:582	3:079	4:206	5:802	7:232	9:120
81	1:622	3:116	4:310	5:903	7:295	9:122
95	1:674	3:168	4:347	5:934	7:339	9:170
189	1:687	3:248	4:376	6:006	7:360	9:305
155	1:748	3:283	4:418	6:017	7:395	9:317
161	1:751	3:411	4:477	6:063	7:461	9:410
342	1:799	3:454	4:485	6:073	7:464	9:419
400	1:801	3:481	4:510	6:089	7:483	9:423
434	1:854	3:538	4:614	6:100	7:610	9:426
493	1:889	3:539	4:653	6:137	7:692	9:585
659	1:893	3:642	4:663	6:235	7:875	9:584
628	1:920	3:648	4:722	6:266	7:896	9:678
672	2:001	3:672	4:779	6:327	8:003	9:736
726	2:159	3:784	4:780	6:330	8:045	9:779
818	2:167	3:786	4:920	6:399	8:189	9:819
845	2:358	3:787	5:054	6:415	8:191	9:980
876	2:406	3:813	5:094	6:507	8:248	10:041
888	2:411	3:818	5:195	6:656	8:323	10:091
941	2:412	3:830	5:220	6:664	8:379	10:172
992	2:568	3:857	5:257	6:689	8:515	10:190
1:051	2:590	3:898	5:303	6:875	8:539	10:193
1:117	2:611	3:932	5:390	6:945	8:556	10:233
1:222	2:705	3:994	5:409	6:947	8:572	10:300
1:277	2:746	4:051	5:475	6:998	8:664	-
1:316	2:926	4:054	5:196	7:062	8:721	-
1:372	2:981	4:118	5:506	7:169	8:733	-

Os numeros das relações de coupons comprehendidos nesta lista pagam-se no dia 11 de maio.

O pagamento começa ás dez horas e acaba ás duas da tarde.

Roubo.—Da *Aurora do Cavado* de 2, jornal de Barcellos, transcrevemos a seguinte noticia:

«Foi á semana passada roubado no sitio da Ponte de S. Bento, o sr. Manuel José Pereira Junior, da freguezia de Santa Comba.

«Dirigia-se o roubado, segundo nos informam, á freguezia de Silveiros, levando uma boa porção de libras para pagamento de gado.

«Os ladrões fizeram-lhe varios ferimentos graves na cabeça, deixando-o quasi morto; e foi levado nesse estado para sua casa, onde ainda depois de vir a si tem estado sem falla e quasi a passar á eternidade.»

Bibliotheca nacional de Lisboa.—No mez de abril ultimo concorreram á esta bibliotheca 1:126 leitores, que pediram 2:866 volumes, sendo 1:377 de sciencias e artes; 1:448 de historia, litteratura e polygraphia; e 41 manuscriptos.

Esta bibliotheca está aberta todos os dias desde as 10 horas da manhã até ao sol posto.

Passageiros do Brazil.—Saíram hoje do Lazareto os passageiros vindos a bordo do vapor *Gironde*, de Buenos Ayres e dos portos do Brazil.

Rabequista distincto.—O sr. Nicolau Ribas voltou ante-hontem ao paço onde tocou com el-rei algumas variações. O distincto rabequista partiu hontem para o Porto mas volta a Lisboa para tomar parte no concerto que se deve verificar em S. Carlos a favor d'um parente do sr. conde de Farrobo.

Exercito de Versailles.—As forças de que actualmente se compõe o exercito de Versailles são as seguintes:

Artilheria—Quarenta e seis baterias de todos os calibres; oito baterias de metralhadoras; sessenta peças de marinha chamadas de posição, e tres baterias de obuses de montanha. Um pessoal sufficiente em tudo serve estas baterias e os cavallos que as arrastam são excellentes.

Infanteria—Quarenta e cinco regimentos de infanteria; dez batalhões de caçadores; dez companhias de engenheiros; um regimento da guarda republicana de infanteria e outro de gendarmes de infanteria.

Cavallaria—Um regimento da guarda republicana; quatro regimentos de caçadores; dois de lanceiros; dois de hussards; dois de couraceiros e dois de gendarmes.

Reserva—Mais de 60:000 homens de todas as armas.

Comquanto os diarios de Versailles não dêem o numero exacto dos soldados que operam contra a communa, sabe-se que se elevam a 150:000.

Neophito.—Lê-se n'uma carta de Bardez (India):

«No dia 23 foi baptisada em Balangute uma creança de 2 annos, filho do moiro Usman, official da camara agraria de Bardez, em cujo animo conseguira calar a verdade do christianismo o sr. Augusto de Bragança Mascarenhas, em varias controversias sobre verdades da religião. Em resultado do convencimento o mahometano vendo seu unico filho nas vascas da agonia, tomou a resolução de o mandar baptisar com o nome de Emygdio Francisco Mascarenhas.

«Depois do baptismo o doente obteve melhoras o que será um exordio para a conversão da familia inteira.

«Deus queira!...»

Felicitamos o nosso amigo sr. Mascarenhas e a sua excellentissima esposa, que tambem nos dizem ter tomado grande empenho neste negocio, por tão agradavel conquista para a vinha do Senhor.

Documento historico.—Nós vereadores Nos Afonsynha vos emuyamos muyto saudar sabendo o marquez quito folgaes de nos [illegible] nos podia [illegible] que vos encommendassemos hũua gostança gomes viuua que vemde nos açougues dessa cidade daquell ello he muyto embarregado Eporque nos e as cousas do marquez temos cuidado per a rezão q ha nos prazera ser pollo noso favorecida e tornada a seu lugar nos ditos açougues se delles he fora porem nos rogamos e pollo noso vos praza diso contentar [illegible] q pollo noso lhe he feito o q muyto vos gradeceremos escrita a [illegible] dias de setembro de [illegible].—*Raynha.*—

(Archivo do municipio de Evora, livro 3.º dos originaes f. 1.55.)

Soirée.—Esteve muito animada e concorrida a soirée dançante em casa dos srs. Strecht.

Demissão.—Pediu a demissão de director do observatorio astronomico, o sr. Filippe Folque.

Doença.—Está doente em Cintra, com congestão pulmonar, o sr. visconde de Condeixa; Desejamos as melhoras de s. ex.ª

Reapparição.—Tornou a publicar-se no Porto o jornal daquella cidade *Diario Mercantil*, que tinha interrompido a sua publicação.

Subscripção.—Os republicanos de Valencia abriram uma subscripção em favor do seu correligionario o sr. D. Roque Barcia, que está preso em Madrid.

Carestia.—Ha grande carestia de generos de primeira necessidade no Funchal, taes como carne, peixe e pão.

O governo de Berlim.—Uma das causas por que o governo de Berlim se mostra tão frio com o de Versailles é por ainda não terem sido entregues alguns navios allemães, que foram considerados pelos tribunaes como não sendo boa presa.

A *Correspondencia de Berlim*, ao fallar disto, lança sobre Thiers a responsabilidade do que possa acontecer.

Folhetim.—No folhetim de terça-feira, 4.ª columna, onde se lê: «litterateiro hypocrita de trabucos», leia-se: «litterateiro hypocrita ou com um patriota de trabucos».

Destacamento.—Chegaram a Mafra 10 cavallos de cavallaria 7 para servirem na escóla de equitação dos alumnos do real collegio militar.

Jornal de horticultura pratica.—Publicou-se este excellente periodico portuense (n.º 5 do 2.º volume), contendo: Estudos ampelographicos—Cobœa scandens—Aquarios e teteiras de sala—A plantação—Begonia discolor—Fagus sylvatica—Morangueiro Guillon—e outros interessantes artigos de horticultura acompanhados de gravuras.

India portugueza.—De um jornal publicado em Orlim, transcrevemos o seguinte:

«Copiamos as seguintes peças que não podem deixar de agradar aos nossos leitores e respeitam á visita do nobre governador geral:

(Diu, 17 de março.)

«Foi na manhã do dia 15 pelas 10 horas que avistámos a cidade de Diu.

Parecia uma grande sombra na linha em que o mar e o céu se reunem. Mais perto similhava um monte; cujos os baluartes da praça, que se levantavam na praia arida e baixa, com uma grandeza que se não descreve. Em quanto ao escaler que conduzia o piloto e o sr. governador de Diu se approximava estivemos em contemplação muda e quasi religiosa.

Desembarcamos no caes da alfandega, onde o sr. governador geral era esperado por um numeroso concurso de povo e pela camara municipal.

S. ex.ª foi conduzido debaixo do palio até á sé para assistir ao *Te Deum*. O povo, em grande parte composto de gentios e mouros, não passou o limiar sagrado. S. ex.ª entrou seguido pela comitiva. As abobadas sonoras repercutindo os seus passos pareciam estar communicando-se a chegada do successor de tantos homens illustres. Ao erguer a Deus troaram todos os canhões da fortaleza; esses canhões que foram os defensores invencidos do catholicismo, tambem louvaram a Deus por quem combateram. A magestade d'este momento faria dobrar o joelho a qualquer homem.

A sé, antigo edificio jesuitico, contém muitos quartos onde se alojam temporariamente os empregados que chegam a Diu. O sr. governador depois de assistir ao *De Deum* foi visitar estas accommodações e o resto do edificio. Não é possivel haver em parte alguma melhores alojamentos, tanto no que diz respeito a salubridade como a commundidade.

S. ex.ª dirigiu-se em seguida á camara municipal onde fallou na presença dos representantes das varias repartições publicas significando-lhes que as medidas de que dependia a regeneração da possessão portugueza de Diu não eram de tão difficil execução que se não podessem le-

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

CRÔNICA

Conferências – vão se abrir novamente, como anunciamos, conferências no Cassino Lisbonense. Essas conferências, conta-nos, que se manterão sempre a uma verdadeira altura filosófica, que não permitirá o revelarem paixões desordenadas, ambições mesquinhas. As conferencias terão um caráter doutrinal, e terão por fim sobretudo, o espalhar certas ideias, ventilar certas questões nas quais há muito não se pensava, nem se pensaria talvez nunca em Portugal. Formular essas ideias, explica-las, mostrar como elas estão de acordo com todos os pregressos da ciência moderna, e da crítica, como correspondem realmente a uma necessidade palpitante dos espíritos, e das consciências, tal é o seu fim.

O que se pode afirmar já e do que dão garantia os nomes que figuram entre os preletores é que não serão elas ecos de vaidades, e egoísmos irritados, de doutrinas dissolventes, e expostas de baixo de uma forma vulgar, banal, e sem elevação. Isso é que se pode afirmar, repetimos, e acrescentamos que pode haver espíritos que não aceitem aquelas opiniões, mas o que não haverá de certo é nenhum que se enoje.

3. 2.1.3 - Diário de Notícias – 06/julho/1871

Fig. 12 - Diário de Notícias – 06/julho/1871 – p.1

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 13 - Diário de Notícias – 06/julho/1871 – p. 2.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Conferências Democráticas

Carta de Antero de Quental ao marque D'Avila, 40 réis.

Carta de Adolpho Coelho ao dito marquez, 60 réis.

Estampa – 7ª página da Berlinda "Conferências Democráticas" por Bordalo Pinheiro, 50 réis.

Vende-se nos quiosques e na maioria das livrarias de Lisboa Coimbra e Porto.

20

3.2.2 Programa das Conferências - 16 de maio

3.2.2.1 - Revolução de Setembro – 18/Maio/1871

Fig. 14 - Revolução de Setembro – 18/Maio/1871 – p. 1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$000 réis—Semestre, 3$000 réis—Trimestre, 1$600 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$200 réis—Semestre, 3$750—Trimestre, 1$975 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da administração, junto ao Correio Geral
Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Antonio Maria Pereira, rua Augusta, 50-52
Assignaturas são pagas adiantadas—Publicações de interesse particular são pagas
Folha avulso, 40 réis—Annuncios, 20 réis por linha
A redacção não responde pela doutrina e opiniões dos artigos assignados ou que levarem signal de que não são d'ella—Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos

Para as provincias
Anno, 7$500 réis—Semestre, 3$750 réis—Trimestre, 1$975
Para o Brazil
Anno, 12$000 réis—Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:679 | QUINTA-FEIRA, 18 DE MAIO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 17 DE MAIO

Fallou hoje na camara electiva o sr. Latino Coelho, e manifestou-se a scisão profunda que lavra no grupo reformista. Se alli ha egreja, se ha dogma, se ha doutrina, falta-lhe a unidade e a fé.

Denunciára-se ha dias a divergencia. Convocou-se o concilio, mas os padres não chegaram a accordo. Estabeleceram-se preliminares de paz, fizeram-se propostas de apoio ministerial, exigiram-se pastas, e abriu-se aquella feira que outr'ora se odiava sem que ninguem se promptificasse então para ir mercadejar n'ella.

O caso é que o sr. Latino levantou hoje a bandeira da revolta. O parecer da commissão de fazenda sobre o orçamento da marinha mereceu a sua critica impiedosa. O governo não ficou lisongeado com as suas caricias, e os reformistas da commissão, que ha pouco eram elevados ás nuvens por um cantor de lôas, tem muito pouco que agradecer ao seu correligionario.

De quem partiu a proposta das economias enunciadas no parecer sobre o orçamento? O sr. Mariano de Carvalho revindica para o seu grupo as honras da iniciativa; o sr. presidente do conselho não abdica a parte que lhe toca, e disputa-a aos mais zelosos.

Deixamos pela nossa parte a decisão do pleito aos interessados n'elle. Não nos cabe a nós, pobres regeneradores, a gloria de tamanha empreza. Não disputamos a honra da reforma que consiste em dever ser paga pelo ministerio da fazenda a despeza que se faz com a flotilha do Algarve em logar de o ser pelo da marinha. O genio que se revela nestes traços economicos póde ser admirado mas não póde ser seguido. Para nós o thesouro portuguez é um só.

O sr. Latino Coelho quiz representar hoje o grupo reformista mas não póde, menos nas suas paixões. A ordem, o expediente era do partido regenerador onde nasceu e onde foi educado. A doutrina de que a commissão de fazenda, qualquer commissão, é incompetente para organisar serviços, para iniciar reformas, é a que o partido regenerador sustentou na commissão. E' o que estabeleceu nos seus precedentes. Póde-se baralhar tudo, criticar tudo, mas não se póde conseguir nada.

A posição dos membros do partido reformista é delicada diante d'um dos seus mais illustrados membros. Elles julgam-se competentes para tudo; o seu collega diz-lhe—não podeis fazer nada, e não fizestes nada com geito.

Mas estabelecida esta doutrina, o sr. Latino Coelho contrariou-a apresentando logo projectos sobre a organisação do serviço. Verdade é que estes projectos tem de ir a commissões competentes, mas a iniciativa do governo desapparece.

A discussão correrá agora mais animada. Uma interrupção do sr. Arrobas denunciou factos da administração do sr. Latino Coelho a que s. ex.ª não respondeu, tendo-o comtudo promettido. O governo terá de responder tambem a perguntas sobre os pontos em que adopta as recommendações da commissão, e aquelles em que não as póde aceitar.

Este debate não será sem interesse.

POLITICA EXTERNA

Continúa a lucta diante de Paris, ou antes aquella batalha que dura ha um mez e tanto. As tropas de Versailles no dizer do telegrapho todos os dias alcançam novas vantagens, todos os dias tomam um forte, uma barricada, um reducto e todas essas posições que serviam de baluarte aos insurgentes estão em poder do inimigo. Porém apesar de todas estas vantagens as tropas do governo não conseguiram ainda anniquilar completamente aquella resistencia monstruosa, que dispondo d'um punhado de homens, sem experiencia tem feito face a um exercito relativamente numeroso, soffrivelmente organisado, e tendo por chefes generaes de reconhecida capacidade militar. Como se ha de explicar este facto?

A resistencia por emquanto é energica, dentro em pouco será heroica e epica quando tiver de se combater dentro de Paris onde os federados estão resolvidos a lutar até á ultima extremidade. Maior, e mais poderosa seria ainda a defesa se os homens que compõem o governo de Paris tivessem uma só vontade, se em logar de passarem o dia em discussões insignificantes e estereis, se occupassem harmonicamente do que mais importa, da resistencia.

Tudo quanto se tem feito por parte dos federados tem sido devido á energia, á perseverança dos soldados, e á força de vontade dos chefes. Mas esses mesmos estão collocados n'uma posição difficil. A' menor vantagem das tropas de Versailles são immediatamente accusados de traidores e de ineptos e substituidos por outros. Por mais coragem, por mais dedicação que mostrem, não estão isentos de serem o objecto de accusações inverosimeis, das paixões mais torpes. Viu-se Cluseret cair, viu-se Drombrouski cair, viu-se Rossel, e desta maneira o espirito das tropas começa a enfraquecer-se, a hesitar, e desde então começa a ruina da causa da communa.

Todos os generaes que deixam o commando accusam em seguida a communa de não ser activa, de fallar muito, e obrar pouco. O gosto excessivo pela discussão e pela deliberação perde-os. Quando é necessario que a acção seja prompta, deliberam. Rossel n'uma carta dirigida á communa em que expõe as razões que o levaram a pedir a sua demissão põe em relevo tudo isto citando factos. E' o resultado da pouca harmonia das vontades que estão á frente dos negocios. Como existem profundas divergencias no seio da communa, é necessario discutir a mais insignificante ordem, a medida mais simples. E digamos com franqueza pelo que temos visto das sessões da communa os homens que a compõe não estão verdadeiramente todos á altura das circumstancias. Nenhum ainda mostrou aquella elevação, aquella inspiração que appareceu na primeira revolução. Ou a escolha dos eleitores recaiu mal, ou então o espirito francez está em grande decadencia porque nomeou e elegeu aquelles homens.

Agora vamos ás noticias militares que nos dá o telegrapho.

Um ataque dado de noite á barricada de Neuilly, foi repellido com perda das tropas de Versailles. Que barricada de Neuilly é esta? Não o sabemos. As baterias de Montretout abriram uma brecha formidavel na porta de Anteil que ficou completamente destruida. As parallelas do exercito estão a menos de 150 metros do recinto das muralhas, e já se trocam tiros entre os insurgentes e as tropas de Versailles. Como se vê as tropas de Versailles avançam mas encontram uma forte e energica resistencia, que lhes torna o caminho longo, e a victoria custosa.

Diz mais o telegrapho que ha já muitas brechas nas muralhas, e que o canhoneio continúa sempre para as alargar.

Em quanto á situação interior de Paris, vemos pelo que nos diz o telegrapho, que a communa treme que a reacção não tome maiores proporções.

Foram desarmados dois batalhões da guarda nacional por se suspeitar do seu espirito reaccionario. Hão de ser naturalmente aquelles que se formaram com os ultimos alistamentos aos quaes mandou proceder o general Cluseret, e que levantaram uma grande opposição. Descobriu-se tambem uma conspiração para deitar abaixo a communa, e todos estes factos indicam que ha um partido contrario á communa, que se agita, e que pretende entrar em acção vendo as tropas de Versailles aproximarem-se de Paris. No entanto o telegrapho não nos diz se essa opposição é feita ás idéas socialistas ou se é a opposição que nasce sempre dos principios. Que querem os que se chamam reaccionarios?

CORTES

CAMARA DOS SRS. DEPUTADOS

Sessão em 17 de maio de 1871

(PRESIDENCIA DO SR. SÁ NOGUEIRA)

A' 1 1/4 hora da tarde fez-se a chamada e verificando-se estarem presentes 37 srs. deputados, abriu-se a sessão.

Leu-se e approvou-se a acta da sessão antecedente.

A correspondencia teve o devido destino.

Não se approvou o requerimento do sr. Rodrigues de Freitas para serem publicados no *Diario* seis documentos relativos á collocação de carris de 35 kilogrammas no caminho de ferro de norte e leste.

O sr. Julio Rainha disse que hontem pedira a palavra na occasião em que o sr. deputado Francisco d'Albuquerque chamava a attenção do sr. ministro das obras publicas ácerca da construcção da estrada de Mangualde a Gouvêa, porque desejava unir os seus votos ao do illustre deputado.

Pediu á commissão de guerra que désse andamento á pretenção do conde de Clarange Lucotte; e por ultimo mandou para a mesa um requerimento, por parte da commissão de legislação, pedindo esclarecimentos ao governo.

O sr. Mariano de Carvalho mandou para a mesa um projecto de lei para ser concedido de facto e de direito á camara municipal de Salvaterra de Magos um edificio de que está de posse ha mais de sete annos.

FOLHETIM

A ROMANTICA

ESTUDOS SOCIAES

(Dedicados ao meu bom amigo Julio Cesar Machado)

I

O QUE ELLA QUER SER

Ella lá está.

Encostada ao peitoril; a face levemente inclinada para o hombro direito; olhar vago e scismador, em guiza de anceio casto e innocente;—eil-a!—a distacar-se ao longe, como o ideal do Dante, ou como a visão formidavel do Wischnow!

Olhem-n'a, que a scena está em principio. Fitem-n'a, que é isso que ella busca, embora apparente na epiderme limpida dos olhares o azulejado indifferente das estatuas.

Moveu-se e arrancou um suspiro.

E' a aura da tarde, que o anjo quer sorver em haustos de febre.

Olhou o firmamento e... retirou-se.

.....

Ai! fada impalpavel! onde vaes tu librar esse vôo, agora que as sombras da tarde se penduram pelos outeiros d'além! agora que os rouxinoes vão cantar aos sinceiraes do lago!

O fada etherea!

Irás admirar o teu Wordsworth, o pensativo auctor daquelle

Hail! O'sovereing of one paceful hour!
Not dull, art thou as a undiscerning night!

Ou irás, como David, pedir ás auras que te emprestem as suas azas para fugires para o teu repouso?!

Ou irás, como o divino commentador do *Schiririn*, pedir ao anjo das azas brancas, que te arraste comsigo sem norte, sem rumo... sem nada?!

Calou-se tudo.

O luar já pratêa os torreões que ella habita.

Ouvem-se uns sons indistinctos, graves, compassados... e acordes!...

E' um piano!

E' ella que scisma com Mozart—o Chatterton da musica!

Véla, ó anjo da noute, véla! Que desalinho harmonioso o teu! Que desculpaveis faltas nessa symetria de compassos, de que o teu coração quer emancipar-se, como para provar ao mundo que a alma humana não póde estar circumscripta ás frias proporções da arte!

Chora o piano com ella.

O som que mais se destaca é o gemido que foi arrancado do mais intimo seio!

Cá fóra, algum poeta vadio, ouve-lhe o agoitar das azas e canta:

«Leva-me, ó virgem, deste mundo inhospito!
«Leva-me ao throno desses hymnos teus!
«Salva da terra quem se arrasta em lagrimas!
«Leva-me, ó virgem, á mansão de Deus!»

.....

Dá meia noute.

Já não ha luar, nem brisas tepidas. A natureza adormeceu.

II

O QUE ELLA É

Ninguem pergunte ao poeta menos inspirado, se aquella mulher dorme.

Dormir já lhe parece a elle, cousa de per si tão baixa e vil, que julgaria offender com tal attributo, a divinal estatua, que em extasis adorou!

Não toques no apocalypse, basbáque!

Olha que aquillo que viste.... é a *mulher romantica!*...

.....

A *romantica!*—que horror!

O *romanticismo* é a alforra da mulher. Enferruja-lhe a alma.

O ultimo logar, depois dos ultimos animaes, pertence a esta entidade, que sob este ponto de vista não é já ente sensivel.

Esta mulher é o escolho dos incautos; a catrophe estafada da poesia arcadiana, da poesia indigesta, envolta em apparencias historicas e refulgentes. Quando nos parecer descuidosa, véla e medita. Estuda ao espelho desde o fictar vehemente, até ao descuidado escôrço, que póde apparentar de relance. Toma por bitola as medidas a que tem de attender, quando tiver de fingir que lhe cae o agasalho, em noute de festa.

Aprende, á força de muito teimar, uma fórma de rir melancholico, em que ha de mostrar uns tantos avos de certos dentes menos cariados. Aviva com um ingrediente apropriado, uma verruga nascente, que póde, a distancia, fingir um signal gracioso com que quer impingir a «predestinação, que traz do Alto, a cumprir no *exilio do mundo!*»

Se ouve rir á vontade, á portugueza de lei, despede apenas um sorriso complacente, como comprimento delicado, já que a alegria não póde calar dentro d'aquella urna de cinzas!

Querel-a inquieta e agitada, fallae-lhe de poetas, de musica, de amores infelizes, de maus destinos, de estrellas funestas, de abysmos... e de tudo que é negro e amarello, assim á similhança de cousa do outro mundo.

E toma a palavra.

E falla, impingindo por seus, certos conceitos requentados, que leu em tempo n'uma gazeta velha.

Ai que fascinação que ella julga irradiar em torno de si!

Falla de Lamartine,—que não leu;—de Victor Hugo—de quem ouviu fallar;—do Dante,—que viu pela lombada em casa do livreiro; do Tasso,—que conhece de vista;... e só não falla no seu João Xavier de Mattos, com quem tanto conversa nas horas d'ocio, que são apenas vinte e quatro por dia!

E diz conhecer escolas litterarias; lamenta sinas de poetas, constando-lhe que alguns tiveram o mau gosto de immortalisar certas *malandras*, que por um olhar de nesga, entraram no pantheon da celebridade!

Lamartine é o seu predilecto, por ouvir dizer que a lyra do auctor do *Raphael* foi afinada nos córos dos anjos.

Se nestes momentos de suprema idealidade, lhe fallarem do primo morgado, que almoça lombo de porco, e que tem umas quintas que rendem muitos carros de grão, com o qual (com o primo, entenda-se, e não com o grão!) ella está para casar, despede um olhar de nimpha melancholica e cicia, como as brisas tepidas de maio:

—Ai!... Antes uma choupana nas cumiadas da serra, na companhia do ente querido, do que a triste ventura, que podem trazer comsigo taes uniões!

Mas, isto de modo que só um papalvo que está presente a ouça e não o pae, que se está empenhando a valer, para que o comedor de javardos, não torça a palavra promettida.

E o idiota que a ouviu, e que faz de vez em quando a sua quadra, remira-a satisfeito na innocentissima hypothese de ver diante de si uma Virginia sem Paulo ou uma Eloisa sem Paracleto!

E, a mulher tão artificiosa como ridicula que minutos depois, ceia bacalhau e bebe vinho verde, em pequenas doses, para não avolumar o tecido adiposo com que a natureza a dotou;—e a mulher venal e indigesta, que depois de tudo isto, promette uma novena á *Senhora da Apparecida*, para que o bom do primo, materialão analphabeto, a queira por esposa, sentindo já o doce raposinho que hão de rescender as adegas, quando fôr habitar o solarengo pardieiro do bodegão;—este ente, que o pedantismo desvaira e a vaidade cega, vae occupar ainda por muito tempo a imaginação do piegas que a ouviu, fazendo com que este olhe com villanaz desprezo, para a saborosa pescada, que a mãe lhe *ornou* e fez temperar com tomates e pimentão!

Se passarem alguns annos por sobre tudo isto, verão a *romantica* de chinellos d'ourello, enxotando gansos para uma capoeira, e repartindo entre cinco pimpólhos de pernas tortas, nedios e cevados, uma boa sêmea cosida nos fornos do pae. Vêl-a-heis depois a marcar o logar ao *zamburil* na loja e medindo ás gamellas o milho que ha de repartir ás gallinhas do terreiro.

E assim morrerá!

*
* *

E' este o triste veneno dos nossos tempos.

Aprendido no original, não póde este retrato ser tomado á conta de infiel.

Paes de familia! acautelae-vos deste toxico! Estendei um cordão sanitario em redor de vossas filhas, e não façaes que ellas, contagiadas por este veneno, sejam como solteiras insoffriveis e pedantes;—indigestas como casadas; asquerosas, quando viuvas e tollissimas sempre.

José Caldas.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 12 - Revolução de Setembro – 18/Maio/1871 – p. 2.

2

O sr. Julio do Carvalhal mandou para a mesa um requerimento pedindo varios esclarecimentos pelo ministerio do reino.

Entrou em discussão o seguinte parecer da commissão de fazenda sobre o requerimento de D. Carlota Rita Borges de Moraes e Castro, viuva do major Luiz d'Almeida de Moraes e Castro, pedindo lhe seja applicavel a carta de lei de 11 de março de 1862, para os effeitos de tornar a receber a pensão que tinha obtido pelos serviços do seu primeiro marido:

«A commissão é de parecer que o requerimento seja remettido ao governo para o tomar na consideração que for devida.»

Approvado sem discussão.

Tambem foi approvado outro parecer da mesma commissão para serem remettidos ao governo os requerimentos de D. Emilia Schiapa Monteiro, D. Maria de Portugal e Castro Tinoco e D. Gualdina Urbana Torres, em que pedem a concessão de pensões em remuneração dos serviços de seus defuntos maridos.

Entrou em discussão o projecto n.º 18, approvando o contracto celebrado em 22 de março do corrente anno pelo governo com o barão de Fonte Bella, para o serviço de navegação a vapor entre Lisboa e os portos do archipelago dos Açores, que lhe foi adjudicado em concurso publico aberto pelo ministerio dos negocios da marinha e ultramar.

Foi approvado, salva a redacção, depois de breves observações dos srs. ministro da marinha, Pereira de Miranda e Almeida de Queiros.

Continuou a discussão sobre o orçamento do ministerio da marinha.

O sr. Arrobas, progredindo nas suas observações, tratou ainda de justificar o parecer da commissão.

Ratificou que a commissão não quiz destruir, como se disse, o arsenal da marinha; e o que ella propõe no seu parecer, com relação a este estabelecimento, prova o contrario.

A respeito da cordoaria a commissão tratou de procurar a maior somma de elementos que justifiquem as providencias que se propõem, a fim de que o estado tire a maxima utilidade daquelle estabelecimento.

Sustentou ainda que as economias propostas no parecer não eram ficticias nem imaginarias.

Fallou largamente sobre os mais pontos a que se refere o parecer, e repetiu o que hontem disse, de que não se pretendia destruir a marinha, mas de que se não fizessem despezas com cousas inuteis.

Approvou-se a ultima redacção do projecto ácerca dos facultativos navaes.

O sr. Latino Coelho sobre a ordem, começou lendo alguns projectos de lei relativos á negocios da marinha. Mandou tambem para a mesa um requerimento pedindo pelo ministerio da marinha varios esclarecimentos relativos ao assumpto que se discute.

Que tendo sido ministro da marinha, e tendo o seu nome sido citado durante a discussão, não podia deixar de tomar a palavra tratando-se d'um assumpto tão importante.

Que antes de analysar o orçamento em questão, antes de tratar das alterações feitas n'esse orçamento pela commissão, era preciso vêr se se tratou de eliminar todas as excrescencias que existem n'este orçamento das quaes não póde vir o minimo proveito para a causa publica.

Disse que no meio de tudo isto, admirava-se de vêr o sr. presidente do conselho convertido á egreja reformista, sem comtudo abjurar as praticas da lei antiga; e vêr o sr. relator da commissão ultra reformista, ficando assim absorvido o partido reformista entre estes dois grandes luminares.

Desejava saber qual a situação do governo perante estas questões, e quaes as suas opiniões, porque n'estes assumptos o governo deve ter iniciativa. Era preciso saber-se quaes são as reformas que o governo propõe e quaes aquellas que aceita. Dizendo isto, não quer dizer que rompe já com o governo, mas deseja que elle tome o logar que constitucionalmente lhe pertence; porque desde o momento que o governo não tome a iniciativa nas reformas a fazer nada se poderá conseguir.

Apesar de ser dito que o sr. ministro da marinha estava gerindo uma pasta para que tinha pouca competencia, observava que s. ex.ª aceitando tão elevado cargo devia ter mostrado que estava na altura de o preencher; e quando carecesse de auxilio, podia recorrer ao sr. presidente do conselho cuja competencia sobre os diversos assumptos é de todos reconhecida.

Fazendo muitas outras considerações, declarou aceitar todas as reformas de que trata o parecer.

Não querendo agora tratar da expedição da Zambezia, prometteu brevemente occupar-se d'ella e então pedirá ao ministro da marinha, que publique as contas d'essa expedição, que se podem e convém que se publiquem para se reconhecer que tudo quanto se gastou foi officialmente reclamado, e que não houve desvio nem d'um real.

Concluiu declarando que não podia dar o seu voto ao parecer em discussão, sem o sr. ministro da marinha responder ás seguintes perguntas:

Se as reformas e reducções propostas no orçamento da marinha são da iniciativa do governo.

Se o governo propoz ou approva a reducção do desarmamento dos navios como está proposta no relatorio e nas alterações do orçamento.

Se o governo propoz ou pelo menos approva como um melhoramento e simplificação do serviço, a extincção do commando geral da armada.

Se o governo aceita as recommendações que lhe são feitas no relatorio da commissão de fazenda ácerca dos seguintes assumptos:

Repartição de saude naval, hospital da marinha, escola naval, cordoaria nacional.

Se o governo entende que as reducções propostas podem obstar não só a que seja desempenhado o serviço publico no anno economico futuro, que incumbe principalmente á protecção e defeza das nossas colonias, mas á armada nacional.

O sr. Presidente dando para ordem do dia de sexta-feira os projectos n.os 20 e 22, e depois a mesma que vinha para hoje, levantou a sessão.

Eram 4 horas da tarde.

CHRONICA

Conferencias.—Em seguida publicamos o programma das conferencias que já annunciámos, e que devem ser feitas no Casino Lisbonense. Começam na proxima segunda-feira, sendo orador o sr. Anthero de Quental que falla sobre o espirito das conferencias:

Conferencias democraticas estabelecidas na sala do Casino, Largo da Abegoaria

Ninguem desconhece que se esta dando em volta de nós uma transformação politica, e todos presentem que se agita, mais forte que nunca, a questão de saber como deve regenerar-se a organisação social.

Sob cada um dos partidos que lutam na Europa, como em cada um dos grupos que constituem a sociedade de hoje, ha uma idéa e um interesse, que são a causa e o porquê dos movimentos.

Pareceu que cumpria, em quanto os povos lutam nas revoluções, e antes que nós mesmos tomemos n'ellas o nosso logar, estudar serenamente a significação d'essas idéas e a legitimidade d'esses interesses; investigar como a sociedade é, e como ella deve ser; como as nações têm sido, e como se póde hoje fazer a liberdade; e, por serem ellas as formadoras do homem, estudar todas idéas e todas as correntes do seculo.

Não póde viver e desenvolver-se um povo, isolado das grandes preoccupações intellectuaes do seu tempo; o que todos os dias a humanidade vae trabalhando, deve tambem ser o assumpto das nossas constantes meditações.

Abrir uma tribuna, aonde tenham voz as idéas e os trabalhos que caracterisam este momento do seculo, preoccupando-nos sobre tudo com a transformação social, moral e politica dos povos;

Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo assim nutrir-se dos elementos vitaes de que vive a humanidade civilisada;

Procurar adquirir a consciencia dos factos que nos rodeiam, na Europa;

Agitar na opinião publica as grandes questões da philosophia e da sciencia moderna;

Estudar as condições da transformação politica, economica, e religiosa da sociedade portugueza;

Tal é o fim das conferencias democraticas.

Tem ainda ellas uma immensa vantagem, que nos cumpre especialmente notar: preoccupar a opinião com o estudo das idéas, que devem presidir a uma revolução, de modo que para ella a consciencia publica se prepare e illumine, é dar não só uma segura base á constituição futura, mas tambem, em todas as occasiões, uma solida garantia á ordem.

Posto isto, pedimos o concurso de todos os partidos, de todas as escólas, de todas aquellas pessoas, que, ainda quando não partilhem as nossas opiniões, não recusam a sua attenção aos que pretendem ter uma acção—embora minima—nos destinos do seu paiz, expondo publica mas serenamente as suas convicções, e o resultado dos seus estudos e trabalhos.

Lisboa, 16 de maio de 1871.—Adolpho Coelho—Anthero do Quental—Augusto Soromenho—Augusto Fuschini—Eça de Queiroz—Germano Vieira Meirelles—Guilherme de Azevedo—Jayme Batalha Reis—J. P. Oliveira Martins—Manuel de Arriaga—Salomão Saraga—Theophilo Braga.

Será segunda-feira, 22 do corrente, ás 9 horas da noite, a primeira conferencia; seguindo-se as outras todas as segundas-feiras, á mesma hora.—Entrada 100 réis.

Gymnasio.—Algumas das comedias novas que se deram na noute de segunda-feira no Gymnasio agradaram bastante. O *Capitão Wolfram*, do sr. Carlos Busch, é de todas ellas a mais litteraria e está traçada com a maior delicadeza. Correm as scenas muito natural e verosimilmente, os caracteres estão finamente esboçados n'um rapido quadro, e o dialogo é escripto com distincção e bom gosto. O *Episodio na aldeia* não produziu grande effeito, mas é bom desempenhado. As outras duas comedias são alegres, e a nova scena-comica é desempenhada com a melhor deligencia pelo sr. Carlos d'Almeida.

Excentricidade ingleza.—Um inglez mandou 14:000 francos á federação dos pintores de Paris, destinados a serem entregues ao pintor que melhor representar sob a fórma de allegoria, a Inglaterra enviando viveres a Paris cercado. A federação vae redigir o programma para a execução d'esta obra de concurso.

Desastre no caminho de ferro.—No sabbado houve um choque d'um comboio que saia de Paris, com passageiros, e um comboio que estava parado, com mercadorias da linha perto de S. Diniz. Ficaram feridos e mortos alguns viajantes.

Doença.—Está muito doente e foi sacramentada a sr.ª D. Maria Magdalena Leal, irmã do sr. marquez de Penafiel. Desejamos as melhoras de s. ex.ª

Eleições na Suissa.—Nas eleições da Suissa o partido ultramontano ficou victorioso, no Cantão de Lucerna, e no de Neufchatel venceram os radicaes.

Concerto.—Ha na quinta-feira no theatro de S. Carlos um brilhante concerto dado pela cantora a sr.ª D. Henriqueta Gusman Laura, e pelo insigne violinista o sr. Garrido. Tomam parte tambem o tenor Salces e o sr. Laml.

Jantar aos jornalistas portuguezes.—O jantar dado pela imprensa hespanhola aos jornalistas portuguezes foi de 120 talheres. Castellar fez um brinde ao patriotismo da nação portugueza, que foi calorosamente applaudido.

Fallecimento.—Falleceu o sr. Robin, socio da antiga e excellente livraria franceza Feria e Robin.

Mudança de nome.—Diz o *Vengeur* de Paris que a praça Vendôme, depois de ser deitada abaixo a columna ficar-se-ha chamando praça da Internacional.

Avaliações.—Terminaram já as avaliações das galeotas reaes e seus pertences.

Vive ainda.—A celebre cantora Paulina Viardot está em Londres de perfeita saude, ao menos seu marido assim o affirma.

Tourada para domingo.—Projecta-se grande tourada para a tarde de 21 do corrente maio. El Chicorro deveras zangado comsigo mesmo por ter sido pouco favorecido de fortuna em seus exercicios tauromachicos no domingo ultimo, deseja agora tirar desforra, e bom é que a tire, que para tanto o achamos nós capaz. Cyreneo, outro espada hespanhol, tambem está cheio de animo para fazer-se applaudir, e por isso pela segunda vez se apresentará ás provas do nosso publico, que, com razão não gostou lá muito do trabalho do pregoado toureiro. Se por *acanhamento* deixou de brilhar, que se *desacanhe* e procure tornar-se digno do nome que lá por essas terras além Guadiana ganhou.

Dos touros é que desta vez os denodados bandarilheiros não terão de queixar-se. São dos da acreditada marca X, P, T, O, que se na arena embolados não se apresentassem nas armas espetados ficariam quantos dellas se aproximassem!

«Os touros, (diz o annuncio que neste momento acabamos de receber da administração da praça) são os malhados de que tanto se tem fallado, e que os amadores tanto desejam ver na praça. Estes touros, da mais fina raça e da mais bella figura, pertencem aos ill.mos srs: Antonio José Vaz Monteiro e seus irmãos da Gollegã.»

Hein! Com bichos de tão fina raça não ha, não deve haver mais bandarilheiros. Ora sendo estes el Chicorro e Cyreneo, e suas respectivas quadrilhas, por certo devemos ter que o torneio de domingo proximo deve bem satisfazer os amadores da tauromachia, e muito principalmente aquelles, que, como nós, encavacados ficaram com a corrida do dia 14. Tres dias mais de espera e para o *quarto* deixaremos o nosso ajuste de contas com o sympathico el Chicorro. Está dito.

Concluimos sem noticia darmos do cavalleiro, por isso que não sabemos quem elle é. Mau não seria que o annuncio que semanalmente nol-o mandam, trouxesse o nome de Batalha ou Mourisca ou ainda de qualquer outro que porventura tenha de pioar, para que o publico tambem disto conhecimento previo possa ter.

Moda elegante.—Cá estamos já com o numero 18 desta excellente publicação. Ainda as ex.mas subscriptoras não terão acabado de ler o numero 17, que em o sabbado ultimo foi distribuido e eis que o 18 ás mãos lhe vae quatro dias depois!

Admiravel zelo!

Louvavel empreza!

Um grande padrão de moldes acompanha este numero, que repleto vem de bellas gravuras, representando cousas varias e todas de geito para bem entreter a curiosidade de quem a fortuna tem de estar inscripto no grande livro de assignatura, de cuja posse em Lisboa está o amavel representante da empresa o sr. Pons, com escriptorio na rua dos Fanqueiros.

Uma egua em deposito.—O sr. regedor da freguezia de S. Pedro em Alcantara, teve, e talvez ainda tenha, em deposito, uma egua de côr preta, que, desaparelhada e muito á solta vagueava pela rua da Junqueira ás 11 1/2 da noite do dia 16.

Prisão.—Diz a parte de policia que acudiram dois soldados aos toques d'apito, ás 5 horas da tarde do dia 16, na rua Nova do Carvalho e souberam que assim procedera D. Amelia Perry Vidal, na respectiva morada n.º 41—5.º andar, na mesma rua, em consequencia de seu criado José Barata, maltratar de pancadas sua mulher Perpetua de Jesus; occorrencia de que já havia tomado conhecimento o policia n.º 9 da 3.ª divisão, conduzindo o criado e a mulher á 1.ª esquadra.»

Loteria.—Eis a lista dos numeros que alcançaram maior premio na extracção que se verificou no dia 17 do corrente na santa casa da misericordia:

N.os	Pre.os	N.os	Pre.os
306....	6:000$000	2:850....	100$000
355....	1:000$000	295....	100$000
2:577....	400$000	1:779....	100$000
1:191....	200$000	851....	100$000
723....	100$000	493....	80$000
406....	100$000	—	

O poço da rua do Arco.—Infructiferas tem por emquanto sido as diligencias feitas para encontrar o cadaver do rapaz, que ha dias desappareceu de casa dos paes, e se suppõe sepultado no poço do pateo da rua do Arco. O mergulhador do Arsenal, que hoje alli foi deu o seu trabalho por findo desde que viu geitos de tambem ficar *escondido* de modo a outro mergulhador ter de descer a... procural-o. E' louvavel o empenho de não querer que outro seu collega se visse, como elle, em *calças pardas*. Agora diz-se que os bombeiros vão tentar vêr o fim ao poço, auxiliados por um apparelho para o effeito preparado. Que felizes sejam em seu arrojado emprehendimento.

O poço mede quinze braças.

Não houve suicidio.—Correu ha dois dias o boato de haver desapparecido de uma loja da rua dos Fanqueiros um antigo caixeiro, e que achando-se este em grande alcance para com o patrão preferira suicidar-se. Ouvimos isto, mas tão vagamente que não démos curso ao boato. Hoje, porém, diz-nos um amigo, em o qual muito confiamos, que o desventurado caixeiro está entre ferros, facto este que denunciando o roubo, certifica ao mesmo tempo que não houve suicidio. Melhor foi assim. O alcance é grande e tão monstruoso, que deixou muito seriamente compromettida a avultada fortuna do patrão. Até ouvimos hoje que dois predios vão á praça para apuramento do dinheiros que destino certo já tem.

Grande infortunio foi este que para sempre, talvez, arruinou o commerciante só porque demasiada confiança depositava no caixeiro, que tão aleivosamente soube trail-o!

Lamentavel succedimento!

Concerto.—Effectuou-se hontem no salão nobre do theatro de S. Carlos, o concerto dado pelo sr. Sergio da Silva um dos nossos mais distinctos violoncellistas.

O concerto foi dado com a cooperação dos melhores artistas de Lisboa, e de alguns amadores.

O sr. Sergio tocou algumas peças entre as quaes sobresaia uma *Reveris* de Casella, que o executante tocou admiravelmente pela firmeza e delicadeza que mais uma vez mostrou. O violoncello nas mãos do sr. Sergio é um instrumento com alma, chora, geme, ri, conforme o talentoso artista quer.

O sr. Pereira da Costa tocou uma phantasia de Alard, sobre motivos da *Filha do Regimento*, e os applausos com que foi coberto no fim do que tocou bem mostram em que apreço o publico tem o notavel talento do nosso rabequista.

Cantou o sr. Abilio Mascarenhas uma romança de Mercadante e mostrou que tem uma bella voz e um excellente methodo, e que com o tempo e com o estudo ha de chegar a cantar magistralmente.

Os outros artistas que tomaram parte no concerto e todos conhecidos do publico sustentaram perfeitamente os creditos de que gosam.

Julgamentos.—Foi ante-hontem julgado na relação o processo dos irmãos Soutos de El-rei, e de Manuel Esteves, o *artilheiro*, culpados no crime de assassinato na pessoa de Pio dos Santos.

O processo foi annullado por falta da entrega do rol das testimunhas da defesa ao ministerio publico.

Os advogados foram por parte de D. Miguel d'Almada, o sr. D. Pedro de Portugal; de D. Rodrigo d'Almada, o sr. dr. Arouca; e de Manuel Esteves, o sr. dr. Valle.

Completamos assim a noticia que hontem démos.

Navios americanos.—Os navios americanos que estão no Tejo devem sair deste porto no meio da semana proxima.

Balancete.—A associação typographica lisbonense teve de receita no mez de abril réis 99$400 e de despeza 84$510 réis, differença a favor do cofre 14$890 réis. Fica em cofre réis 209$753 em metal e 5:000$000 em inscripções de assentamento.

Rendimento da alfandega.—O rendimento desta casa fiscal foi:

Até 16 de maio	200:241$982
Em 17	7:720$834
	207:962$816

Prisioneiros francezes na Allemanha.—Ainda estão na Allemanha 138:000 prisioneiros francezes. Já regressaram 20:000, que foram logo remettidos para Argel.

Será verdade?—No ministerio dos ne-

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

CRÔNICA

Conferências – Em seguida publicamos o programa das conferências que já anunciamos, e que devem ser feitas no Cassino Lisbonense. Começam na próxima segunda-feira sendo orador o sr. Antero de Quental que fala sobre o espírito das conferências:

Conferências democráticas estabelecidas na sala do Cassino, Largo da Abegoaria.

Ninguém reconhece que se está dando em volta de nós uma revolução política, e todos pressentem que se agita, mais forte que nunca, a questão de saber como deve regenerar-se a organização social.

Sob cada um dos partidos que lutam na Europa, como em cada um dos grupos que constituem a sociedade de hoje, há uma ideia e um interesse, que são a causa e o porquê dos movimentos.

Pareceu que cumpria, enquanto os povos lutam nas revoluções, e antes que nós mesmos tomemos nelas o nosso lugar, estudar serenamente a significação dessas ideias e a legitimidade desses interesses; investigar como a sociedade é, e como ela deve ser; como as nações tem sido, e como se pode hoje fazer a liberdade; e, por serem elas as formadoras do homem, estudar todas ideias e todas as correntes do século.

Não pode viver e desenvolver-se um povo, isolados das grandes preocupações intelectuais do seu tempo; o que todos os dias a humanidade vai trabalhando, deve também ser o assunto das nossas constantes meditações.

Abrir uma tribuna, aonde tenham voz as ideia e os trabalhos que caracterizam este momento de século, preocupando-nos sobre tudo com a transformação social, moral e política dos povos;

Ligar Portugal com o movimento moderno, fazendo assim nutrir-se dos elementos vitais de que vive a humanidade civilizada;

Procurar adquirir a consciência dos fatos que nos rodeiam, na Europa;

Agitar na opinião pública as grandes questões da filosofia e da ciência moderna;

Estudar as condições da transformação política, econômica e religiosa da sociedade portuguesa;

Tal é o fim das Conferencias Democráticas.

Tem ainda elas uma imensa vantagem, que nos cumpre especialmente notar: preocupar a opinião com o estudo das ideias, que devem presidir a uma revolução, de modo que para ela a consciência pública se prepare e ilumine, é dar não só uma segura base à constituição futura, mas também, em todas as ocasiões, uma sólida garantia à ordem.

Posto isso, pedimos o concurso de todos os partidos, de todas as escolas, de todas aquelas pessoas, que, ainda quando não partilham as nossas opiniões, não recusem a sua atenção aos que pretendem ter uma ação – embora mínima – nos destinos do seu país,

expondo pública mais serenamente as suas convicções, e o resultado dos seus estudos e trabalhos.

Lisboa, 16 de maio de 1871. – Adolpho Coelho – Anthero de Quental – Augusto Soromenho – Augusto Fuschini – Eça de Queiroz – Germano Vieira Meirelles – Guilherme de Azevedo – Jayme Batalha Reis – J. P. Oliveira Martins – Manuel de Arriaga – Salomão Saraga – Theophilo Braga.

Será segunda-feira, 22 do corrente, às 9 horas da noite, a primeira conferência, seguindo-se as outras todas às segundas-feiras, à mesma hora. – Entrada 100 réis.

3.2.3 Primeira Conferência - 22 maio - Antero de Quental - “O espírito das Conferências”

3. 2.3.1 - Revolução de Setembro – 24/maio/1871

Fig. 16 - Revolução de Setembro – 24/maio/1871 – p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$000 réis — Semestre, 3$000 réis — Trimestre, 1$600 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$000 réis — Semestre, 3$700 — Trimestre, 1$975 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da administração, junto ao Correio Geral
Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Antonio Maria Pereira, rua Augusta, 50-52
Assignaturas são pagas adiantado — Publicações de interesse particular são pagas
Folha avulsa, 40 réis — Annuncios, 20 réis por linha
A redacção não responde pela doutrina e opiniões dos artigos assignados ou que levarem signal de que não são della — Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos

Para as provincias
Anno, 7$500 réis — Semestre, 3$750 réis — Trimestre, 1$975
Para o Brazil
Anno, 12$000 réis — Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:685 | QUARTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 23 DE MAIO

Os amadores de escandalos tiveram hoje fartote na camara electiva, na phrase elegante de uma folha reformista, porque a discussão das questões de fazenda e de administração fôra preterida pela questão politica lhe surgiu do parecer do orçamento da marinha. Não ousariamos qualificar assim o debate, mas registramos o nome denunciado pelo padrinho da creança.

O sr. ministro da marinha não se julgou desobrigado de fallar por ter o sr. presidente do conselho mostrado que havia accordo no governo nos pontos em que lhes arguiam divergencia. O seu discurso foi repassado de bom senso, mostrando que as reformas incessantes obstam á boa administração da qual espera mais do que da letra morta das transcendentes theorias.

O sr. Osorio de Vasconcellos proseguiu na obra da demolição ministerial começada pelo sr. Latino Coelho. Não dissimulou a guerra declarada ao gabinete, nem poupou o sr. presidente do conselho. Manifestou a incompatibilidade entre as pessoas e os principios, e só não explicou a rasão porque a manifestação apparecêra tão tardia.

Tocava a palavra ao sr. Arrobas, mas o sr. ministro das obras publicas interceptou-a. A situação não mudou, parecendo que se complica. O gabinete allega as vantagens da paz em beneficio do paiz; os aggressores não acreditam nesse interesse que lhes parece confundido com a ambição do poder.

Nós assistimos ao combate. Aguardâmos com mediocre curiosidade o conhecimento de quem iniciou as economias e de quem levantou a questão politica. Todos disputam a primeira, e todos declinam a segunda. E nem ha gloria n'uma nem vituperio na outra.

Uma verdade disse o sr. Osorio de Vasconcellos. O parecer da commissão significa a confusão e a desordem. Não condemnamos as intenções da commissão cujos desejos eram excellentes e de cuja pureza podemos dar testimunho, mas cada vez é mais forte em nós a convicção de que são inuteis todos os esforços para fazer reformas ou organisar serviços por aquelle meio. Não se consegue nada, e levanta-se um conflicto.

Lê-se no *Diario Popular*:

«Quando a regeneração entrou para o poder em 1865 achou a divida fluctuante em 6:700 contos.

Quando saiu em principio de 1868, deixou a em 16:700 contos. Foi um augmento de 10 mil contos em pouco mais de 2 annos.»

Lê-se no relatorio apresentado pelo sr. Dias Ferreira em sessão de 28 de abril de 1868:

«Para consolidar a divida fluctuante com penhor contrahido no estrangeiro, e para satisfazer outros encargos, *realisou* o governo o emprestimo de 5.500:000 libras esterlinas, auctorisado por decreto de 16 de dezembro de 1867.»

O governo cahido em janeiro de 1868 deixou *realisado* um emprestimo que daria recursos para se pagar a divida fluctuante externa, mas dessas sommas serviram-se os reformistas para sustentar a nuvem de corretores, que andaram por toda a Europa a pedir dinheiro emprestado.

Aquelle emprestimo, feito pelos esbanjadores a preço de 38 1/2, foi logo subscripto na praça de Londres, e nas praças de Lisboa e Porto excederam as subscripções a ponto de ser necessario fazer-se um rateio. Mezes depois, quando a economia e a sabedoria estavam no poder contratou-se um emprestimo a preço de 32 1/2, com a condição expressa de se dar uma boa somma á companhia dos caminhos de ferro, e mais o appendiculo de uma forte multa, que foi religiosamente paga. E apesar de tudo, apesar de tão generosas condescendencias esse emprestimo ainda não está de todo collocado! No tempo dos esbanjadores o governo encontrava facilmente quem lhe emprestasse dinheiro a 7 %, sem mais condições que o pagamento do juro, depois que se inaugurou o feliz reinado das economias offerece-se o juro de 9 %, mais umas centenas de contos ás companhias de caminhos de ferro, mais uma pesada multa, e ainda assim mostram-se os capitalistas desconfiados do governo portuguez!

Os esbanjadores podiram para todos os seus desperdicios a somma nominal de *cinco milhões e quinhentas mil libras*; passado pouco mais de um anno, os economicos e sabios, tendo gasto aquella quantia que *encontraram* nos cofres do thesouro, precisaram de *doze milhões de libras*, para testimunharem á Europa o resultado das grandes reformas na administração, feitas por aquelles austeros e sabios estadistas!

Se tudo isto podesse esquecer! Resemos setenta vezes o credo em cruz para que todos estes factos desappareçam da historia, e depois que elles forem esquecidos, glorifiquemos o partido reformista, que só elle é sabio, só elle é virtuoso, só elle é grande e forte.

Lê-se no *Diario Popular* o artigo seguinte:

«A *Revolução* pretendeu calumniar os governos que se tem succedido desde 1868, allegando que augmentaram quatro mil contos nos juros da divida. Pedimos-lhe a demonstração desta falsissima asserção. A *Revolução* respondeu com assombrosos disparates. Mostrámos-lhe que effectivamente eram disparates e a *Revolução* calou-se.

«Pois boas noutes, e para outra vez, quando se quizer metter em questões de fazenda, pense duas vezes antes de fazel-o e rese o credo em cruz.

«Não se esqueça.»

Lê-se nas contas do thesouro:

«Despeza com a junta do credito publico no anno economico de 1866-1867.......	6.206:436$575
«Idem no anno economico de 1869-1870..............	10.277:025$789
«Differença....	4.070:589$214»

Resemos fervorosamente o credo em cruz, a ver se estes algarismos desapparecem; e depois inclinemos a cabeça e dobremos o joelho diante dos estupendos sabios, que, duas vezes no poder, duas vezes mataram o *deficit* sem pedir ao contribuinte um unico ceitil, mas só por meio de largas reformas, grandes economias e austeras virtudes.

As contas do thesouro são um disparate assombroso, os documentos officiaes são uma mentira e a divida publica é um *mytho*. Só Deus é grande, e o partido reformista é o seu propheta.

COLONIAS

O projecto de lei do sr. deputado Pereira de Miranda apresentado ás côrtes em sessão de 18 de abril de 1871

(Continuação)

II

Diz respeito a colonias, e principalmente a questão de pautas, o projecto de lei do sr. Pereira de Miranda. Esta é logo a primeira impressão que superiormente nos captiva e prende ás cogitações de s. ex.ª

Quando mais sisudamente começamos a pensar no futuro da nossa patria, e melhor estudamos as lições dos bons livros, e mais de perto podemos observar as praticas dos paizes avançados, de todo se nos entranhou no espirito a convicção profunda de que a causa do bem publico unica e exclusivamente dependia da resolução de outras duas causas; a da instrucção e educação publica, a da instrucção e educação colonial.

Das escólas e das colonias: eis a epigraphe do livro que está ha muito em branco na mão dos poderes publicos.

Cumpre encher-lhe as paginas; disso depende nem mais nem menos que o futuro de uma nacionalidade.

Abandonar esse livro é já perante a historia uma profanação sacrilega; mas é mais, da parte dos magistrados governantes, o attentado brutal e selvagem de partirem e esfacelarem ao pé dos berços de uma nova geração o patrimonio augusto de obrigações que ahi poseram, por sua morte, as glorias passadas, e as conquistas feitas, deixando-os a elles os naturaes testamenteiros e curadores daquelle supremo legado.

Escólas por toda a parte, e instrucção a flux por todas as terras; uma aula em cada aldeia, um mestre e um educador em cada parocho, uma bibliothecasinha em cada municipio, gymnasios artisticos e industriaes, o pequenino instituto agricola, ensino largo, são, e universal; *universal* sobre tudo; que se considere uma ignominia não saber ler e escrever, que se insinue esta obrigação em tudo, no codigo politico, por exemplo, mudando a natureza do censo para o exercicio dos direitos publicos, dando exclusivamente o direito de votar e de ser votado a quem saiba escrever e lêr, e não sendo preciso mais do que isto para o exercicio de tal direito; e depois, por sobre isso, larga retribuição do ensino, e rigorosissima fiscalisação do saber e da moralidade do magisterio popular, incumbindo aquella ao municipio para que mais de perto sinta o sacrificio, e por isso mais patrioticamente se interesse pela proficuidade delle, e cumprindo esta o poder central, zelador e guarda da harmonia de todos os interesses geraes, isto tanto nas monarchias como nas republicas, mas nestas sobretudo, que são desde as instituições de Platão a maxima expressão da liberdade e da ordem, e hão de ser no futuro, em toda a parte, o verbo feito carne de Jesus Christo, consagrando na sua mais absoluta realisação a eterna theoria da egualdade e fraternidade dos direitos e deveres universaes, dos intuitos e interesses de todos os continentes, *eguaes e fraternos*, pelo amor e pela consubstanciação real e verdadeira de todas as raças;—eis ahi a base inabalavel e incorruptivel de todas as civilisações; eis ahi tambem o segredo das quedas e das ruinas de cyclos e de povos, que se chegaram a fulgurar e a cegar como o sol nunca jámais resurgiram como elle, depois de transmontados no seu occaso tremendo, e ainda hoje esperam nas suas trevas eternas, e esperarão eternamente, a aurora do dia seguinte!

Perguntae ás velhas civilisações do oriente, porque se apagaram; ao Egypto porque morreu; á Phenicia, porque se extinguiram as suas industrias nos escombros do seu commercio; a Athenas, porque expirou no leito de Pericles; a Roma, por que atirou, por todas essas edades fora, grandezas e ignominias, virtudes e vicios, explendores e sombras, tanto á competencia umas com outros, que chega a critica historica a cobrir-se de luto, e a largar das mãos a penna ao contemplar, sem poder negal-o para honra dos evos extinctos, tão perfeito e tão pavoroso equilibrio?

Perguntae depois, mais tranquilla e socegadamente, á Suissa, porque é feliz; á Belgica, por que nos torneios e nos concertos da industria moderna o seu arado foi o mais perfeito, a sua nota a mais alta; á Baviera, porque no chamamento olympico das musas das bellas artes o seu quadro foi o mais puro, o seu pincel o mais inspirado? Pergunte á Allemanha, a esses heroicos successores e herdeiros das antigas proezas do seu velho e legendario Germanico, porque é invencivel o seu raio e incontrastavel a força da sua virtude dominadora; perguntae, afinal, aos Estados Unidos, porque é já hoje a sua civilisação uma chamma de Horeb, uma vaga promessa e uma vaga esperança de não sei que novos remodelamentos sociaes. Como em menos de um seculo se agiganta um povo assim? como se burilla uma inscripção em cada pedra da patria? como em cada porto se eternisa uma memoria, como em cada communa se celebra um tropheu? E sobretudo—e nisto vae quasi tanto a interrogação como a replica—de que modo, e por que meios, e por que artes, nascem ahi todos os homens eguaes na abnegação e no valor, quasi eguaes na concepção e no genio, na applicação e no trabalho, e isto sempre, desde o primeiro berço até á mais fresca sepultura, desde o velho Jankee até ao moderno americano, desde Washington até Lincoln?

A's vossas primeiras e segundas perguntas a resposta será a mesma. E' que, para lá dos porticos escalavrados das edades extinctas, entre os montões de ruinas se vos deparará um refugo de tudo, mas debalde rebuscareis a aldraba da escóla por onde a mão do discipulo despertava o somno tardio do mestre. A America do Norte, essa dá vos em cada praça uma escóla, uma academia, um museu, um observatorio, uma universidade, um gymnasio, um conservatorio, e assombra-te a ti, europeu, quando lhe perguntas pelo que isso custa á republica, redarguindo-te, que tudo isso é n'aquelle paiz do *individuo*, e apenas póde mais directamente informar-te, se o quizeres, das despesas com que ella faz absolutamente gratuito o curso dos seus institutos normaes, viveiros explendidos e fecundissimos d'onde saem as proficiencias mestras e directoras para todas aquellas colmeias scientificas, litterarias e artisticas.

E depois, as colonias para quem as tem. Levar-lhes lá a religião e o ensino, o templo e a escóla, o professor e os missionarios. Depois o trabalho e a industria. Estudar, investigar, e applicar tudo quanto possam exigir as faculdades manifestas e as riquezas latentes d'aquelles solos. Do mundo animal, vegetal e mineral, inquirir tudo, estudar, e aproveitar tudo. Notando porém: alliar sempre os interesses positivos do progresso com as altissimas vistas de uma ideal civilisação.

N'este ponto quem escreve estas palavras tem medo de pôr completamente a nú todos os seus sentimentos e aspirações; medo de vêr mais uma vez expostas as divinas theorias da perfeita philosophia christã aos apodos de utopia, e de mais lacerantes vocabulos.

Eu não quero as colonias para a exploração exclusiva das metropoles, principio e fim de todo o antigo systema colonial. Menos as posso querer para saldar as desregradas intemperanças da metropole, sua mãe patria, como já usaram appetecer uns negreiros de novo molde, nos famelicos sonhos das sêvas orgias de não sei que famosos Thiestes. Eu quero as colonias para a gloria de lhes preparar a sua emancipação, dando, em cada uma d'ellas, a Deus um novo povo, á humanidade uma nova irmã!

E se não é para isso que a civilisação vae aos desertos, então lave-se da sua infamia, e deixe ao indio a sua areia, ao gentio a sua floresta, ao negro a sua cubata, a sua liberdade e a sua côr!

D'isso, eu sei, é que dista ainda por abysmos o systema colonial moderno, mas não tanto, ainda bem, que os grandes corações e os grandes espiritos, mais audaz ou mais timidamente, o não ousem sentir e aventar. Proval-o hemos com o trecho de um discurso de lord John Russel, ha vinte annos proferido na camara dos communs por elle, uma das maiores almas da Inglaterra; e praz-nos intimamente cotejal-o, com um periodo profundo do trabalho do sr. Pereira de Miranda.

E não se assuste o materialismo avaro. Pela primeira vez ao lado da ideia grande quis Deus que se assentasse o real interesse; e o utopista provar-vos-ha, não com as suas armas, que são os raciocinios, mas como as vossas, que são os algarismos, que hoje, como sempre, os grandes e eternos principios são, não o antagonismo, mas ao contrario o ovo fecundador dos grandes e eternos interesses.

Retraimo-nos porém. Nas escolas e nas colonias buscae a vossa força, dizia eu. Pela instrucção, accrescentava, que interrogassemos as civilisações passadas, e as civilisações modernas: d'estas a Belgica, a Suissa, a Allemanha, e a America septentrional. Pois agora pelas colonias interrogae a Hespanha, a França, a Hollanda, e a Inglaterra. A' parte esta ultima, de todas tereis pouco que aprender para as humanitarias investigações que devem supprir a vossa sciencia colonial; para incitamento de interesses, porém, tereis tudo. Ahi á vossa visinha perguntae quantas vezes por anno tem matado a fome ao erario exausto com as opulencias superabundantes da sua Cuba.

(Continúa.)

A REPARTIÇÃO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR — HOSPITAL DA MARINHA — OS MEDICOS E AS NOSSAS COLONIAS.

III

Todos concordariam na extincção do hospital da marinha se se podesse dispensar um hospital naquellas circumstancias, como passo a demonstrar. Desejo tratar este assumpto de raiz e a preceito, e por isso quero encaral-o sob todas as faces.

E' necessario um hospital, onde sejam tratados os marinheiros convenientemente, onde se exercitem os enfermeiros que têem de servir a bordo dos navios de guerra e onde finalmente os facultativos navaes possam desenvolver e alargar os seus conhecimentos medicos. São necessidades do serviço publico que a *economia* não ensina a dispensar.

A junta de saude naval precisa de funccionar em casa propria. Para melhor observar muitos doentes, que se lhe apresentam, tem de os mandar recolher ao hospital. Não deve por tanto a junta de saude naval funccionar fóra de um hospital. E é de primeira intuição que ella só deve funccionar onde possa ter independencia e attender rigorosamente ao seu fim. As importantes funcções inherentes ao seu cargo são variadas e indispensaveis.

A boa ordem do serviço de saude naval exige que haja uma repartição conveniente, em que se dê andamento regular a tudo o que diz respeito ao serviço naval tanto medico, como pharmaceutico e de enfermeiros. O hospital da marinha não serve unicamente para o tratamento medico dos marinheiros. Isto é evidente.

Que os marinheiros sejam tratados no hospital actual ou em qualquer outro accommodado ao seu numero, ás suas especialissimas circumstancias e ás suas necessidades, pouco importa. A economia não póde ir até se negar bom tratamento aos doentes da armada.

As doenças dos marinheiros não podem ter um tratamento geral dietetico, como as dos soldados do exercito, da guarda municipal ou dos policias. Sejam embora as doenças edenticas, o tratamento differe sob muitos pontos de vista, que não enumero nesta occasião.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 17 - Revolução de Setembro – 24/maio/1871 – p.2

2

O hospital da marinha é um estabelecimento que honra a capital do reino e que póde servir de modelo para muitos hospitaes. Aquelle hospital levou muitos annos a chegar ao estado em que se acha; gastaram-se alli dezenas de contos de réis. Os doentes são tratados como nos melhores hospitaes e gosam de todas as commodidades de que tanto carecem e que não se inventam facilmente. E é mais crueldade que economia querer privar os doentes d'essas commodidades.

Os officiaes da armada têem quartos proprios, em boas condições hygienicas e estão mobilados decentemente e não com luxo. Assim o exige a sua posição e teriamos de nos envergonhar se ao receber alli um official da armada real ou mesmo estrangeiro lhe dessem um quarto mal arranjado, com mobilia sem gosto. Um quarto em más condições infunde sempre tristeza e desgosto aos doentes. Tornam-se muitas vezes por isto as doenças rebeldes e até mais graves.

No hospital da marinha têem sido tratados officiaes da armada estrangeira, contando n'este numero um filho do ministro da marinha da Hollanda.

Os quartos estão bem dispostos, as enfermarias são optimas. Não quero agora dar uma descripção minuciosa do interior deste vasto, rico e importante estabelecimento, mas brevemente o farei com toda a exactidão e minuciosidade. Já que se quer condemnar aquelle notavel e necessario estabelecimento é bom saber-se o que se deixa, *por economia*, e o que se arranja.

Não é exacto dizer-se que as tinas de marmore que existem no hospital da marinha *foram* compradas com o dinheiro dos marinhos. Aquellas tinas de marmore representam um *luxo economico*; mostram o bom senso de quem as comprou e estão alli, desde que aquelle edificio se transformou do collegio dos jesuitas em hospital, no fim do seculo passado. *Se é um luxo*, foi uma *economia* a sua compra. E assim é que se deve entender o verdadeiro modo de fazer economias. Fizeram-se tinas para durarem até á consummação dos seculos...

Será por ventura economico passar os doentes marinheiros para qualquer outro hospital de Lisboa, e crear casa propria onde se desempenhem todos os trabalhos que actualmente se fazem no hospital da marinha?

Responda-se com toda a verdade, e vêr-se-ha que essa mudança é completamente reprovada. Não traz economia; traz desperdicio e desorganisação de todo o serviço que se acha bem regulado.

Procede-se ao desmembramento d'um bom estabelecimento hospitalar, e para quê? Para se arranjar hospital proprio que o substitua, e nunca ficará nas condições, em que está o hospital que se abandona!

Onde se fará o deposito dos medicos, que se devem fornecer para a armada e para o ultramar? Onde funccionará a junta de saude naval? A que se reduzirá um estabelecimento, em que se gastaram dezenas de contos de réis para o transformar convenientemente em hospital?

O que hoje se acha reunido n'um unico estabelecimento baralha-se, confunde-se e esteriliza-se. A economia do dinheiro, ainda mesmo que a houvesse, acarretaria prejuizos incalculaveis!

Não se encontra uma unica rasão plausivel com que possa justificar-se a extincção do hospital da marinha, como irei demonstrando em subsequentes artigos.

M. F. Ribeiro.

POLITICA EXTERNA

A noticia que démos hontem da entrada das tropas de Versailles em Paris era certa; porém o que é necessario é explicar esta entrada. Com o canhoneio pezadissimo que havia, com a chuva constante de balas que as tropas do governo faziam chover sobre as muralhas da cidade, tinha-se tornado impossivel conservar alli soldados. Morriam todos, uns após outros, sem gloria e sem que podessem responder ao fogo do inimigo. Ao mesmo tempo os bairros que formam a circumvalação estavam no estado mais lastimoso, porque eram os que soffriam mais directamente as consequencias do bombardeamento. Os habitantes tinham fugido para os bairros centraes para se subtrahirem assi e ás suas familias aos horrores da guerra e á morte que muito ameaçava as existencias d'aquella parte da população. As tropas da commune abandonaram portanto aquella parte da cidade e acolheram-se aos tres bairros do centro, onde tem as suas barricadas, os seus arsenaes, n'uma palavra onde tem os meios com os quaes tencionam resistir ás tropas de Versailles.

E' isso que explica como as tropas do governo entraram na cidade sem combate, sem a menor opposição, sem que fossem incommodadas por um só tiro, ou por um só grito.

Agora é que a tarefa é realmente difficil para as tropas de Versailles, porque as tropas da commune estão bem fortificadas e nas melhores disposições de não ceder o campo sem o ter disputado palmo a palmo.

Agora começa aquella guerra de que nós fallámos outro dia, a guerra das barricadas que os parisienses sabem fazer tão bem.

Os federados tem o seu ponto de appoio na praça Vendome, que está transformada n'uma verdadeira fortaleza. Vimos em um jornal francez *La Illustracion* um desenho que representa a barricada que está estabelecida n'aquella praça. As pedras estão dispostas com uma symetria geometrica, e teem uma abertura na frente, que é fechada por uma bateria de peças de grosso calibre. D'esta maneira ao mesmo tempo que a artilheria varre com a metralha as tropas que avançam, os soldados com descargas de fusilaria impedem aquelles que se quizessem aventurar a aproximarem-se da barricada. Estas barricadas são verdadeiras construcções militares, verdadeiras obras de guerra. Não são as barricadas levantadas ao acaso, feitas com pedras de calçada, carruagens, moveis, colchões, é uma obra construida por meio de regras, com uma exactidão mathematica.

Os federados acolheram-se aos bairros mais ricos, mais populosos, áquelles onde abundam mais os edificios, onde está concentrada a vida de Paris. E' alli que estão os museos, as universidades, as escolas, as bibliothecas.

Como intentarão as tropas de Versailles apoderarem-se d'esses bairros? Por meio d'um bombardeamento? Mas quererá o governo tomar a responsabilidade de arrasar assim Paris, sacrificando tantas e tantas existencias? Tomando á ponta de bayoneta? Isso é perigoso pois que os federados teem artilheria e impedem-nos de se aproximarem. O que parece é que isto já estava previsto pelos generaes da commune, e que se tinham tomado precauções para a resistencia continuar alli mais forte que nunca.

O exercito do general Cissey, com 30:000 homens, foi que entrou em Paris pelas portas do sul. As tropas chegaram, segundo diz um telegramma da agencia Havas, até ao arco do Triumpho, e margem esquerda até á escola militar. Ainda não estão no coração da cidade.

As tropas de Versailles tomaram na noute de 21 para 22 o castello de Muette Passy, fazendo grande numero de prisioneiros, que foram para Versailles, no numero dos quaes se conta Assi, o agente da Internacional pela França. Paris está n'uma posição difficilima, porque está completamente cercada, sem esperanças de receber auxilio, e devendo confiar simplesmente nas suas forças.

Rochefort foi preso em Meaux e conduzido para Versailles.

Esperamos noticias importantes.

Telegrammas

O que se recebeu hoje em Lisboa diz o seguinte:

AGENCIA SUBMARINA

Londres, 23, ás 12 horas.

As tropas de Versailles em numero de 80:000 homens estão de posse dos faubourgs St. Germain, St. Honoré, praça da Concordia, praça da Grande Opera.

As tropas do governo bombardeiam as barricadas.

Assy está preso, Drombrowski está cercado.

As baterias insurgentes de Montmartre fazem fogo contra as tropas. Grande numero de insurgentes foram feitos prisioneiros.

Na assembléa nacional deu-se um voto de agradecimento por acclamação a mr. Thiers assim como ao exercito.

Todas as communicações com Paris estão suspensas, e os allemães obstam á fuga dos insurgentes.

CORTES

CAMARA DOS SRS. DEPUTADOS

Sessão em 23 de maio de 1871

(PRESIDENCIA DO SR. SÁ NOGUEIRA)

A' 1 ½ hora da tarde fez-se a chamada e verificando-se estarem presentes 38 srs. deputados, abriu-se a sessão.

Leu-se e approvou-se a acta da sessão antecedente.

A correspondencia teve o devido destino.

Tiveram segunda leitura os projectos apresentados hontem pelos srs. Lisboa, Falcão da Fonseca e visconde de Montariol, que sendo admittidos foram enviados ás respectivas commissões.

O sr. ADRIANO MACHADO (SECRETARIO) declarou que a mesa nomeára para a commissão que terá de rever e propôr as alterações que entender convenientes á lei de 6 de junho de 1864 os srs. Martens Ferrão, Sebastião Calheiros, Julio do Carvalhal, Braamcamp, Candido de Moraes, Pinheiro Borges e Francisco de Albuquerque.

O sr. PAES VILLAS BOAS pediu a impressão no *Diario do Governo* da representação dos alumnos do instituto agricola contra o projecto do sr. Caldas Aulete; e chamou a attenção da commissão de legislação para que apresente com brevidade o parecer sobre o projecto do sr. Pedroso dos Santos, a fim de tornar extensivas aos officiaes de diligencias das diversas comarcas, as disposições da lei de 11 de setembro de 1861.

1.ª PARTE DA ORDEM DO DIA

Foi approvada a generalidade do projecto n.º 24, auctorisando as juntas geraes de districto a lançarem addicionaes para a viação districtal.

Passando-se á especialidade foi logo approvado o artigo 1.º com o seguinte additamento offerecido por parte da commissão:

«Ficam auctorisadas tambem os addicionaes que proponham legalmente este anno, as juntas geraes dos districtos de Bragança, Leiria, Evora, Villa Real e Vizeu.»

Os artigos 2.º, 3.º e 4.º foram approvados sem discussão.

Sobre o artigo 5.º

O sr. PEREIRA DE MIRANDA desejou saber se os addicionaes a que se refere o projecto recahem unicamente sobre a principal das contribuições pessoal, industrial e predial, ou tambem sobre os 40 por cento de viação.

O sr. MARIANO DE CARVALHO (relator) declarou que os addicionaes hão de recahir sobre as tres contribuições a que se referiu o sr. deputado, mas não sobre os 40 por cento de viação, nem sobre os 20 por cento para falhas e commissões, nem ainda sobre a percentagem aos escrivães de fazenda.

O sr. PRESIDENTE DO CONSELHO concordou com a opinião emittida pelo sr. Mariano de Carvalho.

Depois de algumas observações dos srs. Pequito e Pereira de Miranda foi approvado o artigo 5.º

2.ª PARTE DA ORDEM DO DIA

Continuação da discussão do orçamento do ministerio da marinha

O sr. MINISTRO DA MARINHA disse, que a camara sabia, que n'uma das sessões anteriores o sr. Latino Coelho provocou explicações da parte do governo, as quaes já foram satisfactoriamente dadas pelo sr. presidente do conselho. Se não fosse a sua posição especial de certo não tomaria agora a palavra.

Que o sr. deputado depois de differentes considerações, concluiu o seu discurso por uma serie de perguntas, ás quaes já anteriormente tinha respondido, mas nem por isso deixará de responder novamente.

Repelliu as asserções de incompetencia e abandono do governo, que o sr. Latino lhe dirigiu; e diria que quando trata das cousas officiaes ouve aquellas pessoas que um ministro costuma ouvir; mas só estas, não carecendo de conselhos, porque os não precisa, para satisfazer aos seus deveres.

Era já tempo de abandonar esse prurido de reformar as reformas; e sentia que tendo s. ex.ª tomado parte de um ministerio cheio de popularidade, com uma ampla auctorisação para fazer reformas não tratasse então de realisar todas aquellas que hoje pretende se façam.

Disse que não havia esse abandono do governo a que o sr. deputado alludiu, e os factos demonstram quanto o sr. deputado foi injusto.

Quanto ás perguntas diria que sustentava o que anteriormente disse. O governo concordou com o que se acha exarado no parecer da commissão. Se todas as reformas alli consignadas são da iniciativa do governo, responderia que isso era uma questão secundaria; e não lhe parecia ser objecto de reparo a iniciativa d'ellas pertencer á commissão ou ao governo.

O sr. OSORIO DE VASCONCELLOS depois de mandar para a mesa uma moção de ordem, e um projecto de lei, disse que o governo não mostrara ainda, que as reformas propostas no orçamento que se discute, eram da sua exclusiva iniciativa; vê-se que ha uma inexactidão nas declarações do sr. presidente do conselho, que anteriormente fez vêr que todas ellas eram da sua pura iniciativa.

Disse que effectivamente o governo não se tem mostrado digno do apoio franco que tem recebido da camara, por quanto nada tem feito. Apresentou umas medidas rachiticas de fazenda e talvez já no intuito de não serem discutidas, que se póde suspeitar, pelo instanto o governo pr[illegible] que viessem á discussão, e pedindo para que se discutisse o orçamento, porque contava talvez encerrar a sessão com essa discussão.

Depois de repellir as allusões que durante a discussão teem sido dirigidas ao partido reformista, cuja conducta justificou, passou a fazer algumas considerações ácerca do que disse o sr. presidente do conselho, sustentando que s. ex.ª foi quem provocou a questão politica; e concluiu declarando, que se o governo se tornar um governo de iniciativa rasgada, forte e illustrada, terá apoio do partido reformista.

O sr. EDUARDO TAVARES mandou para a mesa um parecer da commissão de fazenda.

O sr. FALCÃO DA FONSECA mandou para a mesa o parecer da commissão d'agricultura sobre a proposta do governo para a creação d'um logar de agronomo nas cabeças dos districtos do reino e ilhas adjacentes.

O sr. ADRIANO MACHADO mandou para a mesa um parecer da commissão especial.

O sr. MINISTRO DAS OBRAS PUBLICAS disse que não pedia a palavra para desaffrontar o sr. presidente do conselho das allusões que lhe dirigiu o sr. deputado, porque s. ex.ª o fará melhor do que elle, orador o faria; mas para mostrar que o sr. deputado fôra muito injusto na apreciação que fez do governo.

O governo não quer nem deseja protellar a discussão da questão de fazenda: o governo tem concorrido a todas as reuniões da commissão de fazenda, e concordado em todas as indicações economicas que não prejudicam os serviços publicos.

Disse que era preciso que a camara se pronunciasse sobre se o governo merece ou não a sua confiança, porque do contrario a situação do governo não é a melhor.

O sr. PRESIDENTE dando para ordem do dia d'ámanhã na 1.ª parte os projectos 21 e 25; e depois a continuação d'esta discussão, levantou a sessão.

Eram 4 horas da tarde.

João da Silva Mendes, Francisco Antonio da Silva Mendes, os condes de Podentes e Carlos Augusto de Mascarenhas Relvas e Campos, não podendo agradecer pessoalmente ás pessoas que os honraram tomando parte no funeral de sua mãe, sogra e avó, D. Margarida Amalia da Costa Mendes, vem por este modo significar a todas o seu profundo reconhecimento.

CHRONICA

Conferencias.—Foi hontem a abertura das conferencias que annunciámos e cujo programma publicámos.

Fallou o sr. Anthero do Quental, que explicou o fim das conferencias, e qual a rasão porque se inauguraram e porque se fazem. Esses motivos já foram indicados no programma.

Todos sabem que uma grande corrente agita todas as sociedades; não se póde nada ao passado, e crê-se universalmente que o presente é uma transição para o futuro. Preparar portanto espiritos para que elles um dia possam livremente crear um estado de cousas harmonico com o progresso das sociedades, com o progresso que é fatal e necessario, e com os resultados da sciencia, é o fim nobre entre todos para o qual tem voltado a sua actividade os grandes espiritos do nosso seculo, procurando educar as intelligencias e fortalecer as consciencias dos individuos entre os quaes vivem.

Este grande movimento está-se dando no seio de todas as sociedades mais adiantadas da Europa, e quem sabe mesmo se nas sociedades orientaes não se dá a mesma evolução dentro das suas proprias fórmas sociaes.

Portugal no entanto parecia estar sequestrado a esse movimento geral e espontaneo. Chamal-o a esse caminho, dirigir os espiritos para esse lado, fazel-o entrar nessa corrente de idéas, era mais que uma necessidade, era talvez uma obrigação. Fazer participar o nosso paiz dessa vida foi uma idéa que se apresentou como um dever á consciencia de alguns homens corajosos. Foi este pensamento nobre e elevado que presidiu á creação das conferencias; é a esse resultado que ellas pretendem e hão de chegar.

Por outro lado viram esses homens que certas palavras, mais talvez que certas idéas, se apresentavam aos espiritos como repulsivas. Era talvez falta de sciencia da parte de uns; era —quem sabe!—má vontade da parte de outros. Fosse como fosse, as grandes questões que se apresentam hoje ás sociedades exigindo imperiosamente uma solução não preoccupavam o espirito publico; eram esquecidas, postas de parte, e deixava-se á vontade o tempo cumprir a sua evolução lenta e methodica. Agitar essas questões, explicar essas idéas, investigar como esses interesses são realmente vitães para uma sociedade, pois que abraçam todas as cathegorias sobre que se desenvolve a humanidade, era ainda ligar Portugal ao movimento geral, era mais ainda uma necessidade.

Não se póde decidir sobre uma idéa e um principio quando elle não preoccupa a intelligencia, quando não se procura se a rasão o legitima e se a consciencia o não sancciona. Pareceu aos homens que se ligaram para esse fim que a maneira de fazer entrar o nosso paiz nesse caminho era pondo á discussão, aceitando-os, os principios mais avançados e mais radicaes da democracia, abrangendo a politica, a sciencia social, os costumes, a moral, a litteratura e a arte, devendo ser a revolução no que esta idéa tem de mais largo e mais elevado quem operasse essa transformação.

Foi neste sentido que fallou o sr. Anthero do Quental, que expoz esta questão com uma lucidez de espirito admiravel e com uma elevação de idéas pouco vulgar, não só entre nós, mas em toda a parte. O sr. Anthero do Quental mostrou-se além disso o mais conciliador possivel, appellando para todas as intelligencias para que meditassem nesses problemas e lhe procurassem uma solução, embora fosse contraria aos seus principios.

Esta prudencia, este espirito de conciliação, no meio das idéas mais radicaes, captivou todos que ouviam a conferencia, que eram as pessoas mais illustradas e mais serias da nossa sociedade.

A sala estava litteralmente cheia. Todos que alli foram conheciam o sr. Anthero do Quental pelos seus escriptos, mas desejavam ouvir o homem que tantas paginas eloquentes tem escripto, o apostolo constante das idéas democraticas. O resultado correspondeu á espectativa. O sr. Anthero do Quental é naturalmente eloquente, sem emphase e sem pretenção; tem uma exposição d'uma perfeita clareza e um grande poder de critica. Estavam todos encantados pela finura e delicadeza com que o sr. Anthero do Quental tocava os assumptos, os formulava e os apresentava em toda a sua simplicidade e clareza.

Como dissemos, a sala estava cheia, o que foi excellente para o dono della, a favor de quem reverte o producto. Agora que a curiosidade está excitada, agora que os assumptos que se vão tratar são interessantissimos, a affluencia a esta festa da intelligencia deve augmentar.

A segunda prelecção é na proxima segunda-feira, fallando ainda o sr. Anthero do Quental sobre a decadencia da Peninsula nos tres ultimos seculos.

Experiencias photographicas.—Assistimos hontem a umas experiencias photographicas feitas no theatro do Gymnasio, á *porta fechada*, pelo nosso amigo Henrique Nunes. Conhecem todos de certo o artista e os seus merecimentos, e por tanto só diremos, que as vistas são lindissimas, d'um effeito maravilhoso algumas. A maior parte são simplesmente em claro e escuro, com uma leve aguada nos céus. Tres sobretudo nos feriram mais—a da galera *Adamastor* e duas do claustro do convento dos Jeronymos em Belem.

Todos os ornamentos da architectura sobresaem perfeitamente, e com um relevo admiravel. Vistas a olho desarmado fazem um bello effeito, mas com um binoculo é surprehendente.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

CRÔNICA

Conferências – Foi ontem a abertura das conferências que anunciamos e cujo programa publicamos.

Falou o Sr. Antero de Quental, que explicou o fim das conferências, e qual a razão porque se inauguraram e porque se fazem. Esses motivos já foram indicados no programa.

Todos sabem que uma grande corrente agita todas as sociedades; não se pede nada ao passado, e crer-se universalmente que o presente é uma transição para o futuro. Preparar portanto espíritos para que eles um dia possam livremente criar um estado de coisas harmônicas com o progresso das sociedades, com o progresso que é fatal e necessário, e com os resultados das ciências, é o fim nobre entre todos para o qual tem voltado a sua atividade os grandes espíritos do nosso século, procurando educar as inteligências e fortalece as consciências dos indivíduos entre os quais se vivem.

Este grande movimento está se dando no seio de todas as sociedades mais adiantadas da Europa, e quem sabe mesmo se nas sociedades orientais não se dá a mesma evolução dentro de suas próprias formas sociais.

Portugal no entanto parecia estar sequestrado a esse movimento geral e espontâneo. Chama-lo a esse caminho, dirigir os espíritos para esse lado, fazê-lo entrar nesta corrente de ideias, era mais que uma necessidade, era talvez uma obrigação. Fazer participar o nosso país dessa vida foi uma ideia que se apresentou como um dever à consciência de alguns homens corajosos. Foi este pensamento nobre e elevado que presidia a criação das conferências; é a esse resultado que elas pretendem e hão de chegar.

Por outro lado viram esses homens que certas palavras, mais talvez que certas ideias, se apresentavam aos espíritos como repulsivas. Era talvez a falta da ciência da parte de uns; era – quem sabe! – Má vontade da parte de outros. Fosse como fosse, as grandes questões que se apresentam hoje as sociedades exigindo imperiosamente uma solução não preocupavam um espírito público; eram esquecidas, postas de parte, e deixava-se a vontade o tempo cumprir a sua evolução lenta e metódica. Agitar essas questões, explicar essas ideias, investigar como esses interesses são realmente vilões para uma sociedade, pois que abraçam todas as categorias sobre que se desenvolve a humanidade, era ainda ligar Portugal ao movimento geral, era mais ainda uma necessidade.

Não se pode decidir sobre uma ideia e um princípio quando ele não preocupa a inteligência, quando não se procura se a razão o legitima-o se a consciência o não sanciona. Pareceu aos homens que se ligaram para esse fim que a maneira de se fazer entrar o nosso país nesse caminho era pondo à discussão, aceitando-os, os princípios mais avançados e mais radicais da democracia, abrangendo a política, a ciência social, os costumes, a moral, a literatura e a arte, devendo ser a revolução no que esta ideia tem de mais largo e mais elevado quem operasse essa transformação.

Esta prudência, este espirito de conciliação, no meio das ideias mais radicais, cativou todos que ouviam a conferência, que eram as pessoas mais ilustradas e mais sérias da nossa sociedade.

A sala estava literalmente cheia, todos que ali foram conheciam o Sr. Antero de Quental pelos seus escritos, mas desejavam ouvir o homem que tantas páginas eloquentes tem escrito, o apóstolo constante das ideias democráticas. O resultado correspondeu à expectativa. O Sr. Antero de Quental é naturalmente eloquente, sem ênfase e sem pretensão; tem uma exposição de uma perfeita clareza e um grande poder de crítica. Estavam todos encantados pela figura e delicadeza com que o sr. Antero de Quental tocava os assuntos, os formulava e os apresentava em toda a sua simplicidade e clareza.

Como dissemos, a sala estava cheia, o que foi excelente para o dono dela, a favor de quem reverte o produto. Agora que a curiosidade está excitada, agora que os assuntos que se vão tratar são interessantíssimos, a influência a esta festa da inteligência deve aumentar.

A segunda preleção é na próxima segunda-feira, falando ainda o Sr. Antero de Quental sobre a decadência da Península nos três últimos séculos.

3.2.3.2 – O Diário Popular - 22/maio/1871

Fig. 18 - O Diário Popular – 22/maio /1871 – p.1

O DIARIO POPULAR

N.º 1:651 | **Assignaturas em Lisboa:** Mez, 240 réis; trimestre, 700 réis. **Provincias.** trimestre, 1$125 réis; semestre, 2$250 réis; pagas adiantadas. | Lisboa—Segunda feira, 22 de maio de 1871 | **Publicações:** Corpo do jornal, 40 réis a linha; annuncios 20 réis; venda avulso, 10 réis. Toda a correspondencia deve ser dirigida ao administrador A. Costa. | 6.º ANNO

TIRAGEM

20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

Quebrou-se afinal o encantamento. Saiu da camara dos dignos pares o projecto de lei approvado em desembro pela camara dos deputados e tendente a tributar os bancos e companhias. Para sair como saiu era melhor que não saisse nunca. A modificações feitas pela camara alta envergonham o parlamento portuguez, diminuem o prestigio da camara dos pares e mostram até que ponto chegou infelizmente neste reino a falta de respeito pelos principios. E nem mais nem menos que a camara alta diminuindo a receita publica e legislando excepções odiosas a favor de certas companhias.

É assim o caso.

A camara dos deputados votára que ficassem sujeitos ao imposto de 10 0/0 os juros ou lucros dos bancos, companhias, etc. A camara dos pares altera esta primeira resolução e vota, que sejam tributados não os *lucros* mas os *dividendos*. Aqui não foi respeitado o principio da igualdade perante a lei. Vejamos.

Um proprietario lucra 2 contos de réis com a cultura das suas terras; dispende 1 conto de réis na sua casa e guarda outro conto de reis para augmentar o seu capital e melhorar as suas terras. A lei tributaria não quer saber do modo como este proprietario emprega o seu dinheiro; se o proprietario lucra 2 contos de réis paga imposto por 2 contos de réis. Um banco ou companhia lucra tambem 2 contos de réis: distribuiu 1 conto em dividendo e guarda outro para augmentar o seu fundo de reserva ou o seu capital. A camara dos deputados vota que todos os dois contos devem ser tributados, visto como a lei deve ser egual para todos. A camara dos pares, que existe em virtude de um privilegio, vota privilegio para os bancos e estabelece que a lei tributaria deve ser desigual.

A camara dos deputados legisla que todos os lucros do banco ultramarino devem ser tributados em Lisboa, porque nesta cidade é a sede do banco porque estão aqui as suas contas, porque é determinado no capital o valor do seu juro, lucro ou dividendo.

A camara dos pares legisla que os lucros do banco ultramarino alcançados pelas suas agencias no ultramar não devem ser tributados, visto que provém de operações feitas nas colonias, e que podem lá ser tributados. Admiravel principio de simplicidade e boa administração! Mas porque não votou tambem a camara alta que o banco União pague um imposto no Porto, onde tem a sua séde; outro em Lisboa, outro em Braga, outro em Vianna, etc. porque em todas estas terras tem o banco agencias, fazendo operações e lucrando? Grandes legisladores, sabem as consequencias do seu voto?

E que não havendo lei que tribute os lucros auferidos pelo banco ultramarino nas provincias de além mar, esses lucros escaparão ao imposto!

Seria isso o que pretenderam conseguir?

A camara dos deputados, depois de larga discussão, votou que ficassem sujeitas ao imposto as obrigações da companhia das aguas, porque taes obrigações representam acções não emittidas e porque isentar as obrigações do imposto é favorecer os lucros das acções e deixar parte d'elles fóra do onus tributario.

A camara dos dignos pares vota uma excepção especial para a companhia das aguas sem ver que outras companhias ha com obrigações e que, se é justo isentar umas, é igualmente justo isentar todas. Estabelece assim uma excepção odiosa, que nenhum principio justifica, que nenhuma rasão plausivel aconselha!

Agora só nos resta ver que a camara dos deputados sanccione estes abusos enormes e não dê á camara dos pares a lição, de que ella se tornou merecedora. Se tal desgraça succeder, lamentaremos que a camara electiva, por attenção a quaesquer conveniencias muito inferiores aos principios, mostre que não sabe manter a nobre isenção com que procedeu, quando discutiu esta lei.

É triste tudo isto que está succedendo. Os poderes publicos desprestigiam-se e o systema constitucional desacredita-se. A camara dos pares suicida-se e quer obrigar a camara dos deputados a suicidar-se tambem.

Quererão novas dictaduras?

Deve estar formada na 12.ª legião do exercito de Paris uma companhia de mulheres, que foram pedir armas ao governo da defesa para defenderem a cidade. A companhia intitular-se-ha das *Cidadãs voluntarias*.

Para incitar os brios masculinos com aquelle heroico exemplo, e fazer cair as faces de vergonha aos que não o souberem imitar, determinou o commandante da 12.ª legião que os refractarios sejam desarmados pelas cidadãs voluntarias e por ellas conduzidos á prisão.

Felizmente as coisas em Paris não dão vagar para arranjos domesticos; de outro modo, não haveria quem puzesse uns fundilhos ou deitasse uns pontos a umas meias.

Ante hontem foram julgados em audiencia do terceiro districto criminal 5 processos correcionaes em que erão accusados os reos que se seguem:

Antonio Joaquim accusado por mendigar, condemnado em 8 dias de prisão, e a ser entregue ao governo civil; Adelaide Roiz de Azevedo, accusada pelo crime de furto, condemnada em um mez de prisão; Francisco José Marques, accusado pelo crime de offensas á moral publica, condemnado em 30 dias de multa; Paulo Alfredo Emilio Lauret, accusado pelo crime de furto, condemnado em 6 mezes de prisão; José Casimiro de Almeida, accusado pelo crime de damno, absolvido.

Falleceu em Bragaa ultima das sr.as Campellos, irmã do fallecido ministro de estado o sr. Campello.

Houve sexta feira em casa do sr. marquez de Angeja uma reunião dos amigos mais intimos de s. ex.ª para commemorar o anniversario da revolta de 19 de maio. Entre outras pessoas consta-nos que estiveram o sr. D. Diogo de Sousa, commissario geral de policia, Silva Lobo, marquez de Vallada, Liberato Branco, Coutinho de Miranda e padre Bonança.

Os empregados technicos da camara disseram que era vantajoso o local do matadouro ficar ao sul de Villa Franca, e procuraram desculpar a circumstancia de em Albandra ficar ao norte. Os defensores do matadouro dizem que é melhor ficar ao norte que ao sul. Vejam se podem entender-se e se não poderem, respondam com algumas injurias, que não ha nada mais facil.

Para abrilhantar a festividade da Ascensão na freguezia de S. Paulo muito concorreu na quinta feira a Academia Philarmonica 1.º de dezembro. Alguns dos socios, entre outros os srs. Luiz Filippe Lobato Pires e Filippe Duarte de Sá, executaram alguns solos com muito gosto.

Partiu hontem á noite para Coimbra, em companhia de sua esposa e filha, o sr. A. A. Teixeira de Vasconcellos.

O illustre escriptor vae assistir á recita do *Dente da baroneza*, para a qual foi convidado pelos academicos.

A prevenção publicada na secção dos annuncios do nosso jornal de 16, 17 e 18 do corrente, datada de Sinfães, é do sr. *Pedro da Silva da Cerveira* (e não Cerqueira) *Montenegro e Bourbon*.

Na tarde do dia 12, proximo do Monte do Bomfim freguezia das Neves concelho de Beja foi assassinado José Parreira, por Domingos José. Este andava pastoreando um rebanho de ovelhas n'uma pastagem de José Parreira, que se zangou por lhe devastarem a pastagem. Domingos deu tão grande bordoada na cabeça de Parreira que lhe causou a morte. O assassino foi preso, conta apenas 18 annos de idade e declarou no acto da prisão não ter pena de haver commettido o crime.

O escriptorio da *Correspondencia de Portugal* mudou-se para o cáes do Sodré, n.º 11, 1.º andar.

A *Revolução* pretendeu calumniar os governos que se tem succedido desde 1868, allegando que augmentaram quatro mil contos nos juros da divida. Pedimos-lhe a demonstração d'esta falsissima asserção. A *Revolução* respondeu com assombrosos disparates. Mostramos-lhe que effectivamente eram disparates e a *Revolução* calou-se.

Pois boas noites e para outra vez, quando se quizer metter em questões de fazenda, pense duas vezes antes de fazel-o e rese o credo em cruz.

Não se esqueça.

No segundo districto criminal do Porto foi condemnado na pena de 4 mezes de prisão correccional o reu João Marques pelo crime de furto.

NOTICIAS DE FRANÇA

De Versailles

Escrevem d'esta cidade:

Ia hontem sentar-me para lhes escrever quando me vieram contar que se estavam passando coisas graves na Assembléa. Não quiz ouvir mais nada. Puz de parte papel e penna, saltei para a rua, e enfiei pela rua dos Réservoirs. Era uma crise governamental, subita, mas não inesperada. Effectivamente, a tempestade que se desencadeou hontem na camara, accidentalmente, por culpa d'um comparsa, andava no ar já ha muito tempo.

Desde que a direita percebeu que o sr. Thiers não estava nada resolvido a offerecer-lhe, na primeira occasião opportuna, o rei coroado e sagrado que ella queria, começou a encolerisar-se e a insurgir-se contra o *petit homme*, que preferia a presidencia da republica á presidencia de qualquer ministerio com qualquer rei. Não dava toda a expansão á sua colera, á sua rebellião, porque precisava do «homemsinho,» e no pessoal monarchico, á parte o sr. de Kerdrel, duvidoso legatario de Berryer, são raros os homens e não ha nenhum capaz de aturar o peso da situação.

Demais a mais a occasião não era propicia para derrubar o governo, porque Paris defendia-se, e emquanto a Communa viver, ha perigo; e a direita não nasceu para elle a sua coragem é d'aquellas que só se inflammam depois da victoria.

Não se atrevendo a atacar de frente o chefe do poder executivo, apoquentava os outros ministros, não os largava, hoje o sr. Picard, amanhã o sr. Julio Simon, no outro dia o sr. Dufaure. A proposito de tudo, a proposito de nada, vinha um quidam qualquer, subia á tribuna e fazia o seu *pronunciamiento*. Todos faziam interpellações, o sr. de Gavardie, o sr. Luro; o sr. de Belcastel fazia de vez em quando a sua pergunta, o sr. Mortimer-Ternaux tinha uma pergunta para fazer todos os dias. Nos corredores ainda era peor. Choviam os conselhos, as advertencias, as recomendações. Desde o sr. Abbadie até o sr. Wallon, não havia um deputado da direita que não quizesse saber o que fazia o governo e não se julgasse obrigado a fazer-lhe sentir as suas desconfianças.

Assim se ia vivendo nesta continuidade de escaramuças, mas nada logar a suppôr que de escaramuças se passasse tão de repente a combater mais sério. Quiz porém o acaso, e tambem as susceptibilidades do sr. Thiers, se é que não foi a sua habilidade, que as coisas mudassem de face d'um instante para o outro. Eis como rebentou a crise.

Tinha-se discutido, monotonamente, sem grande animação, se havia ou não logar para tomar em consideração certas propostas apresentadas, quando entrou na ordem do dia para discutir a lei proposta pelo sr. Dufaure a proposito das «propriedades sequestradas em Paris desde 18 de março.» Levanta-se o sr. de Belcastel e faz uma pergunta ao ministro da justiça: «Tenciona mandar dar applicação á lei uma vez restabelecida a ordem?» — «É escusado dizel-o,» responde o sr. Dufaure. Tudo parecia terminado, quando apparece na tribuna o sr. Mortimer-Ternaux.

Este illustre deputado da direita não vae nada com o sr. Thiers. Tem, segundo dizem, um filho ou genro, não sei bem ao certo, e sollicitava para elle, em vista das proximas eleições, «o apoio do governo». O governo diz-se que lhe respondera, que não tinha acabado com as candidaturas officiaes para as ressuscitar com outro titulo. D'ahi em diante começou o sr. Mortimer-Ternaux a interrogar o governo uma vez por dia.

Hontem era «para saber se os syndicos do commercio de Paris tinham dito a verdade quando disseram que o sr. Thiers lhes promettera para Paris certas e determinadas concessões». Hoje era «para saber se o maire de Bordeus tinha dito a verdade, quando affirmára que o sr. Thiers lhe promettera deixar fugir, no caso de conciliação, os partidarios da Communa».

Foi por effeito de colera e de irritação nervosa que o sr. Thiers tomou a resolução de acabar com as picolinhas e mordeduras da direita? ou seria por effeito d'uma manobra de estrategia parlamentar, que, tomando a offensiva, carregou os assaltantes antes da hora do ataque e os deixou corridos? Pela minha parte, creio que o que fez sair primeiro o sr. Thiers foi a colera, e que a habilidade o levou até onde vimos. Precipitou logo a si-

FOLHETIM

ECCOS DA SEMANA

Um tempo endiabrado!...

Entra o sol em *Gemini* e o céo tem estado pardusco como quando elle entra em *Aquario*. Agua a basto, ventanias do sul, trovoadas longinquas, eis o que nos deu este maio, em cujo seio desabotoam as flores e se avermelham as cerejas.

Temos a communa a dominar as estações. Foram abolidos os dias de sol ardente, porque o sol tem o que quer que seja de uma aristocracia syderal e proscreveram-se as galas viçosas como inimigas da sever.dade e do aprumo.

O cidadão Vermorel saiu eleito pelo circulo do Zodiaco.

Está tudo na confusão do cahos, de onde é muito provavel que saia um mundo. Já os adagios que são a sabedoria da plebe, se não accommodam bem com os successos, como as bullas e os mandados, que são a sabedoria da realeza, se não coadunam bem com as revoluções.

É perturbador, mas é maravilhoso. Sentem-se os prenuncios de uma gestação formidavel. Ha n'isto as grandes convulsões e as temerosas dores de uma maternidade sublime.

Eu assim o creio.

Não me parece que este movimento incessante, que este caminhar eterno, possa ser empecido ou desviado pela mão robusta de um chanceller.

Porque a onda se espraia de um lado, não digamos que ella não sobe do outro.

Eis o que me consola de magoas; e agora, n'este mez em que eu me costumara á exuberancia dos festões e das auroras, eis ainda o que me traz uns longes de ventura.

Os homens e os astros obedecem fatalmente a uma lei, que não precisa do beneplacito da confederação germanica.

É por isso que eu, peninsular que morre de amores por quanto não cheira a militarismo, nem a tyrannias, nem a *choucroute*, nem a diademas sobre lanças, é por isso que eu me deito a fantasiar um Taiti de rara especie, uma outra *Nova-Cythera* de Bougainville; mas casta, livre, immaculada, sem as demasias do populacho que se faz despota, nem tão pouco as sobrancerias dos reis que se creem alguma cousa;—região onde a luz do sol fecunde as messes da terra, e onde a luz da liberdade illumine os abysmos da consciencia.

Oh, como é bom acreditar ainda n'estas plenitudes; e em quanto milhares e milhares applaudem a força a esmagar o direito, a conquista a espezinhar o suffragio, o assalariado a maniatar o cidadão, como é bom collar o ouvido á terra para sentir o rumor das immensas correntes que lhe tumultuam nas entranhas, e que um dia terão de irromper altissimas, brilhantes, enormes, — verdadeiras sarças d'onde sairá o codigo immortal de nós outros,—peregrinos que tambem alongamos a vista sofrega em busca de horisontes melhores!

Ha instantes em que não me julgo mau de todo, — é quando reparo em que amo quanto é bello e grandioso, —desde as creanças até Deus.

Um coração dilatado é como que um paraiso aberto. Ha n'elle todas as constellações e todas as alegrias da unica bemaventurança que se póde ter cá na terra.

Esqueço-me, então, de que a juventude deixou de embalar-me no seu regaço matisado de jasmins e de lyrios, e sinto renascer na alma essa admiração effusiva que é só attributo dos rapazes.

Excellentes creaturinhas são os pardaes, ainda que digam o contrario as aguias, porque mal lobrigam uma resteasinha de dia principiam logo a chilrar que é um gosto ouvil-os, contentes, enthusiasmados, doudos, — harmoniosa *claque* dos bosques, philarmonica dos beirados e parreiraes, que não toca o hymno para fazer ou desfazer ministerios, mas que sauda os arrebões que douram as flores, e as flores que perfumam o vento.

Correm por ahi boatos de que a proposito das festas em honra d'aquelle almirante que viu as barbas do Adamastor, teremos em Lisboa uma nesga de Toulouse. Isto agrada me, sem que eu pretenda ir ao certame. Voltemos aos provençaes, aos meus trovadores amados, ao collegio da *gaia sciencia*, ao alaude no arção, ás romarias de castello em castello, e ás aventuras contadas á noute, ao pé de uma castellan que procurava esquecer as rudezas do senhor feudal ouvindo as branduras e donaires do pobre menestrel de olhos languidos.

Bom tempo era esse!

Saía-se um homem cantando as grandes epopêas ou modulando as pastoretas affectuosas; — aquillo é que era um gosto vel-o! Não lhe faltava o pão na manga, nem de noute a escada de seda, para trepar, sem bandolim ás costas, á varanda d'onde as Julietas d'esse tempo assomavam para fazer negaças aos Romeos.

Depois é hoje em dia ponto averiguado que estes rouxinoes da idade media não eram tão idealistas como se julga, — e um auctor muito lido n'estes assumptos, cujo nome eu desvio para que o folhetim não sossobre com o peso, affirma textualmente que o cavalleiro trovador *no era el comedido galan de nuestros Moretos y Calderones!*—

Então podia-se ser poeta. Era um cargo definido, com emolumentos certos, benesses pingues, e inviolabilidade segura.

Não tinha ramo de figueira; mas toda a terra era o seu figueiral ridente, onde elle se nem sempre encontrava as *seis ninas* do rei Mauregato, mais de uma vez toparia com a sua donzella transviada, a quem dissesse tambem de joelho em terra:

Cá olhos d'essa cara
Caros los comprarei
A las longas terras
En traz vos me hirei

E a donzella enternecia-se, deixava cair a mão de neve entre as mãos do cavalleiro, dobrava um tanto o collo de cysne, — collo flexuoso e esbelto, —e fallava umas palavras de reconhecimento que as brisas costumavam prudentemente levar para longe, com outros rumores talvez mais reconhecidos ainda.

Confesso que estas cousas é que me fazem ter um certo orgulho pela profissão, embora este orgulho me venha hoje misturado de saudades.

Eu transporto-me ás vezes aos bons tempos da Provença, e em meio de uma natureza esplendida, redolente, festiva,—em pleno maio a trasbordar seiva, como trasborda o mel de uma taça, ponho-me a debuxar estes quadrinhos, e a inlevar-me nos homens com uma ingenuidade que me delicia e me opprime ao mesmo tempo.

Vejo-os tambem guindados a eminencias parlamentares; mas essas côrtes chamam-se *Côrtes de amor*, e n'ellas, em vez de se derreterem as enxundias da eloquencia sobre os murrões de um patriotismo esfumarado, vaga o subtil perfume da galanteria, da guapice, dos primorosos commettimentos.

Então podia se ser poeta!

Hoje nem só se evaporaram as princezas que n'aquelle tempo borbulhavam em torno das mandoras, mais ou menos desafinadas; porém as meninas cuja estirpe não vem do rei Bermudo, nem ainda de parente proximo, ouvem, sem os estremecimentos feudaes, as quadras e oitavas onde a deusa do metro despeja os thesouros de muita inspiração alentada.

Quanto ao instrumento, nem bom é fallar n'isso. A casa de penhores mais philantropica da baixa não dá hoje seis vintens pela tuba em que o nosso Camões apregoou os feitos dos seus heroes, nem ha assembléa de quarto andar que pegue na flauta de Virgilio para os bailes de entrudo.

Vae tudo n'um decahimento chôcho e raso, esfolham-se por si as grinaldas, os cães andam a ladrar pelos templos, as nuvens atrevem-se a nublar este céo que era d'antes uma pura turqueza, o rei Guilherme lembra-se de pôr a mão sobre o hombro do general Moltke, e a Europa começa a berrar: —«Olhem, olhem!»—o paiz encerra no marmore da apotheose os venerandos ossos do homem que fez espumar o oceano como um corcel subjugado, e traçou um novo caminho ás nações, ao longo de plainos desconhecidos, e escreve-lhe depois o distico seguinte: — «Estão em praça os zambucos portuguezes!»

E é agora que se lembram de jogos floraes, e de poesias innocentes, e de generosas tentativas?

Ó musa das canções trovadorescas, tu és uma proletaria de que se riem os quarenta maiores contribuintes! Fazes-me lembrar o Don Ramon de la Cruz, trovista no *Pepe Hillo*, que chega á portaria do convento de S. Francisco, com a sua escudela debaixo da capa, a ver se o leigo ainda terá no caldeiro algumas sobras de comida leve e apenas encontra na praça o mesmo vacuo que lhe anda nas tripas.

El hombre que es desgraciado
jamás á buen tiempo llega,
sino es á pasar debajo
cuando se cae una teja.

O leitor espera certamente que, movido pela citação, eu lhe dê conta d'esta zarzuela de Puente y Brañas, musica de Cereceda, traducção de Francisco Palha, e representada na Trindade em beneficio do actor Queiroz, com applauso unanime.

Prometto desobrigar-me em breve.

Não suspeite que ha da minha parte falta de vontade, nem me accuse por estar taramelando em cousas futeis quando devia ceder o principal posto a um acontecimento que involve os nossos instinctos musicaes e ao mesmo tempo tauromachicos.

Sem ser dos que pulam na cadeira quando o foguetorio estalla ao domingo,—o que denuncia em mim uma certa incredulidade que não se demove nem a poder de foguetes, — nunca pensei em escrever opusculos humanitarios para destituir qualquer animal das suas prerogativas.

Entre a espada de um toureiro que prostra soberbamente um contendor perigoso, e a espada de um rei que trucida barbaramente um povo agonisante, não sei para onde o meu horror se incline.

Quanto ao silencio que espero quebrar no folhetim proximo, a razão é muito trivial, muito clara, e muito acceitavel: é que eu não pude assistir á festa de *Pepe Hillo*.

E. A. Vidal.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 19 - O Diário Popular – 22/maio /1871 – p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

É efetivamente hoje que se verifica no casino lisbonense a 1ª conferência democrática. Como dissemos é preletor o senhor Antero de Quental.

3.2.3.3 Jornal do Comércio 24/maio/1871

Fig. 20 - Jornal do Comércio 24/maio/1871 – p.1

JORNAL DO COMMERCIO

18.º ANNO — Quarta feira 24 de maio de 1871 — N.º 5273

LISBOA, 23 DE MAIO

A pastoral do patriarcha eleito de Lisboa

II

CORTES

Camara dos dignos pares

SESSÃO EM 23 DE MAIO DE 1871

Presidencia do sr. conde de Castro

Secretarios os srs. (Visconde de Soares Franco / Montufar Barreiros

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 21 - Jornal do Comércio – 24 maio – p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Conferências democráticas – Esteve muito concorrida a conferência no Cassino Lisbonense. O sr. Antero de Quental pronunciou um elegante discurso de instalação, desenvolvendo o programa das conferências, que terão por fim a análise crítica da presente época, que denominou de transição.

A reunião teve lugar na sala do andar baixo do edifício, que logo se encheu de gente, ficando muitas pessoas sem poder entrar.

E de esperar que as conferências continuem na grande sala do andar superior.

3.2.4 Segunda Conferência - 27 maio - Antero de Quental - “Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos”

3.2.4.1 Texto da Segunda Conferência

CAUSAS DA DECADÊNCIA DOS POVOS PENÍNSULARES NOS ÚLTIMOS TRÊS SÉCULOS

Discurso pronunciado na noite de 27 de maio, na sala do Casino Lisbonense.

Advertência

Foi reconhecido este discurso sobre apontamentos que serviram para o recitar, os extratos publicados por vários jornais, e as notas dalguns amigos. As ideias e os fatos citados são rigorosamente os mesmos: é igualmente a mesma ordem da dedução. O estilo é que é, nem podia deixar de ser, diverso: fala-se dum modo e escreve doutro. O essencial é que se não alterasse o pensamento, e a isso se atendeu escrupulosamente. Podem agora as pessoas, que não assistiram à Conferência, e que seguindo as informações menos leais dalguns periódicos, fazem uma ideia errônea ou desfavorável da doutrina e das intenções do orador, formar por si o seu juízo que – simpático ou hostil – é sempre respeitável, uma vez que seja consciencioso.

A decadência dos povos da Península nos três últimos anos séculos é um dos fatos mais incontestáveis, mais evidentes da nossa história: pode até dizer-se que essa decadência, seguindo-se quase sem transição a um período de força gloriosa e de rica originalidade, é o único grande fato evidente e incontestável que nessa história aparece aos olhos do historiador filósofo. Como peninsular, sinto profundamente ter de afirmar, numa assembleia de peninsulares, esta desalentadora evidência. Mas, se não reconhecermos e confessarmos francamente os nossos erros passados como poderemos aspirar a uma emenda sincera e definitiva? O pecador humilha-se diante de seu Deus, num sentido ato de contrição e só assim é perdoado. Façamos nós também, diante do espírito de verdade, o ato de contrição pelos nossos pecados históricos, porque só assim nós poderemos emendar e regenerar.

Conheço quando é delicado esse assunto, e sei que por isso dobrados deveres se impõem à minha crítica. Para uma assembleia de estrangeiros não passara esta duma tese histórica, curiosa sim para todas as inteligências, mas fria e indiferente para os sentidos pessoais de cada um. Num auditório de peninsulares, não é, porém assim, A história dos últimos três séculos perpetua-se ainda hoje entre nós em opiniões, em crenças, em interesses, em tradições, que a representam na nossa sociedade, e tornam dalgum modo atual. Há em nós todos uma voz íntima que protesta em favor do passado, quando alguém o ataca: a razão pode condená-lo: o coração tenta absolvê-lo. É que nada há no homem mais

delicado, mais melindroso do que as ilusões: e são as nossas ilusões o que a razão crítica, discutindo o passado, ofende, sobretudo nós.

Não posso apelar para a fraternidade das ideias: conhecem que as minhas palavras não devem ser bem aceitas por todos. As ideias, porém não são felizmente o único laço com que se ligam entre si os espíritos dos homens. Independente delas senão acima delas, existe para todas as consciências retas, sinceras, leias, no meio da maior divergência de opiniões, uma fraternidade moral, fundada da mútua tolerância e no mútuo respeito, que une todos os espíritos numa mesma comunhão - o amor e a procura desinteressada da verdade. Que seria dos homens se, acima dos ímpetos da paixão e dos desvarios da inteligência, não existisse essa região serena da concórdia na boa-fé e na tolerância recíproca! Uma região aonde os pensamentos mais hostis se podem encontrar, estendendo-se lealmente a mão, e dizendo uns para os outros com um sentimento humano e pacífico: és uma consciência convicta! É para essa comunhão moral que eu apelo. E apelo para ela confiadamente, porque sentindo-me dominado por esse sentimento de respeito e caridade universal, não posso crer que haja aqui alguém que duvida da minha boa-fé, e se recuse a acompanhar-me neste caminho de lealdade e tolerância.

Já o disse há dias, inaugurando e explicando o pensamento desta Conferência: não pretendemos impor as nossas opiniões, mas simplesmente expô-las: não pedimos a adesão das pessoas que nos escutam; pedimos só a discussão: essa discussão longe de nos assustar, é o que mais desejamos; porque, ainda que ela resulte a condenação das nossas ideias, contanto que essa condenação fosse justa e inteligente, ficaríamos contentes, tendo contribuído, posto que indiscretamente, para a publicação de algumas verdades. São provas de sinceridade deste desejo aqueles lugares e aquelas mesas, destinas particularmente aos jornalistas, aonde podem tomar nossas palavras, tornando-lhes nós assim franca e fácil a contradição.

Meus Senhores: a Península, durante os séculos XVII, XVIII e XIX, apresenta-nos um quadro de abatimento e insignificância, tanto mais sensível quanto contrasta dolorosamente com a grandeza, importância e a originalidade do papel que desempenharmos no primeiro período da Renascença, durante toda a Idade Média, e ainda nos últimos séculos da Antiguidade. Logo na época romana apareceram os caracteres essenciais da raça peninsular: espírito de independência local, e originalidade de gênio inventivo. Em parte alguma custou tanto à dominação romana o estabelecer-se, nem chegou nunca a ser completo esse estabelecimento. Essa personalidade independente mostra-se claramente na literatura, aonde os espanhóis Lucano, Séneca, Marcial, introduzem no latim um estilo e uma feição inteiramente peninsulares, e singularmente característicos. Eram os prenúncios da viva originalidade que ia aparecer nas épocas seguintes. Na Idade Média e Península, livre de estranhas influências, brilha na plenitude do seu gênio, das qualidades naturais. O instinto

político de descentralização e federalismo patenteia-se na multiplicidade de reinos e condados soberanos, em que se divide a Península, como um protesto e uma vitória dos interesses e energias locais, contra a unidade uniforme, esmagadora e artificial. Dentro de cada uma dessas divisões, as Comunas, os Forais, localizam ainda mais os direitos, e manifestações e firmam com um sem-número de instituições, o espírito independente e autonômico das populações. E esse espírito não é só independente: é, quanto à época o comportava, singularmente democrático entre todos os povos da Europa Central e Ocidental, somente os da Península escaparam ao julgo de ferro do feudalismo. O espectro turvo do castelo feudal não assombrava os nossos vales, não se inclinavam, como uma ameaça, sobre a margem dos nossos rios, não entristecia os nossos horizontes com o seu perfil duro e sinistro. Existia, certamente, a nobreza, como uma ordem distinta. Mas o foro nobiliário generalizara-se tanto, e tornara-se de tão fácil acesso, naqueles séculos heroicos de guerra incessante, que não é exagerada a expressão daquele poeta que nos chamou, a nós espanhóis, um povo de nobres. Nobres e populares uniam-se por interesses e sentimentos, e diante daqueles a coroa dos reis era mais um símbolo brilhante do que uma realidade poderosa. Se nessas idades ignorantes a ideia do Direito era obscura e mal definida, o instinto do Direito agitava-se enérgico na consciência, e as ações surgiam viris como os caracteres.

A tais homens não convinha mais o despotismo religioso do que o despotismo político: a opressão espiritual repugnava-lhes tanto como a sujeição civil. Os povos peninsulares são naturalmente religiosos: são-no até duma maneira ardente, exaltada e exclusiva, e é esse um dos seus caracteres mais pronunciados. Mas são ao mesmo tempo inventivos e independentes: adoram com paixão: mas só adoram aquilo que eles mesmos criam, não aquilo que se lhes impõe. Fazem religião, não a aceitam feita. Ainda hoje duas terças partes da população espanhola ignora completamente os dogmas, a teologia e os mistérios cristãos: mas adora fielmente os santos padroeiros das suas cidades: por quê? Porque os conhece, porque fez. O nosso gênio é criador e individualista: precisa rever-se nas suas criações. Isto (junto à falta de coesão do maquinismo católico da Idade-Média, ainda mal definido e pouco disciplinado pela inexorável escola de Roma) explica suficientemente a independência das igrejas peninsulares, e a atitude altiva das coroas da Península diante da Cúria romana. Os Papas eram já muito: mas os bispos e as cortes eram ainda bastantes. Para as pretensões italianas havia um não muito franco e muito firme. E essa resistência não saia apenas da vontade e da resistência de alguns: saia do impulso incontrastável do gênio popular. Esse gênio criador via-se no aparecimento de rituais indígenas, numa singular liberdade de pensamento e interpretação, e em mil originalidades de disciplina. Era o sentimento cristão, na sua expressão viva e humana, não formal e ininteligente: a caridade e a tolerância tinham um lugar mais alto do que a teologia dogmática. Essa tolerância pelos Mouros e Judeus, raças infelizes e tão meritórias, será sempre uma das glórias do sentimento cristão da Península na

Idade Média. A Caridade triunfava das repugnâncias e preconceitos de raça e de crença. Por isso o seio do povo era fecundo; saíam dele Santos, individualidades a uma ingênuas e sublimes, símbolos vivos da alma popular, e cujas singelas historias ainda hoje não podemos ler sem enternecimento.

No mundo da inteligência não é menos notável a expansão do espírito peninsular durante a Idade Média. O grande movimento intelectual da Europa medieval compreende a Filosofia escolástica e a Teologia, as criações nacionais dos Ciclos épicos, e a Arquitetura. Em nada disto se mostrou a Península inferior às grandes nações cultas, que haviam recebido de herança da civilização romana. Demos a Escola filósofos como Raimundo Lúlio; à Igreja, teólogos e papas, um destes português, João XXI. As escolas de Coimbra e Salamanca tinham uma celebridade européia nas suas aulas viam-se estrangeiros de distinção, atraídos pela fama dos seus doutores. Entre os primeiros homens do século XII está o monarca espanhol, Afonso, o Sábio, espírito universal, filosofo, político e legislador. Nem posso também deixar esquecidos os Mouros e os Judeus porque foram uma das glórias da Península. A reforma Escolástica, nos séculos XIII e XIV, pela renovação do aristotelismo, foi obra quase exclusiva das escolas árabes e judaicas de Espanha. Os nomes de Averróis (de Córdova) de Ibn-Tofail (de Sevilha) e os judeus Maimónides e Avicebron serão sempre contados entre os primeiros na história da filosofia da Idade Média. Ao pé da Filosofia, a poesia. Para opor aos Ciclos épicos da Távola Redonda, de Carlos Magno e do Santo Graal, tivemos aquele admirável Romancero, as lendas do Cid, dos Infantes de Lara, e tantas outras, que se teriam condensado em verdadeiras epopéias, se o espírito clássico da Renascença não tivesse vindo dar á poesia uma outra direção. Ainda assim, grande parte, a melhor parte talvez, do Teatro espanhol saiu da mina inesgotável do Romancero. Para opor os trovadores provençais, tivemos também trovadores peninsulares. Dos nossos reis e cavaleiros trovaram alguns com tanto primor com Beltrão de Borrn ou o conde de Tolosa. Quanto à Arquitetura, basta lembrar a Batalha e a Catedral de Burgos, duas das mais belas rosas góticas desabrochadas no seio da Idade Média. Em tudo isso acompanháramos a Europa, a par do movimento geral. Numa coisa, porém, excedemos, tornando-nos iniciadores: os estudos geográficos e as grandes navegações. As descobertas que coroaram tão brilhantemente o fim do século XV, não se fizeram ao acaso. Precedeu-as um trabalho intelectual, tão científico quanto a época permitia, inaugurado pelo nosso infante D. Henrique, nessa famosa escola de Sagres, de onde saiam homens como aquele heróico Bartolomeu Dias, cuja influência, direta ou indiretamente, produziu um Magalhães e um Colombo. Foi uma onda, que levantada aqui, crescei até ir rebentar nas praias do Novo Mundo. Viu-se que quanto era capaz a inteligência e a energia peninsular. Por isso a Europa tinham os olhos em nós, e na Europa a nossa influência nacional era das que mais pesavam. Contava-se para tudo com Portugal e Espanha. O Santo Império Alemão oferece a orgulhosa coroa imperial a um rei de Castela,

Afonso, O Sábio. No século XV, D. João I, árbitro em várias questões internacionais, é geralmente considerado, em influência e capacidade, como um dos primeiros monarcas da Europa. Tudo isto nos prepara para desempenharmos, chegada a Renascença, um papel glorioso e preponderante. Desempenhamo-nos, como efeito, brilhante e ruidoso: os nossos erros, porém, não consentiram que fossem também duradouro e profícuo. Como foi que o movimento regenerador da Renascença, tão bem preparado, abortou entre nós, mostrá-lo-ei logo com fatos decisivos. Esse movimento só foi entre nós representado por uma geração de homens superiores, a primeira. As seguintes, que o deviam consolidar, fanatizadas, entorpecidas, impotentes, não souberam compreender nem praticar aquele espírito tão alto e tão livre: desconheceram-no, ou combateram-no. Houve, porém, uma primeira geração, que respondeu ao chamamento da Renascença; enquanto essa geração ocupou a cena, isto é, até ao meado do século XVI, a Península conservou-se à altura daquela época extraordinária de criação e liberdade de pensamento. A renovação dos estudos recebeu nas suas universidades novas ou reformadas, aonde se explicavam os grandes monumentos literários da Antiguidade, muitas vezes na própria língua dos originais. Entre as 43 Universidades estabelecidas na Europa durante o século XVI, 14 foram fundadas pelos reis da Espanha. A filosofia neoplatônica, que substituía por toda à parte a velha e gasta Escolástica, foi adotada pelos espíritos mais eminentes. Um estilo e uma literatura nova surgiu com Camões, com Cervantes, com Gil Vicente, com Sá de Miranda, com Lopes de Vega, com Ferreira. Demos a escolas da Europa sábios como Miguel de Servet, precursor de Harvey, filósofos como Sepúlveda, um dos primeiros peripatéticos do tempo, o português Sanches, mestre de Montaigne. A família dos humanistas, verdadeiramente característica da Renascença, foi representada entre nós por André de Resende, por Diogo de Teive, pelo bispo de Tarragona, Antônio Augustin, por Damião Góis, e por Camões, cuja inspiração não excluía uma erudição quase universal. Finalmente, a arte peninsular ergue nessa época um vôo poderoso, com a arquitetura chamada Manuelina, criação de uma originalidade e graça surpreendentes, e com a brilhante escola de pintura, imortalizada por artistas como Murillo, Velásques, Ribera. Fora da pátria guerreiros ilustres mostravam ao mundo que o valor dos povos peninsulares não eram inferiores à sua inteligência. Se as causas da nossa decadência existiam já latentes, nenhum olhar ainda podia descobri-las: a glória, e uma glória merecida, só dava lugar à admiração.

Deste mundo brilhante, criado pelo gênio peninsular na sua livre expansão, passamos quase sem transição para um mundo escuro, inerte, pobre, ininteligente e meio desconhecido, Dir-se-á que entre um e outro se meteram dez séculos de decadência: pois bastaram para essa total transformação 50 ou 60 anos! Em tão curto período era possível caminhar mais rapidamente no caminho da perdição.

No princípio do século XVII, quando Portugal deixa de ser contado entre as nações, e

se desmorona por todos os lados a monarquia anômala, inconsistente e desnatural de Felipe II; quando a gloria passada já não pode encobrir o ruinoso de edifício presente, e se afunde a Península sob o peso dos muitos erros acumulados, então parece franca e patente por todos os lados a nossa improcrastinável decadência. Aparece em tudo; na política, na influência, nos trabalhos da inteligência, na política social e na indústria, e como consequência de tudo isto, nos costumes. A preponderância, que até então exercêramos nos negócios da Europa, desaparece para dar lugar à insignificância e a impotência. Noções novas ou obscuras erguem-se, e conquistam no mundo, à nossa custa, a influência de que nos mostramos indignos. A coroa de Espanha é posta em leilão sangrento no meio das nações, e adjudicada, no fim de doze anos de guerra, a um neto de Luís XIV. Com a dinastia estrangeira começa uma política antinacional, que envilece e desacredita a monarquia. E esse rei estrangeiro custa à Espanha a perda de Nápoles, da Sicília, do Milanês, dos Países Baixos! Em Portugal, é a influência inglesa, que, por meio de cavilosos tratados, faz de nós uma espécie de colônia britânica. Ao mesmo tempo as nossas próprias colônias escapam-nos gradualmente das mãos: as Molucas passam a ser holandesas, na índia lutam sobre os nossos despojos holandeses, ingleses e franceses: na China e no Japão desaparece a influência do nome português. Portugueses e espanhóis, vamos de século para século minguando em extensão e importância, até não sermos mais do que duas sombras, duas nações espectros, no meio dos povos que nos rodeiam! ... E que tristíssimo quadro o da nossa política interior! Às liberdades municipais, à iniciativa local das Comunas, aos Forais, que davam a cada população uma fisionomia e vida próprias, sucede a centralização, uniforme e esterilizadora. A realeza deixa então de encontrar uma resistência e urna força exterior que a equilibre, e transforma-se no puro absolutismo; esquecendo a sua origem e a sua missão, crê ingenuamente que os povos não são mais do que o patrimônio providencial dos reis. O pior é que os povos acostumam-se a crê-lo também! Aquele espírito de independência que inspirava o firme si no, no! Da Idade Média, adormece e morre no seio popular. O povo emudece; negam-lhe a palavra, fechando-lhe as Cortes; não o consultam, nem se conta já com ele. Com quem se conta é com a aristocracia palaciana, com uma nobreza cortesã, que cada vez se separa mais do povo pelos interesses e pelos sentimentos, e que, de classe, tende a transformar-se em casta. Essa aristocracia, como um embaraço na circulação do corpo social, impede a elevação natural dum elemento novo, elemento essencialmente moderno, a classe média, e contraria assim todos os progressos ligados a essa elevação. Por isso decai também a vida econômica: a produção decresce, a agricultura recua, estagna-se o comercio, deperecem uma por uma as indústrias nacionais; a riqueza, uma riqueza faustosa e estéril, concentra-se em alguns pontos excepcionais, enquanto a miséria se alarga pelo resto do país: a população, decimada pela guerra, pela emigração, pela miséria, diminui duma maneira assustadora. Nunca povo algum absorveu tantos tesouros, ficando ao mesmo tempo tão

pobre! No meio dessa pobreza e dessa atonia, o espírito nacional desanimado e sem estímulos, devia cair naturalmente num estado de torpor e de indiferença. É o que nos mostra claramente esse salto mortal dado pela Inteligência dos povos peninsulares, passando da Renascença para os séculos XVII e XVIII. A uma geração de filósofos, de sábios e de artistas criadores, sucede a tribo vulgar dos eruditos sem crítica, dos acadêmicos, dos imitadores. Saímos duma sociedade de homens vivos, movendo-se ao ar livre: entramos num recinto acanhado e quase sepulcral, com uma atmosfera turva pelo pó dos livros velhos, e habitado por espectros de doutores. A poesia, depois da exaltação estéril, falsa, e artificialmente provocada do Gongorismo, depois da afetação dos conceitos (que ainda mais revelava a nulidade do pensamento), cai na imitação servil e ininteligente da poesia latina, naquela escola clássica, pesada e fradesca, que é a antítese de toda a inspiração e de todo o sentimento. Um poema compõe-se doutoralmente, como uma dissertação teológica. Traduzir é o ideal: inventar considera-se um perigo e uma inferioridade: uma obra poética é tanto mais perfeita quanto maior número de versos contiver traduzidos de Horácio, de Ovídio. Florescem a tragédia, a ode pindárica e o poema herói-cômico, isto é, a afetação e a degradação da poesia. Quanto à verdade humana, ao sentimento popular e nacional, ninguém se preocupava com isso. A invenção e originalidade, nessa época deplorável, concentra-se toda na discrição cinicamente galhofeira das misérias, das intrigas, dos expedientes da vida ordinária. Os Romances picarescos espanhóis, e as Comédias populares portuguesas são os irrefutáveis atos de acusação, que, contra si mesma, nos deixou essa sociedade, cuja profunda desmoralização tocava os limites da ingenuidade e da inocência no vício. Fora desta realidade pungente, a literatura oficial e palaciana expairava-se pelas regiões insípidas do discurso acadêmico, da oração fúnebre, do panegírico encomendado — géneros artificiais, pueris, e mais que tudo soporíficos. Com um tal estado dos espíritos, o que se podia esperar da Arte? Basta erguer os olhos para essas lúgubres moles de pedra, que se chamam o Escorial e Mafra, para vermos que a mesma ausência de sentimento e invenção, que produziu o gosto pesado e insípido do Classicismo, ergueu também as massas compactas, e friamente carretas na sua falta de expressão, da arquitetura jesuítica. Que triste contraste entre essas montanhas de mármore, com que se julgou atingir o grande, simplesmente porque se fez o monstruoso, e a construção delicada, aérea, proporcional e, por assim dizer, espiritual dos Jerônimo, da Batalha, da catedral de Burgos! O espírito sombrio e depravado da sociedade refletiu-o a Arte, com uma fidelidade desesperadora, que será sempre perante a história uma incorruptível testemunha de acusação contra aquela época de verdadeira morte moral. Essa morte moral não invadira só o sentimento, a imaginação, o gosto: invadira também, invadira, sobretudo a inteligência. Nos últimos dois séculos não produziu a Península um único homem superior, que se possa pôr ao lado dos grandes criadores da ciência moderna: não saiu da Península uma só das grandes descobertas intelectuais, que são a maior obra e a maior honra do espírito

moderno. Durante 200 anos de fecunda elaboração, reforma a Europa culta às ciências antigas, cria seis ou sete ciências novas, a anatomia, a fisiologia, a química, a mecânica celeste, o cálculo diferencial, a crítica histórica, a geologia: aparecem os Newton, os Descartes, os Bacon, os Leibniz, os Harvey, os Buffon, os Ducange, os Lavoisier, os Vico — onde está, entre os nomes destes e dos outros verdadeiros heróis da epopéia do pensamento, um nome espanhol ou português? Que nome espanhol ou português se liga a descoberta duma grande lei científica, dum sistema, dum fato capital? A Europa culta engrandeceu-se, nobilitou-se, subiu, sobretudo pela ciência: foi, sobretudo pela falta de ciência que nós descemos, que nos degradamos, que nos anulamos. A alma moderna morrera dentro em nós completamente.

Pelo caminho da ignorância, da opressão e da miséria chega-se naturalmente, chega-se fatalmente, a depravação dos costumes. E os costumes depravaram-se, com efeito. Nos grandes, as corrupções faustosas da vida de corte, aonde os reis são os primeiros a dar o exemplo do vício, da brutalidade, do adultério: Afonso VI, João V, Filipe V, Carlos IV. Nos pequenos, a corrupção hipócrita, a família do pobre vendida pela miséria aos vícios dos nobres e dos poderosos. Ë a época das amásias e dos filhos bastardos. O que era então a mulher do povo, em face das tentações do ouro aristocrático, vê-se bem no escandaloso Processo de nulidade de matrimônio de Afonso VI, e nas Memórias do Cavaleiro de Oliveira. Ser rufião é um ofício geralmente admitido, e que se pratica com aproveitamento na própria corte. A religião deixa de ser um sentimento vivo; torna-se uma prática ininteligente, formal, mecânica. O que eram os frades, sabemo-lo todos: os costumes picarescos e ignóbeis dessa classe são ainda hoje memorados pelo Decamerone da tradição popular. O pior é que esses histriões tonsurados eram ao mesmo tempo sanguinários. A Inquisição pesava sobre as consciências como a abóbada dum cárcere. O espírito público abaixava-se gradualmente sob a pressão do terror, enquanto o vício, cada vez mais requintado, se apossava placidamente do lugar vazio que deixava nas almas a dignidade, o sentimento moral e a energia da vontade pessoal, esmagados, destruídos pelo medo. Os Casuístas dos séculos XVII e XVIII deixaram-nos um vergonhoso monumento do requinte bestial de todos os vícios, da depravação das imaginações, das misérias intimas da família, da perdição dos costumes, que corria aquelas sociedades deploráveis. Isto por um lado: porque, pelo outro, os Casuístas mostram-nos também a que abaixamento moral chegara o espírito do clero, cavando todos os dias esse lodo, revolvendo com afinco, com predileção, quase com amor, aquele montão graveolente de abjeções. Todas essas misérias Intimas refletem-se fielmente na literatura, O que era no sáculo XVII a moral pública, as intrigas políticas, o nepotismo cortesão, o roubo audaz ou sub-reptício da riqueza pública, vê-se (e com todo o relevo duma pena sarcástica e inexorável) na *Arte de Furtar* do P.c Antônio Vieira. Enquanto aos documentos para a história da família e dos costumes privados, encontramo-los na *Carta de Guia de Casados* de D. Francisco

Manuel, nas Farsas populares portuguesas, e nos Romances picarescos espanhóis. O espírito peninsular descera de degrau em degrau, até ao último termo da depravação!

Tais temos sido nos últimos três séculos: sem vida, sem liberdade, sem riqueza, sem ciência, sem Invenção, sem costumes. Erguemo-nos hoje a custo, espanhóis e portugueses, desse túmulo onde os nossos grandes erros nos tiveram sepultado: erguemo-nos, mas os restos da mortalha ainda nos embaraçam os passos, e pela palidez dos nossos rostos pode bem ver o mundo de que regiões lúgubres e mortais chegamos ressuscitados! Quais as causas dessa decadência, tão visível, tão universal, e geralmente tão pouco explicada? Examinemos os fenômenos, que se deram na Península durante o decurso do século XVI, período de transição entre a Idade Média e os tempos modernos, e em que aparecem os germes, bons e maus, que mais tarde, desenvolvendo-se nas sociedades modernas, deram a cada qual o seu verdadeiro caráter. Se esses fenômenos forem novos, universais, se abrangerem todas as esferas da atividade nacional, desde a religião até à indústria, ligando-se assim intimamente ao que há de mais vital nos povos — estarei autorizado a empregar o argumento (neste caso, rigorosamente lógico) *post hoc, ergo propter hoc*, e a concluir que é nesses novos fenômenos que se devem buscar e encontrar as causas da decadência da Península.

Ora esses fenômenos capitais são três, e de três espécies: um moral, outro político, outro econômico. O primeiro é a transformação do Catolicismo, pelo Concílio de Trento. O segundo, o estabelecimento do Absolutismo, pela ruína das liberdades locais. O terceiro, o desenvolvimento das Conquistas longínquas. Estes fenômenos assim agrupados, compreendendo os três grandes aspectos da vida social, o pensamento, a política e o trabalho, indicam-nos claramente que uma profunda e universal revolução se operou, durante o século XVI, nas sociedades peninsulares. Essa revolução foi funesta, funestíssima. Se fosse necessária uma contraprova, bastava considerarmos um fato contemporâneo muito simples: esses três fenômenos eram exatamente o oposto dos três fatos capitais, que se davam nas nações que lá fora cresciam, se moralizavam, se faziam inteligentes, ricas, poderosas, e tomavam a dianteira da civilização. Aqueles três fatos civilizadores foram a. liberdade moral, conquistada pela Reforma ou pela Filosofia: a elevação da classe média, instrumento do progresso nas sociedades modernas, e diretora dos reis, até ao dia em que os destronou: a indústria, finalmente, verdadeiro fundamento do mundo atual, que veio dar às nações uma concepção nova do Direito, substituindo o trabalho à força, e o comércio à guerra de conquista. Ora, a liberdade moral, apelando para o exame e a consciência individual, é rigorosamente o oposto do Catolicismo do Concilio de Trento, para quem a razão humana e o pensamento livre são um crime contra Deus: a classe média, impondo aos reis os seus interesses, e muitas vezes o seu espírito, é o oposto do Absolutismo, esteado na aristocracia e só em proveito dela governando: a indústria, finalmente, é o oposto ao Espírito de conquista,

antipático ao trabalho e ao comércio.

Assim, enquanto as outras nações subiam, nós baixávamos. Subiam elas pelas virtudes modernas; nós descíamos pelos vícios antigos, concentrados, levados ao sumo grau de desenvolvimento e aplicação. Baixávamos pela indústria, pela pátria. Baixávamos, sobretudo, pela religião.

Da decadência moral é esta a causa culminante! O Catolicismo do Concílio de Trento não inaugurou certamente no mundo o despotismo religioso: mas organizou-o duma maneira completa, poderosa, formidável, e até então desconhecida. Neste sentido, pode dizer-se que o Catolicismo, na sua forma definitiva, imobilizado e intolerante, data do século XVI. As tendências, porém, para esse estado vinham já de longe; nem a Reforma significa outra coisa senão o protesto do sentimento cristão, livre e independente, contra essas tendências autoritárias e formalísticas. Essas tendências eram lógicas, e até certo ponto legítimas, dada à interpretação e organização romana da religião cristã: não o eram, porém, dado o sentimento cristão na sua pureza virginal, fora das condições precárias da sua realização política e mundana, o sentimento cristão, numa palavra, no seu domínio natural, a consciência religiosa. Ë necessário, com efeito, estabelecermos cuidadosamente uma rigorosa distinção entre cristianismo e catolicismo, sem o que nada compreenderemos das evoluções históricas da religião cristã. Se não há cristianismo fora do grêmio católico (como asseveram os teólogos, mas como não pode nem quer aceitar a razão, a equidade e a crítica) nesse caso teremos de recusar o título de cristãos aos luteranos, e a todas as seitas saídas do movimento protestante, em quem, todavia vive bem claramente o espírito evangélico. Digo mais, teremos de negar o nome de cristãos aos apóstolos e evangelistas, porque nessa época o catolicismo estava tão longe no futuro, que nem ainda a palavra católico fora inventada! Ë que realmente o cristianismo existiu e pode existir fora do catolicismo. O cristianismo é, sobretudo uma instituição. Um vive da fé e da inspiração: o outro do dogma e da disciplina. Toda a história religiosa, até ao meado do século XVI, não é mais do que a transformação do sentimento cristão na instituição católica. A Idade Média é o período da transição: há ainda um, e outro aparece já. Equilibram-se. A unidade vê, faz-se sentir, mas não chega. Ainda a sufocar a vida local e autonômica. Por isso é também esse o' período das Igrejas nacionais. As da Península, como todas as outras, tiveram, durante a Idade Média, liberdades e iniciativa, concílios nacionais, disciplina própria, e uma maneira sua de sentir e praticar a religião. Daqui, dois grandes resultados, fecundos em consequências benéficas. O dogma, em vez de ser imposto, era aceito, e, num certo sentido, criado: ora, quando a base da moral é o dogma, só pode haver boa moral deduzindo-a dum dogma aceito, e até certo ponto criado, e nunca imposto. Primeira consequência, de incalculável alcance. O sentimento do dever, em vez de ser contradito pela religião, apoiava-se nela. Daqui a força dos caracteres, a elevação dos costumes. Em segundo lugar, essas Igrejas nacionais, por isso mesmo que eram

independentes, não precisavam oprimir. Eram tolerantes. A sombra delas, muito na sombra é verdade, mas tolerados em todo o caso, viviam Judeus e Moiros, raças inteligentes, industriosas, a quem a indústria e o pensamento peninsulares tanto deveram, e cuja expulsão tem quase as proporções duma calamidade nacional. Segunda consequência, de não menor alcance do que a primeira. Se a Península não era então tão católica como o foi depois, quando queimava os Judeus e recebia do Geral dos Jesuítas o santo e a senha da sua política, era seguramente muito mais cristã, isto é, mais caridosa e moral, como estes fatos o provam.

Rasga-se, porém o século XVI, tão prodigioso de revelações, e com ele aparece no mundo a Reforma, seguida por quase todos os povos de raça germânica. Esta situação cria para os povos latinos, que se conservavam ligados a Roma, uma necessidade instante, que era ao mesmo tempo um grande problema. Tornava- se necessário responder aos ataques dos protestantes, mostrar ao mundo que o espírito religioso não morrera no seio das raças latinas, que debaixo da corrupção romana havia alma e vontade. Um grito unânime de reforma saiu do meio dos representantes da ortodoxia, opondo-se ao desafio, que, com a mesma palavra, haviam lançado ao mundo católico Lutero. Zuínglio, Ecolampúdio, Melâncton e Calvino. Reis, povos, sacerdotes clamavam todos reforma! Mas aqui aparecia o problema: que espécie de reforma? A opinião dos bispos e, em geral, das populações católicas pronunciava-se no sentido duma reforma liberal, em harmonia com o espírito da época, chegando muitos até a desejar uma conciliação com os protestantes: era a opinião episcopal, representante das Igrejas nacionais. Em Roma, porém, a solução, que se dava ao problema, tinha um bem diferente caráter, O ódio e a cólera dominavam os corações dos sucessores dos apóstolos. Repelia-se com horror a ideia de conciliação, da mais pequena concessão. Pensava-se que era necessário fortificar a ortodoxia, concentrando todas as forças, disciplinando e centralizando; empedernir a Igreja, para a tornar inabalável. Era a opinião absolutista, representante do Papado. Esta opinião (para não dizer este partido) triunfou, e foi esse triunfo uma verdadeira calamidade para as nações católicas. Nem era isso o que elas desejavam, e o que pediram e sustentaram os seus bispos, lutando indefesos durante 16 anos contra a maioria esmagadora das criaturas de Roma! Pediam uma verdadeira reforma, sincera, liberal, em harmonia com as exigências da época. O programa formulava-se em três grandes capítulos fundamentais. 1º — Independência dos Bispos, autonomia das Igrejas nacionais, inauguração dum parlamentarismo religioso pela convocação amiudada dos Concílios, esses Estados Gerais do cristianismo, superiores ao Papa e árbitros supremos do mundo espiritual. 2. º— O casamento para os padres, isto é, a secularização progressiva do clero, à volta às leis da humanidade duma classe votada durante quase mil anos a um duro ascetismo, então talvez necessário, mas já no século XVI absurdo, perigoso, desmoralizador. 3º — Restrições à pluralidade dos benefícios eclesiásticos, abuso odioso, tendente a introduzir

na Igreja um verdadeiro feudalismo com todo o seu poder e desregramento. Destas reformas saia naturalmente à humanização gradual da religião, a liberdade crescente das consciências, e a capacidade para o cristianismo de se transformar dia a dia, de progredir, de estar sempre à altura do espírito humano, resultado imenso e capital que trouxe a Reforma aos povos que a seguiram. Os graves prelados que então combatiam pelas reformas que acabo de apresentar, não desejavam, cert2 mente, nem mesmo previam estas consequências: o próprio Lutero as não previu. Mas nem por isso as consequências deixariam de ser aquelas. Bartolomeu dos Mártires e os bispos de Cádis e Astorga não eram, seguramente, revolucionários: representavam no Concilio de Trento a última defesa e o protesto das Igrejas da Península contra o Ultramontanismo invasor: mas a obra deles é que era, pelas consequências, revolucionárias; e, trabalhando nela, estavam na corrente e no espírito do grande e emancipador século XVI. Se houvessem alcançado essa reforma, teríamos nós talvez, espanhóis e portugueses, escapado à decadência. Quem pode hoje negar que é em grande parte à Reforma que os povos reformados devem os progressos morais que os colocaram naturalmente frente da Civilização? Contraste significativo, que nos apresenta hoje o mundo! As nações mais inteligentes, mais moralizadas, mais pacificas e mais industriosas são exatamente aquelas que seguiram a revolução religiosa do século XVI: Alemanha, Holanda, Inglaterra, Estados Unidos, Suíça. As mais decadentes são exatamente as mais católicas! Com a Reforma estaríamos hoje talvez à altura dessas nações: estaríamos livres, prósperos, inteligentes, morais... mas Roma teria caído!

Roma não queria cair. Por isso resistiu longo tempo, iludiu quanto pôde os votos das nações, que reclamavam a convocação do concílio reformador. Não podendo resistir mais tempo, cede por fim. Mas como o fez? Como cedeu Roma, dominada desde então pelos Jesuítas? Estamos em Itália, meus senhores, no país de Maquiavel! ... Eu não digo que Roma usasse deliberada e conscientemente duma política maquiavélica: não posso avaliar as intenções. Digo simplesmente que o parecer; e que, perante a história, a política romana em toda esta questão do Concílio de Trento aparece com um notável carácter de habilidade e cálculo... muito pouco evangélicos! Roma, não podendo resistir mais à ideia do concílio, explora essa ideia em proveito próprio. Dum instrumento de paz e progresso, faz uma arma de guerra e dominação; confisca o grande impulso reformador, e fá-lo convergir em proveito do Ultramontanismo. Como? Duma maneira simples: 1.0, dando só aos legados do Papa o direito de propor reformas; 2.0, substituindo, ao antigo modo de votar por nações, o voto por cabeças, que lhe dá com os seus cardeais e bispos italianos, criaturas suas, uma maioria compacta e resolvida sempre a esmagar, a abalar os votos das outras nações. Basta dizer que a França, a Espanha, Portugal e os Estados católicos da Alemanha nunca tiveram, juntos, número de votos superior a 60, enquanto os italianos contavam 180, e mais! Nestas condições, o concilio deixava de ser universal: era simplesmente italiano; nem italiano,

romano apenas! Desde o primeiro dia se pôde ver que a causa da reforma liberal estava perdida. Provocado para essa reforma, o concílio só serviu contra ela, para a sofismar e anular!

Composta e armada assim a máquina, vejamo-la trabalhar. Para sujeitar na terra o homem, era necessário fazê-lo condenar primeiro no céu: por isso o concílio começa por estabelecer dogmaticamente, na sessão 5ª, o pecado original, com todas as suas consequências, a condenação hereditária da humanidade, e a incapacidade de o homem se salvar por seus merecimentos, mas só por obra e graça de J. Cristo. Muitos teólogos e alguns poucos sínodos particulares se haviam já ocupado desta matéria: nenhum concilio ecuménico a definira ainda. Um concilio verdadeiramente liberal deixava essa questão na sombra, no indefinido, não prendia a liberdade e a dignidade humanas com essa algema: o Concilio de Trento fez dessa definição o prólogo dos seus trabalhos. Convinha-lhe, logo no começo, condenar sem apelação a Razão humana, e dar essa base ao seu edifício. Assim o fez. De então para cá, ficou dogmaticamente estabelecido no mundo católico que o homem deve ser um corpo sem alma, que a vontade individual é uma sugestão diabólica, e que para nos dirigir basta o Papa em Roma e o confessor a cabeceira. *Perinde ac cadaver*, dizem os estatutos da Companhia de Jesus.

Na sessão 13ª. A confirma-se e precisa-se o dogma da Eucaristia, já definido, ainda que vaga mente, no 4º? Concilio de Latrão, e vibra-se o anátema sobre quem não crer na presença real de Cristo no pão e no vinho depois da consagração. Ë mais um passo (e este decisivo) para fazer entrar o cristianismo no caminho da idolatria, para colocar o divino no absurdo. Poucos dogmas contribuíram tanto como este materialismo da presença real para embrutecer o novo povo, para fazer reviver nele os instintos pagãos, para lhe sofismar a razão natural! Parece que era isto o que o concílio desejava!

Na sessão 14ª trata-se detidamente da Confissão. A confissão existia há muito na Igreja, mas comparativamente livre e facultativa. No 4º Concilio de Latrão restringira-se já bastante essa liberdade. Na sessão 14ª? De Trento é a consciência cristã definitivamente encarcerada. Sem confissão não há remissão de pecados! A alma é incapaz de comunicar com Deus, senão por intermédio do padre! Estabelece-se a obrigação de os fiéis se confessarem em épocas certas, e exortam-se a que se confessem o mais que possam. Funda-se aqui o poder, tão temível quanto misterioso, do confessionário. Aparece um tipo singular: o diretor espiritual. Daí por diante há sempre na família, imóvel a cabeceira, invisível mas sempre presente, um vulto negro que separa o marido da mulher, uma vontade oculta que governa a casa, um intruso que manda mais do que o dono. Quem há aqui, espanhol ou português, que não conheça este estado deplorável da família, com um chefe secreto, em regra, hostil ao chefe visível? Quem não conhece as desordens, os escândalos, as misérias introduzidas no lar doméstico pela porta do confessionário? O concílio não queria isto,

decerto: mas fez tudo quanto era necessário para que isto acontecesse.

Na parte disciplinar e nas relações da Igreja com o Estado, predomina o mesmo espírito de absolutismo, de concentração, de invasão de todos os direitos. Na sessão 5. º, tornam-se as Ordens regulares independentes dos Bispos, e quase exclusivamente dependentes de Roma. Que arma está na mão do Papado, que já de si não era mais do que uma arma na mão do Jesuitismo! Na sessão 13ª. só o Papa, pelos seus comissários, pode julgar os bispos e os padres. Ë a impunidade para o clero! Na sessão 4ª põem-se restrições à leitura da Bíblia pelos seculares, restrições tais que equivalem a uma verdadeira proibição. Ora, o que é isto senão a suspeição da Razão humana, condenada a pensar e a ler pelo pensamento e pelos olhos de meia dúzia de eleitos? Nas sessões 7. ª, 9. ª, 18ª, 24ª, estabelecem-se igualmente disposições tendentes todas a sujeitar os governos, a impor aos povos a polícia. Romana, apagando implacavelmente por toda à parte os últimos vestígios das Igrejas nacionais. Finalmente, a superioridade do Papa sobre os Concílios triunfa nas sessões 23ª e 25ª, pela boca do jesuíta Laínez, inspirador e alma do concílio -se é permitido, ainda metaforicamente, falando dum jesuíta, empregar a palavra alma... A redação dum Catecismo vem coroar esta obra de alta política. Com esse Catecismo, imposto por toda à parte e por todos os modos aos espíritos moços e simples, tratou-se de matar a liberdade no seu gérmen, de absorver as gerais nascentes, de as deformar e torturar, comprimindo-as nos moldes estreitos duma doutrina seca, formal, escolástica e subtilmente ininteligível. Se conseguiu ou não esse resultado funesto, respondam umas poucas de nações moribundas, enfermas da pior das enfermidades, a atrofia moral!

Sim, meus senhores! Essa máquina temerosa de compressão, que foi o catolicismo depois do Concílio de Trento, que podia ela oferecer aos povos? A intolerância, o embrutecimento, e depois a morte! Tomo três exemplos. Seja o primeiro a Guerra dos Trinta Anos, a mais cruel, mais friamente encarniçada, mais sistematicamente destruidora de quantas têm visto os tempos modernos, e que por pouco não aniquila a Alemanha. Essa guerra, provocada pelo partido católico, e por ele dirigida com uma perseverança infernal, mostrou bem ao mundo que abismos de ódio podem ocultar palavras de paz e religião. O padre não dirigia somente, assistia à execução. Cada general trazia sempre consigo um director jesuíta: e esses generais chamavam-se Tilly, Picolomini, os mais endurecidos dos verdugos! Salvou então a Alemanha e a Europa a firmeza indomável dum coração tão grande quanto puro, sereno em face dessas hordas fanáticas. O verdadeiro herói (e único também) dessa guerra maldita, o verdadeiro santo desse período tenebroso, é um protestante, Gustavo Adolfo. Enquanto ao Papa, esse aplaudia a matança! O segundo exemplo é a Itália. O terror que inspirava ao Papado a criação em Itália dum Estado forte, que lhe pusesse uma barreira à ambição crescente de dia para dia, tornou-o o maior inimigo da unidade italiana. Ë o Papado quem semeia a discórdia entre as cidades e os príncipes italianos, sempre que tentam ligar-

se. Ë o Papado quem convida os estrangeiros a descerem os Alpes, na cruzada contra as forças nacionais, cada vez que parecem querer organizar-se. (O Papado), diz Edgard Quinet, (tem sido um ferro sagrado na ferida da Itália, que a não deixa sarar.) Hoje mesmo, se essa suspirada unidade se consumou, não foi no meio das maldições e cóleras do clero e de Roma? O único pensamento, que hoje absorve o Papado, é desmanchar aquela obra nacional, chamar sobre ela os ódios do mundo, o ferro estrangeiro, podendo ser; é assassinar a Itália ressuscitada! Estes fatos são por todos sabidos. O que talvez nem todos saibam é o papel que o catolicismo representou no assassinato da Polônia. (A intolerância dos jesuítas e ultramontanos), diz Emilio de Lavelaye, (foi à causa primária do desmembramento e queda da Polônia.) Esta nação heróica, mas pouco organizada, ou antes, pouco unificada, era uma espécie de federação de pequenas nacionalidades, com costumes e religiões diferentes. Encravada entre monarquias poderosas e ambiciosas, como a Áustria, a Rússia e a Turquia de então, a Polônia só podia viver pela liberdade política, e, sobretudo pela tolerância religiosa, que conservasse amigos e unidos contra o inimigo comum os grupos autonômicos de que se compunha. A essa tolerância deveu ela, com efeito, a força e importância que teve na história da Europa até ao século XVII: católicos, gregos cismáticos, protestantes, socinianos viveram muito tempo como irmãos, numa sociedade verdadeiramente cristã porque era verdadeiramente tolerante. Um dia, porém, os jesuítas, lá do centro de Roma, olharam para a Polônia como para uma boa presa. Aquela nação era efetivamente um escândalo para os bons padres. Tanto intrigaram, que em 1570 tinham já logrado introduzir-se na Polônia: o rei Estevão Bathory concede-lhes, com uma culpável imprudência, a universidade de Vilna. Senhores do ensino, e em breve das consciências da nobreza católica, os jesuítas são um poder: começam as perseguições religiosas. Em 1648, João Casimiro, que antes de ser rei fora cardeal e jesuíta quer obrigar os camponeses rutênios, sectários do cisma grego, a converterem-se ao catolicismo. Estes levantam-se, unem-se aos cossacos, também do rito grego, e começa uma guerra formidável, cujo resultado foi separarem-se cossacos e rutênios da federação polaca, dando-se à Rússia, em cujas mãos se tornaram uma arma terrível sempre apontada ao coração da Polônia. Nunca esta nação teve inimigos tão encarniçados como os cossacos! Sem eles, a Polônia, enfraquecida entre vizinhos formidáveis, devia cair, e caiu efetivamente. A partilha espoliadora de 1772 não fez mais do que confirmar um fato já antigo, a nulidade da nação polaca.

Assim, pois, meus senhores, o catolicismo dos últimos 3 séculos, pelo seu princípio, pela sua disciplina, pela sua política, tem sido no mundo o maior inimigo das nações, e verdadeiramente o túmulo das nacionalidades. “O antro da Esfinge”, disse dele um poeta filó-sol o, (reconhece-se logo à entrada pelos ossos dos povos devorados.).

E a nós, espanhóis e portugueses, como foi que o catolicismo nos anulou? O catolicismo pesou sobre nós por todos os lados, com todo o seu peso. Com a Inquisição, um

terror invisível paira sobre a sociedade: a hipocrisia torna-se um vício nacional e necessário: a delação é uma virtude religiosa: a expulsão dos Judeus e Moiros empobrece as duas nações, paralisa o comércio e a indústria, e dá um golpe mortal na agricultura em todo o Sul da França: a perseguição dos cristãos--novos faz desaparecer os capitais: a Inquisição passa os mares, e, tornando-nos hostis os índios, impedindo a fusão dos conquistadores e dos conquistados, torna impossível o estabelecimento duma colonização sólida e duradoura: na América despovoa as Antilhas, apavora as populações indígenas, e faz do nome de cristão um símbolo de morte: o terror religioso, finalmente, corrompe o caráter nacional, e faz de duas nações generosas, bordas de fanáticos endurecidos, o horror da civilização. Com o Jesuitismo desaparece o sentimento cristão, para dar lugar aos sofismas mais deploráveis a que jamais desceu a consciência religiosa: métodos de ensino, ao mesmo tempo brutais e requintados, esterilizam as inteligências, dirigindo-se à memória, com o fim de matarem o pensamento inventivo, e alcançam alhear o espírito peninsular do grande movimento da ciência moderna, essencialmente livre e criadora: a educação jesuítica faz das classes elevadas máquinas ininteligentes e passivas; do povo, fanáticos corruptos e cruéis: a funesta moral jesuítica, explicada (e praticada) pelos seus casuístas, com as suas restrições mentais, as suas subtilezas, os seus equívocos, as suas condescendências, infiltra-se por toda à parte, como um veneno lento, desorganiza moralmente a sociedade, desfaz o espírito de família, corrompe as consciências com a oscilação contínua da noção do dever, e aniquila os caracteres, sofismando-os, amolecendo-os: o ideal da educação jesuítica é um povo de crianças mudas, obedientes e imbecis; realizou-o nas famosas Missões do Paraguai; o Paraguai foi o reino dos céus da Companhia de Jesus; perfeita ordem, perfeita devoção; uma coisa só faltava, a alma, isto é, a dignidade e a vontade, o que distingue o homem da animalidade! Eram estes os benefícios que levávamos às raças selvagens da América, pelas mãos civilizadoras dos padres da Companhia! Por isso o gênio livre popular decaiu, adormeceu por toda à parte; na arte, na literatura, na religião. Os santos da época já não têm aquele caráter simples, ingênuo dos verdadeiros santos populares: são frades beatos, são jesuítas hábeis. Os sermonários e mais livros de devoção, não sei porque lado sejam ma is vergonhosos; se pela nulidade das ideias, pela baixeza do sentimento, ou pela puerilidade ridícula do estilo. Enquanto à arte e literatura, mostrava-se bem clara a decadência naquelas massas estúpidas de pedra da arquitetura jesuítica, e na poesia convencional das academias, ou nas odes ao divino e jaculatórias fradescas. O gênio popular, esse morrera às mãos do clero, como com tanta evidência o deixou demonstrado nos seus recentes livros, tão cheios de novidades, sobre a Literatura portuguesa, o Sr. Teófilo Braga. Os costumes saídos desta escola sabemos nós o que foram. Já citei a Arte de Furtar, os Romances picarescos, as Farsas populares, o Teatro espanhol, os escritos de D. Francisco Manuel e do Cavaleiro de Oliveira. Na falta destes documentos, bastava-nos a tradição, que ainda hoje reza dos escândalos dessa sociedade

aristocrática e clerical! Essa funesta influência da direção católica não é menos visível no mundo político. Como é que o absolutismo espiritual podia deixar de reagir sobre o espírito do poder civil? O exemplo do despotismo vinha de tão alto! Os reis eram tão religiosos! Eram por excelência os reis católicos, fidelíssimos. Nada forneceu pelo exemplo, pela autoridade, pela doutrina, pela instigação, um tamanho ponto de apoio ao poder absoluto como o espírito católico e a influência jesuítica. Nesses tempos santos, os verdadeiros ministros eram os confessores dos reis. A escolha do confessor era uma questão de Estado. A paixão de dominar, e o orgulho criminoso de um homem, apoiava-se na palavra divina. A teocracia dava a mão ao despotismo. Essa direção via-se claramente na política externa. A política, em vez de curar dos interesses verdadeiros do povo, de se inspirar dum pensamento nacional, traia a sua missão, fazendo-se instrumento da política católica romana, isto é, dos interesses, das ambições dum estrangeiro. D.Sebastião, o discípulo dos jesuítas, vai morrer nos areais de África pela fé católica, não pela nação portuguesa. Carlos V, Filipe II, põem o mundo a ferro e fogo, porquê? Pelos interesses espanhóis? Pela grandeza de Espanha? Não: pela grandeza e pelos interesses de Roma! Durante mais de 70 anos, a Espanha, dominada por estes dois inquisidores coroados, dá o melhor do seu sangue, da sua riqueza, da sua atividade, para que o Papa desse outra vez leis à Inglaterra e à Alemanha. Era essa a política naciona1 desses reis famosos: eu chamo a isto simplesmente trair as nações.

Tal é uma das causas, senão a principal, da decadência dos povos peninsulares. Das influências deletérias nenhuma foi tão universal, nenhuma lançou tão fundas raízes. Feriu o homem no que há de mais íntimo, nos pontos mais essenciais da vida moral, no crer, no sentir — no ser: envenenou a vida nas suas fontes mais secretas. Essa transformação da alma peninsular fez--se em tão íntimas profundidades, que tem escapado às maiores revoluções; passam por cima dessa região quase inacessível, superficialmente, e deixam-na na sua inércia secular. Há em todos nós, por mais modernos que queiramos ser, há lá oculto, dissimulado, mas não inteiramente morto, um beato, um fanático ou um jesuíta! Esse moribundo que se ergue dentro em nós é o inimigo, é o passado. É preciso enterrá-lo por uma vez, e com ele o espírito sinistro do catolicismo de Trento.

Esta causa atuou principalmente sobre a vida moral: a segunda, o Absolutismo, apesar de se refletir no estado dos espíritos, atuou principalmente na vida política e social. A história da transformação das monarquias peninsulares é longa, e, para a minha pouca ciência, obscura e até certo ponto desconhecida: não a poderia eu fazer aqui. Basta dizer que o caráter dessas monarquias durante a Idade Média contrasta singularmente com o que lhes encontramos no século XVI e nos seguintes. Os reis então não eram absolutos; e não o eram, porque a vida política local, forte e vivaz, não só não lhes deixara um grande círculo de ação, mas ainda, dentro desse mesmo círculo, lhes opunha à expansão da autoridade embaraços e uma continua vigilância. Os privilégios da nobreza e do clero, por um lado, e, pelo outro, as

instituições populares, os municípios, as comunas, equilibravam com mais ou menos oscilações o peso da coroa. Para as questões sumas, para os momentos de crise, lá estavam as Cortes, aonde todas as classes sociais tinham representantes e voto. A liberdade era então o estado normal da Península.

No século XVI, tudo isto mudou. O poder absoluto assenta-se sobre a ruína das instituições locais. Abaixou a nobreza, é verdade, mas só em proveito seu: o povo pouco lucrou com essa revolução. O que é certo é que perdeu a liberdade. A vida municipal afrouxa gradualmente: as comunas espanholas, depois dum sangrento protesto, caem exânimes aos pés dum rei, que nem sequer era inteiramente espanhol. As instituições, cerceadas por todos os lados, sentem faltar-lhes em volta o ar, e o chão debaixo de si. Quem poderá jamais contar essas invasões surdas, insensíveis do poder real no terreno do povo, essas lutas subterrâneas, as abdicações sucessivas da vontade nacional nas mãos dum homem, as resistências infelizes, a longa e cruel história do desaparecimento dos foros populares? Ë uma história tão triste quanto obscura, que ninguém fez nem fará jamais! Vê-se o desfecho do drama: os incidentes escapam-nos. Mas ao lado dessa luta surda, houve outra manifesta, cuja história se erguerá sempre como um espectro vingador, para acusar a realeza. Essa luta é a grande guerra *communera* das cidades espanholas. Vencidas, esmagadas pela força, as cidades espanholas encontraram um herói, de cujo peito saiu ardente um protesto, que será eterno como a condenação de quem o provocou. Eis aqui o que D. Juan de Padilla, chefe dos communeros, escrevia à sua cidade de Toledo, horas antes de ser decapitado. “A ti, cidade de Toledo, que és a coroa de Espanha, e a luz do mundo, que já no tempo dos Godos eras livre, e que prodigalizaste o teu sangue para assegurar a tua liberdade e a das cidades tuas irmãs, Juan de Padilla, teu filho legítimo, te faz saber que pelo sangue do seu corpo mais uma vez vão ser renovadas as tuas antigas vitórias...” A cabeça de Padilla rolou, e com ele, decapitada também, caiu à antiga liberdade municipal. A centralização monárquica, pesada, uniforme, caiu sobre a Península como a pedra dum túmulo. A respiração de milhares de homens suspendeu-se, para se concentrar toda no peito de um homem excepcional, de quem o acaso do nascimento fazia um deus. Se, ao menos, esse deus fosse propício, bom, providencial! Mas a centralização do absolutismo, prostrando o povo, corrompia ao mesmo tempo o rei. D. João III, esse rei fanático e de ruim condição, Filipe II, o demônio do Meio-Dia, inquisidor e verdugo das nações, Filipe III, Carlos IV, João V, Afonso VI, devassos uns, outros desordeiros, outros ignorantes e vis, são bons exemplos da realeza absoluta, enfatuada até ao vício, até ao crime, do orgulho do próprio poder, possessa daquela loucura cesariana, com que a natureza faz expiar aos déspotas a desigualdade monstruosa, que os põe como que fora da humanidade. A tais homens, sem garantias, sem inspeção, confiaram as nações cegamente os seus destinos! Se Filipe II não fosse absoluto, jamais teria podido tentar o seu absurdo projeto de conquistar a Inglaterra, não teria feito sepultar nas águas do oceano, com

a Invencível Armada, milhares de vidas e um capital prodigioso inteiramente perdido. Se D. Sebastião não fosse absoluto, não teria ido enterrar em Alcácer Quibir a nação portuguesa, as últimas esperanças da pátria.

Outras monarquias, à francesa, por exemplo, sujeitavam o povo, mas ajudavam por outro lado o seu progresso. Aristocráticas pelas raízes, tinham pelos frutos muito de populares. A burguesia, a quem estava destinado o futuro, erguia-se, começava a ter voz. As nossas monarquias, porém, tiveram um caráter exclusivamente aristocrático: eram-no pelo princípio, e eram-no pelos resultados. Governava-se então pela nobreza e para a nobreza. As consequências sabemo-las nós todos. Pelos morgados, vinculou-se a terra, criaram-se imensas propriedades. Com isto, anulou-se a classe dos pequenos proprietários; a grande cultura sendo então impossível, e desaparecendo gradualmente a pequena, a agricultura caiu; metade da Península transformou-se numa charneca: a população decresceu, sem que por isso se aliviasse a miséria. Por outro lado, o espírito aristocrático da monarquia, opondo-se naturalmente aos progressos da classe média, impediu o desenvolvimento da burguesia, a classe moderna por excelência, civilizadora e iniciadora, já na indústria, já nas ciências, já no comércio. Sem ela, o que podíamos nós ser nos grandes trabalhos com que o espírito moderno tem transformado a sociedade, a inteligência e a natureza? O que realmente fomos; nulos, graças à monarquia aristocrática! Essa monarquia, acostumando o povo a servir, habituando-o à inércia de quem espera tudo de cima, obliterou o sentimento instintivo da liberdade, quebrou a energia das vontades, adormeceu a iniciativa; quando mais tarde lhe deram a liberdade, não a compreendeu; ainda hoje a não compreende, nem sabe usar dela. As revoluções podem chamar por ele, sacudi-lo com força: continua dormindo sempre o seu sono secular! A estas influências deletérias, a estas duas causas principais de decadência, uma moral e outra política, junta-se uma terceira, de caráter, sobretudo econômico: as Conquistas. Há dois séculos que os livros, as tradições e a memória dos homens, andam cheios dessa epopéia guerreira, que os povos peninsulares, atravessando oceanos desconhecidos, deixaram escrita por todas as partes do mundo. Embalaram-nos com essas histórias: atacá-las é quase um sacrilégio. E, todavia esse brilhante poema em ação foi uma das maiores causas da nossa decadência. Ë necessário dizê-lo, em que pese aos nossos sentimentos mais caros de patriotismo tradicional. Tanto mais que um erro econômico não é necessariamente uma vergonha nacional. No ponto de vista heróico, quem pode negá-lo? Foi esse movimento das conquistas espanholas e portuguesas um relâmpago brilhante, e por certos lados sublime, da alma intrépida peninsular. A moralidade subjetiva desse movimento é indiscutível perante a história: são do domínio da poesia, e sê-lo-ão sempre, acontecimentos que puderam inspirar a grande alma de Camões. A desgraça é que esse espírito guerreiro estava deslocado nos tempos modernos: as nações modernas estão condenadas a não fazerem poesia, mas ciência. Quem domina não é já a musa heróica da epopéia: é a

Economia Política, Calíope dum mundo novo, senão tão belo, pelo menos mais justo e lógico do que o antigo. Ora, é à luz da Economia Política que eu condeno as Conquistas e o espírito guerreiro. Quisemos refazer os tempos heróicos na idade moderna: enganámo-nos; não era possível; caímos. Qual é, com efeito, o espírito da idade moderna? É o espírito de trabalho e de indústria: a riqueza e a vida das nações têm de se tirar da atividade produtora, e não já da guerra esterilizadora. O que sai da guerra não só acaba cedo, mas é, além disso, um capital morto, consumido sem resultado. Ë necessário que o trabalho, sobretudo a indústria agrícola, o fecunde, lhe dê vida. Domina todo este assunto uma era econômica, formulada por Adão Smith, um dos pais da ciência, nas seguintes palavras: “o capital adquirido pelo comércio e pela guerra só se torna real e produtivo quando se fixa na cultura da terra e nas outras indústrias.” Vejamos o que tem feito a Inglaterra com a Índia, com a Austrália, e com o comércio do mundo. Explora, combate: mas a riqueza adquirida fixa-a no seu solo, pela sua poderosa indústria, e pela sua agricultura, talvez a mais florescente do mundo. Por isso a prosperidade da Inglaterra há dois séculos tem sido a admiração e quase a inveja das nações. Pelo contrário, nós, portugueses e espanhóis, que destino demos às prodigiosas riquezas extorquidas aos povos estrangeiros? Respondam a nossa indústria perdida, o comércio arruinado, a população diminuída, a agricultura decadente, e esses desertos da Beira, do Alentejo, da Estremadura Espanhola, das Castelas, aonde se não encontra uma árvore, um animal doméstico, uma face humana!

Um exemplo, o da agricultura portuguesa antes e depois do século XVI, porá em evidência, com fatos significativos, essa influência perniciosa do espírito de conquista no mundo econômico. Esses fatos são extraídos de três obras, cuja autoridade é incontestável: a Memória histórica de Alexandre de Gusmão sobre a Agricultura portuguesa; o livro de Camillo Pallavicini *La economia agraria dei Portogaflo*; e a *História da Agricultura em Portugal*, pelo Sr. Rebelo da Silva. Uma coisa que impressiona quem estuda os primeiros séculos da monarquia portuguesa é o caráter essencialmente agrícola dessa sociedade. Os cognomes dos reis, o Povoador, o Lavrador, já por si são altamente significativos. No meio das guerras, e apesar da imperfeição das instituições, a população crescia, e a abundância generalizava-se. A arborização do país desenvolvia-se, a charneca recuava diante do trabalho. As armadas que mais tarde dominaram os mares saíram das matas semeadas por D. Dinis. No reinado de D. Fernando era Portugal um dos países que mais exportavam. A Castela, a Galiza, a Flandres, a Alemanha forneciam-se quase exclusivamente de azeite português; a nossa prosperidade agrícola era suficiente para abastecer tão vastos mercados. O comércio dos cereais era considerável. No século XV vinham os navios venezianos a Lisboa e aos portos do Algarve, trazendo as mercadorias do Oriente, e levando em troca cereais, peixe salgado, e frutas secas, que espalhavam depois, pela Dalmácia e por toda a Itália. Sustentávamos também um ativo comércio com a Inglaterra. As classes populares desenvolviam-se pela

abundância e o trabalho, a população crescia. No tempo de D. João II chegara a população a muito perto de três milhões de habitantes. - Basta comparar este algarismo com o da população em 1640, que escassamente excedia um milhão, para se conhecer que uma grande decadência se operou durante este intervalo!

Dera-se, com efeito, durante o século XVI, uma deplorável revolução nas condições econômicas da sociedade portuguesa, revolução, sobretudo devida ao novo estado de coisas criado pelas conquistas. O proprietário, o agricultor deixam a charrua e fazem-se soldados, aventureiros: atravessam o oceano, à procura de glória, de posição mais brilhante ou mais rendosa. Atraída pelas riquezas acumuladas nos grandes centros, a população rural aflui para ali, abandona os campos, e vem aumentar nas capitais o contingente da miséria, da domesticidade ou do vício. A cultura diminui gradualmente. Com essa diminuição, e com a depreciação relativa dos metais preciosos pela afluência dos tesouros do Oriente e América, os cereais chegam a preços fabulosos. O trigo, que em 1460 valia 10 réis por alqueire, tem subido, em 1520, a 20 réis, 30 e 35! Por isso o preço nos mercados estrangeiros nem sequer pode cobrir o custo originário: a concorrência doutras nações, que produziam mais barato, esmaga-nos. Não só deixamos de exportar, mas passamos a importar: do reinado de D. Manuel em diante, diz Alexandre de Gusmão, (somos sustentados pelos estrangeiros.) Esse sustento podiam-no pagar os grandes, que a Índia e o Brasil enriqueciam. A multidão, porém, morria de fome. A miséria popular era grande. A esmola à portaria dos conventos e casas fidalgas passou a ser uma institui-o. Mendigavam aos bandos pelas estradas. A tradição, num símbolo terrivelmente expressivo, apresenta-nos Camões, o cantor dessas glórias que os empobreciam, mendigando para sustentar a velhice triste e desalentada. Ë uma imagem da nação. As crônicas falam--nos de grandes fomes. Por tudo isto, decrescia a olhos vistos a população. Que remédio se procura a este mal incomparavelmente maior: a escravidão! Tenta-se introduzir o trabalho servil nas culturas, com escravos vindos da África! Felizmente, não passou de tentativa. Era a transformação dum país livre e civilizado, numa coisa monstruosa, urna oligarquia de senhores de roça! A barbaridade dos devastadores da América, transportada para o meio da Europa! Com estes elementos o que se podia esperar da indústria? Uma decadência total. Não se fabrica, não se cria: basta o ouro do Oriente para pagar a indústria dos outros, enriquecendo-os, instigando-os ao trabalho produtivo, e ficando nós cada vez mais pobres, com as mãos cheias de tesouros! Importávamos tudo: de Itália, sedas, veludos, brocados, massas: de Alemanha, vidro: de França, panos: de Inglaterra e Holanda, cereais, lãs, tecidos. Havia então uma única indústria nacional... a Índia! Vai-se à Índia buscar um nome e uma fortuna, e volta-se para gozar, dissipar esterilmente. A vida concentra-se na capital. Os pobres deixam os campos, os solares dos seus maiores, aonde viviam em certa comunhão com o povo, e vêm para a corte brilhar, ostentar, e mendigar nobremente. O fidalgo faz-se cortesão: o homem do povo, não podendo já ser trabalhador,

faz-se lacaio: a libré é o selo da sua decadência. A criadagem duma casa nobre era um verdadeiro estado. O luxo da nobreza tinha alguma coisa de oriental. Do luxo desenfreado, ao vicio, à corrupção, mal dista um passo. A paixão do jogo estendeu-se terrivelmente: jogava-se nas tavolageris, e jogava-se nos palácios. O ócio, acendendo as imaginações, levava pelo galanteio às intrigas amorosas, às aventuras, ao adultério, e arruinava a família. Lisboa era uma capital de fidalgos ociosos, de plebeus mendigos, e de rufiões.

Ao longe, fora do país, foram outras as consequências do espírito de conquista, mas igualmente funestas. A escravatura (além de todas as suas deploráveis consequências morais) esterilizou pelo trabalho servil. Só o trabalho livre é fecundo: só os resultados do trabalho livre são duradouros. Das colônias, que os Europeus fundaram no Novo Mundo, quais prosperaram? Quais ficaram estacionárias? Prosperaram na razão direta do trabalho livre: o Norte dos Estados Unidos mais do que o Sul: os Estados Unidos mais do que o Brasil. E essa jovem Austrália, cuja população duplica todos os 10 anos, que já exporta para a Europa os seus produtos, cujas instituições são já hoje modelo e inveja para os povos civilizados, e que será antes de um século uma das maiores nações do mundo, a que deve ela essa prosperidade fenomenal, senão ao influxo maravilhoso do trabalho livre, numa terra que ainda não pisou o pé dum homem, que se não dissesse livre? A Austrália tem feito em menos de 100 anos de liberdade o que o Brasil não alcançou com mais de três séculos de escravatura. Fomos nós, foram os resultados do nosso espírito guerreiro, quem condenou o Brasil ao estacionamento, quem condenou à nulidade toda essa costa de África, em que outras mãos podiam ter talhado à larga uns poucos de impérios! Esse espírito guerreiro, com os olhos fitos na luz de uma falsa glória, desdenha, desacredita, envilece o trabalho manual — o trabalho manual, a força das sociedades modernas, a salvação e a glória das futuras... Mas um fantástico Idealismo perturba a alma do guerreiro: não distingue entre interesse honroso e interesse vil: só as grandes ações de esforço heróico são belas a seus olhos: para ele a indústria pacífica é só própria de mãos servis. A tradição, que nos apresenta D. João de Castro, depois duma campanha em África, retirando-se à sua quinta de Sintra, aonde se dava àquela estranha e nova agricultura de cortar as árvores de fruto, e plantar em lugar delas árvores silvestres, essa tradição deu-nos um perfeito símbolo do espírito guerreiro no seu desprezo pela indústria. Portugal, o Portugal das conquistas, é esse guerreiro altivo, nobre e fantástico, que voluntariamente arruína as suas propriedades, para maior glória do seu absurdo idealismo. E já que falei em D. João de Castro, direi que poucos livros têm feito tanto mal ao espírito português, como aquela biografia do herói escrita por Jacinto Freire. J. Freire, que era padre, que nunca vira a índia, e que ignorava tão profundamente a política como a economia política, fez da vida e feitos de D. J. de Castro, não um estudo de ciência social, mas um discurso acadêmico, literário e muito eloquente, seguramente, mas enfático, sem crítica, e animado por um falso ideal de glória à antiga, glória clássica, através do qual nos faz

ver continuamente as ações do seu herói. Há dois séculos que lemos todos o D. João de Castro de Jacinto Freire, e acostumámo-nos a tomar aquela fantasia de retórico pelo tipo do verdadeiro herói nacional. Falseámos com isto o nosso juízo, e a crítica duma época importante. É preciso que se saiba que a verdadeira glória moderna não é aquela: é exatamente o contrário daquela. Uma só Coisa há ali a aproveitar como exemplo: é a nobreza de alma daquele homem magnânimo: mas essa nobreza de alma deve ser aplicada pelos homens modernos a outros cometimentos e dum modo muito diverso. Foi aquele gênero de heroísmo, tão apregoado por J. Freire, que nos arruinou!

Como era possível, com as mãos cheias de sangue, e os corações cheios de orgulho, iniciar na civilização aqueles povos atrasados, unir por interesses e sentimentos os vencedores e os vencidos, cruzar as raças, e fundar assim, depois do domínio momentâneo da violência, o domínio duradouro e justo da superioridade moral e do progresso? As conquistas sobre as nações atrasadas, por via de regra, não são justas nem injustas. Justificam-nas ou condenam-nas os resultados, o uso que mais tarde se faz do domínio estabelecido pela força. As conquistas romanas são hoje justificadas pela filosofia da história, porque criaram uma civilização Superior àquela de que viviam os povos conquistados. A conquista da Índia pelos Ingleses é justa, porque é Civilizadora. A conquista da Índia pelos Portugueses, da América pelos Espanhóis, foi injusta, porque não civilizou. Ainda quando fossem sempre vitoriosas as nossas armas, a Índia ter-nos-ia escapado, porque sistematicamente alheávamos os espíritos, aterrávamos as populações, cavávamos pelo espírito religioso e aristocrático um abismo entre a minoria dos conquistadores e a maioria dos vencidos. Um dos primeiros benefícios, que levamos àqueles povos, foi a Inquisição: os Espanhóis fizeram o mesmo na América. As religiões indígenas não eram só escarnecidas, vilipendiadas: eram atrozmente perseguidas. O efeito moral dos trabalhos dos missionários (tantos deles santamente heróicos!) era completamente anulado por aquela ameaça constante de terror religioso: ninguém se deixa converter por uma caridade, que tem atrás de si uma fogueira! A ferocidade dos espanhóis na América é uma coisa sem nome, sem paralelo nos anais da bestialidade humana. Dois impérios florescentes desaparecem em menos de 60 anos! Em menos de 60 anos são destruídos dez milhões de homens! Dez milhões! Estes algarismos são trágicos: não precisam de comentários. E todavia, poucas raças se têm apresentado aos conquistadores tão brandas, ingênuas, dóceis, prontas a receberem com o coração a civilização que se lhes impunha com as armas! Bartolomeu de Las Casas, bispo de Chiapa, um verdadeiro santo, protestou em vão contra aquelas atrocidades: consagrou a sua vida evangélica à causa daqueles milhões de infelizes: por duas vezes passou à Europa, para advogar solenemente a causa deles perante Carlos V. Tudo em vão! A obra da destruição era fatal: tinha de se consumar, e consumou-se.

Há, com efeito, nos atos condenáveis dos povos peninsulares, nos erros da sua

política, e na decadência que os colheu, alguma coisa de fatal: é a lei de evolução histórica, que inflexível e impassivelmente tira as consequências dos princípios uma vez introduzidos na sociedade. Dado o catolicismo absoluto, era impossível que se lhe não segue, deduzindo-se dele, o absolutismo monárquico. Dado o absolutismo, vinha necessariamente o espírito aristocrático, com o seu cortejo de privilégios, de injustiças, com o predomínio das tendências guerreiras sobre as industriais. Os erros políticos e econômicos saíam daqui naturalmente; e de tudo isto, pela transgressão das leis da vida social, sala naturalmente também a decadência sob todas as formas.

E essas falsas condições sociais não produziram somente os efeitos que apontei. Produziram um outro, que por ser invisível e insensível, nem por isso deixa de ser o mais fatal. E o abatimento, a prostração do espírito nacional, pervertido e atrofiado por uns poucos de séculos da mais nociva educação. As causas, que indiquei, cessaram em grande parte: mas os efeitos morais persistem, e é a eles que devemos atribuir a incerteza, o desânimo, o mal-estar da nossa sociedade contemporânea. À influência do espírito católico, no seu pesado dogmatismo, deve ser atribuída esta indiferença universal pela filosofia, pela ciência, pelo movimento moral e social moderno, este adormecimento sonambulesco em face da revolução do século XIX, que é quase a nossa feição característica e nacional entre os povos da Europa. Já não cremos, certamente, com o ardor apaixonado e cego de nossos avós, nos dogmas católicos: mas continuamos a fechar os olhos às verdades descobertas pelo pensamento livre.

Se a Igreja nos incomoda com as suas exigências, não deixa por isso também de nos incomodar a Revolução com as suas lutas. Fomos os portugueses intolerantes e fanáticos dos séculos XVI, XVII e XVIII: somos agora os portugueses indiferentes do século XIX. Por outro lado, se o poder absoluto da monarquia acabou, persiste a inércia política das populações, a necessidade (e o gosto talvez) de que as governem, persiste a centralização e o militarismo, que anulam, que reduzem ao absurdo as liberdades constitucionais. Entre o senhor rei de então, e os senhores influentes de hoje, não há tão grande diferença: para o povo é sempre a mesma a servidão. Éramos mandados somos agora governados, os dois termos quase que se equivalem. Se a velha monarquia desapareceu, conservou-se o velho espírito monárquico: é quanto basta para não estarmos muito melhor do que nossos avós. Finalmente, do espírito guerreiro da nação conquistadora, herdamos um invencível horror ao trabalho e um intimo desprezo pela indústria. Os netos dos conquistadores de dois mundos podem, sem desonra, consumir no ócio o tempo e a fortuna, ou mendigar pelas secretarias um emprego: o que não podem, sem indignidade, é trabalhar! Uma fábrica, uma oficina, uma exploração agrícola ou mineira, são coisas impróprias da nossa fidalguia. Por isso as melhores indústrias nacionais estão nas mãos dos estrangeiros, que com elas se enriquecem, e se riem das nossas pretensões. Contra o trabalho manual, sobretudo, é que é universal o preconceito: parece-nos um símbolo servil! Por ele sobem as classes democráticas em todo o mundo, e

se engrandecem as nações: nós preferimos ser uma aristocracia de pobres ociosos, a ser uma democracia próspera de trabalhadores. Ë o fruto que colhemos duma educação secular de tradições guerreiras e enfáticas!

Dessa educação, que a nós mesmos demos durante três séculos, provêm todos os nossos males presentes. As raízes do passado rebentam por todos os lados no nosso solo: rebentam sob forma de sentimentos, de hábitos, de preconceitos. Gememos sob o peso dos erros históricos. A nossa fatalidade é a nossa história.

Que é, pois necessário para readquirirmos o nosso lugar na civilização? Para entrarmos outra vez na comunhão da Europa culta? Ë necessário um esforço viril, um esforço supremo: quebrar resolutamente com o passado. Respeitemos a memória dos nossos avós: memoremos piedosamente os atos deles: mas não os Imitemos. Não sejamos, à luz do século XIX, espectros a que dá uma vida emprestada o espírito do século XVI. A esse espírito mortal oponhamos francamente o espírito moderno. Oponhamos ao catolicismo, não a indiferença ou uma fria negação, mas a ardente afirmação da alma nova, a consciência livre, a contemplação direta do divino pelo humano, (isto é, a fusão do divino e do humano), a filosofia, a ciência, e a crença no progresso, na renovação incessante da humanidade pelos recursos inesgotáveis do seu pensamento, sempre inspirado. Oponhamos à monarquia centralizada, uniforme e impotente, a federação republicana de todos os grupos autonômicos, de todas as vontades soberanas, alargando e renovando a vida municipal, dando--lhe um caráter radicalmente democrático, porque só ela é a base e o instrumento natural de todas as reformas práticas, populares, niveladoras. Finalmente, à inércia industrial, oponhamos a iniciativa do trabalho livre, a indústria do povo, pelo povo, e para o povo, não dirigida e protegida pelo Estado, mas espontânea, não entregue à anarquia cega da concorrência, mas organizada duma maneira solidária e equitativa, operando assim gradualmente a transição para o novo mundo industrial do socialismo, a quem pertence o futuro. Esta é a tendência do século: esta deve também ser à nossa. Somos uma raça decaída por ter rejeitado o espírito moderno: regenerar-nos-emos abraçando francamente esse espírito. O seu nome é Revolução: revolução não quer dizer guerra, mas sim paz: não quer dizer licença, mas sim ordem, ordem verdadeira pela verdadeira liberdade. Longe de apelar para a insurreição, pretende preveni-la, torná-la impossível: só os seus inimigos, desesperando-a, a podem obrigar a lançar mão das armas. Em si, é um verbo de paz porque é o verbo humano por excelência.

Meus senhores: há 1 800 anos apresentava o mundo romano um singular espetáculo. Uma sociedade gasta, que se aluía, mas que, no seu aluir-se, se debatia, lutava, perseguia, para conservar os seus privilégios, os seus preconceitos, os seus vícios, a sua podridão: ao lado dela, no meio dela, uma sociedade nova, embrionária, s rica de ideias, aspirações e justos sentimentos, sofrendo, padecendo, mas crescendo por entre os padecimentos. A ideia

desse mundo novo impõe-se gradualmente ao mundo velho, converte-o transforma-o: chega um dia em que o elimina, e a humanidade conta mais uma grande civilização.

Chamou-se a isto o Cristianismo.

Pois bem, meus senhores: o cristianismo foi a Revolução do mundo antigo: a Revolução não é mais do que o Cristianismo do mundo moderno.

3. 2.4.2- Revolução de Setembro – 26 maio

Fig. 22 - Revolução de Setembro – 26 maio – p. 1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$000 réis — Semestre, 3$000 réis — Trimestre, 1$600 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$500 réis — Semestre, 3$750 — Trimestre [illegible] 75 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da administração, junto ao Correio Geral
Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Antonio Maria Pereira, rua Augusta, 50-52
Assignaturas são pagas adiantadas — Publicações de interesse particular são pagas
Folha avulso, 40 réis — Annuncios, 20 réis por linha
A redacção não responde pela doutrina e opiniões dos artigos assignados ou que levarem signal de que não são della — Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos

Para as provincias
Anno, 7$500 réis — Semestre, 3$750 réis — Trimestre, 1$975
Para o Brasil
Anno, 12$000 réis — Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:685 | SEXTA-FEIRA, 26 DE MAIO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 25 DE MAIO

As glorias reformistas vão murchando, as gallas convertem-se em crepes, e os mais laverços do grupo esgueiram-se sorrateiramente depois de haverem provocado o conflicto entre elles e o governo.

A dobles da seita é conhecida de ha muito. Depois da ultima crise ministerial os abstinentes negaram-se a communicar com os hereges, julgaram a egreja polluta e interdicta, e não concorreram á reunião para que o governo os convidára. Como não se rasgasse o véo do templo, não tremesse a terra e não se escurecesse o sol, o amuo durou pouco, o medo da dissolução impôz silencio ás expansões patrioticas, e o paiz viu entoar publicamente o *peccavi* dos conversos.

Era a dureza do vime. O regime episcopal era excellente, mas a babugem que se póde aproveitar nas aguas de Bolama val mais que a adoração esteril d'um bispo que prefere o torrão de Fontello ás delicias do paraiso. Val mais um passaro na mão do que dois a voar, e desde que o santo prelado saiu desenganado do paço de que não eram alli ouvidas as suas calumnias, esfriou o enthusiasmo, que sempre costuma ser reflectido, pela mediocridade e pela impotencia.

O parecer da commissão de fazenda sobre o orçamento da marinha dava ensejo a nova especulação. Da sinceridade e boa fé de muitos dos seus membros, dos bons desejos de outros, procurava a giria clerical tirar proveito para si. A vangloria alardeava os triumphos que não eram seus, e a perfidia era victima da sua estulticia. Cuidando que se exaltava a si desfazia a obra reformista que apoiára na gerencia do sr. Latino Coelho, e decidindo depois guerrear o gabinete via demonstrada a sua incapacidade e a sua cegueira.

Quem viu um dos dias passados o sr. Mello e Faro a chorar queixumes contra o sr. marquez d'Avila em nome do partido reformista, quem viu que esse grande partido era solidario na vingança das affrontas feitas áquelle ex-ministro, quem ouviu a desculpa contraproducente do mallogro da expedição da Zambezia pela necessidade de organisar um corpo militar insubordinado, e pela impossibilidade de fazer em seis mezes umas poucas de lanchas que se fazem em tres, bem podia imaginar que tal causa estava perdida. Mas tudo isso era pouco. O que o sr. Arrobas declarou hontem perante a camara desconcertou de todo aquelle grupo, que em logar de defender a sua causa, justifica a accusação pela confissão de que o sr. Latino Coelho não foi, nem podia ser impeccavel!

Pois a falta do attributo de impeccabilidade santifica os erros do partido reformista? Pois a justiça só pune os crimes dos impeccaveis? Pois da fraqueza humana conclue-se a gloria dos reformadores que foram victimas dessa fraqueza?

Não ha escripturação no arsenal, não ha contas pela confusão em que o famoso reformador deixou tudo. Contas de sacco. Que tem isso? Tambem no ministerio das obras publicas não ha contas. Glorifiquemos os reformistas, porque em logar de não haver contas só n'um ministerio, não as ha em mais algum!

Não é concludente a defeza? Pois se no ministerio das obras publicas não ha contas de gerencia desde 1866–1867 não devemos amaldiçoar os regeneradores que prestavam contas, e não havemos de exaltar os reformistas que as encobrem?

Se quereis avaliar a gerencia do sr. Latino Coelho, isto é, a gerencia do partido reformista pelo lado moral, reparae que s. ex.ª não é culpado nem pela má direcção das operações, nem por que em Quilimane fossem subtraidos e vendidos viveres e munições destinadas aos expedicionarios. A responsabilidade d'aquelles roubos não póde caber aos reformistas, deve recahir sobre os regeneradores que organisaram a expedição insubordinada, que não tiveram cuidado de arranjar lanchas, e que dirigiam as operações.

O sr. Latino Coelho tem amigos e defensores como os deve ter. A sua causa e a da reforma acha-se imparcial e felizmente esclarecida.

COLONIAS

O projecto de lei do sr. deputado Pereira de Miranda apresentado ás côrtes em sessão de 18 de abril de 1871

(Continuação)

IV

Na ordem exacta e na concatenação logica das suas idéas, o projecto do sr. Pereira de Miranda rebate a doutrina dos decretos de 12 de novembro e de 7 e de 16 de dezembro de 1869 no ponto em que alteram as pautas das nossas provincias ultramarinas, e, considerando mais particularmente as das nossas possessões de Africa, acode pedindo salutar remedio para o mal, gerado daquelles decretos.

Reclama urbana, mas energicamente, a reparação do damno causado por aquellas leis abolindo o favor concedido aos generos reexportados da metropole para as provincias ultramarinas, e diz-se assombrado perante o silencio que não justifica deliberação de tal ordem, maxime quando ella promana de um nome como o de Rebello da Silva, uma dessas glorias de todas as épocas, que possam, como os meteoros, atravez do seu tempo, inundando com a mesma abundancia e intensidade de luz, as lettras, o professorado, a imprensa e a tribuna!

Pois valia bem a pena, diz o sr. Pereira de Miranda. Valia bem de certo, visto que a abolição injustificada, e injustificavel, importa nem mais nem menos do que o monstruoso aniquillamento do commercio portuguez entre a metropole e as suas possessões africanas.

Em 1868 ascendeu a cifra da exportação portugueza para Africa, comprehendendo as mercadorias nacionaes, nacionalisadas e reexportadas, a 1.358:016$300 réis. Nesta importancia só os tecidos de algodão figuram por 720:596$900 réis. E nesta verba só a da *reexportação* attinge réis 607:059$400, visto que a importancia da exportação dos tecidos de algodão é assim distribuida no relatorio do sr. Pereira de Miranda, cuja exactidão escrupulosa não é licito pôr em duvida:

Exportação nacional	107:419$300
Exportação nacionalisada	6:118$200
Reexportação	607:059$400

São eloquentes estes algarismos, accrescenta com justiça s. ex.ª E' claro que a abolição do favor concedido aos generos reexportados, nos direitos a pagar nas colonias, e bem assim a recusa do beneficio concedido aos generos e mercadorias de producção nacional, e aos nacionalisados pelo pagamento dos direitos de consumo no continente, providencia que tambem alcança o projecto do sr. Pereira de Miranda, sendo esse beneficio de mais a mais a compensação do outro identico, com que as alfandegas do continente gentilmente recebem os nossos generos coloniaes, importa, nem mais nem menos, o desvio sacrilego da torrente commercial das nossas colonias para as nações estrangeiras! Importa, como ainda reflecte s. ex.ª, paralysar notavelmente o movimento commercial de Lisboa, que hoje tira a sua actividade, em grande parte, do commercio com Africa.

Só pelo que diz respeito a reexportação todo esse movimento significa acrescimo de receita, por direitos de tonelagem e reexportação, por trabalhos de descarga e embarque, e augmenta ainda a receita publica, já pelo imposto industrial, já pelo imposto de sêllo, já pelo imposto do correio, já pelo modo mil vezes complexo por que as finanças publicas se opulentam sempre com o progresso commercial, quando este é incitado por motores equivalentes áquelles que o projecto do sr. Pereira de Miranda pretende restaurar e restabelecer.

E a essas rasões de natureza interesseira acrescem outras de ordem mais elevada, abraçando-se todas no mesmo intuito. «Conservar aos generos reexportados da metropole para as provincias de Africa um beneficio... parece-me uma medida acertada, politica e financeiramente fallando.»

O acerto politico está no altissimo pensamento de conservar as relações de continente para continente, ligando a ambos pelo amor e pelo interesse, e segurando assim por todos os futuros além a reciprocidade das idéas e dos lucros que o tempo fará mais insignes, quando a autonomia pessoal seja o galardão e a honra de ambos!

N'um ponto especial do seu projecto olha o sr. Pereira de Miranda para o Ambriz, e ainda ahi acode patrioticamente pelos interesses publicos.

Estabeleceu o decreto de 12 de novembro de 1869 o direito geral de 6 por cento *ad valorem* para aquella alfandega, no util intuito de attrahir para o Ambriz o commercio, que direitos exagerados haviam affastado para as feitorias abertas no Quicembo, no Ambrisete e em outros pontos da costa situados ao norte do rio Loge. Para cobrar porém os direitos decretados determinava o artigo 1.º do mesmo decreto, e determina, que elles sejam calculados sobre o preço dos mercados exportadores. Ora isto é manifestamente contrario a todas as interpretações estabelecidas, as quaes são conformes com a justiça e com a verdade augmentando ao valor dos generos no mercado de origem o que lhes sobra pela derivação successiva de despezas, que os acompanham desde o mercado exportador até ao mercado importador.

A providencia reclamada no § 2.º do artigo 4.º do projecto do sr. Pereira de Miranda é pois egualmente util e justa.

As provincias de Moçambique, S. Thomé e Principe, e Cabo Verde, certamente compensarão com notavel reconhecimento o zelo patriotico do illustre deputado da capital, cujo projecto, quando outra coisa não respeitasse, era para aquellas provincias uma distinctissima significação do alto apreço de suas relações e do muitissimo em que por um grande cidadão era conceituado e estimado o affecto e o valor d'ellas.

Não menos deve, por não ser nomeada, á alma portugueza do sr. Pereira de Miranda a provincia de Angola. Mais porventura. Lá está no seu relatorio um periodo, generoso e franco, denunciando que o projecto traz o sentido posto na pasta d'essa provincia, ultimamente estudada no ministerio da marinha, e da qual s. ex.ª quer briosamente arredar o tinteiro que estragou as outras.

(Continúa.)

A REPARTIÇÃO DE SAUDE NAVAL E DO ULTRAMAR — HOSPITAL DA MARINHA — OS MEDICOS E AS NOSSAS COLONIAS.

V

Têem-se feito algumas accusações contra o hospital da marinha, que merecem ser destruidas. Tenho procurado restabelecer a verdade e parece-me ter refutado as principaes accusações. Não sei se me passou alguma accusação despercebida, mas a fallar verdade não vale a pena o trabalho de responder a accusações evidentemente infundadas.

A seguinte recapitulação dá uma idéa exacta do estado d'esta questão.

Disseram que a media diaria dos doentes no hospital da marinha era — 24, e eu demonstrei que a media diaria é — 80,08. Ha portanto differença muito importante, que não deve ser indifferente, quando se deseja escrever a verdade. Se um anno favoravel faz descer a media diaria a 67,10 doentes, ou mesmo a 56, a maioria dos casos dá 70 doentes por dia, apparecem muitos dias em que ha 80 doentes e não são poucos aquelles em que ha 100 doentes!

A media diaria do hospital da marinha tende a augmentar e não a diminuir e parece-me erro grave o dizer-se que houve ou póde haver em qualquer dia do anno 24 doentes!

Disseram que para a media — 24, havia 10 facultativos. A ser verdadeira similhante asserção havia 2,1 doentes para 1 facultativo!! E póde tomar-se isto a serio? Repugna acreditar em accusações de tal ordem e ninguem poderá admittir que fossem 10 facultativos por dia ao hospital da marinha para tratar de 24 doentes!!

Diga-se a verdade francamente.

Disseram que o tratamento de cada doente não custava menos de 500 réis por dia, e eu demonstrei que só se gastavam 227 réis. São differenças importantes, para as quaes chamo a attenção de todos aquelles que tomam interesse em conhecer a verdade.

Gastam-se 500 réis por dia com o tratamento de cada doente?

Não póde ser. E' preciso dar o desenvolvimento do calculo que se fez para se achar similhante resultado. Os documentos officiaes de que tenho conhecimento, e que servem de base para todos aquelles que desejam iniciar-se nesta questão, mostram que a maxima despeza que se póde fazer por doente é de 381 réis. Entram, porém, n'este calculo elementos de que os leitores têem conhecimento pelo meu artigo IV. E alli se vê que similhante despeza tende a diminuir, achando-se apenas 227 réis para o tratamento propriamente dito.

Tenho presente um calculo em que se procura demonstrar que a despeza, por doente, no hospital da marinha é de 564 réis, e póde até subir a 600 réis! O calculo a que me refiro eleva a despeza total do hospital a 13:848$433, mettendo nos gastos do pessoal 6:942$300 réis, que não têem razão de ser, como demonstrei no meu artigo IV.

O hospital da marinha tem sido condemnado por ser *bom*, *luxuoso* e *apparatoso*, e só se deseja um hospital *confortavel*, *mas modesto*. E' exactamente esta a condição em que se acha o hospital da marinha. Estimo bem ter occasião de demonstrar esta verdade, mas antes d'isso desejo restabelecer uma inexactidão do discurso a que me refiro. Está publicado no *Diario das Camaras*, de 20 do corrente, pag. 693. Diz-se alli:

«Pedem-se aos marinheiros 400 *réis* para occorrer aos gastos da administração e além disto o governo é obrigado a contribuir para sustentar aquelle estabelecimento no estado em que se acha.»

Como se póde exigir *aos marinheiros* 400 réis por dia, se um grande numero delles não tem similhante vencimento?

Ha doentes tratados no hospital que não pagam a terça parte, e se se recebe mais d'uns do que d'outros na rasão dos seus vencimentos é para não faltar o bom tratamento aos doentes de todas as classes. Note-se isto bem.

O doente que ganha 100 *réis* diarios e os deixa para o hospital tem tratamento egual ao que deixa para o hospital 400 réis. Se este não dá perda á casa, aquelle traz um deficit, que é necessario supprir d'alguma parte. O que digo a respeito dos doentes que porventura pagam 100 réis ou 165 *réis*, deve applicar-se aos que pagam 180 réis, 200 e 265 *réis* etc.

Para esclarecer de raiz e a preceito este importante assumpto, apresentarei uma estatistica dos doentes, segundo os vencimentos, e por ella se verá que não é exacto dizer-se que se pedem ao marinheiro 400 *réis* para occorrer aos gastos da administração do hospital. E' trabalho para outro artigo.

A repartição de saude naval e do ultramar tem a seu cargo um serviço tão especial como importante, e que entre nós tem sido inteiramente descuidado. A relação que ha entre esta repartição e as juntas de saude das provincias ultramarinas merece grande desenvolvimento, e eu não devo passar a este assumpto sem ter completado as minhas considerações ácerca do hospital da marinha. E tambem não posso fazer vêr as difficuldades com que os medicos coloniaes têem lutado sem alcançarem vantagens algumas para as colonias, a cujo respeito ha grande e completa confusão sob o ponto de vista medico!

Compára-se Mossamedes a S. Thomé! Legisla-se para a ilha do Principe como para a ilha Brava! Considera-se Benguella nas mesmas condições que S. Vicente etc. etc. Isto não póde ser.

E' urgentissimo que se estudem estes climas, as suas condições especiaes, e que se possa fazer idéa de cada uma das nossas colonias, para não se fazerem gravissimas injustiças, como se está praticando.

Não levantarei mão d'assumptos tão vitaes e momentosos sem ter dito o que sei a seu respeito.

M. F. Ribeiro.

RELAÇÃO DOS AÇORES
MAGISTRATURA DO REINO E ULTRAMAR

Sobre estes assumptos publicos escreve o sr. A. J. de Seixas o seguinte:

«Temos seguido a discussão sobre os meios de remediar os males que o archipelago dos Açores tem soffrido do *inconsequente* systema de prover de juizes o tribunal de segunda instancia de S. Miguel.

Dois magistrados de reconhecido merito pelos seus serviços na magistratura judicial e do ministerio publico, no ultramar, nos Açores e continente do reino, vieram nos n.os 5:222 e 5:263 do *Jornal do Commercio* discutir um assumpto tão importante para o qual lhes sobejam habilitações que nós não possuimos.

Somos alheios á sciencia daquelles, que, atravez dos seculos, como juizes e jurisconsultos, têem *escudado* as sociedades com a quasi divina sciencia da jurisprudencia. No entanto, entraremos na discussão como os operarios que trabalham nos materiaes com que os mestres realisam as grandes obras. Somos, pois, desconhecedores da sciencia que illustraram os coodificadores das *Pandectas*, e mais proximo de nós os nomes dos Pothiers, dos Merlins e outros abalisados jurisconsultos. E, demais, aqui trata-se de uma questão administrativa. Entraremos, portanto, na discussão com a pratica que temos dos negocios publicos do ultramar e do reino.

Achamos dois inconvenientes para ser adoptada a opinião do sr. Mendes Affonso, no modo de prover-se, dados certos casos, a relação dos Açores com juizes do ultramar. Entramos no assumpto.

As vagaturas da relação dos Açores, preenchidas conforme se affigura a este distincto magistrado, daria em resultado a falta de juizes por muito tempo nas relações de Goa e Loanda, e tambem na dos Açores. Imaginemos que se veri-

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 23 - Revolução de Setembro – 26/maio/1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

CRÔNICA

Conferências – Por motivos imperiosos, e excepcionais a próxima Conferência no Cassino será no sábado 27, e não na segunda-feira 29, como se anunciara, fala o Sr. Antero de Quental sobre nas causas da decadência da Península nos últimos três séculos.

Esta, e as subsequentes conferências, serão na sala grande do Cassino.

3.2.4.3 - Revolução de Setembro – 30/maio/1871

Fig. 24 - Revolução de Setembro – 30/maio/1871 – p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$000 réis — Semestre, 3$000 réis — Trimestre, 1$600 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$200 réis — Semestre, 3$720 — Trimestre, 1$975 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da administração, junto ao Correio Geral
Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Antonio Maria Pereira, rua Augusta, 50-52
Assignaturas são pagas adiantadas — Publicações de interesse particular são pagas
Folha avulso, 40 réis — Annuncios, 20 réis por linha
A redacção não responde pela doutrina dos artigos assignados ou que levarem signal de que não são della — Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos

Para as provincias
Anno, 7$400 réis — Semestre, 3$750 réis — Trimestre, 1$975
Para o Brazil
Anno, 12$000 réis — Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:688 | TERÇA-FEIRA, 30 DE MAIO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 29 DE MAIO

Houve hontem reunião da commissão de fazenda para dar o seu parecer sobre a proposta da lei de meios. A maioria da commissão aceitou a proposta, mas com restricções quanto ao tempo; a minoria aceitou-a como o governo a propozera.

O ministerio declarára urgente a proposta, que pelos motivos que a determinaram se converteu em questão politica. Os membros da commissão que formam a minoria resolveram fazer parecer em separado, e apresentaram n'o hoje á camara; os da maioria declararam que só ámanhã o poderiam apresentar. Parece demasiado estudo para quem mostra opiniões tão radicaes senão é intuito economico que quer previnir um caso que póde cercear alguns interesses reformistas.

A incompatibilidade entre o governo e a camara está demonstrada. A maioria recusou meios ao governo na questão dos privilegios dos bancos simulando o interesse de egualdade; e votou hoje a extincção do commando em chefe da armada contra a declaração expressa do sr. ministro da marinha.

O governo pos a questão francamente declarando ao poder moderador que existia o conflicto, que para a resolução delle apresentava ás côrtes a lei de meios, e que a corôa resolvesse depois entre o gabinete e a camara dos deputados.

O ministerio não se enganou na apreciação da minoria em que se achava. As votações demonstraram-n'o. A discussão dos orçamentos é impossivel pelo systema adoptado de se tratar nella de toda a organisação dos serviços, e a precipitação com que hoje corria o debate é um ardil pueril com que se quer argumentar depois, como se tres mezes de trabalhos estereis não demonstrassem a incapacidade de uma situação anomala que tem cuidado de tudo menos do que devia cuidar.

Não exemptamos da culpa o governo. Era necessario ter uma fé cêga mas uma rasão pouco esclarecida para crêr que o partido reformista apoiava lealmente qualquer governo. A sua restricção á lei de meios não é um expediente constitucional, é um ardil para ver se por meio delle apanha o poder que não sabe gerir, porque a discussão do orçamento da marinha mostrou que a gerencia daquelle partido não fôra senão uma serie de torpezas.

Resolva a crise quem a póde e deve resolver.

A tribuna portugueza foi hoje enobrecida pelo sr. Jayme Moniz. A sua estreia na camara dos deputados confirmou a fama que tinha ganho nos tribunaes e na cadeira de professor.

Não nos podemos associar á sua causa, mas somos os primeiros a prestar o nosso culto de admiração á nobreza das suas idéas, á elevação dos seus sentimentos e á convicção com que os manifesta e evangelisa.

Mas a questão não recebeu mais luz dos diversos oradores que defendem o beneplacito, ou a censura, para as pastoraes dos prelados.

Dizem-nos que vivemos no regime das concordatas. Pois vivamos. Mas citem-nos uma só, uma sequer, em que a egreja e o estado estipulem essa censura das pastoraes. Confessaremos depois o nosso erro, e nem sequer allegaremos que essas concordatas caducaram.

Não as ha. Existe um alvará de 1795 sobre o exame e censura dos livros, alvará que a carta revogou, e que nos dizem ter ficado em vigor para a censura das pastoraes.

Distincção subtil, pela qual o julgador distingue onde a lei o não quiz fazer; distincção que Borges Carneiro, aquelle reaccionario, não comprehendeu, dizendo que depois da carta tinha cessado a necessidade de beneplacito.

Se não ha lei, nem concordata que estabeleça esse direito, e se ha a carta que aboliu a censura, que outra cousa não é o beneplacito, que fundamentos o sustentam?

Ser a religião do estado? Mas que significa isso? Pedia a religião ao estado esse privilegio? Não é a religião anterior á monarchia? Se o estado a aceitou em beneficio delle como deduz dahi o direito de a escravisar! Do subsidio? Mas o subsidio é em proveito do estado ou da religião? Quando foi que ella implorou o subsidio? Mais riqueza tinha ella antes do estado nascer.

Logo estas rasões são frivolas.

Ouvimos que o beneplacito era anterior á censura; mas tambem a religião é anterior ao beneplacito. De que serve o exemplo da prioridade se nem prova a favor nem contra?

Uma divergencia profunda notamos nos defensores do *placitum regium*. Uns dão a liberdade á egreja admittida a liberdade dos cultos; o sr. Jayme Moniz tremeu diante da liberdade religiosa, declarando que a egreja livre no estado livre seria a egreja livre no meio do estado escravo.

A nossa comprehensão não abrange ainda o alcance da liberdade dos cultos para deixar a liberdade á egreja. Pois se os cultos forem livres as diversas egrejas podem impunemente invadir o estado, e será licito aos bispos expedir as pastoraes mais fulminantes? Pois só poderá ser livre a religião que o estado prefere quando o forem todas? Pois será licito a guerra dos estranhos, e devem ser escravos os filhos?

Neste erro não caiu o sr. Jayme Moniz.

Para nós nenhum culto tem direito de investir ou de invadir os dominios do estado, o qual deve estar armado contra todos não com o meio ignobil da censura mas com os meios de repressão que o codigo penal auctorisa. O que é perigoso na religião do estado não póde ser salutar nem indifferente quando todos os cultos forem permittidos; e a repressão que os deve conter a todos deve ser sufficiente para conter o que é preferido pela sua bondade, pela sua influencia salutar, e não por um privilegio estabelecido entre a religião e o imperio.

Tyrannia nem a da verdade, disse eloquentemente Jayme Moniz. Do Tiberio que ía assistir ás audiencias do pretor dizia Tacito que muitas vezes prevenira injustiças, mas accrescentava que este interesse pela justiça corrompia a liberdade. *Dum veritati consulitur libertas corrumpebatur.* A liberdade é preferivel á propria justiça. Mas quem receia a tyrannia da verdade não póde nem deve tolerar a tyrannia da censura, a tyrannia da provenção contra os direitos da liberdade.

A nossa doutrina é:

O *placet* é uma prevenção e uma censura que as nossas leis não admittem.

O *placet* para as pastoraes é a sujeição arbitraria do prelado ao governo no exercicio das suas funcções independentes.

O *placet* da carta é para os breves, decretos dos concilios e constituições ecclesiasticas, que não são as pastoraes.

As restricções não se ampliam.

O *placet* não previne abusos, porque os prelados desobedientes não infringem lei a que esteja applicado castigo no codigo penal em quanto se acha nelle pena para a repressão dos abusos que não se podem dar desde que se tolhe a liberdade.

A religião não é um privilegio do estado, é um direito preexistente a elle, e se este a adopta é no interesse temporal que determina essa adopção.

Assim na nossa opinião o bispo do Algarve commetteu um abuso pelo que escreveu, e não por falta de censura, e póde ser reprehendido ou processado. No systema dos defensores do *placet* que é o que se póde fazer? Vêr a desobediencia e estranhal-a? Que importa isso a quem entende que não deve obedecer? Castigal-a? Mas qual é a pena que se applica a tal delicto?

O *placet* é um espantalho ou é cousa séria?

Desde que admittis o *placet* que respondereis ao governo offendido se vos pedir reparação? Direis que fostes escarnecidos? Desgraçada resposta. Direis que estranhastes? Fraca reparação.

Nós diriamos — O prelado é livre, nós estranhamos, mas submettemos a infracção ao julgamento dos tribunaes e elles decidirão.

Respeitavamos nos prelados a sua dignidade, mantinhamos a liberdade de todos, e não deixavamos os crimes impunes.

Continuando a escarnecer dos nossos assombrosos disparates faz-nos o sabio *Popular* a mercê de nos esclarecer n'um artigo que diz assim:

«A *Revolução* é mais que preciosa, chega a divina.

«Dissemos que a regeneração no seu ultimo governo achou a divida fluctuante em 6:700 contos e a deixou e 16:000, augmentando-a em 10 mil contos em pouco mais de dois annos, assim como augmentou mais de 2:600 contos na despeza e deixou diminuir a receita.

«A *Revolução* confessa, mas, para desculpar a sua gente, allega que os regeneradores contrairam um emprestimo de 5.500:000 libras nominaes para pagar a divida fluctuante. Boa desculpa, não tem dúvida! Augmenta-se a despeza, augmenta-se a divida fluctuante, deixa-se diminuir a receita e para desculpar tudo clama-se que tambem se contraiu um emprestimo consolidado! Bonito!

«Mas a cousa vae mais longe. A *Revolução* diz que o emprestimo foi contraido para pagar a divida fluctuante externa. Ora admittindo que as 5.500:000 libras fossem emittidas a 38 1/2 (o que não é verdade) produziram 10:500 contos reaes. Abatendo d'aqui uns 1:800 contos para o pagamento do coupon da divida externa em janeiro, e 3:600 contos para o *deficit* do 1.º semestre de 1866, apenas ficaram 5 mil contos para pagar uma divida fluctuante externa, que excedia 9 mil contos.

«Diz ainda a *Revolução* que os reformistas, em vez de empregarem o famigerado emprestimo em pagar a divida fluctuante, desperdiçaram e esbanjaram o seu producto.

«Ora o sr. bispo de Vizeu entrou para o poder em julho de 1868, e n'essa época já nem exitiam 5 réis do emprestimo, e havia 12:088 contos de divida fluctuante.

«Tambem a *Revolução* diz que para fazer o emprestimo de 1869 foi necessario dar uma boa somma á companhia de sueste. Essa é boa! Pois não foi o rubicundo sr. Corvo, que, para se realisar o emprestimo regenerador, offereceu á companhia do sueste quasi o duplo do que depois se lhe deu? Pois não foram os regeneradores que deram origem e causa á famosa questão dos caminhos de ferro de sueste, graças ás lautas negociações e amplas prodigalidades do pipilante sr. Corvo?

«Ainda a *Revolução* ousa fallar do credito financeiro a que chegou o paiz. Já esqueceu os artigos da *Liberté* e do *Times*, analysando a gerencia regeneradora de 1866 e 1867, condemnando a asperamente e mostrando como durante essa malfadada gerencia Portugal *fôra exhausto de recursos*, e devorado por expedientes usurarios.

«Continúe, *Revolução* querida; jurou dar cabo do seu partido e ha de conseguil-o. Continue, e tanto basta.»

Entre as muitas pilherias que adornam esta obra prima de litteratura encontram-se as seguintes... coisas.

Que os regeneradores estando dois annos no poder augmentaram a despeza, augmentaram a divida fluctuante, deixaram diminuir a receita, e por fim pediram emprestada a somma nominal de cinco milhões e quinhentas mil libras; contraste notavel com o que fizeram os reformistas, os quaes, sendo governo apenas um anno, diminuiram a despeza, diminuiram a divida fluctuante, augmentaram a receita e a final de contas contentaram-se em pedir a modesta somma de doze milhões de libras nominaes! Gastaram menos, receberam mais, e ainda assim precisaram de um emprestimo superior ao dobro do que foi contrahido pelos esbanjadores! Insondaveis misterios da sabedoria reformista, diante da qual, nós, os simples mortaes, devemos inclinar respeitosamente a cabeça, sem termos o atrevimento de indagar o *porquê* das cousas. Elles que assim o fizeram é porque foi bom, justo e economico; sobretudo economico.

Que o emprestimo realisado em dezembro de 1867 não foi emittido a 38 1/2; pois não seria, se isso lhes dá gosto: o tal dos doze milhões a quanto foi?

Que dez mil contos não chegam para pagar uma divida de nove mil, se fôr preciso tirar d'aquella somma o dividendo do coupon que se vence em janeiro e ametade do *deficit* de um anno; que seria se houvesse tambem de pagar-se d'alli a multa Goschen, a pitança dos caminhos de ferro e os supprimentos a 25 %. Então é que não chegava a nada o insignificante emprestimo dos regeneradores.

Que a administração de que era alma o sr. bispo de Viseu já não encontrou 5 réis do tal emprestimo, mas sim uma divida fluctuante na importancia de oito mil contos. Na hypothese de que as grandes economias e prodigiosas receitas de que nos fallam os reformistas não fossem efficazes para reduzir o *deficit* a menos de cinco mil contos, teriamos no fim do anno uma divida de treze mil contos, para solver a qual apenas se pedia a bagatella de cincoenta e quatro mil contos nominaes. Signal evidentissimo de uma boa administração e de uma economia tão singular que chega a milagrosa.

Que o sr. Andrade Corvo é umas vezes rubicundo e outras pipilante, em quanto que o partido reformista leva a sua virtude a ponto de nunca enrubescer, pipilando sempre.

Que os regeneradores, para obterem o emprestimo, prometteram aos empresarios dos caminhos de ferro muito mais do que depois deram os reformistas. Pois sim, regalem-se lá com essa peta, que é boa, e quando forem governo mandem-a de presente aos governadores civis pelo telegrapho: os regeneradores dariam mundos e fundos ás empresas dos caminhos de ferro, mas é certo que se não falla de similhante cousa no contrato do emprestimo que elles fizeram, ao passo que no emprestimo reformista é essa uma clausula muito expressa, e que até foi mencionada no programma em que se annunciava a abertura da subscripção.

Finalmente, que não podem os regeneradores fallar em descredito nas praças estrangeiras, porque no tempo delles mandaram os reformistas para o *Times* e para a *Liberté* uns celebres artigos de que nunca appareceu o auctor, apressando-se até alguns a affastar de si a responsabilidade do taes escriptos! Ninguem quiz então a gloria que o *Diario Popular* parece querer revindicar agora, relembrando os taes artigos anonymos, trapaceiros, calumniosos, mas impotentes, porque apesar delles nunca o governo pediu supprimentos a 25 %, nunca fez contratos com condições humilhantes, nunca pagou multas que deshonram porque denotam a desconfiança a que só está sujeito quem é caloteiro. E mezes depois, quando a administração reformista estava em todo o esplendor da sua gloria, não foram precisos os artigos do *Times* nem da *Liberté* para que as praças da Europa se fechassem hermeticamente ao importuno pedinchar do governo portuguez: não precisaram os capitalistas estrangeiros de tão caridosas advertencias para zombar dos nossos inumeraveis corretores, offerecendo lhes contratos com condições leoninas, que todavia eram aceites!

Gloriae-vos dos vossos feitos, corajosos reformistas: expandieis o vosso enthusiasmo patriotico em musicas, foguetes e vivorio, em quanto lá fóra andava de rastos por todas as praças da Europa o credito de Portugal. Mais uma serenata e fica salva a patria: o *deficit* desapparece envolvido no fumo dos foguetes, o espectro da bancarota fugirá aterrado diante dos vivas, e vós ireis á immortalidade embrulhados n'uma folha da *Liberté* ou do *Times*.

Um jornal religioso folga com o incendio de Paris e tripudia sobre as desgraças da França do seguinte modo:

«No palacio da Legião de Honra reuniam-se Renan, os Saint Beuve, etc. etc. Que crimes se não pactuariam alli! Quantas heresias, quantas blasphemias se pronunciariam entre aquellas paredes!! O Palais Royale foi theatro das orgias do regente, das sacrilegas manisfestações de Jeronymo Napoleão. Nos Invalidos estava a apotheose da revolução e do crime, estava alli o sepulcro do primeiro Napoleão... E para fazer desapparecer as corôas imperiaes e os N N que cobriam as immensas fachadas das Tulherias e do Louvre, desde a praça da Concordia até em frente de Saint Germain l'Auxerrois, era insufficiente a picareta... deviam as chammas fazer desapparecer estas recordações de impiedade, este luxo de abominação.

«E as chammas lamberam esse perenne insulto á moralidade, essa injuria ao Catholicismo.

«Repetiremos o que diz um dos primeiros jornaes da Europa:

Henrique V não podia entrar nas Tuilherias depois de ter alli estado Napoleão; para que Paris se regenere, nada devia ficar em pé, nenhum d'esses edificios que abrigaram tanta abominação e tanto crime.»

Os falsos christãos não podem pensar de outro modo. Está aberto o caminho para Henrique V. Vêde como elle se chega, e como vae illuminado pelo incendio.

Quando em 1815 os alliados queriam destruir os monumentos levantados pelo imperio, e entre elles a ponte de Iena, Luiz XVIII respondeu que o avisassem do dia em que queriam praticar esse acto de heroicidade porque elle queria ir sentar-se sobre ella para saltar pelos ares com as suas ruinas.

O papa conserva no Vaticano todos os restos dos monumentos e estatuas do paganismo ao lado dos da christandade, e repara com incessante cuidado as proprias ruinas do Collisseo. Os falsos christãos não podem reinar senão sobre cinzas e ruinas.

E' por isso que viverão eternamente no isolamento, e andarão como os judeus á espera da reedificação do templo de Jerusalem.

ARSENAL DA MARINHA

Ainda o sr. Mariano Cyrillo de Carvalho, deputado ás côrtes e redactor do «Diario Popular»

Quando a verdade se deturpa nada se esclarece, querem discutir?... Sejam verdadeiros; não digam no parlamento uma cousa, e na imprensa outra.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 25 - Revolução de Setembro – 30/maio/1871 – p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

CRÔNICA

Conferência – Foi no sábado a segunda conferência na sala do Cassino Lisbonense. Foi preletor o Sr. Antero de Quental que tratou da decadência da península nos três últimos séculos.

Não analisamos, nem discutimos as ideias do Sr. Antero de Quental, pomos isso de parte; não nos preocupamos agora com isso. Mas o que diremos é que esta conferência é um dos acontecimentos mais notáveis que se tem visto em Portugal. Nunca entre nós o poder da crítica se elevou tão alto, nunca se fez uma exposição com mais admirável lucidez, nunca se reuniu tanta eloquência na forma a uma profundidade de vistas tal. O discurso do sr. Antero de Quental é uma obra perfeita, onde as partes se unem por um laço indissolúvel, se completam umas às outras de uma maneira brilhante.

O sr. Antero de Quental traçou um quadro do caminho que a península percorreu desde a meia idade até hoje. Apresentou esse quadro indo procurar ao mais profundo da consciência dos povos da península os elementos dele.

As questões mais delicadas, mais espinhosas, aquelas em que o espirito encontra sempre um escolho, que muitas vezes não pode vencer, formulou-as o sr. Antero de Quental com uma clareza que deixou espantados e maravilhados aqueles que o ouviram.

Postas as premissas, o sr. Antero de Quental tirou delas as consequências, o seu discurso é uma obra de arte nesse ponto. Através de todos os desvios da história, das feições variadas das épocas, seguia-se com aquele brilhante espírito a dedução dos princípios. Na sinceridade do nosso espanto, repetimos outra vez, que nunca em Portugal ninguém se elevou àquela altura.

O sr. Antero de Quental foi frequente vezes interrompido por bravos e aplausos unanimes, que era a mais bela e a mais sincera homenagem que se podia fazer ao seu talento, porque mostrava que as ideias expostas pelo orador entravam no espírito luminosas, claras, com toda a força e inflexibilidade da lógica. Se esses aplausos não tinham a significação de uma adesão aquelas ideias, disso não curamos nós, é uma questão de consciência com que nada temos, mais mesmo que fosse assim havia uma larga parte que era a admiração espontânea pela grandeza e amplidão daquele espírito crítico.

Para terminarmos diremos que a crítica do sr. Antero de Quental desempenhou neste assunto o papel daquele ser imutável e grandioso, que impassivelmente assiste ao passar dos séculos – a história.

É o melhor elogio que lhe podemos fazer.

3.2.4.4 - Revolução de Setembro – 27/junho/1871

Fig. 26 - Revolução de Setembro – 27/junho/1871 – p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Para as provincias

Para o Brasil

NUMERO 8:708 — TERÇA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 1871 — XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 26 DE JUNHO

FOLHETIM

A ARISTOCRACIA DO GENIO E DA BELLEZA FEMININ NA ANTIGUIDADE

POR

JOSÉ PALMELLA

POLITICA EXTERNA

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 27 - Revolução de Setembro – 27/junho/1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Continuo a declaração do sr. A. de Quental e de outro senhor aqui publicada, sem alterar porém uma vírgula sequer nas palavras do folhetim a que se referem: são claras, precisas e exatas, e não admitem interpretações equivocas:

"Adio – disse eu – para outra ocasião o falar das Conferências democráticas, etc., etc, - e, em satisfação a uma nossa amigo comum e querido, - das razões que me fizeram abater de aderir a elas como preletor, satisfação que não só devo à insistência dele mais a estranheza de outros amigos, etc, etc."

Inteira satisfação deveria o convite a que o senhores se referem se tal convite tivesse havido. Não houve e não se falou dele portanto. Exatamente o não tê-lo havido em uma das razões a que me referi e com que combati a insistência daquele amigo nos desejos de me ver adquirir como preletor das conferências citadas, simples e espontânea insistência de quem não julgava necessária a formalidade do convite especial, vendo entre os signatários do prospecto convite nomes, e dos demais comparada valia de íntimos e velhos amigos [...] me [...] de ideias [...] suposta que o prospecto convite sofria o convite especial. Engano de boa-fé, de boa vontade e de boa amizade. Não deve dizer mais e nem tanto era preciso.

Não houve convite, não se disse que o houvera, e se não basta esta declaração vá mais esta outra: seria rejeitado se o houvesse.

Ninguém perdeu, como ninguém ganhava no caso contrário. E o caso é tão insignificante que não merece mais.

Luciano Cordeiro.

3.2.4.5 - Diário de Notícias – 31/maio/1871

Fig. 28 - Diário de Notícias – 31/maio/1871 – p.1

PROPRIETARIOS
THOMAZ ANTUNES & EDUARDO COELHO, Redactor
N.º 1:942 — 7.º anno — 1871
Preços d'assignatura paga adiantada em Lisboa, mez 240, por 3 mezes, 700. Provincias, cada trimestre 1$075. Annuncios e publicações litterarias, 20 réis a linha. Publicações no corpo do jornal 60 réis a linha.

Diario de Noticias

ADMINISTRADOR A. SIMAS
CADA NUMERO 10 RÉIS
Quarta feira 31 de maio
Assigna-se na Typographia Universal, rua dos Calafates, 110. — O importe das assignaturas das provincias deve ser remettido em estampilhas ou vales do correio ao administrador do *Diario de Noticias* A. SIMAS.

TIRAGEM 23:500 EXEMPLARES

Suas magestades e altezas passam sem novidade em sua importante saude.

Camarista de serviço a sua magestade el-rei o senhor D. Luiz, sr. conde de Linhares; ajudante de campo, sr. D. Luiz de Mascarenhas; official ás ordens, sr. Teixeira de Carvalho.
Veador de serviço a sua magestade a rainha, sr. visconde da Lançada; damas, sr.as condessas de Sousa Coutinho e D. Gabriella de Sousa Coutinho, alternadamente.
Camarista de serviço a sua magestade el-rei o senhor D. Fernando, sr. conde de Campanhã.
Official ás ordens do senhor infante D. Augusto, sr. D. João de Mello.

INSTRUCÇÃO POPULAR

CHRONICA DO DIA.—S. Canso, S. Cantiano e Santa Cantilina, martyres. Santa Petronilla, virgem. O beato Diogo Salomonio, dominicano. Indulgencia das estações de Roma, plenaria em Portugal. Temporas e jejum. A egreja reza do Espirito Santo. Paramentos encarnados. Rito duplex. Missa do dia proprio.—Lausperenne na egreja da santa casa da Misericordia.
Raiar da aurora ás 2 h. e 49'—Nascimento do sol ás 4 h. e 41'—Occaso ás 7 h. e 19'.—Primeira maré: preamar aos 54' da m.; baixa-mar ás 7 h. e 6' da m. — Segunda maré: preamar á 1 h. e 18' da t.; baixamar ás 7 h. e 30' da t.

S. CANTO e seus irmãos, martyres. — Os heroes recebem a corôa de gloria. Uma familia digna de veneração das almas piedosas é hoje o alvo das orações e homenagens da egreja catholica. A familia que hoje merece os tributos dos crentes era das Aniceas, uma das mais celebres de Roma, e proximos parentes do imperador Carino, que favorecia os christãos nas Gallias. Protus instruiu-os na fé e nas maximas da mais sublime perfeição. Diocleciano começava a encher Roma de terror; venderam os seus bens e retiraram-se para Aquileo. Sisinnius, general do exercito, e Dulcidio, governador da provincia, exerceram grande numero de prisões, no numero das quaes entraram estes nossos santos. Como não quizessem adorar os deuses foram decapitados com Protus no anno 304, sendo seus corpos embalsamados por Zoelus, padre, que os enterrou no mesmo tumulo.

ASSUMPTOS DO DIA

Foi tumultuosa a sessão de hontem na camara dos srs. deputados. Apresentado o parecer da maioria da commissão de fazenda ácerca da lei de meios suscitou-se duvida sobre se devia dispensar-se ou não o regimento para entrar desde já em discussão, ou ser discutido na sessão de hoje. O sr. presidente do conselho observou que o governo não se oppunha a que a discussão fosse hoje, comtanto que ficasse hoje mesmo concluida. Aqui principiaram clamores. Varias vozes bradaram que o governo queria impor obrigações e dar ordens á camara. O sr. presidente do conselho buscou explicar os motivos da exigencia, tornando patente que está estabelecido o conflicto entre o poder legislativo e o executivo, conflicto que o poder moderador tem de resolver; que a lei de meios ha de ainda subir á outra camara; que não ha tempo para delongas; que se não se votar essa lei se obriga o ministerio a cobrar os impostos em dictadura etc. O tumulto proseguiu por largo espaço; os srs. ministros sairam da sala, mas depois de serenados os animos votaram-se os projectos que vão mencionados no boletim parlamentar, onde tambem se dá mais miuda conta do agitado incidente. Hoje discute-se, e provavelmente vota-se, a lei de meios. No dia seguinte deve ser votada na outra camara e vae ser convocado o conselho de estado politico para lhe ser proposta a dissolução. Como os leitores sabem ha muito que aqui diziamos que em grande numero de circulos se cuidava activamente de eleições e os insistentes boatos de dissolução, tantas vezes desmentidos, e outras tantas reproduzidos, prenunciavam este desfecho.

Mandou se declarar que sendo identico para as faculdades de theologia e direito o exame de habilitação, e tendo os estudantes de theologia de frequentar tres aulas do curso de direito, devem as duas referidas faculdades, reunidas em congregação geral, proceder á eleição de tres membros para comporem um jury mixto que proceda ao exame de habilitação para a primeira matricula em uma e outra faculdade.

Hontem pela 1 hora da tarde, o ministerio, alguns conselheiros de estado, general da divisão, generaes de brigadas, e officiaes superiores dos corpos da guarnição, foram ao paço das Necessidades cumprimentar el-rei o sr. D. Fernando, por ser o dia do santo do seu nome.

Ha hoje festa explendida na egreja de S. José. E' a primeira communhão de cento e tantas creanças da freguezia, sendo 85 do asylo de Santo Antonio, estabelecido na calçada de Santo Antonio dos Capuchos, e sustentado por iniciativa particular. Termina com esta solemnidade o mez de Maria. Ha um jantar ás creancinhas. A mesa é de 120 talheres. O asylo está armado em gala.

Foi hontem sepultado o sr. visconde de Condeixa. O prestito funebre era formado por dois coches da casa real, levando o primeiro o corpo, e o segundo os sacerdotes, dois coches de aluguer e duas berlindas, o trem da casa todo coberto de preto, outro trem com o mordomo, levando a corôa de visconde, e 56 trens com amigos do finado, membros do ministerio, e das duas camaras, fidalgos, negociantes, etc. O visconde deixou varios legados de caridade, e muitos particulares. O finado dotára com cem contos de réis fortes sua filha D. Maria Eugenia.

O sr. conde de Castello Branco, commandante da 1.ª divisão, vae brevemente a Santarem, Torres Novas, Leiria, Abrantes e Setubal, inspeccionar cavallaria 4 e 7, caçadores 6, infanteria 11 e caçadores 1, corpos da divisão do seu digno commando.

E' hoje pelas 2 horas da tarde na egreja de S. Paulo, o casamento da sr.ª D. Maria Gloria Fernanda Mousinho da Silveira Canavarro, neta do sr. barão de Arco Só, com o sr. barão de Ribeira da Pena.

Dois suicidios

Mais dois suicidios, um em terra outro no mar. A fatal monomania continua a produzir os mais funestos effeitos. E não ha meio de oppôr um dique a esta torrente devastadora? Nada póde contra ella a sciencia humana? Fallâmos da sciencia porque, infelizmente, a idéa religiosa parece desamparar estes espiritos fracos, de quem só ella poderia ser a ancora na hora da tempestade para lhes evitar o naufragio. Eis os dois tristes factos:—Hontem, 30, pelas 5 horas da manhã, participou na regedoria da Sé o cabo da estação municipal do Caes de Santarem, que na praia, em frente do dito caes, estava um cadaver humano, e tendo comparecido as respectivas auctoridades e facultativos conheceu-se que o cadaver era de um individuo do sexo masculino, aguadeiro do chafariz n.º 22, 3.ª companhia n.º 1, e que havia fallecido de asphixia por submersão. Findo este exame foi o cadaver conduzido para o Alto de S. João, a fim de se lhe dar sepultura.

Por volta da 1 hora da tarde precipitava-se do segundo andar do predio n.º 13 da rua do Carvalho para o saguão uma esvelta rapariga, criada de servir, por nome Amelia Maria da Silva. Contava apenas 15 annos de idade, e estava n'aquella casa ha quatro dias. Ficou horrivelmente maltratada, sendo conduzida em maca ao hospital de S. José. O estado da infeliz é bastante grave. Dizem que a infeliz pretendera fugir a uma tentativa contra a sua honestidade. Não sabemos se isto tem ou não fundamento.

Chegou a Bombaim o celebre viajante inglez dr. Levingstone.

A faculdade de philosophia da universidade de Coimbra acaba de adquirir para o museu a importante collecção conchyologica do fallecido conselheiro Mengo. Compõe-se essa collecção de mais de 3:200 especies e perto de 6.000 exemplares.

O sr. Alfredo Wintermantel, acaba de fazer um relogio á ingleza, em marfim, digno de ser visto no seu estabelecimento na rua Augusta. E' um mimoso trabalho de paciencia e habilidade, que fez aos serões.

Foram ante-hontem inspeccionados para irem para o degredo cento e vinte e tantos presos, incluindo cinco mulheres.

Correu ha dias em Madrid o boato de que fallecêra o santo padre Pio IX. Soube-se depois que era falso.

Hontem appareceu morta atraz de uma escada no pateo do Freitas, á Rilhafolles, uma mulher de 78 annos, ali moradora. A respectiva auctoridade procedeu a auto de corpo de delicto, verificando-se que a infeliz morrera de uma congestão cerebral.

Na excellente fabrica de fundição e machinas de vapor dos srs. L. Dauphinet & V. Castay, á rua da Boa Vista, está exposta uma bella ponte de ferro, que se destina á ribeira de Arão, entre Lagos e Ameixoeira Grande. E' uma bella obra, construida em 32 dias. Mede 26 metros de comprido por 6 de largo. O seu custo é de 3:960$000 réis posta no logar. Tem sido examinada por muitas pessoas profissionaes, que a acham da maior solidez e perfeição.

Morreu no hospital a mulher que apparecêra semi morta na loja da sua habitação na rua do Limoeiro.

Duas mortes desgraçadas

Aldeia Gallega, 29 — Ha poucos dias foi victima de um terrivel desastre um pobre trabalhador, que morreu instantaneamente, porque uma carreta lhe passou por cima do peito! E na villa de Alhos Vedros succedeu tambem uma identica desgraça. Um carro passou por cima d'uma creança, esmagando-lhe a cabeça!!! Os carreiros teem pouco cuidado e são a causa, embora involuntaria, d'estas desgraças. Estão ainda abertas as audiencias geraes, que começaram no dia 22. Teem sido julgados 14 processos e teem havido outras tantas absolvições!... Mais tarde lhe enviarei o resultado final. Já regressou a esta villa o medico sr. dr. Macedo, que tinha ido a essa capital procurar allivio d'uma grave e pertinaz doença. Vem quasi restabelecido. Até breve.—C.

A guarda civil hespanhola prendeu a maior parte dos salteadores, que compunham uma terrivel quadrilha, que durante muito tempo poz em sobresalto muitas povoações da provincia de Aragão.

Ante hontem escaparam se da estação de Sacavem e foram parar proximo da quinta do sr. Braamcamp duas carruagens do caminho de ferro.

Deve ser aberta ao publico no dia 13 de junho a estação telegraphica no Lazareto.

Chegaram de Inglaterra algumas machinas, e ainda se esperam mais para a acreditada officina de encadernador de mr. Ferin & Robin.

Os professores de Lisboa vão dirigir uma representação á camara dos deputados, expondo lhe o estado decadente da instrucção primaria.

O policia n.º 92 da segunda divisão ouviu ante-hontem ás 8 1/2 da noite gritos de soccorro na rua Nova do Almada e soube terem sido dados por Paula Maria, creada do sr. dr. Teixeira, morador n'aquella rua por se achar muito agoniada. Subindo o policia para lhe accudir, ella mesma lhe abriu a porta, caindo logo sem sentidos. Foi chamado um facultativo do posto medico da rua da Prata, e compareceram as auctoridades competentes.

Foi agraciado com o grau de grande official da ordem de Santa Rosa o sr. Gregorio da Cruz Guerreiro, official da secretaria de estado dos negocios estrangeiros.

Já se está imprimindo na typographia Universal a graciosa poesia comica, original do sr. Luiz de Araujo, que o sympathico actor Antonio Pedro, com tanto chiste e applauso tem recitado, e ainda hoje recita no theatro de D. Maria II.

Estavam povoados de elegantes os camarotes, e quasi cheias as plateas. O palco offerecia um quadro attrahente. No primeiro plano, illuminadas pelas luzes da ribalta, as 24 bondosas senhoras que foram com suas vozes, n'um theatro publico, affrontando os preconceitos e engrandecendo-se por tomarem o logar dos artistas de profissão ajudar a lenitivar os soffrimentos de um fidalgo illustre, neto do edificador d'aquelle magnifico theatro e descendente de uma familia a quem o paiz deve serviços valiosos. No segundo plano os 45 amadores e artistas que coadjuvavam esta obra meritoria. Em baixo uma orchestra magestosa de 100 professores. Regendo o visconde do Arneiro, director artistico do notavel concerto. Não fôra facil individualisar os primores da execução, registrar uma a uma as bellezas musicaes exhibidas no primeiro concerto em S. Carlos. A graciosa sr.ª Barbier arrebatou com as melodias da sua voz flexivel e enamorada o auditorio; a gentil sr.ª O'Neill cantou com seu habitual mimo e correcção os trechos que lhe foram distribuidos; a sr.ª D. Maria Francisca Brandão cantou como verdadeira artista um solo; as sr.as Lisboa e Perestrello houveram-se com primor; Alfredo Gazul, voz pequena, mas de bellissimo timbre e rara flexibilidade, parecia um tenor de *cartello*. O sr. Frederico Villar é um excellente e correcto barytono. João Veiga arrebatou a plaida na execução do duetto de *I Due Foscari* e na aria *Pardon de Ploermel*. Artista consciencioso, voz potente e de vastissimos recursos, allia á correcção o sentimento. Seu irmão Jorge cantou admiravelmente um duetto com Gazul. A peça brilhante a quatro pianos fortes foi de effeito surprehendente. Cossoul, Mamni e Machado, e o sr. visconde do Arneiro receberam justa homenagem ao seu merito. O terceto de violoncellos, e o nono concerto de Beriot por Nicolau Ribas foram das mais explendidas peças d'esta noite de eternas saudades.

Se querem ouvir o Izidoro dizer com inimitavel graça:
Ai! bemdito Santo Antonio,
tu, que escondido n'um monte,
viste de saia o demonio
e tiveste tentações;
não me ponhas mais defronte
tal diabinho, que se o pões
responder por mim não posso!
Pater noster! Padre nosso!
vão esta noite á Trindade assistir á 13.ª representação do *Pepe Hillo*.

Na alameda do campo de Santa Clara vão collocar-se mais tres candieiros de illuminação publica.

Ficou adiado o sorteio de 22.ª extracção da loteria da misericordia para o dia 10 de junho.

Um lote de inscripções, titulos grandes, obtiveram hontem na bolsa a offerta de 33,50. Não conveiu.

Ao sr. Antonio de Mello Varejão foram concedidas as honras de secretario geral do governo de Cabo Verde.

Em audiencia correccional do terceiro districto criminal de hontem foram julgados: João Pedro accusado de resistencia, foi absolvido; João Maria Mirco, por ferimento, foi absolvido; José Maria Alves, por ferimento, foi condemnado em 20 dias de prisão; Francisco Passarolla, por injurias, foi condemnado em oito dias a 100 réis; Maria da Piedade Azeda, por injurias condemnada em oito dias a 100 réis; Francisco Domingues e Fernando Guerreiro, por contravenção foram condemnados em 15$00 réis de multa cada um; Manuel Pereira, Eugenio Augusto de Oliveira, João Maria da Silva e Joaquim Ferreira Eça: accusados de injurias e ferimento, o 1.º foi condemnado em oito dias de multa e os outros absolvidos; no primeiro districto criminal tambem foram julgados processos de policia correccional.

Foi preso pelo chefe da 1.ª esquadra da 1.ª divisão o sr. J. A., accusado de roubar da quinta do Mousinho e D. Rosa, em Chellas, 11 esteios de ferro. A essa fatal predilecção pelo ferro deve agora o jazer entre os ferros da cadeia.

Um rapaz de 16 annos estreiou-se na carreira do crime commettendo um abuso de confiança e uma ingratidão, isto é, roubando por diversas vezes a seu patrão a quantia de réis 6$040. Preso pela policia confessou o crime. Se a confissão fôr filha de arrependimento sincero póde elle de futuro ainda rehabilitar-se e reconquistar o credito, que uma leviandade de rapaz lhe maculou agora.

A repartição technica da camara municipal está incumbida de informar ácerca do pedido do sr. Thomaz Edward Howe, como representante de mrs. Waring Brothers, de Londres, para se lhes conceder o estabelecimento de vias ferreas, pelo systema americano, desde a estação principal do caminho de ferro do norte, até Belem, e em quaesquer outros pontos onde convier, obrigando-se os proponentes ao pagamento de 200 réis diarios por cada carruagem que empregarem.

Vae ser submettida á approvação do governo uma tabella de serviço internacional combinado entre as companhias dos caminhos de ferro de Madrid, Zaragoza, Alicante e da Ciudad Real a Badajoz para viagem de recreio em comboio especial de Madrid a Lisboa com bilhetes de ida e volta a preços reduzidos validos desde 6 a 17 de junho.

Sua magestade el-rei e a côrte assistem no dia 8 á procissão do Corpo de Deus, como é do estylo, que ha de sair pelas 4 e meia da tarde da egreja da Sé, dirigindo-se pelo largo da Magdalena, rua nova da Princeza, voltando para a rua nova de El-rei, d'esta para a rua Aurea e recolhendo pela da Conceição.

Banhos forçados

Hontem á tarde um cavallo que era levado á redea n'um bote espantou-se em frente da ponte dos vapores, e saltou á agua levando comsigo o homem que o conduzia, e um rapaz, que foram salvos pelos catraeiros, vindo o cavallo a nado para terra. Tambem em Alcantara caiu ao mar um homem que a brincando n'um bote. Foi salvo.

O governo pretende nomear um professor de lingua latina para o seminario de S. José de Macau, e dirigiu n'este sentido um convite aos ecclesiasticos.

Houve hontem no paço da Ajuda jantar diplomatico, por ser anniversario natalicio do rei de Hespanha, Amadeu I, irmão de sua magestade a rainha D. Maria Pia. Assistiu o ministerio, alguns altos funccionarios e varios membros do corpo diplomatico, entre estes o sr. ministro de Hespanha e os mais empregados da legação. Tocou a charanga de lanceiros.

Mania sanguinaria. Monstro

O tribunal do bairro Lambeth, em Londres, tem entre mãos um processo celebre que preoccupa extraordinariamente a attenção publica. Trata-se de uma rapariga de 15 annos, por nome Ignez Norman, criada de servir que é accusada de haver assassinado por estrangulação sete creanças em differentes casas em que servira. O que é mais singular é que a rapariga apresentava uma conducta exemplar, excellentes costumes e um caracter docil, e nada fazia suspeitar que ella fosse capaz de tão horrivel crime, tendo sido despedida de varias casas não por criminosa, mas porque acreditavam que ella levava a desgraça ás casas em que servia. Eis aqui de que maneira se descobriu esta horrivel mania. Na ultima casa em que servia esse monstro esteve a ponto de ser estrangulado um menino de tres annos, que estava dormindo. A creança, porém, acordou e apesar de a querer a rapariga enganar com brinquedos e bolos o infeliz pronunciou algumas palavras que pareceram uma revelação á sua mãe, que já perdera d'essa forma uma menina de dez mezes de edade. Ignez Norman foi presa, o seu nome foi revelado ao tribunal e então outras mães se recordaram dos symptomas extraordinarios que haviam acompanhado a morte de seus tenros filhos. Parece demonstrado que esta fera tinha o horrivel costume de matar, afogando as, todas as creanças que lhe caiam nas mãos e o mesmo fazia a todos os animaes novos que encontrava, e tudo pelo prazer de matar, sem o mais pequeno interesse nem pretexto para tão espantosas maldades.

Hontem á noite esteve illuminada a legação de Hespanha. Era o anniversario do rei Amadeo. Hoje ha ali jantar de gala.

Ha um grande concerto no dia em que os hespanhoes chegarem a Lisboa.

Voltou hontem a Alcantara o cyrio das Mercês. Vinha de grande estadão. Trazia muitos romeiros a cavallos, e 25 trens.

Acabamento da guerra civil em França?

Fuzilamento dos membros da communa
Ultimos horrores

Temos correspondencias de Paris de 23, e de Versailles de 24. Aquellas dão poucos pormenores interessantes da luta interior, e espraiam-se em considerações que o leitor póde fazer, segundo o modo de ver do seu espirito em face dos acontecimentos espantosos já sabidos. Estas exprimem o immenso horror da população versaillense e da assembléa pela carnificina, e vandalismo incendios de Paris. Não nol-os descrevem ainda, e os factos principaes conhecem-nos de leitores pelos telegrammas que temos dado estes dias. Resumimos uma carta de Paris:

Paris, 23, *ás 7 da tarde*. — Os primeiros passos do exercito de Paris foram rapidos. Os membros da communa ficaram estupefactos. Depois prepararam-se para a fuga, deixando os seus papeis nos ministerios. A noite protegeu-os. A batalha nas ruas tem sido horrivel. Duraram longas horas os combates na gare Montparnasse, Chaussée du Maine, praça Bourgogne, praça da Concordia, gare S. Lazaro, e Clichy. Os federaes foram cortados e cercados bairro por bairro. Em poucas horas, mas ao fim de espantosa carnificina, as nossas tropas dominaram as alturas Montmartre. Quanto ahi se achava, com excepção de poucos bandos, foi aprisionado. Na egreja da Trinité cerca de 300 homens dirigiam para fóra fogo mortifero. Foi preciso empregar a artilheria contra as portas. Os que escaparam foram feitos prisioneiros. A turba cobriu-os de insultos. Era a mesma gente que hontem os acclamava. Em Montrouge, Bicêtre, Chaussée du Maine, e Palacio Bourbon ha vivo combate. A insurreição concentra-se agora no vasto quadrilatero comprehendido entre a rua Rivoli e o Sena, praça da Concordia e Hotel de Ville. O desfecho d'este drama está proximo. O cidadão Billioray membro da communa foi á uma hora preso e fuzilado em Grenelle. Os demais terão sorte egual.

Boletim telegraphico

AGENCIA HAVAS, BULLIER, REUTER
SERVIÇO SUB-MARINO

Londres, 30, *ás 11 h. da m.*—A cidade de Paris está perfeitamente tranquilla. As lojas tornam a abrir. Ha panico a respeito dos supostos

FOLHETIM DO DIARIO DE NOTICIAS

A felicidade domestica

Conto popular de Trueba

VIII

(Continuado do n.º antecedente)

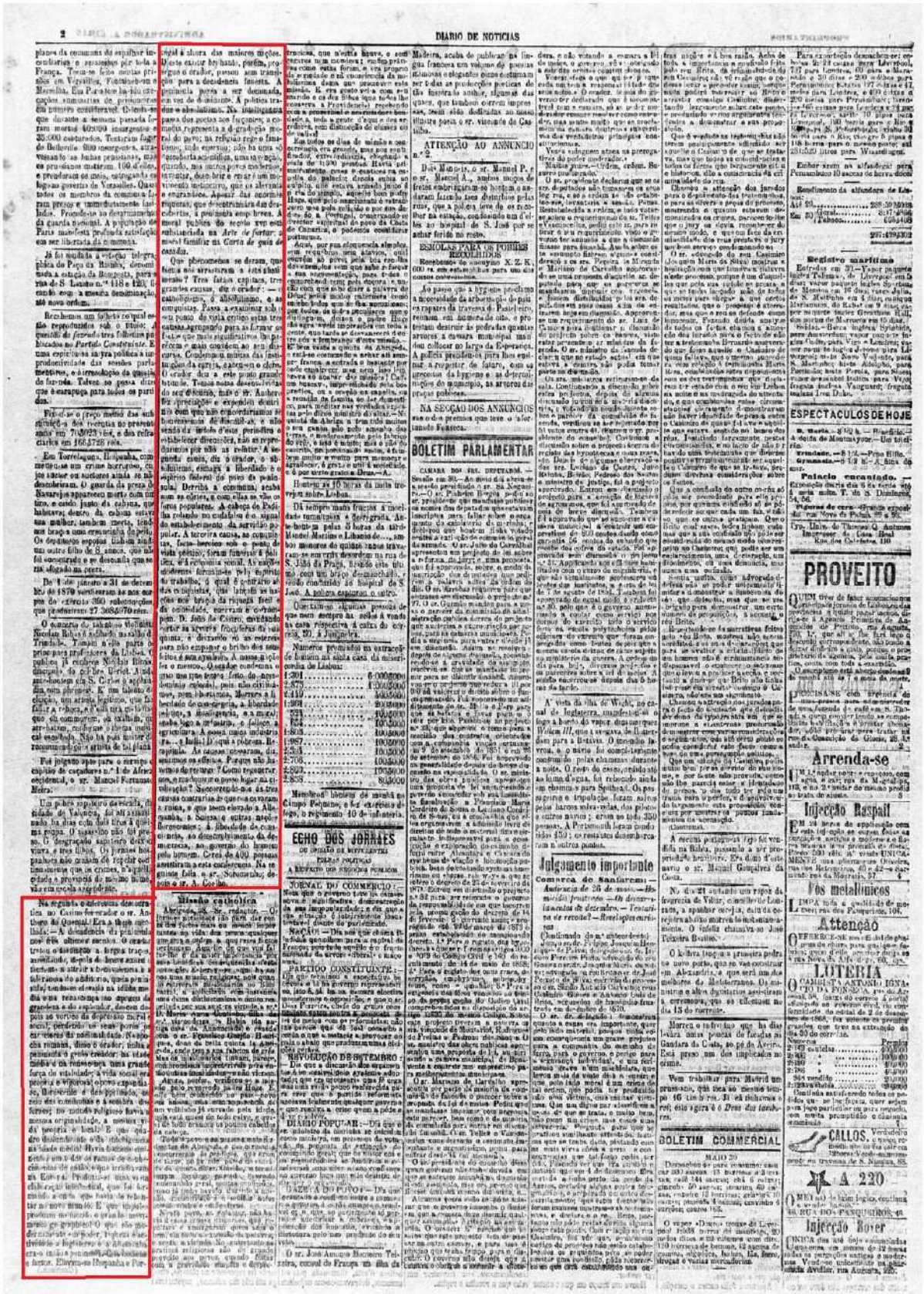
Affastou-se o facultativo, e João ouvindo soluçar sua mulher, apressou-se em voltar para o seu lado, a fim de animal-a.
—Ai, João da minha alma, parece-me que nos morre a nossa menina! exclamou Mariquinhas.
—Então a menina ha de morrer? Que lembrança! replicou João sorrindo.
—Se Deus m'a levasse, não iria só para o cemiterio, porque sua mãe iria atraz della!
—Pois sua mãe faria uma grandissima tolice. O sentimento pela morte das creanças não deve ser como o sentimento pela morte dos adultos.
—E porquê João?
—Em primeiro logar porque as creanças vão ver Deus e os adultos costumam ir ver Pedro Botelho; em segundo, porque as creanças padecem e não sentem, e os adultos padecem e sentem; e em terceiro, porque os adultos são pessoas feitas e direitas, e as creanças são a oitava parte de uma pessoa. Se tivessemos perdido a colheita quando o trigo estava recem-nascido, tel-o-hiamos sentido tanto como sentimos quando o trigo estava amontoado na eira?
—Não.
—Pois applica o conto.
—Não posso applical-o, porque se o trigo se não perdesse quando estava recem-nascido, ainda que tarde teria nascido outro.
—Pois applica o conto, repito.
Mariquinhas comprehendeu seu marido, e sorriu-se apesar da afflicção que a opprimia.
Apertou-a João contra o coração, e emquanto Mariquinhas observava e conchegava a roupa da menina, foi para o jardim; e então, na solidão, onde ninguem podia vel-o nem ouvil-o, aquelle homem de corpo inquebrantavel no trabalho, e de alma inquebrantavel na adversidade, prorompeu em choro talvez por primeira vez na sua vida, e por primeira vez desde que Deus lhe dera a rasão para medir toda a extensão dos seus infortunios.

IX

O filho de Pepe Rabugento tem já quasi um anno, o que quer dizer que estamos na primavera.
Que occorreu em Covenha durante esses dez ou onze mezes?
Se o referissemos, não acabariamos nunca este conto.
Contemos pois o que se passou no dia 10 de maio, dia grande em Covenha, por que se celebra a festa titular do Santo Christo do Amparo, e cada qual julgue como se lhe figurar melhor.
Houve um tempo em que o auctor d'estes *Contos* julgava que a vida não podia ter encantos onde não houvesse altos e quebrados montes, sombrios arvoredos e verdes e profundos valles, o que equivalia a acreditar que não tinha encantos a vida fóra da terra onde elle nasceu ou em outra que se lhe parecesse muito; mas passaram-se annos e annos, e o auctor dos *Contos* viu passar pelo seu coração muitas penas e muitos desgostos, e por sua mente muitos pensamentos e muitas esperanças enganadoras, e mudou completamente de parecer, porque a sua rasão e o seu coração lhe disseram: tão suave e tão alegre é o cantico da ave que canta escondida nas mattas das immensas e aridas planicies de Castella, como o cantico da ave que canta occulta entre a verde ramagem dos valles vasconços, e se tem tanta poesia a voz do sino, que é repetida pelos echos de extensos valles, tambem a tem a voz do sino que se dilata pela planicie e se apaga melancolicamente, sem encontrar um echo que a recolha e repita.
Vaguei, acurvado a profunda meditação, pelas planicies de Castella ao nascer e declinar do sol, e senti a minha alma submersa em um pelago de poesia.
Emquanto o occidente estava escuro, e no fundo negro do seu ceu brilhavam as estrellas como se o dia estivesse ainda mui distante, uma immensa faixa luminosa se estendia pelo oriente, onde as estrellas se iam desvanecendo quasi completamente.
Começava a apparecer um vago resplendor no centro d'aquella faixa como se procedesse de uma fogueira ateada na profundidade interposta entre o limite do horisonte terrestre e o ceu; e aquelle resplendor ia crescendo em intensidade e extensão até chegar ao zenith e tomar a côr do fogo. De repente o disco do sol, o foco, a fogueira de que procedia aquelle resplendor, apparecia aos meus olhos; e torrentes de luz innundavam a planicie, e ante a belleza d'esta, illuminada pelo sol nascente, dobravam-se-me os joelhos e a alma elevava-se-me ás alturas para reverenciar, abençoar e louvar a Deus.
O sol aproximava-se do ocaso.
Uma linha de fogo se estende sobre a linha negra do horisonte pela parte do occidente, e o vivo resplendor d'aquella linha eclypsa o pallido, frio e moribundo resplendor do sol.
O espectaculo, que offerece a planicie, é solemne e triste.
Erguem-se ao longe os campanarios banhados pela amarellenta luz do sol, que escondido já atraz da linha negra do horisonte, só envia os seus reflexos á torre ou á collina que domina a planicie.
Conforme a luz desapparece, os rumores longinquos chegam mais distinctamente aos ouvidos. Os que nunca tendes observado isto, fechae os olhos e escutae, e convencer-vos-heis de que se verifica este phenomeno.
A voz dos sinos que a brisa da tarde faz repercutir na planicie, chega até nós tão solemne, mysteriosa e triste, que, sem querer, erguemos a Deus o pensamento, e só podemos separal-o de Deus para fixal-o nos que amamos ou temos amado, nos que nos esperam no lar ou nos aguardam no cemiterio.
Minha mãe! as lagrimas mais santas que por ti hei derramado tem caido de meus olhos nas planicies de Castella, á hora do crepusculo vespertino.
Uma tarde de setembro entrei no cemiterio da nossa aldeia depois de uma ausencia de vinte annos, e cai de joelhos chorando ao tropeçar com uma cruz de madeira cravada na tua sepultura e escondida entre a erva molhada pela cacimba; mas por muito santas que foram então as minhas lagrimas, pareceu-me que eram ainda mais as que com vezes derramei pensando ao mesmo tempo em Deus e em ti, nas planicies de Castella, ouvindo as orações no campanario longinquo.
(*Continua.*)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 29 - Diário de Notícias – 31/maio/1871 – p.2



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Na segunda Conferência democrática no Casino foi o orador o Sr. Antero de Quental. Era a tese escolhida: - A decadência da península nos três últimos séculos. O orador tratou o assunto a largos traços, assentando, depois de breve acordo o tendente a atrair a benevolência e a tolerância do auditório, queria península, tendo-se elevado na idade média e na renascença ao apogeu da grandeza e do esplendor, desceu depois ao vórtice da depressão moral e social, perdendo os seus povos os caracteres da nacionalidade. Na época romana, disse o orador, tinha a península o gênio criador: na idade média e na renascença uma grande força de vitalidade; a vida social era própria e vigorosa; o povo expandia-se, florescente e desoprimido, no seio das comunas e a sombra de foras; no mundo religioso havia a mesma originalidade, a mesma vida própria e local. E que quadro deslumbrante o da inteligência na idade média. Havia homens eminentes em todos os ramos de conhecimentos de então, e que irradiavam na Europa. Produziu-se uma vasta elaboração intelectual, que foi formado a onda que havia de rebentar no novo mundo. E que impulso produziu no mundo e grande movimento geográfico. O que são modernamente em poder, riqueza e atividade a Inglaterra e a Alemanha era o então a península. Cita homens e fatos. Elevam-se Espanha e Portugal à altura das maiores nações. D'este existir brilhante, porém prossegue o orador, passou sem transição para a decadência funesta. A península passa a ser dominada em vez de dominante. A política traduz o absolutismo. Na inteligência passa dos poetas aos farsantes; a comédia representa a degradação moral do povo; na religião rege o fanatismo; tudo enervou; não há uma só descoberta científica, uma invenção, quando, nos outros povos modernos, inventar, descobrir e criar é um movimento instintivo, que os levanta e engrandece. Apesar das enormes riquezas, que desentranhara das descobertas, a península empobrece. A moral pública do século XVII esta substanciada na *Arte de furtar*: a moral familiar na *Carta de guia de casados*.

Que fenômenos se deram que fatos nos arrastaram a este abatimento? Três fatos capitais, três grandes causas, deu o orador: - o catolicismo, o absolutismo e as conquistas. Passa a examinar sob o seu ponto de vista crítico estas três causas agrupando para as formar os fatos que mais significativos lhe parecem e mais convém ao seu discurso. Condenou muitas das instituições da igreja e acusou o clero. O orador deu a este ponto grande latitude. Temos notas desenvolvidas do seu discurso, mas o sr. Anthero faz apreciações e expendeu doutrinas com que não concordaríamos se houvéssemos de discuti-las, e não sendo da índole deste periódico o estabelecer discussões, não as reproduzimos por não as refutar. A segunda causa, diz o orador, o absolutismo, esmaga a liberdade e o espírito federal do povo da península. Derruba a comuna, acaba com as cortes, e com elas se vão os foros populares. A cabeça de Padilha rolando no cadafalso é o sinal do estabelecimento da servidão popular. A terceira causa, as conquistas fato heroico sob o ponto de vista poético, foram funestas à política e a economia social. As nações modernas formam-se pelo espírito no trabalho, o qual

é contrário ao das conquistas, que lançam as nações nos braços da riqueza fácil e da ociosidade, enervam e corrompem. D. João de Castro, mandando cortar as árvores frutíferas da sua quinta, e deixando só as estéreis para não empanar o brilho dos seus feitos é um símbolo. A nossa nação faz o mesmo. O orador condena o mau uso que temos feito do nosso domínio colonial, pois não, civilizamos nem libertamos. Morrera a liberdade de consciência, a liberdade estética, a inteligência e a moral; acaba logo a indústria, e falece a agricultura. A nossa única indústria ra ... a Índia! Daqui a pobreza. Recapitula. As causas cessaram, diz: sentimos os afetos. Porque não havemos de ressurgir? Como regenerarmos e readquirir o nosso lugar na civilização? Socorrendo-nos as três causas contrárias às que nos cavaram a ruina, e que tem elevado a Alemanha, a Suíça e outras nações florescentes: à liberdade de consciência, ao desenvolvimento da democracia, ao governo do homem pelo homem. Cerca de 400 pessoas assistiram a essa conferência. Na seguinte fala o sr. Soromenho; depois o sr. A. Coelho.

3.2.4.6 - Jornal da Noite 29 e 30/maio de 1871

Fig. 30 - Jornal da Noite 29 e 30/maio de 1871 – p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 126 | Assignaturas em Lisboa.— mez 240, trimestre 700. Provincias:—Trimestre 1$250, semestre 2$250. | Segunda e Terça feira 29 e 30 de maio de 1871 | Publicações.—No corpo do jornal 60 réis por linha. Annuncios 20 réis—Venda avulsa 10 réis. | 1.º anno

Noticias dos jornaes da manhã

—Estabeleceu-se uma nova companhia que vae fundar carreiras de navegação de vapor entre Londres, Brazil e Rio da Prata. Os paquetes tocarão em Lisboa no dia 6 ou 7 de cada mez; o primeiro barco é o *Bonita* de 1886 toneladas e da força de 300 cavallos.

—Vae organisar-se um theatrinho para curiosos no palacio dos condes d'Almada.

—Partiu para o Rio de Janeiro o sr. barão de S. Diniz.

—O governo declarou na commissão de fazenda que não podia admittir transacção ácerca da lei de meios. Disse mais que já fizera saber ao poder moderador que a actual camara é incompativel com o governo. A commissão de fazenda por 11 votos contra 8 adoptou a lei de meios com restricções.

—A companhia de navegação para o Pacifico retirou a proposta que fizera ao nosso governo de estabelecer carreiras de vapor de 2 mil toneladas para Cabo Verde, S. Thomé, Angola e Moçambique.

(*D. P.*)

—Foi chamado ao commissariado geral um brazileiro, para dar esclarecimentos ácerca da fuga de duas meninas inglezas da casa de seus paes.

—O sr. dr. Beirão, lente da escola medica, soffreu outro insulto apopletico.

—Partiu para as suas propriedades do Alemtejo o sr. marquez de Ficalho.

—O sr. arcebispo d'Evora que vem sagrar-se a Lisboa hospedou-se com seu sobrinho, o sr. dr. Celestino Emygdio, na calçada dos Caldas n.º 249.

—Andou no sabbado um toiro solto pela estrada de Bemfica, deixando quasi morto um pobre rapaz.

(*D. de Not.*)

Lisboa 29 de maio

Declarou hoje o sr. Marianno de Carvalho que o parecer da commissão de fazenda acerca da lei de meios será apresentado amanhã. Dizem que é contrario á concessão sem condições. O parecer da minoria foi apresentado pelo sr. José Luciano de Castro.

O sr. presidente do conselho observou que este assumpto era dos mais urgentes, porque sendo resultado de conflicto havia necessidade de ser resolvido com brevidade. Essa tem sido a praxe seguida em casos eguaes a este. Entretanto a demora resultante de não estarem presentes os membros da commissão que devem assignar o parecer, é justificada, não excedendo a sessão de amanhã.

O conflicto entre o parlamento e o governo está estabelecido e parece infallivel a dissolução da camara. A lei de meios pode ter discussão mais ou menos prolongada, mas de certo obterá maioria de votos. Ninguem quererá collocar em difficuldades os poderes publicos, e obrigar o governo a exercer dictadura em negocio de impostos.

Na questão da pastoral do sr. bispo do Algarve coube a palavra ao sr. Saraiva de Carvalho que defendeu os principios sustentados pelo deputado interpellante e pelo governo.

Neste importante assumpto estreou-se hoje o sr. Jayme Moniz com um discurso verdadeiramente conciliador do sentimento christão e catholico com a defesa dos direitos do Estado. A camara ouviu-o com profunda attenção, interrompeu-o muitas vezes para apoial-o, e no fim correu toda a felicitar o joven e esclarecido professor. Foi estreia brilhante pelo acerto das idéas, pela elevação da fórma, e pelo esplendor da eloquencia.

Antes do illustre orador tinha fallado larga e proficientemente o sr. visconde de Moreira de Rei defendendo a praxe usada a respeito das pastoraes dos bispos e sustentada pelo sr. ministro da justiça.

O sr. Teixeira de Vasconcellos que tambem expoz os seus principios ácerca dos effeitos resultantes dos accordos pelos quaes se regulam as relações do Estado e da Egreja, abreviou as reflexões a este respeito para que pudesse ser ouvida n'este assumpto a voz eloquente e firme do sr. Jayme Moniz que se lhe seguia na inscripção.

A camara apesar das preoccupações proprias da crise não despresou o assumpto. Viu-se que lhe conhecia a importancia.

Por falta de espaço temos de retirar com outros artigos o folhetim da 3.ª pagina.

A'manhã e depois vão os alumnos da aula de hydrographia fazer no Tejo, n'um escaler do arsenal, estudos concernentes á sua especialidade.

Bolsa de Lisboa em 27

FUNDOS PORTUGUEZES

Ficaram cotadas:

Inscripções grandes	36
Ditas pequenas	36,25

FUNDOS HESPANHOES

Titulos de 10:000 escudos	28

Cambio de 940 réis.

Venderam-se hoje:

2 acções da companhia das Lezirias do Tejo e Sado pelo preço de 575$500 réis cada uma.

2 acções da mesma companhia pelo mesmo preço.

Um lote de 5:000$000 réis em inscripções de coupons com o semestre corrente pelo preço de 35,40.

Outro lote de 5:000$000 pelo preço de 35,50.

Outro lote de 5:000$000 pelo preço de 35,45.

Um lote de 2:000$000 de reis em inscripções de assentamento de 100$000 réis a 35,60.

Hontem (28) receberam-se no correio malas de Italia de 23, Bordeaux de 25, Madrid de 26, Belgica e Prussia de 23, Inglaterra (via de França) de 23. Faltou a mala de Paris. Pelo vapor *Lisbonense* receberam-se correspondencias do Pará, Maranhão e Ceará. No dia 27 de tarde receberam-se malas de Loanda, Ambriz e Madeira pelo vapor *Sondan*.

Hoje (29) receberam-se malas de Italia de 23, Bordeaux de 26, Madrid de 27. Faltaram as malas de Inglaterra, Belgica, Prussia e Paris.

Telegrammas

(AGENCIA HAVAS, BULLIER, REUTER)

SERVIÇO SUB-MARINO
Director Fabra

Londres 29 de maio, ás 3 horas da tarde

Hontem de tarde cessou toda a luta em Paris. Mac-Mahon telegraphou que ficava absolutamente de posse de Paris. A perda de vidas tem sido immensa.

Corre que como medida sanitaria indispensavel será preciso queimar os cadaveres.

O arcebispo de Paris e mais 64 refens, incluindo entre elles alguns padres e freiras, foram fusilados pelos insurgentes. 168 refens foram salvos.

No sabbado renderam-se muitos milhares de insurgentes. As tropas tomaram enorme quantidade de armas, polvora e munições.

Alguns incendios ainda lavram, mas os bombeiros teem podido dominar as chammas.

As tropas teem soffrido perdas serias.

O general Leroy foi morto.

Reuter.

(AGENCIA HAVAS)

Versailles 28 ás 1 h. e 15 m. da t.

Ladmirault tomou hontem les Buttes Chaumont, e Meuilmontant. Vinoy, o cemiterio do Père Lachaise. Os insurgentes estão agora cercados em limitado espaço. Fizeram-se muitos prisioneiros, e vão fazer-se mais. Foram hontem fusilados pelos communistas 64 presos, que estavam em refens na prisão da Roquette, incluindo o arcebispo de Paris.

Telegrammas recebidos depois de ter saido a nossa ultima folha.

Londres 28, ás 2 h. da t.

Os combates menos violentos ao nordeste de Paris.

As baterias dos insurgentes Chaumont fazem ainda fogo.

La Villette occupada pela tropa. A insurreição está agora na sua ultima extremidade.

Os incendios, embora subjugados, continuam.

As noticias de destruição são terriveis.

Pantheon salvo pela tropa da marinha, que cortára o rastilho que communicava aos barris de polvora depositados na adega.

Calcula-se 50:000 mortos em casas e adegas. O bosto do livramento do arrebispo de Paris, dos padres e refens não é confirmado.

Não foram encontrados, e receia-se que fossem assassinados.

Mazas preso em Wheitchey (?) Destruição de Were (?) confirmado.

(*Serviço submarino*).

Côrtes

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

Sessão de 29 de maio

Presidente—*O sr. A. C. de Sá Nogueira*

Secretarios os srs. Adriano Machado. Pinheiro Borges.

Estando presentes 40 srs. deputados, foi aberta a sessão pela 1 hora e 3 quartos da tarde. A acta foi approvada. A correspondencia teve o devido destino.

O sr. *Alberto Carlos*, procurou justificar a declaração de voto ácerca da lei dos bancos.

O sr. *ministro da fazenda*, mandou para a mesa uma proposta de lei para ser prorogado o praso para o giro das moedas de ouro e prata.

O sr. *Braamcamp*, apresentou uma representação da camara de Oliveira de Frades a respeito dos circulos de jurados.

O sr. *ministro da justiça*, disse que o governo conhecia a necessidade de prover a este negocio, e brevemente apresentaria uma proposta de lei augmentando os circulos de jurados.

O sr. *Coelho do Amaral* pediu ao sr. presidente do conselho que promovesse na camara alta o andamento do projecto que auctorisa as camaras a dispensarem a contribuição dos trabalhos braçaes.

O sr. *presidente do conselho* concordou na utilidade e urgencia da proposta.

Varios deputados apresentaram representações e requerimentos sobre diversos assumptos.

Passou-se á ordem do dia, que era a interpellação do sr. Barjona ácerca da pastoral do sr. bispo do Algarve.

O sr. *Saraiva de Carvalho* negou o direito dos bispos de publicarem pastoraes sem auctorisação do governo. Acrescentou que o nomeara patriarcha pela reputação de que sempre gosou, não podendo suppor então que fizesse esta pastoral.

O sr. *visconde de Moreira de Rei* respondeu ao sr. Ornellas e ao sr. Alves Matheus, e depois de copiosas reflexões declarou conformar-se com as ideias do sr. Barjona e do sr. ministro da justiça.

O sr. *presidente do conselho* apresentou uma proposta de lei actorisando a camara municipal de Lisboa a applicar uma parte do subsidio para o emprestimo projectado, e outra permittindo ás associações ou corporações perpetuas a acquisição de certos bens com auctorisação do governo.

O sr. *Marianno de Carvalho* declarou que o parecer da commissão ácerca da lei de meios será apresentado amanhã.

O sr. *Luciano de Castro* mandou para a mesa o parecer da minoria.

O sr. *Pereira de Miranda* leu um projecto de lei ácerca da navegação para Africa.

O sr. *presidente do conselho* declarou que fazia tenção de apresentar uma proposta a esse respeito e que daria na commissão as devidas explicações.

O sr. *Teixeira de Vasconcellos* tratando da questão da pastoral, sem fallar no prelado nem alludir ao documento, manteve o principio sustentado pelo sr. Barjona e pelo governo, affirmando que as relações do estado com a egreja não se regulam pelas regras geraes da Carta mas pelos accordos reciprocos.

O sr. *Jayme Moniz* principiou como o orador antecedente por confessar os seus principios religiosos em tudo conformes com as doutrinas da egreja, e depois indicou as suas idéas ácerca da questão n'esta quadra em que a reacção procura ganhar terreno em toda a parte.

Continua orando

São tres horas e um quarto.

CAMARA DOS DIGNOS PARES

Sessão de 29 de maio

Presidente — *O sr. Conde de Castro*

Secretarios os srs. V. de Soares Franco. A. X. da Silva.

Verificada a presença de 19 dignos pares, abriu-se a sessão pelas 2 e meia horas da tarde. Leu-se e approvou-se sem discussão a acta da sessão precedente. Leu-se a correspondencia. Participação do fallecimento do digno par o sr. visconde de Condeixa. Lançou-se na acta a expressão do sentimento com que a camara ouviu esta participação.

O sr. *Marquez de Vallada* sentia não vêr presente nenhum dos srs. ministros. Realisaram-se as suas previsões, e em breve serão dissolvidas as camaras. O tempo urge e desejava elle ouvir o gabinete acerca de tramas de iberismo denunciados pelo *Jornal do Commercio*. Queremos rei portuguez, independencia e liberdade. Pede por interesse publico a attenção do sr. ministro do reino e dos estrangeiros e fará na occasião propria graves considerações.

Lida na mesa a nota de interpellação mandou-se expedir.

A 1.ª sessão terá logar na proxima quarta feira. Ordem do dia apresentação de pareceres.

Depois da hora em que terminou no sabbado o nosso boletim da camara dos deputados, continuou orando o sr. Ornellas. Sustentou que o poder espiritual é completamente independente do civil e póde por isso fazer e mandar publicar quasquer pastoraes. Condemnou a occupação de Roma pelas tropas de Victor Manuel.

O sr. Alves Matheus pronunciou-se tambem no mesmo sentido. O sr. presidente observou a inconveniencia de censurar actos de governos estrangeiros. O orador continuou dizendo que o poder espiritual estava no seu direito publicando aquella pastoral sem a censura previa, porque as instituições liberaes a não admittem, tendo sido completamente abolida pela carta constitucional.

Se houve abuso na publicação, compete aos tribunaes julgal-o e punil-o. Apesar de tudo isto, não se conforma com todas as doutrinas exaradas na pastoral.

O sr. ministro da justiça leu dois officios do sr. bispo do Algarve dirigidos ao governo em 1861, acompanhados de pastoraes a fim do governo declarar se approvava a sua publicação.

FOLHETIM

24

PONSON DU TERRAIL

O CAPITÃO DOS PENITENTES NEGROS

TRAD. DE—GERVASIO LOBATO

II

O CULPADO

SEGUNDA PARTE

(Continuação)

XXIV

O patriarcha abriu-a.

Acharam-se no vestibulo então.

A bandeira de vidros da porta de entrada deixava tambem ahi entrar o luar.

No fim do vestibulo estava a escada.

Á direita para o centro a porta da casa de jantar.

Esta porta estava aberta.

—Ahi tem o seu caminho, disse o patriarcha ao ouvido de Nicolau Butin.

E mostrou-lhe a escada.

—É no primeiro andar?

—Sim.

—No fim do corredor?

—A ultima porta da direita.

—Porém ella deve estar fechada.

—Sem duvida. Bata de mansinho. Elle julga que é a criada, e vem abrir.

—E eu estendo-o com uma punhalada. Encarrega-te tu do conselheiro. O seu quarto é no fundo da casa de jantar.

Nicolau Butin subiu apressadamente a escada e o patriarcha entrou na casa de jantar.

Mas tinham fechado as persianas e a luz da lua, entrando imperfeitamente atravez d'ella, deixava a casa em meia obscuridade.

O patriarcha avançou com a terrivel arma na mão.

Mas de repente parou, escorrendo em suor.

Pareceu-lhe que uma sombra se agitava no fundo da casa.

Deu mais uns passos e a sombra poz-se em movimento.

Então o patriarcha pensou que era o conselheiro que andava passeando ás escuras e parou novamente.

A sombra tomou a sua immobilidade.

—Ah! com mil raios, murmurou o bandido, vamos ver quem é.

E poz-se a caminho pela segunda vez, e a sombra pareceu vir ao seu encontro.

Então o patriarca não hesitou mais; ergueu o seu machado por cima da cabeça, fel-o voltear e descarregou...

XXV

Emquanto o patriarcha penetrava na casa de jantar, Nicolau Butin subira os degraus da escada e chegára ao primeiro andar.

As indicações topographicas que o patriarcha lhe tinha dado, eram exactas.

No primeiro andar havia um comprido corredor para onde abriam muitas portas.

No fim do corredor havia uma janella por onde entrava o luar.

A ultima porta á direita, tinha dito o patriarcha.

Nicolau Butin caminhou a passo resoluto para essa porta; mas quando chegava a ella, e se preparava para bater para acordar o sr. de São Salvador, que não deixaria de abrir sem o menor desconfiança, ouviu-se uma bulha assustadora no *rez-de-chaussée*. Nicolau Butin parou com os cabellos erriçados e coberto de suor.

A bulha que ouvira era muito parecida á de um vidro que se quebra, e foi logo seguida de um grito de dôr, e depois de um ruido pesado, similhante ao da queda de um corpo.

De repente, quando o bandido, interdicto, parecia perguntar a si proprio o que devia fazer agora, abriram-se duas portas, atraz delle, no corredor. Nicolau Butin soltou então um grito.

As duas portas tinham dado passagem a dois gendarmes, que entraram de cabeça descoberta, e de espada na mão. Estes dois gendarmes eram os que o sr. Féraud mandara buscar de tarde por Simão o barqueiro. Tinham chegado á Poulardière uma hora antes do patriarcha e Nicolau Butin se porem a caminho.

Deram-lhes de ceiar e depois tinham-os levado cada um para o seu quarto.

Depois, como podia acontecer que Nicolau Butin tivesse a fantasia de sair do paiz de noite, e fosse preciso fazel-o no barco de Mirabeau, de que o brigadeiro e o outro gendarme seriam logo advertidos ou por Simão, ou pelo *cassaire*, o primeiro tinha dado ao seu camarada o conselho de não se despir e elle proprio deitara-se vestido em cima da cama.

O luar era bastante claro para que Nicolau Butin se podesse enganar um momento sequer.

E n'elle mesmo dava em cheio a luz, e os gendarmes viram-n'o ao mesmo tempo que elle os viu.

Então Nicolau Butin acreditou n'uma traição do patriarcha, que o tinha conduzido á Poulardière para o fazer cahir no laço.

Como, no fim de tudo, podia achar a explicação da presença dos gendarmes n'aquella casa?

—Ah! Apanharam-me, exclamou elle, mas não me terão vivo!

E com o punhal na mão, lançou-se sobre os gendarmes, gritando:

—Deixem-me passar! deixem-me passar!

Travou-se a lucta

Nicolau Butin tinha-se deitado sobre os seus adversarios, como um animal feroz, e procurava apunhalal-os.

Mas um punhal não é tão comprido como uma espada, e o brigadeiro deu-lhe um golpe no braço.

Foi o que se chama golpe de talho.

A espada rompeu a carne do braço e o golpe foi tão forte, que Nicolau Butin soltou um grito de raiva e deixou cair o punhal.

Então os dois gendarmes precipitaram-se sobre elle e deitaram-n'o ao chão.

Ao mesmo tempo o sr. de São Salvador acordado em sobresalto, saia meio vestido do seu quarto, com um castiçal na mão.

—Senhor, gritou-lhe o brigadeiro, desça, corra em soccorro de seu tio, que talvez a estas horas está sendo assassinado, emquanto nós amarramos este bandido.

O sr. de São Salvador agarrou n'um par de pistolas que estavam em cima do fogão do seu quarto e desceu rapidamente.

Mas no *rez-de-chaussée*, um espectaculo commovente e extraordinario se offereceu aos seus olhos.

O patriarcha estava deitado no chão da casa de jantar, com a cara banhada em sangue, e o sr. Féraud que tinha saido do seu quarto com a luz na mão, olhava-o com assombro.

O phantasma que o velho bandido tinha visto dirigir-se para si, e sobre quem levantara o seu machado, não passava de ser a sua propria imagem reflectida imperfeitamente por um espelho, graças á meia obscuridade que reinava na casa.

Quando descarregou o machado, o patriarcha quebrara o espelho, de que os fragmentos, saltando lhe violentamente á cara, o tinham cruelmente ferido.

Ebrio de espanto e de dor, cego pelo sangue, o miseravel estorcia-se gritando no chão, e quando os gendarmes, que tinham amarrado solidamente Nicolau Butin, chegaram, elle deixou-se agarrar sem resistencia.

O sr. de São Salvador não tivera necessidade das pistolas para proteger a vida de seu tio.

(*Conclue amanhã*)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 31 - Jornal da Noite 29 e 30/maio de 1871 – p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Conferências Democráticas

Assistimos no sábado passado à conferência do sr. Antero de Quental na sala do Cassino, onde estavam reunidos para ouvi-los cerca de 250 pessoas, entre as quais figuravam membros do parlamento, escritores, jornalistas, funcionários superiores e indivíduos pertencentes a diversas classes. Operários e povo propriamente dito não havia naquele recinto ou estavam em minoria.

Falou com fluência e singeleza o sr. Antero de Quental, em frase desafetada e clara e com exposição ao alcance de qualquer ouvinte. A sua palavra não arrebata multidões, não excita paixões violentas, nem entusiasma os que os escutam, mas pode lograr convence-los pela argumentação natural e bem disposta. A atitude do orador foi sempre serena. O aspecto é simpático. O gesto gentil e convincente.

Disse que a península espanhola decaiu muito nos séculos XVI, XVII e XVIII da altura que se elevara na idade média e na renascença pela ciência, pelas letras, pelas artes, pelo comércio, pela indústria, e pelos feitos gloriosos, e anunciou que ia estudar as causas dessa decadência. Advertiu porém que as suas opiniões podiam desagradar alguns, mas protestou que eram sinceras, e que as vinha patentear sem pretensão de as impor aos outros. Quem não gostasse, não devia ir ali.

Atribuiu a decadência da península ao catolicismo segundo o concílio de Trento, as monarquias absolutas e às modernas que lhe conservaram os defeitos, e às conquista. E observou que era necessário não ter pejo de abjurar os nossos erros, para os emendar, como ao pecador importava confessar as suas culpas e obter a absolvição para estar bem com Deus. Analisou seguindo as opiniões de Edgard Quinet, o Concílio de Trento e combateu as decisões dele, especialmente a que tornou obrigatória a confissão auricular. Neste ponto foi aplaudido. Observou que o catolicismo, ao revés do cristianismo, promovera a intolerância, oprimira a consciência humana, e sujeitara aa razão à autoridade.

Das monarquias disse que tinha explorado os povos no interesse das classes privilegiadas, impedindo sempre o desenvolvimento da classe média e a respeito das conquistas notou como tinha despovoado o reino, definhado a indústria, e criado com o serviço dos escravos a ociosidade e miséria do homem livre.

Para justificar essas alegações citou os fatos históricos que lhe pareceram convenientes.

Acrescentou que hoje o espírito intolerante do catolicismo foi substituído pela indiferença, o absolutismo pela centralização, e os males das conquistas pela falta de amor ao trabalho.

Concluiu indicando os meios de se regenerar a Península pela máxima liberdade das consciência humana, pela república federal, e pela organização das comunas de modo que os proletários conquistem o lugar que lhes pertence e que a sociedade atinja o grau de perfeição em que o homem se há de governar por si mesmo. Esta última frase foi muito aplaudida.

Tal é o resumo muito conciso da conferência do sr. Antero de Quental que a assembleia escutou com a maior atenção.

3.2.4.7 - Jornal da Noite 2 e 3/junho de 1871

Fig. 32- Jornal da Noite 2 e 3 de junho de 1871 – p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 130 | Assignaturas em Lisboa:—mez 240, trimestre 700. Provincias:—Trimestre 1$250, semestre 2$350. | **Sexta feira e Sabbado 2 e 3 de junho de 1871** | Publicações.—No corpo do jornal 60 réis por linha. Annuncios 20 réis.—Venda avulsa 10 réis. | 1.º anno

Noticias dos jornaes da manhã

—Está novamente doente o sr. Manoel de Jesus Coelho. *(R. de S.)*

—O conselho do districto approvou a deliberação tomada pela camara municipal para que se construisse um matadouro filial junto á villa d'Alhandra, dependendo porem o estabelecimento d'elle da camara cumprir as disposições do decreto que diz respeito á licença para funccionarem estabelecimentos insalubres.

—No dia 30 de maio distribuiram-se esmolas a mais de 800 pobres na freguezia da Magdalena, suffragando a alma da irmã do sr. marquez de Penafiel. *(J. do Com.)*

—Foi este anno muito concorrida a feira de Villa Viçosa. *(G. de P.)*

—Reuniu hontem o conselho d'estado a fim de ser ouvido ácerca da prorogação das camaras até sabbado e da dissolução da camara electiva. Votaram pela dissolução os srs. Fontes, Braamcamp, conde de Castro, Folque, marquez d'Avila e Carlos Bento. Votaram contra os srs. marquez de Sá e José Maria Eugenio.

—Está em Lisboa o sr. conde de Samodães.

—No domingo ha reunião, em casa do sr. marquez de Lavradio, dos varios individuos que pretendem fundar em Lisboa uma associação catholica. *(D. P.)*

—Foi sacramentado o sr. prior da freguezia da Conceição Nova.

—Parte no domingo a commissão que vae a Roma assistir ao anniversario da sagração de Pio IX e depois a Bronbach cumprimentar o sr. D. Miguel de Bragança. E' composta dos srs. José Correia de Sá, Antonio de Carvalho Daun e Lorena, Ascenço de Sequeira, Antonio Pereira da Cunha e Sebastião Trigoso.

—A associação typographica de Lisboa convidou os escriptores publicos a fazerem parte do seu gremio. *(D. de N.)*

Lisboa 2 de junho

Está votada em ambas as camaras a lei de meios. Amanhã serão encerradas as côrtes e dissolvida a camara electiva. Está pois terminada a crise, e principiado novo estadio da nossa vida constitucional.

Agora pertence ao paiz fazer com que o governo representativo possa funccionar com regularidade, e que as dissoluções e mudanças ministeriaes sejam excepção e não regra geral de todos os semestres.

Se escolher bom parlamento, ha de ter bom governo. Se escolher mal, nem terá governo nem parlamento, e pagará mui caro o seu erro.

Bolsa de Lisboa em 2

FUNDOS PORTUGUEZES

Ficaram cotadas:

Inscripções grandes	38
Ditas pequenas	36,25
FUNDOS HESPANHOES	
Titulos de 10:000 escudos	28
Cambio de 940 réis.	

O monte-pio official arrematou hoje em praça.

12:000$000 réis inscripções de assentamento com o semestre corrente pelo preço de 34,715, entrando no pagamento réis 340$000 réis em cobre.

Offereceram á venda:

10 acções da Companhia Lisbonense de Illuminação a Gaz, offereceram a 65$000 réis, não conveio.

Annunciou-se a compra de 3 titulos, de 5 acções cada um, do Banco de Portugal pediram a 435$000 réis, não se effectuou.

Telegrammas

(AGENCIA HAVAS BULLIER REUTER)

Director Fabra

SERVIÇO SUB-MARINO

Londres 2 de junho, ás 11 horas da manhã

As prisões continuam em Paris. Cessaram os receios de incendios e assassinatos.

Tem-se tomado medidas activas para obstar á peste que se julga imminente.

As execuções militares ainda continuam.

Tem-se feito preparativos para tornar a collocar a columna de Vendome no seu logar.

Os jornaes de Paris declaram que os legitimistas e orleanistas já chegaram a um accordo a respeito da successão á corôa.

A guarda prussiana deixou St. Denis para voltar para a Prussia.

Em Versailles haverá boatos de resignação do gabinete.

O boato de sublevação carlista está officialmente desmentido de Madrid.

Reuter.

SERVIÇO CONTINENTAL

Versailles 2 ás 8 h. e 45 m. da m.

Bruxellas, 2.—O «Eco do Parlamento» annuncia que Felix Pyat e Paschal Grousset foram presos na Suissa, e diz que a noticia da sua prisão foi officialmente transmittida ao governo belga. (Havas).

Versailles 1, ás 7 h. e 30 m. da t.

É apresentado na assembléa um projecto de lei para que os ministros demittidos possam acceitar cargos remunerados.

Thiers, respondendo a la Rochejaquelin relativamente á proposta de estabelecer os ministerios em Versailles, diz que o governo não se obrigou a resolver a questão da capital: que o conselho de ministros e os principaes ministerios continuarão em Versailles, mas que é materialmente impossivel estabelecer ali o da guerra e sobre tudo o da fazenda, por causa dos emprestimos proximos. Thiers é muito applaudido. A assembléa decide verificar na segunda feira os poderes dos principes de Joinville e do duque d'Aumale. (Havas)

Telegramma recebido depois de ter saido a nossa ultima folha.

Madrid 1, ás 6 h. e 50 m. da t.

Annuncia-se a proxima saida de Picard e Leflô do ministerio. Ignora-se por emquanto quem os hade substituir. As livres communicações com Paris restabelecer-se-hão provavelmente sexta feira. (Havas).

Côrtes

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

Sessão de 2 de junho

Presidente—*O sr. A. C. de Sá Nogueira*

Secretarios os srs. Adriano Machado. Pinheiro Borges.

Estando presentes 46 srs. deputados foi aberta a sessão ao meio dia. A acta foi approvada. A correspondencia teve o devido destino.

O *sr. Julio do Carvalhal* fallou ácerca das estradas de Traz os Montes.

O *sr. presidente do conselho* lembrou a necessidade de se votar a lei de meios para ser discutida na outra camara. Depois responderia a qualquer pergunta dos srs. deputados.

A camara resolveu que continuasse a discussão da lei de meios.

Depois de algumas observações do sr. Marianno de Carvalho e do sr. Alberto Carlos foi approvada.

O *sr. presidente do conselho* pediu que a commissão de reducção não demorasse esta proposta de lei.

O *sr. Figueiredo Faria* propoz que se declarasse quanto fôra agradavel á camara dos srs. deputados a noticia da vinda a estes reinos de sua magestade o imperador do Brazil e de sua augusta consorte.

O *sr. ministro da fazenda* disse que o governo appoiava essa proposta.

Foi approvada por unanimidade.

O *sr. ministro das obras publicas* disse que se conformava com um dos projectos do sr. Julio do Carvalhal, e pediu que fossem postos em discussão dois projectos da sua iniciativa.

Foi approvada a ultima redacção da lei de meios e remettida para a outra camara.

O *sr. Beirão* requereu que se desse a palavra a todos os que a pedirem para explicações a respeito da lei de meios.

O *sr. Alberto Carlos* teve a palavra e fallou da lei de meios e do que se tinha passado a este respeito.

Leu-se um officio participando que a sessão real de encerramento será ámanhã ás 5 horas da tarde.

Mandaram-se para a mesa differentes pareceres de commissões.

Os srs. *Pequito* e *Francisco Mendes* deram explicações.

O sr. *Barros e Cunha* propoz um voto de louvor á mesa pela maneira acertada e imparcial com que tem dirigido os trabalhos da camara, e deu explicações ácerca de diversos assumptos.

Varios srs. deputados mandaram para a mesa muitas propostas e requerimentos.

São 3 horas e um quarto.

CAMARA DOS DIGNOS PARES

Sessão de 2 de junho

Presidente — *O sr. Conde de Castro*

Secretarios os srs. V. de Soares Franco. Barreiros.

A's 2 e meia horas da tarde, tendo-se verificado a presença de numero legal de dignos pares, para a camara poder funccionar, o sr. presidente declarou aberta a sessão.

A correspondencia teve o competente destino.

O sr. *Margiochi* mandou para a mesa um parecer da commissão de fazenda e depois de lido, propoz o sr. marquez de Vallada a dispensa do regimento para entrar desde já em discussão.

Sendo consultada a camara, resolveu affirmativamente.

O sr. *ministro das obras publicas* pediu que entrassem em discussão os projectos pertencentes ao seu ministerio, com preferencia, por serem simples e urgentes.

O sr. *marquez de Niza* pediu a dispensa do regimento para este parecer.

O sr. *conde de Samodães* pediu á commissão de fazenda que desse o seu parecer com urgencia sobre o projecto relativo ao accordo do governo com a companhia de viação portuense.

Entrou em discussão o parecer n.º 49 sobre o projecto n.º 57, sobre o qual fez reflexões o sr. visconde de Fonte Arcada.

O sr. *marquez de Sabugosa* requereu que se discutissem com preferencia os projectos de interesse geral, começando pelo de contribuição pessoal que ficou hontem adiado por não estar presente o governo.

Leram-se e foram successivamente approvados os artigos do projecto n.º 57.

O sr. *presidente* pediu que não fosse discutido o projecto da contribuição pessoal sem estar presente o sr. ministro da fazenda, e que fosse convidada a commissão de fazenda para dar o seu parecer sobre a lei de meios.

Leu-se o parecer n.º 50, e o respectivo projecto que foi approvado sem discussão. Foi em seguida lido o parecer n.º 52 sobre o projecto n.º 51.

O sr. Margiochi mandou para a mesa o parecer da commissão de fazenda sobre a lei de meios e requereu que entrasse em discussão quanto antes.

Consultada a camara resolveu affirmativamente, o que entrasse em discussão antes do parecer n.º 52 como fôra requerido pelo sr. marquez de Niza.

Lido o parecer sobre a lei de meios entrou em discussão, e foi approvado.

Entrou em discussão o parecer n.º 52, sobre o qual fez varias reflexões o sr. visconde de Fonte Arcada, e concluiu declarando que combatia o projecto, e votava contra elle. Sendo posto á votação foi approvado na generalidade e especialidade.

São 3 horas e um quarto.

Depois da hora em que terminou hontem o nosso boletim das camaras, ficou orando na dos deputados o sr. Rodrigues de Freitas, fazendo vêr a incompatibilidade entre o governo e a camara, que não póde apoiar um ministerio sem iniciativa. Accrescentou que o governo aconselhando o poder moderador a que prorogasse a sessão, aconselhava-o implicitamente a que rasgasse a carta constitucional, permittindo que o governo se lançasse em dictadura.

O sr. presidente do conselho declarou que o governo não foi indicar ao poder moderador o expediente que devia adoptar e que a corôa se decidiu pela appellação ao paiz. Disse que o governo não tinha duvida em acceitar o parecer da maioria da commissão, logo que o projecto passasse a tempo de ser discutido na outra camara até sabbado, para cujo dia ia ser prorogada a sessão. Declarou mais que a nova camara seria convocada para julho proximo, para que se discuta o orçamento e se trate da questão de fazenda. Leu-se na mesa o decreto de prorogação.

O sr. Latino Coelho censurou o governo pelos seus actos administrativos, e apoiou o projecto em discussão. Disse que o sr. presidente do conselho não tem idéa, segundo se deprehende da declaração que fez, de acceitar o parecer da maioria, quando se tinha comprommettido a sustentar na camara o da minoria.

O sr. Marianno de Carvalho disse que depois de tal declaração não devia continuar a discussão sobre aquelle assumpto, por quanto o fim da commissão era a proxima convocação do parlamento. O sr. Rodrigues de Freitas requereu que se lançasse na acta a declaração do sr. presidente do conselho. O sr. Luciano de Castro por parte da minoria da commissão disse que se conformava com a declaração do sr. presidente do conselho.

Na camara dos pares, o sr. marquez de Vallada mandou para a meza um requerimento pedindo esclarecimentos pelo ministerio das obras publicas a respeito das obras da ponte de Santarem para Almeirim.

O sr. marquez de Sá demonstrou a conveniencia do seu projecto, fallando em favor d'elle o sr. marquez de Sabugosa. O sr. marquez de Vallada discorreu ácerca da defeza do paiz, votando pelo projecto sem restricções. Declarou que foi o primeiro que ergueu a voz contra a conspiração iberica. Approvou-se o projecto na generalidade e na especialidade. Entrou em discussão na generalidade o parecer n.º 43. O sr. Vaz Preto foi votado para a commissão de legislação. Approvou-se na especialidade o projecto n.º 47. Leu-se o parecer n.º 44, sendo approvado na generalidade. O sr. Corvo mandou para a mesa um parecer da commissão de agricultura, commercio e artes. Entrou na especialidade o projecto n.º 44 e foi approvado. Leu-se o parecer n.º 45 sobre o projecto n.º 13. Resolveu-se que ficasse addiado até estar presente o sr. ministro da guerra. Foi approvado o projecto da commissão de legislação. Leram-se e approvaram-se os pareceres n.ºs 46 e 47 sem discussão.

CARTA DE FRANÇA

Versailles, 29 de maio de 1871.

Dizem de Paris que a desesperação do povo por causa dos incendios é immensa. Devo crel-o mas não posso affirmar porque não vi. Tenho observado porém a colera dos habitantes de Versailles, e digo-lhe que é verdadeiramente milagre terem passado nas ruas d'esta cidade, sem serem mortos logo, os prisioneiros vindos de Paris. O cheiro da polvora e do sangue embriagam. E' fora de duvida. Ou nós todos nos vamos transformando em selvagens.

As iras populares eram de tal ordem que um redactor da *Opinion Nationale*, o sr. Sauvestre, fallou ao povo a recommendar-lhe moderação, e foi logo insultado, arguido de partidario da communa e preso. O mesmo aconteceu ao nosso amigo Luiz de Ratisbonne, redactor do *Jornal des Debats*,

FOLHETIM

DUO IN CARNE UNA

—Não ha vida melhor. O pae a trabalhar como um moiro, e o menino ainda na cama. Vá, levante-se, se lhe parece que ainda não são horas?! Ah! que se fosse com os paes d'algum dia já tu tinhas ido até ao Brazil n'um *cavallinho de pau*.

—Ó minha mãe, minha mãe não tenha assim a janella... olhe que vem o sol dar-me de chapa mesmo na cara. O que ha para o almoço? Eu já não posso supportar os ovos, e o bife ainda menos.

—Deixa estar, deixa estar, que eu vou agora mandar-te arranjar uns biquinhos de rouxinol. Olhem para este quarto: que inferno, que barafunda! Estás bonito! estás bonito; vae andando assim que vaes bem. Eu um dia perco a paciencia e conto tudo a teu pae. Pensas talvez que eu não sei que foste empenhar o relogio, que déste umas calças quasi novas ao malandrim que te serve de *alcofinha*, e que no sabbado, depois dos touros provavelmente, vieste para casa n'um tal estado que eram precizos dois amigos para te segurarem. És a vergonha da minha cara.

Esta scena passava-se no quarto de Augusto Silva, filho legitimo de José da Silva, negociante, e de Rita Catharina, sua mulher. O *morgadinho*, como lhe chamavam os amigos do pae, tinha horror a todas as coisas sérias da vida, para elle só existia o *pagode*. O pae queria-o no escriptorio, porém o menino levantava-se ao meio-dia, ainda estremunhado da noitada, almoçava, vestia-se, e praguejando ia sentar-se á carteira. Bocejava, caricaturava o *guarda livros*, deitava alguns borrões no *livro razão*, e mal o pae transpunha as portas do escriptorio para ir á *praça* informar-se dos negocios, levantava-se, acendia o charuto, e ia para o Chiado encostar-se á porta de qualquer loja.

Os amigos do pae, os velhos negociantes que passavam apressados no seu giro commercial olhavam-no de má catadura e comsigo resmungavam.

—Lá está o janota. E está um pobre pae a matar-se para sustentar aquelle brejeiro-te. Ha de dar bom burro ao dizimo. Tambem não sei o que faz aquelle José da Silva, que não lhe desanca o costado com um bom marmeleiro. Ah, se fosse comigo!

E acabavam a oração mental com um meneio de cabeça ameaçador.

Augusto, que os percebia á legoa, sorria desdenhoso, cumprimentava-os, e quando estava em *afinação tronista* deitava-lhe para as caras venerandas umas fumaradas de charuto.

Era um valdevinos, um estouvado o tal menino Augusto Silva, ou antes Augusto de Silva, como elle, querendo aristocratisar-se francezmente, fizera imprimir nos seus cartões de visita. Desde que se embrenhára na vida de janota tratava a familia por cima do hombro: parecia-lhe tudo aquillo plebeu. Até nos jantares de annos levava o descaramento a ponto de rir-se claramente dos *speechs* dos compadres do pae, e desprezava o classico arroz doce feito pela mãe para unicamente attender ao vinho do Porto, tradiccional em dias de festa. A mãe chorou lagrimas de fel quando soube que elle vendera a prenda que ella lhe dera no dia dos annos para comprar um enorme bengalão de cana da India. Um bengalão respeitavel que elle, todo orgulhoso, mostrava aos amigos dizendo:

—Que tal acham a *badine?* Custou-me carito, mas tem só um nó. Ando com desejos de a experimentar nas costas de qualquer *artista*.

O maior prazer que elle podia ter era encontrar ali pelo Chiado, ou por outro sitio assim concorrido, um amigo ou um conhecido qualquer passeiando a cavallo. E se era um titular?! Isso então era uma berraria, um accionar de intimidade fóra de toda a descripção.

—Ó barão, ó visconde, ó conde, então como vae a *praça*? (era o cavallo), sim senhor, na tua mão parece outra coisa. Olha, espera ahi, deixa-te endireitar o lóro.

E elle ahi estava todo contente representando de moço de estrebaria.

—Pois digo-te, sem cumprimento, que está bonita a féra (era ainda o cavallo), tem um jogo de mãos soberbo!

Debaixo do calção do V... parecia mesmo um sendeiro. O meu lá está no *instituto*; dei-lhe uma tareia quando a *pequena* esteve em Cintra que o deixei á dependura.

Agora pouparei o meu leitor á doença e receituario applicado ao cavallo de Augusto Silva. Basta ficar sabendo que o meu heroe n'este assumpto fallou com a sciencia d'um alveitar e a erudição d'um alquilé.

Nos *toiros* era elle quem berrava mais; sentado no primeiro palanque com os cotovellos encostados á copa d'um *torero* conhecido, arrogava-se uns ares de *Cezar* presidindo aos combates do *circo*. Acabada a corrida ia conversar com os campinos, e fazendo-se conhecido dos lavradores convidava-se para as *ferras*.

Tanto fez, tanto fez, tanto inculcou a sua força de pulso que conseguio realisar o seu sonho dourado—figurar de homem de forcado n'uma toirada, dita de fidalgos. Occultou cautellosamente o intento á carinhosa mãe e ao austero pae, e no dia da toirada appareceu na praça mais orgulhoso da sua jaqueta de ramagem do que um rei do seu manto de purpura.

Fez uma *pêga-real* e recebeu uma *moña*; voltou para casa doido de contentamento, e collocou-a por cima d'um *par de bandarilhas* e entre os retratos de *Cuchares* e *Gordito*. Á noite convidou os amigos para assistirem á inauguração do tropheu. Os rapazes não faltaram e prepararam-lhe uma agradavel surpresa levando comsigo o *Catitinha d'Alfama*, fadista muito conhecido da policia e dos carcereiros do Limoeiro, grande tocador de guitarra e mestre nos jogos de pau e de faca.

Entraram todos de sucia, e quando acabaram as felicitações, os apertos de mão, os abraços, o *catitinha* bebeu uns ultimos tragos de vinho, passou as costas da mão pela boca e montando-se n'uma cadeira entrou a tanger a guitarra e a cantar umas *trovas do fadinho rigoroso*. Corria alegre o festim, bebia-se, cantava-se, tourava-se, e vae senão quando succede este caso tristissimo que passo a contar.

O amigo de Silva que fazia de toiro saira do quarto e esperava no corredor o signal para entrar na praça; Augusto armado de bandarilhas ia mandar tocar o clarim quando o publico voltando-se para elle bradou em unisono: *silla, silla*, (ha um grande instincto nas massas); veiu a cadeira, Augusto sentou-se e um amigo que estava em cima da commoda levou á bocca um rolo de papel e deu o toque de saida.

Abriu-se a porta, o bandarilheiro levantou-se, tenteou um poucochinho, fez um *cambio* perfeito e metteu o par de *ferros*, felizmente representados por dois foguetes de bandeja, no cachaço do... pae!

—Ah, patife!

Foi o mugido que se ouviu.

JOÃO MORATO ROMA.

(Continua)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 33 - Jornal da Noite 2 e 3 de junho de 1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 34 - Jornal da Noite 2 e 3 de junho de 1871 – p. 3

Noticias de França

(Dos jornaes hespanhoes)

Os insurgentes tinham 180 kilogrammas de polvora na *mairie* do 11.º districto destinada a fazer saltar o bairro inteiro quando se vissem obrigados a render-se. Estes planos verdadeiramente infernaes não se poderam em pratica, graças ao arrojo e bravura do exercito de Versailles.

•

Quando as tropas chegaram defronte da igreja de S. Sulpicio, saiu um medico da igreja e dirigindo-se aos officiaes, disse-lhes que o templo estava convertido em hospital de sangue.

Por denuncia de alguns visinhos soube-se pouco depois que os feridos eram insurgentes, que tinham escondido as armas e haviam recorrido áquelle estratagema para escapar á morte. Então os soldados entraram na igreja e fusilaram todos, perto de 800.

No dia 25 invadiram os communistas as casas situadas entre a porta Saint-Martin e a do Ambigu. Primeiro saquearam as adegas e embriagaram-se; depois manifestaram desejos de se assenhorearem das janellas para combater as tropas de Versailles.

As mulheres supplicaram-lhes de joelhos que abandonassem este projecto que reduziria todas as casas a um montão de ruinas. Os chefes pareceram resolvidos a ceder e retiraram-se, mas pouco depois voltaram com forças mais numerosas, e sob pretexto de armarem barricadas, principiaram a deitar os moveis pelas janellas. Os habitantes desesperados insultaram os bandidos, e um d'aquelles deu uma tremenda bofetada n'um dos insurgentes. Começou então uma scena horrivel: os insurgentes perseguiam de quarto em quarto os inquilinos, e degolavam todos que agarravam, sem exceptuar mulheres nem creanças. Não satisfeitos com derramar o sangue de tantas victimas, lançaram fogo ás casas, morrendo no incendio os infelizes que tinham conseguido escapar ao ferro dos bandidos.

•

Os refens salvos eram os que estavam na prefeitura da policia. Quando iam para os fusilar, declarou-se o incendio no edificio: os insurgentes tiraram-os então d'ali, e quizeram obrigal-os a defender as barricadas; elles resistiram e fugiram de novo para a prefeitura, já meio devorada pelas chammas. Foi d'ali que as tropas conseguiram tiral-os. Entre os refens achava-se o principe Galitzin.

•

O governo de Versailles resolveu mandar queimar os cadaveres para evitar alguma epidemia.

•

Os conselhos de guerra que funccionam em Paris e Versailles julgam verbalmente os prisioneiros, e não se póde appellar das suas decisões.

•

As mulheres e creanças presas por incendiarias confessaram que recebiam 10 francos por cada casa incendiada.

As prisões estavam cheias d'estas infelizes, que se não mostravam arrependidas dos crimes que tinham commettido, nem tão pouco pareciam temer a sorte que as esperava.—Matai-nos, diziam ellas, quando não começamos de novo!

•

A assembléa declarou urgente um projecto de lei prohibindo o transporte e venda de petroleo em França, *por haver indicios de que se querriam repetir nas provincias os crimes de Paris.*

•

Os insurgentes collocaram o cura da Magdalena n'uma barricada para servir de defeza. O infeliz morreu crivado de ballas.

•

O governo estudava o systema colonial penitenciario inglez para ser applicado aos insurgentes que forem mandados para as colonias.

•

A commuma tinha mandado minar todo o espaço comprehendido entre o Hotel de Ville e o Banco a fim de fazer saltar todo o bairro.

•

Os insurgentes tinham convertido o cemiterio do Père Lachaise n'um vasto campo entrincheirado: os muros tinham sido setteirados, e os jazigos situados na parte superior do cemiterio foram convertidos em fortalezas. No logar onde estava o tumulo de Demidoff tinham collocado uma bateria.

•

No theatro de Chatelet estabeleceu-se um conselho de guerra perante o qual são conduzidos os insurgentes e seus cumplices. Lavrada a sentença, o juiz manda sair os reus pela direita ou esquerda, segundo são mais ou menos culpados. Uns são conduzidos para Satory e outros para a praça do Hotel de Ville onde são fusilados.

•

O chefe do poder executivo dirigiu uma circular a todas as auctoridades civis e militares, narrando os ultimos acontecimentos. Diz que quando as tropas entraram na prisão da Roquette, ainda poderam salvar 169 pessoas destinadas a serem passadas pelas armas. Accrescenta que os malvados que incendiaram e devastaram Paris ainda tiveram tempo de fusilar 64, entrando n'este numero o arcebispo de Paris, o abbade Deguerry, o presidente Bonjean e outras pessoas notaveis.

Os insurgentes repellidos até a extremidade de Paris e collocados entre o exercito e os prussianos, expiarão em breve os seus crimes. A insurreição reduzida a defender-se n'um espaço de cem metros, está definitivamente vencida.

Referindo-se á morte de alguns dos insurgentes, diz que aquellas expiações não podem servir de consolação no meio de tantas desgraças e tantos crimes, mas que servirão ao menos de exemplo aos insensatos, para que fiquem sabendo que se não provoca e desafia a civilisação sem que responda a justiça.

•

No dia 29 debateu-se na Assembléa nacional, a questão da capitulação de Metz. O general Changarnier defendeu o marechal Bazaine e assegurou que a entrega de Metz não fôra voluntaria, mas sim devida á fome que reduziu o exercito á impotencia. O ministro da guerra, general Leflô, respondeu que as leis eram terminantes n'este ponto, e que todo o militar que entregasse uma praça teria de responder a um conselho de guerra.

•

Vae ser brevemente submettido á Assembléa um projecto relativo ás segundas eleições.

Foram nomeados guardas de 1.ª classe da alfandega de Faro os srs. Francisco Maria de Jesus, Francisco de Paula Miranda, Manuel dos Reis Mouco e José Lourenço.

Verificou-se no dia 31 de maio a festa commemorativa ao mez de Maria, e a communhão geral dos meninos na igreja de S. José com grande pompa e esplendor. A missa solemne por musica de capella principiou ás 10 horas da manhã, sendo oradores os reverendos padres Conceição Borges e prior de Cezimbra. Terminada a missa as creanças que receberam a communhão, e que pertenciam a varios collegios e ao asylo de Santo Antonio, dirigiram-se acompanhadas pela irmandade do Santissimo, e pelo reverendo parocho ao referido asylo, que estava brilhantemente preparado, sendo em seguida servido um lauto jantar offerecido por varios cavalheiros. Tocou uma pequena orchestra composta dos seguintes amadores: Carlos Vital Pereira de Sá, Carlos Augusto Emygdio de Sá, Augusto Carlos de Sá, D. Amelia Augusta de Sá e D. Ludovina da Conceição e Sá, que executaram primorosamente varias peças de musica. Assistiram a esta festa caritativa os directores do asylo, entre elles o digno presidente o exm.º sr. conselheiro José Eduardo de Magalhães Coutinho, sua esposa e filhas, e numerosa concorrencia de senhoras e cavalheiros. De tarde as referidas alumnas regressaram á igreja, havendo conclusão do mez de Maria, sermão, *Te-Deum* e pratica solemne pelo reverendo parocho, que commoveu o auditorio na entrega das meninas a seus paes, retirando-se depois as alumnas para o asylo onde foi servido um abundante beberete, tendo-se prestado generosamente a esta festa a excellente philarmonica dos artistas da fabrica de chapeos da viuva Roxo, que até á meia noite tocaram varias peças do seu reportorio.

As ruas do transito achavam-se embandeiradas e arreiadas. Cabem louvores á direcção do asylo, ao reverendo parocho, e finalmente a todos os parochianos que se prestaram para tão humanitaria festa.

É dos melhores estabelecimentos do seu genero em Lisboa o armazem de musica, pianos e instrumentos da firma *Lence & Viuva Canongia*, na rua Nova do Almada n.ºs 94 e 96 com deposito na mesma rua n.º 100. Os seus proprietarios, que são os nossos amigos Manoel de Jesus Serrano e João Cyriaco Lence, teem-se disvelado em levar a grande aperfeiçoamento tudo o que pertence áquella casa.

Tivemos ha dias occasião de entrar ali, e vimos um sortimento variadissimo e bem escolhido de instrumentos de metal, madeira e cordas, e de todos os accessorios indispensaveis. Notamos a direcção intelligente da casa *Lence & Viuva Canongia* não só na escolha dos melhores instrumentos, mas tambem nos preços muito rasoaveis, que vão indicados no annuncio respectivo.

Póde-se recommendar sem escrupulo aquelle armazem de musica. Quem o visitar conhecerá a verdade do que affiançamos.

Esta manhã, cerca das 11 horas e meia, atracou ao caes da superintendencia do arsenal da marinha uma canoa ingleza, conduzindo o commandante do vapor *Helicon*. Na occasião em que este official tirava o selim e a espada, saltou-lhe da bolsa do collete o relogio e caiu ao mar. Um dos marinheiros da canoa deitou-se á agua, e mergulhou por diversas vezes, mas sem resultado. Em seguida apromptou-se o mergulhador do arsenal, e, depois de meia hora de trabalho, encontrou o relogio, cuja machina é excellente. Segundo o dizer do official inglez, o relogio e a cadeia custaram-lhe 180$000 réis. O mergulhador foi gratificado com 2$250 réis, e egual quantia se dividiu pelos serventes da machina e mangueira d'ar.

Abriu-se hontem á noite o estabelecimento de porcellanas, louça ingleza, cristaes e electro-plata dos srs. David Irmãos no Chiado n.ºs 112 e 114.

Póde dizer-se que esta casa não tem igual em Lisboa, já pela qualidade, já pela baratesa dos artigos expostos á venda.

Convidamos os nossos leitores a que visitem este estabelecimento.

CARTA DO SR. ANTHERO DO QUENTAL

Sr. redactor.—Espero dever-lhe o obsequio da publicação das seguintes linhas:

Com este titulo—Como se improvisam os factos historicos na 2.ª *conferencia do Casino*, publicou v. no n.º 118 do seu jornal um pequeno artigo, devido á penna d'um erudito anonymo. Não é costume meu *improvisar* em questões de factos: mas o que muito facilmente e muito naturalmente me póde acontecer é enganar-me; e como tenho menos orgulho do que vontade de me instruir, folgo sempre com as lições que me queiram dar os que são mais sabedores do que eu.

Em questões, sobre tudo, tão graves como as cousas da decadencia do meu paiz, esse sentimento tem em mim dobrada intensidade, e não ha advertencia que eu não considere como preciosa. Infelizmente não me quiz dar esse gosto nem fazer-me esse serviço o auctor do artigo: contentou-se com affirmar que se *improvisaram factos historicos* na 2.ª conferencia do Casino, e esqueceu-lhe revelar-nos o numero d'essas cousas instructivas que encerrou sibillinamente n'aquelle promettedor plural, *factos*.

Quero crer que attenderá ao pedido instante que aqui lhe faço, e que remediará aquelle para mim deploravel esquecimento, restabelecendo na sua verdade os muitos factos que, com a inconsciencia da ignorancia, adulterei na minha conferencia. Espero isto da sua delicadeza e da sua sciencia. Em quanto porém espero, permitta-me o escrupuloso anonymo que submetta ao seu bom juizo as seguintes reflexões. Em primeiro logar, o que D. João de Castro fez na sua quinta de Cintra não é um *facto historico*; é simplesmente uma anedocta historica, ou melhor, uma anedocta relativa a um homem historico.

Factos historicos são exclusivamente aquelles que se ligam á vida social, politica ou moral d'uma nação: ora cortar alguem (seja esse alguem o maior dos heroes) as arvores das suas propriedades, é coisa que nem directa nem indirectamente influe no destino das nações. Permitta-me dizer-lhe em segundo logar que é fallar mais figuradamente do que a boa logica consente á rhetorica, chamar *improvisado* a um facto que tem por si a auctoridade de Jacintho Freire (historiador emphatico e sem philosophia, mas consciencioso e instruido) e uma tradição popular de tres seculos.

«Aqui se recreava com uma estranha e nova agricultura, cortando as arvores que produziam fructo, e plantando em seu logar arvores sylvestres, o exterior; quiçá mostrando, que servia tão desinteressado, que nem da terra que agricultava, esperava paga do beneficio.» Isto diz Jacintho Freire, referindo-se a uma epoca em que D. João de Castro não tinha ainda ido á India, nem provavelmente conhecia os famosos jardins chinezes. Esta auctoridade e a da tradição popular não pareceram ao exigente anonymo, sufficiente para um facto historico; para uma simples anecdota parece-me bastante; pelo menos, quando é necessario para se não poder dizer *improvisado* ha 8 dias no casino. Finalmente, não foi como facto, mas como tradição, que eu referi a anecdota, quando disse: «o que se conta de D. João de Castro pode ser tomado como symbolo do espirito guerreiro do tempo, no seu desdem pelo trabalho e pela industria.» Que o facto tivesse ou não existido, é para a verdade do meu discurso coisa perfeitamente indifferente: entrou ali apenas como uma imagem, um symbolo, nada mais. Não tratava de D. João de Castro: tratava do espirito guerreiro e da industria: aquella anecdota, verdadeira ou não, exprimia bem o meu pensamento: usei d'ella com todo o direito.

Ainda assim, em quanto o erudito anonymo não me provar o contrario, tenho-a por verdadeira, dando mais por J. Freire e pela tradição do que pelas suas affirmativas e por 4 versos de Costa e Silva. Eis quanto tenho a dizer a respeito d'aquelles *factos historicos* por mim tão audaciosamente *improvisados*.

Agora, sabe o anonymo o que me parece tão deploravelmente significativo, para a nossa epoca, como para a epoca de D. João de Castro a anedocta das arvores cortadas? é ver um critico tão sabedor e tão pensador, como deve ser o anonymo, depois de um discurso de hora e meia, onde se agitaram ideas geraes e principios que se ligam intimamente á nossa vida nacional, não achar coisa que lhe impressionasse mais profundamente as varias faculdades do que... uma anedocta!

Isto não quer dizer que não lhe agradeça as suas valiosas advertencias, e as que hão-de vir, que ainda mais valiosas serão. Appello para a discussão: desejo-a. Simplesmente parece-me que, quando se discutem as opiniões d'um homem, será talvez conveniente ter primeiro entendido o que elle diz.

Lisboa, 31 de maio.

Anthero do Quental.

Rendimento da alfandega do Porto de 1 a 30 de maio.	203:656$050
Idem no dia 31	6:097$271
	209:753$321

No domingo ao anoitecer estiveram em gravissimo perigo de naufragar na barra de Aveiro doue policias guardas da alfandega, que, tendo de ir rondar na costa de S. Jacintho e achando-se na fortaleza, pediram a dous remadores que os passassem. Soprava impetuoso o norte, e as vagas encapelladas se em grande altura correndo velozes para o mar alto. O fragil barco partiu com os quatro homens, que assim ousavam affrontar a morte; mas, quando chegou á calle, as ondas galgavam-no e arrastavam-no para a barra. Houve gritos de soccorro, mas n'aquella occasião difficil seria acudir aos quatro desgraçados. Felizmente, depois de luctarem muito com a furia das ondas e do vento, poderam abicar ao lado de S. Jacintho, alagados e com o barco meio de agua.

Em Faro, representou-se na noite de 27 de maio ultimo o *Barba Azul*. O desempenho foi magnifico, e a sala d'espectaculo estava litteralmente cheia de espectadores.

COIMBRA 1 de junho. Houve hontem um baile em casa do ex.mo sr. dr. Manuel dos Santos Pereira Jardim. Foi uma festa esplendida, como todas as que s. ex.ª costuma offerecer á flor da sociedade conimbricense. Coimbra, a terra das brisas e dos encantos para os poetas idyllicos, torna-se um burgo monotono e árido para os que preferem ao bucolismo dos valles a conversação borboleteadora das damas. Por isso, quando um cavalheiro de subida intelligencia e delicadissimo tracto, como o sr. dr. Jardim, abre as suas salas, um baile é sempre um acontecimento notavel. É proverbial n'esta terra a affabilidade e cortesania com que s. ex.ª e sua ex.ma familia recebem em sua casa. Nada diremos ácerca do modo attencioso e fina delicadesa que ss. ex.as dispensam aos seus convidados.

Não podemos enumerar aqui todas as senhoras que tivemos occasião de admirar. Rivalisavam em formosura os rostos e em esplendor elegante as *toilettes*.

Vestia de cinzento com guarnições da mesma côr a esposa do sr. dr. Jardim.

Distinguia-se entre todas a ex.ma sr.ª D. Maria da Piedade Jardim. Trajava de *faye marron foncé*. De *tulle* com apanhados côr de rosa se enfeitava elegantemente a sr.ª D. Guilhermina Jardim. A sr.ª D. Thereza Amelia, esposa do sr. dr. Luiz Albano, trajava de *gros de Naples* verde. A sr.ª condessa das Canas vestia de azul com riquissimos adereços de brilhantes. A esposa do sr. Gavicho de *glacé jaune garni de dentelles avec petits points de Bruxelles*, com um valioso collar de brilhantes. A sr.ª D. Carolina Perdigão, de seda lavrada com vivos côr de rosa. De velludo preto a esposa do sr. dr. Bernardo Serpa.

Trajavam de branco as sr.as baroneza de Santa Comba, D. Amelia Monteiro, Rodrigues, Ornellas. De côr de rosa a sr.ª D. Maria da Conceição. De tulle as meninas Baratas.

Muitas outras senhoras se distinguiam, cujos nomes nos não recordam.

Dançou-se phrenéticamente até ás cinco horas da manhã, retirando-se todos os convidados penhorados pela esplendida recepção que tiveram.

A folha official publica hoje a proposta de lei tornando extensivas ao director geral das obras publicas e minas e ao chefe da repartição das minas as disposições do artigo 3.º e § unico da carta de lei d'abril de 1867, que regulou os vencimentos dos empregados civis de igual cathegoria nas secretarias d'estado.

A barca portugueza *Gratidão* trouxe de Pernambuco 1.200 saccos d'assucar, 8 volumes de carne secca, 50 saccos d'algodão em rama e 10 barris d'aguardente.

Obteve hoje licença para descarregar debaixo de quarentena.

ABRANCHES, 31 de maio—Foi hoje posto em praça o fornecimento das carnes verdes, vacca e carneiro ou capado para consumo do concelho perante a camara. Teve differentes lanços, ficando afinal no do sr. Bexa, que foi 130 reis cada kilo de carneiro ou capado em todo o anno que deve decorrer desde o 1.º de julho proximo até 30 de junho de 1872, e 190 cada kilo de vacca em 1 mez e 200 réis nos restantes 11 mezes. É certamente mais barato do que no anno a findar em 30 de junho proximo, porque deve notar-se que d'estes preços ha a abater em kilo de vacca 30 rs. e no de carneiro ou capado 20, quando não tenha rim coberto, o que rarissimas vezes acontece, de modo que póde dizer-se que ficou a vacca a 160 reis em 1 mez e a 170 nos 11 restantes, e o carneiro ou capado a 110.

Já são favoraveis para os consumidores estes preços, e podiam ser ainda um pouco mais favoraveis se a camara eliminasse das condições da arrematação a de ter que dar o arrematante diariamente 4 kilos de carne para a misericordia que não precisa d'essa esmola, com sacrificio do publico. Este donativo, que parece de pouca monta, deita a 200$000 rs. para mais em cada anno.

Hontem caiu aqui uma grande trovoada e muita chuva, e hoje tem continuado. Tanta chuva faz graves prejuisos aos pães ceifados e que estão em acção de ceifar.

Foi decidido acabar com a illuminação d'esta villa. Ora que nós tinhamos que passar pelo desgosto de andar ás cegas do 1.º de julho proximo em diante, já o sabiamos, porque por deliberação do conselho camarario foi eliminada do orçamento da camara a verba destinada para a illuminação, por não haver rendimentos bastantes para acudir ás despezas; mas que nos condemnassem já a andal-o antes do tempo, é que nós não sabiamos.

Nada mais por hoje.

(*Do nosso correspondente*).

Sobre Ervedosa e Vieiro, no concelho de Pinhel, caiu ultimamente tão forte trovoada que deixou arrasadas aquellas povoações, não havendo esperança alguma de que possam colher-se as sementes lançadas á terra. As oliveiras e as vinhas estão completamente assoladas.

Ao banquete dado pelo sr. ministro de Hespanha, no dia do anniversario natalicio do rei Amadeu, assistiram além da legação o sr. presidente do conselho de ministros, o sr. Carlos Bento, marquez de Sá, conde de Val de Reis, Mendes Leal e sua esposa, ministros de Italia, da Russia, dos Estados Unidos, da Suecia, de Inglaterra, Austria, Belgica e do Brazil com sua esposa.

Foram declarados suspeitos de cholera morbus, desde 10 de maio ultimo, os portos da Turquia.

Deviam sair hoje do lazareto os passageiros vindos do Brazil no vapor *Amazonas*.

A sociedade das casas d'asylo da infancia desvalida de Lisboa recebeu da exm.ª sr.ª D. Emilia Romano Vasconcellos Alves Barbosa o donativo de dez mil réis, commemorando em 29 de maio ultimo o primeiro anniversario do fallecimento de seu esposo, o sr. Manoel Antonio Teixeira Barbosa.

RENDIMENTO DA ALFANDEGA

Em 1 de junho

Geral	6:651$835
Tabaco	5:213$085

Em 2

Geral	6:1405275
Tabaco	1:786$256
	20:109$465

Fallecimentos

—O sr. dr. José Narciso Barbosa Ferreira Pinto, 70 annos, 1.º substituto do juiz de direito da comarca de Valença. Falleceu em Villa Nova da Cerveira.

—O sr. Victorino Joaquim da Fonseca, professor de latim, na villa da Feira.

—O sr. José da Costa Pereira Araujo, em Capareiras, concelho de Vianna do Castello.

—O sr. Joaquim Candido Pereira de Magalhães, 65 annos, um dos antigos administradores da casa do sr. duque de Loulé. Falleceu na villa de Loulé.

—O sr. Luiz Ferreira Cotovio, fazendeiro, na Zambugeira do Mar, concelho da Lourinhã.

—O sr. José Roque Dias, professor de musica, em Margão, India.

—O sr. Joaquim Sant'Anna da Silva, proprietario, em Margão.

—O sr. padre Francisco Xavier dos Santos Vaz, professor de francez, em Margão.

—Antonio Pedro dos Santos, soldado, em Macau.

Chronologia

Junho 2—Morre n'este dia em 1258, tendo nascido em 23 de março de 1187, o infante D. Pedro, terceiro filho d'el-rei D. Sancho I e da rainha D. Dulce.

Morre em 1674 Apostinho Barbosa da Silva que escreveu na lingua latina as vidas dos 5 primeiros reis de Portugal e compoz um tratado de architectura e arithmetica.

Junho 3—S. Paula V. M. S. Ovidio B. de Braga. O B. André de Hyspello F.

Junho 3—Q. L. C. ás 5 h. e 51 m. da manhã.

Paramentos—Mis. do Espirito Santo.

Junho 3—Nasceu S. Ovidio nos estados romanos e foi filho de paes nobres.

Convertido á fé christã por S. Paulo, distinguiu-se depois pela abnegação e raras virtudes.

Por ordem dos apostolos passou ao reino de Hespanha e foi eleito bispo de Braga, dignidade em que se houve com a maior prudencia e sabedoria.

Descançam na cathedral de Braga os restos mortaes d'este santo varão, e sobre a lapide que os encobre lê-se a seguinte inscripção: Os ossos do bemaventurado S. Ovidio, bispo de Braga.

Dia 3—Lausperenne na egreja das religiosas Trinas do Mocambo.

Dia 3—Raiar da aurora ás 2 h. e 45 m. Nascimento do sol ás 4 h. e 40 m. Occaso ás 7 h. e 20 m.

Dia 3—1.ª preamar: ás 3 h. 18 m. da m.—2.ª preamar: ás 9 h. e 30 m. da m. — 1.ª baixamar: ás 3 h. 42 m. da t. — 2.ª baixamar: ás 9 h. 34 m. da t.

Espectaculos

FIGURAS DE CERA—Exposição diaria das 12 horas da tarde ás 12 da noite. Rua Nova da Palma 89 a 93.

PRAÇA DO CAMPO DE SANT'ANNA—Domingo 4 de junho trabalhará o primeiro matador de espada Bocanegra, com a sua quadrilha, e com alguns artistas portuguezes.

Cavalleiro Mourisca. Os touros são do sr. Estevão de Oliveira; e são todos puros, e apartados a capricho.

Os camarotes e as cadeiras estarão á venda desde 4.ª feira de manhã até sabbado de tarde na travessa da Victoria 58. No domingo estarão á venda na praça, conjunctamente com os bilhetes das trincheiras, desde as 9 horas da manhã.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Carta do sr, Antero de Quental

Sr. Redator – espero dever-lhe o obséquio da publicação das seguintes linhas:

Com o título – Como se improvisam os fatos históricos na 2ª conferência do Cassino, publicou v. no nº118 do seu jornal um pequeno artigo, devido a pena de um erudito anônimo. Não é costume meu improvisar em questões de fatos: mas o que muito facilmente e muito naturalmente me pode acontecer e enganar-me; e como tenho menos orgulho do que vontade de me instruir, folgo sempre com as lições que me queiram dar os que são mais sabedores do que eu.

Em questões, sobre tudo, tão graves como as coisas da decadência do meu país, esse sentimento tem em mim dobrada intensidade, e não há advertência que eu não considere como preciosa. Infelizmente não me quis dar este gosto nem fazer-me este serviço o autor do artigo: contentou-se com afirmar que se improvisaram fatos históricos na 2ª conferência do Casino, e esqueceu-lhe revelar-nos o mundo das coisas instrutivas que encerrou sibilinamente naquele prometedor plural, fatos.

Quero crer que atenderá ao pedido instante que aqui lhe faço, e que recomendará aquele para mim deplorável esquecimento, restabelecendo na sua verdade os muitos fatos que, com a inconsciência da ignorância, adulterei na minha conferencia. Espero isso da sua delicadeza e da sua ciência. Enquanto porém espero, permita-me o escrupuloso anônimo que submeta aos seu bom juízo as seguintes reflexões. Em primeiro lugar, o que D. João de Castro fez na sua quinta de Cantra não é um fato histórico; é simplesmente uma anedota histórica, ou melhor, uma anedota relativa a um homem histórico.

Fatos históricos são exclusivamente aqueles que se ligam a vida social, política ou moral duma nação: ora cortar alguém (seja esse alguém o maior dos heróis) as arvores das suas propriedades, é coisa que nem direta ou indiretamente influi no destino das nações. Permita-me dizer-lhe em segundo lugar que é falar mais “hguradamente” do que a boa lógica consente à retórica, chamar improvisado a um fato que tem por si a autoridade de Jacinto Freire (historiador empático e sem filosofia, mas consciencioso e instruído) e uma tradição popular de três séculos.

“Aqui se recreava com uma estranha e nova agricultura, cortando as árvores que produziam frutos, e plantando em seu lugar árvores silvestres e estéreis, quiçá mostrando que servia tão desinteressado, que nem da terra que agricultava, esperava paga do benefício” Isto diz Jacinto Freire, referindo-se a uma época em que D. João de Castro não tinha ainda ido a Índia, nem provavelmente conhecia os famosos jardins chineses. Esta autoridade e a da tradição popular não parecerão ao exigente anônimo, suficiente para um fato histórico: para uma simples anedota parece-me bastante; pelo menos, quanto é necessário para se não poder dizer improvisada a oito dias no cassino. Finalmente, não foi como fato, mas como tradição, que eu referi a anedota, quando disse: “o que se conta de D. João de Castro pode

ser tomado como símbolo do espírito guerreiro do tempo, no seu desdém pelo trabalho e pela indústria.” Que o fato tivesse ou não existido, é para a verdade do meu discurso coisa perfeitamente indiferente: entrou ali apenas como uma imagem, um símbolo, nada mais. Não tratava de D. Joao de Castro: tratava do espírito guerreiro e da indústria: aquela anedota, verdadeira ou não, exprimia bem o meu pensamento: usei dela com todo o direito.

Ainda assim, enquanto o erudito anônimo, não me provar o contrário, tenho-a por verdadeira, dando mais por J. Freire e pela tradição do que pelas suas afirmativas e por quatro versos de Costa e Silva. Eis quanto tenho a dizer a respeito daqueles fatos históricos por mim tão audaciosamente improvisados.

Agora, sabe o anônimo o que me parece tão deploravelmente significativo, para a nossa época, como para a época de D. João de Castro a anedota das arvores cortadas? É ver um crítico tão sabedor e tão pensador, como deve ser o anônimo, depois de um discurso de uma hora e meia, onde se agitaram ideias gerais e princípios que se ligam intimamente a nossa vida nacional, não achar coisa que lhe impressionasse mais profundamente as vastas faculdades do que ... uma anedota!

Isto não quer dizer que não lhe agradeço às suas valiosas advertências, e as que hão de vir, que ainda mais valiosas serão. Apelo para a discussão: desejo-a. Simplesmente parece-me que, quando se discutem as opiniões de um homem, será talvez conveniente ter primeiro entendido o que ele lhe diz.

Lisboa, 31 de maio.

Antero de Quental.

3.2.4.8 - O Diário Popular – 28/maio/1871

Fig. 35 - O Diário Popular – 28/maio/1871 – p.1

O DIARIO POPULAR

N.º 1:657 | **Assignaturas em Lisboa:** Mez, 240 réis; trimestre, 700 réis. **Provincias**, trimestre, 1$125 réis; semestre, 2$250 réis, pagos adiantados. | Lisboa—Domingo, 28 de maio de 1871 | **Publicações:** Corpo do jornal, 40 réis a linha; annuncios 20 réis; venda avulso, 10 réis. Toda a correspondencia deve ser dirigida ao administrador A. Costa. | 6.º ANNO

TIRAGEM

20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

Hontem toda a sessão da camara electiva foi tomada com a interpellação do sr. Barjona de Freitas. O illustre deputado, um dos melhores oradores da camara, sustentou a doctrina de que a publicação das pastoraes dos prelados depende do beneplacito regio. Apenas alludiu de leve aos factos occorridos a proposito da eleição do sr. bispo do Algarve, para patriarcha de Lisboa. O sr. ministro da justiça sustentou a mesma doctrina com as leis e a practica constante n'este reino.

Não foi do mesmo parecer o sr. deputado Ornellas, cuja sinceridade de opiniões respeitamos, embora não concordemos com ellas.

Ao sr. deputado pelo Funchal seguiu-se o sr. Alves Matheus, que n'um eloquente discurso combateu as razões apresentadas pelo sr. Barjona de Freitas. Em theoria póde ser acceita a doutrina do sr. Alves Matheus, de que os pastores não devem ficar sujeitos ao placet, mas no estado da nossa legislação julgamos que não póde ser.

Na proxima sessão devem fallar os srs. Saraiva de Carvalho e outros cavalheiros.

Bom é saber-se que o sr. Saraiva de Carvalho ficou plenamente justificado de ter escolhido o sr. bispo do Algarve para o mais alto logar da igreja lusitana. Effectivamente o sr. Saraiva de Carvalho, tendo que escolher um prelado havia de pronunciar-se pelos actos passados e não pelos futuros, que s. ex.ª não podia adivinhar. Ora todos os actos passados eram em abono do sr. bispo do Algarve, e os documentos lidos na camara pelo sr. ministro da justiça provam que para os poderes publicos foi aquelle prelado tido sempre no melhor conceito, como respeitador das leis do reino, zeloso em cumprir os seus deveres, sensato e prudente.

Mal se percebe como um prelado, que em toda a sua vida deu tão evidentes provas de bom conselho e de consideração pelo Estado, tudo esqueceu no momento em que se viu elevado ao solio patriarchal. Esse esquecimento, não podia adivinhal-o o sr. Saraiva de Carvalho, que, repetimos, julgou o sr. bispo do Algarve pelos seus precedentes e não podia julgal-o de outro modo.

Tambem na sessão de hontem foi apresentada, pelo sr. ministro da fazenda a lei de meios sem restricções.

Esta proposta póde trazer grave conflicto entre o governo e a camara, mas ainda esperamos que o bom juizo de todos ha de evitar uma crise politica de funestas consequencias para o paiz.

Para tratar d'ella se deve reunir a commissão de fazenda hoje á 1 hora.

Foi apresentada ao governo pelo subdito britannico o sr. Wood uma proposta para o estabelecimento de uma linha telegraphica submarina entre Portugal e Mossamedes. Segundo esta proposta o cabo partiria do Cabo Espichel e iria terminar em um ponto das possessões inglezas do sul d'Africa, passando pelo cabo de S. Vicente, ilha de Mogador, cabo do Juby, cabo Verde, Gandia, ilhas de Bijonga e Sherbo, atravessando o equador directamente por Mossamedes e Benguella.

Póde dar-se como consummada a alliança, fusão, colligação, ou o que quer que seja, entre historicos e regeneradores. Este facto tem por fim repetir a historia de 1865, isto é, por astucia ou por força levar o governo a dissolver a camara, obter o maximo numero de candidaturas ministeriaes, e depois na nova camara derrubar o sr. marquez d'Avila e substituil-o por um gabinete de colligação.

Entrou hontem de manhã no Tejo o vapor francez *Amazone*, procedente de Bordeus, com 150 passageiros, dos quaes 4 para Lisboa. Saiu de tarde, eram 3 horas, para os portos do Brazil.

Na quinta feira 25 do corrente, celebraram-se as escripturas antenupciaes entre o sr. barão de Ribeira de Pena, e a ex.ma sr.ª D. Maria da Gloria Fernanda Mousinho da Silveira de Sousa Canavarro, filha do sr. commendador Pedro de Sousa Canavarro, e da sua fallecida esposa, a ex.ma sr.ª D. Maria das Dores Mousinho da Silveira Canavarro. S. ex.as casam 4.ª feira.

Mandou-se substituir por mac-dame a calçada entre o palacio do marquez de Angeja e Belem.

Despachos telegraphicos

Londres 27, ás 11 horas da manhã

No lado sul do Sena a insurreição está já completamente dominada. O exercito está quasi inteiramente de posse de Paris. A lucta ainda continua nos bairros de Belleville e Chaumont.

Os insurgentes estão lançando bombas de petroleo sobre toda a cidade.

As tropas de Versailles estão constantemente a prender e executar mulheres, apanhadas no acto de lançar combustivel dentro das casas. Os incendios continuam.

O obelisco de Luxor, na praça da Concordia, está salvo.

Receia-se muito uma peste, em consequencia do grande numero de mortos insepultos. (Reuter, serviço submarino).

Barco em perigo

Na quinta feira de manhã sairam a barra do Porto um lanchão e um barco pequeno com 14 homens, 11 de Gaya e 3 da Foz.

Estes homens, diz uma folha do Porto, foram justos pelo sr. João Andressen, a fim de irem fóra da barra buscar um ferro que o brigue *Paquete de Nova-York* lá deixara quando saiu.

Sairam sem incidente algum, e, depois de trazerem a ancora, approximaram-se da bocca da barra; porém nessa occasião levantou-se um forte temporal: o vento norte era furiosissimo, e a vida daquelles homens estava ameaçada.

O lanchão, por ser mais pesado e trazer maior numero de tripulantes, conseguiu, depois de muitos esforços, entrar a barra; o barco pequeno, com quatro homens dentro, lá ficou á mercê de Deus, sendo aterrador o estado em que se achava, pois as ondas, furiosas, ameaçavam submergil-o em breve tempo.

Na Foz era grande a gritaria, e crescido numero de pessoas se reuniu na praia a presenciar tão desolador espectaculo.

Alguns individuos da Foz preparavam á toda a pressa uma catraia para ir em soccorro dos quatro naufragos, quando se avistou ao longe uma lancha valboeira, que avistando o barco, e vendo o grande risco em que estava, correu para elle e conseguiu rebocal-o para dentro da barra, salvando assim quatro vidas que por certo se perderiam sem tão prestes e providencial soccorro.

A maior parte destes homens fizeram parte da companhia que ha tempos esteve em perigo fóra da barra do Porto indo tambem buscar um ferro pertencente á galera *Tentadora*.

O actor Francisco Alves da Silva Taborda, natural de Abrantes, de 47 annos de edade e o sr. Francisco Nunes, natural do Porto, photographo, de 34 annos de edade, partiram hontem a bordo do vapor *Gironde* para o Rio de Janeiro a colher louros e louras.

O sr. José Gabriel Sinval, escripturario da repartição de fazenda em Paredes, estando no dia 25 a carregar um morteiro por motivo da festa da Santa Cruz, acendeu nessa occasião um cigarro. O fogo communicou-se á polvora, e havendo explosão o imprudente ficou tão mal ferido, que está perigosamente enfermo e os facultativos desesperam de o salvar.

No supremo conselho de justiça militar foi annullado o processo, por illegalidades, que condemnou o capitão reformado Marcianno Augusto de Barros e Vasconcellos, pelo crime de extravio de fundos publicos, e mandado que o processo baixe á primeira instancia e que se proceda a novo julgamento.

Casou-se hontem a sr.ª viscondessa de Geraz de Lima na capella do seu palacio da rua do Quelhas.

Foram padrinhos o sobrinho da nubente o sr. Rodrigo de Sousa e o sr. conselheiro Monteverde.

Lê-se em uma correspondencia do Rio de Janeiro:

«Para a construcção e patrimonio da escola domestica de Nossa Senhora do Amparo em Petropolis (para meninas desvalidas) já o seu incansavel e digno fundador, o padre João de Siqueira, tem agenciado 133:793$500 réis, e vae continuar a peregrinar pelo interior da provincia do Rio de Janeiro, deixando as obras do novo edificio em estado de grande adiantamento.

«Entre os contribuintes de todas as quantias destacam-se o commendador José de Souza Breves, com 4:000$000 réis, o padre Francisco de Castro Abreu Bacellar e seu irmão Fernando, com 3:000$000; o commendador Joaquim Ribeiro de Avellar, com réis 1:000$000; o dito Albino José de Siqueira, com 500$000; o barão da Lagoa (Bernardo Casimiro de Freitas), com 400$000; etc.»

O sr. deputado Bernardino Pinheiro apresentou hontem um notavel projecto ácerca de dioceses, dotação do alto clero e bens da igreja.

D'elle trataremos amanhã.

A Companhia Royal Mail Steam packet vae empregar novos barcos de maior força para a carreira do Brazil. Os novos vapores devem chegar a Lisboa no dia 12 de tarde.

Estabeleceu-se ultimamente uma companhia, cujo fim é fundar carreiras de navegação de vapor entre Londres, Antuerpia, Brazil e Rio da Prata. Os paquetes desta companhia tocarão em Lisboa no dia 6 ou 7 de cada mez. O primeiro vapor, que deve tocar n'este porto, é o *Bonito*, de 1885 toneladas e da força de 300 cavallos.

Partiu hontem para o Rio de Janeiro o sr. barão de S. Diniz.

Rezaram-se hontem as missas mandadas dizer por alma do actor Tasso. Na de Santa Justa assistiram perto de 100 pessoas. Foi dita na capella do Senhor das Dores. Compareceram alguns membros da irmandade do Santissimo daquella parochia, toda a companhia e empregados do theatro de D. Maria e alguns dos diversos theatros. Na de S. Nicolau, que foi dita uma hora depois, isto é, ás 11 horas, assistiu a viuva do actor, bem como quasi toda a companhia da Trindade, actores e empregados dos diversos theatros e amigos do fallecido. Foi assim solemnisado o primeiro anniversario do seu triste passamento, que se deu a 27 de maio.

NOTICIAS DE FRANÇA

Entrada das tropas de Versailles em Paris

Eis como o *Gaulois* conta a entrada do exercito em Paris:

Como é sabido, ha uns poucos de dias que a nossa artilheria batia a porta e o baluarte do Point du Jour. Os defensores d'esta posição tinham-se visto obrigados a recuar mais de cem metros. Por consequencia o baluarte e a porta estavam completamente abandonados.

Por desesperada que fosse a situação dos insurgentes, o despacho do commandante Trèves causara certo pasmo ao governo quando foi recebido em Versalhes. Sabia-se que o valente maritimo não tinha commando algum definitivo, e não se atinava com o motivo porque tinha elle sido o primeiro a entrar em Paris.

Eis como esta audaciosa empresa foi executada pelo valente commandante, que não é noviço n'estas cousas:

Estava o sr. Trèves com um destacamento de marinheiros em trabalhos de sapa, na trincheira, muito proximo da porta de Saint-Cloud, quando appareceu na muralha um homem a fazer signaes. Mas o homem não foi visto nem podia ser ouvido.

Veiu porém uma bomba de um dos nossos reductos, e cortou a corrente da ponte levadiça, fazendo cair um pedaço de madeiramento que podia servir de passagem. O homem desceu da muralha, e, com uma bandeira branca, póde atravessar aquella ponte improvisada e approximar-se da trincheira sem lhe fazerem mal. Disse ao commandante que por traz da porta havia pouca gente, que a porta estava apenas guardada, e que seria facil entrar.

O commandante Trèves avançou logo com trezentos marinheiros approximadamente, os quaes passaram o fosso por cima do madeiramento. Os insurgentes fugiram mal viram os soldados approximarem-se.

O sr. Trèves mandou occupar a porta pelos seus marinheiros, e depois de avisar as nossas baterias para que não atirassem mais contra aquelle ponto, tratou com o engenheiro Clement (o mesmo diz que foi este quem arvorou a bandeira branca na porta de Saint-Cloud) de cortar os fios electricos que podiam fazer rebentar os torpedos.

Os marinheiros acharam o baluarte completamente vasio, por isso se póde entrar em Paris sem disparar um tiro.

A frente da columna marchava a engenharia: seguiam-se tres companhias do 47.º e depois destacamentos do 94.º, do 26.º etc.

Hoje repete-se na Trindade o *Pepe Hillo*.

Tornamos a pedir toda a attenção dos nossos leitores e com especialidade das elegantes o annuncio da modista da rua dos Fanqueiros 184—2.º porque como já dissemos ali acham bom gosto ultima moda e barateza em todas as obras que diz respeito áquella casa; e a maior perfeição na lavagem dos chapéus de palha que muito honram tão habilidosa e digna sr.ª á qual guardamos toda a homenagem e consideração.

Acaba de nos dizer um amigo que a empreza do elegante theatro do Gymnasio convidou o sr. Cano, habil tocador de viola franceza, para ali dar alguns concertos, executando varias composições de muito merito.

Chamamos a attenção dos que prezam a arte dramatica e a dos maestros.

Na proxima terça feira é o primeiro concerto.

Convidamos o publico a ir applaudir o insigne tocador.

O distincto photographo Henrique Nunes, que hontem partiu para o Brazil com o actor Taborda, pede-nos a publicação da seguinte carta:

Meu caro sr. redactor—Os immensos affazeres que ultimamente tive, privaram-me de pessoalmente apresentar os meus agradecimentos e despedidas a tantas pessoas de cuja benevolencia acabo de receber os mais distinctos favores; peço-lhe pois, meu caro sr. redactor, a fineza de fazer publicar no seu interessante jornal estas linhas, que são a desculpa verdadeira de tão grande falta e o protesto da respeitosa gratidão com que procurarei saber sempre retribuir.

O meu limitadissimo prestimo mal chega para offerecer, no entanto se esse pouco poder aproveitar a alguem affeiçoado em terras do Brazil, para onde vou partir, com demora de tres mezes, muito prazer daria ao

De v. etc.

Lisboa, 26 de maio de 1871.

Henrique Nunes.

Em audiencia correccional do 1.º districto criminal de 27 de maio, foram julgados quatro processos com 5 reus.

Por desobediencia 2, contravenção 1, porte d'arma 2, foram condemnados em multa 4, absolvido 1.

No 3.º districto e em audiencia correccional da mesma data, foram julgados 5 processos com 6 reus; d'estes eram accusados:

Por offensas á moral 3, nome supposto 1, furto 1, receptação 1; foram condemnados a prisão 3, a multa 1, absolvidos 2.

Ficou addiado o processo que hoje devia ser julgado em audiencia geral do 2.º districto criminal.

No antigo palacio dos Condes de Almada vae-se organisar um theatro para a recita de curiosos.

FOLHETIM

AS BOAS LINGUAS

«—Eu logo vi que a fonte havia de dar em secco. Lagrimas aos vinte annos são como chuvas em maio: vão-se depressa.»

«—Isso dizia eu sempre. Mal o panasco se botou a crescer varreram-selhe dos olhos saudades. Vejam—como ella anda agora enxuta; poderá!... A alameda de baixo é que é bom enxambeador para roupa.»

«—E então, enquanto o pobre do rapaz viveu, a quebrar-nos as olhaduras. Aquillo não havia torrão mais doce.»

«—Por isso lhe pousou cedo a mosca. E dizia-me ás vezes o meu João: —«Assim é que eu te queria. Demo de mulher, que és mais arisca do que a pólvora sem governo!»—Pois benzate de teres quem tenes; que eu não sou nenhum alfenim de meiguice, mas tambem não me deixo derreter com outras.»

«—Nem eu, tia Bernardina. A minha vida, em boa hora o digo, ahi está que se lhe lia. Isto é muro onde não se aninham os passaros.»

«—Vamos lá com Deus que alguns rouxinoes lhe cantavam de noute;»—accudiu a tia Silveria, com a franca auctoridade dos seus sessenta annos.

«—E que ha a vêr com isso?—Diga-se que caiu nem um seixo que fosse?... De amores todos se travam mais ou menos; o mau é deixar pegadas no enxurdeiro.»

«—Cá a nossa Silveria foi sempre d'este calibre. Onde ella quer esmondar é onde não topa erva damninha. ... então a cobrir mazelas de quem bem mereceu... mondadura.»

... roupa não é d'essa que se apega. Guardem-se vossês de que o cão damnado as não morda, que isso é que é d'uma pessoa não levantar cabeça.»

A tia Silveria ergueu-se do tanho, ao acabar de dizer isto, e recolheu-se para dentro do albergue; que, apezar de verão, a noute ia alta e o relento cahia.

O auditorio jacente continuou taramelando ainda:

«—Pois sim, sim. Dize-lhe que o gato não come quando eu o vejo a lamber os beiços. Então o que anda ella a cheirar na alameda?... Não é pela lingua que eu peco, assim Deus me ajude; mas a Anna tem o seu conversado, por força!»

«—E foi dito e feito. Eu, quando o meu Honorio passou d'esta para melhor, estive dois annos que nem o espelho me viu a cara. Vossês bem se lembram.»

«—Por signal que o Isidero bastantes fezes tinha com isso.»

«—Se tinha!... E viam-me aqui á porta, ou cousa parecida?—E demais, ainda eu não sonhava de me casar com o Honorio e já nós nos queriamos bem um ou outro. Assim é que faz quem tem um bocadinho de vergonha.»

Este honrado concilio d'aldêa, a quem o confessor não daria absolvição de culpas, se porventura taes almas se costumassem vasculhar rasoavelmente, ainda lardeou mais um pouco o nome da companheira, e depois de o haver bem afocinhado, esturrou-o no brasido da sua opinião, e foi roncar bestialmente, com todo o empache d' um pratarraz de migas, adoçionando-se a isto a opilação de uns bofes cuja qualidade se póde avaliar pela amostra.

E, apesar de tudo, aquelle pelourinho era um dos logradouros da respeitavel opinião publica!

quem estas santas boccas tratavam, era uma viuva de vinte e tres annos, quando muito. No rosto, juvenilmente formoso, notavam-se-lhe vestigios de lagrimas.

Tinha casado com um rapaz do sitio, mais velho do que ella apenas alguns mezes. Dois troncos verdes folgam sempre enlaçados. Assim eram elles: festivos como as cotovias em abril, louçãos que nem os cravos e as rosas. Tinham-se começado a amar de pequenos, tomaram gosto aquelles olhares trocados desde os sete annos, e quando chegaram a enfolhar sentiram que o calor do sol andava a bulir-lhes com a seiva.

Que haviam de fazer? Ninguem tem culpa de que um raio petulante o escalde.

Diziam ás vezes os paes, quando estes ramusculos se iam entretecendo mais intimos:

«—Então, não querem vêr? Ainda a casca os não largou de todo, e já os pintainhos se enfeitam?...»

Elles ouviam isto com um sorriso a que a melancolia dava symptomas de mais que pueril affecto.

O rapaz chamava-se Norberto,—um rapagão de truz, ainda sem ponta de barba, mas já espadaudo e alto.

Era um regalo vêl-os ao cair da tarde, sós, no peral de pedra junto a casa, perdidos horas e horas a conversar tão baixo que estou em dizer que eram os corações que fallavam.

Quando o Norberto tinha vinte annos ficou orphão. Deu-lhe aquillo abalos de tristeza, mas o amor adoçou-lhe os labios. O seu patrimonio era uma casinha sem pompas, um quintalejo puchado á cultura por mãos que o haviam sabido amanhar, um braço robusto que manejava a enxada como poucos, e muita vontade de obrigar as leiras a crearem fartas espigas.

Julgava-se um rei pequeno; — e

«—Olha, Anna,—disse elle um dia á sua noiva,—é preciso contentarmonos com o que o Céu nos manda. A horta é pequena, verdade seja, e com aquillo só mal se vive. O que tu sabes é que eu não faço cara ao trabalho, e por ahi ha muita sacha e muito alqueive que estão chorando por um homem!»

Ella soube só pôr-lhe a mão no hombro, e responder-lhe com a sua voz terna e branda:

«—De paina assim os tordos o ninho, e por isso não são menos felizes. Nunca nos ha de faltar uma restia de luz que amadure os cachos, e que nos alegre os corações.»

Dizia estas cousas a pobre da Anna com a natural poesia da sua alma,—poesia doce e effusiva que ella bebia no ar com o cheiro das flores, com o gorgeiar dos passaros, com tudo, emfim, que alimenta esta deusa immaterial e pura, filha da crença e do amor.

O Norberto pendia-lhe dos labios quando lhe ouvia estes requebros; era um sequioso chupando um favo de mel.

Casaram-se. Entravam na beatitude. Pareceu-lhes aos dois que os horizontes recuavam para muito longe, e que de noite as estrellas sorriam.

O Norberto deitou-se a trabalhar como um moiro. Era o cavador mais afamado nas duas leguas em torno. Ninguem sabia como elle os preceitos da lavra, desde o semear até o enceleirar, inclusivè.

A Anna dizia-lhe por vezes:

«—Que azafamas são estas, homem? Parece-te o mundo pouco. Ainda o dia lá vem que mal avermelha as nuvens, e já tu me andas a labutar que nem que te quizesses forro.»

«—Que queres, Anna?... Como ha de Deus ajudar-nos se a madrugada nos não apanhar onde deve?... Isto, amiga, deixa. Assim eu te podesse levar comigo, para que á falta do sol tu me alumiasses com esses olhos.»

E abraçavam-se, e ficavam contentes como no dia da boda.

Tinha isto corrido cerca de um anno. O Norberto ia perdendo a côr sadia, e já os braços se lhe afadigavam um tanto. Canceiras que de principio valiam pouco foram ao tomando de assalto.

«—Isto ha de passar com uma semana de mandrieira;—dizia elle passando o braço por cima dos hombros da Anna;—como assim o mandas, assim o farei para te não ver!»

E a semana passou, e com ella bem poucas outras sem que o rapaz se aguentasse direito. Deu comsigo na cama para nunca mais se levantar.

A boa da rapariga nem comia, nem socegava.

«—Vamos de tontices, mulher, dizia-lhe o Norberto em tom de censura;—Olha que se te me fazes parecente ficamos ambos para ahi que nem trigo acamado pela chuva.»

Dias depois dormitava ella á cabeceira do leito quando um suspiro leve lhe partiu o somno mais leve ainda. Debruçou-se sobre o corpo do marido tomou-lhe a cabeça em peso, beijou-lhe em cheio os labios, e atravez dos seus ainda julgou que uma palavra: «Anna» lhe deslizava n'um murmurio.

Deu um grito de dôr e cahio estatelada. Quando voltou a si, ella, a noiva de um anno, era apenas uma desamparada viuva.

O dialogo com que eu dei começo a este conto passava-se quatro mezes depois.

Notavam as mexeriqueiras que a gentil rapariga sahia todas as tardes ao cair do sol, e tomando por um carreirinho que havia ao longo de um campo de semeadura, embrenhava-se por entre o pinhal, e seguia não se sabe até onde. Uma mais curiosa foi-lhe um dia no encalço, e em resultado das pesquizas veiu contar para o soalho que a Anna se tinha mudado ...

meda de baixo, assim com modos de quem espera.

Não foi preciso mais nada. Desencadearam-se as trovoadas; cresceu a leva das suspeitas, e o nome da rapariga andava na baba d'aquelle enxurro. Ninguem lhe attentava nas lagrimas que sulcando-lhe a pallidez da face não podiam ser um traço de infamia.

O sitio que ella visitava todos os dias, ao pôr do sol, era aquelle em que Norberto lhe havia dado na testa o primeiro beijo. Ia ainda alli fantasiar no rumor das folhas o sussurro d'aquella saudosa caricia.

Uma vez não tornou para casa, e as boas linguas mecheram-se.

«—Aposto que levantou vôo?—dizia a sôra Bernardina, pondo a mão no alambasado quadril; aquellas e outras é que são o descredito da gente.»

«—Tens rasão, tens. Por isso dizem das mulheres o que dizem. Que todas fossem assim é que ellas mereciam.»

«—E venha a tia Silveria com as suas palavrinhas d'alféloa... O que eu queria era conhecer o tafol.»

«—Sabe Deus se já em vida do Norberto...»

«—Pois que duvida?... E o rapaz que era um baboza por ella...... peste!...»

E n'isto a oradora cuspio em signal de desprezo, encarquilhando nobremente o pellame safado.

No outro dia um vallador que atravessava o pinhal deu com a Anna estendida no chão, e morta.

Tinha a cabeça sobre a mão como quem dorme, e na bocca mal fechada uma tenue espuma côr de rosa.

N'essa noute as linguas damnadas não atassalharam o cadaver da Anna; mas para o diabo sempre havia uma ou outra que, por desenfado, se amolava na pedra d'aquelle tumulo.

E. A. Vidal.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 36 - O Diário Popular – 28/maio/1871 – p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Como estava anunciado, o sr. Antero de Quental falou essa noite no Casino Lisbonense acerca das causas da decadência da península nestes três séculos. Falta-nos espaço para entrarmos na análise do seu discurso. Falaremos amanhã. Sem embargo, diremos que o ilustre conferente manifestou um juízo crítico de primeira ordem, e que foram mais merecidos os aplausos com que por diferentes vezes o interrompeu o inteligente auditório que o ouvia.

A próxima conferência é segunda feira à oito dias; ouvimos que falará o sr. Augusto Soromenho, lente do curso superior de letras, sobre a necessidade de uma reforma na literatura portuguesa.

3.2.4.9 - A Nação – 01/junho/1871

Fig. 37 - A Nação – 01/junho/1871 – p.1

ANNO – XXIII | QUINTA FEIRA 1 DE JUNHO DE 1871 | NUMERO – 6:297

A NAÇÃO

JORNAL RELIGIOSO E POLITICO

Escriptorio da redacção e administração, Rua do Bemformoso n.º 153 — Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, a D. Jorge Eugenio de Locio

Por anno, 8$000 réis; semestre, 4$500; trimestre, 2$400; avulso, 40 réis.—Annuncios, 20 réis por linha communicados e annuncios de interesse particular 40 réis por linha.

ET OMNES SURREXERUNT ET STATIS NUDIS DIXERUNT: NOS LIBERI SUMUS, REX NOSTER LIBER EST. ITA VOLUMUS PER NOS ET PER SEMEN EJUS POST NOS. (CORTES DE LAMEGO)

PORTUGAL

LISBOA, 31 DE MAIO

Chegou o momento das provações: como nas horas, em que o Baixo Imperio agonisava, apresentando aos povos, e estampando em caracteres indeleveis na historia os factos monstruosos das suas lubricas scenas, a Europa fita hoje os olhos nas horridas hecatombes, e nos repugnantes saturnaes, de que a capital da velha Gallia tem sido espectadora e actriz conjunctamente!

Quando as nações se immergem na crapula da devassidão, e se extorcem nos ultimos arrancos a que as suas immoralidades e o seu indifferentismo as conduzem, é preciso que um cataclysmo se opere na ordem moral, cataclysmo horrivel que tem por agentes principaes o ferro e o fogo, para as purificar da degradação a que baixaram, e arrancal-as do lodo em que se envolveram!

O fatal periodo de 1789 vae talvez encerrar-se em 1871, mas no seu acabamento quantas scenas de desolação e de horror?!

A revolução accendera os seus funereos brandões em torno do patibulo a que subira o martyr Luiz XVI, e d'ahi sacudindo a sua lugubre chamma illuminara a Europa ao pallido clarão da sua nefasta luz!

Ao começar da existencia teve por hymnos na sua marcha turbulenta as blasphemias e as imprecações da turba avida de sangue, por sacerdote o algoz, por altar a guilhotina!

Era uma festa de sangue em cada dia; o tinir do aguçalado ferro decepando as cabeças echoava d'um extremo da França ao outro extremo, entretecendo-se com os gemidos das victimas a cada instante!

Como no seu nascimento, no occaso apresenta-se rodeada de igual cortejo: é sobre um montão de ruinas, á luz pavorosa do incendio que o monstro revolucionario tenta ainda os seus ultimos esforços balejando com um sopro de morte todos que se lhe approximam!

Attyla na agonia extrema quer ter por cyrios um oceano de fogo, por canticos o estalar das minas, por tumulo uma cidade inteira!

Salutar lição, que mostra claramente que Deus pune as nações pelos delictos commettidos!

Quando, porém, estamos presenceiando estas scenas de morte, d'exterminio, e de desolação, quando se vê evidentemente que a mão de Deus pesa sobre os povos para os punir das suas iniquidades, e que o unico remedio para minorar o castigo deve ser o arrependimento e a oração, revoltam-se ainda alguns d'esses homens, que emphaticamente e loucamente se chamam *espiritos fortes*, e tentam arrastar comsigo a turba ignorante pelos *palavrões sonoros e ocos* da sua logica *rachitica e parva*.

Ao lermos n'alguns jornaes o resumo d'uma conferencia feita ultimamente em Lisboa sobre a democracia, a melhor resposta seria, citando o Evangelho e fazendo-lhe uma pequena alteração, applicarmos ao *inspirado orador*: *Dimitte illi, Pater, nescit quod dicit*. E só assim se póde responder ás atrocidades ditas na conferencia do Casino pelo sr. Anthero do Quental.

Na verdade faz pasmar a ousadia de certos homens, que sem a consciencia do que dizem (por ignorancia ou por má fé) teem a coragem de se apresentarem a fallar em publico, citando de falso ou torcendo os factos a seu bello prazer; para elles a historia pouco ou nenhum conceito lhes merece, deturpam-n'a ou fazem-n'a a seu modo.

Em Portugal ha a mania hoje, como em todos os paizes eivados da revolução, de fallar constantemente nos *direitos do homem*, *na liberdade de consciencia* e em todas essas mil phrases modernas que são apenas boas para captar os parvos e que nada significam; *os direitos e deveres constitucionaes* tambem a cada momento se invocam, e n'uma contradicção constante *esses acerrimos defensores de taes direitos* são os primeiros a despresal-os e a escarnecel-os.

Apresentou o *orador do Casino* na sua *conferencia democratica*, segundo dizem os jornaes, que a causa do abatimento da Peninsula nos seculos XVI, XVII, e XVIII tinha sido o Catholicismo, mormente o Concilio de Trento, o absolutismo e a conquista! Causa pasmo tanta ousadia. Acha o *orador democrata* que a Peninsula decaiu nos seculos em que a Hispanha via no throno o maior potentado dos tempos modernos Carlos V, e de depois seu filho Filippe II; n'esse tempo a Europa tremia a um aceno do sceptro de tão poderosos monarchas, e as batalhas de Lepanto e de Pávia mostraram quanto a musulmanos e Christãos era para temer o poderio das armas hispanholas, se isto é decadencia d'um povo a que chamará então o orador engrandecimento? A' communa de Domwronski, provavelmente.

Portugal vio então o afortunado rei D. Manuel, evitou no reinado de D. João III as sanguinolentas guerras de religião, abriu ao mundo as portas do Oriente, firmou o seu poder nas remotas regiões da India e China, os mares tremeram com o peso das suas armadas, a voz portentosa de Camões elevou no seu immortal poema o eterno monumento das nossas glorias! E chama-se a isto abatimento! A jornada d'Africa que, por infeliz acarretou sobre El Rei D. Sebastião as invectivas de muitos alcunhando de loucura e de temeridade a desgraçada expedição, teria por acaso taes invectivas se conseguisse sair d'ella triumphante o malaventurado Rei? Pois não seria a costa da Barberia um grande emporio para Portugal, e o que tres seculos depois fez a França não o poderiamos ter feito então, ficando com uma grandissima preponderancia na navegação do Mediterraneo, e estendendo-nos até ao Egypto não dominariamos o mar Vermelho e não poderiamos proteger de mais perto as nossas colonias indicas? O monarcha que concebe tal pensamento será acaso instrumento immediato da decadencia do reino que governa? Foi infeliz e nada mais. Assy, Rochefort e Gambetta esses pódem servir de modelo.

Se continuarmos a estudar a historia dos dois povos da Peninsula hispanica veremos que principalmente Portugal depois da restauração de 1640 representou até ao começo d'este seculo um importante papel á face da Europa sustentando a lucta da Restauração durante 28 annos consecutivos, empenhando-se depois na guerra da grande alliança para que fui convocado por paizes, que hoje quasi nos não ligam importancia, como um poderoso auxiliar, e se a causa que sustentavamos não triumphou por muitos e diversos motivos, os nossos generaes foram até Madrid victoriosamente. Talvez que a Communa de Paris tenha feito mais.

E' depois D. João V levantando monumentos, D. José fazendo respeitar Portugal e elevando-o quasi a nação de primeira ordem e emfim é no começo do actual seculo que as aguias francezas dirigidas pelos primeiros capitães do Cezar moderno veem o seu vôo abater-se, e o pendão das quinas fluctuar alem do Garonna ao sopro de victoria. Que abatimento a que descemos, segundo a opinião do *sabio orador*!

O absolutismo cerceava as carreiras entregando os grandes logares ás classes privilegiadas, segundo a opinião do sr. Anthero do Quental.

Se quizerem ser francos e estudar a historia conscienciosamente não poderão apresentar em absoluto semelhante asserção: o primeiro nobre de qualquer familia foi o ultimo plebeu d'ella, e a nobreza n'esse tempo não se adquiria pelos tantos por cento d'agiotagem ao paiz porém expondo a vida no campo de batalha por Deus, pela Patria e pelo Rei; quantas familias, se o *orador* se tivesse dado ao trabalho de folhear as nossas chronicas genealogicas, não teria encontrado recebendo o grão de nobreza nos supracitados seculos? Logo não eram as classes privilegiadas monopolisadoras dos primeiros encargos.

Isto pelo que diz respeito ao absolutismo dos reis.

Passemos agora a fallar das conquistas.

Portugal teria sido sempre um paiz insignificante se os seus homens se não tivessem alargado pelas regiões d'alem-mar, ao atrevimento dos descobridores, ao valor d'audazes capitães, batendo-se ora contra os elementos, ora contra os potentados de longiquas paragens devemos nós hoje ainda o nome de nação.

Pois não terão sido as colonias uma fonte de riqueza para este paiz? Se hoje se definham, e de pouco nos servem, o mal está nos governos, que tudo teem destruido e não nas proprias conquistas que tanto nos elevaram.

Quereria talvez o sr. Anthero do Quental que Portugal fosse um paiz unica e exclusivamente d'industria; dá vontade de rir como se arremessam essas, proposições que não passam d'uma bonita theoria vindo a pratica demonstrar o contrario.

Reservaremos para outro artigo a parte religiosa, como a mais importante, e mais grave de tratar.

REVISTA EXTRANGEIRA

Espalhara-se em Madrid no dia 28 a noticia da morte do Santo Pontifice Pio IX, diziam os jornaes daquella cidade recebidos hontem.

As nossas informações particulares diziam-nos o contrario, por isso abstivemo-nos de reproduzir aquella noticia, tão triste para todos os nossos amigos.

Hoje vemos que aquella noticia sobresaltara os catholicos do reino visinho, e por isso telegrapharam para Roma, obtendo dalli a jubilosa noticia que passamos a transcrever:

«Hoje (29) ás oito horas da manhã, a saude de SUA SANTIDADE era excellente. Pio IX não ha de morrer sem ver a sua restauração, e sem ver triumphar a Egreja em toda a Europa.»

Estará acabada a revolução?

Não; porque ainda não está acclamado Henrique V.

Não; por que Thiers está á frente do poder e Thiers, de origem revolucionaria, se não persiste nos seus principios, não teve ainda coragem de se dizer arrependido.

De Thiers diz o *Standard* de Londres:

«A politica de Thiers é a coroação dos desastres da França.»

E depois, continuando a fallar do chefe do poder executivo em França e do futuro deste paiz, conclue que a republica morreu, e que o grito de viva a republica, pronunciado pelo sr. Thiers, seria ridiculo ou hypocrita. A republica está gasta, diz o *Standard*, e a republica em França é a communa.

Pretender estabelecer em França uma republica, seria pretender o impossivel; seria mais do que isso, seria um crime aos olhos da Europa, porque levando a França á sua ultima desgraça, comprometteria a paz da Europa.

Uma prova, de que a opinião publica em França se conspira contra a republica, são as representações que por toda a parte se fazem para que Paris não continue a ser a capital da França.

Desde que Paris levantou o grito republicano, a França não quer Paris para sua capital! E dir-nos-hão ainda que é republicano aquelle paiz?!

Uns pedem que a capital da França seja Bourges, outros querem que seja Tours; outros dão a preferencia a qualquer cidade que não seja Paris.

Paris, diz um jornal francez, está ferido pela maldição publica, a ella se podem applicar as palavras do poeta latino:

Delicta majorum immeritus lues
Romane, donec, templa refeceris.

Exactamente, podem-se applicar a Paris estas palavras, á excepção do *immeritus*.

E para provarmos a nossa asserção transcreveremos do *Pensamiento* as seguintes linhas:

«Horrorisa a leitura dos periodicos catholicos da Inglaterra, quando referem a profanação da famosa egreja de Paris, consagrada á Virgem, sob a invocação de Nossa Senhora das Victorias.

«Começaram os barbaros da civilisação despojando o templo de quanto tinha de valor material; depois, homens e mulheres se entregavam, debaixo das abobadas da casa de Deus a excessos que se não pódem dizer, e por fim houve quem, tomando o Sacramento repartiu entre os larapios as Sagradas Particulas, parodiando a Communhão, e destribuindo-o depois a granel, para multiplicar as horriveis profanações.

«Esta diabolica scena tinha logar na escada exterior que conduz ao templo, e de joelhos, orando e chorando, a presenciavam das janellas da praça algumas boas mulheres, as quaes logo que viram pelo chão e em poder dos galopins as Sagradas Formas, se dedicaram com piedoso zelo a recolhel-as e resgatal-as á custa dos objectos de valor que possuiam.»

Bem merecidos são pois os castigos que pesam sobre Paris!

Mas em Paris, no centro desse Paris sacrilego, ha um outro Paris, o Paris dos Santos, o Paris que conserva as tradições e segue os principios de Clovis, de Santa Genoveva, de Carlos Magno e de S. Luiz, os principios do Christianismo... e esse Paris attrairá as misericordias divinas.

Paris póde continuar a ser a capital da França, basta para isso que deixe de ser o centro das organisações secretas, e centro donde saem revolucionarios para todos os pontos da França; basta que esteja sob o sceptro do direito e regido como convem á capital do reino christianissimo.

Paris pode e deve continuar a ser a capital da França, basta para isso que ahi habite o filho da França, Henrique V.

Thiers é accusado pela imprensa franceza:

1.º De ter dado causa á insurreição pelo seu liberalismo moderado, que lhe não permittiu desarmar a guarda nacional, e demittir alguns empregados.

2.º De a ter deixado viver e fazer propaganda, por não ter dado côr á dictadura, que teem exercido, em prejuiso do espirito publico.

3.º De sustentar hoje, e depois de conseguida a victoria, a anciedade publica por novos perigos para a ordem social, pelas criminosas condescendencias que o seu *liberalismo moderado* o obriga a guardar para com os que teem estado com a communa em alma, senão em corpo.

Teem talvez fundamento estas accusações.

A revolução não póde ser combatida pelo systema seguido por Thiers. Nem esta posição ambigua se póde conservar por muito tempo: Thiers ou ha-de definir a sua posição, ou cair muito em breve.

Ou a civilisação ha-de desapparecer da Europa, ou a restauração ha de ser geral.

—Escrevem de S. Petersburgo ao *Globe*, de Londres, que a Russia está fazendo preparativos militares, cujo fim se ignora.

Duzentos mil homens foram concentrados na Polonia e na fronteira da Austria, e alem d'estes mais 150:000 homens, 25:000 dos quaes são de cavallaria, estão situados na linha do caminho de ferro, e promptos a serem transportados para qualquer ponto. Estas forças estão providas de artilheria d'aço.

As forças do mar Negro vão augmentar. O almirante Glasenof recebeu ordem para completar os novos quadros o mais breve que fôr possivel. N'aquelle ponto ha já doze brigadas de soldados de marinha, e cada uma d'ellas consta de 25:000 homens, os quaes permanecerão em Nicolaieff, emquanto Sebastopol não estiver reedificado e fortificado.

Para Nicolaieff foram mandados alguns officiaes de marinha, a fim de vigiarem a construcção dos monitores, cujos materiaes chegaram de Inglaterra a Odessa ha tres ou quatro mezes.

Ha dias noticiámos uma conferencia celebrada em Genebra pelos representantes das legitimidades desthronadas, hoje dá nos o *Osservatore Romano* uma importante noticia ácerca do que se está passando n'aquella cidade, diz elle:

«De origem authentica sabemos que quasi toda a familia Bourbon de Hespanha se encontra reunida em Genebra, sem excluir o Duque de Madrid e o conde de Girgenti. O fim da reunião é pôrem-se de acordo para uma fusão, á semelhança da que se fez em França entre o ramo legitimo e o orleanista. Preparam-se grandes acontecimentos.»

E emquanto em Genebra se fazem trabalhos d'esta ordem, o governo de Madrid vae caindo aos golpes que lhe dão aquelles mesmos que o constituiram, com os desacertos que todos os dias praticam.

As ultimas sessões das camaras teem sido tempestuosas, e supposto a maioria tenha conseguido vencer as suas propostas, nem por isso deixa de mostrar que aquillo que alli está não se póde conservar.

As opposições continuam mostrando-se fortes e resolvidas a travar combate decisivo.

Apresentada a proposta para a reforma do regulamento, o sr. Ochoa offereceu uma proposta para que se não coarctasse a D. Amadeo a liberdade de se retirar, quanto antes possivel.

Depois o sr. Nocedal leu um projecto de resposta ao discurso da abertura. E' magnifico. Não dá a D. Amadeo outro tratamento senão o de Senhor; recorda-lhe a historia da Hispanha, para provar que esta nação não soffre, nem consente que lhe imponham ninguem, e conclue excitando D. Amadeo a que dê uma grande prova de abnegação, que poderá tornar o seu nome grato á Hispanha e evitar-lhe dias de pranto.

Vão-se recebendo as noticias minuciosas do plano que houve na entrada das tropas de Versailles em Paris. Os primeiros passos d'estes foram mui rapidos, e quando se soube no domingo ultimo que as tropas tinham passado o baluarte e avançavam para a capital, o panico foi tal que a maior parte dos defensores da *communa* não pensou senão em fugir. Em todas as partes, nos ministerios, no corpo legislativo, etc. deixaram os seus papeis sobre as mesas, e mesmo parte de suas comidas. Na segunda feira, a estação do Montparnasse, a calçada do Maine, a praça de Borgonha na margem esquerda, a praça da Concordia, a estação de S. Lazaro e a encruzilhada de Clichy na margem direita, foram theatro de renhidos combates que duraram por longas horas, sem que parecesse que os resultados correspondiam aos esforços dos versailhezes.

Porém no dia seguinte terça feira, verificou-se que nos combates do dia antes os chefes do exercito tinham tido por objecto, não tanto tomar immediatamente esta ou a outra posição, como preparar a execução de um vasto plano estrategico, em consequencia do que os sublevados se acharam cortados por todas as partes e cercados bairro por bairro. Assim foi que os successos poderam marchar com rapidez, e em poucas horas as tropas acabaram de se estabelecer na estação de S. Lazaro, tomaram a nova Opera, as egrejas de S. Agostinho e da Magdalena, e por ultimo, todas as alturas de Montmartre, resultado da maior importancia, e que se obteve quasi sem nenhuma perda.

Le Temps diz:

Assegura-se que o chefe principal dos sublevados, o sr. Delescluzes, tinha sido preso em Villiers-le-Bel. Diz se que os membros do *comité* de salvação publica, Eudes e Ranvier, foram tambem presos e conduzidos a Versailles. Accrescenta-se, por ultimo, que Felix Pyat e Pascual Grousset conseguiram fugir e passarem á Belgica ha dois dias.

Diz-se que o general Cluseret fora preso.

Terminaremos estas noticias com os seguintes paragraphos do jornal official de Versailles:

Persuadiamo nos que a guerra civil ficaria acabada no dia de hoje, e que tinhamos chegado ao termo da serie espantosa de desgraças que cairam sobre a França. Porém os miseraveis auctores da insurreição, vendo-se no ponto de ser exterminados, quizeram consumar a sua obra entregando Paris ás chammas.

Principiaram pelas Tulherias, que arderam durante toda a noite e parte da manhã. Por um momento pode-se temer que o fogo se estendesse até ao Louvre e devorasse as obras primas que encerra, porém evitou-se esta desgraça irreparavel, graças ao arrojo de nossos soldados.

Esta manhã ás 10 horas rebentou o incendio no Hotel de Ville.

O Palais-Royal, o ministerio de fazenda, o palacio da Legião d'Honra e outros varios edificios, um numero bastante grande de casas particulares, foram presa das chammas.

Ha seculos a historia não conhecia já nem taes desastres nem taes crimes.

Extractamos de uma informação dirigida ao ministro de instrucção publica pelos delegados enviados a Paris, os pormenores seguintes:

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

3.2.4.10 - A Nação – 08/junho/1871

Fig. 38 - A Nação – 08/junho/1871 – p.1

ANNO – XXIII — QUINTA FEIRA 8 DE JUNHO DE 1871 — NUMERO – 7:003

A NAÇÃO

JORNAL RELIGIOSO E POLITICO

Escriptorio da redacção e administração, Rua do Bemformoso n.º 153 — Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, a D. Jorge Eugenio de Locio

Por anno, 8$000 réis; semestre, 4$500; trimestre, 2$400; avulso, 40 réis.—Annuncios, 20 réis por linha communicados e annuncios de interesse particular 40 réis por linha.

ET OMNES SURREXERUNT ET SPATIS NUDIS DIXERUNT : NOS LIBERI SUMUS, REX NOSTER LIBER EST. ITA VOLUMUS PER NOS ET PER FILIOS EJUS POST NOS. (CORTES DE LAMEGO)

Os abaixo assignados adherem ao protesto publicado em a *Nação* de 11 de outubro, contra o acto de pirataria, de que foi victima o Santissimo Padre Pio IX e que offende a liberdade do Supremo Pastor, a da Egreja e a de todos os fieis, como tambem é uma ameaça feita ás pequenas nações.

Madeira

Alexandre Fernandes Pombo
Antonio Gomes Camacho, lavrador
Antonio Machado, proprietario
Antonio Vicente dos Passos
Antonio de Sousa Pereira
Antonio Constantino Pinto
Albano José Coelho, proprietario
Antonio Gomes Silva
Caetano João de Castro, proprietario
Domingos Rodrigues, lavrador
Eleuterio Pinto, proprietario
Francisco Gonçalves, idem
Fernando Zeferino Moreira
Francisco Pinto Corrêa
Francisco Gomes Jardim
Francisco Ferreira, lavrador
João dos Santos
José Pimenta, escrevente
José Rodrigues de Caires, proprietario
Jacintho Mattheus de Nobrega, artista
José Antonio Barros, marceiro
José Maria da Silveira
João da Silva Morgo, artista
João Gomes Camacho
José Gomes Camacho
Alexandre Gonçalves
Alexandre Vieira, lavrador
Antonio Joaquim de Gouveia
Alexandre de Jesus
Alexandre Antonio de Gouveia
Antonio de Andrade
Antonio Joaquim Gomes, artista
Augusto de Oliveira
Antonio Dias de Freitas
Antonio Fernandes Lucas, lavrador
Antonio dos Ramos, proprietario
Antonio Caires, idem
Antonio de Sousa, lavrador
Antonio Joaquim de Sousa
Padre Antonio Pereira
Antonio Gomes Camacho, artista
Padre Francisco Manuel de Sousa
Francisco Fernandes Lucas, estudante
Felix de Freitas
Francisco Pinto Corrêa, proprietario
Francisco Ferreira, lavrador
Francisco Rodrigues Caires, proprietario
Francisco de Mendonça, lavrador
Francisco Xavier, idem
Guilherme Pinto Bettencourt, proprietario
Gerardo José de Nobrega, pharmaceutico
Galdido Ferreira, proprietario
Guilherme José Rebello, artista
Henrique Pereira, proprietario
Henrique de Jesus
João de Nobrega
João Pinto, lavrador
José Gomes, idem
João da Costa
João Vieira de Sousa
João Pedro Franco, proprietario
Joaquim Augusto Gomes, artista
Joaquim Manuel Camara
José Carlos dos Santos
José Martins, negociante
José de Freitas Lucas
José de Freitas, proprietario
João da Silva, idem
Julião da Silva, idem
João Rodrigues, idem
Padre Cura José Izidoro Gonçalves
João Pinto Corrêa
José de Freitas Capello, proprietario
Manuel José Rodrigues, artista
Manuel dos Passos Rodrigues, proprietario
Manuel Joaquim e sua familia
Manuel Joaquim de Sousa
Manuel da Silva Brazão
Manuel Antonio de Gouveia
Manuel Rodrigues, lavrador
Manuel Andrade de Sousa, idem
Manuel Gonçalves, idem
Manuel de Freitas, proprietario
Manuel Ferreira Junior, idem
Manuel Alvares, idem
Manuel Joaquim Lopes, idem
Manuel de Freitas Capello, idem
Manuel Ferreira, lavrador
Manuel Gomes Ribeiro
Antonio Henriques, lavrador
Antonio Fernandes Neves, proprietario
Antonio da Costa, artista
Antonio de Andrade, lavrador
Antonio Martins, proprietario
Bento José do Maceto, artista
Claudino Teixeira
Carlos Alberto Magno
Joaquim Xavier de Vasconcellos, estudante
João Augusto Xavier, idem
João Gomes, lavrador
Jacintho de Freitas, artista
João Pinto Corrêa, negociante
José da Silva, artista
José Rebello, idem
João Gomes, criado
Januario Ferreira, lavrador
Joaquim Rodrigues Figueira, proprietario
José Pinto, estudante
José de Nobrega Mattos, sacristão do Soccorro
José Silvinio Mattos, proprietario
João Gomes da Silva, artista
João Gomes Henriques, proprietario
José Fernandes de França, idem
Manuel Pinto, artista
Manuel Gomes da Silva, lavrador
Manuel Gomes, idem
Manuel Pereira, proprietario
Manuel Pinto, artista
Manuel Pires, lavrador
Manuel Joaquim de Faria, idem
Octaviano João Nunes, artista
José Rodrigues, lavrador
João Vieira, idem
Jesuino Gomes Camacho
João Gomes Lume
Jacintho Rodrigues, lavrador
João Fernandes Pimenta, idem
José de Freitas Gomes, proprietario
José Rodrigues de Oliveira
O Vigario João Fernandes de Freitas
João Augusto Gomes, artista
Luis Albino Gonçalves, relojoeiro
Luis Filippe Bitencourt, proprietario
Luis Antonio Camara
Leonardo Gomes Jasmim, proprietario
Luis de Freitas Lumelino, idem
Manuel Rodrigues de Jesus
Manuel de Freitas, lavrador
Pedro José da Costa
Pedro Rodrigues, artista
Policarpo Ferreira, lavrador
Pedro José de Vasconcellos
Pedro Pestana
Rufino Ferreira
Rufino Fernandes, lavrador
Rufino Gomes Camacho
Ricardo Gomes Camacho, e sua familia
Rufino de Sousa, canteiro
Rufino de Freitas
Thomas Rodrigues, lavrador
Thomas Vieira, idem
Vicente Julio de Freitas
Victor Manuel Bettencourt, proprietario
Vicente Joaquim Teixeira, lavrador
Vicente Dias de Fontes
Antonio Lourenço Rodrigues

Madeira, Funchal, 20 de maio de 1871.

Assignaturas publicadas até hoje....... 24:60[illegible]

PORTUGAL

LISBOA, 7 DE JUNHO

Dissemos n'um dos nossos artigos da semana passada ao sr. Anthero do Quental que reservavamos a questão religiosa para outro artigo, como sendo a mais grave de tratar; continuamos hoje no nosso empenho.

O orador democrata, seguindo a theoria de muitos que não pretendem senão a desordem na sociedade e, enfatuados na sua ignorancia, avançam proposições que não pódem e não sabem defender, tentou demonstrar que o Catholicismo ao revez do Christianismo fôra causa do abatimento da Peninsula, concorrendo mais do que tudo para tal prostração o Concilio de Trento, que se servira da confissão auricular coma arma poderosa para seus fins.

Quando o sr. Anthero do Quental soltou taes asserções atacou primeiro as leis do paiz, que tem como Religião do estado a Catholica, Apostolica Romana; verdade é que o orador não fez mais do que seguir o exemplo d'aquelles que teem presidido á governação publica, pois que, desposando as mesmas doutrinas, teem procurado todos os meios para abater n'esta nação o Catholicismo, e arrancal-o do coração do povo, ha trinta e sete annos que isto vemos, e todos os dias os esforços augmentam.

O orador, ignorante ou de má fé, quiz estabelecer differenças entre Catholicismo e Christianismo, e n'isto provou que os seus estudos sobre a materia que tão audaciosamente tratava não eram assás profundos.

Que quer dizer Christão, será sómente o que crê em Jesus Christo? Não; a definição de Christianismo é: a crença em Jesus Christo e nas suas doutrinas por elle ensinadas e legadas á Santa Egreja, como repositorio e mestra de toda a doutrina, logo quem não obedecer á Egreja não é Christão.

Catholico quer dizer universal, porque toda a doutrina da Egreja deve ser crida sem discordancia por todos aquelles que são filhos da Santa Egreja, logo não póde haver catholico sem ser Christão e Christão sem ser Catholico; como tenta o orador separal-os?

Qualquer Cathecismo rudimentar de doutrina teria evitado ao sr. Quental de cair n'estes absurdos, se se tivesse dado ao trabalho de o ler.

Mas os protestantes são Christãos, replicar-nos-hão. A seu modo, responderemos nós.

O Christianismo prégado pelo Divino Mestre e sustentado e explicado pela Santa Egreja tem dezenove seculos; quando appareceu a reforma? No meiado do seculo XVI, levantando-se andaz contra a Santa Sé e pretendendo desviar a doutrina e modificar os preceitos, logo o protestantismo é uma aberração e nunca a sã doutrina tal como Jesus Christo a ensinou, e depositou na Sua Egreja.

Evangelico non crederem, nisi me cogeret Ecclesiae Catholicae auctoritas, dizia o grande Vulto do Catholicismo, Santo Agostinho, quando os hereges do seculo IV se lhe queriam oppôr com textos mal interpretados da Biblia.

O Concilio de Trento, um dos mais memoraveis concilios da Egreja, começado em 1545 e findo em 1563, é calumniado pelo democrata orador de ter abatido os povos da Peninsula.

A ignorancia é sempre audaciosa!

Sabe o sr. Quental os motivos que fizeram com que se reunisse o Concilio tridentino?

Um dos mais fortes motivos foi a lucta religiosa que então se agitava na Europa, lucta que ensanguentava as nações e que estabelecia a desordem por toda a parte; era preciso em taes circumstancias discriminar os campos e dirigir os povos na senda da verdade, onde está o abatimento da Peninsula causado por esse Concilio? Declaramos que o não vemos; pelo contrario n'elle estiveram os nossos mais doutos e respeitaveis bispos, que tão alta idéa e tanta gloria deram então a Portugal pelas suas virtudes e erudição.

Ataca o sr. Anthero do Quental a confissão auricular como instituida no Concilio tridentino como arma para as suas machinações; ignorancia crassa mostrou o orador n'essa sua proposição, pois não lê no Evangelho de S. Matheus, capitulo XVIII as palavras de Jesus Christo aos Apostolos:—*Quaecumque alligaveritis super terram erunt ligata et in Coelo, et quaecumque solveritis super terram erunt soluta et in Coelo.*

E no Evangelho de S. João capitulo XX não lê ainda:—*Sicut misit me Pater et ego mitto vos. Accipite Spiritum Sanctum, quorum remiseritis peccata, remittuntur eis, et quorum retinueritis, retenta sunt.*

O orador, julgamos, não negará a authenticidade dos Evangelhos, porque então estava em contradição quando aceita o Christianismo, é verdade que o aceita a seu modo, talvez sem Evangelhos.

De todas as citações que acabamos de fazer não se concluirá que Jesus Christo ordenou e a Egreja tem sempre mandado, a confissão? Como poderiam ser perdoados os peccados e como receberiamos a absolvição se não dissessemos as nossas culpas ao sacerdote; não serão bem explicitas as palavras do Divino Mestre.

Como poderá então sustentar o sr. Quental a origem da confissão no Concilio de Trento?

No *Actus Apostolorum* encontraria tambem o orador no capitulo XIX, v. XVIII., quando se falla dos pagãos d'Epheso convertidos á voz do Apostolo S. Paulo, que elles vinham — *Confitentes et annuntiantes actus suos.*

Logo tudo prova que a confissão existiu e foi ordenada desde o começo do Christianismo.

Quem não sabe não falla.

Fez tambem o sr. Quental a apotheose da commuma apresentando-a como um beneficio para o paiz, e desejando que o homem absolutamente livre se dirigisse unica e exclusivamente pela sua consciencia.

A isto quasi se não póde responder, só por zombaria se proferem semelhantes palavras.

A communa! Paris que seja a resposta mais energica a semelhante loucura.

Quando se vem a publico soltar semelhantes asserções ou não ha convicção no que se diz, e n'esse caso é ludibriar o auditorio, ou obedecendo a *mandatos occultos* affronta-se tudo porque *um poder superior assim o ordena. A internacional tem ramificações.*

E' sério, sereissimo, senhores do *Jornal do Commercio*. *Não era com effeito d'antes como hoje*; havia pobres, havia males; mas havia, onde encontrar remedio.

Tratâmos do problema da miseria; ora em relação á população rural, qual beneficio lhe veiu das reformas de 34? A doação, que o Estado fez dos dizimos e bens da corôa, não foi nenhum remedio á pobreza rural; foi aggravação do mal.

D'antes o pobre ceareiro achava no celeiro do dizimo auxilio facil ás suas necessidades. Por muito indigno, que fosse o parocho, não podia eximir-se aos costumes beneficos geralmente aceites.

A condição do simples operario rural, e entre nós é a classe mais numerosa, é hoje a todos os olhos, não embaciados pelos preconceitos, muito mais precaria do que era d'antes. Seria o salario menor, mas a vida era proporcionalmente muito mais barata.

Acrescia em seu favor o tributo muito mais inferior e em geral o espirito de caridade muito mais forte, quando o espirito religioso exercia muito maior preponderancia.

O operario das cidades é hoje muito mais infeliz. Creado em uma atmosphera de idéas dissolventes, vive na familia enfraquecida em seus laços, na taberna devoradora do seu salario, na imprevidencia do futuro, caminhando necessariamente para a miseria extrema.

E' ver, o que por ahi vae nas classes pobres... A miseria moral acompanha e aggrava a material; as compleições enfraqueceram-se; molestias debilitantes espalham-se e transmittem-se. Rara é a familia operaria que não se sinta degraçada.

A caridade não está extincta, mas, desprovida da associação religiosa, sente-se impotente ante a profundidade do mal. Por outro lado o luxo crescente nas classes, abastadas não pode dizer se, mas superiores, devora a economia que podia repartir com o pobre.

Não era assim d'antes, repetimol-o e basta perguntal-o a algum velho operario. O maior imperio da Religião impunha a esmola e o auxilio. O operario não podia crer-se desamparado. Se chegasse a miseria extrema o caldo da porta do convento assegurava-o contra a fome.

E hoje, apenas ahi se annuncia, alguma pequena esmola surgem logo milhares de miseraveis, que não concorrem ás portas dos conventos, mas saem das portas desta mentida *liberdade*.

Males havia antigamente; havia instituições e costumes desviados de seu fim legitimo; havia muitos abusos; e nós tudo isso regeitamos por que foi máo; por que 1871 não é 1800 e menos 1700.

Mas em face dos esbanjamentos que por ahi pullulam e o *Jornal do Commercio* tem tantas vezes flagellado, quando os seus amigos não são poder, o que eram esses abusos antigos, que aliás teriam sido já hoje reformados?

«O proletario *só* podia aspirar ao caldo da portaria do convento!»

Falsidade enorme. O proletario podia na Egreja chegar a Patriarcha de Lisboa e dizem que o existente em 34 fora um pobre pastor; o proletario podia chegar a chanceller mór do reino, com todas as honras dos grandes, talvez com mais facilidade, do que hoje que pela intriga se sobe, pela intriga em que o proletario é impotente.

«Os frades e os fidalgos eram os Cresos do tempo» pobres Cresos em relação aos de hoje. Ricos eram apenas poucos conventos e poucos fidalgos; dizer o contrario é contradizer os factos.

De resto essa riqueza chegava muito mais ao operario necessitado, do que a do barão de hoje, tão perfeitamente pintado pela inimitavel penna de Garret.

«O povo possuia a ignorancia» e hoje ha mais escholas; serão mais proveitosas?

Nós negamos; cumpre a vós a prova. A instrucção de hoje se mais vasta fosse ficava bem compensada pelo ensino a leitura corrosiva.

Mas para responder completamente ao *Jornal do Commercio* basta envial-o para a prelecção fulminante do sr. Seromanho, que aliás é dos seus amigos e por tanto natural mais desfavoravel ao Portugal antigo.

Leia o *Jornal do Commercio* em Balbi o numero dos homens notaveis em lettras e sciencia que havia em Portugal em 1820 e diga-nos depois se a geração actual é mais solida e proveitosamente instruida.

Ora toda essa vinha dos tempos que o *Jornal do Commercio* abomina e nós respeitamos para sobre as verdadeiras bases sociaes, que então imperavam, mas corrigidas e aperfeiçoadas, como é missão de todas as novas epochas, assentar o edificio da sociedade do porvir.

Em uma palavra os homens que empenharam o paiz em 300:000 contos, que edificaram um *deficit* de 6:000, que já tributam a propriedade no 5.º do rendimento, (exceptuados os oligarchas do *liberalismo*) que destruiram a marinha, que devoraram toda a substancia do paiz e o empenharam aos argentarios extrangeiros não podem levantar a voz deante de ninguem.

Olhae para o espectaculo da actual situação liberal e emmudecei, que não tendes direito a levantar a voz depois de tantas enormidades de desgoverno.

E que dizeis ao *deficit* ainda maior de moralidade?

O que tendes vós mesmos dito das camaras, dos politicos, dos estadistas?

Então ou falseaes a verdade contra o passado ou contra o presente. Escolhei.

Veremos o que direis dessa tranquibernia maxima, as eleições a que vae proceder a *liberdade secundum Avilam*.

Não queremos evocar todo o passado de nenhuma epocha; somos do nosso tempo; mas separados da corrupção liberal, queremos a enthronisação da politica christã— expressão que vale todos os programmas possiveis e mais bem imaginados.

Assim o reinado que queremos e realisaremos é o *reinado da politica christã*.

O resto desbragado do artigo do *Jornal do Commercio* está bem no tal *muro branco*, que lhe offendeu os *pudibundos* olhos.

E' o caso de dizer: *Quis tullerit Grachos de seditione quaerentes?*

Tem estado gravemente doente a Exm.ª Sr.ª D. Eugenia de Almeida, uma das damas portuguezas que mais respeito nos merecem pelas elevadas qualidades que a adornam, por ser a representante da casa do Lavradio, e especialmente por ser esposa do nosso particularissimo amigo o Exm.º Sr. José Corrêa de Sá.

Fazemos votos pelas melhoras de S. Ex.ª e pedimos aos nossos leitores uma oração para que Deus Nosso Senhor conceda á illustre enferma um prompto e completo restabelecimento.

REVISTA EXTRANGEIRA

O golpe que a communa soffreu em Paris, feriu os *protectores* do povo em toda a parte, porque n'ella depositavam elles as suas esperanças. Era Paris a guarda avançada da *civilisação*, e, triumphando alli a communa, triumpharia por toda a parte a igualdade, quer dizer: seria a propriedade um roubo; acabaria a familia; os templos catholicos seriam arrasados e os ministros de Deus fuzilados.

Acabou a communa, não se pódem pois realisar os *beneficios* que d'ella se esperavam.

E segundo uma curiosa estatistica apresentada por alguns jornaes, a communa de Paris era o centro de um movimento europeu, e tanto assim que todas as nações tinham alli os seus representantes.

Diz pois aquella estatistica que a communa se compunha de 100 individuos, entre os quaes havia 9 italianos, 21 polacos, 2 portuguezes, 7 allemães, 2 valacos, 1 hungaro, 1 belga, 1 hispanhol e 1 hollandez.

Tambem lá estavam representados os communistas de cá! Não sabiamos. Sentimos que a revolução causasse a Portugal mais esta vergonha, e sentimos ainda porque esses infelizes talvez a estas horas tenham com a vida pago os seus crimes.

Uma revellação importante tem nos ultimos dias feito os jornaes. Não faliámos logo do assumpto, porque tão grave era elle, que quizemos esperar vel-o confirmado.

Hoje que parece não ser já licito duvidar d'elle, devemos noticial-o aos nossos leitores.

Em poder de alguns dos communistas foram encontrados documentos valiosos que provam não ser Napoleão extranho áquelle movimento. Muitos agentes bonapartistas foram apanhados,

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

3.2.4.11 - A Nação – 27/junho/1871

Fig. 39 - A Nação – 27/junho/1871 – p.1

ANNO – XXIII TERÇA FEIRA 27 DE JUNHO DE 1871 NUMERO – 7:015

A NAÇÃO

JORNAL RELIGIOSO E POLITICO

Escriptorio da redacção e administração, Rua do Bemformoso n.º 153 — Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, a D. Jorge Eugenio de Locio

Por anno, 8$000 réis; semestre, 4$500; trimestre, 2$400; avulso, 40 réis.—Annuncios, 20 réis por linha communicados e annuncios de interesse particular 60 réis por linha.

Por uma carta que tivemos de Roma, sabemos que o SENHOR DOM MIGUEL foi recebido em audiencia particular pelo Summo Pontifice no mesmo dia em que chegara a Roma (dia 16) pelas 9 horas e meia da noite.

O SENHOR DOM MIGUEL saiu já de Roma.

Por um telegramma recebido de Roma se nos participa que na tarde de 22 fora recebida pelo Santissimo Padre Pio IX a commissão catholica portugueza.

Ainda não sabemos quando voltam para Portugal os cavalheiros que compõem aquella commissão.

Os nossos collegas Redactores do Futuro, enviaram-nos o seguinte telegramma:

Braga 26 ás 9 horas e 14 minutos da manhã.

Hontem foi imponente a perigrinação ao Sameiro; mais de 50:000 pessoas. Orou o Padre Rafemacker e o Abbade de Requião.

O povo portou-se dignamente.

PORTUGAL

LISBOA, 26 DE JUNHO

Ao Jornal do Commercio
E ao sr. A. do Quental

I

Havia, pelos annos de Christo na Judêa, uma raça de homens, astutos e ambiciosos, que trazendo sempre nos labios o amor e a observancia da lei, occultavam em seu coração o desprezo obstinado de todos os preceitos, porque não tinham lá dentro outro movel que não fosse o das suas ruins paixões.

Pavoneavam-se pelas praças publicas, arrastando as suas longas vestes pelo meio dos ajuntamentos; mostravam-lhes o semblante maguado e desfeito pelas macerações e pelos jejuns, fallavam-lhes da severidade do preceito e só miravam o ser glorificados pelas turbas como doutores da lei.

Pareciam justos exteriormente aos olhos dos homens; mas o seu coração estava cheio de hypocrisia e de iniquidade.

Construiram tumulos famosos aos prophetas, engrinaldavam de flores os monumentos dos justos; mas, apezar destas exterioridades hypocritas, o Divino Mestre assemelhou-os a sepulchros caiados que por fóra figuram-se bellos á vista; mas por dentro estão cheios de ossadas de mortos e de vermes da podridão.

Esta raça de homens que Jesus Christo chamou «geração adultera e má» porque antepunha a letra ao espirito da lei, para se permittir inteiramente o desprezo de todas ellas, não ficou inteiramente sepultada nas ruinas do templo de Jerusalem. No anno 1871 de Christo ainda esta seita de Scribas e Phariseus se perpetua entre um certo numero de escriptores, que tambem fazem alarde de respeitar a lei, tambem se impõem ás turbas, como doutores e oraculos, tambem arrastam a fimbria de suas togas por meio dos ajuntamentos, tambem se maceram e jejuam pela transgressão dos preceitos e tambem como os Phariseus sacrificam a lei no altar de suas negras paixões.

Não vistes, ainda ha pouco, a celeuma, que levantou o *Jornal do Commercio* contra um Prelado portuguez, por que este, em nome do um dos mais sagrados deveres de seu ministerio, em nome da religião e do direito ousou qualificar de usurpação a posse dos Estados Pontificios, tomada violentamente pelo governo de Victor Manuel? Não o vistes amontoar textos sobre textos, leis sobre leis, para demonstrar que a Pastoral do alludido Prelado não devia ser publicada e correr sem a *censura previa* do Bene-placito regio, regra absoluta, que, em conformidade com as leis do reino, e a constituição fundamental do Estado, se devia applicar a todas as Pastoraes e mormente á do Sr. Patriarcha de Lisboa por estygmatisar um acto, que nem ainda o governo do paiz tinha reconhecido? E por fim não o vistes, arvorado em denunciante, sollicitar em nome das leis, que diziam, offendera, a destituição do Prelado?

Pois bem, quereis saber o que é esse amor de observancia, esse zelo, esse respeito da lei, que o *Jornal do Commercio* professa?

Lêde a—Resposta aos jornaes catholicos dada pelo sr. A. do Quental e publicada em logar de honra nas columnas do mesmo jornal.

Haveis de duvidar, lendo aquelle acervo de attentados contra as leis do reino e contra a Constituição fundamental do Estado, reconhecidas e invocadas por esse mesmo jornal, que houvesse em Portugal imprensa que lhe désse publicidade. Imaginar-vos-heis antes á embocadura de qualquer rua com os olhos fitos em uma esquina e lendo em um pasquim incendiario, que não occulta alli afixara, o que á luz do dia se não póde escrever, nem publicar por immoral e contrario a todas as leis. Pois não o duvideis; a imprensa, que lhe deu publicidade, foi a *observantissima* imprensa do *Jornal do Commercio*!

Monstruosa contradição! Pois lança-se ás gemonias um Prelado, porque em uma Pastoral chama usurpação, ao que em bom direito não tem nem póde ter outro nome, a posse illegal e tomada por meio de violencia dos Estados da Egreja, e applaude se tacitamente o sr. A. do Quental, cuja—*Resposta aos jornaes Catholicos*—é a negação completa e desbragada de todos os Dogmas da Religião catholica, apostolica, romana, que o art. 6.º da Carta Constitucional proclama religião do estado!!!

Vitupera se o Prelado, porque, interprete do sentimento de mais de 200 milhões de catholicos, julga na actualidade, que o poder temporal da Egreja é uma condição essencial da sua liberdade, e por conseguinte da liberdade de consciencia dos catholicos, e recebe se e louva-se por esse facto um libello famoso, em que se articula não só contra o sentimento dos catholicos, mas contra o sentimento dos christãos espalhados por differentes seitas, contra tudo o que ha de mais essencial no Christianismo e de mais solidamente definido na Egreja Catholica.

Tereis vós em menos conta Jesus Christo e os Dogmas da Sua Egreja, que Victor Manuel e os dogmas das suas usurpações e dos seus crimes?

Hypocritas, o vosso amor pela lei, os vossos respeitos, a vossa observancia, o vosso zelo por ella, é o mesmo que era o dos phariseus; é por isso que a lei em vossas mãos não é um principio de justiça; mas um instrumento de odio e de exterminio contra os que não entram em vossas synagogas.

Essa arma, que nunca se devera levantar senão contra o mal e seus sectarios, contra aquelles que infringem voluntariamente as leis e a moral publica, tornando-se criminosos de lesa sociedade, lá a trazeis em riste contra aquelles, que não machinam comvosco o aniquilamento completo dos principios de ordem, que a pezar vosso ainda manteem a sociedade.

Mas proseguí na vossa obra. Impelle-vos um influxo superior, como impelliu os incendiarios da commune de Paris para um novo plano de reconstrucção social e politica. Os mais decididos fautores da restauração em França são, a despeito dos seus intuitos, os republicanos, que a apressaram pelas catastrophes, que causaram á Europa e á civilisação.

Vós tambem sois aqui os melhores obreiros d'esse novo edificio. Embora, por caminhos diversos, trabalhamos todos para o mesmo resultado. Nós evangelisamos os nossos principios pelos meios legaes; pela verdade d'elles, pela fé na sua efficacia; vós cooperaes comnosco, tornando impossiveis os vossos, pelo erro, pela contradição, pelo delirio das vossas manifestações.

Applaudi, pois, applaudi o sr. A. do Quental, que, comquanto nós não percebamos os intuitos, congratulamo-nos de o vêr, senão do nosso lado, presando pelo menos grandes e assignalados serviços á nossa causa.

(Continúa)

Como haviamos previsto, soltou o dique ás suas iras o noticiarista do *Jornal do Commercio* de 22 do corrente contra o Sr. Vigario Geral de Portalegre, por ousar defender a pastoral do Sr. Bispo do Algarve.

Nada ganhou a causa, affirma o noticiarista; porque são ineptas as doutrinas e deploravel a argumentação do prelado portalegrense, ao qual não merece a pena responder-se.

Se não é logico, pelo menos é commodo semelhante methodo de refutar.

E' certo que já ha muito passaram os tempos do *ipse dixit*; não o é menos, que ninguem é obrigado a receber como verdadeiros assertos destituidos de fundamento; não o comprehende porem assim aquelle discursador.

Rejeitando qualquer especie de auctoridade, quer todavia se respeite a sua. Extranha pretenção! E' caso para exclamar com o Juvenal:

O' sanctas gentes, quibus haec nascuntur in hortis Numina!

Fique-se, pois, sabendo que para destruir cabalmente as doutrinas do adversario, nada mais se quer do que declaral-as ineptas; e, para o confundir de todo, basta se taxe como deploravel a sua argumentação.

Mas não podia, nem devia deixar de acompanhar este specimen de peregrina dialectica o indispensavel cortejo de insinuações do costume.

E' justo, acrescenta o noticiarista, *que um defensor do Syllabus, que é a subversão de todas as relações entre o estado e a egreja, receba desta o galardão de sua deslealdade ás leis do paiz.*

Maravilharia o despejo da phrase e a audacia do conceito, se não fosse ha muito conhecido o arsenal, onde se fabrica este genero de armas, com que se combate o catholicismo.

E' o Syllabus, dizeis vós, a subversão de todas as relações entre o estado e a egreja; e nós asseveramos, que a expurgação dos erros condemnados no Syllabus tornaria impossiveis as monstruosidades da commune de Paris.

Não sabemos, se fallaes de outiva, ou se acaso já lestes o Syllabus; se o conheceis, vêde o § IV, em que expressa e nomeadamente se condemna a internacional, e o socialismo e o communismo arvorados em systema governativo pelos insurgentes, em quanto durou seu féro dominio.

Accusareis tambem qualquer dia Julio Fabre como reaccionario, porque na sua famosa circular recommenda, se levante o nivel da educação moral e religiosa, para se prevenirem outras e mais funestas catastrophes.

Deploramos tamanha cegueira de entendimento, quando vedes na supremacia das doutrinas da egreja a ruina e subversão dos estados, e considereis como desleal ás leis do paiz o que professa aquellas doutrinas, que ainda esperamos concorram para salval-o do abysmo.

Pedimos a Deus vos illumine, como em seu cantico supplicava Zacharias, e para identico fim:

Illuminare his, qui in tenebris et in umbra mortis sedent, ad dirigendos pedes nostros in viam pacis.

Amigos redactores.

Celebrou-se hontem na Basilica Vaticana uma festa respeitavel em acção de graças ao Altissimo pelo acontecimento que veiu encher de jubilo o mundo catholico.

A concorrencia de fieis de toda a parte foi immensa particularmente de Allemanha e Austria, paizes onde o Catholicismo progride espontaneamente.

Foi celebrante Monsenhor Mathei, e os côros desempenharam-se admiravelmente; os fieis cantaram o *Te-Deum* alternado com tanta certeza e devoção, que commovia vêr e ouvir milhares de boccas a louvar ao Senhor Deus das Misericordias, por uma graça tão extraordinaria concedida depois de Pedro só ao Venerando Pio IX n'este seculo tão perturbado.

Confesso, que é o acto religioso, que me tem impressionado mais em toda a minha vida: a grande basilica estava cheia de povo romano e forasteiro e não havia logares reservados para ninguem e eu fui casualmente deparar com um principe bem conhecido, que muito me edificou com a sua compostura e devoção.

Lembrava-me a Egreja nos primeiros seculos a funccionar nos subterraneos da antiga Roma a resto dos perseguidores com aquelle fervor e devoção que nos deve animar.

Assisti á grande festa centenar em 1867 no meio das maiores alegrias e regosijos publicos e universaes e vendo agora esta, digo que não sei quando a Egreja fundada por Jesus Christo sobre Pedro se ostenta mais grande se em tempos de paz e de triumphos se em occasiões de perseguição.

Em S. João de Latrão e n'outras muitas egrejas celebraram-se tambem festas mas quasi á porta fechada como se costuma dizer por causa dos barbaros que invadiram a cidade e as procissões de Corpo de Deus foram feitas dentro dos templos; póde dizer-se que a Egreja agora em Roma vive novamente nas catacumbas.

O Papa já tem recebido varias deputações, a de Portugal e outras muitas ainda lhes não chegou a sua vez.

A deputação de Hispanha é limitada como a de Portugal porque lá tambem os liberaes não quizeram vir a Roma e depois fizeram dizendo que os legitimistas fazem politica, a abstenção d'elles será fazer religião?

O bispo d'Avila é o presidente da commissão dos nossos visinhos e vem tambem o director do *Pensamiento*, encontraram-se com os nossos em Nisa e ficaram todos uma cordeal camaradagem até Roma.

Muitos principes e outros personagens teem vindo a Roma comprimentar o Santo Padre: no dia 15 mais mil senhoras se apresentaram no Vaticano a felicitar o Venerando Prisioneiro por merecer a sorte de Pedro; Portugal tambem lá estava bem representado, a esposa do senador romano do tempo do governo do Papa leu uma bem sentida felicitação ao que o Papa respondeu nos termos mais paternaes e declarou que acabava de receber da Rainha de Inglaterra igualmente uma felicitação que muito o havia impressionado, e, dizendo isto, as lagrimas lhe vieram aos olhos e a voz se lhe entrecortou no meio da maior emoção. A universidade romana dirigiu á Rainha da Grã-Bretanha, pelo telegrapho o seu agradecimento.

Hontem lia-se no *Osservatore Romano* o seguinte:

«Sua altesa o principe Constantino de Hohenlohe, embaixador extraordinario de Sua Magestade Imperial e Real Apostolica de Austria foi hontem recebido em audiencia particular por Sua Santidade e depois recebeu tambem em audiencia particular o Senhor Dom Miguel de Bragança e Sua Altesa Serenissima o Principe de Isembourg.

«Sua Altesa o Principe de Hohenlohe e outros personagens tiveram esta manhã a honra de receber da mão de Sua Santidade a Sagrada Communhão.»

O Senhor Dom Miguel partiu hontem pelas 10 horas da manhã com seu tio o Principe d'Isemburg, quasi toda colonia portugueza o foi comprimentar á estação do caminho de ferro, digo quasi toda porque os poucos que faltaram tiveram grande pena de o não saber para lá comparecerem tambem.

Escusado é dizer que esta reunião de portuguezes em volta do joven ainda embarbe causa espectação a todos que se achavam presentes e quando o Senhor Dom Miguel com seu tio e o Principe Hohenlohe sairam da sala de espera para o comboyo nós pretendiamos ir até lá, mas o empregado que vira os bilhetes disse que não era permittido, e mostrando-se um joven portuguez um pouco impaciente o empregado lhe perguntou quem era a pessoa que acompanhavamos: é o Rei de Portugal, lhe disse em voz alta e então se abriram as portas para todos podermos sair.

O Senhor Dom Miguel fallou a todos do modo mais agradavel, mas sem aquella affectação de quem quer armar a popularidade porque não conhece felizmente esse artificio moderno com que se pretende enganar os povos.

Por casualidade tive occasião de lhe apresentar um artista portuguez que se acha em Roma e o recebeu com a maior bondade, fazendo-lhe algumas perguntas sobre a sua arte e mostrando desejo que elle venha a florescer em Portugal.

Apresentei tambem um homem de campo da ilha de S. Miguel que hontem mesmo de manhã chegou a Roma e segue para Jerusalem; vendo eu este homem lhe perguntei donde era; respondeu-me: Sou da ilha de S. Miguel, v. que vem a Roma é de S. Miguel deve ser amigo do Senhor Dom Miguel? Oh se sou! quero vel-o; vontade tinha eu d'isso, mas não posso; póde; onde; vá já para a estação do caminho de ferro, palavras não eram ditas, e bom do homem deita a correr para lá e foi onde o apresentei, tendo o Senhor Dom Miguel muito gosto de ver alli mais de um filho da ilha do seu nome.

Os portuguezes que estão em Roma estão de saude, e eu assigno todo

Roma, 18 de junho de 1871

Vosso amigo e obrigd.º

P. R.

REVISTA EXTRANGEIRA

Viva Pio IX!

Este grito repetido em todos os postos do globo, nos dias 17 e 21 do corrente, mas repetido com a energia que só póde dar a Fé, e com o enthusiasmo do amor filial, provaria, á falta de outras razões, o que é o Papa, o que é Pio IX.

Que importa que em alguns paizes os inimigos da Egreja estejam identificados com os governos a ponto de que um viva ao Papa Rei, ao Pontifice Infallivel, seja repetado um grito hostil ás instituições e ás dynastias! Póde essa identidade de interesses levantar dura perseguição aos catholicos, mas não póde suffocar as jubilosas manifestações dos filhos da Egreja, dos amigos do Pontifice ao verem que este chegava aos dias de Pedro.

Por toda a parte foi pois solemnisado com verdadeira alegria o vigessimo quinto anniversario da exaltação de Pio IX ao Sólio Pontificio; de toda a parte foram mandadas deputações a Roma comprimentar por tão jubiloso motivo o Pontifice.

E tantas foram essas deputações que o Santo Padre, para poder receber todas, começou a recepção no dia 13.

Neste dia foram recebidos na sala do throno o Capitulo da Basilica de S. João de Latrão, presidido pelo Cardeal Patrizi; os abbades geraes das ordens; o capitulo de Santa Maria Maior, presidido pelo Cardeal Amat; o capitulo da Basilica do Vaticano, e uma deputação do estado maior do exercito pontificio, e outra da guarda Palatina.

No dia 14 vieram apresentar os seus protestos a Sua Santidade, os parochos das 52 parochias de Roma. A estes entregou Pio IX quinze mil francos para serem destribuidos pelos pobres.

No dia 15, recebeu a deputação das 29 commissões de homens da *Sociedade protectora dos interesses catholicos*; depois recebeu a commissão das damas pretencentes á mesma associação.

No dia 16 recebeu a commissão ingleza presidida por lord Cambden, e a commissão allemã, composta de 800 pessoas, e presidida por Suas Altezas os Principes de Loewenstein e de Isembourg. Sua Santidade, commovido por tantas demonstrações de sympathia, dirigiu-lhe um discurso que foi muitas vezes interrompido por enthusiasticas acclamações.

Os italianissimos tentaram perturbar estas piedosas demonstrações: a deputação belga foi insultada pelos fanaticos da revolução, á deputação tyroleza aconteceu o mesmo.

O governo difficulta as communicações telegraphicas, e por isso do dia 17 sabe-se apenas que fôra celebrada em S. Pedro uma Missa solemne, e que fôra tanta a concorrencia que não coubera na egreja. A tranquillidade não foi alterada.

Já demos no nosso ultimo numero noticia de ter chegado a Roma o Senhor Dom Miguel, hoje temos a accrescentar as seguintes linhas que encontramos em um jornal de Madrid, *El Pensamiento*:

«Foram recebidos em audiencia pelo Papa, Dom Miguel de Portugal, o Principe de Isembourg e o Principe Hohenlohe, embaixador extraordinario do imperador de Austria.»

Não diz aquelle jornal o dia em que fora esta audiencia, mas pela combinação das datas pareceu nos que deveria ser no dia 17, o que vemos confirmado pelas nossas noticias particulares.

E por fallarmos do Principe Hohenlohe vem a proposito dizer que as correspondencias de Vienna affirmam que a nomeação d'este primeiro dignitario da côrte para ir comprimentar Pio IX, fizera uma terrivel impressão no campo liberal.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Portugal

Lisboa, 26 de junho

Ao Jornal do Comércio

E. ao Sr. Antero de Quental

I

Havia, pelos anos de Cristo na Judéia, uma raça de homens, astutos e ambiciosos, que trazendo sempre nos lábios o amor e a observância da lei, ocultavam em seu coração o desprezo obstinados de todos os preceitos, por que não tinham lá dentro outro móvel que não fosse os das suas paixões ruins.

Pavoneavam-se pelas praças públicas, arrastando suas longas vestes pelo meio dos ajuntamentos; mostravam-lhes o semblante magoado e desfeito pelas macerações e pelos jejuns, falavam-lhes da severidade do preceito e só miravam o ser glorificados pelas turbas como doutores da lei.

Pareciam justos exteriormente aos olhos dos homens; mas o seu coração estava cheio de hipocrisia e iniquidade.

Construíram túmulos famosos aos profetas, engrinaldaram de flores os monumentos dos justos; mas, apesar dessas exterioridades hipócritas, o Divino Mestre assemelhou-os a sepulcros caiados que por fora figuram-se belos à vista; mas por dentro estão cheios de ossadas de mortos e de vermes da podridão.

Esta raça de homens que Jesus Cristo chamou “geração adultera e má” porque antepunha a letra ao espírito da lei, para se permitir inteiramente o desprezo de todas elas, não ficou inteiramente sepultada nas ruinas do templo de Jerusalém. No ano de 1871 de Cristo ainda esta seita de escribas e fariseus se perpetua entre um certo número de escritores, que também fazem alarde de respeitar a lei, também se impõem às turbas, como doutores e oráculos, também arrastam a fimbria de suas togas por meio de ajuntamentos, também se maceram e jejuam pela transgressão dos preceitos e também com os fariseus sacrificam a lei no altar de suas negras paixões.

Não vistes, ainda a pouco, a celeuma, que levantou o Jornal do Comércio contra um Prelado português, por que este, em nome de um dos mais sagrados deveres de seu ministério, em nome da religião e do direito ousou qualificar de usurpação a posse dos Estados Pontifícios, tomada violentamente pelo governo de Victor Manoel? Não vistes amontoar textos sobre textos, leis sobre leis, para demonstrar que a Pastoral do Aludido Prelado não devia ser publicada e correr sem a censura prévia do Beneplácito régio, regra absoluta, que, em conformidades com as leis do reino, e a constituição fundamental do Estado, se devia aplicar a todas as Pastorais e mormente à do Sr. Patriarca de Lisboa por estigmatizar um ato, que nem ainda o governo do país tinha reconhecido? E por fim não o

vistes, arvorado em denunciante, solicitar em nomeadas leis, que diziam, ofendera, a destituição do Prelado?

Pois bem, quereis saber o que é esse amor de observância, esse zelo, esse respeito da lei, que o Jornal do Comércio professa?

Lede a – Respostas aos jornais católicos dada pelo Sr. A. de Quental e publicada em lugar de honra nas colunas do mesmo jornal.

Haveis de duvidar, lendo aquele acervo de atentados sobre as leis do reino e contra a Constituição fundamental do Estado, reconhecidas e invocadas por esse mesmo jornal, que houvesse em Portugal imprensa que lhe desse publicidade. Imaginar-vos-ei antes à embocadura de qualquer rua com os olhos fitos em uma esquina e lendo em um pasquim incendiário, que mão oculta ali afixara, o que a luz do dia se não pode escrever, nem publicar por imoral e contrário a todas as leis. Pois não o duvideis; a imprensa, que lhe deu publicidade, foi a observantíssima imprensa do Jornal do Comércio.

Monstruosa contradição! Pois lança se ás gemonias um Prelado, porque em uma Pastoral chama usurpação, ao que em bom direito não tem e nem pode ter outro nome, a posse ilegal e tomada por meio de violência dos Estados da igreja, e aplaude tacitamente o Sr. A. de Quental, cuja – Respostas aos Jornais Católicos – é a negação completa e desbragada de todos os Dogmas da religião Católica, apostólica, romana, que o art. 6º da carta Constitucional proclama religião do estado!!!

Vitupera se o Prelado, porque, interprete do sentimento de mais de 200 milhões de católicos, julga na atualidade, que o poder temporal da igreja é uma condição essencial da sua liberdade, e por conseguinte da liberdade de consciência dos católicos, e recebe-se e louvava-se por esse fato um libelio famoso, em que se articula não só contra o sentimento dos católicos, mas contra o sentimento dos cristãos espalhados espalhados por diferentes seitas, contra tudo que há de mais essencial no Cristianismo e de mais solidamente definido na Igreja Católica.

Tereis vós em menos conta Jesus Cristo e os Dogmas da sua igreja, que Victor Manuel e os dogmas das suas usurpações e dos seus crimes?

Hipócritas, o vosso amor pela lei, os vossos respeitos, a vossa observância, o vosso zelo por ela, é o mesmo que era o dos fariseus; é por isso que a lei em vossas mãos não é um princípio de justiça; mas um instrumento de ódio e de extermínio contra os que não entram em vossas sinagogas.

Essa arma, que nunca se devera levantar-se não contra o mal e seus sectários, contra aqueles que infringem voluntariamente as leis e a moral pública, tornando-se criminosos de lesa sociedade, lá a trazeis em riste contra aqueles, que não maquinam convosco o aniquilamento completo dos princípios de ordem, que a pesar vosso ainda mantém a sociedade.

Mas prossegue na vossa obra. Impele-vos um influxo superior, como impeliu os incendiários da comuna de Paris para um novo plano de reconstrução social e política. Os mais decididos fautores da restauração em França são, a despeito dos seus intuitos, os republicanos, que a apressaram pelas catástrofes, que causaram a Europa e a civilização.

Vós também sois aqui os melhores obreiros desse novo edifício. Embora, por caminhos diversos, trabalhamos todos para o mesmo resultado. Nós evangelizamos os nossos princípios pelos meios legais, pela verdade deles, pela fé na sua eficácia; vós cooperais conosco, tornando impossíveis os vossos, pelo erro, pela contradição, pelo delírio das vossas manifestações.

Aplaudi, pois, aplaudi o Sr. A. de Quental, que, conquanto nós não percebamos os intuitos, congratulamo-nos de vos ver, senão do nosso lado, prestando pelo menos grandes e assinalados serviços a nossa causa.

(Continua)

3.2.4.12 - A Nação – 29/junho/1871

Fig. 40 - A Nação – 29/junho/1871 – p.1

ANNO – XXIII | QUINTA FEIRA 29 DE JUNHO DE 1871 | NUMERO 7.017

A NAÇÃO

JORNAL RELIGIOSO E POLITICO

Escriptorio da redacção e administração, Rua do Bemformoso n.º 153 — Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, a D. Jorge Eugenio de Locio

Por anno, 8$000 réis; semestre, 4$500; trimestre, 2$400; avulso, 40 réis.—Annuncios, 20 réis por linha communicados e annuncios de interesse particular 40 réis por linha.

ET OMNES SURREXERUNT ET SPATIS NUDIS DIXERUNT: NOS LIBERI SUMUS, REX NOSTER LIBER EST. ITA VOLUMUS PER NOS ET PER SEMEN EJUS POST NOS. (CORTES DE LAMEGO)

PORTUGAL

LISBOA, 28 DE JUNHO

Ao Jornal do Commercio e ao sr. A. do Quental

II

Tambem nós respeitamos todas as opiniões, e, sejam ellas de vencedores ou de vencidos, merecem-nos igual acatamento as d'estes, como d'aquelles.

O facto de se ser vencedor ou vencido nem sempre dá a medida da sciencia, que condemnou os segundos e exaltou os primeiros; mas é que decerto attesta evidentemente a bondade da causa dos vencidos é a sua fé, e sem mesmo fallar da que é uma virtude christã que o sr. A. do Quental não admittiria por coherencia com os seus principios, a fé em uma grande causa é, sr. Anthero, uma virtude social de tamanha força, que quem a sente em si não necessita, para fazer triumphar as suas idéas, de andar pelos caminhos illegaes, de machinar nas trevas com potencias occultas, de vir depois cá para fóra semear incendios, devastações e morte!

Nem nós podemos saber muitas vezes, quaes são realmente os vencidos e quaes os vencedores. Esta classificação, no campo dos principios, depende do prysma, atravez do qual nós contemplamos os factos.

O Sr. A. do Quental julga perdida a causa do Catholicismo e por tanto dá nos por vencidos, a nós que o defendemos a todo o transe. E' um modo de ver, muito conforme apenas com os seus intuitos, mas nada com os factos, que se estão passando pela Europa. Do que s. s.ª póde estar certo, é de que, a ser verdadeira a sua asserção, não foi o seu racionalismo, que deu sequer o mais pequeno bote.

Quando o ataque do adversario é já sabido e usado, é facil aparar-lhe a estocada e mesmo provenil-o.

Sejam porém quaes quer, que forem, neste campo os vencidos, ou os vencedores, respeitamos-lhes as opiniões, quando ellas se agitarem dentro da esphera legal, ou quando, ainda que a exorbitem, ellas representarem algum elemento de regeneração social, cuja manifestação alguma obstaculo apparentemente impedir.

Estará neste caso a—Resposta aos jornaes catholicos—do sr. A. do Quental?

O que ella é perante as leis do paiz, já em principio o dissemos, quando nos dirigimos ao *Jornal do Commercio*, que lhe deu publicidade; agora mostraremos o valor, que tem ante a sciencia e a civilisação, e assim — considera-la-hemos theorica e praticamente.

Cremos poder affirmar desde já, que, se as doutrinas do sr. A. do Quental são um attentado aos olhos da lei, não o são menos perante a sciencia e a civilisação.

Alguns reparos, antes de nos irmos ao ponto capital.

Queixa-se o sr. A. do Quental, extremamente respeitoso para com as opiniões dos outros, de não merecer a reciprocidade d'esse sentimento, principalmente da parte dos jornaes catholicos e legitimistas, entre os quaes devia de ser familiar a pratica das virtudes evangelicas, caridade, limpeza de coração e amor da verdade—e das aristocraticas, cavalheirismo, lealdade e grandeza d'alma.

Queixa-se de que a *Nação* dissesse: «Que o sr. A. do Quental fizera em uma das *conferencias* do Casino a apotheose da *commune*, apresentando-a como um beneficio para o paiz! Paris, que seja a resposta mais energica a semelhante loucura.»

E' muito possivel, que as pessoas, que ouviram fallar s. s.ª da revolução *communera*, no tempo de Carlos V, julgassem em boa fé que o sr. A. do Quental tratava da *communa* de Paris, para fazer a sua glorificação; entretanto, ao que parece, não lhe faziam uma grave injuria em o supporem sectario d'ella, visto que professa doutrinas, que tinham por lá grande voga.

Attente bem, para o que lhe dizemos, ó sr. A. do Quental.

Quem lança sobre as opiniões de s. s.ª o descredito e o expõe á animadversão publica, não é decerto o primeiro, que venha para ahi affirmar, que o sr. A. do Quental foi um grande admirador da *communa* de Paris. A nossa honra e probidade não póde estar assim á mercê de qualquer *quidam*, que se lembre de denegrir e manchar o nosso caracter. Quem o expõe á animadversão publica, são as suas proprias doutrinas, pois tão parecidas são, que se confundem com as da *communa*. O sr. A. do Quental não entrou ainda por alguma Egreja dentro, não lançou sobre o sacrario mãos sacrilegas, não tirou de lá as Sagradas Formas para as espalhar pelo chão ou para parodear com ellas uma Communhão, como fizeram os republicanos de Paris; mas nega o mais fundamental de todos os dogmas do Christianismo—a presença real de Jesus Christo sob as duas especies apparentes de pão e vinho, nega o peccado original, nega a confissão auricular, declara-se *naturalista*, e acaba pela negação de Deus!

Ora a *communa* era tudo isto, se era mais alguma cousa do que incendio, exterminio e roubo.

Não tem pois razão o sr. A. do Quental para se abespinhar com lhe acharem tão estreito parentesco com a *communa* de Paris.

O prelector é mais alguma cousa ainda; entra em o numero dos percursores da *communa* de Lisboa, que breve sazonará com suas doutrinas, para dar aqui os fructos, que deu a de Paris.

Aqui, como alem. A *communa* de Paris foi preparada pelo atheismo e pelo descredito das crenças, empenho em que prima o sr. Anthero senão pela vastidão das idéas decerto pelo ambicioso das aspirações. Será inconsciente, se o quizer, mas não menos culpado. Como, semeando ventos, não ha de colher tempestades?

Lava as mãos como Pilatos? E' commodo; mas não é digno, nem absolutorio.

Quem se pertende pensador, deve prever as consequencias de suas doutrinas, e as do sr. A. do Quental são deleterias e prenhes de catastrophes. Os factos o dizem bem alto; mas não ha cegos peiores, do que os que não querem vêr.

De uma queixa no fundo desarrasoada, como se vê, passa o sr. A. do Quental para um sentimento de lastima, pesando-lhe que a *Nação* não tenha por seu lado alguma cousa de aproveitavel, por exemplo idéas, argumentos e sciencia; assim por mais vontade, que tivesse de combater não enxergava com quem.

Não seja tão immodesto sr. Quental, olhe que lhe redarguimos com a operação arithmetica, com que nos chamou á contas. Com effeito, deduzindo da sua argumentação umas certas folices, com que pavonêa a sua sciencia, fica bem pouco, que mereça uma refutação seria. E cumpre tambem notar que a *Nação* não tinha deante de si, quando se dirigiu ao sr. A. do Quental um texto authentico e completo da preleção de s. s.ª, não podia pois entrar em minuciosa analyse. Não teve decerto esse intento, e apenas commentou rapidamente algumas das descommunaes idéas historicas do prelector.

Querer fazer passar o nosso artigo de 1 do corrente por elaborada resposta á preleção de s. s.ª é levantar um moinho para contra elle enristar a quichotesca lança.

Passemos, no entretanto, revista á pobre bagagem, com que o sr. A. do Quental se fornece para vir dar batalha campal, a quem não cuidava entrar em lucta tão formidavel.

Affirmou o sr. Quental que a causa da decadencia da Peninsula nos seculos XVI, XVII e XVIII tinha sido o Catholicismo mormente o de Trento, o absolutismo e a conquista.

Sem tratar-mos por agora da defesa do Catholicismo, tão calumniado por s. s.ª, o que será objecto de um artigo especial, lemitamo-nos a considerar o absolutismo e a conquista. E primeiro um reparo sobre absolutismo.

Por não alargar o quadro de um artigo ás dimensões de uma dissertação, circunscrevendo-nos a Portugal, não podemos admittir, que á formula, por que se regeu o paiz nos seculos XVI e XVII, caiba a denominação de absolutismo.

O povo podia então fazer ouvir melhor a sua voz, do que hoje sob o imperio da formula *liberal*, que dissolve as camaras todos os seis mezes; ao que parece, não para attender muito aos clamores populares. Emende o sr. A. do Quental as miserias *liberaes*, que por ahi vão, e depois poderá apedrejar o passado mais desassombradamente.

Um outro reparo circumscreve ainda mais a discussão em fronteiras rasoaveis. Dissemos, que os elementos da decadencia, apontados pelo sr. A. do Quental, não podiam ter a importancia, que elle lhes attribuio e citámos-lhe os reinados gloriosos de Carlos V e de D. Manuel.

Foram elles sem duvida obra dos elementos sociaes, que prevaleceram em Hispanha e Portugal n'aquelles tempos. Póde dizer-se, que foram as idéas naturaes de engrandecimento nacional, auxiliadas pelo enthusiasmo guerreiro, que se arreigara e desenvolvera na batalha de sete seculos contra o Islamismo, e cujo era, como natural expansão o espirito de descoberta e de conquista, iniciada sobre os territorios mussulmanos. Se depois vieram catastrophes, como a infeliz jornada de Alcacerquibir; se a ambição de Carlos V, de mistura com muitos outros elementos, que actuaram no movimento da civilisação europêa, trouxe depois a decadencia, restaria demonstrar, como é, que os elementos, que haviam feito o engrandecimento foram tambem precisamente, os que operaram a decadencia. Antes d'esta demonstração a these está intacta, e resiste ao sobranceiro sorriso da vaidade do sr. A. do Quental.

Quem póde, com effeito, negar a verdade da nossa asserção sobre o immenso alcance da expedição do mal fadado Rei, D. Sebastião? E quem póde desconhecer, que a usurpação hispanhola, extranha ás causas da decadencia, apontadas pelo sr. A. do Quental, foi em realidade, entre todas as possiveis de enumerar, a mais efficaz e desastrosa?

Quem póde dizer, o que houvera sido Portugal sem essa terrivel perturbação de toda sua economia social? E a Hispanha, que não tirou da usurpação, mais do que enfranquecimento, o que não teria havido da amisade e da alliança?

O sr. Anthero tudo isto esquece para só vêr catholicismo, absolutismo, conquista!! Que cegueira!

Ah! grande Infante, se do teu famoso rochedo de Sagres, podesses hoje responder aos despresadores de tua magnifica e tão christã empresa, tu, o grande precursor de Colombo e do Gama, de certo nem carecerias de descerrar um sorriso para fulminar os degenerados filhos d'esta terra, que te apedrejam e escarnecem! Passar-te-ia pela fronte apenas como uma pequena nuvem, ficando para logo concentrado em tuas profundas e grandiosas meditações em prol da Religião e da Patria.

De resto os conselhos e arrogantes lições do sr. A. do Quental dispensamol-as perfeitamente; trate de si antes, que tem que aprender muito em modestia e em desconfiança de si mesmo, sendo que os titulos de elaborador de uma nova sociedade, com que se apresenta, não os vemos baseados em nenhum documento solido e reconhecido.

Acha depois o sr. A. do Quental *curioso* o periodo, em que disseramos, que sem as navegações e as conquistas d'alem-mar Portugal teria sido um paiz insignificante. Vejamos a razão da *curiosidade*:

O nosso asserto implica a idéa de que «o Portugal de Diniz e de D. João I não passava de um paiz insignificante.»

E' de pasmar como os homens da *idéa* e da sciencia ficam maravilhados diante das idéas mais simples, e ousam arguir os adversarios, pelo facto de as annunciarem!

O Portugal de D. Diniz e de D. João I foi grande e glorioso em face das nações contemporaneas; mas se ficasse reduzido á nesga de terra, que vae do Minho até Sagres teria provavelmente sido tragado pelo Leão de Castella, sem ter aberto novos caminhos á civilisação, illustrando a sua historia, e emparelhando em fidalguia de feitos e commettimentos com as mais gloriosas nações do mundo. O Portugal de D. João I seria hoje uma nação sem futuro, destinada por força irresistivel a ser victima do principio das annexações, se tivesse durado até os nossos dias.

Mas parece, que a historia do sr. A. do Quental nega a Portugal o titulo de civilisador para lhe conferir o de tyranno, sendo que o espirito guerreiro nos tornou incapazes de conservar e transformar as colonias!

Aqui o sr. A. do Quental, grande prestigitador empalmou o Brazil reduzindo-o a nada, apesar de que ainda hoje é uma granja, d'onde Portugal extrae o bastante para equilibrar a sua balança de commercio; e como brisa, que penetra no sepulcro secular reduzio a pó as magestosas figuras de Affonso d'Albuquerque, junto de cujo tumulo iam os indios pedir justiça, e, de S. Francisco Xavier, de cuja memoria vive ainda entre elles o renome portuguez.

Raça d'ingratos! mais justiça, e menos ingratidão.

Mas a Suissa? a Belgica? Manteem-se por circumstancias especialissimas, no interesse do equilibrio europeu. Portugal não está n'este caso.

E a Dinamarca? E' hoje um problema, e tende á absorpção scandinava.

O sr. A. do Quental recorda a economia politica; mas esquece a politica. Os problemas sociaes não se resolvem senão encarando o complexo nas situações e não attentando sómente em uma de suas feições.

Dissemos e repetimos que Portugal não podia ser um paiz exclusivamente industrial. Os prodigios da industria moderna são nos vedados mesmo pela natureza, que nos não deu o

FOLHETIM

CARTA
DE
MANOEL BRAZ
A SUA MULHER
ANTONIA DIAS

Antonia, a espada perdida
Foi inda perda peior,
Foi inda o caso mais triste,
Foi desgraça inda maior.

Pos-se o ramo n'uma parte,
Mas vendeu-se n'outra o vinho,
E' o que dizem agora,
Mas isto muito baixinho.

Não dês co'a lingua nos dentes,
Não queiras levar-me á cova,
Não juntes ás mais desgraças
Inda outra desgraça nova.

Pois dizem que a tal espada,
Que o Tejo engulio (tratante!)
Não fôra a do *General*,
Mas que fôra a do *Almirante*!

Bem vês que é coisa mais grave,
E' coisa de mais estrondo,
Se era perda a do comprido,
Muito maior do redondo!!

Em terra, emfim inda temos
Outros valentes que taes;
Elle era o bravo dos bravos,
Mas ha outros Generaes.

O' meu Deus, porém perdida,
A grande espada do mar,
Quem nos ha-de d'hoje avante
As nossas costas guardar?

Quem ha-de, as soberbas frotas
Dos portos regorgitando,
Quem ha-de, sem essa espada
Il-as á gloria guiando?

E agora, mudado o naipe,
Por estranhos fados maus,
Temos de vêl-o, coitado,
Transformado em rei de paus!?

Quem nos diria que o Tejo,
Um rio tão bem criado,
Um rio de barbas brancas,
Que tinha fama d'honrado;

Quem nos diria que havia
Pregar-nos tão grande mono?
Patife! Por fim de contas
Fez-se inimigo do throno!

Do throno? Da patria cara;
O throno pouco se teme,
E a patria sem tal espada
E' como o barco sem leme.

Por isso o bom Polycarpo,
Que é filho de mestre Nuno,
Diz que foi n'aquella espada
O tridente de Neptuno.

Diz que foi na tal catana
Pezar do nossos pezares,
Diz que foi alli a perda
Do sceptro dos vastos mares!

Antes o Tejo engulisse
Em seu eterno vae-vem,
Antes tragasse d'um sorvo
Toda a torre de Belem!

Ou antes, se tinha fome,
Antes levasse o Bugio;
Levasse-nos muito embora
O castigal do Rocio.

Podia haver para tudo,
Desculpa e facil perdão;
Mas para a espada marinha,
Não pode haver, isso não.

Uma espada tão bonita!
Chibante, formosa, e tal!
Espada de procissões!
Não tem outra Portugal!

Mas como as arma o demonio,
Como foi que se perdeu?
Tenho cismado tres dias
Co'as ventas postas no ceu.

E inda não pude dar nella!
Mas um visinho da esquina,
Homem que andou nos estudos,
Que dizem ser coisa fina.

Veiu ter comigo á noite,
Alli ás ave-Marias,
E disse—a causa, meu Braz,
Foram de certo alegrias.

Alegrou-se tanto o homem
Co'a chegada do seu tio,
Que perdido de contente
Perdeu a espada no rio.

Olha, Antonia, as Romarias
Tem sempre, sempre que dar,
Sae-se de casa cantando,
Entra-se em casa a chorar.

Nada de festas, Antonia,
Alegra-te em casa, embora,
Mas não me vás a festanças,
Feitas de portas a fóra.

E á Bernarda não a deixes
Por mais que chore e te pega,
Não a deixes ir a festas
Que dão sempre na cabeça.

Agora adeus, Antoninha,
Dá beijos no meu rapaz
E crê me sempre deveras
Teu constante—*Manoel Braz*.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 41 - A Nação – 29/junho/1871 – p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

PORTUGAL

Lisboa, 28 de Junho

Ao Jornal do Comércio ao Sr Antero de Quental

II

Também nós respeitamos todas as opiniões, e, sejam elas de vencedores ou de vencidos, merecem-nos igual acatamento as destes, como daqueles.

O fato de ser vencedor ou vencido nem sempre dá a medida da ciência que condenou os segundos e exaltou os primeiros; mas o que decerto atesta evidentemente a bondade da causa dos vencidos e a sua fé, e sem mesmo falar da que é uma virtude cristã que o Sr. A. de Quental não admitiria por coerência com os seus princípios, a fé em uma grande causa é, sr Anthero, uma virtude social de tamanha força, que quem a sente em si não necessita, para fazer triunfar as suas ideias, de andar pelos caminhos ilegais, de maquinar nas trevas com potencias ocultas, de vir depois cá para fora semear incêndios, devastações e mortes!

Nem nós podemos saber muitas vezes, quais são realmente os vencidos e quais os vencedores. Esta classificação, no campo dos princípios, depende do prisma, através do qual nos contemplamos os fatos.

O Sr. A. de Quental julga perdida a causa do Catolicismo e por tanto dá nos por vencidos, a nós que o defendemos a todo o transe. É um modo de ver, muito conforme apenas com os seus intuitos, mas nada com os fatos, que se estão passando pela Europa. Do que s. sº pode estar certo, é de que, a ser verdadeira a sua asserção, não foi seu racionalismo, que deu sequer o mais pequeno bote.

Quando o ataque do adversário é já sabido e usado, é fácil aparar-lhe a estocada e mesmo preveni-lo.

Sejam porém quaisquer, que forem, neste campo os vencidos, ou os vencedores, respeitamos-lhes as opiniões, quando elas se agitarem dentro da esfera legal, ou quando, ainda que a exorbitem, elas representarem algum elemento de regeneração social, cuja manifestação algum obstáculo aparentemente impedir.

Estará neste caso a – Resposta aos jornais católicos – do sr. A. de Quental?

O que ela é perante as leis do país, já em princípio o dissemos, quando nos dirigimos ao Jornal do Comércio, que lhe deu publicidade; agora mostraremos o valor, que tem ante a ciência e a civilização, e assim – considerá-la-emos teórica e praticamente.

Cremos poder afirmar desde já, que, se as doutrinas do sr. A. de Quental são um atentado aos olhos da lei, não o são menos perante a ciência e a civilização.

Alguns reparos, antes de nós irmos ao ponto capital.

Queixa-se o sr. A. Quental, extremamente respeitoso para com as opiniões dos outros, de não merecer a reciprocidade desse sentimento, principalmente da parte dos jornais católicos e legitimistas, entre os quais devia de ser familiar a pratica das virtudes evangélicas,

caridade, limpeza de coração e a amor da verdade – e das aristocráticas, cavalheirismo, lealdade e grandeza de alma.

Queixa-se de que A Nação dissesse: “Que o sr. A. de Quental fizera em uma das conferências do Casino a apoteose da comuna, apresentando-a como um benefício para o pais! Paris, que seja a resposta mais enérgica e semelhante loucura.”

É muito possível, que as pessoas, que ouviram falar s. s.ª da revolução *comunera*, no tempo de Carlos V, julgasse em boa fé que o sr. A. de Quental tratava da *comuna* de Paris, para fazer a sua glorificação; entretanto, ao que parece, não lhe faziam uma grave injúria em o suporem sectário dela, visto qe professa doutrinas, que tinham por lá grande voga.

Atente bem, para o que lhe dizemos, o sr. A. de Quental.

Quem lança sobre as opiniões de s. s.ª o descrédito e o expõe à animadversão pública, não é decerto o primeiro, que venha para ai afirmar, que o sr. A. de Quental foi um grande admirador da *comuna* de Paris. A nossa honra e probidade não pode estar assim a mercê de qualquer *quidam*, que se lembre de denegrir e manchar o nosso caráter. Quem o expõe animadversão pública, são as suas próprias doutrinas, pois tão parecidas são, que se confundem com as da *comuna*. O sr. A. de Quental não entrou ainda por alguma Igreja dentro, não lançou sobre o sacrário mãos sacrílegas, não tirou de lá as Sagradas Formas para as espalhar pelo chão ou para parodiar com elas uma Comunhão, como fizeram os Republicanos de Paris; mas nega o mais fundamental de todos os dogmas do Cristianismo – a presença real de Jesus Cristo sob as duas espécies aparentes de pão e vinho, nega o pecado original, nega a confissão auricular, declara-se naturalista, e acaba pela negação de Deus!

Ora a *comuna* era tudo isto, se era mais alguma coisa do que incêndio, extermínio e roubo.

Não tem pois razão o sr. A. de Quental para se abespinhar com lhe acharem tão estreito parentesco com a *comuna* de Paris.

O preletor é mais alguma coisa ainda; entre em o número dos percursores da *comuna* de Lisboa, que breve sazonará com suas doutrinas, para dar aqui os frutos, que deu a de Paris.

Aqui, como além. A *comuna* de Paris foi preparada pelo ateísmos e pelo descrédito das crenças, empenho em que prima o sr. Antero senão pela vastidão das ideias decerto pelo ambicioso das aspirações. Será inconsciente, se o quiser, mas não menos culpado. Como, semeando ventos, não há de colher tempestades?

Lava as mãos como Pilatos? É cômodo; mas não é digno, nem absolutório.

Quem se pertence pensador, deve prever as consequências de suas doutrinas, e as do sr. A. de Quental são deletérias e prenhes de catástrofes. Os fatos o dizem bem alto; mas não há cegos piores, do que os que não querem ver.

De uma queixa no fundo desarrozoada como se vê, passa o sr. A. de Quental para um sentimento de lástima pesando-lhe que a Nação não tenha por seu lado alguma coisa de aproveitável, por exemplo ideias, argumentos e ciências; assim por mais vontade, que tivesse de combater não enxergava com quem.

Não seja tão imodesto sr. Quental, olhe que lhe redarguimos com a operação aritmética, com que nos chamou à contas. Com efeito, deduzindo de sua argumentação umas certas fofices, com que pavoneia a sua ciência, fica bem pouco, que mereça uma refutação séria. E cumpre também notar que a Nação não tinha diante de si, quando se dirigiu ao sr. A. de Quental um texto autentico e completo da preleção de s. s.ª, não podia pois entrar em minuciosa análise. Não teve decerto esse intento, e apenas comentou rapidamente algumas das *descomunais* ideias históricas do preletor.

Quero fazer passar o nosso artigo do 1 do corrente por elaborada resposta á preleção de s. s.ª é levantar um moinho para contra ele enristar a quixotesca lança.

Passemos, no entretanto, revista é pobre bagagem, com que o sr. A. de Quental se forneceu para vir dar batalha cameal, a quem não cuidava entrar em luta tão formidável.

Afirmou o sr. Quental que a causa da decadência da Península nos séculos XVI, XVII e XVIII tinha sido o Catolicismo mormente o de Trento, o absolutismo e a conquista.

Sem tratarmos por agora da defesa do Catolicismo, tão caluniado por s. s.ª, o que será objeto de um artigo especial, limitamo-nos a considerar o absolutismo e a conquista. E primeiro um reparo sobre absolutismo.

Por não alargar o quadro de um artigo as dimensões de uma dissertação, circunscrevendo-nos a Portugal, não podemos admitir, que a fórmula, por que se regeu o país nos séculos XVI e XXII, caiba a denominação de absolutismo.

O povo podia então fazer ouvir melhor a sua voz, do que hoje sob o império da formula liberal, que dissolve as câmaras todos os seis meses; ao que parece, não para atender muitos aos clamores populares. Emende o sr. A. de Quental as misérias liberais, que por ai vão, e depois poderá apedrejar o passado mais desassombradamente.

Um outro reparo circunscreve ainda mais a discussão em fronteiras razoáveis. Dissemos, que os elementos da decadência, apontados pelo sr. A. de Quental, não podiam ter a importância, que ele lhes atribuiu e citamos-lhe os reinados gloriosos de Carlos V e de D. Manuel.

Foram eles sem dúvida obra dos elementos sociais que prevaleceram em Espanha e Portugal naqueles tempos. Pode dizer-se, que foram as ideias naturais de engrandecimento nacional, auxiliadas pelo entusiasmo guerreiro, que se arreigara e desenvolvera na batalha de sete séculos contra o Islamismo, e cujo era, como natural expansão o espírito de descoberta e de conquista, iniciada sobre os territórios muçulmanos. Se depois vieram catástrofes, como a infeliz jornada de Alcacerquibir; se a ambição de Carlos V, de mistura

com muitos outros elementos, que atuaram no movimento da civilização européia, trouxe depois a decadência, restaria demonstrar, como é, que os elementos, que haviam feito o engrandecimento foram também precisamente, os que operaram a decadência. Antes desta demonstração a tese está intacta, e resiste ao sombranceiro sorriso da vaidade do sr. A. de Quental.

Quem pode, com efeito, negar a verdade da nossa asserção sobre o imenso alcance da expedição do mal fadado Rei, D. Sebastião? E quem pode desconhecer, que a usurpação espanhola, estranha as causas de decadência, apontadas pelo sr. A. de Quental, foi em realidade, entre as possíveis de enumerar, a mais eficaz e desastrosa?

Quem pode dizer, o que houvera sido Portugal sem essa terrível perturbação de toda a sua economia social? E a Espanha, que não tirou da usurpação, mais do que enfraquecimento, o que não teria havido da amizade e da aliança?

O sr. Antero tudo isso esquece para só ver catolicismo, absolutismo e conquista! Que cegueira.

Ah! Grande Infante, se do teu famoso rochedo de Sagres, pudesses hoje responder aos desprezadores da tua magnifica e tão cristã empresa, tu, o grande precursor de Colombo e do Gama, de certo nem carecerias de descerrar um sorriso para fulminar os degenerados filhos desta terra, que te apedrejam e te escarnecem! Passar-te-ia pela fronte apenas como uma pequena nuvem, ficando para logo concentrado, em tuas profundas e grandiosas meditações em prol da religião e da pátria.

De resto os conselhos e arrogantes lições do sr. A. de Quental dispensamo-las perfeitamente; trate de si antes, que tem que aprender muito em modéstia e em desconfiança de si mesmo, sendo que os títulos de elaborador de uma nova sociedade, com que se apresenta, não os vemos baseados em nenhum documento sólido e reconhecido.

Acha depois o sr. A. de Quental *curioso* o período, em que disséramos, que sem as navegações e as conquistas do além mar Portugal teria sido um país insignificante. Vejamos a razão da *curiosidade*:

O nosso acerto aplica a ideia de que “o Portugal de Diniz e de D. João I não passava de um país insignificante”

É de pasmar como os homens da ideia e da ciência ficam maravilhados diante das ideias mais simples, e ousam arguir os adversários pelo fato de os anunciarem!

O Portugal de Don Diniz e de Don João I foi grande e glorioso em face das nações contemporâneas; mas se ficasse reduzido a nesga de terra, que vai do Minho até Sagres teria provavelmente sido tragado pelo Leão de Castella, sem ter aberto novos caminhos a civilização, ilustrando a sua história, e emparelhando em fidalguia de feitos e cometimentos com as mais gloriosas nações do mundo. O Portugal de Don João I seria hoje uma nação sem

futuro, destinada por força irresistível a ser vítima do princípio das anexações, se tivesse durado até nossos dias.

Mas parece, que a história do Sr. A. de Quental, grande prestigiador empalmou o Brasil reduzindo-o a nada, apesar de que ainda hoje é uma granja, de onde Portugal extrai o bastante para equilibrar a sua balança de comércio; e como brisa, que penetra no sepulcro secular reduziu a pó as majestosas figuras de Afonso Albuquerque, junto de cujo o tumulo iam os índios pedir justiça, e, de S. Francisco Xavier, de cuja memória vive ainda entre eles o renome português.

Raça de ingratos! Mais justiça, e menos ingratidão.

Mas a Suíça? A Bélgica? Mantem-se por circunstâncias especialíssimas, do equilíbrio europeu. Portugal não está neste caso.

E a Dinamarca? É hoje um problema, e tende a absorção escandinava.

O sr. A de Quental recorda a economia política: mas esquece a política. Os problemas sociais não se resolvem senão encarando o complexo nas situações e não atentando somente em uma de suas feições.

Dissemos e repetimos que Portugal não podia ser um país exclusivamente industrial. Os prodígios da indústria moderna são nos vedado mesmo pela natureza, que nos não deu o carvão fóssil, nem mesmo o ferro, principal alavanca do progresso material. Cumpria pois que navegasse, que conquistasse sobre o Islamismo e selvageria, antíteses da civilização.

Maior poderia ter sido a sua ação civilizadora e benéfica. Se quando o Brasil entrou na maioridade, e se emancipou, a liberdade ímpia que nos entrou pela porta dentro não houvera impedido, que Portugal fundasse na África novo Brasis.

O sr. A. de Quental com o seu ateísmo não pode ter a inteligência destas coisas, e por isso queria riscar dos anais da Pátria a história das navegações e das conquistas principais títulos de glória para um país civilizado e cristão.

Desviemos as restantes necedades científicas, arrastadas pela força de falsos princípios.

Aqui ninguém quer as colônias para opressão e miséria, mas para engrandecimento pela civilização cristã.

De resto nem o partido legitimista tem que aprender na escola que acende os incêndios de Paris, nem Roma, e muito menos Roma, teme a ciência microscopia dos embriões do comunismo.

Mostrar-lhes-emos.

(*Continua*)

3.2.4.13 - A Nação – 02/julho/1871

Fig. 42 - A Nação 02/julho/1871 – p. 1

ANNO – XXIII — DOMINGO 2 DE JULHO DE 1871 — NUMERO – 7:019

A NAÇÃO

JORNAL RELIGIOSO E POLITICO

Escriptorio da redacção e administração, Rua do Bemformoso n.º 153 — Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, a D. Jorge Eugenio de Locio

Por anno, 8$000 réis; semestre, 4$500; trimestre, 2$400; avulso, 40 réis.—Annuncios, 20 réis por linha communicados e annuncios de interesse particular 40 réis por linha.

ET OMNES SUBSEDERUNT ET SPATIIS NUDIS DIXERUNT : NOS LIBERI SUMUS, NEC NOSTER LIBER EST. ITA VOLUMUS PER NOS ET PER SEMEN EJUS POST NOS. (CORTES DE LAMEGO)

PORTUGAL

LISBOA, 1 DE JULHO

Meus caros amigos e collegas

Tivemos a honra e a fortuna de sermos apresentados, como deputação Catholica Portugueza, a Sua Santidade o grande e virtuoso Pontifice Pio IX, hontem pelas seis e meia horas da tarde. Fomos recebidos como era de esperar da bondade de Sua Santidade. N'Elle admirámos a serenidade e a força, a resignação de Santo, e energia de Apostolo, intelligencia elevadissima, e a unção da palavra que penetra todas as fibras d'alma, deixando-nos absortos, e enthusiasmados de respeito e de amor filial para com o Vigario de Jesus Christo. Prostrados aos Seus Pés a todos nos lançou a Benção Apostolica, e todos os nossos amigos.

Nada mais digno a este respeito, porque disto trata mais amplamente na carta ou officio que dirigiu ao Exm.º Marquez de Lavradio, como incidente da grande reunião que ahi houve no dia 4 de junho, vespera da nossa partida.

Tivemos a agradavel surpreza de encontrarmos aqui o Senhor Dom Miguel de Bragança, e consolação de vermos que o Augusto Chefe da dynastia portugueza vinha n'esta occasião, e por impulso proprio prestar suas homenagens de respeito e fidelidade ao Pastor Supremo da Egreja Catholica, mostrando assim que he [illegible] o glorioso titulo de Fidelissimo dado pela Santa Sé aos Seus Augustos Avós.

Demorou-se apenas dois dias, tendo na vespera audiencia particular de Sua Santidade [illegible] foi só com seus dois Thios Suas Altezas os Principes de Lewestein e de Hysemburg.

Está muito desenvolvido phisico e intellectualmente; é realmente um principe de muitas esperanças.

Deus o proteja.

Festejou-nos com a sua amabilidade do costume, e conheceu-se quanto avalia e estima vêr se entre portuguezes.

Aproveitei a occasião para dizer e contar-lhe tudo quanto se passou na magestosa reunião de 4 de junho; e os motivos porque a Deputação, posto fosse toda composta de legitimistas, apenas tinha o caracter de commissão catholica portugueza para não faltarmos ao que se tinha combinado nem á indole d'aquella mesma reunião, o que muito nos louvou.

No dia da partida fômos todos, e outros muitos portuguezes acompanhal-o á estação do caminho de ferro, e abençoando-nos pediu muitas cousas para os seus amigos.

E' um grande Principe.

Adeus meus caros amigos.

Todo vosso

Roma, 23 de junho de 1871

Monteiro

Ao Jornal do Commercio e ao sr. A. do Quental

III

Causa dó ver os ares scientificos e pedagogicos, que o sr. A. do Quental se toma, ainda tão moço, não se contentando com se dizer sabedor e lettrado; mas arvorando-se em mestre para dar carta d'habilitação a torto e a direito, como se alguem lhe reconhecesse a competencia.

Tinha que ver, se, para qualquer se inscrever no cathalogo dos homens de sciencia, lhe bastasse apenas dar-se uns certos ares, inchar as faces de vento, engravatar-se e puchar os collarinhos até á raiz das orelhas, e depois dizer-se... um sabio.

Se assim fora a grande maravilha dos sete sabios da Grecia ficara eclipsada pelo estupendo prodigio de mais de um milhão de sabios em Portugal.

A verdadeira sciencia é modesta, não confia muito em si, nem recorre á nigromancia de certos modos para se fazer passar por oraculo.

Já vê que nem o *Bem Publico* lhe aceita a carta d'habilitação em instrucção primaria, que se dignou conceder-lhe, nem a nós nos doe o vituperio de nol-a negar. Posto isto vamos ao assumpto, que, comquanto seja mais da competencia d'aquelle jornal, por ser com elle, que s. s.ª tratou a questão da influencia do Catholicismo, que da *Nação*, todavia assim pela indole desta, como pelo impulso das nossas crenças não podemos deixar de tomar em mão, defendendo-o dos ataques violentos do sr. A. do Quental.

E' o ponto da discussão: *Se o Catholicismo de Trento foi nos ultimos tres seculos para a peninsula um elemento de decadencia.*

E' pela affirmativa o sr. A. do Quental, e funda-se, em que o Concilio de Trento introduziu no Catholicismo dogmas novos, taes como: *o peccado original, a Presença Real e a confissão auricular*, a que s. s.ª chama «armas da politica ambiciosa, machiavelica e anti-christã da côrte de Roma.»

No parecer do sr. A. do Quental foram estes dogmas, que alteraram a essencia do Catholicismo, tirando-lhe a virtude civilisadora, que elle tivera até ao seculo XVI por todo o decurso da Edade-media.

Mostrando porém nós ao sr. A do Quental, que eram tão antigos como o Catholicismo, devemos necessariamente concluir, que o Concilio de Trento os não introduziu de novo, não foi o primeiro, que os impoz ao espirito catholico, que desde muito tempo os acreditava, e que o Catholicismo devia de continuar portanto, não se lhe havendo introduzido algum elemento estranho, a ter desde o seculo XVI em diante a mesma influencia benefica, que tinha tido até então.

Isto é logico, e desta tortura, em que o põe a logica mal pode sair se o sr. A. do Quental com a destincção, que faz entre dogmas considerados em si e a *importancia* e *consequencias* d'elles.

Se esses dogmas não eram novos; mas datavam desde os primitivos tempos do Christianismo, é desde essa data, que devemos assignar-lhes a importancia, e tirar-lhes as consequencias, qualquer que fosse a data de sua definição; e por tanto não foi o Concilio de Trento, que lhes deu essa importancia, nem lhes tirou essas consequencias.

Os dogmas, a que allude o sr. A. do Quental, são de tal importancia na vida christã, e tão fundamentaes na economia da Religião christã, que não se lhes póde applicar, o que o sr. A. do Quental diz de qualquer principio «que póde existir n'uma instituição durante muito tempo, como em estado *latente*, e que só no dia, em que se lhe tiram as consequencias e se applica largamente, é que começa *realmente* a ser.»

Esses dogmas existiam, proclamava-os a Escriptura e a Tradição, offerecendo-os como ponto de fé á crença catholica e o Concilio de Trento não fez mais do que constatal-os ratificar authenticamente a sua *importancia*, e as *consequencias*, que d'elles se derivavam.

A sua importancia vinha lhe por tanto d'aquellas duas fontes a Escriptura e a Tradição constante. As suas *consequencias* eram depois do Concilio de Trento as mesmas, que haviam sido depois dos Concilios de Constança e de Latrão, por um lado preservar do erro a doutrina catholica, por outro lado a condemnação de erros, que a deturparam e escureciam.

Tanta razão tem Calvino e seus sectarios de se queixar da intolerancia do Concilio de Trento, como Wiclef e seus partidistas dos Concilios de Constancia e de Latrão.

Não foi o Concilio de Trento, que insistiu *largamente* no dogma; foi a Reforma, que se obstinou *largamente* no erro, e erro tão monstruoso *physica e metaphysicamente* como aquelle, do racionalismo do sr. A. do Quental fallando de *absurdo physico e metaphysico*. Se era em nome dos principios da razão, que a Reforma fez essa insistencia obstinada, não valeu a pena tanto barulho, pois em substituição do *inintelligivel arvorado em verdade suprema* pelo Concilio do Trento, elle propoz cousa ainda mais *inintelligivel* e mysteriosa.

E' facil provar-se o asserto.

Em relação ao dogma da Presença Real o Concilio de Trento affirmou, que Jesus Christo, depois das palavras da consagração está *realmente* nas especies de pão e vinho, e que isto se opera por meio da *transubstanciação* d'aquellas especies, ficando apparentemente as mesmas, mas convertendo-se a sua substancia a do pão no Corpo, a do vinho de Sangue de de Jesus Christo, devendo notar-se ainda que a palavra transubstanciação era já antiga na Theologia.

Luthero, crendo tambem na Presença Real, diz pelo contrario, que Ella se realisa pela *consubstanciação*, quer dizer pela co existencia simultanea das duas substancias pão e vinho, que se não destroem; logo segundo esta doutrina o corpo de Jesus Christo está no pão, sob o pão e com o pão, *in, sub, cum.*

Do simples enunciado dos dois principios diversos se vê, que a Reforma de modo algum se podia julgar tyrannisada *por um espirito descaridoso e anti christão de intransigencia* por *não poder admittir* aquelle *absurdo phisico e methaphisico* visto, que propunha em seu logar o mais repugnante absurdo.

Que os dogmas, a que o sr. A. do Quental se refere, não eram novos, é de facilima demonstração.

Comecemos, por onde o sr. A. do Quental começa, *pelo peccado* original.

Havia uma tradição constante entre os povos primitivos do mundo, de que o primeiro homem tinha prevaricado e attraido a maldição divina, pelo seu crime, sobre si e sobre sua posteridade, e a simples observação da natureza humana, em que se dão a par das tendencias mais elevadas, as inclinações e vicios mais baixos, a existencia do homem sobre a terra, que antes parece punição e miseria do que posse plena do bem, ajuntam á tradição um testimunho authentico, de que houve um crime que desherdou o homem de uma grande preeminencia, que lhe havia sido liberalisada ao sair das mãos do Creador.

O antigo testamento confirma esta verdade. Job. no cap. 14 v. 4 diz:

«Quem póde tornar puro o homem nascido de sangue impuro, senão vós sómente?»

No Ps. 50 v. 7 o Psalmista annuncia a mesma verdade dizendo:

«Fui concebido em iniquidade e formado em peccado no seio de minha mãe.»

Desde S. Paulo a crença no dogma do *peccado original* tem sido constante entre os P.P. da Egreja.

S. Clemente e Tertuliano no II seculo, attestam-n'o de um modo evidente. Commentando aquellas palavras de S. Paulo—*sicut per unum hominem peccatum in hunc mundum intravit*—ajunta o grande Padre Apostolico: «A transgressão começou por uma mulher.» Este exprime-se assim: «Et propterea in mortem datus (homo) exinde totum genus de suo semine infectum, suae etiam damnationis traducem fecit.»

O Concilio d'Orange celebrado no principio do seculo VI subscreveu aos 13 artigos, que lhe haviam sido enviados pelo Papa Felix, no primeiro dos quaes se estabelece a doutrina do *peccado original* e no segundo a necessidade da *graça*.

Que testimunhas mais terminantes, para demonstrar, que esse dogma antes de ser definido pelo Concilio de Trento, existia na crença geral da Egreja?

O mesmo em relação á *Presença Real*, que é o dogma, que póde dizer-se centro do culto christão, a instituição mais cara aos fieis, pois por ella podemos tornar nos membros do corpo de Jesus Christo.

Logo no I seculo, os P.P. d'Achaia em uma carta sobre a morte d'André fazem menção do sacrificio pelo immolação quotidiana do cordeiro, cuja carne e sangue o povo fiel comia e bebia.

No II seculo S. Ignacio d'Antiochia diz contra os gnosticos: «Elles se abstêem da Eucharistia e da oração, porque não querem confessar, que a Eucharistia seja a carne de nosso Senhor Jesus Christo.» Santo Ireneu quasi ao findar do seculo II attesta a crença do dogma, quando demonstra, que o nosso corpo ha de resuscitar em razão de ser sustentado pelo corpo e sangue de Jesus Christo e se tornou assim um de seus membros e como que um mesmo corpo: «Quae (caro) sanguine et corpore Christi nutritur et membrum ejus est.»

Tertuliano diz: «Caro corpore et sanguine Christi vescitur ut et anima de Deo saginetur.»

O Concilio de Constança convocado por João XXIII na 8.ª sessão condemnou o hereje Wiclef, que negava o dogma da *Presença Real*. E como não havia de ser esta a crença geral da Egreja sendo tão expressas, tão formaes as palavras de Jesus Christo, na instituição d'esse dogma, que se leem em S. Math, cap. 26 v. 26, Marc. cap. 14 v. 22, Luc. cap. 22 v. 19, e finalmente em S. João. cap. 6 v. 52?

Finalmente a *confissão auricular* acha-se instituida em S. Math. cap. 18 v. 18. Em S. João. cap. 20 v. 22. «Recebei o Espirito Santo serão perdoados os peccados áquelles, a quem vós os perdoardes.»

Ora é da primeira intuição, que para isso era mister, que os Apostolos os ouvissem e para os ouvirem era necessario confessal-os. E com effeito nos actos dos Apostolos cap. 19 v. 18

FOLHETIM

CARTA

DE

MANOEL BRAZ

A SUA MULHER

ANTONIA DIAS

Antonia, *primeira forma!*
Digo agora nas noticias,
Como a mim me diziam
Quando eu era das milicias.

Torno por tanto ao comprido;
E fique rectificada
A noticia do redondo,
Não foi quem perdeu a espada.

Foi o comprido; o que eu disse
Disse bem, foi tal e qual;
Ficou armado o *Almirante*,
Desarmado o *General*.

Enganei-te sem vontade,
Porque fui mal informado,
Mas vir desfazer o engano
E' proprio d'homem honrado.

Grito, pois, *primeira forma!*
Como no largo do Hospicio
Ouvi gritar muitas vezes
Nos erros do exercicio.

E que bom tempo aquelle era!
Que rico tempo o de então!
Quando me lembra, inda aos pulos
Se me põe o coração!

Eramos ambos mais moços,
E mais felizes tambem,
Ninguem nos fazia sombra,
Ahi, na terra, ninguem.

Quando appar'cias na Missa,
Com arrecadas e cruz,
Eras mesmo uma rainha,
Uma cachopa de truz.

E eu tambem, não me gabo,
Mas era chibante em farda,
Quando eu passava, diziam:
Como bem lhe fica a farda!

Sómente o José do Arneiro
O vi sempre com tormento,
Pois sempre lhe tive inveja
A' alabarda de sargento.

Porém deixemos lá isso,
O que foi não torna a traz,
Nem voltas a rapariga,
Nem eu torno a ser rapaz.

Fallemos cá das espadas,
E toma tu bom sentido,
Que quem a perdeu no rio
Foi o nosso Dom comprido.

E tal sumiço lhe dera
O Tejo com seus embrulhos
Que tem ficado baldados
Já cento e tantos mergulhos!

Oh! Bem afflictos, coitados,
Andam com isso os jornaes,
Por verem que o ferro augusto
Abalou p'ra nunca mais.

E' verdade que um diaie,
Por entre a sua quizilia,
Que este caso era de ferro,
Por ser ferro de familia.

E' pena, é pena; e por isso,
Falla ao Padre Possidonio,
Que eu lhe peço pela espada
Um responso a Santo Antonio.

Inda que diz o meu velho
Amigo Manoel Tinoco,
Que embora *perdesse* a espada
Não tem *ganhado* já pouco.

Diz que elle e os seus eram gente
Quasi sem eira nem beira
E que tem por cá comido
Muito mais que uma frieira.

Diz que até o pae viera
Um dia aqui ver a nora,
E que esta lhe deu mil joias
Sem serem da tal senhora.

Emfim, diz trinta mil coisas
Que não sei se serão lerias,
Mas diz que tem cá tirado
O seu ventre da miseria.

E', pois, bom que o nosso Tejo
Lhe tenha a espada filado,
Deixe ficar isso, ao menos,
Já que tanto tem levado.

Agora adeus; mas não quero
Inda esta carta fechar
Sem te dar uma noticia
Destas que fazem saltar.

Salta, pois, Antonia minha,
Vão foguetes pelos ares,
Porque me cheira que em breve
Acabam nossos pezares.

Diz-se por cá que essa Europia
Anda toda mui revolta,
E que esta coisa cá dentro
Tambem vae levar já volta!

O' Antonia, será certo
Que nos chegue a viradeira?
E' caso de ir de melhores
Garrafas da prateleira.

E' caso de volta ás arcas,
De passar revista ás teias,
E' caso de pôr na porta
Ambas as nossas candeias.

Vae dizendo ao Sacristão;
Ao patusco do Gonçalo,
Que se apure nos repiques
Que afine bem o badalo.

E ao bom velho Frei Matheus
E ao capitão Maciel,
Diz lhe que eu digo—coragem,
Quem vem porto o S. Miguel.

Agora é de vez, adeus,
Dá beijos no meu rapaz
E aceita um estreito abraço
Do teu firme—*Manoel Braz*.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 43 - A Nação 02/julho/1871 – p. 2

diz-se, que os fieis vinham procurar S. Paulo para accusarem os seus peccados.

S. Barnabé no I seculo da Egreja na sua epistola n.º 19 preceitua a *confissão* dos peccadores.

Tertuliano no II seculo exprime-se ácerca da *confissão* de um modo fundamental, olhando-a como essencial para a penitencia.

Origenes ahi pelo III seculo mostra que para o peccador entrar em graça com Deus é necessario declarar seus peccados a um *sacerdote*.

Ainda n'este seculo a Egreja condemnou os Montanistas, que lhe negavam o poder de absolver nos grandes crimes. Como poder distinguil-os das faltas ligeiras, senão por meio da *confissão*?

No IV seculo Santo Athanasio exclamava: «Entregam-vos aos discipulos de Jesus, que estão a vosso lado e promptos para vos desligarem em virtude do poder que receberam de Deus.»

Seria não acabar se tivessemos necessidade de mostrar todos os canaes por onde passou a tradição da Egreja em relação a este dogma, até que no 4.º Concilio de Latrão, sob Innocencio III, se ordenou a todos os fieis de um e de outro sexo, que confessassem os peccados ao menos uma vez cada anno.

Do que levamos dito conclue-se, que os tres dogmas, o *peccado original*, a *Presença Real* e a *confissão auricular*, a que o sr. A. do Quental se referiu, não foram *dogmas novos*, nem em si nem na *importancia* e consequencias, que d'elles se derivaram.

Existiam desde os primeiros tempos do Christianismo. O Concilio de Trento não fez mais do que constatal-os, defendel-os.

Sendo isto assim, não se tendo pelo Concilio de Trento introduzido alteração alguma no Catholicismo segue-se, que devia continuar a ter depois d'elle a mesma influencia, que tinha tido nos seculos anteriores, o menos, que se não queira conceder um effeito sem uma causa conhecida.

Temos á vista um opusculo publicado em Londres pelo sr. duque de Saldanha com o titulo

Necessidade de associação catholica

Ao percorrer-lhe as paginas não podemos eximir-nos a um sentimento de assombro.

Como! diziamos nós mesmos, pois o estadista que escreve assim, o pensador eminente, a cujas considerações a *Nação* adhere quasi sem excepção, é o mesmo estadista que ha pouco teve em mão o leme do Estado para nada fazer em bem da religião?!

Como! pois o convicencioso e profundo escriptor que tão excellentemente demonstra a necessidade da associação catholica pode lá ser o mesmo homem que publicando na alludida epocha um decreto sobre associações exceptuou das franquias que pretendia dar precisamente a associação religiosa?

Já se vê ser justo o nosso assombro e approfundando-lhe as causas constata-se que os estadistas liberaes, quando governo são forçados pela posição, pelas advertencias, pelos compromissos, pelas ligações a praticar o dito do poeta latino:

«Vejo o melhor e approvo-o mas vou seguindo o que é peior.»

Tal é a posição do sr. duque de Saldanha sempre que é governo. Ninguem melhor do que elle sabe o que é devido a Deus e á sua Egreja, ninguem é mais impotente para o bem neste posto.

E' precisamente o *liberalismo*, que sustenta e faz a força da obra de 34, quem inutilisa e atrophia todas as melhores idéas e aspirações. S. ex.ª que o conhece de perto que o tem visto em acção define-o assim:

«O liberalismo, como hoje o preconizam e como a experiencia tem mostrado é a mais completa perversão de uma verdadeira e nobre idéa que é o governo representativo.

Precisamente, como sempre o temos dito e querido. Prezamos nós como excellente e tradicional principio da representação do povo para vigiar a gerencia dos negocios publicos; detestamos, abominamos o *liberalismo*, que nos entrou pelas portas do Mindello para tudo corromper, envilecer e destruir, tudo o que nesta terra havia de bom e de approveitavel, todas as riquezas materiaes e moraes. Apontamos sobre tudo o sentimento religioso casado, fortificado, arreigado neste solo fidelissimo, pela lucta secular contra o islamismo e pelo enthusiasmo das descobertas e navegações, nunca maculado de heresia, e que só a irrupção do Mindello se empenhou em comprimir e esmagar de todo, se de tanto fôra capaz.

O liberalismo tem um intuito final que o marechal muito bem aponta e emprega todos os meios para conseguir infiltrar nas massas populares o atheismo e a desconsideração por tudo o que é auctoridade, sendo assim que tem por natural herdeiro o communismo.»

Muito bem, sr. duque; mas não pára ahi. E não para que proclama a necessidade «de buscar em associações publicas, n'uma união catholica a força para frustrar as cavilações infernaes do liberalismo.

Somente diremos que é muito bom, mas muito demorado e insufficiente. E' preciso mais; é preciso expulsar do poder o espirito do *liberalismo* e se ahi ha resistencias dobral-as e quebrantal-as.

Em Portugal é isso impossivel sem fazer taboa rasa na alta governação. Trinta e sete annos de governação *liberal* teem assás demonstrado que homens e cousas são agentes de *completa perversão*.

Ora se o sr. duque pôde dizer das patrias calamidades o

quorum pars magna fui,

se com effeito no seu braço, á sua politica tanto deve o *liberalismo* facil é então comprehender o que lhe cumpre fazer—repetir primeiro um profundo — *mea culpa* — e ter proposito firme de em nada e não destruindo a obra de *perversão* que ajudou a construir.

Dirá que não previu tanto mal; mas se é attenuante, não isempta da responsabilidade e menos do dever imprescindivel da reparação, sem a qual nem ante os homens e menos ante Deus pode haver absolvição.

Do que levamos dito se vê qual seja o espirito do opusculo, cuja leitura recommendamos contentando-nos com transcrever as conclusões.

«Duas cousas estão hoje fóra de toda a duvida:

1.ª Em um paiz livre não é possivel reprimir completamente a licença, como no governo absoluto e despotico, se não podem provenir demasias e funestos abusos do poder.

2.ª Só as forças moraes e preventivas da sociedade podem pôr os governos e os povos em estado de supportar a parte de licença que não é possivel supprimir.»

E no fim:

«A exposição, que precede apresenta as considerações pelas quaes o abaixo assignado deseja ver estabelecida em Portugal uma associação catholica, que fortalecendo a união nacional nas crenças e na fé e dando impulso á verdadeira prosperidade da patria tenha por objecto os meios de tanto conseguir, como são a gloria de Deus e a prosperidade da Egreja e o trabalhar para que em Portugal haja uma verdadeira representação nacional.»

Ora o illustre escriptor não pôde deixar de ver que falla aqui aos ouvidos *liberaes* uma linguagem barbara. Gloria de Deus, prosperidade da Egreja! Sr. duque creia, crê de certo e sabe muito bem, que nas regiões governamentaes ninguem intende essas expressões, que lhe hão de merecer somente o nome de reaccionario fanatizado.

Sr. duque, o mal é immenso, e não é com pamphletos, que se ha de desarreigar. Em onde a mão e empregue outros meios; será a melhor obra de tão longa vida...

Celebrou-se esta tarde o casamento da Illm.ª e Exm.ª Sr.ª D. Maria de Jesus Machado, filha dos Illm.ºs e Exm.ºs Srs. Condes da Figueira com o Illm.º e Exm.º Sr. Conde da Fonte Nova, major do exercito, e cavalheiro dotado de nobilissimas qualidades.

Desejamos aos illustres noivos que sejam tão felizes, como realmente o merecem.

AO

25.º Anniversario da Coroação do Pontifice

PIO IX

SANTISSIMO PADRE.

E' chegado o sagrado tempo!

A gloria de Pedro renova-se n'esta remota epocha, superior em esplendidas victorias, e pelo arrojo da tempestade mais temerosa e luctuosa.

Dezenove seculos de pelejas titanicas entre a Egreja e o inferno, entre a verdade e o erro ao mesmo tempo que sobre grandiosos tropheus ergueram á vista humana o eterno pedestal, estabelecido por Deus, excitaram tambem pelos triumphos obtidos o odio astucioso do genio do mal, enraivecido em novas vinganças por cada derrota.

Sim, Beatissimo Padre, o nosso seculo é aquelle em que a Egreja mais tem soffrido e mais se engrandeceu.

O seculo de Pedro luctou com o paganismo e as seitas phylosophicas.

O poder do Cesar e o genio de Roma eram collossaes barreiras á Idéa nova.

O egoismo apodrecêra o edificio social da antiguidade.

A purpura do Cesar era ostentoso manto, que não symbolisava virtudes, mas o despotismo brutal, que opprimia do escravo ao senador, do soldado ao consul, toda essa sociedade, humilde ante o fausto, vil por ambicionadas riquezas, altiva em seus vicios.

Porém a maravilha do Golgotha era ainda recente na memoria e admiração de todos, e ás sob as raizes, em que se firmava o imperio brotavam esperanças, bellas de viço e de fecundidade, e ao longo do centro da civilisação pagã começavam a animarem-se novas nações, onde a luz do Evangelho não seria insultada pela vaidosa ousadia das falsas seitas.

O Pontificado de Pedro foi uma serie de Martyrios, e o seu sangue fecundou a terra já abençoada pela Imagem do Deus-Vivo e pela sombra benefica da Cruz.

E esses Martyres eram d'uma mesma familia christã, seus algozes tinham na fronte o stygma amaldiçoado, que os fazia escravos de Satanaz.

Mas hoje, ó Grande Pio, o combate é ferido, não em campos adversos, porém, nos mesmos arraiaes, onde a Cruz do Calvario se hastêa.

Irmãos vibram o golpe contra irmãos, e a discordia começa no lar domestico o incendio revolucionario, que tem destruido os mais preciosos thesouros das virtudes das nações!

Os proprios monumentos veneraveis da piedade de nossos maiores são derribados pela camarilha das seitas.

Em nome d'um progresso mentido e fatal elles impõem ao sentimento honrado dos povos novas doutrinas em offensa ás tradições gloriosas de passadas epochas e ao espirito justo de toda a humanidade.

E no seu intento impio têem-se servido das armas mais poderosas da astucia mais reptilesta, elogiando já a ambição e as paixões das massas populares, incutindo-lhes um panico receio, uma desconfiança odiosa pela Realeza, pelo Clero, pela Nobreza, arrastando-as já n'um impeto de altiva tyrannia a rasgar os codigos os mais sabios, as mais uteis e santas instituições, a transformar os paizes em vastos campos de batalha, mudando a ordem secular das sociedades christãs n'um cahos monstruoso de terrivel impiedade.

Ao Deus do Evangelho oppõem as visões phantasticas da phylosophia anti-religiosa, á Fé dos Patriarchas, dos Prophetas, dos Papas, dos Santos, dos Martyres, dos Confessores, o orgulho da razão enferma, á liberdade da Cruz a licencia da revolta lutheriana, calvinista, voltairiana, communista e socialista.

E muitos d'esses, que ousam o insulto á magestade da Verdade, á suprema [illegible] dos crentes, têem a suprema hypocrisia de se chamarem catholicos!...

Santissimo Padre, Vossas Glorias Pontificaes é a historia completa da revolução em todas as suas phases, transformação, despotismo e ciladas.

Vós soubestes ter a Fé de Pedro, a sabedoria de Gregorio, o Grande, a firmeza heroica de Pio VI, para vencer inabalavel, como Pedra Angular da Egreja, os ultimos e mais ameaçadores commettimentos da mesma lucta, que o inferno levantou contra aquelle.

Erguido ao Solio Pontificio, logo n'esses calamitosos [illegible] fostes victima da generosidade do Vosso coração, que abraçava n'um paternal affecto todos os Vossos vassallos, d'entre os quaes audazes estrangeiros atearam o sinistro facho das discordias e da revolução.

Mas o exilio de Gaeta é lembrado como gloria para Vós e alegria para os Catholicos.

Da arma do inferno fizestes um instrumento do Céo.

Quando o mundo todo dos fieis crentes contemplava triste o desterro politico do seu Caudilho Supremo, Vós apresentastes á expectação universal e filial definiste com a solicitude de Pae e a inspiração de Papa o maravilhoso Dogma da Conceição Immaculada.

A Santissima Virgem, Consoladora dos Afflictos, Auxilio dos Christãos, abriu-Vos em pouco as portas da Patria.

E esta viu jubilosa as festas do dois triumphos—o do Dogma e o da Restauração—um vencido directamente sobre o inferno, outro sobre a fallaz vaidade e inconstante imperio dos homens.

A Italia é devastada pelas legiões d'um novo Genserico. Os thronos cahem derribados pela espada do salteador real.

O roubo, a violencia, a impiedade, são a divisa d'um rei, chamado catholico, e que usa em seu braço da Cruz de Christo.

Nem Vossos Estados foram poupados da invasão impia.

Mas Vós, ó Pontifice Maximo, vistes ao redor do Solio sagrado a mocidade catholica de todas as nações, dando-Vos a prova eloquente do amor filial com sua corajosa dedicação, e firmando com seu sangue o protesto adverso ás impias doutrinas, com que os phylosophos do atheismo legalisam os crimes contra a Egreja, o Estado, a sociedade e a familia.

Castelfidardo não vale menos, do que Lepanto....

Era necessario patentear ao mundo mais uma vez a unidade da Egreja em todo o seu Episcopado e o Supremo Pastor.

E essa necessidade resultara do ultimo insulto do *liberalismo*.

A adhesão das nossas gerações era um acontecimento importantissimo; porém a reunião em Roma do grande parlamento do Episcopado tinha um cunho sagrado, representava os votos filiaes de milhares de catholicos.

E a elles Vós dirigistes essa famosa encyclica, e essa admiravel Syllabus, em que vibrastes os mais mortiferos golpes contra as seitas modernas, abaladas de seus frageis alicerceres pela Voz do Vaticano.

Esses dois documentos, que expõem toda a doutrina da Egreja em face da revolução, e que a representa, tal qual é, ante a opinião sensata do mundo, são novos trophéus, que illustram Vosso Pontificado.

Se os potentados da terra podem arremessar contra as nações inermes apparatosos e formidaveis exercitos, que destroem todas as bellezas e as riquezas materiaes, Vós, ó Papa, tendes em Vosso braço um poder augusto e mysterioso, que sem fazer ensanguentar campos de batalhas, nem renovar os flagellos da humanidade, influe na vida e nos interesses mais queridos dos povos, que ante elle depõem humildes e crentes a homenagem de sua obediencia voluntaria.

O que o genio da guerra e ousadia arranca dos vencidos, Vós, ó Vigario de Jesus Christo, alcançaes só com Vossa Palavra, assentado Vós, cheio de Magestade Pontificia, nessa Cadeira de Pedro.

Mas a impiedade [illegible] ergueu o collo, e tentando reparar os prejuizos d'uma derrota inesperada, reagiu sobre os espiritos com as armas traiçoeiras da calumnia e do sophisma.

De todas as sortes, onde se escondem os emissarios do inferno, arregimentados sob o symbolo de occulta e nefasta associação, sahiu um tremendo brado, que echoou lugubre e fatal por os dois hemispherios.

Mas a Rocha do Vaticano não tremeu a essa ameaça.

A tempestade excitada pela imprensa, pela propaganda, pelo despotismo dos governos anti catholicos e hypocritas, e sustentada pelo secreto prestigio d'uma sociedade poderosa, que extende seu dominio egoista nos mais affastados paizes, se ella aterrou os tibios, fortaleceu na Fé santa os verdadeiros crentes.

E Vós sempre firme e sereno no Vosso augusto pedestal respondestes ás ameaças dos impios com novo triumpho, tornando a reunir junto ao Solio Pontificio o Episcopado, e Roma teve a alegria de festejar mais uma vez o glorioso Santuario de S. Pedro Principe dos Apostolos.

Porém a astuta revolução não cessava de emprehender sua obra de destruição na Egreja e no Estado.

O veneno inoculado nestas gerações recebidas e enfermas por tantos flagellos era já quasi incuravel.

Um remedio efficaz devia ser offerecido ao mundo.

N'elle a hypocrisia começara a realisar a confusão sacrilega dos revoltosos com os crentes obedientes, e á sombra d'esta mentida união arremessavam-se os golpes mais terriveis contra a Egreja.

Chegou nova epocha, e a Egreja abriu seu Thesouro ficando o promisso, prosseguindo o Catholicismo com novo Dogma.

A Infallibilidade do Papa se uniu á consciencia de todo o Episcopado, e este formou um dos mais magestosos Concilios, que teem havido na Egreja.

E mesmo ahi, ó Pontifice heroico vistes de perto a enfermidade, que degenera a sociedade, e conhecestes com evidencia a necessidade de limitar com os arraiaes do Catholicismo.

Tremestes ainda mais pela sorte dos catholicos, que em monstruosa união de principios aceitavam as doutrinas modernas, do que pelo triste destino d'aquelles que impios teem ousado sem rebuço offender a Esposa de Jesus Christo.

Porém o Concilio do Vaticano e a Infallibilidade são a suprema derrota da revolução; porque ella ficará só em campo adverso, offerecendo ao mundo os tristes espectaculos de Sedan, de Metz, da commune, e da decadencia d'uma realeza, em outro tempo digna, a casa de Saboya, deshonrada pela ambição d'um Victor Manoel!

E os impios conheceram o valor da Vossa victoria!

Emquanto a França era castigada pelos crimes d'um sensualismo [illegible], e sob o flagello d'uma guerra de raças e principios, e todo esse povo era esmagado, o estandarte d'um rei catholico é hasteado á força e pela traição sobre as veneraveis muralhas d'essa Roma sagrada!

O Poder-Temporal, ultima barreira á revolução, é por esta arrancada de vossas mãos augustas.

O chefe da Legitimidade acceita de novo o amargoso calix do martyrio dos Reis legitimos. E em nome de Deus, da justiça, do direito, sustentaes em toda a sua pureza a magestade dos principios.

A legitimidade vae ter mais um martyr, e aos gigantes vultos de D. Miguel II, de Henrique V, de Carlos VII, de Francisco II, e de tantos outros heroes da realeza, era necessario unir-se o vulto colossal e grandioso de Pio IX.

Se o ultrajo entristeceu Vossa alma magnanima, opprimiu Vosso coração de Pae, avivou tambem ainda mais a vossa fé.

E' pena que ella fosse o apanagio de todos os povos e especialmente dos que com a penna, com a voz auctorisada, a espada, teem defendido a causa do catholicismo e da legitimidade, Vós chamastes sobre elles a protecção de S. José, o Chefe da sagrada Familia, e hoje Protector da Egreja.

Emquanto Vós dentro de Vosso carcere, de que um rei indigno se fez guarda, recebeis a mais eloquente e affectuoso protesto do mundo catholico, uma nova gloria se Vos prepara.

E ella chega!

Deus permittiu, que visseis os dias de Pedro, e hoje todos os Vossos filhos por toda a parte festejam o 25.º anniversario da Vossa coroação, de Vós, que sois—Pio o Grande!

A mocidade legitimista de Portugal não podia deixar de patentear mais esta vez seu filial amor, sua admiração por Vós, que tendes sido a barreira invencivel de todas emprezas da revolução.

E nós em nome da mocidade, depomos ante Vós, Papa e Rei, as nossas homenagens da mais affectuosa dedicação.

Vós sois nosso exemplo.

Esperae com fé a *terra da promissão*!...

Nós por essa fé esperamos tambem que em breve Vos felicitaremos por duas gloriosas restaurações, a Vossa e a de D. Miguel II.

Porém até esse tempo temos, que sustentar as luctas, com que o inferno nos quer intimidar.

E se Vós não pedirdes á Providencia auxilio para a nossa dedicação e [illegible] crenças, seremos confundidos por nossos inimigos.

Por isso ó Pae sobre nós todos deitae Vossa Benção, e olhando com amor para esta nação rogae a Deus por ella.

O Portugal fidelissimo será sempre fiel á Egreja e á legitimidade.

MOCIDADE-LEGITIMISTA

Commissão de Lisboa

D. Antonio d'Almeida Corrêa de Sá
D. Antonio Maria d'Almeida e Silva
Augusto Prophirio de Carvalho Pereira
D. Caetano de Bragança
D. Fernando Antonio d'Almeida e Silva
Francisco Affonso Sanches de Gusmão
D. Francisco da Silva e Noronha
Francisco Sadé Pereira Rangel
Joaquim José Coutinho Castello
D. José Francisco de Paula d'Almeida e Silva
Lucas Ventura da Costa Freire
Luis Dalzoty
Manuel José Carlos da Cunha Lucena
D. Marcos da Silva e Noronha
D. Nuno da Silva e Noronha
D. Pedro da Silva e Noronha
D. Salvador d'Almeida Corrêa de Sá

Commissão de Braga

Antonio de Sousa e Costa
Candido Augusto Martins Pinheiro
Domingos Maria Dias Pereira de Freitas
Francisco Marques Soares d'Azevedo
João Marques Soares d'Azevedo
Joaquim José Vieira da Rocha
Joaquim José Gonçalves Salgado
José Maria Pereira
Manuel Ignacio da Silva Braga

Commissão do Porto

João Ferreira da Silva Pereira Jordão
José Antonio Pestana da Silva
José Joaquim Guimarães Pestana da Silva
Manuel de Clamouse Browne Van Zeller
Manuel Duarte Guimarães Pestana da Silva

Commissão de Aveiro

Adelino d'Araujo Coelho e Veiga
Avelino Dias de Figueiredo
João Augusto Marques Gomes
Joaquim José Coelho de Sequeira
José Agostinho da Silva Nunes
José Antonio Pires de Resende
Manuel Ferreira de Carvalho

Commissão de Guimarães

Antonio Martins de Queiroz
Antonio Vieira de Andrade
Carlos da Castro d'Araujo e Abreu
Domingos Ribeiro da Costa Sampaio
João Luis Gomes Guimarães
Gaspar Leite d'Oliveira

Commissão da Guarda

Clemente José Pereira
João Antonio Rebocho
Julio Antonio Simões
Manuel Bernardo Simões
Manuel Fernandes Monteiro

Commissão de Villa Real

João Botelho Machado
José Cardoso de Menezes
José Xavier Teixeira de Barros
Manuel da Silveira Pinto
Sebastião Botelho de Queiroz

Commissão de Villa Viçosa

Antonio Luis Ramalho Fallé
Bernardo da Piedade Costa Maria de Mattos
Christovão de Brito Pereira de Sousa e Menezes
João de Sousa e Menezes
José Maria Ramalho Fallé
Manuel Maria Simão
D. Sebastião de Lucena Noronha e Faro

(Além d'estas commissões, inscriptas por ordem de antiguidade, no original vão outras, como a de Coimbra, de Covilhã, de Castello Branco, de Tavira, de Villa Flôr, de Murça, etc.)

A Redacção da *Nação* convida todos os seus amigos a comparecerem na egreja parochial dos Anjos, no dia 5 do corrente pelas nove horas e meia da manhã, para assistirem a uma Missa por alma do Illm.º e Exm.º Sr. D. Luiz José de Vasconcellos Azevedo e Silva Carvajal.

REVISTA EXTRANGEIRA

Começaremos hoje esta secção publicando um documento importantissimo, que transcreveremos do *Univers*; este documento é a resposta dada por Sua Santidade á deputação franceza presidida pelo Senhor Bispo de Nevers:

«Não posso dizer-vos quão diversos sentimentos se agitam neste momento no meu coração. Tenho presente quanto a França tem feito a meu favor; tenho presente quanto ella soffre, e não necessito recordar-vos o que eu mesmo soffro... Pobre França! Amo a França, tenho-a sempre presente. Peço todos os dias por ella, principalmente no grande Sacrificio da Missa; tenho-a sempre no meu pensamento. Amei-a sempre e sempre a amarei.

«Sei como ella tem sempre dado exemplo da sua dedicação; quanto a sua caridade é grande; como acode sempre a desgraça dos pobres, e á pobreza da Egreja; quantas instituições de caridade tem fundado, e em particular o grande ardor que as mulheres em França manifestam pelas boas obras.

«Comtudo devo dizer á França a verdade. Lembro-me de um francez, collocado em um logar eminente, que eu conheci muito aqui em Roma, e que me fazia grandes comprimentos. Era um homem distincto, um homem de bem, e que praticava a sua religião; confessava-se, mas tinha certos principios, que não sei como os possa ter um catholico por convicção. Dizia-

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Ao Jornal do Comércio
e ao sr. A. de Quental
III

Causa dó ver os ares científicos e pedagógicos, que o sr. A. de Quental se toma, ainda tão moço, não se contentando com se dizer sabedor e letrado; mas arvorando-se em mestre para dar carta de habilitação a torto e a direito, como se alguém o reconhecesse a competência.

Tinha que ver, se, para qualquer se inscrever no catálogo dos homens de ciência, lhe bastasse apenas dar-se uns certos ares, inchar as faces de vento, engravatar-se e puxar os colarinhos até a raiz das orelhas, e depois dizer-se ... um sábio.

Se assim fora a grande maravilha dos sete sábios da Grécia ficara eclipsada pelo estupendo prodígio de mais de um milhão de sábios em Portugal.

A verdadeira ciência é modesta, não confia muito em si, nem recorre a nigromancia de certos modos para se fazer passar por oráculo.

Já vê que nem o Bem Público lhe aceita a carta de habilitação em instrução primaria, que se dignou conceder-lhe, nem a nós nos doe o vitupério de {nol-a} negar. Posto isto vamos ao assunto, que, com quanto seja mais da competência daquele jornal, por ser com ele, que s. s.ª tratou a questão da influência do catolicismo, que da Nação, todavia assim pela índole desta, como pelo impulso das nossas crenças não podemos deixar de tomar em mão, defendendo-o dos ataques violentos do sr. A. de Quental.

É o ponto da discussão: *Se o Catolicismo de Trento foi nos últimos três séculos para a península um elemento de decadência.*

É pela afirmativa o sr. A de Quental, e funda-se, em que o Concílio de Trento introduziu no catolicismo dogmas novos, tais como: o pecado original, a Presença Real e a confissão auricular, a que s. sª chama “armas da política ambiciosa, maquiavélica e anticristã da corte de Roma.”

No parecer do sr. A. de Quental foram estes dogmas, que alteraram a essência do catolicismo, tirando-lhe a virtude civilizadora, que ele tivera até o século XVI por todo o decurso da idade média.

Mostrando porém nós ao sr. A. de Quental, que eram tão antigos como o catolicismo, devemos necessariamente concluir, que o Concílio de Trento os não introduziu de novo, não foi o primeiro, que os impôs ao espírito católico, que desde muito tempo os acreditava, e que o catolicismo devia de continuar portanto, não se lhe havendo introduzindo algum elemento estranho, a ter desde o século XVI em diante a mesma influência benéfica, que tinha tido até então.

Isto é lógico, e desta tortura, em que o põe a lógica mal pode sair se o sr. A. de Quental com a distinção, que faz entre dogmas considerados em si e a importância e consequência deles.

Se esses dogmas não eram novos; mas datavam desde os primitivos tempos do cristianismo, é desde essa data, que devemos assinar-lhes a importância, e tirar-lhes as consequências, qualquer que fosse a dará da sua definição; e portanto não foi o Concílio de Trento, que lhe deu essa importância, nem lhes tirou essas consequências.

Os dogmas, a que alude o sr. A. de Quental, são de tal importância na vida cristã, e tão fundamentais na economia da religião cristã, que não se lhes pode aplicar, o que o sr. A. de Quental diz de qualquer princípio "que pode existir em uma instituição durante muito tempo, como em estado latente, e que só no dia, em que se lhes tiram as consequências e se aplica largamente, é que começa realmente a ser."

Esses dogmas existiam, proclamava-os a Escritura e a Tradição, oferecendo-os como ponto de fé a crença católica e o Concílio de Trento não fez mais do que constatá-los a ratificar autenticamente a sua importância, e as consequências, que dele se derivavam.

A sua importância vinha lhe portanto daquelas duas fontes a Escritura e a Tradição constante. As suas consequências eram depois do Concílio de Trento as mesmas, que haviam sido depois dos Concílios de Constança e de Latrão, por um lado preservar do erro a doutrina católica, por outro lado a condenação de erros, que a deturpavam e a obscureciam.

Tanta razão tem Calvino e seus sectários de se queixar da intolerância do Concílio de Trento, como Wiclef e seus partidistas dos Concílios de Constança e de Latrão.

Não foi o Concílio de Trento, que insistiu largamente no dogma; foi a Reforma, que se obstinou largamente no erro, e erro tão monstruoso psíquica e metafisicamente como aquele, do racionalismo do sr. A. de Quental falando de absurdo psíquico e metafísico. Se era em nome dos princípios da razão, que a Reforma fez essa insistência obstinada, não valeu apena tanto barulho, pois em substituição do ininteligível arvorado em verdade supremo pelo Concílio de Trento, ele propôs coisa ainda mais ininteligível e misteriosa.

É fácil provar-se o acerto.

Em relação ao dogma da Presença Real o Concílio de Trento afirmou, que Jesus Cristo, depois das palavras da consagração está realmente nas espécies de pão e vinho, e que isto se opera por meio da transubstanciação daquelas espécies, ficando aparentemente as mesmas, mas convertendo-se a sua substancia a do pão no corpo, e no vinho do sangue de Jesus Cristo, devendo notar-se ainda que a palavra transubstanciação já era antiga na teologia.

Luthero, crendo também na Presença Real, diz pelo contrário, que ela se realiza pela consubstanciação, quer dizer pela coexistência simultânea das suas substancias pão e vinho,

que se não destroem; logo segundo essa doutrina o corpo de Jesus Cristo está no pão, sob o pão e com o pão, *in*, *sub*, *cum*.

Do simples enunciado dos dois princípios diversos se vê, que a Reforma de modo algum se podia julgar tiranizada por um espírito "descaridoso" e anticristão de intransigência por não poder admitir aquele absurdo psíquico e metafisico visto, que propunha em seu lugar o mais repugnante absurdo.

Que os dogmas, a que o sr. A. de Quental se refere, não eram novos, é de facílima demonstração.

Comecemos, por onde o sr. A. de Quental começa, pelo pecado original.

Havia uma tradição constante entre os povos primitivos do mundo, de que o primeiro homem tinha prevaricado e atraído a maldição divina, pelo seu crime, sobre si e sobre sua posteridade, e a simples observação da natureza humana, em que se dão a par das tendências mais elevadas, as inclinações e vícios mais baixos, a existência do homem sobre a terra, que antes parece punição e miséria do que posse plena do bem, ajuntam a tradição um testemunho autentico, de que houve um crime que deserdou um homem de uma grande preeminência que havia sido liberalizada ao sair das mãos do Criador.

O antigo testamento confirma esta verdade. Job. No cap. 14 v. 4 diz:

"Quem pode tornar puro o homem nascido de sangue impuro, senão vós somente?"

No Ps. 50 v. 7 o salmista anuncia a mesma verdade dizendo:

"Fui concebido em iniquidade e formado em pecado no seio da minha mãe."

Desde S. Paulo a crença no dogma do pecado original tem sido constante entre os P.P. da igreja.

S. Clemente e Tertuliano no II século, atestando-o de um modo evidente. Comentando aquelas palavras de S. Paulo – *sicut per unum hominen peccatum in hunc munium intravit* – ajunta o grande Padre Apostólico: *"A transgressão começou pela mulher"* Este exprime-se assim: *"Et propterca in mortem datus (homo) exinde totum genus de suo semine infectum, suae etiam damnationis traducen fecit."*

O Concílio de Orange celebrado no princípio do século VI subscreveu os 13 artigos, que lhe haviam sido enviados pelo Papa Felix, no primeiro dos quais se estabelece a doutrina do pecado original e no segundo a necessidade da graça.

Que testemunhas mais terminantes, para demonstrar, que esse dogma antes de ser definido pelo Concílio de Trento, existia na crença geral da igreja?

O mesmo em relação a Presença Real, que é o dogma, que pode dizer-se centro do culto cristão, a instituição mais cara aos fiéis, pois por ela podemos tornarmos membros do corpo de Jesus Cristo.

Logo no I século, os P.P. de Achaia em uma carta sobre a morte de André fazem menção do sacrifício pela imolação cotidiana do cordeiro, cuja carne e sangue o povo fiel comia e bebia.

No II século S. Ignácio de Antiochia diz contra os gnósticos: “Eles se abstém da Eucaristia e da oração, porque não querem confessar, que a Eucaristia seja a carne do nosso Senhor Jesus Cristo.” Santo Ireneu quase ao findar do século II atesta a crença do dogma, quando demonstra, que o nosso corpo há de ressuscitar em razão de ser sustentado pelo corpo e sangue de Jesus Cristo e se tornou assim um de seus membros e como que um mesmo corpo: “Quae (caro) sanguine et corpore Christi nutritur et membrum ejus est.”

Tertuliano diz: “Caro corpore et sanguine Christi vescitur ur et anima de Deo saginetur.”

O Concílio de Constança convocado por João XXIII na 8ª sessão condenou o herege Wiclef, que negava o dogma da Presença Real. E como não havia de ser esta a crença geral da igreja sendo tão expressas, tão formais as palavras de Jesus Cristo, na instituição desse dogma, que se leem em S. Math, cap. 26 v.26, Marc. cap. 14 v. 22, Luc. cap. 22 v. 19, e finalmente em S. João cap. 6 v. 52?

Finalmente a confissão auricular acha-se instituída em S. Math cap.18 v. 18. Em S. João cap. 20 v. 22. Recebei o espírito santo serão perdoados os pecados aqueles, a quem vós os perdoardes.

Ora é da primeira instituição, que para isso era mister, que os apóstolos os ouvissem e para os ouvirem era necessário confessá-los. E com efeito nos atos dos Apóstolos cap. 19 v. 18 diz, que os fiéis vinham procurar S. Paulo para acusarem seus pecados.

S. Barnabé no I século da igreja na sua epístola nº19 preceitua a confissão dos pecados.

Tertuliano no II século exprime se acerca da confissão de um modo fundamental, olhando-a como essencial para a penitencia.

Origenes ai pelo III século mostra que para o pecador entrar em graça com Deus é necessário declarar seus pecados a um sacerdote.

Ainda neste século a igreja condenou as Montanistas, que lhe negavam o poder de absolver nos grandes crimes. Como pode distingui-los das faltas ligeiras, senão por meio da confissão?

No IV século Santo Athanasio exclamava: “Entregam-vos aos discípulos de Jesus, que estão a vosso lado e prontos para vos deligarem em virtude do poder que receberam de Deus.”

Seria não acabar se tivéssemos necessidade de mostra todos os canais por onde passou a tradição da igreja em relação a este dogma, até que no 4º Concílio de Latrão, sob Innocêncio III, se ordenou a todos os fiéis de um e de outro século, que confessassem os pecados ao menos uma vez a cada ano.

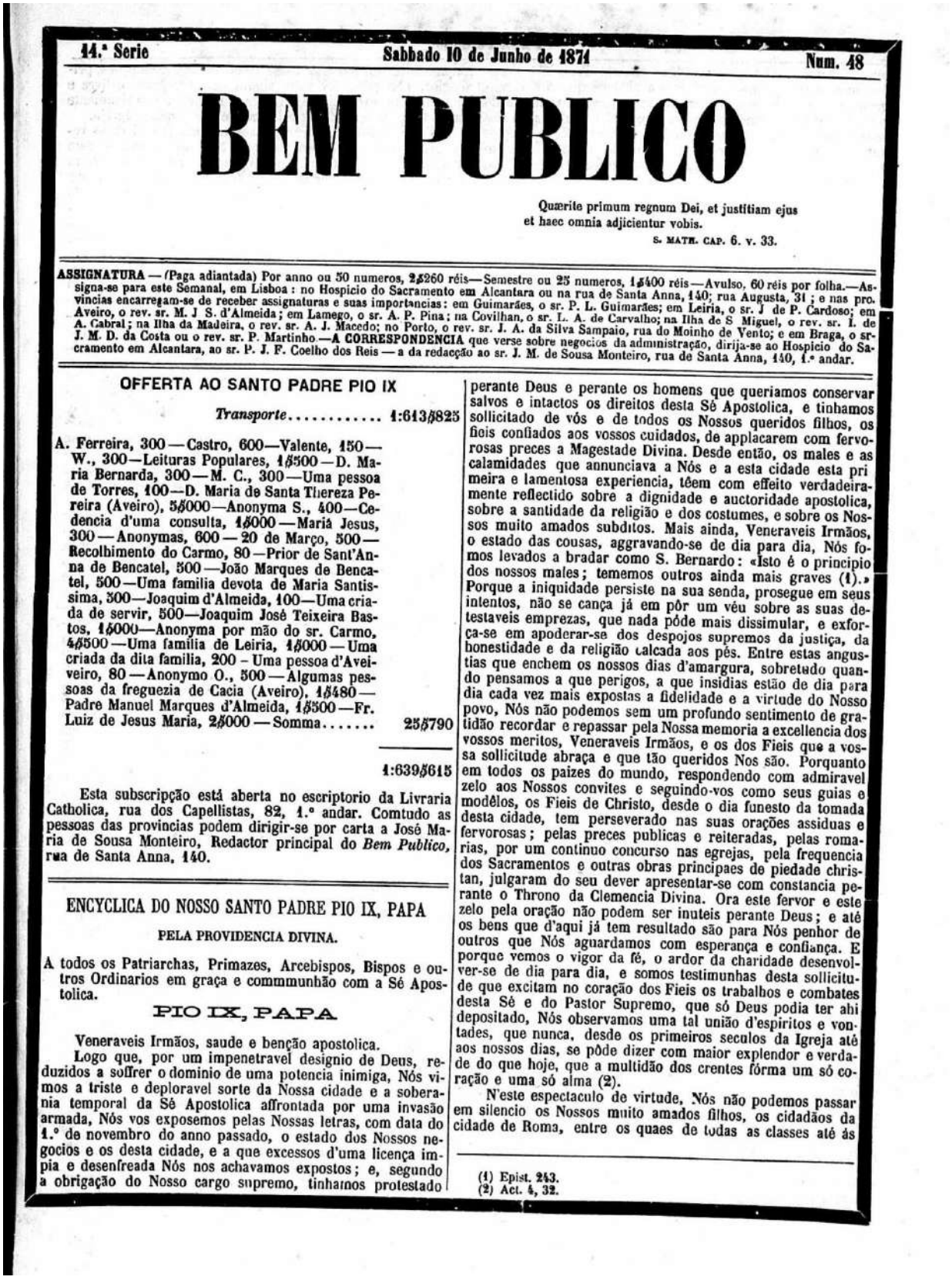
Do que levamos dito, conclui-se, que os três dogmas, o pecado original, a Presença Real e a confissão auricular, a que o sr. A. de Quental se referiu, não foram dogmas novos, nem em si nem na importância e consequências, que deles se derivaram.

Existiam desde os primeiros tempos do cristianismo. O concílio de Trento não fez mais do que constatá-los e defini-los.

Sendo isto assim, não se tendo pelo Concílio de Trento introduzindo alterações alguma no Catolicismo segue-se, que devia continuar a ter depois dele a mesma influencia, que tinha tido dos séculos anteriores, o menos, que se não queria conceder um efeito sem uma causa conhecida.

3.2.4.14 - Bem Público 10/junho/1871

Fig. 44 - Bem Público 10/junho/1871 – p.1



44.ª Serie — Sabbado 10 de Junho de 1871 — Num. 48

BEM PUBLICO

Quærite primum regnum Dei, et justitiam ejus
et hæc omnia adjicientur vobis.
S. MATH. CAP. 6. v. 33.

ASSIGNATURA — (Paga adiantada) Por anno ou 50 numeros, 2$260 réis—Semestre ou 25 numeros, 1$400 réis—Avulso, 60 réis por folha.—Assigna-se para este Semanal, em Lisboa: no Hospicio do Sacramento em Alcantara ou na rua de Santa Anna, 140; rua Augusta, 31; e nas provincias encarregam-se de receber assignaturas e suas importancias: em Guimarães, o sr. P. L. Guimarães; em Leiria, o sr. J de P. Cardoso; em Aveiro, o rev. sr. M. J S. d'Almeida; em Lamego, o sr. A. P. Pina; na Covilhan, o sr. L. A. de Carvalho; na Ilha de S Miguel, o rev. sr. I. de A. Cabral; na Ilha da Madeira, o rev. sr. A. J. Macedo; no Porto, o rev. sr. J. A. da Silva Sampaio, rua do Moinho de Vento; e em Braga, o sr. J. M. D. da Costa ou o rev. sr. P. Martinho.—**A CORRESPONDENCIA** que verse sobre negocios da administração, dirija-se ao Hospicio do Sacramento em Alcantara, ao sr. P. J. F. Coelho dos Reis — a da redacção ao sr. J. M. de Sousa Monteiro, rua de Santa Anna, 140, 1.º andar.

OFFERTA AO SANTO PADRE PIO IX

Transporte..... 1:613$825

A. Ferreira, 300 — Castro, 600—Valente, 150—W., 300—Leituras Populares, 1$500—D. Maria Bernarda, 300—M. C., 300—Uma pessoa de Torres, 100—D. Maria de Santa Thereza Pereira (Aveiro), 5$000—Anonyma S., 400—Cedencia d'uma consulta, 1$000—Maria Jesus, 300—Anonymas, 600—20 de Março, 500—Recolhimento do Carmo, 80—Prior de Sant'Anna de Bencatel, 500—João Marques de Bencatel, 500—Uma familia devota de Maria Santissima, 300—Joaquim d'Almeida, 100—Uma criada de servir, 500—Joaquim José Teixeira Bastos, 1$000—Anonyma por mão do sr. Carmo, 4$500—Uma familia de Leiria, 1$000—Uma criada da dita familia, 200 – Uma pessoa d'Aveiveiro, 80—Anonymo O., 500—Algumas pessoas da freguezia de Cacia (Aveiro), 1$480—Padre Manuel Marques d'Almeida, 1$500—Fr. Luiz de Jesus Maria, 2$000—Somma..... 25$790

1:639$615

Esta subscripção está aberta no escriptorio da Livraria Catholica, rua dos Capellistas, 82, 1.º andar. Comtudo as pessoas das provincias podem dirigir-se por carta a José Maria de Sousa Monteiro, Redactor principal do *Bem Publico*, rua de Santa Anna, 140.

ENCYCLICA DO NOSSO SANTO PADRE PIO IX, PAPA

PELA PROVIDENCIA DIVINA.

A todos os Patriarchas, Primazes, Arcebispos, Bispos e outros Ordinarios em graça e commmunhão com a Sé Apostolica.

PIO IX, PAPA

Veneraveis Irmãos, saude e benção apostolica.

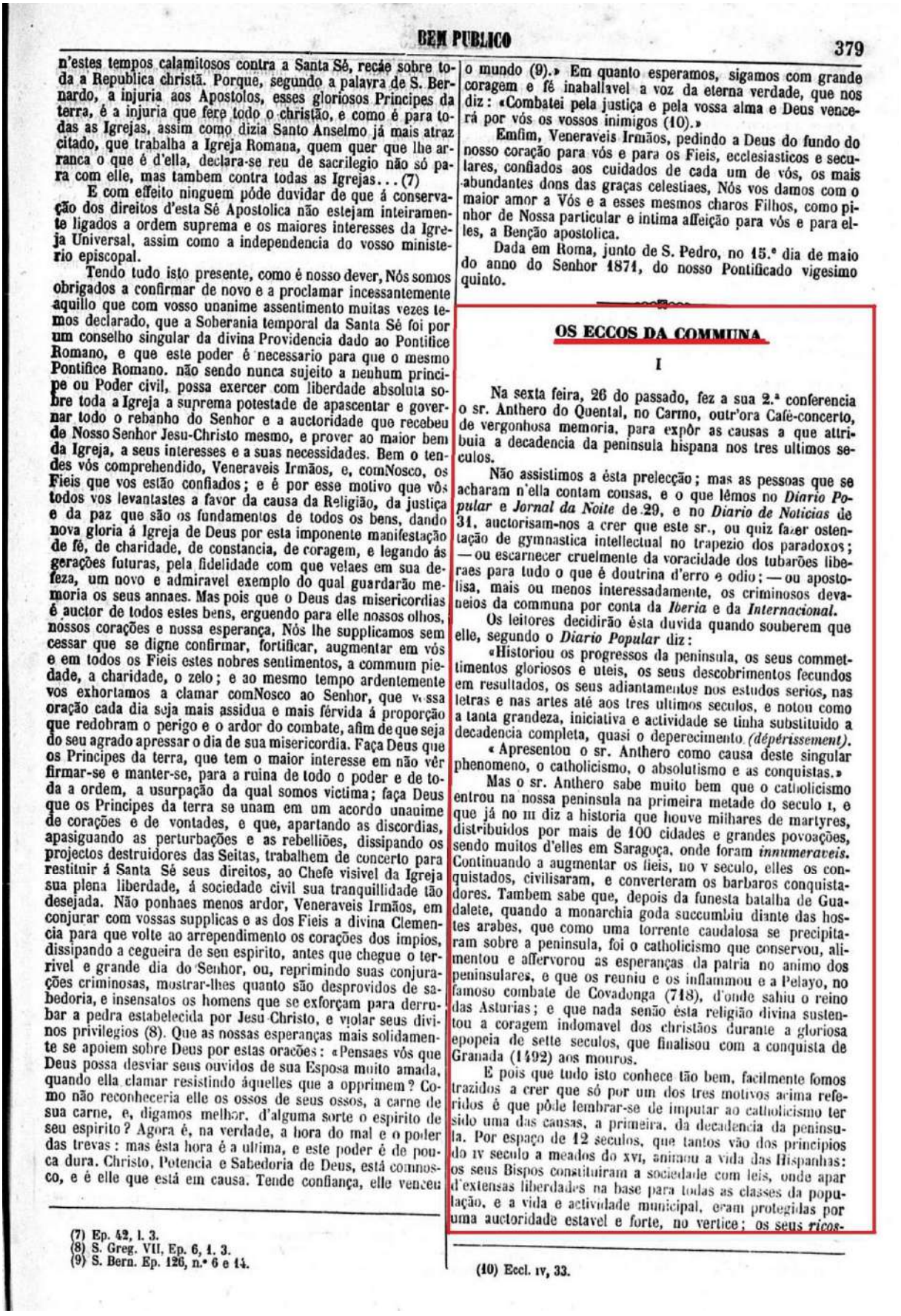
Logo que, por um impenetravel designio de Deus, reduzidos a soffrer o dominio de uma potencia inimiga, Nós vimos a triste e deploravel sorte da Nossa cidade e a soberania temporal da Sé Apostolica affrontada por uma invasão armada, Nós vos exposemos pelas Nossas letras, com data do 1.º de novembro do anno passado, o estado dos Nossos negocios e os desta cidade, e a que excessos d'uma licença impia e desenfreada Nós nos achavamos expostos; e, segundo a obrigação do Nosso cargo supremo, tinhamos protestado perante Deus e perante os homens que queriamos conservar salvos e intactos os direitos desta Sé Apostolica, e tinhamos sollicitado de vós e de todos os Nossos queridos filhos, os fieis confiados aos vossos cuidados, de applacarem com fervorosas preces a Magestade Divina. Desde então, os males e as calamidades que annunciava a Nós e a esta cidade esta primeira e lamentosa experiencia, têem com effeito verdadeiramente reflectido sobre a dignidade e auctoridade apostolica, sobre a santidade da religião e dos costumes, e sobre os Nossos muito amados subditos. Mais ainda, Veneraveis Irmãos, o estado das cousas, aggravando-se de dia para dia, Nós fomos levados a bradar como S. Bernardo: «Isto é o principio dos nossos males; tememos outros ainda mais graves (1).» Porque a iniquidade persiste na sua senda, prosegue em seus intentos, não se cança já em pôr um véu sobre as suas detestaveis emprezas, que nada póde mais dissimular, e exforça-se em apoderar-se dos despojos supremos da justiça, da honestidade e da religião calcada aos pés. Entre estas angustias que enchem os nossos dias d'amargura, sobretudo quando pensamos a que perigos, a que insidias estão de dia para dia cada vez mais expostas a fidelidade e a virtude do Nosso povo, Nós não podemos sem um profundo sentimento de gratidão recordar e repassar pela Nossa memoria a excellencia dos vossos meritos, Veneraveis Irmãos, e os dos Fieis que a vossa sollicitude abraça e que tão queridos Nos são. Porquanto em todos os paizes do mundo, respondendo com admiravel zelo aos Nossos convites e seguindo-vos como seus guias e modêlos, os Fieis de Christo, desde o dia funesto da tomada desta cidade, tem perseverado nas suas orações assiduas e fervorosas; pelas preces publicas e reiteradas, pelas romarias, por um continuo concurso nas egrejas, pela frequencia dos Sacramentos e outras obras principaes de piedade christan, julgaram do seu dever apresentar-se com constancia perante o Throno da Clemencia Divina. Ora este fervor e este zelo pela oração não podem ser inuteis perante Deus; e até os bens que d'aqui já tem resultado são para Nós penhor de outros que Nós aguardamos com esperança e confiança. E porque vemos o vigor da fé, o ardor da charidade desenvolver-se de dia para dia, e somos testimunhas desta sollicitude que excitam no coração dos Fieis os trabalhos e combates desta Sé e do Pastor Supremo, que só Deus podia ter ahi depositado, Nós observamos uma tal união d'espiritos e vontades, que nunca, desde os primeiros seculos da Igreja até aos nossos dias, se póde dizer com maior explendor e verdade do que hoje, que a multidão dos crentes fórma um só coração e uma só alma (2).

N'este espectaculo de virtude, Nós não podemos passar em silencio os Nossos muito amados filhos, os cidadãos da cidade de Roma, entre os quaes de todas as classes até ás

(1) Epist. 243.
(2) Act. 4, 32.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 45 - Bem Público 10/junho/1871 – p.2



n'estes tempos calamitosos contra a Santa Sé, recáe sobre toda a Republica christã. Porque, segundo a palavra de S. Bernardo, a injuria aos Apostolos, esses gloriosos Principes da terra, é a injuria que fere todo o christão, e como é para todas as Igrejas, assim como dizia Santo Anselmo já mais atraz citado, que trabalha a Igreja Romana, quem quer que lhe arranca o que é d'ella, declara-se reu de sacrilegio não só para com elle, mas tambem contra todas as Igrejas... (7)

E com effeito ninguem póde duvidar de que á conservação dos direitos d'esta Sé Apostolica não estejam inteiramente ligados a ordem suprema e os maiores interesses da Igreja Universal, assim como a independencia do vosso ministerio episcopal.

Tendo tudo isto presente, como é nosso dever, Nós somos obrigados a confirmar de novo e a proclamar incessantemente aquillo que com vosso unanime assentimento muitas vezes temos declarado, que a Soberania temporal da Santa Sé foi por um conselho singular da divina Providencia dado ao Pontifice Romano, e que este poder é necessario para que o mesmo Pontifice Romano. não sendo nunca sujeito a nenhum principe ou Poder civil, possa exercer com liberdade absoluta sobre toda a Igreja a suprema potestade de apascentar e governar todo o rebanho do Senhor e a auctoridade que recebeu de Nosso Senhor Jesu-Christo mesmo, e prover ao maior bem da Igreja, a seus interesses e a suas necessidades. Bem o tendes vós comprehendido, Veneraveis Irmãos, e, comNosco, os Fieis que vos estão confiados; e é por esse motivo que vós todos vos levantastes a favor da causa da Religião, da justiça e da paz que são os fundamentos de todos os bens, dando nova gloria á Igreja de Deus por esta imponente manifestação de fé, de charidade, de constancia, de coragem, e legando ás gerações futuras, pela fidelidade com que velaes em sua defeza, um novo e admiravel exemplo do qual guardarão memoria os seus annaes. Mas pois que o Deus das misericordias é auctor de todos estes bens, erguendo para elle nossos olhos, nossos corações e nossa esperança, Nós lhe supplicamos sem cessar que se digne confirmar, fortificar, augmentar em vós e em todos os Fieis estes nobres sentimentos, a commum piedade, a charidade, o zelo; e ao mesmo tempo ardentemente vos exhortamos a clamar comNosco ao Senhor, que vossa oração cada dia seja mais assidua e mais férvida á proporção que redobram o perigo e o ardor do combate, afim de que seja do seu agrado apressar o dia de sua misericordia. Faça Deus que os Principes da terra, que tem o maior interesse em não vêr firmar-se e manter-se, para a ruina de todo o poder e de toda a ordem, a usurpação da qual somos victima; faça Deus que os Principes da terra se unam em um acordo unanime de corações e de vontades, e que, apartando as discordias, apasiguando as perturbações e as rebelliões, dissipando os projectos destruidores das Seitas, trabalhem de concerto para restituir á Santa Sé seus direitos, ao Chefe visivel da Igreja sua plena liberdade, á sociedade civil sua tranquillidade tão desejada. Não ponhaes menos ardor, Veneraveis Irmãos, em conjurar com vossas supplicas e as dos Fieis a divina Clemencia para que volte ao arrependimento os corações dos impios, dissipando a cegueira de seu espirito, antes que chegue o terrivel e grande dia do Senhor, ou, reprimindo suas conjurações criminosas, mostrar-lhes quanto são desprovidos de sabedoria, e insensatos os homens que se exforçam para derrubar a pedra estabelecida por Jesu-Christo, e violar seus divinos privilegios (8). Que as nossas esperanças mais solidamente se apoiem sobre Deus por estas orações: «Pensaes vós que Deus possa desviar seus ouvidos de sua Esposa muito amada, quando ella clamar resistindo áquelles que a opprimem? Como não reconheceria elle os ossos de seus ossos, a carne de sua carne, e, digamos melhor, d'alguma sorte o espirito de seu espirito? Agora é, na verdade, a hora do mal e o poder das trevas: mas ésta hora é a ultima, e este poder é de pouca dura. Christo, Potencia e Sabedoria de Deus, está commosco, e é elle que está em causa. Tende confiança, elle venceu o mundo (9).» Em quanto esperamos, sigamos com grande coragem e fé inabalavel a voz da eterna verdade, que nos diz: «Combatei pela justiça e pela vossa alma e Deus vencerá por vós os vossos inimigos (10).»

Emfim, Veneraveis Irmãos, pedindo a Deus do fundo do nosso coração para vós e para os Fieis, ecclesiasticos e seculares, confiados aos cuidados de cada um de vós, os mais abundantes dons das graças celestiaes, Nós vos damos com o maior amor a Vós e a esses mesmos charos Filhos, como pinhor de Nossa particular e intima affeição para vós e para elles, a Benção apostolica.

Dada em Roma, junto de S. Pedro, no 15.º dia de maio do anno do Senhor 1871, do nosso Pontificado vigesimo quinto.

(7) Ep. 42, l. 3.
(8) S. Greg. VII, Ep. 6, l. 3.
(9) S. Bern. Ep. 126, n.º 6 e 14.

OS ECCOS DA COMMUNA

I

Na sexta feira, 26 do passado, fez a sua 2.ª conferencia o sr. Anthero do Quental, no Carmo, outr'ora Café-concerto, de vergonhosa memoria, para expôr as causas a que attribuia a decadencia da peninsula hispana nos tres ultimos seculos.

Não assistimos a ésta prelecção; mas as pessoas que se acharam n'ella contam cousas, e o que lêmos no *Diario Popular* e *Jornal da Noite* de 29, e no *Diario de Noticias* de 31, auctorisam-nos a crer que este sr., ou quiz fazer ostentação de gymnastica intellectual no trapezio dos paradoxos; — ou escarnecer cruelmente da voracidade dos tubarões liberaes para tudo o que é doutrina d'erro e odio; — ou apostolisa, mais ou menos interessadamente, os criminosos devaneios da communa por conta da *Iberia* e da *Internacional*.

Os leitores decidirão ésta duvida quando souberem que elle, segundo o *Diario Popular* diz:

«Historiou os progressos da peninsula, os seus commettimentos gloriosos e uteis, os seus descobrimentos fecundos em resultados, os seus adiantamentos nos estudos serios, nas letras e nas artes até aos tres ultimos seculos, e notou como a tanta grandeza, iniciativa e actividade se tinha substituido a decadencia completa, quasi o deperecimento *(déperissement)*.

«Apresentou o sr. Anthero como causa deste singular phenomeno, o catholicismo, o absolutismo e as conquistas.»

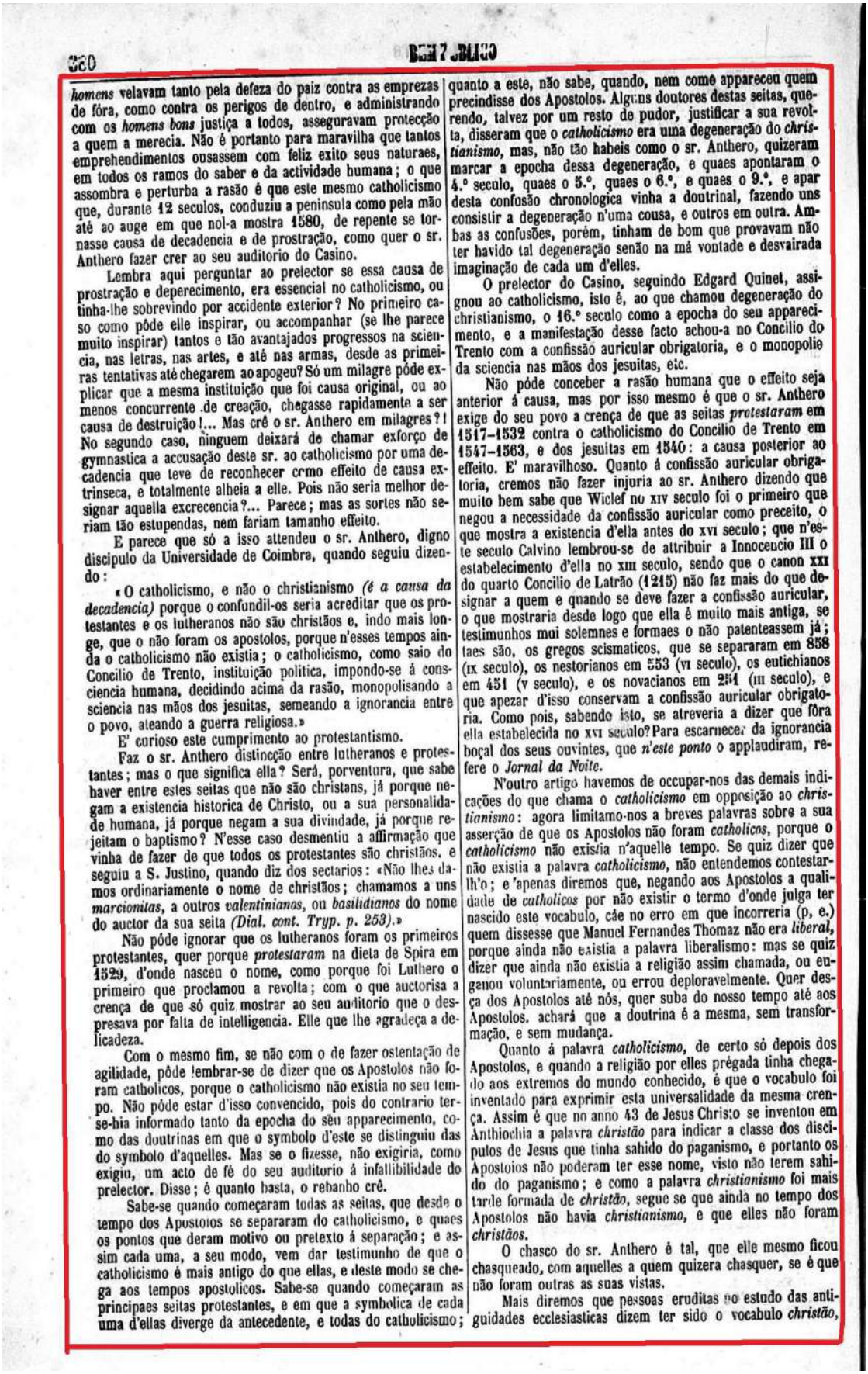
Mas o sr. Anthero sabe muito bem que o catholicismo entrou na nossa peninsula na primeira metade do seculo I, e que já no III diz a historia que houve milhares de martyres, distribuidos por mais de 100 cidades e grandes povoações, sendo muitos d'elles em Saragoça, onde foram *innumeraveis*. Continuando a augmentar os fieis, no V seculo, elles os conquistados, civilisaram, e converteram os barbaros conquistadores. Tambem sabe que, depois da funesta batalha de Guadalete, quando a monarchia goda succumbiu diante das hostes arabes, que como uma torrente caudalosa se precipitaram sobre a peninsula, foi o catholicismo que conservou, alimentou e affervorou as esperanças da patria no animo dos peninsulares, e que os reuniu e os inflammou e a Pelayo, no famoso combate de Covadonga (718), d'onde sahiu o reino das Asturias; e que nada senão ésta religião divina sustentou a coragem indomavel dos christãos durante a gloriosa epopeia de sette seculos, que finalisou com a conquista de Granada (1492) aos mouros.

E pois que tudo isto conhece tão bem, facilmente fomos trazidos a crer que só por um dos tres motivos acima referidos é que póde lembrar-se de imputar ao catholicismo ter sido uma das causas, a primeira, da decadencia da peninsula. Por espaço de 12 seculos, que tantos vão dos principios do IV seculo a meados do XVI, animou a vida das Hispanhas: os seus Bispos constituiram a sociedade com leis, onde apar d'extensas liberdades na base para todas as classes da população, e a vida e actividade municipal, eram protegidas por uma auctoridade estavel e forte, no vertice; os seus *ricos-*

(10) Eccl. IV, 33.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 46 - Bem Público 10/junho/1871 – p.3



homens velavam tanto pela defeza do paiz contra as emprezas de fóra, como contra os perigos de dentro, e administrando com os *homens bons* justiça a todos, asseguravam protecção a quem a merecia. Não é portanto para maravilha que tantos emprehendimentos ousassem com feliz exito seus naturaes, em todos os ramos do saber e da actividade humana; o que assombra e perturba a rasão é que este mesmo catholicismo que, durante 12 seculos, conduziu a peninsula como pela mão até ao auge em que nol-a mostra 1580, de repente se tornasse causa de decadencia e de prostração, como quer o sr. Anthero fazer crer ao seu auditorio do Casino.

Lembra aqui perguntar ao prelector se essa causa de prostração e deperecimento, era essencial no catholicismo, ou tinha-lhe sobrevindo por accidente exterior? No primeiro caso como póde elle inspirar, ou accompanhar (se lhe parece muito inspirar) tantos e tão avantajados progressos na sciencia, nas letras, nas artes, e até nas armas, desde as primeiras tentativas até chegarem ao apogeu? Só um milagre póde explicar que a mesma instituição que foi causa original, ou ao menos concurrente de creação, chegasse rapidamente a ser causa de destruição!... Mas crê o sr. Anthero em milagres?! No segundo caso, ninguem deixará de chamar exforço de gymnastica a accusação deste sr. ao catholicismo por uma decadencia que teve de reconhecer como effeito de causa extrinseca, e totalmente alheia a elle. Pois não seria melhor designar aquella excrecencia?... Parece; mas as sortes não seriam tão estupendas, nem fariam tamanho effeito.

E parece que só a isso attendeu o sr. Anthero, digno discipulo da Universidade de Coimbra, quando seguiu dizendo:

«O catholicismo, e não o christianismo *(é a causa da decadencia)* porque o confundil-os seria acreditar que os protestantes e os lutheranos não são christãos e, indo mais longe, que o não foram os apostolos, porque n'esses tempos ainda o catholicismo não existia; o catholicismo, como saio do Concilio de Trento, instituição politica, impondo-se á consciencia humana, decidindo acima da rasão, monopolisando a sciencia nas mãos dos jesuitas, semeando a ignorancia entre o povo, ateando a guerra religiosa.»

E' curioso este cumprimento ao protestantismo.

Faz o sr. Anthero distincção entre lutheranos e protestantes; mas o que significa ella? Será, porventura, que sabe haver entre estes seitas que não são christans, já porque negam a existencia historica de Christo, ou a sua personalidade humana, já porque negam a sua divindade, já porque rejeitam o baptismo? N'esse caso desmentiu a affirmação que vinha de fazer de que todos os protestantes são christãos, e seguiu a S. Justino, quando diz dos sectarios: «Não lhes damos ordinariamente o nome de christãos; chamamos a uns *marcionitas*, a outros *valentinianos*, ou *basilidianos* do nome do auctor da sua seita *(Dial. cont. Tryp. p. 253)*.»

Não póde ignorar que os lutheranos foram os primeiros protestantes, quer porque *protestaram* na dieta de Spira em 1529, d'onde nasceu o nome, como porque foi Luthero o primeiro que proclamou a revolta; com o que auctorisa a crença de que só quiz mostrar ao seu auditorio que o desprezava por falta de intelligencia. Elle que lhe agradeça a delicadeza.

Com o mesmo fim, se não com o de fazer ostentação de agilidade, póde lembrar-se de dizer que os Apostolos não foram catholicos, porque o catholicismo não existia no seu tempo. Não póde estar d'isso convencido, pois do contrario ter-se-hia informado tanto da epocha do seu apparecimento, como das doutrinas em que o symbolo d'este se distinguiu das do symbolo d'aquelles. Mas se o fizesse, não exigiria, como exigiu, um acto de fé do seu auditorio á infallibilidade do prelector. Disse; é quanto basta, o rebanho crê.

Sabe-se quando começaram todas as seitas, que desde o tempo dos Apostolos se separaram do catholicismo, e quaes os pontos que deram motivo ou pretexto á separação; e assim cada uma, a seu modo, vem dar testimunho de que o catholicismo é mais antigo do que ellas, e deste modo se chega aos tempos apostolicos. Sabe-se quando começaram as principaes seitas protestantes, e em que a symbolica de cada uma d'ellas diverge da antecedente, e todas do catholicismo; quanto a este, não sabe, quando, nem como appareceu quem precindisse dos Apostolos. Alguns doutores destas seitas, querendo, talvez por um resto de pudor, justificar a sua revolta, disseram que o *catholicismo* era uma degeneração do *christianismo*, mas, não tão habeis como o sr. Anthero, quizeram marcar a epocha dessa degeneração, e quaes apontaram o 4.° seculo, quaes o 5.°, quaes o 6.°, e quaes o 9.°, e apar desta confusão chronologica vinha a doutrinal, fazendo uns consistir a degeneração n'uma cousa, e outros em outra. Ambas as confusões, porém, tinham de bom que provavam não ter havido tal degeneração senão na má vontade e desvairada imaginação de cada um d'elles.

O prelector do Casino, seguindo Edgard Quinet, assignou ao catholicismo, isto é, ao que chamou degeneração do christianismo, o 16.° seculo como a epocha do seu apparecimento, e a manifestação desse facto achou-a no Concilio do Trento com a confissão auricular obrigatoria, e o monopolio da sciencia nas mãos dos jesuitas, etc.

Não póde conceber a rasão humana que o effeito seja anterior á causa, mas por isso mesmo é que o sr. Anthero exige do seu povo a crença de que as seitas *protestaram* em 1517–1532 contra o catholicismo do Concilio de Trento em 1547–1563, e dos jesuitas em 1540: a causa posterior ao effeito. E' maravilhoso. Quanto á confissão auricular obrigatoria, cremos não fazer injuria ao sr. Anthero dizendo que muito bem sabe que Wiclef no XIV seculo foi o primeiro que negou a necessidade da confissão auricular como preceito, o que mostra a existencia d'ella antes do XVI seculo; que n'este seculo Calvino lembrou-se de attribuir a Innocencio III o estabelecimento d'ella no XIII seculo, sendo que o canon XXI do quarto Concilio de Latrão (1215) não faz mais do que designar a quem e quando se deve fazer a confissão auricular, o que mostraria desde logo que ella é muito mais antiga, se testimunhos mui solemnes e formaes o não patenteassem já; taes são, os gregos scismaticos, que se separaram em 858 (IX seculo), os nestorianos em 553 (VI seculo), os eutichianos em 451 (V seculo), e os novacianos em 251 (III seculo), e que apezar d'isso conservam a confissão auricular obrigatoria. Como pois, sabendo isto, se atreveria a dizer que fôra ella estabelecida no XVI seculo? Para escarnecer da ignorancia boçal dos seus ouvintes, que *n'este ponto* o applaudiram, refere o *Jornal da Noite*.

N'outro artigo havemos de occupar-nos das demais indicações do que chama o *catholicismo* em opposição ao *christianismo*: agora limitamo-nos a breves palavras sobre a sua asserção de que os Apostolos não foram *catholicos*, porque o *catholicismo* não existia n'aquelle tempo. Se quiz dizer que não existia a palavra *catholicismo*, não entendemos contestar-lh'o; e apenas diremos que, negando aos Apostolos a qualidade de *catholicos* por não existir o termo d'onde julga ter nascido este vocabulo, cáe no erro em que incorreria (p. e.) quem dissesse que Manuel Fernandes Thomaz não era *liberal*, porque ainda não existia a palavra liberalismo: mas se quiz dizer que ainda não existia a religião assim chamada, ou enganou voluntariamente, ou errou deploravelmente. Quer desça dos Apostolos até nós, quer suba do nosso tempo até aos Apostolos, achará que a doutrina é a mesma, sem transformação, e sem mudança.

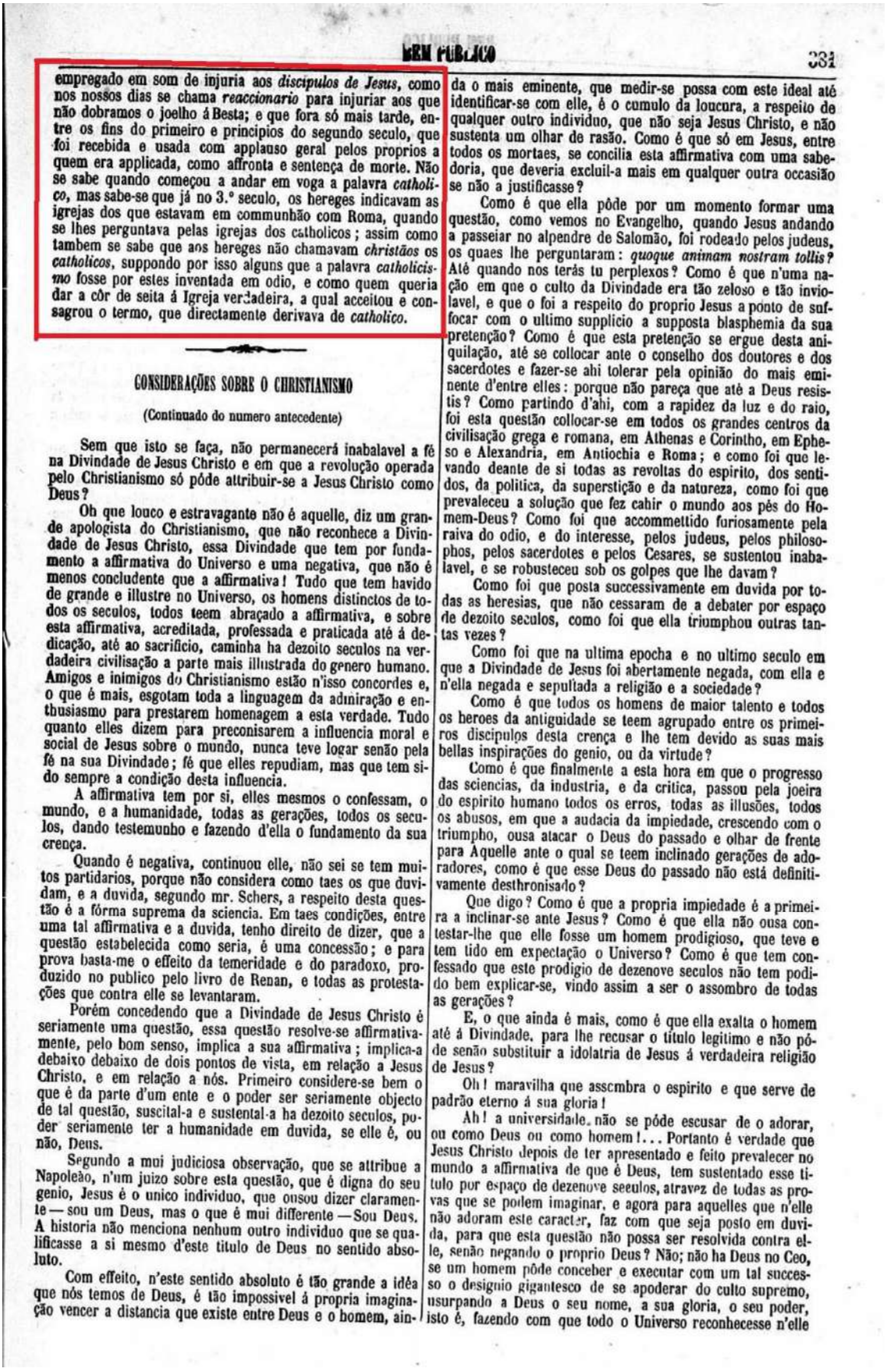
Quanto á palavra *catholicismo*, de certo só depois dos Apostolos, e quando a religião por elles prégada tinha chegado aos extremos do mundo conhecido, é que o vocabulo foi inventado para exprimir esta universalidade da mesma crença. Assim é que no anno 43 de Jesus Christo se inventou em Anthiochia a palavra *christão* para indicar a classe dos discipulos de Jesus que tinha sahido do paganismo, e portanto os Apostolos não poderam ter esse nome, visto não terem sahido do paganismo; e como a palavra *christianismo* foi mais tarde formada de *christão*, segue se que ainda no tempo dos Apostolos não havia *christianismo*, e que elles não foram *christãos*.

O chasco do sr. Anthero é tal, que elle mesmo ficou chasqueado, com aquelles a quem quizera chasquer, se é que não foram outras as suas vistas.

Mais diremos que pessoas eruditas no estudo das antiguidades ecclesiasticas dizem ter sido o vocabulo *christão*,

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 47 - Bem Público 10/junho/1871 – p.4



BEM PUBLICO 381

empregado em som de injuria aos *discipulos de Jesus*, como nos nossos dias se chama *reaccionario* para injuriar aos que não dobramos o joelho á Besta; e que fora só mais tarde, entre os fins do primeiro e principios do segundo seculo, que foi recebida e usada com applauso geral pelos proprios a quem era applicada, como affronta e sentença de morte. Não se sabe quando começou a andar em voga a palavra *catholico*, mas sabe-se que já no 3.º seculo, os hereges indicavam as igrejas dos que estavam em communhão com Roma, quando se lhes perguntava pelas igrejas dos catholicos; assim como tambem se sabe que aos hereges não chamavam *christãos* os *catholicos*, suppondo por isso alguns que a palavra *catholicismo* fosse por estes inventada em odio, e como quem queria dar a côr de seita á Igreja verdadeira, a qual acceitou e consagrou o termo, que directamente derivava de *catholico*.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CHRISTIANISMO

(Continuado do numero antecedente)

Sem que isto se faça, não permanecerá inabalavel a fé na Divindade de Jesus Christo e em que a revolução operada pelo Christianismo só póde attribuir-se a Jesus Christo como Deus?

Oh que louco e estravagante não é aquelle, diz um grande apologista do Christianismo, que não reconhece a Divindade de Jesus Christo, essa Divindade que tem por fundamento a affirmativa do Universo e uma negativa, que não é menos concludente que a affirmativa! Tudo que tem havido de grande e illustre no Universo, os homens distinctos de todos os seculos, todos teem abraçado a affirmativa, e sobre esta affirmativa, acreditada, professada e praticada até á dedicação, até ao sacrificio, caminha ha dezoito seculos na verdadeira civilisação a parte mais illustrada do genero humano. Amigos e inimigos do Christianismo estão n'isso concordes e, o que é mais, esgotam toda a linguagem da admiração e enthusiasmo para prestarem homenagem a esta verdade. Tudo quanto elles dizem para preconisarem a influencia moral e social de Jesus sobre o mundo, nunca teve logar senão pela fé na sua Divindade; fé que elles repudiam, mas que tem sido sempre a condição desta influencia.

A affirmativa tem por si, elles mesmos o confessam, o mundo, e a humanidade, todas as gerações, todos os seculos, dando testemunho e fazendo d'ella o fundamento da sua crença.

Quando é negativa, continuou elle, não sei se tem muitos partidarios, porque não considera como taes os que duvidam, e a duvida, segundo mr. Schers, a respeito desta questão é a fórma suprema da sciencia. Em taes condições, entre uma tal affirmativa e a duvida, tenho direito de dizer, que a questão estabelecida como seria, é uma concessão; e para prova basta-me o effeito da temeridade e do paradoxo, produzido no publico pelo livro de Renan, e todas as protestações que contra elle se levantaram.

Porém concedendo que a Divindade de Jesus Christo é seriamente uma questão, essa questão resolve-se affirmativamente, pelo bom senso, implica a sua affirmativa; implica-a debaixo debaixo de dois pontos de vista, em relação a Jesus Christo, e em relação a nós. Primeiro considere-se bem o que é da parte d'um ente e o poder ser seriamente objecto de tal questão, suscital-a e sustental-a ha dezoito seculos, poder seriamente ter a humanidade em duvida, se elle é, ou não, Deus.

Segundo a mui judiciosa observação, que se attribue a Napoleão, n'um juizo sobre esta questão, que é digna do seu genio, Jesus é o unico individuo, que ousou dizer claramente — sou um Deus, mas o que é mui differente — Sou Deus. A historia não menciona nenhum outro individuo que se qualificasse a si mesmo d'este titulo de Deus no sentido absoluto.

Com effeito, n'este sentido absoluto é tão grande a idéa que nós temos de Deus, é tão impossivel á propria imaginação vencer a distancia que existe entre Deus e o homem, ainda o mais eminente, que medir-se possa com este ideal até identificar-se com elle, é o cumulo da loucura, a respeito de qualquer outro individuo, que não seja Jesus Christo, e não sustenta um olhar de rasão. Como é que só em Jesus, entre todos os mortaes, se concilia esta affirmativa com uma sabedoria, que deveria excluil-a mais em qualquer outra occasião se não a justificasse?

Como é que ella póde por um momento formar uma questão, como vemos no Evangelho, quando Jesus andando a passeiar no alpendre de Salomão, foi rodeado pelos judeus, os quaes lhe perguntaram: *quoque animam nostram tollis?* Até quando nos terás tu perplexos? Como é que n'uma nação em que o culto da Divindade era tão zeloso e tão inviolavel, e que o foi a respeito do proprio Jesus a ponto de suffocar com o ultimo supplicio a supposta blasphemia da sua pretenção? Como é que esta pretenção se ergue desta aniquilação, até se collocar ante o conselho dos doutores e dos sacerdotes e fazer-se ahi tolerar pela opinião do mais eminente d'entre elles: porque não pareça que até a Deus resistis? Como partindo d'ahi, com a rapidez da luz e do raio, foi esta questão collocar-se em todos os grandes centros da civilisação grega e romana, em Athenas e Corintho, em Epheso e Alexandria, em Antiochia e Roma; e como foi que levando deante de si todas as revoltas do espirito, dos sentidos, da politica, da superstição e da natureza, como foi que prevaleceu a solução que fez cahir o mundo aos pés do Homem-Deus? Como foi que accommettido furiosamente pela raiva do odio, e do interesse, pelos judeus, pelos philosophos, pelos sacerdotes e pelos Cesares, se sustentou inabalavel, e se robusteceu sob os golpes que lhe davam?

Como foi que posta successivamente em duvida por todas as heresias, que não cessaram de a debater por espaço de dezoito seculos, como foi que ella triumphou outras tantas vezes?

Como foi que na ultima epocha e no ultimo seculo em que a Divindade de Jesus foi abertamente negada, com ella e n'ella negada e sepultada a religião e a sociedade?

Como é que todos os homens de maior talento e todos os heroes da antiguidade se teem agrupado entre os primeiros discipulos desta crença e lhe tem devido as suas mais bellas inspirações do genio, ou da virtude?

Como é que finalmente a esta hora em que o progresso das sciencias, da industria, e da critica, passou pela joeira do espirito humano todos os erros, todas as illusões, todos os abusos, em que a audacia da impiedade, crescendo com o triumpho, ousa atacar o Deus do passado e olhar de frente para Aquelle ante o qual se teem inclinado gerações de adoradores, como é que esse Deus do passado não está definitivamente desthronisado?

Que digo? Como é que a propria impiedade é a primeira a inclinar-se ante Jesus? Como é que ella não ousa contestar-lhe que elle fosse um homem prodigioso, que teve e tem tido em expectação o Universo? Como é que tem confessado que este prodigio de dezenove seculos não tem podido bem explicar-se, vindo assim a ser o assombro de todas as gerações?

E, o que ainda é mais, como é que ella exalta o homem até á Divindade, para lhe recusar o titulo legitimo e não póde senão substituir a idolatria de Jesus á verdadeira religião de Jesus?

Oh! maravilha que assombra o espirito e que serve de padrão eterno á sua gloria!

Ah! a universidade não se póde escusar de o adorar, ou como Deus ou como homem!... Portanto é verdade que Jesus Christo depois de ter apresentado e feito prevalecer no mundo a affirmativa de que é Deus, tem sustentado esse titulo por espaço de dezenove seculos, atravez de todas as provas que se podem imaginar, e agora para aquelles que n'elle não adoram este caracter, faz com que seja posto em duvida, para que esta questão não possa ser resolvida contra elle, senão negando o proprio Deus? Não; não ha Deus no Ceo, se um homem póde conceber e executar com um tal successo o designio gigantesco de se apoderar do culto supremo, usurpando a Deus o seu nome, a sua gloria, o seu poder, isto é, fazendo com que todo o Universo reconhecesse n'elle

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Os Ecos da Comuna

I

Na sexta feira, 26 do passado, fez a sua 2ª conferência o sr. Antero de Quental, no Carmo, outrora Café-concerto, de vergonhosa memoria, para expor as causas a que atribuía a decadência da península hispana nos três últimos séculos.

Não assistimos a esta preleção; mas as pessoas que se acharam nela contam coisas, e o que lemos no Diário Popular e Jornal da Noite de 29, e no Diário de Notícias de 31, autorizam-nos a crer que este sr., ou quis fazer ostentação de ginástica intelectual no trapézio dos paradoxos; - ou escarnecer cruelmente da voracidade dos tubarões liberais para tudo o que é doutrina de erro e ódio; - ou apostoliza, mais ou menos interessadamente, os criminosos devaneio da comuna por conta da Iberia e da Internacional.

Os leitores decidirão a esta dúvida quando souberem que ele, segundo o Diário Popular diz:

"Historiou os progressos da península, os seus cometimentos gloriosos e úteis, os seus descobrimentos fecundos em resultados, os seus adiantamentos nos estudos sérios, nas letras e nas artes até os três últimos séculos, e notou como há tanta grandeza, iniciativa e a atividade se tinha substituído a decadência completa, quase o deperecimento (*dépérissement*).

"Apresentou o sr. Antero como causa deste singular fenômeno, o catolicismo, o absolutismo e as conquistas."

Mas o sr. Antero sabe muito bem que o catolicismo entrou na nossa península na primeira metade do século I, e que já no III diz a história que houve milhares de mártires, distribuídos por mais de 100 cidades e grandes povoações, sendo muitos deles em Saragoça, onde foram inumeráveis. Continuando a aumentar os fiéis, no V século, eles os conquistados, civilizaram, e converteram os bárbaros conquistadores. Também sabe que, depois da funesta batalha de Guadalete quando a monarquia goda sucumbiu diante dos hostes árabes, que como uma torrente caudalosa se precipitaram sobre a península, foi o catolicismo que conservou, alimentou e afervorou as esperanças da pátria no ânimo dos peninsulares, e que os reuniu e os inflamou e Apelayo, no famoso combate de Covadonga (718), de onde saiu o reino das Asturias; e que nada senão esta religião divina sustentou a coragem indomável dos cristãos durante a gloriosa epopeia de sete séculos, que finalizou com a conquista de Granada (1492**)** aos mouros.

E pois que tudo isso conhece tão bem, facilmente fomos trazidos a crer que só por um dos três motivos acima referidos é que pode lembrar-se de imputar ao catolicismo ter sido uma das causas, a primeira, da decadência da península. Por espaço de 12 séculos, que tantos vão dos princípios do IV século a meados do XVI, animou a vida das Espanhas: os

seus Bispos constituíram a sociedade com leis, onde apar de extensas liberdades na base para todas as classes da população, e a vida e a atividade municipal, eram protegidas por uma autoridade estável e forte, no vértice; os seus ricos homens velavam tanto pela defesa do país contra as empresas de fora, como contra os perigos de dentro, e administrando com os homens bons justiça a todos, asseguravam proteção a quem a merecia. Não é portanto para maravilha que tantos empreendimentos ousassem com feliz êxito seus naturais, em todos os ramos do saber e da atividade humana; o que assombra e perturba a razão é que este mesmo catolicismo que, durante 12 séculos, conduziu a península pela mão até ao auge em que nela mostra 1580, de repente se tornasse causa de decadência e de prostração como que o sr. Antero fazer crer ao seu auditório do Cassino.

Lembra que perguntar ao preletor se essa causa de prostração e de perecimento, era essencial no catolicismo, ou tinha-lhe sobrevindo por acidente exterior? No primeiro caso como pode ele inspirar, ou acompanhar (se lhe parece muito inspirar) tantos e tão avantajados progressos na ciência, nas letras, nas artes, e até nas armas desde as primeiras tentativas até chegarem ao apogeu? Só um milagre pode explicar que a mesma instituição que foi causa original, ou ao menos concorrente de criação, chegasse rapidamente a ser causa de destruição!... Mas crê o sr. Antero em milagres!? No segundo caso, ninguém deixará de chamar esforço de ginástica e acusação desse sr. Ao catolicismo por uma decadência que teve de reconhecer como efeito de causa extrínseca, e totalmente alheia a ele. Pois não seria melhor designar aquela excrescência?... Parece; mais as sortes não seriam tão estupendas, nem fariam tamanho efeito.

E parece que só a isto atendeu o sr. Antero, digno discípulo da Universidade de Coimbra, quando seguiu dizendo:

“O catolicismo, e não o cristianismo (é a causa da decadência) porque o confundi-los seria acreditar que os protestantes e os luteranos não são cristãos e, indo mais longe, que o não foram os apóstolos, porque nesses tempos ainda o catolicismo ainda não existia; o catolicismo, como saiu do Conselho de Trento, instituição política, impondo-se à consciência humana, decidindo acima da razão, monopolizando a ciência nas mãos dos jesuítas, semeando a ignorância entre o povo, atando a guerra religiosa.”

É curioso este cumprimento ao protestantismo.

Faz o sr. Antero distinção entre os luteranos e protestantes; mas o que significa ela? Será, porventura, que sabe haver entre estas seitas que não são cristãs, já porque negam a existência histórica de Cristo, ou sua personalidade humana, já porque negam a sua divindade, já porque rejeitam o batismo? Nesse caso desmentiu a afirmação que vinha de fazer de que todos os protestantes são cristãos, e seguiu a S. Justino, quando diz dos sectários: “Não lhes damos ordinariamente o nome de cristãos; chamamos a uns marcionitas,

a outros valentinianos, ou basilidianos do nome do autor da sua seita (Dial. Cont. Tryp. p. 253).”

Não pode ignorar que os luteranos foram os primeiros protestantes, quer porque protestaram na dieta de Spira em 1529, de onde nasceu o nome, como porque foi Lutero o primeiro que proclamou a revolta; com o que autoriza a crença que só quis mostrar ao seu auditório que o desprezava por falta de inteligência. Ele que lhe agradeça a delicadeza.

Com o mesmo o fim, se não com o de fazer ostentação de agilidade, pôde lembrar-se de dizer que os apóstolos não foram católicos, porque o catolicismo não existia no seu tempo. Não pode estar disso convencido, pois do contrário ter-se-ia informado tanto da época do seu aparecimento, como das doutrinas em que o símbolo deste se distinguiu das do símbolos daqueles. Mas se o fizesse, não exigiria, como exigiu, um ato de fé do seu auditório a infalibilidade do preletor. Disse; é quando basta, o rebanho crê.

Sabe-se quando começaram todas as seitas, que desde o tempo dos Apóstolos se separam do catolicismo, e quais os pontos que deram motivo ao pretexto à separação; e assim cada uma, a seu modo, vem dar testemunho que o catolicismo é mais antigo do que elas, e deste modo se chega aos tempos apostólicos. Sabe-se quando começaram as principais seitas protestantes, e em que a simbólica de cada uma delas diverge da antecedente, e todas do catolicismo; quanto a este, não sabe, quando, nem como apareceu quem prescindisse dos Apóstolos. Alguns doutores destas seitas, querendo, talvez por um resto de pudor, justificar a sua revolta, disseram que o catolicismo era uma degeneração do cristianismo, mas, não tão hábeis como sr. Antero, quiseram marcar a época dessa degeneração, e quais apontaram 4º século, quais o 5º, quais o 6º, e quais o 9º, e a par desta confusão cronológica vinha a doutrinal, fazendo uns consistir a degeneração numa coisa, e outros em outra. Ambas as confusões, porém, tinham de bom que provavam não ter havido tal degeneração senão na má vontade e desvairada imaginação de cada um deles.

O preletor do Cassino, seguindo Edgard Quinet, assinou o catolicismo, isto é, ao que chamou degeneração do cristianismo, o 16º século como a época do seu aparecimento, e a manifestação desse fato achou-a no Concílio de Trento com a confissão auricular obrigatória, e o monopólio da ciência nas mãos dos jesuítas, etc.

Não pode conceber a razão humana que o efeito seja anterior a causa, mas por isso mesmo é que o sr. Antero exige do seu povo a crença de que as seitas protestaram em 1517–1532 contra o catolicismo do Concílio de Trento em 1547-1563, e dos jesuítas em 1540: a causa posterior ao efeito, e maravilhoso. Quanto a confissão auricular obrigatória, cremos não fazer injúria ao sr. Antero dizendo que muito bem sabe que Wiclef no XIV foi o primeiro que negou a necessidade da confissão auricular como preceito, o que mostra existência dela antes do XVI século; que neste século Calvino lembrou-se de atribuir a Inocencio III o estabelecimento dela no XIII século, sendo que canon XXI do quarto Concílio de Latrão (1215)

não faz mais do que designar a quem e quando se deve fazer a confissão auricular, o que mostraria desde logo que ela é muito mais antiga, se testemunhos muito solenes e formais ou não patenteassem já; tais são, os gregos e cismáticos, que se separaram em 858 (IX século), os nestorianos em 553 (VI século), os eutichianos em 451 (V século), e novacianos em 251 (III século), e que apesar disso conservam a confissão auricular obrigatória. Como pois, sabendo isso, se atreveria a dizer que fora ela estabelecida no XVI século? Para escarnecer da ignorância boçal dos seus ouvintes, que neste ponto aplaudiram, refere o Jornal da Noite.

Em outro artigo havemos de ocupar-nos das demais indicações do que chama o catolicismo em oposição ao cristianismo: agora limitamo-nos a breves palavras sobre a sua asserção de que os apóstolos não foram católicos, porque o catolicismo não existia naquele tempo. Se quis dizer que não existia a palavra catolicismo, não entendemos contestar-lhe; e apenas diremos que, negando aos Apóstolos a qualidade de católicos por não existir o termo de onde julga ter nascido este vocábulo, cai no erro em que incorreria (p, 6.) quem dissesse que Manuel Fernandes Thomaz não era liberal, porque ainda não existia a palavra liberalismo: mas se quis dizer que ainda não existia a religião assim chamada, ou enganou voluntariamente, ou errou deploravelmente. Quer dessa dos Apóstolos até nós, quer suba do nosso tempo até os Apóstolos. Achará que a doutrina é a mesma, sem transformação, e sem mudança.

Quanto a palavra catolicismo, de certo só depois dos Apóstolos, e quando a religião por eles pregada tinha chegado aos extremos do mundo conhecido, é que o vocábulo foi inventado para exprimir esta universalidade da mesma crença. Assim é que no ano 43 de Jesus Cristo se inventou em Antioquia a palavra cristão para indicar a classe dos discípulos de Jesus que tinha saído do paganismo, e portanto os Apóstolos não puderam ter esse nome, visto não terem saído do paganismo; e como a palavra cristianismo foi mais tarde formada de cristão, segue-se que ainda no tempo dos Apóstolos não havia cristianismo, e que eles não foram cristãos.

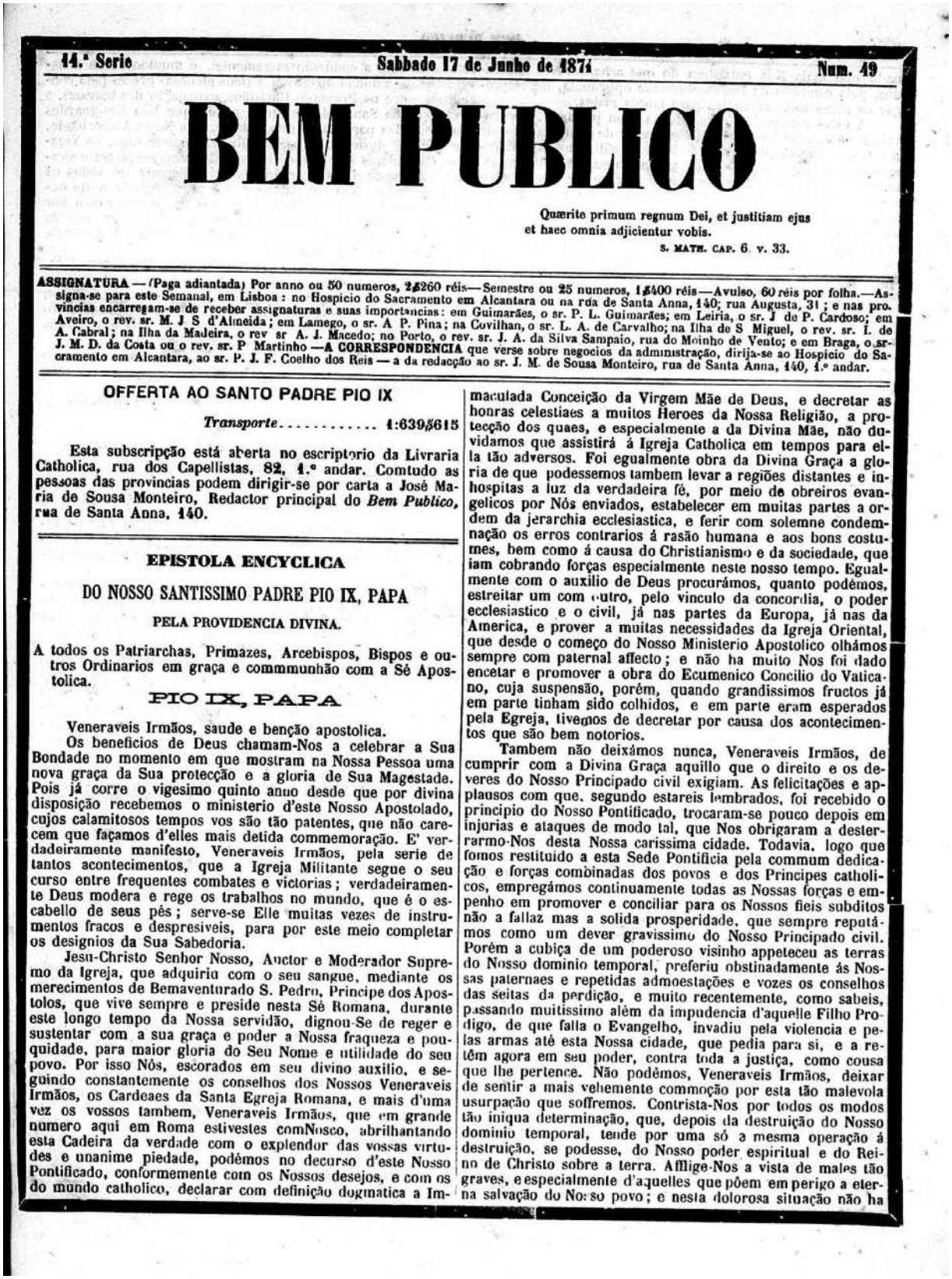
O chasco do sr. Antero é tal, que ele mesmo ficou chasqueado, com aqueles a quem quisera chasquer, se é eu não foram outras as suas vistas.

Mais diremos que pessoas eruditas no estudo das antiguidades eclesiásticas dizem ter sido o vocábulo cristão, empregado em som de injúria aos discípulos de Jesus, como nos nossos dias se chama reacionário para injuriar aos que não dobramos o joelho a Besta; e que fora só mais tarde, entre os fins do primeiro e princípios do segundo século, que foi recebida e usada com aplauso geral pelos próprios a quem era aplicada, como afronta e sentença de morte. Não se sabe quando começou a andar em voga a palavra católico, mais sabe-se que já no III século, os ereges indicavam as igrejas os que estavam em comunhão com Roma, quando se lhes perguntava pelas igrejas dos católicos; assim como também se sabe que aos ereges não chamavam cristãos os católicos, supondo por isso alguns que a palavra

catolicismo fosse por estes inventada em ódio, e como quem queria dar a cor de seita à da Igreja verdadeira, a qual aceitou e consagrou o termo, que diretamente derivava de católico.

3.2.4.15 - Bem Público 17/junho/1871

Fig. 48 - Bem Público 17/junho/1871 – p.1



14.ª Serie — Sabbado 17 de Junho de 1871 — Num. 49

BEM PUBLICO

Quærite primum regnum Dei, et justitiam ejus et haec omnia adjicientur vobis.
S. MATH. CAP. 6. v. 33.

ASSIGNATURA — (Paga adiantada) Por anno ou 50 numeros, 2$260 réis — Semestre ou 25 numeros, 1$400 réis — Avulso, 60 réis por folha. — Assigna-se para este Semanal, em Lisboa: no Hospicio do Sacramento em Alcantara ou na rua de Santa Anna, 140; rua Augusta, 31; e nas provincias encarregam-se de receber assignaturas e suas importancias: em Guimarães, o sr. P. L. Guimarães; em Leiria, o sr. J de P. Cardoso; em Aveiro, o rev. sr. M. J S d'Almeida; em Lamego, o sr. A P. Pina; na Covilhan, o sr. L. A. de Carvalho; na Ilha de S Miguel, o rev. sr. I. de A. Cabral; na Ilha da Madeira, o rev sr A. J. Macedo; no Porto, o rev. sr. J. A. da Silva Sampaio, rua do Moinho de Vento; e em Braga, o sr. J. M. D. da Costa ou o rev. sr. P Martinho — **A CORRESPONDENCIA** que verse sobre negocios da administração, dirija-se ao Hospicio do Sacramento em Alcantara, ao sr. P. J. F. Coelho dos Reis — a da redacção ao sr. J. M. de Sousa Monteiro, rua de Santa Anna, 140, 1.º andar.

OFFERTA AO SANTO PADRE PIO IX

Transporte..... 1:639$615

Esta subscripção está aberta no escriptorio da Livraria Catholica, rua dos Capellistas, 82, 1.º andar. Comtudo as pessoas das provincias podem dirigir-se por carta a José Maria de Sousa Monteiro, Redactor principal do *Bem Publico*, rua de Santa Anna, 140.

EPISTOLA ENCYCLICA

DO NOSSO SANTISSIMO PADRE PIO IX, PAPA

PELA PROVIDENCIA DIVINA.

A todos os Patriarchas, Primazes, Arcebispos, Bispos e outros Ordinarios em graça e commmunhão com a Sé Apostolica.

PIO IX, PAPA

Veneraveis Irmãos, saude e benção apostolica.

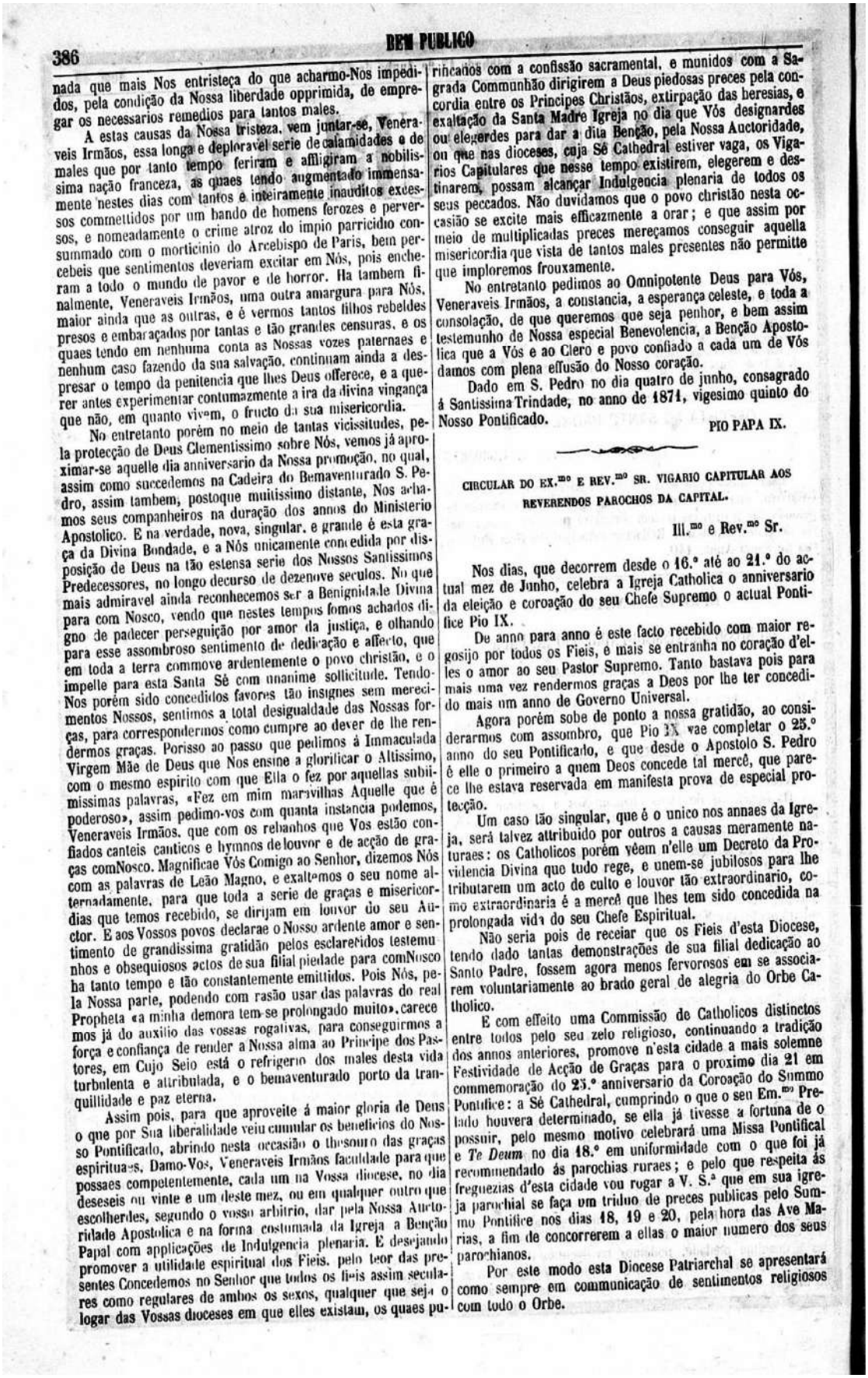
Os beneficios de Deus chamam-Nos a celebrar a Sua Bondade no momento em que mostram na Nossa Pessoa uma nova graça da Sua protecção e a gloria de Sua Magestade. Pois já corre o vigesimo quinto anno desde que por divina disposição recebemos o ministerio d'este Nosso Apostolado, cujos calamitosos tempos vos são tão patentes, que não carecem que façamos d'elles mais detida commemoração. E' verdadeiramente manifesto, Veneraveis Irmãos, pela serie de tantos acontecimentos, que a Igreja Militante segue o seu curso entre frequentes combates e victorias; verdadeiramente Deus modera e rege os trabalhos no mundo, que é o escabello de seus pés; serve-se Elle muitas vezes de instrumentos fracos e despresiveis, para por este meio completar os designios da Sua Sabedoria.

Jesu-Christo Senhor Nosso, Auctor e Moderador Supremo da Igreja, que adquiriu com o seu sangue, mediante os merecimentos de Bemaventurado S. Pedro, Principe dos Apostolos, que vive sempre e preside nesta Sé Romana, durante este longo tempo da Nossa servidão, dignou-Se de reger e sustentar com a sua graça e poder a Nossa fraqueza e pouquidade, para maior gloria do Seu Nome e utilidade do seu povo. Por isso Nós, escorados em seu divino auxilio, e seguindo constantemente os conselhos dos Nossos Veneraveis Irmãos, os Cardeaes da Santa Egreja Romana, e mais d'uma vez os vossos tambem, Veneraveis Irmãos, que em grande numero aqui em Roma estivestes comNosco, abrilhantando esta Cadeira da verdade com o explendor das vossas virtudes e unanime piedade, podêmos no decurso d'este Nosso Pontificado, conformemente com os Nossos desejos, e com os do mundo catholico, declarar com definição dogmatica a Immaculada Conceição da Virgem Mãe de Deus, e decretar as honras celestiaes a muitos Heroes da Nossa Religião, a protecção dos quaes, e especialmente a da Divina Mãe, não duvidamos que assistirá á Igreja Catholica em tempos para ella tão adversos. Foi egualmente obra da Divina Graça a gloria de que podessemos tambem levar a regiões distantes e inhospitas a luz da verdadeira fé, por meio de obreiros evangelicos por Nós enviados, estabelecer em muitas partes a ordem da jerarchia ecclesiastica, e ferir com solemne condemnação os erros contrarios á rasão humana e aos bons costumes, bem como á causa do Christianismo e da sociedade, que iam cobrando forças especialmente neste nosso tempo. Egualmente com o auxilio de Deus procurámos, quanto podêmos, estreitar um com outro, pelo vinculo da concordia, o poder ecclesiastico e o civil, já nas partes da Europa, já nas da America, e prover a muitas necessidades da Igreja Oriental, que desde o começo do Nosso Ministerio Apostolico olhámos sempre com paternal affecto; e não ha muito Nos foi dado encetar e promover a obra do Ecumenico Concilio do Vaticano, cuja suspensão, porém, quando grandissimos fructos já em parte tinham sido colhidos, e em parte eram esperados pela Egreja, tivemos de decretar por causa dos acontecimentos que são bem notorios.

Tambem não deixámos nunca, Veneraveis Irmãos, de cumprir com a Divina Graça aquillo que o direito e os deveres do Nosso Principado civil exigiam. As felicitações e applausos com que, segundo estareis lembrados, foi recebido o principio do Nosso Pontificado, trocaram-se pouco depois em injurias e ataques de modo tal, que Nos obrigaram a desterrarmo-Nos desta Nossa carissima cidade. Todavia, logo que fomos restituido a esta Sede Pontificia pela commum dedicação e forças combinadas dos povos e dos Principes catholicos, empregámos continuamente todas as Nossas forças e empenho em promover e conciliar para os Nossos fieis subditos não a fallaz mas a solida prosperidade, que sempre reputámos como um dever gravissimo do Nosso Principado civil. Porém a cubiça de um poderoso visinho appeteceu as terras do Nosso dominio temporal, preferiu obstinadamente ás Nossas paternaes e repetidas admoestações e vozes os conselhos das seitas da perdição, e muito recentemente, como sabeis, passando muitissimo além da impudencia d'aquelle Filho Prodigo, de que falla o Evangelho, invadiu pela violencia e pelas armas até esta Nossa cidade, que pedia para si, e a retêm agora em seu poder, contra toda a justiça, como cousa que lhe pertence. Não podêmos, Veneraveis Irmãos, deixar de sentir a mais vehemente commoção por esta tão malevola usurpação que soffremos. Contrista-Nos por todos os modos tão iniqua determinação, que, depois da destruição do Nosso dominio temporal, tende por uma só a mesma operação á destruição, se podesse, do Nosso poder espiritual e do Reino de Christo sobre a terra. Afflige-Nos a vista de males tão graves, e especialmente d'aquelles que pôem em perigo a eterna salvação do Nosso povo; e nesta dolorosa situação não ha

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 49 - Bem Público 17/junho/1871 – p.2



386 BEM PUBLICO

nada que mais Nos entristeça do que acharmo-Nos impedidos, pela condição da Nossa liberdade opprimida, de empregar os necessarios remedios para tantos males.

A estas causas da Nossa tristeza, vem juntar-se, Veneraveis Irmãos, essa longa e deploravel serie de calamidades e de males que por tanto tempo feriram e affligiram a nobilissima nação franceza, as quaes tendo augmentado immensamente nestes dias com tantos e inteiramente inauditos excessos commettidos por um bando de homens ferozes e perversos, e nomeadamente o crime atroz do impio parricidio consummado com o morticinio do Arcebispo de Paris, bem percebeis que sentimentos deveriam excitar em Nós, pois encheram a todo o mundo de pavor e de horror. Ha tambem finalmente, Veneraveis Irmãos, uma outra amargura para Nós, maior ainda que as outras, e é vermos tantos filhos rebeldes presos e embaraçados por tantas e tão grandes censuras, e os quaes tendo em nenhuma conta as Nossas vozes paternaes e nenhum caso fazendo da sua salvação, continuam ainda a despresar o tempo da penitencia que lhes Deus offerece, e a querer antes experimentar contumazmente a ira da divina vingança que não, em quanto vivem, o fructo da sua misericordia.

No entretanto porém no meio de tantas vicissitudes, pela protecção de Deus Clementissimo sobre Nós, vemos já aproximar-se aquelle dia anniversario da Nossa promoção, no qual, assim como succedemos na Cadeira do Bemaventurado S. Pedro, assim tambem, postoque muitissimo distante, Nos achamos seus companheiros na duração dos annos do Ministerio Apostolico. E na verdade, nova, singular, e grande é esta graça da Divina Bondade, e a Nós unicamente concedida por disposição de Deus na tão estensa serie dos Nossos Santissimos Predecessores, no longo decurso de dezenove seculos. No que mais admiravel ainda reconhecemos ser a Benignidade Divina para com Nosco, vendo que nestes tempos fomos achados dignos de padecer perseguição por amor da justiça, e olhando para esse assombroso sentimento de dedicação e affecto, que em toda a terra commove ardentemente o povo christão, e o impelle para esta Santa Sé com unanime sollicitude. Tendo-Nos porém sido concedidos favores tão insignes sem merecimentos Nossos, sentimos a total desigualdade das Nossas forças, para correspondermos como cumpre ao dever de lhe rendermos graças. Porisso ao passo que pedimos á Immaculada Virgem Mãe de Deus que Nos ensine a glorificar o Altissimo, com o mesmo espirito com que Ella o fez por aquellas subiimissimas palavras, «Fez em mim maravilhas Aquelle que é poderoso», assim pedimo-vos com quanta instancia podemos, Veneraveis Irmãos, que com os rebanhos que Vos estão confiados canteis canticos e hymnos de louvor e de acção de graças comNosco. Magnificae Vós Comigo ao Senhor, dizemos Nós com as palavras de Leão Magno, e exaltemos o seu nome alternadamente, para que toda a serie de graças e misericordias que temos recebido, se dirijam em louvor do seu Auctor. E aos Vossos povos declarae o Nosso ardente amor e sentimento de grandissima gratidão pelos esclarecidos testemunhos e obsequiosos actos de sua filial piedade para comNosco ha tanto tempo e tão constantemente emittidos. Pois Nós, pela Nossa parte, podendo com rasão usar das palavras do real Propheta «a minha demora tem-se prolongado muito», carecemos já do auxilio das vossas rogativas, para conseguirmos a força e confiança de render a Nossa alma ao Principe dos Pastores, em Cujo Seio está o refrigerio dos males desta vida turbulenta e attribulada, e o bemaventurado porto da tranquillidade e paz eterna.

Assim pois, para que aproveite á maior gloria de Deus o que por Sua liberalidade veiu cumular os beneficios do Nosso Pontificado, abrindo nesta occasião o thesouro das graças espirituaes, Damo-Vos, Veneraveis Irmãos faculdade para que possaes competentemente, cada um na Vossa diocese, no dia deseseis ou vinte e um deste mez, ou em qualquer outro que escolherdes, segundo o vosso arbitrio, dar pela Nossa Auctoridade Apostolica e na forma costumada da Igreja a Benção Papal com applicações de Indulgencia plenaria. E desejando promover a utilidade espiritual dos Fieis, pelo teor das presentes Concedemos no Senhor que todos os fieis assim seculares como regulares de ambos os sexos, qualquer que seja o logar das Vossas dioceses em que elles existam, os quaes purificados com a confissão sacramental, e munidos com a Sagrada Communhão dirigirem a Deus piedosas preces pela concordia entre os Principes Christãos, extirpação das heresias, e exaltação da Santa Madre Igreja no dia que Vós designardes ou elegerdes para dar a dita Benção, pela Nossa Auctoridade, ou que nas dioceses, cuja Sé Cathedral estiver vaga, os Vigarios Capitulares que nesse tempo existirem, elegerem e destinarem, possam alcançar Indulgencia plenaria de todos os seus peccados. Não duvidamos que o povo christão nesta occasião se excite mais efficazmente a orar; e que assim por meio de multiplicadas preces mereçamos conseguir aquella misericordia que vista de tantos males presentes não permitte que imploremos frouxamente.

No entretanto pedimos ao Omnipotente Deus para Vós, Veneraveis Irmãos, a constancia, a esperança celeste, e toda a consolação, de que queremos que seja penhor, e bem assim testemunho de Nossa especial Benevolencia, a Benção Apostolica que a Vós e ao Clero e povo confiado a cada um de Vós damos com plena effusão do Nosso coração.

Dado em S. Pedro no dia quatro de junho, consagrado á Santissima Trindade, no anno de 1871, vigesimo quinto do Nosso Pontificado.

PIO PAPA IX.

CIRCULAR DO EX.mo E REV.mo SR. VIGARIO CAPITULAR AOS REVERENDOS PAROCHOS DA CAPITAL.

Ill.mo e Rev.mo Sr.

Nos dias, que decorrem desde o 16.º até ao 21.º do actual mez de Junho, celebra a Igreja Catholica o anniversario da eleição e coroação do seu Chefe Supremo o actual Pontifice Pio IX.

De anno para anno é este facto recebido com maior regosijo por todos os Fieis, e mais se entranha no coração d'elles o amor ao seu Pastor Supremo. Tanto bastava pois para mais uma vez rendermos graças a Deos por lhe ter concedido mais um anno de Governo Universal.

Agora porém sobe de ponto a nossa gratidão, ao considerarmos com assombro, que Pio IX vae completar o 25.º anno do seu Pontificado, e que desde o Apostolo S. Pedro é elle o primeiro a quem Deos concede tal mercê, que parece lhe estava reservada em manifesta prova de especial protecção.

Um caso tão singular, que é o unico nos annaes da Igreja, será talvez attribuido por outros a causas meramente naturaes: os Catholicos porém vêem n'elle um Decreto da Providencia Divina que tudo rege, e unem-se jubilosos para lhe tributarem um acto de culto e louvor tão extraordinario, como extraordinaria é a mercê que lhes tem sido concedida na prolongada vida do seu Chefe Espiritual.

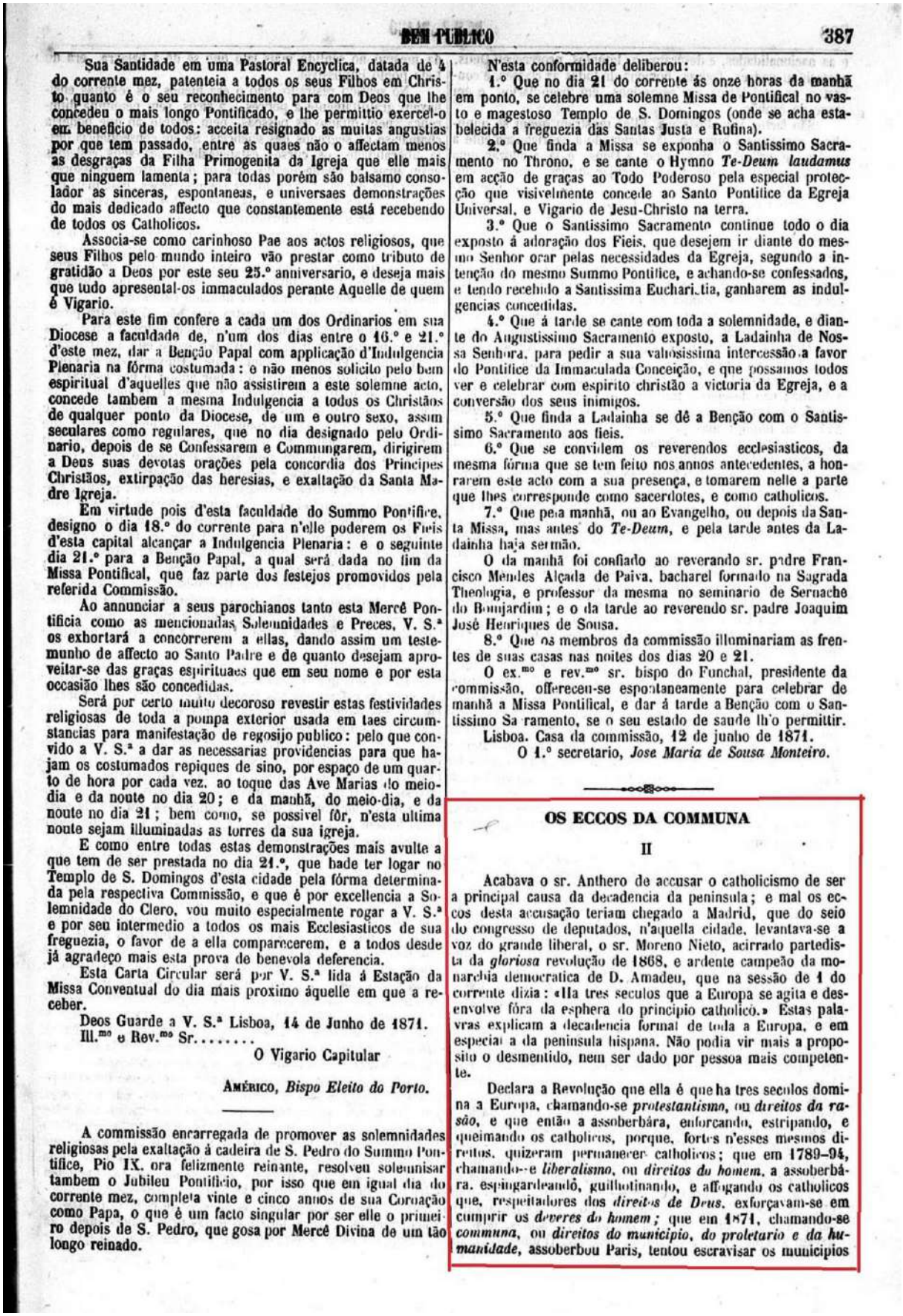
Não seria pois de receiar que os Fieis d'esta Diocese, tendo dado tantas demonstrações de sua filial dedicação ao Santo Padre, fossem agora menos fervorosos em se associarem voluntariamente ao brado geral de alegria do Orbe Catholico.

E com effeito uma Commissão de Catholicos distinctos entre todos pelo seu zelo religioso, continuando a tradição dos annos anteriores, promove n'esta cidade a mais solemne Festividade de Acção de Graças para o proximo dia 21 em commemoração do 25.º anniversario da Coroação do Summo Pontifice: a Sé Cathedral, cumprindo o que o seu Em.mo Prelado houvera determinado, se ella já tivesse a fortuna de o possuir, pelo mesmo motivo celebrará uma Missa Pontifical e *Te Deum* no dia 18.º em uniformidade com o que foi já recommendado ás parochias ruraes; e pelo que respeita ás freguezias d'esta cidade vou rogar a V. S.ª que em sua igreja parochial se faça um triduo de preces publicas pelo Summo Pontifice nos dias 18, 19 e 20, pela hora das Ave Marias, a fim de concorrerem a ellas o maior numero dos seus parochianos.

Por este modo esta Diocese Patriarchal se apresentará como sempre em communicação de sentimentos religiosos com todo o Orbe.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 50 - Bem Público 17/junho/1871 – p.3



Sua Santidade em uma Pastoral Encyclica, datada de 4 do corrente mez, patenteia a todos os seus Filhos em Christo quanto é o seu reconhecimento para com Deos que lhe concedeu o mais longo Pontificado, e lhe permittio exercel-o em beneficio de todos: acceita resignado as muitas angustias por que tem passado, entre as quaes não o affectam menos as desgraças da Filha Primogenita da Igreja que elle mais que ninguem lamenta; para todas porêm são balsamo consolador as sinceras, espontaneas, e universaes demonstrações do mais dedicado affecto que constantemente está recebendo de todos os Catholicos.

Associa-se como carinhoso Pae aos actos religiosos, que seus Filhos pelo mundo inteiro vão prestar como tributo de gratidão a Deos por este seu 25.º anniversario, e deseja mais que tudo apresental-os immaculados perante Aquelle de quem é Vigario.

Para este fim confere a cada um dos Ordinarios em sua Diocese a faculdade de, n'um dos dias entre o 16.º e 21.º d'este mez, dar a Benção Papal com applicação d'Indulgencia Plenaria na fórma costumada: e não menos solicito pelo bem espiritual d'aquelles que não assistirem a este solemne acto, concede tambem a mesma Indulgencia a todos os Christãos de qualquer ponto da Diocese, de um e outro sexo, assim seculares como regulares, que no dia designado pelo Ordinario, depois de se Confessarem e Commungarem, dirigirem a Deus suas devotas orações pela concordia dos Principes Christãos, extirpação das heresias, e exaltação da Santa Madre Igreja.

Em virtude pois d'esta faculdade do Summo Pontifice, designo o dia 18.º do corrente para n'elle poderem os Fieis d'esta capital alcançar a Indulgencia Plenaria: e o seguinte dia 21.º para a Benção Papal, a qual será dada no fim da Missa Pontifical, que faz parte dos festejos promovidos pela referida Commissão.

Ao annunciar a seus parochianos tanto esta Mercê Pontificia como as mencionadas Solemnidades e Preces, V. S.ª os exhortará a concorrerem a ellas, dando assim um testemunho de affecto ao Santo Padre e de quanto desejam aproveitar-se das graças espirituaes que em seu nome e por esta occasião lhes são concedidas.

Será por certo muito decoroso revestir estas festividades religiosas de toda a pompa exterior usada em taes circumstancias para manifestação de regosijo publico: pelo que convido a V. S.ª a dar as necessarias providencias para que hajam os costumados repiques de sino, por espaço de um quarto de hora por cada vez, ao toque das Ave Marias do meio-dia e da noute no dia 20; e da manhã, do meio-dia, e da noute no dia 21; bem como, se possivel fôr, n'esta ultima noute sejam illuminadas as torres da sua igreja.

E como entre todas estas demonstrações mais avulte a que tem de ser prestada no dia 21.º, que hade ter logar no Templo de S. Domingos d'esta cidade pela fórma determinada pela respectiva Commissão, e que é por excellencia a Solemnidade do Clero, vou muito especialmente rogar a V. S.ª e por seu intermedio a todos os mais Ecclesiasticos de sua freguezia, o favor de a ella comparecerem, e a todos desde já agradeço mais esta prova de benevola deferencia.

Esta Carta Circular será por V. S.ª lida á Estação da Missa Conventual do dia mais proximo áquelle em que a receber.

Deos Guarde a V. S.ª Lisboa, 14 de Junho de 1871.
Ill.mo e Rev.mo Sr.....

O Vigario Capitular

AMÉRICO, *Bispo Eleito do Porto.*

A commissão encarregada de promover as solemnidades religiosas pela exaltação á cadeira de S. Pedro do Summo Pontifice, Pio IX. ora felizmente reinante, resolveu solemnisar tambem o Jubileu Pontificio, por isso que em igual dia do corrente mez, completa vinte e cinco annos de sua Coroação como Papa, o que é um facto singular por ser elle o primeiro depois de S. Pedro, que gosa por Mercê Divina de um tão longo reinado.

N'esta conformidade deliberou:

1.º Que no dia 21 do corrente ás onze horas da manhã em ponto, se celebre uma solemne Missa de Pontifical no vasto e magestoso Templo de S. Domingos (onde se acha estabelecida a freguezia das Santas Justa e Rufina).

2.º Que finda a Missa se exponha o Santissimo Sacramento no Throno, e se cante o Hymno *Te-Deum laudamus* em acção de graças ao Todo Poderoso pela especial protecção que visivelmente concede ao Santo Pontifice da Egreja Universal, e Vigario de Jesu-Christo na terra.

3.º Que o Santissimo Sacramento continue todo o dia exposto á adoração dos Fieis, que desejem ir diante do mesmo Senhor orar pelas necessidades da Egreja, segundo a intenção do mesmo Summo Pontifice, e achando-se confessados, e tendo recebido a Santissima Eucharistia, ganharem as indulgencias concedidas.

4.º Que á tarde se cante com toda a solemnidade, e diante do Augustissimo Sacramento exposto, a Ladainha de Nossa Senhora, para pedir a sua valiosissima intercessão a favor do Pontifice da Immaculada Conceição, e que possamos todos ver e celebrar com espirito christão a victoria da Egreja, e a conversão dos seus inimigos.

5.º Que finda a Ladainha se dê a Benção com o Santissimo Sacramento aos fieis.

6.º Que se convidem os reverendos ecclesiasticos, da mesma fórma que se tem feito nos annos antecedentes, a honrarem este acto com a sua presença, e tomarem nelle a parte que lhes corresponde como sacerdotes, e como catholicos.

7.º Que pela manhã, ou ao Evangelho, ou depois da Santa Missa, mas antes do *Te-Deum*, e pela tarde antes da Ladainha haja sermão.

O da manhã foi confiado ao reverando sr. padre Francisco Mendes Alçada de Paiva, bacharel formado na Sagrada Theologia, e professor da mesma no seminario de Sernache do Bomjardim; e o da tarde ao reverendo sr. padre Joaquim José Henriques de Sousa.

8.º Que os membros da commissão illuminariam as frentes de suas casas nas noites dos dias 20 e 21.

O ex.mo e rev.mo sr. bispo do Funchal, presidente da commissão, offereceu-se espontaneamente para celebrar de manhã a Missa Pontifical, e dar á tarde a Benção com o Santissimo Sacramento, se o seu estado de saude lh'o permittir.

Lisboa. Casa da commissão, 12 de junho de 1871.

O 1.º secretario, *Jose Maria de Sousa Monteiro.*

OS ECCOS DA COMMUNA

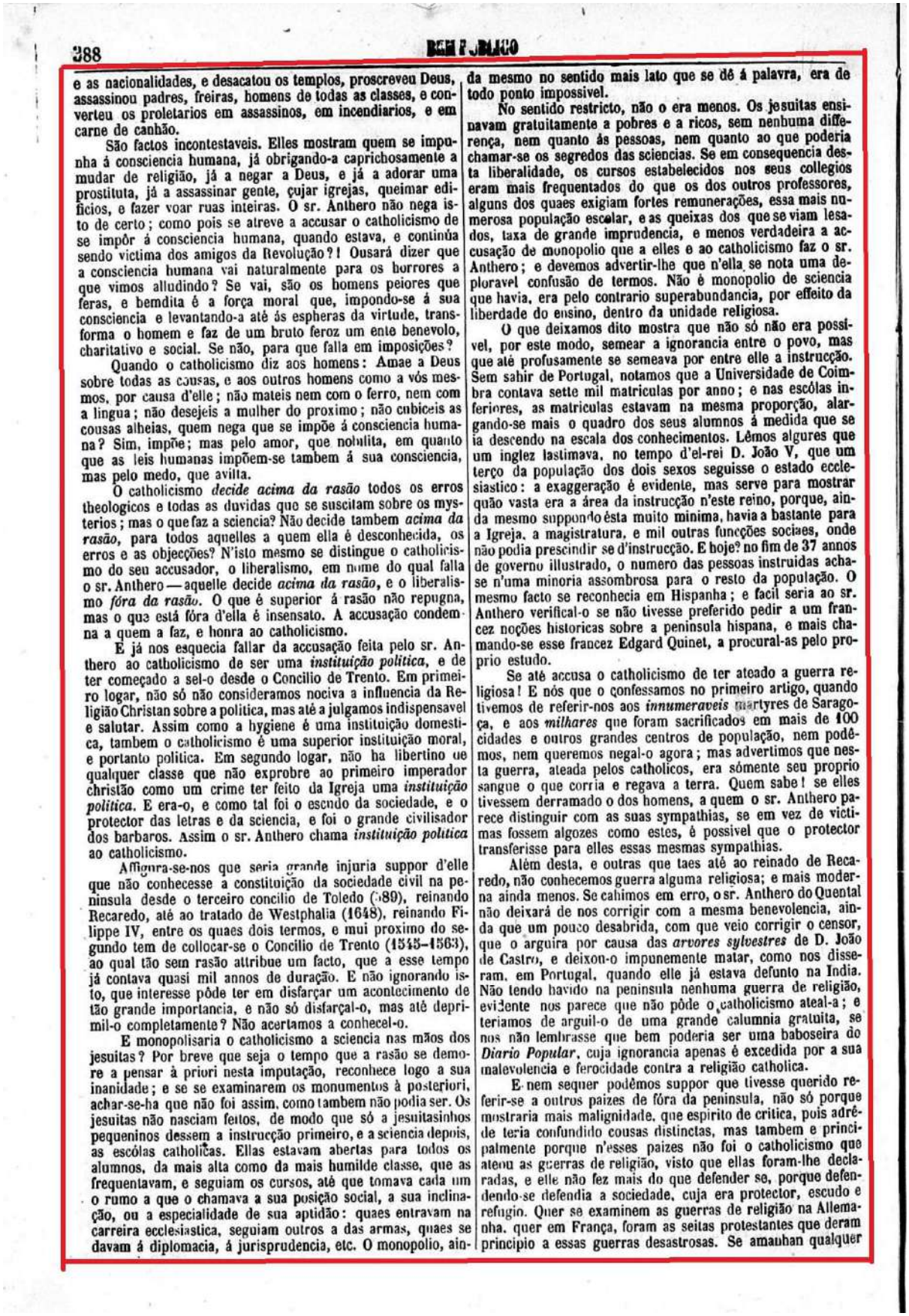
II

Acabava o sr. Anthero de accusar o catholicismo de ser a principal causa da decadencia da peninsula; e mal os eccos desta accusação teriam chegado a Madrid, que do seio do congresso de deputados, n'aquella cidade, levantava-se a voz do grande liberal, o sr. Moreno Nieto, acirrado partedista da *gloriosa* revolução de 1868, e ardente campeão da monarchia democratica de D. Amadeu, que na sessão de 1 do corrente dizia: «Ha tres seculos que a Europa se agita e desenvolve fóra da esphera do principio catholico.» Estas palavras explicam a decadencia formal de toda a Europa, e em especial a da peninsula hispana. Não podia vir mais a proposito o desmentido, nem ser dado por pessoa mais competente.

Declara a Revolução que ella é que ha tres seculos domina a Europa, chamando-se *protestantismo*, ou *direitos da rasão*, e que então a assoberbára, enforcando, estripando, e queimando os catholicos, porque, fortes n'esses mesmos direitos, quizeram permanecer catholicos; que em 1789-94, chamando-se *liberalismo*, ou *direitos do homem*, a assoberbára, espingardeando, guilhotinando, e affogando os catholicos que, respeitadores dos *direitos de Deus*, exforçavam-se em cumprir os *deveres do homem*; que em 1871, chamando-se *communa*, ou *direitos do municipio, do proletario e da humanidade*, assoberbou Paris, tentou escravisar os municipios

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 51 - Bem Público 17/junho/1871 – p.4



388 BEM PUBLICO

e as nacionalidades, e desacatou os templos, proscreveu Deus, assassinou padres, freiras, homens de todas as classes, e converteu os proletarios em assassinos, em incendiarios, e em carne de canhão.

São factos incontestaveis. Elles mostram quem se impunha á consciencia humana, já obrigando-a caprichosamente a mudar de religião, já a negar a Deus, e já a adorar uma prostituta, já a assassinar gente, çujar igrejas, queimar edificios, e fazer voar ruas inteiras. O sr. Anthero não nega isto de certo; como pois se atreve a accusar o catholicismo de se impôr á consciencia humana, quando estava, e continúa sendo victima dos amigos da Revolução?! Ousará dizer que a consciencia humana vai naturalmente para os horrores a que vimos alludindo? Se vai, são os homens peiores que feras, e bemdita é a força moral que, impondo-se á sua consciencia e levantando-a até ás espheras da virtude, transforma o homem e faz de um bruto feroz um ente benevolo, charitativo e social. Se não, para que falla em imposições?

Quando o catholicismo diz aos homens: Amae a Deus sobre todas as cousas, e aos outros homens como a vós mesmos, por causa d'elle; não mateis nem com o ferro, nem com a lingua; não desejeis a mulher do proximo; não cubiceis as cousas alheias, quem nega que se impõe á consciencia humana? Sim, impõe; mas pelo amor, que nobilita, em quanto que as leis humanas impõem-se tambem á sua consciencia, mas pelo medo, que avilta.

O catholicismo *decide acima da rasão* todos os erros theologicos e todas as duvidas que se suscitam sobre os mysterios; mas o que faz a sciencia? Não decide tambem *acima da rasão*, para todos aquelles a quem ella é desconhecida, os erros e as objecções? N'isto mesmo se distingue o catholicismo do seu accusador, o liberalismo, em nome do qual falla o sr. Anthero — aquelle decide *acima da rasão*, e o liberalismo *fóra da rasão*. O que é superior á rasão não repugna, mas o que está fóra d'ella é insensato. A accusação condemna a quem a faz, e honra ao catholicismo.

E já nos esquecia fallar da accusação feita pelo sr. Anthero ao catholicismo de ser uma *instituição politica*, e de ter começado a sel-o desde o Concilio de Trento. Em primeiro logar, não só não consideramos nociva a influencia da Religião Christan sobre a politica, mas até a julgamos indispensavel e salutar. Assim como a hygiene é uma instituição domestica, tambem o catholicismo é uma superior instituição moral, e portanto politica. Em segundo logar, não ha libertino de qualquer classe que não exprobre ao primeiro imperador christão como um crime ter feito da Igreja uma *instituição politica*. E era-o, e como tal foi o escudo da sociedade, e o protector das letras e da sciencia, e foi o grande civilisador dos barbaros. Assim o sr. Anthero chama *instituição politica* ao catholicismo.

Affigura-se-nos que seria grande injuria suppor d'elle que não conhecesse a constituição da sociedade civil na peninsula desde o terceiro concilio de Toledo (589), reinando Recaredo, até ao tratado de Westphalia (1648), reinando Filippe IV, entre os quaes dois termos, e mui proximo do segundo tem de collocar-se o Concilio de Trento (1545–1563), ao qual tão sem rasão attribue um facto, que a esse tempo já contava quasi mil annos de duração. E não ignorando isto, que interesse póde ter em disfarçar um acontecimento de tão grande importancia, e não só disfarçal-o, mas até deprimil-o completamente? Não acertamos a conhecel-o.

E monopolisaria o catholicismo a sciencia nas mãos dos jesuitas? Por breve que seja o tempo que a rasão se demore a pensar á priori nesta imputação, reconhece logo a sua inanidade; e se se examinarem os monumentos á posteriori, achar-se-ha que não foi assim, como tambem não podia ser. Os jesuitas não nasciam feitos, de modo que só a jesuitasinhos pequeninos dessem a instrucção primeiro, e a sciencia depois, as escólas catholicas. Ellas estavam abertas para todos os alumnos, da mais alta como da mais humilde classe, que as frequentavam, e seguiam os cursos, até que tomava cada um o rumo a que o chamava a sua posição social, a sua inclinação, ou a especialidade de sua aptidão: quaes entravam na carreira ecclesiastica, seguiam outros a das armas, quaes se davam á diplomacia, á jurisprudencia, etc. O monopolio, ainda mesmo no sentido mais lato que se dê á palavra, era de todo ponto impossivel.

No sentido restricto, não o era menos. Os jesuitas ensinavam gratuitamente a pobres e a ricos, sem nenhuma differença, nem quanto ás pessoas, nem quanto ao que poderia chamar-se os segredos das sciencias. Se em consequencia desta liberalidade, os cursos estabelecidos nos seus collegios eram mais frequentados do que os dos outros professores, alguns dos quaes exigiam fortes remunerações, essa mais numerosa população escolar, e as queixas dos que se viam lesados, taxa de grande imprudencia, e menos verdadeira a accusação de monopolio que a elles e ao catholicismo faz o sr. Anthero; e devemos advertir-lhe que n'ella se nota uma deploravel confusão de termos. Não é monopolio de sciencia que havia, era pelo contrario superabundancia, por effeito da liberdade do ensino, dentro da unidade religiosa.

O que deixamos dito mostra que não só não era possivel, por este modo, semear a ignorancia entre o povo, mas que até profusamente se semeava por entre elle a instrucção. Sem sahir de Portugal, notamos que a Universidade de Coimbra contava sette mil matriculas por anno; e nas escólas inferiores, as matriculas estavam na mesma proporção, alargando-se mais o quadro dos seus alumnos á medida que se ia descendo na escala dos conhecimentos. Lêmos algures que um inglez lastimava, no tempo d'el-rei D. João V, que um terço da população dos dois sexos seguisse o estado ecclesiastico: a exaggeração é evidente, mas serve para mostrar quão vasta era a área da instrucção n'este reino, porque, ainda mesmo suppondo ésta muito minima, havia a bastante para a Igreja, a magistratura, e mil outras funcções sociaes, onde não podia prescindir se d'instrucção. E hoje? no fim de 37 annos de governo illustrado, o numero das pessoas instruidas acha-se n'uma minoria assombrosa para o resto da população. O mesmo facto se reconhecia em Hispanha; e facil seria ao sr. Anthero verifical-o se não tivesse preferido pedir a um francez noções historicas sobre a peninsula hispana, e mais chamando-se esse francez Edgard Quinet, a procural-as pelo proprio estudo.

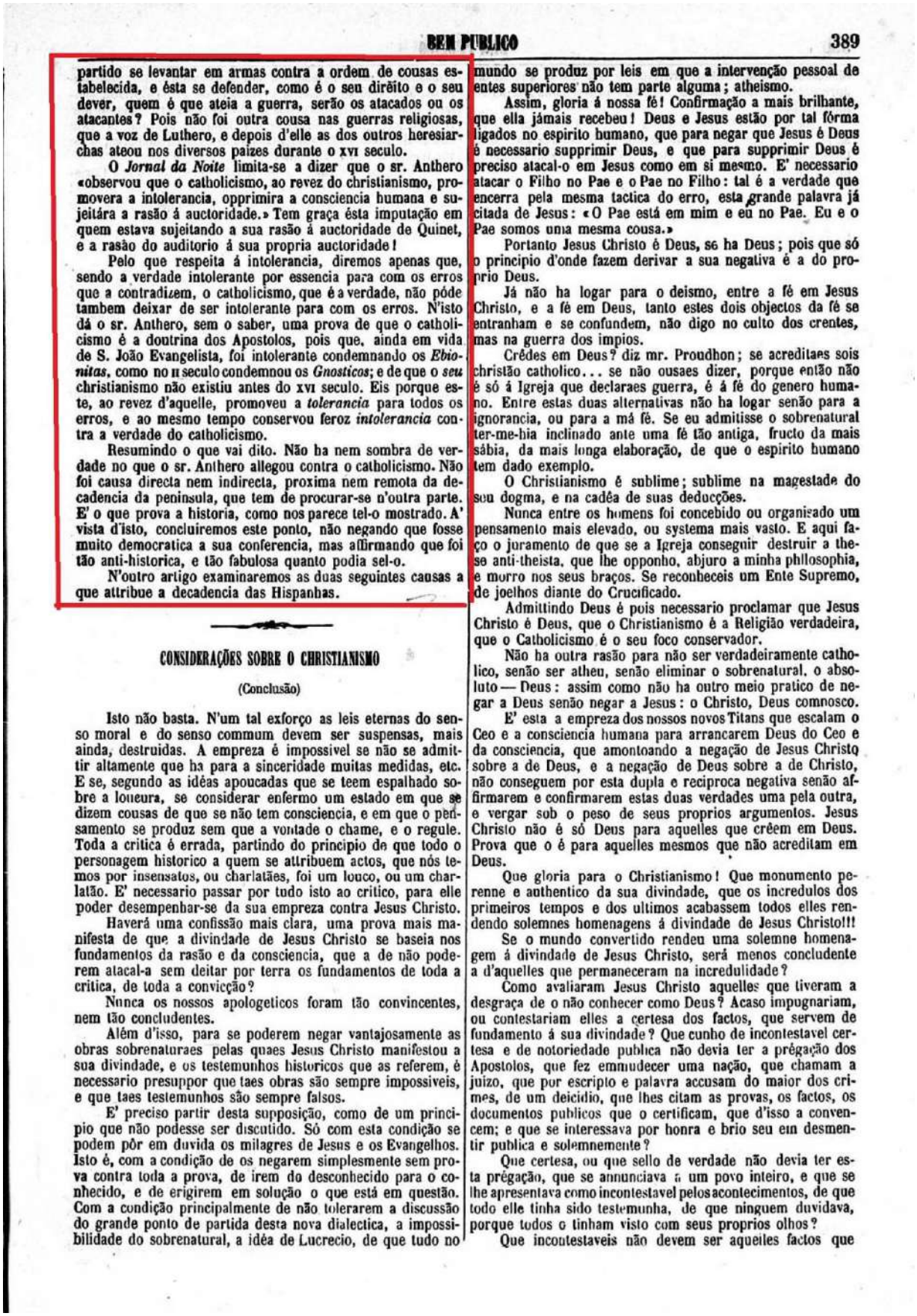
Se até accusa o catholicismo de ter ateado a guerra religiosa! E nós que o confessamos no primeiro artigo, quando tivemos de referir-nos aos *innumeraveis* martyres de Saragoça, e aos *milhares* que foram sacrificados em mais de 100 cidades e outros grandes centros de população, nem podêmos, nem queremos negal-o agora; mas advertimos que nesta guerra, ateada pelos catholicos, era sómente seu proprio sangue o que corria e regava a terra. Quem sabe! se elles tivessem derramado o dos homens, a quem o sr. Anthero parece distinguir com as suas sympathias, se em vez de victimas fossem algozes como estes, é possivel que o protector transferisse para elles essas mesmas sympathias.

Além desta, e outras que taes até ao reinado de Recaredo, não conhecemos guerra alguma religiosa; e mais moderna ainda menos. Se cahimos em erro, o sr. Anthero do Quental não deixará de nos corrigir com a mesma benevolencia, ainda que um pouco desabrida, com que veio corrigir o censor, que o arguira por causa das *arvores sylvestres* de D. João de Castro, e deixou-o impunemente matar, como nos disseram, em Portugal, quando elle já estava defunto na India. Não tendo havido na peninsula nenhuma guerra de religião, evidente nos parece que não póde o catholicismo ateal-a; e teriamos de arguil-o de uma grande calumnia gratuita, se nos não lembrasse que bem poderia ser uma baboseira do *Diario Popular*, cuja ignorancia apenas é excedida por a sua malevolencia e ferocidade contra a religião catholica.

E nem sequer podêmos suppor que tivesse querido referir-se a outros paizes de fóra da peninsula, não só porque mostraria mais malignidade, que espirito de critica, pois adrêde teria confundido cousas distinctas, mas tambem e principalmente porque n'esses paizes não foi o catholicismo que ateou as guerras de religião, visto que ellas foram-lhe declaradas, e elle não fez mais do que defender se, porque defendendo-se defendia a sociedade, cuja era protector, escudo e refugio. Quer se examinem as guerras de religião na Allemanha, quer em França, foram as seitas protestantes que deram principio a essas guerras desastrosas. Se amanhan qualquer

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 52 - Bem Público 17/junho/1871 – p.5



partido se levantar em armas contra a ordem de cousas estabelecida, e ésta se defender, como é o seu direito e o seu dever, quem é que ateia a guerra, serão os atacados ou os atacantes? Pois não foi outra cousa nas guerras religiosas, que a voz de Luthero, e depois d'elle as dos outros heresiarchas ateou nos diversos paizes durante o XVI seculo.

O *Jornal da Noite* limita-se a dizer que o sr. Anthero «observou que o catholicismo, ao revez do christianismo, promovera a intolerancia, opprimira a consciencia humana e sujeitára a rasão á auctoridade.» Tem graça ésta imputação em quem estava sujeitando a sua rasão á auctoridade de Quinet, e a rasão do auditorio á sua propria auctoridade!

Pelo que respeita á intolerancia, diremos apenas que, sendo a verdade intolerante por essencia para com os erros que a contradizem, o catholicismo, que é a verdade, não póde tambem deixar de ser intolerante para com os erros. N'isto dá o sr. Anthero, sem o saber, uma prova de que o catholicismo é a doutrina dos Apostolos, pois que, ainda em vida de S. João Evangelista, foi intolerante condemnando os *Ebionitas*, como no II seculo condemnou os *Gnosticos*; e de que o *seu* christianismo não existiu antes do XVI seculo. Eis porque este, ao revez d'aquelle, promoveu a *tolerancia* para todos os erros, e ao mesmo tempo conservou feroz *intolerancia* contra a verdade do catholicismo.

Resumindo o que vai dito. Não ha nem sombra de verdade no que o sr. Anthero allegou contra o catholicismo. Não foi causa directa nem indirecta, proxima nem remota da decadencia da peninsula, que tem de procurar-se n'outra parte. E' o que prova a historia, como nos parece tel-o mostrado. A' vista d'isto, concluiremos este ponto, não negando que fosse muito democratica a sua conferencia, mas affirmando que foi tão anti-historica, e tão fabulosa quanto podia sel-o.

N'outro artigo examinaremos as duas seguintes causas a que attribue a decadencia das Hispanhas.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CHRISTIANISMO

(Conclusão)

Isto não basta. N'um tal exforço as leis eternas do senso moral e do senso commum devem ser suspensas, mais ainda, destruidas. A empreza é impossivel se não se admittir altamente que ha para a sinceridade muitas medidas, etc. E se, segundo as idéas apoucadas que se teem espalhado sobre a loucura, se considerar enfermo um estado em que se dizem cousas de que se não tem consciencia, e em que o pensamento se produz sem que a vontade o chame, e o regule. Toda a critica é errada, partindo do principio de que todo o personagem historico a quem se attribuem actos, que nós temos por insensatos, ou charlatães, foi um louco, ou um charlatão. E' necessario passar por tudo isto ao critico, para elle poder desempenhar-se da sua empreza contra Jesus Christo.

Haverá uma confissão mais clara, uma prova mais manifesta de que a divindade de Jesus Christo se baseia nos fundamentos da rasão e da consciencia, que a de não poderem atacal-a sem deitar por terra os fundamentos de toda a critica, de toda a convicção?

Nunca os nossos apologeticos foram tão convincentes, nem tão concludentes.

Além d'isso, para se poderem negar vantajosamente as obras sobrenaturaes pelas quaes Jesus Christo manifestou a sua divindade, e os testemunhos historicos que as referem, é necessario presuppor que taes obras são sempre impossiveis, e que taes testemunhos são sempre falsos.

E' preciso partir desta supposição, como de um principio que não podesse ser discutido. Só com esta condição se podem pôr em duvida os milagres de Jesus e os Evangelhos. Isto é, com a condição de os negarem simplesmente sem prova contra toda a prova, de irem do desconhecido para o conhecido, e de erigirem em solução o que está em questão. Com a condição principalmente de não tolerarem a discussão do grande ponto de partida desta nova dialectica, a impossibilidade do sobrenatural, a idéa de Lucrecio, de que tudo no mundo se produz por leis em que a intervenção pessoal de entes superiores não tem parte alguma; atheismo.

Assim, gloria á nossa fé! Confirmação a mais brilhante, que ella jámais recebeu! Deus e Jesus estão por tal fórma ligados no espirito humano, que para negar que Jesus é Deus é necessario supprimir Deus, e que para supprimir Deus é preciso atacal-o em Jesus como em si mesmo. E' necessario atacar o Filho no Pae e o Pae no Filho: tal é a verdade que encerra pela mesma tactica do erro, esta grande palavra já citada de Jesus: «O Pae está em mim e eu no Pae. Eu e o Pae somos uma mesma cousa.»

Portanto Jesus Christo é Deus, se ha Deus; pois que só o principio d'onde fazem derivar a sua negativa é a do proprio Deus.

Já não ha logar para o deismo, entre a fé em Jesus Christo, e a fé em Deus, tanto estes dois objectos da fé se entranham e se confundem, não digo no culto dos crentes, mas na guerra dos impios.

Crêdes em Deus? diz mr. Proudhon; se acreditaes sois christão catholico... se não ousaes dizer, porque então não é só á Igreja que declaraes guerra, é á fé do genero humano. Entre estas duas alternativas não ha logar senão para a ignorancia, ou para a má fé. Se eu admittisse o sobrenatural ter-me-hia inclinado ante uma fé tão antiga, fructo da mais sábia, da mais longa elaboração, de que o espirito humano tem dado exemplo.

O Christianismo é sublime; sublime na magestade do seu dogma, e na cadéa de suas deducções.

Nunca entre os homens foi concebido ou organisado um pensamento mais elevado, ou systema mais vasto. E aqui faço o juramento de que se a Igreja conseguir destruir a these anti-theista, que lhe opponho, abjuro a minha philosophia, e morro nos seus braços. Se reconheceis um Ente Supremo, de joelhos diante do Crucificado.

Admittindo Deus é pois necessario proclamar que Jesus Christo é Deus, que o Christianismo é a Religião verdadeira, que o Catholicismo é o seu foco conservador.

Não ha outra rasão para não ser verdadeiramente catholico, senão ser atheu, senão eliminar o sobrenatural, o absoluto — Deus: assim como não ha outro meio pratico de negar a Deus senão negar a Jesus: o Christo, Deus comnosco.

E' esta a empreza dos nossos novos Titans que escalam o Ceo e a consciencia humana para arrancarem Deus do Ceo e da consciencia, que amontoando a negação de Jesus Christo sobre a de Deus, e a negação de Deus sobre a de Christo, não conseguem por esta dupla e reciproca negativa senão affirmarem e confirmarem estas duas verdades uma pela outra, e vergar sob o peso de seus proprios argumentos. Jesus Christo não é só Deus para aquelles que crêem em Deus. Prova que o é para aquelles mesmos que não acreditam em Deus.

Que gloria para o Christianismo! Que monumento perenne e authentico da sua divindade, que os incredulos dos primeiros tempos e dos ultimos acabassem todos elles rendendo solemnes homenagens á divindade de Jesus Christo!!!

Se o mundo convertido rendeu uma solemne homenagem á divindade de Jesus Christo, será menos concludente a d'aquelles que permaneceram na incredulidade?

Como avaliaram Jesus Christo aquelles que tiveram a desgraça de o não conhecer como Deus? Acaso impugnariam, ou contestariam elles a certesa dos factos, que servem de fundamento á sua divindade? Que cunho de incontestavel certesa e de notoriedade publica não devia ter a prégação dos Apostolos, que fez emmudecer uma nação, que chamam a juizo, que por escripto e palavra accusam do maior dos crimes, de um deicidio, que lhes citam as provas, os factos, os documentos publicos que o certificam, que d'isso a convencem; e que se interessava por honra e brio seu em desmentir publica e solemnemente?

Que certesa, ou que sello de verdade não devia ter esta prégação, que se annunciava a um povo inteiro, e que se lhe apresentava como incontestavel pelos acontecimentos, de que todo elle tinha sido testemunha, de que ninguem duvidava, porque todos o tinham visto com seus proprios olhos?

Que incontestaveis não devem ser aquelles factos que

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

OS ECOS DA COMUNA

II

Acabava o sr. Antero de acusar o catolicismo de ser a principal causa da decadência da península; e mal os ecos desta acusação teriam chegado a Madrid, que do seio do congresso de deputados, naquela cidade, levantava-se a voz do grande liberal, o sr. Moreno Nieto, acirrado partedista da gloriosa revolução de 1868, e ardente campeão da monarquia democrática de D. Amadeu, que na sessão de 1 do corrente dizia: “Há três séculos que a Europa se agita e desenvolve fora da esfera do princípio católico.” Estas palavra explicam a decadência formal de toda a Europa. E em especial a da península hispana. Não podia vir mais a proposito desmentido, nem ser dado por pessoa mais competente.

Declara a Revolução que ela é que há três séculos domina a Europa, chamando-se protestantismo, ou direitos da razão, e que então a assoberbara, enforcando, estripando, e queimando os católicos, porque, fortes nesses mesmos direitos, quiseram permanecer católicos; que em 1789-94, chamando-se liberalismo, ou direitos do homem, a assoberbara, espingardeando, guilhotinando, e afogando os católicos que, respeitadores dos direitos de Deus , esforçavam-se em cumprir os deveres do homem; que em 1871, chamando-se comuna, ou direitos do município, do proletário e da humanidade, assoberbou Paris, tentou escravizar os municípios e as nacionalidades, e desacatou os templos, proscreveu Deus, assassinou padres, freiras, homens de todas as classes e converteu os proletários em assassinos, em incendiários, e em carne de canhão.

São fatos incontestáveis. Eles mostram quem se impunha à consciência humana, já obrigando-a caprichosamente a mudar de religião, já a negar a Deus, e já a adorar uma prostituta, já a assassinar gente, sujar igrejas, queima edifícios, e fazer voar ruas inteiras. O sr. Antero não nega isto de certo; como pois se atreve a acusar o catolicismo de se impor a consciência humana vai naturalmente, quando estava, e continua sendo vítima dos amigos da Revolução?! Ousará dizer que a consciência humana vai naturalmente para os horrores a que vimos aludindo? Se vai, são os homens piores que feras, e bendita é a força moral que, impondo-se à sua consciência e levantando-a até as esferas da virtude, transforma o homem e faz e3 um bruto feroz um ente benévolo, caritativo e social. Se não, para que fala em imposições?

Quando o catolicismo diz aos homens: Ame a Deus sobre todas as coisas, e aos outros homens como a vós mesmos, por causa dele; não mateis nem com o ferro, nem com a língua; não desejeis a mulher do próximo; não cobiceis as coisas alheias, quem nega que se impõe à consciência humana? Sim, impõe; mas pelo amor, que nobalita, em quanto que as leis humanas impõem-se também à sua consciência, mas pelo medo, que avilta.

O catolicismo decide acima da razão todos os erros teológicos e todas as dúvidas que se suscitam sobre os mistérios; mas o que faz a ciência? Não decide também acima da razão, para todos aqueles a quem ela é desconhecida, os erros e as objeções? Nisto mesmo se distingue o catolicismo do seu acusador, o liberalismo, em nome do qual falta o sr. Antero – aquele decide acima da razão e o liberalismo fora da razão. O que é superior a razão não repugna, mas o que está fora dela é insensato. A acusação condena a quem faz, e honra ao catolicismo.

E já nos esquecia falar da acusação feita pelo sr. Antero ao catolicismo de ser uma instituição política, e de ter começado a ser desde o Concílio de Trento. Em primeiro lugar, não só não consideramos nociva a influência da religião cristã sobre a política, mas até julgamos indispensável e salutar. Assim como higiene é a uma instituição doméstica, também o catolicismo é uma superior instituição moral e portanto política. Em segundo lugar, não há libertino de qualquer classe que não exprobe ao primeiro imperador cristão como um crime ter feito da igreja uma instituição política. E era-o, e como tal foi o escudo da sociedade, e o protetor das letras e da ciência, e foi o grande civilizador dos bárbaros. Assim o sr Antero chama instituição política ao catolicismo.

Afigura-se que seria grande injuria supor dele que não conhecesse a constituição da sociedade civil na península desde o terceiro concílio de Toledo (389), reinando Recaredo, até ao tratado de Westphalia (1648), reinando Filipe IV, entre os quais dois termos, e mui próximos do segundo tem de colocar-se o Concílio de Trento (1545-1563). Ao qual tão sem razão atribui um fato, que a esse tempo já contava quase mil anos de duração. E não ignorando isto, que interesse pode ter em disfarçar um acontecimento de tão grande importância, e não só disfarça-lo, mas até deprimi-lo completamente? Não acertamos a conhece-lo.

E monopolizaria o catolicismo a ciência nas mãos dos jesuítas? Por breve que seja o tempo que a razão se demore a pensar à priori nesta imputação, reconhece logo a sua inanidade; e se se examinarem os monumentos à posteriori. Achar-se-á que não foi assim, como também não podia ser. Os jesuítas não nasciam feitos, de modo que só a jesuitasinhos pequeninos dessem a instrução primeiro, e a ciência depois, as escolas católicas. Elas estavam abertas para todos os alunos, da mais alta como da mais humilde classe, que as frequentavam, e seguiam os cursos, até que tomava cada um o rumo a que o chamava a sua posição social, a sua inclinação, ou a especialidade de sua aptidão: quais entravam na carreira eclesiástica, seguiam outros a das armas, quais se davam à diplomacia, a jurisprudência, etc. O monopólio ainda mesmo no sentido mais lato que se dê a palavra, era de todo ponto possível.

No sentido mais restrito, não o era mesmo. Os jesuítas ensinavam gratuitamente a pobres e ricos, sem nenhuma diferença, nem quanto as pessoas, nem quanto ao que poderia

chamar-se os segredos das ciências. Se em consequência desta liberalidade, os cursos estabelecidos nos seus colégios eram mais frequentados do que os dos outros professores, alguns dos quais exigiam fortes remunerações, essa mais numerosa população escolar, e as queixas dos que se viam lesados, taxa de grande imprudência, e menos verdadeira a acusação de monopólio que a eles e ao catolicismo faz o sr. Antero; e devemos advertir-lhe que nela se nota uma deplorável confusão de termos. Não é monopólio de ciência que havia, era pelo contrário superabundância, por efeito da liberdade de ensino, dentro da unidade religiosa.

O que deixamos dito mostra que não só não era possível, por este modo, semear a ignorância entre o povo, mas que até profusamente se semeava por entre eles a instrução. Sem sair de Portugal, notamos que a Universidade de Coimbra contava sete mil matriculas por ano; e nas escolas inferiores, as matrículas estavam na mesma proporção, alargando-se mais o quadro dos seus alunos a medida que se ia descendo na escala dos conhecimentos. Lemos algures que um inglês lastimava, no tempo do rei D. João V. que um terço da população dos dois sexos seguisse o estado eclesiástico: a exageração é evidente, mas serve para mostrar quão vasta era a área da instrução neste reino, porque, ainda mesmo supondo esta muito mínima, havia a bastante para a Igreja, a magistratura, e mil outras funções sociais, onde não podia prescindir se de instrução. E hoje? No fim de 37 anos de governo ilustrado, o número das pessoas instruídas acha-se em uma minoria assombrosa para o resto da população. O mesmo fato se reconhecia na Espanha; e fácil seria ao sr. Antero verifica-lo se não tivesse preferido pedir a um francês noções históricas sobre a península hispana, e mais chamando-se esse francês Edgard Quinet, a procura-las pelo próprio estudo.

Se até acusa o catolicismo de ter ateado a guerra religiosa! E nós que o confessamos no primeiro artigo, quando tivemos de nos referir-nos aos inumeráveis mártires de Saragoça, e aos milhares que foram sacrificados em mais de 100 cidades e outros grandes centros de população, nem podemos, nem queremos nega-lo agora; mas advertimos que nesta guerra, ateada pelos católicos, era somente seu próprio sangue o que corria e regava a terra. Quem sabe! Se eles tivessem derramado o dos homens, a quem o sr. Antero parece distinguir com as suas simpáticas, se em vez de vítimas fossem algozes como este, é possível que o preletor transferisse para eles essas mesmas simpatias.

Além desta, e outras que tais até ao reinado de Recana ainda menos. Se caímos em erro, o sr. Antero de Quental não deixará de nos corrigir com a mesma benevolência, ainda que um pouco desabrida, com que veio corrigir o sensor, que o arguira por causa das arvores silvestres de D. João de Castro, e deixou-o impunemente matar, como nos disseram, em Portugal, quando ele já estava defunto na Índia. Não tendo havido na península nenhuma guerra de religião, evidente nos parece que não pode o catolicismo ateá-la; e teríamos de argui-lo de uma grande calunia gratuita, se não nos lembrasse que bem poderia ser uma

baboseira do Diário Popular, cuja ignorância apenas é excedida por sua malevolência e ferocidade contra a religião católica.

E nem sequer podemos supor que tivesse querido referir-se outros países de fora da península, não só porque mostraria mais malignidade, que espírito de crítica, pois adréde teria confundido coisas distintas, mas também e principalmente porque nesses países não foi o catolicismo que ateou as guerras de religião, visto que elas foram-lhe declaradas, e ele não fez mais do que defender-se, porque defendendo se defendia a sociedade, cuja era protetor, escudo e refúgio. Quer se examinem as guerras de religião na Alemanha, quer na França, foram as seitas protestantes que deram princípio a essas guerras desastrosas. Se amanhã qualquer partido se levantarem armas contra a ordem de cousas estabelecidas, e dela se defender, como é seu direito e o seu dever, quem é que ateia a guerra, serão os atacados ou os atacantes? Pois não foi outra coisa nas guerras religiosas, que a voz de Lutero, e depois dele as dos outros heresiarcas ateou nos diversos países durante o XVI século.

O Jornal da Noite limita-se a dizer que o sr. Antero “observou que o catolicismo, ao revés do cristianismo, promovera a intolerância, oprimira a consciência humana e sujeitara a razão à autoridade.” Tem graça esta imputação em quem estava sujeitando a sua razão à autoridade de Quinet, e a razão dom auditório a sua própria autoridade!

Pelo que respeita a intolerância, diremos apenas que sendo a verdade intolerante por essência para com os erros que contradizem, o catolicismo que é a verdade, não pode também deixar de ser intolerante para com os erros. Nisto dá o sr. Antero, sem o saber, uma prova de que o catolicismo é a doutrina dos Apóstolo, pois que, ainda em vida de S. João Evangelista, foi intolerante condenando os Ebionitas, como no II século condenou os gnósticos; e de que o seu cristianismo não existiu antes do XVI século. Eis porque este, ao revés daquele, promoveu a tolerância para todos os erros, e ao mesmo tempo conservou feroz intolerância contra a verdade do catolicismo.

Resumindo o que vai dito. Não há nem sombra de verdade no que o sr. Antero alegou contra o catolicismo. Não foi causa direta nem indireta, próxima nem remota da decadência da península, que tem de procurar-se em outra parte. É o que prova a escola, como nos parece tê-lo mostrado. A vista disso, concluiremos este ponto, não negando que fosse muito democrática sua conferência, mas afirmando que foi tão anti-histórica, e tão fabulosa quanto podia sê-lo.

Em outro artigo examinaremos as duas seguintes causas a que atribui a decadência das Espanhas.

3.2.4.16 - Jornal do Comércio 26/maio/1871

Fig. 53 - Jornal do Comércio 26/maio/1871 - p.1

JORNAL DO COMMERCIO

18.º ANNO — Sexta feira 26 de maio de 1871 — N.º 5275

PREÇO DA ASSIGNATURA

PREÇO DAS PUBLICAÇÕES

LISBOA, 25 DE MAIO

PARTE OFFICIAL

Ministerio dos negocios do reino

INTERIOR

FOLHETIM

O FILHO DO CALCETA

POR

PIERRE ZACCONE

SEGUNDA PARTE

X

Epilogo

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Conferência democrática – Por motivos imperiosos e excepcionais, a próxima conferência no Cassino será no sábado 27, e não na segunda feira 29, como se anunciara. Fala o sr. Antero de Quental, sobre as causas da decadência da península nos últimos três séculos.

Esta é a subsequente conferência, serão na sala grande do Cassino.

3.2.5 Terceira Conferência - 05 junho- Augusto Soromenho - “A Literatura Portuguesa”

3.2.5.1 - Revolução de Setembro – 23/maio/1871

Fig. 54 Revolução de Setembro – 23/maio/1871 – p.1

A REVOLUÇAO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$000 réis — Semestre, 3$000 réis — Trimestre, 1$600 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$200 réis — Semestre, 3$750 — Trimestre, 1$975 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da administração, junto ao Correio Geral
Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Antonio Maria Pereira, rua Augusta, 50-52
Assignaturas são pagas adiantadas — Publicações de interesse particular são pagas
Folha avulsa, 40 réis — Annuncios, 20 réis por linha
A redacção não responde pela doutrina e opiniões dos artigos assignados ou que levarem signal de que não são d'ella — Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos

Para as provincias
Anno, 7$200 réis — Semestre, 3$750 réis — Trimestre, 1$975
Para o Brasil
Anno, 12$000 réis — Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:682 — TERÇA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 1871 — XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 22 DE MAIO

Esboçou-se hoje na camara electiva a discussão de dois pareceres, e nenhum se concluiu. Um desses pareceres fixava os addicionaes com que os districtos administrativos hão de concorrer no futuro anno economico para as despesas de viação districtal, o outro approvava as alterações feitas pela camara dos pares no projecto sobre a abolição dos privilegios de exempção de impostos concedidos aos bancos.

Interrompeu-se a discussão do primeiro parecer por se julgar mais urgente o segundo. A rasão é porque este augmenta a receita do estado.

A camara hereditaria amplios ás obrigações da companhia das aguas e á parte dos juros e dividendos provenientes das operações bancarias effectuadas no ultramar pelo banco ultramarino as exempções estabelecidas na mesma lei.

A commissão de fazenda approvou aquellas alterações não porque as julgue mais convenientes que as disposições que alteraram, mas porque a rejeição dellas trazia a necessidade de uma commissão mixta, cujo trabalho finalisaria por um projecto que devia começar de novo a discutir-se na camara electiva, e passar para a hereditaria, o que equivaleria á annullação de todo o trabalho até agora feito. Entre o nada e alguma cousa, a commissão preferiu o segundo alvitre.

A discussão sobre outro ponto é perdida. As alterações ou se approvam ou se rejeitam. Addicional-as ou restringil-as é o mesmo que rejeital-as.

A camara dos pares que uma folha reformista ameaça hoje com a sua caricata e estolida indignação usou do seu direito; a dos deputados usa do seu aceitando ou não aceitando. As bravatas arguem espiritos apoucados.

O publico esperava que continuasse a questão politica originada no parecer da commissão sobre o orçamento da marinha, ou que apparecesse na questão dos bancos depois das ponderações da folha reformista; mas não aconteceu assim do modo que se percebesse. Parece até que o reformismo trepida diante do aspecto d'uma dissolução que lhe tira meios de ir vivendo esta vida de pedintes que é o seu constante mister.

Publicou o sr. Ferreira Lobo um opusculo que tem por titulo *As Confissões dos ministros de Portugal*. Não pense alguem que encontra alli a confissão dos peccados de cada ministro ou o proposito de emenda por meio da penitencia. *As Confissões* são as asserções que os ministros fizeram nas suas propostas ou relatorios ácerca dos variados assumptos da publica governação.

O opusculo contem os seguintes pontos: Economias, despezas publicas desde 1838, *deficit*, quadro do *deficit* desde 1834, propostas de fazenda desde essa mesma data, creditos supplementares e extraordinarios, imposto directo, serviço e regularisação do imposto directo, producto das decimas desde 1835, atrazo da cobrança, importancia dos documentos por cobrar, imposto indirecto, rendimento das alfandegas desde 1833, contrabando, emprestimos, quadro da divida publica desde 1837, divida fluctuante, mappa da divida fluctuante desde 1855, empregados publicos, situação delles desde 1832, quadro comparativo das decimas impostas sobre elles, e da contribuição industrial, contabilidade publica, orçamentos, contas publicas, apreciação da commissão de contabilidade, apreciação do conselho fiscal de contas, apreciação do tribunal de contas, e reformas dos serviços.

Debaixo desta epigraphe acha o leitor o que ha de official sobre o assumpto. Poupa muito tempo a quem quer saber o que ha escripto a esse respeito.

E' pena que a revisão das provas não fosse mais primorosa. Extractando o relatorio da proposta do sr. ministro da fazenda de 2 de maio disse o sr. Ferreira Lobo que a irregularidade na liquidação das contas era *deficiencia da lei*, e sahia impresso que—*não era deficiencia da lei*. Mas estes senões não diminuem o interesse da obra, que nós recommendamos.

COLONIAS

O projecto de lei do sr. deputado Pereira de Miranda apresentado ás côrtes em sessão de 18 de abril de 1871

I

Para quem attenta melancholicamente na actualidade esteril de quasi todos os parlamentos europeus, na paixão irritante de uns e na indigente iniciativa de outros;

Para quem receosamente medita nas assombrosas transformações em que póde vir a resolver-se este rugir de cratera latente que todos os homens pensadores estão escutando sob a superficie de todos os continentes, e na alma de todas as raças;

Para quem vê, retalhada em duas, a França, propagadora sublime de todos os tempos, denunciando a um lado a lava de uma anarchia desvairada, digna de dó, se por ventura a geraram as humilhações da patria, mas por ora inapreciavel por incomprehendida; e a outro lado a abdicação quasi authomatica de todas as virilidades e de todos os genios no cogitar extenuado de um velho de setenta annos que, por maior estatura que a sua seja, não poderá jámais salvar o seu paiz de tamanha humilhação como esta, qual é a prova de estar tão profundamente gangrenado no coração e no cerebro que nem a este, sempre poderoso, e fecundo attrito de uma revolução gigantêa póde procrear de uma de suas velhas entranhas, immaculada e forte, um homem novo que soubesse fitar o sol como Napoleão, sentir o amor da liberdade como Lafayette, cantal-o e inspiral-o como Lamartine, e que abraçando ao mesmo tempo o genio e a espada e a palavra d'essas tres immortaes reliquias da sua historia, cravasse com mão firme e invencivel, na terra commum de tamanhos heroismos passados, o marco milliario de uma nova época e de uma civilisação nova, a qual vindo a plantar e a colher novas glorias para encadear nas antigas deixaria para todo o sempre sotterrado, no intervallo, debaixo do seu pé colossal, com o vilipendio do esquecimento eterno, todo esse acervo de podridões e ignominias que levaram a enfeixar durante 18 annos os criminosos parasitas de um monstruoso cesarismo, nascido de uma infamia, vivido em muitas, e morto por uma cobardia por tal modo insigne que nunca até hontem encontrára logar nos annaes de nenhum povo;

Para quem sobretudo, dentro de nós, assiste compungidamente aos debates d'essa tribuna moribunda, d'onde ha muito desappareceram o apostolado evangelisador e o verbo digno d'elle, a memoria de lutas homericas que entre si travavam crenças e principios, arreigadamente oppostos, mas profundamente sentidos, para darem logar a successivas conciliações e rupturas de todas as divergencias, ephemerides de ordem e de tumulto, que tanto montam e valem umas como outras por serem todas o deploravel testimunho de uma precoce decrepitude onde todos os enthusiasmos e todas as esperanças, todos os sentimentos e todas as ideias, se deixaram enervar até á imbecilidade extrema pelo que ha de mais feio e de mais peccador no juizo de todas as philosophias e de todas as religiões—a indifferença; este pavoroso symptoma que diariamente nos accusa o imminente cataclysmo, já agora no conceito de todos proximo e fatal, em que tem de sumir-se para revolver-se, e remodelar-se para resurgir, a nova decadencia d'uma raça, que, se logrou sempre assignalar os seus cyclos historicos pelos fulgores magestaticos do seu dominio, tambem quasi que periodicamente expiou por quedas olympicas as debilidades dos seus triumphos ociosos;

Para quem pensa, medita e chora sobre tudo isto, é consolador vêr erguer-se d'entre a augusta assembléa do povo um homem notavel por seus talentos, mais ainda por seu caracter, e sobrelevando meritos e qualidades com a modestia insinuante da sua palavra, para em todas as cooperações do seu trabalho denunciar a gravidade de seus estudos, a utilidade de suas cogitações e a sinceridade do seu patriotismo.

Dos raros que possam ajustar n'este molde é um, incontestavelmente, o sr. Antonio Augusto Pereira de Miranda, honra do commercio e dos eleitores da capital. D'isto é uma moderna prova o projecto do s. ex.ª respeitante a legislação colonial, que rapidamente pretendemos analysar e applaudir.

Perdoe-nos o sr. Pereira de Miranda essas palavras que o enthusiasmo das suas grandes qualidades nos inspira, e que, se não podem chegar á altura dos seus verdadeiros merecimentos, certamente tocam a sua facil e delicada sensibilidade.

(Continúa.)

ARSENAL DA MARINHA

Diario das Camaras

O sr. Mariano Cyrillo de Carvalho em sessão de 16 do corrente:

«O que é o arsenal?... O arsenal é primeiro uma fabrica, e depois um deposito aonde está o material necessario para o serviço da marinha. Se o arsenal é uma fabrica, e se no paiz ha engenheiros navaes, não posso, nem é possivel comprehender a vantagem de dirigirem as obras de fabrico os officiaes de marinha e não os constructores navaes!!»

Não são os officiaes de marinha que navegam em *fabrica*, como diz o prelector, é o proprio sr. Mariano que navega na ignorancia, como vamos provar.

Regulamento do arsenal
approvado por decreto de 17 de março de 1870

«Art. 110.º O engenheiro constructor naval chefe da 2.ª direcção é o *unico responsavel* pela parte technica do serviço que lhe incumbe, etc.

«Art. 112.º...

«1.º Pertence-lhe examinar amiudadas vezes *os navios em fabrico* e as officinas da sua competencia, e propor qualquer melhoramento que julgue conveniente no serviço a seu cargo.

«Art. 121.º O sub chefe da 2.ª direcção, além d'auxiliar o chefe no exercicio das funcções que lhe estão commettidas, é particularmente *encarregado da fiscalisação e vigilancia das officinas* de oeste do arsenal.

«Art. 122.º Os tres ajudantes engenheiros constructores serão distribuidos pelas *obras e fabricas* pertencentes á 2.ª direcção de modo que os trabalhos nunca deixem de estar superior e *technicamente vigiados*.»

Aonde viu o sr. Mariano os officiaes de marinha dirigirem as obras de fabrico?!...

Quanto ganhou o paiz em ouvir as suas cantorilas?...

Pois não está d'ha muito decretado o que o sr. Mariano entende ser justo?...

Maior serviço teria o sr. Mariano prestado se tivesse instado pelo cumprimento da lei, e se tambem exigisse o castigo daquelles que se esquecem do dever. A quem cabe a responsabilidade das construcções a que se tem dado a denominação de *canastras* e de *chavecos impossiveis*? E' aos officiaes de marinha, que nada tem com ellas? Não, de certo.

Constructores de mais, temos nós em serviço, comparativamente com as nossas actuaes construcções e fabricas.

N'um paiz aonde apenas se tem construido nestes ultimos annos—alguma pequena *canhoneira*, e tendo havido um, ou dois fabricos de maior importancia, emprega-se um engenheiro naval—chefe capitão de fragata—um capitão tenente subchefe, dois primeiros tenentes, ajudantes, tres segundos tenentes—dois dos quaes, um no pinhal de Leiria, e outro no estabelecimento de Valle de Zebro—aonde não ha cortes de madeiras, construcções, nem fabricas!!

E ainda o sr. Mariano quererá mais engenheiros navaes para dirigirem as obras de fabricas?!..

Como se diz pois, em pleno parlamento que os officiaes da marinha militar navegam em fabrica?.. Ainda que os nossos estaleiros estivessem cheios de quilhas de navios de grandes dimensões, era talvez desnecessario tamanho estado maior de engenheiros navaes!—Não queremos alludir ás epocas em que, em Portugal se faziam navios, sem que então os engenheiros navaes para dirigirem essas obras—fossem ás enchurradas como hoje, que apenas se construe alguma lancha, e ainda assim, não isenta *d'erros*, segundo parece, que motivam um augmento de *despeza* com as emendas, ou *alterações!!*

A quem cabe a responsabilidade?.... A resposta pertence ao sr. Mariano.

Lançál-a aos officiaes de marinha que alli *navegam* é impossivel.

Muito mais poderiamos dizer neste assumpto—reserva-mo-nos por emquanto promettendo, porém não fugirmos quando nos chamem á tela.

O arsenal não é fabrica e deposito, é mais alguma cousa.

Em tres ramos de serviço se divide: fabrica, deposito e serviço maritimo.—(Vid. o regulamento do arsenal).

O primeiro é dirigido pelo numero de engenheiros navaes, que já indicámos: o segundo está a guarda, responsabilidade e fiscalisação de officiaes de fazenda, divididos por quatro depositos assim classificados:

1.º Materias primas;
2.º Manufacturas;
3.º Viveres e outros artigos;
4.º Armamento portatil, artilheria e material de guerra.

A parte maritima e outros deveres que lhe marca a lei, está a cargo de um unico official de marinha.

A administração de todo o estabelecimento pertence ao superintendente official superior da armada, que tambem superintende em outros serviços estranhos ao arsenal; e a um primeiro tenente que é o secretario da superintendencia que tem a seu cargo todo o expediente, e a correspondencia interna e externa.

O sr. Marianno Cyrillo de Carvalho detorpou a verdade, foi ao parlamento fallou muito, e perdeu o tempo, a camara ouviu aquelle heroe e o paiz nada aproveitou!

Quando se falla em iniciativa—são elles, são elles, são elles, os reformistas heroes da época, mas infelizmente a maior parte das vezes essa iniciativa morre pela ignorancia. E assim estão já bem conhecidos.—*D.*

AO SR. AUGUSTO SOROMENHO

II

Ex.mo amigo e collega.—Os vinte dias decorridos entre a puplicação da minha carta de 15 de abril e o apparecimento da sua replica passei-os eu aqui assaz amargurado. Perguntavam-me repetidas vezes por v. ex.ª os meus amigos, a quem tinha sempre de responder que não sabia, sem que nesta parte, ao menos, podesse occultar a minha ignorancia, que v. ex.ª com rasão tanto deplora. Causou-me, pois, vivissima alegria o avistar finalmente a sua carta que a um tempo me subtraiu a essas amarguras e á desagradavel persuasão em que estava de que v. ex.ª se dera por offendido com a minha primeira carta, que lhe não era dirigida. E, como se quizesse acabar de todo commigo a despersuadir-me, começou agora a numerar as suas, deixando sem numero a primeira, na qual, em verdade, parecia muito e muito irado contra mim. Ha sem duvida nesta exclusão algum mysterio superior á minha apoucada intelligencia. Quererá v. ex.ª persuadir a alguem, que não soubesse da sua precedente carta, que escrevendo pela primeira vez a de 30 de abril não teria havido provocação alguma da sua parte, deixando-me o logar de aggressor? Se assim foi, dir-lhe-hei que os verdadeiros allemães, quando pretendem taes vantagens, procedem com maior finura. Ou movel o-hia antes a pôr fóra da conta a sua primeira carta o desejo de que a tivessemos como se jámais existira? Ora, por quem é, meu amigo, não engeite assim aquella pobre filha! Lembre-se que, desamparada pelo pae, ninguem mais a adoptará.

Ainda bem que não foi v. ex.ª o offendido, mas, segundo affirma, a verdade e a honra das lettras. Antes isso; porque, felizmente para ellas, acode-lhes logo v. ex.ª a lavar-lhes as nodoas com a agua limpida das suas cartas. Antes isso; porque, felizmente para Portugal, estas lesões das lettras não apparecem senão de longe em longe, e da parte de quem muito as serve, como o sr. Innocencio Francisco da Silva, ou de quem, á falta de tempo e de saude, pouco as cultiva, como este seu amigo e collega. De outra sorte v. ex.ª não daria tamanha folga aos prelos, deixando impunes taes maleficios.

Ha dois seculos não era assim. O nosso D. Francisco Manuel achava muito mais que recolher no hospital que abriu ás lesões ou enfermidades do seu tempo. E para cural-as não ia mendigar mézinhas á Allemanha ou a outra nação estrangeira. Servia-se com os remedios de casa que, por mais conformes aos nossos temperamentos, operavam com maior efficacia.

Sabe muito bem, meu amigo, que D. Francisco Manuel, Nicolau Tolentino, o Filinto e outros bons escriptores consideraram enfermos em ultimo grau os estrangeirados, condemnando inexoravelmente o defeito de desdenhar as pessoas e cousas da nação para exalçar as estranhas.

Pobre gente! Cegou-os o amor da patria e foram tão infelizes que não acharam em seus dias quem lhes aclarasse a vista ou lhes mettesse os dedos pelos olhos. Mas, verdade, verdade! O auctor dos *Apologos* se alguem lho apparecesse a querer cural-o de tal cegueira, era capaz de chamar-lhe logo n'aquelle seu estylo vulnerante—*curandeiro da saude*—e, tornando-se de paciente em agente, mettel-o-hia no seu hospital e em enfermaria separada, não que reputasse a molestia muito contagiosa, mas pol-a ter na conta de incuravel.

Começou logo v. ex.ª por embicar na mythologia, achando-a de mau gosto na minha carta, e sómente pela rasão de que «a sciencia dos malditos *teutõs* (palavras suas) até nos desfez d'isso.»

Parece que o meu amigo, não contente com as annexações de territorio, que hoje engrandecem a Allemanha, quer tambem dar-lhe ajuda com as annexações litterarias. Ora, não se canse, que ella

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 55 Revolução de Setembro – 23/maio/1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

3.2.5.2 - Revolução de Setembro – 01/junho/1871 – p.1

Fig. 56 - Revolução de Setembro – 01/junho/1871 – p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$000 réis — Semestre, 3$000 réis — Trimestre, 1$600 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$200 réis — Semestre, 3$750 — Trimestre, 1$975 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da administração, junto ao Correio Geral. Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Antonio Maria Pereira, rua Augusta, 50-52. Assignaturas são pagas adiantadas — Publicações de interesse particular são pagas. Folha avulso, 40 réis — Annuncios, 20 réis por linha. A redacção não responde pela doutrina e opiniões dos artigos assignados ou que levarem signal de que não são della — Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos

Para as provincias
Anno, 7$500 réis — Semestre, 3$750 réis — Trimestre, 1$975
Para o Brazil
Anno, 12$000 réis — Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:690 | QUINTA-FEIRA, 1 DE JUNHO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 31 DE MAIO

A camara electiva esteve hoje animada e inquieta. Infecunda como uma charneca imputa ao governo a sua esterilidade. Innocente e pura, os seus desejos foram sempre sinceros, a sua força immensa, mas como toda a furia do mar se detem diante d'um grão de areia, assim a sabedoria reformista se paralysou diante da versatilidade do governo.

Discutia-se hoje a proposta da lei de meios depois de declarada a incompatibilidade entre o ministerio e a camara. Não era necessaria prova de antagonismo. A confissão do governo dispensava para se conhecer a discussão e a votação. Em épocas em que o sentimento constitucional era mais puro, em que a fé era mais ardente, em que a ambição era menos pretenciosa, as opposições votavam sem discutir, porque a discussão em taes casos não serve senão para retaliações inuteis, para desculpas frivolas e para ostentação de vaidades desilludidas.

Não aconteceu hoje assim, e nós não negamos a ninguem o direito do desabafo reservando-nos o de apreciar o uso delle.

Pela nossa parte proclamando a conciliação dos partidos no tempo da dictadura, proclamando-a depois quando os reformistas a combatiam, guardámos puro o nosso principio, e démos ao ministerio um apoio sincero tanto quando era presidido pelo sr. marquez de Sá, que o sr. bispo de Vizeu pôz fóra do poder, como desde que foi presidido pelo sr. marquez d'Avila sem nos abalar a modificação que se operou por causa da nomeação do novo patriarcha.

Os nossos principios não soffriam quebra pelas altercações entre os reformistas que disputavam a preeminencia na distribuição das mercês. O nosso proposito era votar todo o augmento de receita embora não fosse da nossa escolha a fórma do imposto, concorrer para todas as economias serias, e não pôr embaraços ao governo. Votavamos tudo sem confiar, e aguardavamos sem nada esperar.

E porque? Porque o partido reformista é incapaz de governo, porque destroe tudo e não edifica nada, e porque o governo, fosse qual fosse, não poderia conseguir nenhuma cousa util d'uma camara que simulava apoial-o mas que desejava só substituil-o.

Desde 29 de agosto o grupo reformista ainda não pôde ter um momento de repouso. Oppoz-se á conciliação, obrigou o sr. marquez de Avila a largar o poder, fez o mesmo ao sr. marquez de Sá, e impotente para governar só foi humilde e penitente rogar ao sr. marquez de Avila que o salvasse, recebendo o commando. Vimos e admiramos a flexibilidade do vime. O nosso proceder não mudou. Vimos a desavença patriarchal, e ficamos no mesmo posto. Eram ralhos de familia.

Um amuo ligeiro, senão uma especulação, affastou aquelle grupo de uma reunião no ministerio do reino. Dois dias depois choviam protestos de adhesão nas secretarias, e no parlamento cada qual disputava como melhor serviria. O zelo reformista chegava a ponto de delatar como opposição qualquer phrase independente e nobre.

Desprendidos de toda a ficção ministerial, affastados de todos os mexericos devemos dizer que o ministerio concorreu em parte para este estado. As suas affeições todas reformistas levaram-n'o a lisongear toda a popularidade falsa, e a dar preponderancia a quem não o podia ver. A doutrina de que no orçamento é que se podiam fazer as grandes economias é uma doutrina erronea. A commissão de fazenda animada por esta proclamação principiou por examinar todos os serviços, por decidir do numero dos empregados, por intender na egualdade e desegualdade da remuneração, por medir a extensão dos corredores, por contar o numero dos officios, por discutir a reforma do exercito, donde nasceu um parecer sobre o orçamento da marinha que deu á luz esta crise politica, e donde devia nascer egual parto a respeito do ministerio da guerra que obrigaria a posteridade a julgar com muito desfavor os conhecimentos praticos e theoricos de tantos militares illustres que tem intentado reformar aquelle ministerio.

Nestas esperanças vãs é que uma commissão composta de caracteres respeitaveis se extraviou com o melhor desejo de acertar. Julgou que ouvindo um homem, por melhor que fosse a sua boa fé, podia resolver tudo convenientemente. Não viu que rivalidades feridas fariam explosão. Parecendo que exaltavam os principios reformistas propunha-se um *bill de indemnidade* ao sr. Latino Coelho, e faziam-se propostas com tanto conhecimento de causa que se alteravam logo depois. Eram os reformistas contra os reformistas.

E que val esse parecer? Não val nada. Uns 268 contos de economias não valem 268 *réis*. E se o valessem o partido reformista seria altamente censuravel por ter levado a questão politica onde se realisava mais o seu simulado programma.

Naquelle parecer não se diminue um real a ninguem. O que são pois as economias? As economias consistem em não se pagar no anno seguinte despezas que não se pagam já neste, em não se votar despeza para logares que já ha muito não estão providos, despeza que não se fazia já, e em desarmar navios que não podem nem devem estar armados. Tudo quanto de reducção a commissão votou póde economisar-se por um acto de administração.

Ahi está o milagre. O partido reformista que n'um dos seus orgãos elevou ás nuvens os altos serviços do mesmo partido na commissão de fazenda, mettia a ridiculo n'outro todas essas reformas, negava a competencia da commissão, e deixava ver a quem não era cego o germe da discordia.

Havia sómente certos politicos que vacillantes entre os beneses de um ministerialismo de convenção e o brio partidario julgaram que tudo se harmonisaria se o gabinete escutasse os seus conselhos desinteressados, e quando a musa reformista ameaçou a situação, esses politicos fizeram propostas de accordo em que se conciliasse a honra e o proveito, que nossos paes diziam não caber no mesmo sacco.

Todas estas aberrações provocaram a crise. O partido reformista pronunciou-se contra o gabinete, e o gabinete aceitou a lucta, ou antes succumbiu nella perante a camara. Propoz a lei de meios como expediente constitucional. Como questão politica era escusado pôl-a porque nossa reconhecêra já que lhe faltava a maioria parlamentar.

Nós votemos o expediente como o temos votado a todos os nossos adversarios. Porque titulo nos estranhava hoje na camara o grupo reformista não o seguirmos na sua vagabundagem? Que merece menos hoje do que ha quinze dias o sr. marquez de Avila? Nem o fomos chamar para nosso chefe nem o desfeiteamos na hora em que os seus amigos o querem despedir como despediram o sr. marquez de Sá. O caracter que já viu no sr. marquez de Avila um salvador, que viu ha pouco nelle um judeu convertido, e que vê hoje nem eu sei o que, não é um caracter sério.

O nosso voto não se determina pela confiança no governo, determina-se pela necessidade constitucional e pela certeza de que esta camara não discutirá nenhum orçamento, como nunca discutiu nenhum o partido reformista. Contra a influencia nefasta e inconstitucional desse partido, e contra a sua tendencia para a dictadura é que nós votaremos sempre.

Magoa-nos o coração ver um partido onde ha bons talentos e cavalheiros prestadios choramingar hoje na camara as desculpas da sua impotencia. O espectro da dissolução atterra aquelle grupo de heroes. Os males que vê imminentes amarguram lhe o coração. A patria, de que nunca fizeram caso, começa a merecer o seu amor. O orçamento que nunca discutiram, é o idolo das suas adorações. A discussão declaram n'a um recurso á corôa em que dizem mal do ministerio que geraram, que crearam, que alimentaram, e que começaram a detestar sómente desde que o presidente do conselho agredido alludiu á expedição da Zambezia!

Oh! a expedição da Zambezia, as despezas fabulosas que com ella se fizeram, as vidas que alli se perderam, e tudo por imprevidencia reformista é o que levantou os brios desse honrado partido que não póde olhar mais para o campo de Tancos nem do seu famoso mamelão desde que acabou mais que admirar nas glorias da Zambezia.

Disputem como quizerem, que se estão enobrecendo. Fallem em orçamentos que o paiz bem sabe que desde 1867, época de esbanjamentos, não pôde ainda ver um, nem o verá jámais em quanto preponderar uma maioria reformista.

MARINHA

Tem sido notavel o modo por que a camara dos srs. deputados tem apreciado o orçamento da marinha!

Até aqui o orçamento era uma lei que dotava com os meios precisos os differentes serviços organisados por leis especiaes, e á camara no exame do orçamento, cumpria-lhe verificar se a dotação estava d'accordo com essas leis.

O genio reformista, entendeu outra cousa!

A extincção do commando geral d'armada, foi votada no orçamento, mas a lei especial que decretou a sua organisação, ficou em vigor!!

Foi mais um ardil á ultima hora, e não tardará que appareça algum protesto energico contra o governo, e o commando geral d'armada será então o cavallo de batalha para illudir e para armar á popularidade!

A nossa marinha teve a infelicidade de cahir debaixo do poder d'uma tribu, que só teve em vista deital-a por terra.

Um dos mais notaveis reformistas, deputado, e redactor do *Diario Popular*, revelou crassa ignorancia em assumptos de marinha, leia-se o discurso do sr. Mariano Cyrillo de Carvalho, e veja-se agora o que diz o *Diario Popular* do qual é redactor o mesmo senhor: — «A quem cabe a responsabilidade da compra da *Hawk*, e a quem a da construcção da lancha *de vapor* para não *andar*;» e pergunta mais se já esqueceria a historia da *Duque da Terceira, Duque de Palmella, Infante D. João, Sá da Bandeira*, e do famigerado tragatão.

Não foi como o *Diario Popular* quer fazer persuadir, nenhum dos officiaes da nossa marinha militar que calculou, riscou, e dirigiu as obras d'esses, actualmente denominados chavecos *impossiveis!*

O *Diario Popular* deve saber que é obra da competencia dos dignos engenheiros navaes, e só a elles cabe a responsabilidade de tão notaveis construcções.

A historia d'esses pobres chavecos deve existir na secretaria da direcção technica do arsenal, como é expresso no art. 117.º do regulamento.

Ainda o *Diario Popular*:

«Pois não eram compostas de officiaes de marinha as commissões que approvaram riscos *incompletos* de navios, e que depois de feitos *os navios* com a sua approvação os declararam pessimos?»

Bonito, isto é que é saber!

Ora vejamos.

O conselho de trabalhos, que se compõe de *dois* engenheiros navaes, dois officiaes de marinha, e um engenheiro machinista, approva uma qualquer construcção, o poder technico construe e depois diz: — a responsabilidade é dos officiaes de marinha, e não nossa, que calculamos, riscamos, e dirigimos a construcção d'uma lancha que não *anda*, d'um navio que logo precisa *fabrico*, d'um outro que necessita emendas etc... isto tudo por que nós engenheiros navaes, e que fazemos parte do conselho de trabalhos, levamos alli riscos *incompletos* que approvamos!!

Admiravel, e o paiz que pague as consequencias.

Temos engenheiros navaes a mais para as necessidades do serviço, diz o *Diario Popular* — e sendo a mais escaparam á foice reformista?!.. Admira!...

A quem cabe a responsabilidade da compra da *Hawk?*.. perguntaremos nós tambem.

Ora digam, não estava em commissão em Inglaterra o chefe das construcções navaes?..

Não examinou elle o navio?..

Não informou depois o governo que o navio era magnifico?..

Não seria esta auctoridade competente na materia?..

A quem cabe pois a responsabilidade da compra da *Hawk?*.. Muito póde a ignorancia!

Quem riscou a lancha de ferro que está em construcção?..

Por que seria ella emendada ou alterada pelo chefe das construcções?..

E a emenda não deu em resultado o desmancho de parte da pôpa que já estava prompta?..

Será a alteração filha d'algum erro dos officiaes de marinha, ou de quem a calculou e riscou?!..

Póde o *Diario Popular* desenrollar de todo o novello, appareça o misterio se o ha, mas digam a verdade, e mostrem que teem conhecimento de causa, d'outro modo é perder tempo e o paiz é que soffre as consequencias da ignorancia. — *D.*

POLITICA EXTERNA

O ultimo telegramma que se recebeu hontem de Paris dava a insurreição completamente domada, e a cidade n'um perfeito estado de socego. Depois das commoções violentas porque tem passado ultimamente aquella povoação eil-a que volta novamente aos seus trabalhos. Provavelmente vae haver agora uma reacção espantosa. Vae-se trabalhar tanto quanto se esteve inactivo durante estes ultimos tempos.

Diz o telegrapho que as lojas já se tornaram a abrir. Paris começa novamente a viver, não daquella vida exhuberante que tinha outr'ora, mas começa a viver, a principio talvez com uma vida tenue, mas depois gradualmente o espirito francez com a mobilidade que o caracterisa ha de continuar a obra que começou, e tornal-a cada vez mais perfeita.

Apesar destes primeiros indicios de uma vida que vae nascer novamente, de uma actividade que começa, a cidade está, diz o telegrapho que nos dá estas noticias, debaixo de um sentimento de susto e de horror em consequencia da tragedia medonha que viu desenrolar-se debaixo dos seus olhos.

Paris incendiada, o clarão dos incendios ainda está profundamente gravado na memoria de todos aquelles que assistiram a essas scenas de desolação, e que temem que ellas se não repitam.

Falla-se em Paris que a commune espalhou incendiarios e assassinos em toda a França. Longe dos acontecimentos como estamos, que podemos nós dizer sobre isto, mas é de suppôr que não seja isso mais que uma illusão da imaginação exaltada da população parisiense extenuada pelo que tem visto nestes ultimos tempos. Se com effeito houvesse da parte da commune taes intenções e se ella tivesse um começo de realisação, haveria certamente um meio de repulsão tão geral que os assassinos não poderiam levar a effeito os seus criminosos projectos.

Uma outra noticia nos dá o telegrapho, que não podemos explicar muito bem, é a das prisões em Versailles, Fontainebleau e Marselha. São prisões de insurgentes, que logravam escapar-se, ou denota isso perturbações nestas cidades? Nada podemos saber a esse respeito, mas esperamos que o telegrapho venha explicar este enigma.

Tambem nos noticia o telegrapho que tem havido grande numero de execuções summarias em Paris. Evidentemente a França com a guerra que teve a supportar, com esta lucta agora, e com os resultados della, tem de se cobrir de luto. E' impossivel quasi que haja hoje uma familia em França que não tenha que chorar alguem dos seus membros que está morto, ou que foi fusilado. O numero dos homens mortos em Paris é tragico, assusta como a vista de um abysmo medonho. Esse numero é necessario que o escrevamos é de 40:000 pessoas. E mais ainda o numero dos prisioneiros é de 35:000, dos quaes poucos hão de escapar, pois que o governo declarou que os considerava não como belligerantes, mas sim como assassinos e criminosos.

Alguns insurgentes em numero de 900 tentavam fugir de Belleville atravessando as linhas prussianas, porém os allemães detiveram-nos, mataram 100 e entregaram os 800 restantes ao governo de Versailles.

Em quanto aos membros da commune diz o telegrapho, que a maior parte foram presos e fusilados immediatamente. Para esses poucas esperanças ha de salvação, pois que o governo de Versailles está profundamente irritado em consequencia do assassinato dos refens, e toma agora uma represalia terrivel sobre os que elle julga responsaveis daquelle acto. No entanto não se sabe perfeitamente quaes os que tem sido executados, ou estão entregues ao rigor das leis do governo de Versailles, porque se sabe que alguns delles lograram escapar-se de Paris sahindo n'um balão.

A guarda nacional está sendo desarmada, e aquelles homens que ainda ha pouco combattiam podem agora voltar ás suas occupações.

Diz um correspondente de Versailles para o jornal de Madrid a *Epoca*, que a maior parte dos incendios que devastaram Paris, foram lançados pelas mulheres, que mostravam maior encarniçamento na lucta, que os proprios homens. Os bombeiros ajudavam tambem essa obra de destruição porque quando foram mandados extinguir os incendios pela auctoridade militar, encheram as bombas de petroleo, e ateavam assim ainda mais o incendio. Esses homens foram todos fusilados immediatamente.

Telegrammas

O que se recebeu hoje em Lisboa diz o seguinte:

AGENCIA SUBMARINA

Londres, 33, á 11 horas da tarde.

Picard demittiu-se do ministerio do interior e foi substituido por Victor Lefranc. O general Leflô será substituido no ministerio da guerra pelo general Cissey.

Rochefort foi condemnado á morte pela commissão de guerra. As execuções summarias continuam a ser muitas. Todos os desertores do exercito que se juntaram á commune tem sido fusilados.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 57 - Revolução de Setembro – 01/junho/1871 – p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

CRÔNICA

Conferências – A terceira conferência na sala do Cassino Lisbonense é feita pelo sr. Augusto Soromenho, lente de Literatura moderna no curso superior de letras, e um dos maiores eruditos do nosso país. Fala sobre a literatura portuguesa.

3.2.5.3 - Revolução de Setembro – 10/junho/1871

Fig. 58 - Revolução de Setembro – 10/junho/1871 – p. 1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$000 réis — Semestre, 3$000 réis — Trimestre, 1$600 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$200 réis — Semestre, 3$750 — Trimestre, 1$975 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da administração, junto ao Correio Geral
Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Antonio Maria Pereira, rua Augusta, 50-52
Assignaturas são pagas adiantadas — Publicações de interesse particular são pagas
Folha avulso, 40 réis — Annuncios, 20 réis por linha
A redacção não responde pela doutrina e opiniões dos artigos assignados ou que levarem signal de que são della — Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos

Para as provincias
Anno, 7$500 réis — Semestre, 3$750 réis — Trimestre, 1$975
Para o Brazil
Anno, 12$000 réis — Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:697 | SABBADO, 10 DE JUNHO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 9 DE JUNHO

Bom é que o grupo reformista nos recorde a multiplicidade das dissoluções, e melhor é que se saiba ser elle o que as tem decretado e promovido.

Bom é que nos fallem em desabono das dictaduras, e melhor é saber o paiz que foi esse grupo o que as assumiu no meio da paz, e que desorganisou o serviço no exercicio dellas.

Bom é que todo o mundo saiba que tal grupo não póde constituir governo, que se por acaso o constitue cá pela sua propria inepcia, e que tendo por vezes tido a seu favor a confiança da corôa e a opinião, boa ou má, do paiz, não se soube servir dessas duas alavancas do poder, e não deixou de si senão uma ridicula e triste memoria.

Esse grupo imbecil ameaça agora o rei e o povo. Os orgãos directos do sr. bispo de Vizeu seguem os exemplos do seu mestre. Este em troca da confiança com que era recebido no paço vinha calumniar nas encruzilhadas a casa real denunciando a sua alimentação como os festins de Balthasar, e não sendo alli ouvidas as suas bisbilhotices vem declarar aos seus famulos que a patria está perdida.

Movida por este exemplo de caridade reformista uma folha da provincia começa a lançar olhos cubiçosos para a dotação do sr. infante D. Augusto, duvida se será lei a que lh'a estabeleceu a titulo de alimentos, e condemna os ministros que a tem pago, menos o sr. bispo de Vizeu, que tem bizarria bastante para commetter essa illegalidade, e coragem sufficiente para mandar accusar os outros, julgando talvez que não sendo elle ministro, nem a propria realeza deve existir.

E para que não parecesse que havia scisma na egreja outra folha de Lisboa annuncia um manifesto miguelista em que se dirá que o joven pretendente desistirá da lista civil, e dará liberdades amplas aos que o adorarem.

O plano é habil, como todos os que nascem n'uma cabeça ecclesiastica, os apostolos são excellentes, mas o povo é que é incredulo. Se o throno se puzesse em leilão, não só havia quem desistisse da lista civil, mas não faltaria reformista que ainda pagasse alguma cousa. O desinteresse é alli proverbial.

A nação portugueza não quer um rei tão barato. Bem caras pagou ella já as cordas da força em que expiraram os seus melhores filhos, e tendo feito a economia do carrasco não o quererá restabelecer.

Sobram-nos tristes memorias do que acabamos de presenciar em Paris. Vimos até onde póde chegar o delirio, mas vemos tambem a indignação que taes attentados produzem. A ignorancia tentou tudo e ousou tudo; a impotencia gerou a desesperação e o crime.

A nós, aos liberaes, cumpre-nos manter a ordem pela liberdade, e a liberdade pela ordem. Desprestigiar o poder, calumnial-o é dar força ás más paixões, é lançar o paiz nas vias da anarchia.

A fraqueza no governo é um crime. Não é necessario que seja duro, basta que seja resoluto, energico e previdente. A especulação tenta intimidal-o, depois illudil-o, e por fim derrubal-o.

Ainda ha pouco os especuladores, que são sempre sevandijas, delatavam as intenções dos homens sisudos, e dahi a pouco esses denunciantes é que procuravam derribar o governo, e o apresentam agora ao paiz como seu inimigo. Tal era a sua sinceridade, e tal será o seu procedimento no futuro.

Em 24 de dezembro ultimo o *Diario Popular* escrevia o seguinte a respeito da camara dos deputados:

«Chegando á camara as alterações feitas na «camara dos pares no projecto de lei de *bill* de «indemnidade, reuniu-se logo a commissão especial e attendendo á urgencia das circumstancias «acceitou estas alterações. A maioria por esta circumstancia, e só por ella, acceitou tambem as «modificações. No fim da sessão o sr. deputado «Antonio de Vasconcellos Pereira Coutinho declarou em seu nome, e no da maioria, que as alterações só foram acceites pela urgencia do tempo «e porque o governo prometteu que na proxima «sessão apresentaria uma proposta de lei, mantendo e ampliando a moção relativa á organisação do ministerio do reino. O mesmo se fará em «relação ao conselho das alfandegas. Deve notar-se que ambas as modificações propostas pela camara dos pares augmentam a despeza e que «uma dellas peiora o serviço. O paiz que tome «nota.»

Vê-se que neste tempo a camara electiva acceitava as alterações feitas na camara dos pares cedendo á urgencia das circumstancias. É justo é notar que as alterações augmentavam a despeza.

Os brios reformistas estavam então abatidos aos pés do sr. bispo de Vizeu, que absolvia todos os escrupulos dizendo baixinho aos seus basbaques que havia de apresentar certas reformas que nunca apresentou. Agora é outra cousa. O mesmo jornal disse ha menos de 15 dias o seguinte:

«Hontem a camara dos deputados, depois de «ter ouvido o sr. Rodrigues de Freitas, que bem «demonstrou todos os vicios das alterações feitas «na camara alta, e o sr. ministro da fazenda que «não deu rasões muito acceitaveis, passou á votação que foi nominal. Quarenta e quatro votos, incluindo os de tres ministros acceitaram as alterações, quarenta e quatro votos as regeitaram. «Ficando a votação empatada hade proseguir a «discussão.

«A votação importante que referimos, não «nos parece, porém, que tivesse caracter hostil «ao gabinete. A camara electiva tratou unicamente de fazer vingar os bons principios e de «manter a sua prerogativa em materia de impostos.

«A camara dos pares, ao que nos parece pela «lettra da carta constitucional, póde alterar as leis «tributarias, mas a camara dos deputados, composta de eleitos do povo, não deve acceitar essas «alterações senão quando forem evidentissimamente conformes com os interesses publicos. Por «nossa opinião deve rejeital-as não só quando inconvenientes, injustas e absurdas como no caso «presente, mas ainda se forem indifferentes.»

O especulador já não entende que a camara electiva devia ceder ás circumstancias; e queria dissimular que a votação era contraria ao gabinete. A ambiguidade deixava logar para a negociação sordida. Mais tarde, os que não queriam dar significação hostil, arguiram o governo por ceder ás circumstancias a que elles tinham cedido em novembro, satisfazendo á paixão partidaria, e obstando a que os bancos poderosos pagassem o tributo approvado pela camara dos pares.

Na historia do paiz deve ficar registrado este procedimento.

LEGISLADORES DA CAROCHINHA

Projecto de lei

«Artigo 1.º E' auctorisada a camara municipal da villa de Melgaço a lançar o imposto de «40 réis por alqueire ou de 2 réis em litro de todo o sal que der entrada no mesmo concelho.»

«O sr. *Mello e Faro*:—Longe de combater o pensamento deste projecto, eu apoio; mas peço sómente á camara que generalise a sua doutrina para uma obra no concelho que eu tenho a honra de representar nesta casa.

«Refiro-me ao caes da Regua, já em começo de construcção, o que agora é preciso estender até á nova ponte sobre o rio Douro, cuja construcção se acha muito adiantada. O meu additamento é o seguinte:

«E' auctorisada a camara municipal da Regua a lançar um imposto de 2 réis em litro sobre todo o sal que der entrada no concelho com «applicação especial á construcção do caes entre «a villa e a ponte em construcção sobre o Douro.»

«Foi approvado o additamento do sr. Mello e Faro.»

(*Diario da camara dos srs. deputados, sessão de 3 de junho de 1861.*)

Nunca se viu uma cousa assim.

Felizmente estas inepcias ficarão só nos registros do parlamento.

AO SR. AUGUSTO SOROMENHO

IV

Ex.mo amigo e collega.—Começou v. ex.ª a sua denominada segunda carta sob o influxo de uma terrivel desconfiança. Imaginou lá, não sei eu como, que lhe punham embargo ao seu patriotismo e o accusavam de mau portuguez.

Por quem é, meu caro senhor, alimpe a caligem que lhe embacia os olhos; varra as teias de aranha dos cascos do entendimento e não dê orelhas a quem deseja comprometter-me no seu conceito, a mim e a outras pessoas não menos innocentes. Acredite que nem bom nem mau portuguez por ahi lhe chamam, e que eu jámais ousaria oppor-me ao consenso unanime dos povos. Modere, portanto, os impetos do phrenesi, refreie essa viva imaginação que o estro ainda ás vezes lhe espicaça, e durma socegado. Pois se o typo dos maus portuguezes está em Resende, Brito, Vasconcellos, Fonseca e Fialho, quem o comparou porventura a essa piffia gentalha? Pela minha parte, nem ao ultimo, quanto mais ao primeiro! Que este seria o maior escandalo. Comparal-o a um homem que enganou aos outros com meia duzia de lettras romanas, quando as de v. ex.ª são tantas e teutonicas! *Vade retro!*

Põem-lhe impedimentos á nova doutrina da *imbecilidade* de Resende? Dizem-lhe que o ter Gruter em 1709 qualificado de espurias certas inscripções do antiquario eborense, conjunctamente com outras muitas de Apiano, ainda até hoje não obstou a que se considerasse o nome deste escriptor honroso aos allemães, como o de Resende aos portuguezes? Tomam-lhe por vaidade (barbaros!) o comparar a descoberta que na sua opinião fez o sr. Hubner daquillo, que se tinha achado cento e cincoenta ou mais annos antes, á descoberta da attracção por Newton ou á das nascentes do Nilo por Livingstone? Advertem-lhe que este Livingstone jámais descobriu tal cousa e que, por ser estrangeiro, v. ex.ª o quereria honrar, á custa dos portuguezes, com uma gloria, que essa Europa quasi toda, que o proprio Livingstone, talvez pelo desejo de nobilitar os seus naturaes, attribuiu aos dois inglezes Speke e Grant?

Não faça caso. Deixe-os fallar que elles se calarão. Lembre-se de Verney a levantar em Portugal os estudos á altura em que os vira nas mais cultas nações; de Theodoro de Almeida a divulgar a philosophia newtoniana; de Fernandes Thomaz a proclamar as idéas liberaes; lembre-se destes e d'outros varões prestantes que, por seu genio innovador, soffreram egualmente a mesma atroz perseguição de que v. ex.ª hoje se queixa com tão justas como sentidas lamurias. Coragem, meu amigo! Prosiga na grande obra, que a immortalidade o espera. O successo é certissimo. E, que o não fosse, a palma do martyrio val bem os louros da victoria.

Grave injustiça me fez, portanto, suppondo que eu, pobre myope, não via a altura immensa, aonde erguia seus olhos de lynce, quando, em desdem dos louvores ou das censuras que poderiam endereçar-lhe os admiradores de Resende, soltou aquella sublime phrase, digna do grande apostolo de uma idéa maior ainda: «Eu miro mais alto!»

Por mirar a taes alturas foi que logo na sua ante-primeira embirrou com este seu collega por ter commettido o enorme crime de classificar uma amphora pela fórma e não pela capacidade.

Os archeologos distinguem a *amphora vas* da *amphora mensura*, só v. ex.ª cedendo ao capricho de sustentar o meu erro imaginario com a realidade dos seus pretende que: *a amphora não tinha senão a capacidade legal*. E, em vez de provar esta proposição, abre os diques a um enxurro de textos e arrazoamentos que apenas mostram que a *amphora medida* levava duas urnas, ou oito congios, o que ninguem lhe contestára. Se eu comparei a amphora á pipa e ao cantaro, poderia, por acaso, negar que servisse tambem de medida? O que, porém, sustentei e sustento é que havia amphoras, como a que se encontrou em Evora, sem a medida legal.

A unidade das medidas de capacidade entre os romanos era o *quadrantal*, ou pé cubico da mesma sorte que hoje o *decimetro cubico* em muitas nações. Esta unidade dividia-se na rasão duodecimal, ou dos submultiplos de 12, pela forma seguinte: Quadrantal (usado com a forma de amphora)=1; urna=1/2; modio=1/3; semi-modio=1/6; congio=1/8; sextario=1/48; hemina=1/96; quartario=1/192; acetabulo=1/384.

Estes vasos, excepto a amphora e a urna, acham-se mencionados nos auctores sómente como medidas. Ninguem dizia *vinho guardado em congios*, ou *azeitonas conservadas em sextario*. Quaes eram, porém, os vasos que tinham estas e outras applicações industriaes? Acharemos nova serie tambem de maior para menor, mas sem proporção determinada quanto á capacidade relativa dos vasos, que vem a ser: dolio, seria, amphora, cado, orcha, urna, cantharo etc.

Destes vasos, que se conheciam pela forma e não pela capacidade, assaz variavel, sómente eram medidas a *amphora* e a urna quando a primeira tinha por capacidade um quadrantal, ou 27 litros, pouco mais ou menos, e a segunda, metade desta unidade ou 13,5 litros. Ora, assim como ninguem quererá sustentar que uma urna cineraria ou sepulchral ou propria para trazer a agua da fonte, não se chama urna senão quando mede o meio quadrantal, assim tambem ninguem, excepto v. ex.ª, intentará demonstrar que toda a amphora, maior ou menor que o quadrantal não é amphora; que todo o cantaro que não medir doze canadas não se chama cantaro; e, finalmente, que toda a pipa que não levar os 25 almudes não tem o nome de pipa.

Porque a forma cubica do quadrantal seria incommoda, usavam os romanos da amphora com a mesma capacidade do pé cubico, o que não obstava a que as tivessem maiores ou menores, como temos hoje garrafas de meia canada e outras sem capacidade determinada.

Cita-me v. ex.ª dois versos de Faunio, escriptor do seculo XV, para me provar que a amphora medida tinha um padrão legal, o que eu jámais puz em duvida, e deixa de parte os versos anteriores aos citados, que lhe aproveitariam para justificar a sua comparação da amphora ao litro. De sorte que preferiu negar, como negou, na sua ultima esta comparação, cuja propriedade eu lhe contestára e d'um mesmo texto, calando o que poderia servir para contradizer uma asserção minha, reproduz o que lhe pareceu confutar o que jámais avancei! Que me diria de lá, se eu tal fizesse? Coisas para cahir o Carmo e a Trindade!

Eis aqui o texto completo:

. . . . superest pars altera nobis,
Humida metiri, seu frugum semina mavis;
Cujus principio nobis paudetur origo.
Pes longo spatio, atque alto, latoque notetur:
Quatuor et quadris medium cingatur inane:
Amphora fit cubus. Quam ne violare liceret,
Sacravere Jovi, Tarpeje in monte Quirites.

Nem ao menos o terceiro verso lhe deu na vista? Não estará aqui muito claramente expressa a idéa de que a amphora derivára do quadrantal, como o litro do decimetro cubico?

Eu, que não argumentei com texto nenhum de Faunio, posso declarar que em minha opinião esta supposta origem não é mais que uma ficção poetica para tornar comprehensivel ou facil de reter na memoria a relação entre um vaso cylindroide e um vaso quadrangular. Nem, segundo creio, os escriptores antigos referiram essa hypothese da transformação do quadrantal em amphora. O que parece mais provavel é que para regular a capacidade da amphora medida, recorressem ao padrão invariavel do pé cubico, ainda depois de estar já em uso aquelle vaso.

Lucas Paeto, expendendo a opinião do poeta do seculo XV á cerca da origem da amphora, declára em seguida que: «a maior parte dos escriptores applicaram a palavra amphora a vasos não de medida certa e determinada, como é o quadrantal, mas ao proprio corpo do vaso (1).» Por confirmar este asserto, cita grande copia de textos de Catão, Pompeu, Columella, Plinio, Proculo, Pomponio e Ulpiano.

Petronio, ao descrever o banquete opiparo de Trimalcião, conta que trouxeram aos convivas amphoras de vidro com vinho de Falerno (2). Mas, se v. ex.ª quizer sustentar que as maçãs do tempo de Adão eram do tamanho de melancias, o que de certo estará na altura aonde mira, póde muito bem defender que ainda em tempo dos romanos as garrafas eram tamanhas que dariam pelos hombros dos homens da nossa epoca.

Catão chamou amphora quinquagenaria á que levava cincoenta sextarios, ou mais dois que a medida legal (3).

Columella, tratando do fabrico do vinho, disse que, havendo de ficar para velho se transvase, depois de certa preparação, n'um cado de duas urnas (4). E' claro que, se o auctor (contra a vontade de v. ex.ª) não attendesse unicamente á fórma do vaso, diria uma amphora, cuja medida legal era de duas urnas. O mesmo auctor falla de azeitonas guardadas em amphoras (5), para o que não havia por certo necessidade de serem quadrantaes.

Finalmente citarei as seguintes palavras de Montfaucon:

«Une plus grande mesure, qui etait l'ampho-

(1) Qua quidem amphore voce plerumque scriptores ad vasa non certae et determinatae mensurae, ut quadrantal est, sed ad ipsum vasis corpus demonstrandum usisunt.—Paeti—De Mensuris in Thesaur. antiquit. roman. congestus a J. G. Graevio, tomo 11.º, pag. 1627.

(2) Statim allatae sunt amphorae vitriae deligenter gypsata, quarum in cervicibus pittaccia erant affixa, cum hoc titulo: *Falernum opimianum annorum centum*.—Petron. Satyricon.

(3) Cit por Budeo. De Asse et partibus ejus. —Paris, 1514, folha 108 v.

(4) Id. id. folhas 126 v.

(5) Paeti, loc. cit.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 59 - Revolução de Setembro – 10/junho/1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Conferências – O sr. Augusto Soromenho projeta fazer uma outra conferência literária no Cassino, que se intitulará – As Exceções.

3.2.5.4 - Revolução de Setembro – 13/junho/1871

Fig. 60 - Revolução de Setembro – 13/junho/1871 – número 8:699 – p. 1

A REVOLUÇAO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$000 réis—Semestre, 3$000 réis—Trimestre, 1$600 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$500 réis—Semestre, 3$750—Trimestre, 1$975 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da administração, junto ao Correio Geral
Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Antonio Maria Pereira, rua Augusta, 50-52
Assignaturas são pagas adiantadas—Publicações de interesse particular são pagas
Folha avulso, 40 réis—Annuncios, 20 réis por linha
A redacção não responde pela doutrina e opiniões dos artigos assignados ou que levarem signal de que não são della—Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos

Para as provincias
Anno, 7$500 réis—Semestre, 3$750 réis—Trimestre, 1$975
Para o Brasil
Anno, 12$000 réis—Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:699 | TERÇA-FEIRA, 13 DE JUNHO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 12 DE JUNHO

Recresce a celeuma entre as hordas reformistas. Agridem-se mutuamente os aventureiros. Gira n'uma roda viva o andarilho que malsina os seus no gabinete dos ministros, promettendo-lhes domesticar a maioria, que argue de impolitico o rompimento do sr. Latino Coelho, que declara innocente a votação contra as alterações feitas na camara dos pares, que invectiva depois o governo por ousar tributar os bancos, que blasfema na commissão de fazenda contra as reformas do sr. Latino Coelho e lhe propõe *bill de indemnidade*, e que se associa na camara ora ao governo cujas graças não quer perder, ora á opposição quando o triumpho lhe parecia provavel, malsinando sempre, e chorando a sorte daquelles que trae constantemente.

Não está entre nós o cantor das glorias ministeriaes nem o chronista aleivoso e inconveniente da commissão de fazenda. Queremos livrar a commissão e a camara do confl[illegible] A nossa sinceridade [illegible] sença da ambição [illegible] ciativa que não tivera, o que só levava [illegible] humilhar o sr. Latino Coelho destruindo as suas reformas e concedendo-lhe um *bill* pelos seus desvios.

Não disputamos as glorias dos especuladores. E até para a manutenção da paz não desmentiamos as suas calumnias. Não nos pertencia decidir a pendencia da iniciativa entre o governo e os reformistas. Fizesse-se o que era justo, que nós louvariamos do ultimo logar.

Nomeamos nós o patriarcha de Lisboa, donde vem a *causa belli*? Mettemo-nos na grave questão do hyssope, ou declarámos a pendencia *questão de principios*? Sabiamos do protesto contra o rei de Italia, sabiamos da votação da infallibilidade, vimos a desculpa brutal de *quem quer patriarcha melhor o manda fazer de encommenda*, e não achamos na pastoral do funccionario reformista senão os principios do partido que o havia eleito.

Se a egreja ministerial de que nós estavamos separados, e até excluidos, se dividiu, se não vimos no poder senão o governo do paiz que não queriamos hostilisar, e ao qual continuavamos a dar todo o apoio nas questões de fazenda e administração, em que concorremos nós para o conflicto? Os malsins e delatores arguiam as nossas intenções não podendo accusar os nossos actos; mas no dia do combate nós os calumniados eramos coherentes votando com o governo, e os denunciantes e ambiciosos trahiam aquelles que até alli adulavam, e negavam ao ministerio os meios de governar.

Assim foi em 1868, assim foi em 1869. Em 1871 não ha senão a repetição daquellas duas datas. A insignificancia a fingir que apoia o governo, mas sempre para o trahir. O sr. bispo de Vizeu a reconhecer que taes famintos não podem constituir governo, que as *donas marias* tem lingua mas não tem cabeça, tem bocca para comer mas não tem juizo para governar, anda o prelado de romaria pelas casas alheias a procurar cerineus que o ajudem, obrigam n'o a dizer que é elle o requestado, sahe o sr. marquez de Sá desgostoso por tantas torpezas, é acclamado de novo o sr. marquez d'Avila que tinha sido a[illegible], a canalha põe no altar o idolo que [illegible] cerca-o para o disfructar, d[illegible] e por fim dá-lhe o beijo de Judas, [illegible] situação que dizia ser sua, e não [illegible] senão a triste memoria de ter votado [illegible] para si.

Depois da queda devida á inepcia, os aventureiros arguem o poder moderador, desculpam o sr. marquez d'Avila porque lhe querem arrancar algumas candidaturas, nessa desculpa denunciam a sua incapacidade, apontam para a lista civil e dizem que o sr. D. Miguel II cederá della, notam a illegalidade da lei que estabelecera os alimentos para o sr. infante D. Augusto, e associam-se á *Lanterna*, senão todos uma e a mesma cousa, recordam as proezas da communa, e poupam os agentes responsaveis do governo para mirar á pessoa inviolavel.

Quando a dictadura clerical deshonrou o paiz despresando a constituição nunca combateram essa dictadura, nem injuriaram o rei. Eram elles os auctores da torpeza, e glorificavam o rei que os tolerava. A dissolução então era um direito. O despreso da constituição um beneficio. Uma revolta coagiu mais tarde o monarcha. Os aventureiros applaudiram. A dictadura era a consequencia, e elles chegavam-se para se aproveitar della. O rei coacto era um rei cidadão.

Mas agora no uso livre das suas attribuições é responsavel o rei moralmente porque respeita a lei, e é-o porque não assume a dictadura. E' responsavel porque não chama ao poder o sr. bispo de Vizeu que não o soube conservar, nem manter com dignidade.

Pois ha de dissolver-se uma camara depois de se terem dissolvido tantas? Onde está a força do argumento? Pois não se deve seguir o vosso exemplo? Então para que o estabelecestes? E se vós o fizestes porque não o poderão fazer outros?

Castiga Deus o paiz com um governo faccioso. Esse governo dissolve uma camara liberal, e elege uma clerical. Essa camara não fez nada, e é dissolvida. Pois havia de dissolver a má depois de ter sido dissolvida a boa? Pois não havia de conservar o instrumento da reacção? Pois o rei que subscreveu á dictadura de 1868, á de 1869, que dissolveu tres camaras nesses dois annos ha de poder dissolver agora esta?

E vêde se a canalha cita os nomes dos dictadores que exerceram o absolutismo, se falla nos ministros para lhes pedir a responsabilidade. Na[illegible] que se [illegible] inviolavel, e [illegible]

E porque é esta benevolencia contra os infractores, e esta malevolencia contra as victimas? E' porque os infractores satisfazem á ambição dos especuladores, que são um tremedal de corrupção.

O seu desespero é a sua agonia. Se respiram ainda é porque os poderes publicos nem sempre tem feito o seu dever.

O famulo de Vizeu não quer que lhe recordemos a bisarria com que insultou o marechal quando se malogrou a insurreição de dezembro e a abnegação com que o saudou pelo successo da de maio. Era sempre o *instincto da propria conservação* que lhe dictava aquella expressão dos seus sentimentos, como escrevia na ultima época.

Na imprensa portugueza ainda não appareceu immoralidade nem torpeza similhante. Dentro de seis mezes o marechal é tratado como comilão e como heroe. E o insultador da insurreição malograda é o apologista venal da insurreição triumphante.

Negue-o, se póde.

Naquelle tremedal de infamias o calumniador e o sevandija diz que se o funccionario paga hoje impostos é porque o partido reformista o obrigára a isso.

O insipiente devia saber que as deducções são mais antigas que os aventureiros, e que em logar de 15 os funccionarios já soffreriam deducções de mais de 30 por cento nos seus vencimentos.

Mas quereis saber a honestidade do partido? Lêde:

«Foi o partido reformista que estabeleceu as «deducções dos vencimentos, e que não duvidou «cortar nos ordenados daquelles mesmos que oc«cupavam então as cadeiras de ministros!»

A admiração é justa. O famulo conhece as entranhas do amo. Pois não veem o heroismo com que o sr. bispo de Vizeu comprehendeu nas deducções os vencimentos dos ministros? Se o famulo é o legislador, fazia uma excepção. No fim de contas o prelado é o melhor entre os maus.

O s[illegible] deduziam nos [illegible] que o sr. bispo de V[illegible]

Mas a differença é que antigamente as deducções eram votadas pelas côrtes, e o sr. bispo de Vizeu legislou-as em dictadura por amor á constituição.

Muito honesto é o *Jornal de Vizeu*.

Mas a sua giria ainda vae além disto. Porque um deputado que não recebe subsidio não approvou a lei que o extinguia, julga que os reformistas que o votaram para si praticaram uma acção moral tendo-se proclamado defensores de todas as economias. O voto do esbanjador serviu-lhe neste caso. Diz-se que as bestas comem palha sabendo-lh'a dar. A manipulação cremos que foi excellente.

Mas o governo da dictadura é que aboliu o subsidio, e o publicista da *Revolução* está ligado a ella!

Muito bem. Mas o governo da dictadura pela confissão do *Jornal de Vizeu* teve o seu apoio por instincto da propria conservação, o assalto ao paço teve os applausos da grey reformista, e o publicista da *Revolução* não só combateu o assalto, mas condemnou a dictadura, deixou o poder por não a querer assumir, e por condemnar esse recurso da abolição do subsidio, que depois de o ter combatido no gabinete, e deixar por isso a pasta combateu-o na imprensa.

Nesse tempo os reformistas não largavam a casa do marechal sendo necessario pôl-os fóra d'ella.

Mas o publicista de Fontello diz-nos ainda que os reformistas não demoraram a dissolução, mas que foram elles que a promoveram.

Foi sem duvida, sem o quererem.

O que elles promoviam era a queda do gabinete. Tinham-lhes mettido na cabeça que não havia dissolução. Crêram no caso, e levantaram o conflicto, mas quando ouviram o desengano fizeram quanto poderam para que não fosse dissolvida a camara antes dos 3 mezes por causa do subsidio que seria de 2$500 por dia n'um caso, e de 200$000 réis no outro.

E depois fingiram louvar o fogo sagrado com que accederam ao chamamento os deputados da provincia! Sabem ao que vieram? A receber a teca; e os que não a poderam apanhar, contentaram-se com a ajuda de custo. Vejam que heroes! Ronceiros para o trabalho, promptos para a papança.

E [illegible] que foram os reformist[illegible] 200 contos no orç[illegible] não foi desmentido [illegible]?

E se era assim para que levantaram ahi o conflicto?

A ambição e a inepcia mataram os reformistas.

POLITICA EXTERNA

Poucas noticias ha de França, e as que ha, que são em numero muito diminuto não offerecem grande interesse, a não ser a demissão de Picard de governador do banco de França. Ainda ha pouco nomeado e eil-o já demittido. O telegrapho não indica nem de leve as causas que occasionaram esta demissão, e se ella foi feita espontaneamente pelo governo provisorio, ou se Picard resignou o seu cargo. No entanto seja qual tenha sido a causa não offerece ella materia para considerações. Diante dos grandes interesses que se debatem hoje n'aquella nação, uma demissão é cousa que não causa a menor impressão, nem altera em nada os movimentos da balança.

Os principes de Orleans, foram a Versailles e visitaram Grevy, e Thiers, porém os jornaes e correspondencias fazem-se eccos dos boatos mais estranhos, sobre esta entrevista; mas o que parece mais rasoavel, e o que é apresentado com mais probabilidades de verdade, é o de que os principes darão a sua demissão proximamente. No entanto por hora ainda a não deram, e são ainda deputados da assembléa que approvou as actas das suas eleições.

Parece que os principes reclamaram a approvação das suas actas, pois que não havia motivo plausivel para que fosse retardada uma tal questão, e como além disso ellas estavam legaes, não parecia que podesse haver embaraços. Isto é o que conta uma carta de Paris dirigida á *Epoca*, jornal de Madrid. Nenhum dos partidos que compõem a assembléa tinha nada que objectar a estas reclamações. Porém procuravam meio de dispôr a opinião e o paiz para que os considerasse como simples cidadãos francezes, e não como principes de sangue real, com pretenções dynasticas. Com este fim revogaram [illegible], como para tirar [illegible] qualquer cara[illegible]

D[illegible] apezar do que affirmam alguns jornaes, [illegible] é provavel que o conde de Chambord venha residir em Touraine.

Emquanto a [illegible] ida do ministerio de Julio Simon, e Julio Favre, parece que não tinha grande fundamento, pois que uma correspondencia diz que elles conservam e conservarão as suas pastas.

Diz uma outra correspondencia que a opinião publica está muito irritada em consequencia das tendencias que se vão mostrando por parte da Inglaterra, de não entregar os refugiados da communa.

A enorme quantidade de prisioneiros que estavam em Versailles, já alli se não vêem quasi. Os interrogatorios são rapidos e alli mesmo se fixa a sorte do prisioneiro, já teem sido interrogados mais de 20:000. Se o interrogado é estrangeiro deve reclamal-o o seu embaixador, se é francez, então é condemnado segundo o papel que representou nos ultimos acontecimentos. Se o seu papel foi secundario é mandado para Cherburgo, Rochefort ou Brest, se é pessoa importante fica em Versailles para ser julgado pelo conselho de guerra.

As ultimas noticias dizem que Courbet está são e salvo, e não está prisioneiro.

Assi deve ser interrogado n'um dos proximos dias, seguindo-se-lhe Rochefort e Billoray.

* * *

Telegrammas

Os que se receberam hoje em Lisboa dizem o seguinte:

SERVIÇO SUB-MARINO

Londres, 11, ás 10 horas da noite.

Os jornaes de Paris fazem reparos sobre os acontecimentos na assembléa nacional, e mostram a grande importancia das eleições supplementares fixadas para o dia 2 de julho, as quaes, dizem elles, podem inteiramente mudar a situação actual dos partidos na assembléa.

Os jornaes legitimistas parecem convencidos da proxima realisação das suas esperanças.

Os jornaes republicanos estão menos animados mas dão grande importancia á manutenção dos poderes executivos nas mãos de mr. Thiers.

Londres, 12, ás 11 horas da manhã.

As prisões em Paris continuam.

Os bonapartistas [illegible] peito das eleições e esperam que serão [illegible] guns dos seus candidatos.

Ha 112 cadeiras vagas na assembléa.

Picard retomou posse da sua pasta.

O governador do banco de França, o principe de Joinville e o duque d'Aumale demittiram-se das suas cadeiras como membros da assembléa.

O governo italiano annuncia a transferencia official da capital para Roma no primeiro de janeiro proximo.

MARINHA

Fechou-se o parlamento e ficámos no mesmo estado como se nunca o tiveramos aberto!

Discursos energicos, raivas e choros, e nada mais.

Tres mezes perdidos, tal é a iniciativa reformista!... Que fizeste heroes?...

Aonde estão as vossas reformas? Aonde estão essas economias que tanto apregoastes?...

Aonde está a vossa força?... Aonde estão esses 200 contos que economisaste no ministerio da marinha?

O que fizeste então!?...

Malfadado paiz, perdeu-se uma sessão legislativa em discutir um orçamento, que não ficou discutido! Levaste tres mezes citando economias já realisadas, e outras que se realisam n'uma hora por um mero acto de administração.

Pediste a destruição dos serviços, a anarchia em tudo, e cahistes agarrados á vossa obra de gloria eterna!

Para tão pouco, não era preciso tanto tempo, a *communa* foi mais feliz.

Ponde os olhos na França e vêde como ella se sacrifica para salvar a Europa dos instrumentos de anarchia. Registae o exemplo, e *emmudecei*, a vossa obra de destruição caiu com a communa, podeis alardear serviços que ninguem vos acreditará, citae o orçamento e o commando geral da armada, que tudo é poeira com que quereis atirar aos olhos do povo. O paiz já vos conhece, a vossa popularidade está em duas ou tres philarmonicas desafinadas e em meia duzia de foguetes, appellae para o expediente e recebereis até [illegible] de dictadores no reino da *Lua*, os [illegible] tos estão tão conhecidos, como os vossos [illegible] sos que só revelam ignorancia e nada [illegible].

Quizestes defender uns e accusar outros, cahistes mudos, as obras dos vossos protegidos são á vossa similhança.

Os engenheiros navaes foram os unicos, que em vós encontraram defeza, mas afinal elles ahi estão atrapalhados com os *erros de officio!*

A guerra de guerrilhas está começada, quem não tem coragem de atacar de frente, anda a monte de bacamarte em punho. Os *conegos* que no arsenal da marinha tem creado raizes profundas, é preciso removel-os porque descobrem os erros, e quanto o paiz paga por elles!

Os que á custa do contribuinte foram *estudar* em *Inglaterra* pagam-lhe os sacrificios, obrigando-os a pagar mais, o trabalho que o paiz tem direito a exigir delles reduz-se a cantarolias do lupanar, os madraços que se esquecem do dever e do paiz, são os unicos que encontraram defeza, reformistas e seus defensores, são todos um e a mesma cousa. Não fazer nada e destruir, é o seu verdadeiro programma.—D.

CORRESPONDENCIA PARTICULAR

Cacheu, 15 de abril de 1871.—Acrescento

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 61 - Revolução de Setembro – 13/junho/1871 – número 8:699 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Conferência – Por se haver desencaminhado só hoje publicamos o que vai ler-se:

"Fez ontem a sua conferência no Cassino Lisbonense sr. Augusto Soromenho, lente do curso superior de letras. Foi um discurso notável pela elevação das ideias, pela erudição e pela independência da crítica, dito em linguagem sóbria fluente e por vezes enérgica. Os ouvintes que esperassem ver um assunto científico sacrificado nas artes de um partido político, não deveram sair satisfeitos.

É assim que o sr. Soromenho, tratando da falta de originalidade dos nossos clássicos geralmente tão esplendidos de forma mais vazios de ideias, recusou-se a explicá-la pelo registro absoluto e teocrático dos nossos antigos tempos, regime sob o qual tantas vezes no mundo tem florescido brilhantíssimas literatura; E assim que, falando do nosso futuro literário, não lhe desejou por berço esta ou aquela forma social, mas o culto austero do dever.

A parte do auditório porém, que ia simplesmente escutar um homem de ciências, essa saiu plenamente satisfeita; porque a conferência do sr. Soromenho não foi daquelas que qualquer pode fazer com três ou quatro dias de estudo e com um bocado de estilo, mas um trabalho largo e bem combinado que supõe uma bela inteligência, muita ciência e um grande espírito de verdade.

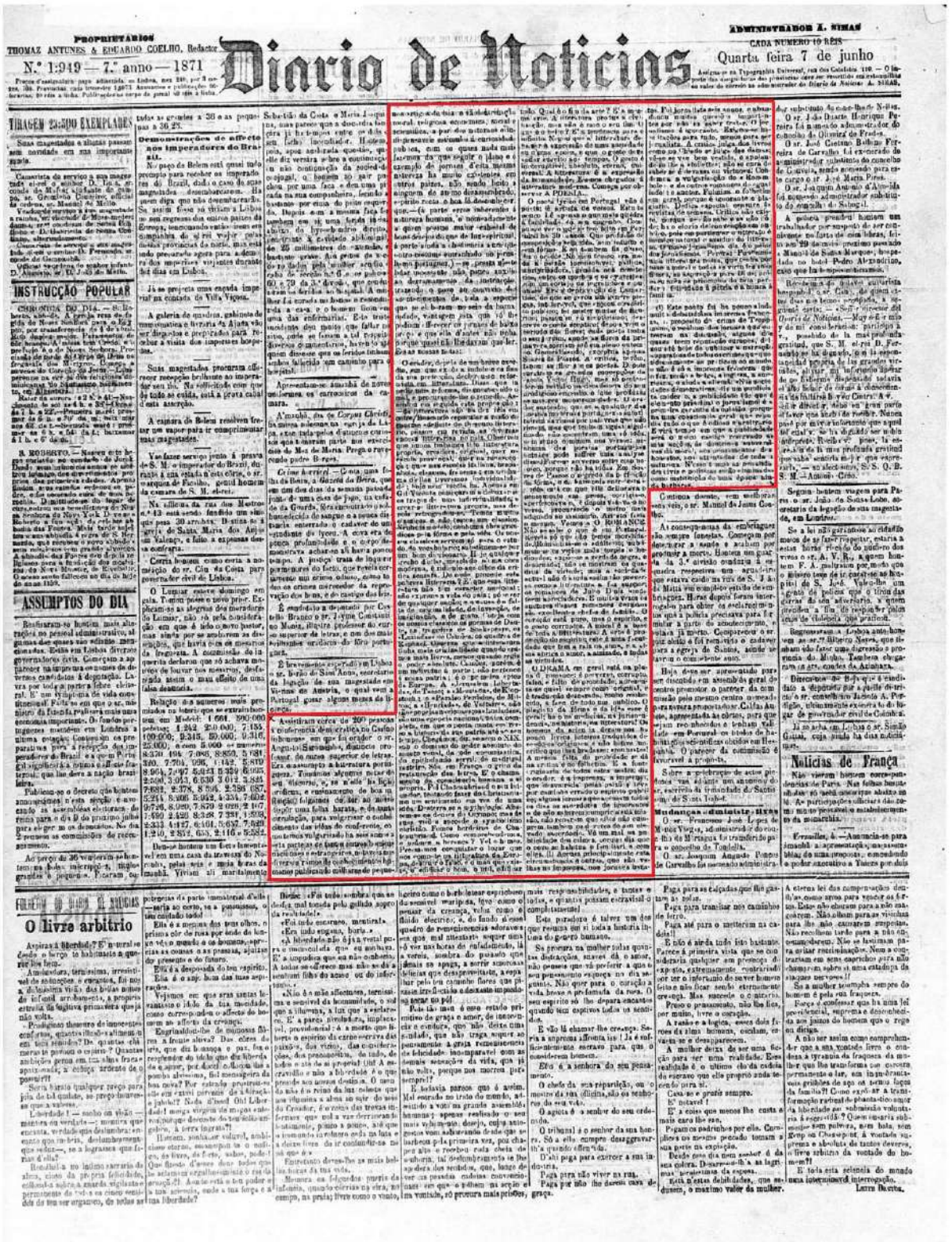
E a parte do auditório, a que nos referimos, eu era quase todo ou talvez todo ele, ouviu o sr. Soromenho com a maior atenção, só o interrompia para lhe dar provas de agrado e no fim do seu discurso o aplaudiu muitíssimo.

O sr. Soromenho ocupou-se do passado, do presente e do futuro das letras pátrias; tratando o assunto em si e nas suas relações com a literatura geral da Europa. Ocupou-se porém principalmente do presente literário do nosso país e teve a coragem de o apresentar decadente como é e de apontar como causas principais desta decadência a falta de sãs e elevadas ideias de moralidade, a falta de estudos sérios e apurados, a falta de consciência literária, e, por último, a falta de uma ética sensata e conhecedora das matérias de que trata.

Concluiremos dizendo que a preleção do sr. Soromenho veio confirmar os altos créditos de que justamente e há muito goza entre os melhores cultores das ciências e das letras.

3.2.5.5 - Diário de Notícias – 07/junho/1871

Fig. 62 - Diário de Notícias – 07/junho/1871 – p.1



Diario de Noticias

Quarta feira 7 de junho

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Assistiram cerca de 200 pessoas a conferência democrática no Cassino lisbonense em que foi orador o sr. Augusto Soromenho, distinto professor do curso superior de letras. Era o assumpto a literatura portuguesa. Tomamos algumas notas do seu discurso, e, se nele ha lição profícua, e ensinamento de boa influição, folgamos de ter ao nosso dispor uma folha barata, e de tanta circulação, para vulgarizar o conhecimento das ideias do conferente, como temos vulgarizado ha seis anos a esta parte as de tantos outros homens nacionais e estrangeiros, notáveis nos diversos ramos de conhecimentos humanos publicando milhares de pequenos artigos cie boa e sã doutrinação moral, religiosa, econômica, social e científica, a par dos naturais e indispensáveis estímulos à curiosidade publica, com os quais nada mais fazemos do que seguir o plano e o exemplo de jornais d'esta mesma natureza há muito existentes em outros países, não sendo licito a ninguém de animo desassombrado, espirito reto e boa fé desconhecer, que, — (a parte erros inerentes a natureza humana, e nomeadamente a quem possui maior cabedal de bons desejos do que de luz espiritual, á parte ainda a obediência a um que outro costume entranhado no jornalismo português,) — se presta neste lidar incessante não pouco auxilio ao derramamento da instrução, trazendo o povo ao convívio dos acontecimentos de toda a espécie que se elaboram no seio da humanidade, vantagem esta que só lhe podiam oferecer os jornais de baixo preço e que ele d'antes não tinha porque quase não lhe davam o que ler. Eis as nossas notas:

O orador, depois de um breve exordio, em que expôs a índole e os fins da sua preleção, declarou-se reformista em literatura. Disse que ia pedir uma reforma, diagnosticando o mal, e procurando-lhe o remédio. Assentou em seguida esta proposição: — cia literatura não há dez réis em cofre. Buscando especular a razão do enorme «déficit» do tesouro literário, passou em revista as diversas épocas literárias no país. Observou que nunca tínhamos tido literatura própria, criadora, original, quer na escola provençal, quer na renascença; quer nas escolas italiana, espanhola, clássica, francesa; em nenhuma delas tivéramos individualidade; hoje nem escola ha. Apenas em Gil Vicente começaram a debuxar-se os traços de uma individualidade, a criar-se literatura própria, mas depois retrogradou-se. Temos muitos clássicos e não temos um clássico. Nenhum modelo, nenhuma obra grandiosa pela fôrma e pela ideia. Os nossos clássicos servem só para o estudo do vocabulário; substituem-se por um bom dicionário. Hoje qualquer trecho deles, mesclado em uma obra moderna é ridículo aos olhos da crítica sensata. De onde procede esta pobreza literária? E que essa literatura não tem caráter nacional; não exprime a vida do país; pôde ser de qualquer nação; e a causa é a falta de originalidade, de invenção, de imaginação, e de gosto. Coteja com os nossos clássicos os poemas de Dante, as tragédias de Shakespeare, os «Lusíadas» de Camões, os quadros de Raphael. Observa que a literatura tinha mais originalidade quando éramos mais livres, menos quando regia o poder absoluto. Camões, porém, é um indivíduo à parte; não pertence à nossa pátria; é o primeiro épico da Europa. A «Jerusalém Libertada», de Tasso; a

«blessiada», de Klopatoch; o «Paraiso Perdido» de Miltou; a «Henriada», de Voltaire, não são epopeias nacionaes; os «Luziadas», são uma epopeia nacional, única completa, em que o poeta canta em verso a história da sua pátria até ao seu tempo. Chegámos, diz, ao século XIX, sob o domínio do poder absoluto do soneto venal, da ode encomiástica, do epitálamo servil, do madrigal rasteiro. Soa em França o grito da restauração das letras. E' o chamamento da consciência humana a si própria. Foi Chateaubriand o seu iniciador, tentando fazer do Cristianismo um sentimento em vez de uma ideia. Desterra se a mitologia. Abatem-se os deuses cio Olympio; mas ás suas visões sucede o simbolismo cristão. Fomos herdeiros de Chateaubriand. Como compreendemos, e usámos a herança? Veremos. Precisamos conquistar o lugar que nos compete na literatura da Europa, destruir o falso, e o mau que existe, e edificar o bom, o útil, edificar tudo. Qual é o fim da arte? E a mesma arte. A literatura produz a civilização, mas não é esse o seu fim. O que é o belo? E a tendência para o infinito. Negou que a literatura deve ser a expressão de uma sociedade ou d'uma época, e que o gosto deva andar sujeito aos tempos. O gosto é incorruptível, absoluto, eterno, universal. A literatura é a expressão da humanidade. Eis-nos chegados à literatura moderna. Começa por observar A POESIA.

O poeta lírico em Portugal não é poeta; é artista de versos. Estuda pouco. Lê apenas o que mais quadra a facilidade do seu engenho. Compunge ver o que se tem feito em Portugal ha 20 anos. Que profusão de composições sem ideia, sem intuito e sem fôrma. E eu também fiz d'isso, diz o orador. No meu tempo era moda a paixão inconsolável, pálida, “martvrisadora”, gemida nos cemitérios, entre os mochos e os ciprestes, com um cortejo de ingratidões e punhais. Era a depravação de Lamartine, de que se gerou um gênero piegas, intolerável, que enjoou o espirito público; foi mister mudar de figurino; passou-se ao ceticismo; descreve o poeta cético; depois veio o período das flores; cada poeta tinha o seu jardim, aonde as flores da primavera sorriam até em pleno outono. Generalizando, excetua apenas Soares de Passos. A crítica, porém* fanou as flores e os poetas. Depois surgiram as grandes concepções da escola de Victor Hugo, mas só pretenderam imitá-lo na decadência do seu prodigioso engenho, o que produziu as maiores monstruosidades. O orador sustentou que se a qualquer das poesias modernas portuguesas substituírem as rimas por palavras que não rimem, mas que tenham igual significado não encontram uma só a ideia, nem senso comum nos versos: nenhuma das poesias portuguesas atuais pode sofrer uma análise, disse. Foge-se do verso solto e ao heroico, porque não há ideias. Em Soares de Passos o segredo da perfeição da fôrma, e da harmonia entre esta e a ideia está em que ele delineava o pensamento em prosa, corrigia-o, aperfeiçoava-o, e depois vazava-o no verso, procurando o metro mais adequado ao assumpto. Aresto fazia o mesmo. Vamos a O ROMANCE. Não se sabe o que é em Portugal. Revela só que não temos moralidade. Romantiza-se o adultério; sublimam-se os vícios mais torpes e hediondos; expõe-se a verdade negra, e desornada; não se mostram os

quadros da virtude; mas a sociedade atual não é ainda assim tão perversa como a literatura a faz supor; os romances de Júlio Diniz ainda têm apreciadores. E muitas vezes os autores desses romances devassos são excelentes chefes de família. O coração está puro, mas o espirito, e o gosto corruptos. A moral é a base de toda a literatura. A arte é produção do espirito; esta é uma faculdade que tem raiz na alma, e a alma obriga o amor, a amizade, e todas as virtudes.

O DRAMA em geral está no plano do romance: é perverso, corrupto, falso, e falto de probidade; apresenta-se quase sempre como original, e é tradução descarada, roubo conhecido, à face de todo um público. O plagiato da fôrma e da ideia esse é geral; há-o na medicina, na jurisprudência, na história, na literatura! Os homens da ciência deram-nos há pouco livros inteiros traduzidos dizendo-os originais, e não houve um crítico que lhes bradasse: «roubaste»! A mesma falta de probidade se dá na crítica e no folhetim. E a fonte originaria de todos estes males, diz o orador, é a imprensa que desvairada pelas paixões leva por caminho errado o espirito público; alguns jornais que acusam todos os dias os sacerdotes de ignorantes e de não saberem cumprir a sua missão, não repararam que eles não cumprem também os deveres do elevado sacerdócio. Vê um mal na publicidade dos crimes, porque diz que o povo se habitua e familiariza com eles acusa principalmente esta circunstância e outras, que são velhas na imprensa, nos jornais baratos. Foi jornalista seis anos, e abandonou muitas questões importantes por não as saber tratar. O jornalismo é ignorante. Exigem-se habilitações para tudo, menos para ser jornalista. A crítica julga dos livi-os como no Chiado se julga das damas; vê-se se vae bem vestida, e aplaudi sê-lhe a “toilette”; não se cura de saber se é devassa ou virtuosa. Condena a vulgarização do “Rocambole” e de outros romances de igual índole e autor. Fulmina o folhetim em geral, porque é ignorante e plagiário. Dedica especial censura ás revistas de semana. Crítica não existe, porque

Este ponto foi há pouco ainda muito debatido na imprensa francesa, a propósito do crime de Troppmann, e nenhum dos jornais que entraram na discussão, alguns dos quais têm reputação europeia, deixou até hoje de publicar a narração aparatosa de todos os crimes que quotidianamente se praticam no mundo, e não é só a imprensa francesa que o faz, senão a belga, a inglesa, a americana, e ainda a alemã. “Nas sociedades democráticas, diz um publicista moderno, a publicidade (de que é elemento principal o jornalismo) é a primeira garantia da opinião, porque há uma consciência geral que repudia tudo o que é odioso e arbitrário. E virá tempo em que a publicidade será o único castigo reservado ás más ações, ás doutrinas subversivas da moral, aos pensamentos desonestos, aos atentados de toda a natureza. N'esse tempo as penalidades civis e politicas serão eliminadas como instituição de uma época ainda barbara». Se não sabe e se não pôde; há o elogio de convenção em público, pois em particular o literato é inimigo natural e assíduo do literato. O nosso jornalismo, diz, é o pior dos jornalismos. Perora: Fundemos uma literatura nossa, que tenha por base a moral e

todas as virtudes suas filiais, as aspirações para Deus; propaguemos os princípios do bem para dar a felicidade á pátria e a honra a família.

3.2.5.6 - Jornal da Noite 6 e 7/junho/1871

Fig. 63 - Jornal da Noite 6 e 7/junho/1871 – p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 133 | ASSIGNATURAS EM LISBOA.—mez 240, trimestre 700 PROVINCIAS:—Trimestre 1$800, semestre 2$800. | **Terça e Quarta feira 6 e 7 de junho de 1871** | Publicações.—No corpo do jornal 60 réis por linha Annuncios 20 réis—Venda avulsa 10 réis. | 1.º anno

Noticias dos jornaes da manhã

—O distincto gravador o sr. Charles Wiener, que dirigiu por algum tempo a nossa casa da moeda, foi encarregado de executar a grande medalha commemorativa da unidade da Allemanha e das victorias do exercito allemão.

(*G. do P.*)

—Diz-se que o partido reformista vae fazer uma representação pedindo a demissão do ministerio.

—A camara de Belem deliberou ir em corporação comprimentar os imperadores do Brazil á sua chegada e pede aos moradores que illuminem n'essa noite as suas janellas.

—Apresenta a sua candidatura por Belem o sr. Francisco da Silveira Vianna e por Gondomar o sr. barão de Ferreira de Santos.

—A nova empreza do caminho de ferro Larmanjat, de que faz parte o sr. barão Albert Grand, vae estabelecer uma linha que partindo d'aqui vá a Cascaes e de Cascaes a Torres Vedras.

(*J. do C.*)

—Partiu hontem para Coimbra o sr. Affonso Mexia; segue d'ali para Arganil onde vae tratar da sua eleição. Pela opposição apresentou-se o sr. Dias Ferreira.

—O sr. marquez de Sabugosa foi convidado para governador civil de Lisboa, mas não acceitou. Diz-se que fôra tambem convidado o sr. conselheiro Paredes.

—Na officina de serralheria da Cruses da Sé, está a acabar uma balança para se pezar o gado bovino vivo. Peza de cada vez seis bois dos mais corpulentos.

(*D. P.*)

—Partiu hontem para Roma a commissão que vae entregar a Pio IX a mensagem da assemblea catholica.

(*D. de Not.*)

Lisboa 6 de junho

Ácerca da dissolução da camara electiva discorre com vario parecer a imprensa da capital e a das provincias. Sempre assim succede.

A uns jornaes parece que teria sido mais rasoavel despedir o governo que dissolver a camara, porque o paiz está cansado de eleger, e não podendo haver governo sem appoio do parlamento, faltando este, acabou para o gabinete a rasão de ser.

Outros entendem que não tendo nenhum partido maioria sufficiente para governar com desassombro, é justo pedir ao paiz que fortaleça com a sua confiança um dos grupos politicos, ou imponha a alguns d'elles, pela proporção com que os favorecer, a obrigação de se alliarem, e por qualquer dos modos prepare o governo para o futuro.

Entre estas differentes considerações deve ter hesitado o Poder Moderador antes de usar da sua prerogativa, e como demittir o governo seria appellar para si proprio, e a dissolução da camara é appellar para a nação, nem se póde accusar de ambiciosa o arbitrio nem dar por incompetente o tribunal.

É a corôa interessada em proceder com acerto. Nem deseja outra cousa. Ella bem sabe que a sua força se robustece com a opinião e diminue quando a contraria. Mas as resoluções do Poder Moderador, por conformes que sejam com a constituição, não agradam, não podem agradar a todos, com quanto a uns e outros, e sobre tudo ao paiz, convenha respeital-as.

A eleição acabará em breve com essas divergencias, e a nação escolhendo os seus representantes facilitará ao Poder Moderador qualquer arbitrio ácerca de governo. A parcialidade que obtiver maioria sufficiente para governar, terá direito a ser chamada aos conselhos da corôa.

Do paiz só depende a regularidade do systema constitucional. Basta que escolha com acerto e que todos subordinem aos principios a sua acção politica. Não procedendo assim teremos agitações continuadas e poderá, como já se disse da Grecia, servos applicado áquelle proloquio vulgar: *Não se póde ser juiz com taes mordomos.*

E o peior é que os taes mordomos não serão estes nem aquelles partidos, será o paiz inteiro.

O direito de votar, dizia ha pouco em França uma voz auctorisada, acabou com as revoluções. Não tem direito de se insurreccionar quem não vence pelo voto porque o despresa ou porque o não consegue favoravel.

É indifferente que governe esta ou aquella parcialidade. O principal é que governe alguem.

Damos hoje a segunda parte do folhetim do sr. B. M. Estas iniciaes são as do nome de um actor muito applaudido, e não menos notavel pelas suas obras dramaticas, o sr. Braz Martins. Folgamos de lhe dar, na publicação dos dois folhetins, testemunho da consideração que nos merecem os seus serviços e prestimo na carreira que tão dignamente tem percorrido.

Bolsa de Lisboa em 6

FUNDOS PORTUGUEZES

Ficaram cotadas:

Inscripções grandes..............	35
Ditas pequenas..................	35,25

FUNDOS HESPANHOES

Titulos de 10:000 escudos	28,50
Cambio de 940 réis.	

Venderam-se hoje em praça:

12 obrigações prediaes ao portador, pelo preço de 92$000 réis cada uma.

10 ditas pelo preço de 91$900 réis.

3:300$000 réis de coupons, sendo 6 titulos de 500$000 réis e 3 de 100$000 com o semestre pago ao preço de 34,50.

2:100$000 réis nominaes de acções do encontro da Companhia das Aguas, que teem o desembolso de 50 0/0, tiveram a offerta de 30 0/0; não se effectuou.

Receberam-se hoje no correio de Lisboa malas de Italia de 31 de maio; Belgica, Prussia, Inglaterra (via de França) de 1 de junho; Bordeaux de 3; Madrid de 4; faltou a correspondencia de Paris. Recebeu-se tambem mala de Liverpool, de 1 de junho, pelo vapor *Castilian*.

DESPACHOS

O sr. Francisco José Lopes de Mattos Viegas, administrador do concelho de Mortagua, foi transferido para o concelho de Tondella.

O sr. Joaquim Augusto Ponces de Carvalho, nomeado administrador substituto do concelho de Nellas.

O sr. João Duarte Henrique Pereira, nomeado administrador do concelho de Oliveira de Frades.

O sr. José Caetano Balbino Ferreira de Carvalho, exonerado de administrador substituto do concelho de Gouveia, sendo nomeado para este cargo o sr. José Maria Pires.

O sr. Joaquim Antonio d'Almeida, nomeado administrador substituto do concelho do Sabugal.

Numeros mais premiados na loteria de Madrid que se effectuou no dia 6:

N.º	Pesetas	N.º	Pesetas
1:601 ...	500:000	2:386 ...	5:000
1:242 ...	250:000	687 ...	»
7:154 ...	100:000	5:244 ...	»
9:215 ...	50:000	8:206 ...	»
9:316 ...	25:000	5:942 ...	»
194 ...	5:000	4:354 ...	»
320 ...	»	7:692 ...	»
8:370 ...	»	9:726 ...	»
7:086 ...	»	8:920 ...	»
8:850 ...	»	7:679 ...	»
5:681 ...	»	2:026 ...	»
7:704 ...	»	2:107 ...	»
996 ...	»	7:499 ...	»
1:142 ...	»	2:426 ...	»
5:819 ...	»	8:328 ...	»
5:923 ...	»	7:331 ...	»
8:964 ...	»	1:598 ...	»
7:097 ...	»	2:333 ...	»
5:149 ...	»	4:127 ...	»
6:995 ...	»	6:141 ...	»
2:390 ...	»	5:637 ...	»
3:013 ...	»	7:529 ...	»
6:630 ...	»	1:140 ...	»
3:012 ...	»	2:842 ...	»
3:824 ...	»	655 ...	»
7:682 ...	»	2:116 ...	»
2:378 ...	»	5:582 ...	»
8:594 ...	»		

Foram concedidas licenças para estarem ausentes dos seus logares aos srs. Joaquim Augusto das Neves Barateiro, delegado do procurador regio na comarca da Covilhã, por 30 dias; Alexandre Coelho de Souza e Sá, por igual periodo, para tomar posse do logar de delegado na comarca de Montalegre.

Telegrammas

(AGENCIA HAVAS BULLIER REUTER)

Director Fabra

SERVIÇO SUB-MARINO

Londres 6 de junho, á 1 h. da tarde

Reina perfeita tranquillidade em Paris.

O corpo diplomatico volta para Paris.

Na assembléa franceza a questão da eleição dos principes orleanistas foi adiada até quinta-feira.

O enterro do arcebispo e dos mais refens que foram mortos terá logar ámanhã; a cerimonia será feita com toda a pompa.

O emprestimo francez proposto é de cem milhões de libras sterlinas.

Telegramma recebido depois de ter saido a nossa ultima folha:

Versailles 5, ás 6 h. e 10 m. da t.

A assembléa sendo lhe presente o relatorio da commissão encarregada de examinar o procedimento do governo da defeza nacional em Paris, Tours e Bordeaux, passou á ordem do dia para se occupar da verificação das eleições dos principes de Orleans. Thiers disse: Passei muitas horas na commissão, que reconheceu comigo a impossibilidade de resolver hoje uma questão que acarreta tão grave responsabilidade. Devia haver nova reunião para concordarmos, se isso é possivel.

Pedi á commissão que não se occupasse do assumpto porque era muito incommodado. Thiers pediu adiamento da discussão até quinta feira, declarando que esta demora não aproveitará á desunião, e accrescentou que a commissão entende que a verificação dos poderes e derogação das leis de exilio dos Borbons devem ser resolvidas conjunctamente. A discussão ficou adiada para quinta feira.

(Havas).

CARTA DE FRANÇA

Não recebemos hoje jornaes de Versailles nem de Saint Germain. Tambem não tivemos carta do nosso correspondente.

Os jornaes de Bordeus que temos á vista, são do dia 3 de junho.

As folhas republicanas queixam-se das manobras empregadas pelos partidos monarchicos com o fim de restaurarem a realeza. Diz a *Gironde* que a direita da Assemblea conspira ha muito para obter dois logares no gabinete, o de ministro da guerra e o de ministro do interior. Carece de quem prepare o exercito para a solução monarchica, e de quem disponha as coisas de modo que as 115 eleições a que se vae proceder, dêem maioria ao seu partido.

N'este intuito procurou a direita captar a benevolencia do general Chanzy, mas não o conseguiu. Dirigiu-se depois á Mac-Mahon porem observou que o marechal estava ligado sinceramente em Thiers no pensamento de não antecipar os successos e de cuidar em primeiro logar da convalescença do paiz.

Em seguida lembrou-se de Changarnier, procurou ajudal-o a obter o posto de marechal que o velho soldado parece ambicionar, e que o governo lhe não quer conceder, pela sua avançada idade e porque no fim de tudo encerrou-se em Metz e nem salvou a praça, nem o exercito nem a França. A direita imagina que Changarnier poderá substituir Thiers no logar de chefe do Poder Executivo, e facilitar assim a monarchia. Desde que fosse reforçada a direita com as 115 eleições, e estivesse disposto o exercito, a assembléa declarar-se-ia constituinte, e elegeria o soberano.

Este plano porém, continua a *Gironde*, foi contrariado pela nomeação de Victor Lefranc para ministro do interior, porque Lefranc é republicano. A escolha de tal homem n'estas circumstancias, a conservação de Julio Ferry na prefeitura do Sena, e a nomeação de Leblond para procurador geral da republica, indicam que o sr. Thiers não está inclinado a fazer a vontade á direita da assemblea.

A *Gironde* reconhece que a communa prejudicou muito e enfraqueceu o principio republicano. Refere até que os realistas costumam dizer: *Perdoamos á communa porque matou a republica.*

Constituiu-se de novo a legação franceza em Berlim. Foi nomeado encarregado de negocios no imperio da Allemanha o marquez de Gabriac.

Ha quem imagine que a monarchia será proclamada em França no mez de janeiro de 1872.

Em Saint Germain estavam no celebre pavilhão de Henrique IV, onde ha um restaurant, varias mulheres e homens comendo, bebendo e cantando. A alegria d'aquella gente perdida contrastava com a tristeza geral da população por causa dos desastres da guerra com os allemães, e dos terriveis successos a que deu origem a insurreição de Paris.

O arruido fez com que se dirigissem para aquelle lado as pessoas que passeavam no terrado de Saint Germain, e que principiassem todas a murmurar de taes folias na hora em que os parisienses corruptos e in cendiarios fusilavam prelados e magistrados e lançavam fogo aos quatro cantos da cidade. As murmurações augmentaram, e o povo reunido em frente do pavilhão tomava já attitude ameaçadora.

Veio porém um militar a quem as balas dos prussianos tinham levado um braço,

FOLHETIM

THEATRO PORTUGUEZ

(Concluido do n.º 132)

De todas as zarzuelas que conhecemos, só o poema do *Pan y Toros* nos parece superior ao do *Pepe-Hillo*, e que lhe iguale em merecimento o do *Marquez de Caravaca*. Mais alguns poemas de zarzuelas temos visto bons e mesmo completos, mas em geral não são originaes hespanhoes, mas sim *arreglados* de peças francezas, como por exemplo *Jugar com fuego*, que é extrahido d'uma comedia franceza em tres actos, que, traduzida se representou no antigo Gymnasio, ensaiada ainda por Emile Doux, e que se intitulava—*Madame de Egmont—ou serão duas?*

Tinham-nos dito que a peça não tinha enredo, que era um conjuncto de episodios, e nada mais; não nos parece justa tal apreciação, porque encontrámos no *Pepe-Hillo*—o seguinte entrecho, salvo melhor juizo.

Um fidalgo hespanhol tem relações illicitas com uma mulher, que d'elle vem a ter uma filha. A infeliz quando já abandonada pelo seductor dá á luz o fructo dos seus amores, morrendo pouco depois: vendo-se em perigo aproveita as poucas horas de vida que lhe restam para enviar a recem-nascida a uma amiga sua, mãe de *Pepe-Hillo*: o encarregado de tal missão é um malvado que guarda para si o dinheiro que a moribunda lhe confiára, abandonando a menina sua á porta da pessoa a quem era enviada. Pouco depois, andando *Pepe-Hillo*—ausente por terras d'Hespanha—a exercer a sua profissão de toureiro, vae Dolores sua esposa visitar a sogra que está enferma, encontra-a expirante, e entrega lhe a creança sem tempo para declarações. Dolores depois de cerrar os olhos á mãe do seu marido, volta para o lar domestico trazendo a menina que apresenta a *Pepe-Hillo*, que não fica muito satisfeito com as explicações de Dolores, da parte da qual chega mesmo a duvidar no interior da sua alma, não se atrevendo a manifestal-o áquella que estremece sobremaneira. Mas, o poder da esposa é tal sobre elle, que sem que o ciume, embora infundado, de todo se lhe extinga no peito, chega a ver na menina um presente do céo, e d'accordo com Dolores, cuidam da creança engeitada, com o mesmo carinho com que se desvellam por um proprio filho que teem; repartindo por ambos iguaes porções d'amor paternal.

Passados annos, uma filha legitima do fidalgo (mais velha) que já é uma senhora e viscondessa, encontra n'uma medalha um escripto, pelo qual vem no conhecimento de que em poder de *Pepe-Hillo* existe uma creança que é sua irmã, e vae, acompanhada de sua tia, reclamar a menina; n'isto chega o fidalgo que se imagina manchado na honra e estirpe, cuidando que a sua herdeira legitima viera á casa de *Pepe-Hillo* por amores para com o toureiro; idéa que já nos outros actos tem sido apresentada reconhecida porém a verdade, todos se abraçam, ficam amigos, tomando o fidalgo conta da sua filha bastarda. E eis-aqui o enredo do *Pepe-Hillo*, tal como o nosso fraco bestunto nol-o fez comprehender, assistindo apenas a duas recitas da peça, mas buscando entender o enredo que se nos afigura habilmente tratado pelo auctor, e ornado de bonitos episodios, sem que nunca deixe de se fazer sentir durante toda a peça o assumpto principal do seu poema: enredo simples como o devem de ser todos os enredos das operas, ou peças em musica.

Tambem nos constou que se fallara na degradação da scena, retratando-se sobre ella uma praça de touros; esquecendo-se os que por ventura fallaram que ha bem pouco tempo ainda, na mesma scena do theatro da Trindade, se applaudiram com fervor os equilibrios e momices do Taborda, Augusto, Delfina, etc., na *Princeza de Trebizonda*, que não queria dizer nada; victoriando-se assim o retrato vivo da mater abjecção a que alguem póde descer; tal como o de trabalhar *bravateado* nas barracas das feiras, vindo primeiro chamar os freguezes a toque de zabumba e de trombeta, e aos brados d'uma algazarra grosseira. Isto sim, isto é que foi, é, e será sempre julgando abjecto; emquanto que a arte de toureiro foi, e é ainda em a nossa Peninsula, julgada mister nobre e honroso, que os principes e senhores não duvidam exercer, como outr'ora não duvidavam comparecer e lidar nas justas e torneios.

O que é todavia certo, é que a praça de touros é uma excrescencia no poema do *Pepe Hillo*, talvez o unico erro do auctor, (e um monologo dirigido ao publico, no ultimo quadro) que só se explica por um *golpe de theatro* para armar ao effeito, ou pelo desejo de li onjear os seus compatriotas amadores acerrimos das corridas de touros; pelas quaes, seja dito de passagem, não morremos d'amores, mas morre muita gente: que lhe faça muito bom proveito.

Agora vamos á traducção. É feita por um veterano nas lides dramaticas; e quando certos veteranos vão ao palco com a mão na consciencia, como ainda mais esta vez veio o sr. Francisco Palha, é apenas os ouvidos e saborear.

Houve ahi um jornal de musica que tinha a seguinte epigraphe: *Não quero theorias, peço ouvidos puros*: o mesmo pedimos agora; venham *ouvidos puros*, e digam depois se ha ou não merecimento real no trabalho litterario e poetico da traducção do *Pepe-Hillo*. Sendo hespanhola a acção, hespanhola é tambem a indole do tratado; mas o que n'elle se diz sendo sempre hespanhol, não deixa nunca de ser dito em bonitos tons e bellos versos, portuguezes de lei! E sem que nos atrevamos a asseverar que não tem defeitos, julgamos poder affirmar que é o *Pepe Hillo* uma das melhores producções que actualmente se representam em Lisboa.

Toda a traducção é rica pelas bellezas do estro e de metrificação, pela graça e pelo sentimento; qualidades estas que raras vezes se conseguem reunir bem, e casar assim com tanta fortuna—como o conseguiu o sr. Francisco Palha; distinguindo-se superiormente—uma grande parte do segundo acto, todo o terceiro quadro, e um pequeno dialogo de Pepe com a mulher, quasi no fim da peça.

Finalmente, o *Pepe-Hillo* é uma peça que tendo que vêr tem muito mais que ouvir, e é tambem, graças a Deus, uma obra que não deslustra a litteratura dramatica, nem a arte scenica.

Por ultimo, permitta-nos o sr. Francisco Palha a franqueza de lhe confessarmos que se estivemos mal com s. ex.ª por ter traduzido o *Barba Azul*, agora fizemos as pazes, e sinceramente lhe apertamos a mão pela sua gloria da traducção do *Pepe-Hillo*. Estranhos ás conveniencias e especulações dos emprezarios, mas fazendo votos pelas prosperidades da *scena patria*, julgamos sempre que sobre ella nos apparece algum astro que illumine o verdadeiro caminho do progresso da arte dramatica, ou da arte de representar; e neste caso está o *Pepe-Hillo*, traduzido pelo sr. Francisco Palha;

e que provem o contrario com razão e verdade; não admittindo que escriptor algum, seja qual fôr a sua posição litteraria, se atreva a dizer que o *Pepe Hillo* é mau, sem que primeiro renegue dos seus fóros litterarios, maiores ou menores.

Como litterato, como bom poeta e escriptor que é, e só por taes qualidades que reconhecemos no sr. Francisco Palha, viemos, humilde collega, cumprir com lealdade o nosso dever, saudando-o cordialmente: o que s. ex.ª foi, é, ou pode vir a ser como director ou emprezario de theatros, não vem aqui para o caso, e não pensamos sequer em tal. Este lembrete é para as más linguas.

Muito de proposito não fallamos do scenario, vestuario, nem do desempenho; vão ver. Queriamos fazer outro tanto respeito ao modo porque a peça está ensaiada, mas força-nos um impulso d'honra e de preito á verdade a declararmos que o ensaiador do theatro da Trindade, creando a *mise-en-scène*, alcançou ser sempre feliz, e bom muitas vezes, como por exemplo em todos os movimentos do primeiro acto, que estão perfeitissimos, sendo os mais difficeis da peça.

Emquanto á musica, foi ensaiada pelo nosso Angelo Frondoni, e está dito tudo.

E visto que a modestia em demasia não é mais do que o orgulho a pesca de elogios, terminamos dizendo que, ou é verdade tudo o que escrevemos, ou nada sabemos do que estudámos. Que o decidam os competentes.

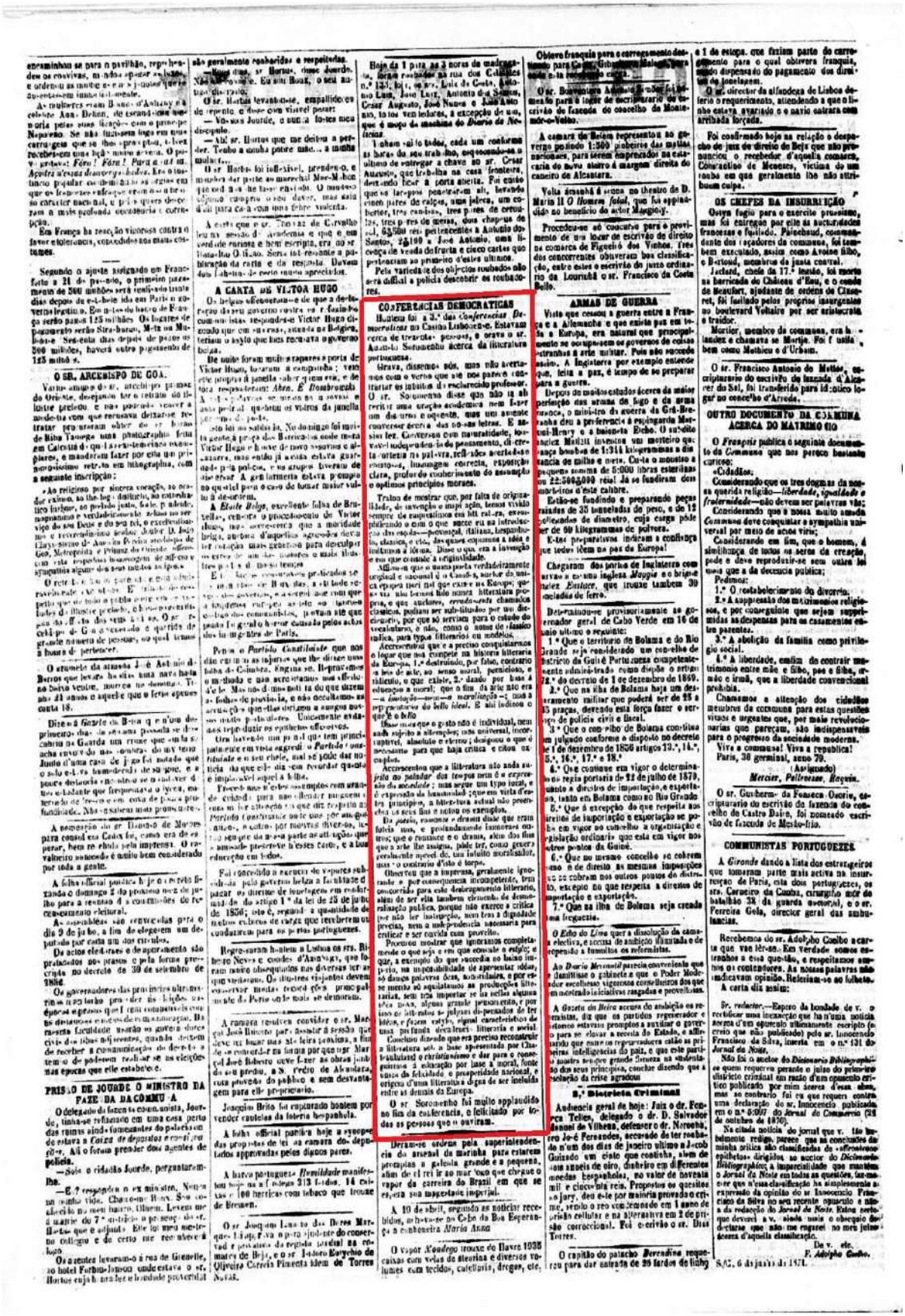
Parabens pois a Francisco Palha pelo *Pepe Hillo* na scena da Trindade, e a Cesar de Lacerda por ter feito resurgir os seus *Mysterios Sociaes* na scena do Gymnasio onde outr'ora nasceram.

Maio 22 de 1871.

B. M.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 64 - Jornal da Noite 6 e 7/junho/1871 – p.2



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Conferências Democráticas

Ontem foi a 3ª das Conferências Democráticas no Cassino Lisbonense. Estava cerca de trezentas pessoas, e orava o sr. Augusto Soromenho acerca da literatura portuguessa.

Orava, dissemos nós, mas não acertamos com o velho que até parece contrastar os intuitos do esclarecido professor. O sr. Soromenho diz que não ia ele recitar uma oração acadêmica nem fazer um discurso eloquente, mais unanimemente conversar acerca das nossas letras. E assim fez. Conversou com naturalidade, louvável independência de pensamento, discreta cortesia na palavra, reflexões acertadas e chistosas, linguagem correta, exposição clara, profundo conhecimento do assunto e ótimos princípios morais.

Tratou de mostrar que, por falta da originalidade, de invenção e inspiração, temos vivido sempre de empréstimos em literatura, exemplificando o como que [...] eu na introdução das escolas – provençal, italiana, espanhola, clássica, etc, das quais copiamos a ideia e imitamos a forma. Disse o que era a invenção e em que consiste a originalidade.

Afirma que o único poeta verdadeiramente original e nacional é o Camões, autor da única epopeia original que existe na Europa; que [...] não termos tido nunca literatura própria, e que autores, erradamente chamados clássicos podiam ser substituídos por um dicionário, porque só serviam para o estudo de vocabulário, e não, como o nome de clássico indica, para tipos literários ou modelos.

Acrescentou que era preciso conquistarmos o lugar que nos compete na história literária da Europa. 1º destruindo, por falso, contrário as leis de arte, ao senso moral, pernicioso, e ridículo, o que existe, 2º dando por base a educação amoral; que o fim da arte não era – a imutação – nem – a moralização -; mais a representação do belo ideal. E aí indicou o que é o belo.

Dissemos que o gesto não é individual, nem anda sujeito a alterações; mas universal, incorruptível, absoluto e eterno; designou o que é necessário para que haja crítica e citou exemplos.

Acrescentou que a literatura não anda sujeita ao paladar dos tempos nem é a expressão da sociedade; mas segue um tipo ideal, e é expressão da humanidade; que em vista destes princípios, a literatura atual não preencha os seus fins e notou os exemplos.

Da poesia, romance e drama diz que eram fúteis nus, e profundamente imorais outros, que o romance e o drama, além dos fins que arte lhe assina, pode ter, como gênero geralmente apreciado, o intuito moralizador, umas o contrário disto é torpe.

Observou que a imprensa, geralmente ignorante e por consequência incompetente, tem concorrido para este desbragamento literário além de ser ela também elemento de desmoralização publica, porque não exerce a crítica por não ter instrução, nem tem a dignidade precisa, nem a independência necessária para criticar e ser ouvida com proveito.

Procurou mostrar que ignoramos completamente ou que seja e em que consiste o estilo; e que, a exemplo do que sucedia no baixo império, na impossibilidade de apresentar ideia só damos palavras ocas, sonoridades, e por esse mérito só aquilatamos as produções literárias, sem nos importar, se dá nelas alguma [...] algum grande pensamento, e por isso os hidratos se julgam dispensando de ter ideias, e fazem estilo, sinal característicos de uma profunda decadência literária e social.

Concluiu dizendo que era preciso reconstruir a literatura sol, a base apresentada por Chateaubriand o cristianismo e dar para o conseguimos a educação por base a moral, fonte única da felicidade e prosperidade nacional, e origem de uma literatura digna de ser incluída entre as demais da Europa.

O sr. Soromenho foi muito aplaudido no fim da conferência, e felicitado por todas as pessoas que o ouviram.

3.2.5.7 - Jornal da Noite 7 e 8/junho/1871

Fig. 65 - Jornal da Noite 7 e 8/junho/1871 – p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 134 | Assignaturas em Lisboa.—mez 240, trimestre 700. Provincias:—Trimestre 1$200, semestre 2$200. | Quarta e Quinta feira 7 e 8 de junho de 1871 | Publicações.—No corpo do jornal 60 réis por linha. Annuncios 20 réis—Venda avulsa 40 réis. | 1.º anno

Noticias dos jornaes da manhã

Consta-nos que se fazem todas as deligencias para que a estatua do grande orador José Estevão seja inaugurada por occasião das festas que se preparam para a trasladação dos ossos de Vasco da Gama.

—Espera-se que chegue em breve ao Tejo o brigue de guerra *Pedro Nunes*, que largou de Loanda no dia 10 d'abril.

(*P. C.*)

—Chegou da sua propriedade rural na Carreira o sr. conde de Casal Ribeiro, depois de ter ido a Valle de Lobos visitar o sr. Alexandre Herculano. (*R. de S.*)

—O sr. ministro da guerra mandou fornecer espingardas e mais utensilios á commissão 1.º de Dezembro de 1840 para instrucção dos alumnos dos collegios, que se estão adestrando nos manejos militares.

—Continua a funccionar uma vez por semana na secretaria da justiça a commissão consultiva de exame e revisão do projecto do codigo civil. A revisão vae já nos ultimos artigos da secção 2.ª do capitulo 8.º

—O sr. Vicente Caetano Macieira foi nomeado deputado inspector da junta do deposito publico. (*D. P.*)

—Vae fazer serviço junto á pessoa de S. M. o imperador do Brazil, o sr. marquez de Ficalho. No paço de Belem está tudo prompto para receber os viajantes.

—E' brevemente esperado em Lisboa o sr. barão de Sant'Anna.

—Foi roubado em sua casa na alameda de Santo Antonio dos Capuchos o sr. Vicente Nunes, na quantia de 85$000 réis. O ladrão fugiu para o Porto.

—Parte na proxima semana para Vienna de Austria o sr. visconde de Santa Quiteria. (*D. de N.*)

—A direcção da associação commercial deliberou lançar na acta um voto de louvor aos srs. A. A. Pereira de Miranda e José Dionisio de Mello e Faro, pelos esforços que empregaram em côrtes a fim de obter favoravel resultado varios assumptos de interesse commercial. A mesma direcção nomeou uma deputação para apresentar ao imperador do Brazil uma mensagem de felicitação.

—Parece que se fixará o dia 29 d'agosto para a trasladação dos ossos de Vasco da Gama, por ser o dia em que elle aportou a Lisboa no anno de 1499. (*J. do Com.*)

Lisboa 7 de junho

A novidade de hoje é o manifesto do partido reformista que dâmos em extracto. N'elle se explica o procedimento dos cavalheiros que o assignaram, e se exprimem varias queixas contra o governo.

E' natural que os amigos do gabinete e os seus alliados politicos, reunidos ou separadamente, acceitem esta luta preliminar das eleições, e digam de si ao paiz com egual clareza e extensão.

Nos governos baseados no voto popular importa que esclareça os eleitores quem se apresenta a sollicitar-lhes os suffragios, nem o paiz avaliará devidamente as intuitos de cada parcialidade e de cada individuo, se lhe não forem expostos com a maxima publicidade.

Esquivam-se quasi sempre a estas manifestações os candidatos, mas os partidos teem que explicar actos, que defender doutrinas, que affirmar principios e que dar segurança ácerca do futuro ao paiz, cuja confiança procuram adquirir e que cedo ou tarde terão de governar.

Sobre ser natural, é justo e conveniente que o façam. Conveniente para os partidos que deste modo abrem communicação directa com a nação, e conveniente para os eleitores que só depois de terem ouvido as allegações de todas as parcialidades, poderão votar com pleno conhecimento de causa, exercendo conscienciosamente o seu direito.

Bolsa de Lisboa em 7

FUNDOS PORTUGUEZES

Ficaram cotadas:

Inscripções grandes	36
Ditas pequenas	36,25

FUNDOS HESPANHOES

Titulos de 10:000 escudos	28,50

Cambio de 949 réis.

Venderam-se hoje em praça:

10:000$000 réis d'inscripções de assentamento, com o semestre corrente, pelo preço de 36.

10 obrigações prediaes ao portador a 92$000 rs. cada uma.

Outro lote de 10 obrigações pelo mesmo preço.

Outro lote de 10 pelo mesmo preço.

5 titulos de 5 acções cada um, do Banco de Portugal a 434$000 rs. cada titulo.

1 titulo de 10:000 escudos, consolidados hespanhoes, ao preço de 28,25, cambio de 940.

Mais dois titulos de 10:000 escudos a 28,20, mesmo cambio.

Outro titulo de 10:000 escudos teve offerta de 28,18, cambio de 940; não conveio o preço.

Tambem se pozeram em praça: 2 acções da companhia de Mineração Transtagana; tiveram offerta de 34:000 réis por cada acção o que não conveio.

10 acções da companhia de Mineração de Portella da Gaiva (em Hespanha) não tiveram offerta. Estas acções não teem cotação no mercado.

Na tarifa das corretagens que hontem publicámos deve ler-se: De mercadorias—1/2 p. c. do comprador, e 1/2 p. c. do vendedor, em vez de 1 1/2 p. c. do vendedor.

Receberam-se hoje no correio de Lisboa malas de Italia de 1, Bordeaux de 4, Madrid de 5. Faltaram as malas de Belgica, Prussia, Inglaterra (via de França) e Paris.

No proximo sabbado ha recita no elegante theatrinho de Taborda.

Telegrammas

(AGENCIA HAVAS BULLIER REUTER)

Director Fabra

SERVIÇO SUB-MARINO

Londres 7, á 1 h. da t.

Em consequencia de descobrimento de documentos muito importantes tem-se demorado a abertura do conselho de guerra para julgar os insurgentes em Versailles.

Os prisioneiros em Satory vão ser remettidos para Nova Caledonia em 20 transportes e levando cada um 1:000 homens.

Espera-se que monsenhor Dupanloup será nomeado arcebispo de Paris.

A eleição dos principes será formalmente confirmada e a lei de expatriação revogada sob a condição d'elles resignarem as cadeiras logo depois de serem admittidos na camara.

O perigo immediato de crise politica parece ter desapparecido por emquanto. Lefranc será ministro da agricultura: Cissey, da guerra; e Lambrecht, do interior.

SERVIÇO CONTINENTAL

Versailles 7, ás 11 h. e 30 m. da m.

O Jornal Official publica um decreto nomeando o sr. Picard governador do Banco de França, e outro nomeando o sr. Renlaud procurador geral do tribunal de contas.

Affirma-se que os principes da casa d'Orléans darão a sua demissão logo que lhes sejam approvadas as eleições, e depois de revogadas as leis de exilio. A esquerda e o centro da assembléa vão propor que se prorogem os poderes de Thiers emquanto durar a assembléa actual. Lullier foi preso na segunda feira. Desmentem-se os boatos de desordens em Lyon e n'outras cidades de provincia.

(*Havas*)

Telegramma recebido depois de ter saido a nossa ultima folha:

Versailles 6, ás 10 h. e 45 m. da t.

O jornal official publica as nomeações de Lambrecht para ministro do interior, Lefranc da agricultura, Cissey da guerra, Leflô para a embaixada em S. Petersburgo, Leon Say para prefeito do Sena. A esquerda e o centro insistem em propor a prorogação dos poderes de Thiers por 2 annos, a fim de dar ao paiz garantias de estabilidade, sem a qual nem os commerciantes nem os financeiros se atrevem a nenhuma operação importante. Crê-se que a maioria da assembléa apoiará a prorogação. Ainda se não determinou a epoca das eleições supplementares. Ha sucesso completo nos departamentos. Não se confirma a noticia da prisão de Felix Pyat na Suissa. Os conselhos de guerra ainda não começaram a julgar os insurgentes prisioneiros.

(Havas).

A folha official publica o seguinte telegramma dirigido pelo ministro dos negocios estrangeiros da republica franceza ao seu representante nesta côrte:

Versailles 4 de junho, ás 10 horas e 43 minutos da manhã — Antes de receber officialmente a resolução tomada pela camara dos pares que me annuncia o vosso telegramma de hontem e antes de poder responder pela mesma fórma, peço-vos que testemunheis ao ministro dos negocios estrangeiros os sentimentos de gratidão do governo da assembléa franceza, esperando que se digne transmittil-os ao presidente da camara, que se não recusará a ser o interprete da expressão dos nossos sentimentos para com toda a camara. E' para nós particularmente precioso vêr nesta manifestação um penhor da união dos dois paizes no amor da ordem e da liberdade.—*Jules Favre.*

DESPACHOS

—O Sr. José Joaquim da Cunha e Mello foi exonerado, pelo pedir, de escrivão da camara municipal de Linhães.

—O sr. Custodio Joaquim da Cunha e Almeida foi exonerado de administrador do concelho de Mondim de Basto: sendo nomeado para este cargo o sr. Sebastião Maria da Nobrega Junior.

—O sr. Joaquim Alvaro Telles de Figueiredo Pacheco, foi exonerado de administrador do concelho de Agueda, sendo nomeado para este cargo o sr. João Ribeiro da Rosa Magalhães.

—O sr. José Maria d'Eça de Queiroz, foi exonerado de administrador do concelho de Leiria.

Fundeou hoje no nosso porto o vapor hespanhol *Nivia*, vindo de Barcelona com 1142 volumes de varios generos que leva para Liverpool. Entrou para receber carga e carvão.

MERCE

O sr. D. José da Camara Leme, capitão de caçadores n.º 3, foi nomeado cavalleiro de Avis.

Saturnino Alberto, vadio e exposto, foi preso no largo de S. Roque por estar vendendo um relogio e outros objectos que, segundo confessou, tinha furtado no armazem n.º 32 da rua do Corpo Santo. Tambem furtára um casaco a um inglez e fôra empenhal-o.

Deu se ordem ao director das obras publicas do districto de Lisboa para que mande continuar as reparações precisas na egreja de S. Thiago, na importancia de 514$000 réis.

CARTA DE FRANÇA

Ainda nos faltaram cartas e jornaes de Versailles e de Saint-Germain. Sabemos que em Paris já reappareceu o *Journal des Débats* de que somos assignantes, mas não o recebemos. Só tivemos folhas de Bordeus até o dia 4. D'ellas vamos extrair as minguadas noticias que nos trouxeram.

A *Gironde* pensa que a adhesão dos principes de Orleães aniquilou o partido de 1830, que nasceu de circumstancias especiaes e que não tem hoje razão de ser. A alternativa actual é entre Henrique V, apoiado pelo clero, e a republica sustentada pelos liberaes.

Accrescenta que o clero deseja ligar a sorte da França aos destinos da côrte de Roma e do poder temporal do papa, e que nas provincias andam colhendo assignaturas para uma representação ao papa n'esse sentido. Coincide com este pensamento o nome de *Zuavos Pontificaes* dado ao regimento que o general barão de Charette commanda em Rennes, e que ha pouco em ceremonia solemne consagrou ao *Coração de Jesus*.

Na sessão de 2 de junho da assembléa de Versailles propoz o deputado João Brunet que fossem derrogadas todas as leis de proscripção, as quaes são incompativeis com as liberdades republicanas. A direita, declarando que os dois ramos da casa de Bourbon se tinham reconciliado propoz a annullação da lei de 10 de abril de 1832 que baniu o ramo primogenito dos Bourbons, e da lei de 26 de maio de 1848 que proscreveu os orleães.

Ha quem note que derrogadas todas as leis de proscripção, podem voltar os bonapartes, porem os legitimistas são de opinião que nesse caso os bonapartes seriam presos, processados por alta traição e deportados. O mesmo aconteceria aos homens mais notaveis do segundo imperio.

As folhas republicanas espalham o boato de que os jesuitas mandaram dizer ao sr. Thiers que elles se encarregavam de pagar a contribuição de guerra aos allemães e de os despedir de França, e que o governo francez em compensação se obrigaria a invadir a Italia, a occupar Roma e a desfazer toda a obra da unidade italiana.

FOLHETIM

A INSTRUCÇÃO NACIONAL

POR

D. ANTONIO DA COSTA

Não morrem com o tempo, nem se apagam com o silencio os raios da gloria. Póde o esquecimento ingrato de mezes ou de annos desviar os olhos de qualquer manifestação do espirito; mas a justiça que não dorme, e a verdade que ninguem aniquila, e que vibram como a cadêa galvanica atravez de todas as sombras, hão de mais tarde ou mais cedo despertar na posteridade o preito merecido ao genio e á illustração.

Mendigou dois annos á porta dos editores, e dormiu trinta, quasi na obscuridade, o immortal poema de Milton. A *Scienza Nuova* de Vico, destinada a exercer a mais completa revolução na critica e na historia, foi em vida do seu auctor escarnecida em Leipsick, e olhada com indifferença pela Italia e pela Europa.

E Gilbert, esse grande genio da desventura, só achou nos homens do seu tempo o despreso e o insulto; e quando elle expellia, já nas sombras do tumulo, esse grito de infinita amargura:

Au banquet de la vie, infortuné convive,
J'apparus un jour et je meurs!...

....

respondia-lhe a sociedade com o escarneo de La Harpe: *il y avait là le germe d'un talent!*

É que muitas vezes os ventos do egoismo, da ignorancia ou da inveja parecem apagar no principio o facho que alguem arremessou para o mundo, como Deus arremessaria a luz do futuro ás trevas de cada geração; um dia virá porém, outro e outro, e um movimento invisivel e anonymo, grande como a justiça, infallivel como a verdade, ha de reaccender esse facho, e, ao seu brilho, inscrever mais um nome no registro da gloria.

E' d'esta especie o livro que eu tenho diante de mim. Grande pela idéa que inspira e desenvolve, sublime pelo estylo que o reveste, e admiravel pelo progresso que representa, é um d'esses poucos livros que hão de sobrenadar sempre na voragem da nossa decadencia. E no entretanto a imprensa portugueza mal o viu e mal o saudou! O pregão sublime que elle traduz, as notas do evangelho que o realçam, perderam-se, abafadas no brado das multidões superficiaes!

Não pertencia a mim, ignorado e humilde, lançar em rosto a escriptores conhecidos a sua ingratidão; mas, quando os grandes e os que podem se deixam levar pela indifferença geral, não seja ao menos despresado pelos pequenos o fogo que os illumina.

A Instrucção Nacional! Admiremos primeiro que tudo o titulo d'esta obra. Fallar da instrucção, inspiral-a ou promovel-a é já em si roubar como Prometheu o fogo do infinito, para doirar com elle a fronte da humanidade; mas no nosso paiz, tão atrasado n'este ramo, é mais do que alcançar uma gloria, é tambem satisfazer uma necessidade.

Occupa-se o sr. D. Antonio da Costa da instrucção primaria, a mais importante de todas, porque assenta sobre ella o edificio da sciencia, e é tambem por ella que se abre a alma da criança ao sol da illustração. Não cabe no curto espaço de um folhetim seguir em detida analyse todo o plano d'este livro; póde porém dizer-se com justiça que não ha em todo elle uma só pagina onde o seu auctor se não eleve á toda a altura d'esta importantissima questão. Conhece o paiz os decretos de 2 e de 3 de agosto de 1870 em que o sr. D. Antonio da Costa realisava já em Africa melhoramento no systema da instrucção nacional; pois bem! A obra que estamos analysando, fonte d'aquelles decretos, desde que as suas indicações fossem adoptadas como lei, seria o bastante para levantar do abatimento em que jaz até o esplendor das outras nações a tão enfezada arvore da nossa instrucção.

Trata o auctor da triplice cadeia que deve existir entre o discipulo, o professor e o systema do ensino. Levar suave e proveitosamente pela instrucção o resplendor á alma das crianças, e pela gymnastica a saude e o vigor ao corpo; tornar, pelas habilitações e pela justa retribuição, mais conveniente o estabelecimento do professorado; e, finalmente, fazer, pela apta organisação dos estabelecimentos primarios, mais facil e mais proficua a aprendizagem: eis o seu fim. E em qualquer d'estas tres questões não se deixa arrastar aquelle distincto escriptor pelos velhos caminhos da *rotina*; estuda e aprecia pelo contrario a instrucção nos paizes mais adiantados, e, como Duruy, Pestalozzi e tantos outros apostolos do ensino, applica depois, embora sob a modificação das circumstancias, essas sublimes innovações do progresso moderno.

É assim que, ao lado da educação intellectual, apparece a educação physica e moral; ao pé do professorado, a syndicancia, não como actualmente em simulacro, mas activa, permanente e efficaz; ao lado da intervenção official, a actividade espontanea individual e local; ao pé da escola, a bibliotheca; e finalmente ao lado do mestre, em geral aspero e rude, a mulher que abranda pelos sorrisos, corrige pelos affagos, estimula pelos carinhos, e toda se entende, nas irradiações da sua alma, com essas outras almas que se abrem ao sol da primavera e se espanejam no céo da innocencia.

É aquella a missão da mulher: a familia e a escola; dois templos onde ha uma só lampada—o amor, e um só altar—o coração. Tiral-a d'ali para as scenas tumultuosas da vida politica, seria o mesmo que transplantar o lyrio dos valles para os penhascos da serrania.

Outro grande merecimento do livro está nos dados estatisticos e curiosas noticias que apresenta; vê-se por ellas que o seu auctor quiz deixar-nos uma obra completa sobre esta materia. N'este sentido porém são para estranhar duas lacunas sobre duas importantissimas questões: uma sobre o meio de tornar obrigatoria a instrucção primaria, e outra sobre o ensino religioso. Nem a lei de 1836, nem a reforma de 1844, nem outras quaesquer medidas similhantes são bastantes para tornar realidade esta phrase: ensino obrigatorio. A indolencia do nosso povo, o desconhecimento das vantagens do ensino, e até em grande parte uma certa reacção, filha da ignorancia na plebe hão de baldar todos os esforços, em quanto um meio pratico qualquer não fizer reconhecer directa ou indirectamente a necessidade da instrucção. Foi com este intuito que os srs. Pereira Dias e Santos Silva se lembraram um dia no parlamento de aproveitar em prol da illustração a repugnancia pelo serviço militar, obrigando a servir mais tempo os soldados analphabetos.

Seja este ou outro qualquer o meio efficaz, devia em todo o caso o sr. D. Antonio da Costa esclarecer-nos com a sua auctorisada opinião.

Não pode tambem colligir-se d'esta obra quaes as idéas do seu auctor sobre a exclusão ou admissão do ensino religioso nas escolas.

É evidente, desde que o principio da liberdade de cultos se proclamou como um dogma no mundo scientifico, que a alma da creança não deve estudar na aula obrigatoria a formula de qualquer religião. A familia, como o sanctuario onde o seu coração se desabrocha, pertence esse dever; para a escola basta o ensinamento das verdades moraes.

Prégar ou admittir a liberdade de consciencia, permittir o uso de qualquer religião no seio da familia, e impor ao professor a obrigação de inocular publicamente no coração da creança qualquer culto, é, ainda em o nosso paiz, escurecer as garantias da carta constitucional. Muito desejava eu portanto ver tratada esta questão pelo sr. D. Antonio da Costa.

Levantarei por ultimo uma censura feita ao nosso codigo civil com relação ás garantias da mulher. Posto que eu não concorde com muitas das suas disposições a este respeito, entendo que a inferioridade actual da mulher, a qual o mesmo sr. D. Antonio da Costa reconhece, serve de justificação a alguns dos preceitos que *A instrucção nacional* condemna.

Depois de ter fallado sobre as idéas do livro, devia eu fallar sobre o estylo; tão conhecido porém é o modo de escrever fluente e elegantissimo de seu auctor, e tão impressa na memoria de todos estão ainda as paginas do *Christianismo e Progresso*, que só me resta confessar aqui a minha profunda admiração pela obra que analysei. Digo, sem a minima sombra de lisonja (pois nem seu auctor a precisa, nem eu era capaz de lh'a tecer) que poucos livros tenho lido, nacionaes e estrangeiros, tão distinto pela forma, pelas idéas e pelo methodo.

Coimbra, 1 de junho.

ADRIANO ANTHERO.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 66 - Jornal da Noite 7 e 8/junho/1871 – p.2

O *Diario de Noticias* e o *Diario Popular* deram conta da conferencia do sr. Augusto Soromenho, dissentindo em alguns pontos das opiniões do illustre professor. Na *Revolução de Setembro* o sr. Alberto de Queiroz prestando homenagem ao superior merecimento e profundos estudos do sr. Soromenho, indica as opiniões acerca das quaes discorda do seu parecer. O *Diario Popular* louva-lhe a ousadia com que disse o seu parecer. O *Partido Constituinte* mostra-se favoravel ao orador e o *Jornal do Commercio* igualmente.

A questão puramente litteraria é digna da attenção da imprensa. A parte moral da conferencia merece grande louvor pelo acerto da doutrina.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

O Diário de Notícias e o Diário Popular deram conta da conferência do sr. Augusto Soromenho, dissentindo em algum ponto das opiniões do ilustre professor. Na Revolução de Setembro o sr. Alberto de Queiroz prestando homenagem no superior merecimento e profundos estudos do sr. Soromenho, indica as opiniões acerca das quais discorda do seu parecer. O Diário Popular louva-lhe a ousadia com que disse seu parecer. O Partido Constituinte mostra-se favorável ao orador e o Jornal do Comércio igualmente.

A questão puramente literária é digna da atenção da imprensa. A parte moral conferência merece grande louvor pelo acerto da doutrina.

3.2.5.8 - Jornal da Noite 8 e 9/junho/1871

Fig. 67 - Jornal da Noite 8 e 9/junho/1871 – p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 135 | Assignaturas em Lisboa.—mez 240, trimestre 700. Provincias:—Trimestre 1$050, semestre 2$250. | Quinta e Sexta feira 8 e 9 de junho de 1871 | Publicações.—No corpo do jornal 60 réis por linha. Annuncios 20 réis.—Venda avulsa 10 réis. | 1.º anno

Noticias dos jornaes da manhã

Concluiu este anno o seu curso em direito o sr. D. Miguel Antonio da Camara Noronha, filho primogenito do sr. conde de Paraty. (P. C.)

—Está doente o sr. visconde de Santa Quiteria.

—A recita no theatrinho Taborda, no proximo sabbado, compõe-se das comedias *Novella em acção*, *Diabo atraz da porta*, *Botas e cachimbo* e *Discordias da concordia*. No jardim fazem-se preparativos para recreio das familias dos socios, nos dias 12 e 13 de junho. (D. P.)

—O bergantim real e seus pertences foram avaliados em 24:687$180 réis; a galeota grande em 12:383$500 réis, e a galeota pequena em 8:154$000 réis.

—Vae partir para Stockolmo o ministro da Suecia nesta côrte o sr. Frederico Kruzenstolpe.

—Teem-se aggravado ultimamente os padecimentos de S. M. a Imperatriz. Foi-lhe applicado um vesicatorio, mas por emquanto o seu estado não é grave.

—Nas festas de Santo Antonio na egreja das Mercês executa-se uma missa inedita do fallecido maestro Casimiro. Trata-se de obter esmolas para um bodo aos pobres.

—Está em Lisboa o sr. visconde de Villar Maior, reitor da universidade.

—Concederam-se dois mezes de licença para vir á Europa ao 1.º secretario da nossa legação no Rio de Janeiro, o sr. Bernardino Augusto de Faria Gentil. (D. de N.)

—Por ordem do ministerio da guerra foi dado por concluido o conselho de guerra formado ao capitão Lencastre, de caçadores n.º 4. O conselho não tinha ainda concluido a sua tarefa.

—Ficou adiado para outra sessão no tribunal da relação de Lisboa o julgamento do processo instaurado contra os auctores e cumplices do assassinato do barão de Porto de Móz, o qual estava marcado para a sessão do dia 6. O reu Felisberto Pinto do Rego, primo e conhecido da victima, requereu processo separado, e por isso não é julgado na mesma sessão. São defensores dos reus os srs. D. Pedro de Portugal, João Hygino Teixeira Guedes, José Urbano Bettencourt Rebello e José Liberato Branco.

—Vae ser transferido para a 8.ª secção em Lisboa o fiscal do districto da alfandega de Lisboa em Belem. Corre que o fiscal Gregorio vae ser aposentado. Falla-se na transferencia do fiscal da 7.ª secção para a 8.ª e vice-versa, passando o que está em Paço d'Arcos a commandar a secção de Belem. (J. do C.)

Lisboa 8 de junho

Curam-se com o suffragio popular as enfermidades publicas nos paizes constitucionaes. Nenhuma resiste áquelle efficaz remedio, quando é devidamente applicado.

O governo é mau e indigno da confiança da nação? A camara electiva, filha do suffragio popular, nega-lhe o seu apoio, e o governo tem de retirar-se ou dissolver a camara.

Dissolve a camara? Os eleitores tornam a eleger os deputados da assembléa dissolvida, e o governo tem forçosamente de retirar-se.

Desagrada ao paiz o governo e a camara? Escolhem os eleitores deputados que representem a opinião geral, e haverá governo em harmonia com ella.

E desde que governo e parlamento estiverem de accordo com a vontade nacional, tudo irá bem porque nenhum acto deixará de ser conforme com a opinião manifestada pelo suffragio popular.

Se porém os eleitores mais esclarecidos não acudirem á urna, se os homens mais dignos se esquivarem ás funcções parlamentares, e se por estas duas razões a eleição recair em pessoas inhabeis e indignas, a culpa será unicamente dos eleitores que terão perdido a occasião de salvar o paiz e ao mesmo tempo o direito de se queixar das desgraças da patria.

Lastimar sempre as más eleições e não querer contribuir para que sejam boas, é faltar aos deveres civicos, e inutilisar o remedio indicado na constituição; é imitar o doente que tendo sobre a mesa o quinino, recusa tomal-o e brada contra o medico por não lhe curar as sezões.

Pois o quinino das sezões sociaes é o suffragio popular, livre, consciencioso e independente.

Receberam-se hoje no correio de Lisboa malas de Italia de 2, Belgica, Inglaterra (via de França) e Prussia de 2, Bordeus de 3, Madrid de 7.

Receberam-se tambem malas de Montevideu, Rio de Janeiro e Bahia pelo vapor *Pascal*.

NOTICIAS ELEITORAES

São candidatos a deputados: por Monção, o sr. Rocha Paris; pelo Carrezal, os srs. Augusto Correia Godinho Ferreira da Costa e Francisco Coelho do Amaral; por Gondomar, o sr. barão de Ferreira de Santos; por Lisboa, diz-se que os srs. Luciano de Castro, Carlos Bento, Saraiva de Carvalho e Pereira de Miranda; pela Chamusca, os srs. Marianno de Carvalho e conde das Alcaçovas (D. Luiz); por Almada, o sr. Eduardo Tavares; por Belem, os srs. Francisco Vianna e Pedro Franco, pelo Porto, os srs. Faria Guimarães e Pinto Bessa; por Paredes, o sr. Mertens Ferrão; por Coimbra, o sr. Berjona de Freitas; por Santarem, o sr. Palma; por Valença, o sr. José de Mello Gouveia; por Chaves, o sr. Moraes Rego; por Barcellos, o sr. Paes Villas Boas; por Lamego, o sr. visconde de Valmor; pela Pesqueira, o sr. Silveira da Motta; por Braga, o sr. visconde de Montariol; por Fafe, o sr. visconde de Moreira de Rey; por Figueiró dos Vinhos, o sr. Carlos Ribeiro; por Torres Vedras, o sr. J. Pedro Nogueira; por Cintra, o sr. Francisco da Costa e Silva; pela Figueira, o sr. José de Moraes; por Pombal, o sr. Antonio José Teixeira; por Villa Real, o sr. conde de Villa Real; por Anadia, o sr. Luciano de Castro; por Oliveira d'Azemeis, o sr. Anselmo Braamcamp; por Sines, o sr. Barros e Cunha; por Tavira, o sr. Joaquim Thomaz Lobo d'Avila; por Fronteira, o sr. D. Miguel Pereira Coutinho; por Setubal, o sr. Arrobas; pela Vidigueira, o sr. Augusto de Faria; por Thomar, o sr. visconde de Villa Nova da Rainha; por Vizeu, o sr. Francisco Mendes; por Villa Verde, o sr. Alves Passos; por Ribeira Grande, o sr. [illegible] Correia; por Macau, o sr. Francisco Maria da Cunha; por Moçambique, o sr. J. Pinto de Magalhães; por Timor, os srs. Vennuncio Deslandes ou Mattos Correia; por Santarem, dizem que o sr. Teixeira de Sueiros.

Telegrammas

(AGENCIA SUD-MARINA)

Londres 8 de junho, ás 11 h. da m.

A sessão do reichstag allemão fecha na quarta feira proxima. Espera-se uma falla imperial de muita importancia.

Fazem-se ainda muitas prisões em Paris.

O enterro do arcebispo e mais ecclesiasticos teve logar hontem com grande pompa.

Calcula-se em 800 milhões de francos o valor da destruição de casas, bens e outros valores em Paris.

A nomeação de Leon Say como prefeito do Sena tem causado grande satisfação.

O governo italiano annuncia ás potencias europeas a proxima transferencia da capital para Roma.

Telegramma recebido depois de ter saído a nossa ultima folha:

Madrid 7, ás 7 h. e 15 m. da t.

A esquadra hespanhola irá a Lisboa, por occasião da trasladação de Vasco da Gama.

CARTA DE FRANÇA

Versailles, 3 de junho de 1871.

E' extraordinario o horror causado pelos acontecimentos de Paris. A indignação excitada pelo atrocissimo plano de incendiar todos os monumentos publicos e todas as casas suspeitas, foi tão violenta que não ha represalia que pareça excessiva, nem castigo que se considere sufficiente.

Na entrada do exercito em Paris não houve misericordia, e nos dias seguintes as execuções summarias foram numerosas. Houve da parte do povo e dos soldados bastante crueza que as circumstancias podem desculpar, mas que a razão e o sentimento profundamente lastimam. Pois ainda se não levantou uma voz a implorar clemencia para os vencidos. Pelo contrario toda a imprensa européa, e com maior affinco a imprensa liberal, pede o castigo dos criminosos, e não estranha nenhum acto de rigor praticado contra elles.

Os governos pela sua parte não os querem acceitar na qualidade de refugiados politicos, e quando alguem ergue a voz a sustentar que a caridade deve aproveitar aos communistas de Paris e aos maiores scelerados, o povo indigna-se e vae apedrejar a casa do philosopho, embora elle se chame Victor Hugo, e tenha maravilhado o mundo com os prodigios do seu talento. Povos e governos, imprensa nacional e estrangeira, conservadores e radicaes, todos querem paz, ordem, e segurança para a vida e para a propriedade.

Ha de aproveitar a lição, e talvez d'estes successos nasça uma especie de santa alliança, bem mais justa e proficua que a antiga. Fallo da santa alliança dos homens sinceramente liberaes contra os inimigos de todas as liberdades, dos governos esclarecidos e civilisadores contra os infatigaveis perturbadores da paz e da ordem estabelecida, e dos povos amestrados pela experiencia contra os seus perpetuos embaidores.

Pois não o estão indicando todos os factos? Os successos da Belgica, a resolução da Suissa de recusar asylo aos malfeitores sob pretexto politico, a conformidade da Hespanha com estes bons principios, e o desejo manifestado pelos inglezes de conciliarem com o proceder dos outros governos as suas leis de asylo, mostram que é unanime o sentimento de horror e a convicção ácerca da necessidade do castigo.

Não acabam por isso as revoluções, mas quem d'ora ávante as fizer, hade praticar actos politicos e não hade assassinar, nem roubar, nem incendiar. A Europa inaugurou agora para taes crimes perpetrados pelas revoluções politicas, a jurisprudencia da repressão universal, resultante da communhão dos perigos e da solidariedade dos interesses sociaes.

Não creio que nos annos mais proximos tenham voga as perniciosas doutrinas com que se foi preparando a insurreição de 18 de março, bem me parece que nas outras nações haja tendencias agora para imitar os delirios da commune. Em França o que mais se teme não é a repetição das scenas de Paris, é o receio de que obriguem a liberdade a padecer pelos crimes da licença que é a sua inimiga mortal.

O empenho de todas as pessoas sensatas em França não é suscitar questões dynasticas nem preparar germens de futuras discordias. Ha quem se lembre mais dos interesses dos principes, e da supremacia dos partidos que da patria, e muitas pessoas, atemorisadas pelos incriveis desatinos da commune, cuidam que só a monarchia póde assegurar-lhes ordem e paz. E' o sentimento que fundou o 2.º imperio. Mas a gente sensata e patriota quer antes de tudo a reorganisação da França.

Estes não desdenham do principio monarchico. Até lhe são favoraveis. Acham porém cedo para o estabelecer duravelmente. Por ora o governo republicano corresponde melhor ás necessidades publicas, e por isso é grande o numero dos que desejam a conservação da republica, não da republica de partido, mas da republica de todos, d'aquella cujo unico inconveniente são os republicanos. A monarchia virá depois necessariamente pela força das coisas e pela vontade geral. Este me parece ser o pensamento de Thiers, de que todavia a execução póde ser impedida por successos imprevistos.

Agora trata-se de revogar as leis que proscreveram todas as dynastias, e cuido que se revogará; que depois serão confirmadas as eleições dos principes de Orleães e que finalmente elles proprios renunciarão o mandato de representantes para evitarem as intrigas a que serviria de pretexto a sua presença na assembléa. O plano de nomear logar-tenente da nação o duque de Aumale com o fim de preparar o caminho para a restauração de Henrique V, não é de facil realisação. E sou convencido de que a assembléa, antes de regular a posição dos principes e dos proscriptos, concederá a Thiers por dois annos o logar de chefe do poder executivo.

Aqui temos no campo de Satory milhares de prisioneiros que em breve serão julgados pelos conselhos de guerra. Em Paris vae tudo entrando na ordem, mas com grande difficuldade. Ainda não ha illuminação, e faltam a maior parte dos commodos ordinarios das capitaes. A commune destruiu o que póde e desorganisou o resto.

Até ámanhã.

—

Recebemos cartas de Versailles e folhas de Paris de 4, e jornaes de Bordeus de 5.

O marechal Mac Mahon prohibiu a publicação dos jornaes, fundados depois do dia 18 de Março, e ordenou que se não apregoasse nenhum pelas ruas. Tambem foi prohibida a venda de petroleo e de outros liquidos inflammaveis.

—

Os prussianos já desampararam todo o territorio que occupavam na margem direita do Sena nos departamentos do Sena, e de Sena e Oise. Tambem levantaram campo de S. Diniz.

O ministro da justiça na Belgica respondendo ao sr. Defuisseaux auctor da moção de censura pela expulsão de Victor Hugo, proferiu as seguintes palavras:

«Os vencidos de Paris não são homens politicos. São incendiarios e assassinos. Ha porém maiores culpados. São os que os impellem e animam.

Ha mais ... culpados. Repito. São os malfeitores intellectuaes que excitam o povo e que promovem a discordia entre o capital e o trabalho.»

FOLHETIM

—

A RODA DOS EXPOSTOS

PELO

DR. MANUEL EMYGDIO GARCIA

O seculo actual herdou dos seculos passados um triste legado de anomalias e miserias sociaes. O immenso patrimonio que os nossos maiores nos grangearam encerra, a par de muitas arvores fructiferas, muitas plantas parasitas e venenosas, que é preciso mondar cuidadosamente, para que a terra possa receber a conveniente cultura e produzir os desejados fructos.

N'esta humanitaria tarefa trabalham com ardor as intelligencias elevadas e os corações magnanimos, que são hoje lustre do seculo, e serão no futuro astros brilhantes no céo da historia. Entre nós, como em todos os paizes, apparecem estes incançaveis agricultores da sciencia, fecundando com as suas fadigas e suores o campo destinado a enriquecer os povos e a tornar felizes as gerações.

Muitas vezes o fanatismo e os preconceitos, a ignorancia casada com o interesse, destroem n'um momento a planta mimosa, tratada com esmero por estes solicitos cultivadores; a inveja deprime-os, a calumnia não os respeita, a mediocridade enfatuada escarnece-os, o povo ingrato desconhece os seus beneficios, o odio e a intolerancia movem-lhes perseguições crueis; mas, no cadinho da historia, a calumnia transforma-se em louvores e o escarneo em apotheose, o esquecimento cede logar á immortalidade, e as violentas perseguições convertem-se em respeito supersticioso e em culto legendario.

Entre os mais dedicados obreiros da civilisação occupa logar distincto o sr. dr. Manuel Emygdio Garcia, que, já na imprensa, já na cadeira do magisterio, proclama com energia, defende com firmeza e apostolisa com enthusiasmo os principios santos, as doutrinas salutares e as reformas radicaes da escola democratica.

Os brilhantes artigos que o illustre professor publicou no *Trabalho*, semanario democratico em que tive a honra de collaborar com s. ex.ª, são apostrophes vigorosas contra o despotismo; rhapsodias sublimes, inspiradas pelo amor á liberdade; retrato fiel d'um coração generoso, aonde acham ecco sympathico os soffrimentos do proletario, e excitam sagrado enthusiasmo todas as conquistas do progresso.

Deixem-me exprimir aqui a profunda saudade com que me recordo d'aquella doce convivencia litteraria d'alguns mezes, em que, juntamente com os nossos amigos Adriano Anthero e Manuel Joaquim Massa, discutiamos acaloradamente os graves problemas de politica e administração, sem quebra dos laços de amisade, que nos ligava a todos, como pregoeiros da mesma idéa, satellites do mesmo astro, proselytos da mesma crença.

Enchia-nos de assombro a facilidade com que s. ex.ª tratava a melindrosa questão do pauperismo, e escrevia aquella apreciação do Papa-Rei e o Concilio, uma das criticas mais notaveis que se teem feito em Portugal: a fluencia do estylo e a exuberancia das imagens aliavam-se perfeitamente com a deducção logica das idéas e com a mais solida e variada erudição.

Tal é o escriptor de cuja obra vou fallar, esquecendo por um pouco as relações que me ligam ao seu auctor, como discipulo ao mestre de quem sempre recebeu lisongeiras provas de consideração.

Como relator da commissão de expostos da junta geral do districto, podia o digno cathedratico preceder as suas propostas d'um breve parecer que as fundamentasse, o que se observa quasi sempre nos nossos parlamentos geraes e locaes. Era porém tão attrahente a miseria das creancinhas, tão santa a causa da innocencia, que o sr. Garcia, fascinado pelos sorrisos e commovido pelas lagrimas da infancia, não se limitou a redigir um ligeiro relatorio, para satisfazer o encargo official; mas escreveu um livro, no qual colligiu preciosos dados estatisticos, refutou muitas opiniões falsas, destruiu muitas preoccupações arreigadas e propoz algumas reformas de immenso alcance.

A idéa capital do livro consiste na extincção da roda, e na sua substituição por soccorros domiciliarios prestados ás mães, sempre que seja possivel; e na creação de estações de deposito temporario, aonde sejam recebidos os expostos e conservados até serem entregues aos cuidados de mulheres que reunam as condições precisas de robustez e honestidade.

Antes porém de apresentar o seu pensamento reformador, procurou o sr. dr. Garcia destruir a viciosa instituição da roda, para sobre as ruinas d'este velho edificio edificar obra mais accommodada ao seu fim, segundo os principios da sciencia administrativa.

Analysando a essencia, a fórma e os resultados da roda, formula novos artigos de accusação contra esse escolho levantado no mar procelloso da sociedade, em volta do qual se erguem temerosas as ondas das paixões, do vicio e do crime, para inundar de immoralidade e devassidão os logares aonde mora ainda a virtude e se abriga a honra.

Estuda depois a historia d'esse apparelho mechanico, que, sem olhos para ver, sem lingua para fallar, sem razão nem sentimento, sem fé, sem vontade, arrebata, absorve e devora, sem distinguir victimas nem soltar um gemido.

Esta monstruosidade social, cuja origem é difficil de encontrar na historia, não deve attribuir-se a S. Vicente de Paula, apostolo ardente da caridade christã, que não fundou rodas, mas levava á luz do dia o hospicio as creanças abandonadas pelo vicio e pela vergonha e enjeitadas pela miseria.

Percorrendo a historia, consultando as estatisticas e criticando a legislação estrangeira e nacional, demonstra-se evidentemente que a roda produziu sempre e em toda a parte os mais desgraçados effeitos; a experiencia vem assim confirmar a theoria e os factos traduzir fielmente os principios da sciencia.

Na segunda parte do livro apparecem as bases e o plano de reforma, que não comprehende ainda todas as idéas do auctor, porque, n'um documento official, tinha de conformar-se com as leis administrativas que entre nós regulam a materia. Na segunda edição, consideravelmente desenvolvida, que brevemente deve ser publicada, encontrarão os leitores a reforma completa e radical d'este ramo da beneficencia publica.

Não cabe nos estreitos limites d'este escripto apreciar minuciosamente todos os pontos d'esta obra importante; especialisarei todavia a descripção do medico, alliviando as dores, adoçando os infortunios e enxugando as lagrimas dos desgraçados. Este livro recommenda-se pela sublimidade das idéas que nos seduz, pelos sentimentos philantropicos que nos prendem e pelo estylo elegante e imaginoso que nos encanta.

E n'este ponto, observarei muito respeitosamente, que o auctor, arrastado pela força da sua imaginação, esquece o estylo didactico, que ás vezes deveria empregar, e se deixa levar na impetuosa torrente de imagens, todas muito felizes e apropriadas, mas que afrouxam o rigor logico dos argumentos e prejudicam a natural e ordenada successão das idéas.

A falta de methodo que em alguns logares se nota provém da brevidade e precipitação com que o livro foi escripto; e é de esperar que na seguinte edição desappareça este defeito.

Para fechar com chave de ouro este breve e despretencioso juizo critico, transcrevo um bello trecho, em que o sr. dr. Garcia stygmatisa, em nome da civilisação, a forca e o carrasco, a inquisição e as fogueiras e finalmente a roda, que nas suas voltas esmaga milhares de victimas innocentes,

«A sociedade, que legalisa e regulamenta a prostituição, que imprime o sello do estado e o carimbo do governo no alcouce, não ha de legalisar a roda?

Uma é o complemento da outra: *prostituição e roda* são coisas correlativas, comprehendem-se, conjugam-se na sua mysteriosa harmonia, na sua torpe alliança.

Não admira, repetimos.

Do carrasco fez o despotismo o mais seguro interprete da justiça social; e a intolerancia religiosa fez da inquisição o mais solido e poderoso sustentaculo da fé.

Mas a pena de morte foi riscada dos nossos codigos, por iniciativa generosa de dois filhos benemeritos da Universidade; e a fogueira inquisitorial apagou-a o sopro violento mas bemfazejo, de um eminente genio reformador.

Falta cair a *roda*, e com ella a tyrannia da honra e o martyrio da innocencia.»

FERNANDO CHRYSOSTOMO.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 68 - Jornal da Noite 8 e 9/junho/1871 – p.2

Na camara houve só 5 votos a favor da moção.

O *Temps*, folha republicana de Paris concorda em que a repressão dos crimes da commune seja implacavel, e diz que não só o quer assim a justiça, mas a propria consciencia publica o exige. Deve ser implacavel, mas rigorosamente legal. São sufficientes para o castigo as leis ordinarias.

Por distincção foi exceptuado do desarmamento geral da Guarda Nacional o batalhão n.° 12, chamado do Banco de França pela firmeza e prudencia com que defendeu aquelle estabelecimento.

Nas ruas ainda não ha gaz, e é defeso accendel-o em quanto a companhia não mandar rever os tubos do encanamento e não declarar que não ha perigo de explosão. A limpeza faz-se por ora mandando cada morador varrer a sua testada até ao centro da rua, onde as carroças vão depois levantar o que ali se ajunta.

Vão-se reorganisando os tribunaes de justiça. Em breve funccionarão regularmente.

Hoje o coupé da praça n.° 200 sendo chamado para servir uma familia declarou que não ia por menos de 2$000 réis das 3 ás 6 horas. O chefe da familia teciona queixar-se ao governador civil na esperança de que os regulamentos não sejam letra morta. Não se pode admittir nenhuma tyrannia, nem a dos cocheiros.

ADOPÇÃO DE CRIANÇAS

O regimento 29 de linha fusilou por ordem do conselho de guerra um insurgente que trazia comsigo dois filhos, um de dez annos, e outro de oito.

As pobres crianças ficaram desamparadas. Não tinham mais ninguem no mundo. Choravam pelo pae e careciam de sustento.

Tomaram conta d'ellas os soldados e davam lhes de comer. Notou o coronel a presença d'aquelles dois meninos e perguntou a quem pertenciam.

—A um insurgente fusillado, responderam os soldados. Não têem familia.

—Pois então, replicou o coronel, adoptemos esses dois rapazes. Façamos d'elles dois *enfants de troupe*.

Assim se fez com satisfação do regimento inteiro.

O sr. B. da Silveira Moraes Sarmento vae encetar uma publicação interessante, reunindo em volume os discursos pronunciados nas camaras portuguezas desde 1834 até agora.

As glorias parlamentares são como as glorias scenicas; brilham muito e desapparecem rapidamente. Trazel-as á luz da publicidade e fazer reviver os nomes illustres de muitos homens que foram notaveis pelo dom da palavra e que passariam despercebidos á posteridade d'outro modo.

A obra será acompanhada d'um pequeno esboço biographico de cada um dos oradores mais distinctos da tribuna portugueza.

Vae haver bazar todos os domingos na freguezia de Santa Maria dos Olivaes, revertendo o producto a favor das obras que hão de fazer-se na egreja.

Toca a philarmonica do sitio.

ORDEM PARA O INCENDIO GERAL DE PARIS

O cidadão Millière á frente de 150 fogueteiros incendiará as casas suspeitas e os monumentos publicos da margem esquerda

O cidadão Dereure com 100 fogueteiros fica encarregado dos incendios no 1.° e 2.° districtos.

O cidadão Billioray com 100 homens fica encarregado do 9.°, 10.° e 20.° districtos.

O cidadão Vésinier com 50 homens é especialmente encarregado dos boulevards desde a Magdalena até á Bastilha.

Estes cidadãos devem entender-se com os chefes das barricadas para assegurar a execução d'estas ordens.

Paris 3 prairial anno 79.

Delescluze, Regère, Ranvier, Johannard, Vesinier, Brunel, Dombrowski.

Foi encontrada esta ordem na algibeira de Delescluze.

Está um dia esplendido; ceu azul e sol fulgurante. Nem mais podia apetecer o bello sexo que se agrupa a estas horas nas janellas das ruas onde formam as tropas de brilhantes uniformes, por onde atravessam os coches ruidosos que conduzem á Sé a familia real e os altos dignatarios, de fardas bordadas a oiro, mantos e plumas, para tomarem parte n'esta solemnidade tradicional em que tantas pompas se ostentavam d'antes e que vae diminuindo de grandeza e esplendor á proporção que vae augmentando o numero de gran cruzes, commendadores e cavalleiros que teem por obrigação concorrerem a ella, dando-lhe maior brilho e apparato.

O verdadeiro realce da procissão não está hoje no acompanhamento; a attracção está nas formosuras que enchem as janellas, ostentando galas e enfeites; o apuro e o gosto rivalisam em todas com o primor das toilettes. Que variedade de cores e de bellezas! Olhos negros e azues, cabellos pretos e louros, faces rosadas, pallidas e morenas!

É espantosa a multidão nas ruas; não ha tempo de contemplar no extasi da admiração; a turba soffrega e inquieta, acotovela-se e opprime-se.

Salva o Castello. É S. Jorge com o seu estado que sae da praça d'armas. D'ahi a instantes, uma estridola girandola de foguetes, annuncia que o pallio chegou á porta da egreja.

Lá vem o homem de ferro montado no seu rocinante; segue-o a longa fileira das irmandades, o anjo de estandarte na mão, que precede o Santo de lança em riste, e os seis cavallos de estado, ricamente ajaezados. Apparecem por fim as basilicas, as sete mitras do patriarchado, os conegos, meninos do côro, e o pallio, seguido d'el-rei, officiaes da casa, titulares, camara municipal e alguns gran cruzes, commendadores e cavalleiros das differentes ordens.

Eis o que é a procissão de *Corpus Christi* e como ella se fez hoje, no meio de uma grande concorrencia de povo.

AIMÉ MAILLART

Á morte de Auber, o illustre auctor da *Estrella do Norte*, succede agora a de Aimé Maillart, o delicado maestro a quem a França deve *Gastibelza*, *le Moulin des Tilleuls*, *la Croix de Marie*, *les Dragons de Villars*, *la Clochette de l'Ermite*, *les Pêcheurs de Catane*, e *Lara* que foi em 1864 admiravelmente cantado e immensamente applaudido na Opera-Comica.

Aimé Maillart era de Marselha onde nascera a 24 de março de 1817, e discipulo do conservatorio onde obtivera os maiores premios. A sua primeira opera *Gastibelza* foi representada a 15 de novembro de 1847

O sr. João de Deus Oliveira, redactor e proprietario do *Raio*, deu entrada nas cadeias da relação do Porto, em consequencia de estar pronunciado por abuso de liberdade de imprensa, no tribunal do 1.° districto criminal.

Já regressaram de Cintra os srs. barões da Ribeira de Pena. De tro em pouco partirão para a sua casa na provincia.

Tem passado bastante incommodada a sr.ª viscondessa de Castelho. Sinceramente desejamos as melhoras da illustre enferma.

Parece que será o templo de S. Domingos o escolhido para festejar o 25.° anniversario commemorando a elevação ao throno pontificio de S. S. Pio IX, que se ha de realisar por subscripção publica no dia 21 de junho.

A alfandega de Idanha a Nova e suas delegações renderam no mez de maio ultimo 158$592 réis, e a de Elvas em igual mez 378$386 réis. N'esta ultima alfandega e suas delegações, foi diminutissima a receita cobrada nos direitos de tabaco.

CHEFES DA INSURREIÇÃO

Foram presos Lacord, Hanser, Maréchal e Grélier, membros da Junta Central. Lacord era antigamente cosinheiro. Hanser, emprezario de collocação de cartazes. Grélier vendia quinquilherias. Maréchal era redactor do *Journal du Peuple*. Tambem foram aprehendidos no forte de Vincennes Chouteau, Laroque, Henrique Verlet, redactor da *Libre Pensée*, e Jaclard que já mencionamos.

Cuidaram ter preso o celebre publicista do regicidio Vaillant, e levaram-o a Satory, porém Dumas filho, indo ali, reconheceu que o preso se chamava com effeito Vaillant, mas era um nesciente pacifico e estranho a movimentos politicos. O pobre homem esteve por muitas vezes para ser fuzillado.

As audiencias para julgamento dos insurgentes devem ter principiado no dia 6. Assim estava para ser julgado em primeiro logar e em seguida Rochefort.

Vermorel estava ferido em uma perna. Dizem que foi preso e mandado para Versailles. Frederico Morin, collega de Peyrat no *Avenir National*, tambem está preso em Versailles.

Ferré, prefeito de policia dos insurgentes e Chardon foram fusilados, Brideau e Pilotell foram mortos na barricada da rua *des Ecoles*

Blanqui foi transferido para o castello de Taureau

Deve ser magnifica a tourada que se prepara para domingo. Os bois pertencem ao sr. marquez de Bellas, um dos mais destros cavalleiros e verdadeiro conhecedor da arte tauromachica. Trabalha o espada *Bocanegra*, que no domingo ultimo tanto agradou com a *muleta* e *capote*; haverá como já dissemos um boi mocho para curiosos, o que promove sempre muita gargalhada. Antes da embolação, será picado um carro pelos nossos mais distinctos amadores, como primeiro ensaio para as esplendidas corridas que se projectam em Lisboa e Cascaes.

No sabbado, por deferencia ao illustre lavrador, vão muitos rapazes buscar o gado ás Marnotas, encarregando-se de o conduzir.

A concorrencia de tresa a esta espera é de suppor que seja numerosa.

O *Jornal do Porto* diz que o partido reformista é aquelle que no paiz tem maior popularidade, apesar de não ter cumprido satisfactoriamente o programma das reformas e economias com o qual muita gente sympathisa. D'ahi e de outras considerações deduz que a camara futura póde muito bem ser como a passada, e não haver n'ella maioria sufficiente para nenhum partido.

Ao *Conimbricense* parece que foi mal recebida no paiz a dissolução da camara electiva, mas aconselha aos eleitores que escolham com acerto, indicando-lhes as qualidades e intuitos do *Partido Constituinte*.

O *Tribuno Popular* dá o seguinte boletim do estado da politica: *Temperatura baixa. Atmosphera nublada. Vento regenerador.*

O *Diario Mercantil* indica varias mercadorias a respeito das quaes conviria modificar os direitos, e diz que mais valia o paiz occupar-se d'estas questões que de politica.

É de opinião o *Primeiro de Janeiro* que recompor-se com regeneradores e historicos e eleger no sentido de uma recomposição séria e abonada por bons caracteres e lucidas intelligencias, seria actualmente a obrigação do sr marquez d'Avila que não póde sacrificar-se absurdamente nem sacrificar o paiz.

O *Campeão das Provincias* diz que a dissolução foi consequencia necessaria do modo pelo qual a camara nada fez e impediu que o governo fizesse.

O *Conimbricense* presta homenagem ao espirito recto e esclarecido do sr. Perligão e diz que desempenhou com muita dignidade as funcções do governo civil de Coimbra. Espera do sr. Telles de Vasconcellos as reformas que o seu antecessor não póde levar ao cabo. O *Tribuno Popular* só pede ao novo governador civil liberdade eleitoral.

É mui curioso o folhetim do *Conimbricense* chegado hoje. Traz uma especie de supplemento ou exemplar do *Diario do Porto* que se publicava com *permissão e approvação do governo* n'aquella cidade em 1809. É o numero de sabbado 29 de abril, e refere como de Braga vieram ao Porto 36 membros do clero, da nobreza e do povo com o seu corregedor Antonio José de Mesquita dizer ao marechal Soult, duque de Dalmacia, em nome da comarca de Braga, que elles tinham por vago o throno e pediam para rei um Napoleão qualquer ou pessoa da escolha do imperador. E como esta scena patriotica se passasse a 25 de abril, no dia 26 as auctoridades do Porto e os principaes membros da sua nobreza, clero e povo foram em deputação fazer-lhe egual pedido!

Mereço ler-se.

O *Lethes* pergunta se convirá acceitar da mão da auctoridade as listas eleitoraes para evitar outra dissolução e para que o governo possa servir com a camara.

O *Trovão da Beira* não espera que da urna saia a salvação do paiz; parece-lhe que sairão unicamente commendadores, barões, viscondes, compromissos de empregos, promessas de pequenos melhoramentos locaes e nada mais.

O *Jornal do Commercio* deseja que a prelecção do sr. Soromenho seja publicada com maior extensão, porque lhe parece injusta a accusação generica ao jornalismo. E accrescenta:

«O jornalismo portuguez será o peior de todos; mas ai do paiz se elle acabasse: é ainda um freio a muitas demasias, é ainda um protector desvelado dos direitos populares; é ainda a guarida das liberdades publicas, é ainda uma tribuna, onde os opprimidos fallam com desassombro; alludimos ao jornalismo que combate e lucta, que tem principios, que não transige com a authoridade, que não depende d'ella, nem para obter mercês para si, ou para outrem, nem como elemento industrial, ou como collaborador.

Sabe o sr. Soromenho que ainda ha em Portugal d'esses jornalistas, e por isso dizemos que a sua affirmativa devo ter tido algumas reservas.»

Ora o sr. Soromenho dizia com frequencia, a respeito d'este e de outros assumptos, que as regras indicadas por elle tinham honrosas excepções.

Já por ahi se avistam de noite alguns trens sem lanternas, em contravenção das posturas da camara municipal.

EXCENTRICIDADE

Ha dez annos, um mancebo de Nova York, chamado Walter Hastings, almoçava com lord C. n'um dos cafés de Londres.

Começaram a discutir o systema penitenciario, e o americano affirmou que as prisões penitenciarias não eram um castigo tão terrivel como se dizia.

O inglez, ao contrario, affirmou que eram horriveis. Da discussão passaram a fazer uma aposta e o americano mediante 10:000 libras esterlinas, consentiu em fechar-se durante dez annos n'uma casa de 15 pés de comprimento por 10 de largura, completamente escura, podendo porém servir-se de luz artificial, ter livros para ler, papel e tinta para escrever, boa alimentação e um creado para seu serviço, mas completamente invisivel.

No principio do mez passado terminou o prazo estabelecido, e o inglez poz o preso em liberdade, entregando-lhe 10:000 libras. O physico de Hastings experimentou nos ultimos dez annos as mais extraordinarias alterações. Tem trinta e cinco annos, mas parece ter sessenta.

O corpo curvado, o rosto pallido e cadaverico, os cabellos completamente brancos e a voz enfraquecida; taes foram os resultados d'aquella prisão voluntaria.

É provavel que Walter Hastings modificasse um pouco as suas opiniões a respeito da prisão cellular.

O benemerito padre Ventura, prior da freguesia de Santa Maria de Baleizão, morreu deixando um legado de duzentos mil réis annuaes destinado á educação ecclesiastica de alguns mancebos, filhos das viuvas mais pobres da sua freguesia.

O sr. João Liberato da Fonseca, joven retratista de subido merito, vae aperfeiçoar-se em Roma a expensas de el-rei D. Fernando.

CARTA DE VICTOR HUGO

Quando Victor Hugo se retirou de Bruxellas dirigiu a seguinte carta á *Independencia Belga*:

«Bruxellas, 1 de junho de 1871.

Senhor: Acabo de lêr a sessão da camara. Agradeço aos homens eloquentes que defenderam, não a mim, que nada sou, mas a verdade, que é tudo. Em quanto ao acto ministerial que me diz respeito, antes queria guardar silencio. Um expulso deve ser indulgente. Entretanto, devo responder a duas palavras proferidas, uma pelo ministro, outra pelo burgomestre.

O ministro, o sr. d'Anethan, segundo o extracto que tenho á vista, fez leitura do auto d'uma conversação *assignado por mim*. Nem se me communicou nenhum auto, nem eu assignei coisa alguma. O burgomestre, o sr. Auspach, referindo-se á narração publicada por meu filho, disse: *é uma fabula*. Esta narração é pura e simplesmente a verdade; mas a verdade attenuada e sem aggravantes.

O sr. Auspach não deve ignoral-o. Eu mesmo annunciei o facto aos empregados de policia que se apresentaram em minha casa: Esta noite uma casa, a minha, habitada por quatro mulheres e duas creanças foi violentamente atacada por uma multidão que soltava gritos de morra e partia os vidros á pedrada, tentando escalar o muro e arrombar a porta. O assalto começou á meia noite e meia hora e acabou ás quatro e um quarto da manhã, hora em que amanheceu. Isto via-se ha sessenta annos na Floresta Negra e vê-se hoje em Bruxellas.

Este facto é um crime qualificado. Ás seis da manhã, devia estar em minha casa o procurador regio; a occorrencia devia constar judicialmente; as informações da justiça deviam começar; deviam ser ouvidas immediatamente cinco testemunhas; os tres creados, madame Carolina Hugo e eu. Nada d'isto se fez. Não appareceu nenhum magistrado instructor nem se fizeram mais averiguações legaes nem interrogatorios. Amanhã terão já desapparecido os vestigios e as testemunhas ter-se-hão dispersado. A intenção de não querer ver cousa alguma, é evidente.

Demais, a policia é surda e a justiça cega. Não se tomou judicialmente nenhuma declaração, e a testemunha principal que devia ser chamada antes de tudo é expulsa.

Dito isto, parto.

VICTOR HUGO.

O illustre poeta tem olhos e não vê; tem ouvidos e não ouve. Não ouve senão a paixão, e não vê senão os politicos.

Activam-se os trabalhos para a recepção dos imperadores do Brazil, que tiveram um anno de licença para vir á Europa.

Do arsenal da marinha foi já para bordo da corveta *Estephania* grande porção de louça para serviço de suas magestades; do paço enviaram-se pratas e outros objectos.

Os srs. general Caula e major Gromicho Couceiro foram encarregados de fazer serviço junto de suas magestades como ajudantes de campo. Os srs. conde de Penamacor e sua esposa hão de exercer as funcções de veador e dama da imperatriz. Estão já a bordo particulares, manteiros, copeiros e cosinheiros, devendo acompanhar os viajantes á Inglaterra e Belgica, se acceitarem o offerecimento da corveta que o governo poz á disposição de suas magestades.

Diz-se que o imperador depois de visitar sua madrasta a sr.ª duqueza de Bragança, parte logo para Inglaterra, ficando a imperatriz no paço de Belem.

Dizem uns que o desembarque será no arsenal, outros no Terreiro do Paço. Os viajantes vão assistir na Sé ao *Te-Deum* mandado dizer pela camara, formando alas a guarnição. Dizem que vem a Lisboa dois esquadrões de cavallaria 4 e um de cavallaria 7, infanteria 11 e caçadores 6, devendo effectuar-se uma parada.

A sala do theatro de D. Maria II vae ser armada com escudos brazileiros, portuguezes e italianos, flores, lumes, cortinas, para a noite em que suas magestades assistirem ao espectaculo.

Parece que as fortalezas darão 101 tiros á entrada dos augustos viajantes.

Todas as galeotas estão no mar esperando os monarchas brasileiros, que serão acompanhados por ellas a respeitosa distancia, desde o paquete até bordo da *Estephania*, onde fazem a quarentena. Logo que o paquete estiver á vista, serão avisados os ministros, principaes authoridades de marinha, camara municipal e outros altos funccionarios.

A empreza de S. Carlos dá dois concertos em obsequio aos viajantes.

Segundo algumas informações que parecem authorisadas, suas magestades partem por terra para o estrangeiro, e em agosto ou setembro é que voltam a Portugal afim de visitarem o Porto e algumas cidades e villas do norte.

O cyrio de N. S. do Cabo sáe no proximo domingo ás 10 horas da manhã da capella de N. S. das Dôres em Belem para a freguezia de Monte Lavar. Acompanha-o um carro de triumpho, uma philarmonica, a charanga de lanceiros 2 e uma guarda de honra do mesmo regimento.

Na comarca de Portalegre foi condemnado a degredo perpetuo Antonio Machado, que assassinara J. Gonçalves Ramillo, na occasião em que tratavam de conciliar-se no juizo de paz de Marvão.

FACTOS DA UNIVERSIDADE

COIMBRA, 7 de junho.—Estamos no fim do anno lectivo, epoca pouco fertil em novidades academicas. Vamos porém respigar algumas noticias para esta correspondencia.

Continuam regularmente os actos nas faculdades de theologia e direito.

Ainda até hoje não houve felizmente uma reprovação; não porque tenha havido demasiada benevolencia da parte dos examinadores, mas porque todos os academicos teem feito actos excellentes, elevando a sua reputação e sustentando os creditos da universidade, a qual, ainda que lentamente, continua progredindo, não obstante as virulentas diatribes da imprensa reaccionaria.

Consta que já fôra enviado para Lisboa o programma para os exames de madureza, redigido, em harmonia com o curso dos lyceus, pelos srs. drs. Brito, Garcia e Motta Veiga, o qual deve ser obra perfeita, a julgar pela capacidade e illustração dos dignos professores.

Começam hoje os actos na faculdade de philosophia. Tanto n'esta como nas outras faculdades só com muito custo se poderam formar as mesas por falta de examinadores, sendo preciso chamar alguns respeitaveis lentes jubilados.

O sr. dr. Garcia está escrevendo um importante livro sobre o pauperismo.

O illustre escriptor divide o seu trabalho em duas partes; na primeira occupa-se da indigencia, causas que a produzem e meios de a extinguir ou pelo menos attenuar os seus desastrados effeitos, aproveitando os principios da sciencia, as lições da historia e as indicações da estatistica; na segunda parte falla da ignorancia, essa pobreza moral tão funesta como a physica, e resolve, segundo as idéas mais avançadas, a difficil e complexa questão do ensino.

Os amigos e admiradores do sr. Garcia esperam com justa impaciencia o apparecimento da sua nova producção, que ha de ser festejada por todos os verdadeiros amigos das boas letras, como fructo d'uma intelligencia robusta, que se tem dedicado especialmente ao estudo das sciencias sociaes.

Já se acha á venda em Turim a traducção para italiano do *Papa rei e o Concilio* pelo sr. Giacomo Richeri. Este elegante e substancioso livro do sr. dr. Giraldes, que teve o grande merecimento de excitar contra o seu author as *sagradas* furias da *Nação* e do *Bem Publico*, foi saudado com alvoroço e acolhido com distincção pelos homens de letras de Portugal e de outros paizes, que todos fazem justiça ao talento vigoroso, variada instrucção e alma generosa e poetica do distincto cathedratico de Economia Politica.

Está-se imprimindo na imprensa da Universidade uma analyse chimica quantitativa e qualitativa das aguas do Moledo, feita pelo lente de Chimica Inorganica e pelo sr. dr. Alves, illustrado auctor do Compendio de Anatomia Pathologica.

Houve algumas pessoas a quem desagradou a opinião franca sobre o Compendio de Philosophia do sr. Alves de Sousa, apresentada na correspondencia anterior, sem quererem depreciar os merecimentos de s. ex.ª; mas aqui a opinião geral confirma inteiramente o nosso juizo. O livro conta poucos admiradores.

Publicou-se ha tempos o primeiro numero do 15.° volume do *Instituto*. Este jornal, que outr'ora viveu com esplendor, como orgão d'uma sociedade litteraria a que pertenciam escriptores distinctos de Portugal e do estrangeiro, arrasta hoje uma vida enfezada e quasi a extinguir-se. Consta-nos porém que o sr. dr. Vieira de Meirelles emprega os mais serios esforços para restituir á primitiva gloria tanto a sociedade como o jornal, aproveitando os muitos e excellentes elementos que se encontram no corpo cathedratico e entre a academia para formar uma das primeiras sociedades scientificas do paiz, como foi antigamente o Instituto de Coimbra. Fazemos votos para que a este louvavel empenho do digno lente de medicina corresponda o bom resultado que merece tão generosa tentativa. E já que se trata da reforma do *Instituto*, muito seria para desejar que o sr. Vieira de Meirelles reformasse tambem o seu estylo ultra-classico, porque o gosto litterario da nossa epocha já não tolera periodos como este:

«E quem tão galhardamente floreia a penna, e ao parecer em cousa tanto de vontade, como que contrahe com a patria a obrigação inalienavel de lhe levantar edificio, de mais grandiosa traça.»

—No dia 13 defende theses em Mathematica o sr. Rocha Peixoto.

F. C.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

O Jornal do Comércio deseja que a preleção do sr. Soromenho seja publicada com maior extensão, porque lhe parece injusta acusação genérica ao jornalismo. E acrescenta:

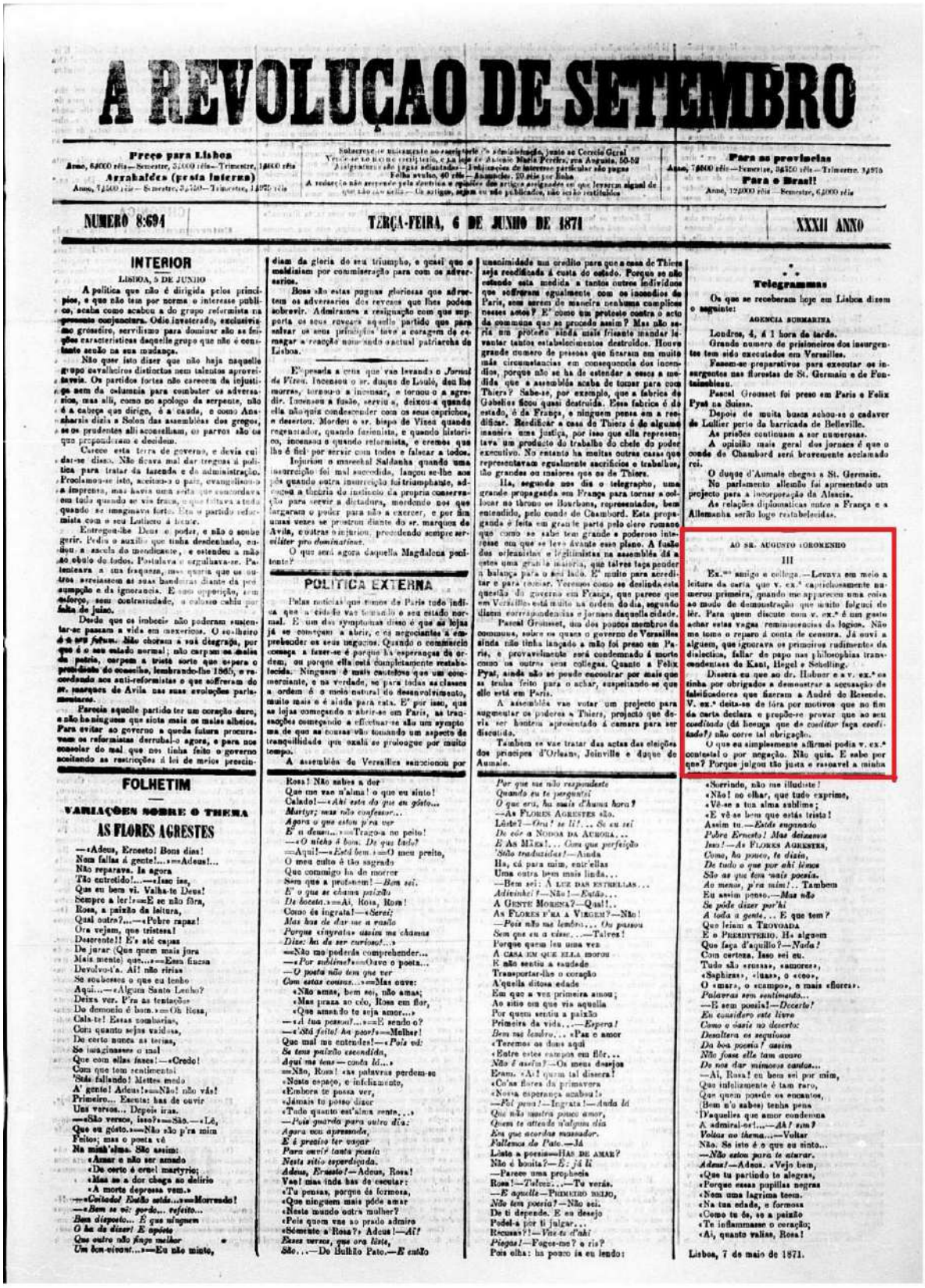
"O jornalismo português será o pior de todos; mas aí do país se ele acabasse: é ainda um freio de muitas demasias, e ainda um protetor desvelado dos direitos populares; é ainda a guarida das liberdades públicas, é ainda uma tribuna, onde os oprimidos faltam com desassombro; aludimos ao jornalismo que combate a luta, que tem princípios, que não transige com a autoridade que não depende dela, nem para obter mercês para si, ou para outrem, nem como elemento industrial, ou como colaborador.

Sabe o sr. Soromenho que ainda há em Portugal desses jornalistas, e por isso dizemos que a sua afirmativa deve ter tido algumas reservas."

Ora o sr. Soromenho dizia com frequência, a respeito deste e de outros assuntos, que as regras indicadas por ele tinham honrosas exceções.

3.2.5.9 - A Revolução de Setembro 6/junho/1871

Fig. 69 - A Revolução de Setembro 6/junho/1871 – p.1



A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, $4000 réis — Semestre, $2000 réis — Trimestre, 1$000 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, $4$40 réis — Semestre, 2$$00 — Trimestre, 1$$0 réis

Para as provincias
Anno, $6$00 réis — Semestre, 3$$00 réis — Trimestre, 1$$0
Para o Brazil!
Anno, 12$000 réis — Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:694 | TERÇA-FEIRA, 6 DE JUNHO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 5 DE JUNHO

A politica que não é dirigida pelos principios, e que não tem por norma o interesse publico, acaba como acabou a do grupo reformista na presente conjunctura. Odio inveterado, exclusivismo grosseiro, servilismo para dominar são as feições caracteristicas daquelle grupo que não é constante senão na sua mudança.

Não quer isto dizer que não haja naquelle grupo cavalheiros distinctos nem talentos aproveitaveis. Os partidos fortes não carecem da injustiça nem da calumnia para combater os adversarios, mas alli, como no apologo da serpente, não é a cabeça que dirige, é a cauda, e como Anacharsis dizia a Solon das assembléas dos gregos, se os prudentes alli aconselham, os parvos são os que preponderam e decidem.

Carece esta terra de governo, e devia cuidar-se disso. Não ficava mal dar treguas á politica para tratar da fazenda e da administração. Proclamou-se isto, acreditou-o o paiz, evangelisou-o a imprensa, mas havia uma cousa que concordava em tudo quando se via franca, e que faltava a tudo quando se imaginava forte. Era o partido reformista com o seu Lothario á frente.

Entregou-lhe Deus o poder, e não o soube gerir. Pediu o auxilio que tinha desdenhado, cuspiu a escola do mendicante, e estendeu a mão ao obulo de todos. Postulava e orgulhava-se. Patenteava a sua fraqueza, mas queria que os outros arreassem as suas bandeiras diante da presumpção e da ignorancia. E como opposição, sem esforço, sem contrariedade, o edificio cahiu por falta de juizo.

Desde que os imbecis não poderam sustentar-se passam a vida em mexericos. O conselheiro é o seu feitum. Não chorem a sua desgraça, por que é o seu estado normal; não carpam as mais da patria, carpem a triste sorte que espera o presidente do conselho, lembrando-lhe 1865, e recordando aos anti-reformistas o que soffreram do sr. marquez de Avila nas suas evoluções parlamentares.

Parecia aquelle partido ter um coração duro, e não ha ninguem que sinta mais os males alheios. Para evitar ao governo a queda futura procuraram os reformistas derrubal-o agora, e para nos consolar do mal que nos tinha feito o governo assitando as restricções á lei de meios prescindiam da gloria do seu triumpho, e quasi que o maldiziam por commiseração para com os adversarios.

Rosa são estas paginas gloriosas que adquiriram os adversarios dos revezes que lhes podem sobrevir. Admiramos a resignação com que supporta os seus revezes aquelle partido que para salvar os seus principios teve a coragem de esmagar a reacção nomeando o actual patriarcha de Lisboa.

E' pessoa a cuja que vae levando o *Jornal de Vizeu*. Incensou o sr. duque de Loulé, deu-lhe murros, tornou-o a incensar, e tornou a agredir. Incensou a fusão, escreveu-a, deixou-a quando ella não quiz condescender com os seus caprichos, e desertou. Mordeu o sr. bispo de Vizeu quando regenerador, quando fusionista, e quando historico, incensou-o quando reformista, e cremos que lhe é facil por servir com todos e falsear a todos.

Injurion o marechal Saldanha quando uma insurreição foi mal succedida, lançou-se-lhe aos pés quando outra insurreição foi triumphante, adoçou a thuriba do incenso da propria conservação para servir a dictadura, mordendo nos que largaram o poder para não o exercer, e por fim umas vezes se prostron diante do sr. marquez de Avila, outras o injurion, procedendo sempre servilitter pro dominatione.

O que será agora daquella Magdalena penitente?

POLITICA EXTERNA

Pelas noticias que temos de Paris tudo indica que a cidade vae tomando o seu estado normal. E um dos symptomas disso é que as lojas já se começam a abrir, e os negociantes á espreitar os seus negocios. Quando o commercio começa a fazer-se é porque ha esperanças de ordem, ou porque ella está completamente restabelecida. Ninguem é mais cauteloso que um commerciante, e na verdade, se para todas as classes a ordem é o meio natural do desenvolvimento, muito mais o é ainda para esta. E' por isso, que as lojas começando a abrir-se em Paris, as transacções começando a effectuar-se são um symptoma de que as cousas vão tomando um aspecto de tranquillidade que oxalá se prolongue por muito tempo.

A assembléa de Versailles sanccionou por unanimidade um credito para que a casa de Thiers seja reedificada á custa do estado. Porque se não estende esta medida a tantos outros individuos que soffreram egualmente com os incendios de Paris, sem serem de maneira nenhuma complices nesses actos? E' como um protesto contra o acto da commuua que se procede assim? Mas não seria um protesto ainda mais frisante mandar levantar tantos estabelecimentos destruidos. Houve grande numero de pessoas que ficaram em muito más circumstancias em consequencia dos incendios, porque não se ha de estender a esses a medida que a assembléa acaba de tomar para com Thiers? Sabe-se, por exemplo, que a fabrica de Gobelins ficou quasi destruida. Esse fabrica é do estado, é da França, e ninguem pensa em a reedificar. Reedificar a casa de Thiers é de alguma maneira uma justiça, por isso que ella representava um producto do trabalho do chefe do poder executivo. No entanto ha muitas outras casas que representaram egualmente sacrificios e trabalhos, tão grandes ou maiores que os de Thiers.

Ha, segundo nos dia o telegrapho, uma grande propaganda em França para tornar a collocar no throno os Bourbons, representados, bem entendido, pelo conde de Chambord. Esta propaganda é feita em grande parte pelo clero romano que como se sabe tem grande e poderoso interesse em que se leve avante esse plano. A fusão dos orleanistas e legitimistas na assembléa dá a estes uma grande maioria, que talvez faça pender a balança para o seu lado. E' muito para acreditar e para temer. Veremos como se desliada esta questão do governo em França, que parece que em Versailles está muito na ordem do dia, segundo dizem correspondencias e jornaes daquella cidade.

Pascal Grousset, um dos poucos membros da communua, sobre os quaes o governo de Versailles ainda não tinha lançado a mão foi preso em Paris, e provavelmente será condemnado á morte como os outros seus collegas. Quanto a Felix Pyat, ainda não se pode encontrar por mais que se tenha feito para o achar, suspeitando-se que elle está em Paris.

A assembléa vae votar um projecto para augmentar os poderes a Thiers, projecto que devia ser hontem apresentado á camara para ser discutido.

Tambem se vae tratar das actas das eleições dos principes d'Orleans, Joinville e duque de Aumale.

Telegrammas

Os que se receberam hoje em Lisboa dizem o seguinte:

AGENCIA SUBMARINA

Londres, 4, á 1 hora da tarde.

Grande numero de prisioneiros dos insurgentes tem sido executados em Versailles.

Fazem-se preparativos para executar os insurgentes nas florestas de St. Germain e de Fontainebleau.

Pascal Grousset foi preso em Paris e Felix Pyat na Suissa.

Depois de muita busca achou-se o cadaver de Lullier perto da barricada de Belleville.

As prisões continuam a ser numerosas.

A opinião mais geral dos jornaes é que o conde de Chambord será brevemente acclamado rei.

O duque d'Aumale chegou a St. Germain.

No parlamento allemão foi apresentado um projecto para a incorporação da Alsacia.

As relações diplomaticas entre a França e a Allemanha serão logo restabelecidas.

AO SR. AUGUSTO COROMINHO

III

Ex.mo amigo e collega.—Levava em meio a leitura da carta que v. ex.ª carinhosamente numerou primeira, quando me appareceu uma cousa ao modo de demonstração que muito folguei de lêr. Para quem discute com v. ex.ª é um gosto achar estas vagas reminiscencias da logica. Não me tomo o reparo á conta de censura. Já ouvi a alguem, que ignorava os primeiros rudimentos da dialectica, fallar do papo nas philosophias transcendentaes de Kant, Hegel e Schelling.

Dissera eu que ao dr. Hobner e a v. ex.ª os tinha por obrigados a demonstrar a accusação de falsificadores que fizeram a André de Resende. V. ex.ª deita-se de fóra por motivos que no fim da carta declara e propõe-se provar que ao seu *coditado* (dá licença que do *coditor* faça *coditado*?) não corre tal obrigação.

O que eu simplesmente affirmei podia v. ex.ª contestal o por negação. Não quis. E sabe por que? Porque julgou tão justa e rasoavel a minha

FOLHETIM

VARIAÇÕES SOBRE O THEMA

AS FLORES AGRESTES

—«Adeus, Ernesto! Boas dias!
Nem faltas á gente!...»—Adeus!...
Não reparava. Ia agora
Tão entretido!...—«Isso sos,
Que eu bem vi. Valha-te Deus!
Sempre a ler!»—E se não fôra,
Rosa, a paixão da leitura,
Qual outra?...—«Pobre rapaz!
Ora vejam, que tristeza!
Discrente!! E's até capaz
De jurar (Que quem mais jura
Mais mente) que...»—Essa fineza
Devolvo-t'a. Ai! não ririas
Se soubesses o que eu tenho
Aqui...—«Algum Santo Lenho?
Deixa ver. P'ra as tentações
Do demonio é bom.»—Oh Rosa,
Cala-te! Essas zombarias,
Com quanto sejas vaidosa,
De certo nunca as terias,
Se isorgimasses o mal
Que com ellas fazes!—«Credo!
Com que tom sentimental
'Stás fallando! Mettes medo
A' gente! Adeus!»—Não! não vás!
Primeiro... Escuta: has de ouvir
Uns versos... Depois irás.
—«São versos, isso?»—São.—«Lê,
Que eu gósto.»—Não são p'ra mim
Feitos; mas o poeta vê
No mink'alma. São assim:
«Amar e não ser amado
«De certo é cruel martyrio;
«Mas ao a dor chega ao delirio
«A morte depressa vem.»
—«Coitado! Então está...»—«Morrendo!
—«Bem se vê: gordo... refeito...
Bom disposto... E que ninguem
O ha de dizer! E apósto
Que outro não finge melhor
Um bon-vivant...»—«Eu não minto,

Por que me não respondeste
Quando eu te perguntei
O que era, ha mais d'huma hora?
—As Flores Agrestes são.
Lêste?—*Ora! se li!... Se eu sei*
De cór a Nodoa da Aurora...
E As Mães!... Com que perfeição
'Stão traduzidas!—Ainda
Ha, cá para mim, entrellas
Uma outra bem mais linda...
—Bem sei: A luz das estrellas...
Adivinhei!—Não!—*Então...*
A Gente Morena?—Qual!...
As Flores d'ra a Virgem!?—Não!
—*Pois não me lembro... Ou passou*
Sem que eu a visse...—Talvez!
Porque quem leu uma vez
A casa em que ella morou
E não sentiu a saudade
Transportar-lhe o coração
Aquella ditosa edade
Em que a vez primeira amou;
Ao sitio em que vio aquella
Por quem sentiu a paixão
Primeira da vida...—*Espera!*
Bem me lembro... «Paz e amor
«Teremos os dous aqui
«Entre estes campos em flôr...
Não é assim?—Os meus desejos
Eram. «Ai! quem tal disera!
«Co'as flores da primavera
«Nova esperança acabou!»
—*Foi pena!*—Ingrata!—*Ainda lá*
Que não mostra pouco amor,
Quem te attende n'alguns dias
Em que acordas mansador.
Fallemos de Pato.—Já
Lêste a poesia—Has de amar?
Não é bonita?—*E: já li*
—Parece uma prophecia
Rosa!—*Talvez...*—Tu verás.
—*E aquelle*—Primeiro beijo,
Não tem poesia?—Não sei.
De ti depende. E eu desejo
Poder-a por ti julgar...
Recusas?!—*Vae-te d'ahi*
Piegas!—Foges-me? o riu?
Pois olha: ha pouco ia eu lendo:

«Sorrindo, não me illudiste!
«Não! no olhar, que tudo exprime,
«Vê-se a tua alma sublime;
«E vê-se bem que estás triste!
Assim tu.—*Estás enganado*
Pobre Ernesto! Mas deixemos
Isso!—*As Flores Agrestes,*
Como, ha pouco, te dizia,
De tudo o que por ahi lemos
São as que tem mais poesia.
Ao menos, p'ra mim!.. Tambem
Eu assim penso.—*Mas não*
Se pode dizer por'hi
A toda a gente,... E que tem?
Que leiam a Trovoada
E o Presbyterio. Ha algum
Que faça d'aquillo?—*Nada!*
Com certeza. Isso sei eu.
Tudo são «rosas», «amores»,
«Saphiras», «luas», o «ceo»,
O «mar», o «campo», o mais «flores».
Palavras sem sentimento...
—E sem poesia!—*Discerto!*
Eu considero este livro
Como o oasis no deserto:
Desaltera os sequiosos
Da boa poesia! assim
Não fosse elle tam escuro
De nos dar mimosos cantos...
—Ai, Rosa! eu bem sei por mim,
Que infelizmente é tam raro,
Que quem possue os encantos,
(Bem o's sabes) tenha pena
D'aquelles que amor condemna
A admiral-se!...—*Ah! sim?*
Voltas ao thema...—Voltar
Não. Se isto é o que eu sinto...
—*Não estou para te aturar.*
Adeus!—Adeus. «Vejo bem,
«Que tu partindo te alegras,
«Porque essas papillas negras
«Nem uma lagrima teem.
«Na tua edade, e formosa
«Como tu és, se a peixão
«Te inflammasse o coração;
«Ai, quanto valias, Rosa!

Lisboa, 7 de maio de 1871.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 70 - A Revolução de Setembro 6/junho/1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

3.2.5.10 - A Revolução de Setembro 15/junho/1871

Fig. 71 - A Revolução de Setembro 15/junho/1871 – p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$000 réis—Semestre, 3$000 réis—Trimestre, 1$600 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$500 réis—Semestre, 3$750—Trimestre, 1$975 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da administração, junto ao Correio Geral
Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Antonio Maria Pereira, rua Augusta, 50-52
Assignaturas são pagas adiantadas—Publicações de interesse particular são pagas
Folha avulsa, 40 réis—Annuncios, 20 réis por linha
A redacção não responde pela doutrina e opiniões dos artigos assignados ou que levarem signal de que não são della—Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos

Para as provincias
Anno, 7$500 réis—Semestre, 3$750 réis—Trimestre, 1$975
Para o Brasil
Anno, 12$000 réis—Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:699 | TERÇA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 12 DE JUNHO

Recresce a celeuma entre as hordas reformistas. Agridem-se mutuamente os aventureiros. Gira n'uma roda viva o andarilho que malsina os seus no gabinete dos ministros, promettendo-lhes domesticar a maioria, que argue de impolitico o rompimento do sr. Latino Coelho, que declara innocente a votação contra as alterações feitas na camara dos pares, que invectiva depois o governo por ousar tributar os bancos, que blasfema na commissão de fazenda contra as reformas do sr. Latino Coelho e lhe propõe *bill de indemnidade*, e que se associa na camara ora ao governo cujas graças não quer perder, ora á opposição quando o triumpho lhe parecia provavel, malsinando sempre, e chorando a sorte daquelles que trae constantemente.

Não está entre nós o cantor das glorias ministeriaes nem o chronista aleivoso e inconveniente da commissão de fazenda. Quizeram livrar a commissão e a camara do [illegible] A nossa sinceridade [illegible] [illegible] da ambição [illegible] iniciativa que não tivera, o que [illegible] humilhar o sr. Latino Coelho destruindo as suas reformas e concedendo-lhe um *bill* pelos seus devios.

Não disputamos as glorias dos especuladores. E até para a manutenção da paz não desmentiamos as suas calumnias. Não nos pertencia decidir a pendencia da iniciativa entre o governo e os reformistas. Fizesse-se o que era justo, que nós louvariamos do ultimo logar.

Nomeamos nós o patriarcha de Lisboa, donde vem a *causa belli*? Mettemo-nos na grave questão do hyssope, ou declarámos a pendencia *questão de principios*? Sabiamos do protesto contra o rei de Italia, sabiamos da votação da infallibilidade, vimos a desculpa brutal de *quem quer patriarcha melhor o manda fazer de encommenda*, e não achamos na pastoral do funccionario reformista senão os principios do partido que o havia eleito.

Se a egreja ministerial de que nós estavamos separados, e até excluidos, se dividiu, se não vimos no poder senão o governo do paiz que não queriamos hostilisar, e ao qual continuavamos a dar todo o apoio nas questões de fazenda e administração, em que concorremos nós para o conflicto? Os malsins e delatores arguiam as nossas intenções não podendo accusar os nossos actos; mas no dia do combate nós os calumniados eramos coherentes votando com o governo, e os denunciantes e ambiciosos trahiam aquelles que até alli adulavam, e negavam ao ministerio os meios de governar.

Assim foi em 1868, assim foi em 1869. Em 1871 não ha senão a repetição daquellas duas datas. A insignificancia a fingir que apoia o governo, mas sempre para o trahir. O sr. bispo de Vizeu a reconhecer que taes famintos não podem constituir governo, que as *donas marias* tem lingua mas não tem cabeça, tem bocca para comer mas não tem juizo para governar, anda o prelado de romaria pelas casas alheias a procurar cerineus que o ajudem, obrigam n'o a dizer que é elle o requestado, sabe o sr. marquez de Sá desgostoso por tantas torpezas, é acclamado de novo o sr. marquez d'Avila que tinha sido [illegible], a [illegible] lhe põe no altar o idolo que [illegible] cerca-o para o disfructar, d[illegible] e por fim dá-lhe o beijo de Judas, [illegible] situação que dizia ser sua, e não d[illegible] senão a triste memoria de ter votado [illegible] para si.

Depois da queda devida á torpeza, os aventureiros arguem o poder moderador, desculpam o sr. marquez d'Avila porque lhe querem arrancar algumas candidaturas, nessa desculpa denunciam a sua incapacidade, apontam para a lista civil e dizem que o sr. D. Miguel II cederá della, notam a illegalidade da lei que estabelecera os alimentos para o sr. infante D. Augusto, e associam-se á *Lanterna*, senão todos uma e a mesma cousa, recordam as proezas da communa, e poupam os agentes responsaveis do governo para mirar á pessoa inviolavel.

Quando a dictadura clerical deshonrou o paiz desprezando a constituição nunca combateram essa dictadura, nem injuriaram o rei. Eram elles os auctores da torpeza, e glorificavam o rei que os tolerava. A dissolução então era um direito. O desprezo da constituição um beneficio. Uma revolta coagiu mais tarde o monarcha. Os aventureiros applaudiram. A dictadura era a consequencia, e elles chegavam-se para se aproveitar della. O rei coacto era um rei cidadão.

Mas agora no uso livre das suas attribuições é responsavel o rei moralmente porque respeita a lei, e é-o porque não assume a dictadura. E' responsavel porque não chama ao poder o sr. bispo de Vizeu que não o soube conservar, nem manter com dignidade.

Pois ha de dissolver-se uma camara depois de se terem dissolvido tantas? Onde está a força do argumento? Pois não se deve seguir o vosso exemplo? Então para que o estabelecestes? E se vós o fizestes porque não o poderão fazer outros?

Castiga Deus o paiz com um governo faccioso. Esse governo dissolve uma camara liberal, e elege uma clerical. Essa camara não fez nada, e é dissolvida. Pois havieis de dissolver a má depois de ter sido dissolvida a boa? Pois não havieis de conservar o instrumento da reacção? Pois o rei que subscreveu á dictadura de 1868, á de 1869, que dissolveu tres camaras nesses dois annos ha de poder dissolver agora esta?

E vêde se a canalha cita os nomes dos dictadores que exerceram o absolutismo, se falla nos ministros para lhes pedir a responsabilidade. [illegible]

E porque é esta benevolencia contra os infractores, e esta malevolencia contra as victimas? E' porque os infractores satisfazem á ambição dos especuladores, que são um tremedal de corrupção.

O seu desespero é a sua agonia. Se respiram ainda é porque os poderes publicos nem sempre tem feito o seu dever.

O famulo de Vizeu não quer que lhe recordemos a bizarria com que insultou o marechal quando se malogrou a insurreição de dezembro e a abnegação com que o saudou pelo successo de maio. Era sempre o *instincto da propria conservação* que lhe dictava aquella expressão dos seus sentimentos, como escrevia na ultima epoca.

Na imprensa portugueza ainda não appareceu immoralidade nem torpeza similhante. Dentro de seis mezes o marechal é tratado como criminoso e como heroe. E o insultador da insurreição malograda é o apologista venal da insurreição triumphante.

Negue-o, se póde.

Naquelle tremedal de infamias o calumniador e o sevandija diz que se o funccionario paga hoje impostos é porque o partido reformista o obrigára a isso.

O insipiente devia saber que as deducções são mais antigas que os aventureiros, e que em logar de 15 os funccionarios já soffreriam deducções de mais de 30 por cento nos seus vencimentos.

Mas quereis saber a honestidade do partido? Lêde:

«Foi o partido reformista que estabeleceu as «deducções dos vencimentos, e que não duvidou «cortar nos ordenados daquelles mesmos que occupavam então as cadeiras de ministros!»

A admiração é justa. O famulo conhece as entranhas do amo. Pois não veem o heroismo com que o sr. bispo de Vizeu comprehendeu nas deducções os vencimentos dos ministros? Se o famulo é o legislador, faz a uma excepção. No fim de contas o prelado é o melhor entre os maus.

O [illegible] deduziam nos [illegible] que o sr. bispo de Vizeu deduziu [illegible].

Mas a differença é que antigamente as deducções eram votadas pelas côrtes, e o sr. bispo de Vizeu regulou-as em dictadura por amor á constituição.

Muito honesto é o *Jornal de Vizeu*.

Mas a sua giria ainda vae além disto. Porque um deputado que não recebe subsidio não approvou a lei que o extinguia, julga que os reformistas que o votaram para si praticaram uma acção moral tendo-se proclamado defensores de todas as economias. O voto do esbanjador serviu-lhe neste caso. Diz-se que as bestas comem palha sabendo-lh'a dar. A manipulação cremos que foi excellente.

Mas o governo da dictadura é que aboliu o subsidio, e o publicista da *Revolução* está ligado a ella!

Muito bem. Mas o governo da dictadura pela confissão do *Jornal de Vizeu* teve o seu apoio por instincto da propria conservação, o assalto ao paço teve os applausos da grey reformista, e o publicista da *Revolução* não só combateu o assalto, mas condemnou a dictadura, deixou o poder por não o querer assumir, e por condemnar esse excesso da abolição do subsidio, que depois de o ter combatido no gabinete, e deixar por isso a pasta combateu-o na imprensa.

Nesse tempo os reformistas não largaram a casa do marechal sendo necessario pôl-os fóra d'ella.

Mas o publicista de Fontello diz-nos ainda que os reformistas não demoraram a dissolução, mas que foram elles que a promoveram.

Foi sem duvida, sem o quererem.

O que elles promoviam era a queda do gabinete. Tinham-lhes mettido na cabeça que não havia dissolução. Crêram no caso, e levantaram o conflicto, mas quando ouviram o desengano fizeram quanto poderam para que não fosse dissolvida a camara antes dos 3 mezes por causa do subsidio que seria de 2$500 por dia n'um caso, e de 200$000 réis no outro.

E depois fingiram louvar o fogo sagrado com que accederam ao chamamento os deputados da provincia! Sabem ao que vieram? A receber a teca; e se que não a poderam apanhar, contentaram-se com a ajuda de custo. Vejam que heroes! Ronceiros para o trabalho, promptos para a papança.

E [illegible] os reformistas [illegible] 300 contos [illegible] não foi desmentido [illegible]

E se era assim para que levantaram ahi o conflicto?

A ambição e a inepcia mataram os reformistas.

POLITICA EXTERNA

Poucas noticias ha de França, e as que ha, que são em numero muito diminuto não offerecem grande interesse, a não ser a demissão de Picard de governador do banco de França. Ainda ha pouco nomeado e eil-o já demittido. O telegrapho não indica nem de leve as causas que occasionaram esta demissão, e se ella foi feita espontaneamente pelo governo provisorio, ou se Picard resignou o seu cargo. No entanto seja qual tenha sido a causa não offerece ella materia para considerações. Diante dos grandes interesses que se debatem hoje n'aquella nação, uma demissão é cousa que não causa a menor impressão, nem altera em nada os movimentos da balança.

Os principes de Orleans, foram a Versailles e visitaram Grevy, e Thiers, porém os jornaes e correspondencias fazem-se eccos dos boatos mais estranhos, sobre esta entrevista; mas o que parece mais rasoavel, e o que é apresentado com mais probabilidades de verdade, é o de que os principes darão a sua demissão proximamente. No entanto por hora ainda a não deram, e são ainda deputados da assembléa que approvou as actas das suas eleições.

Parece que os principes reclamaram a approvação das suas actas, pois que não havia motivo plausivel para que fosse retardada uma tal questão, e como além disso ellas estavam legaes, não parecia que podesse haver embaraços. Isto é o que conta uma carta de Paris dirigida á *Epoca*, jornal de Madrid. Nenhum dos partidos que compõem a assembléa tinha nada que objectar a estas reclamações. Porém procuravam meio de dispôr a opinião e o paiz para que os considerasse como simples cidadãos francezes, e não como principes de sangue real, com pretenções dynasticas. Com este fim revogaram as leis do desterro, como para tirar [illegible] qualquer [illegible]

[illegible] que affirmam alguns jornaes, [illegible] é provavel que o conde de Chambord venha residir na Touraine.

Emquanto a [illegible] da ida do ministerio de Julio Simon, e Julio Favre, parece que não tinha grande fundamento, pois que uma correspondencia diz que elles conservam e conservarão as suas pastas.

Diz uma outra correspondencia que a opinião publica está muito irritada em consequencia das tendencias que se vão mostrando por parte da Inglaterra, de não entregar os refugiados da communa.

A enorme quantidade de prisioneiros que estavam em Versailles, já alli se não vêem quasi. Os interrogatorios são rapidos e alli mesmo se fixa a sorte do prisioneiro, já teem sido interrogados mais de 20:000. Se o interrogado é estrangeiro deve reclamal-o o seu embaixador, se é francez, então é condemnado segundo o papel que representou nos ultimos acontecimentos. Se o seu papel foi secundario é mandado para Cherburgo, Rochefort ou Brest, se é pessoa importante fica em Versailles para ser julgado pelo conselho de guerra.

As ultimas noticias dizem que Courbet está são e salvo, e não está prisioneiro.

Assi deve ser interrogado n'um dos proximos dias, seguindo-se-lhe Rochefort e Billoray.

Telegrammas

Os que se receberam hoje em Lisboa dizem o seguinte:

SERVIÇO SUB-MARINO

Londres, 11, ás 10 horas da noute.

Os jornaes de Paris fazem reparos sobre os acontecimentos na assembléa nacional, e mostram a grande importancia das eleições supplementares fixadas para o dia 2 de julho, as quaes, dizem elles, podem inteiramente mudar a situação actual dos partidos na assembléa.

Os jornaes legitimistas parecem convencidos da proxima realisação das suas esperanças.

Os jornaes republicanos estão menos animados mas dão grande importancia á manutenção dos poderes executivos nas mãos de mr. Thiers.

Londres, 12, ás 11 horas da manhã.

As prisões em Paris continuam.

Os [illegible] peito das eleições e esperam que serão [illegible] guns dos seus candidatos.

Ha 112 cadeiras vagas na assembléa.

Picard retomou posse da sua pasta.

O governador do banco de França, o principe de Joinville e o duque d'Aumale demittiram-se das suas cadeiras como membros da assembléa.

O governo italiano annuncia a transferencia official da capital para Roma no primeiro de janeiro proximo.

MARINHA

Fechou se o parlamento e ficámos no mesmo estado como se nunca o tiveramos aberto!

Discursos energicos, raivas e choros, e nada mais.

Tres mezes perdidos, tal é a iniciativa reformista!... Que fizeste heroes?...

Aonde estão as vossas reformas? Aonde estão essas economias que tanto apregoastes?...

Aonde está a vossa força?... Aonde estão esses 200 contos que economisaste no ministerio da marinha?

O que fizeste então!?...

Malfadado paiz, perdeu-se uma sessão legislativa em discutir um orçamento, que não ficou discutido! Levaste tres mezes citando economias já realisadas, e outras que se realisam n'uma hora por um mero acto de administração.

Pediste a destruição dos serviços, a anarchia em tudo, e cabistes agarrados á vossa obra de gloria eterna!

Para tão pouco, não era preciso tanto tempo, a communa foi mais feliz.

Ponde os olhos na França e vêde como ella se sacrifica para salvar a Europa dos instrumentos de anarchia. Registae o exemplo, e emmudecei, a vossa obra de destruição caiu com a communa, podeis alardear serviços que ninguem vos acreditará, citae o orçamento e o commando geral da armada, que tudo é poeira com que quereis atirar aos olhos do povo. O paiz já vos conhece, a vossa popularidade está em duas ou tres philarmonicas desafinadas e em meia duzia de foguetes [illegible] lae para o expediente e recebereis [illegible] de dictadores no reino da Lua, os [illegible] tos estão tão conhecidos, como os vossos [illegible] sos que só revelam ignorancia e nada [illegible]

Quizestes defender uns e accusar [illegible] cabistes mudos, as obras dos vossos [illegible] são á vossa similhança.

Os engenheiros navaes foram os unicos, que em vós encontraram defeza, mas afinal elles ahi estão atrapalhados com os *erros do officio!*

A guerra de guerrilhas está começada, quem não tem coragem de atacar de frente, anda a monte de bacamarte em punho. Os conegos que no arsenal da marinha tem creado raizes profundas, é preciso removel-os porque descobrem os erros, e quanto o paiz paga por elles!

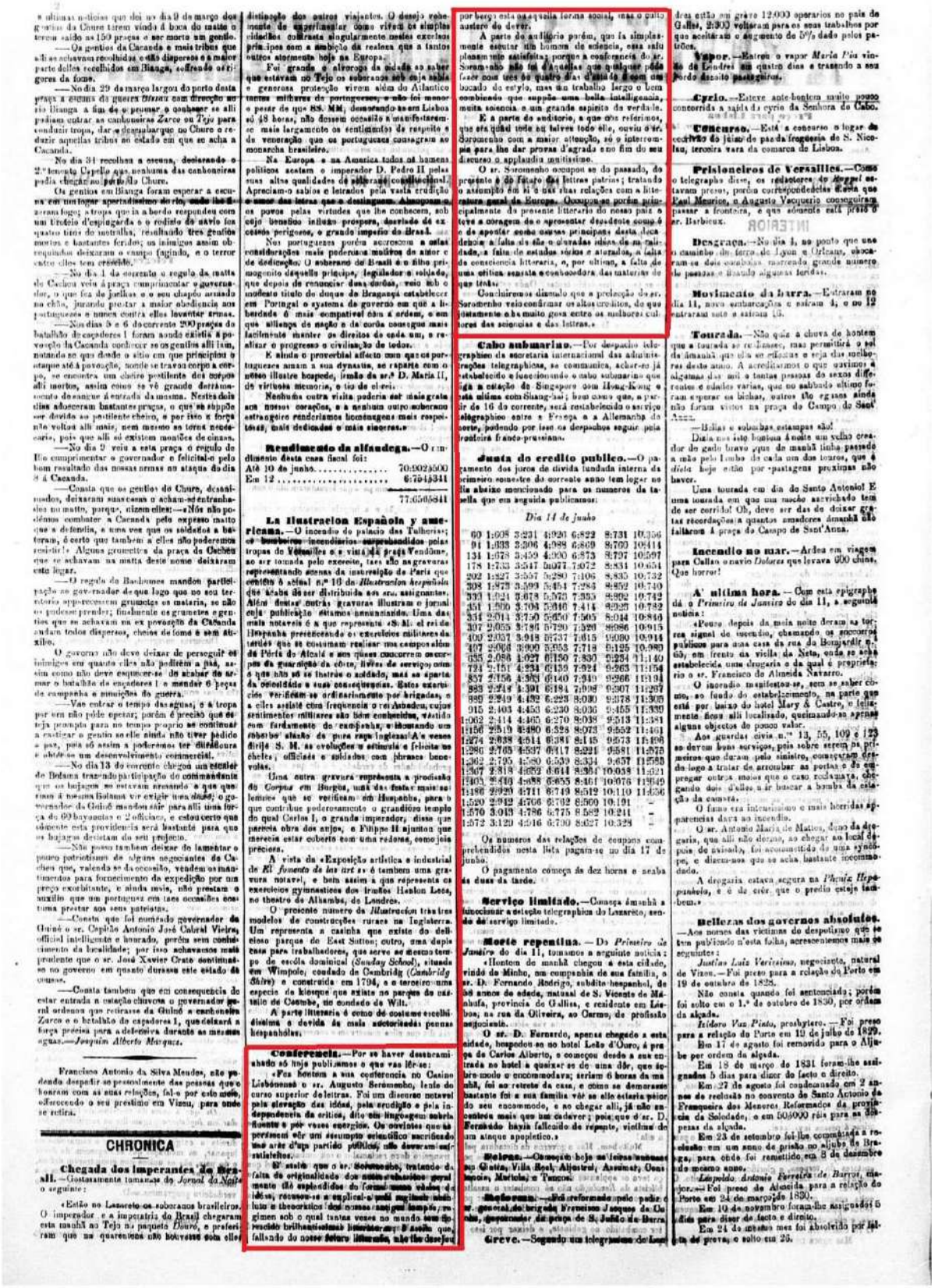
Os que á custa do contribuinte foram *estudar* em *Inglaterra* pagam lhe os sacrificios, obrigando-os a pagar mais, o trabalho que o paiz tem direito a exigir delles reduz-se a cantarolias do lupanar, os madraços que se esquecem do dever e do paiz, são os unicos que encontraram defeza, reformistas e seus defensores, são todos um e a mesma cousa. Não fazer nada e destruir, é o seu verdadeiro programma.—D.

CORRESPONDENCIA PARTICULAR

Cacheu, 15 de abril de 1871.—Accrescento

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 72 - A Revolução de Setembro 15/junho/1871 – p.2



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Conferências – Por se haver desencaminhado só hoje publicamos o que vás ler-se:

"Fez ontem a sua conferência no Cassino Lisbonense o sr. Augusto Soromenho, lente do curso superior de letras. Foi um discurso notável pela elevação das ideias, pela erudição e pela independência da crítica, dito em linguagem soberba fluente e por vezes enérgica. Os ouvintes que esperassem ver um assunto cientifico sacrificado. Mas ante de um partido político, não deveriam sair satisfeitos.

E assim que o sr. Soromenho, tratando da falta de originalidade dos nossos clássicos geralmente tão esplêndidos de forma [...] de ideias, recusou-se a explica-las pelo regime absoluto e teocrático dos nossos antigos tempos, regime sob o qual tantas vezes no mundo tem florescido brilhantíssimas literaturas; a seita que, falando do nosso futuro literário, não lhe desejou por [...] esta ou aquela forma social, mas o culto austero do dever.

A parte do auditório porém, que ia simplesmente estudar um homem de ciência, essa saiu plenamente satisfeita porque a conferência do sr. Soromenho não foi aquelas que qualquer pelo fazer com três ou quatro dias [...] bocado de estilo, mas um trabalho largo e bem combinado que supõe uma bela inteligência, muita ciência e um grande espírito da verdade.

E a parte do auditório, que nos referimos, que era qual todos os talvez todo ele, ouviu o sr. Soromenho com a maior atenção, só o interrompia para lhe dar provas do agrado e no fim do seu discurso o aplaudiu muitíssimo.

O sr. Soromenho ocupou-se do passado, do presente e do futuro das letras pátrias; tratando o assunto em si e nas suas relações com a literatura geral da Europa. Ocupou-se porém principalmente do presente literário do nosso país e teve a coragem de o apresentar decadente como é e de apontar como causas principais desta decadência a falta de tão e elevadas ideias de moralidade, a falta de estudos sérios e apurados, a falta de consciência literária, e, por último, a falta de uma crítica sensata e conhecedora das matérias de que trata.

Concluiremos dizendo que a preleção do sr. Soromenho veio confirmar os altos créditos, de que justamente e há muito goza entre os melhores conhecedores das ciências e das letras."

3.2.5.11 - Jornal do Comércio 8/junho/1871

Fig. 73 - Jornal do Comércio 8/junho/1871 – p.1

JORNAL DO COMMERCIO

48.º ANNO — Quinta feira 8 de junho de 1871 — N.º 5286

LISBOA, 7 DE JUNHO

PARTE OFFICIAL

INTERIOR

FOLHETIM

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

A preleção do sr. Soromenho – Tem dado o que falar a preleção do sr. A. Soromenho, no Cassino Lisbonense.

O ilustre acadêmico fez uma crítica mordaz de tudo, segundo vemos nos jornais, porque não assistimos a preleção, e a dar crédito alguns, como por exemplo ao Diário Popular, disse o ilustrado acadêmico, que a imprensa não tem dignidade, nem instrução, nem independência, e conforme o Diário de Notícias, o sr. Soromenho declarou o jornalismo português o pior dos jornalismos.

Ora nós não podemos acreditar que o sr. Soromenho pronunciasse tão formidáveis acusações contra a imprensa, onde ele sabe que há homens corajosos, independentes e leais e que se não são sábios, também não são ignorantes.

Não acreditamos que o erudito acadêmico fosse tão injusto; decerto alguma limitação havia de por a uma afirmativa tão vaga e injusta.

O jornalismo português será o pior de todos; mas ai do país se ele acabasse: é ainda um freio a muitas demasias, é ainda um protetor desvelado dos direitos populares; é ainda a guarida das liberdades públicas, é ainda uma tribuna onde os oprimidos falam com desassombro; aludimos ao jornalismo que combate a luta, que tem princípios, que não transige com a autoridade, que não depende dela, nem para obter mercês para si, ou para outrem, nem como elemento industrial, ou como colaborador.

Sabe o sr. Soromenho que ainda há em Portugal desses jornalistas, e por isso dizemos que a sua afirmativa deve ter tido algumas reservas;

O extrato do discurso do sr. Soromenho, que o Diário de Notícias publicou pode ocasionar reparos e censuras, que a nosso ver hão de ser injustas, porque é muito incompleto. Não nos parece que fosse serviço ao público e ao sr. Soromenho a publicação de tão deficiente extrato; ao público, porque o induz em erro acerca das intenções do orador; ao sr. Soromenho, porque não pondo na sua verdadeira luz as asserções e os justos do orador, sujeita-o a censuras imerecidas.

Sabemos que o sr. Soromenho tem um caráter literário austero, mas a austeridade não exclui a justiça, e as apreciações absolutas do sr. Soromenho, como vem no Diário de Notícias, não são conformes à justiça. Há imensas lacunas nesse extrato, e daí procede não poder considerar-se a expressão verdadeira do que disse o sr. Soromenho.

Fazemos estes reparos, porque tendo provocado a atenção pública a preleção do sr. Soromenho, desejaremos que fosse apreciada pelo que foi realmente, e não por um deficientíssimo extrato.

3.2.6 Quarta Conferência - 12 junho - Eça de Queirós .

3.2.6.1- Revolução de Setembro – 08/junho/1871

Fig. 74 - Revolução de Setembro – 08/junho/1871 – p. 1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$000 réis — Semestre, 3$000 réis — Trimestre, 1$600 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$200 réis — Semestre, 3$750 — Trimestre, 1$975 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da administração, junto ao Correio Geral. Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Antonio Maria Pereira, rua Augusta, 50-52. Assignaturas são pagas adiantadas — Publicações de interesse particular são pagas. Folha avulsa, 40 réis — Annuncios, 20 réis por linha. A redacção não responde pela doutrina e opiniões dos artigos assignados ou que levarem signal de que não são della — Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos.

Para as provincias
Anno, 7$500 réis — Semestre, 3$750 réis — Trimestre, 1$975
Para o Brazil
Anno, 12$000 réis — Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:696 | QUINTA-FEIRA, 8 DE JUNHO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 7 DE JUNHO

O grupo reformista fallou ao paiz, e fez bem. E' o unico beneficio que lhe tem feito.

Cooperou com o governo, e é verdade. A esterilidade foi o resultado de similhante cooperação.

Recebendo um mandato gratuito, mudou-lhe logo a natureza, e cooperou para que a sua cooperação não fosse mal retribuida. De 68:799$620 réis que se pediam para as côrtes cooperou para que se inscrevesse no orçamento a verba de 93:099$620 réis, ou mais 24:300$000 para inflammar aquelle patriotismo sempre sedento de economias.

Justo foi, mas o moleiro economico começou por tirar para si a maquia, impondo a economia aos outros. E o subsidio que n'outras éras importava em 12:348$000 réis, não se fez agora por menos de 14:700$000 réis.

O partido reformista não apresentou nem trinta réis de economias. Quando se discutiu o orçamento da marinha, que nos diziam conter uma economia de perto de 300 contos, começou a agredir o governo. Foi então que o intimou para largar as pastas, e já antes disso o sr. Latino Coelho n'um artigo do *Jornal do Commercio* tinha mettido a ridiculo aquellas economias de que os reformistas da commissão de fazenda se gloriavam sem comtudo terem concorrido para a proposta dellas, porque a iniciativa, boa ou má, foi só do sr. Arrobas.

Apresentou o governo um projecto que restringia os privilegios dos bancos. A camara dos pares fez leves alterações. O pensamento inicial era mantido. O partido reformista não consentiu que fossem tributados os bancos, porque não o era uma companhia. Votou contra o que tinha votado para negar recursos ao governo, e deixando passar os encargos sobre os pobres obstou a que fossem repartidos pelos bancos poderosos.

O governo cedeu a uma necessidade; o partido reformista faltou á justiça. Não quiz tributar muitos bancos, porque havia quem julgasse que não era de justiça tributar certos valores de uma companhia.

O partido reformista não alliviou o pobre, e fez com que não podesse ser tributado o rico.

O partido reformista nunca quiz discutir o orçamento, quiz baralhal-o e confundil-o. Pela sua discussão pugnava o governo; elle queria destruir mas nunca teve tenção de edificar.

O orçamento não tem excrescencias. Se as tivesse, deveria tel-as cortado a dictadura reformista. Esse orçamento impuro é obra do sr. bispo de Vizeu e dos seus collegas. Os defeitos que póde ter são do partido que lh'os imputa.

O partido reformista encarregava o sr. Carlos Bento na commissão de fazenda, segundo disse na camara o sr. Rodrigues de Freitas, de estudar a legislação dos archeiros para ver se lhes podia disputar a verba. Este zelo era louvavel, mas a ignorancia em quem tudo queria reformar mostrava que se queria tratar de tudo, mas que não se entendia de nada.

A camara não discutiu nunca os orçamentos. Os deputados reformistas queriam palrar mas não queriam resolver. E os que o desejavam não o podiam conseguir.

As ultimas sessões da camara eram escandalosas. Um sincero e leal reformista declarou que depois de ter votado a lei de meios não tinha votado mais nada. Era honrado e sincero.

Ao passo que as almas nobres assim procediam os atravessadores fallavam em nome das commissões, que não tinham ouvido, e chegou a miseria a ponto de se vêr pela primeira vez o que nunca se viu em nenhum parlamento do mundo. N'um projecto relativo á camara municipal de Melgaço introduziu-se um additamento relativo á camara municipal da Regoa!!!

O desprezo pela sciencia do legislador, e pelas boas regras de administração tinha descido a este ponto! A tribuna parlamentar nunca se viu tão humilhada. Os proprios homens serios do partido reformista se envergonhavam de tanto descredito. Isto é o que deve saber o paiz. E nós queremos que elle saiba o que allega o partido reformista. E' o seguinte:

AO PAIZ

«Os abaixo assignados, deputados na ultima camara popular, não podem eximir-se ao dever de manifestar em breves termos aos seus eleitores e ao paiz qual foi o seu procedimento parlamentar, e de tornar patente a pesada responsabilidade dos que provocaram e aconselharam a nova dissolução.

«Os abaixo assignados, interpretando fielmente os desejos do paiz, esforçaram-se porque o governo acudisse com promptas e efficazes providencias a melhorar a actual situação da fazenda publica, revendo-se cuidadosamente o orçamento do estado, eliminando-se as verbas inuteis ou menos necessarias, e repartindo-se por egual o sacrificio entre o governo — pela reducção das despezas nacionaes — e o povo — pela sensata imposição de equitativas contribuições.

«Parecendo lhes que não seria apenas illusoria a sinceridade reformadora do governo, os abaixo assignados abstiveram-se de perturbar com incidentes politicos a marcha do governo, e já nas commissões, já nos debates da assembléa cooperaram lealmente para que se chegassem a effectuar valiosas reducções nos gastos publicos, e se fizessem na administração proveitosas modificações.

«O governo, porém, apparentando apenas o zelo do bem publico, foi pouco a pouco revelando que lhe eram desagradaveis as doutrinas de reforma e as praticas salutares de economia.

«Apresentando á apreciação do parlamento propostas tributarias, que levantaram contra si reclamações universaes, e abandonando-as, sem as substituir nem emendar, deixou inteiramente desamparada a gravissima questão da fazenda publica, em cuja solução se dissera empenhado e resoluto.

«Tendo acceitado nas commissões algumas reducções no ministerio da marinha, negou-lhes o seu assentimento apenas chegado o momento de as votar.

«E lançou á conta dos representantes da nação o desaccordo entre a camara dos deputados e o poder executivo.

«Pretendeu obrigar a camara a consagrar com o seu voto excepções e privilegios que tornavam immunes do imposto alguns bancos e companhias.

«E imputou egualmente a desharmonia entre a camara e o governo ao espirito partidario da maioria, não se lembrando quanto perante a consciencia de muitos, seria injustificavel a isempção do tributo a opulentas companhias na mesma occasião, em que o governo propunha tributar os que entre as classes mais pobres e desvalidas, apenas ganham para manter na penuria, uma vida attribulada e miseravel.

«Negando-se abertamente a deixar discutir e examinar a receita e a despeza do estado, primeira e fundamental obrigação dos mandatarios populares, protegendo com a sua obstinada resistencia as prodigalidades do orçamento, veio á ultima hora exigir a lei de meios, impondo aos representantes do paiz, que com a sombra apenas do debate, a discutissem e votassem n'uma unica sessão.

«Os abaixo assignados, chamados pelo seu dever a conservar illesas as prerogativas da camara popular, concederam ao governo uma limitada auctorisação para a cobrança dos impostos e obrigaram o poder a convocar em breve praso os novos eleitos da nação.

«A mais efficaz, talvez a unica defeza, que resta legalmente ao povo contra os governos invasores dos seus fóros e immunidades, é o direito de conceder ou negar ao poder executivo, pelo voto dos deputados, os recursos necessarios ao serviço e á administração.

«Os abaixo assignados usaram d'este direito e no meio da perversão dos principios liberaes em assumptos de governo julgaram indispensavel affirmar mais uma vez os direitos da nação e recordar aos poderes politicos a separação e independencia das suas attribuições.

«Os abaixo assignados, inspirados pela opinião geral d'este paiz, desejavam:

«Que o governo caminhasse leal e resolutamente á frente das reformas e que com o seu exemplo e energia acompanhasse a camara popular:

«Que se examinasse e corrigisse o orçamento, cortando sem hesitação as suas excrescencias, que pesam sem nenhuma utilidade sobre a bolsa da nação;

«Que reduzida a despeza publica, quanto o permittisse a occasião e o bom serviço, se appellasse para o patriotismo dos cidadãos, impondo-lhes novos sacrificios, que não fossem onerar exclusivamente as classes ménos afortunadas, para eximir aos encargos publicos os cidadãos mais opulentos ou as mais poderosas associações.

«Isto queria o paiz; isto pretendiam os deputados.

«O governo professava outras opiniões. A dissolução foi a pena imposta á independencia e ao civismo.

«A camara foi dissolvida.

«Porque estava determinada a discutir o orçamento;

«Porque não condescendeu em isemptar do imposto alguns bancos e companhias;

«Porque votou a extincção dos cargos dispendiosos e superfluos;

«Porque não quiz deshonrar pela complacencia com o poder o mandato que recebeu para reformar e corrigir a fazenda e a administração.

«Os abaixo assignados tem pois a consciencia de ter cumprido dignamente o seu dever.

«Cabe agora aos eleitores fazer respeitar o direito da nação.

«Lisboa, 6 de junho de 1871.
Antonio Cabral de Sá Nogueira
Alberto Carlos Cerqueira de Faria
Alberto Osorio de Vasconcellos
Antonio Augusto Pereira de Miranda
Antonio Augusto Soares de Moraes
Antonio Augusto de Sousa Azevedo Villas
Antonio Joquim da Veiga Barreira
Antonio José Antunes Guerreiro Junior
Antonio Pedroso dos Santos
Antonio Pequito Seixas de Andrade
Antonio Pereira da Silva de Sousa de Menezes
Antonio dos Santos Viegas
Antonio de Vasconcellos Pereira Coutinho de Macedo
Augusto da Cunha de Eça e Costa
Augusto Saraiva de Carvalho
Barão do Salgueiro
Bernardino Pereira Pinheiro
Bernardo Pereira de Andrade
Domingos Pinheiro Borges
Eduardo Augusto Pereira Brandão
Francisco de Almeida Cardoso de Albuquerque
Francisco Antonio da Silva Mendes
Francisco Antonio da Veiga Beirão
Francisco Coelho do Amaral
Francisco Julio Caldas Aulete
Francisco Pinto Bessa
Henrique de Barros Gomes
Jacinto José da Palma
João de Azevedo Sovereira Zuzarte
João José de Mendonça Cortes
Joaquim Alves Matheus
Joaquim Augusto da Silva
Joaquim Nogueira Soares Vieira
Joaquim de Vasconcellos Gusmão
José Bandeira Coelho de Mello
José Dionisio de Mello e Faro
José Elias Garcia
José Joaquim Rodrigues de Freitas Junior
José Maria Latino Coelho
José Maria Rodrigues de Carvalho
Julio Cesar de Almeida Rainha
Lopo Vaz de Sampaio e Mello
Luiz de Almeida Coelho e Campos
Luiz Augusto Pimentel
Manuel Marques Pires
Manuel Thomás Lisboa
Marianno Cyrillo de Carvalho
Sebastião Lopes de Calheiro e Menezes
Thomás Frederico Pereira Bastos.»

O *Diario Popular* escreveu o seguinte:

«Diz o sr. Sampaio da *Revolução*:

«Uma camara que só foi diligente em votar «o subsidio para si, é uma camara que devia ter «o destino que teve.»

«Dizia o sr. Sampaio na commissão do *bill* de indemnidade:

«Se o governo não propozer a restituição do «subsidio, hei de propol-a eu, porque julgo que «não devem ser affastados da camara os homens «intelligentes, mas privados de cabedaes.»

«Aquelle patriota é assim; quando não póde berrar contra os outros, berra contra si proprio.»

Só esqueceu uma cousa ao *Diario Popular*, e foi que o sr. Sampaio não votou o subsidio para si porque não o recebe, votou o por ser um principio de justiça.

Mas os patriotas que aceitaram as indicações que os favorecia, os patriotas que foram eleitos sob condição de não receberem subsidio, esqueceram-se do seu programma de economias no que lhes aproveitava, e applicaram-n'o aos outros para elles encherem a barriga.

Havia mais. Um patriota Mariano propunha gratificações contra lei, dizendo que das despesas diversas a camara podia dispôr como quizesse.

Ainda mais. Receiosos da dissolução os patriotas reformistas fizeram tudo para a demorar a fim de que podessem apanhar os seus 200$000 réis que a dissolução antes dos tres mezes da sessão annual reduziria a menos alguma cousa.

Isto eram os patriotas das reformas; porque alli havia gente, mas que não tinha influencia no capitulo, que não se levava por aquelles motivos ignobeis.

Os tempos correm sombrios, reina a desmoralisação, por que se tem cuidado mais nos melhoramentos materiaes do que da educação moral; mas a cousa vem de longe. Em 1835 nasceram em Paris 28:000 creanças das quaes 10:000 procediam de paes legitimos! no mesmo anno, e na mesma cidade, se commetteram 26:500 crimes, e se perdeu ao jogo a enorme somma de 2:500 contos de réis! De uma sociedade assim organisada não podia deixar de sair a communa e della a perda de todos os direitos do homem, o insulto á liberdade; a lei dos refens, a queima dos papeis que tinham as senhas e as indicações necessarias para vigiar os criminosos, o incendio dos principaes monumentos, a ferocidade da mulher; ferinamente o despotismo de muitos sem freio nem responsabilidade — a morte sem ser ouvido nem convencido.

Entre nós quasi todos os ignorantes se julgam aptos para exercer os altos cargos do estado e daqui tem resultado a apresentação, na camara electiva, de um grande numero de mesinheiros para beneficio da patria senão das barrigas, verdadeiro deus de tal gente, cheios de insensata presumpção induzem o povo a que insulte as auctoridades, tirando-lhes o prestigio necessario para manter a ordem, elemento essencial da prosperidade publica, que toca zabumba á porta dos remissos, e alcunhando de tyrannos os que, por qualquer fórma, se oppõem aos seus desvarios e demencias; chega ao excesso de se declarar opprimido, quando no paiz ha ampla liberdade; e quem não a gosar que levante o dedo para logo irmos em seu auxilio; porque a liberdade, dessa protectora dos direitos do homem, e prova da santidade de Christo sobre a terra só póde ser gosada por aquelles que se sujeitam aos deveres inherentes a esse goso; liberdade sem deveres é a tyrannia do populacho — é a communa — a violação da consciencia.

O governos constitucionaes ou absolutos sempre são caros; o despotismo é mais barato — é mais economico: e como é a economia a palavra da ordem não se deve duvidar da escolha; venha a pastoral do patriarcha de Lisboa, cuja nomeação fez cair o partido reformista, sectario das suas doutrinas, toquem as gaitas á porta do chefe desta seita nos dias de maio, que são grandes, e renove-se assim as crueldades que, no tempo do capellão da *Perola*, se praticavam no paiz, e com egual praser se festeje a viuva e o carrasco; mas attenda-se que este partido apanha as economias feitas pelos outros para as esbanjar, arriscando o credito do paiz a ponto de venderem inscripções a 20! sirva este aviso aos incautos, que nós bem prevenidos nos achamos.

A geração actual tomou sobre si a responsabilidade das despezas que deveriam recair, pelo menos em duas vidas: daqui resultam, e esta é a verdade, os grandes encargos que temos a supportar.

Para nos pormos a par da civilisação do seculo foi preciso construir caminhos de ferro, que são carissimos, estabelecer telegraphos electricos, abrir e aperfeiçoar estradas ordinarias, crear asylos para amparar a pobreza, custear a navegação entre a metropole e as colonias, para proteger o commercio, reformar o systema de pesos e medidas, estabelecer lazaretos em beneficio da saude publica, em fim fazer tudo por que nada tinhamos; nem um theatro normal, que tambem edificámos; ora as sommas despendidas com tão uteis melhoramentos é enorme, como enorme deve ser o encargo correspondente; que admiração pois óha ver *deficit* nas receitas do estado, e porque não tratam os legisladores de o fazer atenuar? será por ignorancia ou por maldade que o não fazem? querem agora não pagar?

Dois modos havia de conseguir tão importantes melhoramentos: pelo pagamento dos tributos, fazendo-se as obras á proporção dos meios obtidos pelo seu accrescimo, ou recorrendo aos emprestimos pela satisfação dos juros executando-se os trabalhos com a indispensavel brevidade.

Preferido o segundo meio é claro o augmento da divida, e, com ella, os respectivos encargos — não se póde gosar sem pagar, e se a nação não queria melhoramentos materiaes, para que os exigiu e tanto clamou por elles?

Não obstante as cousas caminhavam regularmente, porque um governo illustrado havia obtido das côrtes importantes receitas, antevendo-se até um brilhante futuro, quando, vergonha é contal-o, meia duzia de amotinadores, desordeiros

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 75 - Revolução de Setembro – 08/junho/1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Conferências – A quarta conferência que se há de fazer no Cassino Lisbonense é sobre *Nova Literatura* sendo preletor o sr. Eça de Queiroz. É segunda-feira às 9 horas.

3.2.6.2 - Revolução de Setembro – 13/junho/1871

Fig. 76 - Revolução de Setembro – 13/junho/1871 – número 8:700 – p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$000 réis—Semestre, 3$000 réis—Trimestre, 1$600 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$500 réis—Semestre, 3$750—Trimestre, 1$975 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da administração, junto ao Correio Geral
Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Antonio Maria Pereira, rua Augusta, 50-52
Assignaturas são pagas adiantadas—Publicações de interesse particular são pagas
Folha avulsa, 40 réis—Annuncios, 20 réis por linha
A redacção não responde pela doutrina e opiniões dos artigos assignados ou que levarem signal de que não são della — Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos

Para as provincias
Anno, 7$000 réis—Semestre, 3$700 réis—Trimestre, [illegible]
Para o Brazil
Anno, 12$000 réis—Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:700 | QUINTA-FEIRA, 15 DE JUNHO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 14 DE JUNHO

Não faltam alvitres nem prognosticos; assim tivessemos governo e administração. Sobram-nos conselhos, escaceia-nos quem os execute.

Morrem os governos com grandes maiorias, morrem as maiorias sem governo, desapparecem os partidos fortes e robustos, vivem os governos sem partido, e para tudo isto ha censuras, para tudo ha applauso, estranhando uns hoje o que louvaram hontem, e recommendando cada qual agora aquillo mesmo que ha pouco não quiz ou não soube praticar.

Cada parcialidade tem uma theoria para seu uso. Tal ha que dissolvendo uma camara por não receber uma lista para a presidencia parece-lhe grave erro que se dissolva outra por negar maioria ao governo. O bem do estado exigia o sacrificio da representação nacional no primeiro caso; o exercicio da prerogativa póde trazer graves males no segundo.

Quando uma parcialidade lucra com a dissolução, esse acto do poder moderador é justo e conveniente porque entrega a decisão do conflicto á soberania nacional que só se exerce pela eleição; quando essa parcialidade receia perder a sua influencia até o proprio rei é moralmente responsavel, a republica corre imminente perigo, as eleições são um escandalo, o exercicio de eleger um encargo oneroso, e as rixas a consequencia fatal da pratica do direito que nos tinham exaltado como a mais elevada regalia dos cidadãos n'um paiz livre.

A votação do orçamento é o maximo direito popular. Proclamam-n'o ahi os que desprezam esse mesmo direito. Proclamam-n'o quando não podem discutir, e desprezam-n'o quando são obrigados a fazel-o. Affirmam o direito na theoria para o negarem na pratica. Desejam a attribuição e fogem ao exercicio della. A potencia é tudo, o facto nada.

Dictou a canalha a lei em 1868. Havia ministerio e maioria, e havia orçamento. A canalha fazia a lei, e não vimos chorar a dissolução. Havia gaitadas e foguetes, havia brodio. O bem do estado exigia a infracção das leis e dos principios.

A este desaforo a critica benevola chama-lhe revolução, isto é, crime pelo qual ninguem quer ser responsavel.

Mas a urna sanou a illegalidade, e a revolução escolheu os seus agentes. Onde viste tu, povo bom e illudido, a discussão do orçamento? Que providencias saíram da camara que elegeste?

O que saíu? Saiu a queda do gabinete e saiu a dissolução. Disseram então que os eleitos do povo eram incapazes, que a dissolução era um appello para as constituintes, e que a dictadura era, como foi, o producto da canalha que em 1868 transtornou a ordem publica e se assenhoreou do poder.

Viste orçamento discutido, povo bom e generoso? Viste dictadura sobre dictadura, revolução sobre revolução, emprestimos sobre emprestimos, usura sobre usura, escandalo sobre escandalo, a Zambezia feita cemiterio dos nossos soldados, os fornecimentos feitos pelos amigos com desprezo dos gerentes legaes, os soccorros e os mantimentos enviados depois da morte dos expedicionarios, as malas sem serem mandadas para o seu destino, os fundos a baixar, o descredito a subir, a divida a augmentar, e o reino a fenecer.

Quem ouviu fallar na discussão do orçamento? Quem ouviu praguejar contra as dissoluções? Quem se levantou contra as dictaduras?

A canalha fez reformas a seu arbitrio. Caíu do poder, e clama por mais reformas.

Porque não as fizestes, dictadores crapulosos? Porque não discutistes os orçamentos? Porque dissolvestes as côrtes?

Desde que a ralé tomou conta do poder ainda não póde haver discussão do orçamento, e tem havido cinco dissoluções, umas das quaes tornam necessarias as outras.

Quem tem ahi auctoridade para condemnar o que fez, e para lamentar as faltas que commetteu? Se quizesseis discutir o orçamento, tel-o-hieis feito em quatro annos, o ultimo dos quaes vae decorrendo. Nunca o quizestes discutir, querieis esgravatar para exercer alguma vingança. Aterra-vos agora a eleição, desconfiaes da sentença do paiz, e attribuindo á auctoridade toda a influencia denunciaes o segredo da importancia que daveis ao vosso numero e á vossa maioria.

A eleição deve ser livre, a urna deve estar desaffrontada, não como a tinham as auctoridades do sr. bispo de Vizeu, mas como os principios e a lei querem que ella o esteja.

A *Correspondencia de Portugal* diz o seguinte a respeito da causa da crise:

«Por algum tempo se pensou que a dissidencia sairia do grupo historico. N'este caso os reformistas provavelmente unir-se-hiam ao governo, e alguns d'elles entrariam no ministerio. Afinal, porém, a dissidencia saiu do grupo reformista. O sr. Latino Coelho rompeu o fogo por sua propria conta. *O pomo da discordia fôra o parecer sobre o orçamento da marinha, parecer que para o illustre caudilho reformista fôra um aggravo pessoal.*

«O grupo dos correligionarios não desejava seguir o sr. Latino Coelho. Uma folha do partido prégou ainda a conciliação, porém a pedra estava lançada. O sr. presidente do conselho violentamente aggredido teve de defender-se, e defendeu-se como costuma, retaliando com mais violencia ainda. Porém a retaliação, não contra a pessoa, mas contra os actos do sr. Latino Coelho, como ministro da marinha, ia reflectir-se sobre todo o governo de que elle fizera parte, e portanto sobre todo o partido reformista. O relator da commissão, o sr. Arrobas, em estylo menos academico *mas mais claro e popular, foi ainda adiante na retaliação contra a administração do sr. Latino Coelho.* As glorias da expedição da Zambezia tiveram condigna epopea n'aquelle discurso de tres dias, desataviado de primores, *mas repleto de factos e de datas eloquentes.* Os mais habeis do partido reformista tiveram o bom senso de não defender o seu correligionario aggredido. Mas a scisão tinha-se tornado inevitavel. A guerra estava declarada entre os reformistas por um lado, e o sr. presidente do conselho por outro com os historicos e os regeneradores que tinham applaudido calorosamente o seu discurso e o do sr. relator da commissão. Tudo o mais que depois occorreu foram pretextos e não o motivo da separação, entrando n'este numero a questão do imposto sobre os bancos.»

Fallando da dissolução a mesma *Correspondencia* diz o seguinte:

«Não approvamos a dissolução da camara. E' esta a quinta dissolução depois de janeiro de 1868. Duas d'estas dissoluções foram feitas pelos reformistas, uma pelos historicos, uma pelo sr. duque de Saldanha, e esta ultima pelo sr. marquez de Avila. Só o partido regenerador, ou antes a fusão, soube governar sem dissolução, perto de tres annos, com uma camara que não fôra eleita no tempo da sua administração. E' que as mais das vezes são os governos que fazem boas ou más as camaras, e não estas aquelles.»

Referindo-se depois ao manifesto reformista diz a mesma *Correspondencia*:

«A's asserções dos manifestantes só faremos duas observações. A [illegible] accordo com o governo, tinha introduzido no orçamento da marinha, uma economia de despeza na importancia de mais de 200 contos. Quem aggrediu este parecer foi um dos chefes do partido reformista, e foi d'esta dissidencia que principalmente se originou o conflicto, causa da dissolução da camara.

«Não discutimos se o sr. Latino Coelho tinha razão na sua aggressão. *Mas depois d'este facto não é permittido dizer sem offensa da verdade, que a camara foi dissolvida porque a maioria queria fazer economias e o governo não.*»

«Dizem mais os reformistas que queriam discutir o orçamento, e que esta foi uma das causas da dissolução. E' provavel; *mas a historia contemporanea diz-nos que os antigos partidos discutiam e votavam habitualmente os orçamentos, o que é de certo uma das principaes garantias do governo constitucional, e que desde que os refor-*

FOLHETIM

A conferencia do sr. Eça de Queiroz

Vou fallar d'uma conferencia feita pelo sr. Eça de Queiroz no Casino, e que se intitula a *Moderna litteratura*. Alguem estranhará que eu venha tocar n'um assumpto e apresentar idéas que o prelector, que é meu irmão, apresentou; estranhará mesmo que eu falle na maneira notavel por que meu irmão tocou este assumpto, como comprehendeu perfeitamente a idéa mãe da qual deve viver a litteratura moderna. Francamente não vejo motivo para espanto. Não lisonjeio nem deprimo; digo a verdade, porque a minha consciencia está, não temo de o dizer, muito acima de todas essas mesquinhas preferencias. Mais ainda: neste momento deixo de ser irmão para ser critico, para analysar o que o sr. Eça de Queiroz expoz na sua conferencia e para dizer a minha opinião sobre estes assumptos tão bellos, tão elevados e tão interessantes.

E tudo o que digo aqui sustento-o á face de todos, porque tenho a convicção de que estou dizendo a verdade.

A conferencia do sr. Eça de Queiroz foi feita debaixo do ponto de vista de que, tendo a arte uma influencia poderosa sobre os costumes e sobre a moral, devia contribuir o mais possivel para realisar a justiça, unica base que devem ter as relações sociaes. E nem póde deixar de não ser assim, porque as evoluções historicas comprehendem e abrangem em si todas as manifestações do espirito humano. Produzem uma philosophia, uma politica, hão de necessariamente produzir uma litteratura, uma arte, porque ellas são um espelho fiel onde se vem reflectir em toda a sua verdade o espirito e a consciencia d'uma época qualquer. A acção individual tem uma parte importante na formação d'uma grande obra, mas o meio physico e social deixaram nella o seu cunho profundo e indelevel.

E' por isso que eu não creio que tenha havido homem nenhum, por mais genio que tenha tido, que excedesse a sua época, o seu tempo; que os precedesse. Jesus mesmo não fez mais do que obedecer á corrente de idéas que dominavam no seu tempo.

E' em nome destes principios, que são confirmados pela historia, que eu digo e affirmo que cada arte e que cada litteratura teve o seu momento proprio, e que não se podem condemnar essas manifestações do espirito em nome dos nossos principios, porque ellas saíram fatalmente da historia. Censurar a Raphael o seu idealismo ao mesmo tempo christão e pagão é uma loucura, porque nunca artista representou melhor as idéas do seu seculo que Raphael. Nos quadros deste grande mestre, na architectura deste tempo é que se encontra o verdadeiro genio da renascença.

Uma questão tem não obstante agitado a critica e é a seguinte. Haverá progresso na nossa maneira de comprehender hoje a arte? Eu respondo, ha differença e nada mais. E' uma verdade que não encontramos hoje um artista capaz de pintar o *Juizo final*, mas não é porque o espirito dos artistas do nosso tempo seja menos elevado, é porque comprehendem o ideal d'outra maneira, obedecem a outras influencias e a outros agentes. Courbet a mais poderosa organisação artistica d'este seculo, e uma das maiores que tem tido a humanidade, não é superior a Miguel Angelo, a Raphael, a Leonardo de Vinci; é differente.

A arte grega não tem podido ser imitada até hoje, e não o será nunca. Em tempo nenhum se poderá alcançar aquella simplicidade maravilhosa, que faz a sua gloria, aquella harmonia perfeita entre a fórma e a idéa segundo a expressão de Hegel. Certamente que não, porque não vivemos n'um tempo em que as relações sociaes sejam simples como no tempo de Pericles. O nosso ideal vive de elementos mais complexos, infinitamente mais complexos mesmo. O artista toma da sociedade em que vive tudo o que ella encerra, e é com esses elementos que elle forma o seu ideal. Em todos os tempos tem acontecido isso, e é d'ahi que provêm as differenças que se notam, que não constituem de maneira alguma a superioridade de uma arte sobre outra.

A arte só decae quando falseia o principio a que ella tende, isto é, realisar as idéas na sua belleza, como a philosophia as realisa na sua verdade, e a consciencia na sua justiça. Então decae como aconteceu por exemplo no segundo imperio com Baudelaire, Leconte de Lisle, e Sully Prudhome, e tantos outros dignos filhos d'aquella epoca de corrupção, e que ainda assim são a expressão do que essa epoca tinha de peor, de mais corrupto e dissolvente.

Foi por isso que o sr. Eça de Queiroz entendeu muito bem que a arte (e n'ella comprehendo a litteratura, isto é, drama, romance, poesia) deve ter uma alliança intima com a philosophia e com os juizos da consciencia, o que forma uma triplice sancção ás idéas que as tornará verdadeiramente legitimas e justas. E' uma base duradoura e estavel, sobre a qual a arte se desenvolverá livremente, quando todos os espiritos que voltarem a sua actividade para estas cousas, se compenetrarem bem d'este principio, que dá á arte uma missão elevada e nobre, missão que fará no futuro a sua gloria, e que será um padrão immorredouro do espirito do nosso tempo, espirito de justiça, de verdade e de direito.

Desta maneira toda scientifica de comprehender a arte ha nos nossos tempos, hoje, algum exemplo, alguma manifestação? Diz o sr. Eça de Queiroz, que é o realismo. Penso tambem assim.

Procurar na sociedade, nas suas luctas, nos seus soffrimentos, nos seus trabalhos, na sua vida intima, a materia da arte. Estudar os caracteres á luz da psicologia, observar os costumes no que elles tem de mais exacto, de mais real, e desta maneira aprendermos a conhecermo-nos a nós mesmos, e incitarmo-nos ao aperfeiçoamento, em uma palavra, o ideal como fim e não como meio.

E' este o realismo como o comprehende o sr. Eça de Queiroz, como eu o acceito, e commigo todos os que tem em vista a realisação da justiça no homem, para produzir a realisação da justiça na sociedade, que toma então o nome grande e quasi santo do direito.

Vê-se por isto que influencia nos costumes, que acção salutar e moralisadora, a arte realista, ou a arte critica não exercerá. A consciencia encontrará alli exemplos a seguir e a imitar, e outros a condemnar e a evitar com cautela.

Que maior grandeza poderá ter uma arte que sem falsear nenhum dos principios que a regem, e obedecendo ás leis historicas, podia transformar o que era erro em verdade, o que era superstição em certeza, o que era mau e nocivo, no que é justo, grande e bello. Pela minha parte confesso que pasmo e admiro diante de uma arte, que tem um ideal tão elevado, e que me sinto orgulhoso por ver o caminho nobre e legitimo entre todos que o espirito humano seguiu quando illuminado pela justiça creou uma arte digna do seu tempo, digna da sua influencia, e digna das consciencias a quem ella se dirije. E' a elevação da alma humana operada por ella mesma.

E' a arte vivendo sobretudo das idéas quando até aqui tinha vivido quasi exclusivamente dos sentimentos. Dirije-se especialmente á razão, e não á sensibilidade como entre os antigos.

Em Portugal ha uma arte realista? Sem hesitar respondo com toda a convicção que não ha. Percorramos os innumeraveis romances que tem produzido a nossa litteratura, os dramas dos nossos dramaturgos, os recolhimentos de poesia, e sem prevenção responda-me o leitor se algumas destas obras tem o cunho de realismo, ou ainda se ha nellas a mais pequena tendencia para esse ideal. Vem a proposito dizer aqui a minha opinião sobre um escriptor notavel entre nós Julio Diniz. O auctor das *Pupillas do sr. Reitor*, é considerado por algumas pessoas como um realista. Na minha opinião tal classificação é inexacta. Nos romances de Julio Diniz não ha realidade senão nas descripções, na paisagem, talento que poucas pessoas tem como elle em Portugal. Porém os caracteres que elle descreve se são reaes como individuos não se manifestam assim. Fallam eloquentemente, são ainda idealistas e não realistas. Isto nada tira ao encanto doce e perfumado que tem os romances de Julio Diniz mas a verdade é que elle é um paisagista e de nenhuma maneira um romancista como nós o queremos hoje.

No entanto os romances de Julio Diniz tem em Portugal uma grande originalidade porque vivem de sentimentos que são de todos os tempos, emquanto que os outros vivem de tudo quanto é antigo, de tudo que passou, de tudo que não interessa em nada, nem a nossa consciencia, nem a nossa razão. Não affirmam nada, não negam nada, não criticam nada para que servem? Para serem esquecidos dentro em pouco, quando pesar sobre elles a condemnação de uma critica esclarecida e desilludida.

O que dissemos do romance póde applicar-se entre nós á poesia com raras excepções, como Anthero do Quental, Manoel d'Arriaga, Guilherme de Azevedo, e Bulhão Pato nas tendencias que mostra na sua poesia — *O seculo envelhece!!*

No entanto esperemos que a arte sendo uma das formas que affecta o progresso das sociedades, tome com o desenvolvimento do nosso paiz a sua verdadeira forma, e que não sejamos apontados para o futuro como relapsos a esta lei geral que rege os desenvolvimentos do espirito humano. Não desfaremos a harmonia e a unidade que a arte hade ter quando entrar neste caminho largo e fecundo.

Terminaremos dizendo ao sr. Eça de Queiroz, que no momento em que fallou do romantismo, e que disse que elle procurava inspirar-se das idéas antigas, e que pertenciam ao passado, cita *Notre Dame*, de Victor Hugo. Esqueceu-se que esse homem escreveu *Les Chatiments* e os *Miseraveis* que se não são um romance realista são uma grande epopeia social.

ALBERTO DE QUEIROZ.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Folhetim

A conferência do sr. Eça de Queiroz

Vou falar de uma conferência feita pelo Sr Eça de Queiroz no Cassino, e que se intitula Moderna Literatura. Alguém estranhara que eu venha tocar num assunto e apresentar ideias que o preletor, que é meu irmão, apresentou; estranhará mesmo que eu fale de maneira notável porque meu irmão tocou este assunto, como compreendeu perfeitamente a ideia mãe da qual deve viver a literatura moderna. Francamente não vejo motivo para espanto. Não lisonjeio nem deprimo; digo a verdade, porque a minha consciência está, não temo de o dizer, muito acima de todas essas mesquinhas preferências. Mais ainda: neste momento deixo de ser irmão para ser crítico, para analisar o que o sr. Eça de Queiroz expos na sua conferência e para dizer a minha opinião sobre estes assuntos tão belos, tão elevados e tão interessantes.

E tudo eu digo aqui sustento-o a face de todos, porque tenho a convicção de que estou dizendo a verdade.

A conferência do Sr. Eça de Queiroz foi feita debaixo do ponto de vista de que, tendo a arte uma influência poderosa sobre os costumes e sobre a moral, deveria contribuir o mais possível para realizar a justiça, única base que devem ter as relações sociais. E nem pode deixar de não ver assim, porque as evoluções históricas compreendem e abrangem em si todas as manifestações do espírito humano. Produzem uma filosofia, uma política, hão de necessariamente produzir uma literatura, uma arte, porque eles são um espelho fiel onde se vem refletir era toda a sua verdade o espírito e a consciência de uma época qualquer. A ação individual tem uma parte importante a formação de uma grande obra, mas o meio psico e social deixaram nela o seu cunho profundo e “indelével”.

E por isso que eu não creio que tenha havido homem nenhum, por mais gênio que tenha tido, que excedesse sua época, o seu tempo; que os precedesse. Jesus mesmo não fez mais do que obedecer a corrente de ideias que dominavam no seu tempo.

E em nome destes princípios, que são confirmados pela história, que eu digo e afirmo que cada arte e cada literatura teve o seu momento próprio, e que não se pode condenar essas manifestações do espírito em nome dos nossos princípios, porque elas saíram fatalmente da história. Censurar a Raphael o seu idealismo ao mesmo tempo cristão e pagão é uma loucura, porque nunca artista representou melhor as ideias do seu século que Raphael. Nos quadros deste grande mestre, na arquitetura deste tempo é que se encontra o verdadeiro gênio da renascença.

Uma questão tem não obstante agitado a crítica e é a seguinte. Haverá progresso a nossa maneira de compreender hoje a arte? Eu respondo há diferença e nada mais. É uma verdade que não encontramos hoje um artista capaz de pintar o *Juízo Final*, mas não é porque

o espírito dos artistas do nosso tempo seja menos elevado, é porque compreendem o ideal de outra maneira, obedecem a outras influencias e a outros agentes. Courbert a mais poderosa organização artística d'este século, e uma das maiores que tem tido a humanidade, não é superior a Miguel Angelo, a Raphael, a Leonardo da Vinci; é diferente.

A arte grega não tem podido ser imitada até hoje e não o será nunca. Em tempo nenhum se poderá alcançar aquela simplicidade maravilhosa, que faz a sua glória, aquela harmonia perfeita entre a forma e a ideia segundo a expressão de Hegel. Certamente que não porque não vivemos num tempo em que as relações sociais sejam simples como no tempo de Pericles. O nosso ideal vive de elementos mais complexos, infinitamente mais complexos mesmo. O artista toma da sociedade em que vive tudo o que ela encerra, e é com esses elementos que ele forma o seu ideal. Em todos os tempos tem acontecido isso. E é daí que provém as diferenças que se notam, que não constituem de maneira alguma a superioridade de uma arte sobre a outra.

A arte só decai quando ela falseia o princípio a que ela tende, isto é, realizar as ideias na sua beleza, como a filosofia as realiza na sua verdade, e a consciência na sua justiça. Então decai como acontece, por exemplo, no segundo império de Boudelaire, Leconte de Lisle, e Sully Prudhome e tantos outros dignos filhos daquela época de corrupção, e que ainda assim são expressão, do que essa época tinha de pior, de mais corrupto e dissolvente.

Foi por isso que o Sr Eça de Queiroz entendeu muito bem que a arte (e nela compreendo a literatura, isto é, drama, romance, poesia) deve ter uma aliança intima com a filosofia e com os juízos da consciência, o que forma uma tríplice "sanoção" às ideias que se tornaram verdadeiramente legitimas e justas. É uma base duradoura e estável, sobre a qual a arte se desenvolverá livremente, quando todos os espíritos que voltarem suas atividades para estas coisas se compenetrarem bem deste princípio, que dá a arte uma missão elevada e nobre, missão que fará no futuro a sua glória, e que será um padrão imorredouro do espirito do nosso tempo, espirito de justiça, de verdade e de direito.

Desta maneira toda ciência de compreender a arte que há no nosso tempo, hoje, algum exemplo, alguma manifestação? Diz o sr. Eça de Queiroz, que é o realismo. Penso também assim.

Procurar na sociedade, nas suas lutas, nos seus sofrimentos, nos seus trabalhos, na sua vida intima a maneira da arte. Estudar os caracteres à luz da psicologia, observar os costumes no que eles tem de mais exato, de mais real, e desta maneira aprendermos e conhecermos a nós mesmos e incitarmo-nos ao aperfeiçoamento, em uma palavra, o ideal como fim e não como meio.

É este o realismo como compreende o sr. Eça de Queiroz, como eu o aceito, e comigo todos os que tem em vista a realização da justiça no homem, para produzir a realização da justiça na sociedade, que toma então o nome grande e quase santo do direito.

Vê-se por isto que influencia nos costumes, na ação salutar e mobilizadora, a arte realista, ou a arte crítica não exercerá. A consciência encontra ali exemplos a seguir e a se imitar, e outros a condenar e a evitar com cautela.

Que maior grandeza poderá ter uma arte que sem falsear nenhum dos princípios que a regem, e obedecendo as leis históricas, podia transformar o que era erro em verdade, o que era superstição em certeza, o que era mal e nocivo, no que é justo, grande e belo. Pela minha parte confesso, que pasmo e admiro diante de uma arte, que tem um ideal tão elevado, e que me sinto orgulhoso por ver o caminho nobre e legitimo entre todos que o espirito humano seguiu quando iluminado pela justiça criou uma arte digna das consciências a quem ela se dirige. É a evolução da alma humana operada por ela mesma.

É arte vivendo sobretudo das ideias quando até aqui vivido quase exclusivamente dos sentimentos. Dirige-se especialmente a razão, e não é a sensibilidade como entre os antigos.

Em Portugal a uma arte realista? Sem hesitar respondo com toda convicção que não há. Percorramos os inumeráveis romances que tem produzido a nossa literatura, os dramas dos nossos dramaturgos, os recolhimentos de poesia, e sem prevenção responda-me o leitor se alguma desta obras tem o cunho de realismo, ou ainda se há nela a mais pequena tendência para esse ideal. Vem a propósito dizer aqui a minha opinião sobre um escritor notável entre nós Julio Diniz. O autor das *Pupilas do sr Reitor*, é considerado por algumas pessoas como um realista. Na minha opinião tal classificação e inexata. Nos romances de Julio Diniz não há realidade senão nas descrições, as paisagens, talento que poucas pessoas tem como ele em Portugal. Porém os caracteres que ele descreve como se não reais como indivíduos não se manifestam assim. Falam eloquentemente, são ainda idealistas e não realistas. Isto nada tira o encanto doce e perfumado que tem os romances de Julio Diniz, mas a verdade é que ele é um paisagista e de nenhuma maneira um romancista como nós o queremos hoje.

No entanto os romances de Julio Diniz tem em Portugal uma grande originalidade porque vivem de sentimentos que são de todos os tempos, enquanto que os outros vivem de tudo quanto é antigo, de tudo que passou, de tudo que não interessa em nada, nem a nossa consciência, nem a nossa razão. Não afirmam nada, não negam nada, não criticam nada para que servem? Para serem esquecidos entro em pouco quando pesar sobre eles a condenação de uma crítica esclarecida e desiludida.

O que dizemos do romance pode aplicar-se entre nós à poesia com raras exceções, como Antero de Quental, Manuel D'Arriaga, Guilherme de Azevedo, e Bulhão Pato nas tendências que mostra na sua poesia – O século envelhece?!

No entanto esperamos que afeta o progresso das sociedades, tome com o desenvolvimento do nosso pais a sua verdadeira forma, e que não sejamos apontados para

o futuro como relapsos e esta lei geral que rege os desenvolvimentos do espirito humano. Não desfaremos a harmonia e a unidade que a arte há de ter quando entrar neste caminho largo e fecundo.

Terminamos dizendo ao Sr. Eça de Queiroz, que no momento em que falou do romantismo, e que disse que ele procurava inspirar-se das ideias antigas, e que pertenciam ao passado citou *Notre Dame*, de Vitor Hugo. Esqueceu-se que esse homem escreveu *Les Chatiments e os Miseráveis* que se não são um romance realista são uma grande epopeia social.

Alberto de Queiroz

3.2.6.3 - Revolução de Setembro – 16/junho/1871

Fig. 77 - Revolução de Setembro – 16/junho/1871 – p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$000 réis—Semestre, 3$000 réis—Trimestre, 1$600 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$600 réis—Semestre, 3$750—Trimestre, 1$975 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da administração, junto ao Correio Geral
Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Antonio Maria Pereira, rua Augusta, 50-52
Assignaturas são pagas adiantadas—Publicações de interesse particular são pagas
Folha avulsa, 40 réis—Annuncios, 20 réis por linha
A redacção não responde pela doutrina e opiniões dos artigos assignados ou que levarem signal de que não são della—Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos

Para as provincias
Anno, 7$500 réis—Semestre, 3$750 réis—Trimestre, 1$975
Para o Brasil
Anno, 12$000 réis—Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:701 | SEXTA-FEIRA, 16 DE JUNHO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 15 DE JUNHO

Não nos faltam sabios sem sciencia, politicos sem politica, artistas sem arte, e litteratos sem litteratura. Temos gente de sobra para governar o mais extenso e complicado estado; mas faltam-nos capacidades para administrar o districto, o concelho e a parochia.

Este desiquilibrio é um mal. Concedeu-nos a providencia as grandes faculdades, e negou nos as ordinarias, mas que são as mais uteis porque o seu exercicio é de todas as horas, de todos os momentos e de todos os instantes.

Escreveu Montesquieu um livro, a que chamou o espirito das leis, que não é senão a rasão da legislação e costumes de todos os povos. Era um espirito conservador e acanhado. Os sabios de hoje miram mais alto. Ignorantes do passado, e muitas vezes seus calumniadores, não conhecem a rasão do que existe ou a falsificam, e no nobre empenho de formar um novo mundo arruinam o que habitam. E á força de quererem avançar quasi sempre retrogradam.

Aspiramos todos a uma perfeita egualdade. O seculo é de democracia, os apostolos nascem espontaneos, a inspiração é visivel porque fallam do que nunca viram, e comtudo as fitas, as veneras, os titulos e as excellencias nunca medraram tanto. O terreno da democracia é o mais proprio para estes fructos aristocraticos. Não está cansado da producção.

Houve ahi uns politicos que por modestia se denominaram avançados. O odio á reacção era o seu credo, e tão entranhado estava que produziu um patriarcha que havia protestado contra o rei de Italia e votado a infallibilidade do papa. Era o effeito indicando a virtude e natureza da causa.

Houve uma revolução em 1868, senão uma garotada, que ambicionando o poder tomou por pretexto o imposto de consumo, tão antigo e tão conforme ou contrario aos principios da sciencia como qualquer outro. A ordem legal soffreu, o motim triumphou, e graças á coherencia e á democracia, o que tem prevalecido é o imposto do consumo, não só sobre os poucos generos que então eram tributados mas sobre o proprio sal sem que as almas candidas dos economistas de agua doce se insurjam contra a infracção dos principios.

Era a má administração que excitava os brios patrioticos contra um governo que era pouco parcimonioso. Insurge se a canalha contra accordos com as companhias, e os chefes dessa canalha são os que pagam os escandalos contra os quaes haviam incitado os seus cegos instrumentos. E para que as consequencias não desdigam dos principios, estipulam-se multas nos emprestimos, augmenta-se a divida, crescem as despezas, accumula-se o *deficit*, e praticam-se as immoralidades e escandalos que ahi ouvimos ha dias contar no parlamento ácerca da expedição da Zambezia, immoralidades e escandalos que não vimos contestar achando-se presentes os seus auctores.

Sabeis a unica cousa que não era exacta? Sabeis a unica cousa contra que se reclamou? Foi contra o enjôo d'um official, rectificação que o relator da commissão havia feito.

Tudo o mais que se conta dos escandalos tem o assentimento reformista. Traficancia sem fim.

E são estes os titulos para o governo? Principios? Quaes são? Factos? Ahi está a gerencia mais desgraçada de quantas tem havido. Promessas? Digam-nos o que fizeram. Enredadores, fabricantes de calumnias, isso sim. Foram grandes nesse ramo, e continuam.

A imprensa tem celebrado com louvor a seriedade e espirito christão da pastoral do sr. Bilhano, arcebispo de Evora, ao seu rebanho. A pouca compostura e menos caridade da do sr. bispo do Algarve dá á do prelado de Evora um realce que não teria se a sua gravidade não contrastasse com o escandalo que a outra produziu.

POLITICA EXTERNA

As novidades de Paris e de Versailles cada dia perdem uma parte do seu interesse. Já se não esperam com uma anciedade febril os telegrammas porque se sabe de ante mão que não trazem nada de verdadeiramente importante.

No entanto vemos pelas correspondencias de Paris que o grande assumpto do dia são o discurso de Thiers e a circular de Julio Fabre. Ambos são interpretados de maneira differente. Ha pessoas, e mesmo um certo partido, que folgam por ver Julio Favre abjurar assim das suas idéas radicaes d'outro tempo e abraçar a causa dos conservadores. Cada um commenta segundo as suas preferencias e as suas predilecções politicas.

As correspondencias de Paris dizem que causou grande estranheza em Versailles que quando alli estiveram os principes de Orleans nenhum delles visitou nenhum dos ministros que formavam parte do governo da defesa nacional.

Parece que Thiers aconselhára aos filhos de Luiz Filippe que não promovessem qualquer manifestação em proveito do futuro da França. Com effeito os principes d'Orleans voltaram em seguida um para Vichy e outro para Inglaterra, onde foi assistir ao parto da condessa de Paris.

E' muito curioso o que encontramos n'uma correspondencia de Paris para a *Epoca*. E' a opinião dos principaes jornaes sobre o discurso de Thiers. Por exemplo: o *Univers*, periodico legitimista de Luis Veuillot, traz um artigo sarcastico, naquelle estylo esplendido que ninguem tem como Veuillot em França. Entre outras phrases ha esta excessivamente curiosa e espirituosa sobre o discurso de Thiers: «*Discurso neutro!... Maravilha de equilibrio!... A palavra do sr. Thiers é da escola de Leotard.*»

Como se vê, esta apreciação é apaixonada e feita debaixo d'um ponto de vista exclusivamente catholico e absolutista.

Ainda se não formaram os conselhos de guerra que devem julgar os insurgentes prisioneiros, mas provavelmente hão de reunir-se na proxima semana, começando por julgar Assi, como já dissemos.

As execuções summarias ainda continuam.

Uma noticia importante que nos transmitte o telegrapho é a de que Julio Favre annunciou que dentro em pouco largará a pasta dos negocios estrangeiros. Parece que havia uma opinião forte que se oppunha á sua manutenção no poder, e parece tambem que a esquerda que apoia o governo não estava muito contente com a circular de Favre.

Telegrammas

Os que se receberam hoje em Lisboa dizem o seguinte:

SERVIÇO SUB-MARINO

Londres, 15, ás 11 horas da manhã.

As demonstrações festivas em Berlim destinadas a celebrar as victorias allemãs hão de principiar ámanhã.

A cidade de Paris volta rapidamente á sua apparencia normal.

Fazem-se grandes preparativos para a revista que deve ter logar no domingo em Paris e em que tomam parte 120:000 homens.

SERVIÇO CONTINENTAL

Versailles, 14, ás 8 horas e 30 minutos da noite.

O general Trochu expoz hoje á assembléa o seu plano, que era sair por Chatou e levar para Rouen o centro das operações. Gambetta porém não o quiz. Trochu louva o patriotismo de Gambetta, mas censura o seu espirito de partido e a sua illusão de que multidões reunidas podem combater contra um exercito organisado. Em seguida á victoria de Coulmier a opinião publica exigiu infelizmente que se mudasse o plano, cujo exito feliz estava proximo, o que se saisse pelo Marne. Trochu recorda os seus esforços inuteis para forçar os prussianos a combater com infanteria e não unicamente com artilheria. Condemna severamente o bombardeamento de Paris.

Acredita que metade dos nossos mortos e feridos na batalha de 19 de janeiro foram victimas da inexperiencia dos guardas nacionaes, o que elle pela sua parte sempre tinha receiado. Acrescenta que foi finalmente demittido pelo governo. Vê a origem da insurreição na composição da guarda nacional, onde havia 25:000 homens que já tinham cumprido sentença condemnatoria e grande numero de sectarios, os quaes, recebendo armas e obedecendo a ordens do exterior, foram os principaes instigadores.

Chanzy defende o governo de Tours e de Bordeaux.

A assembléa approva as resoluções do parecer da commissão.

O nosso povo, especialmente nas povoações mais interiores onde a cultura civil e a cultura pela illustração e pela imprensa tardam em penetrar...

FOLHETIM

UMA PRELECÇÃO LITTERARIA

Meu J. Maria Eça de Queiroz.

Adio para outra occasião o fallar das *conferencias democraticas*, da sua finalidade didactica, da indole que receberam, da direcção que seguem, das interpretações que provocam, e — em satisfação a um nosso amigo commum e querido — das rasões que me fizeram abster de adherir a ellas como prelector, satisfação que não só devo á insistencia delle, mas á estranhesa de outros amigos que, tendo-me visto quasi isolado mas persistentemente na lucta da publicidade pela affirmação d'uma regeneração litteraria, do movimento das idéas modernas e do estudo e critica séria e scientifica e desassombrada, contavam ver-me alli, com apparente rasão.

Mas, adiando isto, quero por mais d'um motivo dar a v. os publicos embora de quem de ha muito tanto tem affirmado na conferencia, no periodico e no livro certos principios que implicam com v. certa communhão litteraria — communhão rasoavel como a fé aconselhada por S. Paulo — que não contradiz divergencias profundas.

Foi uma bella *conferencia* a sua.

Fallemos nella.

Aquella affirmação da influencia fatal dos *meios* natural e historico, e dos, por assim dizer, atavismos ethnographicos na arte, é cousa de certo assente e vulgarmente corrente na boa critica e por isso não ha vaidade em dizer que em Portugal não me consta que antes de uma conferencia que sobre o *naturalismo na arte* eu fiz ha annos nas salas da real associação de agricultura e dos dois capitulos em que rapidamente esbocei a theoria no *Livro de critica* fosse ella nunca criticamente formulada entre nós. Com ella prefaciou Theophilo Braga, o incançavel obreiro, a sua notabilissima *Historia da litteratura portugueza*, e o amigo, expondo-a a largos traços mas com a eloquencia da convicção que o caracterisa, não veiu de mais ao campo. Simplesmente pareceu-me deficiente na exemplificação, que é cousa feita, e na etiologia positiva, que é cousa em que muito ha a fazer ainda. Póde porém responder-me que aquillo não era o fundo da sua prelecção, mas como que o atrio do edificio que se propunha a reconstruir. Para outra observação porém não encontro eu tão facil objecção. E' que a architectura do atrio pareceu-me contrastar singularmente com o canon affirmado no interior e principalmente na cupula do edificio. Rebellou se-me, aqui ou alli, o senso critico contra o que se lhe affigurou contradicção manifesta e deficiencia não só de fórma mas de solidez e harmonia de doutrina. Pelo que vou dizendo se justificará esta rebeldia, não esquecendo porém que eu escrevo isto, como vulgarmente se diz, *sobre o joelho*.

Depois do esboçar da theoria dos *meios*, o amigo passou por ventura sem bem manifesta e intima ligação para a theoria *proudhoneana*, deixe assim dizer, de que a *revolução* que cognominou a um tempo *theoria juridica e facto* permanente, invadia e assoberbava as sociedades modernas, affirmando-se na sciencia, na politica (porque não sciencia tambem?), na vida social, encontrando só na arte uma exclusão preexistente, systematica e premeditada até; e fez consistir nas tres phases de uma synthese social a aspiração e a obra do espirito revolucionario: o *verdadeiro* na sciencia, o *justo* na consciencia, o *bello* na arte.

E' claro que isto não é novo e é sobretudo sympathico. Lembrei-me d'um prelector que expondo varias theorias mystagogicas e descrevendo como podia muito bem ser que as almas de dois amantes platonicos fossem deliciar-se n'uns edens de uma constellação qualquer, dizia: «é uma bonita theoria esta, mas temos uma outra mais bonita.»

A questão não é de boniteza é de verdade, de comprovação positiva.

Mas o que é a *revolução*? Como o amigo a comprehende e como a imaginam outros, a *revolução* é simplesmente uma abstracção, ou se quer, uma generalisação, ou se quer ainda, um ideal, que vae fundir-se, consubstanciar-se, contradizendo-se, no ideal paraiso da perfectibilidade humana.

Já Odysse Barot notava que os nossos avós tinham mais rasão em dizer: *revoluções*, e a sciencia positiva que não deve ser vária no methodo nem contradictoria nas leis, aconselha a que se diga: *evoluções*.

O espirito revolucionario tomado como manifestação concreta da lei natural da transformação constante, sim, é um facto permanente ou melhor um facto continuo, tem na sua relatividade indefinida o cunho da absolutividade da *lei*; mas como uma aspiração vaga, como uma especie de *mens divinior* das sociedades, como um *ideal*, é relativo não aos factos e ás condições de origem, successão e corelação delles, mas relativo á *idéa* (*idealis*), essencialmente relativo, pessoalmente relativo, ideologicamente relativo, e então comprehende-se que seja uma *theoria* juridica ou de outra natureza qualquer; o que sobre tudo é, é uma theoria puramente *idealista*, a theoria do justo, do bello, do verdadeiro absolutos, theoria exclusivista, intolerante, que ha de negar o bello na arte hieratica, para o affirmar na sua successora, mas que não o póde affirmar nesta porque o ha de pôr na revolução que a esta desthrona, que emfim desde que a revolução, facto constituendo passa a ser a *situação*, facto constituido, ha de negar-se a si proprio porque só póde affirmar-se na revolução isto é no que destroe o que existe, o que é, o que está. Ora o que me parece que a historia nos diz é que a evolução é a lei social como a transformação é a lei natural ou se querem biologica, é que se transforma o pensar, a vida, a acção; que a formula social derivativa de determinadas condições sociaes e individuaes de complexidade immensa, é impropria quando essas condições são outras, ou quando outras a ellas acrescem.

D'aqui a considerar a *revolução* uma explosão e a preferir-lhe a *evolução*, facto natural, bem vê que vae pouco, mas o verdadeiro, o justo, o bello, os ideaes todos collectivos ou individuaes não estão enfeudados a um facto social, acompanham a vida collectiva em todas as suas transformações.

Isto póde não ser bonito, mas é natural e justo.

Não ha para a historia como não ha na biologia gerações expontaneas, e o amigo que não communga no *heroworship* porque lá lhe ouvi dizer: «abaixo os heroes» comprehende de certo o que valem na corrente sociologica os esforços individuaes ou antes os esforços humanos ainda transplantando para a sociedade a theoria do livre-arbitrio do homem. Tudo tem uma rasão de ser positiva, natural, fatal: se ella falta ou se ella deixou de existir, o *facto* não progride ou o *facto* baquea. Olhe a commune incendiaria e o Imperio-Cesar.

Isto vae de certo exposto mal e deficientemente, mas o seu bello talento e o estudo podem bem preencher as lacunas. Depois de affirmar o movimento revolucionario, o amigo tomou a chamada Renascença (a *segunda* creio) como ponto de partida de desenvolvimento da sua doutrina, e a França, só a França, unicamente a França, peior ainda: isoladamente a França, como campo da sua exploração critica. Cerrou os ouvidos aos echos de uma labutação enorme para além do Rheno, fechou os olhos aos clarões explendidos que d'além irrompiam. Viu de Rabelais a Beaumarchais, uma linha cerrada de revolucionarios em que nos apresentou o bom do Fenelon, até na faina voluntaria, premeditada da elaboração do mundo moderno; foi eloquentemente feliz quando fallou do auctor de *Gargantua*, exacto como Prudhon (*) em quem evidentemente se inspirou, na apreciação da arte da revolução franceza, exacto ainda quando fallou da arte do primeiro imperio, da Restauração, do Segundo Imperio, mas o estudo, o esboço sequer das causas e origens, e successões e correlações, ahi, meu amigo, é que eu queria ver e não vi affirmar-se a sua critica. Todo o movimento revolucionario, por exemplo, da Allemanha, da Inglaterra, da Europa, emfim, foi calado. Luthero esquecido, Shakspeare esquecido, e até já mais chegado a nós, Goethe, esquecido tambem. Os proprios *encyclopedistas* quasi se póde dizer que esquecidos foram, e mais só da França se fallava: a França substituia não digo só a Europa, mas o mundo. A critica soffre com isto: o amigo mesmo havia de soffrer; não se isolam impunemente os grandes elementos sociaes na explicação e apreciação critica. Mas emfim tinha pressa de chegar á arte contemporanea, seria isso, mas foi mal.

O que disse de Chateaubriand não só tem certo cunho de originalidade, mas pareceu-me irrecusavelmente certo.

Longe de mim porém o tomar naquelle *christianismo para se tocar ao piano*, como bem disse, uma das raizes do movimento romantico. Este tem vasta etiologia em alguns pontos da qual o amigo tocou por vezes.

A largos traços a sua apreciação do Segundo Imperio impressionou todos.

(Concluir-se-ha).

LUCIANO CORDEIRO.

(*) *Do Principio da Arte, etc.*

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Folhetim

Uma preleção literária

Meu J. Maria Eça de Queiroz

Adio para outra ocasião o falar das *conferencias democráticas* da sua finalidade didática, índole que receberam, da direção que seguem, das interpretações que provocam, e – em satisfação a um nosso amigo comum e querido – das razões que me fizeram abster de aderir a elas como preletor, satisfação que não só devo a insistência dele, mas a estranheza de outros amigos que, tendo me visto quase isolado mas persistentemente na luta da publicidade pela afirmação duma regeneração literária, do movimento das ideias modernas e do estudo e crítica séria e cientifica e desassombrada, contavam ver-me ali com aparente razão.

Mas, adiando isto, quero por mais e um motivo a v. os públicos embora de quem de há muito tem afirmado na conferência, no periódico e no livro certos princípios que implicam com v. certa comunhão literária – comunhão razoável como a fé aconselhada por S. Paulo – quem não contradiz divergências profundas.

Foi uma bela conferência a sua.

Falemos nela.

Aquela afirmação da influência fatal dos meios natural e histórico, e dos, por assim dizer atavismos etnográficos na arte, é coisa de certo assento e vulgarmente correntia na boa crítica e por isso não há vaidade em dizer que em Portugal não me consta que antes de uma conferência que sobre o naturalismo na arte eu fiz a anos nas salas ada real associação da agricultura e dos dois capítulos em que rapidamente esbocei a teoria no Livro de Crítica fosse ela nunca criticamente formulada entre nós. Com ela prefaciou Teófilo Braga, o incansável obreiro, a sua notabilíssima História da Literatura Portuguesa, e o amigo, expondo-a a largos traços mas com a eloquência da convicção que o caracteriza, não veio demais ao campo. Simplesmente pareceu-me deficiente na exemplificação, que é coisa feita, e na etiologia positiva, que é coisa em que muito há a fazer ainda. Pode porém responder-me que aquilo não era o fundo da sua preleção, mas como que o átrio do edifício que se propunha a reconstruir. Para outra observação porém não encontro eu tão fácil objeção. É que a arquitetura do átrio pareceu me contrastar singularmente com o cânon afirmado no interior e principalmente na cúpula do edifício. Rebelou, aqui ou ali, o senso crítico contra o que se lhe afigurou contradição manifesta e deficiência não só de forma, mas de solidez e harmonia de doutrina. Pelo que vou dizendo se justificará esta rebeldia, não esquecendo, porém que eu escrevo isto, como vulgarmente se diz, sobre o joelho.

Depois do esboçar da teoria dos meios, o amigo passou por ventura sem bem manifesta e intima ligação para a teoria Prodhouniana, deixe assim dizer, de que a revolução

que cognominou a um tempo teoria jurídica e fato permanente, invadia e assoberbava as sociedades modernas, afirmando-se na ciência, na política, (porque não ciência também?), na vida social, encontrando-se só na arte uma exclusão persistente, sistemática e premeditada até; e fez consistir nas três fases de uma antítese social a aspiração e a obra do espírito revolucionário: o verdadeiro na ciência, o justo na consciência, o belo na arte.

É claro que isto não é novo e é sobretudo simpático, lembrei de um preletor que expondo várias teorias mystagonicas e descrevendo como podia muito bem ser que as almas de dois amantes platônicos fossem deliciar-se nuns edens de uma constelação qualquer, dizia: é uma bonita teoria esta, mas temos uma outra mais bonita.

A questão não é de boniteza é de verdade, de comprovação positiva.

Mas o que é *revolução*? Como o amigo a compreende e como a imaginam outros, a revolução é simplesmente uma abstração, ou se quer, uma generalização, ou se quer ainda, um ideal, que vai fundir-se, consubstanciar-se, contradizendo-se, no ideal paradisíaco da perfectibilidade humana.

Já Odysse Barot notava que os nossos avós tinham mais razão em dizer: *revoluções*, e a ciência positiva que não deve ser vária no método nem contraditória nas leis, aconselha a que se diga: *evoluções*.

O espirito revolucionário tomado como manifestação concreta da lei natural da transformação constante, sim, é um fato permanente ou melhor um fato continuo, tem na sua relatividade indefinida o cunho da absolutividade da lei; mas como uma aspiração vaga, como uma espécie de *mens divinior* das sociedades, como um ideal, é relativo não aos fatos e as condições de origem, sucessão e correlação deles, mas relativo a ideia (*idealis*), essencialmente relativo, pessoalmente relativo, ideologicamente relativo, e então compreende-se que seja uma teoria jurídica ou de outra natureza qualquer; o que sobretudo é, uma teoria puramente idealista, a teria do justo, do belo, do verdadeiro absoluto, teoria exclusivista, intolerante, que há de negar o belo na arte hierática, para o afirmar nesta porque o há de pôr na revolução que a esta destrona, que enfim desde que a revolução, fato constituído passa a ser a situação, fato constituído, há de negar-se a si próprio porque só pode afirmar-se na revolução isto é no que destrói o que existe, o que é, o que está. Ora o que me parece que a história nos diz é que a evolução é a lei social como a transformação é a lei natural ou se querem biológica, é que se transforma o pensar, a vida, a ação; que a formula social derivativa de determinadas condições sociais e individuais de complexidade imensa, é imprópria quando essas condições são outras, ou quando outras a elas acrescem.

Daqui a considerar a *revolução* uma explosão e a preferir-lhe a *evolução*, fato natural, bem vê que vai pouco, mas o verdadeiro, o justo, o belo, os ideais todos coletivos ou individuais não estão enfeudados a um fato social, acompanham a vida coletiva em todas as suas transformações.

Isto pode não ser muito bonito, mas é natural e justo.

Não há para a história como não há na biologia gerações espontâneas, e o amigo que não comunga no *heroworship* porque lá lhe ouvi dizer: embaixo os heróis compreende de certo o que valem na corrente sociológica os esforços individuais ou antes ou antes os esforços humanos ainda transplantados para a sociedade a teoria do livre arbítrio do homem. Tudo tem uma razão de ser positiva, natural, fatal: se ela falta ou se ela deixou de existir, o fato não progride ou o fato baqueia. Olhe a comuna incendiária e o Império-Cesar.

Isto vai de certo exposto mal e deficientemente, mas o seu belo talento e o estudo podem bem preencher as lacunas. Depois de afirmar o movimento revolucionário, o amigo tomou a chamada Renascença (a segunda creio) como ponto de partida do desenvolvimento de sua doutrina, e a França, só a França, unicamente a França, pior ainda: isoladamente a França, como campo da sua exploração crítica. Cerrou os ouvidos aos ecos de uma labutação enorme para além do Rheno, fechou os olhos aos clarões esplendidos e dalém irrompiam. Viu de Rebelais a Beaumarchais, uma linha cerrada de revolucionarias em que nos apresentou o bom do Fenelou, até na faina voluntária, premeditada da elaboração do mundo moderno; foi eloquentemente feliz quando falou do autor do Gargantua, exato como Prudhon (*) em que evidentemente se inspirou, na apreciação na arte da Revolução Francesa, exato ainda quando falou na arte do primeiro império, da Restauração, do Segundo Império, mas o estudo, o esboço sequer das causas e origens, e sucessões e correlações, ai, meu amigo, é que eu queria ver e não vi afirmar se a sua crítica. Todo movimento revolucionário, por exemplo, da Alemanha, da Inglaterra, da Europa, enfim, foi calado. Lutero esquecido, Shakespeare esquecido, e até já mais chegado a nós, Goethe, esquecido também. Os próprios enciclopedistas quase se pode dizer que esquecidos foram, e mais só da França se falava: a França substituía não digo só a Europa, mas o mundo. A crítica sofre com isto: o amigo mesmo havia de sofrer; não se isolam impunemente os grandes elementos sociais na explicação e apreciação crítica. Mas enfim tinha pressa de chegar a arte contemporânea, seria isso, mas foi mal.

O que disse de Chateaubriand não só tem certo cunho de originalidade, mas pareceu-me irrecusavelmente certo.

Longe de mim porém o tomar naquele *cristianismo* para se tocar ao piano, como bem disse, uma das raízes do movimento romântico. Este tem vastas etiologia em alguns pontos dos quais o amigo tocou algumas vezes.

A largos traços a sua apreciação do Segundo Império impressionou todos.

(*Concluir-se-á)*

Luciano Cordeiro.

3.2.6.4 - Revolução de Setembro – 24/junho/1871

Fig. 78 - Revolução de Setembro – 24/junho/1871 – p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa

Para as provincias

Para o Brazil

NUMERO 8:707 — SABBADO, 24 DE JUNHO DE 1871 — XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 23 DE JUNHO

Telegrammas

CHRONICA

POLITICA EXTERNA

FOLHETIM

UMA PRELECÇÃO LITTERARIA

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 79 - Revolução de Setembro – 24/junho/1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Folhetim

Uma Preleção Literária (Conclusão)

Meu J. Maria Eça de Queiroz

Suspirou-o a Musa Indignação dos Chatimentes

Há ecos e lamentos sinceros, e os do amigo são desses decerto, mas há os também velares e hipócritas diante da podridão social que afogou o segundo império e prostrou a França. Se os há! E cá neste cantinho da Europa até.

Bem [...] o amigo cuja nobre indignação não o ilude de certo.

Mas curiosa coisa: são, por assim dizer, póstumos tais lamentos e atos, geralmente; minha Indignação do serviço de sinceros e tartufos, acordou tarde; e antes andava em [...] há pouco tempo: quando o segundo império anunciava o famoso [...] militar a Ber [...] para corrigir a coronhada os malfadados teutões.

Então, de braço dado com a *Marsethesa* que trocara o barrete [...] pela barretina dos hussars imperiaca; então, trajando à Benoiteu e em boa paz com a polícia napoleônica quase sempre saracoteava se insolentemente pedindo o extermínio dos bárbaros do norte, como dizem uns asnos [...] compatriotas [...], o leque naquelas [...] de Bismarx, de [...].

Não se [...]?

Não encontrou [...], hoje, creio, *citoyenne* [...] em companhia de várias excelentes pessoas ás portas das estações telegráficas, dos cafés, das casas havanesas antegozando a nova, que nunca chegou do triunfo daquela gente francesa – a primeira do mundo então – daquele segundo império brilhante contra o qual não faltam pragas e condenações agora.

- Não a viu? Não falou com ela? Pois não a escuto demonstrar que Paris era sagrada pelo potentoso argumento, esquecidos dos [...], de que era Paris, e que os alemães deviam ser acutilados e invadidos e subjugados porque tinham a desgraça de não ser franceses?

Dificilmente se encontrará na história uma [...].

Entre nós então, onde não faltam as Cassandras, onde abundam os Messias, mas onde escasseiam deploravelmente os mestres de primeiras letras à embriagues da ilusão, da ignorância e da profecia, sucedeu a embriagues da apostrofe lamurienta e da crítica disparatada.

Uns anêmicos, uns folhetinistas que só rezavam pela breviare da *Revue des [...] mondes*, uns sujeitos cujo pensamento anda enovelado em um sonho contínuo, lidam renegadamente por explicar a gente o que é tudo isso que se tem sucedido, e tudo o que sucede e tudo que está para suceder. Mais de um sujeito tem abandonado ultimamente o *Murtinho* na nobre resolução de escrever a *História da Guerra*, num bairro qualquer de Lisboa prepara-se uma *História da comuna*, e diariamente vê a gente um ou outro rapaz abandonar com louvável abnegação os seus romancezinhos parisienses para oferecer aos homens que

ora dirigem a França os mais salutares conselhos e indicar dedicadamente ao mundo o rumo que se deve seguir.

Em tempos de tristezas como este correm, nós somos um povo feliz... porque temos ao menos de que nos rir.

Mas como ia dizendo, tardio ou não, o seu asco por aquela imensa dissolução social da França, a sua indignação eloquente pela sua sociedade podre do segundo império, tinha o cunho profundo da espontaneidade de uma boa alma e de um bom talento e não entra no turbilhão de hipocrisias e de pedantismos que invadiu a imprensa, a tribuna, os espíritos.

Mas parece-me superficial, apaixonada, deficiente também a sua apreciação. Sim, senhor, sim, o segundo império foi isso que o amigo disse, foi muito mais do que disse, enormemente mais. Mas como nasceu o segundo império, quem o gerou, quem o alimentou, quem o aguentou, quem torna até possível sua ressureição? Paremos na interrogação para não nos desviarmos.

- Olhe: conhece Gervinus?

Diz ele: Pela minha parte o hábito de considerar historicamente o caminhar das coisas tem feito nos últimos tempos, renunciar gostosamente à ansiedade excessiva que agita outros corações e tem me poupado a muitas decepções; e contudo a consolação e a esperança não me faltou nunca etc.

“A esperança impaciente, os êxitos políticos imediatos; aprende-se a renunciar a tudo isso quando se consideram historicamente as coisas, mas aprende-se também a sorrir da van alegria dos partidos vitoriosos, no momento de um acontecimento passageiro, porque se perde muito cedo a ideia de que as coisas do mundo caminhem pelo capricho dos indivíduos e se transformem a sua vontade; porque nos habituamos a sentir no menor fato do presente o movimento gigante do século; e os sinais profundos que escrevo a Providencia não é em individuação que se interpretam, é no conjunto que se leem.”

Olhe que é de mestre a lição e o conselho.

No estudo das causas, origens e correlações dos grandes fatos sociais, é indispensável que as paixões, - e podemos nos eximir-nos completamente à elas? – sugeridas por uns não absorvam, não viciem, não desviem a crítica dos outros ou de todos. Eu posso indignar-me perante a obra e a vida do imperador sem fazer do efeito, causa, atribuindo-lhe a degenerescência social. Eu posso indignar-me ante a degenerescência e torpeza literária sem referir à ela a desmoralização das consciências. Pelo contrário. Veja lá só a arte do tempo do terror tem culpa do terror.

Falemos porém da arte. Neste ponto a preleção do amigo sintetiza-se em duas afirmações:

1ª A arte moderna não tem ideal.

2ª A arte moderna deve ser realista.

Primeiro, não existe arte sem ideal; a arte é simplesmente a expressão do ideal pelo sensível. O ideal coletivo não existe hoje, e isto não é coisa que se louve ou censure, é coisa que se vê, é coisa que se manifesta, que sucede fatalmente dadas determinadas condições sociológicas: há fato correlativo na filosofia e na política.

Daqui o individualismo pequeno enfadonho; daqui a exploração da arte pela arte; a afirmação das ilusões e impressões pessoais, (estética e Delacroix), a retrospecção, o ana*cronismo*; o ecletismo artístico, e os elementos dissolventes que acompanham as épocas intermediárias; tudo isso agravado nos povos celto-latinos pela degenerescência da raça e pela caducidade é corrupção social.

Mas o realismo?

O amigo citou dois nomes: franceses ambos, a França absorvia o: Flaubert e Courbet.

De Flaubert calou a Salombo para só falar de Madame Bovary.

De Courbet posso dizer que recitou, - e não é um censura, - as belas páginas de Prudhon a respeito dos quadros dele.

Quer o amigo que a arte tenha uma lição essencialmente didática mas em que cifra o ensino dela? Nos apresentar-nos o que é, deixando no arbítrio, estabelecendo uma espécie de livre exame para o que deve ser. Flaubert faz uma espécie de dissecção, uma tentativa romanesca de estudo psicológico, frio, severo, realista dizem. Põe-nos em cena um manequim humano e descreve-nos minuciosamente os cordões e as molas que os movem.

É uma formosa obra, e um punho valente é de certo o daquele homem.

Mas depois? É a história de uma mulher que se infama. Serve-nos aquilo talvez como os escravos bêbados e apresentados à repulsão da mocidade grega. Mas há ali alguma coisa de demasiado concreto: não é um espelho aquilo, como o amigo disse. Tem mais de fotografia. E depois onde fica a afirmação do justo, do belo, que o amigo quer? Flaubert é indiferente: disseca. É muito mas não é tudo...ainda mesmo para o cirurgião-médico. Disseca Flaubert uma mulher não a mulher. Pode por exemplo dizer-me que a mulher de hoje é realmente aquilo? O que poderá dizer-me é, que dada tais condições dar-se há...tal mulher, ou tu, vida de mulher. E de certo, que não é pouco fazer tanto... E olhe que eu não digo que Flaubert desconhece a paixão, - frase parva dos folhetinistas enfáticos. Mas disse: se o realismo é arte de momento e a arte do momento é a arte, vale de tanto como tal frase. A ligação intima da arte, da ciência, da consciência não se decreta, bem e legenda exclusiva da história, é coisa natural, espontânea, fatal quando a arte é arte. Agora consciência, ciência e arte é que são várias a relativas nas suas afirmações, no tempo como no espaço. Sabe-se isso quando se sabe história. Contudo uma das glórias dos verdadeiros a bons realistas é de certo destacarem-se de uma caverna imensa, – tão abundante na nossa terra – *desoidisant*

artistas madraços que pregam a ignorância como elemento de espontaneidade artística e dizem que a ciência faz mal a arte porque faz mal a eles, os noitibós monótonos.

Lato vai longo.

Não falarei de Coubert. Conheço, sei quase de cor o que dele diz Prudhon (*Da pribe de Part*) e que o amigo reproduziu, e são estas longe de aceitar a definição *prudhouniana*.

"L'arte est une representation idealiste de la nature et de nous memes em vue da perfectionnement physique et moral de notre espese."

O que entendo é que a arte para ser verdadeira há de ser espontânea e natural. O fato da arte moderna é de feito a natureza humana, os meios sociais e históricos, as instituições, a ciência. A primeira condição é a espontaneidade, a verdade do ideal: tem uma finalidade positiva a fecunda, mas não há amarrotal a nenhuma determinada formula crítica. Nesse ponto o realismo vale de tanto como o clássico.

O naturalismo é que é a última formula positiva e ampla; não se impõe, deduz-se: afirma-se espontaneamente à crítica.

Pelo realismo do momento condenamos a arte automórfica da Grécia, a arte medieval; o naturalismo de Shakspeare, o próprio realismo de Goethe – de quem o amigo não falou – o realismo idealista de Schiller, suprimimos a história pelo panfleto, não admitimos a retrospecção, a idealização – olhe que não digo o idealismo; – histérico. O naturalismo na sua manifesta acepção explica a arte de todas as épocas até a arte histérica, ambígua falsa de hoje, e anuncia a arte positiva do futuro. No naturalismo cabe o realismo e sobre tudo está a vontade a ciência. Nem tudo o que é real é verdadeiro, sabe, mas a natureza é que é a verdade.

Havia muito mais a dizer. Estas divergências que tenho vindo expondo rapidamente neste cavaco não significam, está claro, que eu não respeito muito o seu belo talento e não o aplaudisse com muita satisfação e orgulho até. Nós, os rapazes, temos certa solidariedade moral nos causam as leviandades ou as madraçarias de tantos podemos contrapor orgulhosamente as boas provas de vontades e do estudo de alguns.

Luciano Cordeiro.

3.2.6.5 - Diário de Notícias – 15/junho/1871

Fig. 80 - Diário de Notícias – 15/junho/1871 – p. 1

PROPRIETARIOS
THOMAZ ANTUNES & EDUARDO COELHO, Redactor

N.º 1:955 — 7.º anno — 1871

Diario de Noticias

ADMINISTRADOR J. SIMAS
CADA NUMERO 40 RÉIS
Quinta feira 15 de junho

TIRAGEM 23:500 EXEMPLARES

INSTRUCÇÃO PUBLICA

ASSUMPTOS DO DIA

Os imperadores do Brazil

FOLHETIM DO DIARIO DE NOTICIAS

Commemoração

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 81 - Diário de Notícias – 15/junho/1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Realizou-se a quarta conferência no casino Lisbonense. Foi Preletor o sr. Eça de Queiroz, moço escritor de imaginação ardente, constituição nervosa, muito lido, e dotado de excelente senso crítico, rara faculdade que nele é “acrisolada” pelos princípios de belo, do justo e do verdadeiro. A notável conferência do seu erudito predecessor fora mais incisiva, mais turbulenta, de aplicação mais pratica; esta mais absoluta e mais serena; mais ambas tendendo, ainda que por meios diversos, ao mesmo útil fim – o aperfeiçoamento da arte. Falou o Sr. Eça por mais de duas horas com muita espontaneidade e vigor, desprendendo-se um tanto às vezes de que usa chamar pureza de linguagem, mas formulando sempre a frase com elegância, e pondo a claro a ideia. Foi muito aplaudido. Faremos breve resenha das notas, que tomamos do seu discurso, sentindo que a falta do seu espaço não nos permita dar-lhe maior latitude.

Trata da literatura moderna; poderia dizer, da arte moderna, porque a teoria da justiça, ou a revolução do fato permanente, apareça nos fato a sério, estudando os, e termo, uma política, uma economia, uma ética, isto é um sistema, um mecanismo, uma forma. Vem dizer o que esta revolução entende por princípio estético, ou o que deve ser a sociedade moderna, e talvez na futura, o drama, o romance, a poesia. Porá pontos de vista, exemplos, fatos, serenamente, sem provocação, nem espirito acintoso. A arte aparece ligada a todos os movimentos sociais, determinada por causas permanentes, e causas acidentais ou históricas: as permanentes derivam do solo, do clima, da raça, ao influxo das quais o artista tem de obedecer fatalmente; as acidentais são tiradas de uma certa ordem de áreas que formam os diversos períodos históricos, que determinam os costumes e que também sujeitam aos seu despotismo o artista. Exemplifica com a arte cristã, que obedecendo os princípios gerais não tem uniformidades entre as diversas nações, a Madona do pintor italiano é suave, harmônica, de contornos puros, a Virgem do pintor espanhol é sombria violenta, macerada, sinistra. Excetua, Murnio e a escola posterior. Outro exemplo: a Espanha da idade média produz o romance de cavalaria; a do século XVII faz a caricatura desse romance; mas na violência de ambos se manifesta a causa permanente da individualidade espanhola. O artista não pode eximir-se da influência do meio em que vive, aos costumes do tempo, estado dos espíritos, movimento geral. Em cada época histórica, portanto, a arte partilha de uma ideia. O ideal da Grécia antiga era tornar o homem belo no ponto de vista físico, procurando só o homem exterior e desprezando o homem moral, cujo aperfeiçoamento tem de ser a suprema aspiração da arte moderna. Mostra como a arte tira da sociedade a sua ideia, a sua forma e seus intuitos. Exemplifica com a arte ascética, em que o homem abdica tudo nas mãos de Deus, em desprezo de quando tem em si de nobre e glorioso, fala largamente do abstrato. Afirma a perpetua existência da harmonia entre a arte e o ideal social. As causas permanentes atuam poderosamente. O artista português ou espanhol há sempre de denunciar sempre o gênio de sua pátria. As causas históricas ou acidentais não são assim. Quando a ideia não

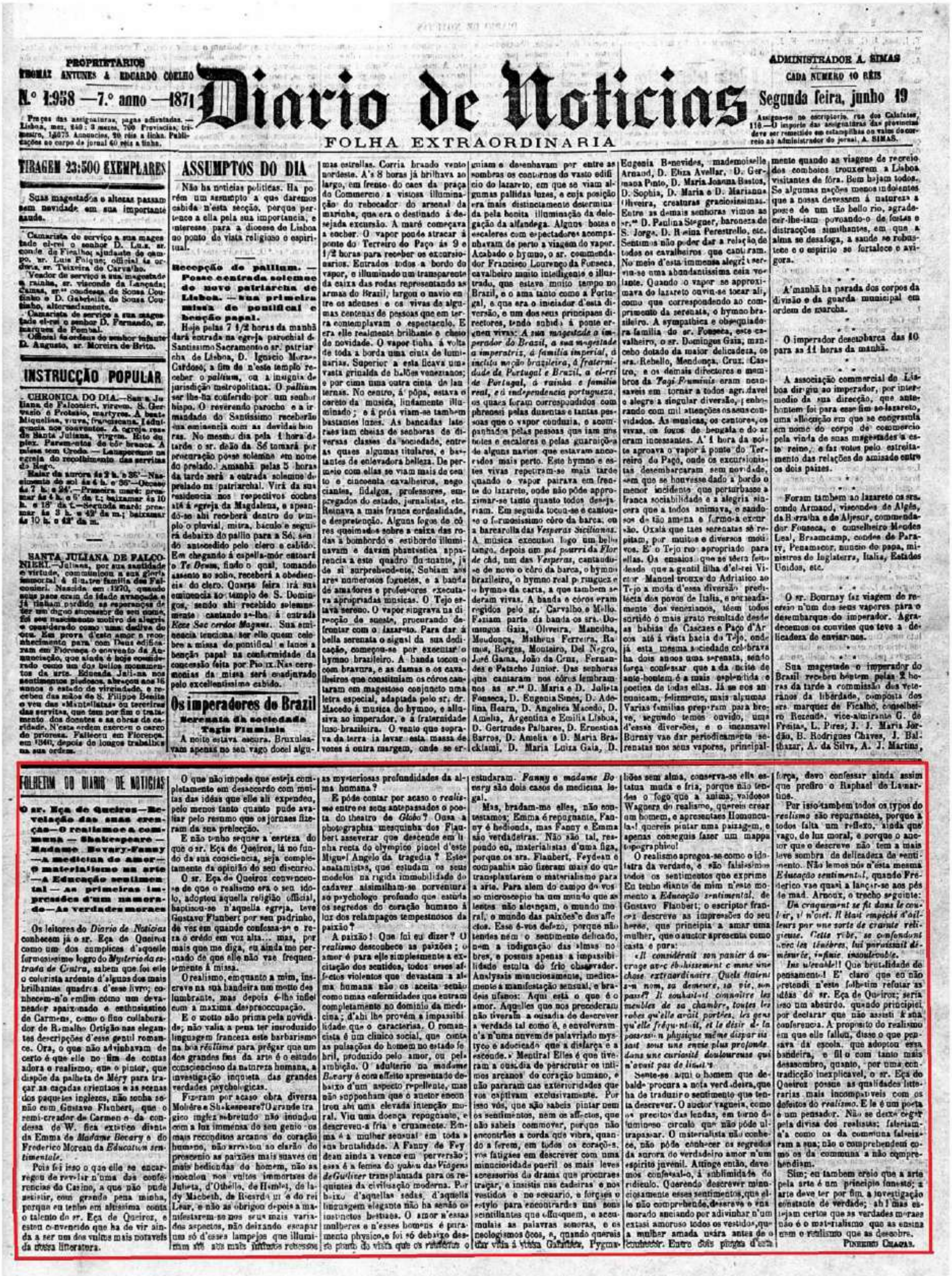
está definida não pode ela dominar o artista; neste caso o dever dela é ir buscar o belo, o grande a penumbra do desconhecido. Vivemos no século XVIII? Falta de unidade na arte. Mas qual é a arte do século XIX? Não a tem. No maior desenvolvimento da produção artística tudo é imitado, copiado. Hugo conceitua o gótico. Pousard tem a maneira Grega; a arquitetura tem um misto de todas as feições artística, esta sociedade parece não ter ideia, não poder ter arte própria; a arte decai no drama, na poesia e na pintura; e não é por falta de gosto, que está mais educado que nunca, nem por "mingua de estudo, porque se sabe mais que nunca, nem por escassez de público nem por ausência de talento; há todos os elementos para produzir uma grande arte: qual é então a causa? É a falta de unidade, a arte está em oposição com o espirito do tempo; o espirito do tempo é a revolução, que anda por abaixo de tudo, convulsionando e abalando sem nenhuma causa nem ninguém poder eximir-se a ela. As nossas consciências e inteligências estão se formando por ela. Ela é a alma do século XIX. Mas a arte representa e sustenta a reação, a revolução está em tudo, exceto na arte. Não tem um artista, uma porta. Exemplifica com a Literatura atual da França, onde a revolução fora obra de literatura desde Rebelais até Besumarchais, entre os quais está um exército de escritores, que em batalha cerrada, combateram o misticismo e o ascetismo, conduzindo a revolução de 89, tendo a literatura depois renegado a sua própria obra, na opinião do preletor. Condena a preocupação da imitação da arte antiga que invade todos os espíritos, depois da revolução e que amesquinhas, o teatro, o romance, a poesia, a política. No período mais sanguinário da Revolução Francesa, representavam suas peças bucólicas de Floriana. O tom frio retorico enfático domina tudo, até se reflete na Marselheza. O império favorece a reação. Com a restauração a arte perde de todo a tradição revolucionária e começa operar-se a contrarrevolução na política, que as faz conservadora; na filosofia que se torna espiritualista, no socialismo que se afeiçoa poético, e não prático e verdadeiro; na economia política, que defende o monopólio; e principalmente na literatura; por toda a parte a revolução esmagada depois aparece o romantismo; o seu primeiro personagem é Chateaubriand que querendo renovar o misticismo cristão lhe dá o golpe de morte. O romantismo dá a palavra ao espírito plebeu. É a paixão, a expansão profunda; o estilo romântico chega tornar-se "apoplético", por fim quebrar os moldes da literatura francesa, e vai buscar materiais a todas as nações; esgota tudo, porque se despede da realidade do mundo presente; os escritores fogem espavoridos do seu tempo: refugia-se cada qual onde mais lhe apraz; Musset refugia-se no cognac; por fim ele e outros escondem-se no suicídio; estabelece-se perpétua imolação entre o artista e a sociedade, o desprezo do trabalho, da moral, da família, da ciência; vem a pior das coisas – a arte pela arte sem o intuito da influência benéfica que possa causar, e com o ó da impressão fugaz que possa produzir. O 2º império dá nos acéticos corrompidos, materialistas, sob a política boemia e explora o povo, o egoísmo, o amor ao dinheiro, são a palavra de ordem em todos os ramos da atividade; o luxo afoga a dignidade; não há "molora" nem consciência, a

política domina tudo, nasce o mundo odioso das “cocotes e petits cravés”; mundo que a pouco fugiu em presença dos prussianos e foi comtemplar, como um espetáculo de prazer, de destruição de Strasbourgo; aparece a literatura devassa de boulevard quase sintetiza na ostentação da impudica Rigolboche.

Entremostra-se, porém, o renascimento do espirito público. Peletan Rochefort fazem a crítica dos costumes. Começa-se a reagir contra o falso, pintando a realidade. O realismo é a arte do presente, poderia dizer a do futuro. Explica que foi o processo do livro Madame Beauvary é a aparição do realismo. O realismo é a crítica do homem é a arte que nos pinta a nossos próprios olhos para nos conhecermos a ver se somos verdadeiros ou falsos, para condenar o que a sociedade tem de mau. O seu processo é analise, o seu fato a verdade absoluta. A primeira condição do realismo é ser perfeitamente do seu tempo. É infelizmente o que se dá na nossa literatura? A nossa arte é de todos os tempos, menos do nosso. Veja-se o Eurico, o Monge de Cister, a Mocidade de Dom João V, o Arco de Santa Anna. E deve ter o ideal moderno: a verdade e a justiça. A arte deve corrigir e ensinar; não ser só destinada a causar impressões passageiras, a dar-se unicamente ao prazer dos sentidos; visar um fim moral (Neste ponto o orador foi muito aplaudido) Se a arte não tem moral, perde a sociedade. Deve tentar a regeneração dos costumes pela arte. Quando a ciência nos dizer: a ideia é verdadeira; a consciência nos segredar; a ideia é justa; e a arte nos bradar: a ideia é bela, teremos tudo. Cita como exemplo das falsidades na arte o quadro do pintor David representando em Napoleão I na passagem dos Alpes um vulto homérico como que topetando com a fronte as nuvens, e pondo o tação da bota na mais elevada crista do pícaro mais elevado, quando a verdade é que ele os atravessou acachapado, e escondido entre os últimos dos seus soldados. Descreve espirituosamente três quadros de Courbet, como exemplo do realismo na arte. Conclui por uma breve peroração: A arte presente atraiçoa revolução corrompe os costumes, e há de morrer pela reação da consciência. O meio de a salvar é fundar o realismo, que expõe o verdadeiro, elevado às condições do belo, e aspirando ao bem pela condenação do vício, e pelo engrandecimento do trabalho e da virtude.

3.2.6.6 - Diário de Notícias – 19/junho/1871

Fig. 82 - Diário de Notícias – 19/junho/1871 – p.1



PROPRIETARIOS
THOMAZ ANTUNES & EDUARDO COELHO

N.° 1:958 —7.° anno —1871

Preços das assignaturas, pagas adiantadas. — Lisboa, mez, 240; 3 mezes, 700 Provincias; trimestro, 1$075 Annuncios, 20 réis a linha. Publicações no corpo do jornal 60 réis a linha.

Diario de Noticias

FOLHA EXTRAORDINARIA

ADMINISTRADOR A. SIMAS
CADA NUMERO 10 RÉIS

Segunda feira, junho 19

Assigna-se no escriptorio, rua dos Calafates, 110.—O importe das assignaturas das provincias deve ser remettido em estampilhas ou vales do correio ao administrador do jornal, A. SIMAS.

TIRAGEM 23:500 EXEMPLARES

Suas magestades e altezas passam sem novidade em sua importante saude.

Camarista de serviço a sua magestade el-rei o senhor D. Luiz, sr. conde de Ficalho; ajudante de campo, sr. Luis Folque; official ás ordens, sr. Teixeira de Carvalho.

Veador de serviço a sua magestade a rainha, sr. visconde da Lançada; damas, sr.as condessa de Sousa Coutinho e D. Gabriella de Sousa Coutinho, alternadamente.

Camarista de serviço a sua magestade el-rei o senhor D. Fernando, sr. marquez de Pombal.

Official ás ordens do senhor infante D. Augusto, sr. Moreira de Brito.

INSTRUCÇÃO POPULAR

CHRONICA DO DIA.—Santa Juliana de Falconieri, virgem. S. Gervasio e Protasio, martyres. A beata Miquelina, viuva, franciscana. Indulgencia nos conventos. A egreja reza de Santa Juliana, virgem. Rito duplex. Paramentos de côr branca. A missa tem Credo. — Lausperenne na egreja do recolhimento das servitas do Rego.

Raiar da aurora ás 2 h. e 36'—Nascimento do sol ás 4 h. e 36'—Occaso ás 7 h. e 24'.—Primeira maré: preamar ás 4 h. e 6' da t.; baixamar ás 10 h. e 18' da t.—Segunda maré: preamar ás 3 h. e 42' da m.; baixamar ás 10 h. e 42' da m.

SANTA JULIANA DE FALCONIERI.—Juliana, por sua santidade e virtude, communicou a sua gloria immortal á illustre familia dos Falconieri. Nascida em 1270, quando seus paes eram de idade avançada e já tinham perdido as esperanças de ter um digno successor de seu nome, foi seu nascimento motivo de alegria e considerado como uma dadiva do céu. Em prova d'este amor e reconhecimento para com Deus edificaram em Florença o convento da Annunciação, que ainda é hoje considerado como um dos bellos monumentos da arte. Educada Juliana nos sentimentos piedosos, abraçou aos 16 annos o estado de virgindade, e recebeu das mãos de S. Filippe Benitz o veu das «Mantellatas» ou terceiras das servitas, que tem por fim o tratamento dos doentes e as obras de caridade. N'esta ordem exerceu o cargo de prioreza. Falleceu em Florença em 1340, depois de longos trabalhos na sua ordem.

ASSUMPTOS DO DIA

Não ha noticias politicas. Ha porém um assumpto a que daremos cabida n'esta secção, porque pertence a ella pela sua importancia, e interesse para a diocese de Lisboa no ponto de vista religioso e espiritual.

Recepção do pallium. — Posse entrada solemne do novo patriarcha de Lisboa. — sua primeira missa de pontifical e benção papal.

Hoje pelas 7 1/2 horas da manhã dará entrada na egreja parochial do Santissimo Sacramento o sr. patriarcha de Lisboa, D. Ignacio Moraes Cardoso, a fim de n'este templo receber o *pallium*, ou a insignia de jurisdicção metropolitana. O *pallium* ser-lhe-ha conferido por um senhor bispo. O reverendo parocho e a irmandade do Santissimo receberão sua eminencia com as devidas honras. No mesmo dia pela 1 hora da tarde o sr. deão da Sé tomará por procuração posse solemne em nome do prelado. Amanhã pelas 5 horas da tarde será a entrada solemne do prelado na patriarchal. Virá da sua residencia nos respectivos coches até á egreja da Magdalena, e apeando-se ahi receberá dentro do templo o pluvial, mitra, baculo e seguirá debaixo do pallio para a Sé, sendo antecedido pelo clero e cabido. Em chegando á capella-mór entoará o *Te Deum*, findo o qual, tomando assento no solio, receberá a obediencia do clero. Quarta feira irá sua eminencia ao templo de S. Domingos, sendo ahi recebido solemnemente cantando-se-lhe á entrada *Ecce Sacerdos Magnus*. Sua eminencia tenciona ser elle quem celebre a missa de pontifical e lance a benção papal na conformidade da concessão feita por Pio IX. Nas ceremonias da missa será coadjuvado pelo excellentissimo cabido.

Os imperadores do Brazil

Serenata da sociedade Tagis Fluminis

A noite estava escura. Bruxuleavam apenas no seu vago docel algumas estrellas. Corria brando vento nordeste. A's 8 horas já brilhava ao largo, em frente do caes da praça do Commercio a vistosa illuminação do rebocador do arsenal da marinha, que era o destinado á desejada excursão. A maré começava a encher. O vapor poude atracar á ponte do Terreiro do Paço ás 9 e 1/2 horas para receber os excursionarios. Entrados todos a bordo do vapor, e illuminado um transparente da caixa das rodas representando as armas do Brazil, largou o navio entre os adeuses e os vivas de algumas centenas de pessoas que em terra contemplavam o espectaculo. E era elle realmente brilhante e cheio de novidade. O vapor tinha á volta de toda a borda uma cinta de lumiarias. Superior a esta ficava uma vasta grinalda de balões venezianos; e por cima uma outra cinta de lanternas. No centro, á pôpa, estava o coreto da musica, lindamente illuminado; e á prôa viam-se tambem bastantes luzes. As bancadas lateraes iam cheias de senhoras de diversas classes da sociedade, entre as quaes algumas titulares, e bastantes de enlevadora belleza. De permeio com ellas se viam mais de cento e cincoenta cavalheiros, negociantes, fidalgos, professores, empregados do estado, jornalistas, etc. Reinava a mais franca cordealidade, e despretenção. Alguns fogos de côres queimados sobre a caixa das rodas á bombordo e estibordo illuminavam e davam phantastica apparencia a este quadro fluctuante, já de si surprehendente. Subiam aos ares numerosos foguetes, e a banda de amadores e professores executava apropriadas musicas. O Tejo estava sereno. O vapor singrava na direcção de sueste, procurando defrontar com o lazareto. Para dar á bella serenata o signal da sua dedicação, começou-se por executar o hymno brazileiro. A banda tocou-o com bravura, e as damas e os cavalheiros que constituiam os córos cantaram em magestoso conjuncto uma letra especial, adaptada pelo sr. dr. Macedo á musica do hymno, e alluziva ao imperador, e á fraternidade luso-brazileira. O vento que soprava da terra ia levar esta massa de vozes á outra margem, onde se erguiam e desenhavam por entre as sombras os contornos do vasto edificio do lazareto, em que se viam algumas pallidas luzes, e cuja posição era mais distinctamente determinada pela bonita illuminação da delegação da alfandega. Alguns botes e escaleres com espectadores acompanhavam de perto a viagem do vapor. Acabado o hymno, o sr. commendador Francisco Lourenço da Fonseca, cavalheiro muito intelligente e illustrado, que estava muito tempo no Brazil, e o ama tanto como a Portugal, e que era o iniciador d'esta diversão, e um dos seus principaes directores, tendo subido á ponte ergueu vivas: *A sua magestade o imperador do Brazil, a sua magestade a imperatriz, á familia imperial, á inclita nação brazileira, á fraternidade de Portugal e Brazil, a el-rei de Portugal, á rainha e familia real, e á independencia portugueza*, os quaes foram correspondidos com phrenesi pelas duzentas e tantas pessoas que o vapor conduzia, e acompanhados pelas pessoas que iam nos botes e escaleres e pelas guarnições de alguns navios que estavam ancorados mais perto. Este hymno e estes vivas repetiram-se mais tarde quando o vapor pairava em frente do lazareto, onde não pôde approximar-se tanto quanto todos desejariam. Em seguida tocou-se e cantou-se o formosissimo côro da barca, ou a barcarolla das *Vesperas Sicilianas*. A musica executou logo um bello tango, depois um *pot pourri* da *Flor de chá*, um das *Vesperas*, cantando-se de novo o côro da barca, o hymno brazileiro, o hymno real portuguez e o hymno da carta, a que tambem se deram vivas. A banda e córos eram regidos pelo sr. Carvalho e Mello. Faziam parte da banda os srs. Domingos Gaia, Oliveira, Mancilha, Mendonça, Matheus Ferreira, Ramos, Borges, Monteiro, Del Negro, José Gama, João da Cruz, Fernandes e Patacho Junior. Das senhoras que cantaram nos córos lembram-nos as sr.as D. Maria e D. Julieta Fonseca, D. Eugenia Sines, D. Adelina Hearn, D. Angelica Macedo, D. Amelia, Argentina e Emilia Lisboa, D. Gertrudes Palhares, D. Ernestina Barros, D. Amelia e D. Maria Brackiami, D. Maria Luiza Gaia, D. Eugenia Benevides, mademoiselle Arnaud, D. Eliza Avellar, D. Germana Pinto, D. Maria Joanna Bastos, D. Sophia, D. Maria e D. Marianna Oliveira, creaturas graciosissimas. Entre as demais senhoras vimos as sr.as D. Paulina Stegner, baroneza de S. Jorge, D. Regina Perestrello, etc. Sentimos não poder dar a relação de todos os cavalheiros que cantaram. No meio d'esta immensa alegria serviu-se uma abundantissima ceia volante. Quando o vapor se approximava do lazareto ouviu-se tocar ali, como que correspondendo ao comprimento da serenata, o hymno brazileiro. A sympathica e obsequiadora familia do sr. Fonseca, este cavalheiro, o sr. Domingos Gaia, mancebo dotado da maior delicadeza, os srs. Rebello, Mendonça, Cruz, Castro, e os demais directores e membros da *Tagi Fluminis* eram incansaveis em tornar a todos agradavel e alegre a singular diversão, e enchendo com mil attenções os seus convidados. As musicas, os cantores, os vivas, os fogos de bengala e do ar eram incessantes. A' 1 hora da noite aproava o vapor á ponte do Terreiro do Paço, onde os excursionistas desembarcaram sem novidade, sem que se houvesse dado a bordo o menor incidente que perturbasse a franca sociabilidade e a alegria sincera que a todos animava, e saudosos de tão amena e formosa excursão. Oxalá que taes serenatas se repitam, por muitos e diversos motivos. E' o Tejo rio apropriado para ellas. Os ensaios que se têem feito desde que a gentil filha d'el-rei Victor Manuel trouxe do Adriatico ao Tejo a moda d'essa diversão predilecta dos povos de Italia, e nomeadamente dos venezianos, têem todos surtido o mais grato resultado desde as bahias de Cascaes e Paço d'Arcos até á vasta bacia do Tejo, onde já esta mesma sociedade celebrava ha dois annos uma serenata, sendo força confessar que a da noite de ante-hontem é a mais esplendida e poetica de todas ellas. Já se nos annunciam, felizmente, mais algumas. Varias familias preparam para breve, segundo temos ouvido, uma d'essas diversões, e o incansavel Burnay vae dar periodicamente serenatas nos seus vapores, principalmente quando as viagens de recreio dos comboios trouxerem a Lisboa visitantes de fóra. Bem hajam todos. Se algumas nações menos indolentes que a nossa devessem á natureza a posse de um tão bello rio, agradecer-lhe-iam povoando-o de festas e distracções similhantes, em que a alma se desafoga, a saude se robustece e o espirito se fortalece e avigora.

* *

A'manhã ha parada dos corpos da divisão e da guarda municipal em ordem de marcha.

* *

O imperador desembarca das 10 para as 11 horas da manhã.

* *

A associação commercial de Lisboa dirigiu ao imperador, por intermedio da sua direcção, que antehontem foi para esse fim ao lazareto, uma allocução em que se congratula em nome do corpo de commercio pela vinda de suas magestades a este reino, e faz votos pelo estreitamento das relações de amisade entre os dois paizes.

* *

Foram tambem ao lazareto os srs. conde Armand, viscondes de Algés, da Borralha e de Aljezur, commendador Fonseca, e conselheiro Mendes Leal, Braamcamp, condes de Paraty, Penamacor, nuncio do papa, ministros de Inglaterra, Italia, Estados Unidos, etc.

* *

O sr. Bournay faz viagem de recreio n'um dos seus vapores para o desembarque do imperador. Agradecemos os convites que teve a delicadeza de enviar-nos.

* *

Sua magestade o imperador do Brazil recebeu hontem pelas 2 horas da tarde a commissão dos veteranos da liberdade, composta dos srs. marquez de Ficalho, conselheiro Rezende, vice-almirante G. de Freitas, L. Pires, J. J. Maria Jordão, B. Rodrigues Chaves, J. Balthazar, A. da Silva, A. J. Martins,

FOLHETIM DO DIARIO DE NOTICIAS

O sr. Eça de Queiroz—Revelação das suas crenças—O realismo e a communa — Shakespeare — Madame Bovary-Fanny —A medicina do amor—O materialismo na arte —A Educação sentimental — as primeiras impressões d'um namorado—As verdades moraes

Os leitores do *Diario de Noticias* conhecem já o sr. Eça de Queiroz como um dos cumplices d'aquelle formosissimo logro do *Mysterio da estrada de Cintra*, sabem que foi elle o colorista ardente d'alguns dos mais brilhantes quadros d'esse livro; conhecem-n'o emfim como um devaneador apaixonado e enthusiastico de Carmen, como o fino collaborador de Ramalho Ortigão nas elegantes descripções d'esse gentil romance. Ora, o que não adivinhavam de certo é que elle no fim de contas adora o realismo, que o pintor, que dispõe da palheta de Méry para traçar as caçadas orientaes e as scenas dos paquetes inglezes, não sonha senão com Gustavo Flaubert, que o remi-creador de Carmen e da condessa de W. fica extatico diante da Emma de *Madame Bovary* e do Frederico Moreau da *Education sentimentale*.

Pois foi isso o que elle se encarregou de revelar n'uma das conferencias do Casino, a que não pude assistir, com grande pena minha, porque eu tenho em altissima conta o talento do sr. Eça de Queiroz, e estou convencido que ha de vir ainda a ser um dos vultos mais notaveis da nossa litteratura.

O que não impede que esteja completamente em desaccordo com muitas das idéas que elle ali expendeu, pelo menos tanto quanto pude avaliar pelo resumo que os jornaes fizeram da sua prelecção.

E não tenho sequer a certeza do que o sr. Eça de Queiroz, lá no fundo da sua consciencia, seja completamente da opinião do seu discurso.

O sr. Eça de Queiroz convenceu-se de que o realismo era o seu idolo, adoptou aquella religião official, baptisou-se n'aquella egreja, teve Gustavo Flaubert por seu padrinho, de vez em quando confessa-se e reza o credo em voz alta... mas, por mais que me diga, eu ainda me persuado de que elle não vae frequentemente á missa.

O realismo, emquanto a mim, inscreve na sua bandeira um motto deslumbrante, mas depois é-lhe infiel com a maxima despreoccupação.

E o motto não prima pela novidade; não valia a pena ter introduzido linguagem franceza este barbarismo na boa *réalisme* para prégar que um dos grandes fins da arte é o estudo consciencioso da natureza humana, a investigação inquieta das grandes verdades psychologicas.

Fizeram por acaso obra diversa Molière e Shakespeare? O grande tragico inglez sobretudo não inundou com a luz immensa do seu genio os mais reconditos arcanos do coração humano, não arrastou ao clarão do proscenio as paixões mais suaves ou mais hediondas do homem, não as incarnou nos vultos immortaes de Julieta, d'Othello, de Hamlet, de lady Macbeth, de Ricardo III e do rei Lear, e não as obrigou depois a manifestarem-se nos seus mais variados aspectos, não deixando escapar um só d'esses lampejos que illuminam até aos mais intimos recessos as mysteriosas profundidades da alma humana?

E póde contar por acaso o *realismo* entre os seus antepassados o poeta do theatro de *Globo*? Ousa a photographia mesquinha dos Flaubert asseverar que descende em linha recta do olympico pincel d'este Miguel Angelo da tragedia? Estes anatomistas, que estudam os seus modelos na rigida immobilidade do cadaver assimilham-se porventura ao psychologo profundo que estuda os segredos do coração humano á luz dos relampagos tempestuosos da paixão?

A paixão! Que foi eu dizer? O *realismo* desconhece as paixões; o amor é para elle simplesmente a excitação dos sentidos, todos esses affectos violentos que devastam a alma humana não os aceita senão como umas enfermidades que entram completamente no dominio da medicina; d'ahi lhe provém a impassibilidade que o caracterisa. O romancista é um clinico social, que conta as pulsações do homem no estado febril, produzido pelo amor, ou pela ambição. O adulterio na *madame Bovary* é com effeito apresentado debaixo d'um aspecto repellente, mas não supponham que o auctor encontrou ahi uma elevada intenção moral. Viu uma doença repugnante, e descreveu-a fria e cruamente. Emma é a mulher sensual em toda a sua brutalidade. A Fanny de Feydeau ainda a vence em perversão; essa é a femea do *yahoo* das *Viagens de Gulliver* transplantada para os requintes da civilisação moderna. Por baixo d'aquellas sedas, d'aquella linguagem elegante não ha senão os instinctos bestiaes. O amor n'essas mulheres e n'esses homens é puramente physico, e foi só debaixo desse ponto de vista que os realistas o estudaram. *Fanny* e *madame Bovary* são dois casos de medicina legal.

Mas, bradam-me elles, não contestamos; Emma é repugnante, Fanny é hedionda, mas Fanny e Emma são verdadeiras. Não são tal, respondo eu, materialistas d'uma figa, porque os srs. Flaubert, Feydeau e companhia não fizeram mais do que transplantarem o materialismo para a arte. Para alem do campo do vosso microscopio ha um mundo que as lentes não alcançam, o mundo moral, o mundo das paixões e dos affectos. Esse é-vos defezo, porque não tendes nem o sentimento delicado, nem a indignação das almas nobres, e possuis apenas a impassibilidade estulta do frio observador. Analysais minuciosamente, medicamente a manifestação sensual, e bradais ufanos: Aqui está o que é o amor. Aquelles que nos precederam não tiveram a ousadia de descrever a verdade tal como é, e envolveram-n'a n'uma nuvem de palavriado mystyco e adocicado que a disfarça e a esconde.» Mentira! Elles é que tiveram a ousadia de perscrutar os intimos arcanos do coração humano, e não pararam nas exterioridades que vos captivam exclusivamente. Por isso vós, que não sabeis pintar nem os sentimentos, nem os affectos, que não sabeis commover, porque não encontraes a corda que vibra, quando a ferem, em todos os corações, vos fatigaes em descrever com uma minuciosidade pueril os mais leves accessorios do drama que procuraes traçar, e insistis nas cadeiras e nos vestidos e no scenario, e forçaes o estylo para encontrardes uns sons scintillantes que offusquem, e accumulais as palavras sonoras, e os neologismos ôcos, e, quando quereis dar vida á vossa Galathéa, Pygmaliões sem alma, conserva-se ella estatua muda e fria, porque não tendes o fogo que a anima; vaidosos Wagners do realismo, quereis crear um homem, e apresentaes Homunculus! quereis pintar uma paizagem, e apenas conseguis fazer um mappa topographico!

O realismo apregoa-se como o idolatra da verdade, e são falsissimos todos os sentimentos que exprime. Eu tenho diante de mim n'este momento a *Educação sentimental*, de Gustavo Flaubert; o escriptor francez descreve as impressões do seu heroe, que principia a amar uma mulher, que o auctor apresenta como casta e pura:

«Il considérait son panier à ouvrage avec ébahissement comme une chose extraordinaire. Quels étaient son nom, sa demeure, sa vie, son passé? Il souhaitait connaître les meubles de sa chambre, toutes les robes qu'elle avait portées, les gens qu'elle fréquentait, et le désir de la possession physique même disparaissait sous une envie plus profonde, dans une curiosité douloureuse qui n'avait pas de limites.»

Sente-se aqui o homem que debalde procura a nota verdadeira, que ha de traduzir o sentimento que tenta descrever. O auctor vagueia, como os preceitos das lendas, em torno do luminoso circulo que não póde ultrapassar. O materialista não conhece, não póde conhecer os segredos da aurora do verdadeiro amor n'um espirito juvenil. Attinge então, devemos confessal-o, a sublimidade do ridiculo. Querendo descrever minuciosamente esses sentimentos, que elle não comprehende, descreve o enamorado anciando por adivinhar n'um extasi amoroso todos os vestidos, que a mulher amada usára antes de o conhecer. Entre dois phgos d'esta força, devo confessar ainda assim que prefiro o Raphael de Lamartine.

Por isso tambem todos os typos do *realismo* são repugnantes, porque a todos falta um reflexo, ainda que vago, da luz moral, e porque o auctor que o descreve não tem a mais leve sombra de delicadeza de sentimento. Não lemos nós n'esta mesma *Educação sentimental*, quando Frederico vae quasi a lançar-se aos pés de mad. Arnoux, o trecho seguinte:

Un craquement se fit dans le coulir, il n'osa. Il était empêché d'ailleurs par une sorte de crainte religieuse. Cette robe, se confondant avec les ténèbres, lui paraissait démesurée, infinie, insoulevable.

Insoulevable!! Que brutalidade de pensamento! E' claro que eu não pretendi n'este folhetim refutar as idéas do sr. Eça de Queiroz; seria isso um absurdo, quando principiei por declarar que não assisti á sua conferencia. A proposito do realismo em que elle fallou, disse o que pensava da escola, que adoptou essa bandeira, e fil-o com tanto mais desassombro, quanto, por uma contradicção inexplicavel, o sr. Eça de Queiroz possue as qualidades litterarias mais incompativeis com os defeitos do *realismo*. E le é um poeta e um pensador. Não se deixe cegar pela divisa dos realistas; falsearam-n'a como os da communa falsearam a sua; não o comprehendem como os da communa a não comprehendiam.

Sim; eu tambem creio que a arte pela arte é um principio funesto; a arte deve ter por fim a investigação constante da verdade; ah! mas esteja certos que as verdades moraes não é o materialismo que as ensina nem o realismo que as descobre.

PINHEIRO CHAGAS.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

FOLHETIM DO DIÁRIO DE NOTÍCIAS

O sr. Eça de Queiroz – Revelação das suas crenças – O realismo e a comuna – Shekespeare – Madame Bovary-Fanny – A medicina do amor – o materialismo na arte – A educação sentimental – As primeiras impressões de um namorado – As verdades morais.

Os leitores do Diário de Notícias conhecem já o sr. Ela de Queiroz como um dos cumplices daquele famosíssimo logro do Mistério da Estrada de Cintra, sabem que foi ele o colorista ardente de um dos mais brilhantes quadros de desse livro; o conhecem como um devaneador apaixonado e entusiástico de Carmens, como fino colaborador de Ramalho Ortigão nas elegantes descrições desse gentil romance. Ora o que não adivinhavam de certo é que ele no fim das contas adora o realismo, que o pintor, que dispõe da paleta de Méry para traçar as caçadas orientais e as cenas dos paquetes ingleses, não sonha senão com Gustavo Flaubert, que o semi-criador de Carmen e da Condessa de W. que fica estático diante da Emma de *Madame Bovary* e do Frederico Moreau da *Education Sentimentale*.

Pois foi isso o que ele se encarregou de revelar numa das Conferencias do Cassino, a que não pude assistir, com grande pena minha, porque eu tenho em altíssima conta o talento do sr, Eça de Querioz, e estou convencido que há de vir ainda a ser um dos vultos mais notáveis da nossa literatura.

O que não impede que esteja completamente em desacordo com muitas das ideias que ele ali expendeu, pelo menos tanto quanto pude avaliar pelo resumo que os jornais fizeram de sua preleção.

E não tenho sequer a certeza do que o sr. Eça de Queiroz, lá no fundo da sua consciências, seja completamente da opinião do seu discurso.

O sr. Eça de Queiroz convenceu-se de que o Realismo era o seu ídolo, adotou aquela religião oficial, batizou-se naquela igreja, teve Gustavo Flaubert por seu padrinho, de vez em quando confessa-se a reza o credo em voz alta... mas, por mais que me diga eu ainda me persuado de que ele não vai frequentemente a missa.

O realismo, enquanto a mim, inscreve na sua bandeira, um motto deslumbrante, mas depois é infiel com a máxima despreocupação.

E o motto não prima pela novidade; não valia a pena ter introduzido linguagem francesa este barbarismo na boa réalisme para pregar que um dos grandes fins da arte é o estudo consciencioso da natureza humana, a investigação inquieta das grandes verdades psicológicas.

Fizeram por acaso obra diversa Moliére e Shakespeare? O grande trágico inglês sobretudo não inundou com a luz imensa do seu gênio os mais recônditos arcanos do coração humano, não arrastou ao clarão dos proscênio as paixões mais suaves ou mais hediondas

do homem, não as nomeou nos vultos imortais de Julieta, d'Otello, de Hamlet, de Lady Macbeth, de Ricardo III e do Rei Lear, e não os obrigou depois a manifestarem-se nos seus mais variados aspectos, não deixando escapar um só desses lampejos que iluminam até os mais intuitos recessos as misteriosas profundidades da alma humana?

E pode contar por acaso o realismo entre os seus antepassados o poeta do teatro Globo? Ousa a fotografia mesquinha dos Flaubert asseverar que descende em linha reta do olímpico pincel deste Miguel Angelo da tragédia? Estes anatamistas, que estudam os seus modelos na rígida imobilidade do cadáver assemelham-se porventura ao psicólogo profundo que estuda os segredos do coração humano a luz dos relâmpagos tempestuosos da paixão?

A paixão! Que foi eu dizer? O realismo desconhecem a paixão; o amor é para ele simplesmente a excitação dos sentidos, todos esses afetos violentos que devastam a alma humana não os aceita senão como umas enfermidades que entram completamente no domínio da medicina; daí vem a impassibilidade que o caracteriza. O romancista é um clinico social, que conta as pulsações do homem no estado febril, produzido pelo amor, ou pela ambição. O adultério na Madame Bovary é com efeito apresentado debaixo dum aspecto repelente, mas não supunha que o autor encontrou ai uma elevada intenção moral. Viu uma doença repugnante e descreveu-a fria e cruamente. Emma é a mulher sensual em toda a sua brutalidade. A Fanny de Feydeau ainda em vence em perversão; essa é a femea do yahou das Viagens de Gulliver transplantada para os requintes da civilização moderna. Por baixo daquelas sedas, daquela linguagem elegante não há senão os instintos bestiais. O amor nessas mulheres e nesses homens é puramente psico, e foi só debaixo desse ponto de vista que os realistas o estudaram. Fanny e Madame Bovary são dois casos de medicina legal.

Mas, bradam-me eles, não contestamos; Ema é repugnante, Fanny é hedionda, Emma são verdadeiras. Não são tal respondo eu, materialista de uma figa, porque os srs Flaubert, Feydeau e companhia não fizeram mais do que transplantarem o materialismo para a arte. Para além do campo do vosso microscópio a um mundo que as lentes não alcançam, o mundo moral, e mundo das paixões e dos afetos. Esse é voz defezo, porque não tendem nem o sentimento delicado, nem a indignação das almas nobres, e possui apenas a impassibilidade estulta do frio observador. Analisais minuciosamente, medicamente a manifestação sensual, e bradeis ufanos: aqui está o que é amor. Aqueles que nos precederam não tiveram a ousadia de descrever a verdade tal como é, e envolveram-na numa nuvem de palavreado místico e adocicado que a disfarça e a esconde. Mentira! Eles é que tiveram a ousadia de perscrutar os íntimos arcanos do coração humano, e não pararam nas exterioridades que os cativam exclusivamente. Por isso vos que, não sabeis pintar nem os sentimentos, nem os afetos, que não sabeis comover, porque não encontrais a corda que vibra, quando a ferem, em todos os corações, vos fadigais em descrever com uma minuciosidade pueril os mais leves acessórios do drama que procurais traçar e insistis nas

cadeiras e nos vestidos e no cenário, e forçais o estilo para encontrardes uns sons cintilantes que ofusquem, e acumulais as palavras sonoras, e os neologismos ocos, e, quando quereis dar vida a vossa “Ga..eta”, “Pygmaliões” leões sem alma, conserva-se ela estatua muda e fria, porque não tendes o fogo que a anima; vaidosos Wagner do realismo, quereis criar um homem, e apresentais ”Homonculas!” quereis pintar uma paisagem e apenas conseguis fazer uma mapa topográfico!

O realismo apregoa-se como idolatra da verdade, e são falsíssimos todos os sentimentos que exprime. Eu tenho diante de mim nesse momento a Educação sentimental, de Gustavo Flaubert; o escritor francês descreve as impressões do seu herói, que principia a amar uma mulher, que o autor apresenta como casta e pura:

“Il considérait son panier à ouvrage “avec” “Eb…hissement” e mme une chose extraordinaire. Quels “…” nom, sa demeure, sa vie, son passé? LI “sou....re” le meubles de as chambre, toutes les robes qu’elles arait portés, les gens qu’lles fréquentait, et e désir “...” physique même díspar “...” sait sous une envie plus profonde dans une curiosité douloureuse qui n’avait pas de “...””

Sente-se aqui o homem que debalde procura a nota verdadeira, que há de traduzir o sentimento que tenta descrever. O autor vagueia como os preceitos das lendas, em torno do luminoso círculo que não pode ultrapassar. O materialismo não conhece, não pode conhecer os segredos da aurora do verdadeiro amor num espirito juvenil. Atinge então, devemos confessá-lo, à sublimidade do ridículo. Querendo descrever minuciosamente esses sentimentos, que ele não compreende, descreve o enamorado ansiando por adivinhar num êxtase amoroso todos os vestidos, que a mulher amada usará antes de o conhecer. Entre dois piegas deste força, devo confessar ainda assim que prefiro o Raphael de Lamartine.

Por isso todos os tipos do realismo são repugnantes, porque a todos faltam um reflexo, ainda que vago, de luz moral, e porque o anetor que o descreve não tem mais leve sombra de delicadeza de sentimento. Não lemos nós nesta mesma Educação sentimental, quando Frederico vai quase a lançar-se aos pés e mad. Arnoux, o trecho seguinte:

Um craquement se fit dans le coulair, “…” n’oset. LI était empéché d’aileurs par une sorte de crainte religieuse. Cette robe, se confondunt “...” lés ténébres, lui paraissait deméssuré infinie, insoulevable.

Ins ulevable!!! Que brutalidade de pensamento!!! È claro que eu não pretendi neste folhetim refutar as ideias do sr Eça de Queiroz; seria isso um absurdo. Quando principiei por declarar eu não assisti a sua conferência. A propósito do realismo em que ele falou, disse o que pensava da escola. Que adotou essa bandeira e filo com tanto mais desassombro, quanto, por uma contradição inexplicável, o sr. Eça de Queiroz possui as qualidades literárias mais incompatíveis com os defeitos do realismo. Ele é um poeta e um vencedor não se deixe cegar pela divisa dos realistas; falseiam-na como os da comuna a não compreendiam.

Sim eu também creio que a arte pela arte é um princípio funesto; a arte deve ter pôr fim a investigação constante de verdade; Ah! Mas estejam certos que as verdades morais não é o materialismo que as ensina nem o realismo que as descobre.

Pinheiro Chagas

3.2.6.7 - Jornal da Noite 14 e 15 de junho de 1871

Fig. 83 - Jornal da Noite 14 e 15 de junho de 1871 – p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 140 | ASSIGNATURAS EM LISBOA.—mez 240, trimestre 700. PROVINCIAS:—Trimestre 1$200, semestre 2$250. | **Quarta e Quinta feira 14 e 15 de junho de 1871** | PUBLICAÇÕES.—No corpo do jornal 60 réis por linha. Annuncios 20 réis.—Venda avulsa 10 réis. | 1.º anno

Foi despedido o distribuidor que entregava o *Jornal da Noite* desde a rua Formosa até á Estrella, e que tinha deixado de entregar algumas folhas. O que o substituiu só entregou hontem 25 exemplares. Foi despedido egualmente. Estas irregularidades são frequentes nos jornaes que principiam, e que não podem ter preparado anteriormente pessoal apto e deligente para este trabalho. Pedimos desculpa aos nossos assignantes. A administração emprega todas as deligencias para serem servidas a tempo as pessoas que nos honram com as suas assignaturas.

Lisboa 15 de Junho

Vae progredindo o movimento eleitoral mas sem as condições que se manifestam nos outros paizes constitucionaes. Aqui governo e povo preferem o silencio á publicidade que todavia é o unico meio de esclarecer os eleitores.

O governo não manifesta o que deseja. Os seus amigos que deveriam tender para se organisar em partido, não dão conta dos seus intuitos. As differentes parcialidades callam-se. Os candidatos remechem ceo e terra mas sem dar palavra. O paiz está condemnado a eleger como se jogasse a *cabra cega*.

E o mais singular é que a difficuldade de governar, a breve duração dos gabinetes, e as dissoluções succesivas coincidem com os novos habitos da vida politica. Antigamente os partidos proclamavam, os candidatos saiam a lume com as suas profissões de fé, e o povo escolhia com conhecimento de causa. E os governos viviam, e os parlamentos trabalhavam, e o orçamento discutia-se.

Não seria conveniente, experimentar outra vez o systhema antigo? Não lucrariam todos muito mais em voltar ao bom costume liberal da publicidade? Por duas ou tres combinações ephemeras que a luz destruisse, não adquiriria a vida publica maior vigor e maior desassombro politico? Está-nos parecendo que sim.

Os reformistas fallaram e a imprensa das provincias está analysando o manifesto que elles publicaram. Porque não fallam tambem as outras parcialidades? Porque o não fazem os candidatos? A occasião é solemne. Urge a necessidade de regularisar a acção do systhema representativo. As questões de fazenda aggravam-se com o tempo, e nem se resolvem com a substituição dos ministerios nem com a renovação dos parlamentos. Dil-o a experiencia.

Nas difficuldades da patria o silencio politico não é causa. E' effeito. Examinar de que procede, será o melhor meio de o combater.

Só hoje recebemos o despacho telegraphico de 14. Nem mandando-o hontem pedir á pessoa que os recebe, obtivemos alcançal-o. Não nos cabe pois a culpa da demora.

Bolsa de Lisboa em 14

FUNDOS PORTUGUEZES

Ficaram cotadas:

Inscripções grandes	36
Ditas pequenas	36,25

FUNDOS HESPANHOES

Titulos de 10:000 escudos	28,50
Idem de 5:000	28,50

Cambio de 940 réis.

Annunciou-se a compra de 4:500$000 réis de inscripções de assentamento, com o semestre corrente pago; realisou-se a 34,25.

22 obrigações prediaes de assentamento, venderam-se a 92$000 rs. cada uma.

Offereceram á venda:

10 obrigações prediaes ao portador, arremataram-se a 91$900 réis.

1 titulo de 10:000 escudos de consolidados hespanhoes, com o coupon corrente a receber.

Offereceram 27,80 cambio de 940, não se realisou.

3:000$000 réis de acções pagantes da companhia das aguas com o desembolso de 11 %, offereceram 8 % que não conveio

Receberam-se hoje no correio de Lisboa malas de: Italia de 8, Prussia de 0, Bordeaux de 11, Madrid de 12. Faltaram as malas de Belgica, Inglaterra (via de França) e Paris.

NOTICIAS ELEITORAES

O sr. Faria Guimarães resolveu não aceitar a candidatura, e é proposto em seu logar pelo Porto o sr. Antonio Dias d'Oliveira, conselheiro do supremo tribunal de justiça e que foi presidente do conselho de ministros depois de demittido o gabinete do sr. Passos Manuel.

Diz-se que pelo circulo de Lagos se propõe a candidato governamental o sr. Affonso de Castro e pela opposição o sr. Zuzarte.

Recebemos agora mesmo a pastoral do sr. D. José Antonio Pereira Bilhano, arcebispo de Evora. A hora adiantada obsta a que tratemos hoje d'este documento cujo illustre signatario merece o nosso maior respeito.

Receberam-se noticias do archipelago de Cabo Verde, pelo paquete inglez, que alcançam a 23 de maio ultimo.

Continua a ser satisfatorio o estado sanitario e alimenticio do archipelago, que apresenta um começo de animação no commercio, resultado da chegada de navios dos portos de França, para receberem carregamentos de semente de purgueira.

No districto da Guiné Portugueza era regular o estado sanitario, bem como o alimenticio, e o commercio tende a reanimar-se.

1.º districto criminal

Foram julgados hoje correccionalmente, os seguintes réos:

Roque Rodrigues de Almeida, por atacar um individuo que passava na calçada do Lavra; absolvido por falta de prova.

José Maria Ferreira, por porte de arma prohibida; condemnado em 3$000 réis de multa.

João da Cruz Gomes, pelo mesmo crime; condemnado em 8 dias de multa a 100 réis por dia.

Os bois ao saírem esta madrugada da praça, tresmalharam-se, vindo um dar o seu passeio até á calçada do Salitre. Por pouco não chegou á feira das Amoreiras. Não causou porém damno algum.

Telegrammas

(AGENCIA HAVAS BULLIER REUTE)

SERVIÇO SUB-MARINO

Director Fabra

Londres, 14, á 1 hora da tarde.

Ainda não se formaram os conselhos de guerra em Versailles em consequencia do grande numero de prisioneiros.

As execuções summarias continuam.

Julio Favre annunciou que brevemente largará o ministerio dos negocios estrangeiros.

Trochu fez um discurso na assembléa dando conta do governo da defesa nacional, e disse que a revolução teve origem na desmoralisação do exercito e que não estava prompto para se bater com o inimigo.

Reuter.

Está doente com alguma gravidade o sr. deputado Alberto Carlos Cerqueira de Faria.

CARTA DE FRANÇA

Não recebemos hoje carta de Versailles nem jornaes de Paris. Os de Bordeus são de 11 do corrente.

A *Gironde* não parece satisfeita do discurso do sr. Thiers na parte relativa á delegação de Bordeus e aos actos de Gambetta. Entretanto as correspondencias de Paris publicadas n'aquella folha, e todas republicanas, parecem regosijar-se com as seguranças de lealdade da parte do chefe do Poder Executivo. Approvam egualmente a nomeação de Léon Say para prefeito de Paris e a entrada de Victor Lefranc para o gabinete. A escolha d'estes homens condiz com as promessas do sr. Thiers.

Nota-se que os bonapartistas se preparam para as eleições. Rouher deseja ser eleito por Bordeus, e outros buscam differentes collegios eleitoraes. O marechal Mac-Mahon declarou que não acceitaria o mandato ainda que lh'o dessem espontaneamente e sem sollicitação sua.

O congresso da associação internacional dos operarios (*secção da Belgica reunida em Bruxellas*) declarou acclamar solemnemente a Communa de Paris, reconheceu que era benemerita da humanidade e affirmou que eram dignos do respeito e sympathias de todos os homens de coração os que pelejaram por ella! Nos considerandos approva os assassinios e incendios de Paris!

Morreu na Provença em casa de seu genro, o conde de Rosan, o celebre banqueiro Mirès. O conde de Rosan é o marido da filha de Mirès que em 1.as nupcias fôra casada com o principe de Polignac.

Aproveitamos a falta de noticias para publicar o extracto do discurso do sr. Thiers. Amanhã daremos conta da circular de Julio Favre.

DISCURSO DO SR. THIERS

NA SESSÃO DE 8 DE JUNHO

Este importante discurso occupa no *Journal des Debats* mais de tres columnas. Era pois impossivel dal-o na integra. Vamos resumil-o para conhecimento dos leitores.

O *sr. Thiers* principia dizendo que nenhuma outra questão na sua vida lhe causára maior perplexidade que esta na qual os seus deveres o impedem de seguir com liberdade os sentimentos a que é fiel. Vae por tanto explicar-se com franqueza e pede que lh'o não levem a mal.

No projecto não ha intuito de enfraquecer o chefe do Poder Executivo cujo poder é o da assembléa. Assim lhe parece. Mas quando dizem que este negocio não é politico, enganam-se. É altamente politico. Comprehende-o d'esse modo o paiz inteiro. A assembléa é capaz de apreciar a gravidade das circumstancias, e é soberana para resolver. Não deve cegar-se. A nação tomará na conta de acto politico, e altamente politico, a sua decisão. Por isso julga necessario expor-lhe qual é a situação do paiz sem a atenuar nem a exagerar.

Recorda então que a França sae agora da peor de todas as guerras civis, tendo combatido uma insurreição terrivel feita por odiosos malvados, mas havendo alcançado a melhor victoria, a da ordem social que já lhe conciliou a estima e a gratidão da Europa; porém as paixões dos homens a quem se tiraram 300 mil espingardas e 2:000 canhões, só estão desarmadas; não se desvaneceram. Ha dois meios de as serenar inteiramente. É não lhes preparar novas excitações, e promover o trabalho que é a melhor distracção para toda a especie de paixões.

Os scelerados que nós combatemos, diziam que a republica estava em perigo. Eu affirmava que não. Importa não dar pretexto a novas desordens e favorecer o trabalho que não progride sem confiança, como a confiança não póde manter-se sem haver paz. São indispensaveis união e prudencia para satisfazer os pesados encargos a que nos obrigamos, e que nunca foram tamanhos.

É preciso encontrar dinheiro para despedir do territorio francez os allemães. Só quem governa sabe o que isto é. A presença dos estrangeiros offende a dignidade nacional, e prolonga a situação dolorosa das provincias. O governo tem sempre isto no pensamento.

A França está sustentando 500 mil allemães. Não póde cobrar os impostos. Tem 400 milhões de *deficit*. Para acabar com este estado é necessario contrair emprestimos, e pedir auxilio a todos os capitaes da Europa, que não terão confiança no caso de verem que a França não sabe fundar nem manter a ordem. E' forçoso dizel-o. Nem era possivel continuar a dirigir os negocios sem revelar a verdade inteira.

Sacrifiquei, accrescentou o sr. Thiers, as minhas perplexidades á união. Antehontem ainda hesitava ácerca do caminho que deveria seguir. Mas eu não podia querer lançar o paiz nas perturbações a que o levaria agora qualquer mudança no poder.

Em seguida observou que a assembléa não entendia praticar actos politicos mas unicamente proceder generosamente com a familia de Bourbon, sempre unida aos destinos da França excepto nos tres ultimos quartos de seculo. Intentava só mostrar-se generosa, e sem querer fazia mais do que isso.

Ao argumento de que as republicas não podem tolerar proscripções responde que todos os governos carecem de affastar o que os precedeu, e porque o não entendêra assim a republica de 1848, teve de ceder o logar á familia Bonaparte. Thiers disse a Luiz Napoleão: *Os imprudentes que vos chamaram, não sabem o que fizeram. Podereis vir a ser senhor delles. Meu nunca.* O sr. Thiers se consultasse a amisade que tem aos Orleães, não teria hesitado, mas acima de todos os principes e de todos os amigos, está o paiz (*Muitos applausos*). É necessario ajuntar á victoria material a victoria moral que só a prudencia póde conseguir.

Em seguida o orador recorda o pacto de Bordeus e diz que o comprehende hoje como então, e carecia de o dizer para que se veja se está de accordo com a assembléa como julga. Allude então ao governo de 4 de setembro, affirma que Paris defendendo-se cumpriu o seu dever, e que outrotanto não fizeram os que estavam fóra porque prolongaram a resistencia quando já não era possivel, e empregaram para esse fim os peores meios. Elle proprio luctou contra a politica arrogante e insolente de alguns d'esses homens de 4 de setembro e egualmente o seu collega Julio Simon, cujo alta capacidade attesta.

Quando a assembléa se reuniu, o seu pensamento foi tirar o poder aos maus republicanos, mas não destruir a republica que todos encontraram estabelecida. A missão da assembléa e do governo era restabelecer a ordem, entregar a administração a mãos mais dignas, e crear exercito novo porque só havia guardas moveis. Fez-se o que se pode fazer.

A maior responsabilidade é a minha, exclamou o sr. Thiers, e eu medito na lealdade do meu proceder sem procurar illudir-me. Todos os dias pergunto a mim proprio se procedo regular, legal e lealmente. Não duvido da minha lealdade mas posso duvidar da minha intelligencia. Pergunto se por ventura excedo os limites do pacto de Bordeus. Vós acceitastes o facto no tocante á republica, e reservastes o futuro. Isto é o essencial. Pensae nos deveres que d'ahi

FOLHETIM

3

CH. DE BERNARD

O PADRASTO

Trad. de GERVASIO LOBATO

PRIMEIRA PARTE

I

Um jantar no Rocher de Cancale

(Continuação)

—Que idade tens? perguntou então o general que tendo presidido a muitos conselhos de guerra empregava muitas vezes sem o querer a forma interrogativa.

—Vinte e sete annos, respondeu Henrique sem poder deixar de sorrir ao accento napoleonico do tio.

—Quanto rende a tua casa? proseguiu com o mesmo laconismo.

—Cinco mil francos que me deixou meu pai.

—Graças á emigração, porque, sem essa extravagancia, estarias hoje millionario. Mas esquece-te dos duzentos mil francos, aproximadamente, que cedo ou tarde deves herdar de tua mãe.

—Desejo nunca ter de os receber.

—Isso é de bom filho, mas emfim estão no dominio das probabilidades. Cinco mil francos de renda presentemente, e para o futuro mais seis ou sete mil, é toda a tua riqueza; e se por acaso contas com a minha herança, devo-te prevenir que fazes calculo errado.

—Meu tio...

—Não me interrompas! estimo ter comtigo explicações francas a este respeito. Quem conhece a riqueza de tua mãe, conhece a minha, visto sermos irmãos. Ora desde que uma ordem do rei me julgou bastante velho para figurar na segunda secção do quadro do estado maior, o meu soldo juntamente com as minhas rendas, não me chegam para as despezas. O cargo de inspector de cavallaria que exerci durante dez annos, acostumou-me á boa vida. Boa mesa, cavallos, muitos creados, vieram a ser para mim coisas de primeira necessidade; e não te occulto que para cobrir o deficit do meu orçamento, tenciono, logo que tu cases, pôr os meus bens em renda vitalicia.

—Meu tio póde dispôr do que é seu, como fôr sua vontade, respondeu Henrique, que conhecendo muito bem o egoismo do tio não podia admirar-se do que lhe ouvia.

—Se não realisei já este projecto, é pela amisade que te tenho, continuou o general no tom de um homem que julga ter direito a elogios. Annunciar authenticamente que tu não tinhas um soldo a receber por minha morte, era diminuir o teu valor matrimonial, e teria sempre remorsos de te haver pregado similhante peça. Além d'isso, retardando a operação projectada, obterei juro maior, o que não é para desprezar.

—Vejo, meu tio, que estudou a questão sob todas as faces.

—É o meu costume, disse o sr. de Roquefeuille sem parecer notar o accento ironico do sobrinho. E não obstante o pobre Falconet ter tanto de impostor como de avarento, e querer a todo o transe transformar a filha em condessa de Laubespin, a renda vitalicia poderia fazer com que esfriasse no caso a teu respeito: por isso tenho tido o cuidado de guardar silencio. Mas tu ficas agora prevenido.

—Está dito, meu tio, respondeu Laubespin inclinando-se com respeito equivoco, affligir-me-ia se a sua amisade por mim lhe fizesse diminuir um unico prato da sua mesa.

—Quanto a isso podes estar descançado. A proposito de mesa, era já tempo e mais que tempo de irmos ao jantar, proseguiu o general depois de ter pela segunda vez consultado o seu relogio. Seis horas e meia e Falconet sem apparecer! O que quer isto dizer?

—Se quizesse dizer que o sr. Falconet não se interessa por este casamento mais do que eu, dava-lhe de boa vontade um aperto de mão.

—Ventillemos essa questão em quanto estamos sós, disse o sr. Roquefeuille franzindo o sobr'olho. Que objecção tens tu a pôr contra esse casamento?

—A filha do Falconet é feia.

—Provar-te-hei logo que é uma boa qualidade. Adiante.

—Não tem espirito.

—Outro merito que eu logo te explicarei. Adiante.

—Tudo n'ella indica temperamento frio e lymphatico, completa insensibilidade.

—Terceira virtude, mais preciosa ainda do que as outras duas. Que mais?

—É incapaz de experimentar sentimentos apaixonados: não tem coração.

—Meu pobre Henrique, disse o general com sorriso de compaixão, vejo que a tua educação a respeito de mulheres está ainda por começar. No fim de tudo admira-me pouco. Quem te havia de dar sobre esta materia delicada noções sãs e justas? Tua mãe que é beata? Não, com certeza! Felizmente tens-me aqui para esclarecer a tua ignorancia. Estabeleçamos primeiro uma distincção essencial. Se se tratasse aqui da escolha de namorada, os teus argumentos teriam valor; mas trata-se de casamento, e então está provado que não tens senso commum.

—Mas, meu tio, eu queria amar minha mulher, pelo menos tanto tempo como se amam as namoradas.

—Absurdo! digo-te eu. Uma mulher bonita, espirituosa e apaixonada, tal, n'uma palavra como tu o sonhas, é o maior flagello que pode cair sobre um marido. A belleza attrae o cortejo dos estranhos, o espirito captiva-os, o caracter apaixonado da mulher faz o resto. Que papel representa então, no meio de tudo isto, o pobre diabo do marido que é o editor responsavel? Fala-me, para esposa legitima, d'uma mulher feia e virtuosa, apathica e saudavel, tal, como a menina Felicidade Falconet. Ainda que ella não tivesse senão metade da riqueza que tem, era ainda assim um excellente partido. Tu tens disposições para ciumento, e com esta mulher podes dormir descançado. Isto não vale de nada, hein?

—Vale de muito, certamente; mas eu preferiria ter algumas inquietações, correr alguns riscos, e podel-a amar.

—Ama-a; quem te impede?

—Sinto que me seria impossivel.

—Então não a ames. Ninguem te obriga.

—Até hoje nunca tive uma paixão séria, disse gravemente Laubespin: mas sinto em mim o fogo prompto a atear se á primeira faisca. Posso eu pois, sem deslealdade casar com uma mulher que não amo? Não seria expor-me voluntariamente a esquecer os meus deveres, e a trair os meus juramentos?

—Meu rapaz, tu encaras o casamento á feição de tragedia, respondeu o sr. de Roquefeuille com zombaria pouco dissimulada; deixemos as phases empoladas, e fallemos a linguagem do bom senso. Todos os dias ha casamentos com mulheres que os noivos não amam, mas nem por isso ficam sepultados vivos no seio da familia os que contraem d'estas nupcias.

No momento em que o general, cuja mocidade florescêra no tempo do Directorio, começava o desenvolvimento d'uma these pouco moral ácerca dos passamentos extra-conjugaes a que, segundo elle, se podia entregar o marido de qualquer mulher feia, foi interrompido pelo ruido da porta que se abriu.

—Silencio! disse elle immediatamente, olhando para o sobrinho com intenção. Ahi estão os nossos convidados.

(*Continúa amanhã.*)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 84 - Jornal da Noite 14 e 15 de junho de 1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Conferências Democráticas

Recebemos hoje as informações que não nos foram enviadas ontem na suposição de que se não publicitário o Jornal da Noite. São as seguintes:

O sr. Eça de Queiroz começou por dizer que ia apresentar as ideias da revolução fato permanente, teoria da justiça) sobre a arte. Disse que a arte não aparece nas sociedades como um fato isolado, mas sim intimamente ligado ao progresso e decadência das sociedades. Mostrou a influência que as épocas históricas exercem sobre a arte.

Disse que a arte só pode ter unidade, progresso e perfeição, quando se inspira da *ideia mãe* que rege a sociedade no meio da qual ela nasce.

Deu os dois exemplos da arte grega e da arte ascética na meia idade.

Apresentou depois o quadro da arte no século XIX, mostrando por um lado a sua falta de unidade e por outro a sua decadência constante, provou que isto resultava de que a arte do século XIX estava em perfeita contradição com o espírito do mesmo século: que o espírito do século era a revolução, e que o ideal da arte era ainda os velhos ideias do passado. Mostrou que a revolução ainda não conseguiu criar uma arte sua.

Mostrou a literatura francesa desde Babelais até Beaumarchais conduzindo a civilização para a revolução de 89. Descreveu o estado da arte no período da primeira revolução francesa, mostrando quanto fora enfática e estéril: citou exemplos. Falou da arte na restauração e apresentou-a fazendo pelo menos que lhe eram próprios uma verdadeira contra revolução. Descreveu o espírito de Chateaubriand. Fez longamente a análise e a condenação do romantismo. Mostrou a influência perniciosa do romantismo nos costumes, a sua decadência, a reação do bom gosto francês. Descreveu largamente o 2º império e a sua arte. Disse que com o despertar do espírito público em França, considera a aparição do Realismo. Apresentou como exemplo o romance Madame Bovary. Apresentou a teoria do realismo: devendo ser suas condições, 1º tomar a sua matéria na vida contemporânea; 2º proceder pela experiência, pela filosofia, ciências dos temperamentos e dos caráter; 3º ter o jornal moderno que rege as sociedades, isto é, justiça e verdade.

Apresentou a teoria da moral do realismo mostrou-a auxiliando o desenvolvimento da ideia de justiça nas sociedades: fazendo as críticas dos temperamentos e dos costumes: sendo uma auxiliar da ciência e da consciência, demonstrando pelos meios que lhes são próprios, a verdade e a justiça que podem encerrar as ações humanas. Expos largamente esta matéria, combateu todas as objeções feitas contra o realismo, e mostrando que nele se pode fundar a regeneração dos costumes.

Citou para exemplificar alguns quadros de Coubert – *Os Curas, O Enterro e Os Britadores de Pedra*. Descrevendo-os minuciosamente.

Terminou dizendo que a arte moderna ou se há de tornar realista ou está destinada a uma decadência e a uma extinção completa, ou a sua condenação em massa pela reação das consciências.

Faltou duas horas.

Agradou a todos a dicção do orador, e no fim da conferência foram unanimes e prolongados os aplausos, segundo nos referiram muitas pessoas que ali tinham estado.

3.2.6.8 - O Diário Popular – 15/junho/1871

Fig. 85 - O Diário Popular – 15/junho/1871 – p.1

O DIARIO POPULAR

N.º 1:673 | Assignaturas em Lisboa, 3$0 réis; trimestre; 7$00 réis. Provincias, trimestre, 1$120 réis; o semestre, 2$250 réis; pagas adiantadas. | Lisboa — Quinta feira, 15 de junho de 1871 | Publicações: Corpo do jornal, 40 réis a linha; annuncios 20 réis; venda avulso, 10 réis. Toda a correspondencia deve ser dirigida ao administrador A. Costa. | 6.º ANNO

TIRAGEM 20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

Não cessam as injurias dos que ill ldiBse com o que julgam proxima victoria, não antevêem no futuro mais uma dura lição, quando o paiz entender que lhes deve infligir o castigo que merecem.

Cuidam que depois de dissiparem os dinheiros da nação, de comprometterem as finanças, de illudirem os povos com economias que nunca fazem, ainda podem impunemente acanalhar mal a corôa, vilipendiar as instituições, e que para chegarem a seu fim não importa os meios de que se servem. Enganam-se.

Contam que com a intriga e a traição podem escalar o poder, e com a força se hão manter para mais a seu talante disverdigarem o resto que ainda escapou á sua voracidade. Experimentem; mas não se esqueçam que já mais de uma vez tiveram de ceder o logar a outros porque o pais n'uma attitude imponente lh'o significou por modo que não lhes deixava vontade de fingir.

A longa serie de escandalos de que foram auctores ou que auctorisaram com o seu espirito dissoluto, alienou-lhes todas as sympathias populares; comprehenderam que não podiam seguir o caminho por onde nas sociedades livres e nas nações que se prezam, vão direitos ao poder os que revelam dotes governativos, os que applicam todas as suas faculdades a bem servir o seu paiz, e por isso tiveram de embrenhar-se em sendas tortuosas, em vielas escuras. Tramaram nas cavernas porque os conciliabulos dos maus espiritos não podem celebrar-se á luz do dia sem que ponham de sobre-aviso os encarregados de manter a segurança publica. Adoptaram a hypocrisia e o servilismo como melhores armas para vencer quem longe do centro da actividade commum não tem todos os meios de conhecer cabalmente os homens e os factos e por isso mais se pode deixar embair por suaves conselhos.

Cegos de vaidade e ambição perderam se no conceito dos povos e não veem que desprezados a corôa; quando desde o mais elevado ao mais infimo cidadão não houver um só que não conheça, quando lhes cahe de todo a mascara com que se desfarçaram para a intriga, conhecerão que mais nenhum recurso lhes resta, e no abandono, no esquecimento ensaiam explorar os erros que praticaram.

Confessaram a sua impopularidade porque seria inutil negal-a; mas não lhes deixa a avidez perceber que pretendendo o poder vão pôr em difficil collisão quem lh'o confiar com a opinião publica que os repelle.

Enganam a corôa. Illudem os seus alliados, indibeiam o actual governo que atraiçoam, mas só não falsearão o pair que bem os conhece. Assim elle possa resistir aos embates de tão illegitimas ambições e ás consequencias de tão grandes desvarios.

Hontem o sr. D. Fernando foi de manhã visitar os imperadores do Brasil. A noite tencionava voltar ao Lazareto em escaler illuminado.

Por tempo de 30 dias está aberto concurso documental para o provimento das seguintes igrejas paro chiaes:

Abreira (Santo Estevão) concelho de Miranda-la; diocese de Braga; Campello (Santo André) Villa Real, Braga; Crogo do Campo (S. João Baptista) Coimbra; Fajã (Nossa Senhora da Assumpção) Pampilhosa, Coimbra; Ferro (S. Sebastião) Covilhã, Guarda; Ollido (S. Pedro, Manha a Nova, Castello Branco; Trancoso (Santa Maria) Pinhel.

O rendimento do cunhado do ferro de leste na semana finda em 3 de junho foi de 19:662$567 réis.

Sua magestade o imperador do Brasil dispensou a guarda de honra que foi enviada para o Lazareto.

O sr. deputado Henrique Ulrich, ex-deputado pela Figueira, cedeu do seu subsidio em beneficio dos pobres do seu circulo, procedimento que não é extranhavel em tão distincto e bizarro cavalheiro. S. ex.ª tem imitado com os seus amigos para que o não propo nhum novamente.

Embarcaram hontem para Marselha 2:139 almas de gingulha e 120 volumes de retalho.

É hoje ás 8 da noite a serenata que a sociedade *Tagi Fluminis* offerece, a bordo de um vapor, a suas magestades os imperadores do Brasil.

O sr. advogado Ernesto Freitas, representante da auctora no processo da Viuva de Castro, interpôz recurso de revista para o supremo tribunal de justiça da sentença do tribunal da relação no referido processo.

Deram-se hontem á sepultura os restos mortaes da sr.ª D. Luiza Conreur, tia do nosso amigo o sr. Guilherme Conreur, general reformado e secretario da escola do ex reino.

Succumbiu a uma paralysia, na avançada idade de 88 annos. Na regente do recolhimento de Lazaro Leitão, ou de estava vivendo, e em todas as mais pessoas que ali residem, achou aquella virtuosa senhora as maiores disvelos e em dados nos ultimos dias da sua vida.

Despachos telegraphicos

Londres 13, á 1 hora da tarde

Espera-se que o exercito evacuará Paris dentro de poucos dias; 50:000 homens vão para Versailles, e 50 mil para Lyon.

Receia-se um movimento reaccionario em La Villette: tem-se estacionado maiores pas ali, e tem-se dobrado as sentinellas.

Continuam a fazer-se mais prisões importantes.

O negocio em Paris está melhorando muito.

No domingo proximo haverá revista do exercito, e hão de estar presentes os deputados para dar testemunho da grande satisfação da assembléa pelo comportamento do exercito.

(Serviço Sub-marino.)

Londres 14, á 1 hora da tarde

Ainda não se formaram os conselhos de guerra em Versailles, em consequencia do grande numero de prisioneiros.

As execuções summarias continuam.

Julio Favre annunciou que brevemente largará o ministerio dos negocios estrangeiros.

Trocha fez um discurso na assembléa, dando conta do governo da defeza nacional e disse que a revolução teve origem na desmoralisação do exercito, que não estava prompto para se bater com o inimigo.

(Serviço sub-marino)

O caminho de ferro de leste submetteu á approvação do governo uma tabella de serviço para wagons de recreio com bilhetes de ida e volta a preços reduzidos, validos desde 23 a 26 do corrente entre as estações das linhas de leste e norte e vice-versa.

É excellente o estado agricola no districto de Coimbra. Acham-se concluidas as sementeiras de milho e as pacio das searas é bom, assim como o dos olivaes e pomares. Em alguns pontos do districto é que as vinhas tem apparecido atacadas de oidium.

Está concluido o recenseamento geral dos gados no districto de Faro.

Ante hontem a sr.ª Francisca do Nascimento Avelis Guerra, moradora na rua de S. Thiago n.º 15 loja, tentou contra a existencia pretendendo lançar-se ao Tejo do caes das Columnas, o que não levou a effeito por ter obstado a isso o soldado n.º 273 da guarda municipal ali de serviço. Ahi feita mostrava indicios de quem soffria alienação mental.

Passaram-se os dois dias das festas de Santo Antonio com a alegria habitual. Na praça da Figueira, no Rocio, e em todas as ruas da baixa andaram os descantes de todos os annos e na noite de 12 para 13 não foi a ordem alterada em nenhum sitio. Foram numerosos os bailes campestres e de differentes sociedades nas duas noites.

Em Ribbafolle foi grande a concorrencia e reinou a melhor ordem dando-se animadamente até a uma hora e tocando a philarmonica de S. Sebastião da Pedreira excellentes peças do seu reportorio. Findo o divertimento offereceu o sr. Fronteira, regio administrador d'aquelle estabelecimento, abundante ceia a muitos. Os convidados retiraram-se satisfeitissimos pelo bom acolhimento.

No palacio de Filippa de Vilhena houve tambem baile que esteve muito concorrido e onde se dançou até á madrugada.

Na sociedade *Recreio Artistico* e *Rossini* dançaram toda a noute animadamente numerosissimos pares.

A sociedade *Capricho* deu uma recita no seu theatrinho do palco de D. Pradinho.

As sociedades dos theatros *Taborda*, *Recreio Familiar* e mais outras em grande numero tambem deram bailes em ambos os dias.

Os incendiarios de Paris parece que transferiram para Constantinopla o theatro dos seus ultimos attentados. No dia 7 pela manhã rebentaram quasi ao mesmo tempo quatro incendios naquella cidade; n'um ficaram reduzidas a cinzas umas tres casas; n'outro foram alcançadas pelas chammas cerca de cincoenta casas; n'outro ficaram destruidas umas vinte casas e estabelecimentos publicos. O quarto foi logo apagado e os estragos foram insignificantes.

Crê-se geralmente que estes incendios foram deitados por malvadez.

No dia 11 celebrou-se em Faro na Sé cathedral a festa do Sacramento, sendo oradoe o reverendo conego Barbosa Ignez estava riquissimo adornada, e o throno explendidissimo ao s. o.

Por causa do tempo estar muito chuvoso não saiu a procissão para o que se achavam as janellas guarnecidas de riquissimas colchas.

Noticias de Cabo Verde dizem ser ali bom o estado alimenticio e sanitario. O commercio vae resentindo-se um pouco. Tem chegado bastantes navios dos portos de França para receberem carregamentos de semente de purgueira. Na Guiné era regular o estado sanitario e alimenticio.

Chegou de Southampton, a bordo do *La Plata*, o sr. barão de Welleck, diplomata allemão.

Está á venda a quinta denominada do Farrobo. Esta excellente propriedade está situada a 27 kilometros de Lisboa, proximo de Villa Franca de Xira. Está avaliada em 77 contos.

Diz se como certo que o sr. Joaquim Gonçalves Corado de Campos e Menezes cedêra da candidatura da Figueira a favor do sr. José de Mello Gouvêa, actual ministro da marinha.

O *Diario* publicou hontem o relatorio da commissão encarregada de promover uma subscripção publica para soccorrer a reconstrucção do asylo *Maria Pia*. A subscripção produziu réis 71:259$643 em metal, e 1:500$000 réis em inscripções.

Falleceu na cidade do Desterro, na provincia de Santa Catharina, o sr. José Gonçalves dos Santos Silva com 77 annos de edade.

Era o ultimo liberal que existia dos que fizeram a revolução constitucional do Porto em 24 de agosto de 1820, tendo então 26 annos. Tendo emigrado para o Brasil em 1828 nunca mais voltou.

Tem continuado a ir nos ultimos dois dias muitas pessoas comprimentar os imperadores do Brasil. Entre outros notaremos os srs. marquezes de Niza e de Ficalho; visconde d'Algés; Almeida Campos; Filippe de Carvalho; condes do Canal e Ficalho.

Em audiencia geral do 2.º districto criminal foi hontem julgado Manuel Gonçalves, cosinheiro, pronunciado pelo crime de roubo de 25000 réis, feito em 7 de abril do corrente anno a Antonio Julio da Fonseca Carvalho, com taberna na rua de S. Pedro Martyr, empregando o réu arrombamento da gaveta onde se achava a quantia roubada.

O jury deu como não provado o crime sendo o réu absolvido. Defendeu o réu o escrivão do juiso o sr. Mendonça, por ter faltado o advogado nomeado pela ré a sr.ª Dr. Escrivão sr. Manoel.

Lembremos apenas que é hoje o bulicioso da actriz Fiullo. Não lhe falta concorrencia porque tem alto grangeio o numero de pedidos de camarotes e bilhetes de plateia, mas é necessario que lhe façam lugares para que se prove que o nosso publico não é só prodigo de applausos nos dias do seu fortuna que faz empenho em applaudir uma boa actriz é que não ella esta nos melhores tempos da sua gloria e da sua prosperidade ephemera. O espectaculo é excellente e é qual obrigação de todos os amadores da arte drama tica concorrerem hoje ao theatro de D. Maria e applaudirem uma boa actriz e a concorrerem para minorar uma injustiça da sorte.

No agradecimento dos srs. João de Sousa Falcão e João de Sousa Falcão Junior, que publicámos no jornal de 11 de corrente, deixou de mencionar-se por omissão typographica, o nome do illustrado facultativo o sr. Antonio Mendes Pedroso, o qual, assim como o sr. commendador Antonio dos Santos, apezar da grande distancia e das cheias, de noite e dia, se mostraram sempre solliciios em acudir, quando o estado dos enfermos a er.ª D. Maria Xavier de Sousa Falcão e o sr. João de Sousa Falcão Junior, o pedia.

A pedido dos signatarios do referido agradecimento, que serão eternamente gratos aos serviços de modo do amigo lhes foram prestados, fazemos esta necessaria rectificação.

Soube se que arribou a Lisboa o gotacho portuguez *Fausto*, por lhe ter fallecido em viagem o capitão.

É candidato governamental a deputado, pelo circulo de Portalegre, o sr. dr. José Baptista Cardoso Klerk.

Terminou no Porto o bazar feito para soccorrer ás necessidades da Santa Casa da Misericordia do Porto. As senhoras que estiveram vendendo no bazar foram as ex.mas marquezas de Monfalim, de Salsenha e de Sousa Holstein, condessas de Cortiça, viscondessas de Balsemão, D. Maria da Piedade Pais de Sande e Castro, D. Leonor Several e D. Maria Maxima Alvares Ribeiro Cabral.

Muito a proposito lembrou o *Primeiro de Janeiro* que estas caridosas damas poderiam fazer peditorio de algumas miudezas para se augmentar o asylo da Mendicidade, onde são recolhidos os que bem por cama o fio lugar das ruas.

No Casino Lisbonense falhou na segunda feira á noite o sr. Eça de Queiroz, o qual expoz do modo mais lucido os espiritismo e le as artes modernas e de literatura nova. Analysou a artegrega, a arte classica e o grande movimento revolucionario da literatura em 1830. Mostrou como a arte ob decer fatalmente a mesma lei que determina nas sociedades as grandes evoluções dos principios, das instituições e dos costumes, e de como é falso, é incomprehendido, e é inutil a litteratura que a si mesma se falseia desconsiderando-se os interesses do mundo em que existe como uma instituição de aperfeiçoamento, de elevação e de progresso. O idealismo e o romantismo, tomados ainda como instrumento litterario da epoca profundamente prutico, experimental e positiva em que vivemos. Foram considerados frente a frente pelo conhecido, esgrimidos com grande precisão e figura, e varados por golpes successivos e profundos que elle lhes poz no coração. A sociedade parisiense do se-

---

304

FOLHETIM

ULTIMAS PROEZAS DE

ROCAMBOLE

POR

PONSON DU TERRAIL

Traducção de F. F. da Silva Vieira

PARTE QUARTA

A fogueira da viuva

Debruçado da portinhola, vi o infeliz mancebo desapparecer por um momento; depois Singhi, que nadava como um peixe, pachou o cabo para si, e com o punhal, que levára entre os dentes quando saltára ao mar, cortou o cordão que manietava o piloto.

Era tempo que a operação fosse mais demorada, pois em tres segundos, Murphy afogava-se irremediavelmente.

Vi-o estar nadar, e diligenciar seguir o navio, ao passo que Singhi desapparecia na escuridão.

Ao mesmo tempo ouvi bradar pelo cavas.

Ficou-me [illegible]

O piloto fôra obrigado pelo gageiro grande, que era quem estava encarregado do commando, a mandar arriar o escaler, mas eu oppuz-me ao seu intento.

Com o espaço de Murphy carregado para os olhos fallava com voz clara e vibrante.

—Seria perder o escaler, sem conseguirmos salvar o homem, bradei-lhe eu.

E subindo para o banco de quarto, tomei conta do commando.

Entretanto Murphy, que se desembaraçára da mortalha, nadava vigorosamente, bradando ao mesmo tempo por soccorro; e nadava na esteira do brigue, o que lhe permittiu seguil-o por algum tempo.

Mas em breve foi-lhe a voz cuppl antada pelo ruido das vagas; em seguida desapparece.

Nada mais tinhamos a recear de Murphy; e a mãe restava-me a esperança de que elle escaparia á morte, chegando a algum rochedo proximo da costa.

Em imitava tão perfeitamente a voz e aspecto do piloto, que a tripulação julgava obedecer ao proprio Murphy.

Quanto ao homem caído ao mar, julgaram que era eu, ficando d'isso convencido o proprio Nadir, que tam bem subira ao convez.

Nadir approximou-se da amurada, e emquanto eu a ella com aspecto de desesperação, diligenciando sondar as trevas com a vista.

Então, entregando por um momento o commando ao gageiro grande, ro de proa; e o gageiro grande, que de cel do banco de quarto, e approximando-me de Nadir, toquei-lhe no hombro.

Nadir voltou se rapidamente.

—Não me conheces? perguntei-lhe eu.

Nadir a custo suffocou uma exclamação.

—Cala-te! accrescentei eu. Dentro em pouco vou pôr-te no leme.

—Pois é tu! murmurava elle no tom da maxima admiração.

—Não te disse que havia de commandar esta noite o navio? Bem vês que cumpri a minha palavra.

Nadir julgava estar sonhando.

XLVII

D'ali a uma hora governava vamos differentes aos recifes da costa, estando Nadir ao leme.

Eu achava-me senhor do navio, e a noite estava tão escura, que nem um unico marinheiro inglez notou a substituição.

Todos julgavam obedecer a Murphy.

Não havia senão um homem que podesse nutrir duvidas, e adivinhar em fim a verdade acerca do rumo que levava o navio: era o gageiro grande.

Mas então não se achava elle no convez.

Fôra-se deitar, e sem o minimo remorso, porque o mar estava magnifico e a brisa de feição, e porque além do homem que fôra pela borda fóra, não havia novidade a bordo.

Além d'isso, como o homem que caira ao mar era um mulato, no cabo de cinco minutos ninguem se lembrava já de tal.

Fora os inglezes um mulato não chega a ser um homem.

Quanto aos demais marinheiros executavam tranquillamente as manobras que eu commandava, convencidos de que seguiamos o rumo que deviamos seguir, ao passo que Nadir levava a prôa direita á costa.

Em pé no meu banco de quarto, esperava eu com uma especie de impaciencia que Singhi, o supposto mulato, nos désse o signal.

Havia tres horas que elle partira, nadando.

Para lhe dar tempo de chegar e de se juntar aos companheiros de Nadir, os quaes de certo se não tinham affastado de beira-mar, tinhamos andado a bordejar cerca de duas horas, era approximando-nos, ora affastando-nos da costa.

Afinal avistei ao longe um clarão avermelhado.

Não era pharol; porque a luz dos pharoes é regular e de um gigmetro correcto; e aquella era augmentava era diminuia, segundo o vento; pas sava do vermelho claro ao vermelho carregado, e era facil de perceber que a causa de tal phenomeno era o fumo que se erguia em torno da chamma.

Não podia, portanto, ser senão o si- nal de Singhi, e Nadir poz-se immediatamente a ella.

Era evidente que Singhi, seguindo as ordens que lhe eu déra, accendera a fogueira no cimo d'um penedo.

Tudo caminhava, por conseguinte, como devia ser; não havia senão uma cousa que me preoccupava um tanto ou quanto.

Não me sahia da memoria o pequeno pito, o filho do desventurado rajah Gumany.

Tippo Runo, depois de o ter levado que casa do alfaiate Hassan, cobrira o por tal modo de caricias, que o pequeno affligira-se-lhe a ponto de lhe chamar pae.

Se dêra aquella criança que Tippo Runo era um traidor, e que nós e que eramos seus amigos, era um colsa insensata e imperdoavel.

Era necessario apoderarmo-nos do pequeno como d'um prisioneiro de guerra, salvarmo-nos do naufragio que estava imminente, e levál-o comnosco á viva força.

Nadir e eu tinhamos já concertado o plano.

O pequenito dormia no camarote de Tippo Runo, que se não separava mais d'elle que da sua sombra.

Tinhamos, pois, combinado, que no momento em que o navio tocasse no escalho e se lhe ouvisse um estalar os cosos, precipitar-se-hia Nadir no camarote de Tippo Runo, apoderar-se-hia do pequeno, e lançar-se-hia com elle ao mar.

Afinal, não fallando na vida do pequenito, que era preciso salvar custasse o que custasse, era simplicissimo o que devia succeder.

Dos doze ou doze marinheiros que havia a bordo, cinco ou seis não sabiam nadar, como acontece a muitos maritimos, e afogar-se-hiam irremediavelmente.

D'este numero era o gageiro grande, unico homem que ainda poderia salvar o navio.

Se os outros conseguissem chegar a terra nadando, não cuidariam já de si, e penso lhes importaria o navio, cuja verdadeira carga ignoravam qual fosse; além d'isso eram de tal modo inferiores aos filhos de Sevah, que a lucta, se acaso se travasse, não podia ser demorada, nem duvidosa no resultado.

Tippo, desde que a fragata ingleza ponera em fuga os piratas chinezes, e lhes mettera o junco a pique, mostrava-se mais tranquillo.

De quando em quando, e por simples desencargo de consciencia, luctava Johu Happer, cujo estado o obrigava a conservar-se de cama; após cada uma das refeições subia ao convez, demorava-se uma ou duas horas fumando, tornava a descer e deitava se muito tranquillamente.

A proporção que a noite se adiantava, tornava-se o nevoeiro cada vez mais denso.

(Continua.)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 86 - O Diário Popular – 15/junho/1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

No Cassino Lisbonense falou na segunda feira à noite o sr. Eça de Queiroz. O qual expos de modo mais lúcido e mais espirituoso a lei da arte moderna e da literatura nova. Analisou a arte grega, a arte clássica e o grande movimento revolucionário da literatura em 1830. Mostrou como a arte obedece fatalmente a mesma lei que determina nas sociedades as grandes evoluções dos princípios, das instituições e dos costumes, e de como é falsa, é incompreendida, e é inútil a literatura que a si mesma se falseia desacompanhando os interesses do mundo em que existe como uma instituição de aperfeiçoamento, de elevação e de progresso. O idealismo e o romantismo, tomados ainda como instrumento literário da época profundamente prática, experimental e positiva em que vivemos, foram considerados frente a frente pelo conferente, esgrimidos com grande precisão e finura, e varados por golpes sucessivos e profundos que ele lhes jogou ao coração. A sociedade parisiense do segundo império, e a literatura chama de boulevard que dela procedeu foram criticadas pelo Sr. Eça de Queiroz com grande esplendor de colorido, e perfeita exatidão e vivacidade de linhas.

A conferência terminou pela mais completa e mais radical afirmação do realismo que se tem feito em Portugal. Nesta parte, que era a mais importante e vital do seu discurso, mostrou o Sr. Eça de Queiroz como o realismo, no modo como ele o compreendia, não era simplesmente um processo de forma, mas sim uma base filosófica para todas as concepções do espírito, uma lei, uma carta de guia, um roteiro do pensamento humano na eterna região artística do belo, do bom e do justo.

Assim considerando o realismo deixa de ser, como alguns falsamente o supõe, um simples modo de expor, minudente, chato, trivial, fotográfico. Isso é o falseamento do realismo, é o abastardamento dele, é a forma pela essência, é o processo pela doutrina. O realismo é outra coisa: é a negação da arte pela arte, é a proscrição do convencional, do falso, do oco, do enfático, do lacrimoso, do piegas. É a abolição da retórica considerada como arte de promover a comoção pela inchação do período, pela epilepsia da palavra, pela congestão dos tropos. É em vez da lei gramática do belo tomada como caminho do justo, segundo a tendência da literatura velha, a lei moral e científica do justo recebida como única inspiração do belo. O romantismo era a apoteose do sentimento, o realismo deve ser a anatomia do caráter. Para exemplificar a doutrina do realismo, citou o Sr. Eça de Queiroz *Madame Bovary*, o célebre livro de Gustave Flaubert, no qual o adultério, tantas vezes cantado pelos românticos como um infortúnio poético que comove perniciosamente a susceptibilidade das almas cândidas, nos aparece pela primeira vez debaixo da sua forma anatômica, nú, retalhado, e descosido fibra a fibra por um escalpelo implacável. O efeito é surpreendente e terrível.

O amor ilegível e venal com o seu pavoroso cortejo de alucinações, de remorsos, de terrores, de aviltamentos, de vergonhas e de ruinas, surge aos nossos olhos gotejantes de miséria e de podridão, pavoroso como um espectro diante do qual instintivamente se recua

com repulsão e horror. Este é o realismo na arte, não só porque assim o caracterize o processo descritivo empregado pelo artista, mas principalmente pelo intuito moral de justiça e de verdade que o autor se impôs e que atingiu. O conferente fez sobressair a toda a sua luz este princípio, que repregou com a descrição mais cintilante de alguns quadros de Coubert, como *Le retour des conferences e Les casseurs de pierre*, duas telas imortais igualmente inspiradas pela ideia mãe da arte nova: a justiça.

O Sr. Eça de Queiroz falou com a mais singular limpidez e elegância por espaço de duas horas perante um numeroso auditório, entre o qual se notavam bastantes senhoras. O aspecto do conferente era já de si uma afirmativa da sua isenção revolucionária. Os iniciadores do movimento romântico usavam os cabelos longos, o bigode reto e a pera pontiaguda, como os cavaleiros das cruzadas; as calças de grandes quadros, a quinzena de veludo e a gravata encarnada.

O representante do realismo na sala das conferências democráticas trajava diplomaticamente uma irrepreensível sobrecasaca abotoada, colete branco, plastron de cetim, sapatos envernizados, luvas cor de chumbo e colarinho alto. Como não democrata, fiel a sua propaganda e ao seu dever, o Sr. Eça de Queiroz tinha a toalete de um gentleman e o modo grave e distinto de um fidalgo. Assim é que é.

3.2.6.9 - O Partido Constituinte 15/junho/1871

Fig. 87 - O Partido Constituinte 15/junho/1871 - p.1

O PARTIDO CONSTITUINTE

NUM. 60 | ASSIGNATURAS.—Em Lisboa: trimestre 720, semestre 1$400, anno 2$800. Nas provincias: trimestre 1$120, semestre 2$220, anno 4$800. Numero avulso 10 rs. Publicações no corpo do jornal 40 réis a linha. Annuncios 30 rs. | Lisboa — Quinta-feira 15 de Junho de 1871 | O escriptorio da administração é na rua do Arco, a Jesus, n.º 19, para onde a correspondencia, franca de porte, deve ser dirigida ao administrador. Os artigos enviados á redacção, sejam ou não publicados, não serão restituidos. | I ANNO

Expediente

Recebem-se annuncios para o jornal «O Partido Constituinte» no escriptorio da administração rua do Arco a Jesus n.º 19, na rua do Arsenal n.º 78 1.º andar, e na rua do Ouro na livraria dos srs. Ferreira, Lisboa & Comp.ª

SECÇÃO POLITICA

Em quanto os principios da moralidade, de honra e de brio que são observados pelos individuos e pelas familias honestas em todos os negocios da vida particular, não forem tambem rigorosamente observados pelos partidos politicos em todos os actos da vida publica d'esses partidos e dos homens que os constituem, o movimento politico do paiz ha de limitar-se a uma minoria relativamente insignificante, e composta na maxima parte de especuladores e de traficantes.

Quantos homens de bem e de incontestavel merecimento, que se tem annullado completamente para a vida politica, ou que sempre foram nullos para os negocios publicos, estariam filiados em qualquer dos partidos militantes, se observassem que o procedimento d'esses partidos era sempre moral e digno, e que os exploradores e traficantes eram banidos e [illegible] de todas as parcialidades?!

Se os homens honrados de todos os partidos, porque todos os tem, se convencessem do prejuizo que na opinião do paiz, que se não manifesta nos periodicos, mas que existe na consciencia publica, causam aos partidos os [illegible] e os corruptos que n'elles se filiam sem fé alguma nos principios, sem crenças nas doutrinas e nos dogmas, sem esperança [illegible] beneficios da patria, mas unica e simplesmente com a mira no interesse pessoal e na ganancia de empregos, de distincções e de influencias, formar-se-hia a cruzada santa da moralidade, da civilisação e do progresso, e todos os partidos liberaes se fundiriam em um só que teria por divisa a paz, a honra, a gloria e a prosperidade da nação.

É nosso convencimento de muitos annos de que, se os bons empregassem para o bem o talento, a energia e a actividade que os maus empregam para o mal a victoria em todas as sociedades estaria sempre do lado dos bons.

Infelizmente porém, os bons são quasi sempre indolentes e desanimados, em frente das armas ignobeis e traiçoeiras que os maus empregam para conseguir os seus fins, e por isso são estes os que prevalecem e dominam em quasi todas as associações e grupos politicos.

Quantos homens eminentes, quantos estadistas distinctos temos visto em Portugal e fóra d'elle, serem aggredidos violentamente, calumniados e infamados por actos que nunca praticaram, nem jámais seriam capazes de praticar, mas de que é facil convencer o povo ignorante que os não conhece, nem vive intimamente com esses homens, mas que os julga apenas por os terem visto uma vez attenderem um traficante ou seguirem o parecer ou o conselho de um miseravel?!

Nos partidos que se prezam, que têem principios definidos e idéas proprias de administração e de governo, é axioma politico que tudo aquillo que não está comnosco é contra nós.

A tolerancia para com as opiniões dos adversarios, a urbanidade no trato com todos e o respeito pelas suas pessoas, e mesmo a estima pelos que a merecem, são deveres da boa sociedade e obrigações dos homens publicos e dos partidos politicos, mas d'ahi ao relaxismo dos principios, á versatilidade das convicções e ao esquecimento de aggravos que ferem o pundonor pessoal e a honra dos partidos, vae distancia incommensuravel.

Os homens que se associam a todos os partidos emquanto estes são poder, e que os desamparam na adversidade, constituem a canalha politica, para a qual não deve haver treguas, nem attenções de nenhuma especie. Esses homens são a peste das republicas, que é necessario exterminar para segurança e garantia do systema representativo.

É esta milicia de mercenarios e de traidores, que sustenta os governos sem principios, sem idéas e sem moralidade, que vão cavando successivamente a ruina d'este paiz e o progressivo descredito das instituições liberaes.

É essa raça abastardada e damninha quem tem proclamado o materialismo politico e conseguido o indifferentismo publico. São elles a força com que contam as mediocridades e as insignificancias para se sustentarem algum tempo no governo com prejuizo da nação, com opprobio das instituições, e com eterna vergonha da humanidade intelligente e prestadia.

Um paiz, que durante quarenta annos tem feito tantas experiencias com tão mau exito, podia fazer mais uma. Accordassem todos os partidos em enxotar de si a canalha que se vende pelo prato de lentilhas, os vilões que se costumaram a estender-se aos pés das mezas ministeriaes de bocca aberta para os ossos que os ministros lhes deitam, como os [illegible] arremessam ás matilhas dos [illegible] e dos galgos os restos do banquete que lhes proporcionou a caçada; accordem todos em marcar em pelourinho publico como traidor e espião aquelle que [illegible] do seu partido para as antecamaras dos ministros, que esse partido guerreia; combinem-se finalmente os homens de bem de todas as opiniões politicas a perseguir como a salteadores os devassos, que a troco de uma miseravel candidatura, ou de um presente ministerial atraiçoam os compromissos que fizeram, os pactos que assignaram, os juramentos que prestaram, as declarações e protestos que publicaram, e em pouco tempo a vida constitucional d'este paiz ha de regenerar-se; os homens que tem que perder, hão de interessar-se pelas coisas publicas, o povo ha de pugnar pelos seus direitos, cumprir com as suas obrigações e respeitar os poderes legitimamente constituidos, porque nunca os verá em mãos manchadas pela corrupção e pela venalidade.

Então será a politica uma coisa seria, nobre e util para a liberdade, hoje é uma feira onde se desmoralisa o povo e se corrompem as consciencias dos homens publicos.

Apesar do nosso collega e amigo o sr. visconde de Moreira de Rey nos ter pedido que não dêssemos explicação alguma a quaesquer considerações que o *Jornal do Commercio* entendesse dever fazer sobre qualquer usurpação que directa ou indirectamente interessasse aquelle nosso amigo, somos forçados por amor á verdade a dizer duas palavras a respeito do que se lê no referido jornal de 13 do corrente, com a epigraphe — *não consta*.

Dissemos que o sr. visconde de Moreira de Rey partira para Fafe a occupar-se dos trabalhos eleitoraes por parte da opposição no districto de Braga, e não que fôra *encarregado* d'esses trabalhos como affirma o *Jornal do Commercio*. É differente.

Insistimos no que dissemos, accrescentando, que, não só no districto de Braga, e não sómente o sr. visconde de Moreira de Rey, mas em toda a parte do paiz onde se ache qualquer cavalheiro do partido constituinte na presente epoca eleitoral, esse trabalhará tanto quanto possa para fazer triumphar as candidaturas da opposição, porque o partido constituinte está franca, aberta e lealmente em opposição ao actual gabinete.

Quanto á traição de que falla o *Jornal do Commercio*, aquelles a quem a allusão se dirige que lhe respondam, se quizerem.

Concluindo, asseveramos que não é exacto ter o sr. conselheiro Joaquim Ferreira de Mello sido demittido de administrador do concelho de Fafe; s. ex.ª é que deu a sua demissão ao governador civil do districto, logo que seu filho se apresentou candidato da opposição por aquelle circulo.

Morreu o sr. André Barreto Chichorro. Era homem de antiga tempera e de caracter rijo.

Tinha a religião do Evangelho, que mandá repartir pelos pobres o que nos sobeja do necessario.

A influencia de que dispunha o sr. André Barreto no concelho de Goes, e em muitas localidades do districto de Coimbra, era filha das generosas qualidades do seu coração.

Onde havia algumas lagrimas a enxugar, fome a mitigar, sede a saciar, ahi chegavam as beneficencias mãos d'aquelle prestante amigo, com a esmola que não vexa, com o auxilio que não humilha, porque a sua caridade era virtude sempre, nunca ostentação.

Como os corações fortes sabia amar e aborrecer em o melhor, e o mais dedicado dos amigos, e era tambem irá [illegible], mas persistente.

Acompanhamos seus filhos na dôr que os fulmina. Os desejos do seu extremoso pae acompanharam fielmente depois da sua morte, por isso que o sr. Barreto morreu para todos o nosso digno e honradissimo amigo o sr. Francisco Mainato.

REVISTA DOS JORNAES

Hontem não houve de manhã jornaes em Lisboa.

O nosso estimavel collega do *Jornal da Noite*, a proposito do movimento eleitoral, diz, com muita graça e muito bom senso, o seguinte:

«O governo não manifesta o que deseja. Os seus amigos que deveriam tender para se organisarem em partido não dão conta dos seus intuitos. As differentes parcialidades calam-se. Os candidatos rapecham rente á terra, mas sem dar palavra. O paiz está condemnado a eleger como se jogasse o cabra-cega.»

Assim é realmente; mas pede a justiça que se diga que o partido constituinte, que ainda ha dois mezes apresentou o seu programma, póde bem prescindir de o apresentar agora. Ou havia de ser pleonasmo, ou reconsideração. A primeira é contra a grammatica e a segunda contra o decoro politico. Fazemos deligencia para não commetter taes peccados.

O *Jornal da Noite* pede desculpa aos seus assignantes das judiarias que lhes tem feito os distribuidores. Por cá vae o mesmo de que se queixa o collega, e as nossas desculpas deviam ficar impressas mezes e mezes.

Dos jornaes das provincias temos:

A *Aurora do Lima*, que publica um artigo contra os reformistas, em que diz que a sua popularidade no reino é o que lhe podem dispensar os regedores e cabos de policia.

O *Bracarense* canta a palinodia dois pontos acima no mesmo partido.

O *Echo do Lima* não é mais notavel com o referido partido, cujo manifesto aprecia desfavoravelmente.

A *Gazeta da Beira* diz que a primeira necessidade publica é exterminar o partido reformista.

O *Tirteu* pede aos eleitores que não votem nos reformistas, que são liberaes como o patriarcha eleito e economicos que [illegible] no livela para estragar na fazenda.

O *Primeiro de Janeiro*, analysando o manifesto do partido reformista, tracta este partido com a maior severidade.

O *Diario Mercantil*, commemorando o dia 9 de julho de 1832, pede aos eleitores que celebrem condignamente em 9 de julho de 1871 uma das mais gloriosas datas do governo liberal.

FOLHETIM

UMA VISITA A MADRID

(Conclusão)

VIII

A Armaria.— Orchatas de chufas.— Outra vez o Congresso.— O sr. Olozaga e o sr. Fernandez de los Rios.— Opera hespanhola.— O Casino.— Visitas.— Audiencia real.— Despedida.— Regresso.

Como resolvera addiar o meu regresso de 19 ao meio-dia para 20 á noite, aproveitei o primeiro d'estes dois dias visitando a Armaria, e assistindo a uma sessão da camara dos deputados.

A Armaria, extensa galeria em que Filippe II fez reunir as reliquias e armas historicas que havia em Valladolid e em Simancas, é digna de vêr-se com mais vagar do que eu tive.

Demorei-me pouco n'este curioso museu, porque esperava a minha [illegible] para ir ao *Congresso*, e só posso dizer á sr.ª D. Emilia das Neves que vi a carruagem de Joanna, *a Douda*.

Tambem vi a espada do Grão-Capitão, mas não vi as contas; e admirei a rica armadura offerecida por el-rei D. Manuel a D. Filippe II, que veiu a succeder-lhe no throno.

De caminho para o *Congresso* convidou-me o sr. Alcalá Galiano para tomar *orchatas de chufas*, que é uma bebida refrigerante, muito agradavel, com que os valencianos, estalajeiros de inverno, ganham a vida durante o verão. As orchatas chupam-se por uns canudos chamados *barquillos*, iguaes aos que em Lisboa acompanham os sorvetes.

Quando entrei na sala das sessões da camara estava fallando o sr. D. José Maria Orense, um dos chefes dos republicanos.

Lembram-se de Claucharie, o lord de Inglaterra, republicano intransigente, pintado por Victor Hugo com vivas côres no *Homem que ri*? Foi o sr. Orense que serviu de modêlo para aquelle retrato; é marquez de Albaida, grande de Hespanha, é decano dos republicanos.

Os seus adversarios disseram-me que s. ex.ª é tão puritano, que sendo grande proprietario e senhorio directo de vastas propriedades, exige aos seus foreiros até ao ultimo chavo, e notam este facto como uma contradicção flagrante com os seus principios politicos, como se um republicano perdesse por esse facto os seus direitos de proprietario.

Não me admiro de que adversarios politicos pensem d'este modo, porque vejo que a maioria dos proprios republicanos não comprehende o que é republica, e confunde-a facilmente com todos os abusos, com todas as extravagancias, com todos os crimes da commona.

O sr. Orense é um orador comico, que diz tudo em estylo jocoso e creio que com muita graça, porque as gargalhadas do auditorio chegaram por vezes a interrompel-o.

Durante este discurso tive occasião de reconhecer a prudencia com que o sr. Olozaga preside aos trabalhos legislativos, dirigindo-se com ar egualmente benevolo a amigos e adversarios. O sr. Olozaga é dos homens publicos que possuem o raro condão de impôr o respeito e a sympathia.

Quem quizer saber a historia politica da nação visinha desde o começo da era constitucional até hoje, tem de lêr o livro — um grosso volume — que sobre tão importante assumpto escreveu o sr. Fernandez de los Rios, actual ministro de Hespanha em Portugal, auctor de outros livros muito apreciados, *Madrid reformado*, escripto durante a emigração, *Tesoro de cuentos*, e *Todo á media*.

N'aquelle livro que tem por titulo — *Olozaga*, está claro, preciso, e elevado quanto o requer o assumpto, sob pretexto da biographia do actual presidente da camara dos deputados, descreve o sr. Fernandez de los Rios as intrigas, as revezes e os triumphos do partido progressista, de que o sr. Olozaga é um dos mais benemeritos caudilhos.

Não é preciso porém lêr aquelle em todo o sentido excellente biographia para conhecer o nobre e elevado caracter do actual presidente da camara popular hespanhola. Invejam-no quem se honrava com a amizade dos duques da Terceira e de Palmella as qualidades do sr. Olozaga revelam-se-lhe na physionomia, principalmente quando desserra os labios, se anima, se lhe illumina a fronte, e com a voz potente mas suave, leva a todos os animos o convencimento de que as grandes virtudes podem felizmente viver alliadas com o grande talento.

Na camara vi tambem S. A. o duque da Torre, general Serrano, ex-regente do reino, e actual presidente do conselho de ministros; o almirante Topete, que deu em Cadix o primeiro grito contra a dynastia bourbonica; o sr. Figueras, chefe dos republicanos; o sr. Ayala, ministro do ultramar, uma bonita cabeça de homem, um bello perfil, e um grande poeta dramatico, auctor de — *El tejado de vidrio* e *Los tanto por ciento*; o sr. Sagasta, ministro do reino e publicista notavel, de quem conservo uma carta em que mui graciosamente me agradece um favor; o sr. Martos, ministro da fazenda e alguns deputados catalães, sentados no centro da camara, com uns barretinhos prêtos á tiracollo, [illegible].

Se diria o amigo se teimasse em Hespanha D. Carlos VII teriam assento em frente os partidarios de outra qualquer dynastia e os republicanos, que ainda não ha muito se alliaram com os sectarios do antigo pretendente? E responde o meu proprio: Não teriam, não, porque a intolerancia é a divisa dos partidos extremos, foi o que os derribou sempre, e o que ha de livrar d'elles.

Dois maceiros vestidos de veludo vermelho e gorro com pluma branca, conservam-se durante toda a sessão, de maças em punho, firmes e immoveis por traz do presidente.

Nas tribunas, pelo menos n'aquelle dia, notei mais liberdade do que nas nossas.

O sr. Bañeras, que chegou no domingo a Lisboa e está hospedado no hotel Universal, querendo até ao fim demonstrar-me a sua solicitude em tudo que pudesse ser-me agradavel, offereceu-me dois bilhetes para o theatro da Alhambra, onde se pretende, auxiliados pela primeira sociedade de Madrid, fazer alguns tentativas da opera nacional.

O *Theatro de Alhambra*, *centro artistico litterario*, é de pequenas dimensões, com uma só ordem de camarotes, mas muito commodo, arejado e elegante. Vi ali formosuras esplendidas, *toilettes* deslumbrantes, e a *élite* da sociedade. Todas as senhoras estavam decotadas e os homens quasi todos de casaca.

Representava-se a opera *Don Fernando el Emplazado*, original do maestro D. Valentin Zubiaurre. Compunha-se

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 88 - O Partido Constituinte 15/junho/1871 - p. 2

Transcreve do nosso jornal um artigo a respeito da eleição de Aveiro, o que muito agradecemos.

Suffragio universal no futuro

(Continuação)

IV

O primeiro systema em que podemos descubrir o vestigio, ainda confuso, deste grande principio, é um systema por vezes ridicularisado, cujos machinismo e effeito, por certo, não defenderemos: é o systema da *unidade de collegio*.

Ninguem ha que não conheça esta famosa combinação, ainda que não seja senão por a ter ouvido enunciar; qualquer eleitor, em qualquer sitio que se ache, tem direito de votar, em quem lhe parecer, — com tanto que vote em um só candidato. Qualquer candidato que obtiver um certo numero de suffragios, — trinta e cinco mil por exemplo, — é proclamado deputado. Eis a machina em toda a sua simplicidade.

A idéa prima é sem duvida excellente: assegurar ao eleitor a plena e inteira liberdade da consciencia, de escolha e de voto; assegurar ao mesmo tempo a qualquer minoria, que contar um sufficiente numero de adherentes, o seu quinhão legitimo na representação, tal foi o pensamento de M. de Girardin. Desgraçadamente, a obra não correspondeu á inspiração.

Este systema, posto em pratica, levar-nos-ia á negação de toda e qualquer proporcionalidade entre a representação e as diversas facções do paiz. A rasão é simples.

Temos um chefe de partido, um chefe da maioria que se apresenta; conhecido por toda a parte, por toda a parte popular e desejado. Em toda a parte se vota nelle: accumulam-se sobre o seu nome cem mil, duzentos mil, quinhentos mil suffragios. Supponhamos esta ultima cifra. Neste caso, se um quociente de vinte mil votos é necessario para ser eleito, haverá um só mandatario que representará para o seu partido o valor de vinte e cinco deputados, e comtudo na camara não terá mais que um voto. Ao mesmo tempo uma minoria de cem mil votos sómente, combinando-se bem, nomeará cinco deputados, e por esta fórma a quinta parte d'aquelles eleitores terão no parlamento uma influencia quintupla! O que acontecerá então se os dois partidos se apresentam com valor numerico proximamente egual! Póde succeder que a minoria tenha no seio da assembléa uma força vinte ou cincoenta vezes maior do que a da maioria, se se não der ao deputado tantos votos no parlamento, quantos foram as *quotas* de votos necessarios para validas eleições, que elle tiver obtido.

Claramente se vê que este expediente restabeleceria o equilibrio; mas, sem fallar de outros inconvenientes graves e numerosos, o principal é que uma semelhante medida seria inaceitavel e inaceitada n'um paiz de egualdade como o nosso. Portanto a unidade de collegio seria afinal a anniquilação das minorias e não a representação das maiorias.

Que mais é preciso para rejeitar sem hesitação similhante projecto? Repellimol-o portanto sem mais observações; mas repetimos, repellimos o mechanismo e a applicação pratica do principio. Pelo contrario, acceitamos o principio, abraçamol-o energicamente como o unico meio de salvação em materia eleitoral, porque só elle póde dar á nação a concordia, deixando de tornar a eleição um combate aonde a victoria é o premio da força, e garante ao eleitor a plenitude de seu direito, elevando-o acima dos antagonismos e dos odios, e arrancando-o ao flagello das colligações.

V

Conhecido o principio, resta-nos descobrir o processo de applicação. Ha perto de quinze annos dois homens, que se não conheciam, que viviam em paizes differentes, M. André, na Dinamarca, M. Hare, em Inglaterra, o crearam quasi no mesmo momento, senão integralmente, ao menos nas suas partes essenciaes. Qual é o vicio radical do systema de M. de Girardin? É unicamente o desperdicio da força que um partido soffre em consequencia da accumulação inutil de um numero exaggerado de suffragios sobre um só candidato. Ache-se portanto um meio de obviar a este desperdicio, ache-se um meio de deixar á justa a cada candidato o numero de suffragios exigido, assegurando aos votos que lhes não são precisos uma representação proporcional, e está resolvido o problema.

Pois já está achado este meio, e nada ha mais simples. Estendendo-se os circulos por fórma que possam nomear um certo numero de deputados, cada eleitor deve inscrever na sua lista *tantos nomes quantos são os representantes* que devem eleger-se no circulo e inscrevel-os *por ordem de preferencia*; comtudo a sua lista não póde em caso nenhum *valer senão para um só nome*.

Terminado o escrutinio, divide-se o numero de votantes pelo numero das cadeiras que devem preencher-se. O resultado da operação é o numero necessario e strictamente bastante para que cada candidato seja eleito. É que chamamos o *quociente eleitoral*.

Fixado este numero fundamental attende-se em cada lista ao nome inscripto em primeiro logar. Apenas um candidato attinge o quociente exigido, é proclamado deputado; depois, se n'uma das listas seguintes se apresenta em primeiro logar o nome deste candidato, supprime-se e passa o voto para o candidato immediatamente inscripto no segundo logar. Este processo é seguido até que se esgotem as listas, até que cada uma dellas tenha contribuido para nomear um deputado. Por este modo nem um suffragio se perde.

Cada eleitor está certo de ser representado pelo mandatario que elle mais deseja.

Uma de duas: ou o seu voto pertence ao candidato que collocou em primeiro logar na sua lista, e contribue para a eleição, ou, se o seu voto é applicado ao candidato, que vem logo em seguida tanto nos seus desejos como na sua lista, é porque o primeiro candidato já obteve a consagração do numero exigido de suffragios.

Então o eleitor tem a dupla satisfação de se ver representado em primeiro logar pelo deputado já eleito, e em seguida pelo deputado para cuja eleição elle contribue. Pela mesma rasão cada opinião, cada partido está certo de alcançar o numero de representantes que lhe é devido, mas tambem de não alcançar mais do que este numero, porque o voto de cada um de seus membros não é valido senão para um nome. D'onde se conclue que: duzentos mil eleitores do mesmo partido com um quociente eleitoral fixado em vinte mil suffragios, obterão dez delegados, mas nunca poderão alcançar o undecimo; porque logo que estiver nomeado o decimo deputado — cada um dos delegados tendo sido eleito por um grupo de vinte mil votos, total duzentos mil — cada uma das listas terá servido para um candidato; todas as listas terão preenchido as suas funcções, e achar-se-ha esgotado o direito dos duzentos mil eleitores. E, ou não é, a representação nacional? E, o alem d'isto é uma obra de justiça, de liberdade, de paz e de politica.

Obra de justiça porque deixa de haver cidadãos violentamente despojados de seu direito pela tyrannia brutal do numero.

É consagrada a egualdade suprema e effectiva dos votos, e o direito de qualquer cidadão á representação não tem outro limite senão a necessidade, — imposta tanto pela rasão como pela logica dos factos, — de ser exercido por um grupo sufficiente de vontades.

Obra de paz, porque d'aqui em diante a divisão do paiz em duas facções que se combatem, e que se detestam, já não tem rasão de ser. Já se não encontrarão de frente inimigos que mutuamente se matam, vencedores que usurpam, nem vencidos anniquillados; haverá cidadãos concorrendo pacifica e amigavelmente para exercerem, cada um por sua parte, um direito sagrado e imprescriptivel.

Obra de liberdade, porque o eleitor já não fica entalado entre a abdicação completa e o sacrificio da sua preferencia. Para existir, já não precisa de se collocar ao lado do mais forte cedendo as suas convicções e sympathias; basta-lhe encontrar um numero sufficiente de vontades que concordem com a sua; póde votar na inteireza da sua consciencia e da sua liberdade, pelo homem da sua opinião, da sua escolha, e da sua confiança.

Obra de verdade, porque de ora avante o eleitor, podendo nomear o mandatario que lhe agrada, e não o candidato que menos lhe desagrada, tambem qualquer partido, qualquer fracção composta de um certo numero de adherentes que não depende senão de si, e que póde ter existencia propria, sem ficar reduzida a cobrir-se com a mascara que a chefe, já não recebe da colligação a lei suprema da eleição, e o deputado já deixa de ser o producto hybrido de uma quota mal combinada de opiniões, a resultante heterogenea de elementos contradictorios e amalgamados violentamente, e será a expressão sincera e luminosa das livres vontades da fracção do paiz que elle representa.

Obra de politica, finalmente, porque hoje que se contam e se não pesam os suffragios, hoje que a onda popular tem o direito inviolavel de inundar as urnas eleitoraes, o perigo, bem se sabe, jaz na absorpção da intelligencia pelo numero.

Se o direito do maior numero fica unicamente consagrado, é inevitavel que dentro de pouco a turba ignara e inconsciente usurpa a omnipotencia, e as minorias illustradas ficam esmagadas sem recurso.

Pois conjura-se o perigo com a representação nacional. Os fortes batalhões podem, e é justo, levantar a voz mais alto do que os outros; mas pelo menos os batalhões intelligentes conservam o meio de se fazer ouvir, e a certeza de não serem amordaçados, abafados anniquilados pela mais brutal e a mais cega das tyrannias.

Comprehende-se bem, do systema não expozemos senão a theoria geral; não podemos codifical-a com todas as minuciosidades.

Longe de nós a pretenção de offerecer de uma vez e de um só jacto, uma applicação perfeita d'esse grande principio aos nossos costumes, ás nossas tradições, ao nosso caracter e aos nossos prejuizos nacionaes!

É obra de um trabalho mais longo, é sobretudo a obra do tempo e de um concurso ardente de intelligencias, de vontades e de convicções. Comtudo ha um ponto que em consciencia não podemos descurar, um ponto capital para a execução do systema.

A theoria pura exigiria, ou pelo menos admittiria, a suppressão dos circulos, a unidade de collegio. Esta seria effectivamente a condição theorica em que a liberdade da escolha do eleitor e o agrupamento das mais pequenas maiorias mais se aproximariam da perfeição ideal; mas somos os primeiros a declarar que tal idéa seria irrealisavel.

Antes de tudo devemos ser praticos; ora a que eleitor n'este mundo poderiamos pedir com seriedade uma lista de quinhentos nomes por ordem de preferencia? Bastariam listas incompletas? Como, se para quinhentos deputados que deveriam ser eleitos, cada lista designasse apenas quarenta, cincoenta ou sessenta no maximo, chegariamos fatalmente a um *deficit* consideravel na representação, cuja quarta ou oitava parte apenas seria talvez nomeada no primeiro escrutinio, ou a violações funestas do principio de proporção, por isso que os nomes dos deputados eleitos não tinham seguidos de outros nomes supplentes nas listas subsequentes, e tornar-se-hiam innumeraveis os duplos empregos de suffragio.

Repellimos portanto para o nosso paiz a chimera da unidade de collegio. A nossa opinião é que a verdade pratica reside em circulos sufficientemente extensos para cada fracção do qual possa n'elles contar um numero bastante de adherentes, e sufficientemente restrictos para que os eleitores possam reunir-se, elucidar-se livremente e combinar os seus suffragios com conhecimento de causa.

Dê-se por exemplo um deputado a setenta e cinco mil habitantes; agrupar-se-hiam as diversas regiões do paiz segundo as suas communidades de interesses, de relações, de tradições historicas e provinciaes. Formar-se-hiam por este modo circulos fixos definitivamente e fóra do arbitrio administrativo, mas variando entre si segundo as necessidades de logar e de população, e ficando por exemplo de dez a quinze deputados. Eis como as coisas então se passariam.

(Continúa)

POLITICA EXTERNA

Trazem os jornaes francezes a sessão da assembléa em que foram votadas as duas leis abolindo o exilio para a familia Bourbon, e sanccionando as eleições do duque de Aumale e principe de Joinville.

Os camarotes da sala do theatro, onde se fazem as sessões, estavam litteralmente cheios de curiosos, porque a questão que se ia apresentar á assembléa era de grande interesse publico, pela sua significação politica.

Os relatores das commissões apresentaram os pareceres a favor da abolição e da validação; isto é, abrindo as portas da França aos principes proscriptos e reconhecendo o direito que elles tinham a sentar-se na assembléa como representantes dos departamentos que os elegeram.

Da parte da minoria republicana intransigente apresentaram-se propostas de addiamento; umas com o pretexto de não tratar este assumpto em qua…

…cripta á italiana, approximando-se muito da primeira maneira de Verdi, o *maestro* denota talento e sciencia, e tem alguns trechos notaveis. Não me pareceu comtudo que esta *opera espanola* tenha o cunho nacional.

Fui depois apresentado no Casino, que é uma sociedade no genero do nosso *Gremio* que ainda se chama *Litterario*.

No dia seguinte, 20, fui pagar as visitas que me tinham feito e á minha familia as exm.as sr.as D. Dolores Bañuros, D. Josefa Martinez, e os srs. D. Salustiano Olózaga, Manuel de Galdo, Bañares, Martinez, Alcalá Galiano, Araus, D. Bernardo Garcia, Nilo Maria Fabra e outros cavalheiros.

A's duas horas procurou-me o sr. Calvo Asencio para conduzir-me ao Paço. Os meus amigos Oliveira Pires e Rangel de Lima já tinham partido para o *Hotel Peninsular*, onde estavam hospedados os srs. deputados Alves Matheus, José Tiberio e Lopo Vaz. Fomos pois ter com elles e partimos todos sete em direcção ao palacio real.

Ao chegar ao vestibulo do paço encontrámos todo o ministerio, pois tinha havido antes conselho de ministros. Fomos apresentados a ss. ex.as, e eu tive o prazer de conversar alguns momentos com o sr. D. Praxedes Mateo Sagasta, a quem de ha muito me acostumara a prezar.

Assim que annunciamos ao general Rossell a nossa presença, s. ex.a veiu receber-nos com palavras muito affectuosas, e introduziu-nos logo á presença de Sua Magestade, que eu conhecia por tel-o visto em Lisboa, e no passeio do Prado. Fallou o sr. José Tiberio em portuguez e respondeu-lhe El-rei em hespanhol. Dirigindo-se a mim, em francez, Sua Magestade fez-me a honra de perguntar se gostára de Madrid, ao que respondi fazendo aos hespanhoes os elogios de que se me tornaram credores. Escuso de dizer, com o risco de desagradar a alguem republicano que queira ser barão ou a algum partidario do sr. D. Miguel, que espero em Deus, não será n; escuso de dizer que El-Rei D. Amadeu I é de sympathica presença, figura e voz insinuantes, ar modesto, trato affavel, como seu pae, o Rei d'Italia. Estes predicados de Sua Magestade são reconhecidos até pelos adversarios da casa de Saboya, que com o seu amor pelo povo e pela liberdade, tem creado não pequeno numero de inimigos.

Tendo voltado a casa, fui procurado pelo *maestro* Arrieta, que não quiz deixar de ir despedir-se de mim. Agradeci-lhe do coração mais esta fineza, que me foi muito agradavel, por proporcionar-me nova occasião de conversar com tão grande engenho. O maestro é companheiro de casa do ministro do ultramar, sr. Ayala. Vivem juntos ha muitos annos estes dois talentos, um poeta e dramaturgo distincto, outro um dos dois primeiros compositores hespanhoes.

O sr. Oliveira Pires teve tambem a bondade de subir ao meu quarto a perguntar-me se eu queria assignar a seguinte manifestação, já assignada por outros meus compatricios, e que ia ser enviada aos jornaes. Respondi logo que com muito gosto assignava. A manifestação era esta:

«Los infrascritos portugueses no pueden por ménos de dejar consignados por este testimonio público su sincero reconocimiento y gratitud profunda por la acojida franca y generosa con que los ha honrado el noble pueblo español, y mui especialmente las autoridades, corporaciones y la prensa de Madrid.»

Los más gratos recuerdos nos acompañan á nuestra pátria; donde no cesaremos de hacer los mas ardientes votos para que las dos naciones, — España y Portugal, — estrechen cada dia más los lazos de una intima y leal amistad, e á fin de que mutuamente autonómicas é independientes, arrouticen por comun acuerdo su desenvolvimiento cientifico, industrial, literario.

Los que suscriben, cumpliendo con un deber tan sagrado como imperioso, ceden á los impulsos spontáneos de su corazon ofreciéndose á las órdenes de todas las personas que de diversas maneras los honráron y obsequiáron tanto, y esperando sus órdenes … que cumpliran gustosos, por más … que no sean tan ricos de valimiento como de voluntad.

Madrid, 20 de mayo de 1871.— Joaquim Alves Matheus, diputado. — Lopo Vaz de Sampaio e Mello, diputado. — José Tiberio de Roberedo S. Mello, diputado. — A. Oliveira Pires, periodista. — Francisco Rangel de Lima, periodista. — Theotonio Patricio Alvares, periodista. — José Maria Pereira Rodrigues, periodista.»

A *Iberia*, cuja redacção é hoje superintendida por um homem de caracter integerrimo, fez preceder as seguintes linhas á publicação da nossa carta.

«Los diputados y periodistas portugueses dirijen al pueblo de Madrid, por conducto de la comision de la prensa española, la siguiente carta, para manifestar su profundo reconocimiento por la acojida verdaderamente fraternal que han encontrado entre nosotros.»

Tratei de fazer as mallas. Estava chegada a hora da partida. A's 8 e meia da noite deixei a rua do Arenal e pouco depois entrava na estação do Caminho de ferro. Encontrei lá todas as pessoas que me tinha obsequiado durante a minha curta permanencia em Madrid.

O sr. Galdo, presidente do *ayuntamiento*, mandou desculpas de não comparecer por ter de continuar n'aquella noite as suas conferencias no Atheneo scientifico e litterario, sobre a *Historia natural no Egypto*.

Uma commissão dos *Invalidos*, em que entrava o nosso compatriota, foi despedir-se de nós. A musica de regimento de Cantabria tocava o hymno da carta e o do sr. D. Luiz, e ás nove horas, no meio dos mais enthusiasticos vivas a Portugal, sibillou a locomotiva e poz em movimento a immensa cauda. Em Ciudad Real, onde chegámos ás … horas da manhã de domingo seguinte, o governador veiu saudar-nos em nome da provincia, offereceu-nos chocolate e … rutos, e veiu acompanhar-nos até á estação proxima, Argamasilla. É o sr. …querra, pessoa mui distincta e sympathica; esteve muito tempo em Lisboa, onde, em casa do sr. Casal Ribeiro, teve occasião de conhecer algumas pessoas da nossa primeira sociedade. O governador militar, o commandante da guarda civil, e para cima de 400 pessoas nos aguardavam tambem, com duas musicas, uma de carabineiros, outra do estabelecimento de beneficencia, tocando ambas os hymnos portuguezes. Houve muitos vivas á Hespanha e a Portugal independente. É necessario dizer isto, em todas as occasiões, portuguezes e hespanhoes victoriáram as duas nações livres e independentes.

Em Badajoz, onde chegámos pela noite, tambem nos esperava o governador civil, o governador militar, muito povo e a banda do regimento de carabineiros, e repetiram-se os vivas. Assim acabou esta digressão, de que não forem ingratos conservarão indelevel memoria.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 89 - O Partido Constituinte 15/junho/1871 - p. 3

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Falou na segunda-feira no Cassino Lisbonense o Sr. Eça de Queiroz. Era a quarta conferência democrática e a primeira vez que tão ilustrado preletor se apresentava ao público para também mostrar por meio da palavra, o que vale o seu talento, bem conhecido já pela sua pena engenhosa e brilhante.

Apressamo-nos a confessar que nunca vimos estreia mais feliz, nem mais completa.

O sr. Eça de Queiroz discursou durante duas horas com grande serenidade de espírito, bastante eloquência e muita elegância e suavidade de frase. O seu estilo é duma simplicidade graciosa delicada e natural, que agrada e prende o auditório: sendo para notar que tenha sempre pronto e de mão manto riquíssimo e variado para envolver em diversas transformações a sua ideia inspirada.

Versava o assunto da conferência sobre a moderna literatura.

O sr. Eça de Queiroz disse que ia apresentar a ideia da arte conforme ela deve ser entendida neste tempo em que o mundo se transforma pelo espírito da revolução.

Mostrou como as épocas históricas influem na arte, e como a arte só pode ter desenvolvimento, unidade e esplendor quando é a expressão da ideia, que domina e dirige a sociedade em que ela aparece.

Depois de largas considerações sobre a história da arte, mostrou que a decadência da arte no século XIX provém de que a ideia da arte é contraria a ideia que inspira e conduz este século: pois que a ideia que domina este tempo é a revolução, e a ideia que reside a arte é ainda a reação do passado. Disse que a revolução não tinha arte própria e falou do período de 89, dos períodos literários que precedem 89, e mostrou que na restauração dos Bourbons a arte tinha-se voltado para o passado, e tinha feito também a sua contrarrevolução.

Fez uma violenta descrição do império do romantismo e falou na influência que este tivera nos costumes.

Apresentou depois a teoria do realismo, que o Sr. Eça de Queiroz entende ser a verdade na arte moderna, por isso que tirando, a sua ideia do espírito da revolução, faz por um lado a regeneração dos costumes, e por outro lado impele a sociedade para a sua verdadeira organização na justiça. Demonstrou esta alta teoria com abundância de argumentos, com exemplos, e com uma lúcida exposição de toda teoria, processos e moral do realismo. Por último disse que arte do futuro era o realismo, e que se os artistas modernos não tomassem esta tendência, teria contra si todo o espírito humano.

Sem ser rigoroso e severo nas apreciações que fizera, dos autores que confrontara e de que tratara, concluiu o sr. Eça de Queiroz que a arte no século XIX não tem feição característica, individualidade e originalidade, porque é uma imitação pálida e frouxa do passado.

Julga tanto a poesia como o romance, o drama e a pintura, num período de decadência e entorpecimento, e mostrou que nem mesmo nas obras dos melhores autores existe a ideia nova, o pensamento que sobrevive, a impressão vivaz e a inspiração elevada.

Enfim o sr. Eça de Queiroz, foi tão didático e tão minucioso na crítica, que até a Marselhesa rangeu ao golpe do seu escalpelo, pois considerando música própria a exaltar o entusiasmo, diz que ela assenta em verso falso e estéril, por que lhe falta a inspiração.

Na descrição e análise de três quadros produzidos pelo pincel de Courbet membro da Comuna, demonstrou o grande poder da sai veia crítica, sendo felicíssimo na apreciação do desenho das cenas e do traçado dos caracteres, que matizou de epítetos expressivos e de frases bem sentidas.

Quando falou do quadro eu representava dois britadores de pedra, prestou fervoroso culto aos dogmas da liberdade e do progresso, e mostrou desafogadamente as suas aspirações democráticas e os seus instintos humanitários; aproveitando tão propícia ocasião para lamentar a difícil penosa situação dessa grande horda de infelizes, dispersa pelo mundo, condenada a viver eternamente a negra vida da miséria.

Foi o sr, Eça de Queiroz felicíssimo neste ponto, e à elevação filosófica de suas considerações, prestou o auditório demonstrações do seu agrado.

Anatematizando energeticamente o infame procedimento da Comuna, mostrou a necessidade, de extinguir a onda sempre crescente do pauperismo e a conveniência de se deixar de trilhar o caminho egoísta do individualismo exclusivo, melhorando gradualmente as instituições pelo caminho seguro do progresso.

E na verdade, sem fulminar a excomunhão sobre a sociedade atual podem muito bem dirigir-se as instituições de modo que os benefícios experimentados na produção se façam também sentir na repartição das riquezas.

As ideias justas, grandes e generosas hão de sobreviver aos falsos princípios, assim como a fé e a caridade do evangelho sobrevivem as práticas ridículas do beatério, e às fogueiras sacrílegas do alto da fé.

Durante toda a conferência, deu provas o sr. Eça de Queiroz de que era uma inteligência robusta, estudiosa e aplicada; é esta a verdade sem exagero; ficando todo auditório, que era numeroso e escolhido, admirado de com em tão verdes anos se pode adquirir tanta erudição, e ter um espírito de lúcida crítica e fina observação tão desenvolvida.

Terminada a conferencia foi o sr. Eça de Queiroz felicitado como merecia, com muitos e prolongados aplausos.

3.2.6.10 - A Revolução de Setembro 20/junho/1871

Fig. 90 – A Revolução de Setembro 20/junho/1871 - p. 1

A REVOLUÇAO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 6$000 réis — Semestre, 3$000 réis — Trimestre, 1$600 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$200 réis — Semestre, 3$750 — Trimestre, 1$975 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da administração, junto ao Correio Geral
Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Antonio Maria Pereira, rua Augusta, 50-52
Assignaturas são pagas adiantadas — Publicações de interesse particular são pagas
Folha avulso, 40 réis — Annuncios, 20 réis por linha
A redacção não responde pela doutrina e opiniões dos artigos assignados ou que levarem signal de que não são della — Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos

Para as provincias
Anno, 7$500 réis — Semestre, 3$750 réis — Trimestre, 1$975
Para o Brazil
Anno, 12$000 réis — Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:705 | TERÇA-FEIRA, 20 DE JUNHO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 19 DE JUNHO

Parece que ainda chegarão a ver os cégos e a ouvir os mudos. E' um bom symptoma para a governação do paiz.

Succediam-se as dissoluções das côrtes, seguiam-se a ellas as dictaduras, e as almas sensiveis aceitavam esses acontecimentos como factos regulares, os bofarinheiros politicos saudavam os auctores desses factos, que não provavam senão a popularidade dos aventureiros e a decadencia do partido regenerador que era excluido sempre do poder por estas evoluções providenciaes.

Quatro dissoluções parece que são permittidas pelo direito moderno. E' licito dissolver uma camara que tem feito profundas reformas, realisado grandes economias, e que tem tido o descoco de discutir um orçamento. Dissolver essa camara para assumir uma dictadura que revogue as suas leis deve de ser um acto de sabedoria.

A esta camara dissolvida deve succeder outra não para corrigir os erros da primeira, quesses foram emendados pela dictadura, [illegible] estabelecer novas bases de governo. [illegible] sete ou oito mezes foi dissolvida [illegible] commetter o peccado de não acceitar das mãos poluidas do sr. bispo de Vizeu uma lista para a presidencia. Era ainda licita esta dissolução porque convinha castigar a desobediencia dos discolos e fazer expiar um momento de fraqueza.

Nova dictadura segue-se a nova dissolução. As columnas do templo não se abalam, pelo contrario a democracia triumpha, as gaitadas repetem-se, o zabumba e o pifano alegram a canalha, e Astréa desce á terra com o novo reinado de Saturno. Pois bem. As ambições formigaram, a urna não vomitou senão especuladores apesar da mão impia do bispo mundano traçar novos circulos, e a gargalhada dissolve os filhos sacrilegos da urna.

Nova dissolução nascida do coito damnado, e da impossibilidade de uma assembléa nomeada pela perfidia e pela ignorancia.

Uma camara eleita sob melhores auspicios intenta saudaveis reformas. Uma sedição militar toma conta do governo. Os aventureiros associam-se a ella, e glorificam-n'a *por instincto da propria conservação*, e só a guerream desde que ella lhes negou partilha no poder. Nova dissolução e nova dictadura é aconselhada pela negra e vil traição. E, no entender dos avançados, a patria salva-se calcando-se as suas santas leis.

Que vozes se levantaram contra essa dissolução? Que imprensa condemnou esse acto? A canalha reformista applaudiu toda; a imprensa mercantil não se entristeceu. Pelo contrario achava que a dictadura era a consequencia da revolta, e não se pouparam injurias nem sarcasmos a um ministro que queria que se entrasse na ordem legal e constitucional.

Tivemos pois quatro dissoluções e duas dictaduras com applauso da democracia clerical, inepta e desordeira. Dahi nasceu uma camara que não quiz discutir o orçamento, e que só quando a despediram é que berrava que não a deixavam discutir, camara que votou a abolição dos privilegios dos bancos em quanto estava com o governo a sua maioria, que annullou essa votação quando se collocou em opposição, e que tendo-se gloriado falsamente de ter proposto economias no orçamento da marinha, levantou a questão politica quando se discutia esse orçamento, combattendo o proprio parecer que calumniosamente tivera querido fazer passar por obra sua.

O paiz pergunta a esses velhacos:—Se são muitas as dissoluções para que as propozestes e applaudistes? Pois só a ultima vos mortificou? Pois só esta vos fez abrir os olhos e descerrar os ouvidos? Pois ainda não achastes ha quatro annos occasião de discutir o orçamento? Pois no empenho de fazer economias só tivestes occasião de resumir o vosso subsidio, e dedicação para correrdes á ultima hora a Lisboa a apanhar as migalhas do orçamento, querendo ainda que admirassemos o vosso zelo e a vossa dedicação, que não era se não a sordidez do vosso caracter?

O partido regenerador é innocente nessas dissoluções. Esse discute os orçamentos quando está no poder. Os miseraveis que hoje censuram as dissoluções teem sido pela maior parte os apologistas senão os promotores dellas. A camara dissolvida pela sua origem hermaphrodita não pôde produzir governo. A experiencia tinha mostrado que os reformistas não o podem formar, o que era reconhecido pelo seu chefe, e as outras parcialidades não podiam ter maioria dedicada. A dissolução era a unica indicação constitucional depois da queda do sr. bispo de Vizeu. Não a aconselhar foi erro. O paiz na sua fazenda soffrerá as consequencias.

O sr. marquez de Avila quiz encher-se de razão. Ha cousas que se conhecem *a priori*. Gabinete sem maioria sua, ou identificada com elle, não é, como deve ser, o representante da força moral, é o joguete da força numerica. Dizem isto os principios, dizem-n'o os factos, confirma-o a experiencia.

Deixem-se pois de lamurias sobre a dissolução, a qual foi uma providencia que a incapacidade e a perfidia reformista tinham tornado indispensavel.

As almas nobres dos reformistas indignaram-se em dezembro de 1869 contra o marechal, cuspiram-lhe insultos, e injuriaram-nos a nós porque lamentando a tentativa revolucionaria reconheciamos o alto merito do cavalheiro que era occasião della. Fazer justiça era já cumplicidade.

Vinga em maio de 1870 a revolta. Nós condemnámos o facto. As almas nobres julgam-n'o um beneficio da providencia, dizem cynicamente que o instincto da propria conservação, sempre [illegible] nos brutos, os levou a associar-se a ella. O[s] que [illegible] em dezembro saudam n'o [illegible] salvador em maio, [illegible], sollicitam-n'o para que lhes dê parte no poder, inventam o mercado da negociação das pastas, prestam-se á dictadura, que julgam consequencia da libertação, e porque não podem apanhar o pomo apetecido, levantam-se irados mas não facundos contra quem não teve nunca senão palavras de amargura para o acto condemnavel, e não quiz senão que depois de praticado se voltasse á ordem legal fugindo das dictaduras que são um crime e uma deshonra quando não são, como não eram em taes circumstancias, uma necessidade.

E que fizeram alguns devassos? A sua consciencia foi a sua barriga. Insultaram cobardemente o marechal vencido sem combate; cairam-lhe aos pés quando o viram vencedor.

O caracter vil está ahi. Desenhou-o o *Jornal de Vizeu* nas suas columnas. Maio de 1870 e dezembro de 1869 são as duas datas de maior ignominia para aquelle jornal. Em 1869 especulando com o malogro da revolta, e delatando-nos porque não nos associavamos ás injurias villãs; em maio especulando com a revolta triumphante, offerecendo-se para a dictadura, e cambaleando depois não só por não a poder exercer mas ainda mais pela nobreza com que alguem deixou o poder para não contrariar os seus principios.

O caso realmente foi para fazer estalar os maiores villões, e estalaram. Onde desponta aurora do poder ahi apparece o sevandija. Já o tivemos tambem aos pés, e não o apreciamos mais favoravelmente do que o fazemos hoje.

Está de lucto a familia Castilho. Morreu hontem e enterrou-se hoje a sr.ª viscondessa do mesmo titulo. O cortejo que acompanhou o cadaver da finada ao seu jazigo indicava bem que se faziam as derradeiras honras á esposa d'um dos mais uteis e zelosos cultores das lettras patrias.

Seja leve a terra á finada como é grande a saudade dos que ella tanto amou.

POLITICA EXTERNA

Na assembléa nacional continuam os debates sobre os actos do governo da defesa nacional. Agitam-se grandes questões e grandes interesses por baixo d'essa discussão. Julio Favre pede que se proceda a uma investigação severa dos actos do governo de 4 de setembro, mas accrescenta que esse inquerito deve attingir os homens que enganaram a França antes de 4 de setembro.

Antes de Julio Favre o primeiro que veio defender o governo da defesa nacional foi Trochu, o general Trochu, que esteve á frente de Paris durante os 7 mezes d'aquelle memoravel cerco, d'aquelle cerco epico que ha de um dia ter a sua legenda como o cerco de Troia. Tratou o general de desculpar os seus actos, e de salvar a sua honra dos ataques que lhe dirigiram, sobre a sua inacção, sobre a sua falta de resolução no momento em que era necessaria a acção prompta, decisiva e rapida.

Os jornaes de França apreciam este discurso á luz das suas preferencias politicas, mas accusam o general de não ter utilisado o valor dos homens que defenderam Paris durante a insurreição, que começou em 18 de março com uma coragem espantosa. Outros dizem que o general visto que não tinha os elementos necessarios para uma resistencia verdadeira, não devia entregar esses elementos nas mãos do povo de Paris, para elle se voltar contra o proprio governo.

Vê-se por tudo isto que ha grandes paixões politicas no meio d'estes debates, e que são ellas as inspiradoras d'estas apreciações. Onde está a verdade? Esperemos que ella se chegue a aclarar quando se terminar esta syndicancia.

Em França tudo trabalha para as eleições supplementares, que como nós já dissemos, tem grande importancia. As varias fracções em que a assembléa nacional está dividida, publicaram os seus manifestos aos eleitores, e querem cada uma que o seu systema é o melhor. O voto do povo dirá quem tem razão.

Um artigo do jornal official estygmatisa os jornaes inglezes por algumas calumnias e ataques que tem publicado contra o governo de Versailles pela maneira porque se tem portado depois da guerra civil. Diz que a unica vingança que tira é expol-as á face da Europa. Com effeito o governo de Versailles quando venceu a revolta de Paris tinha de empregar um esforço de reacção egual ao do ataque que tinha soffrido, e ainda assim parece que essa reacção não foi tão forte que não deixasse os animos ainda orgulhosos, pois em Paris apparecem pasquins nas esquinas declarando que a communa ha de ser vingada dos ultrajes que recebeu. E quem vingará a França e Paris dos ultrajes da communa?

Uma correspondencia de Paris diz que os principes de Orleans deixaram a França e foram um para Inglaterra, outro para os Pyrineus a fazer uso dos banhos. Diz a mesma correspondencia que se trata de salvar a vida á maioria dos membros da communa que estão presos em Versailles. Rossel e Assi, diz a mesma correspondencia, mostram grande firmeza e dignidade, ao contrario de todos os outros. Blanqui está a morrer na fortaleza onde está preso.

Um telegramma chegado á ultima hora, annuncia que as relações entre a Sublime Porta e o governo grego não estão boas, o embaixador grego em Constantinopla foi retirado.

Telegrammas

O que se recebeu hoje em Lisboa diz o seguinte:

SERVIÇO SUB-MARINO

Londres, 19, á 1 hora da tarde.

Publicou-se um novo manifesto da sociedade internacional de Paris, declarando que a lucta da communa é honesta, que é contra o despotismo e com o fim de esmagar o capitalista e o monopolista.

Formou-se uma nova commissão central da guarda nacional em Paris.

Calcula-se que 100:000 communistas tem sido mortos, feridos e capturados.

O duque d'Aumale vae residir em Chantilly, que os alemães já deixaram.

CHRONICA

Visita real.—El-rei D. Luiz visitou hontem, pelas 3 horas da tarde, seu augusto tio.

Folhetim.—O folhetim do *Diario de Noticias* era hontem occupado por um dos nossos melhores amigos, um homem que nós respeitamos pelo seu talento, pela sua illustração, mas de cujas idéas discordamos completamente no que toca á litteratura. O folhetim era de Pinheiro Chagas, sobre o realismo, a proposito da conferencia do sr. Eça de Queiroz. Admiramo-nos que Pinheiro Chagas viesse dizer taes cousas do realismo, que elle não quer comprehender porque o seu espirito está voltado para outro lado, porque professa outro credo litterario. Pelo que se vê do seu folhetim, concluimos que Pinheiro Chagas tem a idéa mais falsa do que é essa litteratura nova que se levanta agora, poderosa, e energica, affirmando o seu principio, acompanhada da sciencia que é o seu guia, e da experiencia que é o seu processo.

Diz Pinheiro Chagas, que o realismo não é uma novidade. De certo, e n'isso está um dos seus grandes merecimentos. Estuda a natureza humana e essa existiu em todos os tempos, mas o que é verdade é que só agora é que ella se manifesta verdadeiramente, e se affirma com energia. Para provar a sua these cita-nos Moliere e Shakspeare. No entanto ha uma differença, é que esses dois grandes genios, dois dos maiores que tem tido a humanidade, tomaram a natureza humana na sua generalidade, e o realismo toma-a por detalhes. Pintaram estes grandes sentimentos, que são de todos os tempos, que se abrigam em todas as consciencias, que florescem debaixo de todas as atmospheras. E que fazem os realistas, estudam os sentimentos, as paixões que nascem d'uma certa influencia, de certos e determinados habitos, que são productos d'um certo e determinado meio. N'isso está a sua actualidade. O realismo é a arte do momento. Escuso de dizer a Pinheiro Chagas porquê.

Os realistas modernos não descendem de Shakspeare, e de Molière, a elles coube-lhes uma tarefa, áquelles está encarregada uma outra bem differente. Ligar intimamente a arte com a sciencia e com a consciencia, realisar uma das tres grandes cathegorias sobre que se desenvolve o espirito, o *verdadeiro*, o *justo*, e o *bello*. O primeiro é dado á sciencia, o segundo á consciencia, o terceiro á arte, e entre todos existe um laço intimo e indissoluvel, que os prende, que os une, que fará a gloria da arte, que d'hoje em diante terá um fim verdadeiro e determinado.

Diz ainda Pinheiro Chagas que o realismo desconhece a paixão, que para elle não é mais que a excitação dos sentidos. O realismo conhece a paixão, estuda-a, e determina os casos em que ella é legitima ou falsa. E' o que faz o realismo. Quer Pinheiro Chagas exemplos? Ahi vão. Tomemos Flaubert, aquelle pobre Flaubert, que tanto irrita o nosso amigo. O auctor de *Madame de Bovary* analysa a paixão de Emma, diz-nos como ella nasceu, [illegible] soffreu, de que maneira se manifestou, [illegible] de que todas as consciencias julgaram aquella paixão infame, indigna, immoral, e acautelaram-se contra ella. O auctor da *Educação sentimental*, fez o mesmo em relação á educação romantica, e desordenada, cujos fructos são a perda do senso moral, o esquecimento da justiça e o desvario. Se isto não é estudar a paixão não sei o que seja. Flaubert desenha o que póde uma paixão illegitima produzir de desgraças na familia em *Madame de Bovary*, e os desregramentos que produz no individuo na *Educação sentimental*. Que mais quer Pinheiro Chagas?

Convem dizer tambem que Ernesto Feydeau que o folhetinista cita como um realista, não pertence a tal escola. Especulou com o realismo sem lhe conhecer o alcance moral, os processos, e do que era arte fez um escandalo. *Fany* é uma cousa que não tem nome, que não merece criticos, mas o auctor esse merecia a policia correccional.

Diz mais Pinheiro Chagas que os sentimentos que exprime o realismo são falsissimos. Como assim? Pois uma arte que toma por base a sciencia, a observação, a analyse, que vae ao mais intimo do coração humano, para lhe arrancar o seu segredo, exprime sentimentos falsos! E para o provar cita Pinheiro Chagas um trecho de Flaubert, em que este homem notavel descreve o estado de espirito do homem que ama e que sente uma curiosidade ardente, de saber tudo o que faz a bem amada, tudo que a cerca, tudo aquillo com que ella está em contacto. E depois d'esta observação tão verdadeira, tão profunda, que revella um profundo conhecedor da paixão, Pinheiro Chagas diz-nos que isto é ridiculo, é falso. E' falso para os que consideram que a paixão d'um homem se deve manifestar por palavras emphaticas, d'uma rethorica gasta, d'uma trivialidade espantosa. Para os lyricos, para os poetas das auroras côr de rosa, que não sabem o que é o amor, tudo isto é falso e ridiculo, não o duvidamos, mas para um homem que saiba o que é psicologia, tudo isto é real, exacto e verdadeiro.

Os typos do realismo são repugnantes todos, diz Pinheiro Chagas. Contestamos isso, porque da mesma maneira que ha alguns que são monstruosos, ha outros que são bellos, e sympathicos, porque são reaes. São por ventura repugnantes os *Britadores de pedra* de Courbet? E ainda mais, se são repugnantes é porque não são moraes, porque não teem elevação, porque vivem em tudo quanto é illegitimo e falso, é porque são a expressão quasi generica d'uma geração gasta, corrompida, apodrecida por esse sentimentalismo piegas e dissolvente, que tanto encanta os nossos homens de lettras.

Ida ao lazareto.—Ás 10 horas da manhã de hontem largou do arsenal da marinha um escaler a vapor conduzindo a seu bordo os srs. ministros do Brasil e esposa, conde Armand, ministro de França, consul geral do Brasil e senhora, visconde e viscondessa de Menezes, conselheiro Mendes Leal e visconde de Aljezur, em direcção ao lazareto a visitarem SS. MM. II.

—A camara municipal, a associação commercial, conselheiro José Dias Ferreira, visconde da Borralha, e outros cavalheiros, tambem se apresentaram a cumprimentar o imperador.

É para congratular.—S. M. I., tendo manifestado aos viscondes de Menezes o desejo de conhecer suas filhas, estas interessantes meninas

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

3.2.7 Quinta Conferência- 19 junho- Francisco Adolfo Coelho - “O Ensino”

3.2.7.1. Texto da Quinta Conferência

O ENSINO[3]

Meus senhores:

Venho aqui pronunciar algumas palavras, enunciar algumas proposições acerca da questão do ensino, não tratar essa questão. Examinar alguns dos numerosíssimos pontos que ela nos oferece, creio poder fazê-lo e vou tentá-lo; analisá-lo nas suas multíplices relações, em todas as suas partes, seria tarefa muito superior às minhas forças e impossível de se realizar dentro dos curtos limites duma conferência.

Os pontos da questão do ensino de que vou ter a honra de me ocupar perante este auditório são ainda assim muito complexos, muito vastos para que esses mesmos possam ser considerados detidamente. É força que me limite a exprimir hoje apenas nos seus traços essenciais as minhas ideias sobre cada um deles.

Esses pontos são:

1º. A necessidade e fim do ensino;

2º. As formas do ensino;

3º. A matéria do ensino;

4º. A organização do ensino em Portugal;

5º. A natureza da reforma do ensino.

I

Dentro do domínio duma doutrina filosófica poderia provar sem réplica a necessidade dum ensino, deduzir o caráter que deve ter e demonstrar sem dificuldades qual sua matéria e o seu fim, mas não sendo aqui o lugar, nem agora a ocasião de expor uma doutrina filosófica, só posso examinar esses pontos exteriormente, fundamentar as minhas ideias a respeito dele com uma argumentação exterior e por consequência fragmentada , apresentando algumas proposições como simples postulados, que em verdade, creio, serão aceites por todos que sobre eles reflectirem um pouco.

A necessidade do ensino considerado no seu momento elementar, como tendo por fim a mera aprendizagem, pode dizer-se que é universalmente reconhecida; ainda mais, o ensino no seu momento elementar pode ser considerado sem dificuldade como uma lei universal. Há

[3] Conferência feita por Adolfo Coelho. De acordo com o texto do opúsculo *A Questão do Ensino* (Porto, 1872) que, segundo informa Salgado Júnior, apenas apresenta, no final, uma pequena supressão. Foram igualmente suprimidas as notas.

necessidade de aprender as coisas mais simples, necessidade por consequência do ensino delas.

Desde que a criança nasce há de ter o ensino a seu lado, aliás sucumbirá: aprende a andar, a falar, até a realizar dum modo menos imperfeito do que o instinto (uma forma de ensino, afinal) alguns dos atos mais rudimentares da vida orgânica. O ensino nesta fase rudimentar não se limita ao homem: encontra-se nas espécies colocadas nos graus mais inferiores da escala zoológica. O instinto não basta para explicar, por exemplo, muitos dos atos maravilhosos da vida dos insetos: entre eles transmite-se um perpétuo ensino, incapaz de progresso, por que só o ensino do homem é capaz dele.

O homem entregue aos seus próprios recursos individuais não faria mais do que repetir eternamente as lutas dos primeiros dias em que ele apareceu na Terra, postas de parte as diferenças resultantes das revoluções do globo; mas a experiência dos primeiros homens converteu-se em ensino, que os que se lhe seguiram aproveitaram, e acumulando-se experiência sobre experiência se foi alargando o ensino, e o homem tornando-se cada vez mais forte contra as mil forças que na natureza conspiram contra ele.

Ao passo que as relações, as condições da vida do homem se complicam nos diversos momentos da história, a necessidade do ensino faz-se sentir com maior força e maior extensão que num estado rudimentar. É evidente que o homem carece dum ensino que corresponda na sua complexidade à complexidade do estado social em que é obrigatório a viver, por que esse estado social impõe-se lhe fatalmente, como uma força exterior que não pode destruir nem mesmo modificar por um ato da sua vontade isolada, exatamente como um estado elementar da vida, á entrada do homem na cena do globo, a natureza se lhe opunha como uma força fatal que o esmagaria se ele não estudasse os meios de se defender contra ela. Sem um ensino que nos habilite a viver nele, esse estado social esmagar-nos-ia; e quanto mais imperfeito for o ensino dado a um indivíduo, tanto mais sujeito ele está a ser lesado por esse estado social. Deste princípio poderia tirar enormes conclusões: ele oferece-nos já por si um meio de chegar á verdadeira ideia de ensino, mas coloquemos sob outro ponto de vista que nos levará mais depressa ao fim.

Num estado simples, rudimentar de vida, o ensino cumpriu a sua missão, e não pode exigir mais dele, quando deu ao homem meios de se defender materialmente e de subsistir como animal; mas esse momento é de curta duração, se é que o homem pode viver uma vida puramente animal. Ao lado das necessidades materiais fazem-se sentir no homem necessidades mais sérias, mais profundas, apanágio da sua natureza psíquica: essas necessidades fazem-no entrar na esfera, que lhe é verdadeiramente própria, da sociedade, da religião, do pensamento. Numa palavra: o homem é chamado à vida do espírito. Quem pretender demonstrar que o homem não é chamado à vida do espírito tem que destruir a

história do passado, a contemplação do presente, e ainda assim não conseguirá fazê-lo: a prova do contrário saltaria mesmo da pretensão de considerar esse contrário como falso.

A sociedade, o estado é obra do espírito para o espírito, a religião é obra do espírito e para o espírito; o pensamento é o espírito cônscio de si, vendo-se na sua obra. É na esfera da vida espiritual que se manifesta tudo aquilo por que o homem é homem.

Entre a vida material e a vida espiritual há uma diferença que salta logo aos olhos: a vida material consiste na repetição duma série de atos determinados, eternamente reproduzidos sem diferenças essenciais em cada indivíduo: a vida espiritual consiste no desenvolvimento sucessivo e contínuo dum princípio fundamental; não recomeça em cada indivíduo, continua-se de geração em geração; em suma, a vida material está no indivíduo, a vida espiritual na humanidade. É por isso que todo o homem não tem dessa vida espiritual e coletiva a inteligência que tem da vida material e individual: membro dum vasto sistema, o sistema escapa-lhe, o ponto de ele poder supor-se isolado.

A marcha da história, tal como ela hoje se estuda, não como uma série de factos justapostos, mas como a obra da razão, e portanto como o desenvolvimento e luta na tela do mundo dos princípios fundamentais da razão, a marcha da história mostra-nos que nesta tudo se dirige para a consciência da vida espiritual no homem, para o pensamento concreto; por outras palavras, na história vê-se o espírito aproximar-se incessantemente da consciência de si, isto é, da sua natureza, da sua independência , do seu destino.

O homem sabe e, quando não sabe, pressente obscuramente que tem um destino; mas essa ideia ou esse pressentimento não tem uma forma indefinida, abstrata, não pode tê-la: daí resulta que a ideia do destino se apresenta sempre numa forma definida.

As diversas definições que o homem dá do seu destino são os diversos graus por que o espírito passa para chegar à consciência de si: esses diversos graus apresentando-os a história. Alguns exemplos farão compreender isto.

Na China o homem compreende o seu destino como estando na obediência à família: a hierarquia patriarcal domina-o completamente.

No Império Romano o homem concebe o seu destino como estando na obediência ao Estado; a religião mesmo está aqui inteiramente subordinada ao Estado: a hierarquia jurídica domina o homem no mundo romano.

No catolicismo o homem concebe o seu destino como estando na obediência aos preceitos da Igreja, ou, por outras palavras, olha como verdadeira a solução que a Igreja dá do seu destino: domina-o completamente a hierarquia eclesiástica.

Em todas as sociedades há assim um modo especial de considerar o destino do homem que é o eixo central sobre que o resto gira, porque a ideia que o homem faz do seu destino se reflete, ou melhor, se realiza em todas as manifestações da sua atividade, em toda a sua obra: a história inteira no-lo prova.

Tanto mais perfeita for a ideia que o homem fizer do seu destino, tanto mais perfeita, por consequência, a sociedade que ele organiza de acordo com essa ideia; ora é de interesse imediato, pura e simplesmente imediato, do homem que viva numa sociedade o menos imperfeita possível, isto é, numa sociedade em que ele seja tanto quanto é possível ser, em que a sua individualidade atinja o máximo grau de que é susceptível.

O homem, pois, tem o seu maior interesse na questão do seu destino; por isso o espírito continuamente a revolve, continuamente lhe vai dando soluções novas, ou, melhor, desenvolvendo, aclarando, completando a solução primordial, obscura, incompleta, dada no fundo da consciência. Mas há nesse trabalho incessante do espírito um fenómeno inexplicável ao primeiro aspecto: é que esse trabalho é local, não se opera simultaneamente em todos os indivíduos que constituem a humanidade, nem ao menos em todos os povos. Certo povo chega a uma concepção do destino, e muitas vezes imobiliza-se nela; ao lado dele aparece depois outro com uma concepção mais adiantada; assim fica no espaço distinto, o que o é também na ordem genética.

Disso resulta haver no mundo umas ao lado das outras tantas religiões, que não são mais do que outras tantas resoluções que o homem dá do seu destino: a Reforma ao lado do catolicismo que a precedeu, o cristianismo ao lado do judaísmo que o precedeu; na Ásia o budismo ao lado do bramanismo que o precedeu. O mesmo se dá nas instituições sociais em que, como já disse, o homem realiza a concepção que faz do seu destino; o mesmo se dá em tudo o que é resultado da atividade espiritual do homem.

É assim que vemos ainda hoje no mundo línguas no período monossilábico porque todas as não monossilábicas passaram, línguas no período aglutinativo puro em que estiveram também as indo-germânicas e semíticas antes de passarem ao período flexivo. Esta justaposição no espaço do que se justapôs no tempo é um facto evidente.

Dentro de cada uma das nações ou famílias humanas repetem-se ainda as mesmas diferenças que se notam entre essas famílias: nem todos os indivíduos duma família humana em que o espírito dá um passo para a consciência de si são arrastados simultaneamente por esse passo.

Aqui temos nós mais restrita localização, mais completa individualização. Vêem-se sempre as ideais novas manifestarem-se, sejam quais forem as suas raízes, noutra parte, um pequeno grupo, e à frente desse grupo um indivíduo, um nome.

O trabalho do espírito adquire assim um caráter individual, facto que, bem considerado, há de ser de enormes consequências no futuro. É escusado dizermos, pois é coisa elementar hoje, que esses indivíduos não são aparições isoladas, mas sim uma resultante de numerosas condições acumuladas. Sócrates, por exemplo, conquanto pareça estar em perfeito desacordo com o espírito da sua nação e da sua época, que o condena, é na realidade uma

consequência legítima, necessária, do estado desse espírito, e só em vista deste podemos explicar o grande homem.

Nestas observações está contida a base para demonstração da necessidade do ensino na sua alta e verdadeira missão. Se há nações que concebem o destino do espírito dum modo mais perfeito que outras, se nessas nações há indivíduos que concebem este destino dum modo mais perfeito que os outros indivíduos, é mister que essas nações, esses indivíduos se tornem os mestres dos outros membros da humanidade, ou, como é impossível que eles por si o consigam, comuniquem a outras nações, a outros indivíduos, o seu ensino, para que eles, constituídos apóstolos, o comuniquem a outros, e assim indefinidamente; em suma, como todos não podem chegar por si imediatamente ao conhecimento do seu destino, é mister que os que vão caminhando nesse conhecimento ensinem os resultados a que chegam aos outros indivíduos, e que estes os aprendam deles, por consequência.

O fim supremo do ensino deduz-se imediatamente destes princípios: levar o homem à concepção mais perfeita possível do seu destino.

Estamos sem dúvida muito longe do modo de ver vulgar e ordinário, segundo o qual, bem consideradas as coisas, o ensino não tem por fim, mais do que colocar o homem em condições de bem-estar material, recrear-lhe o espírito com as curiosidades da ciência e dar-lhe a educação intelectual que se julga prenda bonita mas que não se sabe para que sirva; mas sem querer negar, o que seria vão, ao modo de ver vulgar, o vasto lugar que lhe compete na rede das coisas humanas, é mister seguir o fio de nossas ideias sem nos importarmos com ele, supor um momento que ele não está aí de pé e armado contra essas ideias.

II

Esse modo de ver vulgar resulta principalmente, nesta parte, de não se reconhecerem nem apreciarem nas suas relações as diversas formas do ensino.

Ora dessas formas as principais são: a arte, a religião, a ciência. A arte não tem nada de dogmático, nem aspira directamente ao ensino quando verdadeira arte; mas como ela se move no círculo das ideias fundamentais da razão, o homem acha-se nela e crê nela, deixa-se influenciar por ela. É assim que a arte realiza o seu ensino.

A religião, ao contrário, apresenta-se como a exclusiva verdade e tende a organizar as suas concepções num sistema dogmático. Enquanto a arte se apresenta imediatamente como uma obra puramente humana, a religião, ao contrário, apresenta-se como uma obra divina; é Deus mesmo manifestando a sua vontade no mundo; daí o grande poder da religião como ensino. Os seus preceitos são as palavras de Deus mesmo; que maior verdade poderá o homem esperar? Não conhecerá Deus o destino da criatura, não poderá ele indicar ao homem o que deve fazer para conseguir a felicidade? E depois qual é a religião que não esteja cheia

das mais belas promessas, qual é delas a que não lisonjeia as íntimas, ainda que muitas vezes obscuras, aspirações do homem?

Na religião é Deus mesmo que vem resolver ao homem o problema do seu destino.

Esse é o grande ensino, que em grau mais ou menos perfeito se estende a toda ou a quase toda humanidade. Os mestres dele são superiores aos outros homens: são sacerdotes, profetas, apóstolos, santos. Deus fala pela sua boca; têm muitas vezes o Dom do milagre, espécie de amostra neste mundo das maravilhas supramundanas.

A terceira forma de ensino é a ciência. A ciência, como a arte, como a religião, tem percorrido até hoje um grande número de estádios, tem realizado uma enorme evolução. Ela está fundamentalmente posta no espírito; mas de estar fundamentalmente posto a chegar ao desenvolvimento concreto, à realização objetiva, há uma diferença evidente. A ideia do justo está também fundamentalmente posto no espírito; mas daí à sua realização todos sabemos o que vai, praticamente, sem olhar mesmo para a história.

"O homem deseja naturalmente saber". São as palavras de Aristóteles ao abrir o primeiro livro da sua metafísica; esse desejo é para o grande filósofo de certa maneira a explicação da existência da filosofia. Hoje, com um lance de olhos mais profundo na natureza das coisas podemos dizer: saber é uma lei do espírito. Essa lei podemos deduzi-la filosoficamente, mas também experimentalmente, do estudo da história. Em toda a parte o espírito busca a ciência; a arte, a religião, apresentam-se unidas a dados mais ou menos obscuros da ciência. Esta no começo não conhece o seu fim, ignora sua importância; trabalha mas sem norte; neste estado o homem olha a ciência como objeto de pura curiosidade ou de utilidade imediata; limita-a por todos os lados. A ciência então está inteiramente subordinada às outras formas de ensino.

Os hábitos da linguagem levam-nos a significar cada um dos diversos momentos do espírito com esta mesma palavra espírito. É assim que dizemos o espírito nacional, o espírito religioso, o espírito da arte, o espírito grego, o espírito moderno, etc.; assim dizemos o espírito científico. Cada uma destas expressões importa consigo uma espécie de exclusão: de modo que quando falamos do espírito religioso devemos entender o momento em que a ideia religiosa predomina sobre outra qualquer ideia; e quando falamos do espírito científico devemos entender o momento em que a ideia da ciência predomina sobre outra qualquer ideia. A história da ciência não é mais que a história das lutas pelas quais se estabelece esse predomínio no mundo. Não podemos traçar aqui essas lutas; basta-nos indicar o período do maior conflito; e esse período, todos o sabem, é o tempo moderno, o período que tem por ponto de partida a Renascença e a Reforma.

Sem dúvida o espírito científico chegou quase a aparecer na Índia, manifestou-se na Grécia em Sócrates, Platão e Aristóteles; mas nós sabemos as concessões que estes três grandes homens fizeram ao espírito não científico que pesava sobre eles; a sua ação ficou

em parte por essas concessões, mas principalmente porque os tempos ainda não eram vindos para a realização da ideia da ciência, como que inutilizados durante séculos para vir depois servir de base à grande revolução do espírito no mundo moderno. Aristóteles e Platão são os verdadeiros fundadores da ciência moderna.

A afirmação fundamental do espírito científico é esta: nenhuma verdade é possível fora da razão individual. Esta afirmação é simplicíssima; quando o espírito chega a ela, parece-lhe impossível crer noutra coisa; pois bem, essa afirmação nós sabemos todos quanto custou e quanto há de custar ainda. Foi pouco a pouco que ela se formulou; depois foi balbuciada timidamente, e hoje ainda e amanhã ainda estão pendentes sobre ela anátemas e perseguições.

Porquê?

Porque o espírito nas épocas que precederam aquela em que ele se apresenta como espírito científico, e sem as quais ele não podia chegar a este estádio, tinha criado todos os obstáculos, forjado todas as cadeias que devia ter que quebrar depois. Aqui nos aparece aquela justaposição de que há pouco falei.

A maior das lutas que o espírito científico tem que sustentar é contra o espírito religioso, e escuso de vos dizer que falo sobretudo do espírito religioso exclusivo, predominante, realizado em instituição, inconciliável portanto com tudo que seja superior a ele, a Igreja, numa palavra.

Ainda o espírito científico estava bem tímido e já ele lançava esta luva de desafio á face do catolicismo, pela mão de Galileu:

“A teologia tem por fim as mais altas contemplações divinas e, pela sua dignidade própria, ocupa o lugar supremo duma primeira autoridade. Pois que não desce às especulações mais humildes e mais modestas das ciências inferiores e mesmo não trata delas, como de coisas que não dizem respeito à salvação, os professores de Teologia não deveriam arrogar a si o direito de passar decretos relativos a ciências que eles nem praticaram nem estudaram, porque seria o mesmo que se um príncipe absoluto, sabendo que pode fazer-se obedecer à sua vontade, quisesse, sem ser médico nem arquiteto, que se curasse e se edificasse à sua maneira, com grande perigo de vida para os pobres doentes e duma ruína iminente para os edifícios”.

E noutra parte:

“Nenhuma criatura tem o poder de fazer que proposições sejam falsas ou verdadeiras e de as tornar diferentes do que elas são pela sua natureza ou do que elas se acham ser de facto. Parece-me que é mais prudente certificarmo-nos primeiro de verdade necessária e imudável de facto, verdade sobre a qual ninguém tem domínio, que ir sem essa certeza condenando uma das opiniões, privarmo-nos do direito de poder escolher entre elas com conhecimento de causa”.

A igreja apanhou a luva que lhe era diretamente dirigida e que não era a primeira nem a última, e continuou a sua luta indefessa contra o espírito novo. Bem depressa a audácia deste devia tornar-se mais forte, talvez vendo que se iam debilitando as forças do adversário: o espírito científico negou à religião o seu caráter divino, no sentido que se dá em geral a esta palavra *divino*. A religião para ele é uma obra humana, no sentido profundo mas literal da palavra. Assim, se na religião há verdade, é unicamente a que o homem lá põe.

O espírito científico inventa então uma coisa prodigiosa, para a qual não há anátemas bastantes na Igreja – a crítica das origens religiosas; busca colher o maior número de dados possível acerca de todas as religiões do mundo e na sua audácia acha que todas elas não são mais que a realização da mesma ideia fundamental, e que entre elas só há diferenças de grau de desenvolvimento dessa ideia. É sem dúvida um momento solene na história aquele em que o espírito que julgara tanto tempo estar comunicando diretamente com Deus, ser guiado pela sua mão, se acha quase de súbito só com a sua razão; mas esse momento deu-se; sejam quais forem os seus resultados, deu-se: esse resultado impões-nos. Quem julga que essas ideias são filhas do capricho dalguns homens, doutrinas com que eles (não se diz para quê) querem destruir a ordem e a felicidade dos povos (que não têm ordem nem felicidade), engana-se ou quer enganar. O espírito científico é um resultado lógico do passado, uma força prodigiosa destinada a transformar as sociedades: cada dia conquista novos prosélitos. Poderia apresentar aqui milhares de provas da extensão que ele vai alcançando: contentar-me-ei em apresentar uma.

No seu discurso sobre a petição de liberdade de ensino apresentada em 1868 no Senado francês, disse o moderado Saint-Beauve:

“Há, segundo uns, uma diminuição assustadora nas crenças; segundo outros, uma recrudescência consoladora. Tenhamos em vista, todavia, que na linguagem oficial toda a gente tem aparência, faz profissão exterior de crer, enquanto a grande maioria avança todavia (muito lentamente, é verdade) no que se pode chamar o senso comum. Há sem dúvida muitas correntes contrárias, e redemoinhos, mas enfim a maré geral (quer se ache isso bom, quer mau) parece subir irresistivelmente. Ora, qual é, se me perguntam, a definição do senso comum? Direi que não define; mas se fosse necessário, defini-lo-ia na sua maior generalidade uma diminuição crescente da crença no maravilhoso, no sobrenatural – ou, se quereis, o *mínimo* da crença sobrenatural. Esse estado que é o do maior número, que, se não é a não-crença absoluta, é um estado de exame mais ou menos livre, mais ou menos racional e profundo, com todos os seus resultados e suas consequências, esse estado, ouso dizê-lo, é inteiramente legal desde 1789: tem direito de ser reconhecido e respeitado. Mas é hábito, direi mesmo moda, injuriar essa disposição de espírito em todas as reuniões, nas solenidades públicas, pintá-la como uma desgraça, como uma inferioridade moral deplorável. Não discutirei aqui esse lado da questão. Ouvi dizer somente a mais dum espírito convencido e

firme que pensar desse modo, e à medida que se subia mais alto no mundo da razão, não era sentir-se inquieto e sofrer; era antes gozar da paz e tranquilidade."

Estas palavras pronunciadas diante de reacionários declarados, de alguns bispos, no Senado dum país em que o catolicismo é a religião do Estado, mostram-nos a força que o espírito científico sente já em si, e medem-nos o campo que já ganhou.

Chegámos àquele período da história em que é a razão como tal, não disfarçada, não indireta, que vem indicar ao homem os meios de estudar a questão do seu destino e dizer-lhe que só nela pode confiar.

É uma como que retração da razão, porque o passado é também obra da razão, retração sublime que assusta tantos milhões de almas horrorizadas com aceitar a ideia da responsabilidade de pensar livremente; mas a verdade é que mais ou menos clara, mais ou menos francamente, essas afirmações do espírito científico se manifestam hoje:

Na filosofia,

Na história,

Na filologia,

Nas ciências sociais e morais,

Nas ciências naturais.

Muitos supõem trabalhar na ciência fora dela, mas trabalham sob o seu domínio indireto, e graças a ela. O astrónomo, por exemplo, católico, protestante, panteísta, ateu, materialista, ou outra qualquer coisa, funda todas as suas teorias sobre uma base negada como falsa pela Igreja. Em suma, até a própria religião se deixa dominar pelo espírito científico, procurando a todo o custo à força de mil esforços, conciliar alguns dogmas com a ciência, já que não pode conciliar a ciência com os dogmas.

O sábio não tem, sem dúvida, a auréola que rodeia o fundador religioso: é um homem é só pretende ser homem; real como nós, amigo, pai, irmão, cidadão; falta-lhe mesmo toda a grandeza transmundana do santo, que só por si convence.

Não pode aspirara que se lhe erijam altares, mas tem as suas estátuas nos panteões, ou nas praças, ao ar livre, coberto com o céu, e para elas serem erigidas cotizam-se, não os fiéis, com a esperança dum milagre que os salve duma doença, mas os cidadãos gratos pelo bem que eles já lhes fizeram.

É verdade que a ciência tem também as suas tebaidas, os seus mártires, os seus apóstolos!

E que longa lista! Vede Anquetil du Perron, abandonando a pátria e uma vida sossegada, alistar-se como simples soldado nas tropas da Índia, sacrificar o seu repouso, arriscar a sua vida, para ir a Guzarate salvar os restos dos livros sagrados de Zoroastres e trazer, miraculosamente, à Europa esse documento necessário à consciência do espírito.

E Alexandre Csoema de Koeroes, esse húngaro heróico, que parte de sua pátria a pé, sem meios alguns, com a aspiração de descobrir na Ásia Central a habitação primitiva dos Húngaros; chega ao Tibete, estuda a língua desse país, ainda então desconhecida na Europa, lança-se com ardor ao exame da enorme literatura búdica escrita nessa língua; sai dali carregado de notícias e extratos preciosos, marcha a pé, para a Índia, onde chega quase morto de fome e de febre! O martirológio da ciência pode apresentar, a começar por Sócrates, muitas destas dedicações.

Em vista desta nova fase de espírito, que não se pode negar nem destruir, que se deve fazer? Curvarmo-nos à nova forma do ensino, como nos curvamos ao ensino na sua antiga forma? Tratarmos de realizar na sociedade a ideia de destino que ela nos possa ensinar?

A ciência responde que é uma obra puramente humana, o produto da razão individual, que não se impõem por consequência; não quer a fé finalmente: quer a discussão; quer a certeza que resulta do exame.

A religião aceita-se; não se discute. O homem acha nela a verdade imediatamente, pela conformidade que há entre ela e a sua razão na forma obscura do sentimento: crê. A fé é como um laço. *Fides* vem, como demonstra a linguística duma raiz bride, ligar, fundamentalmente idêntica à raiz da nossa palavra *banda*, que veio do germânico; em alemão, por exemplo, há *binden*, ligar. Ora de acordo com o desenvolvimento da ideia da liberdade, fase ou aspecto da evolução da consciência do espírito, o homem deve quebrar esse laço e subir à esfera da ciência. *Scire*, saber, parece vir duma raiz *ska*, que significa mover-se, ir.

A ciência não pode mandar, só pode aconselhar ao homem que quebre o laço da fé momentaneamente, pelo menos; que se mova; que seja livre no seu pensamento, no interior de si mesmo, por que só assim poderá começar a realizar a verdadeira ideia de liberdade; que estude, examine, as demonstrações que ela apresenta e julgue por si, e volte à fé então se o entender. Em suma, a ciência é pura e simplesmente individual, ou obra da razão individual.

A minha ciência sou eu que a faço, sou eu que a construo; é por ela que eu hei de chegar às soluções a que aspiro; os outros fornecem-me ideias, materiais unicamente para eu construir a minha ciência, ideias e materiais que me são absolutamente indispensáveis, mas que eu não aceito sem os discutir; se o que aceitar for falso, a culpa é só minha; a minha obra ficará imperfeita, mas ainda assim eu devo prezá-la, porque é a minha obra, eu sou o único responsável por ela.

Destes princípios deduziria eu sem dificuldade a teoria da liberdade que creio verdadeira, se tal fosse o meu fim; seria também importante examinar a maneira por que eles se realizariam na prática, mas dentro dos limites da minha questão especial não posso ir mais longe.

Uma conclusão que se tira imediatamente do que disse é que não há ensino da ciência, por que isso seria confundir a ciência com dogma, porque além disso ficará então destruído o caráter individual da ciência; e porque a ciência ainda não está feita em todas as suas partes há, rigorosamente consideradas as coisas, unicamente ensino científico: isto é, ensino de acordo com o espírito científico ou ideia fundamental da ciência atinente a levar o homem à concepção individual da ciência, e por consequência do seu destino.

Tal é o fim capital do ensino.

Um outro tem ele ainda inteiramente subordinado a esse: deve fornecer ou indicar o homem os meios de realizar a sua concepção do destino.

Numa palavra, o ensino versa sobre a questão teórica e prática do destino do homem, Isto leva-nos à consideração da matéria do ensino.

III

Qual a matéria do ensino? A resposta não é difícil de dar-se: o ensino deve ter por matéria a totalidade dos ramos de conhecimentos teóricos e práticos, por que não há um só desses ramos que, bem estudado, não possa servir aos fins do ensino. O desenvolvimento desta tese consistiria no exame dos diversos ramos de conhecimentos para mostrar que realmente todos eles podem servir aos mencionados fins, mas, não podendo desenvolver este ponto, limitar-me-ei a indicar sucintamente o grau de importância de algumas ciências.

Não falarei na filosofia, cuja importância é logicamente indiscutível. Enquanto à importância das ciências especiais, é ela evidentemente proporcionada à do seu objeto. As ciências sociais, as históricas e as filológicas que se ocupam das manifestações do espírito, da sua atividade, etc., têm por consequência muito maior importância que as ciências naturais, tanto maior importância quanto maior é a que tem o espírito sobre a natureza.

Em verdade em Portugal não se compreendem as coisas assim. Aquele aforismo de Vico “filosofia e filologia bases de toda a ciência” não tem sentido para a maioria dos que se pretendem ilustrados no nosso país. Dá-se entre nós muito maior importância às ciências matemáticas e às naturais que á filosofia, às ciências históricas e filológicas. Muitos dos nossos estudantes de matemáticas e ciências naturais falam até com desprezo de investigações históricas e filosóficas, que não sabem para que sirvam. Para a enorme maioria, tirando o que da jurisprudência e do estudo das línguas é necessário ou conveniente para a vida prática, tudo mais é olhado como objeto de pura curiosidade nas ciências do espírito e suas manifestações.

A teologia deve o seu respeito a ser coisa consagrada pela Igreja.

Há razão para isso; não se pensa, não se reflete. Ora quem nem pensa nem reflete vê claramente o que sai duma pilha elétrica, duma máquina de vapor, mas não verá nunca o que

possa sair duma discussão sobre a formação dos poemas homéricos ou sobre a antiguidade do *Rig-Veda.*

Estou convencido de que os nossos estadistas, na sua incapacidade de ver o que deviam ver só por consideração pela tradição e pelas outras nações, é que deixam no quadro do ensino o que não oferece uma aplicação prática imediata; nas reformas que desde a revolução liberal eles têm feito em Portugal, na instrução pública que consideração têm dado à filosofia e às ciências históricas e filológicas? Reduziram em vez de alargar, mas em compensação criaram-se escolas em que se estudam as ciências naturais e suas aplicações, algumas das quais têm sido condenadas por inúteis[4]. Um ministro, segundo se disse, ainda há poucos anos quis tornar o estudo do latim não obrigatório para a maior parte dos cursos superiores.

No decreto de 1836 reformando a instrução secundária leem-se as seguintes palavras que mostram a verdade das intenções que atribuímos aos nossos estadistas, embora elas não se revelem francamente: “O sistema atual [da instrução secundária] consta, na maior parte, dalguns ramos de erudição estéril, quase inútil para a cultura das ciências, e sem nenhum elemento que possa produzir o aperfeiçoamento das artes e progressos da civilização material do país.” “Não pode haver ilustração geral e proveitosa sem que as grandes massas de cidadãos, que não aspiram aos estudos superiores, possuam os elementos científicos, indispensáveis aos usos da vida no estado atual das sociedades.” Nem uma palavra por onde se revele que o ministro compreendia a verdadeira importância dos estudos que não são *indispensáveis aos usos da vida*, ou dos estudos que não servem para a cultura das ciências que constituem a matéria dos cursos superiores entre nós, tais como eles estão organizados. E esse ministro era Passos Manuel; para os tantos inferiores a ele que se seguiram ainda as coisas deviam ficar mais obscuras.

Às ciências naturais deve-se muito, é inegável, e há ainda que esperar muito delas no domínio da teoria e da prática. Não só (à parte o seu valor absoluto) os seus descobrimentos têm sido de enorme benefício para a humanidade, tendem todos os dias a melhorar as condições sociais e hão de acabar, talvez, por fim, com o homem-máquina, mas também foi por elas principalmente que o espírito moderno começou a emancipar-se da autoridade, e, vendo a ordem inabalável das coisas, entrou na crítica do sobrenatural; demais o seu método de exame paciente, de análise miúda, de experiência, de observação, de comparação, de classificação, as ideias de geneagenese, de metamorfoses ou metamorfismo que nelas nos aparecem deram às ciências históricas e filológicas uma direção nova. Neste sentido a sua importância é principalmente histórica. Mas a filosofia, as ciências sociais, as históricas e

[4] A fundação do Curso Superior de Letras é devida, como todos sabem, à iniciativa dum monarca!

filológicas fornecem imediatamente ao espírito os materiais organizados que o levam à consciência de si; diante delas as ciências naturais aparecem como meras subordinadas.

Estas observações, que o tempo me força a não desenvolver, fornecem a base para uma crítica da nossa instrução pública, instituição que tem a pretensão de preparar os espíritos para receberem o ensino científico e dar-lhes esse ensino.

No exame rápido que passo a fazer do estado da instrução pública entre nós serei severo, duma severidade a que neste país não se está acostumado. Direi coisas duras, a maior parte das quais se dizem baixo, mas que é mister alguém ter a coragem de dizer alto para ver se algum passo se dá para remediar os males a que elas se refere. Sei que hei—de desagradar: a verdade desagrada sempre; mas esta consideração não me faz hesitar.

IV

Lembremo-nos em primeiro lugar de que estamos num país em que o catolicismo é a religião do Estado imposta materialmente à consciência de todos os que são portugueses: o espírito científico é, pois, aqui repelido de tudo o que estiver sob a ação imediata do Estado, perseguido fora dele: se um ou outro indivíduo isolado tenta introduzi-lo, os seus esforços são facilmente sufocados. Numa palavra, a investigação livre da verdade é impossível em Portugal. Em resultado deste facto, o ensino oficial português reduz-se em toda parte, sem exceção alguma, à aprendizagem, à *dressage*, como dizem os Franceses, à *verbiage*, a adornar os espíritos com noções vagas, superficiais, desconexas, e dar-lhes a conhecer os preceitos úteis na prática imediata. E nem doutro género podia ser o ensino oficial entre nós, desde o momento em que nele falta completamente o espírito científico. Esse ensino não aspira a mais, não pode aspirar a mais, a religião do estado lho impede.

Ora nestas condições a filologia reduz-se necessariamente ao estudo prático de algumas línguas, das línguas de primeira necessidade, de necessidade por assim dizer material, e os monumentos literários dessa língua serão lidos como meio para conhecer; o estudo da literatura à retórica, à arte de metrificação, às apreciações de estilo, e a juízo puramente subjetivos sobre o mérito dos autores;

O estudo do direito ao que possa ser útil no exercício da banca, do foro e das funções administrativas; o resto será olhado como secundário ou inteiramente inútil;

O estudo das ciências físicas, químicas, matemáticas, aspirará quase exclusivamente às aplicações práticas, e olhá-las-á como o fim capital;

O estudo da medicina terá como fim a clínica. Tudo o que não se dirigir a esses fins, tudo o que não entrar nesse quadro mesquinho, será esporádico e incongruente. As grandes questões da ciência são postas fora do quadro do ensino, porque precisamente o ensino nas ciências, pretendendo ser subordinado às crenças religiosas, e a religião fornecendo uma

solução dessas questões, é inútil buscar-lhes uma outra[5]. E ainda assim acanhado, miserável, sem consciência de si, esse ensino é o resultado de concessões mútuas entre o espírito religioso e o espírito científico. Tal é o ensino público em Portugal, ensino irracional, híbrido, entregue ao acaso e ao arbitrário, forçado portanto a reduzir-se à aprendizagem e à retórica, ao ornato oratório, e isto fatalmente, fora da vontade dos indivíduos que dão esse ensino, que não têm vontade dentro duma constituição que lhes impõe o que devem crer e pensar. Não absolverei apesar disso esses indivíduos sem restrições. Os que creem sinceramente que as coisas assim vão bem, ainda a meu ver têm desculpa na cegueira da sua convicção; mas aqueles que nos dizem à boca pequena que as coisas assim vão mal e não têm a coragem de lutar praticamente contra elas, esse membros do professorado português que nos dizem em conversa que a instrução pública está uma miséria e que serão os primeiros a acarretar lenha para a fogueira de quem ousar atacar lealmente, em público, essa instituição de que vivem, esses não têm a meu ver a mínima desculpa, e não a têm porque a consciência, onde existe, acha sempre uma tábua para salvar a dignidade.

Desçamos agora a especialidades.

Não falarei detidamente sobre cada uma das divisões da nossa instrução pública; não falarei hoje da instrução primária: a importância deste ponto obriga-me a tratá-lo numa conferência especial. Nessa conferência discutirei a questão do ensino religioso e tratarei de mostrar as bases duma educação moral de acordo com o espírito científico, para tranquilizar os espíritos timoratos que crêem que os dogmas religiosos são a base de toda a moralidade e da própria sociedade, em contradição com os resultados mais elevados das ciências históricas e sociais.

Falarei apenas em especial do ensino secundário e de dois corpos docentes superiores: a Universidade e o Curso Superior de Letras. O tempo força-me a restrições.

O Estado geral da instrução secundária traça-me em poucas palavras.

O ensino das línguas é menos que elementar.

O ensino do português, introduzido nos liceus pela reforma de 1860, volta continuamente sobre o mesmo ponto – a análise gramatical, crismada às vezes com o nome pomposo de análise filológica; juntava-se a isto, há pouco, nalguns liceus pelo menos, algumas noções ridículas duma coisa a que chamavam poética. No primeiro ano a criança

[5] A questão da absoluta impossibilidade duma conciliação entre a ciência e a religião salta aos olhos de todos os que têm um pouco de bom senso; mas infelizmente o bom senso, os espíritos racionadores, são raríssimos. È evidente que os dogmas católicos fornecem solução para todos os grandes problemas científicos; para quê pois a ciência? Para quê reagir contra o que está estabelecido na Bíblia e nas decisões dos concílios? As investigações etnográficas e linguísticas são heresias: o Génesis fornece quanto é necessário saber sobre a origem das raças e das línguas. Os geólogos são heréticos, por que o grande fenómeno da criação se acha explicado no mesmo livro de Moisés; as ciências sociais são heresias porque o homem só deve tratar da sua salvação. Como explicar, pois, a contradição que existe na prática senão pelo estado ilógico dos espíritos e das sociedades, que fazem concessões simultâneas à tradição e à revolução?

aprende o que já aprendera na instrução primária, com um desenvolvimento um pouco maior apenas, e tanto que a mesma gramática por onde estudam na aula de português é nalgumas partes aquela por onde estudam na instrução primária [6].

Nem uma única noção científica sobre a origem da nossa língua, e sua história, os seus elementos etimológicos; nem a maior parte dos professores sabem nada disso, nem os redatores de programas. É verdade que no programa do curso de português, publicado ultimamente , manda-se ensinar as crianças a dividir as palavras em prefixo, raiz e sufixo; pondo de parte a indexação da redação, pareceria que se queria significar que se ensinasse a decompor uma palavra portuguesa nos seus elementos morfológicos, o que exigiria profundos conhecimentos de linguística, que nenhum professor de português tem em Portugal, mas o redator do programa teve sem dúvida em vista uma divisão arbitrária e incientífica das palavras. O ensino do português como está atualmente organizado, e apesar do programa, não dá afinal de contas aos estudantes conhecimentos teóricos e práticos da nossa língua verdadeiramente superiores aos que ele obtinha antes da criação desse ensino. O ensino das línguas antigas é vergonhoso. Os estudantes fazem os seus exames e quando entram para as escolas superiores não estão (salvas algumas exceções, cada vez mais raras) habilitados para traduzir três linhas dum autor grego.

O estudo do grego demais não é obrigatório, e cifra-se em decorar alguns princípios de gramática e a tradução dalguns diálogos de Luciano e dalguns versos de Homero, salvas as variantes. Com isso faz-se exame e fica-se aprovado, mas nem tanto é necessário.

Em Coimbra vi muitos estudantes que nem o alfabeto grego conheciam habilitarem-se para o exame dessa língua em oito dias.

Em latim ensinam-se erros crassíssimos, regras gramaticais que nunca foram observadas por nenhum autor latino, fazem-se reter na memória dos estudantes formas, como um imperativo em *minor*, que são verdadeiras quimeras gramaticais, e dão-se preceitos ineptíssimos para a versão.

O ensino das línguas estrangeiras vivas não é menos mesquinho que o das mortas. Os estudantes que nesta parte contentam com o que lhes ensina o liceu, ou o colégio para os preparar para os exames no liceu, confessam ingenuamente que fizeram os seus exames de inglês ou de alemão, mas que não sabem traduzir uma página do mais fácil dos autores dessas línguas, sem primeiro a estudarem, e isto no dia imediato ao do exame.

O francês aprende-se melhor por ser mais fácil, mas a gramática dessa língua é estudada superficialmente, e os estudantes saem dos liceus inábeis para escrever uma carta com alguma correção nessa língua. Os programas ultimamente publicados pretendem alargar

[6] Vid., por exemplo: *Nova Gramática Portuguesa*, por Bento José de Oliveira. Para uso dos alunos das escolas de instrução primária e dos que se habilitam para o exame de português, Coimbra, 1862. Há pelo menos outra edição posterior.

o ensino das línguas vivas; mas, supondo mesmo que esses programas estavam bem feitos, hipótese que não se dá, é mister observar que nunca passarão de programas. Não é no papel que se devem alargar os quadros do ensino, mas na prática; ora é atualmente impossível fazer isto por que a maior parte dos professores públicos de línguas vivas carecem das habilitações necessárias para darem um ensino dessas línguas tal como ele deve ser. Poderia citar documentos que o provam.

O ensino da história nos liceus é miserável. Em primeiro lugar é impossível que em 130 lições, o máximo das que pode haver no tempo destinado para isso, se deem de história universal, cronologia e geografia noções que não sejam inteiramente superficiais. Essas noções, quanto à história, reduzem-se a uma série de nomes e datas, de factos destacados entre os quais não se veem as relações orgânicas.

Os professores de história dos liceus fazem às vezes pior do que dar essas imperfeitas noções: perdem o tempo a contar anedotas insignificantes para divertirem os seus discípulos e mostrarem a sua erudição e espírito. O estudante aprenderá, sem dúvida, que Fúlvia espetou uma agulha na língua de Cícero, ouvirá por miúdo a narração das atrocidades de Nero, e outras coisas semelhantes, mas nem uma palavra sobre o espírito geral do mundo romano, sobre o lugar daquela grande civilização na história do mundo, sobre os laços que nos estreitam a ela. Em alguns dos nossos liceus ensina-se ainda que Tubal fundou Setúbal, e se duvidassem podia apresentar provas, que Afonso Henriques foi proclamado rei nas Cortes de Lamego, e que Cristo lhe apareceu no Campo de Ourique. Estes factos caracterizam com mais eloquência que tudo o mais que podia dizer o estudo do nosso ensino secundário, porque eles demonstraram todos incapacidade completa de apreciar os resultados puramente de detalhe, sem caráter nenhum dogmático, das ciências históricas. Os espíritos entre nós estão tão pouco aptos para compreender os resultados das ciências naturais que se formavam. O sistema de Copérnico, para citar um exemplo conhecido, demonstra-se simplesmente pela observação. Mas todos sabemos que enormes dificuldades teve com que lutar esse sistema para ser reconhecido como uma verdade.

O mesmo se dá hoje com os grandes resultados das ciências históricas. Parece-nos hoje simplicíssimo que a Terra gire em torno do Sol; deixai passar mais algumas gerações e então parecerá simplicíssima, clara, evidente, a cristologia de Strauss, que ocupa na ciência das religiões o mesmo lugar que o sistema de Copérnico na astronomia, que, se assim possa exprimir-me, estabelece exatamente como o sistema de Copérnico uma mudança de centro de gravitação: na teologia tradicional é Deus que gravita sobre o centro humano, imóvel pelo pecado; no sistema straussiano Cristo é a humanidade que gravita sobre o centro Deus.

Mas quanto estamos longe dos nossos liceus! Voltemos a eles.

O ensino da filosofia é neles ainda inferior, se é possível, ao das outras ciências. Que triste coisa é esse montão informe de definições sem nexo, colhidas aqui e acolá, ora nos

aparece um fragmento de filosofia escolástica, ora um bocadinho de Condillac, uma ideia de Locke, mais além uns farrapitos de Júlio Simon, Balmes, Saisset, e extratos dum livro para uso dos indoutos intitulado um *Milhão de Factos,* a que entre nós se chama filosofia racional! É com esses e semelhantes ingredientes desconexos que se prepara o alimento filosófico do espírito do aluno dos nossos liceus. Que enormíssima responsabilidade a dos que estropiam a razão de centenares de crianças ensinando-lhes e fazendo respeitar sob o nome de filosofia nações superficialíssimas e sem subordinação orgânica, preceitos empíricos sem importância alguma; junto com coisas das mais desgraçadas eu a miséria humana tem produzido! Não declamo, digo a verdade, e vou prová-la com alguns exemplos.

Num compêndio de filosofia adoptada em alguns dos nossos liceus ensina-se entre outras coisas de igual valor:

Que “os sentidos são órgãos”;

Que “cada sentido deve limitar-se ao objeto que lhe é próprio; aliás é fácil errar”.

Assim pois não se deve aplicar o olfato para ver, nem a vista para cheirar, nem o ouvido para apalpar, etc.; aliás é, não absolutamente impossível alcançar bom resultado, mas simplesmente fácil errar. Não se pode interpretar doutro modo esta passagem.

No mesmo livro ensina-se que para conciliar a atenção, para bem entender, “devendo fugir do que nos possa distrair; porque, tirada a causa, cessa o efeito”; o que equivale a dizer que para conciliar a atenção devemos conciliar a atenção.

Segundo esse livro a dialética é apenas a arte de discutir. Nessa parte da ciência filosófica aprende-se que nas disputas são necessárias um arguente e um defendente, que em certas discussões acresce um presidente e que este tem por fim encaminhar e elucidar a questão, chamar à ordem o disputante que se houver excedido, conceder a palavra a quem tiver pedido, etc. E é isto, senhores, o que se entende por filosofia no nosso país.

Que enormes conclusões não tenho eu o direito de tirar destas premissas que podem encontrar, no caso de duvidarem da minha palavra, nos *Elementos de Filosofia Racional* do Sr. Dr. João de Sousa Dória! Tenho todo o direito de concluir:

Que os professores que ensinam por um tal compêndio são indignos, pela sua ignorância e falta de senso, de ocuparem um lugar no magistério;

Que os liceus que adoptam um tal compêndio perderam inteiramente a consciência da sua missão:

Que o Estado que não obsta a que a missão do ensino esteja em tais mãos é um Estado ininteligente;

Que as gerações educadas no respeito de tais livros e de tais professores só por milagre conterão alguns indivíduos que tenham bom senso.

As conclusões são inabaláveis, porque as bases não podem negar-se.

O ensino da retórica e princípios de literatura como se faz em nossos liceus concorre ainda para o mesmo fim que o da história e o da filosofia. Nenhuma teoria, nenhuma tendência mesmo para uma teoria da eloquência e da poesia; definições, só definições e frases sem significação, sobre elocução, estilo, tropos, etc.; noções banais da poética. O compêndio de história de literatura clássica e portuguesa adoptado na maioria dos nossos liceus é um documento de ignorância e estultícia não só de quem o fez, mas de quem o aprovou e de quem o adopta. O Sr. Álvaro Rodrigues de Azevedo, no seu *Esboço Crítico*, mostrou bem o que tal compêndio é; dispenso-me por isso de entrar aqui no exame dele.

O ensino das ciências naturais e matemáticas nos liceus como nas escolas superiores não é tão imperfeito como o das outras ciências; mas nota-se em toda a parte nele uma falta completa de direção orgânica e filosófica.

A matemática reduz-se unicamente ao estudo das regras e operações do cálculo, trabalho quase exclusivamente de pratica e de memória; nas ciências naturais atende-se unicamente a fixar na memória os teoremas, as fórmulas, as classificações e a descrição dos aparelhos usados nas experiências e a descrição das experiências.

O ensino dos nossos liceus reduz-se portanto a meros exercícios de memória.

A universidade é o mais vasto de todos os nossos corpos docentes e sob todos os pontos de vista o mais importante.

O seu passado teve épocas de glória. Houve ali sempre representantes dos movimentos nacionais; de lá partiram mesmo revoluções. No século XVI, sobretudo, foi grande o esplendor da Universidade e do Colégio das Artes, criado por D. João III, e estreitamente unido a ela. Tivemos lá humanistas de reputação europeia. Estrangeiros e portugueses trabalhavam aí com indefessa atividade e larga inteligência. Quem não conhece, ou melhor, quem, fora dum pequeno número, conhece hoje os nomes de Nicolau Clenardo, Diogo de Teive, Aires Barbosa, Fabrício, Luís Teixeira, André de Gouveia, Peruchi Morgoveja, Marcos Romeira, Aires Pinhel, Tomás Rodrigues da Veiga, Jorge Coelho, Jorge de Sá, Pedro Nunes? Esqueceu-se porventura já que Aires Barbosa foi o verdadeiro iniciador Península dos estudos helénicos? Foi na época de maior esplendor da Universidade e do Colégio das Artes que D. João III lhe deu o golpe de morte confiando o segundo aos jesuítas e nomeando visitador e reformador da primeira uma criatura sua. Isto deu-se, como sabem todos, em 1555. Pouco a pouco os jesuítas foram invadindo a Universidade, perseguindo com guerra de morte os que nela opunham a dignidade e consciência ao seu predomínio e comprando os que tinham consciências venais. Em 1598 a Universidade pertencia-lhes já completamente.

Foi prodigiosa a ignorância em que então se caiu; dir-se-iam voltadas as chamadas trevas da Idade Média, se de certo modo não fosse coisa ainda pior.

A consideração que Portugal tinha gozado na Europa perdeu-a completamente então e os estrangeiros julgaram-nos um povo de ignorantes e, o que é pior, de idiotas, juízo sem

dúvida muito exclusivo, mas que aplicado a tudo o que obedecia à organização da sociedade, e que vinha a ser grande massa da nação, era perfeitamente verdadeiro.

Na oração recitada no 1º de Julho de 1780 na Academia das Ciências de Lisboa há as seguintes palavras:

"Que admirados ficaríeis, senhores, se soubésseis quão vil é o conceito que mesmo os estrangeiros fazem injustamente de nós. Quando lá fora aparece casualmente algum português de engenho medíocre, admirados se espantam como de fenómeno raro. – E como assim? (dizem) de Portugal? Do centro da ignorância? – Assim o cheguei a ouvir. – E onde estão os vossos livros? Me perguntavam; onde os autores? As vossas Academias? Os vossos descobrimentos? As gazetas literárias que correm, guardam do vosso reino o mesmo silêncio que de Marrocos. Ouvindo estes injustos opróbios, os olhos se me fecham com pejo, emudecia a língua, e a face se me cobria de confusão[7]".

O novo *Método de Estudar* viera mostrar a chaga; o marquês de Pombal pretendeu curá-la. Todos têm ouvido falar na reforma que este estadista fez na instrução pública e principalmente na sua reforma da Universidade; ninguém, creio, estudou ainda a fundo a natureza e efeitos dessa reforma.

O que é verdade é que a reforma do marquês não introduziu nenhum princípio novo no ensino: o que estava nas mãos do jesuíta passou pura e simplesmente para as mãos dele; o professorado não é mais que um instrumento fácil de mover nas mãos omnipotentes. Os professores ficam reduzidos à condição de títeres a quem ele puxa os arames segundo melhor lhe parece. Os célebres estatutos da Universidade são largos, sumptuosos, pomposos enquanto à forma; enquanto ao fundo aniquilam a mínima perspectiva de liberdade para o professor, imobilizam o ensino. Uma coisa porém se lhe deve: a reforma, ainda que acanhada pelo tipo traçado, do ensino das ciências naturais, que ficou em todo o caso muito superior ao que havia.

Mas o que mais eloquentemente prova a nulidade da reforma do marquês, pelo que diz respeito às outras ciências, é o estado em que continuou a Universidade.

Esse estado todos o conhecem, quando mais não seja pelo célebre poema herói-cómico o *Reino da estupidez*, de Francisco de Melo Franco, composto pelos anos de 1785.

O *Reino da Estupidez,* como sabeis, é a própria Universidade.

No prefácio diz o autor, dirigindo-se ao poema:

"Diz que o fruto, que daqui levam os legistas, é a pedanteria, a vaidade, e a indisposição de jamais saberem: enfarinhados unicamente em quatro petas de Direito Romano, não sabem nem o Direito Pátrio, nem o Público, nem o das Gentes, nem Política, nem Comércio, finalmente, nada útil. Que os canonistas saem daqui com o cérebro

[7] Teófilo Braga, *História da Literatura Portuguesa. Introdução*, p. 338

entumecido com tanto Direito de Graciano, sem crítica, sem método, engolindo, com alguns verdadeiros, imensos cânones apócrifos; dando ao papa a torto e a direito poderes, que lhe não competem por título nenhum, e esbulhando os Reis dos que por Direito da Monarquia lhes são devidos. Deves porém confessar que a Reforma trouxe à Universidade as ciências naturais, que na verdade tiveram e têm ainda alguns mestres dignos de tal nome; mas que estes ficam tão submergidos pela materialidade dos companheiros, que fazem a maior porção, que para distinguir é preciso ter vista bem *perspicaz*; tanto reina aqui a mesma estupidez!".

Eis o resultado da tão apregoada reforma do marquês de Pombal; desde ela até hoje nenhuma outra reforma foi feita ou intentada na Universidade; apenas modificações parciais, adições duma outra cadeira, tudo inorgânico, sem plano determinado, acidentalmente; na essência, a organização das faculdades está tal qual a deixou Sebastião José de Carvalho. As consequências são fáceis de prever.

O estudo das ciências históricas e filosóficas e da filosofia não existe na Universidade. Enquanto as nações estrangeiras julgam que essas ciências são de primeira importância, nós, está claro que por suma ignorância, não pode ser por outra causa, não lhe damos lugar em a nossa Universidade. As Universidades da Espanha, França, Itália, Inglaterra; Alemanha, Rússia, Estados Unidos, têm normalmente, quando não são universidades incompletas, uma faculdade em que se estudam aquelas ciências em várias cadeiras; a nossa Universidade não quer saber disso. Isto mostra já por si a distância a que ela está do espírito moderno.

Os professores da nossa Universidade, assim como todos os dos outros corpos docentes do País, dividem-se em duas classes:

A que considera o ensino como tendo por fim a aprendizagem;

A que dá o ensino de ornato.

É mister que vos explique o que entendo por esta expressão "ensino de ornato", expressão que não acho satisfatória, mas que no essencial creio aceitável.

O ensino de ornato é o que tem única e exclusivamente por fim mostrar o talento do professor, se ele o tem, revelar a sua completa inépcia, se ele apenas supõe tê-lo.

Este ensino é uma transformação daquela velha eloquência da Universidade de que temos ainda de vez em quando amostras nas orações de sapiência, de distribuição de prémios e de capelos, eloquência grave, séria, pesada, mas duma gravidade, seriedade e peso pura e simplesmente cósmicos, que me deixa sempre no espírito uma única ideia que só posso exprimir com exação pela palavra francesa *sottise*. *Sottise*, eis o que está no fundo dessa velha eloquência universitária de que ainda vos poderia apresentar bem recentes espécimes. Pois o ensino de ornato vai entroncar nessa eloquência. Houve porém, como disse, uma transformação, que é recente, e essa resulta da influência deletéria da França. A França tem bom e mau: em regra, não se conhece cá o primeiro ou despreza-se; o segundo aceita-se.

A França é verdadeiramente o país da desarmonia: o bom e o mau não parecem querer nunca deixar-se lá vencer um pelo outro; essa luta é que nos explica as suas decadências e grandezas sucedendo-se sem transição, quase umas ao lado das outras. É um povo acerca do qual não se pode dar um juízo exclusivo que não seja falso. É o povo mais *humano* do mundo, exprimindo por esta palavra *humano* o complexo de paixões, ideias que agitam o homem. Por isso na França há o que cá não há, a consciência do mau. Na França o ensino oratório foi condenado com força, com argumentos finos e por vezes profundos, mais de uma vez; pois bem, esse ensino foi o que cá se propôs como modelo, que reagindo sobre a nossa velha eloquência deu em resultado o ensino de ornato. A diferença entre o ensino oratório e o ensino de ornato consiste em que o ensino oratório aspira a apresentar peças de eloquência bem delineadas no todo, sem incidentes que façam perder de vista o contorno geral, um todo arquitetônico em suma; e o ensino de ornato apenas a apresentar um arabesco de fantasia, o que resulta, em parte, de ele ter guardado muito da puerilidade da nossa velha eloquência; em parte, de que, enquanto o professor francês em geral leva as suas lições de casa, o professor português que se dedica ao género de ornato improvisa geralmente na cadeira, para onde sobe muitas vezes sem saber bem por onde há de começar. O ensino oratório tem todavia entre nós um ou outro representante; o seu fim e aspiração é o mesmo que apontamos para o ensino de ornato.

Na universidade porém predomina ainda o ensino que tem pôr fim a aprendizagem.

Em poucas palavras direi como este é compreendido.

Há um livro de texto, um compêndio para o estudo de cada cadeira ou parte do ensino duma cadeira. A adopção desse compêndio depende da aprovação do conselho da faculdade; há assim mais alguma liberdade que nos liceus, cujos compêndios devem ser aprovados pelo governo. Esse compêndio basta; o lente ou se contenta com indicar em cada lição ao estudante as páginas que deve decorar no dia seguinte, ou explica o compêndio. A explicação do compêndio não é muitas vezes mais do que a repetição dele por outras palavras, uma simples explicação literal. Alguns professores substituem essa explicação pelo ensino de ornato, ou conciliam as duas coisas. O resultado é sempre o mesmo: o compêndio é tudo, o professor não é nada. O professor não apresenta nunca uma elaboração original, ficando assim fiel ao espírito dos estatutos.

Há casos em que, ou porque o lente não dá explicações ou porque ela é insuficiente, os estudantes se veem obrigados a recorrer a um explicador particular.

Enquanto ao trabalho dos estudantes é simples: como o compêndio é tudo, satisfizeram plenamente as exigências do professor desde o momento em que decoraram o que o compêndio diz. Consequência: professor máquina, estudante máquina. Muitos estudantes conquistam também reputação de talento e livram-se do trabalho a que têm muito justificada aversão, de decorar o compêndio, adoptando o género de ornato.

A organização da Universidade é tão forte, tem tal influência que talentos muito aproveitáveis, que noutras condições seriam fecundados, arrastados por aquele maquinismo fatal têm-se inutilizado completamente.

Eu quereria apontar exceções, mostrar como no meio daquela instituição desgraçada há quem tenha criado uma atmosfera artificial mais pura para viver nela; mas tenho de ser justo, tenho que fechar os olhos a quaisquer sugestões que não sejam as de verdade. Sem ir mais longe, nestes últimos vinte anos nenhum lente da Universidade produziu um só trabalho que fizesse dar à ciência um passo! Procurei em vão se um tal trabalho existia, não encontrei, apesar de ter feito diligências que creio completas; mas ainda assim se um tal trabalho existe, se mostram, estou pronto a reconhecer que fui injusto e a reconhecê-lo como uma das obras mais meritórias que a atividade humana pôde produzir, pelas circunstâncias em que nasceu.

As minhas pesquisas descobriram-me só meras compilações, feitas com mais ou menos habilidade, e às vezes até sem habilidade alguma.

Mas tudo isto ainda é ouro em comparação com outros vícios do primeiro corpo docente do País. Referir-me-ei só a alguns.

Quem não ouviu falar nos empenhos que fazem um papel tão importante na Universidade; nessa verdadeira atrocidade que o hábito, a indiferença, o obscurecimento da consciência, nos faz olhar como uma coisa simples, natural e que dá em resultado um número grosso de bacharéis ignorantes e ineptos?

Quem não ouviu dizer que em regra a aspiração única do estudante é passar, sejam quais forem os meios?

Quem não ouviu dizer que o estudante tem mais que antipatia pelo professor; chega a ter-lhe horror?

Quem não conhece a supremacia que se arroga sem título algum o professor sobre o discípulo, chegando algumas vezes a converter-se em clara insolência?

São coisas a que quase se não atende; mas que desgraçadamente são a prova de que não é a ciência o interesse da Universidade; a prova duma desmoralização profunda, cujas raízes estão no passado, em verdade, mas de que o presente também tem culpa.

O Curso Superior de Letras foi criado com o intuito de preencher a lacuna que havia no nosso ensino com respeito à filosofia, às ciências históricas e filológicas. O intuito era excelente e digno de glória; mas o modo de o realizar foi o mais triste possível.

Não se compreendeu que não havia entre nós ninguém apto para fazer um ensino, digno deste nome, das antigas literaturas, da literatura moderna, da filosofia e da história universal; não se conhecia o estado dessas ciências, e imaginou-se que a erudição fragmentada que cá havia era literatura, que generalidades banais eram filosofia, e que a história, a filosofia da história podiam improvisar-se, e criou-se o curso e formou-se o corpo docente com o que por cá havia.

Nem sequer ocorreu a ideia, que seria de resultados excelentes, de mandar vir para esse ensino, inteiramente novo, alguns professores da Alemanha, ou de França, não fazendo mais do que se fez noutros tempos sempre que entre nós se criou um ensino novo, o que ainda hoje faz da Inglaterra, cujas instituições universitárias tiveram tantos pontos de contato com o nosso.

O tipo do Curso Superior de Letras foi-se buscar às faculdades de Letras da França, facto que demonstra uma bem triste ignorância. A organização das faculdades de Letras da França tinha já sido inteiramente condenada, e continuou a sê-lo.

Enquanto lá se estudavam os meios de as regenerar, de as reformar radicalmente, nós íamos buscar o tipo julgado inútil e mau! Os Alemães tinham-se rido desses cursos de Letras; alguns franceses riram também; e nós fomos buscar o tipo ridículo!

Como eu não tenho autoridade e podeis supor que é por espírito de pura maledicência (é o nome que cá se dá ao verdadeiro espírito de crítica) que estou dizendo estas coisas, vou apresentar-vos duas passagens, entre muitas, que vos mostrarão a verdade.

Diz Ernesto Renan a respeito dos cursos de Letras na França:

"A surpresa do Alemão que vem assistir a esses cursos é muito grande. Ele chega de sua universidade, onde se habituou a tratar o seu professor com um grande respeito. Esse professor é um *Hofrath*; vê o príncipe em certos dias! É um homem grave, dizendo só palavras notáveis, tornando-se muito ao sério. Aqui tudo está mudado. Essa porta que bate, que durante todo o curso não cessa de se abrir e de se fechar, esse vai-e-vem perpétuo, esse ar despreocupado dos ouvintes, o tom do professor quase nunca didático, ás vezes declamatório, essa habilidade em buscar ditos vulgares sonoros (lugares-comuns) que nada dizem de novo, mas que fazem infalivelmente aparecer os sinais de assentimento, tudo isso lhe parece estranho e inaudito. Os aplausos, principalmente, excitam o seu mais alto espanto. Um auditório atento não tem tempo de aplaudir. Esse uso extravagante mostra-lhe que se trata aqui não de instruir, mas de brilhar. Vê que não aprende nada, e diz para si que na Alemanha não se subscreveria para esse curso. Num curso sujeito a uma retribuição, o que se quer, pelo seu dinheiro, é a ciência positiva, são os resultados precisos. Não se paga para escutar um homem que não tem outro fim senão provar-vos que sabe falar bem. Wilhelm Schlegel, disseram-me, quis, à imitação da maneira francesa, fazer de Bonn um desses cursos oratórios; não teve nenhum êxito. Ninguém quis incomodar-se para ouvir recitações brilhantes, cujo fim principal era mostrar o espírito do professor, e cujo resultado mais claro era que se dissesse à saída: tem talento[8]."

Permiti que vos cite uma passagem em que o ensino oratório se acha condenado.

[8] *Questions contemporaines*, p. 91.

"Imaginai", diz Eugénio Véron, "se é possível, a figura que faria, diante dum auditório francês numa cadeira de Faculdade, um Hegel, com sua exposição hesitante, com suas frases incorretas, metidas umas pelas outras, inacabadas, como toda essa pesada bagagem de fórmulas pedantescas, com esse montão de heresias filosóficas e religiosas que constituíam o seu ensino! Supondo que a autoridade não lhe tivesse tirado a palavra à terceira frase, ele teria depressa cansado a paciência dos seus ouvintes, ofendido o seu gosto, revoltado a sua consciência.

No fim de duas ou três lições tê-los-ia posto a todos na rua, e teria provavelmente ficado só com o seu contínuo. O próprio Kant teria sido entre nós um assaz medíocre professor, porque com todos os seus neologismos e suas palavras compridas, nunca ouvi dizer que tivesse passado por muito eloquente. Ora, a eloquência é o nosso gosto ou antes a nossa paixão; é por ela que brilhamos e dominamos; um professor sem eloquência arrisca-se muito a ser em breve um professor sem auditório, fosse ele o mais douto do mundo."

O Curso Superior de Letras inaugurou-se, pois, segundo o seu tipo como casa de espetáculo; não faltaram em poucos os bravos, os aplausos, sem que os professores, logo no primeiro dia, compreendessem o papel tristíssimo que estavam fazendo. A sua aspiração reduziu-se a que dissessem deles o mesmo que do antigo ator diz a inscrição de Antibes: "Saltavit et placuit." Não havia ciência, houve retórica, ensino de ornato, mais ou menos habilmente fantasiado, tudo superficial, inútil, estéril, mas à altura do público, palavroso, mais ou menos sonoro, segundo o talento oratório de cada um. O professor do Curso Superior de Letras não aspira a ser profundo, não quer ser profundo, não carece ser profundo; nada o obriga a estudar; basta-lhe desenhar bem ou mal os contornos das coisas; colher aqui e acolá algumas generalidades brilhantes, alguns factos mais ou menos curiosos e bordar com esses materiais a sua tela. Um que aspirou a mais perdeu a sua razão na empresa, mártir de sua excepcional dedicação.

Demais o Curso Superior de Letras, instituição oficial, não pode ser infiel aos princípios do catolicismo; nele não pode penetrar portanto o espírito científico, nem houve a coragem de, a todo o risco, o fazer lá entrar.

Um facto e um documento completarão estas observações acerca do Curso Superior de Letras.

Um professor abriu ali um ano um curso sobre o Egito antigo; este facto é simples na aparência, mas significa muito pelas circunstâncias do professor. Este nunca tinha ido ao Egito, nem tinha estudado o hieróglifo; estava portanto na incapacidade absoluta de exercer a mínima crítica sobre os materiais que tinha que consultar, crítica tanto mais necessária quanto o estudo das coisas egípcias, que, apesar dos seus progressos, encerra ainda muitas obscuridades e contradições sobre pontos capitais; o resultado é que o professor repetia

simplesmente o que lia, dando de seu apenas a forma, sem confiança nenhuma de ter duas opinião contraditórias escolhido a mais provável.

O documento é um extrato duma tese que um dos atuais professores do curso, o Sr. Dr. Jaime Constantino de Freitas Moniz, apresentou no concurso em que foi aprovado. É unicamente como crítica do curso que se satisfez com uma tal prova que a apresento.

A tese trata da teoria do progresso, principalmente com aplicação às belas-artes. Depois de princípios gerais acerca da teoria do progresso o autor trata do progresso na arte. A parte mais importante dessa discussão é a seguinte:

"Com a estética cristã recompõe-se a escala natural dos tipos intelegíveis, restituindo-se e assinando-se cada um o grau e importância que lhe compete.

Ao lado da arquitetura cunhada na Catedral, destacam-se a pintura, que embeleza, e a escultura.

A música, entoando a harmonia que a antiguidade não conheceu, canta a nova época.

Do seio do cristianismo sai a concepção exata de Deus. Não tem que fazer com ela o Júpiter de Fidias ou Jove de Homero.

O homem aparece colocado na altura da sua dignidade, nos primores artísticos.

A mulher tira de cabeça as rosas do Poestum, afasta os olhos da Vénus impudica de Apeles, e aparece vestida de pureza e candura, sob a pena do autor da *Divina Comédia*, ou na Madona de Rafael.

Ao fundo deste trabalho, observam-se imponentes e majestosos os vultos de Dante e Miguel Ângelo, e tomam lugar após esses outros cujos nomes todos os dias decoramos. Depois que será? Será o propagar a ideia, deduzir dela toda a verdade que contém, depurar com ela o sentimento, e elevar a arte, encarnar as suas diversas manifestações na pedra, no ritmo, na tela, o conservar e atear o fogo, o crescer, o viver, o obedecer ao preceito de Cristo e à lei da Humanidade: será o amanhã do progresso."

V

Eis-me chegado ao último ponto - a reforma do ensino em Portugal: a base dessa reforma é necessariamente a separação completa do Estado da Igreja, a liberdade da consciência, não como mera virtualidade, mas realizada na prática, porque isso não é liberdade de consciência, apesar de muitos julgarem que o é. Eu não sou livre, por crer que o sou, mas por poder realizar a minha liberdade na atividade exterior.

Está provado que as nações em que se não revolvem continuamente as grandes questões do espírito, compreendidas na do destino, e as que lhe ligam, imobilizam-se, decaem, morrem e se tornam presa das nações agitadas pela renovação das ideias. Não ver

isto é ignorar completamente a história ou ser incapaz de dar a mais simples interpretação aos factos. Citar-vos-ei um exemplo para fixar ideias.

A Alemanha no começo do século XVI era um dos povos menos civilizados da Europa, como os próprios alemães, na franqueza que dá a consciência da força, confessavam e confessam. Lutero escrevia:

"Deplorável é em toda a parte a condição das igrejas. Os homens do povo não sabem nada, não aprendem nada; não rezam, não se confessam, não comungam; toda a religião parece ter desaparecido; calcam aos pés os preceitos do papa, e desprezam até os nossos." "Ah! Assaz longo tempo ficámos num abaixamento bestial. As nações vizinhas chamam-nos brutos alemães, e o nome é merecido...Deixaram-se crescer as gerações como as árvores bravas nas florestas. São só matas estéreis, que apenas servem para se lançarem ao fogo."

E Reuclino dizia em 1518, numa carta ao leitor de Saxe:

"Os estrangeiros têm o povo alemão na conta de um povo bárbaro e bestial (*barbarisch, viehisch)*; que responder-lhe?"

Vem a renovação religiosa para a Alemanha, a renovação que prepara e permite a aparição verdadeira do espírito científico no mundo, essa reforma tão horrorosa aos que são incapazes de a compreender; a Alemanha transforma-se com rapidez sem exemplo, e apresenta ao mundo depois duma época de atividade preparatória, e a partir de Lessing e Kant, o movimento de ideias mais prodigioso que se conhece; resolve o passado, interpreta-o, reata os laços quebrados do parentesco das maiores famílias humanas, discute a razão, analisa o pensamento peça por peça, explora todos os cantos da consciência humana, reconstrói o sistema do universo, depois para na obra, como tivesse ido muito longe, vê-se só com seu pensamento no meio dum mundo que ainda não está preparado para receber esse pensamento; desde então não compreendo mais a Alemanha; vejo só que ela marcha à conquista e que tem uma força que esmaga.

As nações românicas que não aceitaram a reforma decaíram todas, exceto a França, do século XVI para cá; mas o que fez viver a França, o que lhe deu grandeza foi a sua luta incessante, direta ou indireta, contra o catolicismo e suas consequências. A cada clarão do espírito científico acendia-se naquela grande nação o facho revolucionário, e travava-se a luta entre o bom e mau, em que muitas vezes não se distinguem bem os de cada partido, por se misturarem até no mesmo indivíduo as ideias contraditórias que os agitavam.

Quando o Segundo Império lançou a França na dissolução moral, quando ele pela destituição, pela deportação, pela prisão, tornou impossível a verdadeira manifestação do espírito científico, quando ele deu a mão ao catolicismo, o velho amigo do absolutismo, e o deixou de novo dominar na mesma França, que Napoleão I disse teria levado sem a mínima dificuldade ao protestantismo, a França decaiu.

Estas lições não nos abalam; na nossa ingenuidade esperamos que os santos velem por nós e que o milagre de Ourique se repetirá em sendo necessário; mas não vemos que virtualmente somos já um povo de escravos, e que amanhã o seremos realmente.

Confesso que não me lisonjeia o espera de nos salvarmos do perigo, e que portanto creio inútil toda a tentativa de reforma em o nosso ensino, pois que para ela se realizar era mister começar por um passo que julgo impossível.

O catolicismo, mediata ou imediatamente, abraça ou influencia profundamente todas as nossas instituições, pois ele é a única forma de solução do problema do destino existente em Portugal, a qual só não compartilham um número de indivíduos muito mais restrito do que poderia supor-se.

Não há de ser o estado que há de lançar fora; o estado por si é essencialmente conservador; a revolução atinge-o, mas partindo de fora. Toda a revolução parte da iniciativa individual, porque toda a revolução tende precisamente a reivindicar os direitos do indivíduo; ora o que creio impossível entre nós é exatamente a iniciativa individual forte e poderosa. Há-a, é ela que aqui nos traz, mas completamente isolada, tendo diante de si uma coisa terrível, a inércia do espírito nacional, resultado do catolicismo, do absolutismo e do último esforço empregado nas lutas constitucionais, que nos deram uma liberdade aparente com que nos contentamos.

Uma reforma radical não é talvez possível.

Toda a reforma não radical é inútil[9]

[9] Extraído de: REIS, Carlos. *As conferências do Casino*. Lisboa: Alfa,1990. p.143-177.

3.2.7.2 A Revolução de Setembro – 21/junho/1871

Fig. 91 – A Revolução de Setembro – 21/junho/1871 – p.1

A REVOLUÇAO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 4$000 réis — Semestre, 2$000 réis — Trimestre, 1$000 réis
Avulsa (posta interna)
Anno, 7$300 réis — Semestre, 3$650 — Trimestre, 1$825 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da administração, junto ao Correio Geral
Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Antonio Maria Pereira, rua Augusta, 50-52
Assignaturas não pagas adiantadas — Publicações de interesse particular não pagos
Folha avulsa, 40 réis — Annuncios, 20 réis por linha
A redacção não responde pela doutrina e opinião dos artigos assignados ou que levarem algum de que não são delle — Os artigos, cujos se não publicarem, não serão restituidos

Para as provincias
Anno, 5$000 réis — Semestre, 2$750 réis — Trimestre, 1$375
Para o Brazil
Anno, 12$000 réis — Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:704 | QUARTA-FEIRA, 21 DE JUNHO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 20 DE JUNHO

Desembarcaram hoje no molhe da no Terreiro do Paço SS. MM. o imperador e a imperatriz do Brasil que vem fazer uma viagem de alguns mezes á Europa.

O concurso de povo era numeroso, a curiosidade grande e maior ainda a alegria de ver na nossa boa terra de Portugal o filho do sr. D. Pedro IV, nosso libertador, o irmão da sr.ª D. Maria II, e o tio do sr. D. Luiz.

As relações que existem entre dois paizes irmãos, onde se falla a mesma lingua, onde se conservam as mesmas tradições, onde como que se enlaçam as familias, onde se faz o mesmo commercio tornam um culto estas expansões do coração. Os portuguezes agradecidos á hospitalidade brasileira, á benevolencia com que o imperador tem sempre recebido os nossos compatriotas, ás distincções com que tem honrado a uns e á munificencia que tem tido para com outros, forçosa manifestação de reconhecimento mesmo da parte daquelles que não costumam fazer a côrte á grandeza [illegible]

Permitta a providencia que os imperiaes viajantes façam uma digressão feliz percorrendo as diversas nações e observando os usos, as leis, os costumes dos diversos povos, e que voltando á sua patria possam reconhecer que se encontram no velho mundo mais esplendor, e mais desenvolvimento nas artes e nas sciencias, nenhum povo acharam onde a liberdade fosse mais regrada, as leis mais suaves, a vida mais commoda, os costumes mais puros, o amor á dynastia mais discreto e mais esclarecido do que no mesmo imperio do Brasil.

Possa o illustrado imperador achar n'esta viagem maiores razões para prezar ainda mais o seu povo, e Deus livre este dos enormes e desnaturados que tem pendido os mesmos e os mais florescentes estados.

Castilho, não podendo por agora mais do que abraçar em espirito a todas as numerosas pessoas de quem tem recebido extraordinarias provas de sympathico affecto, por conselho do seu proximo soffrimento, apressa-se em lhes instantaneamente dar já por este modo a sua gratidão e a de todos os seus filhos e parentes.

Estre os seus credores de eterno reconhecimento fazem-lhe muito especialmente gravados os alumnos e amigos que tributaram com a sua presença as ultimas honras á sua perdida companheira de 32 annos; bem como aperta cordialmente a mão aos queridos confrades que na imprensa lhe generosa, mas tão justamente a teem deplorado.

Lisboa, 20 de junho de 1871.

FOLHETIM

APONTAMENTOS HISTORICOS

1656-1667

(Continuado do n.º 8:671)

II

Em quanto se fortificavam as nossas praças, as fronteiras e os portos do litoral, e se organisavam as tropas de terra, não era descurado o apresto e o serviço das forças navaes.

As nossas embarcações de guerra não só eram continuamente empregadas em transportar gente e munições a diversos pontos do continente e fóra do paiz, como subiavam o alto mar em perseguição do inimigo, corriam as nossas costas pondo-as a coberto de qualquer aggressão, e isto mesmo fechar algumas portas e infestar varias praias e rias da Hespanha.

No serviço naval vemos não só capitães como alferes de mar e guerra e é de suppor que alguns destes officiaes já tivessem estudado na aula de mathematica e fortificação, que então se achava estabelecida, e soubessem servir-se dos instrumentos da arte de navegação, que já então se fabricavam nas nossas officinas.

Por este tempo appareceram diversos estrangeiros commandando ou servindo como officiaes nas nossas armadas. Quando, por exemplo, o inimigo talava o nosso territorio da provincia d'Entre Douro e Minho, e era necessario divertil-o, chamando a sua attenção para outros pontos, saiem a barra de Lisboa tres navios, sob o commando de João Colard e d'um outro francez, que deviam ir hostilisar o pelo hespanhol na ria de Gallisa.

Além de [illegible] a nossa fo[illegible] ordinario [illegible]

POLITICA EXTERNA

As noticias que nos traz o telegrapho de Paris devemos dizer que não nos pouco pasmo em assistir os homens que respeitam a ordem, e que a consideram como um penhor verdadeiro de liberdade.

Vemos pelos telegrammas que os communistas de Paris, esmagados pelo governo de Versailles, que bem merecem não só da França, mas tambem da humanidade por ter suffocado uma revolução illegitima e barbara, vemos que esse partido monstruoso que marcou a sua passagem com sangue e com ruinas, agita-se de novo em Paris e tenta perturbar a ordem. Os pasquins que apparecem nas esquinas das ruas, os repetidos manifestos da internacional, dessa sociedade que dispõe de um poder immenso, e mais ainda a formação de uma nova commissão central da guarda nacional em Paris são indicios bem claros que a bonança ainda não abandonou aquelles espiritos apesar da rude lição que levaram, o que não de levar ainda se tentarem levantar novamente a cabeça.

Que novas desgraças estavam reservadas á França! O horisonte está nublado, e ainda não rompeu surgir a aurora que ha de illuminal-o.

Uma correspondencia de Paris diz muito positivamente o seguinte:

«A Internacional ainda tem em Paris 7:800 espingardas, 21:000 revolvers, 3 metralhadoras e 1 peça de artilheria, 200:000 cartuchos, 400 granadas e 1:000 tiros de metralhadoras.»

Apesar de tudo continuam a fazer-se prisões em grande numero não só em Paris como tambem em outros pontos, e tem-se mesmo visto que em Versailles alguns prisioneiros que eram considerados como tendo pouca importancia, tem-se verificado pelas declarações dos seus companheiros que deviam ser mais sentenciados do que a Europa acaba de ser tantissimo.

Não obstante isso, diz outro correspondente, Paris recobra pouco a pouco a sua feição animada. O numero dos estrangeiros que affluem á capital é enorme, os hoteis estão cheios litteralmente. Os theatros pela maior parte estão abertos já ou preparam-se para o fazer.

* * *

Telegrammas

O que se recebeu hoje em Lisboa diz o seguinte:

SERVIÇO SUB-MARINO

Londres, 20, á 11 hora da manhã.

Diz um telegramma do correspondente do *Daily News*, em Berlim, que se recolam novas [illegible]

[illegible] complicações com a França. Cleve que se tem dado ordens empenhando a volta das tropas allemães de França, e o entrego dos prisioneiros francezes que ainda estão em Allemanha.

A assembléa de Versailles começou em sua trabalhar e foi regulando o fabrico e venda das armas.

Em Bruxellas tem havido distarbios originados pelo partido clerical; os guardas civis tiveram de recorrer de bayonetas, e algumas pessoas foram feridas, sendo 60 presos.

Tão interessante e eloquente achamos a circular que Julio Fabre dirigiu ultimamente aos agentes diplomaticos da republica franceza no estrangeiro, que não resistimos ao desejo que temos de a transcrever, mesmo porque entendemos não ser mas multiplicar-lhe a publicação. Documentos de tal importancia são sempre bem recebidos pelos homens que se interessam e empenham da vêr a *desordem* substituida pela *ordem*. Eis a circular de Fabre:

«Versailles, 6 de junho de 1871.—Senhor... A formidavel insurreição que o valor do nosso exercito acaba de vencer, causou taes assombros em todo o mundo, aterrou-o com tão espantosos crimes, que julga necessario dominar o horror que ella inspira, para tratar de investigar as causas que a tornaram possivel. E' preciso que façamos esclarecido sobre este ponto, a fim de poderdes rectificar opiniões erroneas, pôr os animos em guarda contra lamentaveis exagerações e provocar em toda a parte o concurso moral dos homens sensatos, honrados, valorosos, que comprarão resolutamente restaurar o principio da autoridade dando-lhe por base o respeito das leis, a moderação e a liberdade.

Quem foi testimunha das catastrophes que atravessamos, o primeiro impulso que deverá sentir em si do dever de todo, emquanto de fogo, que apparecendo como o remedio urgente, possa por isso ser o unico principio verdadeiro. Mas o fumo do combate ainda não está dissipado, e, interrogando cada um a sua consciencia, encontra n'ella o guia superior que nunca se abandona em vão e para o qual nos voltamos sempre quando o nosso sacrificado á violencia das nossas paixões.

D'esta vez a lição é tão palpavel e terrivel, que seria preciso uma singular dureza de coração para negar a sua evidencia. A França, como na repete com demasiada ligeireza, não retrocedeu á barbaria, nem está entregue a uma especie de alucinação furiosa; foi lançada, por uma serie de faltas voluntarias, fóra das vias do justo e do verdadeiro. Hoje soffre a mais cruel e a mais logica das expiações.

Quem póde negar, effectivamente, que o acto de 2 de dezembro e o systema que foi a sua con[illegible]

[illegible] fragatas *Santos Martyres, Sacramento, Santo Antonio, S. José, Senhora da Piedade, Senhora da Conceição*, o galeão *Santa Theresa* e a nau *Bispo* (hollandeza), commandada pelo capitão de mar e guerra Abrahão Crouse.

Os estrangeiros, porém, a quem se dava o commando de embarcações, recebiam as graduações dos postos e a paga que com elles se ajustava, em quanto nos serviam com suas embarcações, ou com aquellas que o governo lhes entregava, mediante as competentes fianças que esses estrangeiros prestavam.

Ao francez João Colard, que commandava um navio chamado de fogo, e tinha a graduação de capitão de mar e guerra, sem o soldo correspondente, mas que recebia a paga ajustada, entregava-se-lhe a fragata *Santo Antonio* para ir hostilisar os piratas inimigos da corôa. E a outro francez, Justo de Bile, dava-se-lhe, para o mesmo fim, o navio *S. Vicente*.

E não eram sómente estes os unicos estrangeiros a quem vemos fossem dadas graduações de officiaes commandantes de embarcações, e sob aquellas mesmas condições. Ao inglez Jacob Reynal entregava-se o navio *S. Luiz*, e a Carlos Bille passava-se carta de marca para ir perseguir castelhanos e mouros, mas não aos hollandezes, em consequencia das pazes com estes ajustadas.

E note-se que não eram unicamente os estrangeiros que se offereciam para levantar a bandeira do corso ao nosso serviço, portuguezes tambem para isso se offereciam, e, entre outros, vemos passar-se carta de marca e dar-se a patente de capitão a Alvaro Dias Gomes, que se agraciou com uma fragata de desseis peças, armada á sua custa, promptificando-se a ir perseguir todos os inimigos, como effectivamente foi, havendo [illegible] deferido ao seu pedido.

[illegible] secretario [illegible] las de governo, e o [illegible] para entregar-lhes, e por-

(1) Do almirante Paçanha, tronco de uma [illegible] Reynal, descendente [illegible] Alemtejo.

[illegible] e D. Henrique do serem armados cavalleiros nos campos de batalha e no meio do estrondo das armas, parece terem dado origem ao apresto da grande armada destinada á conquista de Ceuta, e d'aqui nascera o maior cuidado e attenção á nossa marinha.

Depois de Jacome de Malhorca, veio a Portugal o allemão Martim Behaim, que passára por discipulo do celebre João de Monte Regio. Parece porém o notavel astronomo Behaim, se estabelecera entre nós pelo anno de 1479, e que em seus trabalhos fôra coadjuvado pelos portuguezes os mestres Rodrigo, e José Vizinho ou Viseu, e outros, como na invenção de um astrolabio, e na composição de varios *escriptos*.

D. Affonso V applicou-se, foi mui versado, e procurou desenvolver os conhecimentos mathematicos. D. João II desejando continuar nos descobrimentos já começados, encarregou uma corporação de homens de lettras de proseguir no estudo da nautica, da mathematica e da geographia, e de se applicar ao aperfeiçoamento dos respectivos methodos e instrumentos já por nós adoptados e em uso. D'essa corporação scientifica fizeram parte os medicos e mestres Rodrigo, e José, e ainda outros homens notaveis.

D. Manuel não descurou estes estudos, antes lhe mereceram muita attenção; foi elle quem creou, na universidade de Lisboa, a primeira cadeira de astronomia, que regeu o medico d'este mesmo monarcha, o mestre Filippe. Mas por este tempo já a ramos da mathematica tinham tido um certo desenvolvimento entre nós, porque não poucos homens se dedicavam então ao estudo d'essas sciencias. Não era pois sómente um mestre Filippe que se tornava notavel, era Abrahão Zacuto, era o bispo eleito de Goa D. Francisco de Mello, e eram ainda outros.

A [illegible] reinad[illegible] D. João III [illegible] mathem-ticas tinh[illegible] tivado a[illegible]

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 92– A Revolução de Setembro – 21/junho/1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 97 – A Revolução de Setembro – 21/junho/1871 – p. 3

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Conferencia – Falou ontem no Cassino, o sr. Adolpho Coelho. O seu assunto era o ensino. Tratou o preletor de mostrar como em Portugal não era possível o ensino científico em razão de não estar estabelecida a liberdade de cultos. Que desta maneira não estávamos ao fato dos grandes resultados da crítica moderna das ciências morais, históricas e filosóficas. Tratou dos liceus portugueses, condenando a insuficiência dos seus estudos e a má direção. Falou da universidade cuja história traçou em breves traços, condenando o espírito do seu ensino, o seu método, os seus compêndios. Em seguida falou do curso superior de letras, que disse ser uma boa instituição, porém que não estava a altura da sua missão por falta dos elementos essenciais que constituem o verdadeiro ensino.

A exposição do sr. Adolpho Coelho não é muito fácil, mas é de uma grande clareza e lucidez, e revela grandes e sérios estudos de uma crítica propriamente individual.

Na próxima segunda feira fala provavelmente o sr. Salomão Saruya sobre os historiadores críticos de Jesus, seguido do sr. Jayme Batalha Reis sobre o socialismo, e depois o sr. Antero de Quental sobre a República.

3.2.7.3 Jornal da Noite 21 e 22/junho/1871

Fig. 94 – Jornal da Noite 21 e 22/junho/1871 – p. 1

JORNAL DA NOITE

N.º 146 | ASSIGNATURAS EM LISBOA.—mez 240, trimestre 700. PROVINCIAS:—Trimestre 1$000, semestre 2$000. | Quarta e Quinta feira 21 e 22 de junho de 1871 | PUBLICAÇÕES.—No corpo do jornal 60 réis por linha. Annuncios 20 réis.—Venda avulsa 10 réis. | 1.º anno

Noticias dos jornaes da manhã

—Chegou hontem e ficou de quarentena o sr. Antonio de Sousa Ferreira, agente consular do Brasil em Callau de Lima.

—No dia 2 proximo é a festividade do precioso sangue de Christo na egreja de S. Christovão, havendo de manhã communhão geral, missa solemne e pratica. No mesmo dia festeja-se S. Filippe Nery na egreja do hospital de S. José, e a Senhora da Visitação em S. Roque.

—No dia de S. João ha feira em Badajoz, corrida de touros de noite e baile no Casino. (D. P.)

—O sr. procurador da corôa no estado da India apresentou-se á junta de saude e regressa para o reino, para tratar da sua saude.

—A camara reclamou á companhia do gaz contra a diminuição de luz nos candieiros da illuminação publica.

—Foi nomeado 2.º official da repartição de fazenda de Villa Real o sr. Narciso Ribeiro Machado.

—O sr. João Antonio Pusich, empregado fiscal em Beja, acaba de fazer a importante captura de uma quadrilha de nove salteadores, capitaneada por um tal *Vinagre*, ex-soldado de lanceiros de Victor Manuel. Os outros são quasi todos criminosos fugidos á acção da justiça. (D. de N.)

Lisboa 21 de junho

Celebrando hontem com luminarias geraes e espontaneas o desembarque do imperador do Brasil, filho do duque de Bragança D. Pedro, e tio do rei de Portugal, deram os habitantes de Lisboa, quasi sempre descuidosos nas manifestações officiaes, publico e honroso testemunho de bem querer e cortezia, dois elementos de civilisação moral.

A dedicação affectuosa e unanime aos soberanos do Brasil é homenagem prestada ás virtudes do imperador, e á casa augusta de Bragança que nos dois hemispherios fundou a liberdade, e manteve-a até hoje egualmente preservada da reacção que a restringe e afoga, e da licença que a exagera e mata á força de desatinos e crimes.

Nos seus generosos sentimentos o povo de Lisboa comprehendeu que era hospede da nação inteira o soberano do Brasil, e manifestou-lhe por todos os modos a sinceridade do respeito com que o acata, e da veneração que lhe dedica.

Testemunhos tão espontaneos honram o povo que os dá, e as augustas familias reinantes do Brasil e de Portugal que os portuguezes confundem nas primorosas demonstrações do seu affecto.

Bolsa de Lisboa em 21

FUNDOS PORTUGUEZES

Ficaram cotadas:
Inscripções grandes............ 36
Ditas pequenas............ 36,25

FUNDOS HESPANHOES

Titulos de 10:000 escudos........ 28,50
Cambio de 940 réis.

O Monte-pio Official comprou hoje em hasta publica:

10:000$000 réis de inscripções de assentamento, com o juro do semestre corrente pago; ao preço de 34,50. entrando no pagamento 1:080$000 em cobre.

Um lote de 5:000$000 réis de assentamento, tambem com o semestre corrente pago, foi comprado pelo mesmo preço de 34,50.

Venderam-se:

1 titulo de 10:000 escudos de consolidados hespanhoes; foi vendido a 27,76 cambio de 940.

Pelo mesmo preço e cambio se vendeu outro titulo de 10:000 escudos.

Um outro titulo de 10:000 escudos teve offerta de 26,75 cambio de 940; não conveio.

Receberam-se hoje no correio de Lisboa malas de Italia de 15, Prussia de 15, Inglaterra (via de França) de 16, Paris de 15, Bordeus de 18. Faltou a mala da Belgica.

Hontem, nas noticias dos jornaes da manhã, saíram duas com a designação de D. P., pertencendo uma ao D. de N. e outra ao J. do C. Foi erro de composição.

NOTICIAS ELEITORAES

Corre á ultima hora, diz o *Partido Constituinte*, que o sr. Francisco Antonio de Rezende Junior retirára a sua candidatura por Aveiro, devendo substituil-o o sr. dr. Pinho, de Jafafe.

Pelo bairro oriental do Porto tambem se propõe o sr. Antonio Ribeiro da Costa e Almeida, e pelos Arcos os srs. José de Queiroz e Placido d'Abreu.

O sr. dr. José Pereira da Costa Cardoso escreve ao *Commercio do Porto* expondo que concordando com que o seu nome fosse lembrado aos eleitores do bairro occidental do Porto, não contrahiu, nem podia contrahir compromisso algum com o actual governo. Diz que nunca teve tal ambição, e que em época tão difficil só para ceder a instancias de amigos annuiu, depois de grande resistencia, á apresentação do seu nome sem caracter official. Termina por dizer que a sua candidatura não significa da sua parte senão um protesto contra toda a suspeita de egoismo.

2.º districto criminal

Em audiencia geral de hoje foi julgado o réo José Maria, o Rata-fazedor, pelo crime de ferimentos feitos em Ignacio Leitão, soldado n. 58 da 2.ª companhia de cavallaria da guarda municipal, no dia 30 d'agosto do anno findo, na estrada de Palhavã; depozeram por parte da accusação 7 testemunhas, e pela defeza outras 7, sendo os depoimentos de duas annullados por serem consideradas prejuras. O sr. juiz mandou prender estas testemunhas, mas como se retractassem na mesma audiencia, foram pelo mesmo sr. juiz mandadas pôr fóra do tribunal, na conformidade das leis. Propostos os quesitos ao jury, deu este por unanimidade provado o crime, sendo o réo condemnado em 2 annos de prisão correccional.

Foi defensor o dr. Cortez de Liz.—Escrivão Maneschi.

Parte ámanhã para o estado da India pelo Mediterraneo o sr. Julio Luis Feiner, alferes, nomeado para ali servir em commissão.

Nos dias 23, 24 e 28 do corrente ha *soirées* na academia philarmonica *Primeiro de dezembro*.

Telegrammas

(AGENCIA HAVAS BULLIER REUTER)

SERVIÇO SUB-MARINO

Director Fabra

Londres 21, ás 2 horas da tarde

O correspondente do Times em Paris telegraphou que a revista das tropas não terá logar em consequencia dos allemães terem representado que o numero de soldados que haviam de tomar parte excedia muito o numero estipulado pelo tratado.

O conde de Chambord publicou um manifesto no qual elogia muito o marechal Mac-Mahon e o comportamento das tropas de Versailles.

O arcebispo de Cambrai e o bispo de Arras dirigiram representações á assembléa pedindo que a França torne a reassumir a protecção de Roma.

Tem-se feito prisões em Marselha.

SERVIÇO CONTINENTAL

Versailles 21, ás 12 h. e 20 m. da n.

Começou na Assembléa a discussão da lei do emprestimo. Foi approvado o primeiro artigo. A commissão introduziu em seguida um novo artigo estatuindo que os depositantes da caixa economica possam receber titulos do emprestimo com as condições estipuladas, no valor correspondente aos seus depositos. Este artigo 2.º e os restantes foram tambem approvados.

Por occasião de se discutir a emenda Godin, o sr. Perier declarou que a commissão de fazenda estava resolvida a rejeitar sempre a emissão de papel-moeda. O projecto foi unanimemente approvado na generalidade.

Havas.

Madrid 21, ás 4 h. da m.

O sr. Moret continuará no ministerio até que se vote a resposta ao discurso da corôa. Julga-se que será approvada ámanhã. Diz-se que vae formar-se um ministerio progressista, apoiando-o a maioria. Espera-se o sr. Zorrilla.

Fabra.

FESTEJOS

Sua magestade o imperador do Brazil foi hontem visitar sua augusta madrasta, a sr.ª duqueza de Bragança, demorando-se perto de uma hora em sua companhia. D'ali, seguiu logo para o templo de S. Vicente de Fóra. Primeiro, parou em frente do sarcophago de seu pae; tomou o hyssope que espargiu por mais d'uma vez, e ajoelhando, resou alguns instantes. Pediu depois que lhe dissessem onde repousavam os restos de sua irmã, a sr.ª D. Maria II, e dos seus sobrinhos D. Pedro V e infante D. João, demorando-se algum tempo diante de cada um dos feretros.

Saindo de S. Vicente, dirigiu-se ao Paço d'Ajuda onde se demorou com el-rei e a rainha, vindo em seguida cumprimentar o sr. D. Fernando ao paço das Necessidades, d'onde voltou depois a Belem a visitar a casa pia. Em frente do edificio, formavam militarmente os alumnos d'aquelle estabelecimento.

O imperador, que era acompanhado pelo sr. Alexandre Herculano, contemplou do largo dos Jeronymos aquelle grandioso monumento, e disse que não fazia idéa de tamanha magnificencia.

Gostou immenso do claustro, examinou minuciosamente o interior do mosteiro e elogiou muito a administração da casa pia.

A imperatriz era acompanhada por el-rei D. Luiz, que lhe dava o braço; sua magestade imperial distribuiu bastantes esmolas aos pobres que se lhe approximaram.

Em todas estas visitas, acompanharam os augustos viajantes os srs. marquez de Ficalho, general Caula e major Mousinho.

Suas magestades voltaram ao hotel de Bragança ás 7 horas e meia da tarde, e ali os esperava o regimento de infanteria 16, que chegou ao quartel pelas 8 horas da noite.

Como estava annunciado que S. M. resolvera ir ao Passeio Publico, acudiram ali mais de 6 mil pessoas, desejosas de ver o imperador.

Effectivamente, depois das 10 horas, uma girandola de foguetes e uma salva de morteiros, annunciavam a entrada do sr. D. Pedro II, que se effectuou no meio de muitos vivas, correndo toda a gente ao encontro de S. M.

O sr. Cardim foi receber o monarcha e offerecer-lhe cadeira para se sentar. S. M. respondeu: não me sento porque não estou cansado, demoro-me no passeio e quero ver tudo e ouvir os seus coros. Vá tratar da sua vida e deixe-me, que eu me sentarei depois em qualquer parte.

S. M. percorreu todo o passeio e subiu ao mirante, onde esteve gosando a bella vista que d'ali se disfructa.

Apenas passou em frente do coreto, rompeu o hymno brazileiro magistralmente desempenhado pela banda de infanteria 7. Depois o sr. Cardim fez executar os coros acompanhados pela banda de Saxe, que foram muito applaudidos e bisados.

Approximando-se S. M. do coreto, o sr. Cardim mandou novamente tocar o hymno, que o imperador ouviu, conservando o chapeu na mão. No fim, houve muitos vivas e cantou-se em seguida o côro da Joanna do Arco. O sr. Cardim mandou estender um tapete em frente do coreto onde foram collocadas algumas cadeiras. S. M., o sr. duque de Saxe, e as pessoas que o acompanhavam, sentaram-se. Executaram-se mais alguns coros e quando se tocou a walsa hespanhola, as creanças que se agrupavam ali e que rodeavam o imperador querendo beijar-lhe a mão, começaram a dançar. Como algumas das meninas evitassem o passar por cima do tapete, S. M. chamou-as perto de si, afagou-as carinhosamente e disse-lhes que dançassem á sua vontade. Acabado o programma dos coros, repetiu-se o hymno que foi correspondido com enthusiasticos vivas, retirando se em seguida o imperador, conseguindo abrir caminho a muito custo.

Á saida illuminou-se o passeio a fogo de bengala.

Na cascata ao fundo, via-se a inicial P. 2.º, cercada de palmas e festões, com lumes de gaz.

A cidade apresentou-se illuminada á noite, produzindo um effeito esplendido e magnifico. Em casa do sr. Pontes, em S. Pedro d'Alcantara, era vistosa a illuminação de gaz, bem como a de madame Aline, e visconde de Ouguella, no Chiado; varanda da academia ao Rocio, casa da camara, theatro de D. Maria, philarmonica de Agostinho Roxo, á Mouraria, companhia de gaz, confeitaria nacional da rua da Betesga, escriptorios das companhias Royal Mail Steam Packet e da Correspondencia de Portugal, quarteis, theatros, castello de S. Jorge e redacções dos jornaes.

Refere o *Diario de Noticias* que os cegos musicos da Casa Pia receberam 10 libras do imperador, sendo tambem largamente gratificada a banda de caçadores 5, com excepção do sr. Croner, a quem S. M. reserva premio de outra ordem. Os creados do hotel do Lazareto receberam da mesma fórma uma generosa remuneração.

O sr. Domingos Venancio offereceu a S. M. um lindo medalhão em cobre representando o monumento de D. Pedro IV, e que o imperador acceitou com agrado.

S. M. mandou dizer ao distincto poeta o sr. Gomes d'Amorim, que se o seu estado de saude lhe não permittia visital-o, iria elle a sua casa. O sr. Amorim foi hontem á noite ao hotel de Bragança.

Conta o *Diario Popular* que na occasião em que a frota passou defronte da fabrica do sr. Daupias, os operarios, homens e mulheres, formaram na praia e deram vivas. As creanças do asylo d'Alcantara tambem estavam formadas á beira do rio.

A camara municipal não assistiu ao desembarque, porque não recebeu participação official do logar em que elle se effectuava.

O imperador andou passeiando hoje ás 6 horas da manhã, de braço dado com el-rei D. Fernando. Estiveram no Rocio, largo da praça de Camões, descendo á rua do Alecrim e dirigindo-se ao Aterro, onde se demoraram até as 8 horas e meia, voltando depois ao hotel de Bragança.

Suas magestades partem ámanhã ás 8 horas da manhã n'um comboio especial. Tencionam almoçar no Entroncamento ás 11 horas, e jantar em Badajoz ás 5 da tarde.

D'ali, seguem no trem do correio ás 8 horas da noite, devendo estar em Madrid ás 6 da manhã.

Parte do conselho da administração da companhia real dos caminhos de ferro portuguezes, acompanha os augustos viajantes até o Entroncamento e o sr. François até Madrid.

CARTA DE FRANÇA

Não recebemos hoje carta de Versailles o que é natural tendo-nos participado o nosso exactissimo correspondente que ia a Paris. Os jornaes francezes que temos á vista são do dia 17.

O sr. Base propoz na assembléa de Versailles que ella não podesse dissolver-se antes de estar paga a indemnisação de guer-

FOLHETIM

7

CH. DE BERNARD

O PADRASTO

Trad. de GERVASIO LOBATO

PRIMEIRA PARTE

II

A Desmancha-prazeres

(Continuação)

—De que? respondeu o sr. de Roquefeuille que articulou estes monosyllabos com a urbanidade com que o javali dá uma trombada.

—De o fazer assistir a uma pequena scena de familia que não póde inspirar-lhe interesse e, por conseguinte lhe hade parecer fóra de proposito.

—E' dizer-me claramente que somos aqui de mais, eu e meu sobrinho; já o devia ter percebido.

—Ah! general, pois julga...

—Sua irmã que nos honra com a sua companhia ha mais de meia hora, tem sem duvida coisas de muito interesse a dizer-lhe; nós incommodal-os-iamos. Vamos, Henrique, o teu chapeu.

—Mas, general, é-me impossivel consentir... Não se incommode, supplico-lhe. Vou mandar abrir outro gabinete... e estou ás suas ordens antes de cinco minutos.

—Nada, nada, disse o general fazendo parar o sr. Falconet quando este ia a sair depois de ter indicado com a vista á irmã que fizesse outro tanto, as senhoras têem privilegios que um velho soldado como eu deve ser o primeiro a proclamar. Nós é que devemos ceder o logar. E alem d'isso, como parece decidido que o nosso jantar seja ceia, até quero tomar ar antes de me sentar á meza.

Depois de ter tentado combater a resolução do general, tanto quanto exigia a delicadeza, Falconet, muito desejoso de pôr fim a esta scena que lhe mortificava a vaidade, acabou por consentir, afastando-se para deixar sahir o tio e o sobrinho:

—Peço-lhe só cinco minutos, disse elle a meia voz, ao primeiro; o tempo de abrir as ostras.

Fechando em seguida a porta do gabinete, voltou-se lentamente para aquella irmã afflicta e desgraçada que não via havia sete annos, e mostrou-lhe o rosto severo onde debalde se procuraria o minimo indicio de affeição fraterna.

III

A passagem do Saumon

Ao descer a escada do *Rocher de Cancale*, o sr. de Roquefeuille dirigiu-se ao primeiro creado que encontrou e disse-lhe:

—Quando sair essa senhora que está no gabinete onde havemos de jantar, mande-me prevenir, eu estou aqui fóra, na passagem.

Dada esta ordem, o general continuou o seu caminho e saiu do hotel, seguido de Laubespin. Um instante depois, o tio e o sobrinho entravam na passagem do Saumon. Percorreram n'a d'um a outro lado sem trocarem uma só palavra. Henrique ia com a cabeça baixa e parecia pensativo; o sr. de Roquefeuille mordia os bigodes com risco de os destruir, como um homem, que á falta de alimentos mais saborosos se entretem a mastigar a sua propria colera.

Finalmente, Laubespin rompeu o silencio.

—Meu tio, disse elle, permitta-me que lhe faça uma pergunta?

—Falla, respondeu laconicamente o general.

—Sabia que o sr. Falconet tinha uma irmã?

—E porque é que o sr. Falconet não havia de ter uma irmã? Eu tambem tenho uma.

—Bem o sei, e é a isso que eu devo a honra de ser seu sobrinho. Quero dizer uma irmã como a que nós acabamos de vêr agora.

—Ah! Ah! senhor conde que pretende ser isento dos preconceitos da nobreza, apanhei-o em flagrante delicto.

—Eu, meu tio?

—Tu. Confessa que a touca e o chale de lã te repugnaram bastante.

—Mas tambem o tio...

—Eu de nenhum modo.

—Parecia-me comtudo que a scena a que acabamos de assistir, tinha ligeiramente alterado o seu humor habitual.

—O meu humor habitual? Estás caçoando comigo, Henrique?

—Meu tio.

—Bem sabes que o meu humor habitual consiste em estar sempre mais ou menos colerico: é o meu temperamento. Tenho por acaso culpa de ter aos sessenta e cinco annos o sangue na guelra como aos vinte e cinco? O que me impacienta, n'este momento, o que me irrita, o que me exaspera, o que me dá vontade de correr a pontapés todos estes basbaques que parecem divertirem-se a impedir-nos o caminho, não é o vestido plebeu da tua futura tia! Concordo comtigo que a pobre mulher faria triste figura nas salas da tua nobre mãe! mas é muito pouco provavel que ella venha a pôr lá os pés; por isso, se em vez de touca ella andar de lenço na cabeça, é coisa que nada me importa. Não, não é isso que me desespera.

—Então o que é, meu tio?

—Desgraçado! não te lembras que são quasi sete horas e um quarto! exclamou o general com gastronomica indignação. Sete horas e um quarto! Eu que almoço ás dez! O caso não está só em jantar bem, é preciso jantar a tempo, ou para melhor dizer um jantar retardado d'uma hora nunca pode ser bom. Não entendo como certas pessoas que se teem na conta de creaturas civilisadas, comprehendem tão mal as attenções devidas ao estomago. Á força de esperar, este orgão essencialissimo, este orgão que faz sentir a sua supremacia a todos os outros, cança-se, desanima-se, desgosta-se, a sua imaginação apaga-se...

—A imaginação do estomago! interrompeu Laubespin rindo.

—Torna-se inquieto, melancolico.

—O estomago melancolico! interrompeu novamente Henrique rindo com mais força.

—Sim, senhor gracejador, o estomago tambem tem a sua melancolia, e é um pouco mais real que a do coração, sem offensa dos seus poetas romanticos.

—Meu querido tio, disse Henrique tornando-se serio, permitta-me que lhe observe que ainda não respondeu á minha pergunta. Conhece a irmã do sr. Falconet?

(Continúa amanhã)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 95 – Jornal da Noite 21 e 22/junho/1871 – p. 2

CONFERENCIAS DEMOCRATICAS

Não vos foi possivel assistir á conferencia do sr. Adolpho Coelho, como era nosso desejo, nem alcançamos notas do que ella disse. Tivemos de esperar que outros fizessem o que, por falta de informação, não podiamos nós fazer. Hoje vemos os jornaes traziam da conferencia, e nós preferimos recorrer ao *Diario de Noticias* porque sendo irmão do sr. Adolpho Coelho o redactor principal d'aquella folha, sempre bem informado, é natural que a sua narração seja mais especificada e exacta que outra qualquer.

«O sr. Adolpho Coelho, diz o *Diario de Noticias*, falou com extrema facilidade, mostrando-se sciente e commentador da materia sob o ponto de vista em que a estudou e por vezes com eloquencia.»

Tratou de Ensino, e indicou tres pontos essenciaes 1.º *A necessidade do ensino*. 2.º *O fim do ensino*. 3.º *As formas do ensino*. 4.º *A sua organisação em Portugal e as suas reformas*.

Quiz mostrar a *necessidade* do ensino como elemento indispensavel da actividade humana, e que o homem procura até pelo instincto. E estudando como o espirito busca ter consciencia de si e comprehender o seu destino asseverou que na Grecia esta noção levava a cega obediencia á familia, outras rasgava a absorpção do homem pelo Estado: no catholicismo a sujeição absoluta do homem á Egreja, a hierarchia ecclesiastica dominando o homem em todas as manifestações.

No fim do ensino disse que derivava dos mesmos principios porque a verdade fora de revelar-se no homem a traves de todos os obstaculos. O fim do ensino é levar o homem a elevar o seu destino.

Affirmou que os principios *formaes do ensino* eram: ser, religioso e scientifico, mas que a sciencia não pode andar vinculada á religião. Disse que Platão e Aristoteles foram os fundadores da sciencia moderna, e que não ha verdade fóra da razão individual, affirmação que cuidou e cuidará rios de sangue. A anarchia do espirito christão chegou a soterrar que na religião ha espirito divino. Notou que o systema de Copernico, base da sciencia astronomica, foi condemnado pela Egreja. Disse que era preciso ser-se leve e fé, o logo que nos prende o espirito, e saber á sciencia que significa movimento.

Falou das sciencias e preferiu as moraes, philologicas e historicas ás naturaes.

Quando a organisação do ensino foi de parceria com a Egreja, a mesma sua sciencia, a philologia reduzia-se estado material de algumas linguas, a litteratura a coisas banaes, o direito a debates esteris, a medicina scandalo, as sciencias naturaes alogadas, os corpos de ensino e os publicos formados nestes ermos, a luz fundamental do Ser do infinito e ensino, o que não chocalha o professorado porque a sciencia tem sempre sede de saber a dignidade.

Promettia delicar outra conferencia ao ensino primario e falou no secundario, indigno-se contra o do curso superior de letras. Criticando variospontos do ensino declarou que ancioso dos professores dos lyceus são mopins, nenhuma historia responderão, a philosophia fragmentos incompletos e descarnados, indignos os professores que emalam pelo compendio de sr. João Deria, amedrigrado e indigno o Estado que paga a tres professores, e que só por milagre não sairá stulta a mocidade educada assim.

Da universidade disse que fôra grande no tempo de D. João III, decaeu com os jesuitas e não se levantara com o marquez de Pombal, segundo se vê de um poema heroe-comico: *O Reino do Estupido*. A universidade deixa caminhar a Allemanha e fica longe do espirito scientifico, e os professores obedecem á indecorosa deducção da França. Em 20 annos nenhum livre producto ficou notavel. Notou que a par d'esta ignorancia ha falta de moralidade. Tudo se faz por cartas de empenho. São despresados os professores e defendidos pelos estudantes.

Pareceu lhe digno o intuito do curso superior de letras mas não corresponderam por falta de homens aptos para ensinar as litteraturas antigas, a historia universal e a philosophia. Em compensação ensinam se banalidades, improvisa-se historia e faz-se chronica critica. O curso é fiel ás leis fundamentaes; nada de sciencia. Alexandre de inepta a these que abria a porta a um dos professores.

Quanto á reforma do ensino disse que a base deve ser: separação completa do Estado e da Egreja, e liberdade absoluta de consciencia. Insiste na necessidade de apartar a religião do ensino para elle conseguir o seu fim, e affirma que não ha verdade fóra da razão individual. Deplora o catholicismo e louva a reforma protestante. O povo portuguez é ingenuo e fiel ás suas crenças. O ensino particular é que ha de levar a verdade, acatando a ingerencia nacional. Concluio dizendo: *Não desesperemos.*

Pela obrigação de informar os leitores fomos levados a transcrever aquelle discurso na religião catholica que vemos, e de corporação e professores que tenha por dignos de respeito. Estractamos a narração do *Diario de Noticias* mas não tomamos a responsabilidade das opiniões do sr. Adolpho Coelho.

CHRONICA

Hontem

Hoje

TUMULTOS EM MADRID

Como hontem dissemos, esperava-se em Madrid que a ordem fosse alterada no dia do anniversario de Pio IX. Projectavam-se para esse dia grandes festejos em honra do papa, e logo de manhã se começaram a adornar as janellas de algumas casas dos bairros mais centraes. A noite illuminaram quasi todas as casas e pouco depois formaram-se grupos numerosos que percorriam as ruas dando vivas de morrem os *carlistas!* e abaixo os *liberaes!* Um grupo de mais de 500 pessoas subiu pela rua da Luz, e passando em frente do palacio do conde de Sástago poz-se em altas vozes que tirassem todos os adornos. Como não fizessem caso dos gritos que soltava aquella turba desenfreada, treparam varias garotas as varandas e despedaçaram tudo que havia nas janellas. Dirigiram-se em seguida para a egreja proxima de S. Martin e repetiram a mesma scena, seguindo depois pelas ruas do Barco e Valverde até Santo Ildefonso. Um outro grupo, composto de homens, mulheres e creanças, partiu da Porta do Sol e dirigiu-se para o bairro da Soledade dando morras aos carlistas, partindo as vidraças de pedradas e commettendo toda a sorte de tropelias.

Em frente da casa occupada pela *Juventud Catolica* junto-se muito povo, e depois de insultos pleantara subiram alguns individuos ás janellas, apagaram as luzes, sacaram para a rua todos os adornos, incluindo escudos, transparentes e retratos do papa, e em seguida lançaram-lhes fogo. O grupo, cada vez mais numeroso, percorreu depois varias ruas, obrigando os moradores a apagarem as lanternas.

Um individuo que conduzia um estandarte para essa dita *Juventud* de Bornos com a inscripção de *Viva Pio IX, Pontifice e Rei* foi agarrado pela população, e se a policia não interviesse haveria talvez desgraça a lamentar.

Nos outros bairros repetiram-se scenas similhantes; só mais tarde interveio a policia, que a muito custo conseguiu pôr termo a taes desatinos. Entre os individuos presos encontra-se um official de barbeiro com bastante dinheiro, cuja procedencia parece um tanto suspeita.

No dia 18 foram concluidos á sua ultima morada os restos do distincto e intelligente escriptor hespanhol D. Carlos Rubio. Acompanharam o prestito numerosos amigos do finado e todos os membros da loja a que elle pertencia, conduzindo um, de uma, sobre um coxim, o malhete, o esquadro e o compasso, symbolo dos seus cargos. As cinco horas poz-se em marcha o cortejo na seguinte ordem:

A frente os asylados do hospicio com tochas acesas, depois o carro que conduzia o caixão, pegando ás borlas os veneraveis dos differentes ordens maçonicas, uma carruagem com quatro veteranos e numerosos amigos a pé. Chegado ao cemiterio, o sr. Rivera y Delgado pronunciou um breve mas sentido discurso, sendo enterrado o cadaver depois de feitas as ceremonias estabelecidas nos ritos maçonicos.

Hontem, pelas 6 horas da tarde, foi roubada a casa de malta da calçada de S. João Nepomuceno, d'onde os ladrões levaram 400$000 réis em dinheiro e varios objectos d'ouro e roupa no valor de 300$000 reis. A policia está procedendo a averiguações.

Celebrou-se hoje com grande pompa o funccionio no templo de S. Domingos a festividade commemorativa do 25.º anniversario da elevação de Pio IX ao solio pontificio.

A concurrencia foi extraordinaria.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

3.2.7.4 O Diário Popular 1/julho/1871

Fig. 96 – O Diário Popular 1/julho/1871 – p. 1

O DIARIO POPULAR

N.º 1:686 | **Assignaturas em Lisboa:** Mez, 240 réis; trimestre, 700 réis. **Provincias,** trimestre, 1$125 réis; e semestre, 2$250 réis; pagas adiantadas. | Lisboa — Sabbado, 1.º de julho de 1871 | **Publicações:** Corpo do jornal, 40 réis a linha; annuncios 20 réis; venda avulso, 10 réis. Toda a correspondencia deve ser dirigida ao administrador A. Costa. | 6.º ANNO

TIRAGEM

20:000 exemplares

Pede-se aos srs. assignantes na provincia que desejarem renovar as suas assignaturas, o favor de mandar o importe da renovação até o dia em que ellas findam, para não soffrerem interrupção na remessa do jornal.

BOLETIM POLITICO

Ainda as novidades politicas são escassas, embora não possa estar affastado o desenlace desta situação singular, que dura desde janeiro por não sabemos que milagre. Como muitas vezes temos dito, tudo se prepara nas altas regiões politicas para que triumphe a politica reaccionaria, representada hoje pelos regeneradores e pelos restos dispersos do partido cartista.

Em breve deve travar-se a luta decisiva entre esta colligação conservadora e as diversas fracções do partido liberal. Se as circumstancias actuaes se mantiverem, parece-nos que os liberaes serão temporariamente vencidos, bem como cremos que se reabrirá a epoca das demissões civis, encerrada ha vinte annos.

Na oppressão e nas extorsões de um governo conservador, bem como nos soffrimentos da lucta necessaria para derrubal-o, soffrerá o povo o castigo da sua indifferença politica e da sua submissão eleitoral ás auctoridades. Quando estiver purificado por bastantes provações, poderá então impôr com justiça o castigo merecido pelos seus inimigos.

Ao que parece, o partido historico, no seio do qual ha ainda o velho fermento liberal, presente já o perigo, de que duvida ha pouco. Muitos dos membros mais importantes d'esse partido rejeitam com tenacidade qualquer alliança com os regeneradores. Se persistirem n'esse louvavel proposito, ou todo o partido historico se collocará em hostilidade aberta com o gabinete reaccionario que mais dia menos dia havemos de ter, ou o partido se dividirá enfileirando-se parte ao lado dos regeneradores e vindo parte engrossar a opposição liberal. Por qualquer modo talvez venha o nosso mundo politico a dividir se em duas partes, como nos parece necessario para o melhor governo do Estado. Folgariamos com este resultado se não temessemos que a victoria dos reaccionarios vá mais longe do que suppõem muitos dos que a preparam ou dos que mal aconselhados a desejam.

Deixamos para ámanhã uma resposta á *Revolução*, que por extensa não podemos publicar hoje.

Corria hontem na cidade um boato singular a que difficilmente se poderia dar credito, senão fosse este paiz tão talhado para absurdos e senão fosse certo que a reacção procura apressar e consolidar a sua victoria. O boato era que em breve se constituiria um ministerio com os seguintes elementos: duque de Saldanha, presidencia e guerra, marquez d'Avila, estrangeiros e obras publicas; conde de Thomar, reino; Fontes, fazenda; Correia Caldeira, justiça e visconde da Praia Grande, marinha. Constituido assim o gabinete, estaria achado o cavalleiro, que segundo um regenerador conspicuo, deve guiar o paiz á força de chicote, esporas e redea.

Não nos falta vêr mais nada.

Parece perdida para o governo a eleição de Moura. Calcula-se que o sr. Augusto de Faria, ministerial, será vencido pelo sr. Lamprea, historico. Em Villa Verde oppõe-se ao sr. Alves Passos, *ministerial*, o sr. Braamcamp, tambem historico. N'outros circulos os historicos são apoiados pelo governo.

INCENDIOS
Uma criança queimada

No dia 27, pelas 9 horas da manhã, manifestou-se incendio n'um carro que estava carregado de palha junto á Sé cathedral de Faro. Ao zelo do sr. alferes reformado Norberto se deve a extincção do incendio, que por pouco não se communicou á igreja.

No mesmo dia, pelas 11 horas da manhã, houve outro incendio na horta do Collegio, que fica dentro da cidade. O fogo foi motivado por brinquedo de duas crianças que estavam na casa da horta. Arderam as madeiras, palha, etc. Das chammas foi tirada uma das crianças morta e já carbonisada.

Foi um milagre não arder o theatro Lethes, que fica proximo.

No local do incendio compareceu o destacamento d'infanteria 15, sob as ordens d'um subalterno.

É certa a victoria eleitoral do sr. Dias Ferreira por Aveiro. Por Arganil propõe-se o sr. Wanzeller.

Já foi approvado o orçamento da camara municipal de Lisboa.

Na quinta feira foi grande o numero de pessoas que se dirigiu ao cemiterio Oriental para visitar as mumias que se encontraram na ermida de S. Pedro. Dizem-nos porém, que o sr. administrador não as deixou vêr. Tambem nos dizem que ha mais de uma pessoa que presta o seu jazigo para encerrar as mumias, e que n'esse sentido já deram entrada requerimentos na camara. É de crêr que sejam deferidos.

Julga-se certa a eleição do sr. Rodrigues de Freitas pelo Porto. A cidade invicta honra-se com esta eleição e com a do sr. Pinto Bessa.

Está já concluida a ponte de Valongo, que faz parte do 1.º lanço da 4.ª secção da construcção da estrada real de Villa Real a Bragança. Esta obra importou em 6:869$850 réis.

Para assistir ao conselho de estado e dar despacho aos ministros, veiu hontem a Lisboa sua magestade. Parece que el-rei voltará hoje para Cintra.

Vae ser formado por quatro torres ponteagudas de 75 metros de altura, o corpo central da galeria dos Jeronimos, n'uma das quaes haverá um relojo. Ao sr. José Maria Eugenio se deve tão grandiosa obra.

Calcula-se que os trabalhos só estarão concluidos d'aqui a tres annos.

Suicidou-se no Porto com um tiro de pistolla no coração o sr. Delfim de Sousa Oliveira, aspirante de marinha. Não quiz dizer os motivos que o levaram á tal resolução.

Temos presente uma carta de Montemór, que censura com toda a aspereza o procedimento do escrivão de fazenda e administrador do concelho, que andam em correrias pelas freguezias do campo acompanhados de um commendador de moderna data, ameaçando os povos. Este procedimento denota fraqueza e prova que a eleição do circulo de Evora é perdida para o governo. Aos povos advertimos de que se não deixem amedrontar, pois que aquelles tartufos não podem praticar abusos que a imprensa não condemne, e o castigo dos tyranetes mais cedo ou mais tarde hade effectuar-se. Reajam os eleitores porque a lei está pelo seu lado. E' porque não tem até agora reagido, que ainda são opprimidos.

O acreditado collegio *Instituto Civilisador* de que é director e proprietario o sr. João Clemente do Valle, mudou se para a rua de S. Julião (vulgo dos Algibebes) n.º 5, 2.º proximo á rua da Padaria. As familias residentes naquellas circumvisinhanças devem tirar proveito daquelle estabelecimento, cujos resultados tem sido os mais satisfactorios, em não pequena serie de annos.

Entrou arribado no Tejo, com avaria na machina, o vapor francez *Graissessac* que de Cette ia para Rouen. É da força de 50 cavallos.

A camara, sob proposta do sr. dr. Alves, auctorisou a feitura de uma escada de cantaria no antigo becco do Esfolla Bodes, hoje denominado da Boa Vista.

Estiveram muito concorridos e animados os bailes do hotel Boulevard do Campo Grande, na quarta e quinta feira. Nada perturbou a alegria d'aquellas diversões. Compareceram diversas philarmonicas.

O sr. Antonio José de Seixas renunciou a sua candidatura pelo circulo de Fafe e Celorico de Basto.

Entrou ante-hontem e saiu hontem o vapor inglez *Benin*, vindo dos portos de Africa occidental com 10 passageiros e 5 mallas. Esteve impedido.

Amanhã reapparece o bello drama *Joanna a Doida* em D. Maria. Hoje é o ensaio geral.

Assassinios

Foi funesta a noite de S. João para o districto de Aveiro, segundo conta o *Campeão das Provincias*, folha d'aquella cidade.

Em Oys da Ribeira divertiam-se junto de uma fogueira alguns mancebos, quando chegou um sobrinho do prior d'aquella freguezia, rapaz de 18 annos, embuçado n'um gabão. Começaram, os que estavam, a gracejar com o recem-vindo, e como elle não respondesse, saiu de entre a turma um criado de servir, e por brincadeira, segundo dizem, atira lhe uma pancada com um pau; tal foi ella, que o pobre moço, caindo, foi levado para casa sem sentidos pelo espancador, e ao outro dia conduziam-o para a sepultura.

O aggressor evadiu-se.

Na mesma noite succedeu na Murtosa indentico acontecimento.

Alguns rapazes andavam passeando, e, ao chegarem junto de uma fogueira desafiaram dois para por brincadeira jogarem o pau. A contenda começou, mas, passados instantes, um d'elles, que teria 19 annos, exalou o ultimo suspiro ao lado do seu contendor, em consequencia de uma forte pancada que recebeu no craneo.

Tambem na noite de S. João se deu um caso lamentavel em Arada, povoação proxima de Aveiro. Tinham vindo d'ali para se divertirem em Aveiro n'essa noite, dois rapazes lavradores, sendo um d'elles, segundo dizem, pacifico e um tanto doente. Divertiram-se os pobres moços, e quando recolhiam a casa, foram atacados de improviso por dois malvados que, de cajado em punho, os agrediram. Aquelle, para quem era a espera, fugiu; o infeliz companheiro, como não podesse imital-o, apanhou as pauladas, bem como duas ou tres choupadas do lado do coração.

Foi d'ali em braços para casa, aonde, se não morreu já, está em perigo de vida.

Ignora se quem sejam os assassinos.

Na festa de S. Luiz Gonzaga feita na capella da cidade de Faro no dia 25 do passado, pegou fogo em um ramo de flores na capella mór, sendo logo apagado, devido aos grandes esforços empregados.

É inqualificavel o procedimento da auctoridade no circulo de Evora. Não ha meio que se não empregue para combater a candidatura do sr. Domingos Pinheiro Borges; e como o triumpho do candidato reformista é certo, o desespero do governador civil cresce espantosamente. Ameaçam até sacerdotes por modo que mais tarde teremos de referir, se o novo prelado não cohibir tantos abusos.

Foi capturado José Victorio de Sande, caixeiro, por tentar afogar seu filho Julio Victorio de Sande, lançando-o ao Tejo do caes de Santarem, precipitando se o preso em seguida, sendo salvos, porém, por Bernardo Antonio, arraes da falua da Moita, e José Maria, arraes da falua do Carregado. Pelas averiguações a que se procedeu soube-se que o José Victorio tinha assim procedido em consequencia dos desgostos que tinha tido por causa de seu filho.

Estiveram ante-hontem no passeio do Rocio 2:102 pessoas.

Vão ser collocados na segunda feira 12 candieiros na praça de Luiz de Camões. Dizem-nos que são muito bonitos.

Já estão feitas as expropriações necessarias para a estrada de Castello Branco á Guarda e que passa por dentro da villa da Covilhã.

Cartas parisienses

Escrevem de Paris:

O acontecimento do dia é uma carta de Luiz Blanc que appareceu na *Nação soberana*. Ha nessa carta um trecho que parece dever ser o santo e a senha a que acabarão por obedecer, em ultima analyse e em ultima reflexão, as differentes commissões eleitoraes republicanas fundadas em Paris. «Saibamos, diz o sr. Luiz Blanc, praticar o culto tranquillo e desinteressado de uma republica que seja inimiga da violencia, inimiga da intolerancia, prompta a estender a mão aos homens de boa vontade e a inscrever orgulhosamente todas as convicções sinceras na lista das suas conquistas.» Este tão desejado accordo não está ainda feito; pelo contrario, um dos dois grandes grupos centraes da opinião democratica, a commissão da rua de Turbiho repudia toda e qualquer alliança com a antiga liga de união republicana, que é accusada por alguns de ter, sob pretexto de intervenção pacifica, tomado partido pela communa; mas todos esperam que na vespera do escrutinio seja posta de parte esta politica exclusiva, e que em frente da lista dos desoito jornaes da união parisiense, toda composta de elementos monarchicos, haja só uma lista republicana com todas as *nuances* do partido desde o radicalismo do *Avenir National* e da *Nation Souveraine* até o liberalismo conciliador da *Opinion national* e do *Temps*. Não que a victoria dos republicanos em Paris seja duvidosa; a despeito das intrigas e manejos da reacção monarchica, tem mais probabilidades de triumpho separados que os monarchicos todos juntos; mas para que a manifestação tenha importancia decisiva, é necessario que a votação seja quasi unanime, que a maioria seja verdadeiramente consideravel.

Ora para obter este resultado moral, cujo effeito será importante, é que é necessario que o partido radical se decida a abrir as suas fileiras aos espiritos moderados cujas reivindicações, por serem menos impacientes e imperiosas, nem por isso deixam de offerecer garantias serias á causa commum. Desse modo teriamos unidos e alliados tanto os doutrinarios como os conciliadores, tanto os republicanos de hontem como os que hão de sel-o ámanhã.

São numerosos estes ultimos. Agrupados sob a presidencia do sr. Renouard, a principio pouco explicito sobre a questão da forma de governo, resolveram n'uma das suas ultimas sessões acceitar e arvorar o epitheto de republicanos. Estão promptos a entender-se com as outras commissões eleitoraes, a acceitar qualquer transacção leal, uma vez que, em troca, lhes promettam fazer entrar na lista definitiva os seus candidatos mais notaveis.

No que todos estão de accordo é na necessidade evidente de não levar á urna os nomes compromettidos nos ultimos acontecimentos. O sr. Luiz Blanc propoz, na reunião da rua de Turbigo, dois operarios notoriamente conhecidos por hostis ás ideias da communa, os srs. Nadaud e Agricol Perdiguier. Insistiu além disto o celebre publicista por que as actuaes eleições sirvam para aproximar os operarios e a burguezia, duas classes entre as quaes os ultimos acontecimentos lançaram a mais cruel desconfiança.

A campanha bonapartista cada vez se esboça e accentua mais. O *Paris Journal* publica uma carta do barão Haussmann, na qual o ex-prefeito do Sena, o confidente de Napoleão III, uma das personificações mais tristemente celebres do regimen saido do 2 de dezembro, se glorifica de ter aberto os «caminhos magistraes» cujas magnificencias estrategicas contribuiram, segundo elle diz, para a insur-

913 **FOLHETIM**

ULTIMAS PROEZAS
DE
ROCAMBOLE
POR
PONSON DO TERRAIL

Traducção de F. F. da Silva Vieira

PARTE QUARTA

A fogueira da viuva

«Posto isto, Gastão, assim se chama elle, é um interessante cavalheiro, e dotado de excellentes qualidades.

«Hontem ainda eu não o amava, mas a punhalada que me deu reconciliou-me com elle. A mulher ama sempre o homem a quem teme.

Tenho, pois, a intenção de apertar cordealmente a mão do major, depois de ter dormido algumas horas, porque devo estar bedlonda esta manhã, e de lhe dizer um adeus, que será desfarçadamente para sempre.

Tippo nem pestanejou.

—E se eu lhe mostrasse o meu thesouro?

—É para isso exactamente que eu o desafio.

—Bem... Aceito o desafio.

—Sem condições?

—Peço perdão, retorquiu Runo; depois de saber onde está o meu oiro, não me deixará.

—E terei o thesouro á minha disposição?

—É natural.

—Aceito, disse Roumia; e accrescentou, sorrindo: — mas como não supponho que os seus thesouros estejam enterrados aqui, partamos!

—Já, não... disse elle.

—Ainda um subterfugio!

—Não, mas necessito adoptar certas precauções.

—Contra quem?

—Contra a senhora?

Em seguida tocou Tippo Runo uma campainha, e logo appareceu um dos dois creados; o mesmo que embarcára com elle em Calcutá.

Este homem, indole passiva e obediente, e que era um anglo-indiano, pertencia em corpo e alma a Tippo Runo.

Se Tippo lhe ordenasse que posesse fogo á cidade de Londres, á hora do meio dia, fal-o-hia sem hesitar.

Chamava-se Neptuno.

—Neptuno, disse-lhe Tippo, mostrando-lhe a Formosa Jardineira, vês esta senhora?

—Vejo, sim, senhor.

—Ficas aqui junto d'ella até eu voltar.

—Sim, senhor.

—Não aqui, mas naquelle corredor além.

O anglo indiano inclinou-se.

—Se ella intentar sair, matal-a-has, accrescentou Tippo Runo com a maior tranquillidade.

E entregou-lhe o punhal que tinha na mão.

—Agora, minha senhora, proseguiu Tippo Runo, voltando-se para a Formosa Jardineira, peço-lhe que diligenceie ter paciencia, por algumas horas apenas.

—Até quando?

—Até á noite.

—Ah!

—Á noite virei buscal-a.

—De carruagem?

—Não, num barco.

—E d'aqui até lá?

—O Neptuno é um animal que só a mim conhece, e que executa as minhas ordens com a mais cega obediencia. Como envio, ordenei-lhe que a matasse, se a senhora intentasse fugir... Está portanto avisada... Adeus, minha senhora.

—Aceito isso tudo, disse Roumia, detendo-o com o gesto, mas ainda assim com uma condição.

—Que condição é?

—É que este homem ha de ficar lá fóra.

—Pois seja assim.

—Como de certo supponho não devo ter a intenção de saltar pela janella...

—Creio que assim será, respondeu Tippo Runo, porque a janella está a quinze pés ao solo, e querendo saltar por ella morria de certo.

Em seguida saiu.

....

Roumia ficou só.

Neptuno estava no corredor, de punhal na mão, mas não podia vêr o que se fazia no quarto.

Ora Roumia, uma hora antes de Tippo Runo partir, acariciava uma bonita pomba branca, mansissima, e que segundo ella dizia, comprára a um passarinheiro de Londres.

A pomba volitava pelo quarto, pousando ora num ora noutro movel.

Roumia sentou-se a uma banquinha e escreveu o seguinte bilhete:

«Vigiem a casa. Esta noite saio d'aqui com Tippo num barco. Sigam o barco, que estamos na pista.»

Escripto o bilhete, enrolou-o, e atou-o numa fitinha que servia de coleira á pomba.

Em seguida abriu a janella, e a pomba soltou o vôo.

—Esta combinação, murmurou a Formosa Jardineira com um sorriso, é que o imbecil Tippo Runo não tinha previsto.

XVII

Roumia não tornou a vêr o major em todo o dia.

Não saiu do quarto, apesar do Neptuno lhe facultar o descer ao jardim para tomar ar.

Ao cabo de uma hora de ter partido voltou a pomba, e pousou no peitoril da janella, que ficára aberta.

O bilhetinho que Roumia lhe atára á coleira desapparecera.

Em compensação tinha o gentil volatil debaixo de uma aza outro bilhetinho, com estas duas palavras: — *Estamos vigilando.*

Decorreu o dia, e ao anoitecer voltou Tippo Runo.

O nevoeiro era, por excepção, menos denso que nos dias precedentes; de modo que a Formosa Jardineira pôde vêr distinctamente no Tamisa a canôa que transportára Tippo Runo.

Tripulavam-na apenas dois homens.

Não era um barco chato dos que fazem carreiras entre as duas margens, e servem de transporte aos operarios dos portos.

Era a canoa de um navio mercante, e em cuja pôpa se lia, em letras brancas num fundo preto, o nome *West India*.

—Então, ainda está resolvida? perguntou o major, apenas entrou.

—Ainda.

—Sempre quer vêr os meus thesouros?

—É a unica condição com que não o deixarei.

E o major pôz em cima de uma banquinha um pequeno embrulho que trazia debaixo do braço.

—Que é isso? perguntou-lhe a Formosa Jardineira.

—Vae vêr.

Tippo Runo desfez o embrulho, e Roumia vio uma especie de capuz, que devia atar-se á roda do pescoço, e em cujo centro havia um unico buraco.

Este buraco era redondo, no sitio da boca, e não no dos olhos.

Era destinado, não a deixar vêr, mas a deixar respirar.

—Que quer fazer com isso? perguntou Roumia.

—Enfeital-a.

—A mim?

—Sem duvida.

—Mas com que fim?

—Não lhe disse que costumava rodear-me de certas precauções?

E Typpo mostrou nos labios um sorriso de escarneo.

—Estou convencido, proseguiu elle, de que ha de achar respeitaveis os meus thesouros; mas emfim, é bom prevêr tudo. A senhora póde não estar ainda livre de uma recrudescencia de amor pelo homem de quem me fallou esta manhã...

—E então?

—E de me abandonar, apesar da minha riqueza .. Por conseguinte não quero que a senhora possa saber o logar aonde a tiver conduzido.

—Isso é para mim de todo indifferente.

E offereceu condescendentemente a cabeça a Tippo Runo, para que elle lhe posesse o capus.

Antes porém lançara pela janella rapido olhar para o Tamisa.

(Continua)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 97 – O Diário Popular 1/julho/1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

3.2.8 Acerca da Sexta Conferência -26 junho – “A divindade de Jesus” - Salomão Sáragga - não realizada

3.2.8.1 O Diário Popular 27/junho/1871

Fig. 98 – O Diário Popular 27/junho/1871 – p. 1

O DIARIO POPULAR

N.º 1:683 | **Assignaturas em Lisboa:** Mez, 240 réis; trimestre, 700 réis. **Provincias.** trimestre, 1$125 réis; e semestre, 2$250 réis; pagas adiantadas. | Lisboa—Terça feira, 27 de junho de 1871 | **Publicações:** Corpo do jornal, 40 réis a linha; annuncios 20 réis; venda avulso, 10 réis. Toda a correspondencia deve ser dirigida ao administrador A. Costa. | 6.º ANNO

TIRAGEM

20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

Ainda hontem annunciamos a feição reaccionaria que vae dominando na politica portugueza, e já hoje temos uma prova evidente da verdade das nossas asserções. O governo praticou o grandissimo desacerto de prohibir as conferencias democraticas no *Casino Lisbonense*. Este acto do poder foi pessimamente recebido pela opinião publica na capital.

Não approvamos todas as doutrinas professadas nas conferencias democraticas, nem pretendemos assumir a responsabilidade de tudo quanto os prelectores tem dito. Mas o que defendemos e sustentamos é o principio da liberdade do pensamento e da palavra, contra o qual o governo attentou hontem.

Se nas conferencias tivesse sido perturbada a ordem, o governo deveria sujeitar os desordeiros ao justo rigor das leis. Mas querer elle arvorar-se em supremo pedagogo, em supremo publicista, em supremo theologo, julgar das doutrinas propagadas nas conferencias e obstar á liberdade da palavra, não tem senso commum, nem utilidade; nem é rasoavel, nem liberal.

Viu-se durante o regimen pessoal que perdeu a França um governo perseguir os que ensinavam economia politica, os que discorriam sobre historia sagrada, ou os que se dedicavam ao estudo das grandes questões sociaes. Mas nenhum governo liberal e sensato procedeu por tal forma.

Supponhamos que os prelectores sustentem doutrinas contrarias á carta. Ou a carta é excellente e o bom senso publico fará justiça ás injustas arguições contra ella; ou é má, e neste caso o silencio imposto aos que a combatem não a torna melhor.

Pois julgam santa e verdadeira a religião que professamos, e temem que as palavras de qualquer imprudente possam levantar contra ella um publico illustrado? A violencia indica fraqueza; não prova cousa nenhuma ou prova contra o que se quer sustentar. A oppressão prejudica sempre os oppressores e dá rasão aos opprimidos.

Por isso, em nome da rasão, em nome do codigo que nos rege, em nome dos principios liberaes, em nome do espirito do seculo protestamos altamente contra o acto arbitrario e violento que o governo praticou hontem.

A camara municipal de Villa do Conde obteve approvação do orçamento supplementar de 1870-1871.

No 3.º districto criminal foi julgado hontem o sr. José Joaquim das Neves, proprietario da barca portugueza *Ligeira*, accusado de, em fevereiro ultimo, ter desobedecido ao sr. Andrade Pinto, empregado da repartição da policia. Por falta de base para a accusação foi absolvido. Em audiencia, as testemunhas de defeza do accusado depozeram todas contra o procedimento do sr. Andrade, que classificaram de arbitrario.

O sr. D. Fernando fez acquisição de uma bonita canoa que foi construida pelo engenheiro naval o sr. Luiz Silverio de Faria. A canoa tem o comprimento de 3m,698; bocca 1,266 e pontal 0m,431. É de taboas trincadas.

Tendo sido nomeado para Santos-o-Velho o reverendo padre prior da freguezia de Santa Engracia, os principaes moradores desta freguezia fizeram um abaixo assignado, pedindo a sua eminencia que para o logar vago seja escolhido o reverendo padre Manuel, coadjutor da mesma freguezia.

O dia de S. Pedro, 29 do corrente, deve ser cheio de vida e alegria na cidade de Santarem pelos festejos que ali se preparam. Ás 6 horas da tarde abrir-se-ha ao publico o bem ornado e vistoso basar collocado no pequeno passeio de S. Francisco, onde tocará uma banda de musica harmoniosas peças do seu reportorio até ás oito horas; ás nove principiará na respectiva praça um espectaculo tauromachico em que são corridos oito toiros pertencentes a D. Francisca Ignacia da Costa Botelho. Cavalleiro Augusto Cesar Calhamar Pinto e Silva, bandarilheiros, Peixinho pae e filho e Caltabeça, pegadores os da Gollegã. Este espectaculo terminará com um vistoso fogo de artificio. A praça estará brilhantemente illuminada. A um espectaculo tão attrahente de certo não faltarão os amadores; e tanto mais que a empresa para attender a tudo até encommendou para essa occasião uma noite de luar.

A policia de Marselha apprehendeu um dia destes varias listas de filiados na Internacional, e outros papeis. Entre estes foram encontradas ordens similhantes ás que foram executadas em Paris, taes como ordens para incendiar edificios, capturar refens, etc. O vasto estabelecimento das dockas, que custou milhões e encerra valores enormes em mercadorias de todos os generos, devia ser incendiado com petroleo!

O sr. Valerio Nunes de Moraes foi exonerado de administrador do concelho da Covilhã; sendo transferido para este concelho o administrador do da Idanha, sr. Antonio Augusto de Leão, major reformado.

A ultima hora resolveu o governo propor pelo circulo 42, Figueira, como seu candidato o sr. Albino Geraldes, lente de philosophia da universidade de Coimbra.

Foram hontem prohibidas, por uma portaria do ministerio do reino, as conferencias democraticas no Casino Lisbonense. As oito horas e meia da noite achavam-se reunidas mais de duzentas pessoas á porta do Casino, fechada por ordem da auctoridade, e o caso era commentado de diversos modos, ao sabor das opiniões e dos sentimentos de cada qual.

Em presença da determinação da auctoridade, os promotores das conferencias resolveram lavrar o protesto que abaixo dâmos, e, acompanhados de consideravel numero de pessoas, foram leval-o ao *Jornal do Commercio*, e em seguida a todos os outros jornaes da capital.

PROTESTO

Em nome da liberdade do pensamento, da liberdade da palavra, da liberdade de reunião, bases de todo o direito publico, unicas garantias da justiça social, protestamos, ainda mais contristados do que indignados, contra a portaria que mandou arbitrariamente fechar a sala das conferencias democraticas. Appellamos para a opinião publica, para a consciencia liberal do paiz, reservando-nos a plena liberdade de respondermos a este acto de brutal violencia como nos mandar a nossa consciencia de homens e de cidadãos.

Lisboa, 26 de junho de 1871.

Adolpho Coelho.
Anthero do Quental.
Jayme Batalha Reis.
Salomão Saragga.
Eça de Queiroz.

Adheriram a este protesto os seguintes cidadãos: Jacob Wahnon, Francisco d'Almeida, Emilio Riché, Alberto de Queiroz, Santos Nazareth, Albano Coutinho Junior, João Luiz da Silva Vianna, Costa Goodolphim, Francisco Guilherme de Sousa, José Paes de Carvalho, José Correia Nobre França, João Maria Tedeschy, Luiz R. da Silva Eça, José Fontana, Eduardo Nunes da Matta, José Carrilho Videira, Joaquim Augusto d'Oliveira, Miguel Angelo Lupi, Joaquim Ferreira de Campos, Carlos de Moura Cabral, Ernesto Lassy, Domingos José d'Azevedo, José M. de Mello, Antonio Garcia de Medeiros, Reynaldo d'Assis, M. A. Sequeira, José Maria d'Andrade, Raphael Bordallo Pinheiro, José M. Meceyra, João Francisco Macoyra(?), João Chrysostomo Markonelt, Antonio da Fonseca, Eduardo Augusto Fernandes, Joaquim Dias de Mello, André Domingues Santos, André Domingues, Antonio Soares Monteiro, José Maria Pereira Junior, José de Figueiredo, Victoriano Franco Ferreira Braga, F. Aguiar, Luiz de Castro, João Rodrigues Pereira de Sousa, H. Gouvêa, Felix d'Oliveira, Ernesto de Carvalho Mesquita Coelho e Vasconcellos, Victor José Verol, A. da Silva Pinto, Francisco dos Santos Lima, Carlos Marten.

Hontem, pelas 2 e meia horas da manhã, manifestou-se incendio no antigo estanco da rua de Santo Antão 123-125, de que era locatario o sr. Antonio Lopes Valerio, que o tinha seguro na companhia Fidelidade em 1:200$000 réis. A barraca tambem estava segura na mesma companhia. Os utensilios do estanco ficaram reduzidos a cinzas. Ganhou o premio a bomba n.º 6.

Domingo ha festa ao Senhor Jesus na ermida da Cruz das Almas, a Campolide. É por instrumental e ha pratica. As despezas são feitas á custa de esmolas.

Hontem ás 9 horas e meia da noite, na occasião em que um municipal conduzia um preso ao Carmo, este na calçada do Carmo, virou-se contra aquelle, ferindo levemente no olho esquerdo, e pertendendo desarmar, o que foi evitado pelo cabo de policia n.º 6 da freguezia de Santa Justa que n'aquella occasião passava.

A Internacional em Italia

Fervem os manifestos da Internacional. Este é dirigido á junta central da Internacional pelas secções milanezas da mesma Internacional, e foi votado por 2:540 membros.

Milão, 18 de junho de 1871

Os escravos do despotismo tem se levantado contra os seus oppressores em differentes épocas da historia do mundo. Tem sido diversos os resultados d'estas luctas, mas o triumpho tem cabido sempre aos que se tem feito directores da educação dos povos.

Vencidos os revoltosos, ficaram se chamando Caim, Satanaz, genios do mal, malditos, n'uma palavra.

Victoriosos, ficaram-se chamando Alexandre ou Cesar, Luthero ou Leão X.

Não se tem considerado o fim, tem-se considerado o resultado obtido.

Continuará a succeder isto?

Não crêmos, oppõe-se a similhante coisa a humanidade.

Acaba de travar-se uma lucta sem precedente na historia. Ficou vencida a nossa guarda avançada, os soldados que tinhamos mandado adiante foram dizimados. Cairam das fileiras de combatentes na cathegoria de salteadores banidos da sociedade. Hontem, eram homens batendo se pela salvação da humanidade, pela liberdade do trabalho, hoje são excommungados.

Operarios!

Os proletarios de Paris deram batalha ao despotismo, á reacção. Pediram direito á vida, e deram-lhe direito a Cayenna e ás galés.

Mais ainda, a reacção transformou em incendiarios aquelles gloriosos soldados do futuro e do direito; quiz pol-os entre os ultimos criminosos.

Que fizeram elles?

Primeiro, luctaram pacificamente contra um governo infiel a todas as suas promessas, a todos os seus compromissos.

No dia em que a fome, que teve por causa a traição, quiz tirar-lhes as armas, elles revoltaram-se.

Ao capital que lhes dizia: Morrereis de fome, responderam: Viveremos do nosso trabalho.

Ao despotismo, responderam: Somos livres!

Ás peças e aos chassepots dos reaccionarios conjurados, oppozeram os peitos descobertos.

Cairam, mas cairam como heroes.

Hoje, a reacção chama-lhes bandidos e desterra-os do seio do genero humano.

Havemos de consentir similhante coisa?—Não.

Operarios,

Quando os nossos irmãos de Paris são vencidos, encurralados como feras, quando elles caem aos centos, sob os golpes dos seus assassinos, digamos lhes: Vinde ter comnosco; aqui nos tendes; aqui tendes as nossas casas abertas, aqui encontrareis protecção até o proximo dia da desforra.

Operarios!

Os principios da communa de Paris são os nossos; acceitamos a responsabilidade dos seus actos. Viva a republica social!

Maldini, Giovachine, Dupont Leon

Pedem-nos que lembremos á camara municipal a necessidade de mandar proceder á demolição de uns pardieiros que ameaçam ruina, na rua do Mau, á esquina do becco do Loureiro, freguezia de Santo Estevão.

Foi approvada uma proposta feita á companhia dos caminhos de ferro portuguezes pela de Ciudad Real a Badajoz, para regular os transportes de madeira de algumas das estações para as minas de Linares em Hespanha. Foi estipulado o preço de 7,52 por tonelada e kilometro para as expedições que tiverem aquelle destino.

Regressou a Vienna d'Austria o general Gablentz que tinha ido assistir á entrada triumphal das tropas allemãs em Berlim. Levou para Vienna uma carta autographa do imperador Guilherme para o imperador Francisco José, e recebeu a grã cruz da Aguia Vermelha da Prussia cravejada de brilhantes.

Chegaram hontem para o banco de Portugal 30:000 libras sterlinas em 6 caixas. O vapor trouxe 300 saccas de arroz, 500 barris de enxofre, 100 caixas de velas, 52 barricas de assucar, 43 caixas de cha, 14 barris de cerveja e outras mercadorias.

Foram convocados para se reunirem na sexta feira no ministerio das obras publicas os fundadores da importante companhia de credito e progresso agricola, cujo principal fim é a exploração dos terrenos incultos.

O sr. Joaquim Antonio de Aguiar foi no domingo novamente operado pelo sr. dr. Barbora. Ha quatro annos que já o tinha sido. Foi feliz.

O vapor *Dande*, vindo de Hull trouxe 280 saccas de cevada germinada, 300 toneladas de carvão de pedra, carne salgada e varios artigos.

Em audiencias correccionaes foram julgados no 3.º districto criminal oito processos, a saber:

Manuel d'Almeida, por ferimentos, condemnado; Antonio Domingues, idem, condemnado; Justina Emilia, por furto, condemnada; José Tavares, por vadio, condemnado; Firmino da Silva, por desobediencia, absolvido; Alfredo Teixeira, por furto, condemnado; João Tavares, por furto, condemnado.

O sr. Francisco Bernardo da Costa foi exonerado, pelo pedir, de administrador do concelho de Almeida; sendo nomeado para este cargo o sr. José Mendes Pinto de Azevedo.

O sr. dr. Alves propoz á camara, que para se evitarem scenas desastrosas, fosse convidado o sr. Schalck a construir, como lhe compete, o muro de resguardo no campo de Santa Clara, junto á fundição de cima, ou o meio de fazer desapparecer o precipicio ha muito ali existente. A camara resolveu providenciar.

Na bolsa não houve hontem [illegible] de fundos portuguezes, os quaes conservam a cotação de 36,25 e 36,50.

A escuna *Hoder* trouxe de Christiansund 346 caixas e 89:900 kilos de bacalhau a granel. Vae começar a descarregar.

O sr. José Joaquim da Silva Pinho foi nomeado administrador do concelho de Agueda.

Gambeta recusa todas as candidaturas que lhe offerecem por differentes circulos de França. Em Paris queriam [illegible] o á urna.

Por noticias officiaes consta que está quasi exhausta a febre aphtosa que tantos estragos tem causado no concelho de Benavente.

310 **FOLHETIM**

ULTIMAS PROEZAS DE

ROCAMBOLE

POR PONSON DU TERRAIL

Traducção de F. F. da Silva Vieira

PARTE QUARTA

A fogueira da viuva

—Caminhe nos bicos dos pés.
—Não estamos sós aqui?
—Não, está lá em cima o major.
—Onde está a luz?
—Exactamente.

Marmouset observou a recommendação que lhe fizeram.

E chegando ao primeiro patim da escada, empurrou a Formosa Jardineira uma porta á esquerda.

O Marmouset achou-se então n'uma sallinha tambem ás escuras, mas em cujo centro brilhava um ponto luminoso, do diametro de uma moeda de vinte francos.

Era um buraco aberto na parede, pelo qual passava um raio da luz que o Marmouset vira no jardim.

—Applique um olho áquelle buraquinho, disse-lhe Roumia, e espreite.

O Marmouset obedeceu.

Vio então do outro lado da parede uma especie de ampla ottomana, forrada de marroquim côr de avellã, sobre a qual estava estendido um homem.

O homem dormia, com o fato em desalinho e o collete branco pingado de vinho.

Ao lado da ottomana estava uma banca com dois talheres, os restos de uma ceia opipara, e algumas garrafas vazias.

—Está a dormir... disse Roumia.

O Marmouset inclinou-se para ella, dizendo:

—Graças, sem duvida, a alguns dos perfumes mysteriosos de que a sr.ª costuma usar?
—Não; está embriagado.
—Com opio?
—Com vinho.

Se elles não estivessem immersos em trevas, de certo teria Roumia visto o sorriso desdenhoso que resvalou pelos labios do Marmouset.

Affigurara-se a este ultimo que a Formosa Jardineira se deixava sensivelmente dos seus excentricos habitos, para recorrer a meios inteiramente vulgares.

A Formosa Jardineira, porém, adivinhou-lhe o pensamento, e perguntou-lhe:

—Admira-se?
—De certo.
—É que o major Linton não é o marquez de Maurevers.

E Roumia proferindo estas palavras com voz meio abafada deu a entender claramente ao Marmouset, que tornando-se escrava de Rocambole não renunciara do seu odio pelo assassino do Perdito.

E como o Marmouset não respondia, proseguiu:

—O major viveu na India muito tempo para não conhecer minuciosamente como eu os perfumes, os narcoticos e os venenos. É unicamente por meio dos meus encantos que devo arrancar-lhe o seu segredo.
—Ah! Ile tem um segredo?
—Tem...

E admiradissima por esta pergunta disse ainda a cigana:

—O mestre não lhe disse nada?
—Disse-me que me haviam de trazer aqui.
—E depois?
—Então, oiça... disse Roumia. O major trouxe da India uma riqueza assombrosa...
—Já o sabia.
—E o mestre quer apoderar-se della.
—Tambem o sei. Mas onde elle o occultou é que nós não sabemos.
—Não, porque o major é desconfiado e enterrou os seus thesouros. Onde? Ninguem em Londres o sabe. Está louco por mim, e não obstante não pude ainda obter a minima confiança a tal respeito.
—Mas o que não creio é que elle tenha conservado o seu oiro em barras, disse o Marmouset.
—Pelo contrario. O que precisamos saber é onde elle o enterrou... É o que eu e o mestre tratamos de investigar.
—Mas uma vez que o major a ama...
—Ama-me porque sou formosa; mas até agora o seu amor assimelha-se á satisfação do homem que deu uma somma louca por um cavallo de raça. O coração não tem a minima parte em tal affeição.
—E então?
—Se conseguisse tornal-o ciumento, pertencer-me-hia em corpo e alma... proseguiu Roumia.
—Parece-lhe?... Mas elle tem-a mostrado em Londres.
—É verdade.
—Todos a admiram...
—Isso lisongeia-o, e mais nada.
—E julga possivel tornal-o ciumento?
—Julgo-o facilimo.
—Como assim?
—Se o sr. desempenhar o papel que o mestre lhe distribuio.
—Estou prompto para isso...
—Attenda então ao que lhe digo.

E a Formosa Jardineira fez sentar o Marmouset a seu lado, n'um canapé, a dois passos do buraco por onde se via o major.

LIII

Entretanto o major Linton, ou Tippo Runo, porque era o mesmo personagem, dormia muito tranquillamente.

Ha homens em quem a embriaguez se tornou habito regular.

Havia vinte annos que o major costumava embriagar-se á ceia.

Dormia depois meia duzia de horas, cosia tranquillamente o vinho, e acordava depois como se tal não fôra.

Tippo Runo, a quem o manuscripto de Rocambole nos mostrou por fim a bordo do *West-India*, não fôra directamente para Londres, no seu regresso da India.

Detivera-se em França, e passára até bastantes dias em Paris.

Fôra em Paris que elle vira uma noite, nos Italianos, a Formosa Jardineira.

Teria sido o acaso que os fizera encontrar?

Ou dever-se-hia reconhecer em tal encontro o dedo de Rocambole.

Esta ultima hypothese era a mais admissivel.

Um homem que possue milhões não deve nunca desejar nada em vão.

Pelo menos, tal era a opinião de Tippo Runo.

Com effeito, no dia immediato, obtinha de Roumia uma entrevista, e dali a tres dias partia para Londres, levando-a comsigo.

A Formosa Jardineira enganara-se dizendo que o Tippo Runo não era ciumento.

Andava, pelo contrario possesso do mais tenaz e cruel dos ciumes—odiava o passado. Segundo a sua opinião, não havia riqueza principesca que podesse medir-se com a sua.

Fizera o seu juizo ácerca de Roumia. Roumia era uma cortezã, a quem o oiro dominava absolutamente.

Tippo Runo podia satisfazer-lhe os mais ruinosos caprichos com a vigesima parte dos seus haveres.

Não temia, portanto, nem o presente nem o futuro.

Assim, pois, levava-a a toda a parte, á Covent Garden, a Hyde Park, e á noite adormecia tranquillamente depois de ter despejado tres ou quatro garrafas de vinho do Porto.

O passado porém opprimia-o.

Roumia amára, seguramente; mas amaria ainda?

A quem? Tippo não o sabia, e a habil comediante soubera envolver-se, no tocante a tal assumpto, em profundo mysterio.

Até chegava por vezes a soltar algumas palavras vagas, que tinham exasperado o major.

Tippo tivera, no passado, um rival que ainda reinava despoticamente no coração de Roumia; mas Roumia permanecia impenetravel.

Assim, pois, n'aquella noite, ao voltar do theatro, conduzira Tippo Runo a Formosa Jardineira áquella casinha na margem do Tamisa, a distante de Londres.

(Continúa.)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 99– O Diário Popular 27/junho/1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

O Sr. Salomão Saragga pede-nos inserção da seguinte Carta:

Amigo e Redator:

- Como V. sabe, devia fazer hoje a minha conferência no Cassino. O assunto era: os Historiadores críticos de Jesus. Se tinha escolhido este assunto e preferência a outro, era simplesmente por ser aquele a que tenha mais particularmente aplicado aos meus estudos. Nenhuma outra razão me levou a trata-lo. Que era da crítica considerada como ciência, da sua aplicação especial à história de Jesus, e ao movimento que ele foi o iniciador que eu queria falar, era já público havia algumas semanas. O que porém se não sabia era o dia determinado em que esta matéria havia de ser apresentada publicamente. Os jornais, no entretanto, noticiaram a quatro ou cinco dias que hoje me pertencia ser o conferente, sem se esquecerem de apontar a matéria a tratar. Desde então todos os que se dizem meus amigos (com poucas exceções), e outros que se dizem interessados no meu bem-estar, julgaram que era do seu dever usar de quantos meios a imaginação lhes sugeria para em demover do meu propósito. Não lhes sendo possível desviarem-me do meu intento, por meio de argumentos, os quais confesso eram de nenhum valor, passaram a usar de ameaças, entra as quais apareceram, em primeira plana, que muitos estavam dispostos a usar de pugilato, como último argumento, se eu insistisse. Por quem esta guerra era especialmente movida não o pude saber. Um jornal falou de más disposições dos judeus a meu respeito. Eu, porém, que julgo tão inimigos das ideias cristãs os judeus como os católicos fanáticos, não sei a aquém atribuí-la. Não obstante isto tudo, continuava a ser opinião minha e dos meus estudos, com tanta mais razão quanto por essa forma eu não saía fora dos estudos da minha predileção.

Estava nestas disposições preparando-me para a conferência, quando vi hoje a tarde cópia de uma portaria saída do Ministério do reino, a qual proíbe a continuação das conferências. Se o intuito do autor da portaria é evitar que eu consiga propagar as ideias que eu tenho sobre Jesus e o Cristianismo, posso assegurar-lhe eu o não consegue. Não o consegue porque me resta ainda a imprensa: o jornal e o livro. As ideias que tinha de expor ali sumariamente, dentro dos acanhados limites de uma conferência, poderei expô-las mais tarde pela forma que mais adequada me parecer. Mas suponhamos que a ciência que tem ocupado espíritos tais como Strauss, Reuss, Scherer, Vacherot, Renan, Bunsen, Réville e outros não possa ter a sua livre manifestação entre nós e que eu seja obrigado pela imposição da força a calar-me, que modo mais eloquente haverá para demonstrar que as conferências tinham a sua razão de ser? O que faltará para provar que a liberdade de consciência e a liberdade de imprensa são palavras vãs entre nós e que este estado de coisas não devem continuar?

Semeiem e colham depois.

C/V. Lisboa, 26 de Junho de 1871.

De V. etc. Salomão Sáragga.

3.2.9 *A Berlinda, de Rafael Bordalo Pinheiro - As Conferências em Quadrinhos*

Fig. 100 – Rafael Bordalo Pinheiro

Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rafael_Bordalo_Pinheiro

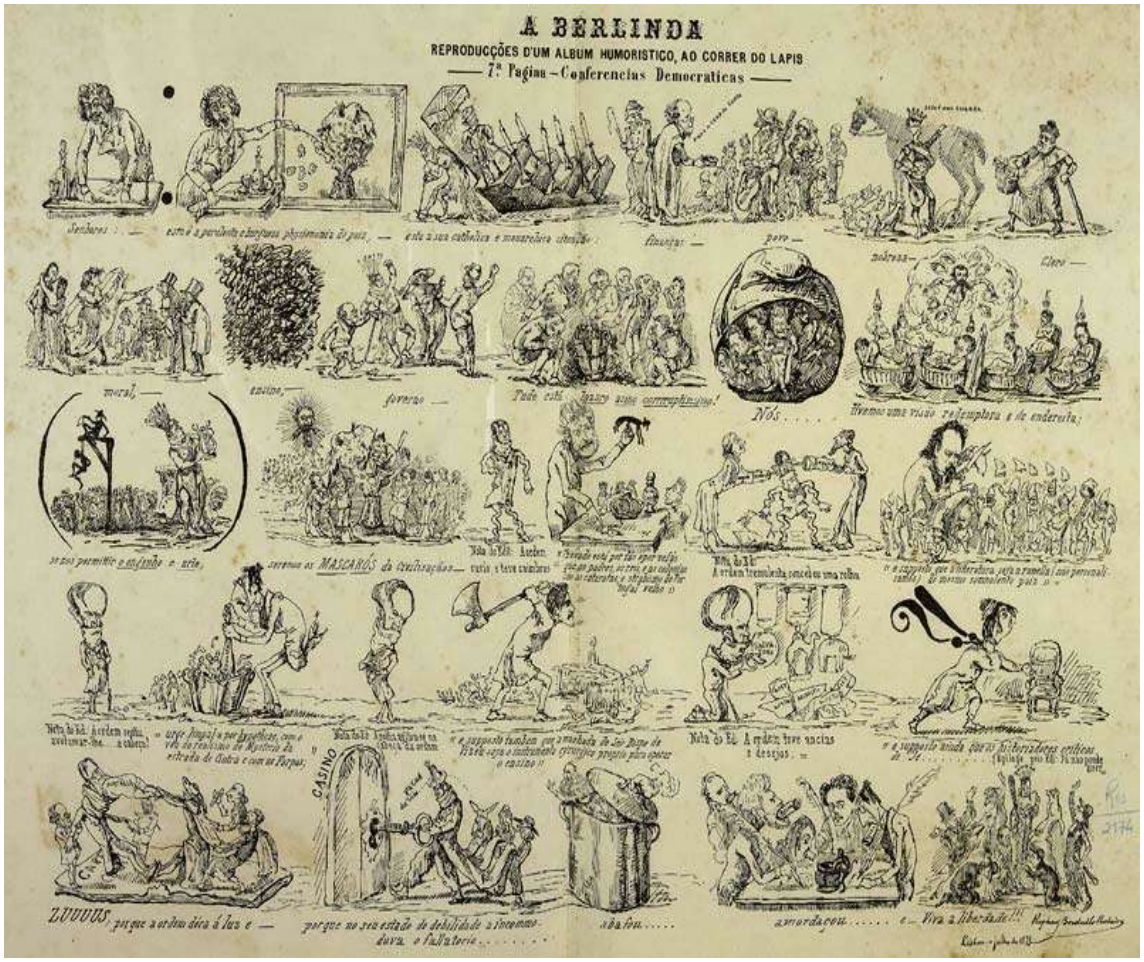
Raphael Augusto Prostes Bordalo Pinheiro

(Lisboa, 21/03/1846-23/01/1905) - um artista precursor do cartaz artístico em Portugal, desenhista, aquarelista, ilustrador, decorador, caricaturista político e social, jornalista, ceramista e professor. Apaixonado pelo lado boêmio da vida lisboeta e avesso a qualquer disciplina. O seu nome está intimamente ligado à caricatura portuguesa, à

qual deu um grande impulso, imprimindo-lhe um estilo próprio que a levou a uma qualidade nunca antes atingida. Frequentou a Academia de Belas-Artes e foi a intensa atividade de desenhista e de pintor que caracterizou a sua vida artística. Entre seus irmãos está o pintor Columbano Bordalo Pinheiro. Criou uma figura popular que permanece viva e atual no comportamento e na maneira de viver do povo português: o **Zé Povinho**, síntese de indomada rebeldia e de sofrido conformismo, falando em nome de todos aqueles que normalmente não têm voz e se veio a tornar símbolo do povo português. Primeira aparição de *Zé Povinho* na revista *Lanterna Mágica*, 12/06/1875. O personagem tem como característica principal o gesto do manguito (o "Toma!"), representando a sua faceta de revolta e insolência. A 19 de Agosto de 1875 parte para o Brasil onde trabalha nos jornais *O Mosquito, Psit!!!* e *O Besouro* e desfruta dos prazeres do Rio de Janeiro com os seus companheiros da "República das Laranjeiras". Do lado de lá do oceano Atlântico continua a enviar a sua colaboração para jornais e revistas, exemplo disso é o *Álbum de Phrases e Anexins da Língua Portuguesa* (1876) e o *Almanaque da Senhora Angot* (1876-77). As saudades da Pátria e as constantes ameaças contra a sua vida fazem-no regressar a Portugal, onde chega em Maio de 1879, para começar logo a trabalhar n'*O António Maria* (1879). Seguiu-se o *Álbum das Glórias* (1880), *No Lazareto de Lisboa* (1881), *Pontos nos iis* (1885) e, finalmente, *A Paródia* (1900). A sua produção artística no domínio da caricatura, do desenho humorístico e das histórias desenhadas foi invulgar não só pela qualidade como também pela quantidade. Em 1884, paralelamente à sua atividade como caricaturista e ilustrador, experimenta o barro nas oficinas de Gomes de Avelar e, pouco tempo depois, continua durante 21 anos na Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha.

Em 1870-1871 publica *A Berlinda:* reproduções d'um álbum humorístico ao correr do lápis. Sete páginas, em datas diferentes, que se anunciam como "A política e os seus atores são dramaticamente comentados em sequências mais ou menos narrativas, onde a imagem e o texto se entrelaçam de modo que algum sentido se perde quando os separamos. Em 1870, publicou:Folha 1: Os fossadores de patriotismo; esgotou-se rapidamente obrigando a uma e nova tiragem e a uma nova folha sob o título Folha 2: Ainda os fossadores de patriotismo; Folha 3: Mapa da Europa - única folha colorida com o subtítulo de *Carta Burlesca da Europa*, fizeram-se três edições e foi traduzida em francês (*Carte Satyrique de l'Europe pour 1870*), prova de que o trabalho de Rafael era procurado no estrangeiro. Após a 3ª folha, foi interrompida pelo *Binóculo,*

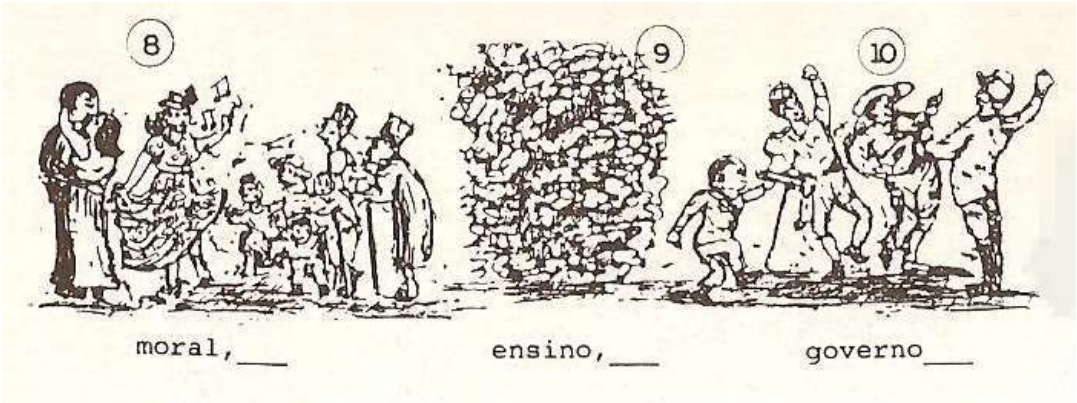
Fig. 101 – A Berlinda – Bordalo Pinheiro

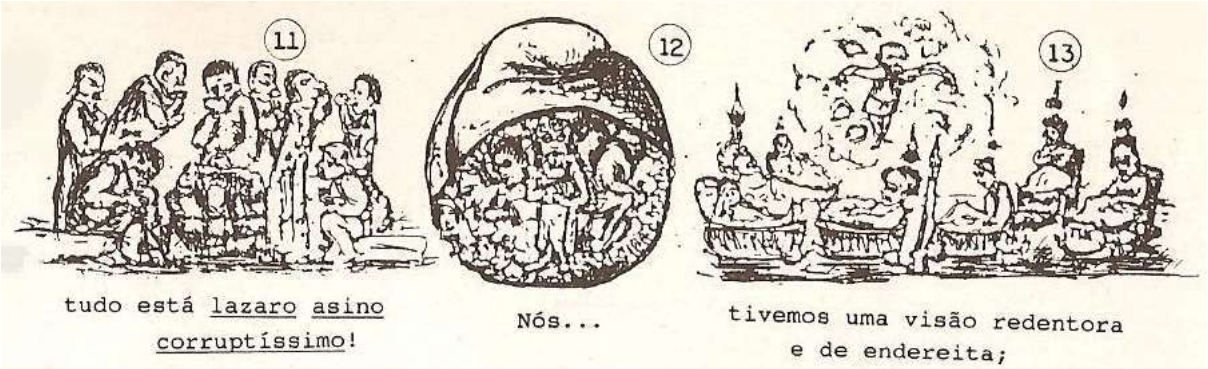


Fonte: http://purl.pt/273/1/obras/berlinda/01.html

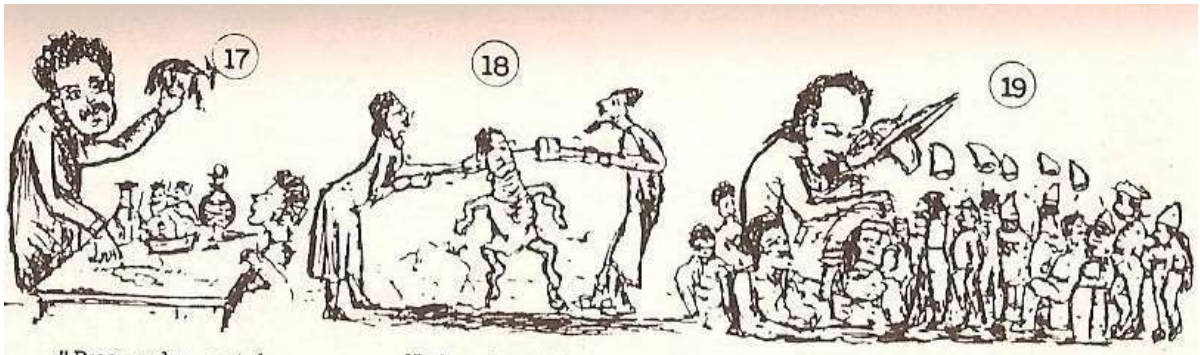
Fig. 102 – A Berlinda – Bordalo Pinheiro

4
cera para o santo
5
isto é uma sombra
6
7
finanças___
povo___
nobreza___
clero___


8
9
10
moral,___
ensino,___
governo___


11
12
13
tudo está lazaro asino corruptíssimo!
Nós...
tivemos uma visão redentora e de endereita;

14
15
16
se nos permitir o engenho e arte,
seremos os MASCARÓS da Civilização
Nota do Ed.
A Ordem ouviu e teve caimbras



"Provado está, por fás e por nefás, que os padres, os reis e as colónias são as cataratas e estrabismo do Portugal velho"

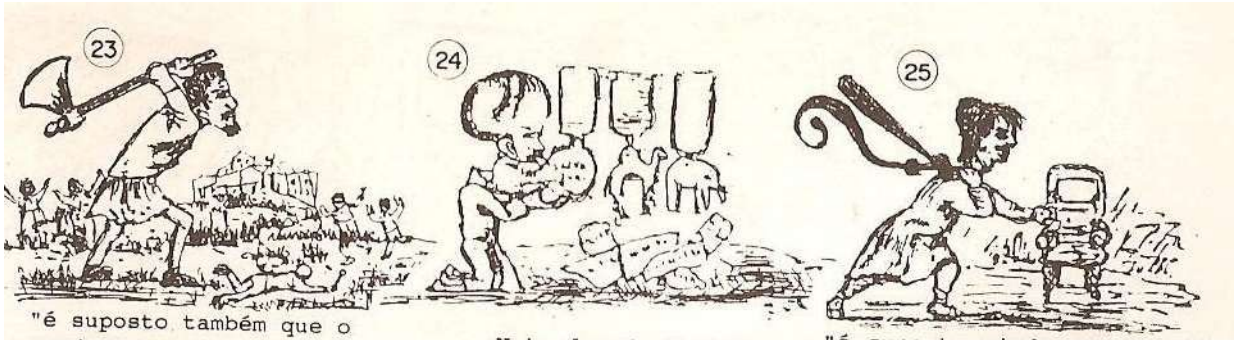
Nota do Ed. *A Ordem tremulenta concebeu uma rolha*

"é suposto que a literatura seja a ramela (não personalizemos) do mesmo sonolento país"

Nota do Ed. *A Ordem sentiu avolumar-lhe a cabeça*

"urge limpá-la por hipótese com o véu do realismo d'O Mistério da Estrada de Sintra e com As Farpas"

Nota do Ed. *a rolha agitou-se na cabeça da Ordem*



"é suposto também que o machado do Bispo de Viseu seja o instrumento cirúrgico próprio para operar o ensino"

Nota do Ed. *A Ordem teve ânsias e desejos*

"é suposto ainda que os histo riadores críticos de Je___. *Epílogo pelo Ed; já não pode dizer*

A seguir, apresentamos comentários sobre os trinta quadros enumerados em sequência. No fim destes, colocamos um glossário com algumas explicações em torno de alguns nomes

1. Um senhor, provavelmente o apresentador das conferências, inicia o evento dizendo: *"Senhores".* Talvez seja o próprio autor, Rafael Bordalo Pinheiro, ainda jovem magro, pois seu retrato mais conhecido apresenta-o gordo.

2. O apresentador aponta para uma figura, um retrato disforme e diz: *"esta é a purulenta e burguesa fisionomia do pais".*

3. *"esta a sua católica e monárquica situação".* Um trono-altar quase caindo, sustentado por

um homem de coroa, com muletas e trajes pobres, simbolizando a monarquia em conluio com a Igreja. A monarquia, ao longo de todos esses quadros, é representada pelo Marquês de Ávila e Bolama, ministro de Reino e presidente do Conselho de Ministros. O Marquês é reconhecido pelo cachecol até o nariz e pelo "pince-nez", em todos os desenhos e, também, ao longo de todas as obras de Rafael B. Pinheiro.

4. *"Finanças".* Um homem, provavelmente o ministro responsável pelas Finanças, pedindo esmola para o "povo"- quadro 5°. - dizendo *"cera para o santo".* Segura um porrete na mão, escondido atrás das costas. Junto dele está um guarda para assegurar que a *"esmola",* ou seja, o imposto, seja efetivamente recebido pelo governo.

5. *"Povo.* Percebe-se os trajes humildes. Há crianças pequenas, uma mulher segurando um menino no colo, um velho, cantadores com viola: um conjunto de pessoas pobres _ eis o povo de Portugal!

6. *"A nobreza".* O nobre está com um pé descalço, portando uma viola, ao lado de um cavalo ilusório, imaginário e rodeado de cachorros. Acima lê-se - *"Isto é uma sombra".* Deduz-se que seja uma nobreza falida, sem dinheiro para ter calçado, cavalo e para dar de comer aos animais. Apresentam ainda um nobre fadista, um marialva, a viver cantando sem aparente preocupação.

7. *"Clero".* Um prelado gordo, de cara amarrada e ventre saliente, carregando uma cesta cheia de alimentos, de certa idade, provavelmente, pois apóia-se num bastão. Talvez represente o bispo de Viseu que se destacou na política e tinha idéias absolutistas.

8. "Moral". Representação da "moral" em cenas que, na época, não seriam totalmente públicas, já que eram consideradas cenas eróticas. Percebe-se um casal se beijando e uma mulher dançando com as pernas à mostra, observados por crianças e alguns adultos. Estes, provavelmente burgueses, porque usam cartola, bengala, "pince-nez" e casaca: a indumentária que os distinguia dos demais.

9. *"Ensino".* Representado por uma figura escura formada por um emaranhado de riscos. Difícil de se perceber o significado de tais riscos.

10. *"O governo".* Quatro figuras que dançam e cantam: o ministro Á vila e Bolama; um baixinho saltitando, provavelmente um político; um policial e uma figura do clero tocando viola. Todos se divertindo: o governo + poder = monarquia + clero+ exército.

11. É uma conclusão tirada até aqui - *"tudo está lazaro asino corruptíssimo"* - em latim macarrônico, significa que a corrupção grassa no país inteiro. Vê-se uma barrica representando Portugal prestes a rachar, a estourar. Todas as pessoas em volta estão com a mão tapando o nariz, provavelmente por causa do mau cheiro exalado pelo conteúdo da barrica, a qual representa Portugal.

12. *"Nós".* Dentro de um barrete frígio estão os conferencistas do Casino. Da esquerda para a direita: Salomão Sáragga, judeu cuja conferência foi impedida pelo governo; Augusto Soromenho, arabista, professor do Curso Superior de Letras e o menos ligado à geração de 70; Jaime Batalha Reis, que não chegou a proferir sua conferência. Em sua casa, no célebre Cenáculo, reuniam-se alguns intelectuais para discutirem novas idéias literárias, políticas e filosóficas, oriundas principalmente da França, da Alemanha e da Inglaterra. No centro, Antero de Quental, o mestre e ideólogo da geração de 70 e o mentor das Conferências; Adolfo Coelho, que falou sobre o ensino em Portugal e Eça de Queiroz. A esse grupo também pertencem, Teófilo Braga, Ramalho Ortigão, Manuel de Arriaga, Germano Meirelles, Oliveira Martins, Guilherme de Azevedo, Augusto Fuschini, João Machado de Faria e Maia, Lobo de Moura, José Fontana, Rafael Bordalo Pinheiro e outros.

13. *"Tivemos uma visão redentora e de endereita"*. Vê-se o grupo de conferencistas, ou da Geração de 70, dormindo em berços, simbolizando a ingenuidade infantil, a pureza de ideais. Em cima de cada cabeça uma pequena chama religiosa. Acima deles uma nuvem onírica, onde paira uma figura envolta por vários olhos: é o famoso médico oftalmologista da época, Dr. Aniceto Mascaró y Coz, catalão residente em Portugal. Essa visão redentora e de endereita mostra que a geração de 70 pretendia: abrir os olhos do país.

14. *"Se nos permitir o engenho e arte".* De um lado, uma figura, (que parece o marques de Ávila e Bolama com seu tradicional cachez-nez) que toca lira, junto de um busto, de uma paleta e de vários pincéis; do outro lado, uma multidão assistindo a um enforcamento. No alto da forca, um padre. Como o quadro 14 está entre parênteses, supõe-se que a idéia seja esta: se o governo se converter às artes, isto é, não perseguir a geração de 70, os conferencistas do Cassino ("nós" - quadro 12) conseguirão fazer uma revolução cultural no país, a menos que sejam enforcados a mando do Governo.

15. *"Seremos os Mascarós da civilização".* No alto brilha o rosto de Mascaró, aquele que vai dar a visão aos cegos, isto é, ao país. Um grupo de homens corre para ele, enquanto o grupo dos conferencistas do Cassino está dependurado naquela figura grotesca do quadro 2, que

representa o país, tentando refazer a sua cabeça, tal qual o médico quando realiza cirurgias. Eles vão fazer o país enxergar a civilização. Portugal está no escuro e o povo não consegue ver nada.

16. *"A ordem ouviu e teve caimbras".* A ordem, isto é, o Governo na figura do ministro do reino, marquês de Ávila e Bolama, começa a ficar preocupado com o manifesto das Conferências.

17. Resumo da 2ª conferência, de Antero de Quental, em 22 de maio de 1871: "Causas da Decadência dos Povos Peninsulares nos três últimos séculos". Diz a legenda: *"Provado está por fás e por nefás* (como se hoje disséssemos por "a mais b") *que os padres, os reis e as colônias são as cataratas, e o estrabismo do Portugal velho".* Vê-se a figura de Antero de Quental, apontar para a mesa e indicar as causas da decadência dos povos peninsulares: a) os reis, representando o despotismo na política; b) o padre, suspenso pela mão esquerda mostra o catolicismo na religião e na cultura; c) as colônias, representando o espírito guerreiro que sobrepuja o espírito industrial.

18. "*A ordem tremulenta concebeu uma rolha".* Percebe-se duas figuras: à esquerda, a reação, Martens Ferrão, Procurador Geral da Coroa; à direita, o pugilato, o rabino de Lisboa.

19. *"é suposto que a literatura seja a ramela (não personalizemos) do mesmo sonolento país".* 3ª Conferência, em 6 de junho: A Literatura Portuguesa, de Augusto Soromenho, o arabista e professor no Curso Superior de Letras, o mais idoso do grupo. O desenho mostra o conferencista cortando os barretes frígios. Sua conferência atacou violentamente a literatura portuguesa.

20. "*A ordem sentiu avolumar-lhe a cabeça*". O Marquês de Ávila e Bolama fica preocupado com o desenrolar dos assuntos das conferências.

21. *"urge limpá-la por hipótese com o véu do realismo* d'O Mistério da Estrada de Sintra *e com* As Farpas*".* (Duas obras que Eça tinha publicado até então). 4ª Conferência, em 12 de junho, de Eça de Queiroz: "A Literatura Nova ou o Realismo como Nova Expressão de Arte". Vê-se Eça de Queiroz, magro, bem curvado, o bolso cheio de farpas (setas), socando, num pilão, onde se lê *Idealismo*, a literatura romântica (os românticos estão sendo esmagados com o bastão do *Realismo)*. Ao lado do pilão, encontram-se um grupo de pessoas, com destaque para uma figura usando cartola e fraque, representativa da sociedade burguesa constitucionalista, na focalização de Rafael Bordalo Pinheiro, observando a ação de Eça de Queiroz, ou melhor, a sua conferência (4ª.) no Cassino.

22."*A rolha agitou-se na cabeça da Ordem".* A figura da Ordem, o marquês de Ávila e Bolama, olha carrancudo para o quadro seguinte. O governo está cada vez mais preocupado com o desenrolar dos acontecimentos, isto é, das Conferências do Cassino.

23. *"É suposto também que o machado do Sr. Bispo de Viseu seja o instrumento cirúrgico próprio para operar o país".* 5ª Conferência, em 19 de junho, por Adolfo Coelho: o Ensino. Adolfo Coelho criticou violentamente o ensino português. Vê-se um Adolfo Coelho bravo a escavar com um machado o edifício do ensino tradicional (Universidade de Coimbra), de cujos escombros saem vultos apavorados, numa clara referência à demolidora conferência proferida pelo ilustre pedagogo, que Bordalo parecia detestar, pois o criva de alfinetadas gráficas e legendas maldosas. A conferência de Coelho atacou toda a escola lusitana desde os bancos primários ao Curso Superior de Letras e em especial o Curso Superior de Letras. Daí o machado evocativo do quadro de Bordalo Pinheiro

24. *"Nota do Editor. A Ordem teve ânsias e desejos".* O desenho mostra a Ordem, de joelhos, ao lado de três comendas, em que se lê, numa delas: na primeira lê-se Salvador; a segunda é um camelo; a terceira um elefante. No chão, a seu lado, várias listas ministeriais que, no século XIX, muitas vezes tinham o significado dos votos obtidos nas eleições governistas. O Parlamento tinha sido dissolvido a 3 de junho Percebe-se a preocupação eleitoreira do ministro com as próximas eleições para o Parlamento (9 de julho) e seu interesse em encerrar as conferências como concessão ao espírito conservador de seu eleitorado. Este desenho recorda-nos as preocupações politiqueiras e eleitorais do marques de Ávila, interessado em apresentar como subversiva a ação de jovens conferentes do Casino, local onde se expunha, ideias ateístas ou niilistas como diria o deputado Pinheiro Chagas. Apesar de tudo, perdeu as eleições.

25. 6ª Conferência, marcada para 26 de junho, mas não realizada, de Salomão Sáragga: Os *Historiadores Críticos de Jesus.* No mesmo dia em que Sáragga iria proferi-la, o governo baixou uma portaria proibindo sua realização. O desenho mostra Salomão Sáragga arrastando-se em direção à cadeira de conferencista sob o peso de um grande sinal de exclamação e outro de interrogação. Tal assunto levanta tanta celeuma que ele avança sob o peso dessa paixão pública dizendo: *"suposto ainda que os historiadores críticos de Je... ".* Não pronuncia a última sílaba, porque o governo proibiu a conferência quase no momento da sua realização. Lê-se sob a figura: *"Epílogo pelo Editor, já não pode dizer".*

26. *"ZUUUS - porque a Ordem dera a luz".* As forças reacionárias unidas, isto é, o governo na

figura de um bispo e de um rabino, conseguem arrancar da boca da Ordem um corpo nu, onde se lê ***portaria***, a que proibiu as conferências. Todos estão sobre um tapete que representa a Carta Constitucional. Isto significa que tal portaria está sob o abrigo da lei para impedir as Conferências, consideradas ofensivas à moral e à religião do país, conforme afirmou em seu parecer, o Conselheiro Martens Ferrão. Neste parecer, dizia que as conferências do Casino atacavam "a religião e as instituições políticas do Estado, ofendendo "clara e diretamente as leis do reino e o código fundamental da Monarquia". Salomão Sáragga publicou uma carta no Diário Popular em 26 de junho em que afirmava que tinha sido ameaçado até de pugilato se persistisse em realizar sua conferência sobre Cristo, acrescentando que tanto judeus como os católicos fanáticos eram inimigos das "ideias cristãs".

27*. "porque no seu estado de debilidade incomodava o falatório...".* Neste desenho vê-se o ato simbólico: uma figura vestida de paxá e um barrete oriental na cabeça, as costas da túnica seguras por um asno, um padre e um rabino, a fechar com uma enorme chave a porta do Cassino no Largo da Abegoaria.

28. *"Abafou-se".* Vê-se uma imensa panela prestes a ser tampada (uma mão segura a tampa) e, dentro dela, uma porção de pessoas: os Conferencistas do Cassino.

29*. "Amordaçou".* Todos os conferencistas estão ao redor de uma mesa, e todos eles com uma rolha na boca, numa referência clara à "Lei das Rolhas" (março/1850) contra a liberdade de imprensa. Provavelmente, estão redigindo o manifesto de protesto contra a portaria no dia 27 junho pelos *Jornal da Noite, Diário Popular, Diário de Notícias, Jornal do Comércio* e no dia 28 pela *Revolução de Setembro*, o jornal mais vinculado aos conferencistas.

30*. "Viva a liberdade!!!".* Um conjunto de pessoas demonstrando alegria, celebrando o ato de proibição das conferências. No centro, o governo, coroado, o marquês de Ávila, com um porrete na mão direita e o "pince-nez" na mão esquerda. Está rodeado por padres, burgueses e até um asno que relincha. Os quadros terminam com a assinatura de Rafael Bordalo Pinheiro e com a data, julho de 1871.
OBS- Como subsídio para o comentário dos quadros de Rafael Bordalo Pinheiro, recorremos ao artigo de João Medina, "Rafael Pinheiro, repórter das Conferências do Casino" e do livro *Caricatura em Portugal*.

Glossário:

Aniceto Mascaró y Coz - Nasceu em Lladó (Gerona, Espanha) em 1842. Famoso médico

oftalmologista, formado em Barcelona e especialista em cirurgia oftálmica. Clinicou em Sevilha, Valência, Canárias, Argel. Fixou-se em Lisboa, onde publicou uma importante revista para cegos. Inventou diversos instrumentos oftálmicos. Elaborou um sistema de leitura escrita para cegos que consiste em procurar definir a letra ou fonema por meio de pontos pintados. Esse sistema aplicava-se também à notação musical inventada por Braille. Publicou uma revista para cegos. Foi pioneiro no ensino dos cegos e deficientes visuais. Morreu em Lisboa em 1906, de congestão pulmonar e cerebral, quando dissertava em um congresso. Sua morte foi noticiada por vários jornais

Bispo de Viseu - Antônio Alves Martins (1808-1882), filho de lavradores, caráter simples, coerente, impetuoso. Seguiu a carreira ec1esiástica professando na Ordem Terceira de S. Francisco. Passou a mocidade na agitação das lutas civis. Suas preferências políticas foram sempre de sentido liberal e democrático. Homem de cultura e de ação. Doutor em Teologia, professor, jornalista, deputado, ministro, par do Reino. Tomou-se Bispo de Viseu em 1862 e figura singular dentro da hierarquia católica. A modéstia, a caridade profunda, a franqueza agressiva fizeram-no popular. Era-lhe típico irritar os acomodatícios e os medrosos. Em política, situou-se abertamente à esquerda das correntes partidárias em que se dividia o País. Inimigo do Cabralismo, ligado depois aos Históricos, chefiou os Reformistas após a fusão de Reformistas e Históricos da qual se originou o Partido Progressista (1876) e aquietou-se politicamente.

Ordem - Governo de Portugal.

Marquês de Ávila e Bolama (Antônio José de Ávila 1806-1881). Bacharel em Filosofia (Ciências) por Coimbra. Teve uma carreira política longa e intensa: foi vereador; presidente da Câmara; governador do Porto; deputado por sua cidade natal, Horta; Par do Reino (governo do Marquês de Loulé); ministro da Fazenda; Ministro do Reino e primeiro presidente do Conselho de Ministros (Reinado de D. Luís I (1838-1889). Foi caricaturado reiteradamente por sua vaidade, amador de condecorações e títulos. Vários escritores o atacaram- Garrett; Antero de Quental, por conta das Conferências do Casino; Alexandre Herculano; Eça de Queirós; Ramalho Ortigão, Fialho de Almeida; Rafael Castilho contou com sua colaboração em seu livro *Fastos* (tradução de Ovídio)

Rei D. Luís, o Popular (Lisboa-1838-Cascais-1889), filho de D. Maria II e de D.Fernando II de Saxe-Coburgo-Gota. Herdou a coroa em novembro de 1861 com a morte inesperada de seu irmão, D.Pedro V. Casou-se com Maria Pia de Saboia, filha do rei italiano, Vitor Emanuel II. Homem culto, de educação esmerada, com sensibilidade artística, poliglota, tradutor de

algumas obras de Shakespeare. Em setembro de 1871, subiu ao poder Fontes Pereira de Melo-Fontismo), que organizou um gabinete regenerador que durou até 1877. Seguiu-se o Duque de Ávila. Forte impulso em suas colônias na África e participação na Conferência de Berlim com criação do Mapa Cor de Rosa (1884-1885) em que países fizeram partilha de vários países da África. No final de seu governo, o partido republicano era um força estruturada.

Martens Ferrão (João Batista da Silva Ferrão de Carvalho Martens, 18241845). Procurador Geral da Coroa e da Fazenda, deputado regenerador por Paredes. Bacharel em Direito por Coimbra, doutor e lente (professor). Foi deputado pela primeira vez em 1857 e par do Reino em1871. Foi preceptor dos príncipes, D.Carlos e D.Afonso. Foi nomeado Procurador-geral da Coroa em 1868 e Conselheiro em 1874. Morreu embaixador na Santa Sé, cargo que ocupava desde 1885.Elaborou o parecer, com data de 23 de junho de 1871, que serviu de base à portaria governamental de 26 de junho, que proibia a realização das outras Conferências do Cassino.

Gama Barros (Henrique de Gama Barros, 18331925), Secretário geral do governo civil de Lisboa (exercia interinamente essas funções em 1871, na época das Conferências do Cassino). Escreveu: *História da Administração Pública em Portugal nos século XII e XV,* obra de notável seriedade científica.

Aires da Gouveia (Antonio Aires da Gouveia, 18281916), eleito Presidente da Câmara dos Deputados em 1871. Bacharel em Direito e Teologia. Foi doutor (1864) e lente, deputado histórico em várias legislaturas e eleito presidente da Câmara dos Deputados em 1871 e Par do Reino em 1880. Em 1865 foi ministro da Justiça (governo do marquês de Loulé). Presbítero em 1868. Foi nomeado bispo em 1864, promessa feita pelo jovem deputado, José Luciano de Castro. Em 1884, foi Bispo de Betsaída e arcebispo de Calcedônia. Camilo Castelo Branco, seu adversário, ridicularizaria sua obra *Reforma das Cadeias em Portugal* (1860) no seu livro, A *Queda dum Anjo* (1866). Ramalho Ortigão retratou-o em *As Farpas* (agosto 1871)

Ernest Renan (1823-1892) acadêmico, incomparável estilista, sábio, filólogo e historiador francês. Exegeta erudito, mas audacioso nas suas hipóteses, apaixonado por um ideal científico e racionalista. Autor de: *Origens do Cristianismo, A vida de Jesus, História de Israel,* O *Futuro da Ciência, Recordações da Infância.*

Barrete frígio: barrete vermelho, símbolo da República, muito usado na França da Primeira República (1792-1864).

4 Acerca da Proibição das Conferências

4.1 A proibição das conferências sob o olhar de Bordalo Pinheiro

Fig. 103 - A Berlinda quadro 29[10]

4. 2 Cronologia

29 Outubro 1870 – Formação do Governo do marquês de Ávila e Bolama que assume o ministério do Reino.

22 Maio 1871 – 1ª Conferência do Cassino: Antero de Quental, O Espírito das Conferências.

27 Maio 1871 – 2ª Conferência do Cassino: Antero de Quental, Causas da Decadência dos Povos Peninsulares.

3 Junho 1871 – O governo faz dissolver o Parlamento.

6 Junho 1871 – 3ª Conferência do Cassino: Augusto Soromenho, A literatura Portuguesa.

[10] Quadro **29**. *"Amordaçou".* Todos os conferencistas estão ao redor de uma mesa, e todos eles com uma rolha na boca, numa referência clara à "Lei das Rolhas" (março/1850) contra a liberdade de imprensa. Provavelmente, estão redigindo o manifesto de protesto contra a portaria no dia 27 junho pelos *Jornal da Noite, Diário Popular, Diário de Notícias, Jornal do Comércio* e no dia 28 pela *Revolução de Setembro*, o jornal mais vinculado aos conferencistas

12 Junho 1871 – 4ª Conferência do Cassino: Eça de Queiroz, A Nova Literatura.

19 Junho 1871 – 5º Conferência do Cassino: Adolfo Coelho, O Ensino.

20 Junho 1871 – Informação do Comissário da Polícia A. P. Rangel sobre a 5ª Conferência, ao governo civil de Lisboa.

21 Junho 1871 – Comunicação da informação policial pelo secretário geral do governo servindo de Governador, Henrique da Gama Barros, ao ministro do Reino.

22 Junho 1871 – O ministério do Reino pode parecer ao procurador geral da Coroa sobre procedimento a adotar.

23 Junho 1871 – Parecer confidencial do procurador geral da Coroa J. B. S Ferrão de Carvalho Martens (Martens Ferrão)

26 Junho 1871 – Data marcada para a 6ª Conferência do Cassino: Salomão Saragga, A divindade de Jesus.
- Portaria do Ministro do Reino, marquês de Ávila e o Bolama proibindo as Conferências seguintes.
- Abaixo-assinado de protesto, com assinaturas de A. Coelho, A. de Quental, J Batalha Reis S. Saraga e Eça de Queiroz e mais 49 signatários, distribuindo aos jornais.

30 Junho 1871 – Folhetim de Pinheiro Chagas no Jornal da Noite aprovando a proibição.

1 Julho 1871 – Protestos de M. de Arriaga, A. Fushini, Teófilo Braga e Germano Meireles; de Adolfo Coelho; de Guilherme de Azevedo; de Augusto Soromenho em 8 de julho; de Oliveira Martins em 13 de julho datas de publicação no Diário Popular, jornal “reformista”.

4.3 O parecer de Martens Ferrão (Base para a portaria que encerrou as conferências)

CONTRA A “ESCOLA DA ANARQUIA GENERALIZADA” OU O PARECER DA PROCURADORIA GERAL DA COROA
Por Martens Ferrão

Ministério do Reino – Direção Geral de Administração política e Civil – 3ª repartição – Cópia. – Procuradoria Geral da Coroa e Fazenda – (Confidencial urgente). – II. Eº Exº Sr. – Com ofício urgente do Ministério do Reino datado de 22 do corrente mês, foi-me enviada a correspondência do governador civil de Lisboa, que versa acerca das doutrinas expendidas na lição que teve lugar no Cassino Lisbonense no dia 19, sobre o atual método de ensino, devendo eu informar com o meu parecer se há fundamento legal para se adotar algum procedimento, e qual, com respeito as doutrinas expendidas naquela lição, e ainda com relação às outras lições antecedentes feitas no mesmo local, nas quais se avançaram ideias talvez exageradas e perigosas sobre outros assuntos de muita gravidade.

Da exposição feita no relatório mandado pelo governador civil, e dos extratos das lições publicadas nos jornais, vê-se que além de outras doutrinas expendidas, que reputo erradas e filhas de grande superficialidade nos assuntos sobre eu a lição versou, foi combatido o ensino católico, que é o da religião do estado, insistindo o homem, que repetiu a lição, na necessidade de se apartar a religião do ensino para que este pudesse conseguir o seu fim. Que deplorara o catolicismo louvando a reforma; e atacara a lei fundamental por declarar a religião católica religião do Estado. Leio mais em uma correspondência que o conferente condenou todo o ensino em Portugal, e acunhara os professores públicos de ineptos, atacando todas as escolas do país, e falando em tudo, em termos que o Governador Civil diz no seu ofício, que semelhantes doutrinas lhe parecem serem de uma inconveniência tal, que se afigura que o Governo quererá tomar sobre o caso alguma providência.

Noutras das lições anteriores, segundo se vê dos extratos dos jornais, e da defesa publicada por um dos homens que repetiu uma das lições, as doutrinas geralmente seguidas foram não menos contrárias às leis e à religião do Estado. Em vista de semelhantes doutrinas assim repetidas publicamente, e ensinadas ao povo, qual é o procedimento que deve ser adotado pelo Governo? As preleções no Cassino Lisbonense constituem um curso de lições professado por diferentes indivíduos para esse fim reunidos e combinados, sujeito assim para todos os efeitos ao Decreto de 15 de Junho de 1870. Às extraordinárias facilidades que o citado decreto concede para as reuniões públicas, seja de que natureza forem, sem lei regulamentar que dirija o exercício desse direito, como seria necessário para evitar os abusos a que assim inevitavelmente há de conduzir, corresponde da parte do Governo o dever de exercer tanto maior vigilância e inspeção, e de reprimir por qualquer abuso, quanto maior é o perigo de que por aquela largueza de disposições se facilite o passo as tentativas contra a ordem pública, que quase sempre as acompanham. É este um ponto de doutrina de administração pública que devo deixar aqui bem firmado e assente para ser convenientemente aplicado aos casos que ocorrem. Das disposições do decreto vê-se que o legislador não se preocupou então com o sistema de reuniões, de que agora trato, mas não o excluiu, e no artigo 5º dispõe:

"As reuniões públicas podem ser dissolvidas pela autoridade, se se desviarem do fim para que foram convocadas, ou se por qualquer forma perturbarem a ordem pública."

E como não pode haver reuniões convocadas para serem atacadas as instituições do País, a religião, as leis, os corpos do Estado, em suma o governo da nação, pois que semelhantes fatos são punidos pelo Código Penal, e pela lei da imprensa, é evidente o direito que o governo tem de mandar cessar as reuniões, em que por qualquer forma forem ofendidos os princípios indicados. E o governo é o juiz de quando convém que seja adotado esse procedimento, visto que o decreto não torna nem podia tornar obrigatória a acusação perante os tribunais. Quando estes princípios não se seguissem claramente da doutrina do decreto, decorreriam das atribuições de administrar superiormente, que ao governo competem, e da responsabilidade que lhe incumbe de fazer respeitar as instituições e as leis, e de manter a ordem pública. Esta é a suprema lei da administração. Sempre pois que se dê qualquer dos fatos indicados, pode o governo proibir a reunião pública, ou mandá-la encerrar se estiver averta; e não permitir a sua continuação, fazendo punir semelhantes fatos no que tiverem de criminosos.

O Código Penal no artigo 130.º expressamente pune aquele que faltar ao respeito à religião do reino: 1º, injuriando a mesma religião publicamente em qualquer dogma, ato ou objeto do seu culto, por fatos ou palavras, ou por escrito publicado, ou por qualquer meio de publicação; 2º, tentando pelos mesmos meios propagar doutrinas contrárias aos dogmas católicos definidos pela Igreja. É evidente pois que o governo não deve consentir livremente a propagação de doutrinas que pela lei vigente são consideradas crime público, e tais são o desprezo e o ódio procurado contra a religião e contra a lei política que obriga ao seu respeito, e que reconheceu a religião do Estado, a que era da quase unanimidade dos portugueses (…).

Tendo pois, nas lições que já foram feitas no Cassino, sido propaladas doutrinas contrárias e ofensivas a religião do Estado e da Carta constitucional, e que induzem ao seu desprezo, ao de todo o corpo docente do país, e à destruição do Estado existente para ser substituído por uma ordem de coisas que não se define, a continuação daquelas lições seria sempre um perigo para a sociedade, mas muito principalmente na época difícil que se está atravessando.

A análise e a crítica não podem confundir-se com a injúria e o desprezo da instituições; a primeira é a liberdade, mas a segunda é o abuso da discussão.

Constituindo as reuniões do Cassino um curso de lições, como disse, as transgressões já praticadas tornam ilegal esse curso, e o governo pode e deve por esses fatos manda-lo fechar, sem mais mister aguardar o momento de novas transgressões da lei, não sendo necessário por isso recorrer ao meio do artigo 6º do citado decreto, que é unicamente para o

caso de no momento se dar desobediência aos preceitos da autoridade ou perturbação da ordem.

São pois os termos que convém seguir expedir-se portaria, ordenando ao governador civil que, tendo sido professadas no curso aberto no Cassino Lisbonense doutrinas, conforme se vê das informações oficiais e dos extratos publicados nos jornais da capital, contrárias à religião do Estado e à lei fundamental do reino, sendo além disso, atacada violentamente a classe do professorado, é mandada proibir por ofensiva da lei a continuação do referido curso, seja no local indicado, seja em outro qualquer, devendo o mesmo magistrado fazê-lo assim intimidar à pessoa que deu a parte daquelas reuniões à autoridade pública e ao dono da casa onde o curso tinha lugar , e sendo os transgressores, se os houver, presos e autuados para serem remetidos ao poder judicial para se lhes instaurar o competente processo criminal. Este é o direito e a maneira por que entendo que deve ser aplicado.

Pretender iludir a religião do povo, proscrevendo o seu ensino; lançar à conta da ordem social todos os males públicos, que são nada em vista dos que assim se preparam; incitar o ódio das classes, e a guerra ao capital, que é a luta contra a propriedade, é a feição proeminente de uma escola de anarquia generalizada na Europa, cujos protestos todos os dias estão sendo publicados, e que, quando chegados a pôr em prática, produzem as abjeções do movimento republicano na Espanha, e os horrores da Comuna.

Esta é a questão francamente posta a sociedade atual, que tem de ser aceita como em si é; guerra social em que não pode haver neutros. Às vozes e extermínio contra a sociedade constituída e contra a Religião, viu Paris derrocados os seus monumentos, arrasados os seus edifícios públicos, violada a propriedade particular e a da nação, consumidos pelas chamas os museus, as bibliotecas, os arquivos do Estado, viu os ataques ao laço indissolúvel da família, aceito o direito do roubo, os reféns massacrados ou queimados nas prisões, e a liberdade substituída pelo terror em nome da Humanidade que assim se dizia regenerada.

Este é o progresso das sociedades sem crenças, que por sistema rompem com todo o passado em todas as suas manifestações. A missão dos governos é por isso, hoje mais do que nunca, difícil e melindrosa.

Semelhantes fatos num país grande precipitam-no na ruina; num país pequeno são, sem remédio, a sua aniquilação. É este o perigo público que está diante dos governos e que constitui a mais difícil questão social da atualidade, mas que tem fatalmente de ser resolvida. Agride-se a religião, a lei fundamental, as instituições e as classes; lançam-se a sua conta todos os males públicos, e negam-se todas as imensas e incalculáveis vantagens da ordem constituída!

Não pode sofrer o ânimo não ir de encontro a tão grande calamidade pública, a todos os que tem vínculo sociais, que respeita. É para mim certo que a religião não tem política,

mas que a política não pode passar sem a religião. A vontade do homem e a sua liberdade são mais fortes do que as instituições da sociedade: há sempre mais aspirações do que a ciência social pode satisfazer ou regular. Compreende-se o finito, mas aspira-se para o infinito, esse vácuo é preenchido pela crença, e a crença é a religião. Nas ideias do bem, da causa, da ordem ou da harmonia, este fato é constante, e essas são as ideias fundamentais da ordem social, e os princípios transcendentes por que ela se rege. Condenar a crença é condenar a sociedade, humilhar a razão, estreitando os seus limites, é negar a aspiração, que é parte da vida do homem.

A religião, disse Guizot, é o brado da humanidade em todos os lugares, em todos os tempos, salvo alguns dias de crise terrível, ou de decadência vergonhosa.

Portugal apareceu como nação independente na época das lutas gloriosas do catolicismo contra o islamismo, teve aí princípio a sua grandeza; hoje perto de oito séculos são passados sem que em tão largo período de crenças do povo tenham sido aniquiladas; a religião tem nos acompanhado nos dias da sua glória, e nas épocas do seu sofrimento. Quando dominou províncias mais extensas que nenhum outro império possuía, a todas levou primeiro do que as suas assembleias da nação, o elemento religioso acha-se respeitado em todas elas; no novo regime essa tradição de respeito não foi perdida, a crença do País foi declarada religião do Estado, e as ofensas contra elas punidas como crimes.

É esta a tradição do povo português, a prática inalterável do seu governo, a doutrina seguida nas suas escolas e professada por todos os seus homens de ciência que o país conhece. Ao lado da crença está assim a sociedade atual com todas as suas tradições; ao da negação desse princípio veem-se as ruinas de Paris e a queima de suas bibliotecas!

A luta estabelecida por isso, e a questão, rasgado o véu, claramente posta aos governos, é entre o ser e o não ser, sem meio termo possível.

Não devo levar mais longe estas reflexões, que decorrem do meu dever como conselheiro leal do Governo; terminá-las-ei com as palavras de Tocqueville:

"...Pouco a pouco o respeito da religião penetrou por toda a parte onde os homens tinham alguma coisa que perder com a desordem popular, e a incredulidade desapareceu à medida que o medo das revoluções se faz sentir." (...)

Concluindo, entendo que são erróneas e ofensivas das leis, da constituição e dos corpos do Estado as doutrinas expostas nas preleções a que me referi: que são assim um perigo para a sociedade.

É por isso que o governo não pode consentir que continue semelhante ensino, e deve proibi-lo conforme deixo indicado na primeira parte deste meu parecer fiscal.

Deus guarde a V. Exª Procuradoria Geral da Coroa e Fazenda, 23 de Junho de 1871. – II.º e Ex.º Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino. – O Procurador Geral da Coroa e Fazenda, João Batista da Silva Ferrão de Carvalho Martens.

Diário do Governo (Lisboa, 14 – VIII – 1871, p. 1069).

Portaria

Está Conforme – Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, 3 de agosto de 1871. – Luís António Nogueira, diretor geral.

Ministério do Reino – Direção Geral de Administração Política e Civil – 3ª repartição – Cópia. – Tendo chegado ao conhecimento de Sua Majestade El-Rei, por informação do governador civil de Lisboa, e publicações dos jornais, que no Cassino Lisbonense, no Largo da Abegoaria desta capital, se celebram reuniões públicas com a denominação de "conferências", nas quais se tem feito uma série de preleções em que se expõem e procuram sustentar doutrinas e proposições que atacam a Religião e as instituições políticas do Estado, e sendo certo que tais fatos além de constituírem um abuso do direito de reunião, ofendendo clara e diretamente as leis do reino e o Código Fundamental da Monarquia, que os poderes públicos tem a seu cargo manter e fazer respeitar: determina o mesmo Augusto Senhor, conformando-se com o parecer do conselho procurador geral da Coroa e Fazenda, que o governador civil de Lisboa não consinta as referidas reuniões e conferências tanto no local em que tem sido celebradas até agora, como em qualquer outro escolhido pelos preletores, e que para esse fim faça intimidar esta resolução as pessoas que pretenderem celebrar as aludidas reuniões, e aos donos das casas para onde essas reuniões forem convocadas, sob pena de se proceder contra os transgressores na conformidade das leis. Paço, em 26 de Junho de 1871. – Marquês de Ávila e de Bolama.

Está conforme. – Ministério dos Negócios do Reino, em 3 de Agosto de 1871. – Luis Antonio Nogueira, diretor Geral.

4.4 A Revolução de Setembro – 28/junho/1871

Fig. 104 – A Revolução de Setembro – 28/junho/1871 – p.1

A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO

Preço para Lisboa
Anno, 8$000 réis — Semestre, 3$000 réis — Trimestre, 1$000 réis
Arrabaldes (posta interna)
Anno, 7$500 réis — Semestre, 3$750 — Trimestre, 1$900 réis

Subscreve-se unicamente no escriptorio da administração, junto ao Correio Geral
Vende-se no mesmo escriptorio, e na loja de Antonio Maria Pereira, rua Augusta, 50-52
Assignaturas são pagas adiantadas — Publicações de interesse particular são pagas
Folha avulsa, 40 réis — Annuncios, 10 réis por linha
A redacção não responde pela doutrina e opiniões dos artigos assignados ou que levarem signal de que não são della — Os artigos, sejam ou não publicados, não serão restituidos

Para as provincias
Anno, 7$800 réis — Semestre, 3$710 réis — Trimestre, 1$975
Para o Brasil
Anno, 12$000 réis — Semestre, 6$000 réis

NUMERO 8:709 | QUARTA-FEIRA, 28 DE JUNHO DE 1871 | XXXII ANNO

INTERIOR

LISBOA, 27 DE JUNHO

Todos sabem que havia ahi no casino lisbonense umas conferencias democraticas, que eram applaudidas por uns, censuradas por outros, e sem importancia para muitos. Cada prelector expunha o que sabia, julgava como entendia, e parece-nos que os ouvintes não tiraram mais proveito das suas lições do que muitos discipulos das dos professores que alli se condemnaram. O encarecimento do novo methodo não foi justificado pelo resultado.

Não sabemos se se abriram novos mananciaes de sciencia, ou se se repetiu o que já é velho n'outras terras. As modas quando nos chegam têem ás vezes desapparecido da terra donde nos vêem. O que é certo é que os expositores o fizeram com habilidade e talento, o que já não é pequeno merito.

Temos pouco receio dos progressos da communa. Em quanto as doutrinas della estavam no estado da theoria poderiam illudir alguem, posto que os seus dogmas sejam pouco sympathicos ás pessoas honestas, mas depois da sua pratica a desculpa dos seus actos póde parecer arrojo de espirito, mas não tem justificação perante o senso commum, nem o seu ensino será contagioso.

A nossa sociedade não adoece de democracia. Ide aos registros da secretaria do reino e aos da camara municipal, e achar-se-ha mais pretendentes a distincções nobiliarias do que proletarios a pedir talher no banquete social, palavrinha estafada por todos os especuladores disfarçados em democratas, a que os são commendadores e viscondes, ou os arranjam e manipulam. Até o amesquinhado barão é já rejeitado como pequeno premio para tamanha prosapia.

Esta transformação social que dizem se vae operando, estas idéas novas que parece que vão abrir caminho, são idéas velhas pela maior parte que se reproduzem e apparecem de tempos a tempos, como muitos outros phenomenos na ordem phisica e na ordem moral. Julgam os democratas que andam e desandam; mas o desandar é peior do que o progresso.

Quando os pareceres se dividiam appareceu uma portaria do governo que prohibe as conferencias. Diz essa portaria:

«Tendo chegado ao conhecimento de S. M. el-rei, por informação do governador civil de Lisboa e publicações dos jornaes, que no casino lisbonense, no largo da Abegoaria, d'esta capital, se celebram reuniões publicas, com a denominação de «conferencias», nas quaes se tem feito uma serie de prelecções, em que se expõem e procuram sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições politicas do estado; e sendo certo que taes factos, além de constituirem um abuso do direito de reunião, offendem clara e directamente as leis do reino e o codigo fundamental da monarchia, que os poderes publicos têem a seu cargo manter e fazer respeitar: determina o mesmo augusto senhor, conformando-se com o parecer do conselheiro procurador geral da corôa e fazenda, que o governador civil de Lisboa não consinta as referidas reuniões e conferencias, tanto no local em que têem sido celebradas até agora, como em qualquer outro escolhido pelos prelectores; e que para este fim faça intimar esta resolução ás pessoas que pretenderem celebrar as alludidas reuniões e aos donos das casas para onde essas reuniões forem convocadas, sob pena de se proceder contra os transgressores em conformidade das leis.

Paço, em 26 de junho de 1871. — *Marquez d'Avila e de Bolama.*»

A critica póde discutir a legalidade do acto do governo e a conformidade delle com as leis; mas reconhecida a infracção dellas, ou ameaçada a segurança publica, ao governo compete manter o respeito que se lhes deve e velar pela sua observancia.

Ora a carta d'um prelector justifica o acto do governo. Nessa carta ponderam-se os avisos dos amigos, as indisposições que se manifestariam em pugilatos, e quando a anarchia assim se revela seria imprevidencia não a evitar.

Eis a carta:

«Amigo e sr. redactor. — Como v. sabe, devia hoje fazer a minha conferencia no Casino. O assumpto era: *Os historiadores criticos de Jesus*. Se tinha escolhido esse assumpto de preferencia a outro, era simplesmente por ser aquelle a que tenho mais particularmente applicado os meus estudos. Nenhuma outra rasão me levara a [illegible]. Que era da critica considerada como sciencia, da sua applicação especial á historia de Jesus, e ao movimento de que ella foi o iniciador que eu ia fallar, era já publico havia algumas semanas. O que porém se não sabia era o dia determinado em que esta materia havia de ser apresentada publicamente. Os jornaes no entretanto noticiaram ha quatro ou cinco dias que hoje me pertencia ser o conferente, sem se esquecerem de apontar a materia a tratar. Desde então todos os que se dizem meus amigos (com poucas excepções) e outros que se dizem interessados no meu bem estar julgaram que era do seu dever usar de quantos meios a imaginação lhes suggeria para me demoverem do meu proposito. Não lhes sendo possivel desviarem-me do meu intento, por meio de argumentos, os quaes confesso eram de nenhum valor, passaram a usar de ameaças, entre as quaes apparecia, em primeira plana, que muitos estavam dispostos a usar de pugilato, como ultimo argumento, se eu insistisse. Por quem esta guerra era especialmente movida não o pude saber. Um jornal fallou das más disposições dos judeus a meu respeito. Eu, porém, que julgo tão inimigos das idéas christãs os judeus como os christãos fanaticos, não sei a quem attribuil-a. Não obstante isto tudo, continuava a ser opinião minha e dos meus verdadeiros amigos que devia expor na minha conferencia o resultado dos meus estudos, com tanta mais rasão quando por essa fórma eu não saía fóra dos estudos da minha predilecção.

«Estava nestas disposições preparando-me para a conferencia, quando vi hoje de tarde cópia de uma portaria do ministerio do reino, a qual prohibe a continuação das conferencias. Se o intuito do auctor da portaria é evitar que eu consiga propagar as idéas que tenho sobre Jesus e o christianismo, posso assegurar-lhe que o não consegue. Não o consegue porque me resta ainda a imprensa: o jornal e o livro. As idéas que tinha de expor alli summariamente, dentro dos acanhados limites de uma conferencia, poderei expol-as mais tarde pela fórma que mais adequada me parecer. Mas supponhamos que a sciencia que tem occupado espiritos taes como Strauss, Rosas, Scherer, Vacherot, Renan, Bunsen, Réville e outros não possa ter a sua livre manifestação entre nós, e que eu seja obrigado pela imposição da força a calar-me; que modo mais eloquente haverá para demonstrar que as conferencias tinham a sua rasão de ser? O que faltará para provar que a liberdade de consciencia e a liberdade de imprensa são palavras vãs entre nós, e que este estado de cousas não deve continuar?

«Semeiam e colham depois.

«C/V. Lisboa, 26 de junho de 1871 — De v. etc. — *Salomão Saragga*.»

Será instructiva a critica sobre a vida de Jesus, mas era pouco edificante a scena do pugilato entre os judeus e os catholicos fanaticos para entretenimento dos philosophos. Não será desta instrucção popular que sairá a felicidade do povo. Ahi está a imprensa, ahi estão os livros, e nenhum desses meios suscitará o pugilato entre os crentes do velho e do novo testamento.

Pois não se levantou ha dias uma celeuma por causa da pastoral do novo patriarcha? Pois os que se amofinaram porque o governo consentiu que um bispo catholico proclamasse a favor do papa e contra o rei d'Italia, estranham hoje que elle negue o beneplacito ao judeu para atacar a Christo?

A divindade não perderia nada com os estudos do philosopho, mas as consciencias dos fieis poderiam offender-se; e evitar disturbios é o dever do governo.

Se para o ensino não ha liberdade, e ha regulamentos; e se as conferencias são ensino, é necessario que os prelectores comecem pelo respeito ás leis e á religião do estado. Se não consentiram ahi que o sr. Mascaró désse vista aos cegos, mesmo depois da felicidade do resultado, não levem a mal que o governo seja tão escrupuloso para os que pretendem tirar as cataratas do espirito como o foi para quem tirava as dos olhos e endireitava os tortos. Amemos a egualdade e a justiça se queremos ser livres.

POLITICA EXTERNA

As noticias de França continuam a apresentar a situação do paiz como a mais tranquilla, e cada dia que passa, traz uma nova porção de tranquillidade e de paciencia. E' esta ultima qualidade que a França muito necessita. Paciencia para esperar tranquillamente os successos e os trabalhos d'aquelles que empenharam a sua vida, a sua intelligencia, a sua energia, a sua experiencia na tarefa de a salvar de todas as horrorosas calamidades que a assaltam. Paciencia para não querer precipitar o movimento das idéas, isto é, o movimento da historia, o progresso é fatal; o que se deseja ardentemente hoje, mas que se não póde conseguir já immediatamente, póde vir a seu tempo, em consequencia da evolução lenta e gradual dos espiritos e das consciencias.

As idéas, como as plantas, não germinam se não em terreno preparado. N'este ponto as leis physicas estão em harmonia com as leis moraes. A grande virtude d'um povo é conhecer-se perfeitamente, para saber quando está apto para receber um certo numero de idéas e de principios. Isto quasi não necessita de demonstração. Como se havia de implantar no imperio dos Pharaos, por exemplo, o regimen parlamentar, se elle fosse conhecido então? Não era possivel, o povo não o comprehendia, e havia uma desorganisação na sociedade. N'aquelle tempo os regimens despoticos eram proprios n'aquelle imperio, hoje ainda se não podem manter d'outra forma, mas talvez venha um dia em que no Egypto, ainda hoje barbaro e despotico, haja um regimen de governo, brando como aquelle debaixo do qual vivem as nações europêas.

E' por isso que a França deve entrar no fundo da sua consciencia, estudar-se severamente, e deixar o tempo cumprir a sua evolução lenta, tendo só em vista este principio que é immutavel, que é confirmado por toda a historia; é que a humanidade não só nas suas condições physicas como nas suas condições moraes, progride sempre. Factos com este principio, que ninguem póde contestar, entrem na vereda da legitimidade, do trabalho tranquillo e consciente, e dentro em pouco apparecerá novamente a gloriosa e luminosa França de 89, aquella França que sentindo n'um momento a palpitação do coração humano, proclamou aquelle codigo immortal, aquelle codigo que parece inspirado se a inspiração se podesse confirmar, *os direitos do homem*. E' por esta forma que se fazem os grandes povos e as grandes nações.

O povo de Paris cançado do estado de susto em que tem estado, cançado das suas anciedades constantes, reclama que se levante o estado de sitio, porém o governo não está resolvido a isso por emquanto, e provavelmente não o fará senão depois de passadas as eleições, que se teme não sejam excessivamente tranquillas, attento o trabalho dos partidos que querem fazer triumphar por força os seus candidatos, sonhando os legitimistas com a restauração bourbonica, orleanistas, com o throno da França occupado pelo duque d'Aumale, bonapartista com a volta do imperio, republicanos com a republica, e socialistas com a communa. O que é facto é que a propaganda é por todas as partes activas, nos sentidos mais oppostos.

O povo francez ha de ter o bom senso de consultar a sua consciencia, pondo de parte as instigações d'aquelles que não pensam senão no triumpho da sua politica, sem pensarem se ella poderá dar á França o que ella necessita — uma organisação solida e duradoura.

A assembléa nacional nomeou uma commissão para examinar os decretos das delegações de Tours e Bordeus. E' necessario reflectir que alguns daquelles decretos, que parecem á primeira vista disparatados e pouco convenientes eram promulgados em circumstancias tão excepcionaes, n'um estado de cousas tão agitado e febril, que tem nisso a sua desculpa e a sua justificação. Quando o meio que nos cerca não é tranquillo e sereno, o nosso espirito participa dessa agitação exterior, e manifesta-se em cousas um pouco desordenadas e desconnexas.

As correspondencias de Paris continuam nos iniciando no que faz a capital da França. Parece que as auctoridades tem sido victimas de calumniadores que para satisfazerem vinganças pessoaes denunciam como communistas pessoas que nunca o foram.

De Saint Dinis sahiram 8:000 allemães commandados pelo general von der Thann.

Nas ruas de Paris continuam a haver assassinatos commettidos sobre pessoas que pelejaram pela ordem.

O principe Napoleão, os srs. Rouher e Fournier são candidatos bonapartistas pela Charente inferior.

Gambetta propõe-se pela Gironde.

Os museus do Louvre e do Luxemburgo abrem-se esta semana ao publico.

Diz-nos um telegramma que temos á vista que o governo francez tem recebido as melhores informações ácerca das eleições, que seguem o seu tramite tranquillamente, apesar dos protestos e manifestos incendiarios e subversivos da internacional. O povo francez tendo tido o ensino de tão grandes desgraças, sabe bem o que ha de fazer presentemente para que ninguem faça pressão sobre elle.

Ainda não fallamos na crise ministerial que se tem debatido em Hespanha. Pois não está resolvida. O ministerio de que era presidente o general Serrano duque de La Torre, não podendo sustentar a conciliação demittiu-se, mas o rei não acceitou a demissão, porque não foi promovida pelo parlamento, e rogou ao presidente do conselho de ministros que se apresentasse em côrtes.

Até á hora em que escrevemos não ha ainda nenhuma noticia definitiva sobre a resolução da crise.

Pedem-nos a publicação do seguinte:

Mina de S. Domingos

Acaba de consummar-se na mina de S. Domingos, no districto de Béja, um facto, que julgamos do nosso dever expôr á apreciação do publico.

Ha longos annos que a empresa desta mina está a braços com as juntas provinciaes de avaliação, relativamente aos pesados impostos que lhe são annualmente lançados sobre os seus productos.

Anno após anno ella tem sido victima das mais insolitas arbitrariedades, anno após anno ella tem recorrido de um tribunal para outro e tem impetrado justiça, mas infelizmente até hoje sem o menor resultado.

Chegaram porém as coisas ao seu auge: um imposto tão exorbitante e tão injusto lhe foi ultimamente lançado, que a empresa da mina entendeu dever suster lhe o pagamento, em quanto recorria á superior instancia. Não tardou porém, em baixar um mandado de execução sobre o estabelecimento mineiro, e coroar a obra que a junta de avaliação tinha encetado.

Vêmo-nos portanto compellidos a invocar o auxilio da imprensa, esse possante motor da opinião publica, para pôr em claro e a largos traços a historia do caso occorrido.

A lei que regula a cobrança dos tributos sobre a industria mineira, manda fazer a avaliação dos mesmos por uma junta preliminar, composta do administrador e de dois dos maiores contribuintes do concelho, do escrivão de fazenda e do engenheiro de minas do districto. Este ultimo, porém, é quem na realidade guia esta junta nas suas resoluções, por quanto os outros membros pouco ou quasi nada entendem do que respeita a industria que são chamados a tributar. Tem o corpo assim constituido a designação de «junta de avaliação provisoria», e o cargo de estender o mappa dos impostos a pagar, que é depois submettido á approvação de outra junta chamada «d'avaliação definitiva».

Esta ultima reune-se na capital do districto, e é composta do governador civil, do delegado do thesouro, de dois vogaes, nomeados pelo governador civil, e do engenheiro de minas, que assim nesta junta como na provisoria, é quem unicamente entende do assumpto de que se trata, e quem elucida, ou deve elucidar, esses corpos, sobre a materia dos impostos a lançar.

Reunia-se pois em Mertola, no mez de setembro ultimo, a junta de avaliação provisoria do imposto sobre minas pelo anno de 1869, e ouvidas as informações do engenheiro do districto, fixou o tributo da mina de S. Domingos na quantia de 13:07[illegible]$618 réis, com que o representante do concessionario da mina se conformou.

Passando em seguida á sancção da junta definitiva em [illegible] já o imposto assim lançado, esta entendeu que devia desprezar a avaliação da junta provisoria de Mertola, pôr de parte as informações do engenheiro, recusar credito ás contas e documentos apresentados pela empresa collectada e levantar de um golpe o imposto á somma de 21:800$345 réis e isto sem allegar, como consta da respectiva acta, outro motivo, senão simplesmente porque assim «lhe parecia»!

Seria incrivel que n'um paiz civilisado se commettessem similhantes arbitrariedades, se o não attestasse a triste realidade dos factos.

Mas todo o processo da avaliação d'este imposto, ab ovo usque *ad mala*, é tão irregular, tão contrario aos principios universaes da equidade, que não podemos deixar de esboçal-o aos olhos do publico.

A lei manda que sejam avaliados os minerios á bocca da mina pelo preço do mercado, e que reduzidas d'essa avaliação as despezas de lavra, seja lançado o imposto sobre o liquido restante. Mas não havendo em Portugal preço do mercado para minerios de cobre, não se lembraram as juntas nem os engenheiros de pedir ao governo uma modificação da lei, que a tornasse applicavel ás circumstancias do paiz; antes pelo contrario, tomaram sobre si a confecção de uma lei postiça, e

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 105 – A Revolução de Setembro – 28/junho/1871 – p. 2

CHRONICA

Encerramento das conferencias.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

CRÔNICA
Encerramento das Conferências

- O noticiário não é de maneira nenhuma um lugar de apreciação e de crítica, por tanto vamos contar aos nossos leitores o que se [...] e as cenas a que deu logo a parte que mandou encerrar as conferências democráticas.

Pela volta das oito e meia começou a reunir-se grande quantidade de pessoas a porta do Cassino para assistirem a conferência Arte do Sr. Salomão Saragga tencionava fazer sobre os *historiadores críticos de Jesus*. Porém logo souberam essas pessoas que não se efetuava a anunciada preleção porque o governo tinha encerrado as conferências. Continuou a aglomerar-se gente, e ali estiveram até as nove horas formando-se grande número de grupos que ali se conservaram até as nove e meia. Censurava-se o ato e a portaria, e em geral os que ali estavam eram de opinião que era uma arbitrariedade.

Então algumas pessoas lembraram-se de fazer um protesto contra o ato do governo, ideia que foi bem recebida pela maior parte das pessoas que ali se achavam. Com efeito esta ideia tomou coro gradualmente, e dentro em pouco estava [...] protesto, assinado por alguns dos indivíduos que tinham firmado o programa das conferências.

No entanto algumas pessoas quiseram aderir a esta manifestação e imediatamente ao protesto foi coberto de [..] de pessoas de todas as classes [...] jornalistas e escritores.

Em segunda dirigiram-se todas estas pessoas na maior ordem, e conservando a atitude mais [...] do comércio para que no número de ontem subisse publicado aquele documento. Nem uma palavra [...] comedida, nem uma expressão mais violenta, tudo foi feito com o maior sentido. Na redação daquele jornal entraram parte [...] que acompanhavam, e só entregou o protesto.

Dirigiram-se em seguida aquelas 300 pessoas a redação do Diário de Notícias, e em seguida ao do Diário Popular, ainda da qual o Sr. Antero de Quental pronunciou algumas palavras de agradecimento em nome das ideias e da liberdade de pensamento às pessoas que tão espontaneamente aderiram aquele protesto.

Foi muito aplaudido.

Depois disto despertou-se tudo na melhor ordem, sem que tivesse havido a menor manifestação de hostilidade declarada, e conservando todos a atitude serena daqueles que protestam em nome das ideias, isto é, com tranquilidade e a dignidade própria de homens ilustrados.

Eis o protesto que transcrevemos dos jornais que o publicaram:

“Em nome da liberdade de pensamento, da liberdade da palavra, da liberdade de reunião, base de todo direito público, únicas garantias da justiça social, protestamos, ainda mais contristados do que indignados, contra a portaria que mandou arbitrariamente fechar a sala das conferências democráticas. Apelamos para a opinião pública, para a consciência

liberal do país, reservando-nos a plena liberdade de respondermos a este ato de brutal violência como nos mandar a nossa consciência de homens de cidadãos.

Lisboa, 5 de junho de 1871.

Adolpho Gabriel.

Antero de Quental.

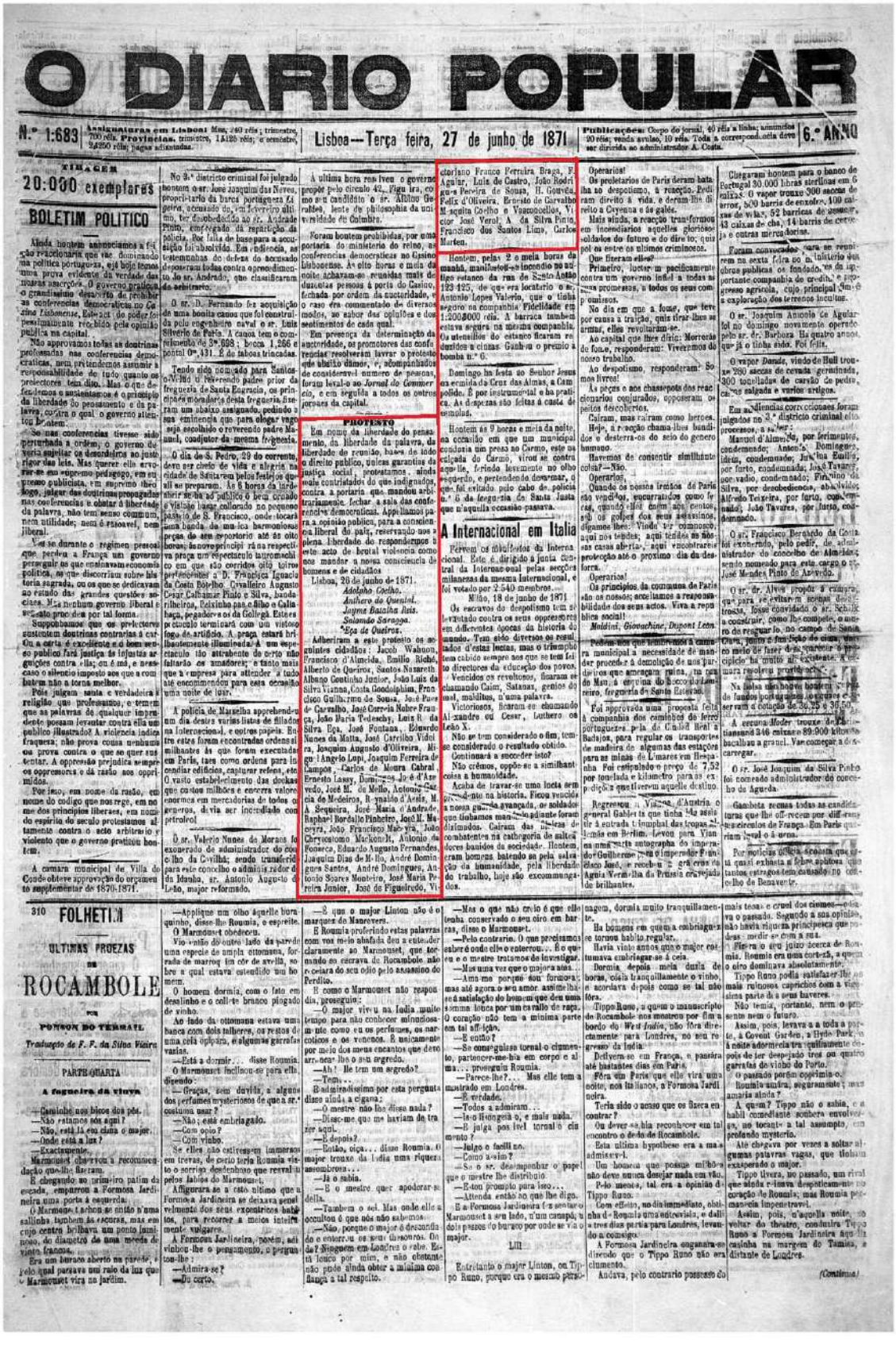
Jayme Batalha Reis.

Salomão Saragga.

Eça de Queiroz.

4.5 - O Diário Popular – 27/junho/1871

Fig. 106 – O Diário Popular – 27/junho/1871 – p.1



O DIARIO POPULAR

N.º 1:683 | Assignaturas em Lisboa: Mez, 240 réis; trimestre, 700 réis. Provincias, trimestre, 1$120 réis; semestre, 2$250 réis; pagas adiantadas. | Lisboa—Terça feira, 27 de junho de 1871 | Publicações: Corpo do jornal, 40 réis a linha; annuncios 90 réis; venda avulso, 10 réis. Toda a correspondencia deve ser dirigida ao administrador A. Costa. | 6.º ANNO

TIRAGEM
20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

Ainda hontem annunciamos a fusão fraccionaria que vae dominando na politica portugueza, ejá hoje temos uma prova evidente da verdade das nossas asserções. O governo praticou o grandissimo desacerto de proibir as conferencias democraticas no Casino Lisbonense, Este acto do poder foi pessimamente recebido pela opinião publica na capital.

Não approvamos todas as doutrinas professadas nas conferencias democraticas, nem pretendemos assumir a responsabilidade de tudo quanto os prelectores tem dito. Mas o que defendemos e sustentamos é o principio da liberdade do pensamento e da palavra, contra o qual o governo attentou hontem.

Se nas conferencias tivesse sido perturbada a ordem, o governo deveria sujeitar os delinquentes ao justo rigor das leis. Mas querer elle arvorar-se em supremo pedagogo, em supremo publicista, em supremo theologo, julgar das doutrinas propagadas nas conferencias e obstar á liberdade da palavra, não tem senso commum, nem utilidade, nem é estoavel, nem liberal.

Vae-se durante o regimen pessoal que perdeu a França um governo perseguir os que ensinavam economia politica, os que discorriam sobre historia sagrada, ou os que se dedicavam ao estudo das grandes questões sociaes. Mas nenhum governo liberal e sensato procedeu por tal forma.

Supponhamos que os prelectores sustentem doutrinas contrarias á sua. Ou a certa é excellente e o bom senso publico fará justiça ás injustas asserções contra ella; ou é má, e neste caso o silencio imposto aos que a combatem não a torna melhor.

Pois julgam sauta e verdadeira a religião que professamos, e temem que as palavras de qualquer imprudente possam levantar contra ella um publico illustrado? A violencia indica fraqueza; não prova cousa nenhuma e prova contra o que se quer sustentar. A oppressão prejudica sempre os oppressores e dá razão aos opprimidos.

Por isso, em nome da razão, em nome do codigo que nos rege, em nome dos principios liberaes, em nome do espirito do seculo protestamos altamente contra o acto arbitrario e violento que o governo praticou hontem.

A camara municipal de Villa do Conde obteve approvação do orçamento supplementar de 1870-1871.

No 3.º districto criminal foi julgado hontem o sr. José Joaquim das Neves, proprietario da barca portugueza *Esperança*, accusado de, em fevereiro ultimo, ter desobedecido ao sr. Andrade Pinto, empregado da repartição da policia, por lhe não deixar passar a accusação foi absolvida. Em audiencia, as testemunhas de defeza do accusado depozeram todas contra o procedimento do sr. Andrade, que classificaram de arbitrario.

O sr. D. Fernando fez acquisição de uma bonita canoa que foi construida pelo engenheiro naval o sr. Luiz Silverio de Faria. A canoa tem o comprimento de 3m,698; bocca 1,266 e pontal 0m,431. E de taboas trincadas.

Tendo sido nomeado para Santos-o-Velho o reverendo padre prior da freguezia de Santa Engracia, os principaes moradores desta freguezia fizeram um abaixo assignado, pedindo a sua eminencia que para elogiar vago seja escolhido o reverendo padre Manuel, coadjutor da mesma freguezia.

O dia de S. Pedro, 29 do corrente, deve ser cheio de vida e alegria na cidade de Santarem pelos festejos que ali se preparam. As 6 horas da tarde sairá de lá ao publico o bem ornado e vistoso barco collocado no pequeno passeio de S. Francisco, onde tocará uma banda de musica harmoniosas peças do seu reportorio até ás oito horas; á nove principia na respectiva praça um espectaculo tauromachico em que são corridos oito touros pertencentes a D. Francisca Ignacia da Costa Botelho Carvalleiro Augusto Cesar Calhariz Pinto e Silva, banda ribeirina, fechando pas e filho e Calhariz, pegadores e os da Golfegã. Estes preludio terminará com um vistoso fogo de artificio. A praça estará brilhantemente illuminada. A um espectaculo tão attrahente de certo não faltarão os amadores; e tanto mais que a empresa para attender a todos até encommendou para esta occasião uma noite de luar.

A policia de Marselha apprehendeu um dia destas varias listas de filiados na Internacional, e outros papeis. Entre estes foram encontrados ordens ameaçadoras ás que foram executadas em Paris, taes como ordens para incendiar edificios, capturar reféns, etc. O vasto estabelecimento das docas que custou milhões e encerra valores enormes em mercadorias de todos os generos, devia ser incendiado com petroleo!

O sr. Valerio Nunes de Moraes foi exonerado de administrador do concelho da Covilhã; sendo transferido para este concelho o administrador da Mealha, sr. Antonio Augusto de Leão, major reformado.

A ultima hora ressuscitou o governo proposta pelo circulo 42. Figura, como seu candidato o sr. Alfredo Gerardo, lente de philosophia da universidade de Coimbra.

Foram hontem prohibidas, por ordem do ministerio do reino, as conferencias democraticas no Casino Lisbonense. As oito horas e meia da noite acharam-se reunidas mais de duzentas pessoas á porta do Casino, fechada por ordem da auctoridade, e o caso era commentado de diversos modos, ao sabor das opiniões e dos sentimentos de cada qual.

Em presença da determinação da auctoridade, os promotores das conferencias resolveram lavrar o protesto que abaixo damos, e, acompanhados de consideravel numero de pessoas, foram levalo ao *Jornal do Commercio*, e em seguida a todos os outros jornaes da capital.

PROTESTO

Em nome da liberdade do pensamento, da liberdade da palavra, da liberdade de reunião, base de todo o direito publico, unicas garantias da justiça social, protestamos, ainda mais contristados do que indignados, contra a portaria que mandou arbitrariamente fechar a sala das conferencias democraticas. Appellamos para a opinião publica, para a consciencia liberal do paiz, reservando nos a plena liberdade do responderemos a este acto de brutal violencia como nos mandar a nossa consciencia de homens e de cidadãos

Lisboa, 26 de junho de 1871.

Adolpho Coelho.
Anthero do Quental.
Jayme Batalha Reis.
Salomão Saragga.
Eça de Queiros.

Adheriram a este protesto os seguintes cidadãos: Jacob Wahnon, Francisco d'Almeida, Emilio Richê, Alberto de Queiroz, Santos Nazareth Albano Coutinho Junior, João Luis da Silva Vianna, Costa Goodolphim, Francisco Guilherme de Sousa, José Pires de Carvalho, José Correia Nobre França, João Maria Tedeschy, Luiz R. da Silva Pcs, José Fontana, Eduardo Nunes da Matta, José Carolino Videira, Joaquim Augusto d'Oliveira, Miguel Angelo Lopi, Joaquim Ferreira de Campos, Carlos de Moura Cabral, Ernesto Lassy, Domingos Jo-é d'Azevedo, José M. de Mello, Antonio Garcia de Medeiros, Reynaldo d'Aeiis, M. A. Sequeira, José Maria d'Andrade, Raphael Bordallo Pinheiro, José M. Nogueira, João Francisco Machyra, João Chrysostomo Mackenzie, Antonio da Fonseca, Eduardo Augusto Fernandes, Joaquim Dias de M-llo, André Domingues Santos, André Domingues, Antonio Soares Monteiro, José Maria Pereira Junior, José de Figueiredo, Victoriano Franco Ferreira Braga, F. Aguiar, Luiz de Castro, João Rodrigues Pereira de Sousa, H. Gouveia, Felix d'Oliveira, Ernesto de Carvalho, Maquita Coelho e Vasconcellos, Victor José Veroi, A. da Silva Pinto, Francisco dos Santos Lima, Carlos Marten.

Hontem, pelas 2 e meia horas da manhã, manifestou-se incendio no antigo estanco da rua de Santo Antão 122-125, de que era locatario o sr. Antonio Lopes Valerio, que o tinha segurado na companhia Fidelidade em 1:200$000 réis. A barraca tambem estava segura na mesma companhia. Os utensilios do estanco ficaram reduzidos a cinzas. Ganhou o premio a bomba n.º 6.

Domingo na festa ao Senhor Jesus da ermida da Cruz das Almas, a Campolide. É por instrumental e ha pratica. As despezas são feitas á custa de esmolas.

Hontem ás 9 horas e meia da noite na ermida em que um municipal condemnou um preso ao Carmo, este ao calçada do Carmo, virou se contra aquelle, ferindo levemente no olho esquerdo, e pretendendo desarmar, o que foi evitado pelo cabo de policia n.º 6 da *Legação da Santa Justa* que n'aquella occasião passava.

A Internacional em Italia

Perdem os filiadores da Internacional. Este é dirigido a junta central da Internacional pelas secções milanezas da mesma Internacional, e foi votado por 2:540 membros...

Milão, 18 de junho de 1871

Os escravos do despotismo tem se levantado contra os seus oppressores em differentes epocas da historia do mundo. Tem sido diversos os resultados d'estas luctas, mas o triumpho tem cabido sempre aos que se tem feito directores da educação dos povos.

Vencidos os revolutosos, fizeram-se clamando Caim, Satanaz, genios do mal, malditos, n'uma palavra.

Victoriosos, fizeram-se chamando Alexandre ou Cesar, Luthero ou Leão X.

Não se tem considerado o fim, tem-se considerado o resultado obtido.

Continuará a succeder isto?

Não crêmos, oppõe-se a similhante coisa a humanidade.

Acaba de travar-se uma lucta sem egual na historia. Ficou reunida a nossa guarda avançada, os soldados que lidamos mano a mano foram dizimados. Caíram das nuvens os combatentes na cathegoria de salteadores bandidos da sociedade. Hontem, eram bombas batendo se pela salvação da humanidade, pela liberdade do trabalho, hoje são excommungados.

Operarios!

Os proletarios de Paris deram batalha ao despotismo, á reacção. Pediram direito á vida, e deram-lhe direito a Cayenna e ás galés.

Mais ainda, a reacção transformou em incendiarios aquelles gloriosos soldados do futuro e do direito, que pol os entre os ultimos criminosos.

Que fizeram elles?

Primeiro, luctar-m pacificamente contra um governo infiel a todas as suas promessas, a todos os seus compromissos.

No dia em que a fome, que teve por causa a traição, quiz tirar lhes as armas, elles revoltaram-se.

Ao capital que lhes dizia: Morrerás de fome, responderam: Vivemos do nosso trabalho.

Ao despotismo, responderam: Somos livres!

Ás peças e aos chassepots dos reaccionarios conjurados, opposeram os peitos denodados.

Caíram, mas raiam como heroes.

Hoje, a reacção chama-lhes bandidos e desterra-os do seio do genero humano.

Havemos de consentir similhante coisa?—Não.

Operarios,

Quando os nossos irmãos de Paris são vendidos, encurralados como feras, quando elles caem aos centos, aos os golpes dos seus assassinos, dizemos lhes: Vinde ter comnosco, aqui nos temdes; aqui tendes as nossas casas abertas; aqui encontrareis provação até o proximo dia da desforra.

Operarios!

Os principios da communa de Paris são os nossos; acceitamos a responsabilidade dos seus actos. Viva a republica social!

Maldini, Gioauchine, Dupont Leon.

Deram-nos que lembrassem á camara municipal a necessidade de mandar proceder á demolição de uns jardins ruins que amesquinham ruina, na rua do Mau, a entrada do Beco do Limoeiro, freguezia de Santo Estevão.

Foi approvada uma proposta feita á companhia dos caminhos de ferro portuguezes pela da Ulhoa Real e Badajoz, para regular os transportes de madeira de algumas das estações para as minas de Limares em Hespanha. Foi estipulado o preço de 7,52 por tonelada e kilometro para as expedições que tiverem aquelle destino.

Regressou a Vienna d'Austria o general Gablentz que tinha ido assistir á entrada triumphal das tropas allemãs em Berlim. Levou para Vienna uma carta autographa do imperador Guilherme para o imperador Francisco José, e recebeu a gran cruz da Aguia Vermelha da Prussia ornada de brilhantes.

Chegaram hontem para o banco de Portugal 90:000 libras esterlinas em 6 saccas. O vapor trouxe 300 saccas de arroz, 500 barris de enxofre, 100 caixas de vidro, 52 barricas de assucar, 43 caixas de chá, 14 barris de cerveja e outras mercadorias.

Foram convocados para se reunirem na sexta feira no ministerio das obras publicas os fundadores da importante companhia de credito e progresso agricola, cujo principal fim é a exploração dos terrenos incultos.

O sr. Joaquim Antonio de Aguiar foi no domingo novamente operado pelo sr. dr. Barbosa. Ha quatro annos que já o tinha sido. Foi feliz.

O vapor *Dunde*, vindo de Hull trouxe 290 saccas de cevada germinada, 300 toneladas de carvão de pedra, carne salgada e varios artigos.

Em audiencias correccionaes foram julgados no 2.º districto criminal oito processos, a saber:

Manuel d'Almeida, por ferimentos, condemnado; Antonio Domingues, idem, condemnado; Joaquina Emilia, por furto, condemnada; José Tavares, por vadio, condemnado; Firmino da Silva, por desobediencia, absolvido; Alfredo Teixeira, por furto, condemnado; João Tavares, por furto, condemnado.

O sr. Francisco Bernardo da Costa foi exonerado, pelo pedir, de administrador do concelho de Almeida, sendo nomeado para este cargo o sr. José Mendes Pinto de Azevedo.

O sr. dr. Alves propoz á camara, que para se evitarem somas desnecessaria, fosse convidado o sr. Schiek a construir, como lhe compete, o muro de reguardo, no campo de Santa Clara, junto á fundição de ferro, visto ser de fazer desapparecer o prejuizo ha muito assignalado. A camara resolveu proficuamente.

Na bolsa nem houve boatos, nem fundos portuguezes, e apenas se venderam a contado de 36,25 e 36,50.

A corveta *Hoder* trouxe de Pernambuco 346 caixas e 89:900 kilos de cacalhau a granel. Vae começar a descarregar.

O sr. José Joaquim da Silva Pinto foi nomeado administrador do concelho da Aguarda.

Gambeta recusa todas as candidaturas que lhe offerecem por differentes circulos de França. Em Paris queriam levar-o á urna.

Por noticias ulteriores ácerca do que ha pouco dissemos a respeito do que aconteceu em Cadaval, sabemos que a auctoridade tem estado em campo.

FOLHETIM

ULTIMAS PROEZAS
DE
ROCAMBOLE

POR
PONSON DU TERRAIL

Traducção de F. F. da Silva Vieira

PARTE QUARTA

A fogueira da viuva

—Cantolhe nos bicos dos pés.
—Não estamos sós aqui?
—Não, está lá em cima o major.
—Onde está a luz?
—Exactamente.

Marmouset observou a recommendação que lhe fizeram.

E chegando ao primeiro patim da escada, empurrou a Formosa Jardineira uma porta á esquerda.

O Marmouset achou-se então n'uma sallinha tambem ás escuras, mas em cujo centro brilhava um ponto luminoso, do diametro de uma moeda de vinte francos.

Era um buraco aberto na parede, pelo qual passava um raio da luz que o Marmouset vira no jardim.

—Applique um olho áquelle buraquinho, disse-lhe Roumia, e espreite.

O Marmouset obedeceu.

Viu então do outro lado da parede uma especie de ampla ottomana, forrada de marroquim côr de aveia, sobre a qual estava estendido um homem.

O homem dormia, com o fato em desalinho e o collete branco pingado de vinho.

Ao lado da ottomana estava uma banca com dois talheres, os restos de uma ceia opiparia, e algumas garrafas vasias.

—Está a dormir... disse Roumia.

O Marmouset incliuou-se para ella olhando.

—Graças, sem duvida, a alguns dos perfumes mysteriosos de que a sr.ª costuma usar?

—Não; está embriagado.

—Com opio?

—Com vinho.

Se elles não estivessem immersos em trevas, de certo teria Roumia visto o sorriso desdenhoso que resvalou pelos labios do Marmouset.

Affigurava-se a este ultimo que a Formosa Jardineira se deixava sensivelmente dos seus expedientes baixos, para recorrer a meios inteiramente vulgares.

A Formosa Jardineira, porem, adivinhou-lhe o pensamento, e perguntou-lhe:

—Admira-se?

—De certo.

—E que o major Linton não é o marquez de Manrevers.

E Roumia proferindo estas palavras com voz meio abafada deu a entender claramente ao Marmouset, que lhe mandou ao escravo de Rocambole não receiava do seu olho pelo assassino do Perdito.

E como o Marmouset não respondia, proseguiu:

—O major vive na India muito tempo para não conhecer minuciosamente como eu os perfumes, os narcoticos e os venenos. E unicamente por meio dos meus encantos que devo arrancar-lhe o seu segredo.

—Ah! Elle tem um segredo?

—Tem...

E admiradissimo por esta pergunta disse ainda a cigarra:

—O mestre não lhe disse nada?

—Disse-me que me haviam de trazer aqui.

—E depois?

—Então, oiça... disse Roumia. O major trouxe da India uma riqueza assombrosa...

—Já o sabia.

—E o mestre quer apoderar-se della.

—Tambem o sei. Mas onde elle a occultou é que nos não sabemos...

—Não, porque o major é desconfiado e encerra os seus thesouros. Ou de? Ninguem em Londres o sabe. Está lonico por mim, e não obstante não pude ainda obter a minima confiança a tal respeito.

—Mas o que não creio é que elle tenha conservado o seu oiro em barras, disse o Marmouset.

—Pelo contrario. O que precisamos saber é onde elle o enterrou... E o que eu e o mestre tratamos de investigar.

—Mas uma vez que o major ama...

—Ama-me porque sou formosa, mas até agora o seu amor assim lhe-a a satisfação do homem que deu uma somma loica por um cavallo de raça. O coração não tem a minima parte em tal affeição.

—E então?

—Se conseguisse tornal-o ciumento, pertencer-me-hia em corpo e alma... proseguiu Roumia.

—Parece-lhe?... Mas elle tem a mostrado em Londres.

—E verdade.

—Todos a admiram...

—Lady Hongerford, e mais nada.

—E julga pois tel tornal-o ciumento?

—Julgo e facil.

—Como assim?

—Se o sr. desempenhar o papel que o mestre lhe distribuio

—E-ton prompto para isso...

—Attenda então no que lhe digo.

E a Formosa Jardineira foi sentar-se Marmouset a seu lado, n'um canapé, a dois passos do buraco por onde se via o major.

Lili

Entretanto o major Linton, ou Tippo Runo, porque era o mesmo personagem, dormia muito tranquillamente.

Ha homens em quem a embriaguez se torna habito regular.

Havia vinte annos que o major costumava embriagar-se á ceia.

Dormia depois meia duzia de horas, cahia tranquillamente o vinho, e acordava depois como se tal não fôra.

Tippo Runo, a quem o manuscripto de Rocambole nos mostrou por fim a bordo do *West Indies*, não fôra directamente para Londres, no seu regresso da India.

Detivera-se em França, e passara até bastantes dias em Paris.

Fôra em Paris que elle vira uma noite, nos Italianos, a Formosa Jardineira.

A teria sido o acaso que os fizera encontrar?

Ou deveria ella reconhecer em tal encontro o dedo de Rocambole.

Esta ultima hypothese era a mais admissivel.

Um homem que possue milhões não deve nunca desejar nada em vão.

Pelo menos, tal era a opinião de Tippo Runo.

Com effeito, no dia immediato, obtinha de Roumia uma entrevista, e dahi a tres dias partia para Londres, levando a comsigo.

A Formosa Jardineira enganara-se dizendo que o Tippo Runo não era ciumento.

Andava, pelo contrario possesso de mais teso e cruel dos ciumes—ciume do passado. Segundo a sua opinião, não havia ninguem capaz de medir-se com a sua.

Fizera o seu juizo ácerca de Roumia. Roumia era uma cortezã, a quem o oiro dominava absolutamente.

Tippo Runo podia satisfazer-lhe os mais ruinosos caprichos com a vivenda parte de seus haveres.

Não temia, portanto, nem o presente nem o futuro.

Assim, pois, levava-a a toda a parte, a Covent Garden, a Hyde Park, a noite adormecia tranquillamente depois de ter despejado tres ou quatro garrafas de vinho do Porto.

O passado porem opprimia-o.

Roumia sondou, seguramente, mas amavia ainda?

A quem? Tippo não o sabia, e a habil comedienne soubera envolver-se, no tocante a tal assumpto, em profundo mysterio.

Até chegava por vezes a soltar algumas palavras vagas, que tinham exasperado o major.

Tippo tivera, no passado, um rival que ainda o irritava despoticamente no coração de Roumia; mas Roumia permanecia impenetravel.

Assim, pois, d'aquella noite, ao voltar do theatro, conduziu Tippo Runo a Formosa Jardineira até ao casinha na margem do Tamisa, a distante de Londres.

(Continua)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Protesto

Em nome da liberdade do pensamento, da liberdade da palavra, da liberdade de reunião, bases de todo direito público, únicas garantias da justiça social, protestamos, ainda mais contristados do que indignados, contra a portaria que mandou arbitrariamente fechar a sala das conferências democráticas. Apelamos para a opinião pública, para a consciência liberal do país, reservando-nos plena liberdade de respondermos a este ato de brutal violência como nos mandar a nossa consciência de homens e de cidadãos.

Lisboa, 26 de junho de 1871.

Adolfo Coelho.

Antero de Quental.

Jayme Batalha Reis.

Salomão Saragga.

Eça de Queiroz.

Aderiram a este protesto os seguintes cidadãos: Jacob Wahnon, Francisco de Almeida, Emilio Riché, Alberto de Queiroz, Santos Nazareth, Albano Coutinho Junior, João Luiz da Silva Vianna, Costa Goodolphim, Francisco Guilherme de Souza, José Paes de Carvalho, José Correa Nobre França, João Maria Tedeschy, Luiz R. da Silva Eça, José Fontana, Eduardo Nunes da Matta, José Carrilho Videira, Joaquim Augusto de Oliveira, Miguel Angelo Lupi, Joaquim Ferreira de Campos, Carlos de Moura Cabral, Ernesto Lassy, Domingos José de Azevedo, José M. de Melo, Antonio Garcia de Medeiros, Reynaldo de Assis, M. A. Sequeira, José Maria de Andrade, Raphael Bordallo Pinheiro, José M. Maceyra, João Francisco Maceyra, João Chrysostomo Mackonelt, Antonio da Fonseca, Eduardo Augusto Fernandes, Joaquim Dias de Mello, André Domingues Santos, André Domingues, Antonio Soares Monteiro, José Maria Pereira Junior, José de Figueiredo, Victoriano Franco Ferreira Braga, F. Aguiar, Luiz de Castro, João Rodrigues Pereira de Souza, H. Gouvêa, Felix de Oliveira, Ernesto de Carvalho Mesquita Coelho e Vasconcellos, Victor José Verol, A. da Silva Pinto, Francisco dos Santos Lima, Carlos Marten.

4.6 - Diário de Notícias – 27/junho/1871

Fig. 107 – Diário de Notícias – 27/junho/1871 - p.1

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Ontem o sr. Ministro do Reino resolveu proibir as *Conferências Democráticas* do Cassino Lisbonense e expediu uma portaria com a data do dia, ordenando a autoridade policial que não as consinta, ficando assim invalidadas as instruções anteriormente adotadas a tal respeito. A portaria funda-se em que nessas conferências se ataca a religião do estado e certos princípios que as leis garantem e mandam respeitar. O proprietário do Cassino recebeu as 5 horas da tarde a respectiva contrafé com a intimação do comissariado da 2ª divisão.

4.7 - Jornal da Noite 28 e 29/junho/1871

Fig. 108 – Jornal da Noite 28 e 29/junho/1871 – p.1

JORNAL DA NOITE

N.º 152 | Assignaturas em Lisboa.—mez 240, trimestre 700; Provincias.—Trimestre 1$350, semestre 2$500. | Quarta e Quinta feira 28 e 29 de junho de 1871 | Publicações.—No corpo do jornal 60 reis por linha. Annuncios 20 reis.—Venda avulso 10 reis. | 1.º anno

Noticias dos jornaes da manhã

—Consta que o sr. Joaquim de Sousa Seabra foi nomeado para o logar de guarda do Instituto Industrial do Porto.

—Acha-se perigosamente enferma a mãe do sr. José Vaz de Carvalho.

—Foi hontem removido ao hospital por dar indicios de alienação mental o sr. Antonio Cesar Barroso.

—Foi confirmado o sr. bispo eleito de Cabo Verde.

(*G. do P.*)

—Ante hontem tentou suicidar-se na travessa nova do caes do Tojo n.º 7, a sr.ª D. Maria Joanna Estrella, lavrando uma garrafa de petre-lec. Foi chamado o sr. dr. Trigo, dos peixes medicos, mas teve pouco a recear, porque a sr.ª cita tinha bebido antes por engano uma porção d'azeite.

—O inspector do Brazil prometteu ao patrão Joaquim Lopes que no seu regresso iria a Paço d'Arcos ver o seu viuvo.

—Foi nomeado vigario capitular para a diocese de Faro o reverendo conego A. J. d'Amor, d'aquella mesma sé cathedral.

—Partiram para Gandarinha os srs. visconde d'este titulo,

(*D. de N.*)

—Chegou a Lisboa o sr. Moraes Sarmento de Campo Maior.

(*D. P.*)

—O governo tem realisado em Londres algumas vendas de fundos do emprestimo de 3$000. A cotação ali é de 35 1/2. O banco de Londres baixou o desconto a 2 1/4.

—Partiram para Gandarinha os srs. visconde d'este titulo,

(*D. de N.*)

Lisboa 28 de junho

Ainda se falla das conferencias e da portaria que as prohibiu. A'cerca da interpretação d'ella escrevemos em artigo especial com sincero desejo de que o governo nos actos necessarios para defender a sociedade e as leis reuna ao seu poder executivo a força moral que só o firma e sustenta.

Sermões implacaveis, dizia o sr. Thiers ao debellar a communa de Paris, mas segundo as disposições das leis, e sem abusar d'ellas para não incorrermos nas faltas que censuramos nos adversarios. É a boa doutrina.

O abuso provoca sempre reacção, mas quem governa tem de precaver-se contra esta e contra aquelle. Cabendo-lhe manter a execução das leis, não pode violal-as. Nem o deseja de certo o sr. marquez de Avila que se educou nos principios liberaes e tem dado sobejas provas de que os comprehende.

Ninguem ignora que nas circumstancias actuaes da Europa pesam sobre os governos graves responsabilidades, porque lhes está confiada a defesa da ordem publica e a de todos os direitos dos cidadãos.

Bolsa de Lisboa em 28

FUNDOS PORTUGUEZES

Ficaram cotados:	
Inscripções grandes	36,25
Ditas pequenas	36,50

Compraram-se hoje 33:600$000 réis d'inscripções de assentamento com o vencimento corrente a receber pelo preço de 36,25; divididas em 3 lotes.

Effectuou-se um emprestimo de risco maritimo de 3:500$000 réis, pedido pelo capitão do brigue allemão *Borussia*, para occorrer ás despezas occasionadas pela arribada forçada ao nosso porto em 25 de abril passado, quando seguia viagem de Glasgow para Demerara.

Foi tomado o empre-limo pela casa O. Herold & C.ª a 11 1/2 %. Foi corretor o sr. Gayozzo.

Receberam-se finaes de Italia de 22, Bordeus de 25, Madrid de 26. Faltaram as malas da Belgica, Prussia, Paris e Inglaterra (via de Franca).

A junta do credito publico annuncia que a suspensão das relações de juros de assentamento continua nos dias 30 do presente mez e 1 de julho. Os pontos serão feitos nos dias 6 e 7 do proximo mez. Os numeros sorteados e os dias de pagamento serão opportunamente publicados.

NOTICIAS ELEITORAES

Diz um artigo do *Bracarense* que o sr. Brancamp é candidato por Oliveira d'Azemeis, com o apoio do governo.

Pela Povoa, é candidato o sr. Guilherme d'Abreu, que é combatido em Cabe-verras, mas proposto com grande empenho em Vieira, Povoa e Terras de Bouro.

Diz o *Viriato* que por C-stro Daire é proposto cumulo governamental o sr. Ricardo de Mello Gouveia, e por S. Pedro do Sul o sr. João de Mello Telles da Cunha.

Pelo circulo de Mêda propõe-se candidato governamental o sr. José Tiberio de Rodoredo Sampaio e Mello.

2.º districto criminal

Em audiencia geral de hoje foram julgados os reos Francisco Lourenço Otero, e Maria Magdalena, accusados de haverem entrado na noute de 14 de março ultimo por meio de arrombamento em casa de Joseph Cabenellas, no largo da Achada n.º 62, e de terem arrombado um bahu do qual subtrahiram diversos objectos no valor de 63$000 réis. Depozeram por parte da accusação cinco testemunhas e pela defesa 4, allegando os reus em sua defesa não terem praticado o crime, e serem bem comportados e laboriosos. Propostos os quesitos ao jury, deu este por maioria por não provado o crime, sendo os reus absolvidos e postos em liberdade. Foi defensor o dr. Luiz Antonio d'Araujo; escrivão Fragoso.

Hoje e amanhã ha bailes campestres no Campo Grande, no jardim e salas do hotel *Boulevard*. Como sempre ali tem reinado boa ordem. E' de crer que a concurrencia seja grande.

Recebemos o 3.º numero da 1.ª serie do Pensamento, publicação litteraria de Coimbra, de que é director o sr. Antonio Baptimont Rodrigues. Traz, como os anteriores, principalmente versos.

Pela superintendencia do arsenal de marinha foi mandado pôr á disposição do tenente coronel de artilheria Joaquim da Costa Cascaes, para continuação das obras do monumento do Bussaco, o seguinte material:

Antenas de 30.ª, 21.ª5 e 24.ª 5; cabrestantes 2; encerados 4, apparelhos completos de cadernaes de 3 gornas para levantar peso de 25 toneladas 2; palanques 2, estropos 6, talhas dobradas 2, e cabos sulteiros 12.

Telegrammas

(AGENCIA HAVAS BULLIER REUTER)

SERVIÇO SUB-MARINO

Director Fabra

Londres 28, as 2 horas da tarde.

O general Du trailfel foi nomeado commandante em chefe do exercito allemão da occupação em França.

Gambetta chegou a Bordeus e fez um discurso no qual elle annuncia as ideas de uma Alsacia que foram renovadas n'uma carta recente.

O empreatimo francez é um grande elemento de prosperidade para o paiz, e toda a questão ingleza será promptamente resolvida em França, e isso por causa subita consideravelmente.

Annuncia se que amanhã terá logar a revista militar em Longchamps.

Espera se que dos 114 deputados novos, 80 são de apoiar o governo.

REUTER.

SERVIÇO CONTINENTAL

Paris 28, as 7 h. e 40 m. da m.

O «Journal officiel» annuncia que se effectuará amanhã a revista. O journal «A Verdade» publica uma carta de Gambetta acclamando o candidato Barre por Paris. Segundo os resultados conhecidos hontem á noite está coberto o emprestimo de dois mil milhões, e encerrada a subscripção.

(HAVAS)

CARTA DE FRANÇA

Não se receberam hoje jornaes de Paris nem correspondencias.

Não logramos convencer o nosso esclarecido collega do *Portugal* ainda hoje insiste em que o governo tendo a convicção de que uma lei é nociva aos interesses dos povos, tem obrigação de a suspender e propôr ao corpo legislativo a sua revogação.

Nós sustentamos que não tem obrigação nem direito de o fazer.

O poder legislativo, legisla. O poder executivo, executa. Quando o executor suspende as leis, legislará, e usurpando poderes que lhe não cabem, violará a constituição ou sua parte mais constitucional, e na escrupulosa observancia do systema representativo que é a divisão dos poderes. Já se vê que o não pode nem deve fazer sob qualquer pretexto.

Mas conviria conceder-lhe esse direito em caso de se reformar a constituição? De nenhum modo.

Supponhamos a lei má, o governo suspende-a, a camara julga, e ou a restaura ou confirma a sua annulação. Parece realmente bom. Vejamos porem o negocio por outra face. A lei é boa e incommoda o governo que é mau. O governo suspende-a e á sombra do interesse dos povos que instigou, opprime e vexa os cidadãos. Vae ao parlamento, justifica-se com as circumstancias e pelas razões que se lhe figurarem, e a camara acceita a desculpa ou obriga o governo a demittir-se. O mal póde não ter remedio, e apesar da má fé com que foi perpetrado, os effeitos d'elle ficam, e quem o praticou não é arrastado porque as mesmas razões que mesmo estão na lei a fazem ser mas, porem o proprio mal está ensinando que ninguem pode ser superior ás leis e que impõe-se-lhes com prudencia e saber. As consequencias do arbitrio são sempre atrozes e não ha quem soffra o desprezo da lei.

Quem é autoridade, respeita-a quem lhe obedece. Se ella é indigna, quem lhe cumpre os mandados leaes, respeita o principio e não as más qualidades de quem o symbolisa. Neste ponto de certo está d'accordo comnosco o nosso illustrado collega.

A'manhã, ha ar-nos feita a S. Pedro em Coneça por musica vocal e instrumental; a noite queima-se um brilhante fogo de artificio.

Não faltará concorrencia ao hotel Progresso, estabelecido no magestoso palacete do largo de Coneças.

Foi hontem julgada no Porto a querella promovida pelo sr. visconde de Seabra contra o sr. Manuel Gonçalves da Silva, redactor do *Bras Tisana*, por abuso de liberdade de imprensa. O jury deu por não provados os quesitos da accusação, sendo portanto o reu plenamente absolvido. O sr. visconde de Seabra esteve presente á audiencia. Foi advogado do auctor o sr. Alexandre Braga, e do reu o sr. Alves da Fonseca.

A audiencia acabou depois das 4 horas da madrugada.

ANTES DE SOBRAR A LUZ é o titulo de um livro do sr. Ayres-Ianha Ribeiro, escriptor portuense de reconhecido merito.

Vamos ler, e daremos a nossa opinião, principiando agora por agradecer a remessa do exemplar que nos foi destinado.

CONFERENCIAS DEMOCRATICAS

No *Diario* de hontem vinha a portaria que prohibiu as *Conferencias* do Casino no hoje tivessem conhecimento dos termos em que foi ella redigida. Diz assim:

«Tendo chegado ao conhecimento de sua magestade el-rei, por informação do governador civil de Lisboa e publicações dos jornaes, que no Casino Lisbonense, ao largo da Abegoaria, d'esta capital, se celebram reuniões publicas com a denominação de conferencias, nas quaes se tem feito uma serie de prelecções, em que se expõem e procuram sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições politicas estabelecidas, e tendo certo que taes factos, além de constituirem um abuso do direito de reunião, offendem clara e directamente as leis do reino e o codigo fundamental da monarchia, que os poderes publicos têem o seu rigoroso dever e inque sito de terminar o mesmo segundo saber, conformando-se com o parecer do conselheiro procurador geral da corôa e fazenda, que o governador civil de Lisboa ahi consultou as referidas reuniões e conferencias, tanto no local em que têem sido celebradas até agora, como em qualquer outro estabelecido pelos promotores, e que para este fim faça intimar esta resolução ás pessoas que pretenderem celebrar as alludidas reuniões e aos donos das casas para onde essas reuniões forem convocadas, sob pena de se proceder contra os transgressores em conformidade das leis. Paço, em 28 de junho de 1871. = Marquez d'Avila e de Bolama.»

Não nos parece claro o sentido, e vale a pena investigal-o porque o assumpto resalta á liberdade de dois edictos.

E absurdo suppor que a portaria só prohibe as conferencias já feitas. Essas, boas ou más, estão feitas. Tambem se não comprehende que condemnar as conferencias futuras as quaes, como a do sr. Soromenho, podiam ser exemplares no respeito ás leis e á ordem. Seria condemnar a palavra antes de pronunciada. Não é possivel.

Resta-se-ha apenas aquel as prelectores a prohibição de portaria ou ficam probibidas e dizi as conferencias sem excepturar as do Gremio, do Centro Promotor e outras que tem sido sempre instructivas, moraes e em conformidade com as leis? Se o governo diz que pro ede por causa do abuso, como ha de condemnar o uso?

Não sabemos se sensa que as limitações á liberdade, sendo todas por odiosas até por aquellas que são obrigadas a do reti-as, devem interpretar-se restrictamente, segundo os principios da jurisprudencia.

São sujeitas a mil inconvenientes e ambiguidades as providencias preventivas. As que reprimem, sobre serem mais constitucionaes, procedem com grande simplicidade e sem perigo de abuso da parte do governo. Verifi a-se o facto e sujeita-se aos tribunaes que decidem segundo as leis.

E' fóra de duvida que se os prelectores violarem as leis, devem ser processados. Nem o ministerio publico nem o governo podem ne-te ponto dispensar no codigo penal. Mas não será justo que a liberdade de todos padeça por causa da liveza de alguns.

Parece nos que a portaria não póde prohibir quaesquer reuniões em que se trate de politica e de religião, porque a propria Carta permitte que os judeus preguem nas synagogas e os protestantes nas suas egrejas, comtanto que a casa não tenha forma exterior de templo. A liberdade de reunião foi sempre mantida entre nós pelo partido progressista a despeito de todas as pretenções administrativas.

E' de crer que o governo se referisse unicamente a reuniões em casas de espectaculo, annunciadas nos jornaes e com bilhete pagos porque de outro modo seria violar a vida particular e exercicio do direito de convidar para sua casa quem lhe parecer, e de conversar n'ella acerca de que lhe convier, direito que nas pode ser suppremido mas só castigado o abuso d'elle.

Ao governo cumpre manter rigorosamente as leis mas sem melhorar a posição dos que as offendem e violam. Por isso interpretamos no sentido mais constitucional a portaria do governo, sem comtudo fecharmos certos de que seja esse o seu verdadeiro sentido.

Hoje e amanhã, ha bailes campestres no palacio de D. Fradique pelos alumnos Terpsi-hore.

Na propria de touros do Porto, deve realisar-se, no dia 16 do proximo futuro mez, uma brilhante corrida de touros com a beneficio do destro banderilheiro Peruinho

FOLHETIM

11

CH. DE BERNARD

O PADRASTO

Trad. de GERVASIO LOBATO

PRIMEIRA PARTE

IV

Uma loja de modas

(Continuação)

A sua visinha, que talvez devessemos citar em primeiro logar, pois presidia aos trabalhos d'aquella amavel officina que lhe reconhecia além d'isso a superioridade da idade, era a loira cujos encantos tinham subjugado o inflammavel coração do moço provinciano. Alta e magra o que ella achava muito aristocratico, de bellesa bastante regular, mas insipida e affectada, e alem d'isso já um tanto decaida como acontece ordinariamente ás mulheres loiras, quando restam pelos trinta, a mais velha das modistas fazia-se sobretudo notar pela profusão de cabellos que deixava até aos hombros em numerosos caracoes. Aquelles postiços cabellos, que eram quasi côr de café com leite, como Renato dissera sem malicia, casavam-se sentimentalmente com o azul celeste do vestido de seda em que se babeava, combinação mais estudada que feliz, o avental de folcis côr de rosa. Um grande cinto phantasia engastado em metal suspeito, fechava o decote do vestido, que era aberto em ponta. Esta pidiruta joia, brincos não menos vulgares, rodeia do mesmo estylo, d'onde na completa ausencia de relogio pendia um frasquinho de nasa detestavel almiscar, e finalmente anneis em todos os dedos, revelavam n'esta interessante creatura um amor pelas joias que devia conjunctamente com os vestidos de seda absorver um pouco mais que a totalidade do seu ordenado, e mesmo que alguma receita, fóra dos rendimentos ordinarios de modista, não viesse mais ou menos secretamente restabelecer-lhe o equilibrio.

Na extremidade do balcão, e de algum modo separada das suas companheiras, uma rapariga, de apparencia franzina, e com modesto vestido de merinó preto, trabalhava de cabeça baixa, e parecia tão absorta no trabalho, ou na meditação, que o sr. de Roquefeuille, não obstante o desejo de comprimir a sua rasão, não conseguia ver-lhe a cara.

—Pódo g rar-se que lhe parece? disse com ar de satisfação Renato Falcouet ao ouvido do velho.

—Qual d'ellas?

—A loira! poderá não se póde olhar para as outras depois de se ter visto aquella! é encantadora, não é? E depois que aprimorado vestir! Não é assim, general? Permitta-me que não seja da sua opinião, nem a respeito do bom gosto no vestir, nem acerca das attractivas pessoaes. disse o sr. de Roquefeuille em bom frisante: a sua loira côr de café com leite tem trinta annos feitos, é magra, esguia, e sem graça: metade do cabello é do cabelleireiro, e a costureira tere parte muito a tira na elegancia das formas. Orça foglesa, mas amigo, e orça velha!

—Oh! general, interrompeu Renato escandalisado d'esta conclusão arrogante

—Ora ahi está como vo pes são, sós principiantes. Fascinam-se por um cabello fingidos, morrem d'amores por uma crinolina. Mas nós, os velhos veteranos romeus, apreciamos as cousas sem nos deixarmos seduzir por futeis appare cias. Olhe, por exemplo, ao lado da sua protectriz, esta aquella triguenha de rosto provocador que eu ponho em luros contra d'outra.

—Qual, general, aquella franha de vestido verde?

—Sim, senhor, aquella franha de vestido verde; está mal vestida, não tem maneiras, nem elegancia; concordo. Não ha decerto nada feio, mas quasi o sr. Falcouet! Pois seja assim, mas aquella belleza é a boa, porque é a da mocidade.

—General, torna a Falcouet sorrindo com um risinho ironico, seja qual fôr a auctoridade da sua opinião, permitta-me que persista na minha; e que eu ainda mais que tudo na mulher procure a companheira do meu ideal, e não o espectro.

—E eu o que ja-fico na mulher... mas não se trata d'isso agora, respondeu o general não concluindo a phrase porque julgou sem duvida inutil levar taes revelações ao seu interlocutor. Admitte á sua vontade a tal loira imaginaria, apesar de ser já mais que trintona. A respeito de gostos não ha disputas. Eu que lhe estou fallando, confesso o meu fraco á mesa pela perdiz que se come com a mão do que outra; não lhe devo pois levar a mal que goste d'essa fazenda avariada.

Sem se dar por offendido e sem comprehender a irreverencia da semilhante comparação, Renato re-pondeu com certa candura:

—E no fim de tudo, talvez que a attracção que eu sinto para ella, venha da sympathia de côres. Eu sou loiro.

—Ah! parece-lhe que é isto, interrompeu o velho tomando para o rabello e para a barba do moço provinciano um ar sensivel, gosto de quem se julga a si proprio com justiça. Com que então parece-lhe que é loiro?

—E-se mais ou menos loiro, ha varias gradações nas côres, balbuciou o filho do ferreiro, visivelmente desnorteado pelo tom d'ironia do velho general.

E-te não conseguiu reprimir a sua vontade de rir sendo moderado o logode que ainda salvou uma apparencia de resto nova prova, porque tinha sido duas vezes tragico, como o ex-alte tao fallado na Biblia.

—Na verdade, pensou Lourenço, testemunha quasi muda d'esta discussão, meu tio nem sequer imagina que se o cabello ruivo fôr mal em se julgar loiro, o arisalho menos direito parece ter a inculcar-se por preto.

O sr. de Roquefeuille notando a expressão de desprezo do moço Falcouet, recebeu-lhe delicadamente de mais a vaidade, e interessando-se, como já disemos, em conservar n'elle um alliado, dirigiu a palavra ao sobrinho afim de apaziguar qualquer impressão desagradavel soudando o curso da conversação.

—Henrique, disse elle, se não estiveres para casar, e por conseguinte obrigado a ser já um modelo de gravidade e de fidelidade conjugal, pedir-te-ha que decidisses a questão *versus-a-vis* de tercero arbitro.

—O que me importa o casamento do nosso querido rondó? disse Renato, tem-me o gosto, e isso basta para poder decidir qual de nós tem razão. E sujeito-me inteiramente á sua sentença.

(*Continúa amanhã*)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Lisboa 28 de junho

Ainda se fala das conferências e da portaria que os proibiu. Acerca da interpretação dela escrevemos em artigo especial com sincero desejo de que o governo nos atos necessários para defender a sociedade e as leis reúna ao seu poder executivo a força moral que só o firma e sustenta.

Seremos implacáveis, dizia o sr. Thiers ao debelar a comuna de Paris, mas segundo as disposições das leis, e sem abusar delas para não incorremos nas faltas que censuramos nos adversários. É a boa doutrina.

O abuso provoca sempre reação, mas quem governa tem que precaver-se contra esta e contra aquele. Cabendo-lhe manter a execução das leis, não pode violá-las. Nem o deseja de certo o sr. Marquez de Ávila que se educou nos princípios liberais e tem dado sobejas provas de que os compreende.

Ninguém ignora que nas circunstâncias atuais da Europa pesam sobre os governos graves responsabilidades, porque lhes está confiada a defesa da ordem pública e a de todos os direitos dos cidadãos.

Conferências Democráticas

No Diário de ontem, vinha a portaria que proibiu as *Conferencias do Cassino*. Só hoje tivemos o conhecimento dos termos em que foi redigida. Diz assim:

"Tendo chegado ao conhecimento de sua majestade o rei, por informação do governador civil de Lisboa e publicações dos jornais, que no Cassino Lisbonense no Largo da Abegoaria, desta capital, se celebram reuniões públicas com a denominação de "conferências", nas quais se tem feito uma serie de preleções em que se expõem e procuram sustentar doutrinas e proposições que atacam a religião e as instituições públicas do Estado; e sendo certo que tais fatos, além de constituírem um abuso do direito de reunião, ofendeu clara e diretamente as leis do termo e o código fundamental da monarquia, que os poderes públicos têm a seu cargo manter e fazer respeitar: determina o mesmo augusto senhor, conformando-se com o parecer do conselheiro procurador geral da coroa e fazenda, que o governador civil de Lisboa não consulta as referidas reuniões e conferências, tanto no local em que tem sido celebradas até agora, como em qualquer outro escolhido pelos preletores, e que para este fim faça intimidar esta resolução as pessoas que pretenderem celebrar as aludidas reuniões e aos donos das casas para onde essas reuniões forem convocadas, sob a pena de se proceder contra os transgressores em conformidade das leis. Paço em 26 de junho de 1871. – Marquez d'Avila e de Bolama."

Não nos parece claro o sentido, e vale a pena investiga-lo porque o assunto respeita a liberdade dos cidadãos.

É absurdo supor que, a portaria só proibi as conferências já feitas. Essas, boas ou más, estão feitas. Também se não compreende que condene as conferências futuras as quais, como a do sr. Soromenho, podiam ser exemplares no respeito às leis e a religião. Seria condenar a palavra antes de pronunciada. Não é possível.

Referir-se-á apenas aqueles preletores a proibição da portaria ou ficam proibidas dessas conferências sem excetuar as do Grêmio, do Centro Prometer e outras que tem sido sempre instrutivas, morais em conformidade com a leis? Se o governo diz que procede por causa do abuso, como há de condenar o uso?

Não sabemos senão que as limitações a liberdade, sendo tidas por odiosas até por aqueles que são obrigados a decretá-las, devem interpretar-se restritamente, segundo os princípios da jurisprudência.

São sujeitas a mil inconvenientes a ambiguidades as providencias preventivas. As que reprimem, sobre serem mais constitucionais, procedem com grande simplicidade e sem perigo de abuso de parte do governo. Verifica-se o fato e sujeita-se aos tribunais que decidem segundo as leis.

É fora de dúvidas que se os preletores violaram as leis, devem ser processados. Nem o ministério público nem o governo podem neste ponto dispensar no código penal. Mas não será justo que a liberdade de todos padeça por causa da licença de alguns.

Parece-nos que a portaria não pode proibir quaisquer reuniões em que se trata de política e de religião, porque a própria Carta permitem que os judeus preguem nas sinagogas e os protestantes nas suas igrejas, contanto quem casa não tem forma exterior de templo. A liberdade de reunião foi sempre mantida entre nós pelo partido progressista a despeito de todas as pretensões administrativas.

É de crer que o governo se referisse unicamente a reuniões em casas de espetáculos, anunciados nos jornais e com bilhetes pagos porquê de outro modo seria vedar a cada particular o exercício de direito de convidar para a sua casa quem lhe parecer, e de conversar nela acerca do que lhe convier, direito que não pode ser suprimido mas só castigado o abuso dele.

Ao governo cumpre manter rigorosamente as leis mas sem melhorar a posição dos que os ofendem e violam. Por isso interpretamos no sentido mais constitucional a portaria do governo, sem contudo ficarmos certos de que seja esse o seu verdadeiro sentido.

4.8 A Nação – 04/julho/1871

Fig - 109 - A Nação 04/julho/1871 – p.1

ANNO – XXIII TERÇA FEIRA 4 DE JULHO DE 1871 NUMERO -7:020

Escriptorio da redacção e administração, Rua do Bemformoso n.º 153 — Toda a correspondencia deve ser dirigida, franca de porte, a D. Jorge Eugenio de Locio

A NAÇÃO

JORNAL RELIGIOSO E POLITICO

Por anno, 8$000 réis; semestre, 4$500; trimestre, 2$400; avulso, 40 réis.—Annuncios, 20 réis por linha communicados e annuncios de interesse particular 40 réis por linha.

ET OMNES SURREXERUNT ET STATIS NUDIS DIXERUNT: NOS LIBERI SUMUS, REX NOSTER LIBER EST. ITA VOLUMUS PER NOS ET PER FEMEN EJUS POST NOS. (CORTES DE LAMEGO)

PORTUGAL

LISBOA, 3 DE JULHO

Tendo saido com notaveis erros a correspondencia do nosso collega e amigo, o Exm.º Sr. Antonio Coutinho, publicada no nosso numero anterior, reproduzimol-a hoje:

Meus caros amigos e collegas

Tivemos a honra e a fortuna de sermos apresentados, como deputação Catholica Portugueza, a Sua Santidade, o grande e virtuoso Pontifice Pio IX, hontem pelas seis e meia horas da tarde. Fomos recebidos como era de esperar da bondade de Sua Santidade. N'Elle admirámos a serenidade e a força, a resignação do Santo, e energia do Apostolo, intelligencia elevadissima, e a uncção da palavra que penetra todas as fibras d'alma, deixando-nos absortos, e enthusiasmados de respeito e de amor filial para com o Vigario de Jesus Christo. Prostrados aos Seus Pés a todos nos lançou a Benção Apostolica, e a todos os nossos amigos.

Nada mais digo a este respeito, porque disto trato mais amplamente na carta ou officio que dirigi ao Exm.º Marquez de Lavradio, como presidente da grande reunião que ahi houve no dia 4 de junho, vespera da nossa partida.

Tivemos a agradavel surpresa de encontrarmos aqui o Senhor Dom Miguel de Bragança, e a consolação de vermos que o Augusto Chefe da dynastia portugueza vinha n'esta occasião, e por impulso proprio, prestar suas homenagens de respeito e fidelidade ao Pastor Supremo da Egreja Catholica, mostrando assim que presa o glorioso titulo de Fidelissimo dado pela Santa Sé aos Seus Augustos Avós.

Demorou-se apenas dois dias, tendo na vespera tido audiencia particular de Sua Santidade onde foi só com seus dois Tios, Suas Altezas os Principes de Loewenstein e de Hysembourg.

Está muito desenvolvido phisica e intellectualmente; é realmente um Principe de muitas esperanças.

Deus o proteja.

Festejou-nos com a sua amabilidade do costume, conhecendo-se quanto avalia e estima ver-se entre portuguezes.

Aproveitei a occasião para dizer e contar-lhe tudo quanto se passou na magestosa reunião de 4 de junho; e os motivos porque a Deputação, posto fosse toda composta de legitimistas, apenas tinha o caracter de commissão catholica portugueza para não faltarmos ao que se tinha combinado, nem á indole d'aquella mesma reunião, o que muito nos louvou.

No dia da partida fômos todos, e outros muitos portuguezes acompanhal-o á estação do caminho de ferro, e abraçando-nos pediu muitas cousas para os seus amigos.

E' um grande Principe.

Adeus, meus caros amigos.

Todo vosso

Roma, 23 de junho de 1871

A. Coutinho

No excellente jornal que se publica em Roma com o titulo *La Voce Della Verità*, encontramos uma carta do nosso particular amigo *Antonio Coutinho*, presidente da Commissão Catholica Portugueza, que gostosamente vamos traduzir e publicar, como testemunho da constante lealdade legitimista, e manifesta prova da nobreza d'aquelle bello caracter.

Eis aqui, pois, o que se lê no citado jornal:

Uma explicação necessaria

«O Exm.º Sr. Antonio Coutinho Pereira de Seabra e Sousa, presidente da Deputação Catholica Portugueza, honrou-nos com a seguinte carta, escripta hontem de tarde, e que hoje nos apressamos a publicar:»

«Sr. Director do jornal *La Voce Della Verità*:

«O abaixo assignado vem rogar vos que tenhaes a bondade de inserir no proximo numero do vosso excellente jornal a seguinte explicação, que elle deve á verdade e á lealdade do seu caracter.

«Frequentemente se chama á nossa Commissão— *Commissão Catholica Legitimista Portugueza*—E' este um titulo muito honroso para nós; mas é preciso ter sempre a verdade diante dos olhos. O nosso verdadeiro titulo presentemente não pódo ser senão o de —*Commissão Catholica Portugueza*.

«Vou dar a explicação.

«Alguns dias antes da nossa partida, teve logar em Lisboa uma grande reunião, puramente Catholica, em casa do Sr. Conde de S. Martinho, presidida pelo respeitavel Sr. Marquez de Lavradio, e promovida com o fim de attrahir pessoas de differentes partidos a tratar de negocios meramente religiosos, e não politicos.

«Queriamos esquecer tudo o que podesse suscitar questões politicas para só nos occuparmos d'objectos catholicos.

«No dia da reunião, composta de duas mil oito centas e setenta e tres pessoas, apresentaram-se alguns individuos do partido liberal, mas fervorosos catholicos, e discutiram comnosco largamente, concluindo pela nomeação de uma deputação, que viesse a Roma felicitar o Santissimo Padre pelo vigesimo quinto anniversario da sua exaltação ao throno Pontificio, e protestar energicamente contra a invasão dos Estados da Egreja; mas sem embargo d'isto, houve circumstancias imprevistas, que fizeram com que unicamente os legitimistas podessem formar em Lisboa a *Deputação Catholica Portugueza*.

«Nós não renegamos nunca nem os nossos principios, nem os nossos affectos politicos individuaes; mas a nossa missão agora é a de representar expressa e unicamente aqui, em Roma, e diante do Santo Padre, os sentimentos Catholicos de todos os Portuguezes, sem nenhuma distincção de partidos politicos.

«E' esta a verdade.

«O abaixo assignado roga ao Sr. Director que queira aceitar a segurança da sua alta consideração.

«Albergo della Minerva, 19 de junho de 1871

«*O Presidente da Commissão Catholica Portugueza*

«ANTONIO COUTINHO

Movimento da Internacional em Portugal

Começam a abundar os documentos.

E' sabido como em França, durante os ultimos annos do Imperio, se deu ampla faculdade de palavra ás reuniões politicas.

Foi portanto facil constatar as opiniões, idéas e tendencias das multidões, que faziam parte da Internacional, ou que se lhe foram affiliando, até mais tarde levantarem e defenderem o governo da Communa.

Nos clubs de Belleville e da Villete por exemplo era doutrina corrente—Deus não existe—a familia deve ser abolida—a propriedade ser universalisada, e assim o resto; precisamente as idéas da Communa, com adminiculo do crê ou morre, proposto a todos os dissidentes de tal e tanta salvageria.

Aqui as conferencias democraticas iam seguindo igual caminho e correspondia lhe a propaganda conimbricense chegada a tal ponto de audacia, que da imprensa da Universidade saiu um pamphleto glorificador da Communa, sem nenhuma protestação contra os seus actos de insigne protervia! Sabe-se que é obra de um lente e espalhada por lentes!

Accresce que algum lente propoz para ponto de sabatina materia religiosa, em harmonia com as idéas em voga n'esta nova phase revolucionaria.

Alem das conferencias democraticas o sr. Anthero do Quental, promettera ir prégar nos novos crentes no populoso bairro industrial de Alcantara.

Entretanto um litterato ignoto, mas que deveria de ser algum poço de sciencia, surge, e arremeça aos echos da fama, que vae dar uma prelecção sobre os *historiadores criticos de Jesus*—quer dizer uma enxorrada de desvarios insolentes contra o sentimento religioso do paiz.

Já o sr. Anthero do Quental havia dito bastante e o sr. Adolfo Coelho não lhe ficara atraz.

Por fim o governo abriu os olhos e viu que o que n'outros tempos podia ser demonstração vaidosa, orgulho litterario, d'esta feita passava a ser uma ameaça á sociedade.

Já o dissemos; não é permittida a venda livre dos venenos physicos; menos o deve ser a dos moraes, sobre tudo quando se trata das bases de toda a ordem social—a crença em Deus, na responsabilidade humana ante a Justiça divina,—a instituição da familia—a religião e a moral.

Combater estes grandes principios é aluir as bases sociaes, permittil-o é criminoso e fatal.

Póde o governo em tempos de paz, e em nações divididas em diversas religiões tolerar certas aggressões, não empregar todo o rigor das leis; vae muitas vezes a sciencia do estadista em saber tolerar um mal, que talvez evite outro maior. Não assim em tempos de crises sociaes e sobre tudo hoje, quando os povos estão cerca de voragem immensa que ameaça tragal-os.

Foi por isso que já em breves palavras, defendemos o acto governativo, que pelo lado dos principios não póde soffrer contestação; mas que, á luz dos factos, dizemos antes á luz sinistra dos incendios de Paris, era imperiosamente imposto pela defeza social.

E' verdade, que se tem dito parecer a prohibição das conferencias democraticas antes receio da discussão, do que prevenção de catastrophes cuja imminencia se não vê. E aqui é um gosto vêr como os pavões se infunam e se crêem já incontradiziveis mestraços!

Era a desculpa dos pobres jornaes do Imperio pelos excessos e demasias dos clubs. Outros, mais *politicos*, deziam, que se deixassem abertas essas valvulas aos vapores infernaes, sendo que seriam assim menos maleficos.

Dois sophismas grosseiros. Quando mal se organisa, não achando contradicção; avança sempre se o deixam e cada vez mais audaz e exorbitante. A sciencia é pouca ou nenhuma; a razão está alli cada vez mais desarrasoada, mas que alguem se lhe opponha; é esmagado.

Alli não se trata de investigar, de saber; trata-se de investivar, de apaixonar, de incendiar.

E' o que aqui fariam as conferencias.

E quando a gente vê, qual a bagagem scientifica dos conferenciadores, mais se convence do que levamos dito.

Não nos apoiemos em texto menos authentico, procuremos um incontroverso.

O sr. Saragga (Salomão) em carta agastada contra a prohibição diz assim:

«Mas supponhamos que a sciencia, que tem occupado espiritos taes, como Strauss, Renan, Scherer, Vacherot, Renan, Bunsen, Réville e outros, não possa ter a sua livre manifestação entre nós.»

Então não veem já os indicios da salomonica sciencia?

E' verdade que o sr. Saragga mostra que só leu e estudou os adversarios da Religião, e que por tanto é incapaz de nada saber solidamente; é verdade, que mostra não conhecer nem Wallon, Nicolas, Gratry, Meignan, Valroger, Freppel, a celebre revista, *Etudes Religieuses*, nem os allemães Rittinger e companhia; mas em compensação lê Strauss, esquecido já na Allema-

FOLHETIM

O MESSIAS

EPOPEIA DE KLOPSTOCK

Traduzida, em prosa, do original allemão para portuguez

POR

JOÃO FELIX PEREIRA

Medico, engenheiro civil, agronomo, e traductor do Paraiso Perdido de Milton, em verso e em prosa

(Continuado do n.º 7:005).

«Sim, era ella, era a voz de meu fallecido pae, era assim que elle faltava, era assim que o vi, quando estava para morrer! E', pois, certo, que o Messias me odeia! Até entre os mortos, isso é cousa sabida! O que tu apenas presentias, ó desamparado Judas, te annuncião agora as almas dos mortos! Eis pois! vou executar tudo o que a visão me ordenou! Mas pensado indifferente para com o Messias! E se o sonho me foi suggerido por minha misanthropica melancholia ou por Satanas? Fogo, pensamento mesquinho e pusillanime! Sinto em mim um ardente desejo de riquezas! um ardente desejo de vingança! Que és tu, alma, que eras tão delicada, tão sensivel, tão timida, para te atormentares com insignificantes pensamentos? Um sonho se te apresenta! O sonho te ordena vingar-te! Quando uma visão ordena vingança, esta vingança está justificada!»

Satanas ouviu assim falar aquelle, que a justiça do juiz soberano já de longe alcançava, havia algum tempo, por ter profanado a innocencia de sua alma; e, cheio de silenciosa soberba, olhou para elle com ar selvatico. E' assim que um temeroso rochedo, erguido até ás nuvens, olha para os cadaveres, que flutuão no ondeante mar. Mas eis que o raio fere o rochedo, e o despedaça em pedaços nas voragens do mar profundo; as ilhas o verão cair e applaudirão o raio vingador.

Satanas deixou o monte, volteou altaneiro por sobre Jerusalem e procurou a Caiphas em seu pacifico palacio, para infundir, no impio coração do inimigo e summo sacerdote da divindade, sentimentos ainda mais impios, e para illudil-o com escuras visões.

Judas Ischariotes se conservava ainda no montanha, mergulhado em vagos pensamentos. Agora, o dia se levantava sobre o mundo adormecido. Jesus acordou, e João com elle. Ambos forão ao monte, e alli acharão os discipulos ainda dormindo. Jesus pegou nas mãos inertes do piedoso Lebbeo, e, acordando-o, lhe disse:

«Aqui estou vivo ainda, piedoso Lebbeu!»

O discipulo saltou, abraçou-o chorando, correu a despertar os outros discipulos e os conduziu a Jesus, que, vendo-os, como em familia, ao redor de si, lhes disse:

«Vinde, sancta familia, havemos ainda de celebrar, junctamente, este ultimo dia, antes do dia de despedida! Vinde, Saron ainda está aberto para nós, o ceo derrama ainda, sobre os nossos campos abençoados, o orvalho das matutinas nuvens. Vêde, o cedro celeste, creado por meu pae, ainda projecta sua fresca sombra. Ainda vejo o homem de tão divina imagem andar por entre os meus immortaes! Mas, em breve, tudo isto deixará de existir! Em breve, o ceo se toldará de escuras e medonhas nuvens! Em breve, as entranhas da terra tremerão com violencia, e estes abençoados campos serão devastados! Em breve, os homens lançarão para mim vistas de morte! em breve, vós todos fugireis de mim! Não chores Pedro, não chores, tu, meu consternado discipulo! Ao pé da caporra, a cepora não chora. Ah, tornareis a ver-me, como o filho unico, que torna a ver sua mãe, entre os resuscitados.

Emquanto falava assim a seus discipulos, brilhava em seu rosto uma serenidade divina; mas, em seu coração, já sentia as estranhaveis e sublimes dôres da redempção. [illegible], partia, e todos, menos Ischariotes, o seguirão como amigos. De longe, já á sombra do olival [illegible], o Ischariotes lhe tinha ouvido tudo; e disse comsigo, acompanhando com a vista a Jesus, até grande distancia:

«Elle já sabe, que um tenebroso dia, um dia de adversidade o ameaça! Saberá tambem, como ha de oppor-se aos seus perseguidores, e, invencivelmente, acabará o que principiou. Mas já sabe tambem, ó Judas, sabe o que resolveste? Quereras entregal-o! Mas se a visão me illudisse? enganar-me-ia o sonho? Se o pae veio illudir-me, para me atormentar ainda mais com o seu odio, oh, maldicta seja a hora, em que adormeci, e em que meu pae, como um espectro da morte, me appareceu! Quando elle voltar, hão de ouvir-se, no alto dos montes e no fundo dos sepulcros, os clamores de morte! Maldicto seja o logar, em que me deitei e adormeci! Alli, alli, um perverso filho ha de mactar o pae! Ah! corra [illegible] o sangue do meu mais estimado amigo, que [illegible] se mate por suas proprias mãos! Judas, para onde te desencaminhas? para onde? Porque te agastas contra ti mesmo? Não te desencaminhaste, se foste illudido! Uma visão me aconselha entregar o Messias, e pouco por isso: maldicto seja, ó tu, o mais terrivel dos dias, no qual o Messias me escolheu, no qual o Messias, cheio de amor, e com ar de benevolencia, me disse a mim obediente:—Segue-me!—Devias ter ficado immovel na escuridão da noite! Mas já vens, a ponto te acompanhe no meio das trevas! As morticinas exclamam te mostram, quando o sol faça descer seus raios sobre ti! Deu, ninguem fale de ti, e Deus se esqueça de ti! Quão acerba dor se apodera de mim! como se me abalão os ossos! Judas, onde estás? Desperta, só corajoso! Porque te atormentas, desgraçado? Tuas visões não te illudem! E, ainda que te illudissem, conhecer outro meio de chegar ao fim do teu ardente desejo?»

Assim exclamava Judas enfurecido, e, depois da visão, que tivera, duas horas terriveis mais o aproximavão da eternidade.

FIM DO CANTO TERCEIRO

CANTO IV

ARGUMENTO

Caiphas, que, tambem, tivera um sonho, inspirado por Satanaz, reune o synedrio, para se tomar uma decisão final, ácerca da morte de Jesus. Refere o sonho, que faz passar por uma inspiração divina. Philo, phariseu, contradiz Caiphas; mas vota, com mais vehemencia ainda, pela morte de Jesus. Gamaliel aconselha, que se abandone a causa ao juizo de Deus. Nicodemo lhe agradece publicamente. Philo faz um violentissimo discurso contra o Messias, Gamaliel e Nicodemo, discurso, saggerido, e occulto, por Satanaz. Este havia entrado com Ithuriel, invisivelmente, quando Judas se aproximava para trahir a Jesus. Nicodemo responde a Philo e sae da assemblea com Joseph. Judas chega, e, em segredo, expõe os seus planos a Caiphas, que os expõe á assemblea e recompensa o traidor. O Messias se acerca de Jerusalem e envia, á cidade, Pedro e João, afim de prepararem a ultima ceia. Da terrado da casa, Pedro avista a mãe de Jesus, Lazaro o resuscitado, Maria irman de Lazaro, o filho de Naim, e Cidelia irman de Jairo, que buscão a Jesus. Estes veem a Pedro e sabem, João diz, que, em breve, Jesus voltará de Bethania. Maria espera. Todos estão silenciosos. Piedosos amores de Cidelia e do filho de Naim. Maria não póde esperar mais. Julga encontrar seu filho no caminho de Bethania. Jesus toma outro caminho e demora-se no Golgotha. Fica juncto do sepulcro novo de Joseph e pensa em sua morte e resurreição. Era pelo fim da tarde. Jesus vae para Jerusalem. Judas encontra-se com elles, juncto dos muros da cidade. Ithuriel diz ao Messias, que não póde continuar a ser o anjo tutelar do traidor. E' destinado por Jesus para segundo anjo de Pedro. Jesus entra na cidade; põe-se á mesa com todos os discipulos, fala de sua morte, despede-se d'elles, prediz a traição, e institue a commemoração de sua morte. João cae, quando olha para o calix, aos pés de Jesus, e vê a reunião dos anjos presentes. Judas quer imitar a João; Jesus diz-lhe, que se levante; e lhe prophetisa, de novo, a sua traição. Judas sae. Já era noite. Pensamentos de Judas, em casa de Caiphas. Agora é um ajunctamento solemne. Jesus fala de sua glorificação. Temeridade de Pedro, e predicção de sua proxima infidelidade. Jesus sae, de [illegible], entre os seus discipulos. Depois levanta-se e vae ao monte das Oliveiras, para se offerecer em sacrificio, em logar dos homens. Ao aproximar-se de Cedron, demora-se sobre um côrro e designa a Gabriel um logar solitario em Gethsemani, onde ha de junctar os anjos.

Ainda Caiphas, cheio de anciedade, estava em seu leito, d'onde fugira o repouso, depois da negra visão de Satanaz; durante instantes, tornava a acordar, e, agitado de mil pensamentos, se revolvia com violencia. Tal como estrebucha, no campo da batalha, o athleta moribundo; tudo o confunde e aterra; o vencedor, que se aproxima, o cavallo, que se empina, o ruido das cotas de armas, a algazarra e o furor dos soldados embebidos na mortandade, o ceo trovejando com os tiros das armas de fogo. Elle, fóra de si, com a cabeça fendida, jaz entre os mortos e cuida morrer. Depois levanta-se, e ainda vivo, e ainda pensa, e amaldiçoa a vida, e, com as mãos pallidas e moribundas, arremessa o seu proprio sangue para o ceo; blasphema a Deus e ainda estaria prompto a negar-lhe a existencia. Assim estupefacto, se levantou Caifaz, e, a toda a pressa, mandou convocar, para sua casa, o conselho dos sacerdotes e dos mais velhos do povo. O conselho foi celebrado em uma espaçosa sala, situada no meio do elevado palacio de Caiphas, feito de madeira do alto Libano, estylo salomonico. Alli se reunirão os sacerdotes e os mais velhos do povo, com o muito celebre José de Arimathéa, que era um sabio entre toda a posteridade degenerada do divino Abrahão, e do numero dos poucos nobres, que ainda restavão. Assim como a lua gyra, placida, por entre as altas nuvens, por cima de nossas cabeças, assim, tranquillo, José caminhava para o conselho. Tambem compareceu Nicodemo, amigo do Messias e de José. Logo, Caiphas se apresentou com ar sombrio, e, cheio de furor, disse:

(Continúa)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 110 - A Nação 04/julho/1871 – p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

4.9 - Jornal do Comércio 28/junho/1871

Fig. 111 – Jornal do Comércio 28/junho/1871 – p.1

JORNAL DO COMMERCIO

Quarta-feira 28 de junho de 1871

LISBOA, 27 DE JUNHO

PARTE OFFICIAL

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

4.10 - O Diário Popular 7/junho/1871

Fig. 112 – O Diário Popular 7/junho/1871 – p.1

O DIARIO POPULAR

N.º 1:667 | **Assignaturas em Lisboa:** Mez, 240 réis; trimestre, 700 réis. **Provincias,** trimestre, 1$125 réis; e semestre, 2$250 réis; pagas adiantadas. | Lisboa — Quarta feira, 7 de junho de 1871 | **Publicações:** Corpo do jornal, 40 réis a linha; annuncios 20 réis; venda avulso, 10 réis. Toda a correspondencia deve ser dirigida ao administrador A. Costa. | 6.º ANNO

TIRAGEM

20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

As noticias que se recebem de França e Hespanha, combinadas com os factos que vão succedendo neste paiz, mostram que está creada uma situação gravissima, á qual os nossos homens de estado devem prestar a maxima attenção. Só um governo verdadeiramente popular conseguirá talvez conjurar os perigos, que neste momento ameaçam o reino e a dynastia.

Em França luctam dois regimens bem oppostos, por um lado os legitimistas unidos com os orleanistas, por outro lado os republicanos. O elemento imperial não nos parece que tenha probabilidades taes, que mereçam attenção seria. Se o conde de Chambord triumphar temos necessariamente na Europa um periodo de reacção, que não se limitará a levar ao poder os partidos conservadores. Ha de tender fatalmente a auxiliar em Hespanha o partido carlista e em Portugal o miguelista, sem que se lhe opponha de certo a Prussia cujo soberano para comprimir as aspirações liberaes dos allemães, folgará de appoiar-se em governos reaccionarios estabelecidos nas outras nações da Europa.

Pelo contrario se triumpha o regimen republicano, como apesar dos seus revezes a França não pode deixar de ser a grande nação da raça latina, o contagio deve propagar-se rapidamente em Hespanha onde não lhe faltam elementos.

Os erros politicos dos nossos homens de Estado, podem fazer que Portugal não fique isento d'este incendio. O systema representativo teve entre nós fortes raizes; hoje, magoa é dizel-o, acha-se gravemente enfermo e qualquer crise pode precipitar a sua destruição.

A monarchia hespanhola appoia-se apenas no partido progressista e vê-se ameaçados pelos republicanos, pelos carlistas, pelos isabelinos e pelos montpensieristas. Qualquer impulso que venha de França pode derrubar a nascente dynastia italiana, que não está ainda bastante robusta para resistir aos embates dos partidos. Quando a situação de França se defina claramente, não devemos admirar-nos se, de um dia para outro, vier de Hespanha alguma noticia surprehendente.

Entre nós é facto que o partido miguelista, appoiado já por alguns elementos liberaes trabalha activamente. Ao que se diz, tem um centro fortemente constituido que funcciona permanentemente, dispõe de abundantes meios pecuniarios e tem ramificações poderosas nas provincias do norte. Affirma-se que delegou alguns dos seus membros para irem conferenciar com o principe D. Miguel e accrescenta-se, que em breve publicará um manifesto habilmente redigido, promettendo que o novo soberano desistirá da lista civil e concederá mais amplas liberdades, que as conferidas pela carta e pelas leis d'ella derivadas.

Se as coisas são assim, e poucas podem dar-se como duvidosas, certo é que a nossa situação bem longe está de segura.

Foi, comtudo, neste momento que alguns intrigantes conseguiram illudir o sr. marquez d'Avila e aconselharam a el-rei uma dissolução impolitica e prejudicialissima. Deus affaste o dia, em que os illudidos reconheçam já tarde o laço em que caíram. É possivel que então os maus conselheiros se bandêem para o legitimismo ou para a republica; mas os amantes da dynastia reinante e os amigos do paiz talvez então já não possam evitar os males, que estamos prevendo.

Emfim, *alea jacta est;* agora o futuro já não nos pertence, nem d'elle podemos ter a responsabilidade. Recáia o erro sobre quem o aconselhou, e Deus permitta que o paiz não soffra as consequencias de actos que não approva.

AO PAIZ

Os abaixo assignados, deputados na ultima camara popular, não podem eximir-se ao dever de manifestar em breves termos aos seus eleitores e ao paiz qual foi o seu procedimento parlamentar, e de tornar patente a pesada responsabilidade dos que provocaram e aconselharam a nova dissolução.

Os abaixo assignados, interpretando fielmente os desejos do paiz, esforçaram-se porque o governo acudisse com promptas e efficazes providencias a melhorar a actual situação da fazenda publica, revendo-se cuidadosamente o orçamento do estado, eliminando-se as verbas inuteis ou menos necessarias, e repartindo-se por egual o sacrificio entre o governo—pela reducção das despezas nacionaes—e o povo—pela sensata imposição de equitativas contribuições.

Parecendo-lhes que não seria apenas illusoria a sinceridade reformadora do governo, os abaixo assignados abstiveram-se de perturbar com incidentes politicos a marcha do governo, e já nas commissões, já nos debates da assembléa cooperaram lealmente para que se chegassem a effectuar valiosas reducções nos gastos publicos, e se fizessem na administração proveitosas modificações.

O governo, porém, apparentando apenas o zelo do bem publico, foi pouco a pouco revelando que lhe eram desagradaveis as doutrinas de reforma e as praticas salutares de economia.

Apresentando á apreciação do parlamento propostas tributarias, que levantaram contra si reclamações universaes, e abandonando-as, sem as substituir nem emendar, deixou inteiramente desamparada a gravissima questão da fazenda publica, em cuja solução se dissera empenhado e resoluto.

Tendo acceitado nas commissões algumas reducções no ministerio da marinha, negou-lhes o seu assentimento apenas chegado o momento de as votar.

E lançou á conta dos representantes da nação o desaccordo entre a camara dos deputados e o poder executivo.

Pretendeu obrigar a camara a consagrar com o seu voto excepções e privilegios que tornavam immunes de imposto alguns bancos e companhias.

E imputou egualmente a desharmonia entre a camara e o governo ao espirito partidario da maioria, não se lembrando quanto perante a consciencia de muitos, seria injustificavel a isempção do tributo a opulentas companhias na mesma occasião, em que o governo propunha tributar os que, entre as classes mais pobres e desvalidas, apenas ganham para manter na penuria, uma vida attribulada e miseravel.

Negando-se abertamente a deixar discutir e examinar a receita e a despeza do estado, primeira e fundamental obrigação dos mandatarios populares, protegendo com a sua obstinada resistencia as prodigalidades do orçamento, veio á ultima hora exigir a lei de meios, impondo aos representantes do paiz que com a sombra apenas do debate, a discutissem e votassem n'uma unica sessão.

Os abaixo assignados, chamados pelo seu dever a conservar illesas as prerogativas da camara popular, concederam ao governo uma limitada authorisação para a cobrança dos impostos e obrigaram o poder a convocar em breve praso os novos eleitos da nação.

A mais efficaz, talvez a unica defesa, que resta legalmente ao povo contra os governos invasores dos seus fóros e immunidades, é o direito de conceder ou negar ao poder executivo, pelo voto dos deputados, os recursos necessarios ao serviço e á administração.

Os abaixo assignados usaram d'este direito e no meio da preversão dos principios liberaes em assumptos de governo julgaram indispensavel affirmar mais uma vez os direitos da nação e recordar aos poderes politicos a separação e independencia das suas attribuições.

Os abaixo assignados, inspirados pela opinião geral d'este paiz, desejavam:

Que o governo caminhasse leal e resolutamente á frente das reformas e que com o seu exemplo e energia acompanhasse a camara popular;

Que se examinasse e corrigisse o orçamento, cortando sem hesitação as suas excrecencias, que pesam sem nenhuma utilidade sobre a bolsa da nação;

Que reduzida a despeza publica, quanto o permittisse a occasião e o bom serviço, se appellasse para o patriotismo dos cidadãos, impondo-lhes novos sacrificios, que não fossem onerar exclusivamente as classes menos afortunadas, para eximir aos encargos publicos os cidadãos mais opulentos ou as mais poderosas associações.

Isto queria o paiz; isto pretendiam os deputados.

O governo professava outras opiniões. A dissolução foi a pena imposta á independencia e ao civismo.

A camara foi dissolvida.

Porque estava determinada a discutir o orçamento;

Porque não condescendeu em isemptar do imposto alguns bancos e companhias;

Porque votou a extincção dos cargos dispendiosos e superfluos;

Porque não quiz deshonrar pela complacencia com o poder o mandato que recebeu para reformar e corrigir a fazenda e a administração.

Os abaixo assignados tem pois a consciencia de ter cumprido dignamente o seu dever.

Cabe agora aos eleitores fazer respeitar o direito da nação.

Lisboa, 6 de junho de 1871.

Antonio Cabral de Sá Nogueira.
Alberto Carlos Cerqueira de Faria.
Alberto Osorio de Vasconcellos.
Antonio Augusto Pereira de Miranda.
Antonio Augusto Soares de Moraes.
Antonio Augusto de Sousa Azevedo Villas.
Antonio Joaquim da Veiga Barreira.
Antonio José Antunes Guerreiro Junior.
Antonio Pedroso dos Santos.
Antonio Pequito Seixas de Andrade.
Antonio Pereira da Silva de Sousa de Menezes.
Antonio dos Santos Viegas.
Antonio de Vasconcellos Pereira Coutinho de Macedo.
Augusto da Cunha de Eça e Costa.
Augusto Saraiva de Carvalho.
Barão do Salgueiro.
Bernardino Pereira Pinheiro.
Bernardo Pereira de Andrade.
Domingos Pinheiro Borges.
Eduardo Augusto Pereira Brandão.
Francisco de Almeida Cardoso d'Albuquerque.
Francisco Antonio da Silva Mendes.
Francisco Antonio da Veiga Beirão.
Francisco Coelho do Amaral.
Francisco Julio Caldas Aulete.
Francisco Pinto Bessa.
Henrique de Barros Gomes.
Jacintho José da Palma.
João de Azevedo Sovereira Zuzarte.
João José de Mendonça Cortez.
Joaquim Alves Matheus.
Joaquim Augusto da Silva.
Joaquim Nogueira Soares Vieira.
Joaquim de Vasconcellos Gusmão.
José Bandeira Coelho de Mello.
José Dionisio de Mello e Faro.
José Elias Garcia.
José Joaquim Rodrigues de Freitas Junior.
José Maria Latino Coelho.
José Maria Rodrigues de Carvalho.
Julio Cesar d'Almeida Rainha.
Lopo Vaz de Sampaio e Mello.
Luiz d'Almeida Coelho e Campos.
Luiz Augusto Pimentel.
Manuel Marques Pires.
Manuel Thomaz Lisboa.
Marianno Cyrillo de Carvalho.
Sebastião Lopes de Calheiros e Menezes.
Thomaz Frederico Pereira Bastos.

O sr. ministro da guerra mandou fornecer as espingardas e mais artigos que lhe requisitou a commissão central 1.º de dezembro de 1640, para instrucção dos alumnos dos collegios, que se estão adestrando nos manejos militares, sob os auspicios da mesma commissão.

O sr. Joaquim Antonio de Almeida, foi nomeado administrador substituto do concelho de Sabugal.

Na companhia das Lezirias foi ante-hontem reeleita a direcção.

O *Diario* publicou hontem o decreto convocando as assembléas eleitoraes do reino para o dia 9 de julho a fim de elegerem um deputado por cada um dos circulos eleitoraes.

Os governadores das provincias ultramarinas mandarão proceder ás eleições nas epochas e prasos que forem compativeis com as distancias e meios de communicação. Da mesma faculdade usarão os governadores civis das ilhas adjacentes, quando deixem de receber communicação do decreto a tempo de poderem realisar-se as eleições nas epocas que elle estabelece.

Hontem foi confirmado na relação o despacho do juiz de direito de Beja que não pronunciou o recebedor daquella comarca o sr. Constantino de Menezes, victima de um roubo que não lhe póde ser attribuido.

Por falta de espaço só amanhã podemos continuar a publicação do relatorio do importante projecto de lei sobre corporações e bens ecclesiasticos do sr. Bernardino Pinheiro. Pedimos desculpa aos nossos leitores.

É no sabbado a proxima recita no theatro Taborda.

Despachos telegraphicos

Londres, 6, á 1 *hora da tarde*

Reina tranquillidade perfeita em Paris.

O corpo diplomatico volta para Paris.

Na assembléa franceza a questão da eleição dos principes orleanistas foi addiada até quinta feira.

O enterro do arcebispo e dos mais refens que foram mortos, verifica-se ámanhã; a cerimonia será feita com toda a pompa.

O emprestimo francez proposto é de cem milhões de libras sterlinas.

(Serviço sub-marino).

Versailles, 6, *ás* 10 *h. e* 45 *m. da m.*

O jornal official publica as nomeações de Lambrecht para ministro do interior, Lefranc da agricultura, Cissey da guerra, Leflô para a embaixada em S. Petersburgo, Leon Say para prefeito do Sena. A esquerda e o centro insistem em propor a prorogação dos poderes de Thiers por 2 annos, a fim de dar ao paiz garantias de estabilidade, sem a qual nem os commerciantes nem os financeiros se atrevem a nenhuma operação importante. Crê-se que a maioria da assemblea apoiará a prorogação. Ainda se não determinou a epoca das eleições supplementares. Ha socego completo nos departamentos. Não se confirma a noticia da prisão de Felix Pyat na Suissa. O conselho de guerra ainda não começou a julgar os insurgentes prisioneiros. (Havas).

A camara municipal convidou o sr. deão da Sé para cantar em Santo Antonio o *Te-Deum* a que hade assistir o imperador do Brasil.

Foram approvadas pelo governo as tabellas propostas pela companhia do caminho de ferro do norte e leste, sendo uma para viagem de recreio em comboio especial de Madrid a Lisboa com bilhetes de ida e volta a preços reduzidos validos desde 6 a 17 do corrente e outra tambem com bilhetes de ida e volta a preços reduzidos validos de 10 a 14 por occasião dos festejos de Santo Antonio entre as estações da linha do norte e leste e vice-versa.

Dizem-nos haver dois dias que apparece de manhã retirada a agua do chafariz de Entre Campos, o que já, nos annos anteriores, pela estação calmosa, tem acontecido, originando graves transtornos aos moradores daquella localidade.

300 **FOLHETIM**

ULTIMAS PROEZAS DE ROCAMBOLE

POR PONSON DO TERRAIL

Traducção de F. F. da Silva Vieira

PARTE QUARTA

A fogueira da viuva

LIII

O mar estava então tão eriçado como o cume dos Alpes.

O *West India*, ora suspenso na crista de uma vaga gigante, ora rolando nas profundezas do abysmo, parecia uma casca de noz.

De instante a instante era o brigue encapellado por vagalhões que lhe varriam o convez.

A tripulação agarrava-se aos cabos, e a tudo que podia.

John Happer fizera-se amarrar ao banco de quarto.

Os mastros rangiam sob a força do vento.

Se eu não tivesse já sido maritimo teria perdido de certo o animo.

Mas ainda me lembrava da terrivel noite em que fugira da galé de Toulon; e além d'isso, confiava na serenidade, no arrojo e experiencia de John Happer.

O homem parecia transfigurado.

A voz d'elle parecia um trovão, e dominava o ruido do vento e o rugido das vagas.

Tippo quizera ir para o lado do capitão, e, como elle, fizera-se amarrar á amurada.

De cada vez que o *West India* trepava á orla de uma vaga, avistava-se o junco.

Todos o viam então dançar sobre as ondas como um verdadeiro fogo-fatuo.

E John repetia:

—Não é o temporal o que me mette medo... O que receio são os piratas!

—Naturalmente estão em tão maus lençoes como nós... balbuciou Tippo.

—Por agora, sim; mas depois...

—Depois o que? pergunto Tippo. Depois hão de ter avarias para reparar, como nós.

—Se estivessemos mais perto, e se fosse dia, replicou John Happer, veria que arriaram toda a mastreação do junco... Está raso que nem um pontão, e por isso não tem que recear da tempestade... Aquillo são mastros que se arriam n'um abrir e fechar de olhos...

Quando elle assim fallava caiu sobre nós uma rajada, que obrigou o brigue a dar a borda; ao mesmo tempo deu o mastro grande um estalo assustador.

John Happer soltou um rugido; e com a machadinha de abordagem que tinha junto de si, cortou o cabo que o prendia ao banco de quarto, e saltou para o convez com a rapidez do relampago.

Durou isto dez minutos.

O capitão, o carpinteiro do navio e dois marinheiros trataram de picar o mastro.

Ao cabo de dez minutos, deu o mastro o ultimo estalo, e caiu ao comprido no convez, arrombando parte da amurada de estibordo.

O navio ergueu-se no mesmo instante; e John Happer soltou um brado de triumpho.

Entretanto tornou a desapparecer o infernal pharol do junco.

—Talvez tenham soçobrado... disse Tippo.

—Qual!... replicou o capitão; naturalmente encontraram alguma corrente submarina que os arrastou comsigo.

—Se assim foi estamos salvos.

Nadir abanou a cabeça.

—Não receies nada... disse-me elle. A tripulação do junco não é composta de chinezes... Dentro de oito dias apparecem de novo nas nossas aguas; e talvez que nem oito dias esperemos...

Nadir fallava com tal confiança, que eu não podia duvidar das suas palavras.

Nos mares da India são terriveis os temporaes; mas são pouco duradouros.

O vento foi abonançando gradualmente, e ao amanhecer estava o mar quasi sereno.

Nós tinhamos perdido parte da mastreação, e grande porção de apparelho; além d'isso, uma das vergas que nos encapellára, levára-nos tres marinheiros.

Entre elles foi-se um dos suppostos malaios, quer dizer, um dos homens contratados por John Happer, e com quem Nadir podia contar.

Assim, pois, já não eramos senão tres a bordo.

Mas o junco seguia-nos.

Porque razão se teria elle affastado?

—O capitão engana-se, disse-me Nadir; n'estas paragens não ha correntes sub-marinas.

—A verdade é que já se não vê o junco.

—Elle apparecerá.

O sol resurgiu em breve na plumbea abobada celeste, que a pouco e pouco reassumiu a sua côr azul; mas se o mar estava ainda agitado, o vento amainára de todo.

—É necessario pensar em reparar as avarias, dizia o capitão a Tippo Runo.

—É em continuar a nossa viagem, respondeu o traidor, cujo maior desejo era pôr já o pé em terra ingleza.

—Hoje havemos de seguir muito melhor.

—Os piratas parece que nos abandonaram.

—Assim o espero.

E John Happer, sem cessar de dar ordens para desempachar o convez, e reparar a amurada, continuava a assestar o oculo em differentes pontos do horisonte.

O junco tornára-se invisivel.

Então já Nadir principiava tambem a encrespar os sobr'olhos.

—É impossivel, dizia-me elle, que Koulmi tenha perdido o rumo.

—Quem é esse Koulmi?

—É o commandante do junco, e que sabe maravilhosamente qual o rumo seguido pelos navios que se fazem de vela para a Europa.

—Talvez o junco venha demasiadamente carregado.

—Nada... não é isso.

De subito apertou-me Nadir o braço, com tal ou qual violencia.

—Olha! disse elle ao mesmo tempo.

E apontou para oeste.

Ora eu tenho boa vista; tenho olhos de maritimo; pois apesar d'isso não vi nada.

Ouvindo porém ao mesmo tempo uma praga de John Happer logo atingi a verdade.

O que Nadir lobrigava, o que eu não podia vêr, o que John Happer tinha então diante do oculo, era o junco, ao qual tinhamos precedido muito durante a noite.

—O junco! o junco! uivou o capitão.

E passou o oculo ás mãos de Tippo Runo.

—Eu não preciso de oculo, disse Nadir em voz baixa... Vejo melhor ainda que a aguia das montanhas!... É com effeito, o junco. Largou já o pano todo e vem sobre nós; d'aqui a duas horas estaremos quasi a par.

John Happer voltara-se para Tippo Runo.

—Não me resta a minima duvida, disse elle; é a nós que o junco dá caça.

—E julga que nos atacará? perguntou Tippo em tom de inquietação.

—Antes do sol posto! Não ha que duvidar... é o que eu digo!

E John Happer principiou a preparar-se para o combate, com a mesma tranquillidade que mostrára durante o temporal.

Mandou carregar os canhões com metralha, e distribuir armas a toda a tripulação.

Depois esperou.

O junco seguia vagarosamente, mas não deixava de seguir.

Dentro em pouco vimol-o distinctamente, como a gente toda no convez.

Quando chegou ao alcance dos canhões pôs-se de kapa.

(Continúa).

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 113 – O Diário Popular 7/junho/1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

O Alfageme é de opinião que o ato de proibir as Conferências Democráticas encheu de indignação todos os homens livres, e depois de publicar o protesto dos preletores declara o sr. Guilherme de Azevedo, redator daquela folha que junta o seu nome aos nomes dos seus amigos com os quais se declara solidário para todos os efeitos, como um dos promotores das conferências.

4.11 O Diário Popular 08/julho/1871

Fig.114 O Diário Popular 08/julho/1871 p.1

O DIARIO POPULAR

N.º 1:693 | **Assignaturas em Lisboa:** Mez, 240 réis; trimestre, 700 réis. **Provincias,** trimestre, 1$125 réis; o semestre, 2$250 réis; pagas adiantadas. | Lisboa—Sabbado, 8 de julho de 1871 | **Publicações:** Corpo do jornal, 40 réis a linha; annuncios 20 réis; venda avulso, 10 réis. Toda a correspondencia deve ser dirigida ao administrador A. Costa. | 6.º ANNO

TIRAGEM

20:000 exemplares

Pede-se aos srs. assignantes na provincia que desejarem renovar as suas assignaturas, o favor de mandar o importe da renovação ate o dia em que ellas findam, para não soffrerem interrupção na remessa do jornal.

BOLETIM POLITICO

Os que com seus disperdicios e immoralidades concorreram para a ruina do thesouro, são os mesmos que levaram o paiz ao estado de descrença em que actualmente se encontra.

Depois que uma manifestação imponente lhes significou por modo bem claro que não mereciam a confiança publica, depois que vergando sob o peso da sua impopularidade se desenganaram de que não podiam aspirar ao poder e alcançal-o pelos meios regulares, mudaram de systema e recorreram á intriga. Como o povo os repellia acercaram se do rei, dando lhe maus conselhos, procurando influir em seu animo para que no exercicio da mais eminente das suas prerogativas resolvesse por modo que lhes fosse util e por tanto contrario ao bem do paiz.

Assim quando uma camara independente no uso de seus direitos pretendia que se discutisse o orçamento, não como uma mera formalidade, mas para que se estudasse a distribuição das despezas e se cortassem superfluidades que não são mais do que o premio da ociosidade e da mandriice, quando votava contra as edioras isenções com que os mesmos que disseram o povo *pode e deve pagar mais*, iam beneficiar os ricos e poderosos, quando em sua maioria sustentava o justissimo principio de que não devem haver privilegios e que todos, ainda os de mais elevada jerarchia, devem concorrer para as necessidades publicas, tramava se a occultas contra essa camara e aconselhava se á corôa mais uma dissolução, regeitando todas as indicações constitucionaes e levando o poder moderador a praticar um acto que os homens independentes e que sobretudo respeitam os principios não podiam apreciar favoravelmente.

O povo viu depois os auctores responsaveis d'esse ataque ás instituições conglobarem-se em torno de um governo, que elles tinham apodado de inepto, e a quem negavam confiança politica para o appoiarem no acto politico mais importante do systema representativo, qual o de dirigir uma eleição da assembléa legislativa. Viu recommendados pela auctoridade aquelles contra quem se manifestára, presenciou que contra a opinião do paiz ousavam apresentar-se como candidatos aquelles que se não fossem patrocinados pelo governo receberiam dos eleitores independentes, em resposta ás suas pretenções a mais monumental derrota, assistiu ás violencias e corrupções com que os delegados do poder central procuravam vencer os timidos e os de animo facil para votarem nos seus protegidos, observou com repugnancia transformados em cortezãos aquelles que nem respeitaram a propria virtude e que quando eram tão falsos populares como hoje são fementidos aulicos serviam da calumnia contra os primeiros cidadãos d'este paiz como a usam hoje contra os de humilde condição; assistiu a este triumpho immoral dos que financeira e politicamente tem causado os maiores damnos á nação. Tudo isto elle reconheceu e concluiu que a pratica sincera e leal dos preceitos do nosso codigo fundamental não existia e que só havia uma realidade, a absorpção de todos os poderes pelos devassos e o predominio dos corruptos.

N'estas tristes circumstancias, descreu; o golpe era profundo, devia magoar todos os cidadãos sinceros, e essa magoa pareceu levalos á indifferença. Mas a justiça ha de chegar a sua vez de triumphar, e os que abusam da paciencia de um paiz e contam com o seu animo soffredor, enganam-se, porque dura lição os espera.

A hora em que hontem escreviamos ter sido protestada á Companhia Regalia uma letra, efficuava ella o seu pagamento na importancia de 6:500$000 réis, resolvendo assim o incidente que se suscitou, por isso que a letra provinha de direitos de tabacos ainda existentes nos paioes dentro da alfandega e em valor muito superior á importancia da dita letra.

Alcançam a 10 de junho ultimo as noticias de S. Thomé. Havia socego e era regular o estado sanitario.

Hoje os officiaes que estão servindo na guarda municipal offerecem um jantar ao seu commandante o sr. barão do Rio Zezere. É dado no hotel de Bragança.

Dizem a uma folha de provincia que o sr. visconde de Seabra está encarregado pelo governo brazileiro de escrever o codigo civil para aquelle imperio.

O sr. Joaquim Antonio Marques, policia n.º 50 da 3.ª divisão, prendeu tres empregados de uma empreza que tinham falsificado differentes recibos. O policia procedeu com zelo e intelligencia que não podem deixar de merecer louvor.

Despachos telegraphicos

Londres, 7, á 1 hora da tarde

As noticias de França são cada vez mais favoraveis ao partido republicano moderado, sómente um legitimista e tres bonapartistas foram eleitos.

A cidade de Amiens foi declarada em estado de sitio pelo commandante allemão, em consequencia do assassinio de um soldado prussiano.

A camara dos communs ingleza nomeou uma commissão para deliberar ácerca do novo projecto de lei sobre as eleições, querendo estabelecer o systema de ballot (urna).

(Serviço Sub-marino.)

Paris, 7, ás 4 h. e 40 m. da t.

Foi approvado na assembléa o artigo 3 elevando o maximum da caução a 12000 fr. para as cidades de 50000 habitantes e a 6000 para as cidades de população inferior. Foram approvados outros artigos da totalidade projecto. Respondendo a Jaubert, relativamente aos estrangeiros não naturalisados, Favre repelliu a proposta por perigosa e inopportuna. «Não devemos, disse elle, incitar as paixões em frente da occupação que supportamos, mas seguir a politica de conciliação. Para exigir a disciplina das tropas de occupação é preciso cumprir pela nossa parte lealmente as condições da paz sem nos aviltarmos, e não tratarmos de nos elevar pela provocação, que poderia ter consequencias perigosas. Jaubert retirou a proposta.

(Havas).

Madrid, 7, ás 10 h. 30 m. da manhã

Diz o «Imparcial» que em vista da diversidade de opiniões ácerca do contracto com o banco de Paris, os deputados resolveram propor que se nomeie uma commissão encarregada de dar parecer ácerca da annullação do contracto, com indemnisação ou sem ella. Se a commissão ácerca dos tabacos apresentar o seu parecer, Sagasta substituirá Moret interinamente. Espera-se que estas questões se resolvam hoje.

(Havas.)

Hoje anda a roda; o popular Fonseca conta contemplar os seus amigos e freguezes com a sorte grande que é a 6:000$000 réis. Desejamos lhe que assim seja.

O sr. Balthazar Pereira de Macedo, alferes de caçadores 5, foi nomeado pelo governador de Angola para exercer o logar de chefe do concelho de Huilla.

Falleceu em Braga o sr. Leonardo Antonio Francisco, abastado proprietario n'aquella cidade.

O *Diario* publicou hontem os mappas estatisticos das aulas do conservatorio real de Lisboa nos annos de 1967-68 a 1869-70.

N'este ultimo anno matricularam se 163 estudantes do sexo masculino e 201 do sexo feminino; perderam o anno 60 alumnos e 57 alumnas, fazendo exame 246, sendo reprovados 8 alumnos e 9 alumnas.

A secretaria da administração do bairro oriental e a repartição de fazenda mudaram-se para a Rua do Bemformoso n.º 163.

O sr. dr. Alves propôz que se construisse um muro na rua do Barão que pertence á camara, collocando-lhe uma pequena grade de ferro.

A illuminação da cidade no 1.º semestre do corrente anno custou ao municipio a quantia de 28:159$533 ficando um saldo de 2:823$747 réis.

Pedem-nos que publiquemos a seguinte declaração:

O individuo condemnado no dia 6 por nome Jorge Pereira, não é o filho segundo do fallecido morgado e general Bernardo Pereira, da villa de Sacouca.

Perde-se uma bengala e um chapeo, chega a perder se a cabeça, mas perder se um burro e demais a mais carregado, é coisa que só ante-hontem se viu pela primeira vez, na praça do Campo de Sant'Anna. Quem perdeu o burro pode ir por elle ao commissariado da primeira divisão policial.

A camara por proposta do sr. Pinto Bastos deliberou que á porta do cemiterio oriental se collocasse uma caixa, afim de que as pessoas que forem visitar as mumias ali depositadas, possam fazer um acto de caridade deixando nella um obulo para a viuva e filhos de um empregado do dito cemiterio que contava 25 annos de serviço.

O sr. José Ferreira de Almeida, foi nomeado escrivão e tabellião do juiz ordinario do julgado do Barreiro.

Quem perdeu um passador de ouro póde procural-o no commissariado da primeira divisão.

O sr. Francisco de Assis Ribeiro e Sampaio, conservador privativo do registro predial na comarca de Arganil, foi transferido para Fafe.

Em substituição da *Gazeta do Minho* começou a publicar se em Braga um novo jornal intitulado *A sentinella do Minho*.

Ouvimos que devem chegar a Lisboa no principio do proximo mez os novos emprezarios do caminho de ferro Larmanjat, recommeçando os trabalhos immediatamente.

No paquete *Zaire* chegaram mais de cento e mais de duzentos documentos em defeza do governador de S. Thomé o sr. Pedro Craveiro Lopes contra as accusações que lhe fez o sr. Vital do Canto. Se fôr concedida a necessaria auctorisação serão publicados n'um folheto.

A folha official publicou hontem a carta de lei concedendo á empreza constructora do theatro Figueirense, na villa da Figueira da Foz, uma porção de terreno junto da Praça Nova, destinado á construcção do referido theatro.

Parece que vae ser eliminada a estação telegraphica semaphorica que se acha no terraço contiguo á sala do risco do arsenal de marinha.

Diz o *Pungolo* de Milão que Victor Hugo vae comprar uma casa em Knightsbridge, ao pé de Londres, e estabelecer a sua residencia em Inglaterra.

Na bolsa venderam-se hontem inscripções a 35,49 e 35,50. Ficaram offerecidos a 35,75 e 36. Fundos hespanhoes offerecidos a 27,25. Não tiveram compradores.

As provincias francezas annexadas á Allemanha contribuiram em larga escala para o emprestimo. Como é sabido, a cidade de Metz contribuiu com 20 milhões. Em Colmar, na Alsacia, só uma casa bancaria recebeu em algumas horas mais de 25 milhões.

O sr. L. Mascaranhas, pianista de bastante habilidade, e moço muito sympathico, publicou uma mazurka muito bonita que se intitula *O grito d'Alma*.

No domingo 9 do corrente pela 1 hora e meia da tarde, reune a assembléa geral do monte-pio dos actores portuguezes, para a continuação da discussão da reforma de estatutos.

Estão publicados os numeros 23 e 24 do jornal *La Moda Elegante*. Não lhes escaceia interesse, porque o assumpto de modas dá para muito. Desde o penteado ao sabor de milhares de cabelleireiros até o bico da bota de variada elegancia, ha thema para escrever o necessario afim de encher uma bibliotheca. *La Moda Elegante* sabe-o tão bem que tem sempre com que variar as suas apreciaveis columnas, publicando artigos curiosissimos.

Por noticias chegadas do Cabo da Boa Esperança consta que partira d'ali com direcção a Moçambique a escuna de guerra portugueza *D. Maria Anna*. Constava tambem que haviam desertado 15 marinheiros, fugindo para o chamado *Campo dos diamantes* na republica da Transvaal.

Consta que o Banco de Portugal se decide a abrir no seu escriptorio a subscripção para a companhia, á qual o sr. duque de Saldanha transferiu as concessões que obtivera para a construcção em Portugal de varias linhas ferreas pelo systema Larmanjat.

Ante-hontem, na estrada de Campolide um burro atirou ao chão um criado de servir, deixando-o muito ferido num sobr'olho.

Não se verifica o boato que se espalhara, ha dias, no reino visinho, relativamente á pessoa de sua santidade o papa Pio IX, em que diziam, que lhe estava resolvido a sair de Roma, e que para este fim já mr. Harcourt havia posto á disposição de sua santidade a fragata *Orenoque* para ser transportado para a Corsega. Tal noticia é inteiramente falsa e desmentida pelas folhas periodicas francezas.

Tem a data de 22 de junho ultimo as noticias de Cabo Verde. Tanto o estado sanitario como o alimenticio eram regulares. Havia socego. Da Guiné ainda não havia noticias posteriores ás da penultima mala.

Está já preso o sr. Francisco Patricio Nogueira, criado de servir, por ter atirado no dia 2 do corrente um frasco d'acido sulphurico á cara do sr. Alfredo Martins.

Por portaria do ministerio do reino foram considerados nullos os trabalhos do novo recenseamento eleitoral do concelho de S. Pedro do Sul e mandada fazer a proxima eleição de deputados pelo recenseamento antigo.

Na segunda feira verifica se no theatro da rua dos Condes o beneficio da sociedade discipulos de Talma.

O espectaculo é o seguinte: *O 99 de linha*, e por obsequio *O 66*, pelos actores Lucas Fialho, José Fialho e E. Doveria.

Toma parte o actor Antonio Pedro com uma scena comica.

Ao Mattal! Ao Mattal! Grande jantar de inauguração ámanhã ás cinco horas na sua casa nova do Chiado, e ... no jardim. Tudo lhe sorri; até chegou o calor, para saber bem jantar ao ar livre! Viva o Mattal!...

A *Rosa de sete folhas*, a explendida magica que attrahiu meia Lisboa ao theatro da Trindade, repete se hoje. Para quem não vio ainda é espectaculo de dar uma enchente real.

319 **FOLHETIM**

ULTIMAS PROEZAS

DE

ROCAMBOLE

POR

PONSON DU TERRAIL

Traducção de F. F. da Silva Vieira

PARTE QUARTA

A fogueira da viuva

—John Happer despedia toda a tripolação. Não conservou d'ella senão um moço de proa; e encarregou um homem de quem se julga seguro, de lhe recrutar dez marinheiros resolutos.

—E esse homem?...

—O tal de quem o capitão se julga seguro?... Pertence-me em corpo e alma. Não tenho agora tempo de te dizer porque e como... Verás...

—Aonde vamos agora?

—Ao Rei logo... á taberna de Calcraff.

—E acharemos lá o homem?

—Dentro em pouco até lá veremos John Happer.

Isto era ... obscuro para o Marmouset, o qual julgou inutil interrogar Rocambole.

D'alli a uma hora achavam-se ambos, com o João Coutourier, fechados n'um quarto que havia no primeiro andar da taberna, para onde Calcraff costumava levar os freguezes que tinham de fallar de negocios serios.

—Tem certeza de que John Happer vem aqui? perguntou Rocambole ao marinheiro.

—Ficou de estar aqui comigo ás nove horas, para eu lhe apresentar os dez marinheiros. Segundo a ordem que vossê me deu, não virão elles senão ás dez, de modo que teremos tempo de despachar John Happer.

E affirma que nenhum dos marinheiros o conhece particularmente?

—Pelo menos, nenhum navegou ainda com elle. Ha dois que dizem tel-o encontrado ha cinco annos nos mares do sul; mas, accrescentou o João Coutourier, vossê imitou lhe tão bem a cabeça, que não ha o minimo risco.

—Então, mãos á obra, retorquiu Rocambole.

A casa em que elles se achavam communicava-se com outra mais pequena.

—Eu vou esperar para alli, disse Rocambole. Podia reconhecer me e intentar resistir... É necessario surprendel o.

Ao mesmo tempo, Rocambole, que tinha debaixo da japona um pequeno embrulho, passou para a casa contigua, e postou-se atraz da porta.

O Marmouset ficou junto do marinheiro.

Dentro em pouco soaram nove horas em S. Paulo.

—Attenção! disse o João Coutourier.

E chamou Calcraff.

O taberneiro subiu immediatamente, levando tres copos de cerveja.

—Não tens ninguem lá em baixo?

—Não... Isto não são horas de jantar.

—Tu és surdo, não é assim?

—Surdo e cego. Mas a minha adega está aberta, e tenho lá um tonel vasio, que lhes hade servir optimamente para o seu intento.

E Calcraff retirou se sorrindo.

D'ali a poucos minutos soaram na escada passos pesados.

—Elle ahi está! disse o João Coutourier.

Com effeito, acto continuo entrou John Happer.

—Fiz-te esperar, disse elle; mas é que fui ao Almirantado, onde tinha grande precisão de ir. Ao mesmo tempo trouxe os meus papeis de bordo. Quem é este rapaz?

—É um dos marinheiros.

—Bem... E os outros?

—Não tardam ahi.

—Então, bebamos uma golada.

No momento, porém, em que John, sem a minima desconfiança se preparava para beber, abriu se a porta da casa contigua, e ouviu-se um ligeiro silvo; ao mesmo tempo sentiu-se o capitão meio estrangulado por uma corda que se lhe enrolára ao pescoço. Rocambole puzera em pratica o que aprendera com os estrangulladores seus inimigos de outr'ora.

O embrulho que elle occultava debaixo da japona, não era senão o laço com que segurára John Happer.

O marinheiro e o Marmouset lançaram-se em seguida ao capitão e prostraram no.

Simultaneamente appareceu Rocambole, e disse-lhe apontando-lhe na garganta a ponta de um punhal:

—Meu excellente John Happer, não ha remedio senão obedecer-nos... O tempo é precioso, e por isso não podemos dispendel o inutilmente.

John Happer era homem prudente, sabia como Rocambole trabalhava, e sabia de quanto elle era capaz. Por conseguinte não gritou, nem intentou resistir.

Num abrir e fechar d'olhos, e a um signal de Rocambole, amarrára o José Coutourier os pés e as mãos do capitão.

Rocambole chamou então Calcraff, para o qual John Happer relanceou olhos de colera e exprobração, e pediu lhe o necessario para escrever.

Em seguida dirigiu-se de novo a John Happer:

—Vae-se lhe soltar a mão direita, para que possa escrever o que lhe eu dictar.

Entretanto tinham erguido John Happer, e haviam-no sentado á mesa, para a qual trouxe Calcraff papel e tinta.

—E se eu recusar? perguntou John Happer.

—Morrerá em menos de dez segundos.

John Happer resignou se.

Rocambole ditou lhe então a seguinte carta:

«Ex.mo sr. major Linton:

«O portador é o mestre de proa, que vae tomar o commando do navio com os seus dez marinheiros, pelos quaes respondo como por mim proprio. O mestre, pois, fará sair o brigue da bacia, e irá esperar-me uma legua abaixo de Londres. Á meia noite estarei a bordo, prompto a executar as ordens de v. ex.ª.

«Eu demoro-me em terra, porque tenho muito pôr em ordem differentes coisas.

«JOHN HAPPER.»

Fechada e sobrescriptada a carta, tornou Rocambole a chamar o discreto Calcraff.

—Respondes-me por este homem durante dez dias? perguntou lhe elle.

—Respondo, retorquiu Calcraff. Ficará magnificamente no tonel vasio de que lhe fallei... E no fim dos dez dias!

—Dar lhe-has a liberdade de ir para bordo do *West India*, respondeu Rocambole em tom de zombaria.

LXIII

John Happer, como dissemos, era prudente; tinha amor á vida, e fóra do seu mister de marinheiro, não se expunha levianamente.

Assim, na presença do estylete de Rocambole, deixou-se amarrar com a maior condescendencia d'este mundo.

Calcraff que não se intromettia com coisa nenhuma, teve comtudo a extrema condescendencia de pegar num castiçal para alumiar Rocambole, o marinheiro e Marmouset na escada da adega.

Ao cabo de dez minutos, tinha John Happer por domicilio um tonel vasio, em perspectiva um sacco de Calcraff, e por esperança a promessa da liberdade ao cabo de dez dias.

Feito isto, tornou Rocambole a subir com os companheiros para a taberna, fizeram desapparecer todos os vestigios da lucta, e esperaram os dez marinheiros que em breve se acharam todos reunidos.

O mestre apresentou os a um e um a John Happer; e nenhum d'elles se lembrou de suspeitar de que não via diante de si o verdadeiro capitão do *West India*.

—Já recebestes as minhas ordens? disse Rocambole ao José Coutourier.

—Já, capitão.

—Vão para bordo, e esperem-me á meia noite fóra da bacia.

(Continúa).

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 115 - O Diário Popular 8/julho/1871 – p.2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

O sr, Augusto Soromenho, lente do curso superior de letras e um dos conferentes do Cassino, envia-nos a seguinte declaração:

Dois amigos meus, que, sobre outros muitos dotes, catimo pela extremada honestidade do seu caráter, convidaram-me para tomar parte nas conferências que iam estabelecer no salão do Cassino Lisbonense. Leram-me o programa. Tinha cada um de nós a liberdade de expor o que sabia, o que pensava, o que sentia, no campo de seu estudo, na esfera de suas ideias, no domínio das suas afeições, com a consciência por norte, com a verdade por instrumento de propaganda, e tendo a depuração religiosa, a regeneração social, e a revolução literária por intuito. Assinei-o. Davam-me a escolha do assunto: escolhi-o.

Fui assim um dos conferentes. Cerradas as portas do Cassino por ordem da autoridade; imposto o silêncio aos preletores da parte do rei e em nome da religião e das instituições do estado, alguns dos meus companheiros protestaram por meio da imprensa. Por um sentimento de delicadeza deferência, a que sou extremamente sensível, nenhum deles pediu então a minha assinatura, nenhum deles, até hoje, se referiu ainda a falta dela. É certo que também era da mínima valia. Entretanto, há quem pretenda ver no meu silêncio uma censura. Engana-se. Eu subscrevo o protesto.

Preciso, porém, dizer porquê. Se algum dos conferentes tivesse ofendido a religião ou houvesse impugnado a constituição do estado, eu, professor e observador das leis, não viria por consideração de espécie alguma, dar o meu voto a uma manifestação contrária, é determinação de autoridade, que no cumprimento dos deveres, houvesse proibido a propaganda das doutrinas subversivas da moral e da ordem pública. Mas não. A autoridade foi iludida. As instituições foram estritamente respeitadas. Ouvi os conferentes, entendi-os (o que não sucedeu ao informador oficial) posso, pois, asseverar isto e demonstra-lo. A religião também. Mas distinguimos. Há uma instituição política, que a carta constitucional denomina Religião Católica, Apostólica Romana; e há além disso, o catolicismo. Este não é a religião dos portugueses, segundo a carta; não é o catolicismo que a carta se refere, aliás não ousaria sujeita-lo aos princípios da Economia política abolindo em nome deles nada menos que um mandamento da Santa Madre Igreja os dízimos e primícias; e em nome da liberdade dispensar os portugueses de um dos mandamentos da lei de Deus – a abstenção de trabalho nos domingos e festas de guarda. A religião da carta é portanto, a outra, instituição política, perfeitamente adequada, como convém, ao espírito da constituição e à vontade dos governos. O catolicismo não, porque como velho é antinômico com a economia política, com a liberdade, com a higiene pública, etc., e não poderia ser a religião de um país, sabiamente administrado, como o nosso.

Ora os conferentes respeitaram religiosamente o que se chama a religião do estado. Quanto ao catolicismo, para estarem em tudo conforme o espirito da carta, os conferente seguiram o exemplo dos executores dela.

É, por isso que subscrevo o protesto.

A. Soromenho

4. 12 O Diário Popular 13/julho/1871

Fig. 116 – O Diário Popular 13/julho/1871 – p. 1

O DIARIO POPULAR

N.° 1:698 | **Assignaturas em Lisboa:** Mez, 240 réis; trimestre, 700 réis. **Provincias**, trimestre, 1$125 réis; o semestre, 2$250 réis; pagas adiantadas. | Lisboa—Quinta feira, 13 de julho de 1871 | **Publicações:** Corpo do jornal, 40 réis a linha; annuncios 20 réis; venda avulso, 10 réis. Toda a correspondencia deve ser dirigida ao administrador A. Costa. | 6.° ANNO

TIRAGEM
20:000 exemplares

BOLETIM POLITICO

Não ha que ver, os inclitos regeneradores estão ardendo em furia, porque mais uma vez o paiz lhe deu o que elles merecem. Contavam que, á sombra da protecção ministerial, poderiam formar uma camara sua. O resultado da eleição prova-lhes, que nem todo o poder d'um governo basta para dar vida áquelles moribundos. Depois desabafam o furor em injurias contra nós, que não somos culpados de seus erros, nem do justo castigo que recebem. É verdade que mendigam em particular allianças comnosco, para depois vociferar contra ellas e contra nós logo que as vêem regeitados. Todos os vilões-ruins são assim e não admira. Mendigam, e se não recebem esmola, descompõem os que não estão para alimentar mandriões.

Somos na verdade contra as colligações, quando por ellas se pretende ligar partidos cujos principios são diversos. Mas sempre sustentámos e hoje mais que nunca advogamos a necessidade de todos os liberaes se unirem para afastar do paiz a praga reaccionaria, quer se disfarce ou não com o nome pomposo de regeneradora. É precisa essa alliança, porque aquelle misero partido que perante o paiz não tem força nem prestigio, pretende fazer-se valer e triumphar pelas suas intrigas no paço. Querem involver o rei na maldição, como o paiz os fulminou e enfurecem-se contra todos os que tentam obstar a esse damnado intento. Começaram o descredito da realeza injuriando-a e calumniando-a, quando a tinham por contrario, depois pediram-lhe a esmola de empregos rendosos e pretendem consumar a sua obra tornando-a instrumento das suas intrigas torpissimas.

Felizmente contra a sua tenebrosa influencia no paço, ha a força da opinião, que applaude ou tolera os outros partidos, mas que se pronuncia sempre contra os regeneradores. Se o governo lhes deixa os circulos eleitoraes livres de qualquer pressão, conseguem vencer meia duzia de candidaturas; se o governo os protege por todos os meios licitos e illicitos chegam a duzia e meia! Já é boa demonstração do que valem perante o povo.

E não é por falta de injuriar vivos e defuntos, que o apoio da opinião lhes sae minguada, nem deixam de ter credito porque não se apregoem os unicos intelligentes, os unicos sabios e os unicos honestos. De louvores para si e de vituperios contra os outros andam sempre aquelles odres cheios. Não podem exaltar os proprios feitos, insultam os contrarios.

É dissolvida uma camara porque pretendia discutir o orçamento, porque fez diminuir 70 contos na lista civil e porque preparava maiores diminuições; eil-os a proclamar que a camara foi dissolvida por não querer discutir o orçamento. Áquelles honestos não repugna a mentira.

É dissolvida a camara porque não quiz sanccionar uma lei inepta, feita pelos regeneradores para isentar do imposto alguns bancos e companhias em particular e todos em geral; eil-os a gritar que a camara é culpada de não serem tributados todos os bancos e companhias. Pois, ó falsificadores, não foi a vossa commissão de fazenda da camara dos pares, que teve durante mezes sumida a lei de bancos, emquanto as sessões se fechavam mal se abriam, por falta de assumptos para discutir?

Não foi essa mesma commissão dominada por vós, a que alterou a lei isentando do tributo o banco ultramarino e a companhia das aguas em particular, e em geral todos os bancos, sociedades anonymas e companhias?

Querieis por ventura que a camara dos deputados, honesta e patriotica, sanccionasse as vossas inepcias e os vossos escandalos? Foi para reduzil-a a votar as vossas obras, que até a ultima hora andasteis escondendo o projecto de lei. Procedestes assim e ousaes accusar a camara, que não approvou essas torpezas!

Não vos contentaes com ter desacreditado a realeza, quando ella vos arredava de si; pretendeis perdel-a quando vos dá ouvidos. Aconselhaes-lhe golpes d'estado, tornaes-vos cumplices dos que á mão armada invadiram o paço e quebraram o prestigio da realeza, todos os dias a incitaes a violar a letra e o espirito da constituição e accusaes os outros dos maleficios que praticaes.

Sempre assim fostes e não tendes emenda. Fizestes-vos cumplices do 19 de maio, bem vendo que o triumpho ganho pela revolta era um bofetão nas faces da monarchia; atraiçoastes duas vezes os historicos, amordaçastes a camara que vos considerara, e ousaes fallar hoje no respeito devido á corôa, á carta e á representação nacional. Querieis com os vossos elogios podres comprar o auxilio do sr. bispo de Vizeu e hoje vomitaes injurias contra elle porque voltou as costas ás vossas propostas.

Ajoelhastes aos pés do sr. marquez de Sá, chefe do partido reformista, tentastes abusar da sua boa fé e depois, quando vos repelliu, logo accudistes a feril-o como politico no seu partido, como homem nos seus proximos. A troco de uma pasta vendestes-vos ao marechal Saldanha; a troco de algumas candidaturas tornastes a vender-vos ao sr. marquez d'Avila; para lograr os vossos fins vendestes o povo á realeza, a liberdade á reacção e ainda ousaes fallar em comprar alguem! Já não achareis mercado, onde recebaes os trinta dinheiros? Já não existirá quem pretenda adquirir o vosso auxilio venal?

A *Revolução* deu-se agora a estudo das sciencias exactas e vae fazendo progressos de assombrar. Assim diz ella:

«Todos juntos não valeis mais que um, porque sois quantidade negativa.»

Assim a somma de quantidades negativas vale um!

O menina não vá fazer exame ao lyceu; olhe que a reprovam.

Póde dar-se como certo o facto de sr. visconde de Chancelleiros sair do gabinete. S. ex.ª não quiz ser instrumento de uma vegança eleitoral.

Começa a ser consideravel o numero de familias hespanholas que vem tomar banhos ás praias portuguezas. Hontem chegou o sr. D. Eduardo Peltan, rico banqueiro e proprietario de Madrid, que vem com sua familia composta de 10 pessoas. Está no hotel Bragança. Tambem se acham em Lisboa a familia Prat, bastante numerosa e os srs. D. José Ruano decano do collegio de tabelliães e Sanches Rubio, medico distincto. Nos hoteis Universal e Central estam algumas familias das mais distinctas de Madrid. Espera-se a do general Peralta e a do illustre professor da Universidade Central sr. Amador de los Rios e outras que devem chegar nos ultimos dias d'este mez e principios do que vem.

Segundo noticias recebidas do Cabo da Boa Esperança, com data de 3 de junho ultimo, estava prompta a partir d'aquella cidade para os portos de Moçambique, a escuna *Cape Good Hope*, carregada de provisões de bocca. Anteriormente havia partido, com o mesmo destino, a escuna *E. S. Tuesden*, com mercadorias americanas e inglezas.

Esta carreira commercial entre o cabo e a possessão portugueza, é vantajosissima. Conservará abastecidos os portos da provincia de Moçambique e moverá em maior escala a exportação dos generos coloniaes.

Aos esclarecimentos prestados pelo sr. Eduardo Augusto de Carvalho, exarbitro da commissão mixta, aos seus amigos residentes na cidade do Cabo se deve este melhoramento. O sr. Carvalho emprega eguaes diligencias para conseguir dos seus amigos uma outra carreira de navegação entre o Cabo e os portos da Africa occidental.

Começaram hontem a receber carga a escuna franceza *Jeune Hortense*, para Sable d'Ologne, e a escuna norueguesa *Alert* para Maasluis.

Despachos telegraphicos

Paris, 12, ás 8 h. e 45 m. da m.

A folha official declara que é obra d'um falsario a carta de Thiers que foi publicada como traduzida dos jornaes italianos. Diz igualmente que é falsa a noticia dada pela «Liberté» de terem sido transportadas para colonias francezas depois da insurreição alguns milhares de mulheres. Não succedeu tal a nenhuma mulher presa durante a insurreição. A assembléa é que ha de decidir a sorte d'ellas.

Foi nomeado grã-cruz da Legião d'Honra o general Faidherbe.

(Havas.)

Madrid, 12, ás 10 h. 40 m. da manhã

O congresso discutiu hoje o parecer da commissão sobre a questão dos tabacos. Moret pediu a demissão.

PARIZ, 11 — Assevera o «Temps» que ficarão completamente pagos ámanhã os primeiros 500 milhões de francos, começando os prussianos logo em seguida a evacuar os departamentos do Eure, Somme e Seine-Inférieur.

(Havas)

Londres 12, ás 11 horas da manhã

As tropas saxonias fizeram hontem a sua entrada triumphal em Dresde. O principe da corôa de Saxonia foi promovido ao posto de marechal.

Espera-se que o manifesto do conde de Chambord terá por effeito dar força ao partido republicano.

O conde de Chambord chegou a Bruges.

O principe e princeza de Galles foram para a Allemanha.

No parlamento inglez o conde de Granville disse em resposta á pergunta de lord Stratford de Redcliffe, que julgava pouco provavel que o governo turco tivesse dado licença á esquadra russa para passar o estreito dos Dardanellos.

(Sub-marina)

É certo que a fracção do partido historico, a que pertencem os srs. Braamcamp e José Luciano recusou do sr. marquez d'Avila qualquer alliança com os regenerados. Por isso estes andam fumando. Não ha quem os queira.

O director das obras publicas de Leiria foi auctorisado a despender a quantia de 967$617 réis na reparação dos aqueductos que conduzem agua para a fabrica da Marinha Grande.

Foi morto em Mulhouse, n'uma rixa, por um soldado allemão, um alsaciano residente n'aquella cidade. Por um accordo tacito appareceram no enterro do defunto perto de 300 pessoas, incluindo alguns centos de damas, as quaes nunca costumam assistir a estas ceremonias. Quando foram deitadas sobre o caixão as primeiras pás de terra, foram ellas que deram signal da explosão patriotica, e o grito de: viva a França! saido das suas fileiras, foi repetido por quantos estavam presentes.

É hoje a ultima noite em que se ouvem no Passeio publico os côros cantados por crianças. Se ainda ha alguem que não os ouvisse, do que duvidamos, não deve faltar hoje por caso nenhum. Haverá fogo de artificio, apresentando alguma novidade, e subirá um balão de grandes dimensões. O sr. Cardim tem-se esforçado constantemente em tornar agradabilissimas as noites do Passeio Publico.

Segundo referem as folhas de Madrid o concurso litterario que a associação hespano-portugueza tenciona realisar, constará, segundo a proposta apresentada pelos srs. Romero Ortiz e Valero dos seguintes themas: *Historia comparativa das litteraturas hespanhola e portugueza, origem e desenvolvimento do theatro hespanhol e portuguez até Lope de Vega; estudo comparativo das linguas em ambos os paizes, desde as suas origens até o meado seculo 16.*

O jury, presidido pelo presidente da associação, será composto de quatro membros hespanhoes nomeados pela junta da mesma associação e quatro portuguezes designados pela academia real das sciencias de Lisboa. Os premios para o concurso serão: 1.º de 2:000 pesetas (320$000 réis) e impressão das obras premiadas; o 2.º menção honorifica e 1:000 pesetas (160$000 réis).

Serão preferidas as obras escriptas em portuguez por um hespanhol e vice versa.

Foi readmittido no logar de serventuario do ministerio das obras publicas o sr. Francisco Rodrigues.

O ministerio da marinha em França está estudando um projecto de colonisação da Nova Caledonia. Esta ilha conta já 2:500 degredados, e ha idéa de engrossar este nucleo com uma parte dos federados compromettidos nos negocios da Communa.

Os srs. marquezes de Penalva partiram ante hontem para a sua quinta das Lapas, onde vão passar a estação calmosa.

Foi promovido a apontador de 1.ª classe o sr. Jorge Arthur Schiappa Monteiro.

De Moimenta da Beira referem o seguinte com data de 7 do corrente:

Á meia noite de 6 para 7 foi assassinado com um tiro o advogado provisionario de Moimenta da Beira o sr. José Freire de Magalhães Bandeira, na occasião em que recolhia a sua casa.

O assassinado fôra passar a noite a casa do juiz de direito d'aquella comarca.

Foi levantado immediatamente auto de corpo de delicto e trata-se de capturar o criminoso.

A entrada de Victor Manuel em Roma foi precedida da seguinte proclamação do syndico de Roma:

Romanos,

Estão cumpridos os destinos da patria. A Italia é una dos Alpes á extrema Sicilia, e Roma novamente se patenteia, do alto do Capitolio com a fronte cingida da corôa esplendida de capital.

Provém a nova grandeza italiana da sabedoria dos escriptores, da vontade pertinaz das cidades irmãs, do voto do Parlamento, do valor do exercito e do progresso da civilisação da Europa, mas especialmente do constante e leal patriotismo do rei.

Enviemos portanto uma saudação de reconhecimento e amor aos escriptores, aos italianos das outras cidades, ao Parlamento, ao exercito, á civilisação, e especialmente ao rei magnanimo a quem estava reservado reconstituir e tornar grande a Italia.

Romanos,

Acclamemos o rei Victor Manuel com jubilo bem ordenado, e na nossa alegria mostremos tambem á Europa a sabedoria de que demos prova no plebiscito. Mostremos-lhe que Roma, convertida em capital de Italia, é um penhor de paz e concordia, no meio de vivas á Italia e ao rei.

Do Capitolio, 1.º de julho de 1871.

O syndico, F. Pallavicini.

Vae grande agitação no mundo elegante de Paris. Trata-se de decidir, diz a *France*, se iremos ou não passar a Bade a estação dos banhos. A especulação e a fantasia dos écrivos querem que os sportmen francezes mandem os seus cavallos ás proximas corridas; ellas porém resistem. Por outro lado, os actores da Comedia-Franceza tem rejeitado as propostas que lhes tem sido feitas para irem ali representar. A *France* considera Bade uma cidade perdida, uma vez que lhe falte o elemento francez; mas é de opinião que os francezes não ponham lá os pés depois da cruel guerra que lhes fizeram os allemães.

Foi descoberta a pouca distancia das fortificações de Paris, na direcção da linha ferrea de Versailles (margem esquerda), uma mina destinada a fazer ir pelos ares o caminho de ferro em 150 metros d'extensão.

323 **FOLHETIM**

ULTIMAS PROEZAS DE

ROCAMBOLE

POR

PONSON DO TERRAIL

Traducção de F. V. da Silva Vieira

PARTE QUINTA

A verdade ácerca de Rocambole

«—Os meus inimigos. Por isso é que eu não voltei para casa... Tinha desconfiança de que me esperavam aqui pelos arredores.

«—Então vossê tem inimigos?

E ouvindo esta pergunta entrou a tremer como varas verdes, e retorquio:

«—Deus o livre dos valetes de copas!

E foi esconder-se na cosinha.

Desde então fiquei convencido de *que o não tinha todo*. Mas como estamos no outono, e os freguezes agora são menos, accrescentou o narrador, não o tenho despedido.

—Olha, disse-me o Claudin ao ouvido; tu andas em busca de assumptos de romance... ahi tens um...

—Que lembrança!

—É um bonito titulo: *Os Valetes copas.*

Eu não respondi, porque estava ouvindo a versão do creado, o qual dizia:

—O Aventura dorme lá em cima, ao meu lado. Não ha senão um tabique muito delgado entre o quarto que lhe deram, e o outro em que nós dormimos.

«Logo na primeira noite em que elle cá ficou, ouvimol-o nós voltar-se e tornar a voltar-se na cama, levantar-se, tornar a deitar-se, gemer, e fallar alto.

«Batti-lhe á porta, e perguntei:

«—Tem alguma coisa, sr. Aventura?

«—Não tenho nada, respondeu elle, sem abrir a porta. Desculpem-me... estava sonhando.

«Na noite seguinte repetiu-se a mesma coisa; mas como aquillo nos desse que pensar, fizemos um buraquinho no tabique, e subimos para o quarto primeiro que elle, afim de o vermos deitar.

«A primeira coisa que fez foi fechar-se á chave; em seguida pôz um revolver e uma pistola em cima da cadeira que tem ao lado da cama.

«Depois d'estes preparativos deitou-se e adormeceu; mas d'ali a pouco acordou em sobresalto, e dizendo em voz alta:

«—Tenha dó de mim, não me mate... não direi nada... eu não sou mais que um pobre creado... não sei onde o sr. duque guarda o seu dinheiro... se o soubesse dir-lh'o-ia... mas não o sei... tenha dó de mim, Rocambole!

—Que bello nome! exclamou o Claudin.

—É com effeito, um nome excellente... pensei eu; e que já me não esquece.

—Mas quem era esse Rocambole? perguntou a Bergerette que se divertia com a narração que estava ouvindo, como se estivera assistindo á primeira scena de um melodrama.

—Não sei, respondeu o narrador. O que posso dizer, é que no outro dia, quando estavamos dormindo, perguntou-lhe um dos meus companheiros:

«—Então como está o Rocambole?

«E elle, apenas ouviu a pergunta, largou um prato que tinha na mão, e deitou a fugir, depois de ter olhado de revez para nós.

Depois foi a formosa sr.ª Leblond, dona da casa, quem completou o capitulo dos depoimentos.

—Este homem entrou aqui, disse ella, affirmando-nos que servia de cocheiro em caso de necessidade.

«Ora, o meu cocheiro estava doente, e eu tinha necessidade de ir a Paris.

«Mandei por tanto apparelhar o trem, e o homem serviu-me de cocheiro.

«O serviço d'elle foi excellente, e tanto que me levou muitas vezes a Paris.

«Seriam tres horas, e ao sair de uma casa da rua Rossine, disse-lhe eu:

«—Leve-me á rua da Pepinière.

«Até ali vira-o eu muito tranquillo; mas apenas ouviu a ordem que lhe dei, empallideceu em extremo e respondeu-me:

«—Isso, nunca!

«—Que diz!... Nunca?!

«—Não passava pela rua da Pepinière, nem que a senhora me désse milhões!

«—Mas é que eu necessito lá ir...

«—Não tenho nada com isso... Estou prompto a descer da almofada... mas por a rua da Pepinière é que eu não passo... não quero ser assassinado... Não sabe que era lá que elles se reuniam?

«—Quem?

«—Os valetes de copas!

«Ora eu estava á sua discrição; porque, como devem suppôr, não podia ir eu propria para a almofada do meu coupé.

«Voltei portanto para casa, e limitei-me a dizer ao Augusto que lhe fizesse as contas e que o despedisse.

—Foi o que fiz, disse o dispenseiro; mas elle pôz-se de joelhos, dizendo-me que se eu o mandasse embora, não acharia outro commodo, porque tinha inimigos mysteriosos que o perseguiam por toda a parte.

—Mas, emfim, perguntou um dos jogadores, onde está elle agora?

—Deitou a correr para a porta Maillot, disse um dos creados.

—Socegue-m, tornou o dispenseiro; não deixa de voltar.

—É o que mais desejo... murmurei eu.

Todos olharam então para mim com tal ou qual assombro.

—Bom! disse o Claudin, ahi desperta o romancista!

«Andas em busca de assumpto, collega... *quarens quem devorei*, hein?

«Entretanto, vamo-nos deitar, porque é quasi meia noite.

Em seguida, em quanto apparelhavam o meu modesto phaetonte, chamei de parte o dispenseiro, e perguntei-lhe:

—Diga-me, sr. Augusto, quer fazer-me um favor?

—Com muito gosto...

—Em o homem vindo, não lhe diga nada, não ralhe com elle; mostre mesmo não se lembrar do que occorreu...

—Mas...

—É que eu tenho empenho em tornar a vel-o; e para isso volto aqui ámanhã de manhã.

Com effeito no dia seguinte, que amanheceu magnifico, cheguei ao pavilhão de Ermenonville que eram oito horas.

O Aventura porém não apparecera.

Durante tres dias almocei e jantei em Ermenonville.

Entretanto Delamarre instava comigo, para que lhe désse o titulo do romance.

—Bem! respondi lhe eu uma manhã: «Annuncie *O Club dos valetes de copas.*

A tarde appareceu o annuncio na *Patrie*, e no dia seguinte recebi uma missiva pelo correio.

Papel grosseiro, sobrescripto corrido á mão e fechado com lacre, lettra desigual e sem ortographia; tal era a mensagem, na qual me diziam:

«Se quer informações, dar-lh'as-hão.

«Rocambole está bem *affiançado no prado*. Já não o tememos.

«Amanhã á noite esteja na barreira da Villette, á esquina da rua de Flandres, na taberna do tio Bravard.

«*Um homem da quadrilha de Timoleon.*»

Esta carta ainda me deu muito mais que pensar do que a singular aventura do pavilhão de Ermenonville.

Sem mais demora mostrei-a á Bergerette.

«Naturalmente não vaes? disse ella.

—Olá se vou! A *Patrie* primeiro que tudo.

Com effeito, mal anoiteceu tratei dos meus preparativos para a excursão fóra de Paris. (Continúa.)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 117 – O Diário Popular 13/julho/1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Sr. Redator – Pedimos-lhes a publicação desta carta, que nos foi enviada pelo nosso amigo o sr. Oliveira Martins.

Joaquim Batalha Reis.
Antero de Quenntal.

Meus amigos. – Ausente, só agora me chega a notícia de que sucedeu com as conferências democráticas, encerradas violentamente pelo governo. Se o meu protesto contra o ato do poder é involuntariamente tardio, não é por isso menos sincero: queiram portanto juntar aos protestos já publicados do – Seu amigo, Oliveira Martins.

4.13 - Jornal da Noite 29 e 30/junho/1871

Fig. 118 – Jornal da Noite 29 e 30/junho/1871 – p. 1

JORNAL DA NOITE

N.º 153 | Assignaturas em Lisboa — Mez 240, trimestre 700. Provincias — Trimestre 1$200, semestre 2$350 | Quinta e Sexta feira 29 e 30 de junho de 1871 | Publicações — No corpo do jornal 60 réis por linha. Annuncios 20 réis — Venda avulso 10 réis | 1.º anno

Noticias dos jornaes da manhã

—Hoje, pelas 11 horas da manhã, na egreja de S. Luiz rei de França, casou-se o sr. Francisco Lallemant, socio gerente da typographia franco-portugueza, com mademoiselle Maria Caroline Sagnier, professora de lingua franceza. (*D. de S.*)

—O sr. duque de Saldanha pediu dois mezes de licença; diz-se que vem a Lisboa.

—Está já publicado o romance do sr. Arsenio Cerqueira intitulado *O Sentimentalismo*, e vae imprimir-se a *Missão agricola do districto de Vizeu* pelo sr. Jayme Batalha Reis.

—Está em Lisboa o presidente da camara de Benavente o sr. commendador João Salino de Almeida Fernandes. (*D. P.*)

—Um proprietario da Golleg, adquirira ultimamente d'amisade, com um rico individuo. Adoecendo este, veio a Lisboa tratar-se por conselhos do amigo, trazendo comsigo a esposa e a filha. Por fim morreu, e o tal amigo trata logo de requestar a bondeira, mas como ao casado não podia desposal-o. Entretanto, morreu-lhe a mulher. E vae publica que tanto esta como o amigo foram enganados. O leilão está prompto.

—O sr. cambista Fonseca entregou na commissariado geral uma nota falsa de 10$000 rs. do banco de Portugal, que fora descontada no seu estabelecimento. Ha dias foi descoberta esta, por occasião de um pagamento ao banco Ultramarino. A nota parece feita a mão; as letras d'agua são pouco transparentes; as outras todas desiguaes, e as figuras dos cantos mal feitas.

—Um carteiro do correio de Villa Real endoideceu por lhe enfarruscarem a cara com graxa na occasião em que estava requestando uma rapariga para casar. (*D. de N.*)

Lisboa 29 de junho

Não ha noticias nem assumpto que exija longas considerações. E como pelo contrario abundam as noticias, principalmente estrangeiras, não damos maior extensão a este artigo.

NOTICIAS ELEITORAES

O sr. Antonio José de Seixas desistiu da sua candidatura pelo circulo de Fafe.

Diz a *Gazeta da Beira* que se propõe sem opposição por Sinfães o sr. José Bernardino d'Abreu Gouveia, redactor do *Vimioso*.

Parece, segundo informa hoje o *Diario de Noticias*, que o casamento na familia de Coimbra e na do sr. D. Miguel é de um filho do marquez D. Jayme com uma das filhas do sr. D. Miguel de Bragança.

O arraial de Marvila esteve hontem concorridissimo, prolongando-se o baile até 3 horas e meia da madrugada. Aos socios os srs. Gregorio Cassia, José Jorge Ferreira, Julio Augusto, João Maxwell, João José do Araujo e José de Mello se deve a boa ordem e acêio em que tudo estava. Concorreram a este divertimento mais de 500 pessoas, sendo bastantes de Lisboa. Hoje continúa este innocente brinquedo, e terminam com elle as diversões campestres.

—Um pobre pedreiro, homem dos seus 49 annos, que andava a trabalhar n'umas obras no Porto, caiu d'uma escada de bastante altura, e quebrou tres costellas, ficando além d'isso muito contuso.

FOLHETIM

12

CH. DE BERNARD

O PADRASTO

Trad. de GERVASIO LOBATO

PRIMEIRA PARTE

IV

Uma loja de modas

(Continuação)

—E que dirá sua irmã, que aqui para nós é um pouco ciumenta, se vier a saber que nos fizeros com que o seu futuro marido conferisse o premio de belleza a uma costureira.

—Mas em primeiro logar, quem lh'o ha de ir dizer?

—Isso é verdade. Todos nós somos discretos. Vamos, Henrique, á obra! Desde já me conformo com a tua opinião.

Mais por comprazer do que por curiosidade, Lauberpin poz-se em observação, e através da fenda da cortina pôde examinar á vontade o grupo das modistas.

O seu olhar fixou-se alternativamente com profunda inhibição nas duas heroinas d'este delicado episodio, tanto a trigueirinha como a loira, indignas d'elogio por mais

Telegrammas

(AGENCIA HAVAS BULLIER REUTER)

SERVIÇO SUB-MARINO

Director Fabra

(*sem data*)

O feliz exito do emprestimo excede todas as esperanças.

Na assembléa nacional o sr. Pouyer Quertier, annunciando o re sultado do emprestimo disse que era vantajoso o estado dos negocios, e que havia de habilitar o governo para cumprir os seus deveres perante a Allemanha, e actuar a liberdade da patria. Tambem o orador ajuntou que o governo francez não havia de fazer caso das ameaças feitas pelo tratado para os pagamentos das prestações da indemnisação de guerra, mas havia de pagar logo que podesse para pôr fóra o invasor.

SERVIÇO CONTINENTAL

Madrid 28, *ás* 6 *h. e* 20 *m. da tarde.*

O sr. Ardanaz combate no congresso o sr. Moret a proposito do contracto do tabaco.

Paris, 28.—A subscripção do emprestimo em Paris está em 17$00 milhões. Ignora se ainda o resultado das provincias e do estrangeiro. É esperado em Versailles o conde de Paris. Não é exacto que o sr. Thiers tenha dado instrucções algumas ácerca da questão de Roma.

FABRA.

Paris 29, *ás* 11 *h. e* 35 *m. da m.*

Disia-se hoje na Bolsa que o emprestimo excederia cinco mil milhões. Nota subscreveu vinte milhões. O conde de Paris desembarcou esta manhã em Calais.

HAVAS.

Madrid 29, *ás* 11 *horas da m.*

O sr. Pouyer Quertier annunciou hontem na assembléa de Versailles que o emprestimo obteve 4:300 milhões. Paris subscreveu com 2:500 milhões as provincias com 1:000 e Nota com 20. O conde de Paris desembarcou em Calais.

FABRA.

O *Veritas Austriaco* fundou em 1878 com o fim de alcançar a fiel e exacta classificação dos navios mercantes de todas as nações, abriu uma agencia em Lisboa e Porto confiando-a ao sr. Pedro Gomes da Silva. Os peritos em Lisboa são os srs. Antonio José Sampaio e Alexandre José da Costa; no Porto os srs. Carlos Joaquim Azevedo Vareta e Custodio Martins da Silva Sanctos.

Não ha armador que não conheça e aprecie as vantagens do *Veritas Austriaco*, cuja reputação de verdade é hoje universal.

A FAMILIA DO SR. THIERS

O pae do chefe do Poder Executivo em França morreu em Carpentras de 89 annos. Sua mãe falleceu em Paris na mesma idade. Duas tias, irmãs do pae, que viviam em Menton, já passavam de 80 annos quando lhes chegou a hora de passamento.

O avô do sr. Thiers, advogado em Marselha, chegou a 81 annos. Morreu em 1795. Uma prima co-irmã da celebre homem de Estado ainda vive com 79 annos.

O sr. Thiers nunca esteve doente senão uma vez com um incommodo na laringe.

No mez de maio ultimo exportaram-se da Madeira para Lisboa 1:779 caixas de assucar, com o peso de 142:675,6 kilogrammas, no valor de 29:485$30.0 réis.

A exportação do vinho grumoso está animada.

CARTA DE FRANÇA

Versailles, 25 de junho de 1871.

Não estranhe que eu lhe falle ainda da emprestimo, nada tão como depois da guerra com os allemães e da luta com a communa, a França encontra em todas as phases da Europa o recurso dos capitaes mais prosperos e fieis entre si. Se lhe falta de animo a tal respeito, é porque procura outro desenvolvimento ás tão agradaveis que francezes. Para nós é a primeira vez que depois de tão assignalados desastres.

Tão feliz resultado é devido ao juizo e firmeza do sr. Thiers que á força de patriotismo, de espirito de conciliação, de amor de ordem, e de grande lealdade poz em á confiança da nação a dos governos e capitalistas estrangeiros. A republica nas suas mãos não incute receios nem assegura os Estados visinhos. O sr. Thiers acceitou a republica que já consentiu estabelecida. Tendencia para exagerar-se, não a pode ter, nem a tem.

Tambem as circumstancias são hoje taes que a situação dos partidos mudou interessantemente. D'antes os republicanos eram os mais avançados entre os partidos liberaes. Quero suppôr que ainda o são, mas estão bem desejam alcançar a propriedade, nem sacrificar a ordem aos proletarios, nem fundar a federação das communas, nem dar ao thor emprego ao capital inaquilonado e que o possuem, em relação aos insurgentes de Paris já são conservadores. Luis Blanc em uma carta, publicada hoje em alguns jornaes, reconhece e proclama a ordem na liberdade como qualquer progressista moderado.

Sustentavam as doutrinas radicaes os progressistas. O sr. Thiers em relação ao sr. Guizot foi antigamente radical. Hoje são ambos conservadores. O partido radical não abdicou os seus principios mas interrompen a predilecção que tinha pela applicação actual d'alguns d'elles, o que preparavam para as loucuras da communa. Mais serio ainda a reacção, se as pretensões de chere e dos legitimistas não fossem advertencia permanente aos liberaes.

Ainda agora indo a Roma uma deputação de catholicos cumprimentar o Summo Pontifice por occasião do anniversario da sua exaltação ao solio, Pio IX depois de louvar a generosidade da França e o espirito cordeiro e delicado das senhoras francezas, accrescentou que em França havia uma coisa peor que a revolução e que a communa cujos socios fugiram da infamia para incendiar Paris, a qual é o liberalismo dos estadistas. Assim fica votado á execração o liberalismo de Châteaubriand e o de Montalembert.

Roma em nada se com as nossas terras. Ninguem deixa de ser liberal para se tornar catholico ultramontano, e muito pouco haverá que se desprenda da Santa Sé para manter as suas opiniões politicas. E uma coherencia e unidade que se pode dar estabelecer entre a Egreja e o Poder Civil reputado seculo as mais puras liberaes.

Esta doutrina influe no partido radical e obriga-o a entornar as espaldeiradas dos amigos da Communa e dos reaccionarios, egualmente perigosos para a paz publica de que tanto vive entre.

Os antigos conservadores acham-se quasi todos pelos mesmos motivos ao lado das por que sendo o principal quesito hoje a da ordem e a da defesa da sociedade, unem e outros a desejam de preferencia a quaesquer outras aspirações politicas. Entretanto ha uma differença a respeito dos legitimistas. Estes pela união intima com a união romana teem de renunciar aos doutrinas dos seus mais notaveis escriptores e publicistas, as traducções parlamentares de Montgazon e de Villèle, o espirito liberal emfim, e o principio do appello ao povo emfim que era devido aos fundadores de Hereditaria Roma collocou-os na alternativa de serem liberaes ou catholicos, e elles preferiram asseveram que em primeiro logar estão as ordens de Roma que a vontade do povo francez, manifestada tantas vezes desde 1789 até hoje.

Apesar das divisões entre monarchicos e republicanos e entre os partidarios das differentes dynastias, pódo-se affirmar-se a França dividida em tres grandes partidos que em breve se manifestarão tambem nos outros paizes e cahirão. O partido da communa uma com os seus planos de destruição da sociedade actual e de fundação de outra em que os hajo direito para os politicos. O partido dos reaccionarios cujo ideal do politico e o syllabus e que bastaria acceitar a infallibilidade do pontifice para nos materiaes receiros como nos politicos e sociaes. E em ultimo logar o partido liberal conservador que toma por missão defender a França da loucura da communa, e dos aspirações retrogradas exhibidas pela outra reunião.

Estas tres divisões differentes da Santa Sé parece conveniente atacar pelos os principios que a maioria dos catholicos segue em tudo o que é do Estado, e fazer com que os diversos grupos alem da politica nacional haja a politica de Roma. Em Allemanha os catholicos mandaram-se no Reichstag a necessaria da unidade germanica, e foi necessario que o principe de Bismark se queixasse a Roma e que o cardeal Antonelli escrevesse ao conde de Taufflirchen a dizer-lhe que Sua Santidade reprovava o procedimento d'elles. Não sei si que posto o Papa se conforma com as declarações do conde de Chambord as quaes, se lhe pudesse contar com a maioria dos francezes, assustaram muita gente sinceramente convencida dos principios liberaes.

É homem honrado e digno o conde de Chambord, mas para nos governar está no caso de um allemão ou de um hungaro. Não conhece a França, nem a França o conhece a elle, e se os orleães, sempre mais ou menos intromettidos nos negocios publicos e com principios adoptados pela maioria dos francezes, não foram acclamados com enthusiasmo no seu regresso á patria, menor será a dedicação em favor de Henrique V, até porque a empresa que o reppresente um ser de conciliar vontades e de serenar os animos, tomou attitude arrogante e altiva como o quem avisa a tempo nevera daque e ta pra suceder.

A commissão alleman os programmas dos partidos, e as difficuldades da patria obrigam todos a não acceitar exparavam-se primeiro. Pode crer que se a republica soccumbir, os seus naturaes herdeiros estão na familia de Orleães, a todos os respeitos franceza e liberal.

O ministro do interior annunciou á assembléa no dia 21 que em Paris haverá pessoa do estado de sitio e maximas liberdade eleitoral, que não faz prosseguindo da insurreição. Na mesma sessão trahou se de projecto para dotar os artigos 81.º e 1:979.º do codigo civil de maior que possam deixar a um dos filhos as grandes fabricas ou as grandes propriedades com obrigação de dar aos outros o equivalente. Tratava-se de assumpto em outra carta.

Até amanhã.

O ministro de Italia, Nigra, representou ao governo francez contra os ultimamentos feitos pelo general Charette, os quaes pessoam d'simulo a perturbar o socego de Italia. O ministro da guerra respondeu que o general Charette obedecia ás ordens do governo de Versailles o qual responde a pelo seu actos.

O sr. Thiers não admitte reducção nenhuma á despeza militares, e já declarou que se sequestrasse alguma a tem, daria a demissão. Pelo contrario pede augmento de effectivo, e disse na conferencia respectiva: *Todos nos sabemos que cada exercito nasce contra a sua nação que se ser franco.*

Uma das doutrinas mais combatidas hoje em França é a dos bairros especiaes para operarios porque os isola das outras classes e faculta a acção da Internacional.

Muitos homens politicos, como o visconde de La Gerandière e outros, desejam que não sejam os candidatos para nos diabretes os esforços dos conservadores. Mr. de Rémusat lembrou não quer ser deputado, nem Audrade de la Force, o valente e muito prudente de Saint Quentin e redactor do *Siècle*. Haussmann acceita por Paris, se o elegerem.

—Parece que lhe tomou o gosto, disse o sr. de Rosquelande a Falconet.

—Pela veia? respondeu este.

—Pela trigueira! sustento a minha opinião.

—E eu a minha.

—Então, vamos, Henrique, disse o general ao bando pelo rosto do sobrinho; vai-se cedo que o seu Sabbado levou muito tempo a preparar o seu famoso jurro.

Lauberpin soffoava com o rosto animado e o olhar brilhante.

—Então não é verdade que a loira tem de ser singeza? perguntou-lhe Renato Falconet.

—Não é verdade que a trigueirinha é provocadora? disse pela sua vez o velho.

—Callem-se que é minha opinião.

—Já fugem. Tu pensas como eu.

—Permittam-se que antes de tudo pense em vós, respondeu o conde sorrindo.

—Mas o que ha a quem das razão?

—Ambas. A loira é civil que faz trigueira valer: nem uma nem outra valem um ceitil.

—Aqui está a historia de quasi todos os julgamentos por arbitros, formou o sr. de Rosquelande; um diz branco, o outro preto, vem um terceiro e diz encarnado. Vamos, amigos, acabem com os ciumes da mulheres. Mettão bem. Não falleros mais nisso.

—S'se horas e trinta e quatro minutos, exclamou elle por entre os dentes depois de ter consultado o seu relogio. Ainda tenho tempo a conhecer para jogar um Falconet...

(*Continua na segunda folha.*)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 119 – Jornal da Noite 29 e 30/junho/1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

O Primeiro de Janeiro censura o governo por ter proibido as Conferências do Cassino, obra de rapazes estudiosos que desejavam espalhar luz, ideias e doutrinas. E nota que não usa igual severidade com os bispos que fazem pastorais, nem com os pregadores antidinasticos, nem com os jornais que ofendem as instituições e o rei.

4.14 - Jornal da Noite 30 e 1/junho/julho/1871

Fig. 120 – Jornal da Noite 30 e 1/junho/julho/1871 – p. 1

JORNAL DA NOITE

N.º 154 | Assignaturas em Lisboa.—mez 240, trimestre 720. Provincias:—Trimestre 1$250, semestre 2$250 | **Sexta e Sabbado 30 de junho e 1 de julho de 1871** | Publicações.—No corpo do jornal 60 reis por linha. Annuncios 20 reis.—Venda avulsa 10 reis | 1.º anno

Lisboa 30 de junho

A proposta apresentada na assembléa de Versailles pelo ministro da fazenda francez para a creação dos novos impostos destinados a equilibrar a receita com a despeza, interessa a todas as nações que tem commercio e navegação com a França, e é a principal novidade que nos trouxe o correio de hoje na carta do nosso correspondente de Versailles.

Chamamos para aquella parte da nossa folha a attenção dos leitores.

Não ha novidades internas.

O sr. Pinheiro Chagas a quem este jornal já deve alguns dias de esclarecida coadjuvação, honrou-o hoje de novo com o folhetim que acerca das *Conferencias democraticas* se lê n'esta pagina.

As *Revistas da semana* serão publicadas às segundas feiras e não aos sabbados como até agora. D'este modo abrangerão a semana inteira.

Não podemos publicar hoje noticias judiciaes porque nos chegaram á hora de entrar o jornal na machina. A culpa foi do distribuidor encarregado de as ir buscar.

Bolsa de Lisboa em 30

FUNDOS PORTUGUEZES

Inscripções grandes	31,25
Ditas pequenas	36,50

FUNDOS HESPANHOES

Titulos de 10:000 escudos	28

Cambio de 940 reis.

Compraram-se:

14:000 escudos de consolidados hespanhoes com o semestre corrente, pelo preço de 27,79—cambio de 940.

Venderam-se:

5:000$000 réis de inscripções de assentamento, com o semestre corrente a 36,22.

Outro lote de 5:000$000 réis teve a offerta de 36,20; não se realisou.

Offereceram-se tambem:

(6 ½) de coupons, 5 ½ de assentamento, obrigações prediaes, tiveram a offerta de 92$000 réis que não conveio.

Hontem (29) receberam-se no correio de Lisboa malas de: Italia de 23, Inglaterra (via de França) de 23 e 24, Belgica, Prussia e Paris de 24 e 25, Bordeaux de 26 e Madrid de 27.

Hoje (30) receberam-se malas de: Italia de 24, Belgica, Prussia e Paris de 26, Bordeaux de 27 e Madrid de 28. Faltou a mala de Inglaterra.

NOTICIAS ELEITORAES

Diz um communicado de Carrazeda de Ancães que o sr. Jorge Leite, da Villa Flor, tem certo o seu triumpho como candidato do governo pelo circulo de Mirandella, de que é oppositor o sr. Alves Matheus.

Diz o correspondente de Lisboa no *Jornal do Porto* que se propõe pelo circulo 24 o sr. Lourenço de Carvalho, irmão do sr. ministro das obras publicas; pela Certã, o sr. Ribeiro dos Santos, e pelo circulo 21, Gaya, além do sr. Heredia, o sr. José Luciano de Castro, passando a ser proposto pelo circulo de Anadia o sr. Alexandre Seabra.

Diz a *Aurora do Lima* que o sr. Rocha Peixoto é substituido na candidatura em Ponte de Lima por seu sobrinho Alfredo Felgueiras da Rocha Peixoto.

Diz a *Italia* que a côrte do Vaticano notificou ás potencias estrangeiras que não admittirá os diplomatas que tiverem em Roma o duplo caracter de representantes junto da Santa Sé e do rei Victor Manoel.

Telegrammas

(AGENCIA HAVAS-BULLIER REUTER)

SERVIÇO SUB-MARINO

Director Fabra

Londres 30, ás 2 horas da tarde.

A revista das tropas teve logar hontem em Paris com exito esplendido.

Hontem as tropas wurtembergueras fizeram a sua entrada triumphal em Stuttgart.

O imperador da Allemanha tem dado amnistia geral a todos os habitantes da Alsacia e da Lorena condemnados pelos tribunaes por crimes politicos ou militares. REUTER.

SERVIÇO CONTINENTAL

Paris 29, ás 4 h. e 45 m. da t.

Mac-Mahon á frente do seu estado-maior e acompanhado de um brilhante cortejo chegou a Longchamps pelas 2 horas da tarde.

O Monte Valeriano e as baterias de campo de manobras annunciaram exactamente a chegada dos membros do governo e da Assembléa nacional. As tropas começaram immediatamente a desfilar. Ao passarem por diante das tribunas, todos os regimentos exprimem a sua satisfação, por meio de repetidos vivas. HAVAS.

Madrid 29, ás 11 h. e 15 m. da noite

O duque de Montpensier assistiu hoje á sessão das côrtes. Cumprimentou o presidente, e foi sentar-se no meio dos seus amigos. O sr. Ardanaz continuou o seu discurso contra os projectos do sr. Moret.

A associação hispano-lusitana accordou em fazer um certamen litterario. Serão adjudicados premios ao portuguez que melhor discursar na lingua hespanhola, e vice-versa.

A sextina em Paris foi magnifica. FABRA.

CARTA DE FRANÇA

Versailles, 27 de junho de 1871.

Já lhe não fallo do emprestimo senão para lhe repetir a seguinte phrase de um jornal inglez: *Os francezes confiam na França*. Esta confiança que nos illudiu na defeza do territorio depois da batalha de Sedan, não nos engana agora. Mas eu não posso dizer-lhe todas as causas do bom resultado que promette o emprestimo, porque tenho para esta carta outro assumpto de grande importancia para nós e para todas as nações que têem commercio com a França. Refiro-me ao projecto dos impostos apresentado pelo ministro da fazenda.

Occupa sete columnas nos jornaes de hoje. Não será facil compendial-o nos estreitos limites de uma carta. Entretanto a minha obrigação de correspondente é fazel-o do modo que for possivel.

O sr. Pouyer-Quertier depois de traçar o quadro das despezas e receitas da França, que eu já lhe indiquei em outra carta, diz que o deficit de 400 milhões procede da falta do rendimento das provincias cedidas, dos impostos abolidos, da interrupção da cobrança fiscal em muitos departamentos, da diminuição do consumo, e da paralisação do commercio.

Depois refere como obrigado a crear meios para occorrer ao deficit não quiz alterar o systema geral dos impostos nem propor reformas radicaes, por lhe parecer que taes innovações eram proprias de tempos socegados e normaes. Adoptando o methodo dos addicionaes de contribuição, que [illegible] ha meio seculo, fez o que sempre se tem feito nas occasiões mais difficeis. Entre os impostos actuaes preferiu os indirectos porque se podem mais facilmente diminuir, á proporção que forem cessando as circumstancias extraordinarias, e entre estes pareceu-lhe mais electivo, mais facil de apreciar e mais geralmente acceito o dos direitos das alfandegas que rendem á Inglaterra 600 milhões, aos Estados Unidos 750, e que só produzem em França 150 milhões.

Não recorreu ao imposto directo porque a agricultura padeceu muito com a guerra e por que depende d'ella a barateza da alimentação publica, sendo todavia certo que pelos impostos indirectos e de consumo, contribuirá pela sua parte para os sacrificios da nação. Egualmente deixou na estado actual o ferro e o carvão, nervo de toda a industria e da agricultura aperfeiçoada.

No tocante ao registo empenha-se sobretudo em impedir as fraudes, e para justificar a adopção mais larga do imposto de consumo allegou a vantagem de elevar ou descer segundo a natureza dos productos postos em circulação, de modo que se proporciona aos meios consideraveis ou medianos de cada consumidor, accrescentando que abrangendo grande numero de objectos, o encargo se reparte e torna mais menos. Mas n'este ponto só taxou o luxo e o superfluo.

Tambem não augmentou o imposto no transporte de materias brutas por pequena velocidade nos caminhos de ferro, no intuito de favorecer a agricultura e a industria.

Examinemos agora com o relatorio cada classe de impostos.

REGISTO E SELLO. Propõe o restabelecimento do segundo decimo no registo, e dois decimos no imposto. O imposto do decimo data do anno VII, mas no que toca ao registo e ao sello tem sido muitas vezes alterado, porem nunca abolido. É addicional e não tem gastos de cobrança.

Valores moveis estrangeiros. Este alcança o imposto sobre as successões dos estrangeiros domiciliados de facto ou de direito em França, assim como na transmissão *inter vivos* por titulo oneroso ou gratuito de valores estrangeiros, quando ella se realisar em França.

Abertura de creditos. O credito aberto nos bancos ou nas casas dos banqueiros paga desde logo e antes de se realisar pela entrega de qualquer somma 50 c. por cada 100 francos, isto é, meio por cento, e depois o que falta para completar o antigo imposto de 1 p. c. quando se verificar a entrega do dinheiro. Este imposto evita que por meio de creditos abertos se disfarcem emprestimos que d'esta forma se esquivavam ao imposto que devia competir-lhes.

Seguros. Ficam sujeitos ao imposto os seguros de incendios e os maritimos, e exceptuados os de vida e outros. O ministro entende que as despezas do Estado para acudir aos incendios deve corresponder este imposto, o qual será de 8 % da quota annual de cada seguro, excepto nas companhias de seguros mutuos para as quaes o imposto ha de ser de 5 por mil do capital segurado, porque se fosse adoptada a outra base, recairia sobre a importancia dos proprios sinistros representados na cotisação de cada socio. As companhias de seguro ficam responsaveis por este imposto que ellas cobram e entregam no thesouro. Nos seguros maritimos o imposto não pode exceder 20 centesimos por mil francos do capital seguro, porque é de meio por cento do premio.

Arrendamentos. Pagarão direitos de registo os arrendamentos verbaes de terras ou casas, o que evitará fraudes no pagamento dos direitos de transmissão. Exceptuam-se os arrendamentos a meias que constituem associação e devem ter imposto fixo.

Transmissões. Diz o ministro estar provado por experiencia que as consciencias mais delicadas escrupulosas nos actos particulares quando se trata de imposto são inclinadas a fraudar o thesouro. Por isso propõem certas providencias para evitar as fraudes e são principalmente negar ao vendedor o direito de demandar [illegible] excesso do preço declarado, e auctorisar a pedir o reembolso de que foi pago n'essa hypothese; admittir como prova quaesquer actos que indiquem a differença do preço, e simplificar o processo das avaliações. O projecto ordena que nenhum titulo d'estes [illegible] em juizo sem ser registado, e de certo modo perdoa o que se estiver devendo até agora ao thesouro por este motivo.

Sello dos jornaes e impressos. São obrigados a pagar sello como antigamente todos os jornaes, excepto os que se publicam mensalmente acerca de agricultura, sciencias ou artes. A lei que se restabelece é de 16 de julho de 1850, lei da 2.ª republica.

O registo deve produzir	31.500:000 fr.
O sello propriamente dito	15.000:000 »
Valores estrangeiros e creditos	4.000:000 »
Seguros	15.000:000 »
Arrendamentos	16.000:000 »
Jornaes	8.500:000 »
Total	90.000:000 fr.

ALFANDEGAS.—O augmento do imposto abrange principalmente o assucar, o café, e as materias primas. A exportação e a navegação terão de pagar tambem uma pequena parte.

Assucar. Este imposto era antes de 1860 de 54 fr. por 100 kilos. Então foi reduzido a 30 fr. e em 1862 subiu a 43. Produz 110 milhões. O projecto augmenta-o com tres decimos apezar de reconhecer que a agricultura estaria pedindo que se diminuisse em vez de ser aggravado, porem as circumstancias exigem o contrario.

Café. De 1816 a 1859 o imposto andava por 100 francos. Em 1860 foi reduzido 50 %, e não augmentou por isso o consumo. Já em 27 de julho de 1870 foi restituido á sua taxa primitiva e agora será de 150 francos por quintal metrico. Justifica-se allegando que o preço de venda nos estabelecimentos publicos não augmenta com a elevação dos direitos. Concorda todavia em que já é elevado o direito actual visto que os cafés do Haiti e do Brazil, mais usados em França, valem, termo medio, de 145 a 170 fr.

Materias primas. Todas as que em 1860

FOLHETIM

A PROPOSITO

DAS

CONFERENCIAS DEMOCRATICAS

A portaria do governo, que poz termo ás conferencias do Casino tem occupado altamente os espiritos em Lisboa. Fallou-se em liberdade de pensamento, em liberdade de palavra, e em liberdade de reunião, e foi até em nome d'essas tres liberdades que os conferentes protestaram contra a decisão ministerial.

Ao mesmo tempo um dos jornaes, que mais violentamente atacaram a portaria, acompanhava a noticia do acontecimento com as seguintes reflexões:

«Não houve alli desordem alguma; não se desacatou a religião, nem o codigo fundamental do Estado; mas o sr. marquez d'Avila assustou-se com a liberdade de pensar e de fallar, e mandou fechar o Casino.»

Confessava-se portanto implicitamente, que, no caso de ser desacatada a religião e a lei fundamental do Estado, tinha o governo pleno direito de mandar fechar a sala das conferencias.

Ora a portaria allega exactamente que lhes põe termo «porque n'ellas se tem feito uma serie de prelecções, em que se expozeram e procuraram sustentar doutrinas e proposições, que atacam a religião e as instituições politicas do Estado.»

Logo a dissidencia entre o governo e os jornaes, que combatem a sua medida, está unicamente no facto em si. A portaria affirma e os jornaes negam que no Casino se expozeram doutrinas contrarias á lei fundamental.

Eu, que nunca assisti ás conferencias, sou o menos proprio para resolver esta questão. Noto comtudo que alguns jornaes, fazendo extractos d'uma das prelecções, tiravam de cima dos hombros a responsabilidade das doutrinas de que davam conta pelo facto de serem taes como a portaria as descreve, o que o prelector não protesta de forma alguma contra tal qualificação das suas idéas. Creio até que os prelectores, francos, leaes e convictos como mostraram ser, não hesitam diante da responsabilidade das suas opiniões, e não vêm agora, para se pôrem ao abrigo da lei, declarar em alta voz a sua orthodoxia, e allegar que ninguem mais do que elles respeita e ama as formas politicas da monarchia constitucional.

Não, elles o que fazem é pedir a liberdade illimitada do pensamento e da discussão, elles o que fazem é protestar contra todos os obstaculos, que se oppunham á expansão e á propagação das idéas, elles o que reclamam é o direito de exporem as convicções que se formaram na sua consciencia, de ensinarem o que deduziram, ou julgaram deduzir dos seus estudos historicos e sociaes.

Se se trata apenas de fazer votos para que não venha longe o dia, em que a lei possa permittir que todas as doutrinas, todas as opiniões se ensinem livremente, como succede nas universidades allemãs, não serei por fórma alguma injusto os desejos dos illustrados prelectores; mas, se effectivamente não ha em Portugal a liberdade do ensino, [illegible] liberdade scientifica da Allemanha, se o direito á manifestação do pensamento é limitado na Carta Constitucional pela obrigação de respeitar a religião e as instituições politicas do Estado, não posso comprehender como foi a portaria do governo *contrastar* os conferentes, causando-lhes tamanha surpreza, como se a noticia, de que havia em Portugal uma religião do Estado fosse para elles a mais inesperada e extraordinaria revelação.

Porem o que deveras me contrista é notar que sejam os fanaticos reclamam do Estado a tolerancia para as suas opiniões, mas estão longe de mostrar o mesmo zelo quando se trata das opiniões adversas, que a liberdade da consciencia, a liberdade do ensino não são por elles defendidas na esphera pura do direito, mas sim quando podem servir-lhes para fazerem preponderar as suas idéas, e não deixa de ser curioso que os mesmos que reclamaram com mais força a intervenção do governo contra a pastoral do bispo do Algarve sejam os que hoje commentam o encerramento das conferencias, ao passo que, para rematar o absurdo, os que defenderam mais intrepidamente o direito de publicação da pastoral são tambem os mais fervorosos em applaudir as medidas do governo contra as prelecções anti-catholicas do Casino.

É perigoso ser logico entre contendores tão promptos em desvirtuarem, em proveito das suas idéas partidarias, os principios mais claros e mais simples. Mas é necessario comtudo que se perceba que, se os livres pensadores quererem propagar sem obstaculo as suas doutrinas, hão-de ser os primeiros a reclamarem para os seus adversarios a plenissima liberdade de ensino; se querem violar em seu proveito o artigo 6.º da Carta, hão-de consentir que a reacção aproveite egualmente as liberdades, que este mesmo artigo lhe impõe. Ao lado das conferencias democraticas onde se applique no catholicismo [illegible], [illegible] da religião, todas as conquistas da liberdade. Sorri-lhes o futuro? Sorri-lhes a concorrencia?

A liberdade amplissima do ensino é em todos os paizes, onde ella não existe, reclamada principalmente pelos partidos extremos. A reacção ultramontana e o progressismo desordenado encontram-se, olhando-se de revez, n'esse terreno, e cuidam os seus esforços para conquistarem a liberdade com o intuito secreto de a transformarem em monopolio, por todos os meios, assim que a obtenham.

Apenas a conquistam, logo que alcançam a preponderancia, tratam immediatamente de excluir os seus adversarios. Na Belgica, onde existe a liberdade de ensino, tem com ella aproveitado exclusivamente o partido ultra-catholico e as suas universidades florescem, quasi completamente isoladas, ao lado das universidades do Estado, onde o espirito liberal encontra um certo refugio; em Paris, durante o breve e nefasto governo da Commune, triumpharam os livres pensadores, que tinham sempre reclamado do governo francez essa appetecida liberdade do ensino; pois o primeiro acto que praticaram foi expulsar as religiosas das escolas que dirigiam!

Trabalhemos, lidemos continuamente para o aperfeiçoamento progressivo das nossas instituições, preparemos a introducção de novas liberdades no nosso codigo fundamental, mas respeitemos a lei em quanto ella existe, e sobretudo mostremos que sabemos comprehender a liberdade, e que não é ella para nós mascara por traz da qual se escondem a reacção ou a ambição. Quando, em nome da liberdade, reclamamos que se nos abra a arena da discussão, é força que ao mesmo tempo [illegible] que a [illegible] possa entrar com armas eguaes na liça. Applaudir as medidas repressivas que se tomam contra a reacção, e invocar para isso o codigo fundamental, violando ao mesmo tempo a Carta no sentido opposto, é um verdadeiro contrasenso.

Combater asperamente a inoculação dos principios reaccionarios no ensino, reclamar providencias dos ministerios contra essa liberdade nociva que ia servir a causa anti-liberal e educar as gerações no odio ao progresso, e ao systema politico do seu paiz e do seu tempo, invocar então o artigo 6.º da Carta Constitucional, declarar que o artigo 145.º de modo nenhum o prejudica, e hoje quando se trata de se espalharem as idéas anti-catholicas estranhar que o governo o invoque, desdenhar o artigo 6.º e invocar o artigo 145.º é uma contradicção completamente inadmissivel.

Não é da indole do folhetim entrar na apreciação e na discussão da medida do governo. A proposito do que por ahi se diz na julguei util expender algumas idéas geraes, e fazer sentir que é inconciliavel com as liberdades invocadas a falta de respeito á lei que as garante. Folgarei comtudo que os conferentes demonstrem que foi mal informado o governo, e que no Casino, como se disse n'um jornal, nunca se desacatou a religião e o codigo fundamental do Estado. Mas se a consciencia de homens convictos e leaes as suas idéas lhes não permittir asseverarem tal cousa, podem lamentar que não haja em Portugal a liberdade de ensino e que a Carta estabelecesse uma religião do Estado, mas não percebo como possam censurar o governo, que de um lado mantém os principios liberaes cohibindo a reacção, e do outro lado faz respeitar o catholicismo, que tem nas instituições politicas do paiz a protecção e a garantia.

PINHEIRO CHAGAS.

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Fig. 121 – Jornal da Noite 30 e 1/junho/julho/1871 – p. 2

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

4.15 – O Partido Constituinte 28/junho/1871

Fig.122 - O Partido Constituinte 28/junho/1871 – p.1

O PARTIDO CONSTITUINTE

NUM. 69 | ASSIGNATURAS.—Em Lisboa: trimestre 700, semestre 1$400, anno 2$800. Nas provincias, trimestre 1$125, semestre 2$250, anno 4$500. Numero avulso 10 rs. Publicações no corpo do jornal 50 reis a linha. Annuncios 10 rs. | Lisboa — Quarta-feira 28 de Junho de 1871 | O escriptorio da administração é na rua do Arco, a Jesus, n.º 19, para onde a correspondencia, franca de porte, deve ser dirigida ao administrador. Os artigos enviados á redacção, sejam ou não publicados, não serão restituidos. | I ANNO

Expediente

Aos srs. assignantes das provincias, que ainda não satisfizeram a importancia das assignaturas respectivas ao trimestre que finda no ultimo dia do corrente mez, pedimos se sirvam fazel-o quanto antes. Aquelles senhores que não satisfizerem o importe das suas assignaturas, como aos que não as renovarem opportunamente, será sustada a remessa da folha.

SECÇÃO POLITICA

EXPEDIENTE DA REDACÇÃO

De hoje em diante todos os artigos do redactor permanente d'esta folha serão assignados com as iniciaes P. O. do seu appellido.

A correspondencia que nos foi enviada d'Agueda, e que publicamos n'outro logar d'esta folha, mostra á evidencia que n'aquelle concelho se está fazendo, por parte das auctoridades publicas uma verdadeira montaria aos eleitores.

Alli as auctoridades disputam qual ha de abusar mais no exercicio das suas funcções.

O que porém se torna mais indecente é o procedimento do vigario geral ameaçando os padres que não votarem no candidato official.

Este abuso das funcções religiosas praticado com tanto cynismo, é insolito e novo entre nós.

É preciso que as auctoridades se desenganem de que os eleitores do concelho d'Agueda são cidadãos livres e independentes, e não um rebanho de escravos que obedeçam cegamente á voz de qualquer galopim eleitoral.

Sabemos que a maior parte dos ecclesiasticos d'aquelle concelho estão dispostos a desobedecer ás ordens illegaes do vigario geral, que se prevalece da sua posição official para os coagir nas eleições, e teem resolvido votar com a sua consciencia, ainda que se sujeitem ao castigo da suspensão.

Os homens livres e independentes prezam antes de tudo a sua dignidade, e não se sujeitam a quaesquer baixezas, ainda com prejuizo de seus interesses.

A reacção ás prepotencias da auctoridade e a resistencia aos abusos do poder é o meio que teem os cidadãos de fazerem vingar os seus direitos contra as demasias dos governantes.

O circulo d'Aveiro parece que está posto fóra da lei commum. O governo não se limita a trabalhar n'aquelle circulo, parece que jurou vencer a todo o transe.

Todavia, as informações que recebemos são unanimes em asseverar que, apesar de todas as violencias e de todos os meios de corrupção empregados pela auctoridade, a vontade dos eleitores ha de triumphar, se o governo, como já fez n'outra epoca, ainda que com infelicidade, não cercar as urnas de caceteiros.

Para isso tambem já pouco falta.

As conferencias democraticas

O artigo 145.º da carta constitucional da monarchia portugueza diz assim:

A inviolabilidade dos direitos civis e politicos dos cidadãos portuguezes, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela constituição do reino, pela maneira seguinte:

§ 3.º Todos podem communicar os seus pensamentos por palavras e escriptos, e publical-os pela imprensa, sem dependencia de censura, com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio d'este direito, nos casos, e pela fórma que a lei determinar.

O sr. marquez de Avila e de Bolama prohibiu a continuação das *conferencias democraticas*, que em nada offendiam a religião do Estado, as leis e a moral publica!

O sr. marquez de Avila e de Bolama é portanto reu de um gravissimo crime, porque violou sacrilegamente um dos mais sagrados direitos que a constituição garante a todos os portuguezes.

E como se fez isto! E como se ousa tanto! Que audacia, que insania é a d'este homem funesto, que lança uma affronta d'estas ás faces d'um paiz que deu o seu sangue, e os seus sacrificios para a manutenção das liberdades publicas?

Não foi para isto, não foi para vêr em 1871 o espirito reaccionario do sr. marquez de Avila tental-o erguer sobre as ruinas do systema constitucional um regimen tradicional e rachitico, que nós vimos as nossas casas incendiadas, os nossos bens sequestrados, as nossas familias arrastadas nos calabouços, os nossos amigos mendigando o pão do exilio, e o sangue de tantos martyres correndo a jorros nos cadafalsos.

Não foi para vêr no anno de 1871 um ministro tão ignaro como imprudente, tão ousado como reaccionario, calcar aos pés as liberdades publicas, que nós, para as conquistar palmo a palmo, e dia por dia, marchámos sobre montões de cadaveres nas linhas do Porto, nos campos de Almoster e da Asseiceira.

Não foi para vêr em 1871 um aventureiro politico rasgar impudentemente o codigo sagrado das nossas instituições, que nós escrevemos com a ponta da espada, tinta por desgraça em sangue de portuguezes, a mais gloriosa epopéa constitucional d'este seculo.

Oh! Se Deus podesse dar sentimento á materia inerte, a aquella estatua de bronze, que assiste impassivel na praça do Rocio a estes attentados politicos, podesse ter vida por um momento sequer, decerto o vulto do grande homem havia de envergonhado cobrir o rosto com aquelle manto, em que tantas vezes o vimos envolvido sobre os baluartes do Porto quando defendia com o prestigio do seu nome, com a energia do seu espirito, com a lealdade do seu caracter, e com o valor da sua espada gloriosa a liberdade deste paiz.

Que dirá esse outro monarcha, o imperante mais liberal do seu tempo, quando souber que o tartufo politico que ainda ha pouco se curvava diante d'elle, como quem esperava que lhe pendurassem ao pescoço mais alguma gran-cruz, se ergueu, passados dias, insolente e audacioso, e estrangulou com as mãos politicamente impuras o sacratissimo direito da liberdade da palavra e do pensamento, tão solemnemente garantido no codigo constitucional, que o augusto pae desse mesmo imperante nos outhorgou?

Que dirão os homens liberaes d'este paiz quando lhes chegue a noticia de que, n'um regimen de garantias politicas, esse ministro vendeu a alma ao demonio da reacção, e insulta assim a memoria de tantas heroicidades praticadas em nome d'ellas?

Dentro dos seus sepulcros devem tremer as cinzas dos que morreram pela liberdade, como choramos sobre as ruinas d'ella nós os que ficámos para presenciar estes attentados politicos.

Depomos a penna, lamentando mais uma vez todos os sacrificios, á custa dos quaes foi resgatada a emancipação desta terra. Não serão estas as nossas ultimas palavras. Do alto desta tribuna d'onde zombamos das iras do sr. marquez de Bolama, com toda a energia da nossa voz, com toda a firmeza das nossas convicções, com toda a independencia do nosso caracter, havemos lançar ao despreso publico o nome do novo regulo.

Seja expulso do sacrosanto templo da liberdade o vendilhão politico que assim macúla a pureza de ella. Vá para os antros da reacção quem, farto já de explorar as liberdades publicas, as menospreza por este modo. Esteja no logar que lhe compete, e para que o fadaram as tendencias reaccionarias do seu espirito, e a provada deslealdade do seu caracter.

Um projecto de lei eleitoral

(Continuação)

IV

Como a circumstancia, que para nós determina a qualidade de eleitor, é a de se viver do producto de trabalho proprio, ou do producto herdado do trabalho alheio, a idade de dezoito annos que estabelecemos para o goso dos direitos politicos não póde ser impugnada.

Quem aos dezoito annos tem o senso sufficiente para viver do seu trabalho, póde livremente escolher o seu representante.

Sendo um dos fins do projecto, que propomos, renovar a sociedade politica e habilitar a nação para ser governada pelo systema representativo em toda a pureza das idêas liberaes, é preciso que intervenham nas funcções politicas os homens novos, em cujo animo existem com mais fogo as aspirações liberaes e que tem crenças mais sinceras e mais firmes nas vantagens do bem sobre o mal, e convicções mais desinteressadas na regeneração da patria.

Em um systema verdadeiramente liberal, devendo ser a consciencia do eleitor o unico arbitrio da escolha dos elegiveis, parece que não deveriamos consignar em o nosso projecto condições de inelegibilidade, deixando o eleitor completamente livre para procurar o seu representante em qualquer classe ou cathegoria onde encontrasse a pessoa da sua confiança.

Não devemos porém esquecer, que desde o principio temos affirmado em todas as considerações que temos feito sobre o assumpto, que o nosso projecto não é destinado a regular o modo de eleger os representantes de um povo n'um estado de perfeita civilisação politica e completamente educado constitucionalmente. O fim do nosso projecto é reformar os costumes politicos e habilitar a nação com um corpo legislativo, d'onde possam sair todas as reformas de que carecemos em todos os ramos da administração publica, e por isso nos pareceu indispensavel consignar no projecto diversas incompatibilidades e condições de inelegibilidade.

Na completa divisão dos poderes e na sua respectiva independencia consiste uma das maiores vantagens do systema representativo, e aquella divisão nunca será perfeita, nem a independencia absoluta, se o poder destinado a executar

FOLHETIM

3

OS STUARTS

POR

ALEXANDRE DUMAS

I

Não havia meio de sair pela porta: seria ir ao encontro dos assassinos. O rei quiz sair pelas janellas, mas tinham grades.

Recordou-se que andando sobre o sobrado da sala em que estava tinha percebido que havia vacuo por baixo; e em quanto as mulheres fechavam a porta e Catharina Douglas passava o braço atravez das argolas, em logar da tranca, que fôra tirada, Jacques, com a ajuda de um ferro do fogão, conseguiu levantar uma das taboas e pela abertura se deixou escorregar para o subterraneo, que reconheceu por aquelle em que caiam as bolas, e cuja clara-boia mandara tapar alguns dias antes. Se estivesse ainda aberta Jacques estava salvo.

Apenas a rainha collocou as taboas no seu logar, os conspiradores forçaram a porta. Como a fechadura e os ferrolhos estivessem arrancados, só o braço de Catharina Douglas a conservava fechada; essa resistencia porém era fraca, o braço da heroica rapariga cedeu, e os conjurados precipitaram-se na sala, armados com punhaes e espadas, derrubando e ferindo quanto se offerecia diante d'elles. Um dos assassinos ia matar a rainha quando um filho de sir Graham, suspendendo-lhe o braço, disse:

—Não é contra a rainha que nós vimos; procuremos o rei!

Deram-se então a investigar todos os recantos da sala, mas inutilmente. Iam já sair para continuar por outra parte as pesquisas quando o pé de um dos conjurados, chamado Hall, embirrou na taboa mal posta; o assassino abaixou-se, e levantando-a descobriu a abertura do subterraneo. Dirigindo para dentro d'elle o clarão de um archote, enxergou o rei encostado ao muro.

—Meus amigos, gritou elle, achei a noiva!

Depois destas palavras precipitou-se no subterraneo seguido por um irmão. Ambos se lançaram ao rei, de punhaes erguidos; mas Jacques era vigoroso, e, posto que não tivesse armas, defendeu-se valorosamente, mutilando as mãos no esforço empregado para lhes arrancar os punhaes. Tinha já desarmado um, e provavelmente faria o mesmo ao outro, quando Roberto Graham, que correra ao chamamento do Hall, saltou tambem ao subterraneo, de espada em punho. Vendo-se face a face com o seu mortal inimigo, e conhecendo que toda a resistencia era inutil, Jacques pediu que lhe perdoassem, ou que, ao menos, lhe dessem o tempo necessario para se confessar.

—Tu tambem não perdoaste, respondeu Graham; por conseguinte não obterás perdão. Quanto a confessor, tel-o-has n'esta espada.

E passou-lhe o ferro atravez do corpo. Como, porém, Jacques, apesar d'este terrivel ferimento, se erguesse sobre um joelho, os dois irmãos Hall deram cabo d'elle ás punhaladas.

Os assassinos fugiram depois para as montanhas. A rainha mandou-os perseguir com vivas diligencias, e a maior parte d'elles foram presos e expiraram entre torturas crueis. A carne de Graham foi-lhe arrancada do corpo com tenazes, e o supplicio interrompido para que elle visse decapitar seu filho; depois o castigo continuou, até que os ossos lhe ficaram quasi a descoberto, morrendo por fim em horriveis agonias.

Roberto Steward, a quem o throno fôra promettido, padeceu supplicio igual ao do Graham e morreu com elle depois de um dia de afflicções.

Quanto ao conde de Athold foi apenas decapitado, em attenção á sua idade avançada.

II

Jacques II, filho de Jacques I, chegou á maioridade no meio de guerras civis. Era homem de boa presença, mas tinha na face esquerda uma larga mancha vermelha; pelo que lhe chamaram o *cara de fogo*.

Ao principio da maioridade nomeou Archibaldo Douglas logar-tenente general do reino; mas julgando perigoso entregar um tal cargo nas mãos de homem tão altivo e resoluto como era Archibaldo, retirou-lh'o; foi isto uma affronta que nenhum Douglas perdoaria. Archibaldo retirou-se ao seu castello e fez um convite aos parentes e amigos para marcharem com elle contra o rei. Muitos accederam; mas outros, apesar das ameaças, declararam que se conservariam fieis ao rei; d'este numero era Mac Lellan de Galloway.

Douglas, irritado por tal recusa, começou a rebellião atacando o castello d'aquelle que desejava conservar-se fiel ao rei; e como o houvesse investido de improviso, tomou-o ao primeiro ataque, aprisionando Mac-Lellan a quem levou para a fortaleza de Thrièvo, na margem do Dee.

Constando esta noticia a Patrick Gray, commandante da guarda real escoceza, e tio materno de Mac Lellan, que conhecia Archibaldo como homem implacavel, foi lançar-se aos pés do rei, que o estimava, e implorar-lhe que o auctorisasse a empregar todas as diligencias para impedir que seu sobrinho participasse da sorte de Colville e Herries, a quaes Douglas fizera decapitar. Como todo o crime de Mac Lellan consistia na sua fidelidade a Jacques, este tomou o negocio a peito e deu a Patrick Gray uma carta para o conde de Douglas, em que lhe pedia que entregasse Mac Lellan a sir Patrick.

Partiu este sem perda de tempo para o castello de Thrièvo e chegou á habitação de Douglas na occasião em que elle se levantava da mesa. O enviado inquieto, apesar da boa recepção que Archibaldo lhe fez, quiz explicar-lhe immediatamente o motivo da sua vinda; mas Douglas nada quiz ouvir antes do seu hospede haver jantado, allegando que os negocios não podiam tratar-se entre um estomago vasio e outro cheio. Como este offerecimento nada de mau prosagiava, Patrick Gray cedeu e, graças á munificencia de Douglas, jantou admiravelmente.

Acabando de comer, Gray apresentou a carta do rei a Douglas, que a recebeu com respeito, agradecendo a Patrick o haver-lhe proporcionado occasião de receber tão graciosa carta do soberano, julgando elle aliás haver incorrido na sua desgraça. Depois tomando Patrick pela mão, disse-lhe:

—Vinde; os vossos desejos e os do rei vão ser satisfeitos; Mac Lellan vos será entregue.

Douglas levou sir Patrick ao pateo, e parando diante de uma massa informe, coberta com um panno ensanguentado, levantou o panno e mostrou-lhe um cadaver recentemente decapitado:

—Sir Patrick, disse elle, chegaste infelizmente um pouco tarde. Ahi tendes o filho de vossa irmã: falta-lhe a cabeça, é certo; mas o corpo está á vossa disposição.

—Milord, disse Gray pallido e com os cabellos em pé, visto que lhe tirastes a cabeça, podeis dispor do corpo.

E saltando sobre o cavallo que ficára arreado no pateo, continuou com tom de profunda ameaça:

—Milord, se me não faltar a vida, juro-vos que me haveis de pagar cara esta vil acção.

E precipitou-se a galope pela porta que estava aberta, desapparecendo n'um instante.

—A cavallo! — gritou Douglas. Tragam-m'o aqui! Seria peccado deixar tão bom tio separado do sobrinho.

Os criados de Douglas obedeceram. Montaram e perseguiram Patrick n'uma distancia de sessenta milhas; mas como elle ia n'um magnifico cavallo conseguiu escapar-lhes.

(Continúa.)

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

4.16 O Partido Constituinte 29/junho/1871

Fig. 123 - O Partido Constituinte 29/junho/1871 – p. 1

O PARTIDO CONSTITUINTE

NUM. 70 — Lisboa — Quinta-feira 29 de Junho de 1871 — 1 ANNO

Expediente

As conferencias democraticas

SECÇÃO POLITICA

FOLHETIM

OS STUARTS

POR

ALEXANDRE DUMAS

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

4.17 Diário de Notícias 06/junho/1921

Fig. 124 - Diário de Notícias 06/junho/1921 p .1

O «PARIS-NOTICIAS» TOMA A INICIATIVA DA ERECÇÃO DUM MONUMENTO NO CAMPO DE BATALHA DE 9 DE ABRIL

Diario de Noticias

Director—AUGUSTO DE CASTRO

6 JUNHO 1921

O governo não pensa alterar a lei das 8 horas.

AOS MORTOS GLORIOSOS

POR INICIATIVA DO "PARIS-NOTICIAS,,

edição parisiense do "Diario de Noticias,,

vai ser levantado um monumento, proximo de La Lys, aos soldados portuguêzes mortos em França

PIOR QUE FERAS

UM GUARDA REPUBLICANO MATA UMA POBRE MULHER A' CORONHADA

LISBOA DE HA CINCOENTA ANOS

A PROIBIÇÃO DAS CONFERENCIAS DEMOCRATICAS DO CASINO

Devido á gentileza do sr. Jayme Batalha Reis, o "Diario de Noticias" publica um documento inédito do grande poeta Anthero do Quental

AO REINO VIZINHO

A DISCUSSÃO DOS IMPOSTOS ALFANDEGARIOS NA CAMARA ALTA

A PEQUENA "ENTENTE"

Uma alliança entre a Romenia e o Yugo-Slavia

Pacto Infernal

Cheri-Bibi

UM BELO LIVRO DE VERSOS

«CINZAS AO VENTO»

de Cristovam Aires (Pai)

HORARIO DO TRABALHO

O governo não pensa alterar a lei das 8 horas

CONGRESSO BEIRÃO

A inscrição, encerrada ontem, registou 2.728 congressistas

A sessão central terá logar Coimbra na quarta feira

Congresso de Sciencias do Porto

representação da Espanha

UMA FÉRA A' SOLTA

Um assassino, num desafio de loucos, mostra o cêpo a uma amea ameaça o povo, sendo preso por uma boa bofetada

Mulher de faca

O NOSSO "CHE

CONCURSO "BIBI"

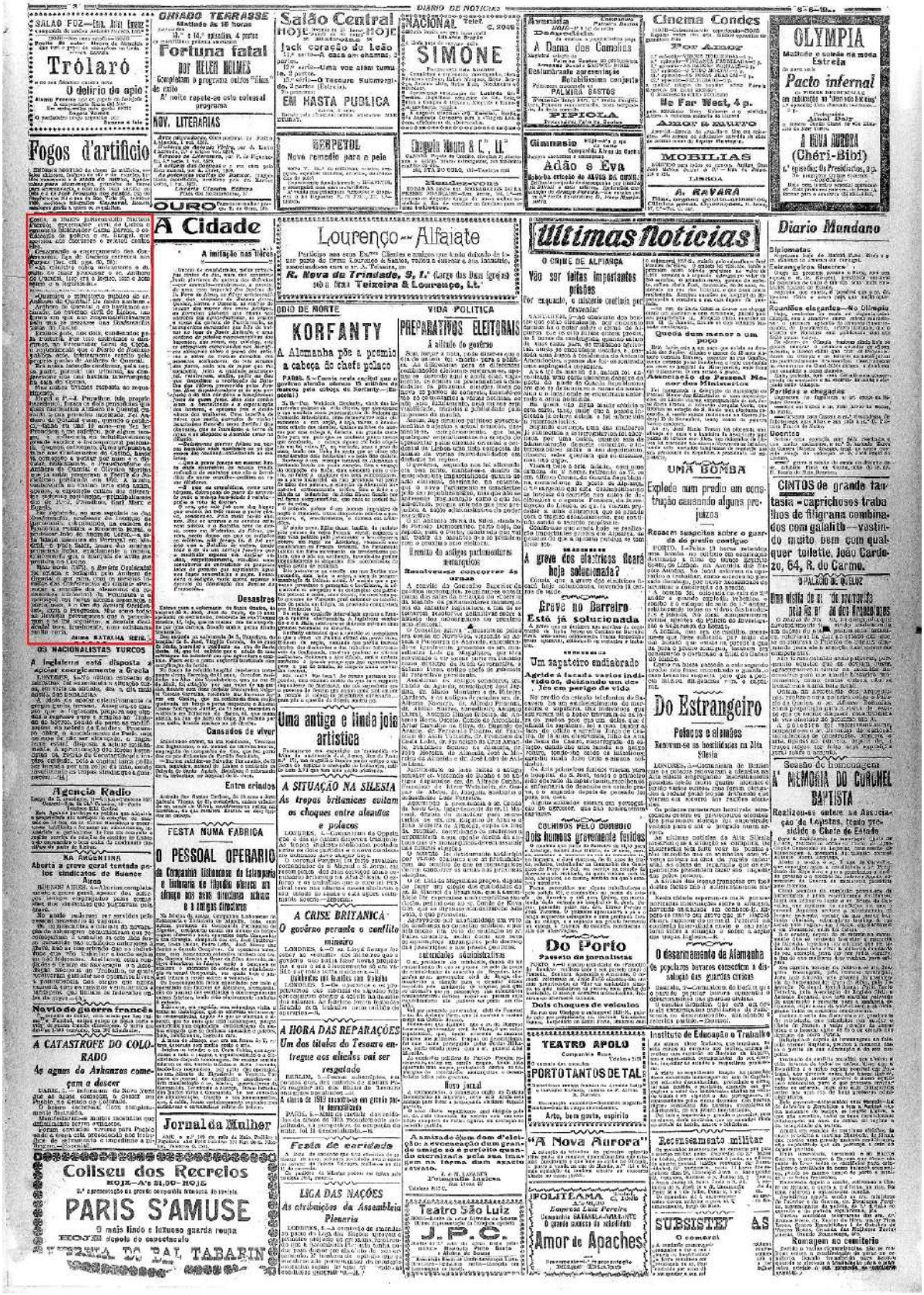
LIMPIA

DIARIO

OTICIAS"

Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

Fig. 125 - Diário de Notícias 06/junho/1921 – p. 2



Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.

A Proibição das Conferências Democráticas do Cassino
Devido à gentileza do sr. Jayme Batalha Reis, o "Diário de Notícias" publica um documento inédito do grande poeta Antero de Quental.

Há precisamente 50 anos, o Diário de Notícias anunciava para a noite daquele dia, 06 de junho de 1871, a terceira conferência democrática no Cassino por Augusto Soromenho, professor do Curso Superior de Letras, sobre a literatura portuguesa. Um grupo de homens novos, de cabeças desempoeiradas, em que as ideias borbulhavam e reclamavam expansão, tinha-se lembrado de acordar o país, de sacudir a Lisboa artificial e ridículo do Passeio Público. Entravam nesse grupo algumas das melhores cabeças da sua geração, à frente das quais, por consenso unanime fora colocado Antero de Quental, o poeta máximo da Dor e da Tragédia. Da modesta mesa que o proprietário da sala, o Sr. Zagalo, punha a disposição dos conferentes, Eça de Queiroz, elegante e desdenhoso, deixará cair o verbo incendiário das suas doutrinas novas sobre o realismo; Antero de Quental mais profundo e mais filosófico, ocupara-se da decadência dos povos peninsulares; Adolfo Coelho atirara-se ousada e valentemente ao acanhado ensino oficial. Era o tumulto, era a anarquia, era a subversão. Rangiam ao camartelo das palavras dos conferentes os degraus do trono e as cartas de conselho.

Governos e autoridades sentaram-se solenemente em redor de uma grande mesa para resolver o que se faria, perante tão grave caso a tolhendo a perspectiva de serem a pacífica capital ardendo em chamas revolucionárias. Anunciava-se que Saragga, judeu, iria falar sobre os historiadores críticos de Jesus, e que Batalha Reis socialista, iria fazer propaganda das suas doutrinas, Santo Deus! ... E o sr. Marquês de Ávila e de Bolama, ilustre ministro do reino, aconchegando mais o símbolo cachenês, proibiu as conferências, considerando que além de constituírem um abuso de direito de reunião, ofendiam as leis do reino e o código fundamental da monarquia. O grupo protestou. Antero e Batalha Reis pediram que os processasse, visto que, na opinião do governo, tinham prevaricado.

E toda a psicologia de uma geração que passa ante os nossos olhos! O documento em que os dois revolucionários requeriam que os levassem dos tribunais, aparece hoje, pela primeira vez, à luz da publicidade, nas colunas do Diário de Notícias, graças ao única signatário vivo, o sr, Jaime Batalha Reis, delicado e brilhantíssimo espírito de homem de letras; que quis levar a sua gentileza ao ponto de escrever um pequeno artigo qe relembrasse essa época distante.

O Documento na integra é assim redigido:

Exm.º Senhor Procurador Geral da Coroa. Por portaria de 26 de junho do corrente ano de 1871, mandou o Governo de Sua Majestade fechar a sala da Conferências Democráticas,

no Largo da Abegoaria, por que segundo a dita portaria, “ali se havia feito uma série de preleções, em que se expôs e procurou sustentar doutrinas que atacam a religião e as instituições do Estado, fatos estes que ofendem clara e diretamente as leis do reino e o código fundamental da monarquia”. Essas conferencias estavam legalmente autorizadas, tendo-se os abaixo assinados comprometido perante o magistrado competente a responder pelo uso ou abuso, que eles, ou qualquer outro preletor, ali fizesse da palavra. No dizer da portaria, houve não só abuso, mas abuso criminoso, do direito da palavra, e foi esta a opinião de V. Ex.ª que, segundo a portaria, foi consultado a este respeito. Não consta, porém que tribunal algum decidisse da realidade do delito, nem que s responsáveis fossem, como era legal, processados pelos aludidos abusos. O crime continuava, pois, em despeito da portaria, a ser hipotético, e, neste sentimento continuavam os abaixo assinados a esperar durante oito dias que a autoridade competente procedesse contra eles, como era do seu dever, já que o não tinha feito antes da portaria, como ainda mas era de seu dever. Este ciente da autoridade priva evidentemente os abaixo assinados de um direito sagrado, qual é o de se justificarem publicamente perante os tribunais e o país de um crime que lhe imputa um poder executivo. Se esse silencio quere significar da parte da autoridade uma intenção de indulgência, que só seve para mais seguramente os representar como delinquentes. Se significa um esquecimento da justiça, não querem eles ser também coniventes nesse descuido. Os abaixo assinados tem direito de se justificarem perante os tribunais, em um processo público e legal, de uma imputação, que os faz passar aos olhos do país por homens convictos de um delito grave, e os aponta, como díscolos, à indignação pública: nenhuma autoridade lhes pode recusar tal direito. Se delinquiram, querem ser condenados pelo juiz competente, Não por um informação feita na sombra, e pela decisão individual de um homem, a quem lei alguma dá poder para tanto. Pedem por isso a V. Ex.ª, em nome do bom direito que lhes assiste, queira V. Ex.ª dar as suas ordens para que imediatamente se lhes instaure processo pelos supostos abusos da palavra, cometidos nas Conferências Democráticas, de que eles, desde o princípio, se constituíram responsáveis. Esperam receber Mercê. Lisboa, 4 de julho de 1871. – (aa) Antero de Quental. Jayme Batalha Reis.

Não poderei agora descrever mais concisamente do que o fiz, - no livro “In memorian”, dedicado a Antero de Quental, - as intenções das Conferências democráticas de 1871.

“O fim direto de Antero de Quental, e dos que, com ele, iniciaram a empresa – disse eu – era lançar, nas preocupações dos portugueses, as mil questões que agitavam então, no mundo, o pensamento dos homens, discutindo em público, e livremente, todos os problemas; descrevendo, sem rebuço, todos os resultados a que a ciência, a investigação, a crítica tinha chegado. Para isso convidaram-se todos os homens, moços e velhos, que

pareciam estar ao fato do movimento intelectual moderno, é dever ser sincero, desligados de qualquer interesse…"

Como é sabido, alguns políticos especularam com a novidade, outros assustaram-se com ela. Descobriu-se que, visto como havia em Portugal uma religião oficial, não podia ser permitido discutir, - em um país da Europa, e em 1871, - nem o Concílio de Trento, nem os historiadores críticos de Jesus, nem o socialismo. A lenda apoderou-se então largamente do assunto...

As 12 pessoas signatárias doo prospecto das Conferências, que se propunham falar nelas, tinham muito naturalmente, as suas opiniões sobre certos assuntos, e tencionavam expô-las e sustenta-las. Estes assuntos se tivessem sido tratados, e estas opiniões se tivessem sido expostas, constituiriam, sem dúvida [...] tivamente a muitas instituições de Portugal e aos princípios geralmente seguidos pelos portugueses dessa [...] uma verdadeira revolução nas [...].

Mas as Conferências que se chamavam democráticas, em parte, por justamente estarem abertas a toda a gente, - a todo povo português, - não impunham nenhum programa aos conferentes. O compilador do Índice do Diário do Governo onde foram publicados os documentos contra as conferências, chama-lhes, - corretamente, julgo eu – Conferências científicas.

A concorrência não foi nunca muito grande, se bem fosse desde logo considerada no que constituía a opinião pública de efeito do empreendimento e o [...] apresentadas sobre tudo por [...].

Os conferentes que falaram foram:

Antero de Quental (Causas da Decadências dos Povos Peninsulares nos últimos 3 séculos);

Augusto Soromenho (Literatura Portuguesa Contemporânea);

Eça de Queiros (O Realismo como Nova Expressão da Arte);

J. Adolpho Coelho (A Questão do Ensino).

Os que deviam seguir-se –lhes eram:

Salamão Saragga (Os Historiadores Críticos de Jesus);

Jayme Batalha Reis (O Socialismo).

Os demais signatários do Prospecto das Conferências, que deviam falar mais tarde, eram:

Manuel de Arriaga

Teóphilo Braga

Oliveira Martins

Germano Vieira Meyrelles

Guilherme de Azevedo

O administrador de toda parte material das Conferências foi José Fontana, sobrinho dos antigos livreiros Bertrand, editores de Almeida Garret e de Alexandre Herculano, gerente, em 1871, dessa casa e organizador, então, em Portugal, das primeiras associações de operários.

O “Cassino Lisbonense”, - no Largo da Abegoaria, na esquina da Travessa da Trindade, onde depois s estabeleceu um estofador, - era uma sala de concertos que se alugava, às noites, ao sr. Zagalo.

O Prospecto das Conferências foi publicado em 16 de maio de 1871.

A última Conferência foi feita em 19 de junho.

A portaria que encerrou as Conferências foi dada no dia 26.

Na noite de 27, quando chegamos ao Largo d Abegoaria, encontramos, inesperadamente, as portas do Cassino fechadas e sobre elas, pregada a portaria impressa do encerramento. Não fôramos prevenidos. O José Fontana procurou, por toda a parte, O Zagalo que desaparecera.

Dirigimo-nos para o Café Central, então na próxima esquina do Chiado, onde lavramos, redigido pelo Antero de Quental, um protesto que fomos levar, seguidos pela multidão dos que, ao fato do acontecimento, se haviam juntado à nós, as redações dos principais jornais.

O pretexto alegado para encerrar as Conferências foi, principalmente, o discurso de Adolpho Coelho, cuja crítica severa ao estado de ensino em Portugal irritara o professorado, sobre tudo o da Universidade de Coimbra, especialmente visado.

Eça d e Queiroz escreveu, porém logo então nas Farpas (junho, p. 59):

“...a última Conferência foi feita no dia 19 de junho; a portaria foi dada no dia 26, antes da Conferência que ia ser feita. Por consequência, o sr. Marquês de Ávila fechou, não as Conferências que se tinham feito, - o que seria um pouco inútil, - mas, as Conferências que se iam fazer.”.

Com efeito, foram os assuntos dos dois conferentes que deviam seguir-se a Adolpho Coelho que especialmente assustaram a opinião conservadora e o governo: Salomão Saragga, israelita, ia falar sobre a Vida de Jesus (segundo Strauss, Renan, Salvador, etc), porventura discutir a questão da sua divindade. Eu deveria falar sobre socialismo e toda a gente supunha ir eu sustentar a gratuidade do crédito, condenar o juro dos capitais, atacar a Propriedade individual, fazer a apologia do Comunismo.

Os operários começaram então, como já disse, a associar-se, constando que estavam prontos para, à nossa voz, sair à rua.

Era a estes boatos que Eça de Queiroz espirituosamente aludia nas Farpas (nov. pag. 12):

"Porque eu era, - diz ele, - a Revolução e o chef dos Republicanos. Eu era, segundo o governo:

O Chefe

O Clab

A barricada

O barril de petróleo

E a voz de 2.000 operários.

Ah! Meus Senhores, pelo amor de Deus, deem—me um colega! Distribuam fraternalmente esta acumulação de ser [...] sinto em fazer de chefe, - [...]

Coroa, o ilustre jurisconsulto Martens: Ferrão; governador civil de Lisboa o eminente historiador Gam Barros, e comissário de polícia o sr. Rangel, que assistiu aos discursos e relatou contra eles.

Censurado o encerramento das Conferências. Eça de Queiroz escrever nas Farpas (loc. Cit. Pgs. 60, 58):

"Ao ministro cabia unicamente o direito de fazer processar o sr. Antero de Quental. Isso era o lógico, isso o bom senso e a legalidade.

"Querelou o ministério público do sr. Antero de Quental? De modo nenhum".

Antero de Quental e eu havíamos assinado, no governo civil de Lisboa, um termo em que nos responsabilizávamos pelo que se passasse nas Conferências feitas do Cassino.

Éramos pois, nós dois, condenados pela Portaria. Por isso assinamos e dirigimos, ao Procurador Geral da Coroa, o requerimento que o Diário de Notícias publica hoje, inteiramente escrito pelo próprio punho de Antero de Quental.

Era nossa intenção continuar, pela nossa parte, perante um tribunal, as Conferências que nos haviam interrompido na sala do cassino.

Mais nunca tivemos respostas ao requerimento.

E Hgel e P. – J. Proundhon (ele próprio hegeliano), foram os dois pensadores que mais fascinaram Antero de Quental durante a sua primeira mocidade. Foi Antero de Quental quem, quando o conheci, - tinha eu uns 19 anos – me fez ler Proundhon e me sujeitou, por algum tempo, à influência do indubitavelmente grande escritor e incomparável polemista. Quando, entretanto, eu me propunha a falar nas Conferências do Cassino, havia já começado a pensar por mim e discutir, criticamente, o Proundhonismo de Antero de Quental e Oliveira Martins que já então preparava A Teoria do Socialismo publicada em 1872. A minha conferência no Cassino teria sido assim, apenas, a exposição crítica dos diferentes sistemas socialistas, e – principalmente dos de P. – J. Proundhon, Karl Marx e Ugels.

Fui nomeado, no ano seguinte ao das Conferências, professor do Instituto de Agronomia substituindo na cadeira de Economia Política e Economia Rural, o professor João

de Andrade Corvo, - a esse tempo ministro de Portugal em Madrid, - e pude fazer, em uma das minhas primeiras lições, o exatamente a mesma Conferência que o Marquês de Ávila me proibira no Cassino.

Mais tarde (1875), a Revista Ocidental foi criada e redigida pelo Antero de Quental e por mim, com os mesmos intuitos das Conferências do Cassino: “Provocar a reunião dos elementos da renascença intelectual da Península e a formação das novas escolas espanhola e portuguesa, é o fim da Revista Ocidental”, dizia o Programa. Mas como todas as revistas portuguesas que a precederam e se lhe seguiram, a Revista Ocidental teve igualmente, uma existência muito curta.

Jayme Batalha Reis

5 AS “NOVAS CONFERÊNCIAS DO CASSINO”

As Conferências do Cassino ainda estão presentes na memória da sociedade portuguesa como um evento cultural que fez diferença na época, ao causar transformações políticas, sociais, históricas.

Neste item 5, daremos notícia das “Novas Conferências do Casino Trata-se da realização de conferências culturais sobre assuntos de interesse das várias localidades de Portugal, tais como Coimbra, Ponte de Lima, Ilha da Madeira e Açores.

É um programa em parceria com órgãos públicos _ prefeitura municipal, secretaria da educação _ Universidades/ensinos fundamental e médio (1º ao 12º] cujo temas das palestras vincula-se, geralmente, à Educação. Verificamos que esse Programa, em Portugal, já está na 10ª edição em alguns locais.

É uma caso de permanência e atualidade de algo que marcou Portugal no último quartel do século XIX. As Conferências do Casino ainda estão presentes na memória da sociedade portuguesa como um evento cultural que fez diferença na época, ao causar transformações políticas, sociais, históricas. Essa situação demonstra que a atual sociedade portuguesa está se fazendo ouvir por meio da cultura e de um modo que já tinha feito mudanças há décadas atrás.

Elencaremos, em seguida, divulgações desse Programa retiradas de sites diversos. Exemplificaremos como este evento foi realizado na cidade de Coimbra, Funchal (Ilha da Madeira), Ponte de Lima e colocaremos uma imagem da reportagem digital da divulgação de cada um deles _ como foi estruturado, promotores, programa, participantes e respectivas palestras. Utilizaremos o texto utilizado de cada evento no cartaz de divulgação.

O objetivo é mostrar como os eventos atuais repercutem as Conferências originais no quesito evento cultural com a finalidade de discutir temas importantes para a sociedade.

“Da Geração de 70 aos nossos dias”- Região Autônoma da Madeira

Disponível em: https://sites.google.com/site/tertulialetrascomvida/novas-conferencias-do-casino

https://medium.com/novas-confer%C3%AAncias-do-casino/sobre-as-novas-confer%C3%AAncias-do-casino-a78b96a201f0

As *Novas Conferências do Casino* são uma parceria da Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira com o *Diário de Notícias da Madeira*, sob a temática geral ‘Educação e Sociedade’. De 2016 a 2019, decorrem no Casino da Madeira e apresentam temas anuais específicos.

A matriz dos debates está identificada com o caráter inovador e transformador das originais Conferências do Casino, concretizadas pela intelectualidade portuguesa entre maio e

junho de 1871. Eça de Queiroz, Antero de Quental, Adolfo Coelho e Augusto Soromenho, que davam corpo ao movimento que viria a ficar conhecida como a Geração de 70, foram alguns dos expoentes envolvidos na iniciativa de então."

Coimbra –"Do manifesto às Novas conferências do Casino: vamos repensar Portugal" – out.2014 (Disponível em: https://sites.google.com/site/tertulialetrascomvida/novas-conferencias-do-casino

Num momento de grande necessidade e urgência para o país, um grupo de cidadãos decidiram reeditar para o século XXI a experiência das Conferências do Casino do século XIX, então lideradas por Antero de Quental e participadas por figuras como Eça de Queirós e Adolfo Coelho, entre outros.

Assim, terá lugar no dia no próximo dia 2 de outubro, em **Coimbra,** no Espaço RÓMULO –Centro Ciência Viva da Universidade de Coimbra, no Departamento de Física da Universidade de Coimbra, pelas 18:30h, a sessão inaugural das **"Novas Conferências do Casino**", subordinada ao tema Do Manifesto às Novas Conferências do Casino: Vamos repensar Portugal, reunindo oradores como e Carlos Fiolhais, Eduardo Lourenço, Raul Miguel Rosado Fernandes, Ruy Vieira Nery.

As Novas Conferências do Casino são uma iniciativa promovida na sequência da apresentação pública do Manifesto Contra a Crise: Compromisso com a Ciência, a Cultura e as Artes em Portugal, no passado dia 29 de janeiro na Fundação Calouste Gulbenkian, que foi subscrito por numerosas personalidades, entre os quais os escritores Lídia Jorge, Miguel Real e Teolinda Gersão e o músico Pedro Abrunhosa.

O Manifesto foi promovido pelo Movimento Letras Com Vida (CLEPUL – Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa).

Encontram-se programadas oito sessões das Novas Conferências do Casino, sempre no último sábado de cada mês, às 16h, no Casino do Estoril, **a partir do dia 25 de outubro de 2014**, estando a **última agendada para 27 de junho de 2015**.

Ponte de Lima - As Novas Conferências do Casino- edição 2017, 2018, 2019.

Disponível em: https://www.minhodigital.com/news/conferencia-novas; http://www.jnorbertopires.pt/2018/10/17/novas-conferencias-do-casino-ponte-de-lima/

Sob o patrocínio da presidência da Câmara Municipal de Ponte de Lima, o “Fórum Sociedade e Democracia” em parceria com o “Fórum Vianense”, apresenta uma série de conferências intituladas “As (novas) Conferências do Casino”. Edições realizadas desde 2017.

6. REFERÊNCIAS

ANTERO de Quental in memoriam. ed. fac-sim. Pref. Ana Maria Almeida Martins. 2.ed. Lisboa: Editorial Presença; Casa dos Açores, 1993

António Rodrigues Sampaio: o jornalista e o pensador do jornalismo. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-antonio-rodrigues-sampaio-o-jornalista.pdf. Acesso em: 01 jan. 2020

As histórias da imprensa de Nelson Werneck Sodré e de José Manuel Tengarrinha: uma comparação. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-as-historias-da-imprensa-de-nelson-werneck-sodre.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BERRINI, B. (apres., org. geral e coment.). *Eça de Queiroz-literatura e arte:* uma antologia. Lisboa: Relógio D'Água, 2000.

BERRINI, B. *Eça de Queiroz. Obra completa.* Org. geral; introd.; fixação dos textos autógrafos e notas introd. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. v.4.

CARREIRO, J. B. *Antero de Quental:* subsídios para a sua biografia. Lisboa: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1948. 2v

CARTAS de Anthero de Quental. Com um prólogo do Dr. Teixeira de Carvalho. Coimbra: Imprensa da Universidade,1921.

DIAS, A.C. *A crise da consciência pequeno-burguesa*: o nacionalismo literário da geração de 90. 3.ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

DIÁRIO de Notícias: um jornal com história. Disponível em: http://www.dnescolas.dn.pt/index.php?a=historia&p=2. Acesso em: 20 mar. 2015.

EDUARDO Coelho. Disponível em: http://revelarlx.cm-lisboa.pt/gca/?id=415. Acesso em: 07 jan. 2015.

FRANÇA, J.-A. *As conferências do Casino no Parlamento*. Lisboa: Livros Horizonte, 1973.

GONZÁLEZ, H. *A comuna de Paris*: os assaltantes do céu. 3.ed. São Paulo: Brasiliense,1989. (Tudo é História, 24)

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In:* PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 111-153.

MATOS, A.C. (org. e coord.). *Dicionário de Eça de Queiroz*. 3. ed. il., rev. e ampl. Lisboa: INMC; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Academia Brasileira de Letras, 2015.

MATOS, A. C. *Suplemento ao dicionário de Eça de Queiroz.* Lisboa: Caminho, 2000.

MEDINA, J. *As conferências do Casino e o socialismo em Portugal*. Lisboa: Dom Quixote, 1984.

MEDINA, J. A Geração de 70: uma síntese provisória. *Colóquio Letras*, Lisboa, n. 28, p. 25-33, nov. 1975.

MEDINA, J. Rafael Bordalo Pinheiro, repórter das Conferências do Casino. *In*: MEDINA, J. *Eça de Queiroz e a geração de 70*. Lisboa: Moraes Editores, s.d. (Margens do texto, 12). p. 155-161.

MEDINA, J. *Caricatura em Portugal*: Rafael Bordalo Pinheiro, pai do Zé Povinho. Lisboa: Colibri, 2008.

MENDONÇA, F. No centenário das conferências do Casino. *O Estado de S. Paulo,* São Paulo, 23 mai. 1971. Suplemento Literário, p.17.

MINÉ, E. *Alguns homens de meu tempo:* e outras memórias de Jaime Batalha Reis*.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2027.

MINÉ, E. *Páginas flutuantes*: Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

MÓNICA, M. F. O senhor Ávila e os conferencistas do Casino. *Análise Social*, Lisboa, v. 105, n. 157, p. 1013-1030, 2001. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218725507T8nKD6fx2Wx05NT4.pdf. Acesso em: 30 maio 2013.

O *DIÁRIO de Notícias* faz hoje 150 anos. Disponível em: http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=991:noticia-o-diario-de-noticias-faz-hoje-150-anos-29-dezembro-2014&catid=164:2014&Itemid=1012. Acesso em: 26 mar.2015.

PINHEIRO, R.B. *Álbum das glórias*. Lisboa: Frenesi, 2003.

PINSKY, C. B. (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.

PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

PIRES, A. M. *A idéia da decadência na geração de 70*. Lisboa: Veja, 1992.

PROUDHON, P.-J. *Du principe de l'art et de sa destination sociale*. Dijon: Les Presses du Réel, 2002.

PROUDHON, P.-J. *Do princípio da arte e de sua destinação social*. Trad. Antonio de Pádua Danesi. Campina/SP: Armazém do Ipê, 2009. (Florada das artes).

QUEIROZ, E. de; ORTIGÃO, R. *As Farpas*: crónica mensal da política, das letras e dos costumes. coord. geral e introd. M. F. Mónica; notas, tabela onomástica e glossário M. J. Marinho. Cascais: Principia, 2004.

QUENTAL, A. de; SOROMENHO, A.; QUEIROZ, E. de; COELHO, A. *Os conferencistas do casino*. Porto, Fronteira do Caos, 2005. (Pensar Portugal,2)

QUENTAL, A. de. *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*. Prefácio de Ana Maria Almeida Martins; Pósfacio de Eduardo Lourenço. Rio de Janeiro: Tinta da China, 2016.

QUENTAL, A. de. *Prosas sócio-políticas*. Publicadas e apresentadas por Joel Serrão. Angra do Heroísmo: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982. (Pensamento Português).

REIS, C. *As conferências do Casino*. Lisboa: Alfa, 1990. (Testemunhos contemporâneos, 39).

REIS, C. (Direção). *História da literatura portuguesa*: o realismo e o naturalismo. Lisboa: Alfa, 2001. v.5

REIS, C. *O conhecimento da literatura*: introdução aos estudos literários. 2.ed. Coimbra: Almedina,1999.

RAFAEL, G.G.; SANTOS, M. (org. e coord.). *Jornais e revistas portugueses do século XIX*. Prefácio J. M. Tengarrinha. Lisboa: Biblioteca Nacional,2001.2v.

SALGADO JÚNIOR, A. *História das Conferências do Casino (1871).* Lisboa: Tipografia da Cooperativa Militar, 1930.

SANTOS, A. R. Lembrança de António Salgado Júnior (16.1.1904-30.1.1989). *Colóquio Letras,* n.112*,* nov.1989, p.95-7. Disponível em: http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/issueContentDisplay?n=112&p=95&o=p Acesso em: 30 jun. 2010.

SARAIVA, A. J.; LOPES, Ó. *História da literatura portuguesa*. 17.ed. Porto: Porto, 1996.

SARAIVA, J. H. *História concisa de Portugal.* 11.ed. Lisboa, Europa-América,1987. (Saber,123).

SIMÕES, J. G. *Vida e obra de Eça de Queirós.* 2. ed. Lisboa: Bertrand, 1973.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

SOUSA, J. P. Teorização do jornalismo em Portugal: das origens a abril de 1974 (projeto de investigação). Disponível em: http://teoriadojornalismo.ufp.edu.pt/. Acesso em: 10 mar.2015.

SOUSA, J.P. Para uma historiografia da historiografia portuguesa do jornalismo: livros pioneiros sobre história do jornalismo publicados por autores portugueses em Portugal até à Revolução de Abril de 1974. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 15 jan. 2020.

TENGARRINHA, J. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed. rev. aum. Lisboa: Caminho,1989.

TENGARRINHA, J. M. Rodrigues Sampaio e a Revolução de Setembro. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/RecursosInformativos/ActasdeColoquiosConferencias/textos/ARSampaioTengarrinhaACM.pdf. sAcesso em:15 jan. 2015.

VIANA FILHO, L. *A vida de Eça de Queiroz*. Porto: Lello & Irmão, 1983.

ZILBERMAN, R.; MOREIRA, M. E.; BORDINI, M. da G.; REMÉDIOS, M.L.R. *As* p*edras e o arco*: fontes primárias, teoria e história da literatura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

Sites Consultados

A Berlinda. Disponível em: http://purl.pt/273/1/obras/berlinda/07.html. Acesso em: 29 jan. 2020.

ANPOLL- Associação Nacional Professores em Literatura e Linguística Disponível em: http://anpoll.org.br/gt/historia-da-literatura/. Acesso em: 02 mar. 2020.

Biblioteca Nacional Digital de Portugal. Disponível em: http://bndigital.bnportugal.gov.pt/. http://bndigital.bnportugal.gov.pt/indices/ . Acesso em: 02 mar. 2020.

Biblioteca virtual da FAPESP- Disponível em: https://bv.fapesp.br/pt/. Acesso em:02 mar. 2020.

Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas. Disponível em: http://livro.dglab.gov.pt/sites/DGLB/Portugues/Paginas/Home.aspx . Acesso em: 02 mar. 2020.

Instituto Camões -Disponível em: instituto-camoes.pt. Acesso em: 02 mar. 2020

Rafael Bordalo Pinheiro – Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Rafael_Bordalo_Pinheiro. Acesso em: 02 mar.2020.

Revista *Colóquio Letras*- www.gulbenkian.coloquio.pt

Hemeroteca Digital de Lisboa- http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/

www.citi.pt

www.infopedia.pt

Wikipedia Portugal- Disponível em: pt.wikipedia.org . Acesso em: 02 mar. 2020.